

A Distinção

crítica social do julgamento

Pierre Bourdieu



Pierre Bourdieu

A Distinção

crítica social do julgamento

ZOUK

ed^{usp}

Copyright © 2006 Editora Zouk (edição brasileira)
Copyright © 1979/1982 by Les Editions de Minuit

Título original: La Distinction: critique sociale du jugement
Paris, Col. "Le Sens Commun"
ISBN do original francês: 2-7073-0275-9

Projeto gráfico: Alexandre Dias Ramos
Tradução: Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira
Revisão técnica: Alexandre Dias Ramos & Daniela Kern & Odaci Luiz Coradini
Editoração: William C. Amaral
Tabelas e gráficos: Mayana Martins Redin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Brasil)

B778d

Bourdieu, Pierre. 1930-2002
A Distinção: crítica social do julgamento / Pierre Bourdieu;
tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. --
São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
560p.
Tradução de: La distinction: critique sociale du jugement
Anexos
ISBN 978-85-88840-68-3
ISBN 978-85-314-1030-7

1. Classes sociais - França. 2. Estética francesa. 3. Arte - Aspectos sociais. 4. Crítica. I. Título.

07-2879.

CDD - 306.0944
CDU - 316.722(44)

1ª edição

direitos reservados à

EDITORA ZOUK
r. garibaldi, 1329
90035-052 – bom fim – porto alegre – rs – brasil
f. 51 3024-7554 e 3012-0057
zouk@editorazouk.com.br – www.editorazouk.com.br

EDUSP
av. prof. luciano gualberto, travessa j, 374, 6º andar
ed. da antiga reitoria – cidade universitária
05508-900 – são paulo – sp – brasil
f. 11 3091-4150 / 4008. sac. 11 3091-2911. fax. 11 3091-4151
edusp@usp.br – www.edusp.com.br

Printed in Brazil 2007

Foi feito o depósito legal

Sumário

Introdução	09
Primeira parte. Crítica social do julgamento do gosto	15
1. Títulos e ascendência de nobreza cultural	17
Títulos de nobreza cultural	23
O efeito do título	27
A disposição estética	32
O gosto puro e o “gosto bárbaro”	34
A “estética” popular	35
O distanciamento estético	37
Uma “estética” antikantiana	43
Estética, ética e estetismo	45
A neutralização e o universo dos possíveis	51
A distância da necessidade	54
O senso estético como senso da distinção	56
Ascendência de nobreza cultural	62
As maneiras e a maneira de adquirir	64
Os “doutos” e os “mundanos”	67
A experiência e o saber	73
O mundo de origem	75
O capital herdado e o capital adquirido	78
Os dois mercados	82
Fatores e poderes	88
Segunda parte. A economia das práticas	93
2. O espaço social e suas transformações	95
Condição de classe e condicionamentos sociais	97
Variáveis e sistemas de variáveis	97
A classe construída	101
Classe social e classe de trajetórias	103
Capital e mercado	106
Um espaço com três dimensões	107
As estratégias de reconversão	122

Classificação, desclassificação, reclassificação	123
Estratégias de reconversão e transformações morfológicas	128
O tempo de compreender	134
Uma geração enganada	135
A luta contra a desclassificação	142
As transformações do sistema escolar	147
As lutas de concorrência e a translação da estrutura	151
3. O <i>habitus</i> e o espaço dos estilos de vida	162
A homologia entre os espaços	167
A forma e a substância	168
Três maneiras de se distinguir	174
Sem cerimônia ou falta de educação?	184
O visível e o invisível	190
Os universos de possíveis estilísticas	196
4. A dinâmica dos campos	212
A correspondência entre a produção dos bens e a produção dos gostos	215
O efeito das homologias	218
As afinidades eletivas	225
As lutas simbólicas	229
Terceira parte. Gostos de classe e estilos de vida	240
5. O senso da distinção	241
Os modos de apropriação da obra de arte	247
As variantes do gosto dominante	264
A marca do tempo	276
Grandezas temporais e grandezas espirituais	296
6. A boa vontade cultural	298
Conhecimento e reconhecimento	300
A escola e o autodidata	307
O pendor e a propensão	310
As variantes do gosto pequeno-burguês	318

A pequena burguesia em declínio	325
A pequena burguesia de execução	329
A nova pequena burguesia	333
Do dever ao dever de prazer	343
7. A escolha do necessário	350
O gosto de necessidade e o princípio de conformidade	351
Os efeitos da dominação	360
8. Cultura e política	371
Censo e censura	373
Competência e incompetência estatutárias	378
O país legal	384
A opinião pessoal	388
Os modos de produção da opinião	391
Desapossamento e desvio	400
Ordem moral e ordem política	406
<i>Habitus</i> de classe e opiniões políticas	410
A oferta e a demanda de opiniões	412
O espaço político	422
O efeito próprio da trajetória	424
A linguagem política	429
Conclusão. Classes e classificações	434
Estruturas sociais incorporadas	435
Um conhecimento sem conceito	438
Atribuições interesseiras	440
A luta das classificações	444
Realidade da representação e representação da realidade	446
Post-scriptum. Elementos para uma crítica “vulgar” das críticas “puras”	448

A aversão pelo fácil	448
O “gosto pela reflexão” e o “gosto pelos sentidos”	450
Uma relação social denegada	453
<i>Parerga e paralipomena</i>	455
O prazer da leitura	459
Anexo 1. Algumas reflexões sobre o método	461
Anexo 2. Fontes complementares	477
Anexo 3. Os dados estatísticos	482
A pesquisa	482
Outras fontes	488
Anexo 4. Um jogo de sociedade	492
Notas	503

Nunca conseguirei agradecer, suficientemente, a competência e a generosidade manifestadas por Colette Borkowski, Yvette Delsaut e Marie-Christine Rivière na produção deste livro.

Introdução

Como o senhor afirmou, Cavaleiro!, deveriam existir leis para proteger os conhecimentos adquiridos. Tome um de nossos bons alunos como exemplo: modesto e diligente, desde as aulas de gramática começou a preencher seu pequeno caderno de expressões e, tendo, durante vinte anos, prestado a maior atenção nos professores, acabou por acumular uma espécie de pequeno pecúlio intelectual. Será possível que isso não lhe pertença como ocorre em relação a uma casa ou a dinheiro?

P. Claudel, *O sapato de cetim*

Os bens culturais possuem, também, uma economia, cuja lógica específica tem de ser bem identificada para escapar ao economicismo. Neste sentido, deve-se trabalhar, antes de tudo, para estabelecer as condições em que são produzidos os consumidores desses bens e seu gosto; e, ao mesmo tempo, para descrever, por um lado, as diferentes maneiras de apropriação de alguns desses bens considerados, em determinado momento, obras de arte e, por outro, as condições sociais da constituição do modo de apropriação, reputado como legítimo.

Contra a ideologia carismática segundo a qual os gostos, em matéria de cultura legítima, são considerados um dom da natureza, a observação científica mostra que as necessidades culturais são o produto da educação: a pesquisa estabelece que todas as práticas culturais (frequência dos museus, concertos, exposições, leituras, etc.) e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música, estão estreitamente associadas ao nível de instrução (avaliado pelo diploma escolar ou pelo número de anos de estudo) e, secundariamente, à origem social.¹ O peso relativo da educação familiar e da educação propriamente escolar (cuja eficácia e duração dependem estreitamente da origem social) varia segundo o grau de reconhecimento e ensino dispensado às diferentes práticas culturais pelo sistema escolar; além disso, a influência da origem social, no caso em que todas as outras variáveis sejam semelhantes, atinge seu auge em matéria de “cultura livre” ou de cultura de vanguarda. À hierarquia socialmente reconhecida das artes – e, no interior de cada uma delas –, dos gêneros, escolas ou épocas, corresponde a hierarquia social dos consumidores. Eis o que predispõe os gostos a funcionar como marcadores privilegiados da “classe”. As maneiras de adquirir sobrevivem na maneira de utilizar as aquisições: a atenção prestada às *maneiras* tem sua explicação se observarmos que, por meio destes imponderáveis da prática, são reconhecidos os diferentes modos de aquisição, hierarquizados, da cultura, precoce ou tardio, familiar ou escolar, assim como as classes de indivíduos que elas caracterizam (tais como os “pedantes” e os “mundanos”). A nobreza cultural possui, também, seus títulos discernidos pela escola, assim como sua ascendência pela qual é avaliada a antiguidade do acesso à nobreza.

A definição da nobreza cultural é o pretexto para uma luta que, desde o século XVII até nossos dias, não deixou de opor, de maneira mais ou menos declarada, grupos separados em sua idéia sobre a cultura, sobre a relação legítima com a cultura e com as obras de arte, portanto, sobre as condições de aquisição, cujo produto é precisamente estas disposições: a definição dominante do modo de apropriação legítima da cultura e da obra de arte favorece,

inclusive, no campo escolar, aqueles que, bem cedo, tiveram acesso à cultura legítima, em uma família culta, fora das disciplinas escolares; de fato, ela desvaloriza o saber e a interpretação erudita, marcada como “escolar”, até mesmo, “pedante”, em proveito da experiência direta e do simples deleite.

A lógica do que, às vezes, é designado – em linguagem tipicamente “pedante” – como a “leitura” da obra de arte, oferece um fundamento objetivo a esta oposição. A obra de arte só adquire sentido e só tem interesse para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada. A operação, consciente ou inconsciente, do sistema de esquemas de percepção e de apreciação, mais ou menos explícitos, que constitui a cultura pictórica ou musical é a condição dissimulada desta forma elementar de conhecimento que é o reconhecimento dos estilos. O espectador desprovido do código específico sente-se submerso, “afogado”, diante do que lhe parece ser um caos de sons e de ritmos, de cores e de linhas, sem tom nem som. Por não ter aprendido a adotar a disposição adequada, ele limita-se ao que é designado por Panofsky como “propriedades sensíveis”, identificando uma pele como aveludada ou uma renda como vaporosa, ou, então, às ressonâncias afetivas suscitadas por essas propriedades, falando de cores ou de melodias austeras ou alegres. De fato, a possibilidade de passar da “camada primária do sentido que podemos adentrar com base na nossa experiência existencial” para a “camada dos sentidos secundários”, ou seja, para a “região do sentido do significado”, só ocorre se possuímos os conceitos que, superando as propriedades sensíveis, apreendem as características propriamente estilísticas da obra.² O mesmo é dizer que o encontro com a obra de arte nada tem a ver, em conformidade com a visão habitualmente adotada, com um pretense amor à primeira vista; além disso, o ato de fusão afetiva, de *Einfühlung*, que dá o prazer do amor pela arte, pressupõe um ato de conhecimento, uma operação de decifração e decodificação, que implica o acionamento de um patrimônio cognitivo e de uma competência cultural. Esta teoria, tipicamente intelectualista, da percepção artística contradiz, de modo direto, a experiência dos apreciadores mais de acordo com a definição legítima: a aquisição da cultura legítima pela familiarização insensível no âmago da família tende a favorecer, de fato, uma experiência encantada da cultura que implica o esquecimento da aquisição e a ignorância dos instrumentos da apropriação. A experiência do prazer estético pode ser acompanhada pelo mal-entendido etnocêntrico que acarreta a aplicação de um código impróprio. Assim, o olhar “puro” lançado para as obras pelo espectador culto atual nada tem de comum, praticamente, com o “olhar moral e espiritual” dos homens do *Quattrocento*, ou seja, o conjunto das disposições, ao mesmo tempo, cognitivas e avaliadoras que se encontravam na origem de sua percepção, tanto do mundo quanto da representação pictórica do mundo: preocupados, conforme consta nos contratos, em compensar a soma paga, os clientes dos trabalhos de artistas, tais como Filippo Lippi, Domenico Ghirlandaio ou Piero della Francesca, investiam nas obras de arte as disposições mercantis de homens de negócios experientes no cálculo imediato das quantidades e dos preços, recorrendo, por exemplo, a critérios de apreciação absolutamente surpreendentes – por exemplo, a carestia das cores segundo a qual o topo da hierarquia é ocupado pelo dourado e pelo ultramar.³

O “olho” é um produto da história reproduzido pela educação. Eis o que se passa em relação ao modo de percepção artística que se impõe, atualmente, como legítima, ou seja, a disposição estética como capacidade de considerar em si mesmas e por elas mesmas,

em sua forma e não em sua função, não só as obras designadas por essa apreensão, isto é, as obras de arte legítimas, mas todas as coisas do mundo, tanto as obras culturais que ainda não foram consagradas – como, em determinado momento, as artes primitivas ou, hoje em dia, a fotografia popular ou o *kitsch* –, quanto os objetos naturais. O olhar “puro” é uma invenção histórica correlata da aparição de um campo de produção artística autônomo, ou seja, capaz de impor suas próprias normas, tanto na produção, quanto no consumo de seus produtos.⁴ Uma arte que – por exemplo, toda a pintura pós-impressionista – é o produto de uma intenção artística que afirma o primado do modo de representação sobre o objeto da representação, exige categoricamente uma atenção exclusiva à forma, cuja exigência pela arte anterior era apenas condicional.

A intenção pura do artista é a de um produtor que pretende ser autônomo, ou seja, inteiramente dono do seu produto, que tende a recusar não só os “programas” impostos *a priori* pelos intelectuais e letrados, mas também, com a velha hierarquia do fazer e do dizer, as interpretações acrescentadas *a posteriori* sobre sua obra: a produção de uma “obra aberta”, intrínseca e deliberadamente polissêmica, pode ser assim compreendida como o último estágio da conquista da autonomia artística pelos poetas e – sem dúvida, à sua imagem – pelos pintores que, durante muito tempo, permaneceram tributários dos escritores e de seu trabalho de “fazer-ver” e de “fazer-valer”. Afirmer a autonomia da produção é conferir o primado àquilo de que o artista é senhor, ou seja, a forma, a maneira e o estilo, em relação ao “indivíduo”, referente exterior, por onde se introduz a subordinação a funções – ainda que se tratasse da mais elementar, ou seja, a de representar, significar e dizer algo. É, ao mesmo tempo, recusar o reconhecimento de qualquer outra necessidade além daquela que se encontra inscrita na tradição própria da disciplina artística considerada; trata-se de passar de uma arte que imita a natureza para uma arte que imita a arte, encontrando, em sua história própria, o princípio exclusivo de suas experimentações e de suas rupturas, inclusive, com a tradição.

Ao circunscrever em seu bojo, de modo cada vez mais intenso, a referência à sua própria história, a arte faz apelo a um olhar histórico; ela exige ser referida não a este referente exterior que é a “realidade” representada ou designada, mas ao universo das obras de arte do passado e do presente. À semelhança da produção artística enquanto ela se engendra em um campo, a percepção estética, enquanto é diferencial, relacional e atenta às diferenças entre estilos, é necessariamente histórica: como acontece com o pintor chamado “naïf” que, estando fora do campo e de suas tradições específicas, permanece exterior à história própria da arte considerada, assim também o acesso do espectador “naïf” a uma percepção específica de obras de arte sem sentido só pode ocorrer por referência à história específica de uma tradição artística. A disposição estética exigida pelas produções de um campo de produção que atingiu um elevado grau de autonomia é indissociável de uma competência cultural específica: esta cultura histórica funciona como um princípio de pertinência que permite identificar, entre os elementos propostos ao olhar, todos os traços distintivos, e somente estes, referindo-os, de modo mais ou menos consciente, ao universo das possibilidades substituíveis. Adquirida, no essencial, pela simples frequência das obras, ou seja, por uma aprendizagem implícita análoga àquela que permite reconhecer, sem regras nem critérios explícitos, rostos familiares, este controle

que, na maior parte das vezes, permanece no estado prático, permite identificar estilos, ou seja, modos de expressão característicos de uma época, civilização ou escola, sem que os traços constitutivos da originalidade de cada um deles sejam claramente distinguidos e explicitamente enunciados. Tudo parece indicar que, mesmo entre os profissionais da atribuição, os critérios que definem as propriedades estilísticas das obras-testemunho nas quais se apóiam todos os julgamentos permanecem, quase sempre, no estado implícito.

O olhar puro implica uma ruptura com a atitude habitual em relação ao mundo que, levando em consideração as condições de sua plena realização, é uma ruptura social. É possível acreditar em Ortega y Gasset quando ele atribui à arte moderna uma recusa sistemática de tudo o que é “humano”, ou seja, genérico e comum – por oposição ao distintivo ou distinto –, a saber, as paixões, as emoções, os sentimentos experimentados pelos homens “comuns” em sua existência “comum”. De fato, tudo se passa como se a “estética popular” (as aspas significam que se trata de uma estética em si e não para si) estivesse baseada na afirmação da continuidade da arte e da vida que implica a subordinação da forma à função. Este aspecto é perfeitamente visível no caso do romance e, sobretudo, do teatro em que o público popular recusa qualquer espécie de experimentação formal e todos os efeitos que, introduzindo um distanciamento em relação às convenções aceitas (em matéria de cenário, de intriga, etc.), tendem a colocar o espectador à distância, impedindo-o de entrar no jogo e identificar-se completamente com os personagens (estou pensando no distanciamento brechtiano ou na desarticulação da intriga romanesca operada pelo *Nouveau Roman*). Segundo a teoria estética, o desprendimento e o desinteresse constituiriam a única maneira de reconhecer a obra de arte pelo que ela é, ou seja, autônoma, *selbständig*; ao contrário, a “estética” popular ignora ou rejeita a recusa da adesão “fácil” e dos abandonos “vulgares” que se encontra – pelo menos, indiretamente – na origem do gosto pelas experimentações formais e, em conformidade com os julgamentos populares sobre a pintura ou a fotografia, ela apresenta-se como o exato oposto da estética kantiana: para apreender o que faz a especificidade do julgamento estético, Kant empenhou-se, por um lado, em estabelecer a distinção entre o que agrada e o que dá prazer, e, por outro, de um modo mais geral, em discernir o desinteresse, única garantia da qualidade propriamente estética da contemplação e do interesse da razão que define o Bom; inversamente, os indivíduos das classes populares – para quem toda imagem deve exercer explicitamente uma função, nem que seja a de signo – manifestam em seus julgamentos a referência, muitas vezes, explícita, às normas da moral ou do decoro. Seja por meio de críticas ou de elogios, sua apreciação refere-se a um sistema de normas, cujo princípio é sempre ético.

Ao aplicar às obras legítimas, os esquemas do *ethos* que são válidos para as circunstâncias comuns da vida, e ao operar, assim, uma redução sistemática das coisas da arte ou coisas da vida, o gosto popular e a própria seriedade (ou ingenuidade*) que ele investe nas ficções e representações indicam *a contrario* que o gosto puro opera uma suspensão da adesão “naïve” que é a dimensão de uma relação quase lúdica com as necessidades do mundo. Poder-se-ia dizer que os intelectuais acreditam mais na

* No original, “naïveté”, ou seja, forma substantivada de “naïf”; e, neste mesmo parágrafo, o termo “ingênua” corresponde ao adjetivo “naïve” (feminino de “naïf”) e “ingenuamente” a “naïvement” (forma adverbial). (N.T.)

representação – literatura, teatro, pintura – que nas coisas representadas, ao passo que o “povo” exige, antes de tudo, que as representações e as convenções que as regulam lhe permitam acreditar “naïvement” nas coisas representadas. A estética pura enraíza-se em uma ética ou, melhor ainda, no *ethos* do distanciamento eletivo às necessidades do mundo natural e social que pode assumir a forma de um agnosticismo moral (visível quando a transgressão ética se torna um expediente artístico) ou de um estetismo que, ao constituir a disposição estética como princípio de aplicação universal, leva ao limite a denegação burguesa do mundo social. Compreende-se que o desprendimento do olhar puro não possa ser dissociado de uma disposição geral em relação ao mundo que é o produto paradoxal do condicionamento exercido por necessidades econômicas negativas – o que é designado como facilidades – e, por isso mesmo, propício a favorecer o distanciamento ativo à necessidade.

Se é demasiado evidente que, pela arte, a disposição estética recebe seu terreno por excelência, ocorre que, em qualquer campo da prática, é possível se afirmar a intenção de submeter as necessidades e as pulsões primárias ao requinte e à sublimação; além disso, em todos os campos, a estilização da vida, ou seja, o primado conferido à forma em relação à função, à maneira em relação à matéria, produz os mesmos efeitos. E nada determina mais a classe e é mais distintivo, mais distinto, que a capacidade de constituir, esteticamente, objetos quaisquer ou, até mesmo, “vulgares” (por serem apropriados, sobretudo, para fins estéticos, pelo “vulgar”) ou a aptidão para aplicar os princípios de uma estética “pura” nas escolhas mais comuns da existência comum – por exemplo, em matéria de cardápio, vestuário ou decoração da casa – por uma completa inversão da disposição popular que anexa a estética à ética.

De fato, por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem, as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e as ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estreitamente associadas às diferentes posições possíveis no espaço social e, por conseguinte, estreitamente inseridas nos sistemas de disposições (*habitus*) características das diferentes classes e frações de classe. O gosto classifica aquele que procede à classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas. E, deste modo, a análise estatística mostra, por exemplo, que oposições de estrutura semelhante às que se observam em matéria de consumo cultural encontram-se, também, em matéria de consumo alimentar: a antítese entre a quantidade e a qualidade, a grande comilança e os quitutes, a substância e a forma ou as formas, encobre a oposição, associada a distanciamentos desiguais à necessidade, entre o gosto de necessidade – que, por sua vez, encaminha para os alimentos, a um só tempo, mais nutritivos e mais econômicos – e o gosto de liberdade – ou de luxo – que, por oposição à comezaina popular, tende a deslocar a ênfase da matéria para a maneira (de apresentar, de servir, de comer, etc.) por um expediente de estilização que exige à forma e às formas que operem uma denegação da função.

A ciência do gosto e do consumo cultural começa por uma transgressão que nada tem de estético: de fato, ela deve abolir a fronteira sagrada que transforma a cultura legítima em um universo separado para descobrir as relações inteligíveis que unem “escolhas”,

aparentemente, incomensuráveis, tais como as preferências em matéria de música e de cardápio, de pintura e de esporte, de literatura e de penteado. Esta reintegração bárbara do consumo estético no universo do consumo comum revoga a oposição – que, desde Kant, se encontra na origem da estética erudita – entre o “gosto dos sentidos” e o “gosto da reflexão”; e, entre o prazer “fácil”, prazer sensível reduzido a um prazer dos sentidos, e o prazer “puro” que está predisposto a tornar-se um símbolo de excelência moral e a dimensão da capacidade de sublimação que define o homem verdadeiramente humano. A cultura que é o produto desta divisão mágica tem valor de sagrado. E, de fato, a consagração cultural submete os objetos, pessoas e situações que ela toca a uma espécie de promoção ontológica que se assemelha a uma transubstanciação. Como prova, contento-me com a citação destes dois julgamentos que, segundo parece, foram inventados para a felicidade do sociólogo: “Eis, afinal de contas, o que nos causou maior impressão: nada poderia ser obsceno em nossa primeira encenação e as bailarinas da *Opéra*, até mesmo, como dançarinas nuas, sílfides, endoidecidas ou bacantes, conservam uma pureza inalterável”.⁵ “Existem atitudes obscenas, como esses simulacros de coito que são chocantes para o olhar. Certamente, não pretendo aprová-las, embora a inserção de tais gestos nos balés confira-lhes um aspecto estético e simbólico que faz falta às cenas íntimas exibidas, cotidianamente, à frente dos espectadores no cinema (...). E o nu? Limito-me a dizer que é breve e exerce reduzido efeito cênico. Não direi que é casto ou inocente porque nada do que é comercial pode receber tal qualificativo. Digamos que não é chocante; no entanto, pode ser criticado, sobretudo, por ter servido de atrativo para o sucesso da peça (...). A nudez de *Hair* carece de dimensão simbólica”.⁶ A negação da fruição inferior, grosseira, vulgar, venal, servil, em poucas palavras, natural, que constitui como tal o sagrado cultural, traz em seu bojo a afirmação da superioridade daqueles que sabem se satisfazer com prazeres sublimados, requintados, desinteressados, gratuitos, distintos, interditados para sempre aos simples *profanos*. É assim que a arte e o consumo artístico estão predispostos a desempenhar, independentemente de nossa vontade e de nosso saber, uma função social de legitimação das diferenças sociais.

Primeira parte

Crítica social do julgamento do gosto

*e, hoje, ainda não sabemos se a vida cultural poderá sobreviver
ao desaparecimento dos criados.*

A. Besançon, *Etre russe au XIX^e siècle*

Títulos e ascendência de nobreza cultural

Os raros casos em que existe maior semelhança entre a sociologia e uma psicanálise social é quando ela se confronta com um objeto como o gosto, ou seja, um dos pretextos mais vitais das lutas, cujo espaço é o campo tanto da classe dominante quanto da produção cultural. Por dois motivos: o primeiro porque o julgamento do gosto é a manifestação suprema do *discernimento* que, pela reconciliação do entendimento com a sensibilidade – ora, o pedante compreende sem sentimento profundo, enquanto o mundano usufrui sem compreender –, define o homem na acepção plena do termo. E o segundo porque todas as conveniências designam, antecipadamente, o projeto de definir este indefinível como uma manifestação evidente de filistinismo: a conveniência universitária que – de Riegl e Wölfflin até Elie Faure e Henri Focillon, e dos comentaristas mais escolares dos clássicos até os semiólogos de vanguarda – impõe uma leitura formalista da obra de arte, assim como a conveniência mundana que, tendo transformado o gosto em um dos indícios mais seguros da verdadeira nobreza, não consegue conceber que ele tenha outra referência além de si mesmo.

A sociologia encontra-se precisamente no terreno por excelência da denegação do social. Não lhe basta combater as evidências primeiras; nem de referir o gosto, princípio incriado de qualquer “criação”, às condições sociais de que ele é o produto, sabendo perfeitamente que todos aqueles que se obstinam a recalcar a evidência da relação entre o gosto e a educação, entre a cultura no sentido de estado do que é culto e a cultura como ação de tornar culto, ficarão espantados que se possa despendar tanta energia para comprovar cientificamente esta evidência. Ela terá ainda de questionar esta relação que, apenas na aparência, é auto-explicativa; e procurar a razão do paradoxo segundo o qual a relação com o capital escolar permanece também forte nos campos não abrangidos pelo ensinamento da escola. Isto sem jamais poder confiar completamente no que, segundo a arbitragem positivista, é designado como fatos: por trás das relações estatísticas entre o capital escolar ou a origem social e este ou aquele saber ou esta ou aquela maneira de implementá-lo, dissimulam-se nexos entre grupos que mantêm relações diferentes, até mesmo, antagonistas, com a cultura, segundo as condições em que foi adquirido seu capital cultural e segundo os mercados em que este obterá maior lucro. Mas ainda não foram eliminadas as evidências: é a própria questão que deve ser questionada – ou seja, a relação com a cultura que, *tacitamente*, ela privilegia – a fim de estabelecer se uma modificação do conteúdo e da forma da questão não seria suficiente para determinar uma transformação das relações observadas. Impossível

deixar o jogo da cultura; e só se pode ter alguma possibilidade de objetivar sua verdade com a condição de objetivar, tão completamente quanto possível, as próprias operações que terão de ser utilizadas para realizar tal objetivação. *De te fabula narratur*. Esta evocação dirige-se ao leitor, assim como ao sociólogo. Paradoxalmente, os jogos da cultura são protegidos contra a objetivação por todas as objetivações parciais a que se submetem todos os agentes envolvidos neste jogo: os doutos só conseguem conhecer a verdade dos mundanos com a condição de renunciar a apreender sua própria verdade; e o mesmo se passa com seus adversários. A mesma lei dos diferentes graus de lucidez e de cegueira cruzados regulamenta o antagonismo entre os “intelectuais” e os “burgueses” (ou, no campo da produção cultural, seus porta-vozes). E não basta ter em mente a função que a cultura legítima desempenha nas relações de classe para ter a certeza de evitar que uma ou outra das representações interesseiras da cultura venha a impor-se; aliás, “intelectuais” e “burgueses” atribuem, indefinidamente, tais representações uns aos outros. Se a sociologia da produção e dos produtores da cultura nunca escapou, até o presente, ao jogo das imagens antagonistas, no qual “intelectuais de direita” e “intelectuais de esquerda”, segundo a taxonomia em vigor, submetem seus adversários e suas estratégias a uma redução objetivista, de modo tanto mais fácil quanto mais interesseira ela for, é porque a explicitação é destinada a permanecer *parcial*, portanto, falsa, durante todo o tempo em que excluir a apreensão do ponto de vista a partir do qual ela se enuncia, portanto, a construção do *jogo em seu conjunto*: é somente no nível do campo de posições que se definem tanto os interesses genéricos associados ao fato da participação no jogo quanto os interesses específicos relacionados com as diferentes posições e, por conseguinte, a forma e o conteúdo das tomadas de posição pelas quais se exprimem esses interesses. Apesar de ostentarem a aparência de objetividade, tanto a “sociologia dos intelectuais” que, tradicionalmente, tem a ver com os “intelectuais de direita”, quanto a crítica do “pensamento de direita” que, preferencialmente, compete aos “intelectuais de esquerda”, não passam de agressões simbólicas que se dotam de uma eficácia suplementar quando assumem a aparência da neutralidade impecável da ciência. Elas chegam a um acordo tácito para deixar dissimulado o essencial, ou seja, a estrutura das posições objetivas que se encontra na origem, entre outras coisas, da visão que os ocupantes de cada posição podem ter dos ocupantes das outras posições, e que confere sua forma e sua força próprias à propensão de cada grupo para tomar e dar a verdade parcial de um grupo como a verdade das relações objetivas entre os grupos.

Tendo por objetivo determinar como a disposição culta e a competência cultural apreendidas através da natureza dos bens consumidos e da maneira de consumi-los variam segundo as categorias de agentes e segundo os terrenos aos quais elas se aplicam, desde os domínios mais legítimos, como a pintura ou a música, até os mais livres, por exemplo, o vestuário, o mobiliário ou o cardápio e, no interior dos domínios legítimos, segundo os “mercados”, “escolar” ou “extra-escolar”, em que são oferecidas, estabelece-se dois fatos fundamentais: por um lado, a relação estreita que une as práticas culturais (ou as opiniões aferentes) ao capital escolar (avaliado pelos diplomas obtidos) e, secundariamente, à origem social (apreendida através da profissão do pai); e, por outro, o fato de que, no caso de capital escolar equivalente, aumenta o peso da origem social no sistema explicativo das práticas ou das preferências quando nos afastamos dos domínios mais legítimos.¹

Quanto maior for o reconhecimento das competências avaliadas pelo sistema escolar, e quanto mais “escolares” forem as técnicas utilizadas para avaliá-las, tanto mais forte será a relação entre o desempenho e o diploma que, ao servir de indicador mais ou menos adequado ao número de anos de inculcação escolar, garante o capital cultural, quase completamente, conforme ele é herdado da família ou adquirido na escola; por conseguinte, trata-se de um indicador desigualmente adequado deste capital. A correlação mais forte entre o desempenho e o capital escolar como capital cultural reconhecido e garantido pela instituição escolar (responsável, de um modo desigual, por sua aquisição) observa-se quando, ao formular a pergunta sobre o nome dos compositores de uma série de obras musicais, a questão assume a forma de um exercício bastante escolar² sobre os saberes muito semelhantes aos que são ensinados pela instituição escolar e reconhecidos, fortemente, no mercado escolar.

67% dos titulares de um CEP ou de um CAP identificam, no máximo, dois compositores (entre dezesseis obras), contra 45% dos titulares do BEPC, 19% dos *bacheliers*, 17% daqueles que passaram por uma *petite école* ou já iniciaram os estudos superiores e, finalmente, 7% somente dos detentores de um diploma igual ou superior ao de *licence*. Entre os operários ou empregados interrogados, nenhum foi capaz de identificar doze, no mínimo, dos compositores das dezesseis obras propostas; por sua vez, 52% dos produtores artísticos e professores (e 78% dos professores de ensino superior) alcançam este resultado.

A taxa de não-respostas (NR) à pergunta sobre as preferências relativas aos pintores ou às obras musicais depende, também, estreitamente do nível de instrução, opondo fortemente as classes populares, os artesãos e os pequenos comerciantes à classe dominante. (Todavia, como neste caso o fato de responder ou não depende, sem dúvida, tanto das disposições quanto da pura competência, a pretensão cultural característica da nova pequena burguesia – quadros* médios do comércio, membros dos serviços médico-sociais, secretárias, intermediários culturais – encontra uma ocasião para se exprimir). Do mesmo modo, a escuta das estações de rádio mais “eruditas” (*France-Musique* e *France-Culture*) e dos programas musicais e culturais, a posse de um toca-discos, a audição de discos (sem precisar o gênero de música, o que minimiza as diferenças), a frequência dos museus e o nível de competência em pintura, são outros tantos traços que têm todos uma forte correlação entre si, obedecem à mesma lógica e estão associados, estreitamente, ao capital escolar, hierarquizam brutalmente as diferentes classes e frações de classe (a escuta de programas de variedades varia em sentido inverso). Para certas atividades – por exemplo, a prática de uma arte plástica ou tocar um instrumento musical – que pressupõem um capital cultural adquirido, quase sempre, fora da escola e independente (relativamente) do grau de certificado escolar, a correlação – também, bastante forte – com a classe social estabelece-se por intermédio da trajetória social (o que explica a posição particular da nova pequena burguesia).

* A noção de *cadres*, no sentido de *enquadramento* de pessoal, que originalmente fazia referência às forças armadas (por exemplo, conjunto de oficiais e suboficiais que dirigem os soldados de uma tropa), hoje abrange também as categorias de funcionários com posição de direção, de comando ou de controle, logo, com salários mais altos, tanto na burocracia pública quanto nas empresas privadas. (N.T.)

Tabela 1 – As preferências em matéria de canção e de música

filiação de classe	diploma	Guétary	P. Clark	Brassens	Ferré	Danúbio azul	Dança do sabre	Cravo bem temperado	Concerto para a mão esquerda
Classes populares	Sem dipl., CEP ¹ , CAP ²	33	31	38	20	65	28	1	-
	BEPC ³ e acima	17	17	61	22	62,5	12,5	-	-
Classes médias	Sem dipl., CEP, CAP	23	29	41	21	64	26	1,5	1,5
	BEPC e acima, entre os quais:	12,5	19	47,5	39	27	16	8	4
	- BEPC, bac ⁴	12	21	46,5	39	31	17,5	5	4
	- estudos superiores	17	9	54	39	3	5	21	4
Classes superiores	Sem dipl., CEP, CAP	16	44	36	12	17	21	8	8
	BEPC e acima, entre os quais:	5	17	74	35	16	8	15	13
	- BEPC, bac	8,5	24	65	29	14	11	3	6
	- estudos superiores, entre os quais:	4	14,5	77	39	16,5	7	19	15
	- <i>petite école</i> ⁵	5	20	73,5	32	19,5	5,5	10	18
	- <i>licence</i> ⁶	4,5	17	73	34,5	17	9,5	29,5	12
	- <i>agrég.</i> ⁷ , <i>grande école</i> ⁸	-	3	90	49,5	11,5	3	29,5	12

* Para os efetivos, ver a Tabela 3.

Leitura desta tabela: em 100 sujeitos pertencentes às classes populares, titulares do CEP, CAP ou sem diploma, 33 citam Guétary e 31 mencionam Petula Clark, entre os três cantores (em uma lista de doze) de sua preferência; por sua vez, 65 citam o *Danúbio azul* e 28 mencionam a *Dança do sabre*, entre as três obras musicais (em uma lista de doze) de sua preferência.

¹ Certificado de Estudos Profissionalizantes (a partir da 7ª série).

² Certificado de Aptidão Profissional (a partir da 8ª série).

³ Brevê de Estudos do Primeiro Ciclo.

⁴ Abreviatura de *Baccalauréat* que, em francês, designa os exames e, ao mesmo tempo, o diploma conferido ao final do 2º ano do ensino de 2º grau.

⁵ Instituições de ensino superior menores e de menos prestígio, em geral privadas, que oferecem, como as *grandes écoles*, cursos de engenharia, comércio, etc., porém com acesso mais facilitado.

⁶ Diploma universitário que se situa entre o 1º e o 3º ano do ensino superior.

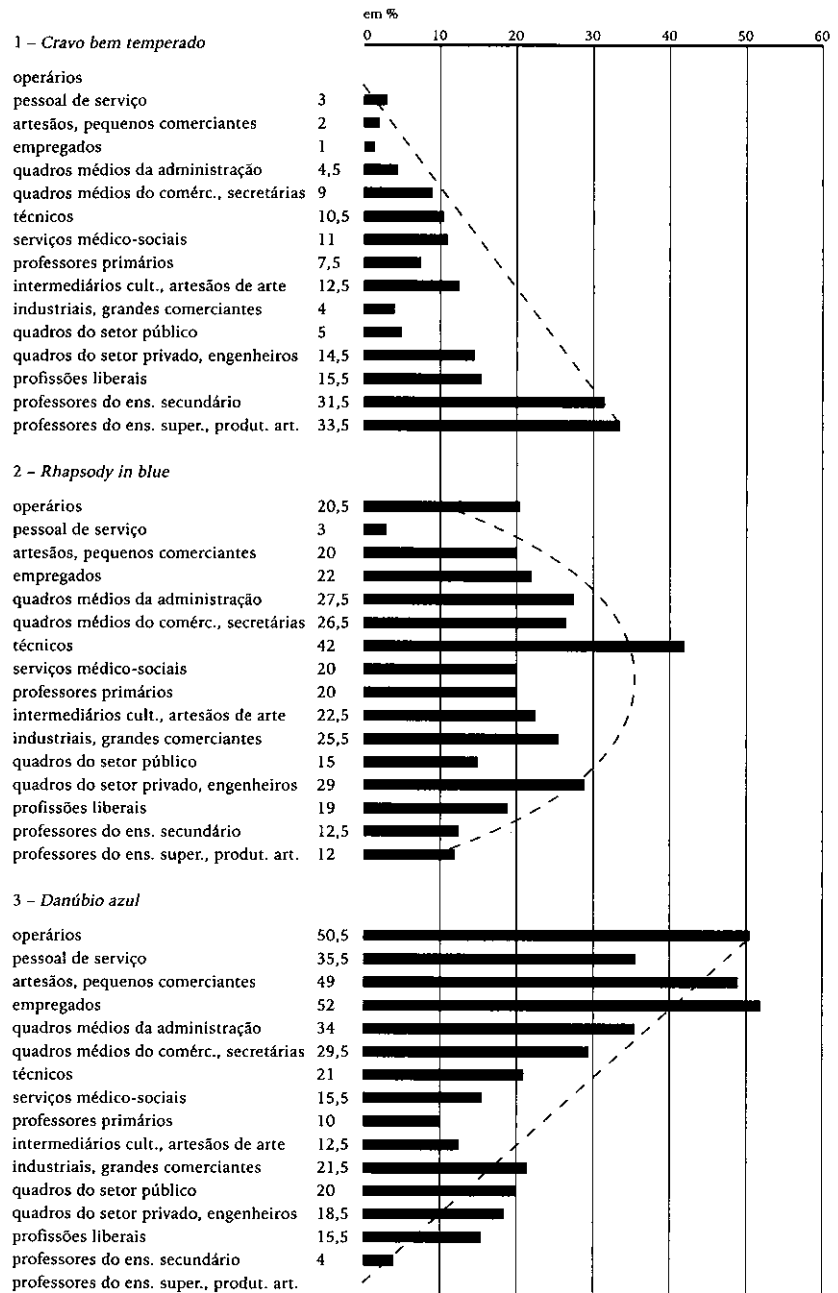
⁷ Concurso destinado a recrutar professores para o liceu e para determinadas faculdades.

⁸ Instituições de ensino superior, independentes do sistema universitário, que recrutam seus estudantes por concurso, oferecem cursos de engenharia, comércio, administração, etc., e se destinam a formar as elites intelectuais e dirigentes da nação.

Quanto mais se avança em direção aos campos mais legítimos, como a música e a pintura – e, no interior destes universos, hierarquizados segundo seu grau modal de legitimidade, em direção a certos gêneros ou obras –, tanto maior é a associação entre as diferenças de capital escolar e importantes diferenças, tanto nos conhecimentos quanto nas preferências: as diferenças entre a música clássica e a canção duplicam-se de diferenças que, produzidas segundo os mesmos princípios, estabelecem a separação, no interior de cada uma delas: entre gêneros, tais como a ópera e a opereta, o *quatuor* e a sinfonia; entre épocas, por exemplo, a música contemporânea e a música antiga; entre autores; e, por último, entre obras. Assim, entre as obras musicais, o *Cravo bem temperado* e o *Concerto para a mão esquerda* (conforme veremos, sua distinção ocorre pelos modos de aquisição e de consumo que eles pressupõem) opõem-se às valsas de Strauss e à *Dança do sabre*, músicas desvalorizadas, seja por sua filiação a um gênero inferior (“a música ligeira”), seja pelo fato de sua divulgação (a dialética da distinção e da pretensão remete as obras de arte legítimas que se “vulgarizam” à “arte média” depreciada);³ do mesmo modo, em matéria de canção, Brassens ou Ferré opõem-se a Guétary e a Petula Clark. Nos dois casos, estas diferenças correspondem a diferenças de capital escolar⁴ (cf. Tabela 1).

O mesmo é dizer que, de todos os objetos oferecidos à escolha dos consumidores, os que determinam *melhor a classe* são as obras de arte legítimas que, globalmente distintas, permitem produzir *distinguos* sem limites pelo jogo das divisões e das subdivisões em gêneros, épocas, maneiras de executar, autores, etc. No universo dos gostos singulares, suscetíveis de serem reengendrados por divisões sucessivas, podemos deste modo distinguir, limitando-nos às oposições mais importantes, três universos de gostos correspondentes, em geral, a níveis escolares e a classes sociais: o *gosto legítimo* – ou seja, o gosto pelas obras legítimas representadas aqui pelo *Cravo bem temperado* (histograma nº 1), a *Arte da fuga*, o *Concerto para a mão esquerda*, ou, na pintura, Bruegel ou Goya, e às quais os estetas mais resolutos podem associar as mais legítimas das obras de arte em vias de legitimação, oriundas do cinema, jazz ou, até mesmo, da canção (no caso concreto, Léo Ferre e Jacques Douai) – cresce com o nível escolar para alcançar a freqüência mais elevada nas frações da classe dominante mais ricas em capital escolar. Em seguida, reunindo, por um lado, as obras menores das artes maiores – aqui, *Rhapsody in Blue* (histograma nº 2), *Rapsódia húngara* ou, ainda, na pintura, Utrillo, Buffet ou, inclusive, Renoir – e, por outro, as obras maiores das artes menores, por exemplo, na canção, Jacques Brel e Gilbert Bécaud, o *gosto “médio”* é mais freqüente nas classes médias que nas classes populares ou nas frações “intelectuais” da classe dominante. Por último, representado, aqui, pela escolha de obras de música chamada “ligeira” ou de música erudita desvalorizada pela divulgação, tais como a música do *Danúbio azul* (histograma nº 3), a *Traviata*, a *Arlésienne* e, sobretudo, as canções desprovidas de qualquer tipo de ambição ou de pretensão artísticas, tais como as de Mariano, Guétary ou Petula Clark, o *gosto “popular”* encontra sua mais elevada freqüência nas classes populares e varia em razão inversa ao capital escolar (essa é a explicação para o fato de ser um pouco mais freqüente entre os empresários da indústria ou do comércio, ou, até mesmo, entre os quadros superiores do que entre os professores primários e os intermediários culturais).⁵

Gráfico 1 – Distribuição, segundo a fração de classe, das preferências por três obras musicais



Uma relação tão estreita quanto aquela que se estabelece, assim, entre o capital escolar (avaliado pelo nível de instrução) e conhecimentos ou práticas em campos tão estranhos ao ensino escolar quanto à música ou à pintura, sem falar do jazz ou do cinema, suscita no mais elevado grau, à semelhança da relação entre a frequência dos museus e o diploma, a questão de sua própria significação, ou seja, da identidade real dos dois termos associados que se definem em sua própria relação: a relação estatística torna manifesta e, ao mesmo tempo, dissimula uma relação semântica que encerra sua verdade. Nada foi explicado, nem compreendido ao ser estabelecida a existência de uma forte correlação entre uma variável chamada independente e uma variável chamada dependente: enquanto não tiver sido determinado o que *designa* no caso particular, ou seja, em cada relação particular, cada um dos termos da relação (por exemplo, o nível de instrução e o conhecimento dos compositores), a relação estatística, por maior que seja a precisão com a qual ela possa ter sido determinada, do ponto de vista numérico, permanece um puro dado, desprovido de sentido. E a parcial compreensão “intuitiva” com a qual, muitas vezes, nos contentamos em semelhante caso, deslocando o esforço no sentido da depuração da medida da “intensidade” da relação, conjuga-se com a *ilusão da constância* das variáveis ou dos fatores resultantes da *identidade nominal* dos indicadores ou dos termos que os designam para interditar o questionamento dos termos associados, “indicadores” de não se sabe bem o quê, sobre o sentido que assumem na relação considerada e que eles recebem desta mesma relação.

Em cada caso, os dois termos da relação devem ser questionados: e a variável independente – profissão, sexo, idade, profissão do pai, moradia, etc. – através da qual podem exprimir-se efeitos muito diferentes, e a variável dependente através da qual podem anunciar-se disposições que, por sua vez, variam bastante fortemente segundo as classes separadas pelas variáveis independentes. Assim, para interpretar adequadamente as diferenças constatadas, entre as classes ou no interior da mesma classe, na relação com as diferentes artes legítimas – pintura, música, teatro, literatura, etc. – seria necessário proceder a uma análise completa dos usos sociais, legítimos ou ilegítimos, aos quais se presta cada uma das artes, obras, instituições, ou cada um dos gêneros considerados. Se nada existe, por exemplo, que permita, tanto quanto os gostos no campo da música, afirmar sua “classe”, nada pelo qual alguém possa ser infalivelmente classificado, é porque, evidentemente, não existe prática para determinar melhor a classe, pelo fato da raridade das condições de aquisição das disposições correspondentes, do que a frequência do concerto ou a prática de um instrumento de música “nobre” (práticas menos disseminadas, no caso em que todas as outras variáveis sejam semelhantes, que a frequência do teatro, dos museus ou, até mesmo, das galerias). Mas é também porque a exibição de “cultura musical” não é uma ostentação cultural como as outras: em sua definição social, a “cultura musical” é algo diferente de uma simples soma de saberes e experiências, acompanhada pela aptidão para discorrer a seu propósito. A música é a mais espiritualista das artes do espírito; além disso, o amor pela música é uma garantia de “espiritualidade”. Basta pensar no valor extraordinário conferido, atualmente, ao léxico da “escuta” pelas versões

secularizadas (por exemplo, psicanalíticas) da linguagem religiosa. Conforme é testemunhado por inumeráveis variações sobre a alma da música e a música da alma, a música está estreitamente relacionada com a “interioridade” (“a música interior”) mais “profunda” e os concertos só podem ser espirituais... Ser “insensível à música” representa, sem dúvida – para um mundo burguês que pensa sua relação com o povo a partir do modelo das relações entre a alma e o corpo – uma forma especialmente inconfessável de materialismo grosseiro. Mas não é tudo. A música é a arte “pura” por excelência: ela nada diz, nem tem *nada para dizer*, como nunca teve uma verdadeira função expressiva, ela opõe-se ao teatro que, até mesmo, em suas formas mais depuradas, continua sendo portador de uma mensagem social e só pode ser “aceito” com base em um acordo imediato e profundo com os valores e as expectativas do público. O teatro provoca divisões e está dividido: a oposição entre o de *rive droite* e o de *rive gauche*,* entre o teatro burguês e o de vanguarda, é inseparavelmente estética e política. Nada disso se passa com a música (se deixarmos de lado algumas raras exceções recentes): a música representa a forma mais radical, mais absoluta, da denegação do mundo e, em especial, do mundo social que, segundo o *ethos* burguês, deve ser obtida de todas as formas de arte.

E, para interpretar adequadamente o que está inscrito em uma tabela de contingência em que se estabelece a relação entre a profissão, idade ou sexo, por um lado, e, por outro, a preferência pelo *Cravo bem temperado* ou pelo *Concerto para a mão esquerda*, seria necessário – rompendo com o uso irrefletido dos indicadores e, ao mesmo tempo, com as falsas análises de essência que se limitam a ser a universalização de uma experiência singular – explicitar completamente as significações múltiplas e contraditórias que, em determinado momento, estas obras assumem para o conjunto dos agentes sociais e, principalmente, para as categorias de indivíduos que se distinguem ou se opõem por seu intermédio (no caso particular, os herdeiros e os recém-chegados): deste modo, seriam levadas em consideração, por um lado, as propriedades socialmente pertinentes que estão associadas a cada uma delas, ou seja, a imagem social das obras (“barroco”/“moderno”, temperamento/dissonância, rigor/lirismo, etc.), dos autores e, sobretudo, talvez, dos instrumentos correspondentes (sonoridade áspera e rugosa da corda pinçada/sonoridade calorosa e burguesa da corda executada com perícia); e, por outro, as propriedades de distribuição que advêm a estas obras em sua relação (percebida, mais ou menos conscientemente, segundo os casos) com as diferentes classes ou frações de classe – “isso faz pensar em...” – e com as condições correlatas da recepção (conhecimento – tardio – pelo disco/conhecimento – precoce – pela prática do piano, ou seja, o instrumento burguês por excelência).⁶

E vê-se, também, tudo o que exigiria uma interpretação adequada da predileção burguesa pelos “impressionistas”, cuja adesão, a um só tempo, lírica e naturalista à natureza natural ou humana se opõe tanto a uma representação realista ou crítica do mundo social (eis aí, sem dúvida, uma das dimensões da oposição entre Renoir e Goya, sem falar de

* Referência às margens do rio Sena ao atravessar Paris: assim, a direita (*rive droite*) é considerada mais “burguesa” (por exemplo, localização da *Opéra* e da sala de teatro da *Comédie française*); enquanto a esquerda (*rive gauche*) ganhou a reputação de vanguardista (a região do *Quartier latin*, o prédio da *Sorbonne*...). (N.T.)

Courbet ou de Daumier), quanto a todas as formas de abstração. Do mesmo modo, para compreender a distribuição da prática dos diferentes esportes entre as classes, seria necessário levar em consideração a representação que, em função dos esquemas de percepção e de apreciação que lhes são próprios, as diferentes classes têm gastos (de ordem econômica, cultural e “física”) e benefícios associados aos diferentes esportes, benefícios “físicos” imediatos ou diferidos (saúde, beleza, força – visível com o culturismo, ou invisível com o higienismo, etc.), benefícios econômicos e sociais (promoção social, etc.), benefícios simbólicos, imediatos ou diferidos, relacionados com o valor distribucional ou posicional de cada um dos esportes considerados (isto é, tudo o que advém a cada um deles pelo fato de sua maior ou menor raridade e de estar mais ou menos claramente associado a uma classe: assim, boxe, futebol, rugby ou culturismo evocam as classes populares; tênis e esqui, a burguesia; e golfe, a grande burguesia), benefícios de distinção proporcionados pelos efeitos exercidos sobre o próprio corpo (por exemplo, magreza, bronzeado da pele, musculatura mais ou menos aparente, etc.) ou pelo acesso a grupos altamente seletivos, obtido pela prática de alguns deles (golfe, pólo, etc.).

Portanto, escapar completamente ao intuicionismo – que é o acompanhamento inevitável da confiança positivista na identidade nominal dos indicadores – só seria possível com a condição de submeter o valor social de cada uma das propriedades ou das práticas consideradas – cômoda Luís XV ou sinfonia de Brahms, leitura da revista *Historia* ou do jornal *Le Figaro*, prática do rugby ou do acordeão, e assim por diante – a uma análise *propriamente interminável*. Leríamos, sem dúvida, de um modo menos irrefletido, as distribuições segundo a classe da leitura dos jornais se tivéssemos em mente a análise feita por Proust do “ato abominável e voluptuoso designado pela expressão *ler o jornal* e graças ao qual todas as desgraças e cataclismos do universo, durante as últimas vinte e quatro horas, as batalhas que custaram a vida a cinquenta mil homens, os crimes, as greves, as bancarrotas, os incêndios, os envenenamentos, os suicídios, os divórcios, as cruéis emoções do estadista e do ator, transmutados para nosso uso pessoal – para nós que não temos qualquer interesse nessas matérias – em um banquete matinal, associam-se excelentemente, de um modo particularmente excitante e tônico, à ingestão recomendada de alguns goles de café com leite” (M. Proust, “Sentiments filiaux d’un parricide”, in *Pastiches et mélanges*, Paris, Gallimard, 1ª ed., 1919; col. Idées, 1970, p. 200). Esta descrição da *variante estética* convida a uma análise das *variações* segundo a classe, assim como dos *invariantes* da experiência mediata e relativamente abstrata do mundo social proporcionada pela leitura do jornal em função, por exemplo, das variações do distanciamento social e espacial (em um extremo, as notícias locais dos jornais regionais, casamentos, óbitos, acidentes; e, no outro, as informações internacionais ou, segundo outra métrica, os casamentos palacianos e os noivados principescos das revistas) ou do engajamento político (desde o desprendimento, bem ilustrado pelo texto de Proust, até a indignação ou entusiasmo do militante).

De fato, ocorre que a ausência de tal análise prévia da *significação social* dos indicadores torna as mais rigorosas pesquisas, na aparência, completamente impróprias à leitura sociológica: assim, ignorando que a constância aparente dos produtos dissimula a diversidade dos usos sociais a que são submetidos, certo número de pesquisas de

consumo aplicam-lhes taxinomias que, oriundas diretamente do inconsciente social dos estatísticos, juntam o que deveria ficar separado (por exemplo, feijão branco com vagem) e separam o que poderia estar reunido (por exemplo, feijões brancos com bananas: estas representam para as frutas o que aqueles são para os legumes): o que dizer, de fato, a respeito do conjunto dos produtos separados pela categoria, aparentemente neutra, “cereais” – pão, torradas, arroz, massa, farinha – e que dizer, sobretudo, das variações do consumo em relação a estes produtos segundo as classes sociais quando se sabe que, limitando-nos ao “arroz”, ele dissimula o “arroz doce” ou o “arroz refogado com gordura”, preferencialmente, populares; o “risoto ao curry”, de preferência, “burguês” ou, de modo mais preciso, “intelectual”; sem falar do “arroz integral” que, por si só, evoca um verdadeiro estilo de vida? Se, evidentemente, não existem produtos “naturais” ou fabricados que se adaptem, por igual, a todos os usos sociais possíveis, ocorre que é reduzido, sem dúvida, o número daqueles que são perfeitamente “unívocos” e que é bem raro que se possa deduzir, de alguma forma, o uso social da própria coisa: se excetuarmos os produtos fabricados propositalmente para determinado uso (como o chamado pão de regime) ou estreitamente associados a uma classe, seja pela tradição (como o chá), seja pelo preço (como o caviar), a maior parte dos produtos só recebe seu valor social do uso social a que é submetido; de tal modo que, nestas matérias, as variações segundo a classe só podem ser encontradas com a condição de introduzi-los na hora, substituindo as palavras e as coisas, cuja univocidade aparente não opõe qualquer dificuldade às classificações abstratas do inconsciente escolar, pelos usos sociais em que eles encontram sua determinação completa, pelas maneiras de fotografar ou de cozinhar, na panela ou na panela de pressão, ou seja, sem contar o tempo, nem o dinheiro, ou em rapidez e de modo econômico, ou pelos produtos dessas operações, ou seja, fotografias de família ou de danças folclóricas, carne de panela ou risoto ao curry.⁷

Mas, sem dúvida, na busca dos “fatores explicativos” é que o modo de pensamento substancialista pode manifestar-se plenamente: deslizando do substantivo para a substância, conforme sugere Wittgenstein, da constância do substantivo para a constância da substância, trata as propriedades associadas aos agentes – profissão, idade, sexo ou diploma – como se fossem *forças* independentes da relação em que elas “atuam”: assim, é excluída a questão do que é determinante na variável determinante e do que é determinado na variável determinada, ou seja, a questão do que, entre as propriedades adotadas, consciente ou inconscientemente, através dos indicadores considerados, constitui a *propriedade pertinente*, capaz de determinar realmente a relação no interior da qual ela se determina. O cálculo puramente estatístico das variações da intensidade da relação entre tal indicador e esta ou aquela prática não autoriza a dispensar o cálculo propriamente sociológico dos *efeitos* que se exprimem na relação estatística e cuja descoberta pode ocorrer com a contribuição da análise estatística quando ela está orientada para a busca de sua própria inteligibilidade. Mediante somente um trabalho que, tomando a própria relação como objeto, questiona sua significação sociológica e não a significatividade estatística, é que se pode substituir a relação entre uma variável supostamente constante e diferentes práticas por uma série de *efeitos* diferentes, relações constantes sociologicamente inteligíveis que se manifestam e se dissimulam, a um só tempo, nas relações estatísticas entre o mesmo

indicador e diferentes práticas. Em vez da relação fenomenal entre esta ou aquela “variável dependente” e certas variáveis – por exemplo, o nível de instrução ou a origem social – que não passam de *noções comuns* e cuja aparente “virtude explicativa” baseia-se nos hábitos do *conhecimento comum* do mundo social, o trabalho científico, mediante uma ruptura com as falsas evidências da compreensão imediata (que recebem um reforço inesperado dos falsos requintes da análise estatística – penso, por exemplo, na *path analysis*), esforça-se por adotar “o nexos exato de conceitos bem definidos”,⁸ princípio racional dos efeitos registrados, *apesar de tudo*, pela relação estatística: por exemplo, nexos entre os títulos de nobreza (ou, inversamente, as marcas da infâmia) atribuído pelo sistema de ensino e pelas práticas que eles implicam ou, ainda, entre a disposição exigida pelas obras de arte legítima e a disposição inculcada, sem que seja conhecida ou desejada, de modo explícito, pela *scholè* escolar.

O efeito do título

Conhecendo a relação que, pelo fato da lógica da transmissão do capital cultural e do funcionamento do sistema escolar, estabelece-se entre o capital cultural herdado da família e o capital escolar, seria impossível imputar unicamente à ação do sistema escolar (nem, por maior força de razão, à educação propriamente artística – quase inexistente, como pode ser constatado com toda a evidência – que, porventura, tivesse sido proporcionada por esse sistema) a forte correlação observada entre a competência em matéria de música ou pintura (e a prática que ela pressupõe e torna possível) e o capital escolar: de fato, este capital é o produto garantido dos efeitos acumulados da transmissão cultural assegurada pela família e da transmissão cultural assegurada pela escola (cuja eficácia depende da importância do capital cultural diretamente herdado da família). Pelas ações de inculcação e imposição de valor exercidas pela instituição escolar, esta contribui também (por uma parte mais ou menos importante, segundo a disposição inicial, ou seja, segundo a classe de origem) para constituir a disposição geral e transponível em relação à cultura legítima que, adquirida a propósito dos saberes e das práticas escolarmente reconhecidos, tende a aplicar-se para além dos limites do “escolar”, assumindo a forma de uma propensão “desinteressada” para acumular experiências e conhecimentos que nem sempre são rentáveis diretamente no mercado escolar.⁹

De fato, a tendência da disposição culta para a generalização é apenas a condição permissiva do esforço de apropriação cultural que está inscrita como uma *exigência* objetiva na filiação à burguesia e, deste modo, nos títulos que abrem o acesso aos direitos e deveres da burguesia. Eis porque convém deter-se, em primeiro lugar, no efeito, sem dúvida, mais bem dissimulado da instituição escolar, ou seja, aquele que produz a *imposição de títulos*, caso particular do *efeito de atribuição estatutária*, positiva (enobrecimento) ou negativa (estigmatização), que todo grupo produz ao fixar os indivíduos em classes hierarquizadas. Diferentemente dos detentores de um capital cultural desprovido da certificação escolar que, a todo o momento, podem ser intimidados a apresentar seus comprovantes, por serem identificados apenas pelo que fazem, simples filhos de suas obras culturais, os detentores de títulos de nobreza cultural – neste aspecto, semelhantes aos detentores de títulos nobiliárquicos, cujo ser, definido pela fidelidade a um sangue, solo, raça, passado, pátria e

tradição, é irreduzível a um fazer, competência ou função – basta-lhes ser o que são porque todas as suas práticas valem o que vale seu autor, sendo a afirmação e a perpetuação da *essência* em virtude da qual elas são realizadas.¹⁰ Definidos pelos títulos que os predis põem e os legitimam a ser o que são, que transformam o que fazem na manifestação de uma *essência* anterior e superior a suas manifestações, segundo o sonho platônico da divisão das funções baseada em uma hierarquia dos seres, eles estão separados, por uma diferença de natureza, dos simples plebeus da cultura que, por sua vez, estão votados ao estatuto, duplamente desvalorizado, de autodidata e de “substituto”.¹¹ As nobrezas são *essencialistas*: ao julgarem a existência como uma emanção da *essência*, deixam de considerar por eles mesmos os atos, fatos ou más ações repertoriados nos atestados de serviço e nas folhas corridas da memória burocrática; elas atribuem-lhes valor apenas na medida em que manifestam claramente, nos matizes da maneira de ser, que seu único princípio é a perpetuação e a ilustração da *essência em virtude da qual* eles são realizados. Esse mesmo essencialismo leva-as a impor a si mesmas o que lhes impõe sua *essência* – “noblesse oblige” (quem é nobre deve proceder como tal) –, a exigir de si mesmas o que ninguém poderia exigir delas, a provar a si mesmas que estão à altura de si mesmas, ou seja, de sua *essência*.¹² Compreende-se como se exerce o efeito das marcas e das classificações escolares. Mas para compreendê-lo plenamente, convém levar em consideração esta outra propriedade de todas as nobrezas: a *essência* em que elas se reconhecem não se deixa confinar em uma definição; escapando ao rigor mesquinho da regra ou do regulamento, ela é liberdade por natureza. Assim, para a nobreza escolar, a identificação à *essência* do “homem culto” e a aceitação das exigências que aí estão inscritas implicitamente – e serão tanto mais extensas quanto mais prestigioso for o título – constituem uma só e mesma coisa.

Nada há, portanto, de paradoxal no fato de que a instituição escolar defina, em seus fins e seus meios, o esforço de *autodidaxia legítima* pressuposta pela aquisição de uma “cultura geral”, aliás, empreendimento cada vez mais fortemente exigido à medida que alguém se eleva na hierarquia escolar (entre as seções, disciplinas e especialidades, etc., ou entre os níveis). Ao utilizar a expressão *essencialmente contraditória* – autodidaxia legítima –, pretendíamos indicar a diferença de natureza que separa a “cultura livre”, altamente valorizada, do detentor de diplomas e a cultura livre ilegítima do autodidata: o leitor da revista *Science et Vie* que fala de código genético ou de tabu do incesto expõe-se ao ridículo desde que se aventure fora do universo de seus semelhantes, enquanto Lévi-Strauss ou Monod limitam-se a extrair um suplemento de prestígio de suas incursões no terreno da música ou da filosofia. A cultura livre ilegítima, tratando-se dos conhecimentos acumulados pelo autodidata ou da “experiência” adquirida na prática e pela prática fora do controle da instituição especificamente encarregada de inculcá-la e de sancionar oficialmente sua aquisição – como a arte culinária ou a arte da jardinagem, as competências artesanais ou os conhecimentos insubstituíveis do substituto –, só é válida na estrita medida de sua eficácia técnica, sem nenhum valor social agregado, e está exposta à sanção jurídica (como o exercício ilegal da medicina) quando, deixando o universo privado, faz concorrência às competências autorizadas.

Portanto, na definição tácita do diploma, ao assegurar *formalmente* uma competência específica (por exemplo, um diploma de engenheiro), está inscrito que ele garante *realmente* a posse de uma “cultura geral”, tanto mais ampla e extensa quanto mais prestigioso for

esse documento;¹³ e, inversamente, que é impossível exigir qualquer garantia real sobre o que ele garante formal e realmente, ou, se preferirmos, sobre o grau que é a garantia do que ele garante. Este efeito de imposição simbólica atinge sua máxima intensidade com os alvarás da burguesia cultural: certos diplomas – por exemplo, aqueles que, na França, são atribuídos pelas *Grandes écoles* – garantem, sem outras garantias, uma competência que se estende muito além do que, supostamente, é garantido por eles, com base em uma cláusula que, por ser tácita, impõe-se, antes de tudo, aos próprios portadores desses diplomas que, deste modo, são intimados a assenhorear-se realmente dos atributos que, estatutariamente, lhes são conferidos.¹⁴

Este efeito exerce-se em todas as fases do *cursus*, através da manipulação das aspirações e exigências – ou, se preferirmos, da própria imagem e da auto-estima –, operada pelo sistema escolar ao orientar os alunos para posições prestigiosas ou desvalorizadas que implicam ou excluem a prática legítima: o efeito do que os autores de língua inglesa chamam a *alocação* – ou seja, a designação de uma seção, disciplina (filosofia ou geografia, matemática ou geologia, para nos situarmos nos extremos) ou estabelecimento (*Grande école*, maior ou menor, ou faculdade) – exerce-se, principalmente, por intermédio da imagem social da posição considerada e do futuro que se encontra aí objetivamente inscrito, incluindo, em grau elevado, certa tentativa de acúmulo cultural e certa imagem da plena realização cultural.¹⁵ As diferenças oficiais produzidas pelas classificações escolares tendem a produzir (ou fortalecer) diferenças reais ao produzirem, nos indivíduos classificados, a crença, reconhecida e defendida coletivamente, nas diferenças e ao produzirem, assim, as condutas destinadas a aproximar o ser real do ser oficial. Certas atividades tão estranhas às exigências explícitas e expressas da instituição quanto o fato de manter um diário íntimo ou de exagerar a maquilagem, de freqüentar o teatro ou os *dancings*, de escrever poemas ou jogar rugby, podem assim encontrar-se inscritas na posição considerada, no interior da instituição, como uma *exigência tácita*, evocada continuamente por diversas mediações, das quais as mais insignificantes não são as expectativas conscientes ou inconscientes dos professores, nem a pressão coletiva do grupo dos pares, por sua vez, definida em sua orientação ética pelos valores de classe introduzidos na instituição e fortalecidos por ela. Este efeito de *alocação* – e o efeito de atribuição estatutária implicado nele – contribuem, sem dúvida, em grande parte, para fazer com que a instituição escolar consiga impor práticas culturais que ela não inculca, nem sequer exige expressamente, mas que estão incluídos nos *atributos estatutariamente associados* às posições que ela concede, aos diplomas que confere e às posições sociais, cujo acesso é obtido por esses diplomas.

Esta lógica tem a ver, certamente, com o fato de que a disposição legítima adquirida pela freqüência de uma classe particular de obras, a saber, as obras literárias e filosóficas reconhecidas pelo cânon escolar, estende-se a outras obras, menos legítimas, tais como a literatura de vanguarda, ou a domínios menos reconhecidos escolarmente, por exemplo, o cinema: a tendência para a generalização está inscrita no próprio princípio da disposição para *reconhecer* as obras legítimas, propensão e aptidão para reconhecer sua legitimidade e percebê-las como dignas de serem admiradas em si mesmas que é, inseparavelmente, aptidão para reconhecer nelas algo já conhecido, a saber, os traços estilísticos próprios para caracterizá-las em sua singularidade (“trata-se de um Rembrandt” e, até mesmo, “trata-se do *Homem com capacete*”) ou enquanto pertencem a uma classe de obras (“trata-

se de um Impressionista”). Assim, explica-se que a propensão e a aptidão para acumular saberes “gratuitos”, tais como o nome dos diretores de filmes, estão associadas ao capital escolar de maneira mais estreita e exclusiva que a simples frequência das salas de cinema que varia, sobretudo, em função da renda, moradia e idade.

Avaliada pelo número de filmes assistidos entre as vinte fitas propostas, a frequência das salas de cinema é mais baixa entre os menos instruídos que entre os mais instruídos, assim como entre os interioranos (em Lille) que entre os parisienses, entre as rendas baixas que entre as altas, entre os velhos que entre os jovens. E as mesmas relações observam-se nas pesquisas do *Centre d'études des supports de publicité*: a parcela daqueles que afirmam ter ido uma vez, pelo menos, ao cinema, durante a semana precedente à pesquisa (indicador de prática mais seguro que uma questão que avalia os hábitos de frequência no decorrer do ano em que a tendência para a sobredeclaração é particularmente forte) é um pouco mais elevada entre os homens que entre as mulheres (7,8% contra 5,3%); na aglomeração parisiense (10,9%) que nas cidades com um número de habitantes superior a 100.000 pessoas (7,7%) ou nos municípios rurais (3,6%); entre os quadros de nível superior e os membros das profissões liberais (11,1%) que entre os quadros médios (9,5%), empregados (9,7%), operários qualificados e contramestres (7,3%), operários sem qualificação (6,3%), pequenos empresários (5,2%) ou agricultores (2,6%). Mas, a diferença é, sobretudo, bastante marcante entre os mais jovens (22,4% da faixa etária entre 21-24 anos tinham ido uma vez, pelo menos, ao cinema, na semana precedente) e os mais velhos (essa frequência verificou-se para 3,2% da faixa etária entre 35-49 anos; 1,7%, entre 50-64 anos; e 1,1%, com idade superior a 65 anos) e entre os detentores de maior e de menor grau de instrução (18,2% haviam cursado o ensino superior contra 9,5% com estudos secundários e 2,2% com o ensino primário ou sem estudos).¹⁶

O conhecimento do nome dos diretores de filmes está muito mais estreitamente associado ao capital cultural possuído que a simples frequência das salas de cinema: somente 5% dos indivíduos que têm um diploma elementar conseguem citar, no mínimo, o nome de quatro diretores (em uma lista de vinte filmes) contra 10% daqueles que têm o BEPC ou o *baccalauréat* e 22% daqueles que cursaram o ensino superior, ao passo que a parcela daqueles que, no interior de cada uma dessas categorias, haviam assistido, pelo menos, a quatro das fitas propostas eleva-se a 22%, 33% e 40%, respectivamente. Assim, apesar da variação do simples consumo de filmes estar dependente também do capital escolar (menos, todavia, que a frequência dos museus e dos concertos), parece que as diferenças de consumo são insuficientes para explicar completamente as diferenças verificadas em relação ao conhecimento do nome dos diretores de filmes que separam os detentores de diplomas escolares diferentes; ora, sem dúvida, esta conclusão seria válida, também, em relação ao jazz, às histórias em quadrinhos, ao romance policial ou à ficção científica, desde o momento em que teve início a consagração destes gêneros.¹⁷ Prova suplementar: apesar do leve aumento também em função do nível de instrução (passando de 13% em relação aos menos diplomados para 18% dos que cursaram o ensino secundário e para 23% em relação aos mais diplomados), é sobretudo em função do número de filmes assistidos que varia, e fortemente, o *conhecimento dos atores* que, à semelhança do conhecimento dos mais insignificantes acontecimentos da vida dos apresentadores e

das apresentadoras da televisão, pressupõe uma disposição mais parecida àquela que exige a aquisição dos saberes habituais sobre as coisas e as pessoas da vida cotidiana e não tanto à disposição legítima; e, de fato, os nomes de atores mencionados pelos menos diplomados que vão, freqüentemente, ao cinema coincidem, em número, como os nomes citados pelos mais diplomados dos cinéfilos.¹⁸ Ao contrário, se o conhecimento do nome dos diretores de filmes cresce, em nível igual de instrução, em função do número de fitas assistidas, a freqüência regular das salas de cinema é insuficiente, neste domínio, para compensar a ausência de capital escolar: 45,5% dos titulares de um CEP que assistiram, pelo menos, a quatro fitas propostas são incapazes de citar o nome de um único diretor contra 27,5% dos titulares de um BEPC ou do *baccalauréat* e 13% dos diplomados de ensino superior.

Semelhante competência não se adquire, necessariamente, pelo trabalho caricaturalmente escolar empreendido por certos “cinéfilos” ou “jazzófilos” (por exemplo, aqueles que organizam um fichário com o crédito dos filmes);¹⁹ na maior parte das vezes, ela é o produto das aprendizagens, sem intenção, tornando possível uma disposição adquirida através da aquisição familiar ou escolar da cultura legítima. Armada com um conjunto de esquemas de percepção e apreciação de aplicação geral, esta disposição transponível é o que dispõe a tentar outras experiências culturais e permite percebê-las, classificá-las e memorizá-las de outro modo: assim, no caso em que uns terão assistido apenas a um “*western* com Burt Lancaster”, os outros terão feito a “descoberta de um John Sturges no início de carreira” ou do “último Sam Peckinpah”, ajudados na identificação do que é digno de ser visto e da maneira adequada de assistir a tal fita pelo seu grupo (a partir de comentários: “você já assistiu...?” ou “tem de assistir a...” que constituem outras tantas chamadas à ordem) e por todo o acervo de críticas que lhes servem de referência para produzir as classificações legítimas e o discurso de acompanhamento obrigatório de qualquer degustação artística digna desse nome.

Estas análises seriam suficientes para explicar que determinadas práticas culturais não ensinadas nem exigidas expressamente pela instituição escolar variam, de maneira também estreita, em função do diploma (considerando, evidentemente, que renunciamos provisoriamente a distinguir o que, na correlação observada, cabe à escola ou às outras instâncias de socialização, em particular, a família). Mas, é impossível explicar completamente a função exercida pelo diploma no sentido de ser uma condição de acesso ao universo da cultura legítima, sem levar em consideração outro efeito, ainda mais bem dissimulado, que a instituição escolar – reduplicando, assim, neste aspecto, a ação da família burguesa – exerce por intermédio das próprias condições da inculcação. É através do diploma que são designadas certas condições de existência, aquelas que constituem a condição da aquisição do diploma e, também, da disposição estética, ou seja, o mais rigorosamente exigido de todos os direitos de entrada que, sempre tacitamente, é imposto pelo universo da cultura legítima: antecipando em relação à demonstração, pode-se afirmar, simplificando, que os diplomas aparecem como uma garantia da aptidão para adotar a disposição estética porque eles estão associados seja a uma origem burguesa, seja ao modo de existência quase burguês pressuposto pela aprendizagem escolar prolongada, ou – e esse é o caso mais freqüente – às duas propriedades reunidas.

A disposição estética

O reconhecimento de que toda a obra legítima tende a impor, *de fato*, as normas de sua própria percepção e, tacitamente, define o modo de percepção que aciona certa disposição e certa competência como o único legítimo, não é uma tentativa para constituir em essência um modo de percepção particular, sucumbindo assim à ilusão que serve de fundamento ao reconhecimento da legitimidade artística, mas para consignar o fato de que todos os agentes, queiram ou não, sejam possuidores ou não dos meios de se conformarem, encontram-se objetivamente enquadrados por estas normas. Ao mesmo tempo, é adotar a possibilidade de determinar se, conforme pretende a ideologia carismática da relação com a obra de arte, estas disposições e estas competências são dons da natureza ou produtos da aprendizagem, desvelando as condições dissimuladas do milagre da distribuição desigual, entre as classes, da aptidão para o encontro inspirado com a obra de arte e, de um modo mais geral, com as obras de cultura erudita.

Qualquer análise relativa à essência da disposição estética, única maneira socialmente considerada como “conveniente” para abordar os objetos socialmente designados como obras de arte, ou seja, exigindo e, ao mesmo tempo, merecendo ser abordados segundo uma intenção propriamente estética, capaz de reconhecê-los e constituí-los como obras de arte, está necessariamente destinada ao fracasso: de fato, recusando levar em consideração a gênese coletiva e individual deste produto da história que deve ser indefinidamente reproduzido pela educação, ela interdita-se de restituir-lhe sua única razão de ser, ou seja, a razão histórica que serve de fundamento à necessidade arbitrária da instituição. Se a obra de arte é exatamente, conforme observa Erwin Panofsky, o que exige ser percebido segundo uma intenção estética (*demand to be experienced esthetically*) e se, por outro lado, qualquer objeto, seja natural ou artificial, pode ser percebido segundo uma intenção estética, como escapar à conclusão de que é a intenção estética que “faz” a obra de arte ou, transpondo uma fórmula de Saussure, que é o ponto de vista estético que cria o objeto estético? Para sair do círculo, Panofsky tem de conferir à obra de arte uma “intenção” no sentido da escolástica: uma percepção puramente “prática” contradiz esta intenção objetiva, da mesma forma que uma percepção estética constituiria, de algum modo, uma negação prática da intenção objetiva de um sinal – por exemplo, o sinal vermelho, no trânsito – que exige uma resposta “prática”, ou seja, frear. Assim, no interior da classe dos objetos trabalhados que, por sua vez, são definidos por oposição aos objetos naturais, a classe dos objetos de arte definir-se-ia pelo fato de que ela exige ser percebida segundo uma intenção propriamente estética, ou seja, de preferência, em sua *forma* e não em sua *função*. Mas como tornar operatória tal definição? O próprio Panofsky observa que é praticamente impossível determinar cientificamente em que momento um objeto trabalhado se torna uma obra de arte, ou seja, em que momento a forma prevalece em relação à função: “Quando escrevo para um amigo, convidando-o para jantar, minha carta é, antes de tudo, um instrumento de comunicação; no entanto, quanto mais atenção presto à forma da minha escrita, tanto maior é a tendência para que ela se torne uma obra de caligrafia; quanto mais atento estou à forma de minha linguagem,

tanto maior é a tendência para que ela se torne uma obra literária ou poética”.²⁰ Neste caso, será que a linha de demarcação entre o mundo dos objetos técnicos e o mundo dos objetos estéticos depende da “intenção” do produtor destes objetos? De fato, esta “intenção” é, por sua vez, o produto das normas e das convenções sociais que contribuem para definir a fronteira, sempre incerta e historicamente mutável, entre os simples objetos técnicos e os objetos de arte: “O gosto clássico, observa Panofsky, exigia que as cartas privadas, os discursos oficiais e os escudos dos heróis fossem *artísticos* (...) enquanto o gosto moderno exige que a arquitetura e os cinzeiros sejam *funcionais*”.²¹ No entanto, a apreensão e a apreciação da obra dependem, também, da intenção do espectador a qual, por sua vez, é função das normas convencionais que regulam a relação com a obra da arte em determinada situação histórica e social; e, ao mesmo tempo, da aptidão do espectador para conformar-se a essas normas, portanto, de sua formação artística. Para sair da aporia, basta observar que o ideal da percepção “pura” da obra de arte, enquanto obra de arte, é o produto da explicitação e da sistematização dos princípios da legitimidade propriamente artística que acompanham a constituição de um campo artístico relativamente autônomo. O modo de percepção estética na forma “pura” assumido, atualmente, por ele corresponde a determinado estado do modo de produção artística: uma arte que, por exemplo, à semelhança de qualquer pintura pós-impressionista, é o produto de uma intenção artística afirmando o *primado absoluto da forma sobre a função*, do modo de representação sobre o objeto da representação, exige *categoricamente* uma disposição puramente estética que a arte anterior exigia apenas condicionalmente; a ambição demiúrgica do artista, capaz de aplicar a um objeto *qualquer* a intenção pura de uma pesquisa artística que é para si mesma seu fim, faz apelo à infinita disponibilidade do esteta capaz de aplicar a intenção propriamente estética a qualquer objeto, tenha sido ou não produzido segundo uma intenção artística.

Objetivação desta exigência, o museu de arte é a disposição estética constituída em instituição: de fato, nada manifesta e realiza melhor a autonomização da atividade artística, em relação a interesses ou a funções extra-estéticas, que a justaposição de obras que, originalmente subordinadas a funções completamente diferentes, até mesmo, incompatíveis – crucifixo e fetiche, *Pietà* e natureza-morta – exigem tacitamente que a atenção seja prestada, de preferência, à forma e não à função, à técnica e não ao tema, e que, construídas segundo estilos perfeitamente exclusivos e, no entanto, igualmente necessários, questionam praticamente a expectativa de uma representação realista tal como a definem os cânones arbitrários de uma estética familiar, conduzindo assim naturalmente do relativismo estilístico à neutralização da própria função de representação. O acesso de objetos, até então, tratados como curiosidades de colecionadores ou de documentos históricos e etnográficos, ao estatuto de obras de arte materializou a onipotência do olhar estético e, ao mesmo tempo, tornou difícil ignorar que, sob pena de ser apenas uma afirmação decisória e, por conseguinte, suspeita, deste poder absoluto, a contemplação artística deveria comportar, daqui em diante, um componente erudito próprio para invalidar a ilusão da iluminação imediata que é um elemento indispensável do prazer puro.

O gosto puro e o "gosto bárbaro"

Em suma, não há dúvida de que nunca foi exigido tanto do espectador, daqui em diante, intimado a re-produzir a operação originária pela qual o artista (com a cumplicidade de todo o campo intelectual) produziu este novo fetiche.²² Mas também, não há dúvida de que nunca lhe foi dado tanto em retorno: o exibicionismo ingênuo do "consumo ostensivo" que procura a distinção na exibição primária de um luxo mal dominado, nada é ao lado da capacidade única do olhar puro, poder quase criador que separa do comum por uma diferença radical já que, aparentemente, está inscrita nas "pessoas". E basta ler Ortega y Gasset para perceber todo o reforço que a ideologia carismática do dom encontra nesta arte "impopular por essência, melhor ainda, antipopular" que, em sua opinião, é a arte moderna e no "curioso efeito sociológico" que ela produz ao dividir o público em duas "castas antagonistas": "aqueles que a compreendem e aqueles que não a compreendem". "Isto, afirma Ortega, implica que uns possuam um órgão de compreensão recusado, ao mesmo tempo, aos outros; que se trata de duas variedades distintas da espécie humana. A nova arte não é para todo o mundo, à semelhança da arte romântica, mas destina-se a uma minoria dotada de dons especiais". E ele imputa à "humilhação" e ao "obscuro sentimento de inferioridade" inspirado por esta "arte de privilégio, de nobreza de nervos e de aristocracia instintiva", a irritação que ela suscita na massa "indigna dos sacramentos artísticos": "Durante um século e meio, o 'povo', a massa pretendeu ser toda a sociedade. A música de Stravinsky ou o drama de Pirandello têm o poder sociológico de obrigá-lo a aperceber-se tal como ele é, como 'simples povo', mero ingrediente entre outros da estrutura social, inerte matéria do processo histórico, fator secundário do cosmo espiritual. Por outro lado, a arte jovem contribui, também, para que os 'melhores' se conheçam e se reconheçam na monotonia da plebe e fiquem sabendo de sua missão: seu número é reduzido e têm de lutar contra a multidão".²³ E para demonstrar que a imaginação autolegitimadora dos *happy few* não tem limites, convém citar ainda este texto recente de Suzanne Langer considerada unanimemente como uma das "world's most influential philosophers": "Outrora, as massas não tinham acesso à arte; a música, a pintura e, até mesmo, os livros, eram prazeres reservados às pessoas ricas. Seria possível supor que os pobres, o 'vulgar', poderiam igualmente usufruir dela se lhes tivesse sido dada essa oportunidade. Mas, atualmente, em que cada um tem a possibilidade de ler, visitar museus, escutar a grande música, pelo menos, no rádio, o julgamento das massas sobre estas coisas tornou-se uma realidade e, através dele, tornou-se evidente que a grande arte não é um prazer direto dos sentidos (*a direct sensuous pleasure*). Caso contrário, ela lisonjearia – à semelhança dos bolos ou dos coquetéis – tanto o gosto sem educação, quanto o gosto culto".²⁴

Conviria não acreditar que a relação de distinção (que pode implicar, ou não, a intenção consciente de distinguir-se do comum) seja um componente acessório e auxiliar da disposição estética. O olhar puro implica uma ruptura com a atitude habitual em relação ao mundo que é, por isso mesmo, uma ruptura social. Pode-se concordar com Ortega y Gasset quando ele atribui à arte moderna – que se limita a levar até suas últimas conseqüências uma intenção inscrita na arte desde o Renascimento – a recusa sistemática de tudo o que é "humano", entendendo por essa palavra, as emoções, os sentimentos que os homens *comuns* experimentam em sua existência *comum* e, ao mesmo tempo, todos

os temas ou objetos capazes de suscitá-los: “As pessoas apreciam um drama quando conseguem interessar-se pelos destinos humanos que lhes são propostos” e nos quais “elas participam como se tratasse de acontecimentos reais da vida”.²⁵ Rejeitar o “humano” é, evidentemente, rejeitar o que é genérico, ou seja, *comum*, “fácil” e imediatamente acessível, e, em primeiro lugar, tudo o que reduz o animal estético à pura e simples animalidade, ao prazer sensível ou ao desejo sensual; é opor ao interesse pelo próprio conteúdo da representação que leva a afirmar como bela a representação de belas coisas e, em particular, daquelas que falam de modo mais imediato aos sentidos e à sensibilidade, a indiferença e o distanciamento que interdita subordinar o julgamento proferido a respeito da representação à natureza do objeto representado.²⁶ Vê-se que não é assim tão fácil descrever o olhar “puro” sem descrever, ao mesmo tempo, o olhar ingênuo contra o qual ele se define e, reciprocamente, que não existe descrição *neutra*, imparcial e “pura”, de uma ou da outra destas visões antagonistas (o que não significa que se deva subscrever um relativismo estético, tanto é evidente que a “estética popular” define-se em relação às estéticas eruditas e que a referência à arte legítima e ao julgamento negativo que ela profere a respeito do gosto “popular” nunca cessa de assombrar a experiência popular da beleza). Recusa ou privação? A tentação de emprestar a coerência de uma estética sistemática às tomadas de posição objetivamente estéticas das classes populares não é menos perigosa que a inclinação a deixar-se impor, sem seu conhecimento, a representação estritamente negativa da visão popular que se encontra na origem de qualquer estética erudita.

A “estética” popular

Tudo se passa como se a “estética popular” estivesse baseada na afirmação da continuidade da arte e da vida, que implica a subordinação da forma à função, ou, se preferirmos, na recusa da recusa que se encontra na própria origem da estética erudita, ou seja, o corte radical entre as disposições comuns e a disposição propriamente estética. A hostilidade das classes populares e das frações menos ricas em capital cultural das classes médias em relação a qualquer espécie de experimentação formal afirma-se tanto em matéria de teatro quanto em matéria de pintura ou, de modo ainda mais nítido por ser menor sua legitimidade, em matéria de fotografia ou cinema. Seja no teatro ou no cinema, o público popular diverte-se com as intrigas orientadas, do ponto de vista lógico e cronológico, para um *happy end* e “sente-se” melhor nas situações e nos personagens simplesmente desenhados que nas figuras e ações ambíguas e simbólicas ou nos problemas enigmáticos do teatro, segundo o livro *O teatro e seu duplo*, sem mesmo falar da existência inexistente dos miseráveis “heróis” à maneira de Beckett ou das conversações bizarramente banais ou imperturbavelmente absurdas à maneira de Pinter. O princípio das omissões ou das recusas não reside apenas na falta de familiaridade, mas na expectativa profunda de participação, decepcionada sistematicamente pela experimentação formal quando, em particular, recusando representar as seduções “vulgares” de uma arte de ilusão, a ficção teatral denuncia-se a si mesma, à semelhança do que ocorre com todas as formas de teatro dentro do teatro, cujo paradigma é fornecido por Pirandello nas peças que encenam a representação de uma representação impossível – *Seis Personagens à Procura de um Autor*, *Cada Um a Seu Modo* e *Esta Noite se Representa de Improviso* – e cuja fórmula é indicada por Genet

no prólogo de *Negros*: “Teremos a cortesia, aprendida por vocês, de tornar a comunicação impossível. Aumentaremos a distância que nos separa, original, por nossos faustos, nossas maneiras de ser, nossa insolência, porque somos também comediantes”. O desejo de entrar na representação, identificando-se com as alegrias ou sofrimentos dos personagens, interessando-se por seu destino, desposando suas esperanças e causas, suas boas causas, vivendo sua vida, baseia-se em uma forma de investimento, uma espécie de opinião preconcebida de “naïveté”, de ingenuidade, de credulidade de público simplório (“estamos aqui para nos divertir”) que tende a aceitar as experimentações formais e os efeitos propriamente artísticos desde que possam ser esquecidos e não criem obstáculo à percepção da própria substância da obra.

O cisma cultural que associa cada classe de obras a seu público faz com que não seja fácil obter um julgamento realmente vivenciado pelos membros das classes populares sobre as experimentações da arte moderna. Ocorre que, ao levar para dentro de casa alguns espetáculos eruditos ou certas experiências culturais – como Beaubourg* ou as *Maisons de la culture*** – que colocam, no espaço de um momento, um público popular em presença de obras eruditas, às vezes, de vanguarda –, a televisão cria verdadeiras situações experimentais, nem mais nem menos artificiais ou irreais que aquela produzida, queiramos ou não, por qualquer pesquisa em meio popular sobre a cultura legítima. Observa-se, assim, a confusão que pode chegar, inclusive, a uma espécie de pânico mesclado de revolta, diante de certos objetos – penso no montão de carvão de Ben, exposto em Beaubourg pouco depois da abertura – cuja intenção paródica, inteiramente definida por referência a um campo e à história relativamente autônoma deste campo, aparece como uma espécie de agressão e desafio ao bom senso e às pessoas de bom senso. Do mesmo modo, quando a experimentação formal vem insinuar-se em espetáculos familiares – como é o caso nos programas televisivos de variedades com efeitos especiais à maneira de Averty*** – os espectadores das classes populares insurgem-se não só porque não sentem necessidade destas representações puras, mas porque compreendem, às vezes, que sua necessidade vem da lógica de certo campo de produção que, por estas mesmas representações, os exclui: “Não gosto nada mesmo destes macetes completamente recortados; a gente vê uma cabeça, um nariz, uma perna (...). Vê um cantor que é comprido, com três metros de comprimento; em seguida, seus braços estendem-se em dois metros de largura, você acha isso divertido? Ah, detesto isso, é ridículo, não vejo o interesse em deformar as coisas” (Padeira, Grenoble).

A experimentação formal – que, na literatura ou no teatro, leva à *obscuridade* – é, na opinião do público popular, um dos indícios do que, às vezes, é vivenciado como o desejo de manter à distância o não-iniciado ou de falar a outros iniciados “passando por cima da cabeça do público”, para retomar a afirmação de um entrevistado a propósito de

* Trata-se do *Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*, localizado entre as ruas Beaubourg e Saint-Martin, em Paris.

** As “casas da cultura” foram criadas no início da década de 60 – a 1ª na cidade de Le Havre, com projeto de Oscar Niemeyer – para que as diferentes formas de arte se tornassem acessíveis ao maior número possível de pessoas.

*** Jean-Christophe Averty produziu mais de 500 programas para a televisão e rádio, marcados pelo seu gosto da provocação e seu senso de inovação televisual; como por exemplo, colocar um bebê em cada programa na máquina de moer. (N.T.)

certos programas culturais da televisão.²⁷ Ela faz parte do aparelho pelo qual se anuncia sempre o caráter sagrado, separado e que suscita a separação, da cultura legítima, ou seja, solenidade gélida dos grandes museus, luxo grandioso das óperas e dos grandes teatros, cenários e aparato dos concertos.²⁸ Tudo se passa como se o público popular apreendesse confusamente o que está implicado no fato de dar forma e de colocar formas, tanto na arte quanto na vida, ou seja, uma espécie de *censura* do conteúdo expressivo, aquele que explode na *expressividade* do falar popular e, ao mesmo tempo, um distanciamento, inerente à frieza calculada de qualquer experimentação formal, uma recusa de comunicação escondida no âmago da própria comunicação em uma arte que dissimula e recusa o que ela parece manifestar tão bem quanto na cortesia burguesa, cujo impecável formalismo é uma permanente advertência contra a tentação da familiaridade. Inversamente, o espetáculo popular é aquele que proporciona, inseparavelmente, a participação individual do espectador no espetáculo, assim como a participação coletiva na festa promovida pelo espetáculo: com efeito, se o circo ou o melodrama de bulevar (reatualizados por alguns espetáculos esportivos, por exemplo, o *catch* e, em menor grau, o boxe e todas as formas de jogos coletivos à semelhança daqueles que são transmitidos pela televisão) são mais “populares” que outros espetáculos, tais como a dança e o teatro, deve-se ao fato de que, por serem menos formalizados (como fica demonstrado, por exemplo, através da comparação entre a acrobacia e a dança) e menos eufemísticos, eles oferecem satisfações mais diretas e imediatas. E, também, ao fato de que, pelas manifestações coletivas que suscitam e pelo desdobramento dos faustos espetaculares que oferecem – pensamos, também, no *music-hall*, opereta ou filme de grande espetáculo, além da magia dos cenários, brilho dos trajes, música envolvente, vivacidade da ação e ardor dos atores –, eles dão satisfação, à semelhança de todas as formas de comicidade e, em particular, daquelas que tiram seus efeitos da paródia ou da sátira dos “grandes artistas” (imitadores, cantores, etc.), ao gosto e ao sentido da festa, da conversação e brincadeira espontâneas, cujo desfecho é uma liberação por colocar o mundo social de ponta cabeça, derrubando as convenções e as conveniências.

O distanciamento estético

Encontramo-nos no lado oposto ao desprendimento do esteta que, em conformidade com o que se vê em todos os casos em que ele se apropria de um dos objetos do gosto popular, *western* ou histórias em quadrinhos, introduz um distanciamento, uma diferença – dimensão de sua distinção distante – em relação à percepção de “primeiro grau”, deslocando o interesse do “conteúdo”, personagens, peripécias, etc., em direção à forma, aos efeitos propriamente artísticos que se apreciam apenas *relacionalmente* pela comparação com outras obras, completamente exclusiva da imersão na singularidade da obra imediatamente dada. A incessante repetição, pela teoria estética, de que a única maneira de reconhecer a obra de arte pelo que ela é – autônoma, *selbständig* – implicava o desprendimento, o desinteresse e a indiferença, fez com que acabássemos por esquecer que tais palavras significam verdadeiramente desinvestimento, desprendimento e indiferença, ou seja, recusa de investir-se e de levar algo a sério. Leitores desiludidos da *Lettre sur les spectacles*,²⁹ há muito tempo advertidos de que nada é mais ingênuo e vulgar que investir demasiada paixão nas coisas do espírito ou de esperar delas demasiada

seriedade, acostumados a opor tacitamente a liberdade de espírito e a integridade moral ou a constância política, nada temos a opor a Virginia Woolf quando ela critica os romances de H. G. Wells, John Galsworthy e Arnold Bennett pelo fato de “deixarem um sentimento estranho de incompletude e de insatisfação” e suscitarem o sentimento de que é indispensável “fazer algo, inscrever-se em uma associação ou, ainda de modo mais desesperado, assinar um cheque”, diferentemente de obras como *Tristram Shandy* ou *Pride and Prejudice* que, perfeitamente auto-suficientes (*self-contained*), “inspiram apenas o desejo, é claro, de ler novamente o livro e compreendê-lo melhor”.³⁰

No entanto, a recusa de qualquer espécie de *involvement*, de adesão ingênua, de abandono “vulgar” à sedução fácil e ao arrebatamento coletivo que se encontra, pelo menos, indiretamente, na origem do gosto pelas experimentações formais e pelas representações sem objeto, nunca seja, talvez, tão visível quanto nas reações diante da pintura. É assim que se vê crescer, em função do *nível de instrução*,³¹ a parcela daqueles que, interrogados sobre a possibilidade de tirar uma bela fotografia com uma série de objetos, recusam como “vulgares” e “feios” ou rejeitam como insignificantes, tolos, um tanto cafonas ou, na linguagem de Ortega y Gasset, ingenuamente “humanos”, os objetos comuns da admiração popular – primeira comunhão, pôr-do-sol no mar ou paisagem –, assim como a parcela daqueles que, afirmando assim a autonomia da representação em relação à coisa representada, julgam que é possível tirar uma bela fotografia e, *a fortiori*, executar uma bela pintura, com objetos socialmente designados como insignificantes – armação metálica, casca de árvore e, sobretudo, couves, objeto trivial por excelência – ou como feios ou repelentes – acidente de trânsito, balcão de açougue escolhido por alusão a Rembrandt ou uma serpente por referência a Boileau – ou ainda, como inconvenientes, por exemplo, uma mulher grávida (cf. Tabelas 2 e 3).

Por ter sido impossível instalar um verdadeiro dispositivo experimental, foram coletadas as declarações dos entrevistados a respeito do que eles julgam “fotografável” e lhes parece, portanto, suscetível de ser constituído esteticamente (por oposição ao que é excluído por sua insignificância, feiúra ou por razões éticas). A aptidão para adotar a disposição estética encontra-se, deste modo, avaliada pela diferença (que, em um campo de produção, cuja lei de evolução é a dialética da distinção, é também uma defasagem temporal, um *atraso*) entre o que é constituído, do ponto de vista estético, pelo indivíduo ou pelo grupo considerado e o que é constituído esteticamente em determinado estado do campo da produção pelos detentores da legitimidade artística.

Os entrevistados deveriam responder à seguinte pergunta: “Em sua opinião, qual é a palavra – bela, interessante, insignificante ou feia – que exprime melhor a foto tirada por um fotógrafo com os seguintes temas: paisagem, acidente de trânsito, etc.?” Na pré-pesquisa, período em que os entrevistados haviam sido convidados a julgar algumas fotografias, em sua maioria, célebres, e objetos – seixos, mulher grávida, etc. – que, no decorrer da entrevista propriamente dita, eram simplesmente nomeados, as reações registradas diante do mero projeto da imagem revelaram-se totalmente concordantes com as reações suscitadas pela imagem realizada (prova de que o valor atribuído à imagem tende a corresponder ao valor atribuído à coisa). O recurso a fotografias teve a intenção, por um lado, de evitar os efeitos da imposição de legitimidade produzidos, eventualmente, pela pintura e, por outro –

Tabela 2 – A disposição estética segundo o capital escolar

	NR ou incoerente	feia	insignificante	interessante	bela	total
<u>Primeira comunhão</u>						
Sem dipl., CEP n=314	2	5	19	23	51	100
CAP n=97	4	1	26	38	31	100
BEPC n= 197	2,5	7	27	31	32,5	100
Baccalauréat n=217	2	12	43	24	19	100
Início estudos sup. n=118	4	13	45	23	15	100
Licence n=182	1	11	53	28	7	100
Agrégation, grde école n=71	4	15,5	49	6	25,5	100
<u>Dança folclórica</u>						
Sem dipl., CEP n=314	1	0,5	3	41	54,5	100
CAP n=97	4	-	3	33	60	100
BEPC n= 197	3,5	-	7	33,5	56	100
Baccalauréat n=217	2	0,5	13	47,5	37	100
Início estudos sup. n=118	6	2,5	13	37	41,5	100
Licence n=182	2	1	11	49,5	36,5	100
Agrégation, grde école n=71	4	6	22,5	28	39,5	100
<u>Casca de árvore</u>						
Sem dipl., CEP n=314	2	14,5	46,5	21,5	15,5	100
CAP n=97	5	1	20	37	37	100
BEPC n= 197	2,5	8,5	31,5	30	27,5	100
Baccalauréat n=217	2	3	21	32	42	100
Início estudos sup. n=118	6	1	23	25	45	100
Licence n=182	-	3	18	23	56	100
Agrégation, grde école n=71	4	3	8,5	24	60,5	100
<u>Balcão de açougue</u>						
Sem dipl., CEP n=314	1,5	31	46	16,5	5	100
CAP n=97	6	15,5	48,5	24	6	100
BEPC n= 197	3	28	47	17	5	100
Baccalauréat n=217	3	29,5	32	25	10,5	100
Início estudos sup. n=118	4	30,5	29	18,5	18	100
Licence n=182	4,5	29,5	22,5	24	19,5	100
Agrégation, grde école n=71	4	23,5	23	18	25,5	100
<u>Couves</u>						
Sem dipl., CEP n=314	2	28	56	10	4	100
CAP n=97	5	16,5	63	7	8,5	100
BEPC n= 197	2	17	55	13	13	100
Baccalauréat n=217	2	17,5	48,5	19	13	100
Início estudos sup. n=118	6	9	47,5	19,5	18	100
Licence n=182	2	16	51,5	8	22,5	100
Agrégation, grde école n=71	3	11	38	21	27	100

Os entrevistados deveriam responder à seguinte pergunta: “Em sua opinião, qual é a palavra – bela, interessante, insignificante ou feia – que exprime melhor a foto tirada por um fotógrafo com os seguintes temas: paisagem, acidente de trânsito, menina brincando com gato, mulher grávida, natureza-morta, mulher amamentando bebê, armação metálica, briga de mendigos, couves, pôr-do-sol no mar, tecelão no tear, dança folclórica, corda, balcão de açougue, casca de árvore, monumento célebre, cemitério de sucata, primeira comunhão, homem ferido, serpente, quadro de mestre?”

Tabela 3 – A disposição estética segundo a filiação de classe e o diploma

		NR ou incoerente	feia	insignificante	interessante	bela	Total
Mulher grávida							
Classes populares	• sem dipl., CEP, CAP (n=143)	1,5	40	36,5	14	8	100
	• BEPC e acima (n=18)	-	39	22	11	28	100
Classes médias	• sem dipl., CEP, CAP (n=243)	1	46	27,5	15	10,5	100
	• BEPC e acima (n=335), dos quais:	3,5	34	30	13,5	19	100
	- BEPC (n=149)	3,5	39	35	9	13,5	100
	- bac (n=140)	3,5	37	21	17,5	21	100
	- estudos sup. (n=46)	4	8,5	42	13	32,5	100
Classes superiores	• sem dipl., CEP, CAP (n=25)	20	36	24	12	8	100
	• BEPC e acima (n=432), dos quais:	3	36	22	19	20	100
	- BEPC (n=31)	6,5	48,5	38,5	-	6,5	100
	- bac (n=76)	-	60,5	16	5	18,5	100
	- estudos sup. (n=325), dos quais:	3	30	22,5	23	21,5	100
	<i>petite école</i> (n=80)	7,5	17,5	30,0	32,5	12,5	100
	<i>licence</i> (n=174)	0,5	36	21,5	19,5	22,5	100
	<i>agrég., grde école</i> (n=71)	4	29,5	17	20	29,5	100
Couves							
Classes populares	• sem dipl., CEP, CAP (n=143)	1,5	28	57	8,5	5	100
	• BEPC e acima (n=18)	-	5,5	72,5	16,5	5,5	100
Classes médias	• sem dipl., CEP, CAP (n=243)	2	22,5	61,5	10	4	100
	• BEPC e acima (n=335), dos quais:	2,5	17,5	49,5	14,5	16	100
	- BEPC (n=149)	2	21	56	8,5	12,5	100
	- bac (n=140)	3	15,5	45	19,5	17	100
	- estudos sup. (n=46)	4	13	41	20	22	100
Classes superiores	• sem dipl., CEP, CAP (n=25)	20	36	28	12	4	100
	• BEPC e acima (n=432), dos quais:	3	14,5	48	15,5	19	100
	- BEPC (n=31)	6,5	6,5	38,5	32,5	16	100
	- bac (n=76)	-	21	55,5	17	6,5	100
	- estudos sup. (n=325), dos quais:	3	14	47,5	13,5	22	100
	<i>petite école</i> (n=80)	6,5	6,5	52	20	15	100
	<i>licence</i> (n=174)	2	18,5	49	7,5	23	100
	<i>agrég., grde école</i> (n=71)	3	11	38	21	27	100
Serpente							
Classes populares	• sem dipl., CEP, CAP (n=143)	1	35	16	38	10	100
	• BEPC e acima (n=18)	-	28	22	39	11	100
Classes médias	• sem dipl., CEP, CAP (n=243)	1	25	23	35	16	100
	• BEPC e acima (n=335), dos quais:	3	28,5	14	30,5	24	100
	- BEPC (n=149)	3	38	8,5	34	16,5	100
	- bac (n=140)	4	21	17	34	24	100
	- estudos sup. (n=46)	2	19,5	24	9	45,5	100
Classes superiores	• sem dipl., CEP, CAP (n=25)	20	36	4	24	16	100
	• BEPC e acima (n=432), dos quais:	3	18	13	38	28	100
	- BEPC (n=31)	6,5	19,5	16	29	29	100
	- bac (n=76)	-	22,5	8	50	19,5	100
	- estudos sup. (n=325), dos quais:	4	16,5	14,5	35,5	29,5	100
	<i>petite école</i> (n=80)	5	14	20	36	25	100
	<i>licence</i> (n=174)	2,5	20	14,5	35	28	100
	<i>agrég., grde école</i> (n=71)	5,5	11,5	8,5	36,5	38	100

		NR ou incoerente	feia	insignificante	interessante	bela	Total
<u>Pôr-do-sol no mar</u>							
Classes populares	• sem dipl., CEP, CAP (n=143)	1	-	1	10	88	100
	• BEPC e acima (n=18)	-	-	6	6	88	100
Classes médias	• sem dipl., CEP, CAP (n=243)	1	0,5	2,5	6	90	100
	• BEPC e acima (n=335), dos quais:	3	1,5	9	8,5	78	100
	- BEPC (n=149)	1,5	1,5	4,5	6,5	86	100
	- <i>bac</i> (n=140)	4	2	10	9	75	100
	- estudos sup. (n=46)	2	2	20	13	63	100
Classes superiores	• sem dipl., CEP, CAP (n=25)	20	-	8	8	64	100
	• BEPC e acima (n=432), dos quais:	2	3	15	17	63	100
	- BEPC (n=31)	-	-	22,5	-	77,5	100
	- <i>bac</i> (n=76)	-	-	14,5	8	77,5	100
	- estudos sup. (n=325), dos quais:	3	4	14	21	58	100
	<i>petite école</i> (n=80)	6	5	10	26,5	52,5	100
	<i>licence</i> (n=174)	-	5	13	24	58	100
	<i>agrég., grde école</i> (n=71)	5,5	1,5	19,5	8,5	65	100

Vê-se, imediatamente, que a categoria BEPC e acima (estabelecida por necessidade da comparabilidade formal) não tem, de modo algum, o mesmo conteúdo nas diferentes classes sociais: a parcela, na categoria dos diplomas elevados, cresce à medida que se sobe na hierarquia social (o que explica, no essencial, o fato de que as escolhas mais raras – “bela” no caso das couves ou da serpente, “feia” ou “insignificante” no caso do pôr do sol – crescem quando se avança em direção às classes superiores; a exceção aparente, no caso da mulher grávida, deve-se à ausência das mulheres as quais, conforme é sabido, mostram uma aceitação maior por este objeto, nesta categoria).

considerando que a prática da fotografia é percebida como mais acessível – de apresentar a possibilidade de que os julgamentos formulados fossem menos irrealis.

Embora o teste proposto tivesse sido mais apropriado para coletar declarações de intenção artística do que para avaliar a capacidade de executar esta intenção na prática da pintura ou da fotografia ou, até mesmo, na percepção das obras de arte, ele permitiu fixar os fatores que determinam a capacidade de adotar a postura socialmente designada como propriamente estética.³² Além da relação entre o capital cultural e os indícios negativos (recusa por parte do cafona) e positivos (capacidade para promover o insignificante) da disposição estética (ou, no mínimo, da capacidade para acionar a *classificação* arbitrária e desconhecida como tal que, no interior do universo dos objetos trabalhados, distingue aqueles que, socialmente, são designados como dignos de exigir e merecer uma abordagem segundo uma disposição capaz de reconhecê-los e constituir-los enquanto obras de arte), a estatística estabelece que os objetos favoritos da fotografia com ambição estética, como a dança folclórica – ou, ainda, o tecelão ou a menina e seu gato – ocupam uma posição intermediária: a parcela daqueles que julgam tais temas como objeto para tirar uma bela fotografia é a mais elevada nos níveis do CAP e do BEPC, enquanto nos níveis superiores tende-se a julgá-los, de preferência, interessantes ou insignificantes.³³

Além disso, a estatística mostra que as mulheres manifestam, muito mais freqüentemente que os homens, sua repugnância pelos objetos repugnantes, horríveis ou pouco decentes: 44,5% de mulheres contra 35% dos homens julgam que a foto tirada com um homem ferido só pode ser feia; e, no mesmo sentido, diferenças podem ser observadas em relação ao balcão de açougue (33,5% contra 27%), à serpente (30,5% contra 21,5%) ou à mulher grávida (45% contra 33,5%), ao passo que elas são nulas em relação à natureza-morta (6% contra 6,5%) ou às couves (20,5% contra 19%). As mulheres mais identificadas com as tarefas e com os sentimentos “humanos” ou “humanitários”, decorrentes da divisão tradicional do trabalho – a qual, em nome da oposição entre a razão e a sensibilidade, permite a intensificação de efusões e prantos –, não sentem tão estritamente quanto os homens – *ex officio*, estes encontram-se do lado da cultura, enquanto as mulheres são jogadas, à semelhança do povo, para o lado da natureza – tributárias da censura e do recalque dos sentimentos “naturais”, traços pressupostos para a adoção da disposição estética (o que indica de passagem que, em conformidade com a demonstração apresentada mais adiante, a recusa da natureza ou, melhor ainda, do abandono à natureza que é a marca dos dominantes – que sabem dominar-se – encontra-se na origem da atitude estética).³⁴

Portanto, nada há o que distinga tão rigorosamente as diferentes classes quanto à disposição objetivamente exigida pelo consumo legítimo das obras legítimas, a aptidão para adotar um ponto de vista propriamente estético a respeito de objetos já constituídos esteticamente – portanto, designados para a admiração daqueles que aprenderam a reconhecer os signos do admirável – e, o que é ainda mais raro, a capacidade para constituir esteticamente objetos quaisquer ou, até mesmo, “vulgares” (por terem sido apropriados, esteticamente ou não, pelo “vulgar”) ou aplicar os princípios de uma estética “pura” nas escolhas mais comuns da existência comum, por exemplo, em matéria de cardápio, vestuário ou decoração da casa. Mas se ela é indispensável para estabelecer, de maneira indiscutível, as condições sociais de possibilidade (o que deverá ser explicitado de modo mais completo) da disposição pura, a pesquisa estatística – que assume, inevitavelmente, o aspecto de teste escolar visando confrontar as pessoas interrogadas a uma norma tacitamente considerada como absoluta – corre o risco de deixar escapar a significação atribuída pelas diferentes classes sociais a esta disposição e à atitude global em relação ao mundo que se exprime por seu intermédio. O que a lógica do teste leva a descrever como uma incapacidade (e é bem isso o que ocorre do ponto de vista das normas que definem a percepção legítima da obra de arte), é *também* uma recusa que encontra sua origem na denúncia da gratuidade arbitrária ou ostentatória dos exercícios de estilo e das experimentações puramente formais. De fato, em nome de uma “estética” segundo a qual a fotografia encontra sua justificativa no objeto fotografado ou no uso eventual da imagem fotográfica é que os operários recusam, muitas vezes, o fato de fotografar por fotografar (por exemplo, a fotografia de simples seixos) como inútil, perverso ou burguês: “É um desperdício de filme”, “A pessoa deve ter muito filme para jogar fora”, “Juro por Deus que há gente que não sabe como matar o tempo”, “Só quem anda à toa pode fazer uma coisa dessas”, “Trata-se de uma foto de burguês”.³⁵

Uma "estética" antikantiana

Não é por acaso que, no esforço despendido para reconstruir sua lógica, a "estética" popular aparece como o avesso negativo da estética kantiana e que o *ethos* popular opõe, implicitamente, uma tese que contradiz a analítica do Belo em cada uma de suas proposições. Para apreender o que faz a especificidade do julgamento estético, Kant empenhava-se em estabelecer a distinção entre "o que agrada" e "o que dá prazer" e, de um modo mais geral, em discernir "o desinteresse", única garantia da qualidade propriamente estética da contemplação, em relação ao "interesse dos sentidos" pelo qual se define "o agradável", e ao "interesse da Razão" que define "o Bom"; enquanto isso, os membros das classes populares, cuja expectativa em relação à imagem é que ela desempenhe uma *função*, nem que seja a de signo, manifestam em todos os seus julgamentos a referência, quase sempre, explícita, às normas da moral ou do decoro. Assim, a fotografia de um soldado morto suscita julgamentos que, favoráveis ou desfavoráveis, são sempre respostas à realidade da coisa representada ou às funções que a representação pode desempenhar, ao horror da guerra ou à denúncia dos horrores da guerra que, supostamente, o fotógrafo produz pelo simples fato de mostrar este horror.³⁶ E, do mesmo modo, o naturalismo popular reconhece a beleza na imagem da coisa bela ou, apesar de ser mais raro, na bela imagem da coisa bela: "Isso é lindo, é quase simétrico. E, além disso, trata-se de uma mulher linda. E uma mulher linda fica sempre bem na fotografia". O operário parisiense identifica-se com a linguagem espontânea de Hípias, o Sofista: "Vou responder-lhe sobre o que é belo, sem correr o risco de ser, algum dia, refutado por ele! De fato, para falar francamente, uma mulher linda – fique ciente disso, Sócrates – eis o que é belo".

Ao subordinar a forma e a própria existência da imagem à sua função, esta "estética" é necessariamente pluralista e condicional: a insistência com a qual os indivíduos evocam os limites e as condições de validade de seu julgamento – distinguindo, para cada fotografia, os usos e os públicos possíveis ou, de modo mais preciso, o uso possível para cada público ("como reportagem, não está mal", "acho bem, se for para mostrar aos garotos") – dá testemunho de que eles recusam a idéia de que uma fotografia possa agradar "universalmente". "Uma foto de mulher grávida fica bem para mim, mas não para os outros", diz um empregado que, só por intermédio da preocupação com a conveniência, encontra a inquietação do que é "mostrável", portanto, com direito de exigir a admiração. Como a imagem é sempre julgada em referência à função que desempenha para quem a observa ou que pode desempenhar, segundo ele, para esta ou aquela classe de espectadores, o julgamento estético assume naturalmente a forma de um julgamento hipotético que se baseia, implicitamente, no reconhecimento de "gêneros", cuja perfeição e, ao mesmo tempo, campo de aplicação são definidos por um *conceito*: cerca de três quartos (75%) dos julgamentos, começam por um "se" e o esforço de reconhecimento termina pela classificação em um gênero ou, o que dá no mesmo, pela atribuição de um uso social; neste caso, os diferentes gêneros são definidos por referência à sua utilização e a seus utilizadores ("trata-se de uma foto publicitária", "eis um documento em estado puro", "trata-se de foto de laboratório", "é a foto de concurso", "é do gênero pedagógico", etc.). E as fotografias de nus são quase sempre acolhidas com frases que as reduzem ao estereótipo

de sua função social: “coisa mesmo de Pigalle”,* “é o gênero de fotos para vender às escondidas”. Compreende-se que, ao transformar o interesse informativo, sensível ou moral, em princípio da apreciação, esta “estética” só possa recusar a imagem do insignificante ou, o que dá no mesmo nesta lógica, a insignificância da imagem: o julgamento nunca autonomiza a imagem do objeto em relação ao objeto da imagem. De todas as características próprias da imagem, somente a cor (que Kant considerava menos pura que a forma) pode determinar a suspender a rejeição do insignificante em relação às fotografias. De fato, nada é mais estranho à consciência popular que a idéia de um prazer estético que, para retomar a afirmação de Kant, seria independente do prazer das sensações. Assim, o julgamento sobre os clichês mais fortemente rejeitados por sua futilidade (seixos, casca de árvore, onda) conclui-se, quase sempre, pela reserva de que, “em cores, isso poderia ser lindo”; e alguns indivíduos chegam mesmo a explicitar a máxima que orienta sua atitude ao afirmarem que “se a cor for bem adequada, a fotografia em cores será sempre linda”. Em resumo, Kant refere-se precisamente ao gosto popular quando escreve: “O gosto é sempre bárbaro quando procede à mistura dos atrativos e das emoções com a satisfação e, melhor ainda, se consegue transformá-la na medida de seu assentimento”.³⁷

Recusar a imagem insignificante, destituída, a um só tempo, de sentido e de interesse, ou a imagem ambígua, é recusar-se a tratá-la como finalidade sem fim, como imagem que se significa a si mesma, portanto, sem outro referente além dela mesma: avalia-se o valor de uma fotografia pelo interesse da informação que ela veicula, pela clareza com a qual desempenha a função de comunicação, em suma, por sua *legibilidade* que, por sua vez, depende da legibilidade de sua intenção ou de sua função; assim, o julgamento que ela suscita será tanto mais favorável quanto maior for a adequação expressiva do significativo ao significado. Por conseguinte, ela contém a expectativa do título ou da legenda que, ao declarar a intenção significativa, permite julgar se a realização consegue ser a significação ou ilustração adequadas desse título ou legenda. A confusão causada pelas experimentações formais, as do teatro de vanguarda ou da pintura não-figurativa, ou simplesmente a música clássica, deve-se ao fato de que, em parte, a pessoa sente-se incapaz de *compreender* o que, a título de signos, tais experimentos *devem* significar. De tal modo que, por não saber basear-se em uma significação transcendente ao objeto, determinada satisfação pode ser vivida como inadequada e indigna. Por não saber qual é a intenção de tais experimentações, a pessoa sente-se incapaz de discernir entre o que é façanha e o que é falta de jeito, de distinguir entre a experimentação “sincera” e a impostura cínica.³⁸ No entanto, a experimentação formal é também o que – ao dar a forma, ou seja, no primeiro plano, o artista com seus interesses próprios, seus problemas técnicos, seus efeitos e seus jogos de referências – rechaça para longe a própria coisa e interdita a comunhão direta com a beleza do mundo: bebê lindo, menina linda, animal lindo ou linda paisagem. A expectativa relativa à representação é a de que seja uma festa para os olhos e que, à semelhança da natureza-morta, “ela evoque as lembranças e as antecipações das festas passadas e vindouras”.³⁹ Como se espera que a obra de arte seja a celebração da beleza e da alegria do mundo, “escolha digna de louvor”, nada é

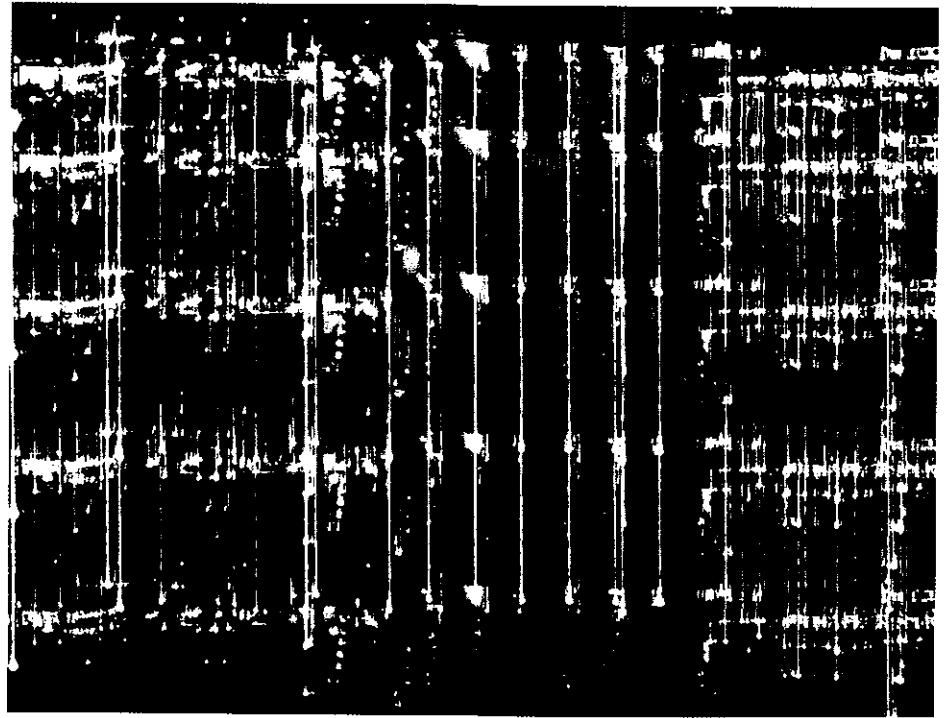
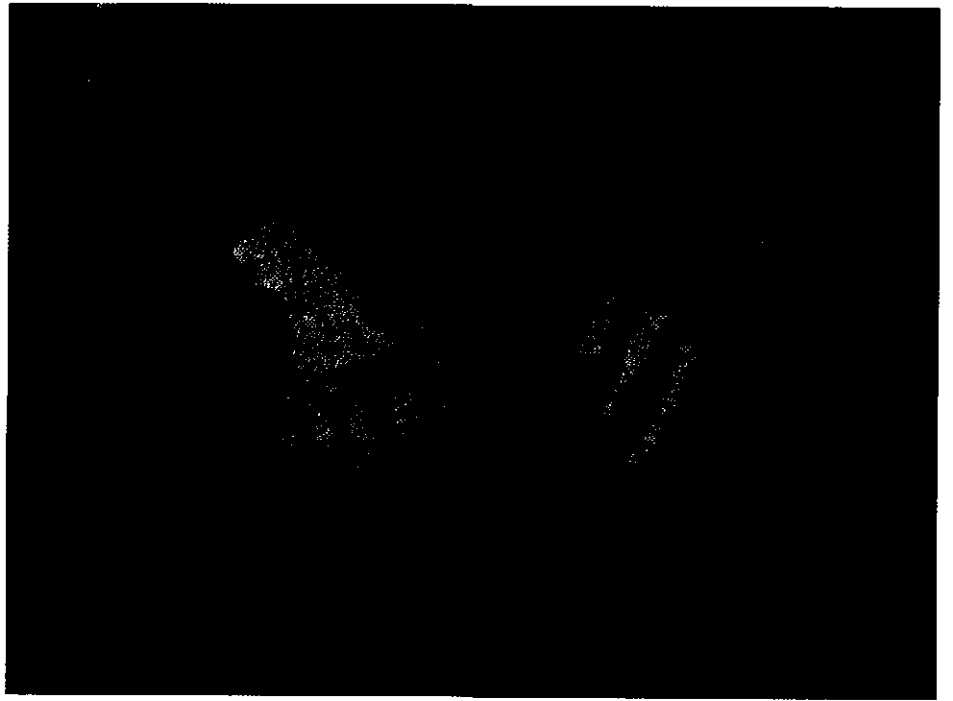
* Neste bairro de Paris, localiza-se o teatro de revista “Moulin Rouge”, assim como uma profusão de *sex shops*. (N.T.)

mais contrário a essa expectativa que as experimentações da pintura cubista ou abstrata, percebidas como agressões, unanimemente denunciadas, contra a coisa representada, a ordem natural e, sobretudo, a figura humana. Em resumo, segundo parece, a obra só é plenamente justificada, seja qual for a perfeição com a qual desempenha sua função de representação, se a coisa representada tiver merecido tal representação e se a função de representação estiver subordinada a uma função mais elevada, como a de exaltar, fixando-a, uma realidade digna de ser eternizada. Tal é o fundamento do “gosto bárbaro” referido, sempre negativamente, pelas formas mais antitéticas da estética dominante; além disso, ele reconhece apenas a representação realista – ou seja, respeitadora, humilde, submissa – de objetos designados por sua beleza ou importância social.

Estética, ética e estetismo

Confrontados com as obras de arte legítimas, os mais desprovidos de competência específica aplicam-lhes os esquemas do *ethos*, ou seja, aqueles que estruturam sua percepção comum da existência comum e que, ao engendrarem produtos de uma sistematicidade não desejada e inconsciente a si mesma, opõem-se aos princípios, quase completamente explicitados, de uma estética.⁴⁰ Daí resulta a “redução” sistemática das coisas da arte às coisas da vida, a exclusão da forma em benefício do conteúdo “humano”, barbarismo por excelência do ponto de vista da estética pura.⁴¹ Tudo se passa como se a forma só pudesse vir ao primeiro plano mediante a neutralização de qualquer espécie de interesse afetivo ou ético pelo objeto da representação que é acompanhada (sem ser possível pressupor uma relação de causa a efeito) pelo controle dos meios de apreender as propriedades distintivas que advêm a esta forma particular em suas relações com outras formas (ou seja, por referência ao universo das obras de arte e à sua história).

Diante de uma fotografia que mostra as mãos de uma idosa, os mais desprovidos exprimem uma emoção mais ou menos convencional, ou uma cumplicidade ética e nunca um julgamento propriamente estético (salvo negativo): “Oh! vejam só, como suas mãos têm uma deformação esquisita (...). Não consigo entender o que se passa (na mão esquerda): dá a impressão de que o polegar vai separar-se da mão. A foto foi tirada de maneira esquisita. A vovó, certamente, teve uma ocupação bem difícil. Parece que ela tem reumatismo. Com certeza, mas esta mulher sofreu uma mutilação ou, então, será que as mãos estão dobradas deste jeito (faz o gesto)? Ah! É gozado, sim senhor, deve ser isso mesmo: sua mão está dobrada deste jeito. Ah! com certeza, não se trata de mãos de uma baronesa ou de uma datilógrafa (...). Ui, fico emocionado ao olhar para as mãos dessa pobre mulher... dá a impressão que são nodosas” (Operário, Paris). Com as classes médias, a exaltação das virtudes éticas emerge no primeiro plano (“mãos desgastadas pelo trabalho”), colorindo-se, às vezes, com um sentimentalismo populista (“coitada, deve sentir dor nas mãos! Isso dá a sensação de sofrimento”); e acontece mesmo que a atenção às propriedades estéticas e as referências à pintura façam sua aparição: “Dá a impressão de que é a fotografia de um quadro; no quadro, isso deve ser realmente lindo” (Empregado, interior). “Isso me faz pensar no quadro que vi na exposição de pintores espanhóis, um monge com as duas mãos cruzadas à sua frente e cujos dedos estavam deformados” (Técnico, Paris). “Trata-se das



A fábrica de Lacq, à noite

mãos dos primeiros quadros de Van Gogh, uma camponesa idosa ou os comedores de batatas” (Quadro médio, Paris). À medida que se sobe na hierarquia social, os depoimentos tornam-se cada vez mais abstratos; neste caso, as mãos, o trabalho e a velhice (dos outros) funcionam como alegorias ou símbolos que servem de pretexto a considerações gerais sobre problemas gerais: “Trata-se de mãos de uma pessoa que trabalhou demais, em um trabalho manual muito penoso (...). É, aliás, bastante extraordinário ver mãos dessa espécie” (Engenheiro, Paris). “Estas duas mãos evocam, indiscutivelmente, uma velhice pobre, infeliz” (Professor, interior). Mais freqüente, mais diversa e mais sutilmente manuseada, a referência estetizante à pintura, escultura ou literatura, participa desta espécie de *neutralização* e *distanciamento* que o discurso burguês supõe e opera sobre o mundo social. “Acho que é uma bela foto. Verdadeiro símbolo do trabalho. Isso faz-me pensar na criada idosa de Flaubert. O gesto a um só tempo bastante humilde desta mulher... É pena que o trabalho e a miséria cheguem a provocar tal deformação” (Engenheiro, Paris).

O retrato de uma mulher exageradamente maquilada, tirado de um ângulo e iluminação insólitos, suscita reações muito semelhantes. Os operários e, mais ainda, os artesãos e pequenos comerciantes, reagem pelo horror e pela aversão: “Eu não gostaria de ter esta fotografia em minha casa, no meu quarto. Ela não deixa uma impressão agradável. Muito pelo contrário, causa mal-estar” (Operário, interior). “Uma morta? Horrendo, ao ponto de tirar o sono durante a noite (...), atroz, horrível, vou retirá-la da minha frente” (Pequeno comerciante, interior). Se a maior parte dos empregados e dos quadros médios rejeitam qualquer foto a respeito da qual só podem dizer que lhes “mete medo” ou “deixa uma impressão desagradável”, alguns procuram fornecer as características da técnica: “A foto foi muito bem tirada, é muito bela, sem deixar de ser horrível” (Empregado, Paris). “O que dá esta impressão de monstruosidade é a expressão do rosto do homem ou da mulher que aparece na foto e o ângulo em que foi tirada, ou seja, de baixo para cima” (Quadro médio, Paris). Outros fazem apelo a referências estéticas extraídas, sobretudo, do cinema: “Espécie de personagem bastante exótico ou, antes, bastante estranho (...); possivelmente, trata-se de um personagem de Dreyer, em rigor, de Bergman e, talvez, até mesmo de Eisenstein em *Ivan, o terrível* (...). Ela agrada-me muito” (Técnico, Paris). A maior parte dos quadros superiores e membros das profissões liberais consideram a foto como “bela”, “expressiva” e fazem referência não só aos filmes de Bergman, Orson Welles, Dreyer, além de outros diretores, mas também ao teatro, invocando *Hamlet*, *Macbeth* ou *Athalie*.

Diante de uma fotografia da fábrica de Lacq, bastante apropriada para confundir as expectativas realistas, tanto pelo seu objeto – um prédio industrial, habitualmente banido do universo da representação legítima –, quanto pelo tratamento a que foi submetido pela fotografia tirada à noite, os operários permanecem perplexos, hesitam e, na maior parte das vezes, acabam por confessar-se vencidos: “À primeira vista, trata-se de uma construção metálica, mas não estou entendendo nada. Isso poderia servir nas grandes centrais elétricas (...), não vejo do que se trata, é verdadeiramente algo desconhecido” (Operário, interior). “Essa aí, então, deixa-me intrigado, não consigo dizer nada a respeito (...), não consigo ver nada, a não ser a parte da iluminação. Não se trata de faróis de automóvel porque isso deixaria de ser retilíneo como se vê aí; em baixo, é possível ver grades e um monta-cargas, mas não, não consigo ver de que se trata” (Operário, Paris). “Isso, é algo eletrônico, não conheço nada a esse respeito”

(Operário, Paris). Entre os pequenos empresários – todo o mundo sabe como é severo seu julgamento sobre as experimentações da arte moderna e, de um modo mais geral, de qualquer obra em que eles não conseguem reconhecer as marcas e os traços do trabalho – a confusão leva, muitas vezes, à pura e simples recusa: “Isso não me interessa, isso pode ser algo muito bem feito, mas não para mim; é sempre a repetição da mesma coisa. Para mim, esse macete não tem qualquer interesse” (Artesão, interior). “Procurei saber se isso é realmente uma foto. Talvez, seja mesmo a reprodução sobre um desenho de alguns tracinhos de lápis (...). Eu não saberia como classificar essa foto. Enfim, é algo que tem a ver com o gosto moderno. Dois traços de qualquer coisa e isso agrada. E depois, a foto e o fotógrafo não têm qualquer mérito, eles nada fizeram. É o pintor quem fez tudo, é ele quem tem mérito, foi ele quem fez o desenho” (Pequeno comerciante, interior). Os empregados e os quadros médios que, tão confusos quanto os operários ou os pequenos empresários, têm menos tendência em confessá-lo do que os primeiros e menos inclinados do que os segundos a questionar a legitimidade do que os questiona, renunciam com menos frequência a proferir um julgamento:⁴² “Isso me agrada como foto (...) porque é apresentada ao comprido; trata-se de traços, dá-me a impressão de ser enorme (...). Um grande andaime (...). É a luz captada ao vivo” (Empregado, Paris). “É uma obra de Buffet que gosta de fazer coisas como essa” (Técnico, Paris). No entanto, é somente entre os membros da classe dominante – aliás, os que, em maior número, identificaram o objeto representado – que o julgamento sobre a forma adquire sua plena autonomia em relação ao julgamento sobre o conteúdo (“Ela é desumana, sem deixar de ser bela de um ponto de vista estético por seus contrastes”) e que a representação é apreendida enquanto tal, sem referência a outra coisa a não ser a si mesma ou a realidades da mesma classe (“pintura abstrata”, “peças de teatro de vanguarda”, etc.).⁴³

O esteticismo que transforma a intenção artística em princípio da arte de viver implica uma espécie de agnosticismo moral, antítese perfeita da disposição ética que subordina a arte aos valores da arte de viver. A intenção artística só pode contradizer as disposições do *ethos* ou as normas da ética que em cada momento definem, para as diferentes classes sociais, *os objetos e os modos de representação legítimos*, excluindo algumas realidades – e maneiras de representá-las – do universo do que pode ser representado: a maneira mais fácil, portanto, mais frequente e vistosa de deixar o burguês embasbacado, comprovando a extensão do poder de constituição estética, não consistiria, precisamente, em transgredir, de um modo cada vez mais radical, as censuras éticas (por exemplo, em matéria sexual) cuja imposição é aceita pelas outras classes, inclusive, no terreno do que a disposição dominante constitui como estética? Ou, de modo mais sutil, não consistiria em constituir – como estéticos – alguns objetos ou determinadas maneiras de representá-los que são excluídos pela estética dominante do momento, ou alguns objetos constituídos esteticamente por “estéticas” dominadas?

Basta ler o índice das matérias publicadas, recentemente, por *Art Vivant* (1974), “revista vagamente moderna, mantida pelo clã dos professores universitários, por sua vez, vagamente historiadores da arte” (segundo a graciosa afirmação de um pintor de vanguarda) que ocupa uma espécie de espaço neutro no campo da crítica pictórica de

vanguarda, entre *Flashart* ou *Art press* e *Artitude* ou *Opus*. Na lista das rubricas e dos títulos, encontra-se o que segue: *África* (um título: “A arte deve ser feita para todos”); *Arquitetura* (dois títulos, entre eles “Arquitetura sem arquiteto”); *Histórias em quadrinhos* (cinco títulos, ou seja, nove em um total de 46 páginas); *Escrita-ideogramas-grafite* (dois títulos, quatro páginas); *Criança (Arte e)*; *Kitsch* (três títulos, cinco páginas); *Fotografia* (dois títulos, três páginas); *Rua (Arte na)* (em vinte e três páginas, quinze títulos entre os quais: “A Arte na rua?”, “Arte na rua, primeiro episódio”, “A beleza está nas ruas. Basta saber observar”, “O exemplo vem de um subúrbio”); *Ficção-científica-utopia* (dois títulos, três páginas); *Underground* (um título). A intenção de inversão ou *transgressão* que esta enumeração manifesta, claramente, permanece, por isso mesmo, confinada nos limites que, *a contrario*, lhe são fixados pelas convenções estéticas denunciadas e pela necessidade de fazer conhecer como estética (ou seja, em conformidade com as normas do grupo dos transgressores) a transgressão dos limites (daí a lógica quase-markoviana das escolhas – por exemplo, em relação ao cinema, com Antonioni, Chaplin, cinemateca, Eisenstein, erotismo-pornografia, Fellini, Godard, Klein, Monroe, Underground, Warhol).

Este expediente de *transgressão simbólica* – associado, muitas vezes, a um neutralismo político ou a um estetismo revolucionário – é a antítese quase perfeita do moralismo pequeno-burguês ou do que Sartre designava por “seriedade” dos revolucionários.⁴⁴ A indiferença ética exigida pela disposição estética quando ela se torna o princípio da arte de viver encontra-se, de fato, na raiz da repulsa ética em relação ao artista (ou ao intelectual) que se manifesta com uma energia particular nas frações declinantes e ameaçadas da pequena burguesia (sobretudo, artesãos e comerciantes), levados a exprimir suas disposições regressivas e repressivas em todos os campos da prática (e, especialmente, em matéria de educação dos jovens ou a propósito dos estudantes e de suas manifestações), assim como nas frações ascendentes desta classe que, por sua tensão virtuística e sua profunda insegurança, se tornam mais acolhedoras ao fantasma da “pornocracia”.

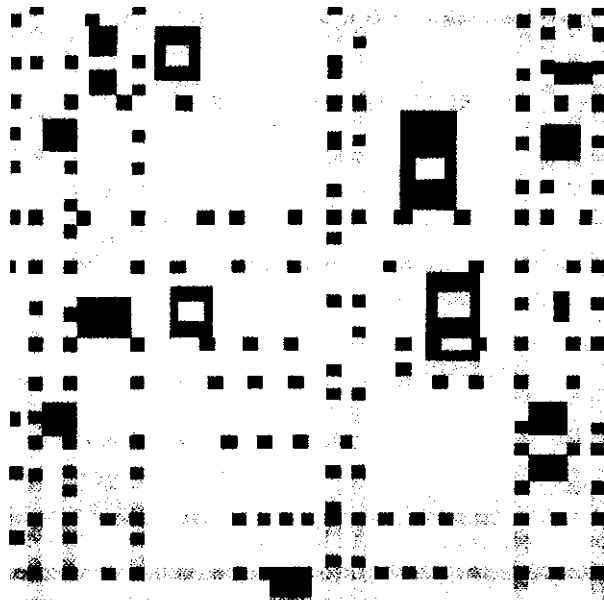
A legitimidade da disposição pura é tão totalmente reconhecida que nada faz lembrar que a definição da arte e, através dela, da arte de viver, torna-se um pretexto de luta entre as classes. As artes de viver dominadas – *que, praticamente, nunca receberam expressão sistemática* – são quase sempre percebidas, por seus próprios defensores, do ponto de vista destruidor ou redutor da estética dominante, de modo que sua única alternativa é a degradação ou as reabilitações autodestrutivas (“cultura popular”). Eis porque, convém solicitar a Proudhon⁴⁵ uma expressão, sistemática em sua ingenuidade, da *estética pequeno-burguesa* que, subordinando a arte aos valores fundamentais da arte de viver, vê na perversão cínica da arte de viver como artista, o princípio do primado absoluto conferido à forma: “Sob a influência da propriedade, o artista, *depravado* em sua razão, *dissoluto em seus costumes, venal e sem dignidade*, é a imagem impura do *egoísmo*. A idéia do *justo* e do *honesto* desliza por cima de seu coração sem enraizar-se; além disso, de todas as classes da sociedade, a dos artistas é a mais pobre em almas fortes e em caracteres nobres”.⁴⁶ “A arte pela arte, como tem sido nomeada, por não ter sua legitimidade em si e estar baseada em nada, é nada. É

devassidão do coração e *dissolução* do espírito. Separada do direito e do dever, culta e cobiçada como o mais elevado pensamento da alma e a suprema manifestação da humanidade, a arte ou o ideal, despojada da melhor parte de si mesma e reduzida a ser apenas uma *excitação da fantasia e dos sentidos*, é o princípio do *pecado*, a origem de toda servidão, a fonte envenenada de onde escoam, segundo a Bíblia, todas as *fornicações* e abominações da terra (...). A arte pela arte, digo eu, o verso pelo verso, o estilo pelo estilo, a forma pela forma, a fantasia pela fantasia – todas estas doenças que corroem, à semelhança de uma doença pedicular, nossa época – é o *vício* em todo o seu requinte, o mal em sua quintessência”.⁴⁷ Condena-se a autonomia da forma e o direito do artista à experimentação formal pela qual ele arroga-se o controle do que deveria reduzir-se a uma “execução”: “Não desejo contestar a nobreza, nem a elegância, nem a atitude, nem o estilo, nem o gesto, nem nada do que constitui a execução de uma obra de arte e é objeto habitual da velha crítica”.⁴⁸ Submetidos à demanda na escolha de seus objetos, os artistas desferram-se na execução: “Existem pintores de igrejas, de história, de batalhas, de gênero, ou seja, grotescos ou farsantes, pintores de retratos, de paisagens, de animais, de marinas, de Vênus e de fantasia. Tal pintor cultiva o nu, um outro, a tapeçaria. Em seguida, cada um esforça-se por distinguir-se por um dos meios que colaboram na execução. Um aplica-se ao desenho, um outro, à cor; este capricha a composição, aquele, a perspectiva, ainda um outro, o traje ou a cor local; tal pintor brilha pelo sentimento, um outro, pela idealidade ou pelo realismo de suas figuras; ainda um outro, pelo acabamento dos detalhes, resgata a nulidade do tema. Cada um esforça-se por ter um *macete*, determinado *talento*, determinada maneira e, com a ajuda da moda, as reputações constroem-se e destroem-se”.⁴⁹ No oposto desta arte separada da vida social, sem eira nem beira, a arte digna deste nome deve subordinar-se à ciência, à moral e à justiça; como finalidade, deve dedicar-se a excitar a sensibilidade moral, suscitar os sentimentos de dignidade e delicadeza, idealizar a realidade, substituindo a coisa pelo ideal da coisa, pintando o verdadeiro e não o real. Em resumo, ela deve educar; para isso, em vez de transmitir “impressões pessoais” (como David com o *Juramento do Jeu de Paume* ou Delacroix), terá de restituir, como Courbet em *Os camponeses de Flagey*, a verdade social e histórica que, por sua vez, poderá ser julgada por *todos*. (“Bastaria que cada um de nós procedesse a uma consulta de si mesmo para estar em condições de proferir, após uma curta informação, um julgamento sobre qualquer que fosse a obra de arte”).⁵⁰ E, para concluir, somos levados a citar um elogio da pequena casa individual que, infalivelmente, receberia a aprovação maciça das classes médias e populares: “Eu trocária o Museu do Louvre, as Tuileries, a catedral Notre-Dame – e ainda por cima, a Coluna da praça da Concórdia – para ter uma casa própria, uma *pequena casa feita do meu jeito*, da qual eu seria o único ocupante, no meio de um pequeno recinto com a extensão de um décimo de hectare, no qual eu teria água, sombra, gramado e silêncio. Se me passasse pela cabeça colocar aí dentro uma estátua, em vez de Júpiter ou de Apolo – nada tenho a ver com esses senhores –, em vez de panorâmicas de Londres, Roma, Constantinopla ou Veneza – Deus me livre de residir em tais cidades! – eu haveria de colocar aí o que me faz falta: montanha, vinhedo, pradaria, cabras, vacas, carneiros, ceifeiros, pastores”.⁵¹

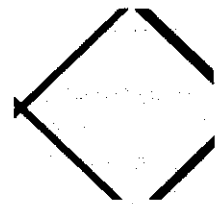
A neutralização e o universo dos possíveis

Diferentemente da percepção não específica, a percepção propriamente estética da obra de arte (que tem, evidentemente, seus graus de realização) está dotada de um *princípio de pertinência* socialmente constituído e adquirido: este princípio de seleção fornece-lhe a possibilidade de identificar e fixar, entre os elementos propostos ao olhar (por exemplo, folhas ou nuvens consideradas apenas como indícios ou sinais investidos de uma função de denotação – “trata-se de um choupo”, “está para vir uma tempestade”), todos os traços estilísticos e apenas aqueles que, *recolocados no universo das possibilidades estilísticas*, distinguem *determinada maneira particular de tratar os elementos adotados*, folhas ou nuvens, ou seja, um estilo como modo de representação em que se exprime o modo de percepção e de pensamento próprio de uma época, classe ou fração de classe, de um grupo de artistas ou de um artista particular. É impossível dizer algo para caracterizar estilisticamente uma obra de arte que não pressuponha a referência, pelo menos, implícita, aos *compossíveis*, simultâneos – para distinguir uma obra de seus contemporâneos – ou sucessivos para estabelecer sua oposição em relação a obras anteriores ou posteriores do mesmo ou de outro autor. As exposições dedicadas ao conjunto da obra de um pintor ou a um gênero (por exemplo, a “natureza-morta” na *Galerie des Beaux-Arts* de Bordeaux, em 1978) são a realização objetiva deste campo de possibilidades estilísticas *substituíveis*, mobilizadas ao serem “reconhecidas” as singularidades do estilo característico de uma obra de arte. Em função de uma idéia prévia a respeito da obra de Mondrian e das antecipações facilitadas por essa idéia é que, segundo a demonstração de E. H. Gombrich, o quadro intitulado *O Boogie-Woogie em Broadway* adquire, como é costume dizer, *todo o seu sentido*: a “impressão de alegre abandono” proporcionado pelo jogo das manchas de cor, vivas e fortemente contrastadas, surge apenas em um espírito familiarizado com “uma arte cujo suporte é a linha reta e algumas cores fundamentais, distribuídas por retângulos cuidadosamente equilibrados”, além de ser capaz de apreender, na diferença em relação à sua expectativa de “um rigor severo”, o equivalente do “estilo descontraído de uma música popular”. E basta imaginar que tais características são atribuídas a Gino Severini que, em algumas de suas obras, tenta exprimir “o ritmo da música de dança em composições de aparência caótica”, para perceber que, referido a este referente estilístico, o quadro de Mondrian evocaria, sem dúvida, de preferência, o *Primeiro Concerto Brandemburguês*.⁵²

A disposição estética como aptidão para perceber e decifrar as características propriamente estilísticas é, portanto, inseparável da competência propriamente artística: adquirido por uma aprendizagem explícita ou pela simples freqüência das obras – sobretudo, aquelas reunidas em museu as quais, pelo fato da diversidade de suas funções originais e de sua exposição neutralizante em um espaço dedicado à arte, fazem apelo ao interesse puro pela forma –, este controle prático permite situar cada elemento de um universo de representações artísticas em uma classe definida em relação à classe constituída por todas as representações artísticas, consciente ou inconscientemente, excluídas. Assim, a apreensão dos traços estilísticos que fazem a *originalidade* estilística das obras de uma época em relação às obras de outra época ou, no interior desta classe, as obras de uma escola em relação a outra escola ou, ainda, as obras de um autor em relação às obras de



P. Mondrian, *O Boogie-Woogie em Broadway*



P. Mondrian, *Pintura I*



G. Severini, *Hieróglifo dinâmico do Bal Tabarin*

sua escola ou época, ou, até mesmo, de determinada maneira de pintar ou de uma obra particular de um autor em relação ao conjunto de sua obra, é indissociável da apreensão das *redundâncias* estilísticas, ou seja, dos tratamentos típicos da matéria pictórica que definem um estilo. Em resumo, a captação das semelhanças pressupõe a referência implícita ou explícita às diferenças, e inversamente; a atribuição baseia-se sempre implicitamente na referência a “obras-testemunho”, consciente ou inconscientemente adotadas, porque elas apresentam, em um grau particularmente elevado, as qualidades reconhecidas, de maneira mais ou menos explícita, como pertinentes em determinado sistema de classificação. Tudo parece indicar que, até mesmo entre os especialistas, os critérios de pertinência definidores das propriedades estilísticas das obras-testemunho permanecem, quase sempre, em estado implícito; além disso, as taxinomias estéticas instituídas implicitamente para distinguir, classificar e colocar em ordem as obras de arte nunca alcançam o rigor que, às vezes, as teorias estéticas tentam emprestar-lhes.

De fato, a simples *identificação* operada pelo apreciador ou pelo especialista, ao procederem a atribuições, nada tem de comum com a intenção propriamente científica de recapturar a razão imanente e a razão de ser da obra pela reconstituição da situação percebida, a problemática vivenciada que é apenas o próprio espaço das posições e das tomadas de posição constitutivas do campo, e na qual definiu-se – quase sempre, *opondo-se* – a intenção artística própria ao artista considerado. As referências utilizadas para semelhante trabalho de reconstrução nada têm a ver com essas espécies de ecos semânticos ou de correspondências afetivas que guarnecem o discurso de celebração, mas são os instrumentos indispensáveis para a construção do campo das possibilidades temáticas ou estilísticas em relação às quais afirmou-se, objetivamente – e, em certa medida, subjetivamente –, a possibilidade adotada pelo artista. É assim que, para compreender o retorno dos primeiros pintores românticos à arte primitiva, conviria reconstituir todo o espaço de referência desses alunos de David portadores de barba comprida e traje grego que, “ao exaltarem o culto do antigo a que se dedicava seu mestre, pretendiam remontar a Homero, à Bíblia, a Ossian, e desprezavam como ‘rococo’, ‘Van Loo’, ‘Pompadour’, o estilo da própria antiguidade clássica”:⁵³ assim, seria possível encontrar as alternativas inseparavelmente éticas e estéticas – tais como a identificação do ingênuo com o puro e o natural – em relação às quais eram determinadas as escolhas e que nada têm de comum com as oposições trans-históricas tão apreciadas pelas estéticas formalistas.⁵⁴

No entanto, a intenção do celebrante ou do fiel não consiste em compreender além disso, na rotina habitual do culto destinado à obra de arte, o jogo das referências letradas ou mundanas exerce unicamente a função de introduzir a obra na circulação circular da interlegitimação: deste modo, a alusão ao *Ramalhete de flores* de Jan Bruegel de Velours enobrece o *Ramalhete de flores com papagaio* de Jean-Michel Picart, assim como, em outro contexto, a referência a este último poderá, por ser menos comum, levar à valorização do primeiro. Este jogo de alusões letradas e de analogias – reenviando, sem fim, a outras analogias que, à semelhança das oposições cardeais dos sistemas míticos ou rituais, nunca têm de justificar-se explicitando a base em que se apoiaram para estabelecer tais relações – tece em torno das obras uma rede apertada de experiências artificiais, respondendo e fortalecendo-se mutuamente, que *faz* o encantamento da contemplação artística: ele

encontra-se na própria origem da “idolatria” mencionada por Proust, levando a considerar belo “o figurino da comediante ou o vestido da mulher mundana (...), não pela beleza do pano, mas por tratar-se do tecido pintado por Moreau ou descrito por Balzac”.⁵⁵

A distância da necessidade

Para explicar o crescimento, com o capital escolar, da propensão ou, pelo menos, da pretensão em apreciar uma obra “independentemente de seu conteúdo” – em conformidade com a afirmação freqüente dos indivíduos culturalmente mais ambiciosos – e, de um modo mais geral, da propensão para esses investimentos “gratuitos” e “desinteressados” exigidos pelas obras legítimas, não basta invocar o fato de que a aprendizagem escolar fornece os instrumentos lingüísticos e as referências que permitem exprimir a experiência estética e, por essa mesma expressão, constituí-la: de fato, nesta relação, afirma-se a dependência da disposição estética em relação às condições materiais da existência, passadas e presentes, que são a condição tanto de sua constituição, quanto de sua implementação, além do acúmulo de um capital cultural (sancionado ou não do ponto de vista escolar) que só pode ser adquirido mediante uma espécie de retirada para fora da necessidade econômica. A disposição estética – que tende a *deixar de lado a natureza e a função do objeto representado*, além de excluir qualquer reação “ingênua”, ou seja, horror diante do horrível, desejo diante do desejável, reverência piedosa diante do sagrado, assim como todas as respostas puramente éticas para levar em consideração apenas o modo de representação, o estilo, percebido e apreciado pela comparação com outros estilos – é uma dimensão da relação global com o mundo e com os outros, de um estilo de vida, em que se exprimem, sob uma forma incognoscível, os efeitos de condições particulares de existência: condição de qualquer aprendizado da cultura legítima, seja ele implícito ou difuso como é, quase sempre, a aprendizagem familiar, ou explícito e específico tal como a aprendizagem escolar, estas condições de existência caracterizam-se pela suspensão e pelo *sursis* da necessidade econômica, assim como pelo distanciamento objetivo e subjetivo em relação à urgência prática, fundamento do distanciamento objetivo e subjetivo em relação aos grupos submetidos a tais determinismos.

Para atribuir aos jogos da cultura a seriedade lúdica exigida por Platão – seriedade sem espírito de sério, seriedade no jogo que pressupõe sempre um jogo do sério –, convém ser daqueles que, por não terem conseguido fazer de sua existência, à semelhança do artista, uma espécie de brincadeira de criança, prolongaram, no mínimo, até tarde e, às vezes, durante toda a vida, a relação com o mundo da infância (todas as crianças começam a vida como burgueses, em uma relação mágica de poder sobre os outros e, por eles, sobre o mundo; no entanto, mais ou menos cedo, deixam a infância). Eis o que é perfeitamente visível quando, por um acidente da genética social, surgem no universo policiado do jogo intelectual, determinadas pessoas – estamos pensando em Rousseau ou, em outro universo, em Tchernitchovski – que, nos jogos da cultura, introduzem pretextos e interesses que, nesse contexto, são impróprios; que se deixam seduzir ao ponto de abdicarem do mínimo de distanciamento neutralizante que faz parte da *illusio*; que abordam a conjuntura das lutas intelectuais, objeto de tão grande número de profissões de fé patéticas, como se tratasse de uma simples questão de verdadeiro ou falso, de vida ou de morte. Eis porque a própria

lógica do jogo atribuiu-lhes, de antemão, papéis que, apesar de tudo, eles *representarão* diante daqueles que, sabendo manter-se nos limites da ilusão intelectual, não conseguem vê-los de outro modo, isto é, no desempenho do papel de excêntrico ou de boçal.

Capacidade generalizada de neutralizar as urgências habituais e suspender as finalidades práticas, inclinação e aptidão duradouras para uma prática sem função prática, a disposição estética consegue constituir-se apenas em uma experiência do mundo desembaraçada da urgência, assim como na prática de atividades que têm sua finalidade em si mesmas, por exemplo, os exercícios escolares ou a contemplação das obras de arte. Ou dito em outras palavras, ela pressupõe o distanciamento ao mundo (de que o “distanciamento ao papel desempenhado”, revelado por Goffman, é uma dimensão particular), que é o princípio da experiência burguesa do mundo. Contrariamente ao que pode levar a crer uma representação mecanicista, a ação pedagógica da família e da escola, até mesmo em sua dimensão mais especificamente artística, exerce-se, no mínimo, tanto através das condições econômicas e sociais que são a condição de seu exercício quanto através dos conteúdos que ela inculca:⁵⁶ o universo escolar do jogo regulamentado e do exercício pelo exercício não está – pelo menos, sob este aspecto e apesar das aparências – tão afastado do universo “burguês” e dos inumeráveis atos “desinteressados” e “gratuitos” que fazem sua raridade distintiva, tais como a limpeza e a decoração de uma casa – ocasiões de um desperdício cotidiano de cuidados, tempo e trabalho (muitas vezes, por intermédio dos empregados domésticos); as caminhadas e o turismo – deslocamentos, cuja única finalidade consiste no exercício do corpo e na apropriação simbólica de um mundo reduzido ao estatuto de paisagem; ou ainda, as cerimônias e as recepções que acabam servindo de pretexto para a ostentação de luxuosos rituais, cenários, conversações e enfeites; sem falar, é claro, das práticas e do consumo na área da arte. Compreende-se que – semelhantes neste aspecto às mulheres da burguesia que, parcialmente excluídas dos empreendimentos econômicos, encontram sua realização no arranjo dos cenários da existência burguesa, quando elas não procuram na estética um refúgio ou uma desforra – os adolescentes burgueses, ao mesmo tempo, privilegiados economicamente e excluídos (provisoriamente) da realidade do poder econômico, opõem, às vezes, ao mundo burguês do qual, realmente, não conseguem apropriar-se, uma recusa de cumplicidade que encontra sua expressão privilegiada na propensão para a estética ou para o esteticismo.

O poder econômico é, antes de tudo, o poder de colocar a necessidade econômica à distância: eis porque, universalmente, sua afirmação consiste na destruição das riquezas, no gasto ostentatório, no desperdício e em todas as formas do luxo *gratuito*. É assim que, tendo deixado de transformar a existência inteira, à semelhança da aristocracia da corte, em uma exibição contínua, a burguesia constituiu a oposição entre pagante e gratuito, interesseiro e desinteressado, sob a forma da oposição – que, segundo Weber, é a sua característica própria – entre lugar de trabalho e moradia, dias úteis e dias feriados, exterior (masculino) e interior (feminino), negócios e sentimento, indústria e arte, mundo da necessidade econômica e mundo da liberdade artística arrancado, pelo poder econômico, desta necessidade.

O consumo material ou simbólico da obra de arte constitui uma das manifestações supremas da *abastança* no sentido de condição e, ao mesmo tempo, de disposição que a linguagem comum atribui a esta palavra.⁵⁷ O desprendimento do olhar puro não pode ser dissociado de uma disposição geral para o “gratuito”, para o “desinteressado”, produto

paradoxal de um condicionamento econômico negativo que, através das facilidades e liberdades, engendra a distância da necessidade. Por isso mesmo, a disposição estética define-se, também, do ponto de vista objetivo e subjetivo, em relação às outras disposições: a distância objetiva em relação à necessidade, e a quem se encontra aí confinado, é acompanhada por um distanciamento intencional que reduplica, pela exibição, a liberdade. À medida que aumenta a distância objetiva à necessidade, o estilo de vida torna-se cada vez mais o produto do que Weber designa como uma “estilização da vida”, expediente sistemático que orienta e organiza as mais diversas práticas, por exemplo, escolha do vinho de determinada safra e de um queijo, ou decoração de uma casa de campo. Enquanto afirmação de um poder sobre a necessidade dominada, ele traz sempre em seu bojo a reivindicação de uma superioridade legítima sobre aqueles que, por não saberem afirmar o desprezo pelas contingências no luxo gratuito e no desperdício ostentatório, permanecem dominados pelos interesses e pelas urgências comuns: os gostos de liberdade só podem afirmar-se como tais em relação aos gostos de necessidade que, deste modo, são levados à ordem da estética, portanto, constituídos como vulgares. As possibilidades de contestação desta pretensão aristocrática, em relação a qualquer outra, são menores já que a relação da disposição “pura” e “desinteressada” com as condições que a tornam possível, ou seja, com as mais raras condições materiais da existência por estarem mais desembaraçadas da necessidade econômica, tem todas as possibilidades de passar despercebida; assim, o privilégio portador de maior classe tem o privilégio de aparecer como o mais bem fundamentado na natureza.

O senso estético como senso da distinção

Assim, a disposição estética é a dimensão de uma relação distante e segura com o mundo e com os outros que pressupõe a segurança e a distância objetivas; a manifestação do sistema de disposições que produzem os condicionamentos sociais associados a uma classe particular de condições de existência quando eles assumem a forma paradoxal da maior liberdade concebível, em determinado momento, em relação às restrições da necessidade econômica. No entanto, ela é, também, a *expressão distintiva* de uma posição privilegiada no espaço social, cujo valor distintivo determina-se *objetivamente* na relação com expressões engendradas a partir de condições diferentes. Como toda a espécie de gosto, ela une e separa: sendo o produto dos condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência, ela une todos aqueles que são o produto de condições semelhantes, mas distinguindo-os de todos os outros e a partir daquilo que têm de mais essencial, já que o gosto é o princípio de tudo o que se tem, pessoas e coisas, e de tudo o que se é para os outros, daquilo que serve de base para se classificar a si mesmo e pelo qual se é classificado.

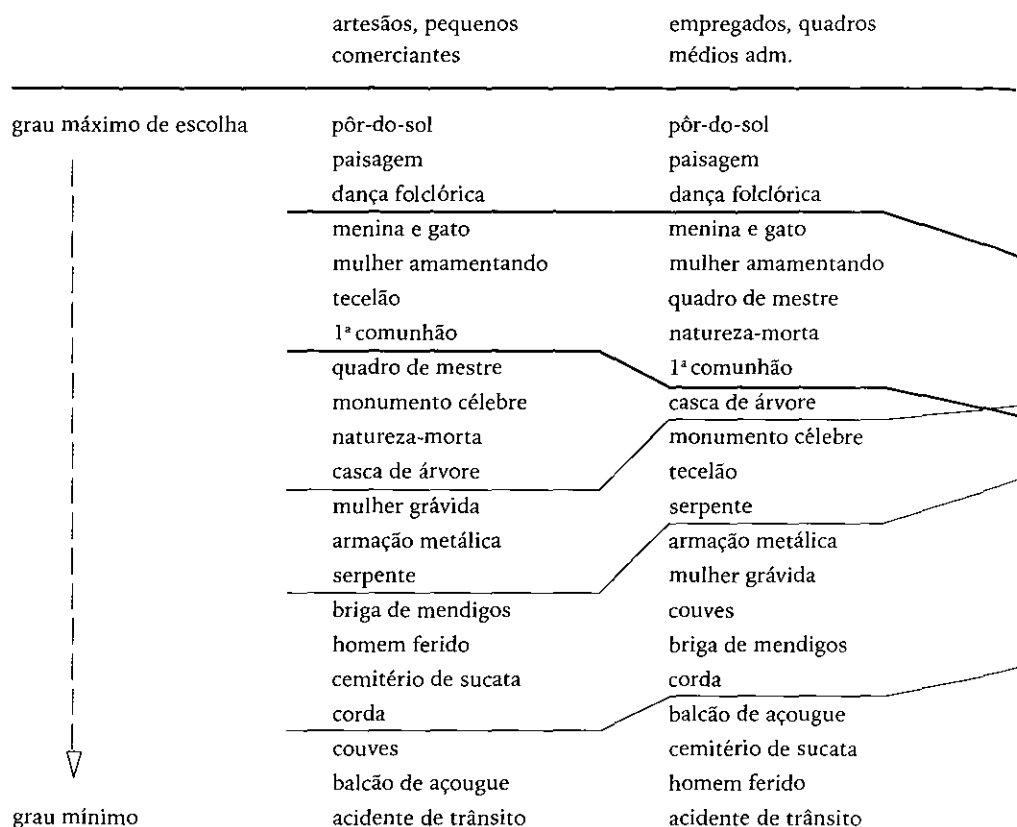
Os gostos (ou seja, as preferências manifestadas) são a afirmação prática de uma diferença inevitável. Não é por acaso que, ao serem obrigados a justificarem-se, eles afirmam-se de maneira totalmente negativa, pela recusa oposta a outros gostos:⁵⁸ em matéria de gosto, mais que em qualquer outro aspecto, toda determinação é negação;⁵⁹ e, sem dúvida, os gostos são, antes de tudo, *aversão*, feita de horror ou de intolerância visceral (“dá ânsia de vomitar”), aos outros gostos, aos gostos dos outros. Gostos e cores não se

discutem: o motivo não é tanto pelo fato de que, na natureza, há gostos para tudo, mas porque cada gosto pretende estar baseado na natureza – e o é praticamente, sendo *habitus* –, lançando os outros no escândalo da contranaturalidade. A intolerância estética exerce violências terríveis. A aversão pelos estilos de vida diferentes é, sem dúvida, uma das mais fortes barreiras entre as classes: como bom testemunho, temos a homogamia. E, para aqueles que julgam ser detentores do gosto legítimo, o mais intolerável é, acima de tudo, a reunião sacrílega dos gostos que, por ordem do gosto, devem estar separados. O mesmo é dizer que os jogos de artistas e de estetas e suas lutas pelo monopólio da legitimidade artística são menos inocentes do que possa parecer: não há luta a propósito da arte cujo pretexto não seja, também, a imposição de uma arte de viver, ou seja, a transmutação de determinada maneira arbitrária de viver em maneira legítima de existir que, por sua vez, atrai qualquer outra maneira de viver na arbitrariedade.⁶⁰ O estilo de vida de artista é sempre um desafio lançado ao estilo de vida burguês, cuja irrealidade e, até mesmo, absurdo, pretende manifestar por uma espécie de demonstração prática da inconsistência e futilidade do prestígio e dos poderes que ele persegue: a relação neutralizante com o mundo que define por si a disposição estética contém a desrealização do espírito de seriedade implicado nos investimentos burgueses. Como os julgamentos visivelmente éticos daqueles que não possuem os recursos para transformar a arte no fundamento de sua arte de viver, para observar o mundo e os outros através das reminiscências literárias ou das referências pictóricas, os julgamentos “puros” e puramente estéticos do artista e do esteta encontram sua origem nas disposições de um *ethos*,⁶¹ no entanto, pelo fato da legitimidade que lhes é reconhecida, com a condição de que permaneça desconhecida sua relação com as disposições e com os interesses próprios a um grupo definido por um elevado capital cultural e um reduzido capital econômico, eles fornecem uma espécie de limite absoluto ao jogo necessariamente indefinido dos gostos relativizando-se mutuamente; assim, por uma reviravolta paradoxal, contribuem para legitimar a pretensão burguesa à “distinção natural” como *absolutização da diferença*.

As tomadas de posição, objetiva e subjetivamente, estéticas – por exemplo, a cosmética corporal, o vestuário ou a decoração de uma casa – constituem outras tantas oportunidades de experimentar ou afirmar a posição ocupada no espaço social como lugar a assegurar ou distanciamento a manter. É evidente que nem todas as classes sociais estão preparadas e são levadas, em condições semelhantes, a entrar no jogo das recusas que rejeitam outras recusas, das superações que superam outras superações; além disso, as estratégias que visam transformar as disposições fundamentais de um estilo de vida em sistema de princípios estéticos, as diferenças objetivas em distinções eletivas, as opções passivas, constituídas em exterioridade pela lógica das relações distintivas, em tomadas de posição conscientes e eletivas, em opções estéticas, estão, de fato, reservadas aos membros da classe dominante e, até mesmo, à mais elevada burguesia, ou aos inventores e profissionais da “estilização da vida” que são os artistas – aliás, os únicos em condições de transformar sua arte de viver em uma das belas artes. Ao contrário, a entrada da pequena burguesia no jogo da distinção marca-se, entre outros indícios, pela ansiedade que suscita o sentimento de prestar-se à classificação ao entregar ao gosto dos outros determinados indícios tão seguros de seu próprio gosto quanto roupas, móveis ou um simples par de poltronas, como é o caso em um romance de Nathalie Sarraute. Quanto às classes populares, sua única função no sistema das tomadas de

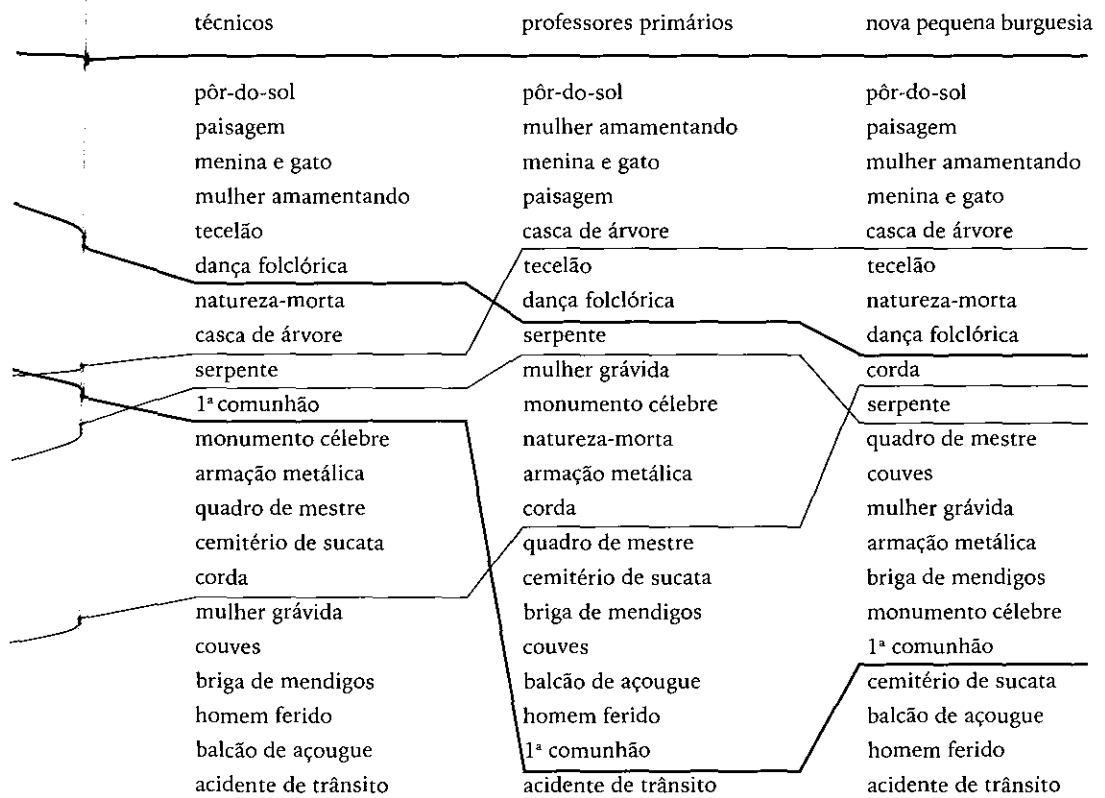
posição estética é, certamente, a de contraste e ponto de referência negativo em relação ao qual se definem, de negação em negação, todas as estéticas.⁶² Ignorando ou recusando a maneira e o estilo, a “estética” (em si) das classes populares e das frações mais desprovidas culturalmente das classes médias constitui como “lindo”, “mimoso”, “adorável” (de preferência a “belo”) o que já é constituído como tal na “estética” dos calendários distribuídos pelos Correios e dos cartões postais: pôr-do-sol ou menina brincando com um gato, dança folclórica ou quadro de mestre, primeira comunhão ou procissão de crianças. A intenção de distinção aparece com o estetismo pequeno-burguês que, deleitando-se com todos os substitutos pobres dos objetos e das práticas chiques – madeira esculpida e seixos pintados, ratã e ráfia, artesanato e fotografia de arte – define-se contra a “estética” das classes populares ao rejeitar seus objetos de predileção, temas dos “cromos” – tais como paisagens de montanha, pôr-do-sol no mar e na orla dos bosques – ou das fotografias-lembrança: primeira comunhão,

Gráfico 2 – A disposição estética na pequena burguesia



Os diferentes objetos foram hierarquizados para as diferentes frações de classe segundo a porcentagem de sujeitos que opinaram ser possível tirar, a partir desses objetos, uma bela foto.

monumento ou quadro célebre (cf. Gráfico 2). Em matéria de fotografia, este gosto orienta-se para objetos semelhantes aos da “estética” popular, mas já parcialmente neutralizados pela referência, mais ou menos explícita, a uma tradição pictórica ou por uma intenção visível de busca que associa o pitoresco social (tecelão no tear, briga de mendigos, dança folclórica) com a gratuidade formal (seixos, corda, casca de árvore).⁶³ E é significativo que a arte média por excelência encontre um de seus objetos de predileção em um dos espetáculos mais característicos da “cultura média” (em companhias de circo, operetas e touradas): a dança folclórica (já se sabe que esta é particularmente apreciada pelos operários qualificados e contramestres, pelos quadros médios e os empregados).⁶⁴ Como o registro fotográfico do pitoresco social, cujo objetivismo populista coloca à distância as classes populares, constituindo-as em objeto de contemplação ou, até mesmo, de comiseração ou indignação, o espetáculo do “povo” dando-se a si mesmo em espetáculo, por exemplo, na dança folclórica,



é uma oportunidade de experimentar a relação da *proximidade distante*, sob a forma da desrealização operada pelo realismo estético e pela nostalgia populista que é uma dimensão fundamental da relação da pequena burguesia com as classes populares e com suas tradições. No entanto, este estetismo “médio” serve, por sua vez, de contraste aos mais advertidos dos membros das novas frações das classes médias que recusam seus objetos favoritos e, também, aos professores do ensino secundário, cujo estetismo de consumidores (sua prática da fotografia e das outras artes é relativamente reduzida) afirma-se capaz de constituir esteticamente qualquer objeto, com exceção daqueles que são constituídos pela “arte média” dos pequeno-burgueses (como o tecelão e a dança folclórica, objetos remetidos ao “interessante”).⁶⁵ Estetas em intenção, eles testemunham claramente por suas recusas distintivas que possuem o controle prático das relações entre os objetos e os grupos, controle que se encontra na origem de todos os julgamentos da forma através da expressão “isso é coisa de...” (“isso é coisa de pequeno-burguês”, “isso é coisa de novo-rico”, etc.), sem terem condições de executar a façanha que consiste em declarar belos os objetos mais marcantes da “estética” popular (primeira comunhão) ou pequeno-burguesa (maternidade, dança folclórica); no entanto, em decorrência das relações de vizinhança estrutural, eles são levados, espontaneamente, a detestá-los.

De fato, as escolhas estéticas explícitas constituem-se, muitas vezes, por oposição às escolhas dos grupos mais próximos no espaço social, com quem a concorrência é mais direta e imediata e, sem dúvida, de modo mais preciso, em relação àquelas, entre tais escolhas, em que se torna mais evidente a intenção, percebida como pretensão, de marcar a distinção em relação aos grupos inferiores – por exemplo, para os intelectuais, os Brassens, Ferrat ou Ferré dos professores primários. Assim, a título de bem cultural mais ou menos universalmente acessível (como a fotografia) e realmente *comum* (é raro que, em determinado momento, alguém não tenha ficado exposto ao “sucesso” da hora), a canção faz apelo, entre aqueles que entendem marcar sua diferença, uma vigilância bem particular: segundo parece, os intelectuais, artistas e professores do ensino superior hesitam entre a recusa em bloco do que, na melhor das hipóteses, só poderá ser uma “arte média” e uma adesão seletiva, propícia a manifestar a universalidade de sua cultura e de sua disposição estética;⁶⁶ por sua vez, os empresários e os membros das profissões liberais, pouco propensos à canção chamada intelectual, marcam seu distanciamento em relação à canção comum, rejeitando com aversão as canções mais divulgadas e mais “vulgares” – *Compagnons de la Chanson*, Mireille Mathieu, Adamo ou Sheila – e abrindo uma exceção para os cantores mais antigos e consagrados (tais como Edith Piaf ou Charles Trenet) ou mais aparentados com a opereta ou *bel canto*. No entanto, as classes médias é que encontram na canção (assim como na fotografia) uma oportunidade de manifestar sua pretensão artística recusando os cantores favoritos das classes populares, tais como Mireille Mathieu, Adamo, Aznavour ou Tino Rossi, e afirmando sua preferência pelos cantores que tentam enobrecer este gênero “menor”: é assim que os professores primários nunca se distinguem tanto das outras frações da pequena burguesia quanto neste campo em que – em melhores condições do que no terreno da arte legítima – eles podem investir suas disposições escolares e afirmar seu gosto próprio na escolha dos cantores que propõem uma poesia populista na tradição da escola primária, tais como Douai e Brassens (que estava inscrito, há alguns anos, no programa da *École normale supérieure* de Saint-Cloud).⁶⁷

Observa-se, na mesma lógica, que a pequena burguesia em declínio rejeita, sistematicamente, as virtudes – ou seja, divertido, requintado, distinto, artístico, pleno de fantasia – que, de bom grado, a nova pequena burguesia atribui a si mesma. Por sua vez, esta manifesta sua pretensão estética pela recusa das constelações mais tipicamente “burguesas” e por um cuidado em avançar na contramão dos julgamentos comuns que deixam um enorme espaço para as profissões de fé estéticas: daí, por exemplo, a propósito das qualidades do amigo ou do lar, determinadas combinações pintalgadas, tais como “artístico, sociável, divertido, confortável, facilidade de arrumar, pleno de fantasia” (Caixeiro viajante, Paris), “dinâmico, bom astral, distinto, afetado, caloroso, pleno de fantasia” (Diretor de galeria, Lille), “dinâmico, requintado, obstinado, confortável, harmonioso, íntimo” (Radialista, Lille). Ainda, pela mesma lógica, os membros das profissões liberais são levados a distinguir-se dos recém-chegados à burguesia, rejeitando as qualidades que marcam melhor os traços de um espírito ambicioso com desejo de promover-se socialmente, tais como “obstinado”, “bom astral” (muitas vezes, escolhidos pelos quadros administrativos) ou os adjetivos mais “pretensiosos” (por exemplo, “distinto” ou “requintado”) adotados, freqüentemente, pela nova pequena burguesia.

Podemos, também, pressupor que a afirmação da onipotência do olhar estético que se encontra entre os professores de ensino superior – ou seja, os mais inclinados a dizer que todos os objetos propostos podem ser objeto de uma bela fotografia, além de professarem seu reconhecimento da arte moderna ou do estatuto artístico da fotografia – seja muito mais tributária da intenção de distinção que de um verdadeiro *universalismo* estético. Eis o que não escapa aos mais libertinos dos produtores de vanguarda que, dispendo da autoridade suficiente para questionar, se necessário, o próprio dogma da onipotência da arte,⁶⁸ estão bem posicionados para reconhecer, nesta “opção”, o efeito de uma lição aprendida e a preocupação em não ficarem marcados por recusas antecipadamente condenadas: “Quem poderia fazer esta afirmação: quando observo um quadro, não me interessa pelo que ele representa? – Neste momento, o tipo de pessoa pouco culta em arte. Isso é típico de alguém que não tem qualquer idéia do que é a arte. *Há vinte anos*, mas nem sei se há vinte anos, os pintores abstratos teriam afirmado isso, não creio. Trata-se bem de um tipo ignorante e que diz: não sou um imbecil; o que conta é que isso seja bonito” (Pintor de vanguarda, 35 anos). De qualquer modo, eles são os únicos que têm a possibilidade de impor-se a proeza necessária para operar, por uma recusa de todas as recusas, a recuperação paródica ou sublimante dos próprios objetos recusados pelo estetismo de grau inferior. A “reabilitação” de objetos “vulgares” será tanto mais arriscada, assim como mais “rentável” quanto menor for a distância no espaço ou no tempo social e quanto mais fáceis de “recuperar” forem os “horrores” do *kitsch* popular em relação aos do símile pequeno-burguês, do mesmo modo que as “abominações” do gosto burguês podem ser consideradas “divertidas”, desde que estejam suficientemente afastadas no passado para deixarem de ser “comprometedoras”.

Bastará indicar que – além daqueles objetos propostos ao julgamento que já estavam constituídos na data da pesquisa, seja por esta ou aquela tradição pictórica (por exemplo, a armação metálica dos Léger ou Gromaire; a briga de mendigos, variante de um velho tema da pintura realista amplamente retomado em foto; ou o balcão de açougue), seja pela tradição

fotográfica (por exemplo, tecelão no tear, dança folclórica, casca de árvore) – a maior parte dos objetos “quaisquer” foram constituídos, desde a época da pesquisa, por este ou aquele pintor de vanguarda (tais como o pôr-do-sol no mar de Richer que, a partir de fotografias, pinta algumas paisagens tipicamente românticas – ou de Long e Fulton, pintores ingleses, que transformam as fotografias em paisagens com intenção “conceitual” ou, até mesmo, em *Land Art*; ou o acidente de trânsito de Andy Warhol; ou a briga de mendigos com os mendigos, em pleno sono, na *Bowery*, dos hiper-realistas norte-americanos; ou a primeira comunhão do álbum de família de Boltanski, etc.). Os únicos objetos não “recuperados” e, provisoriamente, “irrecuperáveis” têm a ver com os temas privilegiados do estetismo do primeiro grau – tecelão no tear, dança folclórica, casca de árvore, mulher amamentando: sem suficiente distanciamento, eles são menos propícios à exibição de um poder absoluto de constituição estética; e menos favoráveis à manifestação da distância, encontram-se, em particular, sob a ameaça de serem considerados como intenções de primeiro grau. A reapropriação será tanto mais difícil na medida em que a estética em si – que lhe serve de referência – denunciar, de modo mais manifesto, o reconhecimento da estética dominante e na medida em que a distância distintiva correr maior risco de passar despercebida.

O artista ainda está de acordo com o “burguês” neste ponto: prefere a “ingenuidade” à “pretensão”.⁶⁹ O “povo” tem o mérito essencial de ignorar as pretensões em relação à arte (ou ao poder) que inspiram as ambições do “pequeno-burguês”; sua indiferença contém o reconhecimento tácito do monopólio. Eis porque, freqüentemente, na mitologia dos artistas e dos intelectuais – que, no termo de suas estratégias de oposição e de dupla negação, voltam a encontrar, às vezes, seus gostos e suas opiniões –, ele desempenha um papel que não é assim tão diferente daquele que era atribuído ao camponês pelas ideologias conservadoras da aristocracia declinante.

Ascendência de nobreza cultural

Se as variações do capital escolar são sempre estreitamente associadas às variações da competência, até mesmo, em domínios – por exemplo, cinema e jazz – que não são ensinados, nem controlados diretamente pela instituição escolar, ocorre que, no caso de *capital escolar equivalente*, as diferenças de origem social (cujos “efeitos” já se exprimem nas diferenças de capital escolar) estão associadas a diferenças relevantes. Estas serão tanto mais importantes e visíveis (salvo em níveis escolares mais elevados em que o efeito de sobre-seleção tende a neutralizar as diferenças de trajetória), em dois aspectos: em primeiro lugar, quanto menor for o recurso não a uma competência estrita e estritamente controlável, mas sobretudo a uma espécie de familiaridade com a cultura e, em segundo lugar, quanto maior for a distância do indivíduo em relação aos universos mais “escolares” e mais “clássicos” para se aventurar em regiões menos legítimas e mais “arriscadas” da cultura chamada “livre”. Por não ser ensinada pela escola, embora receba valor no mercado escolar, esta pode obter, em várias oportunidades, um altíssimo rendimento simbólico e proporcionar um grande benefício de distinção. O peso relativo do capital escolar no sistema dos fatores explicativos pode ser, inclusive, muito mais reduzido que o peso da origem social quando só é solicitado aos entrevistados para exprimirem uma *familiaridade*

estatutária com a cultura legítima ou em vias de legitimação, relação paradoxal, feita da mistura de certeza com ignorância (relativa) em que se afirmam os verdadeiros direitos da burguesia, avaliados pela antiguidade.

A parcela daqueles que, no caso de *capital escolar igual*, afirmam conhecer, no mínimo, doze das obras musicais propostas, cresce mais nitidamente que a parcela daqueles que podem citar o nome de doze compositores, pelo menos, quando se avança das classes populares para a classe dominante – a diferença é bastante atenuada entre os detentores de um diploma de ensino superior (cf. Tabela 4). Apesar de sua menor amplitude, a mesma lógica preside as diferenças segundo o sexo: enquanto, em matéria de compositores, não há registro de tais diferenças entre indivíduos oriundos da mesma classe, elas são elevadas em favor das mulheres no que diz respeito à familiaridade com as obras, em particular, nas classes médias e superiores (nas classes populares, e para ambos os sexos, tal conhecimento é bastante reduzido); nas duas categorias mais feminizadas, ou seja, os serviços médico-sociais e as secretárias, a totalidade das pessoas entrevistadas afirma conhecer, no mínimo, três das obras propostas. Esta diferença na relação vivida ou declarada à música explica-se, sem dúvida, em parte, pelo fato de que, na divisão tradicional dos papéis entre os sexos, a familiaridade com as coisas da arte e da literatura é atribuída às mulheres.

As diferenças associadas à origem social são, também, marcantes em relação ao conhecimento dos diretores de filmes que, no caso do nível de instrução igual, será tanto mais elevada quanto mais alta for a origem social. Do mesmo modo, a parcela daqueles que afirmam a possibilidade de tirar uma bela fotografia com objetos “feios” ou insignificantes cresce, no caso de nível igual, com a origem social. Será necessário dizer que, aos diferentes

Tabela 4 – O conhecimento dos compositores e das obras musicais

Diploma	Origem social	Número de compositores conhecidos					Número de obras conhecidas				
		0-2	3-6	7-11	12 e +	Total	0-2	3-6	7-11	12 e +	Total
sem dipl. CEP, CAP	Cl. populares	69,5	23,5	5,5	1,5	100	32,5	48,5	17,5	1,5	100
	Cl. médias	68,5	21,0	8,5	2,0	100	21,0	55,0	19,5	4,5	100
	Cl. superiores	46,0	25,0	8,5	20,5	100	12,5	33,5	29,0	25,0	100
	Conjunto	67,0	22,0	7,5	3,5	100	24,5	51,0	19,5	5,0	100
BEPC	Cl. populares	57,5	15,5	23,0	4,0	100	15,5	27,0	50,0	7,5	100
	Cl. médias	48,5	35,5	9,5	6,5	100	8,5	43,0	34,5	14,0	100
	Cl. superiores	31,5	41,5	13,5	13,5	100	8,0	31,5	41,0	19,5	100
	Conjunto	44,5	34,0	13,0	8,5	100	9,5	37,0	39,0	14,5	100
Baccalauréat	Cl. populares	11,0	59,5	18,5	11,0	100	-	33,0	52,0	15,0	100
	Cl. médias	19,0	32,0	38,0	11,0	100	3,5	26,5	51,0	19,0	100
	Cl. superiores	21,5	21,5	37,5	19,5	100	5,0	19,5	42,5	33,0	100
	Conjunto	18,5	32,5	35,5	13,5	100	3,5	25,5	48,5	22,5	100
Petite école est. superiores não terminados	Cl. populares	20,0	-	70,0	10,0	100	-	30,0	60,0	10,0	100
	Cl. médias	16,0	22,5	51,5	10,0	100	13,0	19,5	54,5	13,0	100
	Cl. superiores	17,5	11,5	39,0	32,0	100	11,5	11,5	33,5	43,5	100
	Conjunto	17,5	13,5	45,5	23,5	100	11,0	15,5	42,0	31,5	100
Licence, agrégation, grande école	Cl. populares	-	35,0	32,5	32,5	100	-	7,0	66,5	26,5	100
	Cl. médias	7,0	15,0	47,5	30,5	100	-	22,0	49,0	29,0	100
	Cl. superiores	7,5	15,5	44,5	32,5	100	8,0	13,5	38,5	40,0	100
	Conjunto	7,0	16,5	44,5	32,0	100	5,5	15,0	43,0	36,5	100

modos de aquisição, correspondem também diferenças na natureza das obras preferidas? As diferenças relacionadas com a origem social tendem a crescer à medida que for aumentando o afastamento do centro do alvo da ação escolar, quando se passa da literatura para a pintura ou a música clássica e, *a fortiori*, para o jazz ou a arte de vanguarda.⁷⁰ Aqueles que adquirem, pela e para a escola, o essencial de seu capital cultural fazem investimentos culturais mais “clássicos” e menos arriscados que as pessoas que receberam uma importante herança cultural.

Assim, por exemplo, se, entre os membros da classe dominante, titulares dos mais elevados diplomas (*agrégation* ou diploma de *grande école*), é comum evitar sempre a citação de certas obras ou determinados pintores típicos da cultura média, tais como Buffet ou Utrillo, possuir um conhecimento aprofundado dos compositores e orientar suas preferências para o *Cravo bem temperado* ou o *Pássaro de fogo*, os originários das classes populares ou médias fazem, com maior frequência, escolhas que marcam seu respeito por uma cultura mais “escolar” (Goya, Da Vinci, Bruegel, Watteau, Rafael) e subscrevem, em uma fração não desprezível (25%), o julgamento segundo o qual “a pintura é algo muito mais difícil”, enquanto os originários da classe dominante conhecem um maior número de obras e, com maior frequência, escolhem obras mais afastadas da cultura “escolar” (Braque, o *Concerto para a mão esquerda*). Do mesmo modo, alguns membros da pequena burguesia estabelecida (artesãos, pequenos comerciantes, empregados, quadros médios), detentores de um capital escolar relativamente baixo (igual ou inferior ao BEPC), fazem escolhas que trazem a marca nítida de sua trajetória. Assim, aqueles que se encontram em ascensão manifestam, de vários modos, seu respeito pela cultura legítima – por exemplo, com maior frequência do que os outros, eles aprovam este julgamento: “a pintura é bela, mas difícil” – e escolhem obras típicas do gosto médio (Buffet, Utrillo) ou, até mesmo, popular (*Danúbio azul*). Ao contrário, aqueles cujo pai pertencia às classes superiores manifestam, no caso de capital escolar equivalente, uma maior familiaridade com as obras musicais (apesar de não conhecerem melhor os nomes de compositores), do mesmo modo que afirmam, com maior frequência, apreciar os impressionistas, tendo visitado com uma assiduidade um pouco maior os museus e escolhido, mais frequentemente, obras consagradas pela escola (Rafael ou Da Vinci).

As maneiras e a maneira de adquirir

Adquirida na relação com determinado campo que funciona como instância de inculcação e, ao mesmo tempo, como mercado, a competência cultural (ou lingüística) continua sendo definida por suas condições de aquisição que, perpetuadas no modo de utilização – ou seja, em determinada relação com a cultura ou com a língua – funcionam como uma espécie de “marca de origem” e, tornando-a solidária de certo mercado, contribuem ainda para definir o valor de seus produtos em diferentes mercados. Dito em outras palavras, através de indicadores – tais como, nível de instrução ou origem social, ou, mais exatamente, na *estrutura* da relação que os une –, apreendem-se *também* modos de produção do *habitus* culto, princípios de diferenças não somente nas competências adquiridas, mas igualmente nas *maneiras* de implementá-las, conjunto de propriedades secundárias que, por serem reveladoras de condições diferentes de aquisição, estão predispostas a receber valores muito diferentes nos distintos mercados.

Sabendo que a maneira é uma manifestação simbólica, cujo sentido e valor dependem tanto daqueles que a percebem quanto daquele que a produz, compreende-se que a maneira de usar bens simbólicos e, em particular, daqueles que são considerados como os atributos da excelência, constitui um dos marcadores privilegiados da “classe”, ao mesmo tempo que o instrumento por excelência das estratégias de distinção, ou seja, na linguagem de Proust, da “arte infinitamente variada de marcar as distâncias”. A ideologia do gosto natural opõe, através de duas modalidades da competência cultural e de sua utilização, dois modos de aquisição da cultura:⁷¹ o aprendizado total, precoce e insensível, efetuado desde a pequena infância no seio da família e prolongado pela aprendizagem escolar que o pressupõe e o completa, distingue-se do aprendizado tardio, metódico e *acelerado*, não tanto – conforme o apresenta a ideologia do “verniz” cultural – pela profundidade e durabilidade de seus efeitos, mas pela modalidade da relação com a linguagem e a cultura que ele tende a inculcar como suplemento.⁷² Ele confere a certeza de si, correlata da certeza de deter a legitimidade cultural e a *abastança*, a qual serve para identificar a excelência: ele produz a relação paradoxal, feita de certeza na ignorância (relativa) e de desenvoltura na familiaridade que os burgueses da velha cepa mantêm com a cultura, espécie de bem de família, do qual eles se sentem os legítimos herdeiros.

A competência do “*connaisseur*”, controle inconsciente dos instrumentos de apropriação que é o produto de uma lenta familiarização e serve de fundamento à familiaridade com as obras, é uma “arte”, controle prático que, à semelhança de uma arte de pensar ou de viver, só pode ser transmitida, exclusivamente, por preceitos ou prescrições, e cuja aprendizagem pressupõe o equivalente do contato prolongado entre o discípulo e o mestre em um ensino tradicional, ou seja, o contato repetido com obras culturais e pessoas cultas. E do mesmo modo que o aprendiz ou o discípulo pode adquirir *inconscientemente* as regras da arte, incluindo as que não são conhecidas explicitamente pelo próprio mestre, mediante um verdadeiro questionamento de si mesmo, excluindo a análise e a seleção dos elementos da conduta exemplar, assim também o apreciador de arte pode, abandonando-se de algum modo à obra, interiorizar seus princípios de construção sem que estes sejam levados à sua consciência e formulados ou formuláveis enquanto tais, o que estabelece a verdadeira diferença entre a teoria da arte e a experiência do entendido, muitas vezes, incapaz de explicitar os princípios de seus julgamentos. Ao contrário, toda aprendizagem institucionalizada pressupõe o mínimo de racionalização que deixa seu vestígio na relação com os bens consumidos. O prazer soberano do esteta pretende dispensar os conceitos. Ele opõe-se tanto ao prazer sem pensamento do “naïf” (exaltado pela ideologia através do mito do olhar novo e da infância) quanto ao presumido pensamento sem prazer do pequeno-burguês e do “novo-rico”, expostos continuamente a estas formas de perversão ascética que levam a privilegiar o saber em detrimento da experiência, a sacrificar a contemplação da obra ao discurso sobre a obra, a *aisthesis* à *askesis*, à maneira dos cinéfilos que sabem tudo o que se deve saber sobre filmes não assistidos por eles.⁷³ Sabe-se, no entanto, que a verdade do sistema escolar não se realiza completamente: o essencial do que a Escola transmite é adquirido, também, como suplemento, à semelhança do sistema de classificação que o sistema escolar inculca através da ordem em que ele impõe os saberes ou através dos pressupostos de sua organização (hierarquia das disciplinas, seções, exercícios, etc.) ou de seu funcionamento (modalidade de avaliação, sanções, etc.). Mas, ele deve operar sempre, por exigência da transmissão, o

mínimo de racionalização do que transmite: assim, por exemplo, no lugar dos esquemas práticos de classificação, sempre parciais e associados a contextos práticos, ele coloca determinadas taxinomias explícitas e padronizadas, fixadas de uma vez por todas sob a forma de esquemas sinóticos ou de tipologias dualistas (por exemplo, “clássicas”/ “românticas”) e inculcadas expressamente, portanto, conservadas na memória sob a forma de saberes suscetíveis de serem restituídos, de maneira quase idêntica, por todos os agentes submetidos à sua ação.⁷⁴ Ao fornecer os instrumentos de expressão que permitem aplicar à ordem do discurso quase sistemático as preferências práticas e organizá-las expressamente em torno de princípios explícitos, ele torna possível o controle simbólico (mais ou menos adequado) dos princípios práticos do gosto, por uma operação completamente análoga àquela que é realizada pela gramática, ao racionalizar, em quem já o possui, o “senso da beleza”, dando-lhe o meio de referir-se a regras (por exemplo, as da harmonia ou da retórica), a preceitos e a receitas, em vez de se confiar às vicissitudes da improvisação; além disso, no lugar da quase-sistematicidade intencional de uma estética erudita, coloca a sistematicidade objetiva da estética em si produzida pelos princípios práticos do gosto. A virtualidade do academicismo é confinada, como se vê, em toda pedagogia racional que tende a transformar em um corpo doutrinal de normas e fórmulas explícitas e explicitamente ensinadas, mais freqüentemente negativas que positivas, o que uma aprendizagem tradicional transmite sob a forma de um estilo global diretamente apreendido nas práticas. Mas, sobretudo – e tal é o princípio do santo horror dos estetas pelos pedagogos e pela pedagogia –, o ensino racional da arte proporciona substitutos à experiência direta, oferece atalhos ao longo trajeto da familiarização, torna possíveis práticas que são o produto do conceito e da regra, em vez de surgir da pretensa espontaneidade do gosto, oferecendo assim um recurso a quem espera recuperar o tempo perdido.

À semelhança de todas as estratégias ideológicas que se engendram na luta cotidiana entre as classes, a ideologia do gosto natural extrai suas aparências e sua eficácia ao *naturalizar* diferenças reais, convertendo diferenças nos modos de aquisição da cultura em diferenças da natureza e reconhecendo como única legítima a relação com a cultura (ou com a linguagem) que apresentar o menor número de vestígios visíveis de sua gênese: como se nada tivesse de “aprendido”, “rebuscado”, “afetado”, “estudado”, “escolar” ou “livresco”, manifesta pela abundância e pelo natural que a verdadeira cultura é a natureza, novo mistério da Imaculada Conceição. Eis o que é bem visível nas afirmações de um esteta da arte culinária que se limita a imitar Francastel o qual, em uma declaração autodestrutiva, para um historiador da arte, recusava o “saber intelectualizado”, capaz somente de “reconhecer”, em benefício da “experiência visual”, único meio de acesso à verdadeira “visão”.⁷⁵ “Convém evitar a confusão entre *gosto* e *gastronomia*. Se o gosto é o *dom natural* de reconhecer e apreciar a perfeição, ao contrário, a gastronomia é o conjunto das *regras* que presidem a cultura e a *educação* do gosto. A gastronomia está para o gosto como a *gramática* e a literatura estão para o *senso literário*. E eis formulado o problema essencial: como o *gourmet* é um delicado *connaisseur*, será que o gastrônomo é um *cuistre**?”

* Atualmente utilizado pejorativamente, que significa *pedante* ou *ridículo*; no francês antigo, este termo designava o “serviçal de cozinha encarregado de provar os alimentos”. (N.T.)

(...) O *gourmet* é seu próprio gastrônomo, como o homem dotado de gosto é seu próprio gramático (...) Nem todo o mundo é *gourmet*: daí, a necessidade de gastrônomos (...) Devemos atribuir aos gastrônomos o que pensamos dos pedagogos em geral: apesar de serem, às vezes, insuportáveis *cuistres*, não deixam de ter sua utilidade. Além de pertencerem ao *gênero inferior e modesto*, compete-lhes, à força de tato, moderação e leveza elegante, melhorar este gênero *um tanto subalterno* (...) Existe mau gosto (...) que, por *instinto*, é percebido pelos *requintados*. No entanto, para quem não o sente, é necessário estabelecer uma regra”.⁷⁶ O conhecimento por experiência – que, à semelhança da *cognitio Dei experimentalis* de São Tomás, experimenta e deplora a inadequação essencial das palavras e dos conceitos à “realidade saboreada” na união mística – considera como indigno o amor intelectual da arte, conhecimento que identifica a experiência da obra com uma operação intelectual de decifração.⁷⁷

Os “doutos” e os “mundanos”

As diferenças nas maneiras em que se exprimem diferenças no modo de aquisição – ou seja, na antiguidade do acesso à classe dominante – associadas, freqüentemente, a diferenças na estrutura do capital possuído, estão predispostas a marcar *as diferenças no âmago da classe dominante*, assim como as diferenças de capital cultural marcam as diferenças entre as classes.⁷⁸ Eis a razão pela qual as maneiras – e, em particular, a modalidade da relação com a cultura legítima – são o pretexto de uma luta permanente, de modo que, nestas matérias, não existe enunciado neutro já que os termos designam as disposições opostas, podendo ser considerados encomiásticos ou pejorativos, conforme se adota a seu respeito o ponto de vista de um dos grupos opostos. Não é por acaso que a oposição entre “escolar” (ou “pedante”) e “mundano” encontra-se, em todas as épocas, no centro dos debates sobre o gosto e sobre a cultura: de fato, através de duas maneiras de produzir ou de apreciar as obras culturais, ela designa, com bastante clareza, dois modos de aquisição opostos e, pelo menos, para a época presente, duas relações diferentes com a instituição escolar.

Que se pense no antagonismo predominante em toda a primeira metade do século XVII, na França, entre os *doutos* – os Chapelain, Balzac, La Mesnardière, Faret, Colletet, d’Aubignac, etc., que procuram entre os teóricos italianos e, através deles, em Aristóteles, esforçando-se ao mesmo tempo para fundamentá-las na razão, as regras que pretendem impor à concepção das obras literárias⁷⁹ – e os *mundanos* que, por recusarem o incômodo dos preceitos, adotam seu prazer como juiz e aferram-se aos ínfimos detalhes de inúmeros matizes que fazem o “não sei o quê” e a delicada perfeição do saber-viver: os grandes debates sobre o gosto, suscitados ou colocados em pauta pelas obras literárias (tais como a questão relativa aos defensores do estilo afetado que, ao codificarem e racionalizarem a delicadeza mundana, ou seja, a arte de viver vivenciada e desejada como indefinível, acabaram por submetê-la a uma verdadeira mudança de natureza), têm como pretexto, não só as *virtudes* em que se reconhecem as diferentes frações da classe dominante, mas – conforme a afirmação ajustada do Chevalier de Méré – “*as maneiras de praticá-las que, por sua vez, são espécies de virtudes*” e através das quais se exprime ou é denunciada sua antiguidade na classe, assim como a maneira como teve acesso a ela.

O espírito do mundo e o saber obscuro do pedantismo

Molière, *As mulheres sábias*

TRISSOTIN

- 1325 No combate que conduzo, não me impressiona
Ver tomar ao senhor a tese que sanciona.
Ele é muito entrosado na corte, está tudo dito:
A corte, como sabemos, não se mantém pelo espírito,
Ela tem algum interesse em a ignorância proteger,
1330 E é como cortesão que ele a vai defender.

CLITANDRE

- O senhor dessa pobre corte espera em demasia,
E sua infelicidade é grande ao ver que, a cada dia,
Vocês, belos espíritos, declamam contra ela,
De todos os seus desgostos contra ela fazem querela
1335 E, sobre seu mau gosto lhe fazendo seu processo,
Acusam apenas a ela de todos os seus insucessos.
Permita-me, senhor Trissotin, lhe dizer,
Com todo o respeito que sei seu nome merecer,
Que vocês fariam muito melhor, seus compadres e o senhor,
1340 Se, sobre a corte, falassem com um pouco mais de amor;
Porque, pensando bem, no fundo, ela não é tão besta
Quanto vocês, senhores, colocaram na cabeça;
Porque ela para conhecer tudo tem senso comum,
Porque nela bom gosto se pode formar algum,
1345 E porque o espírito do mundo nela vale, sem esnobismo,
Todo o saber obscuro do pedantismo.

TRISSOTIN

De seu bom gosto, senhor, vemos as conseqüências.

CLITANDRE

Onde vê, senhor, que ela tão más as tenha?

A abastança ou o natural cultivado

“Gostaria que conhecêssemos tudo e que da maneira pela qual falamos não se pudesse estar convencido de haver estudado”.

Méré, *De la conversation*

“Eis o que a maior parte dos Mestres deveria corrigir: algo afetado demais a ponto de dar a sensação de arte e estudo. É necessário proceder de modo que isso pareça natural.”

Méré, *Des Agrémens*

“Mas dizer boas coisas sobre tudo o que se apresenta, e dizê-las agradavelmente, faz com que todos aqueles que as escutem se encontrem melhor; o espírito não pode ir mais longe, e é a obra-prima da inteligência... É preciso não lhes dizer nada que revele estudo, nem que pareça rebuscado; sobretudo, como eles estão muitas vezes contentes com seus prêmios, devemos evitar instruí-los no que quer que seja, e não adverti-los, quaisquer que tenham sido os erros que os tenhamos visto fazer”.

Méré, *De la conversation*

“Essa gentileza se observa no rosto, no procedimento, nas menores ações do corpo e do espírito; e quanto mais a consideramos, mais nos encantamos com ela, sem que percebamos de onde isso vem... Porque tudo o que se faz por obrigação ou por servidão, ou que pareça minimamente grosseiro, a destrói. E para tornar uma pessoa amável em seus modos, é preciso entretê-la o máximo que pudermos e tomar muito cuidado para não sobrecarregá-la com instruções enfadonhas”.

Méré, *Des Agrémens*

“As pessoas do mundo são, às vezes, obrigadas a se envolver com tudo, e mesmo com o que menos sabem. Quando isso lhes acontece, elas não devem se conduzir como os artesão de profissão, que não têm outro objetivo a não ser terminar seu trabalho. Porque um homem galante deve menos sonhar em se aperfeiçoar nas coisas que empreende do que em desincumbir-se delas como homem galante... Esse ar abastado que vem do feliz nascimento e de um excelente hábito é necessário às Agradabilidades, de modo que aquele que se envolve com alguma coisa, por mais difícil que ela seja, deve, no entanto, tomá-la de uma maneira tão desembaraçada que nos faça imaginar que ela não lhe custa nada”.

Méré, *Des Agrémens*

Seria possível multiplicar, indefinidamente, as ilustrações extraídas à imensa literatura que visava codificar, inseparavelmente, tanto os costumes comuns, quanto a criação e a percepção das obras de arte, em suma, tudo o que está sob a jurisdição absoluta do *gosto*, uma das palavras-chave desta época (cf. M. Magendie, *La Politesse mondaine et les théories de l'honnêteté en France, au XVIIe siècle, de 1600 à 1660*, Paris, PUF, 1925). No entanto, contentar-nos-emos em dar um exemplo que expõe perfeitamente o vínculo entre matéria, modo de aquisição e grupo que ele designa: "O autor (Furetière, autor burguês do *Roman bourgeois* que tinha criticado La Fontaine e Benserade) mostra claramente que não pertence ao mundo, nem à corte; além disso, seu gosto atinge tal pedantismo que é impossível sequer pensar em corrigi-lo. Existem certas coisas que, salvo se tiverem sido compreendidas desde o início, nunca o serão: torna-se impossível introduzir determinados espíritos rudes e esquivos no encanto e naturalidade dos balés de Benserade e das fábulas de La Fontaine. Para eles, esta porta – e a minha, também – permanecerá fechada (...) Como nunca mudarei de opinião, resta-nos pedir a Deus por semelhante homem e fazer votos para não sermos obrigados a algum trato com ele" in Mme Sévigné, carta para Bussy-Rabutin, com data de 14 de maio de 1686.

Paradoxalmente, *a precocidade é um efeito da antiguidade*: a nobreza é a forma por excelência da precocidade já que se limita a ser a antiguidade possuída, desde o nascimento, pelos descendentes das velhas famílias (pelo menos, nos universos em que a antiguidade e a nobreza – noções, praticamente, equivalentes – são reconhecidas como valores). E esse *capital estatutário de origem* encontra-se reduplicado pelas vantagens que – em matéria de aprendizagens culturais, maneiras de comportar-se à mesa ou arte da conversação, cultura musical ou senso das conveniências, prática do tênis ou pronúncia da língua – são fornecidas pela precocidade da aquisição da cultura legítima: o capital cultural incorporado das gerações anteriores funciona como uma espécie de *avanço* (no duplo sentido de vantagem inicial e de crédito ou usufruto antecipado) que, garantindo-lhe de imediato o exemplo da *cultura realizada em modelos familiares*, permite que o recém-chegado comece, desde a origem, ou seja, da maneira mais inconsciente e insensível, a aquisição dos elementos fundamentais da cultura legítima – e evitar o trabalho necessário de desculturação, retificação e correção para corrigir os efeitos das aprendizagens impróprias. As maneiras legítimas ficam devendo seu valor ao fato de que elas manifestam as mais raras condições de aquisição, ou seja, um *poder social sobre o tempo* reconhecido, tacitamente, como a forma, por excelência, da excelência: *possuir algo "antigo"*, ou seja, as coisas presentes que são do passado, da história acumulada, entesourada, cristalizada – tais como, títulos de nobreza e nomes nobres, *châteaux* ou "mansões históricas", quadros e coleções, vinhos velhos e móveis antigos – é dominar o tempo, ou seja, a melhor escapatória possível de estar às voltas *com o tempo*, através de todas as coisas que têm em comum o fato de serem adquiridas, exclusivamente, mediante o tempo, de lutar contra o tempo, ou seja, pela herança – e, se me permitem, aqui, a expressão – pela antiguidade ou graças a disposições que, à semelhança do gosto pelas coisas antigas, adquirem-se, por sua vez, somente com o tempo e cuja implementação pressupõe o ócio de tomar seu tempo.

Qualquer grupo tende a se dotar dos meios que lhe permitam perpetuar-se para além da finitude dos agentes individuais em que ele se encarna (eis uma das intuições fundamentais de Durkheim). Para isso, ele instala um verdadeiro aparato de mecanismos, tais como a *delegação*, a *representação* e a *simbolização* que conferem ubiqüidade e eternidade. O representante (por exemplo, o rei) é *eterno*: como mostrou Kantorovitch, o rei tem dois corpos – o biológico, mortal, sujeito às enfermidades, à paixão ou à imbecilidade; e o político, imortal, imaterial e imune das enfermidades e das fraquezas (H. Kantorovitch, *The King's Two Bodies, A Study in Mediæval Political Theology*, Princeton, Princeton University Press, 1957). Pela delegação da autoridade de que está investido a outros, ele pode garantir sua *ubiqüidade*: outrora, falava-se do “fisco onipresente” (*fiscus ubique presens*) e, conforme a observação de Post, por deter *plena potestas agendi*, o *delegado* “possui um poder semelhante ao do próprio mandante para agir”, graças à sua *procuratio ad omnia facienda* (cf. Gaines Post, “Plena Potestas and Consent”, in *Studies in Medieval Legal Thought, Public Law and the State, 1100-1322*, Princeton, Princeton University Press, 1964, p. 92-162). *Universitas non moritur*. Do ponto de vista dos grupos, a morte não passa de um acidente e os coletivos personificados organizam-se de maneira a evitar que o desaparecimento dos corpos mortais – que, durante um período, encarnaram o grupo, ou seja, representantes, delegados, mandatários e porta-vozes – afete a existência do grupo e da *função* na qual ele se realiza: *dignitas non moritur*. Posto isto (que deveria ser estabelecido de modo mais sistemático), o *capital permite, pela apropriação dos meios coletivamente produzidos e acumulados, superar realmente os limites antropológicos*. Entre esses instrumentos que permitem escapar às alienações genéricas, a *representação*, o retrato ou a estátua que *imortaliza* a pessoa representada (às vezes, por uma espécie de pleonasma, ainda em vida); ou o memorial, o túmulo, o escrito, *aere perennius*, que celebra, além de “transmitir para a posteridade”, e, em particular, o escrito histórico que introduz na história legítima, merecendo ser conhecida e aprendida – daí, o estatuto particular atribuído pelo público em geral e, sobretudo, pelo público burguês, aos historiadores, mestres da eternização científica –, as cerimônias comemorativas pelas quais o grupo oferece aos desaparecidos, por conseguinte, ainda vivos e atuantes, o tributo de homenagens e de reconhecimento, etc. Vê-se que a vida eterna é um dos mais cobiçados privilégios sociais; neste caso, a qualidade de *eternização* depende, é claro, da qualidade e da extensão do grupo encarregado de garanti-la, podendo começar pela missa de sétimo dia, organizada pela família, até a festa nacional celebrada todos os anos.

Se as análises anteriores podem levar a pensar em uma análise de essência (apesar de estarmos bem longe, segundo parece, de Heidegger e de seu “baú antigo”) é porque, na marcação de diferenças absolutas, intransponíveis e definitivas, a maior parte dos grupos utilizaram a irreversibilidade do tempo que confere um rigor inflexível a qualquer forma de ordem social, baseada na *ordem das sucessões*: a única separação entre detentores e pretendentes à *sucessão* – pai e filho, possuidor e herdeiro, mestre e discípulo, predecessor e sucessor – é o tempo; no entanto, todas as espécies de mecanismos sociais estão presentes para transformar este intervalo em um obstáculo intransponível. Assim, na luta enfrentada em lados opostos pelas diferentes maneiras, ou seja, as diferentes maneiras de adquirir, os

dominantes estão sempre estreitamente associados ao modo mais insensível e invisível de aquisição, o mais antigo e precoce; esse é, aliás, o fundamento dos invariantes do discurso dominante e que fornece uma aparência de juventude eterna a determinados temas que, no entanto, estão estritamente situados e datados, como todos os tópicos do discurso mundano sobre o gosto inato ou sobre a inabilidade dos “pedantes”.

Com base no controle prático da significação social, garantido pela homologia funcional e estrutural, é que pode se efetuar a leitura comum dos “clássicos” ou, ainda melhor, por tratar-se de uma utilização prática, este uso totalmente especial do discurso que é a *citação literária*, espécie de intimação para comparecer a título de defensor e de testemunha que é dirigida a um autor do passado com base em uma *solidariedade social* dissimulada em *solidariedade intelectual*. De fato, o senso prático do sentido que não avança até a objetivação da afinidade social que o torna possível – caso contrário, culminaria no oposto do efeito procurado, ou seja, em uma *dupla relativização*, a *do texto e a da leitura* – permite obter o uso social e, ao mesmo tempo, a denegação dos fundamentos sociais desse uso.

Identificar os *invariantes* não deve conduzir, todavia, a eternizar um estado particular da luta; neste caso, um verdadeiro estudo comparativo deveria levar em consideração as formas específicas assumidas pela luta e pelos tópicos em que ela se exprime quando existe alguma mudança nas relações objetivas entre as frações. Parece que, por exemplo, na segunda metade do século XVII, o fortalecimento da autoridade dos mundanos e da Corte, acompanhado pela tendência que levou as pessoas do mundo a se tornarem mais cultas, reduz a distância entre doutos e mundanos, favorecendo o desenvolvimento de uma nova espécie de letrados, encarnada pelos jesuítas Rapin e, sobretudo, Bouhours,⁸⁰ mestres de retórica doutos e mundanos que convivem com artistas e pessoas do mundo, além de contribuírem para a produção de uma síntese das exigências do mundo e da escola (deslocando, deste modo, o centro do debate: em vez da ordem dos assuntos dignos de serem abordados, a ordem do *estilo* em que podem ser tratados).⁸¹ O caso das relações entre a universidade alemã do século XIX e as cortes principescas representa outro estado da relação de forças do qual sairá outra configuração da representação das virtudes da escola e das virtudes da corte: conforme Norbert Elias mostra de modo bastante claro, os intelectuais burgueses foram integrados ao mundo da corte bem mais cedo e mais completamente na França que na Alemanha; as convenções de estilo e as formas de civilidade que dominam o sistema escolar e todos aqueles que ele modela, em particular, com a atenção voltada para a linguagem e para a conveniência intelectual, encontravam sua origem, em relação à França, no interior da sociedade da corte, enquanto, na Alemanha, a *intelligentsia*, especialmente universitária, constituía-se contra a corte e os modelos franceses importados por ela, resumindo sua visão da “mundanidade” na oposição entre a “Civilização”, marcada pela leviandade e superficialidade, e a “Cultura”, definida pela seriedade, profundidade e sinceridade.⁸² O mesmo é dizer que a oposição canônica entre doutos e mundanos volta a se encontrar com conteúdos idênticos, apesar de afetados por um valor invertido; neste caso, os doutos só conseguiram afirmar-se como fração autônoma pela afirmação de suas próprias virtudes e, sobretudo, de sua própria “maneira de praticá-

las”, mediante uma desvalorização das virtudes mundanas. Ocorre que a situação do “pedante” nunca é totalmente confortável: inclinado a aceitar, contra o povo e em companhia dos mundanos – que têm todas as razões para admiti-lo por possuírem em comum o nascimento –, a ideologia segundo a qual os gostos seriam inatos, ou seja, a única garantia absoluta de sua *escolha*, ele é forçado a afirmar, contra os mundanos, o valor de suas aquisições e o próprio valor do trabalho de aquisição, do “longo esforço de formação interior” – para retomar uma expressão de Kant – que, considerado por um mundano como grave defeito, lhe confere, em seu entender, todo o mérito.

A confusão dos espíritos acadêmicos, homens dos conhecimentos adquiridos e da aquisição, manifesta-se subitamente quando é questionada a maneira adequada de abordar a obra de arte e a boa maneira de adquirir essa maneira; assim, a contradição encontra-se no cerne de todas as suas teorias estéticas, sem falar de suas tentativas para assentar os alicerces do *ensino da arte*. A ideologia do dom natural impõe-se de modo demasiado forte, no próprio âmago do mundo escolar, para que possa se afirmar a fé nos poderes de uma pedagogia racional que visa reduzir os esquemas práticos da familiaridade a regras codificadas, embora esta afirmação prática do “direito natural” à arte seja a arma natural daqueles que, munidos do saber e do conceito, entendem desacreditar o direito divino dos defensores da experiência e do prazer sem conceito. Por exemplo, conviria evocar todas as polêmicas em torno do ensino da arte (ou, de modo mais preciso, do desenho): contradição nos termos para quem considera que a beleza não se ensina e não se aprende, mas é uma graça que se transmite de mestres investidos para discípulos predestinados, terreno como qualquer outro de uma pedagogia para os outros (pensa-se, por exemplo, nos debates entre os porta-vozes da pedagogia racional – como Guillaume – e os defensores da representação carismática – como Ravaisson –, a propósito da introdução do ensino do desenho no ensino geral, no início da 3ª República).

A experiência e o saber

A ideologia é uma ilusão interesseira, sem deixar de ser bem fundamentada. Todo aquele que invoca a experiência contra o saber considera como verdadeira a oposição entre aprendizagem familiar e aprendizagem escolar da cultura: a cultura burguesa e a relação burguesa com a cultura devem seu caráter inimitável ao fato de que, à semelhança da religião popular segundo Groethuysen, elas se adquirem, aquém do discurso, pela inserção precoce em um mundo de *pessoas, práticas e objetos cultos*. A imersão em uma família em que a música é não só escutada (como ocorre nos dias de hoje com o aparelho de alta fidelidade ou o rádio), mas também praticada (trata-se da “mãe musicista” mencionada nas Memórias burguesas) e, por maior força de razão, a prática precoce de um instrumento de música “nobre” – e, em particular, o piano –⁸³ têm como efeito, no mínimo, produzir uma relação mais familiar com a música que se distingue da relação sempre um tanto longínqua, contemplativa e, habitualmente, dissertativa de quem teve acesso à música pelo concerto e, *a fortiori*, pelo disco; aliás, trata-se de uma situação mais ou menos semelhante à relação com a pintura daqueles que só a descobriram tardiamente, na atmosfera quase escolar do museu, que se distingue da relação entabulada com ela por

quem nasceu em um universo assombrado pelo objeto de arte, propriedade familiar e familiar, acumulada pelas sucessivas gerações, testemunho objetivado de sua riqueza e de seu bom gosto, às vezes, “feito em casa”, à maneira das geléias e da roupa bordada.

A familiaridade estatutária manifesta-se, por exemplo, na informação sobre as oportunidades e condições da aquisição da obra de arte que, além da capacidade material e cultural de apropriação, depende da filiação antiga a um universo social em que a arte, sendo objeto de apropriação, está presente sob forma de objetos familiares e pessoais. Assim, na pesquisa empreendida a pedido do Ministério dos Assuntos Culturais (cf. F.C., VII), a parcela daqueles que forneceram uma resposta à pergunta – a partir de que preço “é possível encontrar, hoje, uma litografia ou uma serigrafia original de um artista profissional contemporâneo” – varia fortemente em função da filiação de classe, passando de 10,2% entre os agricultores, 13,2% entre os trabalhadores braçais e os operários sem qualificação, e 17,6% entre os empregados, para 66,6% entre os quadros superiores e membros das profissões liberais.

A escolha de obras como o *Concerto para a mão esquerda* (muito mais freqüente entre os praticantes de um instrumento musical – e, sobretudo, o piano) ou a *Criança e os sortilégios* está associada muito mais estreitamente à origem social que ao capital escolar. Ao contrário, no caso de obras como o *Cravo bem temperado* e a *Arte da fuga*, a correlação é mais forte com o capital escolar, em vez da origem social. Através destes indicadores, por mais imperfeitos que sejam, designam-se diferentes relações com o mundo hierarquizado e que hierarquizam obras culturais que, estreitamente associadas a um conjunto de diferenças, por sua vez, associadas entre si, encontram sua origem nos modos de aquisição – familiar e escolar ou, exclusivamente, escolar – do capital cultural (efeito de sobrevivência do modo de aquisição). Assim, quando Roland Barthes, ao constituir como estética a relação particular com a música – ou seja, aquela que produz um conhecimento precoce, familiar e “prático” –, descreve a fruição estética como uma espécie de comunicação imediata entre o corpo do ouvinte e o corpo “interno” do intérprete, presente no “timbre da voz” do cantor (ou nas “almofadinhas dos dedos” da cravista), ele evoca, na verdade, a oposição entre dois modos de aquisição. Por um lado, uma música para discófilos (associada a uma demanda surgida da “extensão da escuta e do desaparecimento da prática”), “arte expressiva, dramática, sentimentalmente clara” de *comunicação e inteligência*: “Esta cultura (...) aprecia a arte e a música, contanto que esta arte e esta música sejam claras, ‘traduzam’ uma emoção e representem um significado (o ‘sentido’ do poema): arte que vacina a fruição (reduzindo-a a uma emoção conhecida, codificada) e reconcilia o indivíduo com o que, na música, pode ser dito: o que dizem a seu respeito, predicativamente, a Escola, a Crítica e a Opinião”.⁸⁴ Por outro, uma arte que prefere o sensível ao sentido, tem ódio da eloqüência, da grandiloqüência, do *pathos* e do patético, do expressivo e do dramático: é a melodia francesa, Duparc, o último Fauré, Debussy, tudo o que, em determinada época, teria sido designado como música pura, intimismo do piano, instrumento maternal, e intimidade do salão burguês. Nesta antítese entre duas relações com a música que se definem sempre, de modo mais inconsciente do que consciente, uma em relação à outra – o gosto pelos artistas do passado, Panzera ou

e
e

s
l

.
.
.
.
.
.
.
.

Cortot, apreciados inclusive em suas imperfeições que evocam a liberdade do apreciador, traz em seu bojo a recusa e a aversão pelos intérpretes atuais, conformes às exigências de impecabilidade da indústria de massa – encontra-se, de novo, a velha oposição entre o douto, estreitamente relacionado com o *código* (em todos os sentidos do termo), com as regras, portanto, com a Escola e com a Crítica; e o mundano que, situado no campo da natureza e do natural, contenta-se em sentir ou, como se gosta de dizer atualmente, usufruir, liberando a experiência artística de qualquer vestígio de intelectualismo, didatismo e pedantismo.

O mundo de origem

Qualquer herança material é, propriamente falando, e simultaneamente, uma herança cultural; além disso, os *bens de família* têm como função não só certificar fisicamente a antiguidade e a continuidade da linhagem e, por conseguinte, consagrar sua identidade social, indissociável da permanência no tempo, mas também contribuir praticamente para sua reprodução moral, ou seja, para a transmissão dos valores, virtudes e competências que servem de fundamento à filiação legítima das dinastias burguesas. A freqüência cotidiana dos objetos antigos ou a visita regular dos antiquários ou das galerias, ou, de modo mais simples, a inserção em um universo de objetos familiares e íntimos “que estão aí, como diz Rilke, sem segundo sentido, bons, simples e seguros”, levam, evidentemente, à aquisição de certo “gosto” que não passa de uma relação de familiaridade imediata com as coisas do gosto; e, também, o sentimento de fazer parte de um mundo mais polido e controlado, um mundo cuja existência encontra justificativa em sua perfeição, harmonia e beleza, um mundo que produziu Beethoven e Mozart, além de reproduzir continuamente pessoas capazes de interpretá-los e saboreá-los; e, por último, uma adesão imediata, inscrita no mais profundo dos *habitus*, aos gostos e aversões, às simpatias e antipatias, às fantasias e fobias – tudo isso, mais que as opiniões declaradas, serve de fundamento, no inconsciente, à unidade de uma classe.

A possibilidade de ler, no estilo de mobiliário e de vestuário, o verdadeiro estilo de vida de um grupo deve-se ao fato de que não só tais propriedades são a objetivação das necessidades econômicas e culturais que determinaram tal escolha, mas também as *relações sociais objetivadas nos objetos familiares*, em seu luxo ou pobreza, em sua “distinção” ou “vulgaridade”, em sua “beleza” ou “feiúra”, impõem-se por intermédio de experiências corporais tão profundamente inconscientes quanto um toque inspirador de confiança e discreto dos tapetes de cor bege ou o contato gélido e desconfortável com os linóleos rasgados e berrantes, o odor áspero, insuportável e forte da água sanitária ou os perfumes imperceptíveis como um odor negativo.⁸⁵ O interior de cada moradia exprime, em sua linguagem, o estado presente e, até mesmo, passado, daqueles que o ocupam, revelando a segurança sem ostentação da riqueza herdada, a arrogância espalhafatosa dos novos-ricos, a miséria discreta dos pobres ou a miséria dourada dos “primos pobres” que pretendem viver acima de seus recursos: estamos pensando no menino da novela de D. H. Lawrence, intitulada *The Rocking-Horse Winner*, que escuta, em toda a casa e em seu próprio quarto – apesar de repleto de brinquedos bem caros –, este cochicho: “deve haver mais dinheiro”. Experiências desta natureza é que, sem dúvida, deveriam ser repertoriadas por uma

psicanálise social empenhada em apreender a lógica segundo a qual as relações sociais objetivadas nas coisas e também, evidentemente, nas pessoas, são insensivelmente incorporadas, inscrevendo-se assim em uma relação duradoura com o mundo e com os outros que se manifesta, por exemplo, nos patamares de tolerância ao mundo natural e social, ao ruído, ao engarrafamento, à violência física ou verbal, etc., e em que o modo de apropriação dos bens culturais é uma dimensão.⁸⁶

O efeito do modo de apropriação nunca é tão marcante quanto nas escolhas mais comuns da existência cotidiana, tais como mobiliário, vestuário ou cardápio, que são particularmente reveladoras das disposições profundas e antigas porque, situadas fora do campo de intervenção da instituição escolar, devem ser enfrentadas, se é que se pode falar assim, pelo gosto sem disfarce, fora de qualquer prescrição ou proscrição expressas, a não ser aquelas que são estabelecidas por instâncias de legitimação pouco legítimas, tais como os jornais femininos ou os semanários dedicados à casa.⁸⁷

Se os qualificativos escolhidos para qualificar o interior da moradia ou a procedência dos móveis possuídos estão correlacionados mais estreitamente com a posição social de origem e não com o diploma (ao contrário dos julgamentos proferidos sobre as fotografias ou do conhecimento dos compositores) é porque nada depende, certamente, mais diretamente das aprendizagens precoces e, em especial, daquelas que se realizam fora de qualquer ação pedagógica expressa, que as disposições e os saberes investidos no vestuário, mobiliário e cardápio ou, de modo mais preciso, na maneira de comprar as roupas, móveis e alimentação. Assim, o modo de aquisição dos móveis (loja de departamento, antiquário, loja de móveis, mercado ou estabelecimento de objetos usados) depende, no mínimo, tanto da origem social quanto do nível de instrução: no caso de nível escolar equivalente, os membros da classe dominante oriundos da burguesia – como se sabe, eles herdaram, mais freqüentemente que os outros, uma parte do mobiliário – compraram, sobretudo em Paris, os móveis em um antiquário com maior freqüência que os originários das classes populares e médias, cujas compras ocorreram, de preferência, em uma loja de departamento, em loja especializada ou no *Mercado das Pulgas* – freqüentado, sobretudo, por um lado, pelos membros em ascensão da classe dominante possuidores de um capital escolar mais importante e, por outro, pelos membros da classe dominante, cujo capital escolar é menor do que poderia ser esperado em decorrência de sua origem, ou seja, aqueles que cursaram alguns anos de estudos superiores (cf. Tabela 5).

E, sem dúvida, nos gostos alimentares, poderíamos encontrar a marca mais forte e inalterável das aprendizagens primitivas, aquelas que sobrevivem mais tempo ao afastamento e desmoronamento do mundo de origem, mantendo de modo mais duradouro sua nostalgia: de fato, o mundo de origem é, antes de tudo, o *mundo materno*, o mundo dos gostos primordiais e dos alimentos originários, da relação arquetípica com a forma arquetípica do bem cultural, em que o dar prazer faz parte integrante do prazer e da disposição seletiva para o prazer que se adquire no prazer.⁸⁸ Não é por acaso que, nos prazeres mais “puros” e depurados de qualquer vestígio de enraizamento corporal (tal como a “nota única e pura” do *Filebo* que já os reservava a um “número reduzido” de pessoas), está presente algo que, à semelhança dos prazeres mais “grosseiros” da degustação dos sabores alimentares, arquetipo de qualquer forma de gosto, reenvia diretamente para as experiências mais antigas e profundas, aquelas que determinam e sobredeterminam as

Tabela 5 – As compras de móveis na classe dominante, segundo a origem social e o diploma

Diploma	Origem social	loja de departamento	loja especializada	mercado de objetos usados	casa de leilões	antiquário
inferior ao <i>bac</i>	Classes pop. e médias	25,5	41,5	11,0	14,5	33,5
	Classes sup.	11,5	23,5	15,0	31,5	43,5
<i>Petite école</i>	Classes pop. e médias	13,5	36,5	4,5	32,0	4,5
	Classes sup.	6,0	24,5	30,5	20,5	65,5
<i>Licence</i>	Classes pop. e médias	11,0	28,5	11,0	11,0	21,5
	Classes sup.	4,5	21,5	21,5	14,5	49,0
<i>Agrégation, grande école</i>	Classes pop. e médias	21,5	46,5	32,0	21,5	43,0
	Classes sup.	18,0	29,0	8,0	13,0	60,5

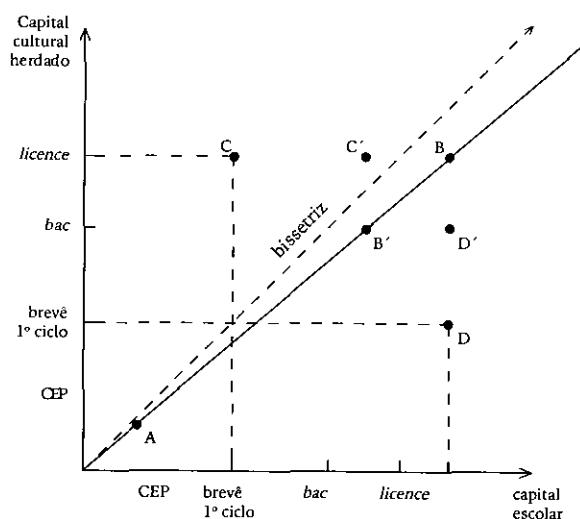
Trata-se da porcentagem dos sujeitos que compraram os móveis nesses diferentes lugares.

oposições primitivas – amargo/doce, saboroso/insosso, quente/frio, grosseiro/fino, sisudo/alegre – tão indispensáveis ao comentário gastronômico quanto às glosas depuradas dos estetas. Em graus diferentes segundo a arte, gênero e estilo, a obra de arte nunca é apenas a *cosa mentale*, espécie de discurso destinado somente a ser lido, decodificado, interpretado, em conformidade com a visão intelectualista. Produto de uma *arte* no sentido de Durkheim, ou seja, de uma “pura prática sem teoria”, quando não é de uma simples *mimesis*, espécie de ginástica simbólica, ela contém sempre, igualmente, algo inefável não por excesso, conforme pretendem os celebrantes, mas *por falta*, algo que se comunica, se é que se pode falar assim, de corpo a corpo, como o ritmo da música ou o sabor das cores, ou seja, aquém das palavras e dos conceitos. A arte é, também, “coisa corporal” e a música – a mais “pura” e “espiritual” das artes – é, talvez, simplesmente a mais corporal. Associada a “estados de espírito” que são também *estados do corpo* ou, como se dizia, *humores*, a música enleva, suscita o êxtase, põe em movimento, comove: em vez de estar para além, ela se situa aquém das palavras, nos gestos e movimentos do corpo, nos ritmos, a respeito dos quais Piaget afirma, em algum lugar, que eles caracterizam as funções situadas, à semelhança de tudo o que regula o gosto, na junção do orgânico com o psíquico, arrebatamentos e freadas, *crescendo* e *decrescendo*, tensões e relaxamentos.⁸⁹ Eis o que, sem dúvida, leva o discurso sobre a música, resultante da pura técnica, a utilizar apenas adjetivos ou exclamações. Do mesmo modo que os místicos falam do amor divino com a linguagem do amor humano, assim as evocações menos inadequadas do prazer musical são aquelas capazes de restituir as formas singulares de uma experiência tão profundamente arraigada ao corpo e às experiências corporais primitivas quanto os gostos alimentares.

O capital herdado e o capital adquirido

Assim, as diferenças inexplicadas pela relação com o capital escolar e que se manifestam, principalmente, na relação com a origem social, podem referir-se tanto a diferenças no modo de aquisição do capital cultural atualmente possuído quanto a diferenças relativas ao grau de reconhecimento e garantia atribuído a este capital pelo diploma; de fato, é possível que uma fração, mais ou menos importante, do capital efetivamente possuído não tenha recebido a sanção escolar por ter sido herdado diretamente da família e, até mesmo, adquirido escolarmente. Considerando a importância do efeito de sobrevivência do modo de aquisição, os mesmos diplomas podem garantir relações bastante diferentes com a cultura – cujo grau, todavia, será cada vez menor à medida que se sobe na hierarquia escolar e que aumenta o valor reconhecido pela escola às maneiras de usar o saber em relação ao valor atribuído ao saber. Se o mesmo volume de capital escolar, como capital cultural garantido, pode corresponder a volumes diferentes de capital cultural socialmente rentável é porque, em primeiro lugar, a instituição escolar que, tendo o monopólio da *certificação*, administra a conversão do capital cultural herdado em capital escolar, não tem o monopólio da produção do capital cultural: ela atribui, quase completamente, sua sanção ao capital herdado (*efeito de conversão desigual do capital cultural herdado*) porque, segundo os momentos e, no mesmo momento, segundo os níveis e os setores, sua exigência reduz-se, quase completamente, ao que trazem os “herdeiros” e porque reconhece maior ou menor valor a outras espécies de capital incorporado e a outras disposições – tais como a docilidade em relação à própria instituição.⁹⁰

Gráfico 3 – Relação entre o capital herdado e o capital escolar



Os detentores de um elevado capital escolar que, tendo herdado um elevado capital cultural, possuem, ao mesmo tempo, títulos e ascendência de nobreza cultural, segurança baseada na filiação legítima e naturalidade garantida pela familiaridade (B), opõem-se não só a quem é desprovido de capital escolar e de capital cultural herdado (A) – assim como a todos aqueles cuja situação é inferior ao eixo que marca a reconversão perfeita do capital cultural em capital escolar –, mas também, por um lado, àqueles que, para um capital cultural herdado equivalente, obtiveram um capital escolar inferior (C ou C') – ou detentores de um capital cultural herdado mais importante que seu capital escolar, como é o caso de C' em relação a B' ou de D' em relação a D – e que estão mais próximos deles, sobretudo, em matéria de “cultura livre”, que os detentores de diplomas idênticos; e, por outro lado, àqueles que, dotados de um capital escolar semelhante, não dispunham, na origem, de um capital cultural tão importante (D ou D') e que mantêm uma relação menos familiar e mais escolar com a cultura, obtida de preferência da escola e não tanto da família (aliás, estas oposições secundárias voltam a encontrar-se em cada nível do eixo).

Seria possível construir um esquema semelhante para cada uma das espécies de capital possuído na origem e no momento da observação (capital econômico, cultural, social) e, em seguida, definir o universo dos casos possíveis da relação entre o capital de origem (definido em seu volume e estrutura) e o capital de chegada caracterizado do mesmo modo (assim, teríamos, por exemplo, os indivíduos que estão em declínio em relação a todas as espécies de capital ou em declínio em relação a uma só espécie e em ascensão para as outras – reconversão, etc.). Basta apurar, suficientemente, a análise das espécies de capital (opondo, por exemplo, no interior do capital cultural, subespécies, tais como o capital literário, científico e jurídico-econômico) ou a análise dos níveis para encontrar, de novo, em toda a sua complexidade, assim como em sua multiplicidade quase infinita, cada um dos casos empiricamente constatados. Para conseguir o máximo de rigor, conviria levar em consideração, por um lado, as mudanças estruturais, tais como a desvalorização dos diplomas nominais que pode ser observada nos períodos em que, à semelhança do que ocorre atualmente, intensifica-se a utilização do sistema escolar.⁹¹ E, por outro, a defasagem entre o número de anos de estudos e o diploma obtido (que será tanto mais provável quanto mais elevado for o capital de origem e mais disseminada estiver a escolarização – é assim que, atualmente, ele atinge, até mesmo, as classes populares, cujos filhos saem do CES [“Colégio de Ensino Secundário”], freqüentemente, sem diploma): veremos assim que, para justificar adequadamente determinadas práticas (e, particularmente, a autodidaxia), convém ter em conta, além do diploma e do número de anos de estudos, a relação entre esses dois aspectos – a qual pode estar na origem da segurança ou mal-estar, da presunção ou ressentimento, etc.⁹²

A defasagem entre o capital escolar e o capital cultural, efetivamente possuído, que se encontra na origem de diferenças entre detentores de um capital escolar idêntico pode resultar, também, do fato de que o mesmo diploma pode corresponder a períodos de escolarização bastante desiguais (*efeito de conversão desigual do capital cultural escolarmente adquirido*): os efeitos diretos ou indiretos de um ou vários anos de estudos nem sempre são sancionados, de fato, pelo diploma – como é o caso de todos aqueles que

abandonaram os estudos entre a *troisième* e a *terminale** ou, em outro nível, aqueles que, durante um ou dois anos, freqüentaram a faculdade sem terem obtido o diploma. No entanto, além disso, pelo fato de que a freqüência desta defasagem acentuou-se à medida que aumentavam as possibilidades de acesso das diferentes classes ao ensino secundário e superior, determinados agentes pertencentes a diferentes gerações (identificadas sob a forma de faixas etárias) possuem todas as possibilidades de ter dedicado um *número de anos de estudos bastante diferente* (com todos os efeitos correlatos, entre os quais, é claro, o aumento da competência não sancionada, além da aquisição de uma relação diferente com a cultura – efeito de “estudantização”, etc.) em *instituições escolares muito diferentes* por seus professores, métodos pedagógicos, recrutamento social, etc., para obter um diploma idêntico. Segue-se que as diferenças associadas à trajetória social e ao volume do capital cultural herdado duplicam-se de diferenças que, sobretudo, são visíveis entre os membros da pequena burguesia – por sua vez, oriundos da pequena burguesia ou das classes populares (e, particularmente, representados na pequena burguesia estabelecida) –, refletem mudanças do estado das relações entre o sistema de ensino e a estrutura das classes sociais: a estes diferentes *modos de geração* correspondem relações diferentes com o sistema escolar que se exprimem em diferentes estratégias de investimento cultural não garantido pela instituição escolar – ou seja, de autodidaxia.

Por falta de indicadores mais precisos, relativos ao estilo global do consumo cultural, tais como livros, jornais ou semanários preferidos (por exemplo, estabelecendo a oposição entre os semanários satíricos *Le Canard enchaîné* e *Charlie hebdo* ou, em matéria de vulgarização, entre as revistas *Science et vie* e *Psychologie*, etc.), é possível relevar as informações fornecidas pela pesquisa sobre os cantores preferidos. Poderíamos acreditar que, para dar conta do fato de que, em todos os níveis de capital escolar, os indivíduos mais jovens escolhem os cantores da geração jovem (Françoise Hardy ou Johnny Hallyday) com maior freqüência que os indivíduos mais velhos que, por sua vez, escolhem mais freqüentemente os cantores mais antigos (Guétary ou Mariano), basta anotar a data de aparição dos cantores no campo da produção cultural. De fato, entre os *bacheliers*, os mais jovens citam com maior freqüência Jacques Douai (nascido em 1920, apresenta um recital na sala de espetáculos “Le Vieux Colombier”, em 1963), Jacques Brel (nascido em 1929, inicia sua carreira parisiense em 1953, no “Théâtre des Trois Baudets”, e produz recitais na famosa sala “L’Olympia”, em 1958 e 1961) ou, até mesmo, Léo Ferré (nascido em 1916, diplomado em Letras, ex-aluno da “École libre des sciences politiques”, inicia sua carreira nos cabarés parisienses, em 1946), enquanto os mais velhos mencionam mais freqüentemente Édith Piaf (nascida em 1915 e falecida em 1963, havia iniciado sua carreira na sala “ABC”, em 1937), Luis Mariano (nascido em 1920, obtém seu primeiro sucesso em 1945, no “Casino Montparnasse”), Gilbert Bécaud (nascido em 1927, torna-se conhecido, em primeiro lugar, nos cabarés da “rive droite” e, em seguida, na “L’Olympia”, atingindo a consagração em 1954, ou seja, “o ano Bécaud”) ou, até mesmo, Petula Clark (nascida em

* A correspondência aproximada da classe de *troisième* é a 8ª série, enquanto a da classe de *terminale* é o 3º ano do secundário. (N.T.)

1933, apresenta-se como vedete na "L'Olympia", em 1960, tendo sido eleita a "vedete mais simpática e popular", em 1963). Vê-se que só é possível compreender tais relações com a condição de levar em consideração não só a idade ou a época do lançamento destes cantores ou, até mesmo, os lugares em que apresentam seus espetáculos no período da pesquisa, mas também e, sobretudo, a maior ou menor afinidade entre o estilo de suas canções – em um caso, mais "intelectual" e, no outro, mais próximo do gosto pequeno-burguês da opereta ou da canção realista – e as disposições culturais de duas *gerações escolares* produzidas por dois estados bastante diferentes do sistema escolar (Para as informações biográficas, cf. C. Brunschwig, L. J. Calvet, J. C. Klein, *100 ans de chanson française*, Paris, Ed. du Seuil, 1972; e *Who's Who in France*).

Diferenças da mesma forma é que distinguem, no interior da fração dos técnicos, as gerações escolares de modo que os mais jovens opõem-se aos mais velhos não tanto por sua competência global, mas pela extensão e "liberdade" de seus investimentos: além de lerem, a exemplo dos mais velhos, obras científicas e técnicas, eles interessam-se, com uma freqüência um pouco maior, pelos ensaios filosóficos ou pela poesia; suas visitas aos museus não são mais freqüentes, mas ao realizarem tal atividade, dirigem-se mais freqüentemente ao *Museu de Arte Moderna*. Estas tendências são, particularmente, marcantes naqueles que, entre eles (relativamente em maior número que entre os mais velhos), são oriundos das classes médias ou superiores, conhecem um número (relativamente) muito elevado de obras musicais e de compositores, mostram interesse pela arte moderna e pela filosofia, além de sua elevada freqüência nas salas de cinema. No entanto, a distinção mais nítida, talvez, entre as duas gerações de técnicos, refere-se aos sinais exteriores – em particular, a maneira de se vestir e de se pentear –, assim como às preferências declaradas: ao procurarem aproximar-se do estilo estudante, os mais jovens afirmam seguir a moda e apreciar as roupas que "correspondem à sua personalidade", enquanto os mais velhos escolhem, com maior freqüência, roupas "sóbrias e adequadas" ou "de corte clássico" (escolhas características dos pequeno-burgueses estabelecidos).

O autodidata de estilo antigo definia-se, fundamentalmente, por uma reverência em relação à cultura que era o efeito de uma exclusão, a um só tempo, brutal e precoce, além de conduzir a uma devoção exaltada e mal orientada, portanto, levada a ser percebida pelos defensores da cultura legítima como uma espécie de homenagem caricatural.⁹³ Entre esses "primários" que, em uma autodidaxia essencialmente ortodoxa, procuram determinada maneira de continuar por seus próprios meios uma trajetória brutalmente interrompida, toda a relação com a cultura legítima e com as autoridades detentoras da autoridade sobre esta cultura permanece marcada pelo fato de que foram excluídos por um sistema capaz de impor aos excluídos o reconhecimento de sua própria exclusão. Ao contrário, os autodidas de estilo novo mantiveram-se no sistema escolar, muitas vezes, até um nível relativamente elevado e, no decorrer desta longa freqüência mal recompensada, adquiriram uma relação, a um só tempo, "liberada" e desiludida, familiar e desencantada com a cultura legítima que nada tem de comum com a reverência longínqua do autodidata antigo, embora conduza a investimentos tão intensos e apaixonados, apesar de aplicados a terrenos completamente diferentes, tais como as histórias em quadrinhos ou o jazz, ou seja, campos abandonados ou desdenhados pelo universo escolar, em vez da história ou da

astronomia, e também a psicologia (inclusive, a parapsicologia) ou a ecologia em vez da arqueologia ou da geologia.⁹⁴ Nestas categorias, sem dúvida, é que se recruta o público de todas as produções classificadas na “contra-cultura” (*Charlie hebdo*, *l'Écho des Savanes*, *Sexpol*, etc.) que, atualmente e sob uma forma jornalística, oferecem as produções de vanguarda intelectual, do mesmo modo que outras “vulgarizam” (isto é, difundem para além do grupo dos receptores legítimos) os produtos da retaguarda acadêmica (por exemplo, a revista *Historia*) ou da vanguarda consagrada (o *Le Nouvel Observateur*).

Os detentores do monopólio da manipulação do sagrado, letrados de todas as capelas, nunca manifestam muita indulgência por aqueles que pretendem “descobrir em si mesmos a origem da autoridade tradicional” e ter acesso, sem intermediários, ao depósito do qual eles são os guardiães: como mostra Gershom Scholem, eles colocam sempre “o maior número possível de obstáculos para o avanço do candidato ao caminho místico (...) e quando as barreiras causam susto ao peregrino, forçando-o a contentar-se em retomar a estrada antiga porque as novas tornaram-se inacessíveis para ele, a situação apresenta-se mais favorável do ponto de vista da autoridade”.⁹⁵ No entanto, a censura preventiva da instituição pode exercer-se sem que ninguém tenha de proceder a controles ou impor restrições: enquanto os autodidatas tradicionais mantêm, ainda, a expectativa de que a instituição escolar lhes indique e torne acessíveis os atalhos da vulgarização e da vulgata, sempre dominadas mais ou menos diretamente pela instituição,⁹⁶ os mais liberados dos novos autodidatas procuram seus modelos intelectuais entre os heresiarcas que ainda desempenham a função tradicionalmente atribuída às autoridades, a saber, como afirma também Scholem, “anunciar as experiências que serão exigidas ao neófito”, “fornecendo-lhe os símbolos graças aos quais ele poderá exprimi-las”.

Os dois mercados

A família e a escola funcionam, inseparavelmente, como espaços em que se constituem, pelo próprio uso, as competências julgadas necessárias em determinado momento, assim como espaços em que se forma o *valor* de tais competências, ou seja, como mercados que, por suas sanções positivas ou negativas, controlam o desempenho, fortalecendo o que é “aceitável”, desincentivando o que não o é, votando ao desfalecimento gradual as disposições desprovidas de valor – pilhérias que “fazem feio” ou que, apesar de “admissíveis”, como se diz, em outro meio e outro mercado, parecem ser, aqui, “descabidas” e suscitam apenas “mal-estar” ou reprovação; citações (por exemplo, latinas) que são próprias do “cuiestre” ou “pedante”, etc. Dito em outras palavras, a aquisição da competência cultural é inseparável da aquisição insensível de um *senso da aplicação* dos investimentos culturais que, sendo o produto do ajuste às possibilidades objetivas de valorização da competência, favorece o ajuste antecipado a tais possibilidades e que, por sua vez, torna-se uma dimensão relacionada com a cultura, próxima ou distante, desenvolta ou reverenciosa, mundana ou escolar, ou seja, forma incorporada da relação objetiva entre o espaço da aquisição e o “núcleo dos valores culturais”. Falar de *senso da aplicação*, como se fala de *senso das conveniências* ou dos limites, é indicar claramente que, ao recorrer, por necessidade de objetivação, a termos tomados de empréstimo ao léxico da economia, não se pretende sugerir, de modo algum, que – em conformidade com o uso habitual, sem

dúvida, avaliado erroneamente, destes conceitos – as condutas correspondentes sejam orientadas pelo cálculo racional, cujo objetivo consiste em obter o maior lucro possível. Se a cultura é o espaço por excelência do desconhecimento é porque, ao engendrar estratégias objetivamente ajustadas às possibilidades objetivas de lucro das quais ele é o produto, o senso da aplicação garante lucros que não têm necessidade de ser procurados como tais; assim, a quem possui a cultura legítima como segunda natureza, ele proporciona um lucro suplementar, ou seja, o de ser percebido e de se aperceber como perfeitamente desinteressado e isento de qualquer uso cínico ou mercenário da cultura. O mesmo é dizer que, por exemplo, o termo “investimento” deve ser entendido no duplo sentido de investimento econômico – como tem sido sempre, objetivamente, sem deixar de ser desconhecido como tal – e de investimento afetivo que lhe é atribuído pela psicanálise ou, ainda melhor, no sentido de *illusio*, crença, *involvement* e engajamento no jogo que é o produto do jogo e produz o jogo. O único guia conhecido pelo apreciador da arte é seu amor pela arte e quando ele se dirige, como que por instinto, para o que, em cada momento, deve ser apreciado, à maneira desses homens de negócios que fazem dinheiro até mesmo sem andarem à sua procura, ele não obedece a qualquer cálculo cínico, mas a seu prazer e ao entusiasmo sincero que, nestas matérias, é uma das condições do sucesso nas aplicações. Assim, por exemplo, é verdade que se pode descrever o efeito das hierarquias da legitimidade (hierarquia das artes, dos gêneros, etc.) como um caso particular do efeito *labeling* (imposição de rótulos verbais), bem conhecido dos psicólogos sociais: como a idéia que se tem de um rosto varia segundo o rótulo étnico que lhe é atribuído,⁹⁷ o valor das artes, gêneros, obras e autores depende das marcas sociais que lhes são conferidas em cada momento (por exemplo, o lugar da publicação, etc.). Ocorre que o senso da aplicação cultural que leva a apreciar sempre e sempre sinceramente o que deve ser apreciado e isso só pode contar com a decifração inconsciente dos inumeráveis signos que, em cada momento, dizem o que deve, ou não, ser feito e ser visto, sem nunca ser explicitamente orientado pela busca dos lucros simbólicos que ele proporciona. A competência específica (na música clássica ou jazz, no teatro ou cinema, etc.) depende das possibilidades que os diferentes mercados – familiar, escolar, profissional – oferecem, *inseparavelmente, para seu acúmulo, implementação e valorização*, ou seja, do grau em que favorecem a aquisição desta competência, prometendo-lhe ou garantindo-lhe lucros que são outros tantos reforços e incitações para novos investimentos. As possibilidades de utilizar e “rentabilizar” a competência cultural nos diferentes mercados contribuem, em particular, para definir a propensão para os investimentos “escolares” e para aqueles que, às vezes, são designados como “livres” porque, diferentemente dos investimentos organizados pela escola, parecem nada ficar devendo às obrigações ou incitações da instituição.

A competência será tanto mais imperativamente exigida e tanto mais “compensadora”, enquanto a incompetência será tanto mais rigorosamente sancionada e tanto mais “dispendiosa”, quanto maior for o grau de legitimidade de determinado domínio.⁹⁸ No entanto, tal constatação é insuficiente para explicar o seguinte: quanto maior for o avanço em direção aos domínios mais legítimos, mais importantes serão as diferenças estatísticas associadas ao capital escolar. Ao contrário, quanto maior for o avanço em direção aos domínios menos legítimos – considerados pelos menos advertidos como abandonados à liberdade dos gostos e das cores, tais como o cardápio ou a decoração da

casa, a escolha dos amigos ou do mobiliário –, tanto maior será a importância das diferenças estatísticas relacionadas com a trajetória social (e com a estrutura do capital); neste caso, os domínios em vias de legitimação, tais como a canção chamada “intelectual”, a fotografia ou o jazz, ocupam uma posição intermediária. Ainda aí, na relação entre as propriedades do campo (em particular, as possibilidades de sanções positivas ou negativas que ele oferece “em média” para um agente qualquer) e as propriedades do agente é que se determina a “eficácia” de tais propriedades: é assim que a propensão para os investimentos “livres” e o terreno para o qual se orientam tais investimentos dependem não, com todo o rigor, da taxa de lucro “médio” proporcionado pelo domínio considerado, mas da taxa de lucro que ele promete a cada agente ou a cada categoria particular de agentes em função do volume e da estrutura de seu capital.

A hierarquia das taxas de lucro “médias” corresponde, *grosso modo*, à hierarquia dos graus de legitimidade, de modo que uma elevada cultura em matéria de literatura clássica ou, até mesmo, de vanguarda, proporciona, no mercado escolar e alhures, lucros “médios” superiores a uma elevada cultura em matéria de cinema ou, *a fortiori*, de histórias em quadrinhos, romance policial ou esporte; no entanto, os lucros *específicos* – portanto, a propensão para investir comandada por eles – definem-se apenas na relação entre um domínio e um agente particular, caracterizado por suas propriedades particulares. Assim, por exemplo, aqueles que devem o essencial de seu capital cultural à Escola, como os professores primários e os professores oriundos das classes populares e médias, mostram-se particularmente submissos à definição escolar da legitimidade e tendem a proporcionar, de modo bastante estrito, seus investimentos ao valor reconhecido pela Escola aos diferentes domínios. Ao contrário, determinadas artes médias, tais como o cinema e o jazz, e, ainda melhor, as histórias em quadrinhos, a ficção científica ou o romance policial, estão predispostas a atrair os investimentos seja de quem não conseguiu a total reconversão de seu capital cultural em capital escolar, seja daqueles que, não tendo adquirido a cultura legítima segundo o modo de aquisição legítimo (ou seja, por familiarização precoce), mantêm com ela, objetiva e/ou subjetivamente, uma relação deplorável: estas artes em vias de legitimação, desdenhadas ou negligenciadas pelos detentores de maior capital escolar, oferecem um refúgio e uma desforra àqueles que, ao apropriarem-se delas, fazem a melhor aplicação de seu capital cultural (sobretudo, se este não for plenamente reconhecido escolarmente), ao mesmo tempo que se atribuem o mérito de contestar a hierarquia estabelecida em relação às legitimidades e aos lucros. Dito em outras palavras, a propensão para aplicar às “artes médias” uma disposição habitualmente reservada às artes legítimas – a que avalia, por exemplo, o conhecimento do nome dos diretores de filmes – depende menos estreitamente do capital escolar que de uma relação global com a cultura escolar e com a escola; por sua vez, tal relação depende do grau ao qual o capital cultural possuído se reduz ao capital adquirido na escola e reconhecido pela escola. (É assim que os membros da nova pequena burguesia – que, apesar de terem herdado um capital cultural mais importante, possuem praticamente um capital escolar semelhante ao dos professores primários – têm um conhecimento bem superior relativamente ao nome dos diretores de filmes, ao passo que têm um menor conhecimento dos compositores). Com efeito, nunca se escapa completamente à hierarquia objetiva das legitimidades. Pelo fato de que o próprio sentido e o próprio valor de um bem cultural variam segundo o

s
,
a
s
e
a
e
i
e
e

sistema de bens no qual ele se encontra inserido, o romance policial, a ficção científica ou as histórias em quadrinhos podem ser propriedades culturais totalmente prestigiosas a título de manifestações de audácia e de liberdade, ou, ao contrário, serem reduzidos a seu valor habitual conforme forem associados às descobertas da vanguarda literária ou musical, ou se encontrarem entre si, formando neste caso uma constelação típica do “gosto médio” e, assim, mantendo a aparência daquilo que são, ou seja, simples substitutos dos bens legítimos.

Considerando que cada um dos espaços sociais – por exemplo, família ou escola – funciona como um dos lugares em que se produz a competência e, ao mesmo tempo, como um dos lugares em que ela recebe seu valor, poderíamos alimentar a expectativa de que cada um dos campos atribua o valor máximo aos produtos engendrados aí; neste caso, o mercado escolar atribui o maior valor à competência cultural escolarmente certificada e à modalidade escolar, enquanto os mercados dominados por valores extra-escolares – por exemplo, salões e jantares “mundanos” ou quaisquer outras oportunidades da existência profissional (entrevistas de recrutamento, palestras de diretoria, colóquios, etc.) e, até mesmo, escolar (exame oral da ENA ou de *Sciences Po*) em que se trata de avaliar a *pessoa no total* – atribuiriam o mais elevado valor à relação familiar com a cultura, desvalorizando ao mesmo tempo todas as disposições e competências em que são invocadas as condições escolares de aquisição. Tal constatação evita a abordagem dos efeitos de dominação que fazem com que os produtos do modo de produção escolar possam ser desvalorizados como “escolares” no próprio mercado escolar.⁹⁹ O sinal mais claro da heteronomia do mercado escolar reside, de fato, na ambivalência do tratamento que reserva aos produtos do *habitus* “escolar” e que será tanto mais marcante quanto mais frágil for a autonomia tanto do sistema escolar no seu todo (variável segundo os momentos e segundo os países) quanto desta ou daquela das instituições que o constituem, em relação às demandas das frações dominantes da classe dominante.¹⁰⁰

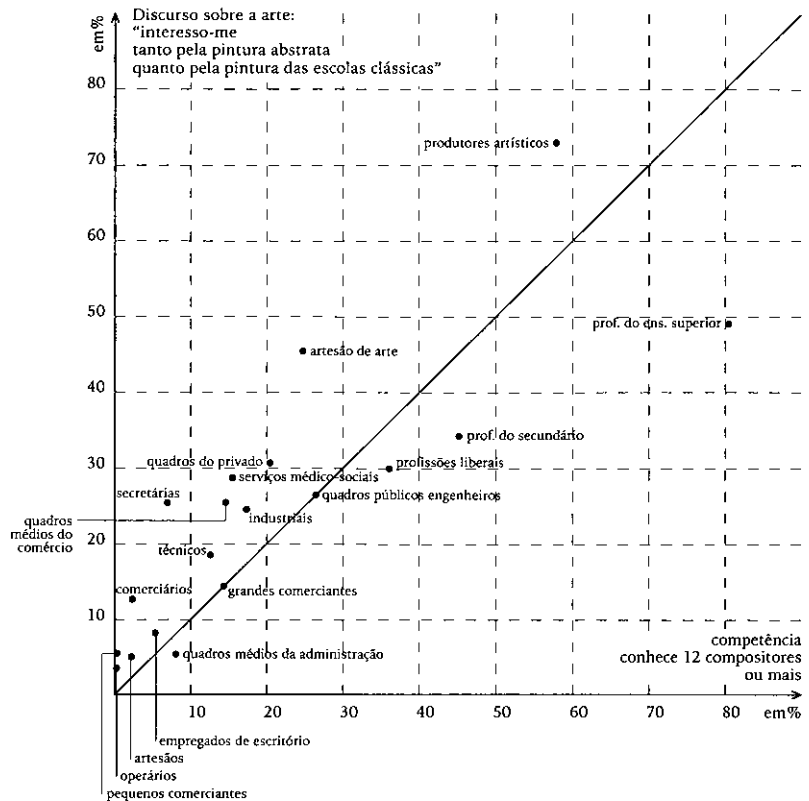
O certo é que existe uma afinidade imediata entre as disposições que se adquirem pela familiarização com a cultura legítima e o mercado “mundano” (ou as formas mais “mundanas” do mercado escolar): as oportunidades habituais da vida social excluem os testes tão brutais quanto o questionário fechado, ápice da interrogação escolar à qual a própria instituição escolar se recusa sempre que, aceitando implicitamente a depreciação mundana do “escolar”, ela transforma a interrogação, destinada a verificar e avaliar a competência, em uma variante da conversação mundana. No lado oposto às mais escolares das situações escolares que visam desarmar e desincentivar as estratégias de blefe, as oportunidades mundanas oferecem livre curso a uma arte de representar a competência que é para esta o que, no carteadado, a maneira de jogar é para a distribuição das cartas: é possível escolher seu terreno, esquivar-se dos testes, transformar as questões de conhecimento em questões de preferência e a ignorância em recusa desdenhosa, ou seja, outras tantas estratégias em que se manifestam a segurança ou a insegurança, a naturalidade ou o mal-estar, e que dependem tanto do capital escolar quanto do modo de aquisição e da familiaridade ou do distanciamento correlatos. O mesmo é dizer que a falta de um conhecimento aprofundado, metódico e sistemático em um domínio particular da cultura legítima não impede, de modo algum, a satisfação de exigências culturais inscritas na maior parte das situações sociais, nem mesmo na situação quase escolar criada pela relação de pesquisa.¹⁰¹

Ao propor a pergunta sobre os pintores de tal maneira que o conhecimento professado não pudesse ser objeto de qualquer verificação, pretendia-se adotar o meio não tanto de avaliar a competência específica (presume-se que ela dependa de fatores semelhantes aos que são utilizados no conhecimento dos compositores), mas de apreender, de maneira indireta, a relação com a cultura legítima e os efeitos diferenciais da situação de pesquisa. É assim que os indivíduos, cujos saberes não estão à altura de sua familiaridade puderam sentir-se autorizados a utilizar estratégias de blefe que são altamente proveitosas nos usos comuns da cultura – é o caso, particularmente, da nova pequena burguesia. No entanto, o próprio blefe será rentável apenas se for orientado pelo conhecimento confuso fornecido pela familiaridade: é assim que, se a liberdade deixada por esta pergunta permitiu que os mais desprovidos pudessem agarrar-se a nomes próprios que não correspondem a um conhecimento, nem a uma preferência – tais como Picasso (citado por 21% dos operários sem qualificação e dos trabalhadores braçais) ou Braque (10%) que era objeto de diversas comemorações no momento da pesquisa –, ela funcionou, também, como armadilha no caso de Rousseau (10%), cujo nome, praticamente sem qualquer menção pelas outras classes, foi confundido, sem dúvida, com o do escritor (ao contrário, Bruegel nunca foi citado pelos trabalhadores braçais, nem pelos operários sem qualificação, sem dúvida, porque eles não correm o risco de pronunciar um nome a respeito do qual, certamente, são reduzidas as possibilidades de terem ouvido falar).

Para manifestar esta espécie de senso mundano, irreduzível a uma soma de saberes estritamente controláveis, que é mais freqüentemente associado a um elevado capital cultural herdado, basta comparar as variações destas duas dimensões da competência cultural: a posse de saberes específicos, tais como a resposta certa em relação aos compositores; e o “faro” que é necessário para valorizá-la, avaliado pela capacidade de reconhecer o que Flaubert teria designado como as “opiniões chiques” entre diversos julgamentos propostos.¹⁰² No diagrama que indica, para cada categoria, a taxa dos indivíduos que conhecem os compositores de doze obras musicais, no mínimo, e a taxa daqueles que respondem que “estão interessados tanto pela pintura abstrata quanto pela pintura das escolas clássicas”, é possível distinguir, por um lado, as frações (professores do ensino secundário e superior) em que a competência escrita prevalece em relação ao senso da resposta certa e, ao contrário, aquelas que têm um senso da postura legítima sem qualquer proporção com sua competência específica (nova pequena e grande burguesia e produtores artísticos); neste caso, verifica-se uma diferença mínima entre os pequeno-burgueses ou os burgueses em ascensão – professores primários, quadros médios da administração, engenheiros e quadros superiores do setor público.

O horror manifestado pelos burgueses (e, sobretudo, pelos burgueses em declínio) em relação ao “escolar” encontra, sem dúvida, um de seus fundamentos na desvalorização que o mercado escolar inflige, *apesar de tudo*, aos conhecimentos aproximados e às intuições confusas da familiaridade. Assim, por exemplo, compreende-se melhor a denúncia da rotina escolar que está na origem da maior parte das inovações dos novos intermediários culturais (animadores, educadores, etc.) se soubermos que a pequena burguesia estabelecida dispõe de um capital escolar relativamente importante para uma herança cultural relativamente reduzida, enquanto a nova pequena burguesia (cujo limite é representado pelos artistas)

Gráfico 4 – Competência específica e discurso sobre a arte



possui uma herança cultural elevada para um capital escolar relativamente reduzido. O professor primário parisiense ou, até mesmo, interiorano, que pode levar a melhor em relação ao pequeno empresário, ao médico interiorano ou ao antiquário parisiense nos testes de puro conhecimento tem todas as possibilidades de parecer-lhes incomparavelmente inferior em todas as situações que, em vez da prudência, discrição e consciência dos limites associados ao modo de aquisição escolar, exigem a *segurança* ou o *faro*, até mesmo, o blefe propício a dissimular as lacunas: é possível confundir Buffet com Dubuffet e mostrar-se absolutamente capaz de dissimular a ignorância sob os lugares-comuns do discurso de celebração ou sob o silêncio entendido de um trejeito, de um aceno com a cabeça ou de uma pose inspirada; é possível identificar a filosofia com Antoine de Saint-Exupéry, Pierre Teilhard de Chardin, inclusive, Louis Leprince-Ringuet e afirmar-se à altura dos mercados atualmente mais cotados, tais como recepções, entrevistas, seminários, comissões, comitês, etc. Com a única condição de que se possua o conjunto dos traços distintivos – postura, garbo, atitude, dicção e pronúncia –, maneiras de ser e usos sem os quais, pelo menos, nestes mercados, o valor atribuído a todos os saberes de escola é reduzido ou nulo; além disso, em parte – por nunca, ou nunca completamente, terem sido ensinados pela Escola –, esses traços definem, propriamente falando, a distinção burguesa.¹⁰³

Afinal de contas, a maneira que designa o gosto infalível do *taste maker* e denuncia os gostos mal-assegurados dos detentores de uma cultura mal-adquirida só é tão importante, em todos os mercados e, especialmente, no mercado em que se decreta o valor das obras literárias e artísticas, porque as escolhas ficam devendo sempre uma parcela de seu valor ao valor daquele que as faz e porque este valor se dá a conhecer e reconhecer, no essencial, pela maneira de fazê-las. Ora, por imersão em um espaço em que a cultura legítima é como o ar que se respira, aprende-se um senso da escolha legítima tão seguro que pode se impor simplesmente pela maneira de se realizar, à semelhança de um blefe bem-sucedido: trata-se não só do senso dos bons campos de aplicação e dos bons investimentos culturais – os diretores de filmes, em vez dos atores; a vanguarda mais do que o clássico – ou, o que dá no mesmo, o senso do momento oportuno para investir ou evitar o investimento, trocando de campo quando os benefícios de distinção tornam-se incertos demais; afinal de contas, esta certeza de si, esta arrogância e esta segurança é que, sendo habitualmente o monopólio dos indivíduos mais seguros do rendimento de suas aplicações, têm todas as possibilidades de impor, em um universo em que tudo é uma questão de crença, seus investimentos como os mais legítimos, portanto, mais rentáveis.

O caráter próprio da imposição de legitimidade é o de impedir que, algum dia, seja possível determinar se o dominante aparece como distinto ou nobre por ser dominante, ou seja, por ter o privilégio de definir, por sua própria existência, que o nobre ou distinto é, exclusivamente, o que ele é, privilégio que leva precisamente a marca de sua segurança, ou se é somente por ser dominante que ele aparece dotado dessas qualidades e único legitimado para defini-las. Não é por acaso que, para nomear as maneiras e o gosto legítimos, a linguagem comum pode contentar-se em dizer as “maneiras” ou o “gosto”, termos “utilizados em seu *sentido absoluto*”, como dizem os gramáticos: as propriedades associadas aos dominantes – “sotaques” de Paris ou Oxford, “distinção” burguesa, etc. – têm o poder de desincentivar a intenção de discernir o que elas são “na realidade”, em si mesmas e para elas mesmas, assim como o valor distintivo que lhes confere a referência inconsciente à sua distribuição entre as classes.

Fatores e poderes

No termo deste processo, é claro que a dificuldade da análise devia-se ao fato de que a representação do que é designado pelos próprios instrumentos da análise, tais como nível de instrução ou origem social, está em jogo nas lutas em que o objeto da análise – a arte e a relação com a obra de arte – é o pretexto na própria realidade: nestas lutas, a oposição verifica-se entre aqueles que estão identificados com a definição escolar da cultura e com o modo escolar de aquisição, por um lado, e, por outro, aqueles que se tornam os defensores de uma cultura e de uma relação com a cultura mais “livres”, menos estritamente subordinadas às aprendizagens e aos controles escolares – além disso, apesar de serem recrutados, sobretudo, nos setores mais antigos da burguesia, estes últimos encontram uma caução indiscutível entre os escritores e artistas, assim como na representação carismática da produção e do consumo da obra de arte, cuja invenção e garantia são realizadas por seu intermédio. As brigas envolvendo autores ou escolas que ocupam o primeiro plano do cenário literário ou artístico, dissimulam lutas, sem dúvida, mais

ia
e,
as
or
il,
é
se
o:
s
e
),
il
e
s
s
t
.
t

importantes: por exemplo, aquelas em que ocorre a oposição entre professores (entre os quais, ao longo de todo o século XIX, eram recrutados, muitas vezes, os críticos) e escritores, em geral, mais próximos, por sua origem e suas relações, das frações dominantes da classe dominante; ou as lutas incessantes em que, a propósito da definição do homem plenamente realizado e da educação encarregada de produzi-lo, as frações dominadas em seu todo se opõem às frações dominantes. Assim, por exemplo, o que está em jogo na criação, no final do século XIX, de um ensino privado que reserva um grande espaço para o esporte – entre outros, com Edmond Demolins, fundador da *École des Roches* e discípulo de Frédéric Le Play, e com o Barão de Coubertin*, outro defensor de uma educação nova –, é a imposição, no âmago da própria instituição escolar, de uma definição aristocrática da educação que estabelece o saber, a erudição e a docilidade “escolar” simbolizada pelo “liceu caserna” (neste contexto, é que surge o tema, retomado tão freqüentemente), além de todos os critérios de avaliação favoráveis aos filhos da pequena burguesia pelos quais a escola afirma sua autonomia, como opostos a “valores”, tais como a “energia”, a “coragem”, a “vontade”, consideradas virtudes do chefe (das forças armadas ou da empresa – na época, praticamente a mesma coisa) e, sobretudo, talvez, a “iniciativa” (privada), batizada *self-help*, o “espírito de empreendedorismo”, ou seja, outras tantas virtudes associadas à prática do esporte. Valorizar a *educação* contra a *instrução*, o *caráter* contra a *inteligência*, o *esporte* contra a *cultura*, é afirmar, no próprio mundo escolar, a existência de uma hierarquia irredutível à hierarquia propriamente escolar que privilegia o segundo termo destas oposições.¹⁰⁴

Estas lutas não fazem parte do passado, como é testemunhado pela existência de dois ramos de acesso à diretoria das grandes empresas – o primeiro que encaminha da *École des Roches* ou dos grandes colégios jesuítas e dos grandes liceus burgueses (situados no 16º bairro de Paris) para a faculdade de direito ou, em número cada vez maior, para *Sciences Po* ou para a HEC [*École des Hautes Etudes Commerciales*]; enquanto o outro que orienta os alunos do liceu comum interiorano ou parisiense para a *École Polytechnique* –¹⁰⁵ e, de modo ainda mais claro, pela oposição, no plano das “escolas de elites”, de dois mercados escolares profundamente diferentes, tanto no conteúdo da competência cultural exigida quanto no valor atribuído às maneiras e nos critérios utilizados para avaliá-las, tendo em um extremo a *École normale supérieure* e *Polytechnique*, enquanto, no outro, encontra-se *Sciences Po* e a ENA. Estas lutas, a propósito da definição legítima da cultura e da maneira legítima de avaliá-la, não passam de uma dimensão das lutas incessantes que dividem toda classe dominante e que, através das virtudes do homem plenamente realizado, visam os diplomas legítimos para o exercício da dominação: é assim que a exaltação do esporte, escola do caráter, e a

* Frédéric Le Play, economista e engenheiro francês (1806-1882); tradicionalista e conservador, foi partidário de uma rígida organização da família e da propriedade, orientada por um acendrado espírito religioso, além de ter exercido uma influência considerável sobre o movimento social do patronato, chamado “paternalismo”. Edmond Demolins, pedagogo francês (1852-1907), fundou a *École des Roches*, em 1887, com o objetivo de desenvolver uma formação completa da criança no plano físico, social e moral, tendo preconizado um regime em horário integral: os alunos vivem em regime familiar, residindo em casas agrupadas à semelhança de uma comunidade, dispondo de ruas, praças, centros administrativos e lazer. Como o estudo era desenvolvido a partir da criação de “centros de interesse”, cuja base estava calcada na ligação dos internos com as atividades agrícolas, tais escolas foram construídas em áreas campestres, afastadas das cidades. Em relação ao Barão Pierre de Coubertin, educador francês (1863-1937), foi o renovador dos Jogos Olímpicos. (N.T.)

valorização da cultura econômico-política, em detrimento da cultura literária ou artística, fazem parte das estratégias pelas quais os membros das frações dominantes da classe dominante esforçam-se em desacreditar os valores reconhecidos pelas frações “intelectuais” da classe dominante e da pequena burguesia – cujos filhos desencadeiam uma concorrência temível, no terreno da competência escolar mais definida escolarmente, aos filhos de burgueses. No entanto, de modo mais profundo, estas manifestações de antiintelectualismo não passam de uma dimensão do antagonismo que, bem além da questão dos usos legítimos do corpo ou da cultura, atinge todas as dimensões da existência; neste caso, as frações dominantes tendem sempre a pensar sua relação com as frações dominadas através da oposição entre o masculino e o feminino, o sério e o frívolo, o útil e o fútil, o responsável e o irresponsável, o realismo e o irrealismo.

Os princípios de divisão lógica utilizada pela estatística para produzir suas classes e os “dados” que ela “registra” a seu propósito são, portanto, também princípios de divisão sócio-lógica: a interpretação correta das variações estatísticas, associadas às duas variáveis principais em sua definição ingênua, ou seja, o nível de instrução e a origem social, só é possível com a condição de ter em mente que elas são solidárias de definições antagonistas da cultura legítima e da relação legítima com a cultura ou, de modo mais preciso, de mercados diferentes em que as propriedades associadas a um ou ao outro desses dois aspectos recebem valores diferentes. Nada seria mais falso que investir nesses “fatores” uma eficácia que só aparece em determinada *relação* e que, portanto, pode ser anulada ou invertida em outro campo ou em outro estado do campo. As disposições constitutivas do *habitus* culto formam-se, funcionam e são válidas apenas em um campo e na relação com um campo que, segundo a expressão de Bachelard a propósito do campo físico, é, por sua vez, um “campo de forças possíveis”, uma “situação dinâmica”¹⁰⁶ em que algumas forças se manifestam apenas na relação com determinadas disposições: é assim que as mesmas práticas podem receber sentidos e valores opostos em campos diferentes, em estados diferentes ou em setores opostos do mesmo campo.

O retorno reflexivo sobre os instrumentos da análise não é, portanto, um escrúpulo de epistemólogo, mas uma condição indispensável para obter o conhecimento científico do objeto: a preguiça positivista leva a concentrar a intenção, completamente defensiva, de verificação, na intensidade das relações constatadas, em vez de fazer incidir a interrogação sobre as próprias condições da medição das relações as quais podem estar na própria origem da intensidade relativa das diferentes relações. Para acreditar na independência das “variáveis independentes” da metodologia positivista, convém ignorar que os “fatores explicativos” são, de fato, “poderes” que têm valor e podem exercer-se apenas em determinado campo. Por isso, são tributários das lutas que se exercem, no interior de cada campo, para transformar os mecanismos de formação dos valores que o definem: se é fácil imaginar campos em que os pesos dos dois “fatores” dominantes pudessem ser invertidos – e testes que os realizassem experimentalmente e, por exemplo, reservassem um espaço maior para objetos e formas de interrogação menos “escolares” – é porque as lutas cotidianas a propósito da cultura têm como último pretexto a transformação dos mecanismos de formação dos valores que definem o valor relativo das produções culturais associadas ao capital escolar e à trajetória social – assim como das variáveis primárias através das quais torna-se possível apreendê-los.

Se é verdade que as relações estatísticas entre as propriedades associadas aos agentes e às práticas só se definem completamente na relação entre as disposições constitutivas de um *habitus* e determinado campo, a definição dos limites em que as relações constatadas conservam sua validade, por uma restrição aparente que é a condição da plena generalização, só é possível com a condição de questionar a relação em que estas relações foram estabelecidas: à semelhança da situação de exame da qual ela está bastante próxima (apesar da falta do pretexto de uma sanção institucional), a relação instaurada por uma pesquisa através de questionário fechado que incide, principalmente, sobre a cultura legítima está para o mercado escolar o que um mercado, como espaço concreto de intercâmbio, está para o mercado da teoria econômica. Tanto por seu objeto quanto pela forma que ela impõe no intercâmbio (a interrogação que, segundo a observação de Bally, implica sempre uma forma de intrusão, violência, questionamento – daí as atenuações de que, habitualmente, ela é acompanhada), a pesquisa por questionário, sobretudo, quando assume a forma de um interrogatório metódico e dessimétrico,¹⁰⁷ opõe-se à conversação comum, independentemente de tratar-se de discussões de bar ou de campus em que se elabora a “contra-cultura”, ou de impressões mundanas que procedem ao banimento da precisão pedante e da lentidão didática. As variações observadas no peso relativo do diploma e do capital cultural herdado quando, no interior desta situação quase escolar, se avança do mais escolar na forma e no objeto para o menos escolar na forma (perguntas que avaliam a familiaridade sem controle estrito do saber) ou no objeto (perguntas sobre o conhecimento relativo ao cinema ou as preferências em matéria de cardápio) permitem que se faça uma idéia da relação entre os “fatores” e os mercados. A razão pela qual todos os indícios (cuja obtenção é difícil por questionário) da *maneira* de implementar ou encenar, de fazer ver ou valorizar a competência (segurança, arrogância, desenvoltura, modéstia, seriedade, mal-estar, etc.) dependem, estreitamente, em sua significação e em seu valor, do mercado em que estão inseridos deve-se ao fato de serem os vestígios visíveis de um modo de aquisição (familiar ou escolar), ou seja, de um mercado; deve-se, também, ao fato de que todos os mercados que estão em condições de afirmar sua autonomia em relação ao controle escolar, atribuem-lhes a prioridade – enfatizar as maneiras e, através delas, o modo de aquisição, é ter a possibilidade de adotar a antiguidade na classe como o princípio da hierarquia no âmbito da classe;¹⁰⁸ deve-se, igualmente, ao fato de conferir, aos detentores estatutários da maneira legítima, um poder absoluto e absolutamente arbitrário de reconhecimento ou de exclusão. Por definição, a maneira só existe para outrem e os detentores estatutários da maneira legítima e do poder de definir o valor das maneiras, pronúncia, apresentação e atitude têm o privilégio da indiferença à sua própria maneira (dispensando-os de *fazer fita*); ao contrário, os “novos-ricos” que pretendem agregar-se ao grupo dos detentores legítimos, ou seja, hereditários, da maneira adequada sem serem o produto das mesmas condições sociais, encontram-se confinados, façam o que fizerem, na alternativa da hiperidentificação ansiosa ou do negativismo que, na própria revolta, confessa sua derrota: ou a conformidade de uma conduta “tomada de empréstimo”, cuja correção ou até mesmo hipercorreção lembra que ela *imita* e o que *macaqueia*, ou a afirmação ostensiva da diferença que é votada a aparecer como uma confissão da impotência a identificar-se.¹⁰⁹

Pelo fato de que são adquiridas nos campos sociais que são, inseparavelmente, mercados em que elas recebem seu valor, as competências culturais são solidárias destes mercados e todas as lutas a propósito da cultura têm como pretexto a criação do mercado mais favorável aos produtos que trazem a marca, nas maneiras, de uma classe particular de condições de aquisição, ou seja, de determinado mercado. Assim, o que se designa, atualmente, como "contra-cultura" poderia ser o produto do esforço dos autodidatas da nova versão para se libertarem das leis do mercado escolar (que continuam a subjugar os autodidatas à maneira antiga, menos seguros, embora elas condenem, antecipadamente, seus produtos), produzindo outro mercado dotado de suas instâncias próprias de consagração e capaz de contestar praticamente, à maneira dos mercados mundano ou intelectual, a pretensão da instituição escolar no sentido de impor, a um mercado dos bens culturais perfeitamente unificado, os princípios da avaliação das competências e maneiras que se impõem ao mercado escolar ou, pelo menos, aos setores mais "escolares" deste mercado.

Segunda parte

A economia das práticas

No que se refere às coisas, cujas regras e princípios lhe haviam sido ensinados pela mãe, em relação à maneira de preparar determinados pratos, tocar as sonatas de Beethoven e receber com amabilidade, ela alimentava a certeza de ter uma idéia ajustada da perfeição e discernir se as outras eram mais ou menos semelhantes. Para essas três atividades, aliás, a perfeição era quase a mesma: além de uma espécie de simplicidade em dispor dos recursos, tratava-se de conservar a sobriedade e o encanto. Ela rechaçava com horror que fossem utilizadas especiarias nos pratos que não as exigissem absolutamente, que alguém tocasse com afetação e abuso de pedais; enfim, ao receber visitas, que fosse abandonada a perfeita naturalidade e houvesse qualquer exagero em falar de si. Desde a primeira colherada, desde as primeiras notas, com um simples cartão, ela tinha a pretensão de saber se se tratava de uma boa cozinheira, de um verdadeiro músico ou de uma mulher bem educada. 'Ela pode ser muito mais dotada que eu, mas carece de gosto ao tocar este andante tão simples com tamanha ênfase'. 'Talvez, seja uma mulher brilhante e repleta de qualidades, mas não deixa de mostrar falta de tato ao falar de si nestas circunstâncias'. 'Talvez, seja uma cozinheira muito talentosa, mas não sabe preparar o beefsteak com maçãs'. O beefsteak com maçãs! Esse era, precisamente, um item do concurso ideal: difícil por sua própria simplicidade, espécie de 'sonata patética' da cozinha, equivalente gastronômico do que é, na vida social, a visita da senhora que vem solicitar informações sobre um empregado e que, em um ato tão simples, pode mostrar perfeitamente se possui ou carece de tato e de educação.

M. Proust, *Pastiches et mélanges*

O espaço social e suas transformações

Poderíamos ter interrompido, sem dúvida, a pesquisa neste ponto sem suscitar grandes objeções; de fato, parece evidente demais a idéia da irreducibilidade do gosto artístico. Ora, como já demonstrou a análise das condições sociais relativas à disposição estética, a compreensão completa das disposições que orientam as escolhas entre os bens da cultura legítima só é possível com a condição de reinseri-las na unidade do sistema das disposições, de *fazer com que* a “cultura”, no sentido restrito e normativo do uso comum, *volte a entrar* na “cultura” no sentido amplo da etnologia e de relacionar o gosto elaborado dos objetos mais depurados com o gosto elementar dos sabores alimentares.¹ O duplo sentido do termo “gosto” – que, habitualmente, serve para justificar a ilusão da *geração espontânea* que tende a produzir esta disposição culta, ao apresentar-se sob as aparências da disposição inata – deve servir, desta vez, para lembrar que o gosto, enquanto “faculdade de julgar valores estéticos de maneira imediata e intuitiva” é indissociável do gosto no sentido de capacidade para discernir os sabores próprios dos alimentos que implica a preferência por alguns deles. A abstração que leva a isolar as disposições em relação aos bens de cultura legítima acarreta, de fato, uma outra abstração no nível do sistema dos fatores explicativos que, sempre presente e atuante, revela-se à observação apenas através daqueles seus elementos – no caso analisado, mais abaixo, o capital cultural e a trajetória – que se encontram na origem de sua eficácia no campo considerado.

O consumo dos bens culturais mais legítimos é um caso particular de concorrência pelos bens e práticas raras, cuja particularidade depende, sem dúvida, mais da lógica da oferta – ou, se preferirmos, da forma específica assumida pela concorrência entre os produtores – que da lógica da demanda e dos gostos ou, se quisermos, da lógica da concorrência entre os consumidores. De fato, basta abolir a barreira mágica que transforma a cultura legítima em um universo separado para perceber relações inteligíveis entre “escolhas”, aparentemente, incomensuráveis – tais como as preferências em matéria de música ou cardápio, de esporte ou política, de literatura ou penteado. Esta reintegração bárbara dos consumos estéticos no universo dos consumos habituais (aliás, é contra estes que os primeiros não cessam de se definir) tem, entre outras, a virtude de lembrar que o consumo de bens pressupõe – sem dúvida, sempre e em graus diferentes segundo os bens e os consumidores – um *trabalho de apropriação*; ou, mais exatamente, que o consumidor contribui para *produzir o produto que ele consome* mediante um trabalho de identificação e decifração que, no caso da obra de arte, pode constituir a totalidade do consumo e das satisfações que ele proporciona, exigindo, além do tempo, determinadas disposições adquiridas com o tempo.

Envolvidos em suas abstrações, os economistas podem ignorar o que advém aos produtos na relação com os consumidores, ou seja, com as disposições que definem suas *propriedades úteis* e seus *usos reais*: afirmar, por hipótese, como um deles, que os consumidores percebem os mesmos atributos decisivos, o que equivale a supor que os produtos possuem características objetivas – ou, como se diz, “técnicas” – capazes de se imporem como tais a todos os indivíduos perceptores, é admitir que a percepção estaria associada unicamente às características designadas pelas descrições propostas pelos produtores (e pela publicidade chamada “informativa”) e que os *usos sociais* poderiam deduzir-se dos *modos de utilização*. Os objetos, inclusive, os produtos industriais, não são *objetivos* no sentido atribuído, habitualmente, a esta palavra, ou seja, independentes dos interesses e gostos dos que os apreendem, além de não imporem a evidência de um sentido universal e, unanimemente, aprovado. A tarefa do sociólogo seria, incomparavelmente, muito mais fácil se, diante de cada relação estatística entre uma “variável independente” e uma “variável dependente”, não tivesse de determinar como a percepção e a apreciação, embutidas na “variável dependente”, variam segundo as classes, cuja determinação consta da “variável independente” ou, se preferirmos, qual é o sistema dos traços pertinentes em função do qual foi determinada, realmente, cada uma das classes de agentes.² A ciência deve estabelecer, precisamente, esta objetividade do objeto que se estabelece na relação entre um objeto definido nas possibilidades e impossibilidades que ele oferece e que se revelam apenas no universo dos usos sociais – entre os quais, ao tratar-se de um objeto técnico, o uso previsto ou em conformidade com a concepção do produtor – e as disposições de um agente ou de uma classe de agentes, ou seja, os esquemas de percepção, apreciação e ação que constituirão sua *utilidade* objetiva em um *uso* prático.³ Não se trata de reintroduzir, como é evidente, uma forma qualquer do que é designado como “experiência de vida” e que, freqüentemente, não passa de uma projeção mal dissimulada da “experiência de vida” do pesquisador;⁴ mas, em vez da relação abstrata entre consumidores com gostos intercambiáveis e produtos com propriedades uniformemente percebidas e apreciadas, colocar a relação entre gostos que variam necessariamente segundo as condições econômicas e sociais de sua produção, por um lado, e, por outro, os produtos que, por intermédio desses gostos, recebem suas diferentes identidades sociais. De fato, basta formular a questão, estranhamente ignorada pelos economistas, sobre as *condições econômicas da produção das disposições postuladas pela economia* – ou seja, no caso particular,⁵ a questão dos determinantes econômicos e sociais dos gostos –, para perceber a necessidade de inscrever, na definição completa do produto, as *experiências diferenciais* vividas pelos consumidores em função das disposições tributárias da posição que eles ocupam no espaço econômico. Não há necessidade de sentir profundamente tais experiências para compreendê-las com uma compreensão que, porventura, nada fique devendo à experiência vivida e, menos ainda, à simpatia: relação objetiva entre duas objetividades, o *habitus* permite estabelecer uma relação inteligível e necessária entre determinadas práticas e uma situação, cujo sentido é produzido por ele em função de categorias de percepção e de apreciação; por sua vez, estas são produzidas por uma condição objetivamente observável.

Condição de classe e condicionamentos sociais

Considerando a impossibilidade de justificar as práticas a não ser pela revelação sucessiva da série dos *efeitos* que se encontram na sua origem, a análise faz desaparecer, em primeiro lugar, a estrutura do estilo de vida característico de um agente ou de uma classe de agentes, ou seja, a unidade que se dissimula sob a diversidade e a multiplicidade do conjunto das práticas realizadas em campos dotados de lógicas diferentes, portanto, capazes de impor formas diferentes de realização, segundo a fórmula: [(*habitus*) (capital)] + campo = prática. Ela faz desaparecer, também, a estrutura do espaço simbólico delineado pelo conjunto dessas práticas estruturadas, de todos *esses estilos de vida distintos e distintivos* que se definem sempre objetivamente – e, às vezes, subjetivamente – nas e pelas relações mútuas. Trata-se, portanto, de recompor o que foi decomposto, antes de mais nada, a título de verificação, mas também para encontrar, de novo, o que há de verdade na abordagem característica do conhecimento comum, a saber, a intuição da sistematicidade dos estilos de vida e do conjunto constituído por eles. Para isso, convém retornar ao princípio unificador e gerador das práticas, ou seja, ao *habitus* de classe, como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe; portanto, construir a *classe objetiva*, como conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades *objetivadas*, às vezes, garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou *incorporadas*, tais como os *habitus* de classe – e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios.⁶

Variáveis e sistemas de variáveis

Ao designarmos estas classes – classes de agentes ou, o que dá no mesmo deste ponto de vista, classes de condições de existência – por um nome de profissão, limitamo-nos a tornar manifesto que, nas relações de produção, a posição orienta as práticas por intermédio, principalmente, dos mecanismos que presidem o acesso às posições, além de produzirem ou selecionarem determinada classe de *habitus*. Mas, não se trata de retornar a uma variável pré-construída, tal como a “categoria socioprofissional”: de fato, os indivíduos reunidos em uma classe construída a partir de uma relação particular, apesar de ser particularmente determinante, trazem sempre com eles, além das propriedades pertinentes que se encontram na origem de sua classificação, algumas *propriedades secundárias* que, deste modo, são introduzidas clandestinamente no modelo explicativo.⁷ O mesmo é dizer que uma classe ou uma fração de classe é definida não só por sua posição nas relações de produção, tal como ela pode ser identificada através de índices – por exemplo, profissão, renda ou, até mesmo, nível de instrução –, mas também pela proporção entre o número de homens e o de mulheres, correspondente a determinada distribuição no espaço geográfico (que, do ponto de vista social, nunca é neutra), e por um conjunto de *características auxiliares* que, a título de exigências tácitas, podem funcionar como princípios reais de seleção ou exclusão sem nunca serem formalmente enunciados – esse é o caso, por exemplo, da filiação étnica ou do gênero;

com efeito, inúmeros critérios oficiais servem de máscara a critérios dissimulados, de modo que o fato de exigir determinado diploma pode ser a maneira de exigir, efetivamente, determinada origem social.⁸

É assim que os membros dos grupos baseados na cooptação, ou seja, a maior parte das *corporações* (médicos, arquitetos, professores de ensino superior, engenheiros, etc.) protegidas por um *numerus clausus*, explícito ou tácito, têm sempre em comum algo a mais e diferente das características explicitamente exigidas: a percepção comum das profissões – sem dúvida, uns dos princípios reais das “vocações” – é menos abstrata e irreal que a dos estatísticos, levando em consideração não só a natureza do cargo ou o montante das remunerações, mas determinadas características secundárias que, freqüentemente, se encontram na origem de seu valor social (prestígio ou descrédito) e que, ausentes da definição oficial, funcionam como exigências tácitas, orientando mais ou menos abertamente – tais como idade, sexo ou origem social ou étnica – as escolhas de cooptação, desde a entrada na profissão e ao longo de toda a carreira, de modo que os membros da corporação desprovidos desses traços são excluídos ou enviados para posições marginais (as médicas ou advogadas são destinadas a uma clientela feminina, enquanto os médicos e advogados negros dedicam-se a clientes negros ou à pesquisa). Em suma, a propriedade evidenciada pelo nome utilizado para designar uma categoria – ou seja, na maior parte das vezes, a profissão – corre o risco de dissimular a eficácia de todas as propriedades secundárias que, apesar de serem realmente constitutivas da categoria dividida desta forma, não são evocadas expressamente. Do mesmo modo, a pessoa expõe-se a cometer erros grosseiros se, tratando-se de apreciar a evolução de uma posição social (identificada pela profissão), vier a ignorar, pelo simples fato de considerar *uma só das propriedades pertinentes*, nem que fosse a mais importante, todos os *efeitos de substituição* nos quais se exprime, também, tal evolução: a trajetória coletiva de uma classe social pode manifestar-se no fato de que ela se torna “feminina” ou “masculina”, envelhecida ou rejuvenescida, empobrecida ou enriquecida; todas estas transformações podem ser simultâneas ou alternadas (o declínio de uma posição pode manifestar-se no fato de que ela se torna feminina – alteração que pode ser acompanhada por uma elevação da origem social – ou se “democratiza” ou “envelhece”). A mesma coisa seria válida para *qualquer grupo definido pela ocupação de uma posição em um campo* – por exemplo, uma disciplina universitária na hierarquia das disciplinas, um título nobiliárquico ou diploma escolar na hierarquia dos títulos, etc.

As relações singulares entre uma variável dependente (por exemplo, a opinião política) e variáveis chamadas independentes – tais como sexo, idade e religião ou, até mesmo, nível de instrução, remunerações e profissão – tendem a dissimular o sistema completo das relações que constituem o verdadeiro princípio da força e da forma específicas dos efeitos registrados em determinada correlação particular. A mais independente das variáveis “independentes” esconde uma verdadeira rede de relações estatísticas que estão presentes, subterraneamente, na relação que ela mantém com determinada opinião ou prática. Ainda neste aspecto, em vez de solicitar à tecnologia estatística que encontre a solução para um problema – afinal, ela limitar-se-á a deslocá-lo –, convém, por uma análise das divisões e das variações introduzidas pelas diferentes variáveis secundárias (sexo,

idade, etc.) no seio da classe dividida segundo a variável principal, interrogar-se a respeito de tudo o que, presente na definição real da classe, não é levado em consideração de modo consciente na definição nominal, cujo resumo se encontra no nome utilizado para designá-la e, por conseguinte, na interpretação das relações em que é introduzida.

Típica da falsa independência entre as variáveis chamadas independentes é a relação entre o diploma e a profissão: não só porque, pelo menos, em determinados setores do espaço social (cujo acesso depende em maior ou menor grau do diploma), a profissão depende do diploma, mas também porque o capital cultural que, segundo se presume, é garantido pelo diploma, depende da profissão ocupada que pode pressupor a manutenção ou o crescimento do capital adquirido na família e/ou na escola (pela e para a promoção profissional), ou, ao contrário, o definhamento desse capital (em decorrência da desqualificação). A este efeito da condição profissional – em que ainda seria necessário estabelecer a distinção entre o efeito do trabalho propriamente dito que, por sua própria natureza, pode exigir um maior ou menor investimento, e de um modo mais ou menos constante, de capital cultural, portanto, a manutenção mais ou menos contínua deste capital, e o efeito da carreira possível que procura ou exclui investimentos culturais propícios para garantir a promoção profissional ou legitimá-la – acrescenta-se o *efeito do meio profissional*, ou seja, o fortalecimento exercido sobre as disposições e, em particular, as disposições culturais (ou religiosas e políticas) por um grupo homogêneo no tocante à maior parte das relações que o definem: assim, em cada caso, seria necessário analisar em que medida as condições de existência profissional favorecem ou desfavorecem a realização desse efeito, o que implicaria levar em consideração as próprias características do trabalho (penibilidade, etc.), as condições em que ele se realiza – ruído ou silêncio favorável à comunicação, etc. –, os ritmos temporais que ele impõe, além do tempo livre que ele concede e, sobretudo, a forma das relações horizontais ou verticais facilitadas por ele dentro ou fora dos locais de trabalho – durante a atividade e nas pausas –, etc. Este efeito encontra-se, sem dúvida, na origem de inúmeras diferenças que separam os empregados de escritório (auxiliares de contador e de repartição, bancários, datilógrafas) dos comerciários (na maioria, vendedores de loja), cuja identificação permanece incompleta com as diferenças associadas à fração da classe de origem (com uma frequência ligeiramente maior, os empregados de escritório são oriundos de produtores rurais, enquanto os comerciários são originários dos pequenos empresários) e com as diferenças de capital escolar (na proporção anterior, os primeiros possuem o BEPC e os segundos um CAP).⁹ Além dos efeitos desvelados e, ao mesmo tempo, encobertos pela relação entre a fração de classe e as práticas, existe o efeito da posição na distribuição das propriedades secundárias associadas a uma classe: é assim que os membros da classe que possuem apenas algumas propriedades modais – por exemplo, os homens em uma profissão fortemente feminilizada ou os filhos de operários na ENA –, cuja identidade social é marcada profundamente por esta filiação e pela imagem social que ela impõe, devem inevitavelmente considerá-la como referência, independentemente de ter sido assumida ou rejeitada.

Da mesma forma, determinadas relações – tais como aquelas que unem o capital escolar ou a idade à remuneração – dissimulam a relação que associa, entre si, as duas variáveis aparentemente independentes, ou seja, a idade que determina a remuneração com uma força que varia segundo o capital escolar e a profissão que, por sua vez, é

determinada, em parte, pelo capital escolar e, ao mesmo tempo, por outros fatores mais bem dissimulados, tais como sexo ou capital cultural e social herdado. Em outro caso, uma das variáveis é, em parte, apenas uma forma transformada da outra: assim, a idade escolar (isto é, a idade para determinado nível escolar) é uma forma transformada do capital cultural herdado e, deste modo, o atraso é uma etapa para a relegação ou eliminação; de maneira mais geral, o capital escolar possuído em determinado momento exprime, entre outras coisas, o nível econômico e social da família de origem (no termo de um processo mais ou menos longo que nada tem a ver com uma relação mecânica já que o capital cultural de origem pode ter sido reconvertido, apenas imperfeitamente, em capital escolar ou ter exercido efeitos irredutíveis aos do diploma, como é possível observar em todos os casos em que a origem social estabelece uma distinção entre indivíduos cujo nível escolar é idêntico). Do mesmo modo, em qualquer relação entre o capital escolar e determinada prática, apreende-se o efeito das disposições associadas ao sexo que contribuem para determinar a lógica da reconversão do capital herdado em capital escolar, ou seja, mais precisamente, a “escolha” da espécie de capital escolar que será obtida a partir do mesmo capital de origem: de preferência literário, no caso de uma moça, e científico, no caso de um rapaz. Ainda do mesmo modo, a relação de determinada prática com a idade pode esconder uma relação com o capital escolar quando, pela idade, são identificados, de fato, modos diferentes de acesso à posição – pelo diploma ou pela promoção profissional – e/ou gerações escolares e possibilidades desiguais de acesso ao sistema de ensino (o capital escolar dos agentes mais velhos é mais baixo que o dos mais jovens); ou, ainda, com a classe social, em decorrência das variações da definição social da precocidade ou do atraso nos diferentes campos e, em particular, no campo escolar.¹⁰ Do mesmo modo, por último, é impossível imputar as variações da prática cultural, segundo o porte da aglomeração de residência, ao efeito próprio da distância puramente espacial e às variações da oferta cultural, antes de ter sido verificado se as diferenças subsistem com a eliminação do efeito das desigualdades em relação ao capital escolar, decorrentes – inclusive, na mesma categoria profissional – da distribuição no espaço geográfico.¹¹

Ao proceder à análise isolada de cada variável, como ocorre frequentemente, corre-se o risco de atribuir a uma das variáveis – por exemplo, sexo ou idade que, *à sua maneira, podem exprimir* a situação global ou o devir de uma classe – o que é o efeito do conjunto das variáveis (erro facilitado pela propensão consciente ou inconsciente para substituir as *alienações genéricas* – as que estão associadas, por exemplo, ao sexo ou à idade – pelas alienações específicas, relacionadas com a classe). A condição econômica e social, tal como ela é apreendida através da profissão, impõe sua forma específica a todas as propriedades de idade ou de sexo, de modo que a eficácia de toda a *estrutura dos fatores* associados à posição no espaço social encontra-se manifestada nas correlações entre a idade e o sexo, por um lado, e, por outro, as práticas: torna-se evidente a ingenuidade da tendência a imputar as diferenças registradas, segundo a idade, a um efeito genérico do envelhecimento biológico quando se observa, por exemplo, que o envelhecimento – se, entre os membros das classes favorecidas, está associado a um deslize para a direita – acompanha-se, entre os operários, de um deslize para a esquerda. Do mesmo modo, na precocidade relativa dos quadros – avaliada, por exemplo, pela idade em que tiveram

is
o,
le
lo
o;
e,
n
o
al
n
el
e
n
l,
o
o
e
e
-
l
a
)
,
:
:
:
:

acesso a determinada posição –, exprime-se tudo o que, para além das aparências da identidade pontual de condição, leva à sua divisão, ou seja, toda a sua trajetória anterior e posterior, além do volume e da estrutura do capital que a determinam.

A classe construída

A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de *propriedades* (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc. –, remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental – a posição nas relações de produção –, em uma relação de causa a efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas.¹² A construção, como é o caso deste trabalho, de classes – tanto quanto possível homogêneas no tocante aos determinantes fundamentais das condições materiais de existência e dos condicionamentos que elas impõem – implica, portanto, levar em consideração de modo consciente – *na própria construção destas classes* e na interpretação das variações, segundo estas classes, da distribuição das propriedades e das práticas – a rede das características secundárias manipuladas, de maneira mais ou menos inconsciente, sempre que é feito apelo a classes construídas com base em um critério único, mesmo que fosse tão pertinente quanto a profissão; trata-se também de apreender a origem das divisões objetivas, ou seja, incorporadas ou objetivadas em propriedades distintivas, com base nas quais os agentes têm mais possibilidades de se dividirem e de voltarem a agrupar-se realmente em suas práticas habituais, além de se mobilizarem ou serem mobilizados – em função, é claro, da lógica específica, associada a uma história específica, das organizações mobilizadoras – pela e para a ação política, individual ou coletiva.¹³

Não se pode justificar de maneira, a um só tempo, unitária e específica, a infinita diversidade das práticas a não ser mediante a condição de romper com o *pensamento linear* que se limita a conhecer as estruturas simples de ordem em relação à determinação direta para se aplicar a reconstruir as *redes* de relações emaranhadas, presentes em cada um dos fatores.¹⁴ A *causalidade estrutural de uma rede de fatores* é totalmente irreduzível à eficácia acumulada do conjunto das relações lineares dotadas de força explicativa diferenciada e isoladas forçosamente pela necessidade da análise, ou seja, aquelas que se estabelecem entre os diferentes fatores, examinados um por um, e a prática considerada. Através de cada um dos fatores, exerce-se a eficácia de todos os outros, de modo que a multiplicidade das determinações conduz não à indeterminação, mas à *sobredeterminação*: assim, a sobreposição das determinações biológicas ou psicológicas com as determinações sociais na formação da identidade sexual definida do ponto de vista social – dimensão fundamental da personalidade social – é apenas um caso particular, apesar de ser particularmente importante, de uma lógica que se encontra, também, em ação no caso das outras determinações biológicas – por exemplo, o envelhecimento.

É evidente que nem todos os fatores constitutivos da classe construída dependem, no mesmo grau, uns dos outros e que a estrutura do sistema que eles constituem é

determinada por aqueles que têm o peso funcional mais importante: é assim que o volume e a estrutura do capital conferem sua forma e seu valor específicos às determinações que os outros fatores – idade, sexo, residência, etc. – impõem às práticas. As propriedades de gênero são tão indissociáveis das propriedades de classe quanto o amarelo do limão é inseparável de sua acidez: uma classe define-se no que ela tem de mais essencial pelo lugar e valor que atribui aos dois sexos e a suas disposições socialmente constituídas. Eis o que faz com que, por um lado, o número de maneiras de realizar a feminilidade corresponda ao número de classes e de frações de classe; e, por outro, no seio das diferentes classes sociais, a divisão do trabalho entre os sexos assumam formas completamente diferentes, tanto nas práticas quanto nas representações. A verdade de uma classe ou de uma fração de classe *exprime-se*, portanto, em sua distribuição segundo o sexo ou a idade e, talvez, ainda mais, por tratar-se de seu futuro, na evolução desta distribuição no decorrer do tempo: as posições mais baixas designam-se pelo fato de comportarem uma parcela importante – e crescente – de estrangeiros e/ou de mulheres (operários sem qualificação, trabalhadores braçais) ou de mulheres estrangeiras (faxineiras);¹⁵ do mesmo modo, não é por acaso que as profissões de *serviço* e de *cuidados pessoais*, serviços médico-sociais, estabelecimentos de cuidados pessoais – antigos, tais como os cabeleireiros; e novos, por exemplo, as esteticistas – e, sobretudo, serviços domésticos que acumulam as duas dimensões da definição tradicional das tarefas femininas, ou seja, o serviço e a casa, são praticamente reservados às mulheres. Também, não é por acaso que as classes ou as frações de classe mais idosas são, igualmente, as classes em declínio, tais como os agricultores e os empresários da indústria ou do comércio; neste caso, para escapar ao declínio coletivo, resta à maior parte dos jovens, oriundos destas classes, a reconversão para profissões em expansão. Do mesmo modo, no crescimento da parcela das mulheres exprime-se o verdadeiro devir de uma profissão e, em particular, a desvalorização absoluta ou relativa que pode resultar das transformações da natureza e da organização do próprio trabalho – é o caso, por exemplo, dos empregos de escritório, com a multiplicação das tarefas mecânicas e repetitivas, comumente deixadas às mulheres – ou das mudanças de posição relativa no espaço social: é o caso dos professores, cuja posição foi afetada pela translação global da corporação resultante do aumento global do número das posições em oferta. Da mesma forma, conviria analisar a relação entre o estatuto matrimonial e a classe ou a fração de classe: já tem sido suficientemente demonstrado, por exemplo, que o celibato dos homens não é uma propriedade secundária do pequeno campesinato, mas uma manifestação essencial da crise que afeta esta fração da classe camponesa; a desregulamentação dos mecanismos de reprodução biológica e social, determinada pela lógica específica da dominação simbólica, é uma das mediações através das quais se realiza o processo de concentração que conduz a uma transformação profunda da classe. No entanto, ainda neste aspecto, e à semelhança do que foi feito para o nível de instrução, seria necessário submeter a noção comum a um verdadeiro trabalho de análise: o fato de estar casado não se opõe somente ao fato de ser celibatário, assim como o fato de ter um cônjuge legítimo não se opõe somente ao fato de ser desprovido desse cônjuge. Basta pensar em alguns casos-limite – freqüentes, de modo bastante desigual: o da mulher sem profissão; o do artista que vive às expensas da esposa; o do empresário ou quadro da indústria que deve sua posição ao estatuto de gênero – para observar que é difícil caracterizar um indivíduo

ne
ue
de
é
do
lis
de
es
te
le
er
la
,
é
,
r
s
o
s
e
,
i
)
:

sem fazer intervir todas as *propriedades* que advêm a cada um dos cônjuges – e não somente às mulheres – por intermédio do outro: um nome (às vezes, a preposição *de*), bens, remunerações, relações, um estatuto social (cada membro do casal é caracterizado – em graus diferentes, segundo o sexo, a posição social e a distância entre as duas posições – pela posição do cônjuge). Para omitir a inclusão das propriedades adquiridas e/ou possuídas *por aliança* no sistema das propriedades que podem determinar as práticas e as propriedades, convém, como se faz habitualmente, esquecer de se questionar a respeito do indivíduo das práticas ou, mais simplesmente, se o “sujeito” interrogado é verdadeiramente o indivíduo das práticas a respeito das quais está sendo questionado. De fato, basta formular a questão para perceber que um grande número de estratégias só se define, concretamente, na relação entre os membros do grupo doméstico (casal ou, às vezes, grande família); ora, esta relação depende, por sua vez, da relação entre os dois sistemas de propriedades associados aos dois cônjuges. Os bens comuns, sobretudo, quando atingem alguma importância econômica e social, tais como o apartamento ou o mobiliário, ou, até mesmo, os bens pessoais, por exemplo, o vestuário, são – à semelhança do que ocorre em outras sociedades em relação à escolha de um esposo ou esposa para a filha ou filho – a resultante destas relações de força (denegadas) que definem a unidade doméstica: assim, por exemplo, tudo permite supor que, considerando a lógica da divisão do trabalho entre os sexos que confere às mulheres a precedência em matéria de gosto (enquanto tal precedência é atribuída aos homens em matéria de política), o peso do gosto próprio do homem na escolha da roupa (portanto, o grau em que a roupa exprime esse gosto) depende não só do capital cultural herdado e do capital escolar à sua disposição – a divisão tradicional dos papéis tende a enfraquecer-se, tanto neste domínio quanto alhures, com o aumento do capital escolar –, mas também do capital escolar e cultural possuído pela esposa, assim como da distância que os separa (a mesma coisa é válida para o peso das preferências próprias da mulher em matéria de política; neste caso, as possibilidades de que o efeito de atribuição estatutária que transforma a política em um assunto de homens serão tanto menores, quanto mais importante for o capital escolar da esposa e mais reduzida for, em seu favor, a diferença entre seu capital e o do marido).

Classe social e classe de trajetórias

Mas, não é tudo. Por um lado, a definição completa dos agentes não se faz apenas pelas propriedades que, em determinado momento, possuem e cujas condições de aquisição sobrevivem nos *habitus* – por seu efeito de histerese – e, por outro, a relação entre o capital de origem e o capital de chegada ou, se preferirmos, entre as posições original e atual no espaço social, é uma relação estatística de intensidade bastante variável. Apesar de se perpetuar sempre nas disposições constitutivas do *habitus*, as condições de aquisição das propriedades sincronicamente repertoriadas são evocadas apenas nos casos de *discordância* entre as condições de aquisição e as condições de utilização,¹⁶ ou seja, quando as práticas engendradas pelo *habitus* aparecem como mal adaptadas por terem sido ajustadas a um antigo estado das condições objetivas – eis o que poderia ser designado como efeito Dom Quixote. Ao comparar as práticas de agentes que possuem as mesmas propriedades e ocupam a mesma posição social em determinado momento, mas separados

por sua origem, a análise estatística realiza uma operação análoga à percepção comum que, em um grupo, identifica os novos-ricos ou os desclassificados, apoiando-se nos indícios sutis das maneiras de ser ou da postura em que se denuncia o efeito de condições de existência diferentes das condições presentes ou, o que vem a dar no mesmo, uma trajetória social diferente da trajetória modal no grupo considerado.

Não é ao acaso que os indivíduos se deslocam no espaço social: por um lado, porque eles estão submetidos – por exemplo, através dos mecanismos objetivos de eliminação e de orientação – às forças que conferem sua estrutura a esse espaço; e, por outro, porque sua inércia própria, ou seja, *suas propriedades*, cuja existência pode ocorrer no estado incorporado, sob a forma de disposições, ou no estado objetivado, por meio de bens, títulos, etc., opõe-se às forças do campo. A determinado volume de capital herdado corresponde um *feixe de trajetórias* praticamente equiprováveis que levam a posições praticamente equivalentes – trata-se do *campo dos possíveis* oferecido objetivamente a determinado agente; e a passagem de uma trajetória para outra depende, muitas vezes, de acontecimentos coletivos (guerras, crises, etc.) ou individuais (encontros, ligações amorosas, privilégios, etc.) descritos, comumente, como acasos (felizes ou infelizes), apesar de dependerem, por sua vez, estatisticamente, da posição e das disposições daqueles que vivenciam tais eventos – por exemplo, o senso das “relações” por meio do qual os detentores de um elevado capital social têm a possibilidade de conservar ou aumentar esse capital –, a não ser que sejam organizados expressamente pelas intervenções institucionalizadas (clubes, reuniões de família, associações de ex-membros de empresa ou instituição, etc.) ou “espontâneas” dos indivíduos ou grupos. Daí, segue-se que a posição e a trajetória individual não são, do ponto de vista estatístico, independentes na medida em que nem todas as posições de chegada são igualmente prováveis para todos os pontos de partida: eis o que implica a existência de uma correlação bastante forte entre as posições sociais e as disposições dos agentes que as ocupam ou, o que vem a dar no mesmo, as trajetórias que levaram a ocupá-las e que, por conseguinte, a *trajetória modal* faz parte integrante do sistema dos fatores constitutivos da classe – as práticas serão tanto mais irredutíveis ao efeito da posição definida sincronicamente, quanto mais dispersas forem as trajetórias, como é o caso na pequena burguesia.

A homogeneidade das disposições associadas a uma posição e seu ajuste, aparentemente miraculoso, às exigências inscritas na posição, são o produto, por um lado, dos mecanismos que fornecem orientação para as posições aos indivíduos ajustados de antemão, seja por se sentirem feitos para determinados cargos como se estes tivessem sido feitos para eles – trata-se da “vocação” como adesão antecipada ao destino objetivo que é imposta pela referência prática à trajetória modal na classe de origem –, seja por aparecerem como tais aos ocupantes desses cargos – neste caso, trata-se da cooptação baseada na harmonia imediata das disposições – e, por outro, da dialética que se estabelece, no decorrer de uma vida, entre as disposições e as posições, entre as aspirações e as realizações. O *envelhecimento social* é apenas o lento trabalho de assumir a perda ou, se preferirmos, de *desinvestimento* – assistido e incentivado do ponto de vista social – que leva os agentes a ajustarem suas aspirações a suas possibilidades objetivas, conduzindo-os assim a desposarem sua condição, a *tornarem-se o que são*, a *contentarem-se com o que têm*, inclusive, mediante o empenho em se enganarem a si mesmos em relação ao que são e têm, com a cumplicidade coletiva, além de *assumirem a perda* de todos os demais

um
os
de
ria

je
le
ia
o,
se
le
-
n
s,
s,
s,
r
l
s
s
.
.
i
:

possíveis, abandonados, aos poucos, pelo caminho, e de todas as expectativas reconhecidas como irrealizáveis à força de terem permanecido irrealizadas.

O caráter *estatístico* da relação que se estabelece entre o capital de origem e o capital de chegada é o que faz com que seja impossível dar conta das práticas em função unicamente das propriedades que definem a posição ocupada, em determinado momento, no espaço social: a afirmação de que os membros de uma classe que, na origem, dispunham de determinado capital econômico e cultural, estão votados, com determinada probabilidade, a uma trajetória escolar e social que conduz a determinada posição, implica dizer, de fato, que uma fração da classe – que não pode ser determinada *a priori* nos limites do sistema explicativo considerado – está destinada a desviar-se em relação à trajetória mais freqüente para a classe no seu todo, empreendendo a trajetória, superior ou inferior, que era a mais provável para os membros de outra classe, e desclassificando-se, assim, pelo alto ou por baixo.¹⁷ O efeito de trajetória manifestado nesse momento, como em todos os casos em que indivíduos ocupantes de posições semelhantes em determinado momento estão separados por diferenças associadas à evolução, no decorrer do tempo, do volume e da estrutura de seu capital, ou seja, por sua *trajetória individual*, corre sério risco de ser mal compreendido. A correlação entre uma prática e a origem social – avaliada pela posição do pai, cujo *valor real* pode ter sofrido uma degradação dissimulada pela constância do valor nominal – é a resultante de dois efeitos (não forçosamente do mesmo sentido): por um lado, o *efeito de inculcação* diretamente exercido pela família ou pelas condições originais de existência; por outro, o *efeito de trajetória social* propriamente dita,¹⁸ ou seja, o efeito exercido sobre as disposições e as opiniões pela experiência da ascensão social ou do declínio – nesta lógica, a posição de origem é apenas o ponto de partida de uma trajetória, a referência em relação à qual define-se o *sentido* da carreira social. Esta distinção impõe-se, com evidência, em todos os casos em que indivíduos oriundos da mesma fração ou da mesma família – portanto, submetidos a inculcações morais, religiosas ou políticas, supostamente, idênticas – sentem-se inclinados a tomadas de posição divergentes em matéria de religião ou política pelas relações diferentes com o mundo social, tributárias de trajetórias individuais divergentes e, por exemplo, segundo o grau de sucesso ou não obtido nas estratégias de reconversão necessárias para escapar ao declínio coletivo de sua classe. Este efeito de trajetória contribui, sem dúvida, em uma parte importante, para embaralhar a relação entre a classe social e as opiniões religiosas ou políticas pelo fato de que ele orienta a representação da posição ocupada no mundo social e, por conseguinte, a visão desse mundo e de seu futuro: em oposição aos indivíduos ou grupos em ascensão, plebeus de nascença ou de cultura – cujo futuro, ou seja, o próprio ser, está à sua frente –, os indivíduos ou os grupos em declínio reinventam eternamente o discurso de todas as nobrezas, a fé essencialista na eternidade das naturezas, a celebração do passado e da tradição, além do culto integrista da história e de seus rituais, porque resta-lhes, em relação ao futuro, a expectativa do retorno da antiga ordem pela qual esperam conseguir a restauração de seu ser social.¹⁹ Esta confusão é visível, particularmente, nas classes médias e, em especial, nas novas frações dessas classes que, por se tratarem de espaços de indeterminação, cuja situação *na estrutura social é instável*, realizam no mais elevado grau a propriedade, característica da classe no seu todo, de fazer coexistir indivíduos com trajetórias extremamente dispersas. Esta dispersão das trajetórias observa-se, até mesmo, *no plano da unidade doméstica* que, em relação às outras classes, tem mais possibilidades de reunir cônjuges (relativamente)

desajustados não só por sua origem e trajetória social, mas também por seu estatuto profissional e nível escolar – cujo efeito, entre outros aspectos, é o de elevar ao primeiro plano o que a nova vulgata designa como “os problemas do casal”, ou seja, essencialmente, os problemas da divisão sexual do trabalho e da divisão do trabalho sexual.

Por oposição ao efeito da trajetória individual que, por ser um *desvio* em relação à trajetória coletiva – cujo sentido pode ser nulo –, é imediatamente visível, o efeito da *trajetória coletiva* corre o risco de passar despercebido como tal: quando o efeito de trajetória se exerce sobre o conjunto de uma classe ou de uma fração de classe, ou seja, sobre um conjunto de indivíduos cujos traços comuns consistem em ocupar uma posição idêntica e estarem envolvidos na mesma *trajetória coletiva*, aquela que define a classe em ascensão ou em declínio, corre-se o risco de imputar às propriedades, associadas sincronicamente à classe, determinados efeitos – por exemplo, opiniões políticas ou religiosas – que, na realidade, são o produto das transformações coletivas. A análise torna-se complicada pelo fato de que determinados membros de uma fração de classe podem ter empreendido uma trajetória individual de sentido oposto à da fração em seu todo: apesar disso, suas práticas não deixam de estar marcadas pelo destino coletivo – pode-se formular a questão de saber, por exemplo, se os artesãos ou os agricultores, cujo sucesso individual parece ir na contracorrente do declínio coletivo, deixam de ser afetados por esse declínio.²⁰ No entanto, ainda neste aspecto, convém tomar cuidado contra o substancialismo. É assim que algumas das propriedades associadas à classe social que, eventualmente, permanecem sem eficácia, nem valor, em determinado campo – tais como a naturalidade e a familiaridade cultural em uma área estritamente controlada pela instituição escolar – podem assumir a totalidade de seu peso em outro campo – por exemplo, em um universo mundano – ou em *outro estado do campo*, tais como as aptidões que, após a Revolução Francesa, permitiram que os aristocratas franceses se tornassem, segundo a expressão de Marx, “os mestres da dança na Europa”.

Capital e mercado

No entanto, tudo seria ainda simples demais se, em vez de um fator, até mesmo particularmente poderoso – tal como a categoria socioprofissional que deve uma parte importante de seus efeitos às variáveis secundárias que se encontram sob seu comando –, ou de um índice estabelecido de uma só vez, bastasse adotar um sistema de fatores definido, primordialmente, por sua estrutura.²¹ De fato, segundo o domínio considerado, a eficiência encontra-se na configuração particular do sistema das propriedades constitutivas da classe construída, definida de maneira totalmente teórica por todos os fatores que operam em todas as áreas da prática, tais como volume e estrutura do capital, definidos pontualmente e em sua evolução (trajetória), sexo, idade, estatuto matrimonial, residência, etc. A lógica específica do campo, do que está em jogo e da espécie de capital necessário para participar do mesmo, é que comanda as propriedades através das quais se estabelece a relação entre a classe e a prática.²² Para compreender que o mesmo sistema de propriedades (que determina a posição ocupada no campo das lutas de classes e que é determinado por ela) mantém sempre o maior poder explicativo, seja qual for o domínio considerado – consumos alimentares, práticas de crédito ou fecundidade, opiniões políticas ou práticas religiosas, etc. – e que, simultaneamente, o peso relativo dos fatores que o constituem varia de um campo para o outro, de modo que determinado

ito
iro
te,
à
ria
se
to
m
n
e,
o
e
a
n
,
,
,
;

fator aparece, segundo o caso, no primeiro plano – aqui, o capital escolar; lá, o capital econômico; alhures, o capital de relações sociais; e assim por diante –, basta perceber que, sendo capital uma relação social, ou seja, uma energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe *recebe seu valor e sua eficácia das leis específicas de cada campo*: na prática, ou seja, em um campo particular, nem sempre todas as propriedades incorporadas (disposições) ou objetivadas (bens econômicos ou culturais), associadas aos agentes, são eficientes simultaneamente; a lógica específica de cada campo determina aquelas que *têm cotação* neste mercado, sendo pertinentes e *eficientes* no jogo considerado, além de funcionarem, *na relação com este campo*, como capital específico e, por conseguinte, como fator explicativo das práticas. Isso significa, concretamente, que a posição social e o poder específico atribuídos aos agentes em um campo particular dependem, antes de mais nada, do capital específico que eles podem mobilizar, seja qual for sua riqueza em outra espécie de capital – que pode exercer, todavia, um efeito de contaminação. Assim, explica-se que a relação descoberta pela análise entre a classe e as práticas pareça estabelecer-se, em cada caso, por intermédio de um fator ou de uma combinação particular de fatores, variável segundo o campo. Esta aparência encontra-se, por sua vez, na origem do erro que consiste em inventar um número de sistemas explicativos semelhante ao número de campos, em vez de perceber, em cada um deles, uma forma transformada de todos os outros ou, pior ainda, em instaurar, como princípio de explicação universal, uma combinação particular de fatores eficientes em um campo particular de práticas. A configuração singular do sistema dos fatores explicativos que deve ser construída para justificar o estado da distribuição de uma classe particular de bens ou práticas – ou seja, um balanço, elaborado em determinado momento, da luta das classes, cujo pretexto é precisamente esta classe particular de bens ou práticas (caviar ou pintura de vanguarda, Prêmio Nobel ou mercado de Estado, opinião avançada ou esporte chique, etc.) – é a forma assumida, *neste campo*, pelo capital objetivado (propriedades) e incorporado (*habitus*) que define propriamente falando a classe social e constitui o princípio de produção de práticas distintivas, ou seja, classificadas e classificantes; ele representa o estado do sistema das propriedades que transformam a classe em um princípio de explicação e de classificação universal, definindo a posição ocupada em todos os campos possíveis.

Um espaço com três dimensões

Obedecendo à preocupação de recompor as unidades mais homogêneas do ponto de vista das condições de produção dos *habitus*, ou seja, no tocante às condições elementares da existência e dos condicionamentos que elas impõem, é possível construir um espaço, cujas três dimensões fundamentais sejam definidas pelo volume e estrutura do capital, assim como pela evolução no tempo dessas duas propriedades – manifestada por sua trajetória passada e seu potencial no espaço social.²³

As diferenças primárias – aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência – encontram sua origem no *volume global do capital* (capital econômico, capital cultural e, também, capital social) como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis: as diferentes classes (e frações de classe) distribuem-se, assim, desde as mais bem providas, a um só tempo, em capital econômico e cultural,

até as mais desprovidas nestes dois aspectos (cf. Gráfico 5). Os membros das profissões liberais que têm altas remunerações e diplomas elevados, oriundos freqüentemente (52,9%) da classe dominante (profissões liberais ou quadros superiores), que recebem e consomem, em grande quantidade, bens materiais e culturais, opõem-se praticamente em todos os aspectos, não só aos empregados de escritório, detentores de poucos diplomas, oriundos, muitas vezes, das classes populares e médias, recebendo e gastando um número reduzido de bens, além de dedicarem uma parte importante de seu tempo à manutenção do carro e aos pequenos consertos domésticos, mas, sobretudo, aos trabalhadores braçais e assalariados agrícolas, dotados das mais baixas remunerações, desprovidos de diplomas e oriundos na sua quase totalidade (à razão de 90,5% para os assalariados agrícolas e de 84,5% para os trabalhadores braçais) das classes populares.²⁴

As diferenças, cuja referência é o volume global do capital, dissimulam quase sempre, tanto no conhecimento comum quando no conhecimento “erudito”, as diferenças secundárias que, no interior de cada uma das classes definidas pelo volume global de seu capital, separam frações de classe, definidas por *estruturas patrimoniais* diferentes, ou seja, por formas diferentes da distribuição de seu capital global entre as espécies de capital.²⁵ Levar em consideração a estrutura do patrimônio – e não apenas, como tem sido feito sempre implicitamente, a *espécie dominante* em determinada estrutura, ou seja, “nascimento”, “fortuna”, “talentos”, como se dizia no século XIX – é dotar-se dos meios de proceder a divisões mais bem definidas e, ao mesmo tempo, apreender os efeitos específicos da própria estrutura da distribuição entre as diferentes espécies que, por exemplo, pode ser simétrica (como no caso das profissões liberais que juntam um elevado capital cultural a remunerações bastante elevadas) ou dessimétrica (no caso dos professores ou dos empresários em que, para os primeiros, a espécie dominante é o capital cultural, enquanto, para os segundos, é o capital econômico). Assim, temos dois conjuntos de posições homólogas. As frações cuja reprodução depende do capital econômico, freqüentemente herdado – no nível superior, industriais e grandes comerciantes;²⁶ e, no nível médio, artesãos e pequenos comerciantes –, opõem-se às frações mais desprovidas (é claro, relativamente) de capital econômico e cuja reprodução depende, principalmente, do capital cultural – no nível superior, professores universitários e do secundário; e, no nível médio, professores primários.²⁷

Considerando que o volume do capital econômico cresce de maneira contínua, no mesmo momento que decresce o volume do capital cultural, quando se passa dos artistas para os empresários da indústria e do comércio, vê-se que a classe dominante organiza-se segundo uma *estrutura em quiasma*. Para estabelecê-la, convém analisar sucessivamente – através dos diferentes indicadores tomados de empréstimo a uma pesquisa que tem o mérito de propor a distinção entre quadros do setor público e quadros do setor privado (F.C., V) – a distribuição do capital econômico e a distribuição do capital cultural entre as frações e relacionar as estruturas destas distribuições.

Evidente quando indicadores de patrimônio são levados em consideração, a hierarquia que se estabelece entre as frações para a posse de capital econômico e que vai dos empresários da indústria e do comércio aos professores, torna-se já menos aparente quando se lida, como neste estudo, com índices de *consumo* – automóvel, barco, hotel –

Tabela 6 – Variações de alguns indicadores do capital econômico segundo a fração da classe dominante (F. C., V)

	professores	quadros do setor público	profissões liberais	engenheiros	quadros do setor privado	empresários da indústria	empresários do comércio
proprietário moradia	51	38	54	44	40	70	70
proprietário carro de luxo	12	20	28	21	22	34	33
proprietário barco	8	8	14	10	12	14	13
férias em hotel	15	17	23	17	21	26	32
remuneração média (em milhares de F)	33	32	41	36	37	36	33
taxa de não-declarantes de renda	6	8	27	9	13	28	24

Tabela 7 – Variações de alguns indicadores da prática cultural segundo as diferentes frações da classe dominante (F. C., V)

	professores	quadros do setor público	profissões liberais	engenheiros	quadros do setor privado	empresários da indústria	empresários do comércio
leitores de livros não prof. ¹	21	18	18	16	16	10	10
espectadores de teatro ²	38	29	29	28	34	16	20
ouvintes de música clássica	83	89	86	89	89	75	73
visitantes de museus	75	66	68	58	69	47	52
visitantes de galerias	58	54	57	45	47	37	34
possuidores de rádio FM	59	54	57	56	53	48	48
não-possuidores de TV	46	30	28	33	28	14	24
leitores de <i>Le Monde</i> ³	410	235	230	145	151	82	49
leitores de <i>Figaro litt.</i> ³	168	132	131	68	100	64	24

¹ 15 horas ou mais por semana.

² Pelo menos uma vez a cada dois ou três meses.

³ Índice de penetração por 1.000.*

* Trata-se de dois jornais parisienses; em princípio, o perfil dos leitores do primeiro seria mais de esquerda, enquanto o do segundo seria mais de direita. (N.T.)

Tabela 8 – Tipo de leitura segundo as diferentes frações da classe dominante (F. C., V)

	professores	quadros do setor público	profissões liberais	engenheiros	quadros do setor privado	empresários da indústria	empresários do comércio
romances policiais	25(6)	29(1)	27(4)	28(3)	29(1)	27(4)	25(6)
romances de aventura	17(7)	20(3)	18(6)	24(1)	22(2)	19(4)	19(4)
relatos históricos	44(4)	47(2)	49(1)	47(2)	44(4)	36(6)	27(7)
livros de arte	28(2)	20(3)	31(1)	19(5)	20(3)	17(6)	14(7)
romances	64(2)	68(1)	59(5)	62(3)	62(3)	45(6)	42(7)
filosofia	20(1)	13(3)	12(5)	13(3)	15(2)	10(7)	12(5)
política	15(1)	12(2)	9(4)	7(5)	10(3)	5(6)	4(7)
economia	10(1)	8(3)	5(6)	7(5)	9(2)	8(3)	5(6)
ciências	15(3)	14(4)	18(2)	21(1)	9(7)	10(6)	11(5)

A tendência mais forte, por linha, foi sublinhada. O algarismo entre parêntesis representa a posição de cada fração. O destaque atribuído à leitura de livros de economia e de ciências deve-se ao fato de que o interesse por esses gêneros de literatura depende de fatores secundários, a saber: para uns, o tipo de prática profissional (daí, a posição ocupada pelos quadros do setor privado e pelos empresários); e, para os outros, o tipo de formação intelectual (daí, a posição dos engenheiros).

Tabela 9 – Variações da origem social dos membros da classe dominante segundo a fração de classe (F. C., II)

Pais:	Filhos:	empresários da indústria	empresários do comércio	profissões liberais	engenheiros	quadros do setor público	professores
empresários da indústria		33,5	2,8	2,3	6,1	4,4	1,5
empresários do comércio		1,9	31,0	-	1,8	5,0	0,8
profissões liberais		0,6	0,9	20,0	0,9	2,4	7,6
engenheiros		-	-	6,4	6,7	2,3	4,6
quadros do setor público		1,9	3,3	9,9	13,2	14,2	7,6
professores		0,6	-	2,9	2,7	0,3	6,1
total da classe		38,5	38,0	41,5	31,4	28,7	28,2

que não são perfeitamente adequados, nem perfeitamente unívocos: o primeiro depende, também, do tipo de prática profissional, enquanto os outros dois têm a ver com o tempo livre que, segundo foi demonstrado alhures, varia praticamente em razão inversa do capital econômico; a posse de uma moradia depende, também, da estabilidade na mesma residência (mais baixa entre os quadros, engenheiros e professores). Por sua vez, as remunerações são minimizadas de forma bastante desigual – a taxa de não-declarantes de renda pode ser considerada como um indicador da tendência para a subdeclaração – e acompanhadas, de forma bastante desigual, de benefícios secundários, tais como refeições e viagens de negócios (aliás, por outra pesquisa, sabe-se que elas crescem quando se passa dos professores para os quadros do setor privado e empresários).

No que diz respeito ao capital cultural, salvo algumas inversões em que se exprime a ação de variáveis secundárias, tais como a residência, com a oferta cultural que é solidária desse fator, e a remuneração, com os recursos que ela garante, as diferentes frações organizam-se segundo uma hierarquia inversa (a diferenciação segundo a espécie de capital possuído – literário, científico ou econômico-político – é perceptível, sobretudo, pelo fato de que os engenheiros testemunham maior interesse pela música e, também, pelos jogos “intelectuais”, tais como o *bridge* ou o xadrez, que por atividades literárias – leitura semanal de *Le Figaro littéraire* ou frequência do teatro).

Estes indicadores tendem, sem dúvida, a minimizar fortemente as distâncias entre as diferentes frações: de fato, a maior parte dos consumos culturais implicam, também, um custo econômico – por exemplo, a frequência do teatro depende não só do nível de instrução, mas igualmente da remuneração; além disso, determinados aparelhos, tais como postos de rádio de frequência modulada ou aparelhos de som de alta fidelidade podem ser objeto de utilizações bastante diferentes (por exemplo, a escuta de música clássica ou de música para dançar) e dotadas de valores tão desiguais, por referência à hierarquia dominante dos usos possíveis, quanto às diferentes formas de leitura ou de teatro. De fato, a posição das diferentes frações hierarquizadas segundo o interesse que elas atribuem aos diferentes tipos de leitura tende a aproximar-se da posição ocupada por elas na hierarquia estabelecida segundo o volume do capital cultural possuído à medida que se avança em direção a leituras mais raras e, segundo foi demonstrado por outra pesquisa, mais relacionadas com o nível de instrução, além de estarem situadas em posição mais elevada na hierarquia dos graus da legitimidade cultural (cf. Tabela 8).

Do mesmo modo, observa-se (F.C., XIV, Tabela 215a) que a sobre-representação dos professores (e estudantes) no público dos diferentes teatros decresce continuamente, enquanto aumenta a sobre-representação das outras frações – empresários, quadros superiores e membros das profissões liberais, infelizmente, confundidos na estatística – quando se passa do teatro de vanguarda, ou percebido como tal, para o teatro clássico e, sobretudo, deste último para o teatro de boulevard que recruta entre a terça e a quarta parte de seu público nas frações menos “intelectuais” da classe dominante.

Tendo estabelecido que a estrutura da distribuição do capital econômico é simétrica e inversa da estrutura da distribuição do capital cultural, pode-se formular a questão sobre a hierarquia dos dois princípios de hierarquização – sem esquecer que esta hierarquia é, em cada momento, um pretexto de lutas e que, em determinadas

conjunturas, o capital cultural pode ser, como ocorre atualmente na França, uma das condições do acesso ao controle do capital econômico. É possível tomar como indicador do estado da relação de força entre esses dois princípios de dominação a frequência das deslocamentos intergeracionais entre as frações. Se considerarmos como índices da raridade de uma posição – ou, o que vem a dar no mesmo, de seu confinamento – a parcela de seus membros que são oriundos da classe dominante em seu todo ou da fração considerada em si mesma, verifica-se que a hierarquia obtida, assim, corresponde de modo bastante preciso, para ambos os índices, à hierarquia estabelecida segundo o volume do capital econômico: a parcela dos membros de cada fração que são oriundos da classe dominante, assim como a parcela dos indivíduos oriundos da fração de que fazem parte, decrescem paralelamente quando se passa dos empresários da indústria para os professores, com um corte bem visível entre as três frações da posição superior (empresários da indústria e do comércio, além das profissões liberais) e as três frações da posição inferior (engenheiros, quadros do setor público e professores).

A utilização de tais indicadores pode ser criticada pelo fato de que as diferentes frações mantêm um controle bastante desigual das condições de sua reprodução social, de modo que a elevada proporção de empresários endógenos pode exprimir simplesmente a capacidade que pertence a estas frações – ou, pelo menos, a uma parcela de seus membros – para transmitir, sem mediação nem controle, seus poderes e privilégios. Com efeito, esta capacidade é, por sua vez, um dos mais raros privilégios que, ao fornecer uma maior liberdade em relação aos veredictos escolares, torna menos indispensáveis, ou menos urgentes, os investimentos culturais a que não podem escapar aqueles que dependem completamente do sistema de ensino para sua reprodução. De fato, as frações mais ricas em capital cultural têm propensão a investir, de preferência, na educação dos filhos e, ao mesmo tempo, nas práticas culturais próprias a manter e aumentar sua raridade específica. Por sua vez, as frações mais ricas em capital econômico relegam os investimentos culturais e educativos em benefício dos investimentos econômicos; no entanto, esta tendência é mais forte nos empresários da indústria e do comércio do que na nova burguesia dos quadros do setor privado que manifesta a mesma preocupação de *investimento racional* tanto no domínio econômico quanto no domínio da educação. Relativamente providas das duas formas de capital, apesar de sua reduzida integração na vida econômica para aplicar ativamente seu capital nesse campo, as profissões liberais – e, em particular, médicos e advogados – investem na educação dos filhos, mas também, e sobretudo, nos consumos propícios a simbolizar a posse de recursos materiais e culturais que se conformem com as regras da arte burguesa de viver e, por isso mesmo, capazes de garantir um *capital social*: capital de relações mundanas que podem, se for o caso, fornecer “apoios” úteis; assim como capital de honorabilidade e de respeitabilidade que, muitas vezes, é indispensável para atrair ou assegurar a confiança da alta sociedade e, por conseguinte, de sua clientela, além da possibilidade de servir de moeda de troca, por exemplo, em uma carreira política.

Pelo fato de que o sucesso escolar depende, principalmente, do capital cultural herdado e da propensão a investir no sistema escolar – e de que, para determinado indivíduo ou grupo, esta será tanto maior quanto mais dependentes estiverem dela

para manter ou melhorar sua posição social –, compreende-se que a parcela dos alunos oriundos das frações mais ricas em capital cultural será tanto maior em uma instituição escolar quanto mais elevada ela estiver na hierarquia *propriamente escolar* das instituições de ensino – avaliada, por exemplo, pelo índice de sucesso escolar anterior –, atingindo seu ápice na instituição encarregada de garantir a reprodução do corpo docente (*École normale supérieur* ou ENS). De fato, à semelhança da classe dominante cuja reprodução conta com sua contribuição, as instituições de ensino superior organizam-se segundo *dois princípios opostos de hierarquização*: a *hierarquia dominante no interior da instituição escolar*, ou seja, aquela que ordena as instituições segundo os critérios propriamente escolares e, correlativamente, segundo a parte que, no respectivo público, cabe às frações mais ricas em capital cultural; opõe-se diametralmente à *hierarquia dominante fora da instituição escolar*, ou seja, aquela que ordena as instituições segundo a proporção, no respectivo público, das frações mais ricas em capital econômico ou em poder, e segundo a posição, na hierarquia, do capital econômico e do poder das profissões a que dão acesso. Se os filhos oriundos das frações dominadas são menos representados nas mais altas instituições, do ponto de vista temporal – tais como a ENA ou HEC – do que poderiam fazer esperar seu sucesso escolar anterior e a posição dessas instituições na hierarquia propriamente escolar é, evidentemente, não só porque estas instituições mantêm suas diferenças em relação aos critérios propriamente escolares, mas também porque a hierarquia escolar impõe-se-á de maneira tanto mais exclusiva – determinando, por exemplo, a escolha de *Ulm Sciences* em vez de *Polytechnique*, ou a Faculdade de letras em vez de *Sciences Po* – quanto maior for sua dependência em relação ao sistema escolar (a mais perfeita cegueira em relação aos outros princípios de hierarquização é, precisamente, aquela que ocorre entre os filhos de docentes que, por toda a sua formação familiar, são levados a identificar qualquer sucesso ao sucesso escolar).

A mesma estrutura em quiasma observa-se no nível das classes médias em que se vê, também, decrescer o volume do capital cultural, enquanto cresce o volume do capital econômico quando se passa dos professores primários para os empresários médios da indústria e do comércio, quadros médios, técnicos e empregados de escritório que ocupam uma posição intermediária, homóloga àquela que, no espaço superior, é ocupada pelos engenheiros e quadros. Os artesãos e comerciantes de arte que – próximos dos outros pequenos empresários por viverem de lucros industriais e comerciais – não deixam de distinguir-se deles por um capital cultural relativamente importante que, por sua vez, os aproxima da nova pequena burguesia. Por sua vez, os serviços médico-sociais, oriundos em uma proporção relativamente importante da classe dominante,²⁸ ocupam uma posição central, praticamente homóloga à posição ocupada pelas profissões liberais – embora se verifique uma leve defasagem para o pólo do capital cultural: além de salários, são os únicos a dispor, em determinados casos, de lucros não comerciais (à semelhança dos membros das profissões liberais).

Vê-se imediatamente que a homologia entre o espaço da classe dominante e o espaço das classes médias explica-se pelo fato de que sua estrutura é o produto dos mesmos princípios: nos dois casos, verifica-se a oposição entre proprietários –

possuidores de moradia, de propriedades rurais ou urbanas e de bens móveis –, muitas vezes mais velhos, cujo tempo livre é reduzido, freqüentemente filhos de empresários ou produtores rurais, e não-proprietários que dispõem, sobretudo, de capital escolar e de tempo livre, além de serem oriundos das frações assalariadas das classes médias e superiores ou da classe operária. Os ocupantes das posições homólogas – por exemplo, professores primários e do secundário, ou pequenos e grandes comerciantes – estão separados, principalmente, pelo volume da espécie de capital que é dominante em sua estrutura patrimonial, ou seja, por diferenças de grau que separam indivíduos providos, de modo desigual, dos mesmos recursos raros. As posições inferiores – e, correlativamente, as disposições de seus ocupantes – devem uma parte de suas propriedades ao fato de estarem relacionadas, objetivamente, com as posições correspondentes do nível superior para as quais elas tendem e que constituem o objeto do que pré-tendem; eis o que é perfeitamente visível no caso da pequena burguesia assalariada, cujas virtudes ascéticas e boa vontade cultural – manifestada de todas as maneiras possíveis pela matrícula em cursos noturnos, pela inscrição em bibliotecas ou pela elaboração de coleções – exprimem muito claramente a aspiração em ascender à posição superior, destino objetivo dos ocupantes da posição inferior que manifestam tais disposições.²⁹

Para uma justificativa mais completa das diferenças de estilos de vida entre as diferentes frações – particularmente, em matéria de cultura –, conviria levar em consideração sua *distribuição em um espaço geográfico socialmente hierarquizado*. De fato, as possibilidades de que um grupo venha a apropriar-se de uma classe qualquer de bens raros – e que avaliam as expectativas matemáticas de acesso – dependem, por um lado, de suas capacidades de apropriação específica, definidas pelo capital econômico, cultural e social que ele pode implementar para apropriar-se, do ponto de vista material e/ou simbólico, dos bens considerados, ou seja, de sua posição no espaço social e, por outro, da relação entre sua distribuição no espaço geográfico e a distribuição dos bens raros neste espaço (relação que pode ser avaliada em distâncias médias a bens ou equipamentos, ou em tempos de deslocamento – o que faz intervir o acesso a meios de transporte, individuais ou coletivos).³⁰ Ou dito em outras palavras, a distância social real de um grupo a determinados bens deve integrar a distância geográfica que, por sua vez, depende da distribuição do grupo no espaço e, mais precisamente, de sua distribuição em relação ao “núcleo dos valores” econômicos e culturais, ou seja, em relação a Paris ou às grandes metrópoles regionais (em matéria de residência, são conhecidos os inconvenientes implicados em algumas carreiras em que o acesso à profissão – por exemplo, funcionários dos correios – ou a promoção estão subordinados a um exílio mais ou menos prolongado).³¹ É assim que, por exemplo, a distância dos agricultores aos bens de cultura legítima não seria tão imensa se, à distância propriamente cultural que é correlata de seu baixo capital cultural, não viesse juntar-se o afastamento geográfico resultante da dispersão no espaço que caracteriza esta classe. Do mesmo modo, um grande número das diferenças observadas nas práticas – culturais ou outras – das diferentes frações da classe dominante estão associadas, sem qualquer dúvida, à sua distribuição segundo o porte da cidade de residência: assim, a oposição entre os engenheiros e os quadros do setor privado, por um lado, e, por outro, os empresários da

tas
ios
re
se
lo,
ão
ua
s,
e,
as
es
to
ia
is
is
r
n

s
n
e
e
r
,
l

indústria e do comércio, deve-se, em parte, ao fato de que os primeiros são, de preferência, parisienses e pertencem a empresas relativamente importantes (somente 7% dos quadros do setor privado trabalham em empresas com 1 a 5 assalariados contra 34% em empresas médias e 40% em empresas com um número superior a 50 assalariados), enquanto os segundos, majoritariamente, são dirigentes de pequenas empresas (6% dos industriais da pesquisa SOFRES [*Société française de sondages et d'études de march*] 1966 – cf. F.C., V – são empresários de 1 a 5 assalariados; 70%, de 6 a 49; 24%, acima de 50, enquanto os números correspondentes, para os empresários do comércio, elevam-se a 30%, 42% e 12%, respectivamente) e, na sua maioria, são interioranos, até mesmo, rurais (segundo o censo de 1968, 22,3% dos industriais e 15,5% dos empresários do comércio residem em municípios rurais; 14, 1% e 11,8% em municípios cujo número de habitantes é inferior a 10.000).

A representação obtida, assim, não seria tão difícil de conquistar se não pressupusesse duas rupturas: uma com a representação espontânea do mundo social, resumida na metáfora da “escala social” e evocada por toda a linguagem comum da “mobilidade” com suas “ascensões” e “declínios”; e outra, não menos radical, com toda a tradição sociológica que, ao não se contentar em retomar, tacitamente por sua conta, a representação unidimensional do espaço social – à semelhança do que fazem, por exemplo, as pesquisas sobre a “mobilidade social” –, acaba por submetê-la a uma elaboração falsamente erudita, reduzindo o universo social a um *continuum* de estratos abstratos (*upper middle class*, *lower middle class*, etc.), obtidos pela agregação de espécies diferentes de capital em decorrência da construção de índices – instrumentos, por excelência, da destruição das estruturas.³² A projeção sobre um único eixo pressuposto na construção da série contínua, linear, homogênea e unidimensional à qual, habitualmente, é identificada a hierarquia social, implica uma operação extremamente difícil – e arriscada, em particular, quando é inconsciente –, consistindo em reduzir as diferentes espécies de capital a um padrão único e em avaliar, por exemplo, com a mesma bitola, a oposição entre empresários da indústria e professores do secundário (ou artesãos e professores primários) e a oposição entre empresários e operários (ou quadros superiores e empregados). Esta operação abstrata encontra um fundamento objetivo na possibilidade, continuamente oferecida, de converter uma espécie de capital em uma outra – a taxas variáveis de conversão, segundo os momentos, ou seja, segundo o estado da relação de força entre os detentores das diferentes espécies. Ao exigir a formulação do postulado relativo à *convertibilidade das diferentes espécies de capital* que é a condição da redução do espaço à unidimensionalidade, a construção de um espaço com duas dimensões permite, de fato, perceber que a taxa de conversão das diferentes espécies de capital é um dos pretextos fundamentais das lutas entre as diferentes frações de classe, cujo poder e privilégios estão relacionados com uma ou outra dessas espécies e, em particular, da luta sobre o princípio dominante de dominação – capital econômico, capital cultural ou capital social, sabendo que este último está estreitamente associado à antiguidade na classe por intermédio da notoriedade do nome, assim como da extensão e da qualidade da rede de relações – que, em todos os momentos, estabelece a oposição entre as diferentes frações da classe dominante.

Uma das dificuldades do discurso sociológico deve-se ao fato de que, à semelhança de qualquer discurso, ele desenrola-se de maneira estritamente linear, ao passo que, para escapar ao simplismo e à falsidade dos apanhados parciais e das intuições unilaterais, conviria poder evocar, em cada um de seus pontos, a totalidade da rede de relações que, de certa maneira, foi estabelecida por seu intermédio. Eis a razão pela qual pareceu necessário mostrar – sob a forma de um esquema que tem a propriedade, como afirma Saussure, de poder “oferecer complicações simultâneas em várias dimensões” – o meio de apreender a correspondência entre a estrutura do espaço social, cujas duas dimensões fundamentais correspondem ao volume e à estrutura do capital dos grupos distribuídos nele, e a estrutura do espaço das propriedades simbólicas associadas aos grupos distribuídos nesse espaço. Este esquema, porém, não pretende ser a bola de cristal que, segundo os alquimistas, permitia apreender, em um piscar de olhos, tudo o que se passa na terra; além disso, à maneira dos matemáticos que tratam sempre o que chamam de “imagética” como um mal inevitável, somos tentados de retirá-lo no próprio movimento de sua apresentação. Como evitar, de fato, o temor de que facilite as leituras que reduziriam as homologias entre sistemas de distâncias diferenciais a relações diretas e mecânicas entre grupos e propriedades? Ou, então, o receio de que incentive a forma de voyeurismo inerente à intenção objetivista, colocando o sociólogo no papel de *Le Diable boiteux** que destampa os telhados e, ao leitor encantado, revela os segredos das intimidades domésticas?

Para ter uma idéia tão exata quanto possível do modelo teórico proposto, convém imaginar a sobreposição (à semelhança do que se pode fazer com transparências) de três esquemas: o primeiro (aqui, Gráfico 5) apresentaria o espaço das condições sociais tal como é organizado pela distribuição sincrônica e diacrônica do volume e estrutura do capital sob suas diferentes espécies – neste espaço, a posição de cada um dos grupos (frações de classe) é determinada pelo conjunto das propriedades características no tocante às relações definidas como pertinentes; o segundo (Gráfico 6) mostraria o espaço dos estilos de vida, ou seja, a distribuição das práticas e propriedades que são constitutivas do estilo de vida em que se manifesta cada uma das condições; por último, entre os dois esquemas precedentes, conviria introduzir ainda um terceiro que apresente o espaço teórico do *habitus*, ou seja, das fórmulas geradoras (por exemplo, para os professores, o ascetismo aristocrático) que se encontram na origem de cada uma das classes de práticas e propriedades, ou seja, da transformação em um estilo de vida distinto e distintivo das necessidades e facilidades características de uma condição e de uma posição.¹

Entre os limites de tal construção, os mais importantes referem-se às lacunas da estatística que avalia muito melhor os consumos – ou, até mesmo, em todo o rigor, as

* “O diabo coxo”, romance do escritor francês, Alain-René Lesage (1668-1747); em 190 *flashes*, os dois cúmplices voadores – Asmodée, o diabo manco, e o estudante leviano Cleofás – seguem destampando os telhados, a vida secreta dos parisienses. (N.T.)

¹ Embora este modelo apresente algumas aparências e apesar de termos utilizado diferentes análises das correspondências para construí-lo; embora numerosas análises das correspondências tenham produzido espaços que se organizam segundo a mesma estrutura – a começar pelas análises dos dados de nossa pesquisa que serão apresentados mais abaixo –, os esquemas exibidos aqui *não são diagramas-plano de análises das correspondências*.

a remunerações (deixando de lado os lucros secundários e dissimulados) e o patrimônio,
a como conjunto de propriedades atribuídas a indivíduos ou famílias – que o *capital*
, propriamente dito (em particular, o capital investido na economia); em seguida, às
e imperfeições das categorias de análise que são, de modo bastante desigual, homogêneas,
o inclusive, do ponto de vista dos critérios pertinentes e que, no caso dos industriais e dos
e grandes comerciantes, impedem de isolar, por exemplo, os detentores de um capital capaz
3 de exercer um poder sobre o capital – ou seja, o grande patronato (Não dispondo de indicadores
1 rigorosos em relação à dispersão das diferentes categorias, foi evocada a dispersão econômica
, e cultural das categorias mais heterogêneas – agricultores, empresários da indústria e do
, comércio, artesãos e comerciantes – escrevendo em sentido vertical, entre os limites extremos
, que a definem, o título correspondente). Convém ter em mente que a posição marcada pelo
, título representa apenas o ponto central de um espaço mais ou menos extenso que, em
, determinados casos, pode se organizar em campo de concorrência.

Não dispondo da pesquisa (talvez, irrealizável na prática) que fornecesse, a propósito da mesma amostra representativa, o conjunto dos indicadores do patrimônio econômico, cultural e social, além de sua evolução, necessários para construir uma representação adequada do espaço social, construiu-se um *modelo simplificado* deste espaço a partir dos conhecimentos adquiridos no decorrer das pesquisas anteriores e com base em um conjunto de dados obtidos em diferentes pesquisas, todas realizadas pelo INSEE – portanto, homogêneas, nem que seja no tocante à construção das categorias (cf. Anexo 3): na pesquisa realizada pelo INSEE, em 1967, sobre os lazeres (tabelas relativas aos homens), foram retomados os indicadores de tempo livre, tais como o tempo de trabalho (cf. F.C., IV); da pesquisa sobre a formação e a qualificação profissional de 1970 (tabelas relativas aos homens), foram extraídos os dados sobre a categoria socioprofissional do pai (trajetória social), diploma do pai (capital cultural herdado) e diploma do indivíduo (capital escolar) (cf. F.C., II); por sua vez, a pesquisa sobre as remunerações de 1970 forneceu as informações relativas à quantia das remunerações, às propriedades rurais e urbanas, às ações da Bolsa de Valores, aos lucros industriais, comerciais, assim como aos salários (capital econômico) (cf. F.C., I); por último, a pesquisa sobre o consumo familiar, em 1972, proporcionou os dados relativos às quantias do consumo, à posse de máquina de lavar louça e de telefone, assim como ao estatuto de ocupação da moradia e à casa de campo (cf. F.C., III); e no censo de 1968, os dados sobre o porte, avaliado pelo número de habitantes, do lugar de residência.

Foi evocado, também, para cada um dos grupos configurados: em primeiro lugar, a distribuição dos ocupantes de cada uma das posições consideradas, segundo a *trajetória social* que lhes proporcionou tal acesso, com os histogramas que, em cada fração, representam a parcela dos indivíduos oriundos das diferentes classes.² Em segundo lugar,

² A fim de evitar que a legibilidade do esquema fosse prejudicada, foram reproduzidos apenas os histogramas de algumas categorias: eis o que é suficiente para mostrar que a parcela dos indivíduos oriundos das classes superiores – em negrito – cresce nitidamente à medida que alguém sobe na hierarquia social, enquanto diminui a parcela daqueles que são oriundos das classes populares – em branco (o histograma dos operários sem qualificação, não reproduzido, apresenta características intermediárias entre o dos trabalhadores braçais e o dos operários com qualificação). Teria sido necessário – no mínimo, para as classes superiores e médias – fornecer a distribuição por *fração* de origem.

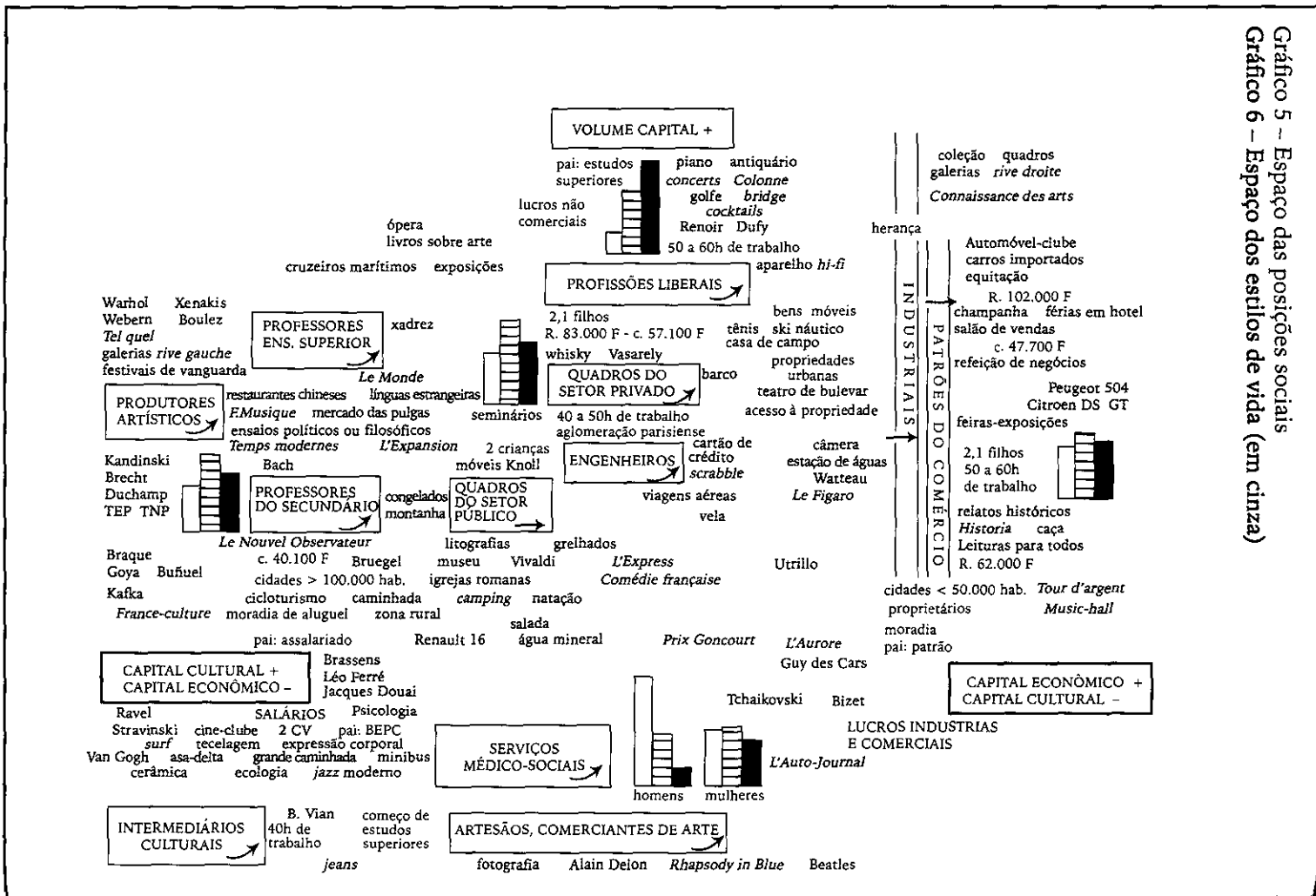
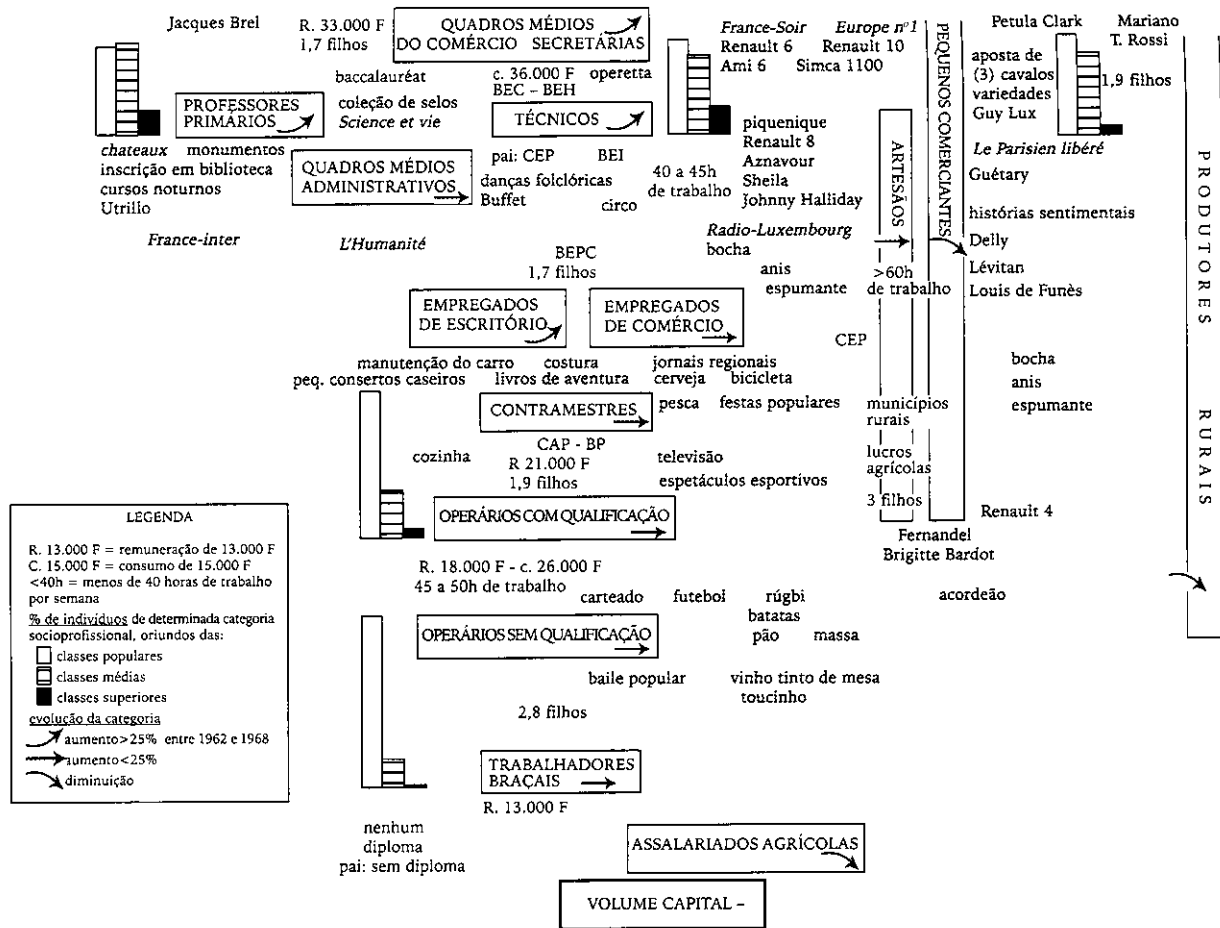


Gráfico 5 - Espaço das posições sociais
 Gráfico 6 - Espaço dos estilos de vida (em cinza)

jeans

fotografia Alain Delon Rhapsody in Blue Beatles

A Distinção



a *história* da fração em seu todo: as flechas ascendentes, descendentes e horizontais marcam que, entre 1962 e 1968, a fração considerada cresceu – no mínimo, 25% – diminuiu ou permaneceu estável; elas tornam visível, também, a oposição entre as novas frações em forte expansão e as frações estabelecidas que se encontram estáveis ou em declínio. Fez-se, assim, um esforço para manifestar, a um só tempo, o estado da relação de força entre as classes, constitutivo da estrutura do espaço social em determinado momento, além de constituir um dos efeitos e, ao mesmo tempo, um dos fatores da transformação desta estrutura, a saber, as estratégias de reconversão pelas quais os indivíduos (e os grupos) esforçam-se por manter ou melhorar sua posição no espaço social.

Ao justapor as informações concernentes a domínios que, para os sistemas de classificação habitual, estão separados – a tal ponto que a proposição de um simples paralelismo é algo impensável ou escandaloso – e ao manifestar, assim, as relações, apreendidas pela intuição imediata que, por sua vez, serve de orientação para as classificações da existência comum, entre todas as propriedades e práticas características de um grupo, o esquema sinótico obriga a procurar o fundamento de cada um desses sistemas de “escolha”, por um lado, nas condições e nos condicionamentos sociais característicos de determinada posição no espaço objetivo, cuja expressão ocorre aí sob uma forma incognoscível e, por outro, na relação com os outros sistemas de “escolha” por intermédio dos quais se definem sua significação e seu valor propriamente simbólicos. Pelo fato de que os estilos de vida são essencialmente distintivos, numerosos traços só adquirem verdadeiro sentido se forem colocados em relação não só com as posições sociais que eles exprimem, mas também com os traços situados em outro pólo do espaço: esse é o caso, por exemplo, das oposições que se estabelecem, primordialmente, entre as posições mais afastadas em uma e/ou outra das duas dimensões fundamentais do espaço social (ou seja, no tocante ao volume e à estrutura do capital) – Goya e Renoir, teatro de vanguarda e teatro de bulevar, Jacques Brel e Tino Rossi, *France-Musique* e *France-Inter* ou *Radio-Luxembourg*, cine-clubes e variedades, etc. Além das informações diretamente coletadas pela pesquisa, foi utilizado um conjunto de índices de consumo cultural, tais como a posse de um piano ou de discos, a utilização de televisão, a frequência dos museus, exposições, espetáculos de variedades e salas de cinema, a inscrição em uma biblioteca, em cursos, a manutenção de uma coleção, a prática de esportes – todos esses dados foram extraídos da pesquisa do INSEE de 1967 sobre os lazeres (cf. F.C., IV); informações sobre os consumos e o estilo de vida dos membros da classe dominante (aparelho *hi-fi*, barco, cruzeiros marítimos, *bridge*, coleção de quadros, champanha, *whisky*, esportes praticados, etc.) retiradas das pesquisas da SOFRES e do CESP (cf. F.C., V e VI); ou, ainda, informações sobre a frequência do teatro fornecidas pela pesquisa da SEMA [*Société d'Encouragement aux Métiers d'Arts*] (cf. F.C., XIV), sobre os atores favoritos através das pesquisas IFOP [*Institut français d'opinion publique*] (cf. F.C., IX e X), sobre a leitura de jornais, semanários e revistas através das pesquisas do CSE [*Centre de Sociologie Européenne*] e do CESP (cf. F.C., XXVIII), sobre diferentes atividades e práticas culturais (cerâmica, festas populares, etc.) pela pesquisa da Secretaria de Estado da Cultura (cf. F.C., VII), etc.

No diagrama estabelecido deste modo, cada informação pertinente figura apenas uma só vez, sem deixar de ser válida por toda uma zona (*mais ou menos extensa, dependendo do caso*) do espaço social, embora ela caracterize tanto mais uma categoria, quanto mais perto estiver do respectivo título (assim, a menção *salários* que, situada a meia altura no lado esquerdo do Gráfico 5 opõe-se a *lucros industriais e comerciais*, é válida para toda a metade esquerda do espaço social, ou seja, tanto para os professores do secundário, quadros ou engenheiros, quanto para os professores primários, quadros médios, técnicos, empregados ou operários; do mesmo modo, a posse de *valores móveis* – ao alto, à direita – é válida, ao mesmo tempo, para os empresários, profissões liberais, quadros do setor privado e engenheiros). Percebe-se imediatamente que a posse de um *piano* e a escolha do *Concerto para a mão esquerda* dizem respeito, sobretudo, aos membros das profissões liberais; ou que a *caminhada* e a *montanha* são particularmente características, ao mesmo tempo, dos professores do secundário e quadros do setor público; ou que a *natação*, colocada a meia distância entre a nova pequena burguesia e os quadros do setor privado ou engenheiros, participa dos estilos de vida desses dois conjuntos de profissões. Assim, em torno do título de cada fração, encontram-se reunidos os traços mais pertinentes, por serem os mais *distintivos*, de seu estilo de vida – que, aliás, ela pode compartilhar com outros grupos: esse é o caso, por exemplo, da inscrição em uma biblioteca que figura na proximidade dos quadros médios, professores primários e técnicos, embora seja, no mínimo, tão freqüente entre os professores do secundário, menos marcados, no entanto, por esta prática que é constitutiva de seu papel profissional.

As estratégias de reconversão

As estratégias de reprodução – conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconscientemente e conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe – constituem um sistema que, sendo o produto do mesmo princípio unificador e gerador, funciona e transforma-se como tal. Por intermédio da disposição em relação ao futuro – que, por sua vez, é determinada pelas oportunidades objetivas de reprodução do grupo –, estas estratégias dependem, em primeiro lugar, do volume e estrutura do capital a ser reproduzido, ou seja, do volume atual e potencial do capital econômico, do capital cultural e do capital social, possuídos pelo grupo, assim como de seu peso relativo na estrutura patrimonial. E, em segundo lugar, do estado – por sua vez, dependente do estado da relação de força entre as classes – do sistema dos instrumentos de reprodução, institucionalizados ou não (estado dos costumes e da lei sucessória, do mercado de trabalho, do sistema escolar, etc.): mais precisamente, tais estratégias dependem da relação estabelecida, em cada momento, entre o patrimônio dos diferentes grupos e os diferentes instrumentos de reprodução, a qual define a transmissibilidade do patrimônio, fixando as condições de sua transmissão, ou seja, o rendimento diferencial que possa ser oferecido aos investimentos de cada classe ou fração de classe pelos diferentes instrumentos de reprodução.

Pelo fato de que as estratégias de reprodução constituem um sistema e dependem do estado do sistema dos instrumentos de reprodução, assim como do estado – volume e estrutura – do capital a ser reproduzido, qualquer mudança em uma ou outra destas relações acarreta uma *reestruturação* do sistema das estratégias de reprodução: a *reconversão* do capital detido sob uma espécie particular em uma outra espécie, mais acessível, mais rentável e/ou mais legítima, em determinado estado do sistema dos instrumentos de reprodução, tende a determinar uma transformação da estrutura patrimonial.

As reconversões traduzem-se por outras tantas deslocamentos em um espaço social que nada tem de comum com o espaço, a um só tempo, irreal e ingenuamente realista dos estudos rotulados de “mobilidade social”. A mesma ingenuidade positivista que leva a descrever como “mobilidade ascendente” os efeitos das transformações morfológicas das diferentes classes ou frações de classe conduz a ignorar que a reprodução da estrutura social pode, em determinadas condições, exigir uma “hereditariedade profissional” bastante baixa: esse é o caso sempre que, para manter sua *posição* na estrutura social e as propriedades ordinais que lhe estão associadas, os agentes são obrigados a proceder a uma *translação* acompanhada por uma mudança de *condição* – tal como a passagem da condição de pequeno proprietário de terras para a condição de pequeno funcionário, ou da condição de pequeno artesão para a condição de empregado de escritório ou de comércio.

Pelo fato de encontrar-se hierarquizado em suas duas dimensões – por um lado, do volume de capital global mais importante ao menos importante e, por outro, da espécie de capital dominante à espécie de capital dominada –, o espaço social permite duas formas de deslocamentos que, apesar de não terem qualquer equivalência e cuja probabilidade de ocorrência é bastante desigual, são confundidas pelos estudos tradicionais de mobilidade: em primeiro lugar, os *deslocamentos verticais*, ascendentes ou descendentes, no mesmo

setor vertical do espaço, ou seja, no mesmo campo (tais como o professor primário que se torna docente em um grau mais elevado de ensino, ou o empresário que passa de pequeno a grande); em seguida, os *deslocamentos transversais*, implicando a passagem de um para outro campo, que podem operar-se seja no mesmo plano horizontal (quando o professor primário, ou seu filho, torna-se pequeno comerciante), seja em planos diferentes (com o professor primário, ou seu filho, que se torna empresário industrial). Os deslocamentos mais freqüentes são as verticais: pressupõem somente uma modificação do volume da espécie de capital já dominante na estrutura patrimonial (do capital escolar, no caso do professor primário que se torna docente em um grau mais elevado de ensino), portanto, um deslocamento na estrutura da distribuição do volume global de capital que assume a forma de um deslocamento nos limites de um campo específico – campo das empresas, campo escolar, campo da administração, campo médico, etc. Ao contrário, os deslocamentos transversais pressupõem a passagem para um outro campo, portanto, a *reconversão* de uma espécie de capital para uma outra ou de uma subespécie de capital econômico ou de capital cultural para uma outra – por exemplo, de propriedade de terras para um capital industrial, ou de uma cultura literária ou histórica para uma cultura econômica –, portanto, uma transformação da estrutura patrimonial que é a condição da salvaguarda do volume global do capital e da manutenção da posição na dimensão vertical do espaço social.

A probabilidade de ter acesso a determinada fração da classe dominante, a partir de uma outra classe, será tanto mais baixa, como se viu, quanto mais elevada for a posição ocupada pela fração na hierarquia das frações segundo o capital econômico – a única discordância provém das profissões liberais que, tendo a possibilidade de acumular, em grande número de casos, a transmissão de capital cultural com capital econômico, apresentam a taxa mais elevada de recrutamento endógeno. Do mesmo modo, os deslocamentos de grande amplitude no interior da classe – filhos de empresário que se tornam professores, ou filhos de professores, empresários, são extremamente raros: assim, em 1970, a possibilidade de que um filho de professor se torne empresário da indústria ou do comércio é de 1,9%, enquanto a possibilidade de se tornar professor é, para um filho de empresário da indústria, de 0,8% e, para um filho de empresário do comércio, de 1,5% (as profissões liberais representam, sem dúvida, uma espécie de ponto de passagem obrigatório entre os dois pólos da classe dominante); as oportunidades de se tornar artesão ou comerciante são de 1,2% para um filho de professor primário, as de se tornar professor primário de 2,4% para um filho de artesão e 1,4% para um filho de pequeno comerciante (cf. F.C., II, análise secundária).

Classificação, desclassificação, reclassificação

As transformações recentes da relação entre as diferentes classes sociais e o sistema de ensino, cuja conseqüência foi a rápida propagação da escolaridade, incluindo todas as mudanças correlatas do próprio sistema de ensino, assim como todas as transformações da estrutura social que resultam – pelo menos, em parte – da transformação das relações estabelecidas entre diplomas e cargos, decorrem de uma intensificação da concorrência pelos diplomas; com efeito, para garantir sua reprodução, as frações da classe dominante

(empresários da indústria e do comércio) e das classes médias (artesãos e comerciantes), mais ricas em capital econômico, tiveram de intensificar fortemente a utilização que faziam do sistema de ensino.

A diferença entre capital escolar dos adultos de uma classe ou de uma fração de classe – avaliado pela taxa de detentores de um diploma igual ou superior ao BEPC – e as taxas de escolarização dos adolescentes correspondentes é nitidamente mais visível entre os artesãos, comerciantes e industriais que entre os empregados e quadros médios; assim, a ruptura da correspondência que, habitualmente, se observa entre as oportunidades de escolarização dos jovens e o patrimônio cultural dos adultos é o indício de uma transformação profunda das disposições em relação ao investimento escolar. Enquanto isso, a parcela dos detentores do BEPC ou de um diploma superior é nitidamente mais baixa entre os pequenos artesãos e comerciantes da faixa etária de 45-54 anos que entre os empregados de escritório (ou seja, em 1962, 5,7% contra 10,1%); em relação aos filhos, estes são escolarizados (tomando como referência a idade de 18 anos) nas mesmas proporções (42,1% e 43,3%, em 1962). Do mesmo modo, os industriais e os grandes comerciantes que possuem um capital escolar mais baixo que o dos técnicos e quadros médios – ou seja, respectivamente, 20% e 28,9% de detentores de um diploma, pelo menos, igual ao BEPC – escolarizam os filhos nas mesmas proporções (65,8% e 64,2%). No que se refere aos agricultores, segundo é demonstrado pelo aumento bastante rápido das taxas de escolarização das crianças oriundas desta classe, entre 1962 e 1975, verificou-se o mesmo processo (M. Praderie, "Héritage social et chances d'ascension", in Darras, *Le Partage des bénéfiques*, Paris, Ed. de Minuit, 1966, p. 348; INSEE, *Recensement général de la population de 1968, Résultats du sondage au 1/20^e pour la France entière, Formation*, Paris, Imprimerie nationale, 1971).

A entrada na corrida e na concorrência pelo diploma de frações que, até então, haviam tido uma reduzida utilização da escola exerceu o efeito de obrigar as frações de classe, cuja reprodução estava garantida, principal ou exclusivamente, pela escola, a intensificar seus investimentos para manter a raridade relativa de seus diplomas e, correlativamente, sua posição na estrutura das classes; assim, o diploma e o sistema escolar que o atribui tornam-se um dos pretextos privilegiados de uma concorrência entre as classes que engendra um aumento geral e contínuo da demanda de educação, assim como uma inflação dos diplomas.³³

Ao relacionar o número de titulares de determinado diploma com o número de jovens em idade modal para fazer cada uma das provas, pode-se ter uma *estimativa sumária* da evolução da raridade relativa dos titulares de um diploma: para 100 jovens de 15 anos, elevava-se a 6,8 o número de novos titulares de um BEPC, BE ou BS, em 1936; 7,9 em 1946; 23,6 em 1960; e 29,5 em 1965. Para 100 jovens com 18 anos, havia 3 *bacheliers*, em 1936; 4,5 em 1946; 12,6 em 1960; e 16,1 em 1970. Para 100 jovens com 23 anos, encontrou-se o número de 1,2 de novos titulares de um diploma de ensino superior, em 1936; 2, em 1946; 1,5 em 1950; 2,4 em 1960; e 6,6 em 1968.

),
m

le
e
al
s;
s
o
o
r
e
a
a
o
s
o
s
s
s

A comparação dos cargos exercidos, em duas épocas diferentes, por titulares do mesmo diploma dá uma idéia aproximada das variações do valor dos diplomas no mercado de trabalho. Enquanto os homens na faixa etária de 15 a 24 anos desprovidos de diplomas ou titulares unicamente do CEP ocupam, em 1968, posições absolutamente semelhantes àquelas que exerciam seus homólogos em 1962, os titulares do BEPC pertencentes às mesmas faixas etárias que, em 1962, ocupavam principalmente posições de empregados viram aumentar, em 1968, as oportunidades de se tornarem contramestres, operários qualificados ou, até mesmo, operários sem qualificação. Ao passo que, em 1962, os titulares do *baccalauréat* que entravam diretamente na vida ativa tornavam-se, na sua maioria, professores primários; eles tinham, em 1968, importantes oportunidades de se tornarem técnicos, empregados de escritório ou, até mesmo, operários. A mesma tendência se observa para os titulares de um diploma superior ao *baccalauréat* na faixa etária de 25 a 34 anos, cujas oportunidades, em 1968 – relativamente a 1962 –, eram maiores de se tornarem professores primários ou técnicos e, nitidamente, menores de se tornarem quadros superiores da administração, engenheiros ou membros das profissões liberais.³⁴

Em 100 jovens (rapazes), cuja idade é compreendida entre 15 e 24 anos, titulares do BEPC e com emprego, em 1962, havia 41,7 empregados contra 36,3 somente em 1968; inversamente, 5,8 operários sem qualificação e 2 trabalhadores braçais, em 1962, contra 7,9 e 3,8 em 1968. As oportunidades para os jovens da mesma faixa etária que só possuem o *baccalauréat* são bem menores, em 1968 (57,4%) relativamente a 1962 (73,9%), de se tornarem quadros médios e, inversamente, bem maiores de se tornarem empregados (19,9% contra 8,8%) ou, até mesmo, operários (11% contra 6,4%). Por sua vez, as oportunidades para os homens com idade compreendida entre 25 e 34, titulares de um diploma superior ao *baccalauréat*, são menores, em 1968 (68%) relativamente a 1962 (73,3%), de exercerem profissões superiores e, em particular, de serem membros das profissões liberais (7,6% contra 9,4%); inversamente, eles têm uma probabilidade mais elevada de serem professores primários (10,4% contra 7,5%) ou técnicos (5,4% contra 3,7%). No que diz respeito às moças, é possível observar fenômenos análogos, mas ligeiramente atenuados. Para elas, a mais forte desvalorização foi sofrida pelo *baccalauréat*: em 1968, as oportunidades para uma moça na faixa etária de 15 a 24 anos, titular deste diploma, se ela trabalha, são maiores de tornar-se empregada (23,7% contra 12%) e menores de se tornar professora primária (50% contra 71,7%).

Tendo presente que o volume dos cargos correspondentes pode ter passado, também, por alguma variação no mesmo intervalo, pode-se considerar que um diploma tem todas as possibilidades de ter sofrido uma desvalorização sempre que o crescimento do número dos titulares de diplomas é mais rápido do que o crescimento do número de posições, cujo acesso, no início do período, era garantido por esses diplomas. Tudo parece indicar que o *baccalauréat* e os diplomas inferiores têm sido os mais afetados pela desvalorização: de fato, entre os homens economicamente ativos, o número dos titulares do BEPC ou do *baccalauréat* – com exclusão de um diploma do ensino superior – aumentou 97%, entre 1954 e 1968, ao passo que o crescimento do número de empregados e quadros médios, no mesmo período, limitou-se a 41%; do mesmo modo, o número de titulares de um diploma

superior ao *baccalauréat*, entre os homens, aumentou 85%, enquanto o número de quadros superiores e membros de profissões liberais cresceu apenas 68% – aliás, o conjunto das profissões que exigem um diploma de ensino superior aumentou 49%. A diferença é, sem dúvida, mais visível do que aquela indicada pelos números: de fato, a parcela dos que detêm os recursos para resistir à desvalorização e, em particular, o capital social associado a uma origem social elevada, cresce à medida que o indivíduo sobe na hierarquia dos diplomas.

A esta argumentação convém acrescentar a desvalorização mais bem dissimulada que resulta do fato de que as posições – e os diplomas que garantem o acesso a elas – podem ter perdido seu valor distintivo, embora o número de cargos tenha aumentado em uma proporção semelhante ao número de diplomas que, no início do período, davam acesso a esses cargos, e pela mesma razão: é, por exemplo, o caso da posição de professor que, em todos os níveis, perdeu sua raridade.

O crescimento muito rápido evidenciado pela escolarização das moças teve grande impacto na desvalorização dos diplomas; tanto mais que a transformação das representações da divisão do trabalho entre os sexos – para cuja determinação, contribuiu fortemente, sem dúvida, o aumento do acesso das moças ao ensino superior – foi acompanhada por um crescimento da parcela das mulheres que, no mercado de trabalho, lançam diplomas, até então, parcialmente guardados como reserva (e “investidos” apenas no mercado matrimonial). Este aumento é tanto mais marcante quanto mais elevado é o diploma possuído: é assim que a parcela de mulheres da faixa etária de 25 a 34 anos, detentoras de um diploma superior ao *baccalauréat* e exercendo uma profissão, passou de 67,9% em 1962 para 77,5% em 1968, atingindo quase 85%, em 1975.

Vale dizer, de passagem, o seguinte: do mesmo modo que toda segregação – segundo o sexo ou qualquer outro critério – contribui para frear a desvalorização por um efeito de *numerus clausus*, assim também toda desagregação tende a restituir sua plena eficácia aos mecanismos de desvalorização – o que faz com que, segundo ficou demonstrado por um estudo norte-americano sobre os efeitos econômicos da desagregação racial, os mais desprovidos de diplomas sejam os que sentem mais profundamente seus efeitos.

Tabela 10 – As taxas de atividade das mulheres de 25-34 anos, segundo os diplomas, em 1962 e 1968

	CEP	CAP	BEPC	bac	>bac
1962	43,8	59,7	59,8	67,1	67,9
1968	46,3	60,6	63,5	74,3	77,5

Fonte: INSEE, *Recensement général de la population de 1968. Résultats du sondage au 1/20^e pour la France entière. Formation*, Paris, Imprimerie nationale, 1971 (não foi possível isolar as mulheres desprovidas de diplomas).

Sem paradoxo, é possível afirmar que as principais vítimas da desvalorização dos diplomas são aqueles que, desprovidos de diplomas, entram no mercado de trabalho. De fato, a desvalorização do diploma é acompanhada pela extensão progressiva do monopólio que os diplomados exercem sobre posições, até então, abertas a não-diplomados, o que tem o efeito de limitar a desvalorização dos diplomas pela limitação da concorrência, apesar de ser mediante uma restrição de oportunidades de carreira oferecidas aos não-diplomados – ou seja, que iniciaram a carreira pelo escalão inferior – e o fortalecimento da predeterminação escolar das oportunidades de trajetória profissional. Entre os quadros administrativos médios (homens de 25-34 anos), em 1975, havia apenas 43,1% de agentes desprovidos de qualquer diploma de ensino geral ou titulares unicamente do CEP, contra 56% em 1962; para os quadros administrativos superiores, as proporções eram respectivamente de 25,5% e 33%, enquanto para os engenheiros, de 12% e 17,4%. Inversamente, entre 1962 e 1975, a parcela dos titulares de um diploma de ensino superior passou de 7,4% para 13,8% em relação aos quadros administrativos médios; de 32,2% para 40,1% em relação aos quadros administrativos superiores; e de 68% para 73,4% no tocante aos engenheiros. Daí, em determinados setores do espaço social e, principalmente, na função pública, um decréscimo da dispersão dos detentores dos mesmos diplomas entre cargos diferentes, e a dispersão segundo o diploma dos ocupantes do mesmo cargo ou, dito em outras palavras, o fortalecimento da dependência entre o diploma e o cargo ocupado.

Observa-se que o mercado dos cargos oferecidos aos títulos escolares não cessou de crescer, em detrimento, é claro, dos não-diplomados. A generalização do reconhecimento atribuído ao diploma teve, sem dúvida, o efeito de unificar o sistema oficial dos diplomas e qualidades que dão direito a ocupar posições sociais, além de reduzir os efeitos do isolamento, associados à existência de espaços sociais dotados de seus próprios princípios de hierarquização: sem que o diploma tenha conseguido, algum dia, impor-se completamente – pelo menos, fora dos limites do sistema escolar – como padrão único e universal do valor dos agentes econômicos.

Fora do mercado propriamente escolar, o diploma vale o que, do ponto de vista econômico e social, vale seu detentor; neste caso, o rendimento do capital escolar depende do capital econômico e social que pode ser reservado à sua valorização. De modo geral, para os quadros, as oportunidades de acesso às funções de diretoria, em vez das funções de produção, fabricação e manutenção, serão tanto maiores quanto mais elevada for sua origem social: a análise secundária que elaboramos a partir da pesquisa realizada pelo INSEE, em 1964, sobre a mobilidade profissional mostra que 41,7% dos filhos de membros de profissões liberais, 38,9% dos filhos de professores que são engenheiros, quadros superiores ou médios da administração, técnicos em empresas, ocupam funções administrativas e de direção geral contra 25,7% do total. Ao contrário, 47,9% dos filhos de operários com qualificação, 43,8% dos filhos de contramestres, 41,1% dos filhos de técnicos, exercem funções de produção, fabricação e manutenção, contra 29,7% do total. Sabe-se também que, em 1962, os quadros superiores, cuja origem é uma família de empregados, receberam um salário anual médio de 18.027 F contra 29.470 F recebidos pelos filhos de industriais ou grandes comerciantes; por sua vez, os engenheiros, filhos de assalariados agrícolas e agricultores, receberam 20.227 F contra 31.388 F recebidos pelos filhos de industriais e grandes comerciantes.

A transformação da distribuição dos cargos entre os diplomados que resulta, automaticamente, do número crescente de titulados faz com que, a cada instante, uma parcela dos diplomados – e, sem dúvida, antes de mais nada, os mais desprovidos dos meios herdados para valorizar os diplomas – seja vítima da desvalorização. As estratégias pelas quais os mais expostos à desvalorização esforçam-se em lutar – a curto prazo (no decorrer de sua própria carreira) ou a longo prazo (mediante as estratégias de escolarização dos filhos) – contra essa desvalorização constituem um dos fatores determinantes do número crescente de diplomas distribuídos que, por sua vez, contribui para a desvalorização. A dialética da desvalorização e recuperação tende, assim, a alimentar-se de si mesma.

Estratégias de reconversão e transformações morfológicas

As estratégias que têm sido utilizadas pelos indivíduos e famílias para salvaguardar ou melhorar sua posição no espaço social retraduzem-se em transformações que, inseparavelmente, afetam o *volume* das diferentes frações de classe e sua *estrutura patrimonial*.

Para darmos uma idéia aproximada dessas transformações, construímos uma tabela que permite relacionar os índices da evolução relativa ao volume das diferentes frações com indicadores (infelizmente, bastante imperfeitos) do volume e estrutura do capital que elas detêm. Por ser impossível estabelecer, como seria nosso desejo, a evolução por categorias criteriosamente definidas, por um lado, da quantia e, por outro, da estrutura da renda, durante o período compreendido entre 1954 e 1975 (o que nos levou a reproduzir a Tabela 12 que apresenta essa evolução por categorias sumariamente definidas, em relação ao período de 1954 a 1968), indicamos, além da distribuição por fontes de remuneração, a quantia da renda declarada aos serviços fiscais, fonte explorada pelo INSEE, embora saibamos que ela é subestimada em proporções bastante variáveis: segundo A. Villeneuve (A. Villeneuve, "Les revenus primaires des ménages en 1975, in *Économie et statistique*, 103, sept. 1978, p. 61), seria necessário multiplicar por 1,1 os salários e vencimentos; por 3,6 os lucros da atividade agrícola; por 2,9 os ganhos de valores mobiliários, etc. Observamos que basta aplicar essas correções para restituir a verdadeira posição às profissões independentes e, em particular, aos agricultores e artesãos ou pequenos comerciantes. As categorias mais ricas (relativamente) em capital econômico (tal como é possível apreendê-las mediante os indicadores da posse de valores mobiliários, de propriedades rurais ou urbanas, etc.) tendem a regredir de modo bastante brutal, como é demonstrado pela diminuição de seu volume (é o caso dos agricultores, artesãos e comerciantes, assim como dos industriais) e o fato de que, neste ponto, a parcela dos jovens diminui ou cresce menos rapidamente que alhures (o fato de que a evolução dos indivíduos de 25-34 anos seja, entre os pequenos comerciantes e artesãos, igual ou ligeiramente superior à evolução do total da categoria pode se explicar pela chegada de comerciantes e artesãos de um novo estilo). Uma parte do aumento aparente do capital escolar (e, sem dúvida, econômico) dessas categorias se deve, com certeza, ao fato de que suas camadas inferiores foram atingidas pelo êxodo que se encontra na origem de seu declínio numérico. Ao contrário das precedentes, as frações de classe ricas em capital

ta,
na
los
ias
no
ão
do
io.

ar
e,
ra

ia
s
o
o
a
a
,
e
,
:
i
:
:

cultural (avaliado, por exemplo, a partir da taxa de detentores do BEPC, *baccalauréat* ou diploma de estudos superiores) registraram um crescimento bastante forte que implica um rejuvenescimento e se traduz, quase sempre, por uma forte feminilização e uma elevação da taxa de diplomados (neste processo, as categorias mais típicas são as dos empregados de escritório e do comércio, técnicos, quadros médios e superiores, docentes, professores primários e, sobretudo, professores para quem esses diferentes processos associados são, excepcionalmente, intensos e, em particular, na geração mais jovem – diferentemente dos engenheiros para os quais o processo parece interrompido, de modo que a taxa de crescimento é mais baixa para a geração mais jovem do que para o conjunto). Outro traço notável, a estabilidade relativa dos membros das profissões liberais: mediante uma política deliberada de *numerus clausus*, eles conseguiram limitar o crescimento numérico e a feminilização (que permaneceram muito mais baixos que nas profissões superiores dotadas de elevado capital escolar) e, ao mesmo tempo, escapar à perda da raridade e, sobretudo, à redefinição mais ou menos crítica do cargo, decorrentes da multiplicação dos titulados e, ainda mais, da existência de um excedente de diplomados relativamente aos cargos.

As modificações das estratégias de reprodução que se encontram na origem de tais mudanças morfológicas são marcadas, por um lado, pelo crescimento da parte dos salários na renda das categorias chamadas independentes e, por outro, pela diversificação dos haveres e aplicações dos quadros superiores que tendem a deter seu capital, tanto sob a espécie econômica quanto sob a espécie cultural, contrariamente aos empresários que são detentores, sobretudo, de capital econômico. A parte dos salários, vencimentos e pensões na renda dos empresários passa, em 1956, de 12,9% para 16,4% em 1965; com a modificação das taxinomias, em 1975, sabemos que essa parte representa, em relação à renda dos artesãos e pequenos comerciantes, 19,2% e, para os industriais e grandes comerciantes, 31,8%. (Entre os produtores rurais, ao contrário, ela permaneceu praticamente constante: 23,8% em 1956; 23,5% em 1965; e 24,8% em 1975). Conforme dados fornecidos por A. Villeneuve, sabemos que, em 1975, a parte nos recursos da renda fundiária, urbana ou rural, e da renda mobiliária é, em relação aos quadros superiores, muito mais elevada no setor privado (5,9%) que no setor público (2,7%).

A reconversão do capital econômico em capital escolar é uma das estratégias pela qual a burguesia de negócios mantém a posição de uma parte ou da totalidade de seus herdeiros, permitindo-lhes receber, antecipadamente, uma parte dos lucros das empresas industriais e comerciais sob a forma de salários, modo de apropriação mais bem dissimulado – e, sem dúvida, mais seguro – que outro tipo de rendimento. É assim que, entre 1954 e 1975, a parcela relativa dos industriais e grandes comerciantes diminui, de forma bastante brutal, enquanto cresce consideravelmente a parcela dos assalariados que devem sua posição aos diplomas – quadros, engenheiros, professores e intelectuais; não obstante, à semelhança dos quadros do setor privado, eles podem tirar de suas atividades uma parte importante dos recursos (cf. Tabela 13). Do mesmo modo, o desaparecimento de um grande número de pequenas empresas comerciais ou artesanais dissimula o trabalho de reconversão, mais ou menos bem-sucedido – realizado por agentes particulares, segundo lógicas que, em cada caso, dependem da situação singular dessas empresas – e que culmina na

Tabela 11 - Evolução morfológica e estrutura patrimonial das diferentes classes e frações de classe (1954-1975)

	Volume em 1975	Total de homens em 1975 (%)	Índice de evolução Base 100 em 1954				Evolução do capital escolar Taxa de titulares						Capital econômico						
			Total		20-34 anos		em 1962			em 1975			Renda média por família (em F.) em 1975	Taxa de famílias detentoras de (em 1970)					
			total	só homens	total	só homens	BEPC	Bac.	dipl. fac. e gdes écoles	BEPC	Bac.	dipl. fac. e gdes écoles		salários e vencimentos	lucros ind. e comerc.	renda prop. urb.	valores imobiliários		
assalariados agrícolas																			
produtores rurais	375 480	88,4	32	33	27	27	0,5	0,2	0,1	2,7	0,6	0,3	27 740	86,0	1,5	0,8	6,3		
trabalhadores braçais	1 650 865	65,7	42	46	26	31	0,9	0,5	0,2	3,5	0,9	0,6	22 061	19,3	5,3	6,4	16,5		
operários sem qualificação	1 612 725	61,9	143	115	146	108	0,4	0,1	-	2,9	0,7	0,4	27 027	93,4	1,3	2,3	3,3		
operários com qualificação	2 946 860	73,2	162	167	185	186	1,0	0,2	0,1	3,5	0,5	0,2	35 515	97,7	2,2	2,4	3,6		
contramestres	2 985 865	86,5	112	126	120	128	2,1	0,5	0,1	5,5	0,7	0,3	39 527	98,2	2,2	2,7	3,6		
empregados de escritório	443 305	94,1					6,0	1,7	0,5	10,4	2,5	1,1	56 692	99,5	1,4	4,1	6,7		
comerciários	3 104 105	35,0	191	141	218	168	11,5	2,9	1,2	19,6	5,3	2,6	42 785	98,8	2,1	5,1	8,6		
artesãos	736 595	40,6	167	138	183	158	6,5	3,6	1,3	13,4	5,2	2,2	46 196	97,5	3,4	8,9	9,5		
pequenos comerciantes	533 635	88,1	71	77	81	88	2,8	1,0	0,5	6,1	1,8	1,3	50 335	34,1	96,9	12,9	14,2		
quadros médios adm.	912 695	51,8	73	78	73	81	4,7	2,4	0,9	9,3	3,7	2,3	60 160	24,3	93,2	20,2	19,2		
técnicos	970 185	55,1	182	132	218	152	20,1	11,6	5,3	26,5	12,8	9,0	73 478	99,3	4,0	11,1	17,5		
serviços médico-sociais	758 890	85,6	393	367	417	374	16,3	7,0	2,7	25,8	9,6	6,0	59 003	98,5	2,4	5,8	8,7		
prof. primários	298 455	21,0	269	261	345	340	9,7	7,7	6,1	17,7	18,1	20,3	53 450	84,2	-	10,0	12,4		
industriais	737 420	36,5					10,0	55,0	14,5	11,3	39,4	29,4	54 013	96,7	0,9	7,6	10,4		
grandes comerciantes	59 845	86,5	66	71	66	65	8,5	6,7	7,5	12,9	6,1	6,3	132 594	83,0	26,0	34,7	40,0		
quadros superiores adm.	186 915	69,2	103	100	98	95	9,0	7,3	5,7	14,6	9,1	6,3	132 435	64,0	47,5	29,7	30,2		
engenheiros	653 755	83,9	236	217	293	254	15,5	18,9	25,5	19,3	16,2	32,0	107 342	99,6	3,6	15,2	27,7		
professores	256 290	95,6	338	305	272	263	7,3	9,0	59,8	10,0	18,1	63,2	105 989	98,7	3,1	15,5	30,4		
profissões liberais	377 215	53,0	469	402	612	517	2,7	10,8	71,4	3,6	8,4	77,7	87 795	97,6	2,1	10,4	21,0		
	172 025	77,8	143	130	145	137	4,5	10,3	65,1	4,2	6,2	79,9	150 108	41,0	17,5	30,3	40,6		

Fontes: INSEE, *Recensements de 1954, 1962, 1968 et 1975*.

Para a evolução do capital escolar: INSEE, *Recensement general de la population de 1968: Résultats du sondage au 1/20ème pour la France entière. Formation*, Paris, Imp. nationale, 1971 (esse fascículo apresenta, também, os dados sobre a formação do censo de 1962); e INSEE, *Recensement de 1975, Tableau de la population totale de plus de 16 ans par catégorie socio-professionnelle, âge, sexe, diplôme d'enseignement général* (a ser publicado - dados fornecidos por L. Thévenot).

Para a renda: INSEE, *Enquêtes revenus 1975 e 1970*. Dados fornecidos por A. Villeneuve, relativamente à pesquisa de 1975; e por P. Ghigliazza em relação à pesquisa de 1970.

Tabela 12 – Evolução morfológica e estrutura patrimonial das diferentes classes e frações de classe (1954-1968)

	Volume da categoria (1968)		Índice de evolução (base 100 em 1954)		Taxa de evolução dos indivíduos com menos de 35 anos (base 100 em 1962) ¹	Capital escolar Taxa dos titulares (homens) em 1968			Montante da renda (1965) (renda primária) ²	Patrimônio médio por família (1-1-1966) ³	Taxa de famílias possuidoras de				Estrutura da renda (1965)				Evolução da estrutura da renda					
	total ¹	só homens ¹	total ¹	só homens ¹		BEPC	Bac. ¹	Diploma de ensino superior			Valores mobiliários ⁴	Prop. urb. ⁴	Carteira de investimentos ⁵	Bens imobiliários ⁵	Renda trabalho ⁷	Transferências ⁷	Renda empresa ⁷	Renda capital ⁷	Vencimentos, pensões ⁸	Prop. rur., urb. e valores mobiliários ⁸	1956	1965	1956	1965
assalariados agrícolas	588 200	527 200	51	54	67	1,0	0,4	0,2	9 859 F															
produtores rurais	2 459 840	1 527 780	62	65	72	1,6	0,7	0,4	23 854 F															
operários	7 698 600	6 128 840	119	123	116	2,3	0,4	0,2	14 811 F	35 000 F														
empregados	3 029 900	1 188 300	146	121	133	14,0	3,7	1,5	16 149 F	46 000 F														
quadros médios	2 014 000	1 197 360	177	168	151	19,0	16,5	7,7	26 887 F	92 000 F														
artesãos	622 800	532 340	85	88	109	4,1	1,5	1,0																
pequenos comerciantes	1 028 160	515 440	81	85	107	6,7	2,8	1,4																
grandes comerciantes	213 500	143 840	116	110	148	12,1	8,0	5,2																
industriais	79 160	68 940	93	93	98	10,8	6,1	7,5																
total empresários ind. e com.	1 943 620	1 360 560	86	96	110	6,4	3,0	1,9	45 851 F															
profissões liberais	142 520	114 920	119	112	122	5,1	6,3	76,8																
quadros superiores	840 280	691 680	196	183	144	12,6	13,3	45,0	58 021 F	214 000 F														

Fontes:

¹ INSEE, *Recensements*.

² H. Roze, "Prestations sociales, impôt direct et échelle des revenus", in *Économie et statistique*, février 1971.

³ P. L'Hardy, "Les disparités du patrimoine", in *Économie et statistique*, février 1973.

⁴ G. Banderier, *Les Revenus des ménages en 1965*, Collections de l'INSEE, M 7, décembre 1970.

⁵ P. L'Hardy, *Structure de l'épargne et du patrimoine des ménages en 1966*, Collections de l'INSEE, M 13, mars 1972.

Tabela 13 – Mudanças morfológicas no âmago da classe dominante

	Estrutura (%)				Taxa anual de variação (%)			Total das mulheres (%)			
	1954	1962	1968	1975	1954	1962	1975	1954	1962	1968	1975
	1954	1962	1968	1975	1962	1968	1975	1954	1962	1968	1975
grandes comerciantes	22,0	17,0	16,4	11,0	-1,5	0,0	-4,2	29,2	30,2	32,9	30,8
industriais	11,0	7,9	6,3	3,5	-0,6	3,3	-1,7	14,9	14,2	13,7	13,5
profissões liberais	14,6	12,3	10,9	10,1	0,5	2,0	2,9	15,6	17,3	19,3	22,2
quadros superiores adm.	33,5	37,0	35,3	38,3	3,9	3,1	5,3	8,6	11,1	13,4	17,1
engenheiros	9,2	13,5	14,5	15,0	7,8	5,1	4,7	2,1	3,2	3,4	4,4
professores, profissões liter. e científicas	9,7	12,3	16,6	22,1	5,7	9,3	8,5	39,9	43,0	44,7	47,0

Tabela 14 – Mudanças morfológicas no âmago da classe média

	Estrutura (%)				Taxa anual de variação (%)			Total das mulheres (%)			
	1954	1962	1968	1975	1954	1962	1975	1954	1962	1968	1975
	1954	1962	1968	1975	1962	1968	1975	1954	1962	1968	1975
artesãos	14,6	11,2	9,3	16,6	-2,1	-0,5	-2,1	18,3	16,0	14,7	11,9
pequenos comerciantes	24,1	20,0	15,4	11,3	-1,2	-1,7	-1,7	51,7	51,3	50,2	48,2
comerciários	8,5	9,0	9,4	9,1	1,9	3,4	2,4	52,0	57,0	57,7	59,4
empregados de escritório	31,3	33,2	35,7	38,5	1,9	3,9	3,0	53,0	59,4	61,9	65,0
quadros médios adm.	10,2	11,0	11,1	12,0	2,0	2,8	3,9	24,6	31,9	34,9	44,9
professores primários	7,4*	7,4	8,4	9,1	4,1*	4,9	4,0	68,3*	65,1	62,7	63,5
técnicos	3,7	6,1	8,0	9,4	7,5	7,5	5,2	7,1	7,9	11,3	14,4
serviços médico-sociais		1,9	2,6	3,7		7,8	8,1		84,8	83,2	79,0

* Incluindo os serviços médico-sociais.

Fonte: L. Thévenot, "Les catégories sociales en 1975: l'extension du salariat", in *Économie et statistique*, 91, juillet-août 1977, p. 4-5. Os dados desta tabela são extraídos da apuração exaustiva dos censos de 1954 e 1962, assim como da sondagem pelo quarto em 1968 e da sondagem pelo quinto em 1975. Trata-se dos dados comparáveis mais precisos de que se dispõe sobre esse período.

Sabe-se que, entre 1954 e 1975, a estrutura da população economicamente ativa sofreu consideráveis alterações: enquanto a taxa de agricultores, produtores rurais e assalariados havia passado de 26,7% para 9,3% e a taxa de operários havia aumentado muito ligeiramente (de 33,8% para 37,7%), o total da classe média registrou – em decorrência, segundo mostra a Tabela 14, do aumento da população assalariada desse setor – uma elevada taxa de crescimento (passando de 27% para 37% da população economicamente ativa); por sua vez, os efetivos da classe dominante passaram de 4,3% para 7,8%.

transformação do peso das diferentes frações das classes médias (cf. Tabela 14): ainda neste aspecto, a parcela dos pequenos comerciantes e artesãos, assim como a parcela dos agricultores, registra uma queda acentuada, enquanto cresce a proporção de professores primários, técnicos ou pessoal dos serviços médico-sociais. Além disso, a relativa estabilidade morfológica de um grupo profissional pode ocultar uma transformação de sua estrutura que resulta da *reconversão no próprio trabalho* dos agentes (ou dos filhos) que, no início do período, estavam presentes no grupo e/ou de sua substituição por agentes oriundos de outros grupos. Assim, por exemplo, a diminuição relativamente baixa do volume global da categoria dos comerciantes, detentores majoritariamente (93%) de pequenas empresas individuais que – em parte, conseguiram resistir à crise pelo aumento do consumo das famílias – dissimula a transformação da estrutura dessa profissão: a estagnação ou diminuição dos pequenos comércios de alimentação – particularmente afetados pela concorrência dos supermercados ou lojas de departamentos – ou de vestuário é quase compensada por um crescimento do comércio de automóveis, de equipamentos domésticos (móveis, decoração, etc.) e, sobretudo, de esporte, lazer e cultura (livrarias, lojas de discos, etc.), além de farmácias. Pode-se pressupor que, no interior mesmo da alimentação, a evolução delineada pelos números dissimula transformações que levam a uma redefinição progressiva da profissão: assim, o fechamento dos comércios de alimentação geral, aliás, os mais fortemente atingidos pela crise, e de padarias da zona rural, pode coexistir com a abertura de butiques de dietética, de produtos naturais oriundos das regiões, de alimentação orgânica ou de padarias especializadas na fabricação do pão à moda antiga. Essas transformações da natureza das empresas comerciais – correlatas de transformações, no mesmo período, da estrutura do consumo das famílias que, por sua vez, é correlata do crescimento da renda e, sobretudo, talvez, do aumento do capital cultural ocasionado pela translação da estrutura das oportunidades de acesso ao sistema de ensino – estão associadas, por uma relação dialética, a uma elevação do capital cultural dos proprietários ou gerentes. Tudo leva a pensar que a categoria dos artesãos passou por transformações internas, praticamente semelhantes à transformação sofrida pelos comerciantes, ou seja, o rápido desenvolvimento do artesanato de luxo e de arte que, exigindo a posse de um patrimônio econômico, além de um capital cultural, veio compensar o declínio das camadas mais desfavorecidas do artesanato tradicional. Compreende-se que a diminuição do volume dessas categorias médias seja acompanhada por uma elevação do capital cultural avaliado pelo nível de instrução.

Artesãos ou comerciantes de luxo, de cultura ou de arte, gerentes de “boutiques” de confecção, revendedores de “griffes”, comerciantes de roupas e adereços exóticos ou de objetos rústicos, de discos, antiquários, decoradores, *designers*, fotógrafos ou, até mesmo, proprietários de restaurantes ou de “bistrotts” da moda, “ceramistas” interioranos e livreiros de vanguarda empenhados em prolongar, para além dos estudos, o estado de indistinção entre o lazer e o trabalho, a militância e o diletantismo, característico da condição estudantil, todos estes vendedores de bens ou serviços culturais encontram – em profissões ambíguas, à medida de seus desejos, em que o sucesso depende, no mínimo, tanto da distinção sutilmente desenvolvida do vendedor e, também, de seus produtos quanto da natureza e qualidade das mercadorias – um meio de obter o melhor rendimento para um capital cultural em que a competência técnica conta menos que a familiaridade com a cultura da classe

dominante e o controle dos signos e emblemas da distinção e do gosto. Eis outros tantos traços que predisõem esse novo tipo de artesanato e comércio – com elevado investimento cultural, tornando possível a rentabilidade da herança cultural diretamente transmitida pela família – a servir de refúgio aos filhos da classe dominante eliminados pela Escola.

O tempo de compreender

Entre os efeitos do processo de inflação dos diplomas e da desvalorização correlata que, aos poucos, obrigou todas as classes e frações de classe – a começar pelas que mais utilizam a escola – a intensificar incessantemente a utilização da escola e, assim, por sua vez, contribuir para a superprodução de diplomas, o mais importante é, sem qualquer dúvida, o conjunto de estratégias implementadas pelos detentores de diplomas desvalorizados para manter a posição herdada ou obter, por intermédio dos diplomas, o equivalente real ao que estes garantiam em um estado anterior da relação entre diplomas e cargos.

Sabendo que a garantia do diploma – cuja proximidade, neste aspecto, ao título de nobreza é maior que à espécie de título de propriedade em que é transformado pelas definições estritamente técnicas – baseia-se, na experiência social, em algo infinitamente maior, além de ser diferente, do que o direito de ocupar uma posição e a capacidade de desempenhá-la, imagina-se facilmente que os detentores de diplomas desvalorizados sentem pouca propensão a perceber (de qualquer modo, isso é difícil) e reconhecer a desvalorização de diplomas aos quais estão fortemente identificados de um ponto de vista objetivo (em grande parte, eles são constitutivos de sua *identidade social*) e, ao mesmo tempo, subjetivo. No entanto, a preocupação em salvaguardar a auto-estima – que impele o indivíduo a apegar-se ao *valor nominal* dos diplomas e cargos – não chegaria a sustentar e impor o desconhecimento dessa desvalorização se não encontrasse a cumplicidade de mecanismos objetivos, dos quais os mais importantes são, por um lado, a histerese do *habitus* que leva a aplicar, ao novo estado do mercado de diplomas, determinadas categorias de percepção e de apreciação correspondentes a um estado anterior de oportunidades objetivas de avaliação e, por outro, a existência de mercados relativamente autônomos em que o ritmo da desvalorização dos diplomas é menos rápido.

O efeito de histerese será tanto mais acentuado quanto mais distante estiver do sistema escolar e mais reduzida ou abstrata for a informação no mercado dos diplomas. Entre as informações constitutivas do capital cultural herdado, uma das mais preciosas é o conhecimento prático ou erudito das flutuações desse mercado, ou seja, o *sentido do investimento* que permite obter o melhor rendimento, no mercado escolar, do capital cultural herdado ou, no mercado de trabalho, do capital escolar; nesse caso, convém ter argúcia para abandonar a tempo, por exemplo, os ramos de ensino ou as carreiras desvalorizados para se orientar em direção a ramos de ensino ou carreiras de futuro, em vez de agarrar-se aos valores escolares que, em um estado anterior do mercado, proporcionavam os mais elevados lucros. Ao contrário, a histerese das categorias de percepção e de apreciação faz com que os detentores de diplomas desvalorizados se tornem, de alguma forma, cúmplices de sua própria mistificação já que, por um efeito típico de *alodoxia*, atribuem aos títulos desvalorizados que lhes são outorgados um valor que,

os
to
la

ta
is
ta
er
is
o
is

e
s
e
e
s
a
a
o
e
r
e
o
s
s
l

,
.
:
,

objetivamente, não lhes é reconhecido: assim, explica-se que os mais desprovidos de informação no mercado dos diplomas – que, desde há muito, sabem reconhecer, por trás da estagnação do salário nominal, o definhamento do salário real – tenham continuado a procurar e aceitar os certificados escolares que recebem como pagamento de seus anos de estudos – e, inclusive, quando são os primeiros a serem atingidos, em decorrência da falta de capital social, pela desvalorização dos diplomas.

O apego a uma representação antiga do valor do diploma, facilitada pela histerese do *habitus*, contribui, sem dúvida, para a existência de mercados em que os diplomas podem escapar (pelo menos, na aparência) à desvalorização; de fato, o valor vinculado, objetiva e subjetivamente, a um diploma apenas se define ao serem levados em consideração todos os seus usos sociais. É assim que a avaliação dos diplomas que se efetua nos grupos de interconhecimento mais diretamente testados, tais como o conjunto dos pais, vizinhos, condiscípulos (a “turma”), colegas, pode contribuir para mascarar consideravelmente os efeitos da desvalorização. Todos esses efeitos de desconhecimento individual e coletivo nada têm de ilusório já que podem, por um lado, orientar realmente as práticas e, em particular, as estratégias individuais e coletivas que visam afirmar ou restaurar, na objetividade, o valor vinculado subjetivamente ao diploma ou cargo e, por outro, contribuir para determinar sua reavaliação real.

Sabendo que, nas transações em que se define o valor de mercado do diploma, a força dos vendedores da força de trabalho depende, se deixarmos de lado seu capital social, do valor dos diplomas – e tal operação ocorre de forma tanto mais estreita quanto mais rigorosa tiver sido a codificação da relação entre diploma e cargo (aliás, esse é o caso nas posições estabelecidas em oposição às novas posições) –, observa-se que a desvalorização dos diplomas serve diretamente aos interesses dos detentores de cargos: se os diplomados estão vinculados ao valor nominal dos diplomas – ou seja, o que estes garantiam, por direito, no estado anterior –, os detentores de cargos mantêm o mesmo tipo de vínculo com o valor real dos diplomas, aquele que se determina, no momento considerado, na concorrência entre titulares (os efeitos dessa espécie de desqualificação estrutural vêm acrescentar-se a todas as estratégias de desqualificação implementadas, há muito tempo, pelas empresas). Nessa luta – que será tanto mais desigual quanto menor for o valor relativo do diploma na hierarquia dos diplomas e quanto maior for sua desvalorização –, pode ocorrer que, para defender o valor de seu diploma, o único recurso do diplomado seja a recusa em vender sua força de trabalho pelo preço que lhe é oferecido; nesse caso, a escolha de permanecer no desemprego assume o sentido de uma greve (individual).³⁵

Uma geração enganada

A defasagem entre as aspirações produzidas pelo sistema escolar e sua oferta concreta de oportunidades é, em uma fase de inflação dos diplomas, um fato estrutural que, em diferentes graus – segundo a raridade dos respectivos diplomas e segundo sua origem social –, afeta todos os membros de uma geração escolar. Tendo ingressado, recentemente, no ensino secundário, as classes são levadas a esperar, pelo simples fato desse acesso, o que este proporcionava no tempo em que, praticamente, estavam excluídas desse ensino. Tais aspirações – que, em outro tempo e para outro público, haviam sido

perfeitamente realistas por corresponderem a oportunidades objetivas – são freqüentemente desmentidas, de forma mais ou menos rápida, pelos veredictos do mercado escolar ou do mercado de trabalho. O menor paradoxo do que é designado por “democratização escolar” não será precisamente o fato de ter sido necessário que as classes populares – até então, sem terem dado importância ou terem aceito inadvertidamente a ideologia da “escola libertadora” – passassem pelo ensino secundário para descobrir, mediante a relegação e a eliminação, a escola conservadora? A desilusão coletiva que resulta da defasagem estrutural entre as aspirações e as oportunidades, entre a identidade social que o sistema de ensino parece prometer ou aquela que propõe a título provisório e a identidade social que oferece, realmente, para quem sai da escola, o mercado de trabalho, encontra-se na origem da desafeição em relação ao trabalho e com as manifestações de *recusa da finitude social*, aliás, raiz de todas as fugas e de todas as recusas constitutivas da “contracultura” adolescente. Sem dúvida, essa discordância – e o desencantamento engendrado por seu intermédio – assume formas diferentes, do ponto de vista objetivo e subjetivo, segundo as classes sociais. É assim que, para os jovens oriundos da classe operária, a passagem pelo ensino secundário e pelo estatuto ambíguo de “estudante”, provisoriamente liberado das necessidades do mundo do trabalho, tem o efeito de introduzir falhas na dialética das aspirações e das oportunidades que induziam a aceitar, às vezes, com solicitude (como acontecia com os filhos de mineiros que identificavam sua entrada no estatuto de homem adulto com a descida à mina), quase sempre como algo evidente, o destino social. O mal-estar no trabalho experimentado e manifestado, de maneira particularmente intensa, pelas vítimas mais evidentes da desclassificação – por exemplo, aqueles *bacheliers* condenados a desempenhar o papel de operário sem qualificação ou de carteiro – é, de certo modo, comum a uma geração inteira; e se ele se exprime através de formas insólitas de luta, de reivindicação ou de evasão, muitas vezes, mal compreendidas pelas organizações tradicionais de luta sindical ou política, é porque está em jogo outra coisa e algo mais do que o posto de trabalho – ou, como se dizia outrora, a “situação”. Questionados, profundamente, em sua identidade social, na imagem de si mesmos, por um sistema escolar e um sistema social que se limitaram a apresentar-lhes vãs promessas, eles só conseguem restaurar sua integridade pessoal e social respondendo com uma recusa global a esses veredictos. Tudo se passa como se sentissem que, em vez de um fracasso individual – como ocorria anteriormente, vivido, com os incentivos do sistema escolar, como imputável aos limites da pessoa – o que está em jogo é a própria lógica da instituição escolar. A desqualificação estrutural que afeta todos os membros da geração, levados a obter de seus diplomas um resultado bem menor do que aquele que teria sido conseguido pela geração precedente, encontra-se na origem de uma espécie de desilusão coletiva que predispõe essa geração enganada e desiludida a estender, a todas as instituições, a revolta mesclada de ressentimento que lhe inspira o sistema escolar. Essa espécie de humor antiinstitucional (que se alimenta de crítica ideológica e científica) conduz, no limite, a uma espécie de denúncia dos pressupostos tacitamente assumidos da ordem social, a uma suspensão prática da adesão dóxica aos desafios que ela propõe, aos valores que professa e à recusa dos investimentos que são a condição de seu funcionamento.

ão
do
or
as
to
io
io
s,
ie
a,
e
s
a
o
s
o
s
s
s
s
s



Novas modalidades de trabalho em série



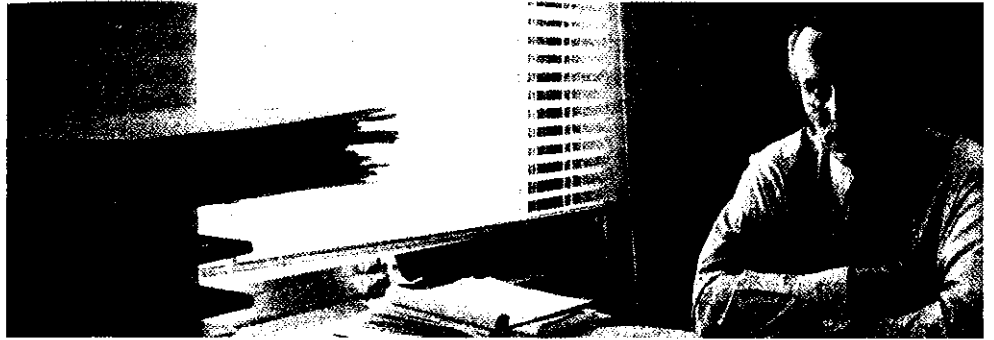
Compreende-se que o conflito entre as gerações que se exprime não só no âmago das famílias, mas também na instituição escolar, nas organizações políticas ou sindicais – e, sobretudo, talvez, no ambiente do trabalho sempre que, por exemplo, os autodidatas à moda antiga que, trinta anos atrás, haviam iniciado sua atividade com um certificado de estudos ou um *brevet**, além de uma imensa boa vontade cultural, encontram-se confrontados com jovens *bacheliers* ou com autodidatas de novo estilo que introduzem na instituição seu humor antiinstitucional – assuma, muitas vezes, a forma de um conflito derradeiro sobre os próprios fundamentos da ordem social: por ser mais radical e, também, mais incerta que a contestação política em sua forma habitual, essa espécie de humor desencantado, evocador daquele que havia caracterizado a primeira geração romântica, opõe-se, de fato, aos dogmas fundamentais da ordem pequeno-burguesa, tais como “carreira”, “situação”, “promoção”, “avanço”.

Em 1962, entre os operários sem qualificação, na faixa etária de 15 a 24 anos, somente 1,5% possuíam o BEPC e 0,2% o *baccalauréat* ou um diploma de ensino superior, ao passo que as taxas correspondentes, em 1975, elevavam-se a 8,2% e 1,0%. Desde 1962, contava-se entre os empregados e, até mesmo, entre os mais velhos, uma parcela relativamente forte de diplomados; a parcela dos diplomas mais elevados aumenta mais rapidamente entre os mais jovens que entre os mais velhos, de modo que a parcela dos diplomas elevados torna-se mais forte entre os primeiros do que entre os segundos (em 1962, 25% dos empregados com idade compreendida entre 15 e 24 anos possuíam o *brevet*, 2% o *bac* e 0,2% um diploma de faculdade ou de *grande école* contra 38%, 8% e 1,7% em 1975 – para os mais velhos, as taxas correspondentes eram de 16,1%, 3,3% e 1,4%). Além de todas as transformações das relações entre colegas de gerações diferentes que estão inscritas nessas distribuições, convém levar em consideração as transformações da relação com o trabalho que resultam da instalação em *postos*, muitas vezes, *degradados* (com a automatização e todas as formas de mecanização das tarefas que transformam numerosos empregados em operários sem qualificação das grandes burocracias) de agentes providos de diplomas mais elevados do que era habitual no passado. Tudo permite supor que a oposição entre o rigor, um tanto estrito dos mais velhos, e a descontração dos mais jovens – percebida, sem dúvida, como displicência – combinada, em particular, com a barba e os cabelos compridos, atributos tradicionais da boêmia intelectual ou artística, exprime algo além de uma simples oposição entre gerações.



* No sistema de ensino francês, este diploma obtinha-se após a realização de um curso profissionalizante de 2 anos, depois de concluído o 1º ciclo. (N.T.)

igo
s -
s à
de
se
na
ito
m,
or
ca,
10



Os desencantados

“De início, fiz sondagens de opinião. Eu tinha encontrado um amigo de L. que já fazia esse trabalho. Eu tinha a lista de todas as agências de pesquisas de Paris. Telefonei, andei à procura durante dois meses, finalmente, arranjei emprego. Em seguida, ao fim de vários meses, deixaram de me chamar, já não havia mais sondagens. Eu tinha direito ao ‘seguro desemprego’ (1.000 F por mês); vivemos desta forma durante sete meses. Em seguida, fizemos as vindimas durante dois meses. E depois, voltei a fazer sondagens, mais ou menos, durante sete meses, eu tinha um contrato por tempo determinado, mas abandonei a agência, lá dentro só havia lésbicas, elas davam o trabalho por capricho, fui embora. De qualquer modo, cada um de nós trabalha um pouco, cada um por sua vez. Em um tipo de sociedade como essa, o trabalho para mim não é o essencial. Se estivesse na China, aí, talvez, eu pudesse trabalhar dez horas por dia” (F, 24, casada, *baccalauréat* e alguns meses da faculdade de letras, o pai vive de rendimentos).

“Quem toma bomba no *bac* é posto logo à margem: em determinado momento, não há mais orientação possível e, além disso, não se vê a utilidade dos empregos que a gente possa encontrar.

Sempre fiz uns biscates sem grande interesse; então, faço economias para poder ficar parado durante alguns meses. De qualquer maneira, prefiro estar parado para não criar hábitos.

Depois de ter tomado bomba no *bac*, fui monitor em uma colônia de férias. Em seguida, encontrei trabalho em um jornal de Dreux. Eu era redator estagiário, mas ao final de dois meses, eu tinha de obter a carteira de jornalista, então, tornei-me *free-lancer*, mas, certamente, eu não devia agradar ao pessoal. Tudo o que eu escrevia, passava por um crivo. Eu também tirava fotos. Mas havia relações de força no trabalho, eu não era suficientemente combativo, aliás, não tinha vontade de lutar. Ao cabo de seis meses, já não me confiavam mais serviço e fui embora. Em seguida, deixei-me levar pelo mito da administração, inscrevi-me para trabalhar nos Correios. Durante três semanas estive na triagem. Senti-me constrangido, eu havia entrado em um mundo de trabalho que eu não conhecia. Não foram tanto as pessoas que me fizeram impressão, mas talvez as relações entre elas, a denúncia, não havia a mínima solidariedade. Ao final de três semanas, pedi a conta: éramos cinco auxiliares, houve um que havia sido despedido de um dia para o outro (atrasou-se 15 minutos durante um intervalo), então, os outros pediram a conta. O cúmulo é que você acabou de tomar bomba no *bac* e os estudos nunca chegaram a despertar-lhe o interesse e, de repente, você se vê considerado como intelectual.

Em seguida, encontrei, pela A.N.P.E. [Agência Nacional para o Emprego], um trabalho de contabilidade em um organismo de fiscalização da carne bovina. E depois, tinha tido uma história de comissão que não foi dada para todo o mundo, então, depois

ue
is.
m
is.
ra
s,
to
is
ra
a
z
o

de uma descompostura, fui embora. Eu tinha agüentado aí, dois meses e meio. Em setembro, fiz um mês de vindimas e depois voltei à A.N.P.E. para arrumar trabalho. Fui entregador durante seis meses. Foi o negócio mais louco que já fiz. É um trabalho infernal, chega um momento em que você se torna completamente maluco sobre a moto, você tem a impressão de que todo o mundo quer acabar com você; desisti, já não suportava mais isso.

Depois de dois meses de desemprego, inscrevi-me na S.N.C.F. [Sociedade nacional das estradas de ferro], fui contratado para o período das férias, fazia as reservas eletrônicas (operador não sei o quê...), fiquei aí durante quatro meses e fui embora porque tinha a intenção de ir viver no campo, e ainda estou aí" (G., 21, tomou bomba no *baccalauréat* D, pai agente de polícia, mãe faxineira).

,
a

r
)

l
)
.

cf. C. Mathey, "Recherche de travail et temps de chômage: interviews de 50 jeunes travailleurs privés d'emploi", in *L'Entrée dans la vie active*, Cahiers du Centre d'études de l'emploi, 15, Paris, PUF, 1977, p. 479 e 658.

A luta contra a desclassificação

A contradição específica do modo de reprodução, com componente escolar, reside na oposição entre os interesses da classe que a Escola serve *estatisticamente* e os interesses dos membros da classe que ela sacrifica, ou seja, aqueles que são designados como “fracassados” e estão ameaçados de desclassificação por não possuírem os diplomas formalmente exigidos dos membros que usufruem de plenos direitos; sem esquecer os detentores de diplomas que, “normalmente” – ou seja, em um estado anterior da relação entre os diplomas e os cargos –, dão direito a uma profissão burguesa a quem, não sendo oriundo da classe, está desprovido do capital social necessário para obter o pleno rendimento de seus diplomas. A superprodução de diplomas, e sua decorrente desvalorização, tendem a se tornar uma constante estrutural quando as oportunidades teoricamente iguais de obter diplomas são oferecidas a todos os filhos da burguesia (tanto caçulas quanto primogênitos e tanto meninas quanto meninos), enquanto cresce também – em números absolutos – o acesso das outras classes a esses diplomas. As estratégias utilizadas – tanto por alguns que tentam escapar à desclassificação e recuperar sua trajetória de classe quanto por outros para prolongarem o curso interrompido de uma trajetória visada – constituem, atualmente, um dos fatores mais importantes da transformação das estruturas sociais: de fato, ao permitirem que os detentores de um capital social de relações herdadas possam suprir a ausência de diplomas ou obter o rendimento máximo dos diplomas que haviam tido a possibilidade de adquirir – orientando-se para áreas ainda pouco burocratizadas do espaço social (em que as disposições sociais contam mais que as “competências” garantidas pela escola) –, as estratégias individuais de recuperação conjugam-se com as estratégias coletivas de reivindicação que visam valorizar os diplomas e, por seu intermédio, obter a contrapartida que lhes estava garantida em um estado anterior, por um lado, para favorecer a criação de numerosas posições *semi-burguesas*, decorrentes da redefinição de posições antigas ou da invenção de novas e bem feitas posições destinadas a evitar a desclassificação aos “herdeiros” desprovidos de diplomas e, por outro, para oferecer aos “novos-ricos” uma contrapartida aproximada de seus diplomas desvalorizados.

As estratégias utilizadas pelos agentes para evitar a desvalorização dos diplomas que é correlata da multiplicação dos titulares encontram seu fundamento na defasagem, particularmente acentuada, em determinadas conjunturas e posições sociais, entre as oportunidades objetivamente oferecidas em determinado momento e as aspirações realistas que são apenas o produto de um outro estado de oportunidades objetivas: essa defasagem é, quase sempre, o efeito de um declínio em relação à trajetória individual ou coletiva que se encontrava inscrita como potencialidade objetiva na posição anterior e na trajetória que conduziu a essa posição. Esse efeito de *trajetória interrompida* faz com que as aspirações, semelhantes a um projétil impulsionado por sua inércia, desenhem, acima da trajetória real – a do filho e neto de ex-estudante da *Polytechnique* que se tornou engenheiro comercial ou psicólogo, ou a do *licencié* em direito que, por falta de capital social, tornou-se animador cultural –, uma trajetória não menos real e que, de qualquer modo, nada tem de imaginário no sentido atribuído, habitualmente, a essa palavra: inscrita no âmago das disposições, essa impossível potencialidade objetiva, espécie de esperança ou de promessa traída, é o que pode levar a uma aproximação, a despeito de todas as diferenças, entre os filhos da

burguesia que, do sistema escolar, não obtiveram os meios de prosseguir a trajetória mais provável para sua classe, e os filhos das classes médias e populares que, por falta de capital cultural e social, não conseguiram de seus diplomas o que estes garantiam em um outro estado do mercado – ou seja, duas categorias que, em particular, são impelidas a orientar-se para posições novas.

Quem pretende escapar à desclassificação pode produzir, de fato, novas profissões mais ajustadas a suas pretensões (socialmente fundamentadas em um estado anterior das relações entre os diplomas e os cargos) ou, então – em conformidade com suas pretensões, por meio de uma redefinição que implica uma reavaliação –, reordenar as profissões, cujo acesso é garantido por seus diplomas.³⁶ A conquista de um cargo por agentes que, sendo dotados de diplomas diferentes daqueles exibidos pelos ocupantes habituais, introduzem em sua relação com o cargo, considerado na sua definição técnica e social, determinadas aptidões, disposições e exigências desconhecidas, acarreta necessariamente transformações do cargo: entre aquelas que se observam quando os recém-chegados são portadores de diplomas de ensino superior, as mais visíveis são o *crescimento da divisão do trabalho* resultante da autonomização de uma parte das tarefas que, até então, eram garantidas, teórica ou praticamente, por profissões de extensão mais ampla (que se pense na diversificação das profissões de ensino ou de assistência) e, muitas vezes, a redefinição das carreiras vinculada à aparição de reivindicações novas em sua forma e em seu conteúdo. Tudo permite supor que a amplitude da redefinição de um cargo que resulta da mudança das propriedades escolares de seus ocupantes – e de todas as propriedades associadas – terá todas as possibilidades de ser tanto maior quanto mais importante for a *elasticidade* da definição técnica e social do cargo – é, inclusive, provável que ela cresça à medida que se sobe na hierarquia dos cargos – e quanto mais elevada for a origem social dos novos ocupantes, por conseguinte, menos propensos a aceitar as ambições limitadas, progressivas e previsíveis na escala de uma vida, dos pequeno-burgueses comuns. Essas duas propriedades não são, certamente, independentes: de fato, sejam eles conduzidos por seu senso de investimento ou por sua preocupação em não se rebaixarem, orientando-se para profissões estabelecidas, particularmente, odiosas em sua transparente univocidade, os filhos da burguesia ameaçados de desclassificação dirigem-se, prioritariamente, para as profissões antigas mais indeterminadas e para os setores em que se elaboram as novas profissões. Portanto, o efeito de redefinição criadora observa-se, sobretudo, nas ocupações com grande dispersão e pouco profissionalizadas e nos setores mais novos da produção cultural e artística, tais como as grandes empresas públicas ou privadas de produção cultural – rádio, televisão, *marketing*, publicidade, pesquisa em ciências sociais, etc. – em que os cargos e as carreiras ainda não adquiriram a rigidez das velhas profissões burocráticas e em que o recrutamento ainda se faz, quase sempre, por cooptação, ou seja, na base das “relações” e afinidades de *habitus*, em vez de levar em consideração os diplomas (deste modo, com maiores oportunidades de ter acesso aos estatutos intermediários entre os estudos e a profissão oferecidos, por exemplo, pelas grandes burocracias da produção cultural e tendo a possibilidade de “segurar” tal atividade por um período mais longo, em vez de ingressarem diretamente em uma ocupação bem definida com o inconveniente de ser definitiva – tal como a de professor –, os filhos da burguesia parisiense têm mais oportunidades de ingressar e serem bem-sucedidos em profissões, cujo acesso, de fato, só é garantido aos titulares de diplomas específicos – diploma

do *Institut des hautes études cinématographiques* ou da *École technique de photo et de cinéma*, *licence* de sociologia ou de psicologia, etc. – que estiverem em condições de juntar os diplomas reais a esses diplomas formais).³⁷

O peso relativo das diferentes categorias que participam do sistema de produção cultural transformou-se profundamente no decorrer das últimas duas décadas: as novas categorias de produtores assalariados que surgiram com o desenvolvimento do rádio e da televisão, ou dos organismos públicos ou privados de pesquisa (particularmente, em ciências sociais) registraram um crescimento considerável, assim como o corpo docente, sobretudo, em seus extratos inferiores, enquanto declinavam as profissões artísticas e jurídicas, ou seja, o artesanato intelectual; essas mudanças morfológicas, acompanhadas pelo desenvolvimento de novas instâncias de organização da vida intelectual – comitês de reflexão, de estudo, etc. – e de novos modos institucionalizados de comunicação – colóquios, debates, etc. – favorecem a aparição de produtores intelectuais mais diretamente subordinados à demanda dos poderes econômicos e políticos, assim como portadores de novos modos de pensamento e de expressão, além de novas temáticas e maneiras de conceber o trabalho intelectual e a função do intelectual. Poderia ocorrer que tais transformações – às quais deveríamos acrescentar, por um lado, o crescimento considerável da população de estudantes, posicionados em uma situação de aprendizes intelectuais, e, por outro, o desenvolvimento de todo um conjunto de profissões semi-intelectuais – tenham tido como efeito principal fornecer à produção “intelectual” aquilo que se encontrava à disposição exclusiva da “arte burguesa”, ou seja, um público bastante importante para justificar o desenvolvimento e funcionamento de instâncias específicas de produção e difusão, assim como a aparição, nas camadas do campo universitário e do campo intelectual, de uma espécie de alta vulgarização – cujo limite exemplar é representado pelos “novos filósofos” (Sobre a evolução das diferentes categorias socioprofissionais, ver L. Thévenot, “Les catégories sociales en 1975. L’extension du salariat”, in *Économie et statistique*, nº 91, juil-août 1977, p. 3-31. Por sua vez, sobre o desenvolvimento regular, entre 1962 e 1975, do setor de “estudos e consultoria às empresas” – consultores jurídicos, contábeis e financeiros, publicitários, escritórios de arquitetura, etc. – que recruta um grande número de mulheres e constitui uma perspectiva importante de emprego para os diplomados, ver P. Trogan, “Croissance régulière de l’emploi dans les activités d’études e de conseils”, in *Économie et statistique*, nº 93, oct. 1977, p. 73-80).

No entanto, o lugar por excelência dessa forma de mudança deve ser procurado no conjunto de profissões, cujo traço comum é o de garantir o máximo rendimento do capital cultural – boas maneiras, bom gosto ou, até mesmo, beleza física – que, transmitido diretamente pela família, não depende da inculcação, nem da consagração escolares, por serem produtos da interiorização das normas corporais em vigor na classe dominante: os ofícios artísticos ou semi-artísticos, intelectuais ou semi-intelectuais, assim como as profissões de consultoria (psicólogos, orientadores profissionais, fonoaudiólogos, esteticistas, conselheiros conjugais, nutricionistas, etc.), as profissões pedagógicas ou parapedagógicas (educadores, animadores culturais, etc.) ou as profissões de apresentação e representação (animadores de turismo, recepcionistas, guias artísticos, apresentadores de rádio ou de televisão, assessores de imprensa, etc.).

de
tar

ção
vas
da
ias
lo,
ja,
to
c.
m
es
o,
l.
o
e
s
o
e
e
e
o
;

A necessidade experimentada pelas burocracias públicas e, sobretudo, privadas, no que diz respeito ao exercício de funções de recepção e de acolhimento que diferem profundamente, tanto por sua amplitude quanto por seu estilo, daquelas que eram confiadas tradicionalmente a homens – diplomatas, membros de gabinetes ministeriais – oriundos, quase sempre, das frações da classe dominante mais ricas em capital social (aristocracia, antiga burguesia) e em técnicas de sociabilidade indispensáveis à manutenção desse capital, determinou a aparição de um conjunto de profissões femininas e de um *mercado legítimo para as propriedades corporais*. O fato de que algumas mulheres tirem um proveito profissional de *seu encanto*, o fato de que a beleza receba, assim, um valor no mercado de trabalho contribuiu, sem dúvida, para determinar, além de numerosas mudanças de normas relacionadas com o vestuário, a cosmética, etc., todo um conjunto de transformações éticas e, ao mesmo tempo, uma redefinição da imagem legítima da feminilidade: as revistas femininas e todas as instâncias legítimas em matéria de definições legítimas da imagem e do uso do corpo difundem a imagem da mulher encarnada por essas profissionais do encanto burocrático, racionalmente selecionadas e formadas, segundo uma carreira rigorosamente programada – com suas escolas especializadas, seus concursos de beleza, etc. –, tendo em vista desempenhar, segundo as normas burocráticas, as funções femininas mais tradicionais.

LAUORE – 8 abril 1966

A escola em que se adquire a “classe”

Se *Madame* pensa que seu marido não é o perfeito *gentleman* que a senhora gostaria de ter a seu lado; se a *Senhorita* acha que seu noivo, ou seu namorado, carece de requinte, indique-lhe, com tato, este endereço: 50, rue de Ponthieu. De fato, nesse local, Claude Lelief, diretora também da célebre escola de manequins Lucky, acaba de abrir a primeira “escola de bom gosto e de elegância francesa”.

No decorrer de dez aulas particulares, com duração de uma hora e meia, os alunos – cujas idades variam entre 18 e 60 anos – aprendem a vestir-se de modo chique e rebuscado (à semelhança de Cary Grant e do duque de Windsor que figuram entre os homens mais elegantes do mundo), a comportarem-se de maneira irrepreensível, a sentarem-se à mesa, além de conhecerem as flores e saberem como oferecê-las.

Eles familiarizam-se, igualmente, com a maneira de andar como um grande personagem deste mundo e de espirrar discretamente (segundo parece, em sete, apenas uma pessoa sabe fazê-lo). Em resumo, esta escola de bom gosto ensina o que passava por ser impossível de adquirir: a classe. Por sua vez, as representantes do sexo fraco aprenderão a arte, por um lado, de descer de um carro sem atrair os olhares indiscretos dos homens e, por outro, de rechaçar com tato as investidas de um empregador por demais atrevido.

Os celibatários que desejarem aperfeiçoar-se terão uma razão suplementar para freqüentar este estabelecimento: Michael, filho de um grande diplomata que faz questão de conservar o anonimato, aperfeiçoou um “curso acelerado de sedução”, cujas aulas revelam o modo de abrir – segundo suas próprias palavras – todos os corações femininos.

Uma profissão que prolonga sua vocação de mulher.

Uma recepcionista, segundo *Monsieur* Tunon – Presidente-fundador da Escola – é “uma moça, uma mulher jovem, que lhe presta serviço com o sorriso”.

Será possível que você nunca tenha constatado a gentileza, a amabilidade, a alegria de viver daquelas jovens que escolheram esse caminho?

O sorriso dessas jovens não é, de modo algum, um “sorriso profissional”!

É simplesmente a manifestação externa do pleno desabrochamento e da felicidade que lhes proporciona uma profissão em harmonia com seus desejos e sua personalidade.

De fato, no exercício de sua profissão, a recepcionista valoriza, em primeiro lugar, suas qualidades de mulher e prolonga sua vocação feminina.



O encanto, a elegância, a distinção, a graciosidade, todas essas qualidades que contribuem para o sucesso profissional de uma recepcionista são indispensáveis ao êxito da vida pessoal de qualquer mulher. E escolher a profissão de recepcionista é uma forma de pretender, também, emprestar equilíbrio e harmonia à sua própria vida.

Segundo episódio:

Como emagrecer sem contrariar sua vontade

Recorte seu rosto de uma foto de identidade para colá-lo nesta silhueta. Visualizar o objetivo, a finalidade de um regime ajuda a suportar a fome.

Elle, 23 oct. 1978



Nos setores mais indeterminados da estrutura social é que existe maior probabilidade de que sejam coroados de êxito os golpes de força visando produzir determinadas especialidades reservadas, particularmente as de “assessoria”, cujo exercício exige apenas uma forma racionalizada de uma competência cultural de classe. A constituição de um corpo socialmente reconhecido de especialistas de consultoria em matéria de sexualidade que está em vias de se realizar mediante a profissionalização progressiva de associações beneficentes, filantrópicas ou políticas, representa a forma paradigmática do processo pelo qual alguns agentes tendem a satisfazer seus interesses categoriais com a íntima convicção do desinteresse que se encontra na origem de qualquer proselitismo, valendo-se, junto às classes excluídas da cultura legítima, da parcela de legitimidade cultural de que haviam sido dotados pelo sistema de ensino para produzir a necessidade e a raridade de sua cultura de classe. Dos conselheiros conjugais aos vendedores de produtos dietéticos, todos aqueles que, atualmente, têm a profissão de oferecer os meios de cobrir a distância entre o ser e o dever-ser em tudo o que toca a imagem ou o uso do corpo, estariam impossibilitados de tomar qualquer iniciativa sem a cumplicidade inconsciente de todos aqueles que contribuem para produzir um mercado inesgotável para os produtos que eles oferecem ao imporem novos usos do corpo e uma nova *hexis* corporal, ou seja, aquela mesma que a nova burguesia da sauna, da sala de ginástica e do ski descobriu por si mesma, além de produzir outras tantas necessidades, expectativas e insatisfações: médicos e nutricionistas que, valendo-se da autoridade da ciência, impõem sua definição da *normalidade*, “tabelas de relações de peso e altura para o homem normal”, regimes alimentares equilibrados ou modelos de desempenho sexual; costureiros que conferem a sanção do bom gosto às medidas impossíveis dos manequins; publicitários que, nos novos usos obrigatórios do corpo, encontram a ocasião de inúmeros apelos à ordem – “vigie seu peso”, etc.; jornalistas que exibem e valorizam sua própria arte de viver nos semanários femininos e nas revistas para quadros ricos, produzidos por eles e por intermédio dos quais se dão em espetáculo; assim, todos concorrem, na própria concorrência que, às vezes, os opõe, para fazer progredir uma causa que servem tanto melhor na medida em que nem sempre têm consciência de estar a seu serviço, tampouco de serem servidos, estando a seu serviço. E a própria aparição dessa nova pequena burguesia – que, a serviço de sua função de intermediária entre as classes, coloca novos instrumentos de manipulação e determina, por sua própria existência, a transformação da posição e das disposições da antiga pequena burguesia – só será compreensível em referência às transformações do modo de dominação que, tendo substituído a repressão pela sedução, a força pública pelas relações públicas, a autoridade pela publicidade, os modos ríspidos pelos modos afáveis, espera que a integração simbólica das classes dominadas venha a ocorrer, de preferência, pela imposição das necessidades e não pela inculcação das normas.

As transformações do sistema escolar

Vê-se como seria ingênua a tentativa de reduzir – a um processo *mecânico* de inflação e desvalorização – o conjunto das transformações que, dentro e fora do sistema escolar, têm sido determinadas pelo crescimento massivo da população escolarizada; e, em particular, todas as mudanças que, através das transformações morfológicas ocorridas em todos os níveis do sistema escolar, assim como através das reações de defesa dos usuários tradicionais do sistema, têm afetado a organização e o funcionamento do sistema – por exemplo, a

multiplicação dos ramos de ensino sutilmente hierarquizados e das vias sem saída sabidamente dissimuladas que contribuem para lançar a confusão em relação à percepção das hierarquias. Por esclarecer melhor o assunto, no sistema de ensino secundário, pode ser estabelecida a oposição entre dois estados: no mais antigo, a própria organização da instituição, os ramos de ensino que ela propunha, as disciplinas que garantia e os diplomas que conferia, baseavam-se em cortes bem definidos e em fronteiras nítidas, de modo que a divisão entre o primário e o secundário determinava diferenças sistemáticas em todas as dimensões da cultura ensinada, dos métodos de ensino e das carreiras prometidas (é significativo que o corte tenha sido mantido ou, até mesmo, *fortalecido* nos lugares em que, a partir de então, começa a verificar-se o acesso à classe dominante, ou seja, no momento da entrada na classe de *seconde**, com a oposição entre a seção de "elite", a *seconde C*, e as outras, enquanto no nível do ensino superior se verifica a oposição entre as *grandes écoles* ou, mais precisamente, as escolas do poder, e as outras instituições). Por sua vez, no estado atual, a exclusão de grande massa de crianças das classes populares e médias deixou de operar-se na entrada para a classe de *sixième***, mas progressiva e insensivelmente, ao longo dos primeiros anos do secundário, através de formas *denegadas* de eliminação, a saber: o *atraso* (ou a *repetência*) como eliminação diferida; a *relegação* para os ramos de ensino de segunda ordem que implica um efeito de marcação e *estigmatização*, propício a impor o reconhecimento antecipado de um destino escolar e social; e, por último, a *outorga de diplomas desvalorizados*.³⁸

Se a representação das crianças das diferentes categorias socioprofissionais nas classes da *quatrième**** e de CPPN [Classe Pré-Profissionalizante de Nível] reflete a distribuição global da população economicamente ativa na França, as diferenças entre as classes já são manifestadas na distribuição entre as seções: a parcela das crianças que são, *de facto*, eliminadas desse ensino integral – ou seja, relegadas para os CPPN ou para as classes práticas – varia em razão inversa da hierarquia social, passando de 42% entre os assalariados agrícolas ou 29% entre os operários e o pessoal de serviço para 4% entre os quadros médios e 1% entre os quadros superiores. As crianças oriundas das classes populares são super-representadas no ensino técnico curto, mas a parcela dos filhos de quadros médios e de empregados cresce regularmente quando se vai da formação em um ano (CEP - *Certificat d'études professionnelles*), passando pelas CPA [Classes Preparatórias de Aprendizagem] (nas quais os filhos de artesãos são mais numerosos) e o primeiro ano de CAP [Certificado de Aptidão Profissional], até o BEP [*Brevet d'enseignement professionnel*] (do nível da classe de *seconde*) e a classe de *seconde* técnica, enquanto a parcela dos filhos de operários diminui paralelamente (a parcela dos filhos da classe dominante continua sendo ínfima). Mas se formos mais longe, observaremos que, no nível do CAP, os meninos das classes médias orientam-se, de preferência, para a eletricidade, em vez da construção civil, e seu leque de escolhas é mais extenso que o dos outros; por sua vez, as meninas das classes médias dirigem-se, com maior frequência, para as formações econômicas e financeiras, enquanto as crianças das classes populares são

* Corresponde, aproximadamente, ao 1º ano do secundário. (N.T.)

** Corresponde, aproximadamente, à 5ª série. (N.T.)

*** Corresponde, aproximadamente, à 7ª série. (N.T.)

ída
ção
ser
ão,
ria,
tre
da
o
ão,
sse
no
te,
de
da
os
a)
ca
de

es
io
io
as
n
%
is
o
e
s
s
o
)
e
,
,
)
,
)

mais representadas no setor de confecções. Ou, ainda, no nível do BEP, os meninos das classes médias, mais fortemente representados do que no nível do CAP, orientam-se de preferência para os serviços comerciais, enquanto os filhos de operários são majoritários no desenho industrial. Assim, deparamo-nos com uma profusão de ramos de ensino hierarquizados, desde o mais teórico e mais abstrato até o mais técnico e mais prático, cada um deles contendo uma hierarquia que obedece aos mesmos princípios – por exemplo, a oposição entre a eletricidade e a construção civil (cf. F. Oeuvarard, artigo a ser publicado). No nível da classe de *seconde*, as diferenças entre as classes sociais de origem – já nitidamente marcantes nas próprias taxas de representação – manifestam-se com toda a clareza na distribuição entre as seções: em um pólo, a classe de “elite”, a *seconde C*, em que os filhos de quadros médios e superiores, de profissões liberais, industriais e grandes comerciantes, representam mais da metade dos efetivos; e, no outro pólo, as classes especiais de *seconde* – “passarela” entre o segundo ciclo curto e o segundo ciclo integral, de fato, reservada a um reduzido número em que os filhos de operários são super-representados; e, entre os dois, as seções A, AB ou T. A desvalorização imposta pela recuperação e que atua como mecanismo propulsor, assim como a transformação dos cargos profissionais mais qualificados – que, em razão do progresso tecnológico, exige uma acentuada competência técnica de uma minoria –, fazem com que o recurso ao ensino técnico, mais ou menos longo, imponha-se de forma crescente às crianças da classe operária e, em particular, àquelas que são oriundas das camadas mais “favorecidas” – técnicos, operários com qualificação – dessa classe, como a condição da manutenção na posição e o único meio de escapar à carreira negativa que conduz ao subproletariado.

Enquanto o sistema com fronteiras fortemente marcadas levava a interiorizar as divisões escolares que correspondiam claramente a divisões sociais, o sistema com classificações imprecisas e confusas facilita ou permite – pelo menos, nos níveis *intermediários* do espaço escolar – determinadas aspirações, por sua vez, imprecisas e confusas, ao impor – de maneira menos estrita e, também, menos brutal do que era comum no antigo sistema, simbolizado pelo rigor impiedoso do concurso – o ajuste dos “níveis de aspiração” a barreiras e níveis escolares. Se é verdade que ele retribui uma grande parte dos usuários com diplomas desvalorizados – servindo-se dos erros de percepção induzidos pela profusão anárquica dos ramos de ensino e diplomas, a um só tempo, relativamente insubstituíveis e sutilmente hierarquizados –, ocorre que não lhes impõe um *desinvestimento* tão brutal quanto o antigo sistema; além disso, a confusão das hierarquias e das fronteiras entre os escolhidos e os excluídos, entre os verdadeiros e os falsos diplomas, contribui para impor a eliminação lenta, e a aceitação lenta de tal eliminação, sem deixar de facilitar a instauração – com o futuro objetivo – de uma relação menos realista e menos resignada do que o antigo *sensu dos limites* que constituía o fundamento de um *sensu* bastante agudo das hierarquias. Incentivada, de inúmeras formas, pelo novo sistema, a *alodoxia* é o que faz: por um lado, com que os relegados colaborem para sua própria relegação, superestimando os ramos de ensino adotados, supervalorizando seus diplomas e atribuindo-se possibilidades que, de fato, lhes são recusados; e, por outro, com que eles não aceitem realmente a verdade objetiva de sua posição e de seus diplomas. E as posições novas ou renováveis não exerceriam tal atrativo se – imprecisas e mal definidas, mal

localizadas no espaço social, não oferecendo, na maior parte das vezes, à maneira do ofício de artista ou de intelectual de outrora, qualquer um dos critérios materiais ou simbólicos, promoções, recompensas, aumentos que submetem à prova e servem de medida ao *tempo social* e, também, às hierarquias sociais – não deixassem uma margem tão grande às aspirações, permitindo assim escapar ao desinvestimento brutal e definitivo que, desde o começo da atividade até a aposentadoria, é imposto pelas profissões com limites e perfis bem traçados. O futuro indeterminado proposto por essas novas posições, privilégio até então reservado aos artistas e intelectuais, permite transformar o presente em uma espécie de *sursis incessantemente renovado*, além de tratar o que a antiga linguagem designava por *estado* como uma condição provisória, à maneira do pintor que, trabalhando em publicidade, continua a se considerar como um “verdadeiro” artista e afirmar, como justificativa, que esse ofício mercenário é apenas uma ocupação temporária que abandonará assim que tiver conseguido o suficiente para garantir sua independência econômica.³⁹ Essas profissões ambíguas permitem evitar o trabalho de desinvestimento e reinvestimento implicado na reconversão de uma “vocação” de filósofo em “vocação” de professor de filosofia, de artista-pintor em desenhista de publicidade ou em professor de desenho (evitar ou, pelo menos, adiar esse trabalho, indefinidamente, para mais tarde). Compreende-se que esses agentes “em liberdade provisória” estejam vinculados à educação permanente (ou com a permanência no sistema de educação) que – antítese perfeita do sistema dos grandes concursos, empenhado em marcar os limites temporais e significar de uma vez por todas, e o mais cedo possível, o fim do que está acabado – oferece um futuro aberto, sem limites.⁴⁰ E compreende-se também que, à maneira dos artistas, eles se submetam com tanta solicitude às modas e aos modelos estéticos e éticos da *juventude*, ou seja, uma forma de manifestar, para si e para os outros, que não estão acabados, definidos, no final de carreira ou das contas. As descontinuidades brutais, do tudo ou nada, entre os estudos e a profissão, a profissão e a aposentadoria, cedem o lugar a passagens por evoluções insensíveis e infinitesimais – que se pense em todas as ocupações temporárias ou semipermanentes, muitas vezes, assumidas por estudantes no final dos estudos, que envolvem as posições estabelecidas da pesquisa científica ou do ensino superior ou, em uma outra ordem, na aposentadoria progressiva oferecida pelas empresas de “vanguarda”. *Tudo se passa como se* a nova lógica do sistema escolar e do sistema econômico incentivasse a adiar, pelo período mais longo possível, o momento em que acaba por se determinar o limite para o qual tendem todas as mudanças infinitesimais, ou seja, o balanço final que, às vezes, assume a forma de uma “crise pessoal”. Será necessário dizer que o ajuste assim obtido entre as oportunidades objetivas e as aspirações é, ao mesmo tempo, mais sutil e mais sutilmente extorquido, assim como mais arriscado e mais instável? A imprecisão nas representações do presente e do futuro da posição é uma forma de aceitar os limites, apesar do esforço despendido para mascará-los que equivale a recusá-los ou, se preferirmos, uma forma de recusá-los, mas com a má-fé de um revolucionarismo ambíguo que tem como princípio o ressentimento contra a desclassificação em relação às expectativas imaginárias. Enquanto o antigo sistema tendia a produzir identidades sociais bem definidas, deixando pouco espaço ao onirismo social, assim como confortáveis e inspiradoras de confiança na própria renúncia que elas exigiam, sem concessões, a espécie de *instabilidade estrutural* da representação da identidade social e das aspirações que aí se encontram

legitimamente incluídas tende a remeter os agentes, por um movimento que nada tem de pessoal, do terreno da crise e da crítica sociais para o terreno da crítica e da crise pessoais.

As lutas de concorrência e a translação da estrutura

Vê-se como é ingênua a pretensão de resolver o problema da “mudança social” atribuindo à “renovação” ou à “inovação” um *lugar* no espaço social – para uns, o mais elevado e, para outros, o mais baixo – sempre alhures, em todos os grupos “novos”, “marginais” e “excluídos”, para todos aqueles cuja primeira preocupação consiste em introduzir, a qualquer preço, a “renovação” no discurso: caracterizar uma classe como “conservadora” ou “inovadora” – sem precisar sob qual aspecto – é, recorrendo tacitamente a um padrão ético, situado necessariamente do ponto de vista social, produzir um discurso que, praticamente, se limita a dizer o lugar de onde se articula porque faz desaparecer o essencial, ou seja, o *campo de lutas* como sistema de relações objetivas no qual as posições e tomadas de posição definem-se *relacionalmente* e que domina ainda as lutas que visam transformá-lo: é somente com referência ao espaço de disputa que as define e que elas visam manter ou redefinir, enquanto tal, quase completamente, que se pode compreender as estratégias individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, que visam conservar e transformar ou transformar para conservar.

As estratégias de reconversão são apenas um aspecto das ações e reações permanentes pelas quais cada grupo se esforça por manter ou modificar sua posição na estrutura social ou, mais exatamente, em um estágio da evolução das sociedades divididas em classes em que é impossível conservar a não ser pela modificação, *modificar para conservar*. No caso particular – embora seja o mais freqüente – em que as ações pelas quais cada classe, ou fração de classe, trabalha para conquistar novas vantagens, ou seja, levar vantagem em relação às outras classes, portanto, objetivamente, para *deformar a estrutura* das relações objetivas entre as classes – aquelas que registram as *distribuições* estatísticas de propriedades – são compensadas (portanto, anuladas *ordinalmente*) pelas reações, orientadas para os mesmos objetivos, das outras classes, a resultante de tais ações opostas, que se anulam no próprio movimento que elas suscitam, é uma *translação global* da estrutura da distribuição entre as classes, ou as frações de classes, dos bens que fazem parte do jogo da concorrência (esse é o caso das oportunidades de acesso ao ensino superior – cf. Tabela e Gráfico).

Na Tabela, lê-se a relação entre a evolução morfológica das diferentes classes e frações de classe, por um lado, e, por outro, a evolução do grau em que é utilizado, pelos membros dessas classes e frações de classe, o instrumento escolar de reprodução: o volume dos grupos – cujo modo de reprodução estava fundado, sobretudo, no início de período, na transmissão do patrimônio econômico – tende a diminuir ou permanecer estacionário, enquanto cresce, durante o mesmo tempo, a utilização da escola pelas crianças oriundas desses grupos que, em grande parte, irão engrossar as categorias assalariadas situadas no mesmo nível da hierarquia social; os membros das frações de classe em expansão morfológica – quadros médios e superiores, empregados – que, sendo ricos sobretudo em capital cultural, garantiam sua reprodução, principalmente, pelo recurso à escola, tendem a aumentar a escolarização dos filhos, praticamente, em proporção semelhante à que ocorre com as categorias

PLIN
PGEPI
implente
PGEPI/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

independentes que ocupam uma posição equivalente na estrutura das classes. A inversão da posição relativa dos empresários do comércio e dos empregados, por um lado, dos agricultores e operários, por outro, explica-se, ao mesmo tempo, pela intensificação do recurso à escola que se impôs às duas categorias, em declínio numérico, e pela elevação das características globais das estatísticas referentes a essas categorias (visível, por exemplo, em matéria de diplomas) que resulta da transformação de sua estrutura interna – no sentido de uma menor dispersão – e, mais precisamente, pelo fato de que seus extratos inferiores foram particularmente atingidos pela crise e compelidos ao desaparecimento ou à reconversão. As taxas de escolaridade configuradas no Gráfico são, sem dúvida, superestimadas pelo fato de que as estatísticas só levam em consideração os jovens recenseados em sua família – com exclusão daqueles que vivem sozinhos ou em internato, lar, etc. – e, sem dúvida, em grau cada vez mais elevado à medida que se desce na hierarquia social. O leve estreitamento do leque – evidenciado, aparentemente, no período mais recente – é imputável, por um lado, ao efeito de saturação que atinge as categorias mais elevadas e, por outro, ao fato de que a estatística ignora a distribuição dos adolescentes das diferentes classes entre os ramos de ensino que, por sua vez, estão fortemente hierarquizados. Entre 1967-1968 e 1976-1977, na classe de *seconde* do ensino público, a parcela dos filhos de operários – que, em 1975, representavam 40,7% dos jovens com 17 anos – permaneceu constante (passando de 25,7% para 25,9%), enquanto a parcela dos filhos de quadros e de membros das profissões liberais passava, no mesmo período, de 15,4% para 16,8%. Além disso, em 1976-1977, entre os alunos da classe de *seconde*, 57,6% dos filhos de quadros superiores e membros das profissões liberais encontravam-se na seção C – com predominância para as ciências – contra 20,6% dos filhos de assalariados agrícolas e 23,5% dos filhos de operários; ao contrário, 9,8% somente dos primeiros estavam em uma seção com predominância técnica contra 24,6% dos filhos de salarizados agrícolas e 28,7% dos filhos de operários (cf. F. Oeuvarard, *art. Cit.*). Tendências análogas observam-se no nível do ensino superior em que os estudantes oriundos das classes populares são crescentemente relegados para as faculdades de letras e ciências ou para as formações de curta duração com matiz técnico, enquanto os estudantes originários da classe dominante dirigem-se para as *grandes écoles*, para a faculdade de medicina e, em caso de reduzido sucesso escolar, para as *petites écoles* de comércio e de gestão.

Tabela 15 – Evolução morfológica das diferentes classes e evolução de sua relação com o sistema de ensino (1954-1968)

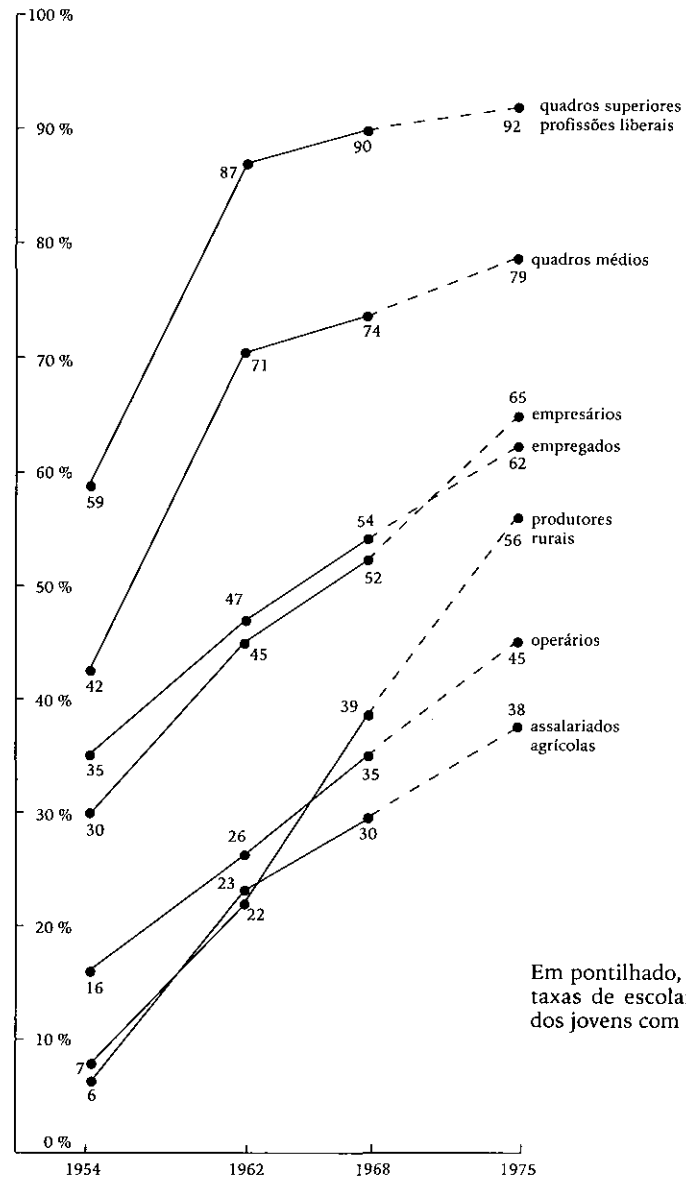
	Taxa de evolução morfológica (base 100 em 1954)	Taxa de titulares do BEPC e acima (homens) (%)		Probabilidades de acesso ao ensino superior (%)		Taxa de escolarização (16-18 anos) (%)		
		1962	1968	1961	1965	1954	1962	1968
assalariados agrícolas	53,7	0,8	1,6	0,7	2,7	8,0	23,3	29,7
produtores rurais	65,2	1,6	2,7	3,6	8	7,5	22,5	38,8
operários	122,8	2,0	2,9	1,4	3,4	16,3	26,1	35,4
empresários da indústria e do comércio	89	8,5	11,3	16,4	23,2	30	45,0	51,7
empregados	120,4	14,7	19,2	9,5	16,2	34,9	47,0	54,3
quadros médios	168,3	39,9	43,3	29,6	35,4	42,6	71,0	74,6
quadros superiores, profissões liberais	167,8	69,5	73,4	48,5	58,7	59,3	87,0	90,0

COLÉGIO
PGEPID
duplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

Gráfico 7 – Translação das taxas de escolarização dos jovens com idade de 16-18 anos, entre 1954 e 1968



Em pontilhado, estão indicadas as taxas de escolarização, em 1975, dos jovens com 18 anos.

Fontes: INSEE, *Recensements de la population 1954, 1962, 1968*.

Probabilidades de acesso ao ensino superior: P. Bourdieu, J. C. Passeron, *Les héritiers*, Paris, Ed. de Minuit, 1964, p. 15; e P. Bourdieu, J. C. Passeron, *La Reproduction*, Paris, Ed. de Minuit, 1970, p. 260.

Taxas de escolarização de jovens de 16 a 18 anos: *Données sociales*, INSEE, 1973, p. 105 (para 1975, cálculos elaborados a partir da sondagem ao 1/5º do censo, Tabela SCO 38 C).

FOLIA
 PGEPIID
 uplente
 PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
 encontra-se em anexo,
 Secretaria do PPG, antes
 minadora emitirá um dos

samente,

No caso das ciências sociais, o discurso científico não pode ignorar as condições de sua própria recepção: de fato, esta depende, em cada instante, do estado da problemática social em vigor que, por sua vez, é definida – pelo menos, em parte – pelas reações a um estado anterior desse discurso. Aqueles que, adotando a clareza pedagógica como álibi, simplificam, até o simplismo, as análises propostas nos livros *Les Héritiers* e *La Reproduction* – em seguida, aprofundadas por numerosos trabalhos, cujo efeito, no mínimo, consistiu em mostrar que elas ainda pecavam por excesso de simplificação – têm em comum com aqueles que as criticam sem compreendê-las, além do gosto pelas verdades simples, a incapacidade para pensar *de um ponto de vista relacional*. Com efeito, a obstinação ideológica é insuficiente para explicar determinadas ingenuidades, tais como aquela que consiste em falar de uma “alta do recrutamento médio” da universidade entre 1950 e 1960 – expressão que, praticamente, não tem qualquer sentido – e em tirar a conclusão de que a universidade burguesa transformou-se em “universidade dominada pelas classes médias” (cf. R. Boudon, “La crise universitaire française: essai de diagnostique sociologique”, in *Annales*, 3, mai-juin 1969, p. 747-748). Uma simples conferida à posição ocupada pelas faculdades – e, em particular, as faculdades de letras e ciências – na distribuição das instituições de ensino superior, segundo a origem social de sua clientela, é suficiente para fornecer a dimensão de tal análise estatística, comemorada em alto e bom som pelo autor do livro *Le Mal français* que deplora o fato de que esta não tenha tido todo o sucesso que merece, apresentando, assim outra prova de seu profundo conhecimento da realidade universitária (cf. A. Peyrefitte, *Le Mal français*, Paris, Plon, 1978, passim e, especialmente, p. 408-409 e p. 509-511): situadas no mais baixo escalão de um campo dominado evidentemente pelas *grandes écoles* – e, atualmente, ainda mais baixo (se forem julgadas pelo rendimento econômico e social dos diplomas que conferem) do que as menos prestigiosas e as mais recentes escolas de comércio que têm proliferado nos últimos anos –, as faculdades de letras e ciências possuem todas as propriedades dos lugares de rejeição, a começar pela taxa de “democratização” – e de feminilização – particularmente elevada que deixa encantados os avaliadores avaliados. O que dizer de quem viesse a medir a “democratização” do ensino secundário a partir da estrutura social de um CET [Colégio de ensino técnico] de Aubervilliers ou de um CES [Colégio de ensino secundário] de Saint-Denis*? Para falar de universidade “dominada pelas classes médias”, torna-se necessário, além do mais, operar uma confusão, consciente ou inconsciente, entre a *taxa de representação* das classes médias na população das faculdades – expressa pela porcentagem de estudantes oriundos das classes médias na população das faculdades – e as *oportunidades de acesso às faculdades* que, objetivamente, estão vinculadas a essas classes, entre a mudança da *composição social* das faculdades (que pode exercer efeitos importantes – por exemplo, em matéria de comunicação pedagógica, com a multiplicação de estudantes desprovidos dos pré-requisitos implicitamente exigidos no antigo sistema – inclusive, no caso em que um grupo venha a permanecer *dominado*

* À semelhança da maior parte das cidades periféricas das grandes metrópoles francesas, as aglomerações de Saint-Denis e Aubervilliers, situadas no subúrbio norte de Paris, albergam importantes conjuntos habitacionais destinados a emigrantes. (N.T.)

PL
PGEPI
duplente
PGEPI/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

*socialmente mesmo sendo dominante numericamente) e a evolução da estrutura das probabilidades de escolarização características das diferentes classes, tais como elas podem ser calculadas relacionando a parcela dos sobreviventes escolares de cada classe – para determinado nível do *cursus* – com o conjunto de sua classe de origem – e não com o conjunto de seus condiscípulos; ora, como se viu, tal estrutura sofreu uma simples translação para o alto e não uma verdadeira transformação.*

Processo semelhante de *desenvolvimento homotético* se observa, segundo parece, sempre que as forças e os esforços de grupos em concorrência por determinada espécie de bens ou diplomas raros tendem a equilibrar-se como em uma *corrida* em que, ao termo de uma série de ultrapassagens e de recuperações, as diferenças iniciais acabariam por manter-se, ou seja, sempre que as tentativas dos grupos, inicialmente, mais desprovidos para se apropriarem dos bens ou diplomas, até então, possuídos pelos grupos situados imediatamente *acima deles* na hierarquia social ou imediatamente *à sua frente* na corrida são praticamente compensados, em todos os níveis, pelos esforços despendidos pelos grupos mais bem posicionados para conservar a raridade e a distinção de seus bens e diplomas. Estamos pensando na luta que a venda dos títulos nobiliárquicos suscitou, na segunda metade do século XVI, no âmago da nobreza inglesa, desencadeando um processo auto-sustentado de inflação e desvalorização desses diplomas: os primeiros a serem atingidos foram os mais baixos, tais como *Esquire* ou *Arms*; em seguida, foi a vez do título de *Knigt* que se desvalorizou com tamanha rapidez que os mais antigos titulares tiveram de fazer pressão para obter a criação de um novo título, o de *Baronet*; no entanto, este novo título que vinha ocupar um vazio entre o *Knigt* e o par do reino apareceu como uma ameaça aos detentores do título superior, cujo valor estava vinculado a certa *distância*.⁴¹ Assim, os pretendentes conspiram em favor da ruína dos detentores pelo fato de se apropriarem dos títulos que faziam sua raridade: assim, a melhor forma de desvalorizar um título nobiliárquico é comprá-lo quando se é plebeu. Por sua vez, os detentores perseguem objetivamente a desvalorização dos pretendentes, seja abandonando, de algum modo, seus títulos para perseguir os mais raros, seja introduzindo, entre os titulares, determinadas diferenças associadas à antiguidade do acesso ao título (como a maneira). Segue-se que todos os grupos comprometidos na corrida, qualquer que seja a fila, só podem conservar sua posição, sua raridade e sua fila, com a condição de correrem para manter a distância em relação àqueles que os seguem imediatamente e, assim, com *sua diferença*, ameaçarem aqueles que os precedem; ou, sob outro aspecto, com a condição de aspirarem a ter o que os grupos situados logo à frente detêm no mesmo instante e que eles próprios obterão, embora *em um período ulterior*.

Os detentores dos diplomas mais raros podem também ficar, de algum modo, fora da corrida, do concurso ou da concorrência, pela instauração de um *numerus clausus*. O recurso a medidas desse tipo impõe-se, em geral, quando se revelam como insuficientes os mecanismos estatísticos que garantem “normalmente” a proteção da raridade do grupo privilegiado e cuja eficácia discreta e a verdadeira lógica – em particular, os critérios reais da eliminação – só podem ser apreendidas pela análise estatística: em vez da displicência – conveniente enquanto for garantida a proteção dos interesses do grupo privilegiado – aparece uma espécie de *proteccionismo* consciente que exige a *instituições*

COLEÇÃO
PGEPIID
suplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

para fazerem *às claras* o que era feito, de maneira invisível, por mecanismos que, aparentemente, decorriam de uma necessidade natural. Para se proteger contra um número excessivo de indivíduos, os detentores de diplomas raros e de cargos raros a que eles dão acesso, devem defender uma definição do cargo que é simplesmente a definição daqueles que ocupam esse cargo em determinado estado da raridade do diploma e do cargo: ao professor que o médico, o arquiteto ou o professor do futuro devem ser o que são atualmente, ou seja, o que eles próprios são, os diplomados inscrevem para toda a eternidade, na definição do cargo, todas as propriedades que lhe são conferidas pelo reduzido número de seus ocupantes – assim como as propriedades secundárias associadas a uma forte seleção, tais como uma elevada origem social – ou seja, pelos limites impostos à concorrência e, por conseguinte, às transformações que, por seu intermédio, o cargo acabaria por sofrer.

Às fronteiras estatísticas, que circunscrevem os grupos ao terreno “bastardo” mencionado por Platão, a propósito da fronteira do ser e do não-ser, desafio lançado ao poder de discriminação dos sistemas sociais de classificação – Jovem ou velho? Cidadino ou camponês? Rico ou pobre? Burguês ou pequeno-burguês? etc. –, o *numerus clausus* na forma-limite que lhe é atribuída pelas medidas discriminatórias cede o lugar, de modo bastante aproximado, aos limites bem definidos; aos princípios de seleção, de inclusão e de exclusão, baseados em uma pluralidade de critérios mais ou menos estreitamente associados entre si e, quase sempre, implícitos, ele cede o lugar a uma operação institucionalizada, portanto, consciente e organizada, de segregação e de discriminação, baseada em um único critério – nenhuma mulher, nem judeu ou negro – que evita qualquer falha da classificação. De fato, os grupos mais seletivos preferem evitar a brutalidade das medidas discriminatórias e acumular os encantos da ausência aparente de critérios; deste modo, os membros do grupo alimentam a ilusão de uma escolha baseada na singularidade da pessoa, assim como as certezas da seleção que garante o máximo de *homogeneidade* ao grupo.

Para proteger sua *homogeneidade*, os clubes chiques submetem os pretendentes a procedimentos bastante estritos, tais como proposta de candidatura, recomendação e, às vezes, apresentação – no sentido próprio – por padrinhos já membros do clube há vários anos, escolha confiada à assembléia dos membros ou a um comitê de admissão, compra de cota cujo valor é, às vezes, extremamente elevado (5.000 F por pessoa, em 1973, no *Cercle du Bois de Bologne*; 9.500 F, no clube de golfe de Saint-Cloud, em 1975) a que vem juntar-se a soma das mensalidades (em Saint-Cloud, seu valor anual elevava-se a 2.050 F). De fato, seria inútil tentar determinar se as regras formais que servem, sobretudo, para proteger o grupo contra o que se encontra fora dele e não tanto contra as outras classes, excluídas de antemão, mas contra as outras frações de classe ou contra os novos-ricos da própria fração – aliás, na maior parte das vezes, elas não chegam a ser aplicadas – são feitas para dissimular a arbitrariedade da escolha ou se, ao contrário, a arbitrariedade exibida, ao confiar o cuidado em relação à escolha a um tato indefinível, é feita para dissimular as regras oficiais. “É conforme a cara do cliente”, diz um presidente de círculo, enquanto um outro afirma: “Existem clubes em que há necessidade de arranjar dois padrinhos e todo o mundo pode entrar; outros clubes exigem também dois padrinhos

COLÍD
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

e aceitam quase todo o mundo; e, ainda, outros clubes que, apesar da apresentação de dois padrinhos, criam entraves demais para uma nova admissão”. Além disso, tudo depende do peso dos padrinhos: “O tempo de espera é, em geral, de dois ou três anos; com bons padrinhos, a admissão é automática” (Diretor de empresa, membro do *Cercle du Bois de Bologne*). Do mesmo modo, apesar de não ser exigida oficialmente a hereditariedade para ter direito a filiar-se, pergunta-se a uma moça que deseje inscrever-se neste *Cercle* se o pai ou o primogênito já são membros do círculo. Tudo parece indicar que, embora um grande número desses clubes se organizem oficialmente em torno de uma atividade rara e seletiva – golfe, pólo, caça, cavalo, tiro aos pombos, vela – que não passa, freqüentemente, de um pretexto, os clubes chiques opõem-se aos clubes especializados, cujos membros definem-se pela posse de uma propriedade comum – por exemplo, um barco no caso do *Cercle de la voile* [Círculo da vela] de Paris – por meio da qual levam em consideração a totalidade da pessoa social, todo o capital social de que esta é portadora; eis um procedimento que é tanto mais importante quanto maior for o prestígio e maior for a preocupação dos membros em constituir uma comunidade total de interesses e valores (à semelhança do que se passa com o *Jockey Club*, o *Cercle du Bois de Boulogne* ou o *Nouveau Cercle*).

Pelo fato de que a verdade dos critérios de escolha só pode vir de fora, ou seja, de uma *objetivação* que, de antemão, é rejeitada como redutora e sumária, o grupo pode ficar convencido de que sua própria reunião tem como único princípio o sentido indefinível da conveniência proporcionada somente pela filiação. O milagre da escolha mútua atinge sua perfeição com os grupos de intelectuais que não têm a ingenuidade de conceder o mínimo de objetivação necessária para se constituírem em clube: pelo fato de confiarem no sentido quase místico da participação que define precisamente os participantes, eles condenam os excluídos – que não podem apresentar outra prova da existência do grupo exclusivo senão aquela que exibem, contra sua vontade, com sua própria denúncia – a lutar contra uma químera ao pretenderem indicar os limites invisíveis que os separam dos escolhidos. Se os grupos intelectuais e, sobretudo, os mais prestigiosos, encontram-se tão formidavelmente protegidos contra a objetivação não é somente porque têm necessidade dessa proteção para controlar praticamente os mecanismos que definem a filiação e porque aqueles que estão protegidos não são evidentemente os mais propensos a objetivá-los, enquanto aqueles que não dispõem dessa proteção correm sempre o risco de ignorar o essencial e, de qualquer modo, são suspeitos de serem impelidos, em decorrência de sua expulsão, a uma visão de ressentimento, portanto, redutora; mas também porque só é possível objetivar o jogo intelectual com a condição de colocar em jogo sua própria participação no jogo, o que é um risco irrisório e, ao mesmo tempo, absoluto.

A dialética da desclassificação e da reclassificação – que se encontra na origem de toda a espécie de processos sociais – implica e impõe que todos os grupos envolvidos avancem no mesmo sentido, em direção aos mesmos objetivos, ou seja, as mesmas propriedades, aquelas que lhes são designadas pelo grupo que ocupa a primeira posição na corrida e que, por definição, são propriedades inacessíveis aos seguintes já que, sejam elas quais forem, em si mesmas e para elas próprias, são modificadas e

PLURID
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

qualificadas por sua raridade distintiva; além disso, *elas deixarão de ser o que são* desde que, multiplicadas e divulgadas, vierem a se tornar acessíveis a grupos de condição inferior. Assim, por um paradoxo aparente, a manutenção da ordem – ou seja, do conjunto das *distâncias*, diferenças, posições, precedências, prioridades, exclusividades, distinções, *propriedades ordinais* e, por conseguinte, das *relações de ordem* que conferem a estrutura a determinada formação social – é garantida por uma mudança incessante das propriedades substanciais (ou seja, não relacionais). Daí, decorre que a ordem estabelecida em determinado momento é, inseparavelmente, uma ordem temporal, uma *ordem das sucessões*; neste caso, cada grupo tem como passado o grupo imediatamente inferior e, como futuro, o grupo superior – compreende-se a pregnância dos modelos evolucionistas. Os grupos em concorrência estão separados por diferenças que, no essencial, situam-se *na ordem do tempo*. Não é por acaso que este sistema reserva um espaço tão importante ao *crédito*: a imposição de legitimidade que se realiza através da luta de concorrência e reduplicada por todas as ações de proselitismo cultural, ou seja, violência branda exercida com a cumplicidade das vítimas e capaz de fornecer à imposição arbitrária das necessidades a aparência de uma missão libertadora, sugerida por aqueles que a suportam, tende a produzir a pretensão como necessidade que preexiste aos meios de se satisfazer adequadamente; e contra uma ordem social que reconhece, inclusive, aos mais desprovidos o direito a todas as satisfações, embora a prazo, a longo prazo, a pretensão só pode escolher o crédito que permite ter a fruição imediata dos bens prometidos, mas que contém a aceitação de um futuro que é apenas a continuação do presente, ou o *símile* – falsos carros de luxo e férias de falso luxo. No entanto, a dialética da desclassificação e da reclassificação está predisposta a funcionar, também, como um *mecanismo ideológico* – cujos efeitos são intensificados pelo discurso conservador – que, na própria impaciência que leva à fruição imediata pelo crédito, tende a impor aos dominados, sobretudo, quando eles comparam sua condição presente à condição passada, a ilusão de que lhes basta esperar para obter o que, de fato, só conseguirão por meio de suas lutas: ao situar a diferença entre as classes na ordem das sucessões, a luta da concorrência instaura uma diferença que, à maneira daquela que separa o *predecessor do sucessor* em uma ordem social regulamentada por leis sucessórias bem estabelecidas, é, ao mesmo tempo, a mais absoluta e a mais intransponível – já que só resta esperar, às vezes, uma vida inteira, à semelhança dos pequeno-burgueses que entram em casa no momento da aposentadoria; outras vezes, várias gerações, como todos aqueles que se esforçam por prolongar nos filhos sua própria trajetória truncada⁴² – e a mais irreal, a mais evanescente, já que a pessoa sabe que, de qualquer modo, conseguirá, se souber esperar, aquilo a que está destinada pelas leis inelutáveis da evolução. Em suma, em vez de condições diferentes, a luta de concorrência eterniza a *diferença das condições*.

Compreender esse mecanismo é, antes de mais nada, perceber a inutilidade dos debates que se engendram na alternativa escolar entre a permanência e a alteração, a estrutura e a história, a reprodução e a “produção da sociedade”, cujo princípio real é a dificuldade em admitir que nem todas as contradições e lutas sociais, e nem sempre, estão em contradição com a perpetuação da ordem estabelecida; é perceber que, para além das antíteses do “pensamento binário”, a permanência pode ser garantida pela

COL ID
PGEPID
supiente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

mudança e a estrutura perpetuada pelo movimento; é perceber que as “expectativas frustradas” engendradas, necessariamente, pela defasagem entre a imposição das necessidades legítimas – o que a linguagem mais *in* dos profissionais do marketing que as importam, adotam e impõem, designa por *must* – e o acesso aos meios de satisfazê-las, além de produzirem efeitos econômicos que permitam obter, direta ou indiretamente (por intermédio do crédito) um sobretrabalho, não ameaçam necessária e automaticamente a sobrevivência do sistema; é perceber que a diferença estrutural e as frustrações correlatas encontram-se na própria origem da reprodução por translação que garante a perpetuação da estrutura das posições através da transformação da “natureza” das condições. É, também, compreender o seguinte: aqueles que, apoiando-se em propriedades que podem ser chamadas cardinais, falam do “aburguesamento” da classe operária e aqueles que se empenham em refutá-los pela invocação das propriedades ordinais têm em comum, evidentemente, o fato de ignorarem que os aspectos contraditórios da realidade adotados por eles são, de fato, dimensões indissociáveis do mesmo processo. A reprodução da estrutura social pode realizar-se em e por uma luta de concorrência que conduz a uma simples translação da estrutura das distribuições enquanto, e somente enquanto, os membros das classes dominadas entrarem na luta *de forma desordenada*, ou seja, por meio de ações e reações que só se totalizam *do ponto de vista estatístico* pelos *efeitos externos* que as ações de uns exercem sobre as ações dos outros, fora de qualquer interação e transação, portanto, na objetividade, fora do controle coletivo ou individual e, quase sempre, contra os interesses individuais e coletivos dos agentes.⁴³ Essa forma particular de luta de classes, que é a luta da concorrência, é aquela que os membros das classes dominadas deixam-se impor quando aceitam os desafios que lhes são propostos pelos dominantes, luta *integradora* e, pelo fato da deficiência inicial, *reprodutora* já que aqueles que entram nessa espécie de corrida de perseguição – em que, desde a partida, estão necessariamente vencidos, como é testemunhado pela constância das distâncias – reconhecem implicitamente, pelo simples fato de concorrerem, a legitimidade dos objetivos perseguidos por aqueles que os perseguem.

Tendo estabelecido a lógica dos processos de concorrência – ou debandada – que condenam cada agente a reagir *isoladamente* ao efeito das numerosas reações dos outros agentes ou, mais exatamente, ao resultado da *agregação estatística* de suas ações isoladas, e que reduzem a classe ao estado de *massa* dominada por seu próprio número e sua própria massa, temos motivos suficientes para formular a questão, atualmente bastante debatida entre os historiadores,⁴⁴ relacionada com as condições – crise econômica, crise econômica ocorrida após um período de expansão, etc. – nas quais acaba por se interromper a dialética das oportunidades objetivas e das esperanças subjetivas, reproduzindo-se mutuamente: tudo leva a crer que um brusco desprendimento das oportunidades objetivas em relação às esperanças subjetivas sugeridas pelo estado anterior das oportunidades objetivas é de natureza a determinar uma ruptura da adesão que as classes dominadas – de repente, excluídas da corrida, objetiva e subjetivamente – atribuem aos objetivos dominantes, até então tacitamente aceitos e, por conseguinte, a tornar possível uma verdadeira reviravolta da tabela dos valores.

COLID
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

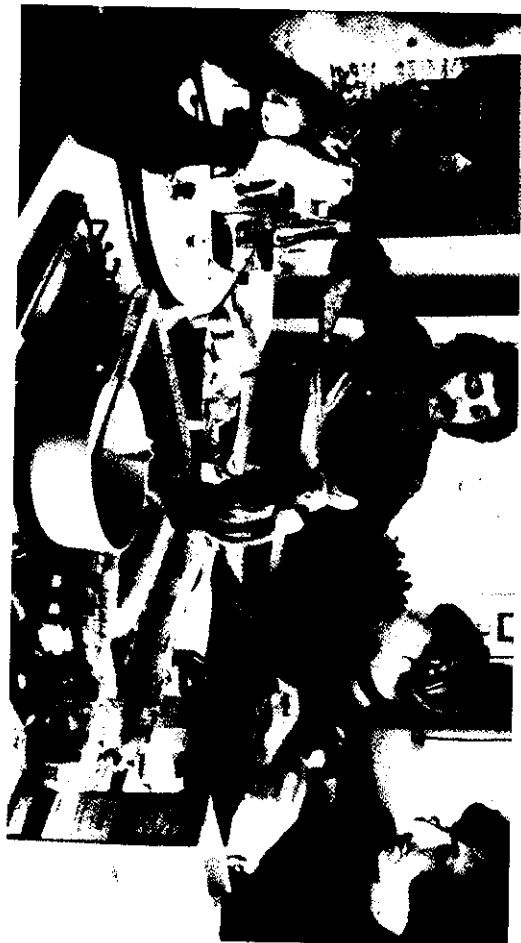
samente,

FUGI ID
PPGEPID
Suplente
PPGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes

minadora emitirá um dos

samente,



...SOLTA
...PGEPID
...suplente
...PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes

minadora emitirá um dos

samente,



O *habitus* e o espaço dos estilos de vida

Se, para evocá-lo, bastasse o fato de que ele possa apresentar-se sob a forma de um esquema, o espaço social tal como foi descrito é uma *representação abstrata*, produzida mediante um trabalho específico de construção e, à maneira de um mapa, proporciona uma visão panorâmica, um ponto de vista sobre o conjunto dos pontos a partir dos quais os agentes comuns – entre eles, o sociólogo ou o próprio leitor em suas condutas habituais – lançam seu olhar sobre o mundo social. Assim, ao fazer existir, na simultaneidade de uma totalidade perceptível obtida por uma só espiadela – aliás, aí está sua virtude heurística – determinadas posições, cuja totalidade e multiplicidade de suas relações nunca podem ser apreendidas pelos agentes, ele é para o espaço prático da existência cotidiana com suas distâncias, mantidas ou definidas, e seus semelhantes que podem estar mais longe do que os estranhos, o que o espaço da geometria é para o espaço hodológico da experiência comum com suas lacunas e descontinuidades. No entanto, o mais importante é, sem dúvida, que a questão desse espaço é formulada nesse mesmo espaço; que os agentes têm sobre este espaço, cuja objetividade não poderia ser negada, pontos de vista que dependem da posição ocupada aí por eles e em que, muitas vezes, se exprime sua vontade de transformá-lo ou conservá-lo. É assim que um grande número de palavras utilizadas pela ciência para designar as classes que ela constrói são emprestadas ao uso habitual em que servem para exprimir a visão – freqüentemente, polêmica – que os grupos têm uns dos outros. Como que impelidos por seu élan para uma maior objetividade, os sociólogos esquecem quase sempre que os “objetos” classificados por eles, além de produtores de práticas classificáveis objetivamente, são operações não menos objetivas de classificação, por sua vez, classificáveis. A divisão em classes operada pela ciência conduz à raiz comum das práticas classificáveis produzidas pelos agentes e dos julgamentos classificatórios emitidos por eles sobre as práticas dos outros ou suas próprias práticas: o *habitus* é, com efeito, *princípio gerador* de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, *sistema de classificação* (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o *mundo social representado*, ou seja, o *espaço dos estilos de vida*.

A relação estabelecida, de fato, entre as características pertinentes da condição econômica e social – o volume e estrutura do capital, cuja apreensão é sincrônica e diacrônica – e os traços distintivos associados à posição correspondente no espaço dos estilos de vida não se torna uma relação inteligível a não ser pela construção do *habitus* como fórmula geradora que permite justificar, ao mesmo tempo, práticas e produtos classificáveis, assim como julgamentos, por sua vez, classificados que constituem estas práticas e estas obras

COLI ID
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

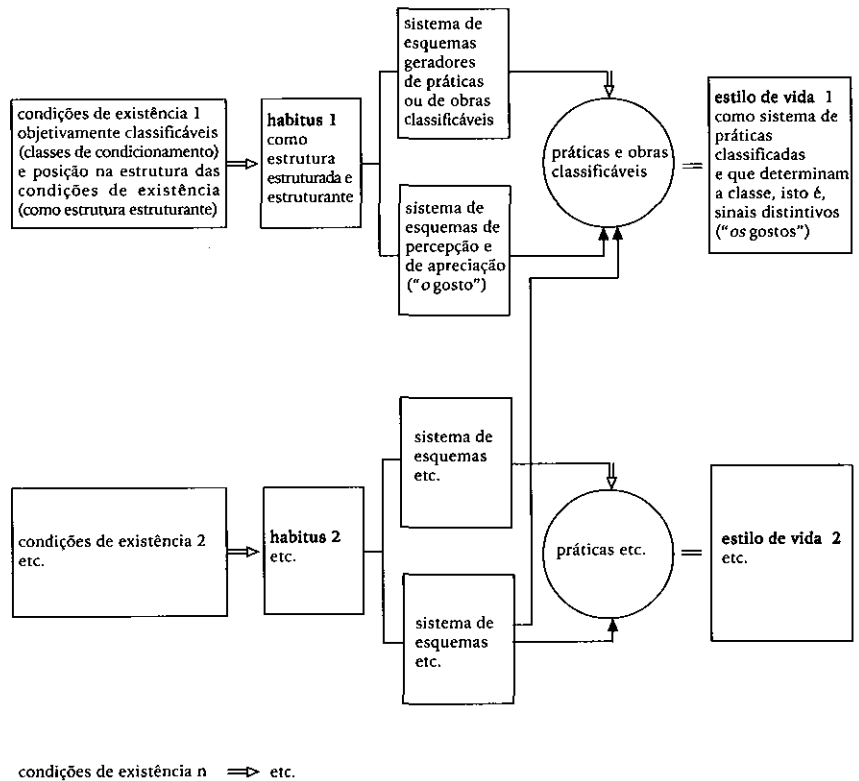
Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ninadora emitirá um dos

samente,

em sistema de *sinais distintivos*. Falar do ascetismo aristocrático dos professores ou da pretensão da pequena burguesia não é somente descrever estes grupos por uma de suas propriedades, mesmo que se tratasse da mais importante, mas tentar nomear o princípio gerador de todas as suas propriedades e de todos os seus julgamentos sobre suas propriedades ou as dos outros. Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida.

Gráfico 8

→ atos de percepção e de apreciação
 ⇒ condiona



COLIB
 PGEPID
 Duplente
 PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
 encontra-se em anexo,
 Secretaria do PPG, antes
 ninadora emitirá um dos

samente,

Pelo fato de que as condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes, sistemas de esquemas geradores suscetíveis de serem aplicados, por simples transferência, às mais diferentes áreas da prática, as práticas engendradas pelos diferentes *habitus* apresentam-se como configurações sistemáticas de propriedades que exprimem as diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência sob a forma de sistemas de distâncias diferenciais que, *percebidos* por agentes dotados dos esquemas de percepção e de apreciação necessários para identificar, interpretar e avaliar seus traços pertinentes, funcionam como estilos de vida.¹

Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais. Cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um *sistema de diferenças*, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença. O mesmo é dizer que, nas disposições do *habitus*, se encontra inevitavelmente inscrita toda estrutura do sistema das condições tal como ela se realiza na experiência de uma condição que ocupa determinada posição nessa estrutura: as oposições mais fundamentais da estrutura das condições – alto / baixo, rico / pobre, etc. – tendem a impor-se como os princípios fundamentais de estruturação em relação às práticas e à percepção das práticas. Sistema de esquemas geradores de práticas que, de maneira sistemática, exprime a necessidade e as liberdades inerentes à condição de classe e a *diferença* constitutiva da posição, o *habitus* apreende as diferenças de condição captadas por ele sob a forma de diferenças entre práticas classificadas e classificantes – enquanto produtos do *habitus* – segundo princípios de diferenciação que, por serem eles próprios o produto de tais diferenças, estão objetivamente ajustados a elas e, portanto, tendem a percebê-las como naturais.² Se é necessário reafirmar, contra todas as formas de mecanismo, que a experiência comum do mundo social é um conhecimento, não deixa de ser menos importante de perceber, contra a ilusão da geração espontânea da consciência a que estão reduzidas tantas teorias da “tomada de consciência”, que o conhecimento primeiro é irreconhecimento, reconhecimento de uma ordem que está estabelecida também nos cérebros. Os estilos de vida são, assim, os produtos sistemáticos dos *habitus* que, percebidos em suas relações mútuas segundo os esquemas do *habitus*, tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados – como “distintos”, “vulgares”, etc. A dialética das condições e dos *habitus* é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistema de diferenças percebidas, de propriedades distintas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva.

Enquanto produtos estruturados (*opus operatum*) que a mesma estrutura estruturante (*modus operandi*) produz, mediante *retraduções* impostas pela lógica própria aos diferentes *campos*, todas as práticas e as obras do mesmo agente são, por um lado, objetivamente harmonizadas entre si, fora de qualquer busca intencional da coerência, e, por outro, objetivamente orquestradas, fora de qualquer concertação consciente, com as de todos os membros da mesma classe: o *habitus* engendra continuamente metáforas

COLTID
PGEPIID
supiente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

práticas, isto é, em uma outra linguagem, transferências – a transferência de hábitos motores é apenas um exemplo particular – ou, melhor, *transferências sistemáticas* impostas pelas condições particulares de sua aplicação prática; assim, o mesmo *ethos* ascético que, de acordo com a expectativa, deveria exprimir-se sempre na poupança pode, em determinado contexto, manifestar-se em uma forma particular de utilizar o crédito. As práticas do mesmo agente e, mais amplamente, as práticas de todos os agentes da mesma classe, devem a *afinidade de estilo* que transforma cada uma delas em uma metáfora de qualquer uma das outras ao fato de serem o produto das transferências de um campo para outro dos mesmos esquemas de ação: paradigma familiar do operador analógico que é o *habitus*, a disposição designada por “escrita”, ou seja, uma forma singular de traçar caracteres, produz sempre a mesma escrita, isto é, traços gráficos que, a despeito das diferenças de tamanho, matéria e cor associadas ao suporte (folha de papel ou quadro negro) ou ao instrumento (caneta-tinteiro ou giz), portanto, a despeito das diferenças entre os conjuntos motores mobilizados, apresentam um aspecto familiar imediatamente perceptível, à maneira de todos os traços de estilo ou de atitude pelos quais é possível reconhecer determinado pintor ou escritor tão infalivelmente quanto um homem pela sua maneira de andar.³

A sistematicidade está no *opus operatum* por estar no *modus operandi*:⁴ encontra-se no conjunto das “propriedades”, no duplo sentido do termo, de que os indivíduos ou os grupos estão rodeados – casas, móveis, quadros, livros, automóveis, álcoois, cigarros, perfumes, roupas –, e nas práticas em que eles manifestam sua distinção – esportes, jogos, distrações culturais –, apenas porque ela está na unidade originariamente sintética do *habitus*, princípio unificador e gerador de todas as práticas. O gosto, propensão e aptidão para a apropriação – material e/ou simbólica – de determinada classe de objetos ou de práticas classificadas e classificantes é a fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida, conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos – mobiliário, vestuário, linguagem ou *hexis* corporal – a mesma intenção expressiva. Cada dimensão do estilo de vida “simboliza com” os outros, como dizia Leibniz, e os simboliza: a visão do mundo de um velho artesão marceneiro, sua maneira de administrar o orçamento, o tempo ou o corpo, sua utilização da linguagem e sua escolha de roupas estão inteiramente presentes em sua ética do trabalho escrupuloso e impecável, aplicado, caprichado e bem acabado, assim como em sua estética do trabalho pelo trabalho que o leva a avaliar a beleza de seus produtos pelo que exigem de aplicação e de paciência.

O sistema de propriedades *bem combinadas* entre as quais convém contar as pessoas – fala-se de “casal bem ajustado” e os amigos gostam de dizer que os cônjuges manifestam os mesmos gostos – tem por princípio o gosto, sistema de esquemas de classificação, cujo acesso à consciência é, em geral, bastante parcial, embora o estilo de vida – à medida que se sobe na hierarquia social – reserve um espaço cada vez mais importante ao que Weber designa como “estilização da vida”. O gosto está na origem do ajuste mútuo de todos os traços associados a uma pessoa e recomendados pela antiga estética para o *fortalecimento mútuo* fornecido por cada um: as inumeráveis informações produzidas, consciente ou inconscientemente, por uma pessoa reduplicam-se e confirmam-se indefinidamente, oferecendo ao observador advertido a espécie de prazer que as simetrias e as correspondências resultantes de uma distribuição harmoniosa das redundâncias

COLID
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

proporcionam ao amante das artes. O efeito de sobredeterminação que resulta de tais redundâncias é tanto mais fortemente sentido, quanto mais fortemente interpenetrados estiverem, para a percepção comum, os diferentes traços que, obrigatoriamente, são isolados pela observação ou pela avaliação; assim, cada um dos elementos de informação fornecidos pela prática (por exemplo, um julgamento em pintura) fica contaminado – e, em caso de desvio em relação ao traço provável, *corrigido* – pelo efeito do conjunto dos traços anteriormente ou simultaneamente percebidos. Daí vem que a investigação tendente a isolar os traços – dissociando, por exemplo, as coisas ditas da maneira de dizê-las –, a arrancá-los ao sistema dos traços correlatos, tende a minimizar a diferença, em cada ponto, entre as classes e, sobretudo, a distância entre os pequeno-burgueses e os burgueses: nas situações habituais da existência burguesa, as banalidades sobre a arte, a literatura ou o cinema servem-se de uma voz grave e bem articulada, da dicção lenta e desenvolta, do sorriso distante ou confiante, do gesto ponderado, do figurino bem desenhado e do salão burguês de quem as pronuncia.⁵

Assim, o gosto é o operador prático da transmutação das coisas em sinais distintos e distintivos, das distribuições contínuas em oposições descontínuas; ele faz com que as diferenças inscritas na *ordem física* dos corpos tenham acesso à *ordem simbólica* das distinções significantes. Transforma práticas objetivamente classificadas em que uma condição significa-se a si mesma – por seu intermédio – em práticas classificadoras, ou seja, em expressão simbólica da posição de classe, pelo fato de percebê-las em suas relações mútuas e em função de esquemas sociais de classificação. Ele encontra-se, assim, na origem do sistema dos traços distintivos que é levado a ser percebido como uma expressão sistemática de uma classe particular de condições de existência, ou seja, como um estilo distintivo de vida, por quem possua o conhecimento prático das relações entre os sinais distintivos e as posições nas distribuições, entre o espaço das propriedades objetivas, revelado pela construção científica, e o espaço não menos objetivo dos estilos de vida que existe como tal para a – e pela – experiência comum. Este sistema de classificação que é o produto da incorporação da estrutura do espaço social tal como ela se impõe através da experiência de uma determinada posição neste espaço é, nos limites das possibilidades e das impossibilidades econômicas – que ele tende a reproduzir em sua lógica –, o princípio de práticas ajustadas às regularidades inerentes a uma condição; ele opera continuamente a transfiguração das necessidades em estratégias, das obrigações em preferências, e engendra, fora de qualquer determinação mecânica, o conjunto das “escolhas” constitutivas de *estilos de vida* classificados e classificantes que adquirem seu sentido – ou seja, seu valor – a partir de sua posição em um sistema de oposições e de correlações.⁶ Necessidade tornada virtude, ele tende a transformar continuamente a necessidade em virtude, levando a “escolhas” ajustadas à condição de que ele é o produto: como é bem visível em todos os casos em que, na seqüência de uma mudança de posição social, as condições em que o *habitus* foi produzido não coincidem com as condições nas quais ele funciona e em que é possível isolar sua eficácia própria, o gosto, ou seja, *gosto de necessidade* ou *gosto de luxo* – e não uma baixa ou elevada renda – é que comanda as práticas objetivamente ajustadas a tais recursos. Ele é o que faz com que um indivíduo seja detentor do que gosta porque gosta do que tem, ou seja, as propriedades que lhe são atribuídas, de fato, nas distribuições e fixadas por direito nas classificações.⁷

PLID
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

A homologia entre os espaços

Tendo em mente tudo o que precede e, em particular, o fato de que os esquemas geradores do *habitus* aplicam-se, por simples transferência, aos mais diferentes domínios da prática, compreende-se imediatamente que as práticas ou os bens que estão associados às diferentes classes nos diferentes domínios da prática organizam-se segundo estruturas de oposição que são perfeitamente homólogas entre si por serem todas homólogas do espaço das oposições objetivas entre as condições. Sem pretendermos demonstrar – aqui, em algumas páginas – o que deverá ser estabelecido por toda a seqüência desta exposição e limitando-nos a dar a perceber em sua integralidade um conjunto de relações que correm o risco de serem dissimuladas pelo detalhamento das análises, contentar-nos-emos em indicar, de forma bastante esquemática, como os dois grandes princípios de organização do espaço social comandam a estrutura e a mudança do espaço do consumo cultural e, de forma mais geral, de todo o espaço dos estilos de vida dos quais este consumo é um aspecto. Em matéria de consumo cultural, a oposição principal, segundo o volume global do capital, estabelece-se aqui entre o consumo, designado como *distinto* por sua própria raridade, das frações mais bem providas, ao mesmo tempo, em capital econômico e em capital cultural, por um lado, e, por outro, o consumo considerado socialmente como *vulgar* – por ser, a um só tempo, *fácil* e *comum* – dos mais desprovidos nesses dois aspectos de capital; e, nas posições intermediárias, encontram-se as práticas destinadas a aparecer como *pretensiosas* pelo fato da discordância entre a ambição e as possibilidades de sua realização. À condição dominada que, do ponto de vista dos dominantes, se caracteriza pela combinação da ascese forçada com o laxismo injustificado, a estética dominante, cujas realizações mais acabadas são a obra de arte e a disposição estética, opõe a combinação da naturalidade com a ascese, ou seja, o ascetismo eletivo como restrição deliberada, economia de recursos, moderação, reserva, que se afirmam na manifestação absoluta da excelência que é a distinção na tensão.

Esta oposição fundamental especifica-se segundo a estrutura do capital: pela mediação dos meios de apropriação à sua disposição, por um lado, exclusiva ou principalmente culturais e, por outro, de preferência, econômicos, e as diferentes formas da relação com as obras de arte daí resultantes, as diferentes frações da classe dominante encontram-se orientadas para práticas culturais tão diferentes em seu estilo e seu objeto, assim como, às vezes, tão abertamente antagonistas – como as dos “artistas” e as dos “burgueses”⁸ – que se acaba por esquecer que elas são variantes da mesma relação fundamental com a necessidade e com aqueles que lhe estão submetidos, além de terem em comum a busca da apropriação exclusiva dos bens culturais legítimos e dos ganhos de distinção que ela proporciona. Diferentemente dos membros das frações dominantes que exigem da arte um elevado grau de denegação do mundo social e tendem para uma estética hedonista da naturalidade e da facilidade, simbolizada pelo teatro de bulevar ou pela pintura impressionista, os membros das frações dominadas mantêm uma relação estreita com a estética em seu aspecto essencialmente ascético e, por conseguinte, são impelidas a aderir a todas as revoluções artísticas realizadas em nome da pureza e da purificação, da recusa da ostentação e do gosto burguês do ornamento; assim, as disposições em relação ao

COLEÇÃO
PPGEPID
suplente
PPGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

mundo social, decorrentes de seu estatuto de *primos pobres*, fazem com que sejam levados, além disso, a acolher uma representação pessimista do mundo social.

Se é por demais evidente que a arte oferece-lhe seu terreno por excelência, ocorre que, em todas as áreas da prática, pode exprimir-se a intenção de submeter as pulsões fáceis e as necessidades primárias à depuração, ao requinte e à sublimação; além disso, em todos os domínios, a “estilização da vida”, ou seja, o primado conferido à *forma* sobre a *função* que conduz à *denegação da função*, pode produzir os mesmos efeitos. Em matéria de linguagem, é a oposição entre a espontaneidade popular e a linguagem altamente censurada da burguesia, entre a busca expressionista do pitoresco ou do efeito e a opinião preconcebida da moderação e da simplicidade fingida – em grego, *litótes*. Verifica-se a mesma economia de meios no uso da linguagem corporal: ainda neste aspecto, a gesticulação e a pressa, a aparência e as mímicas, opõem-se à lentidão – “os gestos lentos, o olhar lento” da nobreza, segundo Nietzsche⁹ – à moderação e à impassibilidade que é a marca da altivez. E, o gosto primário, inclusive, organiza-se segundo a oposição fundamental com a antítese entre a quantidade e a qualidade, a comilança e as iguarias, a matéria e as maneiras, a substância e a forma.

A forma e a substância

O fato de que, em matéria de consumo alimentar, a oposição principal corresponde, *grosso modo*, a diferenças de renda, dissimula a oposição secundária que, no âmago das classes tanto médias quanto dominante, estabelece-se entre as frações mais ricas em capital cultural e as menos ricas em capital econômico. Por um lado, e, por outro, as frações detentoras de um patrimônio de estrutura inversa. Os observadores vêem, assim, um efeito simples da renda no fato de que, à medida da ascensão na hierarquia social, a parcela do consumo alimentar diminui ou que a parcela no consumo alimentar dos ingredientes pesados e gordurosos e que levam a engordar, além de serem baratos – massas, batatas, feijão, toucinho, carne de porco (E.C., XXXIII) – e, também, *vinho* decresce, enquanto aumenta a parcela dos ingredientes magros, leves (de fácil digestão) e que não levam a engordar – carne de boi, de vitela, de carneiro, de ovelha e, sobretudo, frutas e legumes frescos, etc.¹⁰ Pelo fato de que o verdadeiro princípio das preferências é o gosto como necessidade tornada virtude, a teoria que transforma o consumo em uma função simples da renda parece ser fundamentada já que a renda contribui, em grande importância, para determinar a distância da necessidade. Todavia, ela não pode ser a justificativa para casos em que a mesma renda encontre-se associada a consumos de estruturas totalmente diferentes: assim, os contramestres permanecem vinculados ao gosto “popular”, embora disponham de uma renda superior a dos empregados, cujo gosto não deixa de marcar uma ruptura brutal em relação ao dos operários, aproximando-se do gosto dos professores.

Para conseguir uma verdadeira justificativa das variações que a lei de Engel limita-se a registrar, convém levar em consideração o conjunto das características da condição social que estão associadas – do ponto de vista estatístico – desde a primeira infância à posse de uma renda mais ou menos elevada e que é de natureza a modelar gostos ajustados a tais condições.¹¹ O verdadeiro princípio das diferenças que se observam no campo do consumo, e muito além dessa área, é a oposição entre os *gostos de luxo* (ou *de liberdade*)

COLID
PGEPID
supiente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

e os *gostos de necessidade*: os primeiros caracterizam os indivíduos que são o produto de condições materiais de existência definidas pela *distância da necessidade*, pelas liberdades ou, como se diz, às vezes, pelas *facilidades* garantidas pela posse de um capital; por sua vez, os segundos exprimem, em seu próprio ajuste, as necessidades de que são o produto. Assim, é possível *deduzir* os gostos populares pelos *alimentos* mais *nutritivos* e, ao mesmo tempo, mais *econômicos* – o duplo pleonasmo mostra a redução à pura função primária – da *necessidade de reproduzir, ao menor custo, a força de trabalho* que se impõe, como sua própria definição, ao proletariado. A idéia de gosto, tipicamente burguesa, já que supõe a liberdade absoluta da escolha, é tão estreitamente associada à idéia de liberdade que é difícil conceber os paradoxos do gosto da necessidade: ou por sua abolição pura e simples, transformando a prática em um produto direto da necessidade econômica – os operários comem feijão por não disporem de recursos para comprar outro alimento – e ignorando que, na maior parte do tempo, a necessidade só é satisfeita porque os agentes têm *propensão* a satisfazê-la por *terem o gosto* daquilo a que, de qualquer modo, estão condenados; ou por sua transformação em gosto de liberdade, esquecendo os condicionamentos de que ele é o produto e, assim, por sua redução a uma preferência patológica ou mórbida para as coisas de – primeira – necessidade, uma espécie de indigência congênita, pretexto para a prática de um racismo de classe que associa o povo ao que é gordo e gorduroso, ao vinho tinto forte, aos enormes tamancos, aos trabalhos pesados, à gargalhada estrondosa, às piadas exageradas, ao bom senso um tanto rudimentar e às pilhérias grosseiras. O gosto é *amor fati*, escolha do destino, embora forçada, produzida por condições de existência que, ao excluir qualquer outra possibilidade como se tratasse de puro devaneio, deixam como única escolha o gosto pelo necessário.

Basta descrever os gostos de necessidade como se tratasse de gostos de luxo¹² – o que acontece, inevitavelmente, sempre que se ignora a *modalidade das práticas* – para produzir falsas coincidências entre as duas posições extremas do espaço social: tratando-se de fecundidade ou de celibato – ou, o que dá no mesmo, de atraso no casamento –, vê-se que tal fenômeno é, para uns, um luxo eletivo, enquanto, para outros, é um efeito da privação. Neste sentido, a análise de Nicole Tabard sobre as atitudes em relação ao trabalho feminino é exemplar: para as mulheres da classe operária, “o trabalho é uma obrigação que se torna menos adstringente com o aumento da renda do marido”; ao contrário, para as classes privilegiadas, o trabalho feminino é uma escolha, como dá testemunho o fato de que “a taxa de atividade feminina não diminui com a elevação do estatuto”.¹³ Deveríamos ter em mente este exemplo ao lermos determinadas estatísticas em que a identidade nominal que impõe a homogeneidade da interrogação oculta – como se verifica, freqüentemente, quando se passa de uma extremidade para a outra do espaço social – realidades totalmente diferentes: se, em um caso, as mulheres trabalhadoras afirmam ser favoráveis ao trabalho feminino, enquanto em outro elas podem trabalhar sem deixarem de afirmar que são desfavoráveis a essa situação, é porque o trabalho ao qual se referem tacitamente as mulheres da classe operária é o único ao seu alcance, ou seja, um trabalho braçal penoso e mal remunerado, que nada tem de comum com o que a palavra “trabalho” evoca para as mulheres da burguesia. E para dar uma idéia dos efeitos ideológicos exercidos pela visão dominante quando, essencialista e antigenética, ela naturaliza, consciente ou inconscientemente, o

PLURID
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

gosto de necessidade – o “gosto bárbaro” de Kant – convertendo-o em inclinação natural pelo simples fato de dissociá-lo de suas *razões de ser* econômicas e sociais, bastará lembrar uma experiência de psicologia social segundo a qual o mesmo ato – doação de sangue – é percebido como voluntário ou forçado conforme for realizado por membros das classes privilegiadas ou por membros das classes populares.¹⁴

O gosto de necessidade só pode engendrar um estilo de vida em si que é definido como tal apenas de forma negativa, por falta, pela *relação de privação* que mantém com os outros estilos de vida. Para uns, os emblemas eletivos, enquanto, para os outros, os estigmas que carregam, inclusive, em seu corpo. “Do mesmo modo que o povo escolhido trazia inscrito na fronte que ele pertencia a Jeová, a divisão do trabalho imprime no operário de manufatura um sinete que o consagra como propriedade do capital”. Este sinete, mencionado por Marx, não é outra coisa senão o próprio estilo de vida, através do qual os mais desprovidos se denunciam imediatamente, até mesmo no uso de seu tempo livre, dedicando-se, assim, a servir de contraste a todos os empreendimentos de distinção e a contribuir, de maneira totalmente negativa, para a dialética da pretensão e da distinção que se encontra na origem das incessantes mudanças do gosto. Não contentes, por um lado, de estarem destituídos de quase todos os conhecimentos ou maneiras que recebem valor no mercado dos exames escolares ou das conversações mundanas e, por outro, de possuírem apenas habilidades desprovidas de valor nos mercados, eles são aqueles que “não sabem viver”, que mais se conformam com os alimentos materiais – e com os mais pesados, grosseiros e que levam a engordar, tais como pão, batatas e ingredientes gordurosos –, além de serem os mais vulgares (por exemplo, o vinho); aqueles que ligam menos para o vestuário e cuidados corporais, para a cosmética e estética; aqueles que “não sabem descansar”, “que têm sempre algo para fazer”, que montam a tenda em *campings* superlotados, que fazem o piquenique à beira das grandes rodovias, que se metem na fila dos engarrafamentos da partida para férias com seu Renault 5 ou Simca 1000, que se deixam levar pelos lazeres pré-fabricados, aliás, concebidos para eles pelos engenheiros da produção cultural em grande escala; aqueles que, por todas estas “escolhas” tão mal inspiradas, confirmam o racismo de classe, se é que é necessário, com a convicção de que, afinal, só têm o que merecem.

A arte de beber e de comer continua sendo, sem dúvida, um dos únicos terrenos em que as classes populares se opõem, explicitamente, à arte legítima de viver. À nova ética da sobriedade para a magreza – tanto mais reconhecida quanto mais elevada for a posição na hierarquia social –, os camponeses e, sobretudo, os operários, opõem uma *moral da boa vida*. Além de gostar de comer e beber bem, o boa-vida é aquele que sabe entrar na relação generosa e *familiar* – isto é, simples e, ao mesmo tempo, livre – simbolizada e favorecida pelo beber e comer em comum, suprimindo, também, a moderação, as reticências e as reservas que manifestam o distanciamento pela recusa do convívio e da partilha espontânea com os outros.

64% dos quadros superiores, membros das profissões liberais e industriais, além de 60% dos quadros médios e empregados julgam que “o francês come demais”. Os agricultores – os mais propensos, de longe, a pensar que ele come “normalmente”, ou seja, 54% contra 32% nas classes superiores – e os operários são os menos impelidos a aceitar a nova norma cultural (40% e 46%) que é mais reconhecida entre as *mulheres* e os *jovens*

PLANO
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

do que entre os homens e as pessoas idosas, respectivamente. Em matéria de bebidas, somente os agricultores opõem-se nitidamente à opinião dominante – 32% dizem que “o francês bebe normalmente” – aceita, todavia, menos freqüentemente pelos operários do que pelas outras categorias. 63% dos operários – e 56% dos camponeses contra 48% dos quadros, membros das profissões liberais e industriais – dizem ter uma opinião favorável de quem gosta de comer e beber bem. Outro índice de sua propensão em reivindicar, neste domínio, práticas heterodoxas que, em matéria de cultura, esforçam-se em dissimular, eles dizem que, no restaurante, escolheriam um prato mais bem caprichado, em vez de um grelhado – como é o caso dos quadros superiores – ou que se serviriam, a um só tempo, de queijo e de sobremesa (o que é compreensível se soubermos que, pela sua própria raridade, a ida ao restaurante é para a maior parte deles – 51% dos agricultores e 44% dos operários praticamente nunca o freqüentam contra 6% dos membros das classes superiores – algo extraordinário, associado à idéia de abundância e suspensão das restrições comuns). Até mesmo em matéria de consumo de álcool, em que o peso da legitimidade é, sem dúvida, maior, os membros das classes populares são os menos propensos – 35% para os agricultores e 46% para os operários contra 55% para as classes superiores – a situar acima de 15 anos a idade em que uma criança pode consumir bebidas alcoólicas (F.C., XXXIV).

A fronteira em que se marca a ruptura com a relação popular aos alimentos passa, sem dúvida alguma, entre os operários e os empregados: dispensando para a alimentação menos que os operários com qualificação, tanto em valor absoluto (9.377 F contra 10.347 F) quanto em valor relativo (34,2% contra 38,3%), os empregados consomem menos pão, carne de porco, salsicharias, leite e queijos, coelhos e aves de criação, legumes secos e ingredientes gordurosos; além disso, no âmbito de um orçamento de alimentação mais restrito, dispensam uma soma equivalente para a carne – boi, vitela, carneiro, cordeiro – e um pouco mais para o peixe, frutas frescas e aperitivos. Estas transformações da estrutura do consumo alimentar são acompanhadas por um aumento das despesas em matéria de higiene ou de cuidados corporais – ou seja, para a saúde e, ao mesmo tempo, para a beleza – e de vestuário, assim como de um leve aumento das despesas com cultura e lazer. Basta observar que a restrição das despesas alimentares e, em particular, das mais *terrestres*, mais *terra-a-terra* e *materiais*, é acompanhada por uma restrição dos nascimentos para termos o direito de supor que ela constitui o aspecto de uma transformação global da relação com o mundo: o *gosto “modesto”* que sabe sacrificar os apetites e os prazeres imediatos aos desejos e satisfações vindouros opõe-se ao materialismo espontâneo das classes populares que recusam entrar na contabilidade benthamiana dos prazeres e dos sofrimentos, dos ganhos e das despesas – por exemplo, para a saúde e para a beleza. O mesmo é dizer que estas duas relações com os alimentos terrestres têm por princípio duas disposições em relação ao futuro as quais, por sua vez, mantêm uma relação de causalidade circular com dois futuros objetivos: contra a antropologia imaginária da ciência econômica que nunca recuou diante da formulação de leis universais da “preferência temporal”, convém lembrar que a propensão a subordinar os desejos presentes aos desejos futuros depende do grau em que este *sacrifício* é “razoável”, ou seja, das possibilidades de obter, *de qualquer modo*, satisfações futuras superiores às satisfações sacrificadas.¹⁵ Entre as condições econômicas da propensão a sacrificar as satisfações imediatas às satisfações almeçadas, convém contar a probabilidade de tais

Tabela 16 - Estrutura do consumo alimentar dos empregados, contramestres e operários com qualificação (F. C., III)

	oper. com qualif.		contramestre		empregados	
	F	%	F	%	F	%
nº médio de pes. por família	3,61		3,85		2,95	
desp. méd. total por família (em F)	26981		35311		27376	
desp. alim. méd. por família (em F)	10347		12503		9376	
desp. alim. em % da desp. total	38,3		35,4		34,2	
desp. média em F e % da desp. alim. total	F	%	F	%	F	%
Cereais (total) e, em particular:	925	8,9	1054	8,4	789	8,4
- pão	464	4,5	512	4,1	349	3,7
- confeitaria, torradas	331	3,2	439	3,5	322	3,4
- arroz	27	0,3	28	0,2	24	0,2
- massas	65	0,6	46	0,4	49	0,5
- farinhas	37	0,3	27	0,2	45	0,5
Legumes (total) e, em particular:	858	8,3	979	7,8	766	8,2
- batatas	141	1,4	146	1,2	112	1,2
- legumes frescos	556	5,4	656	5,2	527	5,6
- legumes secos e em conserva	162	1,6	177	1,4	127	1,3
Frutas (total) e, em particular:	515	5,0	642	5,1	518	5,5
- frutas frescas	248	2,4	329	2,6	278	3,0
- frutas cítricas, bananas	202	1,9	229	1,8	177	1,9
- frutas secas	65	0,6	86	0,7	62	0,7
Carnes de açougue (total) e, em particular:	1753	16,9	2176	17,4	1560	16,5
- boi	840	8,1	1086	8,7	801	8,5
- vitela	302	2,9	380	3,0	296	3,1
- carneiro, cordeiro	169	1,6	170	1,3	154	1,6
- cavalo	88	0,8	112	0,9	74	0,8
- porco	354	3,4	428	3,4	235	2,5
Salsicharia, pratos pré-cozidos	893	8,6	1046	8,4	758	8,0
Peixes, crustáceos, mariscos	268	2,6	330	2,6	280	3,0
Aves de criação	389	3,7	403	3,2	317	3,4
Coelho, caça	173	1,7	156	1,2	131	1,4
Ovos	164	1,6	184	1,5	146	1,5
Leite	342	3,3	337	2,7	252	2,7
Queijos, iogurtes	631	6,1	700	5,6	521	5,5
Ingredientes gordurosos (total) e, em particular:	547	5,3	629	5,0	439	4,7
- manteiga	365	3,5	445	3,5	292	3,1
- óleos	149	1,4	146	1,2	125	1,3
- margarina	30	0,3	37	0,3	21	0,2
- banha de porco	2	-	-	-	1	-
Açúcar, compotas, cacau (chocolate)	345	3,3	402	3,2	290	3,1
Alcoois (total) e, em particular:	883	8,6	1459	11,7	771	8,2
- vinhos	555	5,4	1017	8,1	466	5,0
- cerveja	100	1,0	109	0,9	68	0,7
- sidra	13	-	5	-	8	-
- aperitivo, licores, etc.	215	2,1	328	2,6	229	2,4
Bebidas não alcoólicas	236	2,3	251	2,0	224	2,4
Café, chá	199	1,9	252	2,0	179	1,9
Refeição no restaurante	506	4,9	583	4,7	572	6,1
Refeição na cantina	457	4,4	559	4,5	473	5,0
Diversos	263	2,5	359	2,9	389	4,1

COLI ID
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

satisfações futuras que está inscrita na condição presente. É ainda uma espécie de cálculo econômico que desincentiva a submeter a existência ao cálculo econômico: o hedonismo que, no dia-a-dia, leva a tomar as raras satisfações – “os bons momentos” – do presente imediato é a única filosofia concebível para aqueles que, segundo se diz, não tendo futuro, só podem acalantar, de qualquer modo, escassas expectativas a seu respeito.¹⁶ Compreende-se melhor que o materialismo prático – manifestado, sobretudo, na relação com os alimentos – seja um dos componentes mais fundamentais do *ethos*, até mesmo, da ética popular: a presença ao presente que se afirma no cuidado em aproveitar dos bons momentos e de aceitar o tempo tal como ele se apresenta é, por si só, uma afirmação de solidariedade com os outros – que são, aliás, na maior parte das vezes, a única garantia presente contra as ameaças do futuro – na medida em que esta espécie de imanentismo temporal é um reconhecimento dos limites que definem a condição. Eis porque a sobriedade do pequeno-burguês é sentida, profundamente, como uma ruptura: abstendo-se de tomar o bom tempo e de vivê-lo com os outros, o pequeno-burguês de aspiração atraiçoa sua ambição de arrancar-se ao presente comum quando ele não constrói uma verdadeira imagem de si em torno da oposição entre a casa e o bar, a abstinência e a intemperança, ou seja, também, entre a salvação individual e a solidariedade coletiva.

O bar não é apenas o local em que se vai para beber, mas para beber em companhia e em que é possível instaurar relações de familiaridade baseadas na suspensão das censuras, convenções e conveniências que devem ser respeitadas nas trocas com estranhos: por oposição ao bar ou ao restaurante burguês ou pequeno-burguês, no qual cada mesa constitui um pequeno território separado e apropriado (pede-se licença para retirar uma cadeira ou o saleiro), o bar popular é uma companhia (daí, a saudação “Olá, companheiros!” ou “Bom-dia a todo o mundo” ou “Tudo bem, caras?” do recém-chegado) na qual o indivíduo se integra. O centro é o balcão em torno do qual as pessoas se acotovelam depois de terem apertado a mão ao “proprietário”, colocado desta forma em posição de anfitrião (muitas vezes, é ele quem orienta a conversação) e, às vezes, até mesmo, a todos os presentes (as mesas – cuja existência não é obrigatória – sendo deixadas para os “estranhos” ou para as mulheres que vieram dar de beber algo a um filho ou fazer uma ligação telefônica). No bar, a arte tipicamente popular da *piada* atinge sua plena realização, ou seja, a arte de levar tudo na brincadeira (daí, as interjeições *sem brincar* ou *fora de brincadeira* pelas quais se marca o retorno às coisas sérias e que, aliás, podem introduzir uma piada com segundas intenções), mas também a arte de dizer piadas ou de fazer brincadeiras, das quais o bom gordo é a vítima predestinada: por um lado, ele presta-se, mais do que qualquer outra pessoa, a esse jogo por uma propriedade que, segundo o código popular, é uma singularidade pitoresca, em vez de uma tara; e, por outro, a boa natureza de que é creditado o predispõe a aceitá-las e considerá-las de forma positiva. Em poucas palavras, a arte de zombar dos outros sem irritá-los por meio de deboches ou de injúrias rituais que são neutralizados por seu próprio excesso e que, supondo uma grande familiaridade, tanto pela informação que utilizam, quanto pela própria liberdade de que dão testemunho, são de fato testemunhos de atenção ou de afeição, determinadas maneiras de valorizar sob a aparência de denegrir, de assumir sob a aparência de condenar – embora possam servir para colocar à prova aqueles que tivessem a pretensão de distanciar-se do grupo.¹⁷

PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

Três maneiras de se distinguir

A oposição principal entre os gostos de luxo e os gostos de necessidade especifica-se em um número de oposições igual às diferentes maneiras de afirmar sua distinção em relação à classe operária e a suas necessidades primárias ou, o que dá no mesmo, igual aos poderes que permitem manter a necessidade à distância. Assim, na classe dominante, pode-se distinguir, simplificando, três estruturas de consumo distribuídas em três itens principais: alimentação, cultura e despesas com apresentação de si e com representação (vestuário, cuidados de beleza, artigos de higiene, pessoal de serviço). Estas estruturas assumem formas estritamente inversas – como as estruturas de seu capital – entre os professores e os industriais ou grandes comerciantes: enquanto estes têm um consumo alimentar excepcionalmente elevado (acima de 37% do orçamento), além de despesas culturais bastante baixas e despesas médias de apresentação e representação, os primeiros, cuja despesa total média é mais reduzida, têm despesas alimentares baixas (inferiores, relativamente, às dos operários), despesas de apresentação e de representação restritas (incluindo, despesas com saúde que se encontram entre as mais elevadas) e despesas culturais (livros, jornais, espetáculos, esportes, brinquedos, música, rádio e toca-discos) relativamente fortes. A essas duas categorias, opõem-se os membros das profissões liberais que, à alimentação, reservam uma parcela de seu orçamento igual à dos professores (24,4%) para uma despesa global muito mais elevada (57.122 F, em vez de 40.884 F), e cujas despesas de apresentação e representação superam de longe as de todas as outras frações, sobretudo, se acrescentarmos as despesas com pessoal de serviço, enquanto suas despesas culturais são mais baixas do que as dos professores (ou iguais às dos engenheiros e quadros superiores que se situam a meio caminho entre os professores e os membros das profissões liberais, embora estejam mais perto destes relativamente a quase todos os consumos).

Tabela 17 – Estrutura das despesas entre os professores, membros das profissões liberais, industriais e grandes comerciantes (F. C., III)

	professores		prof. liberais		industriais grandes comerciantes	
	F	%	F	%	F	%
alimentação ¹	9969	24,4	13956	24,4	16578	37,4
apresentação ²	4912	12,0	12680	22,2	5616	12,7
cultura ³	1753	4,3	1298	2,3	574	1,3

¹ Incluindo as refeições no restaurante ou cantina.

² Vestuário, calçado, cirurgia plástica e limpeza, artigos de higiene, penteado, empregados domésticos.

³ Livros, jornais, papelaria, discos, esporte, brinquedos, música, espetáculos.

PLANO
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

Tabela 18 – Estrutura do consumo alimentar segundo as frações da classe dominante (F. C., III)

nº médio de pes. por família desp. méd. total por família (em F) desp. alim. méd. por família (em F) desp. alim. em % da desp. total	professores		quadros superiores		profissões liberais		engenheiros		industriais grandes comerc.	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
3,11 40844 9969 24,4			3,6 52156 13158 25,2		3,5 57122 13956 24,4		3,6 49822 12666 25,4		3,6 44339 16578 37,4	
desp. média em F e % da alim. total										
Cereais (total) e, em particular:										
- pão	865	8,7	993	7,5	1011	7,2	951	7,5	1535	9,2
- confeitaria, torradas	322	3,2	347	2,6	326	2,3	312	2,5	454	2,5
- arroz	452	4,5	552	4,1	548	4,0	539	4,2	989	5,6
- massas	16	0,2	27	0,2	33	0,2	28	0,2	29	0,1
- farinhas	35	0,3	32	0,2	62	0,4	41	0,3	33	0,1
	40	0,4	35	0,2	41	0,3	31	0,2	28	0,1
Legumes (total) e, em particular:										
- batatas	766	7,7	1015	7,7	1100	7,9	899	7,1	1222	7,4
- legumes frescos	81	0,8	94	0,7	95	0,7	98	0,7	152	0,8
- legumes secos e em conserva	555	5,6	729	5,5	811	5,8	647	5,1	915	5,1
	131	1,3	191	1,4	216	1,5	154	1,2	153	0,8
Frutas (total) e, em particular:										
- frutas frescas	632	6,3	871	6,6	990	7,2	864	6,8	877	5,2
- frutas cítricas, bananas	295	2,9	405	3,1	586	4,2	424	3,3	547	3,1
- frutas secas, compotas	236	2,4	343	2,6	303	2,2	324	2,5	256	1,4
	102	1,0	122	0,9	98	0,7	116	0,9	73	0,4
Carnes de açougue (total) e, em particular:										
- boi	1556	15,6	2358	18,0	2552	18,3	2073	16,4	2323	14,0
- vitela	814	8,1	1291	9,8	1212	8,7	1144	9,0	1273	7,2
- carneiro, cordeiro	335	3,4	452	3,4	630	4,5	402	3,1	377	2,3
- cavalo	156	1,6	315	2,3	438	3,2	242	1,9	390	2,2
- porco (carne fresca)	31	0,3	49	0,3	31	0,2	37	0,3	94	0,5
	221	2,2	251	1,7	239	1,7	247	1,9	187	1,3
Salsicharia	634	6,3	741	5,6	774	5,5	705	5,6	812	4,9
Conservas de carne	336	3,4	350	2,6	233	1,7	310	2,4	1362	8,0
Peixes, crustáceos, mariscos	336	3,4	503	3,8	719	5,1	396	3,1	588	3,5
Aves de criação	235	2,3	311	2,4	399	2,8	310	2,4	333	2,0
Coelho, caça	36	0,3	97	0,7	148	1,1	89	0,7	289	1,7
Ovos	149	1,4	172	1,3	190	1,4	178	1,4	185	1,1
Leite	299	3,0	271	2,0	249	1,8	287	2,3	309	1,9
Queijos, iogurtes	692	6,9	776	5,9	843	6,0	785	6,1	1090	6,5
Ingredientes gordurosos (total) e, em particular:										
- manteiga	399	4,0	564	4,3	525	3,8	504	4,0	551	3,3
- óleos	320	3,2	408	3,1	379	2,7	371	2,9	405	2,4
- margarina	66	0,6	136	1,0	132	1,0	103	0,8	112	0,6
- banha de porco	12	0,1	17	0,1	12	0,1	29	0,2	19	0,1
	1	-	2	-	1	-	1	-	13	0,1
Açúcar, compotas, cacau (chocolate)	304	3,0	395	3,0	265	1,9	327	2,6	407	2,4
Alcoois (total) e, em particular:										
- vinhos	711	7,1	1365	10,3	1329	9,5	937	7,4	2218	13,4
- cerveja	457	4,6	869	6,6	899	6,4	392	3,1	1881	11,8
- sidra	82	0,8	91	0,7	40	0,3	184	1,4	93	0,5
- aperitivo, licores, etc.	13	0,1	12	-	-	-	8	-	5	-
	157	1,6	391	3,0	389	2,8	352	2,8	237	1,4
Bebidas não alcoólicas	344	3,4	342	2,6	267	1,9	295	2,3	327	2,0
Café, chá	152	1,5	215	1,5	291	2,1	178	1,4	298	1,8
Refeição no restaurante	829	8,3	1863	13,0	1562	11,2	1372	10,8	1179	7,1
Refeição na cantina	745	7,5	562	4,0	221	1,6	773	6,1	299	1,8
Diversos	264	2,6	379	2,7	258	1,8	432	3,4	324	1,9

Pode-se indicar com precisão o sistema das diferenças ao observar, mais atentamente, a maneira como se distribui o consumo alimentar: neste aspecto, os industriais e os comerciantes diferem profundamente dos membros das profissões liberais e, *a fortiori*, dos professores, em razão da importância atribuída aos produtos à base de cereais – em particular, à confeitaria –, aos vinhos, conservas de carne e caça, além de seu pouco interesse por carne, frutas e legumes frescos. Os professores, cujas despesas alimentares têm uma estrutura quase idêntica à dos empregados de escritório gastam, mais do que todas as outras frações, em pão, laticínios, açúcar, compotas, bebidas não alcoólicas; sempre menos, em vinhos e álcoois; e nitidamente menos do que os membros das profissões liberais, em produtos caros, tais como as carnes – e, sobretudo, as mais caras como é o carneiro e o cordeiro –, as frutas e os legumes frescos. Por sua vez, os membros das profissões liberais distinguem-se, sobretudo, pela parcela importante de suas despesas com produtos caros e, em particular, com as carnes (18,3% das despesas com a alimentação) e, sobretudo, com as mais caras (vitela, cordeiro e carneiro), com os legumes e frutas frescos, peixes e crustáceos, queijos e aperitivos.¹⁸

Assim, quando se vai dos operários para os empresários do comércio e da indústria, passando pelos contramestres, artesãos e pequenos comerciantes, o freio econômico tende a abrandar sem que haja alteração do princípio fundamental das escolhas de consumo: a oposição entre os dois extremos estabelece-se, então, entre o *pobre* e o (novo) *rico*, entre a comida e a comilança; os alimentos consumidos são cada vez mais duplamente ricos (mais caros e mais ricos em calorias) e cada vez mais pesados (caça, patê de fígado). Ao contrário, o gosto dos membros das profissões liberais ou dos quadros superiores constitui negativamente o gosto popular como gosto do pesado, gorduroso e grosseiro, orientando-se para o leve, delicado, requintado: a abolição dos freios econômicos é acompanhada pelo fortalecimento das censuras sociais que interdita a grosseria e a grossura em benefício da distinção e da finura. O gosto pelos alimentos raros e aristocráticos tende à preparação de uma culinária de tradição, rica em produtos caros ou raros (legumes frescos, carnes, etc.). Finalmente, os professores, mais ricos em capital cultural do que em capital econômico, e, por isso mesmo, impelidos a consumos ascéticos em todas as áreas, opõem-se quase conscientemente – por uma busca de originalidade ao menor custo econômico que se orienta para o exotismo (cozinha italiana, chinesa, etc.) e para o populismo culinário (pratos da zona rural) – aos (novos) ricos e a seus alimentos ricos, vendedores e consumidores de “comilança”, aqueles a quem, às vezes, se atribui a denominação de “gossos” – gordos do ponto de vista corporal e, intelectualmente, grosseiros – que possuem os recursos econômicos de afirmar, com uma arrogância percebida como “vulgar”, um estilo de vida bastante próximo, em matéria de consumo econômico e cultural, daquele das classes populares.¹⁹

É evidente que não se pode autonomizar os consumos alimentares – sobretudo, apreendidos unicamente através dos *produtos* consumidos – em relação ao conjunto do estilo de vida: nem que seja pelo simples fato de que o gosto em matéria de *especialidades culinárias* – cujos produtos, sobretudo, no grau de indeterminação em que são apreendidos pela estatística, limitam-se a fornecer uma idéia bastante aproximada – está associado, por intermédio do modo de preparação, a toda a representação da economia doméstica e da divisão do trabalho entre os sexos. Assim, o gosto pelos *pratos cozinhados na panela*

COLETA
PGEPID
duplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

(*pot-au-feu, blanquette, daube*), exigindo um forte investimento de tempo e de interesse, está em afinidade com uma concepção tradicional do papel feminino: neste aspecto, a oposição é particularmente marcante entre as classes populares e as frações dominadas da classe dominante em que as mulheres, cujo trabalho tem um elevado valor mercantil – o que contribui, sem dúvida, para explicar que elas tenham uma idéia mais elevada de seu valor –, desejam reservar seu tempo livre, prioritariamente, para cuidar dos filhos e para a transmissão do capital cultural, além de mostrarem tendência a questionar a divisão tradicional do trabalho entre os sexos; por outro lado, a busca da economia de tempo e de trabalho na preparação dos pratos conjuga-se com a procura da leveza e do baixo teor em calorias dos produtos que leva a preferir os grelhados e os ingredientes crus – a “salada russa” –, assim como os produtos e pratos congelados, os iogurtes e os laticínios adoçados, ou seja, outras tantas escolhas que estão nos antípodas dos pratos populares, dos quais o mais típico é o *pot-au-feu*, feito de carne de segunda ensopada – por oposição a grelhada ou assada – modo de cozimento inferior que, acima de tudo, exige tempo. Não é por acaso que esta forma de culinária – diz-se de uma mulher que se consagra inteiramente ao lar que é *pot-au-feu* – simboliza um estado da condição feminina e da divisão do trabalho entre os sexos, assim como as *pantufas*, calçadas antes do jantar, simbolizam o papel complementar atribuído ao homem.²⁰

Entre os operários é que se dedica mais tempo e interesse à culinária: de acordo com os depoimentos, 69% gostam de confeccionar pratos com maior esmero contra 59% entre os quadros médios, 52% entre os pequenos comerciantes e 51% entre os quadros superiores, membros das profissões liberais e industriais (F.C., XXXIV bis). Outro índice indireto de tais diferenças em matéria de divisão sexual do trabalho: para os professores e quadros superiores, segundo parece, a prioridade é atribuída à máquina de lavar a louça ou a roupa, enquanto para os membros das profissões liberais e os industriais ou grandes comerciantes, ela estaria orientada, de preferência, para o televisor e o automóvel (F.C., III). Finalmente, tendo sido convidados a escolher as duas iguarias preferidas, em uma lista de sete pratos, os agricultores e os operários que, à semelhança de todas as outras categorias, colocam no primeiro lugar o *gigot* [pernil de carneiro], mostram maior propensão (45% e 34% – contra 28% dos empregados, 20% dos quadros superiores e 19% dos pequenos empresários) a citar o *pot-au-feu* (os agricultores são, praticamente, os únicos a escolher a *andouillette* [chouriço] – na razão de 14% contra 4% dos operários, empregados e quadros médios, 3% dos quadros superiores e 0% dos pequenos empresários). Os operários e os pequenos empresários preferem, também, o *coq-au-vin* [galo ao vinho tinto] (50% e 48%), ou seja, prato típico dos pequenos restaurantes médios com pretensão a se tornarem chiques, sem dúvida, associado por isso mesmo à idéia de “ida” ao restaurante (contra 42% dos empregados, 39% dos quadros superiores e 37% dos agricultores). Os quadros, membros das profissões liberais e empresários, só se distinguem de maneira relativamente nítida pela escolha daquele prato que – fazendo parte de uma lista, *em seu entender, particularmente restrita* – é, ao mesmo tempo, relativamente “leve” e marcado simbolicamente, em relação à rotina comum da culinária pequeno-burguesa, ou seja, a *bouillabaisse* [caldeirada à provençal] (31% contra 22% dos empregados, 17% dos pequenos empresários, 10% dos operários, 7% dos agricultores) e em que a oposição entre o peixe e a carne – e, sobretudo, a carne de porco do

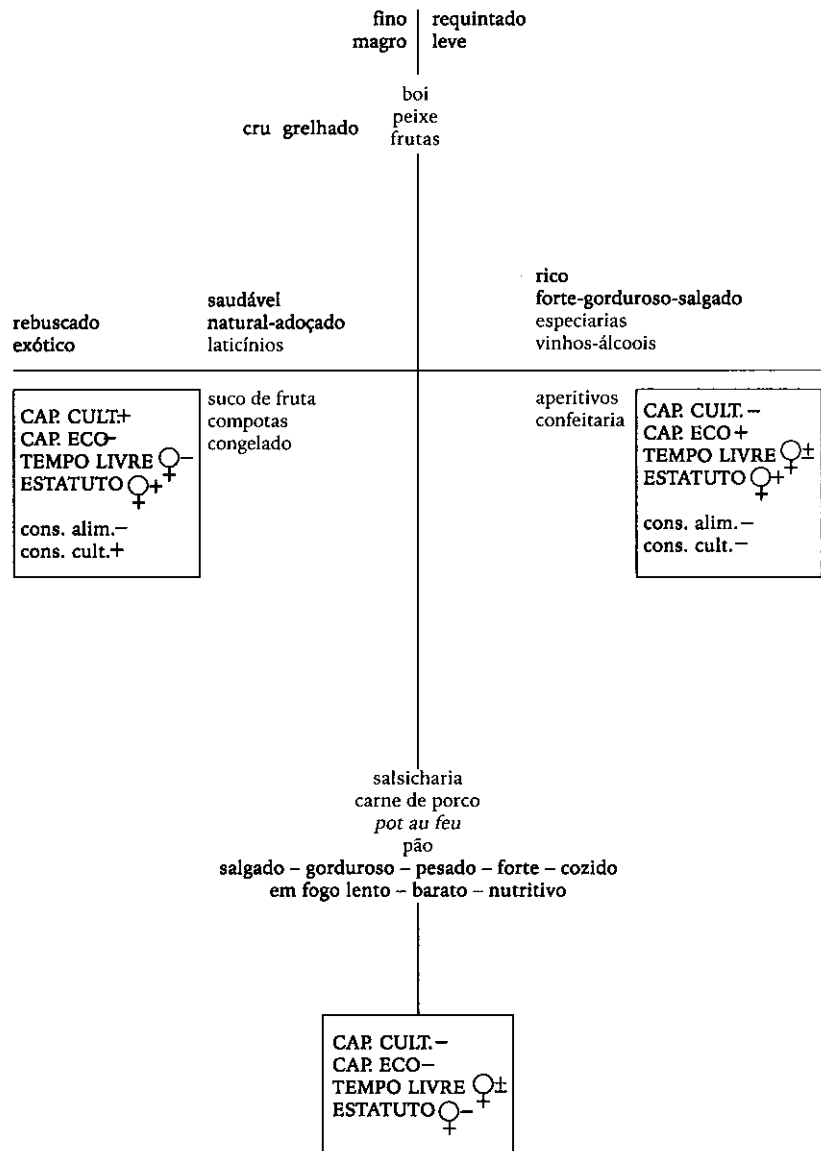
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

chucrute ou do *cassoulet* [guisado de feijão branco] – duplica-se claramente com a coloração regionalista e turística (F.C., XXXIV). É evidente que, pelo fato da imprecisão da classificação utilizada, não se pode apreender, aqui, os efeitos da oposição secundária entre as frações; além disso, as tendências observadas teriam sido, sem dúvida, mais marcantes se tivesse sido possível, por exemplo, isolar os professores e se a lista de pratos propostos tivesse sido mais diversificada nos aspectos sociologicamente pertinentes.

Gráfico 9 – O espaço dos consumos alimentares



PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes

minadora emitirá um dos

samente,

O gosto em matéria alimentar depende também da idéia que cada classe faz do corpo e dos efeitos da alimentação sobre o corpo, ou seja, sobre sua força, sua saúde e sua beleza, assim como das categorias que ela utiliza para avaliar tais efeitos – aliás, alguns podem ser adotados por uma classe e ignorados por outra, de modo que as diferentes classes podem estabelecer hierarquias bastante diferentes entre os diferentes efeitos: é assim, nas áreas em que as classes populares, mais atentas à *força* do corpo (masculino) do que à sua *forma*, tendem a procurar produtos, ao mesmo tempo, baratos e nutritivos, os membros das profissões liberais mostrarão sua preferência por produtos saborosos, bons para a saúde, leves e que não fazem engordar. Cultura tornada natureza, ou seja, incorporada, classe feita corpo, o gosto contribui para fazer o corpo de classe: princípio de classificação incorporado que comanda todas as formas de incorporação, ele escolhe e modifica tudo o que o corpo ingere, digere e assimila, do ponto de vista tanto fisiológico, quanto psicológico. Segue-se que o corpo é a objetivação mais irrecusável do gosto de classe, manifestado sob várias maneiras. Em primeiro lugar, no que tem de mais natural, na aparência, ou seja, nas dimensões (volume, tamanho, peso, etc.) e nas formas (redondas ou quadradas, rígidas ou flexíveis, retas ou encurvadas, etc.) de sua conformação visível em que se exprime de inúmeros modos uma verdadeira relação com o corpo, ou seja, a maneira de tratá-lo, cuidar dele, alimentá-lo, sustentá-lo, que é reveladora das disposições mais profundas do *habitus*: com efeito, a distribuição entre as classes das propriedades corporais é determinada, por um lado, através das preferências em matéria de consumo alimentar que, por sua vez, podem perpetuar-se para além de suas condições sociais de produção – como é o caso, em outras áreas, de um sotaque, da maneira de andar, etc. –²¹ e, por outro, é claro, através dos usos do corpo no trabalho e no lazer que são solidários com tais condições.

A mediação pela qual se estabelece a definição social dos alimentos convenientes não é somente a representação quase consciente da configuração aprovada do corpo percebido e, em particular, de sua grossura ou finura. É, de forma ainda mais profunda, todo o *esquema corporal* e, especialmente, a maneira de posicionar o corpo no ato de comer que está na origem da seleção de determinados alimentos. Assim, o motivo pelo qual as classes populares consideram o peixe, por exemplo, como um alimento pouco conveniente para os homens não é somente por sua leveza, por sua incapacidade de sustentar o corpo e por ser confeccionado, de fato, por razões higiênicas, ou seja, para os doentes e para as crianças, mas também por fazer parte, em companhia das frutas – salvo, as bananas – dessas coisas delicadas que não podem ser manipuladas por mãos de homem e diante das quais o homem é como uma criança (ao assumir o papel materno, a exemplo do que faz em todos os casos semelhantes, a mulher ficará encarregada de preparar o peixe no prato ou descascar a pêra); e, sobretudo, por sua exigência em ser comido de um modo que, em todos os aspectos, contradiz a maneira propriamente masculina de comer, ou seja, com moderação, em pequenas doses, mastigando lentamente *com a parte dianteira da boca* e na ponta dos dentes – tratando-se das espinhas. Fica comprometida totalmente a identidade masculina – o que se chama a virilidade – nestas duas maneiras de comer: na ponta dos lábios e por pequenas doses, como as mulheres a quem convém *debicar*; ou com a boca cheia, grande apetite e pedaços enormes, como convém aos homens. Do mesmo modo que ela está comprometida nas duas maneiras,

PL
PGEPI
uplente
PGEPI/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

perfeitamente homólogas, de falar: com a parte dianteira da boca ou com toda a boca e, em particular, o fundo da boca, a garganta (segundo a oposição, já anotada alhures, entre a *boca*, a boca delicada, a boca de lábios delgados e que se conserva fechada, por um lado, e, por outro, a *goela*, ser falador e insolente, berrar, xingar e, também, empanturrar-se *demais*). Esta oposição encontrar-se-ia em todos os usos do corpo e, em particular, nos *mais insignificantes na aparência*; neste aspecto, eles estão predispostos a servir de dito popular em que estão depositados os valores mais profundos do grupo e suas “crenças” mais fundamentais. Seria fácil mostrar, por exemplo, que os lenços de papel – seu uso exige que se pegue no próprio nariz com delicadeza, sem apertar demais e a pessoa assoa-se, de algum modo, na ponta do nariz, por pequenos toques – estão para o grande lenço de pano, no qual a pessoa sopra com força, de uma só vez, e fazendo um grande ruído, franzindo os olhos com o esforço e segurando bem o nariz com os dedos da mão, o que o riso contido em suas manifestações visíveis e sonoras é para o riso a *bandeiras despregadas* que se serve de *todo o corpo*, franzindo o nariz, abrindo bem a boca e respirando bem fundo (“rachou de rir”), como que para ampliar ao máximo uma experiência que não suporta ficar contida e, antes de mais nada, porque deve ser compartilhada, portanto, claramente manifestada à intenção dos outros. E a filosofia prática do corpo masculino como uma espécie de *potência*, grande, forte, com necessidades enormes, imperiosas e brutais, que se afirma na maneira masculina de portar o corpo e, em particular, diante dos alimentos, encontra-se também na origem da divisão dos alimentos entre os sexos, divisão reconhecida, tanto nas práticas quanto no discurso, pelos dois sexos. Compete aos homens dispor de um maior volume de bebida e de comida, além de alimentos mais fortes, condizentes com sua imagem. Assim, no aperitivo, os homens serão servidos duas vezes – inclusive, ainda mais vezes, tratando-se de uma festa – em doses bem medidas e em copos grandes (o sucesso do aperitivo *Ricard* ou *Pernod* deve-se, em grande parte, ao fato de que se trata de uma bebida, ao mesmo tempo, forte e abundante – nada a ver com o conteúdo de um “dedal”); além disso, eles deixarão os tira-gostos (salgados, amendoins, etc.) para as crianças e para as mulheres que bebem um golinho (“temos de poupar nossas pernas”) de um aperitivo preparado por elas próprias – cujas receitas trocam entre si. Do mesmo modo, nas entradas, os produtos de salsicharia são, de preferência, para os homens e, em seguida, o queijo (que será tanto mais apropriado para eles quanto mais *forte* for), enquanto os ingredientes crus são destinados, sobretudo, às mulheres, como a salada: uns e outros voltarão a servir-se ou compartilharão as sobras das travessas. A carne, alimento nutritivo por excelência, forte e fornecedora de força, vigor, *sangue*, saúde, é o prato dos homens que têm direito a repetir, enquanto as mulheres servem-se apenas de uma pequena porção: em vez de significar, propriamente falando, de uma *privação*, trata-se simplesmente de perda de apetite por algo que pode fazer falta aos outros e, em primeiro lugar, aos homens, ou seja, os destinatários por definição da carne; assim, sentem-se gratificadas por não terem vivenciado tal situação como uma privação. Além disso, elas não têm o *gosto* por alimentos próprios de homem que, sendo considerados nocivos ao serem absorvidos em grandes quantidades pelas mulheres – por exemplo, comer carne demais faz “o sangue ferver”, fornece vigor anormal, provoca espinhas, etc. –, podem até mesmo suscitar uma espécie de nojo.

COLI ID
PGEPIID
supiente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

FOLIA
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontre-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

Ter o físico apropriado ao desempenho da profissão



...OLU ID
...PGEPID
...uplente
...PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,



As diferenças de pura conformação são reduplicadas e, simbolicamente, acentuadas pelas diferenças de *atitude*, diferenças na maneira de portar o corpo, de apresentar-se, de comportar-se em que se exprime a relação com o mundo social. A esses itens, acrescentam-se todas as correções intencionalmente introduzidas no aspecto modificável do corpo, em particular, pelo conjunto das marcas relativas à cosmética – penteado, maquiagem, barba, bigode, suíças, etc. – ou ao vestuário que, dependendo dos meios econômicos e culturais suscetíveis de serem investidos aí, são outras tantas marcas sociais que recebem seu sentido e *seu valor* de sua posição no sistema de sinais distintivos que elas constituem, além de que ele próprio é homólogo do sistema de posições sociais. Portador de sinais, o corpo é também produtor de signos que são marcados em sua substância perceptível pela relação com o corpo: é assim que, através da maneira de posicionar a boca ao falar ou de assentar a voz, a valorização da virilidade pode determinar totalmente a pronúncia das classes populares. Produto social, o corpo – única manifestação sensível da “pessoa” – é comumente percebido como a expressão mais natural da natureza profunda: não há sinais propriamente “físicos”; deste modo, a cor e a espessura do batom ou a configuração de uma mímica, assim como a forma do rosto ou da boca, são imediatamente lidas como índices de uma fisionomia “moral”, socialmente caracterizada, ou seja, estados de ânimo “vulgares” ou “distintos”, naturalmente “naturais” ou naturalmente “cultivados”. Os sinais constitutivos do corpo percebido, produtos de uma fabricação propriamente cultural, cujo efeito consiste em distinguir os grupos no que diz respeito ao grau de cultura, ou seja, de distância à natureza, parecem estar baseados na natureza. O que se chama apresentação, ou seja, a maneira legítima de posicionar o corpo e apresentá-lo, é espontaneamente percebida como um índice de conduta moral e constitui o fato de deixar ao corpo a aparência “natural” como índice de *displícência*, de abandono culpável à *facilidade*.

Assim, delinea-se um espaço dos corpos de classe que, salvo os acasos biológicos, tende a reproduzir, em sua lógica específica, a estrutura do espaço social. E não é por acaso, portanto, que as propriedades corporais são apreendidas através dos sistemas sociais de classificação que, aliás, dependem da distribuição, entre as classes sociais, das diferentes propriedades: as taxinomias em vigor tendem a opor, hierarquizando-as, as propriedades mais freqüentes entre os dominantes – ou seja, as mais raras – e as mais freqüentes entre os dominados.²² A representação social do próprio corpo com a qual cada agente deve contar, e desde a origem, para elaborar a representação subjetiva de seu corpo e de sua *hexis* corporal é assim obtida pela aplicação de um sistema de classificação social, cujo princípio é o mesmo dos produtos sociais ao qual ele se aplica. Assim, os corpos teriam todas as possibilidades de receber um valor estritamente proporcionado à posição de seus possuidores na estrutura da distribuição das outras propriedades fundamentais se a autonomia da lógica da hereditariedade biológica em relação à lógica da hereditariedade social não atribuísse, às vezes, aos mais desprovidos, sob todas as outras relações, as propriedades corporais mais raras, por exemplo, a beleza – que, às vezes, é designada como “fatal” por constituir uma ameaça para as hierarquias – e se, inversamente, os acidentes da biologia não privassem, às vezes, os “grandes” dos atributos corporais de sua posição, tais como a corpulência ou a beleza.

Sem cerimônia ou falta de educação?

Portanto, fica claro que o gosto em matéria alimentar não pode ser completamente autonomizado das outras dimensões da relação com o mundo, com os outros e com o próprio corpo, em que se realiza a filosofia prática característica de cada classe. Para comprová-lo, deveria ser promovida a comparação sistemática entre a maneira popular e a maneira burguesa de tratar da alimentação, de servi-la, apresentá-la e oferecê-la, que é infinitamente mais reveladora do que a própria natureza dos produtos em questão – sobretudo, quando se ignora, à semelhança do que ocorre com a maior parte das pesquisas de consumo, as diferenças de qualidade. Trata-se de uma análise difícil já que cada um dos estilos de vida só pode ser pensado, realmente, em relação ao outro que é sua negação objetiva e subjetiva, de modo que o sentido das condutas pode passar do “a favor” para o “contra” de acordo com o ponto de vista segundo o qual for apreendido e conforme forem inscritas significações populares ou burguesas na leitura de *palavras comuns* – por exemplo, “maneiras” – que deverão ser utilizadas para nomeá-las.

É possível imaginar os mal-entendidos que podem resultar da ignorância deste mecanismo em todas as pesquisas por questionário que são sempre trocas de *palavras*. *A fortiori*, quando se visa coletar julgamentos sobre palavras ou suscitar reações a partir de palavras (à semelhança do “teste ético” segundo o qual todos os entrevistados dispunham da mesma lista de adjetivos para caracterizar um amigo, um vestuário ou a decoração ideal de uma casa): neste caso, as respostas registradas são realmente definidas em relação a estímulos que, para além de sua *identidade nominal* (a das palavras propostas), variam em sua *realidade percebida*, portanto, em sua eficácia prática, segundo os próprios princípios de variação (e, para começar, a classe social), cuja pretensão consiste em avaliar sua eficiência – o que leva a encontros totalmente desprovidos de sentido entre classes opostas. Os grupos investem-se inteiramente, com tudo o que os opõe aos outros grupos, nas palavras comuns em que se exprime sua identidade social, ou seja, sua diferença. Sob sua aparente neutralidade, palavras tão comuns – por exemplo, prático, sóbrio, limpo, funcional, engraçado, delicado, íntimo, distinto – estão, assim, divididas contra elas mesmas, seja porque as diferentes classes atribuem-lhes sentidos diferentes ou, então, o mesmo sentido e, neste caso, conferem valores opostos às coisas nomeadas: assim, em relação ao vocábulo *caprichado* tão fortemente assumido por aqueles que o levam a exprimir seu gosto pelo trabalho bem feito e bem acabado, ou a atenção um tanto meticulosa prestada à própria aparência externa que ele evoca – sem dúvida, para aqueles que o rejeitam –, o rigor um tanto estrito ou acanhado que percebem no estilo de vida pequeno-burguês; ou, ainda, em relação à palavra *engraçado*, cujas conotações sociais associadas a uma pronúncia, uma elocução socialmente marcante, de preferência, burguesa ou esnobe, entram em contradição com os valores manifestados, deixando na confusão aqueles que haveriam de reconhecer-se, com toda a certeza, em um equivalente popular, tal como *bidonnant*, *marrant* ou *rigolo*; ou, ainda, em relação à palavra *sóbrio* que, aplicada ao vestuário ou à decoração de uma casa, pode receber significações radicalmente diferentes, conforme é utilizada para exprimir as estratégias estéticas prudentes e defensivas do pequeno artesão, o ascetismo estetizante do professor ou o

gosto pela austeridade no luxo do grande burguês de velha cepa. Como vemos, toda tentativa para produzir um órgão ético comum a todas as classes está, antecipadamente, condenada ao fracasso, a menos que, à semelhança do que ocorre com toda a moral ou religião “universal”, se sirva sistematicamente do fato de que, além de ser comum às diferentes classes, a língua é, ao mesmo tempo, capaz de receber sentidos diferentes – ou, inclusive, opostos – nos seus usos particulares, até mesmo, antagonistas.

A propósito das classes populares, seria possível falar de comer sem formalidades, do mesmo modo que se diz falar sem papas na língua. A refeição é colocada sob o signo da abundância – que não exclui as restrições e os limites – e, sobretudo, da liberdade: são preparados pratos “elásticos” e “em fartura”, tais como as sopas e os molhos, as massas ou as batatas (quase sempre, associadas aos legumes) e que, servidas com uma concha ou colher, evitam a preocupação de ter de medir e contar – ao contrário de tudo o que tem de ser fatiado, por exemplo, os assados.²³ Esta impressão de abundância – que é de regra nas ocasiões extraordinárias e que vale sempre, nos limites do possível, para os homens, cujo prato é servido duas vezes até à beirada (privilégio que marca o acesso do jovem ao estatuto de homem) – tem, freqüentemente, como contrapartida, nas ocasiões habituais, as restrições que, muitas vezes, as próprias mulheres se impõem – servindo-se de uma porção para duas pessoas ou comendo as sobras da véspera; por sua vez, o acesso das moças ao estatuto de mulher fica marcado pelo fato de que elas começam a se privar. Faz parte do estatuto do homem comer e comer bem – assim como de beber bem: *insiste-se*, particularmente, com eles, para que consumam invocando o princípio de que “nada deve ficar no prato”; aliás, a recusa tem algo de suspeito. No domingo, enquanto as mulheres, sempre de pé, estão ocupadas em servir, em retirar as coisas da mesa e em lavar a louça, os homens, ainda sentados, continuam bebendo e comendo. Como estas diferenças bastante marcadas entre os estatutos sociais (associados ao sexo ou à idade) não são acompanhadas por qualquer diferenciação prática (tal como a divisão burguesa entre a sala de jantar e a copa na qual comem os domésticos e, às vezes, as crianças), tende-se a ignorar a preocupação em seguir a ordem estrita da refeição: assim, tudo pode ser colocado em cima da mesa, praticamente, ao mesmo tempo – tendo como virtude, igualmente, a economia de deslocamentos – de modo que as mulheres podem já estar na sobremesa com as crianças que, por sua vez, carregam o prato para diante do televisor, enquanto os homens ainda estão terminando o prato principal ou o “jovem”, que chegou atrasado, engole a sopa. Mesmo que possa ser percebida como desordem ou displicência, esta liberdade está bem adaptada às circunstâncias. Em primeiro lugar, garante a economia de esforços, aliás, procurada propositalmente: como a participação dos homens nas tarefas domésticas está excluída – e, acima de tudo, pelas mulheres que sentir-se-iam desonradas em vê-los desempenhar um papel excluído de sua definição – o lançar mão de qualquer recurso é vantagem para minimizar “os gastos”. Assim, no bar, os homens podem contentar-se com uma só colher de café que, depois de sacudida, é entregue ao vizinho para que, por sua vez, ele “mexa seu açúcar”. No entanto, tais economias de esforços são aceitas simplesmente porque a pessoa se sente e deseja se sentir como se estivesse *entre amigos*, em casa, em família, o que exclui precisamente fazer fita: por exemplo, para economizar os pratos de sobremesa, pode-se tirar – exibindo um aspecto brincalhão para mostrar que se trata de uma

transgressão “permitida” – material, ao acaso, do armário destinado às confeitarias; assim, o vizinho convidado para a sobremesa receberá também seu pedaço de papelão (aliás, apresentar-lhe um prato equivaleria a excluí-lo) como um testemunho de nossa *familiaridade* a seu respeito. Do mesmo modo, não há troca de pratos para servir os diferentes ingredientes. O prato da sopa, que é limpo com um pedaço de pão, pode ser utilizado, assim, até o fim da refeição. A dona da casa não deixará de propor a “troca de pratos”, afastando a cadeira com uma das mãos enquanto a outra tenta pegar o prato do vizinho; no entanto, todo o mundo fica indignado (“afinal, tudo se mistura no estômago”) e sua insistência daria a impressão de que ela pretende exhibir sua louça – o que lhe é permitido ao tratar-se de um presente que acaba de receber – ou considera seus convidados como estranhos, à semelhança do que, às vezes, se faz conscientemente com intrusos ou parasitas – conhecidos, precisamente, pelo fato de nunca “retribuírem o convite” – perante os quais se pretende manter distância, trocando os pratos apesar de seus protestos, deixando de sorrir diante de suas brincadeiras ou repreendendo a atitude das crianças (“Não tem importância! Deixem-nas em paz, elas podem perfeitamente...”, dirão os convidados; “Já é tempo de saberem comportar-se” responderão os pais). A raiz comum de todas essas “permissões” assumidas pela pessoa é, sem dúvida, o sentimento de que ela não vai impor a si mesma controles, obrigações, restrições deliberadas – menos ainda em matéria de alimentação que é uma necessidade primária e uma desforra –, além de ser, no próprio âmbito da vida doméstica, o único refúgio de liberdade uma vez que, por todos os lados e no tempo restante, ela continua submetida à necessidade.

Ao “comer sem formalidades” popular, a burguesia opõe a preocupação em comer *nos conformes*. Assim, em primeiro lugar, trata-se de respeitar ritmos que implicam expectativas, atrasos, reservas: nunca se deve dar a impressão de precipitar-se sobre a comida; só se começa a comer, depois que todos estiverem servidos; ao servir-se dos alimentos, e ao retomá-los uma segunda vez, a pessoa deve proceder com discrição. Os pratos são apresentados em determinada seqüência, excluindo-se qualquer coexistência de alimentos que devem estar separados pela ordem estrita da refeição, tais como assado e peixe, queijo e sobremesa: por exemplo, antes de servir a sobremesa, retira-se tudo o que se encontra em cima da mesa, inclusive, o saleiro, além de serem varridas as migalhas. Esta maneira de introduzir o rigor da regra, até mesmo, no cotidiano – o homem faz a barba e veste-se, todos os dias, de manhã, e não apenas para “sair” –, de excluir o corte entre dentro e fora de casa, entre o cotidiano e o extracotidiano (associado, para as classes populares, ao fato de endomingar-se), não se explica somente pela presença, no âmbito do mundo familiar e bem conhecido, desses estranhos que são os domésticos e os convidados, mas é a expressão de um *habitus* de ordem, conduta e reserva que não poderia ser abdicado. E tanto menos que a relação com os alimentos – a necessidade e o prazer primários por excelência – é apenas uma dimensão da relação burguesa com o mundo social: a oposição entre o imediato e o diferido, o fácil e o difícil, a substância ou a função e a forma, que se exprime aí de maneira particularmente impressionante, encontra-se na origem de qualquer estetização das práticas e de toda estética. Através de todas as formas e de todos os formalismos que se encontram impostos ao apetite imediato, o que é exigido – e inculcado – não é somente a disposição de disciplinar o consumo alimentar pela adoção de uma forma que é também uma censura amável, indireta, invisível – totalmente oposta à

COLEÇÃO
PPGEPID
suplente
PPGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

imposição brutal de *privações* –, além de ser parte integrante de uma arte de viver; deste modo, o fato de comer nos conformes é, por exemplo, a maneira de prestar homenagem aos anfitriões e à dona da casa, cujos cuidados e trabalho são levados na devida consideração ao ser respeitada a ordem rigorosa da refeição. Mas é também uma verdadeira relação com a natureza animal, com as necessidades primárias e com o vulgar que se manifesta aí sem restrições; é a maneira de negar o consumo em sua significação e sua função primárias, essencialmente *comuns*, transformando a refeição em uma *cerimônia social*, em uma afirmação de conduta ética e de requinte estético. A maneira de apresentar a alimentação e de consumi-la, a ordem da refeição e a disposição dos lugares, estritamente diferenciados segundo a seqüência das iguarias e dispostos para agradar a vista, a própria apresentação dos pratos, considerados tanto em sua composição segundo a forma e a cor à maneira de obras de arte, quanto em sua simples substância consumível, a etiqueta orientando a conduta, a atitude, a maneira de servir ou de se servir e de utilizar diferentes utensílios, a distribuição dos convidados, submetida a princípios bastante estritos, mas sempre eufemísticos, de hierarquização, a censura imposta a todas as manifestações corporais do ato (como os ruídos) ou do prazer de comer (como a precipitação), o próprio requinte das coisas consumidas, cuja qualidade prevalece em relação à quantidade – eis o que é verdadeiro tanto para o vinho, quanto para as iguarias –, todo este expediente de estilização tende a deslocar a ênfase da substância e a função em direção à forma e à maneira; por conseguinte, é negada ou, melhor ainda, denegada a realidade, grosseiramente material, do ato de consumo e das coisas consumidas ou, o que dá no mesmo, a grosseria vilmente material daqueles que se abandonam às satisfações imediatas do consumo alimentar, forma por excelência da simples *aisthesis*.²⁴

Em uma tabela sinótica, foram reunidos os principais resultados de uma pesquisa extremamente rica (F.C., XLIII) sobre a arte de receber que permite corroborar e conferir maior precisão a tais análises. Em primeiro lugar, observa-se aí que, na classe operária, o universo das trocas de convites improvisados ou organizados é circunscrito à família e ao universo das pessoas amigas que podem ser tratadas “como se fossem da família” e com quem é possível “sentir-se em família”, enquanto as *relações* propriamente ditas, no sentido de relações profissionais, úteis na profissão, aparecem no nível das classes médias e caracterizam, sobretudo, a classe dominante. Como testemunho desta liberdade, o fato de que o convite é dirigido, sobretudo, para tomar café, sobremesa ou aperitivo – ao passo que, no outro extremo do espaço social, convida-se, de preferência, para tomar chá, almoçar ou jantar, ou para uma ida ao restaurante. Se existe a preferência em limitar os convites improvisados a tomar o aperitivo ou o café é porque se evita a convidar “pela metade” e coloca-se o ponto de honra em “fazer bem as coisas”, excluindo as “soluções práticas” – sugeridas pelos semanários femininos – destinadas a permitir uma economia de esforços, como o bufê ou o prato único.²⁵ Esta recusa dos fingimentos – pretende-se, antes de mais nada, que os convidados tenham comida suficiente e pratos bem preparados; e, secundariamente, que não fiquem entediados – torna-se ainda mais bem visível na análise da composição das refeições oferecidas. Os operários entendem que a refeição comporta todos os elementos considerados como constitutivos de uma verdadeira refeição, desde o aperitivo até a sobremesa – ao passo que, nas outras classes, aceita-se, com

COLEÇÃO
PPGEPID
suplente
PPGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

Tabela 19 – Variações das maneiras de receber (F. C., XLIII)

	operários	empregados quadros médios	quadros, industr., prof. liberais
reservam seus convites improvisados:			
- para a família mais próxima	51,7	34,7	32,5
- para os amigos íntimos	20,9	35,9	33,2
- para os amigos dos filhos	2,8	3,4	8,3
- para as relações profissionais	1,9	3,1	4,2
reservam seus convites, feitos com antecedência:			
- para a família mais próxima	41,2	33,1	30,2
- para as relações profissionais	2,6	8,4	18,9
convidam várias vezes, ou freqüentemente, para:			
- o café	49,2	48,4	38,2
- a sobremesa	23,7	24,7	15,1
- o jantar	51,3	67,8	70,2
fazem convites improvisados para:			
- o aperitivo	52,8	46,3	39,2
- a refeição	23,9	31,9	40,0
o mais importante nos convites improvisados:			
- iguarias caprichadas	10,1	5,9	9,4
- muita comida	33,6	28,4	26,0
- ninguém fica entediado	33,4	46,6	47,9
preferem oferecer ao convidado:			
- um bufê ou um prato único	19,4	25,3	26,1
- um verdadeiro cardápio	77,2	71,6	70,9
por ocasião do convite, utilizam (regul. e muitas vezes):			
- baixela de prata	27,8	40,7	61,5
- copos de cristal	29,3	49,7	57,3
- baixela de porcelana	39,6	46,3	60,0
- copos comuns	84,8	56,5	55,4
- louça de barro vidrado	60,6	55,9	54,8
gostam que os convidados estejam:			
- elegantes	10,8	15,9	30,6
- com traje de passeio	79,7	70,9	58,5
- sejam posicionados por eles	29,7	31,3	46,0
- escolham seu lugar	65,7	63,1	46,8
preferem:			
- separar os casais	22,8	35,0	50,6
- não separá-los	26,0	38,4	26,0
aceitam as crianças (em méd., com idade mín.):			
- na refeição	6,5	7,5	8,8
- no final do dia	10,9	11,9	12,9
- na conversação	12,0	12,2	12,1
recebem dos convidados:			
- flores	41,8	56,3	68,3
- sobremesa	24,6	16,6	9,8
- vinhos	18,6	16,9	14,0
ao receberem os convidados, gostam de:			
- música de fundo	48,1	56,6	57,7
- assistir TV	14,4	4,7	4,2
- cantar no final da refeição	64,9	55,3	45,3
- organizar jogos	66,4	59,7	50,9

Leitura desta tabela: 51,7% dos operários reservam seus convites improvisados para a família mais próxima e 20,9% para os amigos íntimos, etc.; enquanto 34,7% dos empregados e quadros médios reservam os convites para a família mais próxima e 35,9% para os amigos íntimos, etc. Para cada questão, o total das porcentagens pode ser inferior ou superior a 100: com efeito, os entrevistados tiveram a possibilidade de apontar mais de uma das escolhas propostas ou, pelo contrário, rejeitarem todas. Em negrito, está indicada a mais elevada tendência no interior de cada linha.

T. G. L. I. D.
 PGEPID
 suplenete
 PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
 encontra-se em anexo,
 Secretaria do PPG, antes
 minadora emitirá um dos

samente,

maior freqüência, “simplificar”, suprimindo a entrada, a salada ou a sobremesa.²⁶ A primazia conferida à substância em relação à forma faz com que, se houver ocasião de “simplificar”, tal operação só poderá ocorrer na ordem da *forma*, das maneiras, consideradas como não-essenciais, puramente simbólicas. Pouco importa que o serviço de mesa seja *ordinário* se a refeição é extra-ordinária: eis o que se gosta de proclamar e um grande número de reflexões rituais incidem sobre este tema. Pouco importa que os convidados não estejam dispostos segundo as formas, nem disponham do traje de rigor. Pouco importa que se verifique a interferência das crianças em uma refeição que nada tem de um *ritual* – contanto que evitem intervir na conversação que é um negócio de adultos. Não tendo a religião das formas, pode-se assistir a um programa de televisão, tomar a iniciativa de cantar uma canção no final da refeição ou, até mesmo, organizar jogos: ainda, neste aspecto, como a função é claramente reconhecida – “estamos, aqui, para nos divertir” –, as pessoas empenham-se em realizá-la, servindo-se de todos os recursos disponíveis – bebidas, jogos, histórias engraçadas, etc. – para *fazer* a festa. E o primado da substância em relação à forma, a recusa da denegação implicada no fato de adotar formas, exprime-se ainda no conteúdo dos bens trocados por ocasião das recepções: as flores que têm a ver com o gratuito, a arte, a arte pela arte – gosta-se de brincar com o fato de que “isso não se come” – são relegadas em benefício dos alimentos terrestres, vinhos ou sobremesas, aliás, presentes “que dão sempre prazer” e que podem ser oferecidos sem cerimônia em nome de uma representação realista do custo da refeição, assim como da vontade – considerada como natural e aceita de comum acordo – de contribuir para reduzi-los.

Seria possível engendrar, de novo, todas as oposições entre as duas maneiras antagonistas de tratar a alimentação e o ato de comer a partir da oposição entre a forma e a substância: em um caso, a alimentação é reivindicada em sua verdade de substância nutritiva por sustentar o corpo e fornecer energia (o que tende a privilegiar os alimentos pesados, gordurosos e fortes, cujo paradigma é a carne de porco, gordurosa e salgada, antítese do peixe, magro, leve e insosso); no outro caso, a prioridade atribuída à forma (por exemplo, do corpo) e às formas leva a relegar, para o segundo plano, a busca da energia e a preocupação com a substância, reconhecendo a verdadeira liberdade na ascese eletiva de uma regra prescrita para si mesmo. E mostrar que duas visões antagonistas do mundo, dois mundos, duas representações da excelência humana estão confinadas nesta matriz: a substância – ou a matéria – é o que é substancial, no sentido primeiro de nutritivo, mas também de real, por oposição a todas as aparências, todos os (belos) gestos, em resumo, tudo o que é, como se diz, puramente simbólico; é a realidade contra a imitação, o símile, a poeira nos olhos; é o botequim sem boa aparência, com mesas de mármore e toalhas de papel, mas em que o dinheiro é bem gasto e ninguém é iludido com falsas promessas como ocorre nos restaurantes que inventam moda; é o ser contra o parecer, a natureza (“ele é natural”) e o natural, a simplicidade (com à vontade, simplesmente, sem cerimônia) contra os embaraços, as aparências, os trejeitos, as maneiras e as cerimônias, sempre suspeitos de serem apenas um substituto da substância, ou seja, da sinceridade, do sentimento, do que é sentido e se comprova por atos; é o falar sem papas na língua e a delicadeza do coração que fazem o verdadeiro “cara legal”, quadrado, inteiro, honesto, reto, franco, feito de uma só peça, por

COLEÇÃO
PPGEPID
suplente
PPGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

oposição a tudo o que é pura forma, a tudo o que é feito apenas *pela forma* (“da boca para fora”) e à delicadeza das palavras (“é cortesia demais”); é a liberdade e a recusa das complicações por oposição ao respeito das formas espontaneamente percebidas como instrumentos de distinção e poder. Em relação a estas perspectivas de moral, a estas visões do mundo, não existe ponto de vista neutro: aí onde uns vêem o sem-cerimonioso, a displicência, os outros enxergam a falta de cerimônia e de pretensão; para uns, a familiaridade é a forma mais absoluta de reconhecimento, a abdicação de qualquer distância, o abandono confiante, a relação em pé de igualdade; enquanto para outros, aqueles que evitam a familiaridade, trata-se da inconveniência de atitudes demasiado livres.

O realismo popular que leva a reduzir as práticas à verdade de sua função, a fazer o que se faz, a ser o que se é (“eu sou assim mesmo”), “sem inventar histórias” (“é assim mesmo”), e o materialismo prático que predispõe a censurar a expressão dos sentimentos ou a exorcizar a emoção por violências ou grosserias são a antítese praticamente perfeita da denegação estética que, por uma espécie de *hipocrisia* essencial – visível, por exemplo, na oposição entre a pornografia e o erotismo – *dissimula*, pela primazia conferida à forma, o interesse atribuído à função e impele a fazer o que se faz como se isso não tivesse sido feito.

O visível e o invisível

No entanto, a alimentação – considerada pelas classes populares como algo da ordem da substância e do ser, enquanto já é percebida, segundo as categorias da forma e do parecer, pela burguesia que recusa a distinção entre o dentro e o fora, o para si e o para outrem, o cotidiano e o extracotidiano – está, por sua vez, para o vestuário na relação entre o dentro e o fora, o íntimo e o exterior, o doméstico e o público, o ser e o parecer. E a inversão da importância atribuída à alimentação e ao vestuário nas classes populares – que consagram a prioridade ao ser –, enquanto as classes médias manifestam a preocupação em parecer, é o indício de uma reviravolta de toda a visão do mundo. As classes populares transformam o vestuário em um uso realista ou, se preferirmos, funcionalista. Ao privilegiar a substância e a função em relação à forma, elas desejam a devida compensação, se assim se pode dizer, para seu gasto, escolhendo algo “que pode durar muito tempo”. Ignorando a preocupação burguesa de introduzir a boa apresentação no universo doméstico – lugar da liberdade, do avental e das pantufas (para as mulheres), do torso nu ou da camiseta (para os homens) –, elas desleixam a distinção entre a roupa de cima, visível, destinada a ser vista, e a roupa de baixo, invisível ou escondida, ao contrário das classes médias que começam a ficar inquietas – pelo menos, fora de casa e no trabalho (cresce, cada vez mais, o número de mulheres trabalhadoras) – com sua aparência externa, incluindo vestuário e cosmética.

É assim que, apesar dos limites dos dados disponíveis, encontramos, na ordem do vestuário masculino – muito mais *marcante*, em relação ao que a estatística dos produtos pode apreender a seu respeito, do que o vestuário feminino – o equivalente das grandes oposições constatadas em matéria de culinária. Na primeira dimensão do espaço, o corte passa – também, neste aspecto – entre os empregados e os operários e, em particular, fica marcado pela oposição entre a bata cinzenta e o macacão azul, o sapato social e os mocassins, os *kickers* ou *baskets*, ou seja, calçado mais descontraído (sem falar do roupão, cujo volume de compra é, entre os empregados, da ordem de 3,5 superior ao dos operários). O aumento,

COLI ID
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ninadora emitirá um dos

samente,

bastante marcante em quantidade e qualidade, de todas as compras de roupas masculinas resume-se na oposição entre o *terno*, apanágio do quadro superior, e o *macacão*, marca distintiva do agricultor ou operário (com exceção dos artesãos, ele é praticamente ignorado pelos outros grupos); ou, ainda, entre o *sobretudo* que, sempre mais raro em relação à capa feminina, é nitidamente mais utilizado entre os quadros superiores do que nas outras classes, e o *casacão* ou a *jaqueta* que são utilizadas, sobretudo, pelos camponeses e pelos operários. A meio caminho, encontram-se os quadros médios que, praticamente, deixaram de usar um vestuário de trabalho e, com maior freqüência, compram ternos.

Entre as mulheres – que, em todas as categorias (salvo os agricultores e assalariados agrícolas), fazem despesas superiores às dos homens (com uma diferença particularmente marcante entre os quadros médios, quadros superiores e profissões independentes ou nas rendas mais elevadas) –, o número de compras aumenta à medida que se sobe na hierarquia social, de modo que a diferença é máxima para os *tailleurs* e *conjuntos* (artigos caros), enquanto é menor para os vestidos e, em particular, para as saias e casacos. Observa-se entre o *sobretudo*, cujo uso é cada vez mais freqüente quando se sobe na hierarquia social, e a *capa de chuva* que “serve para todas as ocasiões”, uma oposição análoga àquela que se estabelece, para os homens, entre o sobretudo e a jaqueta. O uso da bata ou do *aventail* – que, nas classes populares, é uma espécie de *traje de função* da dona de casa – cresce fortemente quando se desce na hierarquia social (ao contrário do *roupão*, praticamente desconhecido no mundo rural e operário).



PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

Em média anual, os operários compram lenços, camisetas e sungas em quantidade superior – e meias, meias curtas, pólos, pulôveres, etc. praticamente em número igual – ao que é comprado pelas outras classes, mas sempre uma quantidade menor de pijamas (vestuário que, a exemplo do roupão, é um atributo tipicamente burguês) e de camisas. Em relação às mulheres, as diferenças – entre as classes, em matéria de roupas de baixo, nitidamente marcantes pelo seu valor – são reduzidas em relação ao número de peças adquiridas (e, inclusive, invertem-se em relação às combinações, camisolas, meias, colantes e lenços). Ao contrário, para as mulheres, assim como para os homens, as compras de *roupa de cima* crescem em número e valor quando se sobe na hierarquia social.

Por sua vez, as oposições transversais são mais difíceis de apreender pelo fato de que a pesquisa sobre as condições de vida das famílias que permite o estudo das variações segundo categorias mais bem definidas limita-se a levar em consideração itens bastante sumários. Observa-se, todavia, que – praticamente insignificantes em relação à roupa de baixo – as despesas em matéria de vestuário variam bastante fortemente, no âmago da classe dominante, entre as frações, e vão aumentando regularmente desde os professores que mostram o menor interesse por este item tanto em valor absoluto quanto em valor relativo (1.523 F por ano, ou seja, 3,7%) aos industriais e aos grandes comerciantes (4,5%), aos quadros superiores e aos engenheiros (5,7% e 6,1%), até os membros das profissões liberais (4.361 F, ou seja, 7,6%). Tais diferenças no valor atribuído a estes instrumentos da apresentação de si (o consumo de calçado varia como o do vestuário) encontram sua origem nas fórmulas geradoras que, em um estilo de vida particular, retraduzem as necessidades e as facilidades características de uma condição e de uma posição, determinando, por exemplo, o valor e o lugar atribuídos à vida de relações – no menor grau, segundo parece, entre os professores, próximos neste aspecto da pequena burguesia; e, no maior grau, entre os membros das profissões liberais ou a grande burguesia dos negócios, não isolada pelas estatísticas – como oportunidade de acumular capital social. No entanto, seria impossível caracterizar completamente a *forma específica* assumida, neste domínio particular, pelos princípios fundamentais de cada estilo de vida sem dispor de descrições sutis da *qualidade* dos objetos considerados – tais como tecido (por exemplo, os ingleses associam os *tweeds* ao “*country gentleman*”), cor, corte – permitindo apreender as taxinomias utilizadas e as intenções expressivas que, consciente ou inconscientemente, são procuradas (“jovem” ou “clássico”, “esporte” ou “traje a rigor”, etc.). No entanto, tudo permite supor que o vestuário ou o penteado assumem um modo cada vez mais *jovem* à medida que se verifica um afastamento do pólo dominante, tornando-se cada vez mais *sério* (ou seja, sombrio, austero, clássico) à medida que há uma aproximação desse pólo:²⁷ quanto mais jovem, *do ponto de vista social* – ou seja, mais próximo, no espaço das frações, do pólo dominado e/ou dos novos setores do espaço profissional (novas profissões) – tanto maior será a afinidade de alguém com todas as novas formas de vestuário (roupas unisexo da moda chamada *junior, jean, sweat, shirt*, etc.) que se definem por uma recusa das obrigações e convenções associadas ao vestuário segundo os quais um indivíduo está vestido a rigor.

PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

Tabela 20 - Variações do valor atribuído ao corpo, à beleza e aos cuidados com o corpo (F. C., XLIV)

	profissão do chefe de família			atividade da mulher entrevistada		
	agricultor	operário	empregado quadro méd.	quadro sup. ind. prof. lib.	não trabalha	trabalha
têm um manequim normalizado superior ao 42 no plano da beleza, julgam-se	33,7	24,2	20,4	11,4	24,7	17,3
abaixo da média	40,2	36,0	33,2	24,2	324,2	31,0
pensam ter a aparência de mais velhos do que sua idade	13,0	14,0	10,1	7,6	13,6	9,8
nota média atribuída a si mesmas pelas mulheres entrevistadas:						
. para os cabelos	5,22	5,47	5,40	5,88	5,47	5,62
. para o rosto	5,36	5,53	5,51	5,67	5,54	5,58
. para os olhos	6,18	6,44	6,30	6,48	6,35	6,41
. para a pele	5,88	5,63	5,64	5,75	5,63	5,74
. para os dentes	5,24	5,45	5,40	5,74	5,40	5,59
. para o corpo	5,35	5,78	5,75	5,91	5,76	5,83
. para o nariz	5,94	5,48	5,56	5,65	5,41	5,74
. para as mãos	5,88	5,99	6,10	5,82	5,78	6,17
muitas, ou algumas, vezes têm vontade de mudar de aparência a beleza:	45,7	60,8	68,2	64,4	60,1	64,6
. depende do cuidado que se tem consigo mesmo	33,7	46,9	52,0	54,7	45,8	53,1
. depende da renda	15,2	18,8	9,2	8,9	16,7	10,3
os cuidados que se tem com sua beleza aumentam as oportunidades de sucesso no plano da beleza, elas prefeririam ser:	75,0	68,8	72,9	74,5	70,1	72,1
. naturais	69,6	69,8	62,8	57,6	68,8	61,6
. requintadas	12,0	15,6	22,9	25,0	16,8	22,3
pensam que o marido prefere uma mulher:						
. natural	65,2	65,0	51,4	50,8	60,6	54,1
. requintada	6,5	8,1	15,1	16,1	10,6	12,3
pensam que é preferível ser:						
. bela	52,2	58,5	59,2	61,9	59,5	58,7
. rica	39,1	35,4	33,5	27,5	32,7	33,9
pensam que é preferível:						
. ser bela	9,8	14,0	17,5	17,4	15,7	14,4
. ter sorte	83,7	83,3	76,8	75,8	80,2	80,3
pensam que dissimular sua idade pela maquiagem é normal	53,3	51,9	62,3	67,8	52,1	63,6
para perder peso, fazem:						
. um regime alimentar	23,9	19,8	28,8	23,3	23,9	23,1
. esporte, ginástica	4,3	8,3	14,0	16,9	10,6	11,8
. um tratamento com medicamentos	2,2	4,6	3,6	3,0	3,8	3,6
. nada	69,6	71,7	60,6	66,1	68,3	66,4
aprovam o recurso à cirurgia plástica para rejuvenescer	50,0	50,0	56,4	52,0	51,3	53,4
tomam, no mínimo, um banho ou uma ducha por dia	9,8	16,9	36,6	43,2	23,2	32,0
maquiam-se todos os dias	12,0	29,6	45,0	54,7	30,1	44,8
nunca, ou raramente, se maquiam	48,9	35,6	21,2	17,3	35,1	22,9
passam mais de meia-hora na higiene pessoal ou nos cuidados de beleza	12,3	45,6	48,9	45,3	42,1	48,2
maquiam-se para seu moral	4,3	15,9	25,9	27,8	21,0	22,1
vão ao salão de cabeleireiro, pelo menos, uma vez, de 15 em 15 dias	6,5	8,1	16,9	20,8	9,8	13,5
fazem a limpeza do rosto, à noite:						
. com sabonete	34,8	35,4	20,1	15,7	28,1	25,7
. com um creme, etc.	47,8	59,4	86,0	91,4	67,5	78,8

COLI ID
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

O interesse que as diferentes classes atribuem à apresentação de si, a atenção que lhe prestam e a consciência que têm dos ganhos que ela traz, assim como os investimentos de tempo, esforços, privações, cuidados que elas lhe dedicam, realmente, são proporcionais às oportunidades de lucros materiais ou simbólicos que, de uma forma razoável, podem esperar como retorno; e, mais precisamente, eles dependem, por um lado, da existência de um mercado de trabalho em que as propriedades cosméticas possam receber valor (em graus variáveis, segundo a natureza do ofício) no próprio exercício da profissão ou nas relações profissionais e, por outro, das oportunidades diferenciais de acesso a este mercado, e aos setores deste mercado, em que a valorização profissional recebe sua maior contribuição da beleza e de uma conduta digna. É possível verificar uma primeira confirmação desta correspondência entre a propensão para os investimentos cosméticos e as oportunidades de lucro na diferença que, em relação a todos os cuidados corporais, estabelece uma separação entre as mulheres que exercem e as que não exercem um ofício (e que deve ainda variar segundo a natureza do trabalho e do meio profissional). Segundo esta lógica, compreende-se que as mulheres das classes populares – que têm menos oportunidades de acesso a uma profissão e, ainda menos, àquelas profissões que exigem a mais estrita conformidade às normas dominantes em matéria de cosmética corporal – estejam menos conscientes, em relação a todas as outras classes, do valor “mercantil” da beleza e, por conseguinte, sejam muito menos impelidas a investir tempo, esforços, privações e dinheiro na estética do corpo. Não é o que se passa com as mulheres da pequena burguesia e, sobretudo, da nova pequena burguesia das profissões de apresentação e de representação que, muitas vezes, impõem um *traje* destinado, entre outras funções, a abolir todos os traços de um gosto heterodoxo e que exigem sempre o que se designa por *comportamento decente* no sentido de “conduta digna e de correção das maneiras” implicando, segundo o dicionário *Robert*, “uma recusa em ceder à vulgaridade e à facilidade” (as escolas especializadas na formação das recepcionistas submetem as moças das classes populares, selecionadas em função de sua beleza “natural”, a uma transformação radical em sua maneira de andar, sentar, rir, sorrir, falar, vestir, maquiagem, etc). As mulheres da pequena burguesia interessadas pelos mercados em que as propriedades corporais podem funcionar como capital para atribuir um reconhecimento incondicional à representação dominante do corpo, mas não dispõem, pelo menos, a seus próprios olhos – e, sem dúvida, objetivamente – de um capital corporal suficiente para obter os mais elevados ganhos, ocupam, ainda neste aspecto, o lugar de maior tensão. Com efeito, a garantia que dá a certeza de seu próprio valor e, em particular, do valor de seu próprio corpo ou de sua própria linguagem, é intimamente associada à posição ocupada no espaço social (e, é claro, à trajetória): assim, a parcela das mulheres que se julgam abaixo da média para a beleza, ou que pensam ter uma aparência de mais idosas do que sua idade, decresce muito fortemente quando se sobe na hierarquia social; do mesmo modo, as mulheres tendem a atribuir-se notas tanto mais elevadas para as diferentes partes do corpo quanto mais elevada for a posição ocupada no espaço social, apesar de não subsistirem dúvidas em relação ao concomitante aumento das exigências. Compreende-se que as mulheres da pequena burguesia que, em relação ao seu corpo, estão praticamente tão pouco satisfeitas quanto as mulheres das classes populares (inclusive, são as mais numerosas a manifestar o desejo de mudar de aparência e a afirmar seu descontentamento em relação a diversas partes do corpo) e, ao mesmo tempo, têm muito mais consciência do que elas em relação à utilidade da beleza,

PLI ID
PGEPID
upiente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

reconhecendo, com maior freqüência, o ideal dominante em matéria de excelência corporal, façam investimentos tão importantes – em *tempo*, sobretudo, e em *privações* – à melhoria de sua aparência física e manifestem uma adesão tão incondicional a todas as formas de voluntarismo cosmético (tal como o recurso à cirurgia plástica). Por sua vez, as mulheres da classe dominante obtêm do corpo uma dupla certeza: ao acreditarem, a exemplo das pequeno-burguesas, no valor da beleza e no valor do esforço para se embelezarem, além de associarem, assim, o valor estético com o valor moral, elas sentem-se superiores tanto pela beleza intrínseca, natural, do próprio corpo, quanto pela arte de embelezá-lo e por tudo o que designam por conduta digna, virtude inseparavelmente moral e estética, que constitui negativamente a “natureza” como *displicência*. A beleza pode ser, assim, um dom da natureza e, ao mesmo tempo, uma conquista do mérito, uma graça da natureza, por isso mesmo, justificada, e uma aquisição da virtude, duplamente justificada, que se opõe tanto ao desleixo e às facilidades da vulgaridade quanto à feiúra.

Assim, a experiência por excelência do “corpo alienado”, o *constrangimento*, e a experiência oposta, a *naturalidade*, propõem-se, em toda a evidência, com probabilidades desiguais aos membros da pequena burguesia e da burguesia que, atribuindo o mesmo *reconhecimento* à mesma representação da *conformação* e da *atitude legítimas*, estão equipados, de forma desigual, para realizá-lo: assim, as oportunidades de viver o próprio corpo sob o modo da graça e do milagre continuado são tanto maiores quanto maior for a capacidade corporal em relação ao grau do reconhecimento; ou, inversamente, a probabilidade de experimentar o corpo no mal-estar, no constrangimento e na timidez, será tanto mais elevada quanto maior for a desproporção entre o corpo ideal e o corpo real, entre o corpo sonhado e o *looking-glass self* – como se diz, às vezes – restituído pelas reações dos outros (as mesmas leis são válidas em relação à linguagem).

O simples fato de que as propriedades corporais mais procuradas – magreza, beleza, etc. – não estejam distribuídas, por acaso, entre as classes (por exemplo, a parcela das mulheres que têm uma altura normalizada superior à altura modal cresce bastante fortemente quando se desce na hierarquia social) seria suficiente para excluir que se possa tratar como *alienação genérica*, constitutiva do “corpo para o outro”, a relação que os agentes mantêm com a representação social de seu corpo, ou seja, o “corpo alienado” evocado pela análise de essência, corpo genérico, como a “alienação” que advém a qualquer corpo ao ser percebido e nomeado, portanto, objetivado pelo olhar e pelo discurso dos outros (cf. J.-P. Sartre, *L'Être et le néant*, Paris, Gallimard, 1943, p. 404-427). O “corpo para o outro” dos fenomenólogos é, duplamente, um produto social: ele deve suas propriedades distintivas a suas condições sociais de produção; e o olhar social não é um poder universal e abstrato de objetivação, como o olhar sartriano, mas um poder social que fica sempre devendo uma parte de sua eficácia ao fato de que encontra, naquele a quem se aplica, o reconhecimento das categorias de percepção e de apreciação que lhe aplica.

Apesar de não ser seu monopólio, os pequeno-burgueses distinguem-se, na sua experiência do mundo social, antes de mais nada, pela timidez, ou seja, constrangimento de quem não se sente bem em seu corpo e em sua linguagem: em vez de formar um todo com esses aspectos, ele observa-os, de algum modo, do exterior, com os olhos dos outros, vigiando-

PLURID
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

se, corrigindo-se, retratando-se; e, através de suas tentativas desesperadas para voltar a apropriar-se de um ser-para-o-outro alienado, oferece precisamente a ocasião à apropriação, traindo-se tanto por sua hipercorreção quanto por sua falta de jeito. Assim, a timidez manifestada, a contragosto, pelo corpo objetivado e que se deixa confinar no destino proposto pela percepção e pela enunciação coletivas – que se pense nos apelidos e alcunhas – é *atraçoada* por um corpo submetido à representação dos outros, inclusive, em suas reações passivas e inconscientes (a sensação de enrubescer). Ao contrário, a naturalidade, essa espécie de indiferença ao olhar objetivante dos outros que neutraliza seus poderes, supõe a *segurança* fornecida pela certeza de ser capaz de objetivar essa objetivação, apropriar-se dessa apropriação, de estar em condições de impor as normas da percepção de seu corpo, em resumo, de dispor de todos os poderes que – apesar de estarem sediados no corpo e de lhe pedirem de empréstimo, aparentemente, suas armas específicas, tais como a postura imponente ou o encanto – lhe são essencialmente irredutíveis. É assim que se deve compreender o resultado da experiência de Dannenmaier e Thumin na qual os indivíduos, convidados a avaliar, de memória, a altura de pessoas conhecidas, tendiam a superestimá-la na mesma proporção em que era mais importante a autoridade ou o prestígio dessas pessoas para os entrevistados.²⁸ Tudo leva a pensar que a lógica que impele a perceber os “grandes” como se fossem ainda maiores aplica-se de maneira bastante geral e que a autoridade, seja de que ordem for, contém um *poder de sedução* que, só por ingenuidade, pode ser reduzido ao efeito de um servilismo interesseiro. Eis porque a contestação política tem recorrido sempre à *caricatura*, deformação da imagem corporal destinada a *quebrar o encanto* e ridicularizar um dos princípios do efeito de imposição da autoridade.

O *encanto* e o *carisma* designam, de fato, o poder de alguns para impor, como representação objetiva e coletiva de seus próprios corpos e existências, a representação que têm de si mesmos, assim como para levar o outro, a exemplo do que se passa com o amor ou com a crença, a *abdicar de seu poder genérico de objetivação* a fim de delegá-lo àquele que seria seu objeto e que, assim, encontra-se constituído como objeto absoluto, sem exterior – já que ele é outro para si mesmo –, plenamente justificado em sua existência, legitimado. O chefe carismático consegue ser para o grupo o que ele é para si mesmo, em vez de ser para si próprio, à maneira dos dominados da luta simbólica, o que ele é para o outro; ele “faz”, como se diz, a opinião que o fabrica; ele constitui-se como incontornável, sem exterior, absoluto, por uma simbólica do poder que é constitutiva de seu poder já que ela permite-lhe produzir e impor sua própria objetivação.

Os universos de possíveis estilísticas

Assim, os espaços das preferências relativas à alimentação, ao vestuário e à cosmética organizam-se segundo a mesma estrutura fundamental, ou seja, a do espaço social determinado pelo volume e pela estrutura do capital. Para construir completamente o espaço dos estilos de vida no interior dos quais se definem os consumos culturais, conviria estabelecer, para cada classe e fração de classe, ou seja, para cada uma das configurações do capital, a *fórmula geradora do habitus* que, em um *estilo de vida* particular, retraduz as necessidades e as facilidades características dessa classe de condições de existência (relativamente) homogêneas e, feito isso, determinar a maneira como as disposições do

COLI ID
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

habitus se especificam, para cada um dos grandes domínios da prática, realizando uma ou outra das *possíveis estilísticas oferecidas por cada campo*: o do esporte e o da música, o da alimentação e o da decoração, o da política e o da linguagem, e assim por diante. Ao sobrepor esses espaços homólogos, obter-se-ia uma representação rigorosa do espaço dos estilos de vida permitindo caracterizar cada um dos traços distintivos – o uso do boné ou a prática do piano – sob as duas relações em que ele se define objetivamente, ou seja: por um lado, em relação ao conjunto dos traços constitutivos do domínio considerado – por exemplo, o sistema dos penteados –, sistema das possibilidades no interior do qual ele assume seu valor distintivo; e, por outro, em relação ao conjunto dos traços constitutivos de um estilo de vida particular – o estilo de vida popular – no interior do qual se determina sua significação social. Assim, por exemplo, para cada novo recém-chegado, o universo das práticas e dos espetáculos esportivos apresenta-se como um conjunto de escolhas previamente determinadas e de possibilidades objetivamente instituídas – tradições, regras, valores, equipamentos, técnicas, símbolos – que recebem sua significação social do sistema constituído por elas e que ficam devendo, em cada momento, uma parcela de suas propriedades à história.

É impossível compreender a ambigüidade social de um esporte, tal como o rúgbi que, ainda praticado nas “escolas da elite”, pelo menos, na Inglaterra, tornou-se, na França, o apanágio das classes populares e médias das regiões ao Sul do rio Loire – conservando, ao mesmo tempo, alguns baluartes “universitários”, tais como o Racing ou o SBUC –, se não se tiver em mente a história do processo que, nas “escolas da elite” da Inglaterra do século XIX, conduz à transmutação dos *jogos populares em esportes de elite*, associados a uma moral e a uma visão do mundo aristocráticas – *fair play, will to win*, etc. –, mediante uma mudança radical de sentido e de função totalmente análoga à que afeta, por um lado, as danças populares ao assumirem as formas complexas da música erudita e, por outro, a história, sem dúvida, ainda pouco conhecida, do processo de divulgação, aparentado em vários aspectos à difusão da música clássica ou *folk* pelo disco de vinil que, em um segundo momento, transforma o esporte de elite em *esporte de massa*, não só como espetáculo, mas também como prática.

As *propriedades distribucionais* que advêm às diferentes práticas ao serem apreendidas por agentes detentores de um conhecimento prático de sua distribuição entre agentes que, por sua vez, estão distribuídos por classes hierarquizadas ou, se preferirmos, da probabilidade para as diferentes classes de praticá-las, devem muito, com efeito, ao passado de tais distribuições em razão dos efeitos de histerese: a imagem “aristocrática” de esportes, tais como o tênis ou a equitação, sem falar do golfe, pode sobreviver à transformação – relativa – das condições materiais do acesso, enquanto a *pétanque*, por suas origens e seus vínculos populares e meridionais – dupla maldição – é subsidiária de uma significação distribucional bastante próxima daquela atribuída ao aperitivo *Ricard* ou a outras bebidas *fortes*, assim como a todos os alimentos não só baratos, mas também *fortes* e, segundo se presume, fornecedores de energia por serem pesados, gordurosos e apimentados.

PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

No entanto, as propriedades distribucionais não são as únicas a serem conferidas aos bens pela percepção que se tem a seu respeito. Pelo fato de que os agentes apreendem os objetos através dos esquemas de percepção e de apreciação de seus *habitus*, seria ingênuo supor que todos os praticantes do mesmo esporte – ou de qualquer outra prática – conferem o mesmo sentido à sua prática ou, até mesmo, praticam, propriamente falando, a mesma prática. Seria fácil mostrar que as diferentes classes não estão de acordo em relação aos ganhos esperados da prática do esporte, tratando-se dos ganhos específicos – propriamente corporais que não são, de modo algum, objeto de discussão relativamente ao fato de serem reais ou imaginários já que são realmente visados, tais como os efeitos sobre o corpo externo (por exemplo, a magreza, a elegância ou uma musculatura visível) ou os efeitos sobre o corpo interno (por exemplo, a saúde e o equilíbrio psíquico) – sem falar dos ganhos extrínsecos, tais como as relações sociais que podem ser estabelecidas mediante a prática do esporte ou as vantagens econômicas e sociais que, em determinados casos, tal prática pode garantir. E, apesar de existirem casos em que não há equívoco em designar a função dominante da prática, não se tem jamais o direito de supor que a expectativa das diferentes classes esperem a mesma coisa da mesma prática: assim, por exemplo, pode-se exigir da ginástica – aliás, essa é a demanda popular satisfeita pelo *culturismo* – a produção de um corpo forte e que exiba sinais exteriores de sua força ou, então, um corpo saudável – essa é a demanda burguesa que encontra satisfação em uma ginástica com função essencialmente higiênica – ou, ainda, com as “novas ginásticas”, um corpo “liberado” – essa é a demanda característica das mulheres das novas frações da burguesia e da pequena burguesia.²⁹ Somente uma análise metódica das variações da significação e função atribuídas às diferentes práticas esportivas poderia permitir, por um lado, escapar às “tipologias” abstratas e formais baseadas – essa é a lei do gênero – na universalização da experiência concreta do pesquisador e, por outro, construir a *tabela dos traços sociologicamente pertinentes* em função dos quais os agentes se determinam (consciente ou inconscientemente) na escolha de suas práticas esportivas.

O sentido das práticas esportivas está tão fortemente associado à frequência e à antiguidade da prática, às condições socialmente qualificadas em que ela se realiza (lugar, momento, equipamentos, instrumentos, etc.), à maneira de realizá-la (por exemplo, a posição ocupada na equipe, o estilo, etc.) que se torna bastante difícil interpretar a maior parte dos dados estatísticos disponíveis, sobretudo, em relação a todas as práticas com forte dispersão: por exemplo, a *pétanque*, cujo sentido se altera completamente conforme for praticada regularmente, em cada fim de semana, em um terreno apropriado, com parceiros regulares ou ocasionais, durante as férias, como brincadeira de improviso, para divertir as crianças; ou, mais ainda, a ginástica que difere totalmente segundo se trate da simples cultura física cotidiana ou semanal, praticada em casa, sem equipamentos especiais, ou da ginástica praticada em uma sala especializada, cuja “qualidade” (e preço) varia ainda segundo as instalações e serviços que ela oferece (sem falar da ginástica esportiva ou das diferenças entre a ginástica clássica e todas as formas de “nova ginástica”). Mas, será que se pode colocar na mesma classe, com frequência idêntica, aqueles que praticam o esqui ou o tênis, desde a mais tenra idade, e aqueles que tiveram acesso a esta prática na idade adulta ou, ainda, aqueles que praticam o esqui nos períodos de férias escolares e aqueles

COLÍDIO
PGEPIID
suplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

A força e a forma



“Eu já era bastante forte para a minha idade e, mesmo assim, em três meses, ganhei 12 cm de envergadura de ombro a ombro, 8 cm de peito e 3 cm de massa muscular nos braços. É realmente estupendo.”

“Superei todas as minhas expectativas. Meus músculos ganharam vários centímetros e minha força duplicou.”

“Sinto-me completamente rejuvenescido. Meus parentes e amigos zombavam de mim; agora, meu pai pede-me para tirar a camisa a fim de mostrar aos convidados o que consegui na Academia de vocês.”

La maison de Marie-Claire, nº 56, oct. 1971.



“A aula de tênis do Presidente Valéry Giscard d'Estaing, Paris, julho de 1978 – À semelhança de um número crescente de franceses, o presidente Valéry Giscard d'Estaing interessa-se pelo tênis. Para aperfeiçoar seu estilo, agora, ele tem aulas regulares, bem cedo de manhã, em um clube dos subúrbios de Paris, em cuja quadra foi surpreendido por nosso fotógrafo.”

“Impossível ser um esteta da moda sem ser sensível à harmonia do corpo”, explica Karl Lagerfeld. O estilista parisiense dedica trinta minutos, no mínimo, em cada manhã, para manter a forma. Seu quarto de dormir, transformado em pequena sala de cultura física, dispõe dos mais diversos equipamentos: bicicleta ergométrica, barra e halteres, máquina de remar, vibromassageador, etc. Todos estes aparelhos permitem-lhe, no retorno das férias na cidade balneária de Saint-Tropez (período em que nadou muito), manter a forma dentro de casa à sua maneira: “Quero ter a liberdade de escolher a minha silhueta.”

Prospecto desdobrável de *Sculpture humaine*

Tennis-magazine/Sygm

que têm os meios de praticá-la a contratempo ou, se é que se pode falar assim, a contralugar, com o esqui fora de pista ou o esqui de fundo? De fato, por falta de homogeneidade social dos praticantes, salvo raras exceções, os públicos definidos pela prática da mesma atividade funcionam como campos em que a própria definição da prática legítima está em jogo: os conflitos a propósito da maneira legítima de praticar ou das condições, mais ou menos raras, da prática – créditos, instrumentos, espaços, etc. – retraduzem quase sempre diferenças sociais na lógica específica do campo. Assim, determinados esportes que se “democratizam” podem fazer coincidir – freqüentemente, em espaços ou tempos separados – públicos socialmente diferentes que correspondem a idades diferentes do esporte considerado. Deste modo, no caso do tênis, os membros dos clubes privados, praticantes de longa data que estão mais do que nunca vinculados ao rigor do traje (camisa Lacoste, *short* – ou saia – de cor branca, calçado especial) e a tudo o que condiz com ele, opõem-se em todos os aspectos aos novos praticantes dos clubes municipais ou dos clubes de férias que fazem ver que o ritual do vestuário não é um atributo superficial da prática legítima: o tênis que se pratica com bermuda e T-shirt, com agasalho ou, até mesmo, com sunga e Adidas é realmente *um outro* tênis, tanto na maneira de praticá-lo quanto nas satisfações que ele proporciona. Assim, convém evitar a expectativa de quebrar o círculo segundo o qual, por um lado, o senso da prática ilumina a distribuição das práticas entre as classes e, por outro, essa distribuição ilumina o senso diferencial da prática, segundo as classes, ao invocar a definição chamada “técnica”: longe de escapar à lógica do campo e de suas lutas, esta tem a ver, quase sempre, com aqueles que, a exemplo dos professores de educação física, devem garantir a imposição e a inculcação metódica dos esquemas de percepção e de ação que, na prática, organizam as práticas e são levados a fundamentar na razão e na natureza a explicitação, mais ou menos bem-sucedida, dos esquemas práticos que eles produzem.

De qualquer modo, basta ter consciência de que as variações das práticas esportivas, segundo as classes, referem-se tanto às variações da percepção e da apreciação das *vantagens*, imediatas ou diferidas, que supostamente elas devem proporcionar, quanto às variações dos *custos* econômicos, culturais e também, se é que se pode falar assim, corporais – maior ou menor risco, dispêndio físico mais ou menos importante, etc. –, para compreender em suas grandes linhas a distribuição das práticas entre as classes e as frações de classe. Tudo se passa como se a probabilidade de praticar os diferentes esportes dependesse, nos limites definidos pelo capital econômico (e cultural), assim como pelo tempo livre, da percepção e da apreciação dos lucros e custos intrínsecos e extrínsecos de cada uma das práticas em função das disposições do *habitus* e, mais precisamente, da relação com o próprio corpo que é uma de suas dimensões.³⁰ A relação *instrumental* com o próprio corpo que as classes populares exprimem em todas as práticas que têm o corpo como objeto ou pretexto – regime alimentar ou cuidados de beleza, relação com a doença ou cuidados com a saúde – manifesta-se também na escolha dos esportes que, além de implicarem um grande investimento de esforços, de dificuldade ou, até mesmo, de sofrimento (tal como o boxe), exigem, às vezes, a *utilização do próprio corpo* – tais como a motocicleta, o pára-quedismo, todas as formas de acrobacia e, em certa medida, todos os esportes de combate.

COLID
PGEPID
duplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

O rúgbi – que acumula os traços populares do futebol (ou jogo de bola) e do combate que utiliza o próprio corpo e permite a expressão (parcialmente regulamentada) da violência física e um uso imediato das qualidades físicas “naturais” (força, rapidez, etc.) – está em afinidade com as disposições mais tipicamente populares: culto da virilidade e gosto pelas brigas, dureza no “contato” e resistência à fadiga e à dor, senso da solidariedade (“os companheiros”) e da festa (“o terceiro meio-tempo”), etc. O que não impede que ele possa ser objeto, sobretudo, por parte dos membros das frações dominantes da classe dominante – ou de intelectuais que, consciente ou inconscientemente, exprimem seus valores –, de um investimento estético-ético que, às vezes, leva até a prática: a busca de resistência a esforço prolongado, o culto das virtudes viris mesclado, algumas vezes, de um estetismo da violência e do combate de homem a homem impelem a elevar ao nível do discurso as disposições profundas dos praticantes do primeiro grau que, pouco propensos à verbalização e à teorização, são reenviados pelo discurso de enquadramento – aquele dos treinadores, dos dirigentes e de uma fração dos jornalistas – à docilidade da força bruta e submissa (os “rapazes gentis”), assim como da força popular em sua forma autorizada (abnegação, dedicação ao “coletivo”, etc.). No entanto, a reinterpretção aristocrática que, tradicionalmente, estava apoiada nos valores de “bravura”, associados ao jogo da “linha de três-quartos”, encontra seus limites na realidade do rúgbi moderno que – sob os efeitos conjugados de uma racionalização da técnica do jogo e do treino, além de uma transformação do recrutamento social dos jogadores e da ampliação do público – atribui a predominância a um jogo de atacantes ao qual se faz menção, com uma freqüência cada vez maior, na linguagem do mais obscuro trabalho industrial (“pegar no batente”) ou do sacrifício do soldado de infantaria (“homens de dever”).³¹

Tudo parece indicar que a preocupação com a cultura do corpo aparece, em sua forma elementar – ou seja, enquanto culto higienista da saúde, muitas vezes, associado a uma exaltação ascética da sobriedade e do rigor dietético – nas classes médias (quadros médios, empregados dos serviços médicos e, sobretudo, professores primários e, particularmente, entre as mulheres dessas categorias, fortemente, feminilizadas) que, conforme se sabe, mostram-se especialmente ansiosas com a aparência e, por conseguinte, com seu corpo para o outro e, por isso, dedicam-se de maneira particularmente intensiva à ginástica, o esporte ascético por excelência já que se reduz a uma espécie de treino (*askesis*) pelo treino. Se é conhecido que, de acordo com a demonstração da psicologia social, a pessoa se aceita tanto melhor quanto mais distraída estiver de si – essa é a própria definição de *naturalidade* –, mais disposta a desviar a atenção de si mesma, mais capaz de escapar ao fascínio por um corpo próprio possuído pelo olhar dos outros – conviria evocar o olhar de ansiedade interrogativa retornando para si o olhar dos outros tão freqüente, atualmente, entre as mulheres da burguesia que não *podem* envelhecer – compreende-se que as mulheres da pequena burguesia estejam dispostas a sacrificar muito tempo e esforços para terem acesso ao sentimento de serem conformes às normas sociais da apresentação de si que é a condição do esquecimento de si e de seu corpo para o outro (F.C., LXI).

No entanto, a cultura física e todas as práticas estritamente higiênicas, tais como a caminhada ou o *footing*, estão vinculadas por outras afinidades às disposições das frações mais ricas em capital cultural das classes médias e da classe dominante: na maior parte

Tabela 21 – Variações das práticas esportivas e dos julgamentos sobre o esporte (F.C., XXXVIII)

	agricultores	operários	artessos, pequenos comerciantes	empregados, quadros médios	quad. superiores, prof. liberais	Homens	Mulheres
assistem bastante, ou com freqüência, a competições esportivas	20	22	24	18	16	26	10
assistem pela TV (ou escutam pelo rádio) bastante, ou com freqüência, a competições esportivas	50	62	60	60	50	71	47
teriam o desejo de que o filho se tornasse um grande campeão esportivo	50	61	55	44	33	52	47
pensam que, atualmente, não se liga importância suficiente ao bom desenvolvimento físico das crianças na distribuição do tempo escolar	23	48	41	60	71	47	39
praticam, de maneira regular, um ou vários esportes (com exclusão da natação, se esta for praticada apenas durante as férias)	17	18	24	29	45	25	15
não praticam, atualmente, nenhum esporte com regularidade, mas já tiveram tal prática	26	34	41	34	33	42	21
nunca praticaram esportes de uma forma regular	57	48	35	37	22	33	64
praticam, regularmente:							
. tênis	-	1,5	2,5	2,5	15,5	2	2,5
. equitação	1,5	0,5	1	1,5	3,5	1	1
. esqui	3,5	1,5	6,5	4,5	8	3	3
. natação	2,0	2,5	3,5	6,5	10	4	3
. ginástica	0,5	3	0,5	5	7	1,5	4
. atletismo	-	1,5	0,5	2,5	4	2	0,5
. futebol	2,5	6	4,5	4	4	7	0,5

Das estatísticas disponíveis (cf. lista das Fontes Complementares), é possível extrair apenas as tendências mais gerais que são confirmadas por toda parte, a despeito das variações relativas à imprecisão da definição da prática, de sua freqüência, de suas ocasiões, etc. (sem contar a superestimação das taxas reais de prática – sem dúvida, desigual, segundo as classes – resultante do fato de que todas as pesquisas se baseiam nas *declarações* dos entrevistados e não poderiam tomar o lugar de verdadeiras pesquisas a partir de *públicos* de praticantes ou de espectadores). Eis porque, em uma tabela sinótica, apresentamos a parcela correspondente a cada classe ou ao sexo dos agentes detentores de determinada propriedade, segundo a pesquisa mais recente sobre as práticas esportivas e as opiniões a propósito do esporte (F. C., XXXVIII).

das vezes, adquirindo sentido apenas em relação a um conhecimento completamente teórico e abstrato dos efeitos de um exercício limitado, na ginástica, a uma série de movimentos abstratos, decompostos e organizados por referência a um fim específico e erudito – por exemplo, “os abdominais” –, diametralmente oposto aos movimentos totais e orientados para fins práticos da existência cotidiana, tais disposições supõem uma fé racional nos ganhos diferidos e, muitas vezes, impalpáveis que elas prometem (como a proteção contra o envelhecimento ou os acidentes associados à idade, ou seja, ganho abstrato e negativo). Assim, compreende-se que elas encontrem as condições de sua realização nas disposições ascéticas dos indivíduos em ascensão que são preparados para encontrar sua satisfação no próprio esforço e aceitar inconsideradamente – esse é o próprio sentido de toda a sua existência – as satisfações diferidas que são prometidas a seu sacrifício presente. Mas, além disso, pelo fato de ser possível sua prática solitária, ou a contratempo e a contralugar, por uma busca quase consciente da distância máxima em relação aos outros (corridas na floresta, utilizando atalhos afastados, etc.), além de excluírem, portanto, qualquer

COLI ID
PPGEPID
uplente
PPGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ninadora emitirá um dos

samente,

concorrência e competição (essa é uma das diferenças entre a corrida e o *footing*), elas inscrevem-se naturalmente no número dos expedientes éticos e estéticos que definem o aristocratismo ascético das frações dominadas da classe dominante.

É claro que os esportes de equipe – por exigirem apenas competências (“físicas” ou adquiridas), quase igualmente distribuídas entre as classes, além de serem acessíveis nos limites do tempo e da energia física disponíveis – deveriam ser praticados com uma freqüência cada vez maior à medida que se sobe na hierarquia social, como é o caso dos esportes individuais, se, em conformidade com uma lógica observada em outros domínios (por exemplo, a prática fotográfica), sua própria acessibilidade e todas as propriedades correlatas, como os contatos sociais indesejáveis, não os tornassem detestáveis para os membros da classe dominante. E de fato, os esportes mais tipicamente populares – tais como o futebol e o rúgbi, ou a luta e o boxe que, em seus primórdios na França, deram grande prazer aos aristocratas (ou, pelo menos, àqueles que, sempre em número reduzido, colocavam aí seu esnobismo), mas que, ao “vulgarizarem-se”, deixaram de ser o que eram em relação à realidade e à percepção que os dominantes tinham a seu respeito – acumulam todas as razões para rechaçar os membros da classe dominante: a composição social de seu público que reduplica a vulgaridade inscrita no fato de sua divulgação, assim como os valores e as virtudes exigidas – força, resistência ao mal, disposição para a violência, espírito de “sacrifício”, de docilidade e de submissão à disciplina coletiva –, antítese perfeita da “distância ao papel” implicada nos papéis burgueses, exaltação da competição.

A prática regular do esporte varia bastante fortemente segundo a classe social, passando de 1,7% entre os agricultores ou de 10,1% e 10,6% entre os operários e os empregados para 24% entre os quadros médios e 32,3% entre os membros das profissões liberais – variações da mesma amplitude observam-se em função do nível de instrução, enquanto a diferença entre os sexos cresce, como alhures, quando se desce na hierarquia social (cf. *Collections de l'INSEE, Série M, n° 2, juil 1970*). As diferenças são ainda mais marcantes no caso de um esporte individual (por exemplo, o tênis), ao passo que, no caso do futebol, a hierarquia inverte-se, de modo que a taxa da prática mais elevada encontra-se entre os operários, seguidos pelos artesãos e pelos comerciantes. Estas diferenças que, em parte, se explicam pela ação de incentivo da escola resultam, também, do fato de que a diminuição da prática em decorrência da idade, muito brutal e relativamente precoce nas classes populares em que ela coincide com a saída da escola ou com o casamento (três quartos dos agricultores e operários deixaram de praticar esporte aos 25 anos) é muito mais lenta na classe dominante em que o esporte é explicitamente investido de uma função higiênica – como mostra, por exemplo, o interesse pelo desenvolvimento físico das crianças. (Assim, explica-se que, na tabela sinótica, a parcela daqueles que praticam regularmente um esporte qualquer, no momento considerado, cresça fortemente em função de sua posição na hierarquia social, enquanto a parcela daqueles que deixaram de praticar – após um período em que o haviam feito – varia pouco, atingindo inclusive sua taxa máxima entre os artesãos e os comerciantes).

Entre os principais freqüentadores dos espetáculos esportivos – e, sobretudo, dos mais populares – encontram-se os artesãos e comerciantes, operários, quadros médios e empregados (também, leitores contumazes do jornal de esportes *L'Équipe*); o mesmo

PLID
PGEPI
supiente
PGEPI/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

ocorre em relação ao interesse pelas reportagens televisivas (futebol, rúgbi, ciclismo, corridas de cavalos). Ao contrário, tanto nos estádios quanto na televisão, os membros da classe dominante consomem nitidamente menos espetáculos esportivos, verificando-se uma exceção para o tênis, assim como para o rúgbi ou o esqui.

Do mesmo modo que, nos tempos em que as práticas esportivas eram reservadas a alguns, o culto do *fair play* – maneira de jogar o jogo daqueles que possuem auto-domínio suficiente para não se deixarem arrastar pelo jogo ao ponto de esquecerem que se trata de um jogo – limitava-se a contribuir para a realização da verdade essencialmente distintiva do esporte, assim também, em um período em que o fato da prática já não era suficiente para afirmar a raridade dos praticantes, aqueles que entendiam comprovar sua excelência tiveram de afirmar seu desinteresse ao distanciarem-se de práticas desvalorizadas em decorrência das aparências de conformismo servil que elas haviam assumido ao se tornarem mais comuns. Para fugir das diversões comuns, basta que os privilegiados se deixem guiar, ainda neste aspecto, pelo horror dos ajuntamentos vulgares que os impele a procurar sempre – alhures, mais acima, mais longe, a contratempo e a contralugar – a exclusividade ou a primazia das novas experiências e dos espaços virgens, assim como pelo senso da legitimidade das práticas que depende, é claro, de seu valor distribucional, mas também do grau em que elas se prestam à estetização, seja na prática ou no discurso.³²

Todos os traços percebidos e apreciados pelo gosto dominante encontram-se reunidos por esportes, tais como golfe, tênis, iatismo, equitação (ou *jumping*), esqui (sobretudo, em suas formas mais distintivas, como o esqui de fundo), esgrima: praticados em espaços *reservados* e separados (clubes privados), em horário determinado pelo praticante, sozinho ou com parceiros *escolhidos* (ou seja, outros tantos traços opostos às disciplinas coletivas, aos ritmos obrigatórios e aos esforços impostos dos esportes coletivos), mediante um dispêndio corporal relativamente reduzido e, de qualquer modo, livremente determinado, apesar de exigir um investimento relativamente importante – e tanto mais rentável quanto mais precoce tiver sido – em tempo e em esforços de aprendizagem específica (o que os torna relativamente independentes das variações do capital corporal e de seu declínio com a idade), eles dão lugar apenas a competições altamente ritualizadas e regidas, para além dos regulamentos, por leis não-escritas do *fair play*: a troca esportiva assume aí o aspecto de uma troca social altamente controlada, excluindo qualquer violência física ou verbal, qualquer uso anômico do corpo (gritos, gestos desordenados, etc.) e, sobretudo, qualquer espécie de contato direto entre os adversários (muitas vezes, separados pela própria organização do espaço de jogo e diferentes rituais de abertura e de encerramento). Ou, então, com o iatismo, o esqui e todos os esportes californianos*, eles adotam o combate, comemorado em todas as épocas, contra a natureza, em vez das lutas entre homens, de homem a homem, dos esportes populares – sem falar das competições, incompatíveis com uma elevada idéia da pessoa.

* Atividades esportivas focalizadas na experiência individual, na estética e no prazer. (N.T.)

COLI 10
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

Compreende-se que os obstáculos econômicos – por mais importantes que sejam no caso do golfe, do esqui, do iatismo ou, até mesmo, da equitação e do tênis – são insuficientes para explicar a distribuição dessas práticas entre as classes: são os mais bem dissimulados direitos de entrada, tais como a tradição familiar e a *aprendizagem precoce* ou, ainda, a atitude (no duplo sentido de conduta digna e de maneiras corretas) e as técnicas de sociabilidade de praxe que interditam esses esportes às classes populares e aos indivíduos em ascensão das classes médias ou superiores e que os classificam entre os indicadores mais seguros indicadores (juntamente com os jogos chiques de sociedade, tais como o xadrez e, sobretudo, o bridge) da antiguidade na burguesia.³³

O fato de que as mesmas práticas tenham conseguido, em momentos diferentes, nem que fosse mediante a mudança de sentido e de função, atrair públicos aristocráticos ou populares, ou, no mesmo momento, assumir sentidos e formas diferentes para os diferentes públicos que elas atraem, é suficiente para servir de advertência contra a tentação de encontrar, na própria “natureza” dos esportes, a explicação completa de sua distribuição entre as classes. Mesmo que a lógica da distinção seja suficiente para justificar, no essencial, a oposição entre os esportes populares e os esportes burgueses, ocorre que é impossível compreender completamente a relação entre os diferentes grupos e as diferentes práticas a não ser com a condição de levar em consideração as potencialidades objetivas das diferentes práticas institucionalizadas, ou seja, os usos sociais que são favorecidos, desfavorecidos ou excluídos por essas práticas consideradas em sua lógica intrínseca e em seu valor posicional e distribucional. Pode-se estabelecer como lei geral que um esporte tem maiores possibilidades de ser adotado pelos membros de determinada classe social na medida em que não contradiz a relação com o corpo no que este tem de mais profundo e de mais profundamente inconsciente, ou seja, o *esquema corporal* enquanto depositário de uma verdadeira visão do mundo social, de uma verdadeira filosofia da pessoa e do próprio corpo. É assim que um esporte está predisposto, de alguma forma, para o uso burguês quando a utilização do corpo exigida por ele não lesa, de modo algum, o sentimento da alta dignidade da pessoa que, por exemplo, além de excluir a possibilidade de lançar o corpo nos combates obscuros do rúgbi de atacantes ou nas competições atentatórias à auto-estima do atletismo, exige que o indivíduo, levado pela preocupação de impor a representação indiscutível da própria autoridade, dignidade ou distinção, considere o corpo como um fim, transformando-o em um sinal e em um sinal de sua própria naturalidade: ao colocar o estilo, no primeiro plano, a maneira mais tipicamente burguesa de posicionar o corpo é reconhecível não só em certa *amplitude* dos gestos, da forma de andar, que manifesta, pela posição ocupada no espaço, o lugar que se ocupa no espaço social, mas sobretudo em um *tempo* contido, compassado e ponderado que, completamente oposto à pressa popular ou à precipitação pequeno-burguesa, caracteriza também o uso burguês da linguagem, e pelo qual se afirma a confiança de estar autorizado a tomar seu tempo e o dos outros. A afinidade entre as potencialidades objetivamente inscritas nas práticas e as disposições atinge seu grau mais elevado de visibilidade no caso da aviação, especialmente, militar: as façanhas individuais e a moral cavalheiresca dos aristocratas prussianos e dos nobres franceses que, tendo freqüentado Saumur, passaram para a esquadrilha – exatamente o que é evocado por *A grande ilusão* (1937) – estão implicadas na própria prática do vôo que, de acordo com o que é sugerido por todas as metáforas do sobrevôo e da altivez, está

COLEÇÃO
PGEPID
Suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

associada à altivez social e moral, “certo sentimento da altitude que se vincula à vida espiritual”, como afirma Proust a propósito de Stendhal.³⁴ Qualquer oposição entre uma burguesia belicosa e chauvinista – que identificava as virtudes do chefe com a busca do risco viril e com a determinação do homem de ação – e uma burguesia multinacional e livre-cambista que situa o princípio de seu poder em suas capacidades de decisão e de organização, ou, em poucas palavras, *cibernéticas*, condensa-se na oposição entre a equitação, a esgrima, o boxe ou a aviação dos aristocratas e burgueses do início do século XX, por um lado, e, por outro, o esquí, o iatismo ou o vôo à vela dos grandes quadros modernos.

E do mesmo modo que uma história das práticas esportivas da classe dominante levaria, sem dúvida, ao aspecto mais profundo da evolução das disposições éticas, da representação burguesa do ideal humano e, em particular, da maneira de conciliar as virtudes corporais com as virtudes intelectuais, mantidas com o intuito de fazer sobressair o sentido do feminino, assim também a análise da distribuição, em determinado momento, das práticas esportivas entre as frações da classe dominante conduziria, sem dúvida, a alguns dos princípios mais bem dissimulados da oposição entre essas frações, tais como a representação – soterrada no mais profundo dos inconscientes – da relação entre a divisão do trabalho entre os sexos e a divisão do trabalho de dominação. E isso, sem dúvida, mais do que nunca atualmente, em que a educação branda e invisível pelo exercício esportivo e pelos regimes alimentares, conveniente para a nova moral higiênica, tende cada vez mais a substituir a pedagogia explicitamente ética do passado quando se trata de garantir a modelagem do corpo e da mente. Pelo fato de que os diferentes princípios de divisão pelos quais a classe dominante adquire sua estrutura nunca são perfeitamente independentes, tais como as oposições entre os mais afortunados de capital econômico e os mais bem providos de capital cultural, entre os herdeiros e os novos-ricos, os velhos e os jovens (ou os juniores), as práticas das diferentes frações tendem a distribuir-se, desde as frações dominantes até as frações dominadas, segundo uma série de oposições que, por sua vez, são parcialmente redutíveis umas às outras: oposição entre os esportes mais dispendiosos e os mais chiques – golfe, iatismo, equitação, tênis – ou as maneiras mais dispendiosas e as mais chiques de praticar esses esportes (clubes privados), por um lado, e, por outro, os esportes menos dispendiosos – passeio, caminhada, *footing*, cicloturismo, alpinismo, etc. – ou as maneiras menos dispendiosas de praticar os esportes chiques (por exemplo, em relação ao tênis, nos clubes municipais ou de férias); oposição entre os esportes “viris” que podem exigir um elevado investimento energético – caça, pesca à linha, esportes de combate, tiro aos pombos, etc. – e os esportes “introvertidos”, voltados para a exploração e a expressão de si – yoga, dança, expressão corporal –, ou “cibernéticos”, exigindo um elevado investimento cultural para um investimento energético relativamente reduzido.

Assim, as diferenças que separam os professores, os membros das profissões liberais e os empresários encontram-se como que condensadas em três práticas que – apesar de sua relativa raridade (da ordem de 10%), até mesmo, nas frações que as ostentam como distinção – aparecem como o traço distintivo de cada uma por serem nitidamente mais freqüentes nelas, em idade equivalente, do que nas outras (análise secundária de F.C. V e VI): o ascetismo aristocrático dos professores encontra uma expressão exemplar no alpinismo que, ainda mais do que a caminhada e suas trilhas reservadas – estamos pensando

COLI ID
PGEPID
duplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

em Heidegger – ou o cicloturismo associado às igrejas de estilo romano, oferece um meio de obter, ao menor custo econômico, o máximo de distinção, distância, altivez e elevação espiritual, através do sentimento de que se tem o controle de seu próprio corpo e, ao mesmo tempo, de uma natureza inacessível ao comum dos mortais,³⁵ enquanto o hedonismo higienista dos médicos e dos quadros modernos, detentores de meios materiais e culturais (associados à prática precoce) que lhes dão acesso às práticas mais prestigiosas e lhes permitem fugir dos ajuntamentos de massa, realiza-se nos passeios de barco, banhos em mar alto, esqui de fundo ou pesca submarina; por sua vez, os empresários esperam ganhar a mesma distinção pela prática do golfe, com seu rótulo aristocrático, seu léxico pedido de empréstimo ao inglês e seus amplos espaços exclusivos, sem falar dos lucros extrínsecos, tais como o *acúmulo de capital social*, que ela garante como suplemento.³⁶

Sabendo que, neste caso, a idade é, evidentemente, uma variável de grande peso, não será motivo de surpresa que as diferenças de idade social – as que opõem, para uma posição idêntica, os mais jovens e os mais velhos, do ponto de vista biológico, mas também, para a idade biológica idêntica, as frações dominadas e as frações dominantes ou as frações novas e as frações estabelecidas – retraduzem-se na oposição entre os esportes de tradição e todas as novas formas dos esportes clássicos (equitação na natureza, esqui de fundo ou fora de pista, etc.) ou todos os novos esportes, muitas vezes, importados da América do Norte pelos membros das novas burguesias, grande e pequena, assim como, em particular, por todas as pessoas da moda – estilistas, fotógrafos, manequins, publicitários, jornalistas – que inventam e vendem uma nova forma de *elitismo do pobre*, próximo daquele que caracterizava os professores, adotando, além disso, uma forma ainda mais ostensivamente liberada das convenções e das conveniências. A verdade dessa “contracultura” que, de fato, reativa todas as tradições dos velhos cultos tipicamente cultivados do natural, do puro e do autêntico, nunca teria sido, talvez, tão visível quanto no equipamento que um desses novos magazines dos acessórios do estilo avançado de vida – FNAC [*Fédération Nationale d’Achat des Cadres*], museu Beaubourg, *Nouvel observateur*, clubes de férias – propõe ao apreciador de caminhadas: parkas, calças *knickers*, jaquetas em puro *shetland* ou lã da terra, verdadeiros pulôveres em lã natural, casacas de caçadores canadenses, pulôveres de pescadores ingleses, impermeáveis das forças armadas dos EUA, camisas dos guardas florestais suecos, *fatigue pants*, calçados de operários norte-americanos, *rangers*, mocassins indianos de couro flexível, gorros de trabalhadores irlandeses, gorros de lã noruegueses, chapéus de selva, sem esquecer os apitos, altímetros, podômetros, guias de trilhas, aparelhos Nikon e outras engenhocas obrigatórias sem as quais não há retorno natural à natureza. E como será possível não reconhecer a dinâmica do sonho de vôo social na origem de todas as novas práticas esportivas – passeios a pé, a cavalo, em bicicleta, em motocicleta, em barco, canoagem, caiaque, motocicleta na natureza, arco-e-flecha, *windsurf*, esqui de fundo, vôo à vela, asa-delta – que, por terem em comum a exigência de um elevado investimento de capital cultural, no próprio exercício da prática, na preparação, na manutenção e na utilização dos instrumentos, assim como (sobretudo, talvez) na *verbalização* das experiências, são, de algum modo, para os esportes de luxo praticados pelos membros das profissões liberais e dos quadros de empresas o que a apropriação simbólica é para a apropriação material da obra de arte?

COLIN
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

O catálogo dos novos recursos esportivos

Extratos do *Catalogue des ressources*, co-edição de Librairies Alternative e Parallèles, 1977.

Expressão corporal

Gazelle

A respeito desta moça – impregnada pelos ensinamentos difundidos pela comunidade de *Arche*, no seio da qual ela havia vivido durante uma dezena de anos –, Lanza del Vasto escreveu o seguinte: “Em vez de ser uma questão de pernas, sua arte amadureceu, durante um longo período, no coração e na cabeça”; “ao promover suas várias apresentações, eu pretendia evitar a perda desta arte preciosa, inspirada tanto na dança hindu quanto nas imagens cristãs da Idade Média”. A abordagem de vida interior se pratica através de atividades em sessões cotidianas para prosseguir, em seguida, na vida; de fato, a busca da unidade interior é seu tema central. A dança, seja ela folclórica, religiosa ou criativa, ocupa o lugar de honra. Ela não é um fim em si, mas suporte de vida interior. A técnica é trabalhada, certamente, mas nunca em detrimento da distensão indispensável à harmonia da pessoa.

As mulheres descobrem o corpo pela dança

Para as mulheres, a dança representa, antes de tudo, um meio de tomar consciência do próprio corpo; neste sentido, trata-se de uma descoberta de si mesmas... A tomada de consciência do corpo pelas entrevistadas é acompanhada, às vezes, pela tomada de consciência do corpo enquanto meio particular de expressão. Para as mulheres, a dança é vivida como uma nova linguagem que permite uma auto-afirmação... Além disso, para metade das entrevistadas, esta atividade parece participar de um erotismo primário ou, ainda, de um auto-erotismo primário, de modo que essa tomada de consciência do corpo é vivida como um prazer... “É um momento em que sinto que tenho um corpo... creio que a dança pode fornecer-me uma harmonia comigo mesma...”, “... uma busca de mim mesma, o fato de me descobrir do ponto de vista físico”, “trata-se de sensações através do corpo... é um meio de falar, você pode exprimir muitas coisas!”, “é uma afirmação...”. “Ao dançar, sinto-me bem. Tomo consciência de mim. Em determinado momento, abandonei a dança durante dois anos... então, senti falta de algo... É uma necessidade”.

Charretes

Éramos quatro moças, dois rapazes, um cavalo alugado, uma charrete comprada e uma bicicleta
Saímos de La Charité-sur-Loire, no Departamento de Nièvre, sem rumo definido. Durante um mês, percorremos 300 km até Montaignut-en-Combraille (Puy-de-Dôme), passando por estradas vicinais da região de Bourbon. Andávamos a uma velocidade média de 3 km por hora (era tudo o que permitia a forma e o humor do cavalo); deste modo, fazíamos 15 a 20 km por dia. O fato de andarmos a 3 km por hora permitia-nos fazer um montão de coisas impossíveis de realizar quando viajamos de carro: colher amoras, andar de bicicleta, bater papo com as pessoas nas aldeias, subir na charrete, banhar-se nos riachos, fazer amor... Ao cabo de alguns dias, tínhamos perdido completamente a noção do tempo – o tempo de um dia comum: pegar no batente, rango, nanar.

Vôo livre

Uma asa-delta é uma vela montada sobre uma estrutura de alumínio, uma espécie de grande pipa, cujo barbante é substituído pelo peso de um sujeito suspenso em uns arreios, e com a qual ele se lança do alto de um morro para VOAR.

A iniciação se faz sobre colinas, encostas com grama, bancos de areia, apenas a alguns metros do chão. Geograficamente, pode-se voar em toda parte: desde os Pireneus até os Vosges; desde os entulhos de mina da região Norte à cadeia montanhosa do Jura e dos Alpes, passando pelo Departamento de Puy-de-Dôme.

Caminhada

Parece incrível, mas há pessoas que vivem sem saber que, para evitar o mundo sufocante da cidade, basta sair na estação "Porte de Saint-Cloud" do metrô... e deparar-se com a trilha da *Grande Randonnée* nº 1!!! É isso mesmo!!! Dir-se-ia que se trata do relato, desconexo e enuviado, que uma pessoa faz de seu sonho ao tomar o café da manhã. E, no entanto, isso é verdade: no extremo da Avenue de Versailles, em Paris, encontra-se o ponto de partida para 565 km (não é pouco!) de circuitos pedestres, SEM ATRAVESSAR UMA ÚNICA AGLOMERAÇÃO!

A pelada*

Há algum tempo, assiste-se ao desenvolvimento de um futebol "à margem": fora de clubes, sem campeonato e, muitas vezes, inclusive, fora do estádio. Os tradicionais uniformes de cor única dão lugar para as camisetas profusamente coloridas, de todos os tipos, até mesmo, indianas. Os *shorts* são raros, enquanto floresce o *jeans*. As chuteiras pesadas com grampos e completamente envoltas em cadarços, um tanto complicados, são raríssimas e provocam o ajuntamento de curiosos antes da "partida"; os tênis e os *clarks* são muito mais utilizados.

O número de jogadores é bastante variável e atinge, raramente, o fatídico algarismo de onze. O sexo nem sempre é masculino e, inclusive, lembro-me de algumas partidas jogadas na lama invernal do Parc-de-Sceaux em que cada time incluía três ou quatro moças, cujos sapatos com salto constituíam um deleite para seus tornozelos ou suas tíbias, nem sempre em condições adversas! Tratava-se de partidas homéricas, com dois ou três meios-tempos, no decorrer dos quais os menos ofegantes iam fumar uns baseados; os resultados-tipo eram da ordem de 32 a 38.

A idade, também, é quase sempre bastante variável. Nada a ver com categorias do tipo dente-de-leite, mirim, infantil, juvenil, júnior, sênior ou veterano; e os garotos de onze-doze anos são o gênero de pernalongos de quem dificilmente conseguimos nos desembaraçar.

Evidentemente, as regras não são cumpridas ao pé da letra. Aliás, na maior parte do tempo, não há juiz. A expulsão só é aplicada em caso de abuso flagrante – por exemplo, quando um jogador permanece, durante toda a partida, grudado perto do gol adversário, na expectativa de recuperar uma bola perdida. Não existem linhas laterais; assim, muitas vezes, as quadras de futebol eram muito mais largas do que compridas! Por sua vez, as faltas são cobradas quando são puxadas as camisetas uns dos outros. Os times formam-se à medida que os jogadores vão chegando, no decorrer da partida.

O espírito de competição não está completamente excluído, mas estamos bem longe do fanatismo de alguns times "profissionais". De fato, quem vem chutar uma bola não está na quadra para vencer a qualquer preço, já que não existe uma posição a ser defendida; raramente os mesmos times se defrontam duas vezes, os períodos de jogo são bastante elásticos e o resultado é, às vezes, bastante aproximado (um ou dois pontos de diferença). E quando uma equipe é manifestamente superior, procede-se a um reequilíbrio com "transferências" de jogadores entre os dois times. (...) De modo que existe aí um estado de espírito bastante diferente daquele que, na maior parte do tempo, se aprende nas equipes de colégios ou de liceus.

A solução? Quem sabe, ela possa vir, em parte, dos professores de ginástica do tipo daquele que entregava uma bola a cada jogador para evitar qualquer espírito de competição – história autêntica já que o professor em questão teve, inclusive, de enfrentar alguns problemas por ter rejeitado uma regra comumente aceita.

No próximo fim de semana, se vocês encontrarem alguns bandos de bichinhos cabeludos em peleja à volta de uma bola não hesitem em pedir-lhes para participarem do jogo. Não tenham medo; com certeza, eles não vão devorar vocês.

* No original, *Le foot sympa*. (N.T.)

De um modo tão nítido quanto nos gostos em matéria de teatro ou de literatura, duas relações opostas com o mundo social exprimem-se, igualmente, na oposição entre esportes clássicos e esportes californianos: por um lado, o respeito pelas formas e pelas formas de respeito que se manifesta na preocupação com a conduta e os rituais, assim como em todas as exhibições sem complexo da riqueza e do luxo; e, por outro, a subversão simbólica dos rituais da ordem burguesa pela pobreza ostensiva que transforma a necessidade em virtude, de modo que a liberdade em relação às formas e a impaciência diante das obrigações – que, antes de mais nada, se exprime em matéria de vestuário ou cosmética, por exemplo, roupas informais e cabelos compridos (como ocorre em outros domínios com a *van* e o *camping-car*, ou o *folk* e o *rock*) – são desafios aos atributos obrigatórios dos rituais burgueses, ou seja, roupas de corte clássico ou carros de luxo, teatro de bulevar e ópera. E esta oposição entre duas relações com o mundo social resume-se, perfeitamente, em duas relações com o mundo natural: por um lado, o gosto pela natureza propriamente dita, selvagem; e, por outro, a natureza controlada, balizada, cultivada.

Assim, o sistema das práticas e dos espetáculos esportivos oferecidos, em determinado momento, à escolha dos “consumidores” potenciais está como que predisposto a exprimir todas as diferenças sociologicamente pertinentes nesse mesmo momento, ou seja, oposições entre os sexos, além das oposições entre as classes e as frações de classe: basta que os agentes se deixem levar pelas tendências de seu *habitus* para retomar por sua conta, sem o saber, a intenção imanente às práticas correspondentes, reconhecendo-se nessa prática em sua inteireza, ao mesmo tempo que reconhecem também todos aqueles que se reconhecem aí, ou seja, seus *semelhantes*. O mesmo se passa em todos os domínios da prática: cada consumidor deve contar com determinado estado da oferta, ou seja, com as possibilidades objetivadas – bens, serviços ou esquemas de ação, etc. –, cuja apropriação é um dos pretextos das lutas entre as classes e que, pelo fato de sua associação provável a classes ou frações de classes, são automaticamente classificadas e classificadoras, hierarquizadas e hierarquizantes. O estado observado da distribuição dos bens ou das práticas define-se no encontro entre as possibilidades oferecidas, em determinado momento, pelos diferentes campos de produção (presentes e passados) e as disposições socialmente diferenciadas que – associadas ao capital (definido em seu volume e sua estrutura) do qual são, quase completamente, o produto (segundo a trajetória) e em que elas encontram os meios de sua realização – definem o interesse por essas possibilidades, ou seja, a propensão e a aptidão em adquiri-las e convertê-las – pelo fato da apropriação – em sinais distintivos.

Assim, por exemplo, uma pesquisa sobre o mercado dos brinquedos, empreendida nesta perspectiva, deveria estabelecer, em primeiro lugar, os princípios específicos de estruturação de um campo de produção que, aí como alhures, faz coexistir, sem dúvida, estabelecimentos que diferem pela “idade” (desde as pequenas fábricas que produzem brinquedos de madeira até as grandes empresas modernas), por seu volume (resultado financeiro, número de funcionários) e, sobretudo, talvez, pela importância atribuída ao investimento “cultural”, ou seja, pelo grau em que a produção se apóia em uma pesquisa não só tecnológica, mas também psicológica; em segundo lugar, a partir de uma análise das condições em que se operam as compras de brinquedos e, em particular, do grau – sem dúvida, variável, segundo as classes – em que estão associados às ocasiões tradicionais,

portanto, sazonais, de troca de presentes (Natal, dia 1º do ano), seria possível fazer a tentativa para determinar a significação e a função que as diferentes classes conferem, consciente ou inconscientemente, aos brinquedos em função de seus esquemas próprios de percepção e de apreciação, assim como, mais precisamente, em função de suas estratégias educativas que, por sua vez, são parte integrante de seu sistema de estratégias de reprodução, de modo que a propensão a conferir aos brinquedos uma função educativa será, sem dúvida, tanto mais forte quanto mais exclusivamente a reprodução da posição social depender da transmissão do capital cultural, portanto, quanto maior for o peso do capital cultural na estrutura patrimonial. E deveria ser examinada como a lógica da concorrência que opõe as empresas de diferentes tipos, diferentemente equipadas e, por conseguinte, levadas a defender produtos diferentes, é de algum modo arbitrada por diferentes categorias de clientes; neste caso, as empresas artesanais podem encontrar uma segunda carreira quando os brinquedos de madeira coincidem com o gosto pela matéria bruta e pelas formas simples das frações intelectuais, tão atraídas por todas as formas de jogos lógicos próprios para “despertar” ou “desenvolver” a inteligência, enquanto as empresas com elevado investimento cultural encontram um apoio espontâneo na intensificação da competição pelo diploma e pelo aumento generalizado dos investimentos educativos, assim como nesta espécie de publicidade espontânea prodigalizada aos produtos de seu gosto por aqueles que não cessam de apresentar seu próprio estilo de vida como exemplo e de erigir as inclinações de seu *ethos* como ética universal.³⁷ Os produtores de brinquedos culturais, cujo interesse vital consiste em fazer com que o mercado do brinquedo perca o caráter sazonal em decorrência de sua associação com as festas rituais, podem contar com o proselitismo de todos aqueles que são levados a acreditar e a fazer acreditar na eficácia pedagógica – em todo o rigor, indemonstrável – dos brinquedos e do jogo, a saber: psicólogos, psicanalistas, educadores, animadores de ludotecas e todos aqueles que mantêm estreita relação com uma definição da infância capaz de produzir um mercado para os produtos e os serviços destinados à criança.³⁸

Segue-se que a multiplicação das análises empíricas das relações entre campos relativamente autônomos de produção de uma classe particular de produtos e o público – que, às vezes, funciona como um campo (sem deixar de ser determinado por sua posição no campo das classes sociais) – dos consumidores desses produtos é a única forma, por um lado, de escapar realmente à abstração das teorias econômicas que se limitam a conhecer um consumidor reduzido a seu poder de compra (ele próprio reduzido à sua remuneração) e um produto caracterizado, de maneira igualmente abstrata, por uma função técnica supostamente idêntica para todos; e, por outro, de alicerçar uma verdadeira teoria científica da economia das práticas.³⁹

PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

A dinâmica dos campos

Assim, o número de espaços de preferências é tão grande quanto o número de universos de possibilidades estilísticas. Cada um desses universos – bebidas (águas minerais, vinhos e aperitivos) ou automóveis, jornais e semanários ou lugares e formas de férias, mobiliário ou arranjo de casas e jardins, sem falar dos programas políticos – fornece os raros traços distintivos que, funcionando como sistema de diferenças, de distâncias diferenciais, permitem exprimir as mais fundamentais diferenças sociais de uma forma quase tão completa quanto aquela manifestada pelos sistemas expressivos mais complexos e mais requintados que podem ser oferecidos pelas artes legítimas; e é possível verificar as possibilidades praticamente inesgotáveis que o universo desses universos proporciona à busca da distinção.

Se, entre todos os universos de possibilidades, o mais predisposto a exprimir as diferenças sociais parece ser o universo dos bens de luxo e, entre eles, dos bens culturais, é porque a *relação de distinção encontra-se aí inscrita objetivamente* e se reativa – com, ou sem, nosso conhecimento e independentemente de nossa vontade – em cada ato de consumo, através dos instrumentos econômicos e culturais de apropriação exigidos por ela. Trata-se não somente das afirmações da diferença professadas, à porfia, por escritores e artistas à medida que se afirma a autonomia do campo de produção cultural,¹ mas da intenção imanente aos objetos culturais. Assim, seria possível evocar toda a pesada carga social da linguagem legítima e, por exemplo, os sistemas de valores éticos e estéticos que estão depositados, prontos para funcionar, de maneira quase automática, nos pares de adjetivos antagonistas ou a própria lógica da linguagem erudita, cujo valor, em sua totalidade, reside em uma *diferença*, ou seja, na distância em relação às maneiras de falar simples e comuns: as figuras, enquanto *modificações* do uso habitual, são, de alguma forma, a objetivação da relação social em que elas são produzidas e funcionam; além disso, no próprio ser, é perfeitamente inútil procurar tropos repertoriados pelos tratados de retórica das propriedades que, a exemplo de todas as propriedades de distinção, só existem na e pela relação, na e pela diferença. Uma figura de palavras ou de estilo limita-se a ser sempre uma alteração do uso e, por conseguinte, uma marca distintiva que pode consistir na ausência de qualquer marca quando a intenção de distinguir-se de uma intenção de distinção, considerada como excessiva (a que define a “pretensão”) ou simplesmente “gasta”, “superada”, obriga a estas *duplas negações* que se encontram na origem de tão grande número de falsos encontros entre os extremos opostos do espaço social: sabe-se o valor atribuído por todas as estéticas dominantes às qualidades de sobriedade, simplicidade e economia de meios que se opõem tanto à simplicidade e à pobreza do primeiro grau, quanto à ênfase ou à inchação, à busca ou a afetação dos “semi-hábeis”.

COLI 114
PGEPIID
duplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

Mal se tem necessidade de estabelecer que o objeto de arte é a objetivação de uma relação de distinção e que, por isso mesmo, ele está propositalmente predisposto a manter, nos mais diferentes contextos, tal relação. Desde que a arte toma consciência de si mesma – por exemplo, em Alberti – ela define-se, conforme mostra Gombrich, por uma negação, uma recusa e uma renúncia que se encontram na própria origem do requinte pelo qual se afirma a distância ao simples prazer dos sentidos e às seduções superficiais do ouro e dos ornamentos aos quais se deixa prender o gosto vulgar dos filisteus. “Na sociedade estritamente hierarquizada dos séculos XVI e XVII, a oposição entre o ‘vulgar’ e o ‘nobre’ torna-se uma das principais preocupações dos críticos” para quem “determinadas formas ou modos são ‘realmente’ vulgares por seduzirem as pessoas inferiores, enquanto outros são intrinsecamente nobres porque somente um gosto depurado pode apreciá-los”.² A intenção de distinção pela qual se afirma o interesse próprio dos artistas, impelidos cada vez mais a reivindicar o controle exclusivo da forma, correndo o risco de decepcionar o “mau gosto” de seus comanditários, está longe de contradizer as funções realmente atribuídas às obras de arte por aqueles que as encomendam ou as conservam em suas coleções: estas “criações culturais que encaramos, sob a óptica puramente estética, tais como as variantes de determinado estilo, eram consideradas pelos homens da época – conforme lembra Norbert Elias a propósito da sociedade do Grande Século – como a expressão altamente diferenciada de algumas qualidades sociais”.³

O mesmo é dizer que, retomando a definição da arte segundo Yeats (“Art is a social act of a solitary man”), toda apropriação de uma obra de arte – realização de uma relação de distinção, relação tornada coisa – é, por sua vez, uma relação social e, contra a ilusão do comunismo cultural, uma relação de distinção. Os detentores dos instrumentos de apropriação simbólica dos bens culturais desejam apenas acreditar que, somente por sua dimensão econômica, é que a raridade advém às obras de arte e, de forma mais geral, aos bens culturais. Eles comprazem-se em conceber a apropriação simbólica, única legítima em seu entender, como uma espécie de participação mística de um bem comum do qual cada um tem sua parte e cuja posse em sua integralidade é de todos, como uma apropriação paradoxal, excluindo o privilégio e o monopólio, diferentemente da apropriação material que afirma realmente a exclusividade, portanto, a exclusão. “O fato de contemplar um quadro de Poussin ou ler um diálogo de Platão não implica que eu esteja privando alguém de fazer o mesmo ou que seja necessário produzir um número de quadros de Poussin e de livros de Platão correspondente ao número de espectadores ou leitores possíveis” (Professor de filosofia, 30 anos). O amor pela arte é pensado como uma forma secularizada do “amor intelectual de Deus”, amor “tanto mais feliz, se dermos crédito a Spinoza, quanto maior for o número de homens a usufruírem dele”. Não há qualquer dúvida de que as obras de arte herdadas do passado e depositadas nos museus ou coleções particulares e, além disso, todo o *capital cultural objetivado*, produto da história acumulada sob a forma de livros, artigos, documentos, instrumentos, etc. que são o vestígio ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas e de sistemas conceituais, apresentam-se como um mundo autônomo que, embora seja o produto da ação histórica, tem suas próprias leis, transcendentais às vontades individuais, e permanece irreduzível ao que cada agente ou, até mesmo, o conjunto dos agentes podem apropriar-se – ou seja, ao capital cultural incorporado –, do mesmo modo que a língua objetivada nos dicionários e gramáticas continua sendo irreduzível à

COLEÇÃO
PPGEPID
suplente
PPGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

língua realmente apropriada, ou seja, ao que é incorporada nela por cada agente ou, até mesmo, pelo conjunto dos agentes. Todavia, contra as teorias da autonomia do mundo das idéias ou do “conhecimento objetivo sem sujeito cognoscente” e dos “processos sem sujeito” (aspecto em que existe concordância entre Althusser e Popper), convém lembrar que o capital cultural objetivado só existe e subsiste atuante como capital cultural, do ponto de vista material e simbólico, nas e pelas lutas travadas nos campos da produção cultural – campo artístico, campo científico, etc. – e, acima disso, no campo das classes sociais; aliás, nessas lutas, os agentes despendem forças e obtêm lucros proporcionados ao controle que exercem sobre esse capital objetivado, portanto, à medida de seu capital incorporado.⁴

Pelo fato de que sua apropriação supõe disposições e competências que não são universalmente distribuídas – apesar de seu aparente inatismo –, as obras culturais são o objeto de uma apropriação exclusiva, material ou simbólica, além de garantirem, ao funcionarem como capital cultural (objetivado ou incorporado), um *ganho tanto de distinção*, proporcionado à raridade dos instrumentos necessários à sua apropriação, quanto *de legitimidade*, ganho por excelência, que consiste no fato de se sentir *justificado para existir* (tal como existe) e de *ser como deve* (ser).⁵ Esse é o aspecto que faz a diferença entre a cultura legítima das sociedades divididas em classes – produto da dominação predisposto a exprimir e legitimar a dominação – e a cultura das sociedades pouco ou nada diferenciadas em que o acesso aos instrumentos de apropriação da herança cultural é praticamente distribuído de forma igual, de modo que a cultura, praticamente controlada de forma igual por todos os membros do grupo, não pode funcionar como capital cultural, ou seja, como instrumento de dominação, ou somente em limites muito restritos e em elevadíssimo grau de eufemização.

O ganho simbólico proporcionado pela apropriação material ou simbólica de uma obra de arte avalia-se pelo valor distintivo que esta obra deve à raridade da disposição e da competência exigida por ela e que comanda a forma de sua distribuição entre as classes.⁶ Sutilmente hierarquizadas, as obras culturais estão predispostas para marcar as etapas e os graus do progresso iniciático que define o empreendimento cultural, segundo Valéry Larbaud, e que, semelhante ao “progresso do cristão em direção à Jerusalém celeste”, leva do “iletrado” para o “letrado”, passando pelo “não-letrado” e o “semiletrado”, ou do simples “leitor” – deixando de lado o “bibliófilo” – para o verdadeiro “ledor”: os mistérios da cultura têm seus catecúmenos, seus iniciados e seus professos, ou seja, uma “discreta elite” separada do comum dos mortais por inimitáveis matizes da maneira e reunida por “uma qualidade, algo que diz respeito ao próprio homem, faz parte de sua felicidade e, indiretamente, pode ser para ele muito útil, mas que nunca lhe renderá um centavo, aliás, como ocorre com sua cortesia, coragem ou bondade”.⁷ É possível compreender as incessantes revisões, reinterpretações e redescobertas a que são submetidos os textos canônicos pelos letrados de todas as religiões do livro: como os níveis de “leitura” referem-se a hierarquias de leitores, convém e basta mudar a hierarquia das leituras para modificar a hierarquia dos leitores.

Segue-se daí que a simples translação da estrutura da distribuição, entre as classes, de um bem ou de uma prática – ou seja, o aumento quase idêntico da parcela, em cada classe, dos detentores desse bem – tem o efeito de diminuir sua raridade e seu valor distintivo, além de ameaçar a distinção dos antigos detentores. Compreende-se que, divididos entre o interesse pelo proselitismo cultural, ou seja, pela *conquista do mercado* pela autodivulgação que os leva a pender para os empreendimentos de vulgarização, e a

COLID
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

ansiedade por sua distinção cultural, única base objetiva de sua raridade, os intelectuais e os artistas mantêm – com tudo o que toca à “democratização da cultura” – uma relação de extrema ambivalência que se manifesta, por exemplo, em um duplo discurso ou, melhor ainda, desdobrado sobre as relações entre as instituições de difusão cultural e o público.

Interrogados sobre as melhorias a providenciar para a apresentação das obras nos museus e, em particular, sobre a oportunidade das inovações pedagógicas que visam baixar o “nível da oferta” das obras ao fornecer esclarecimentos técnicos, históricos ou estéticos, os membros da classe dominante – e, especialmente, os professores e os especialistas de arte – tentam escapar à contradição ao operarem uma *dissociação* entre o que é *desejável para os outros* e o que é *desejável para eles próprios*. Por ser como ele é, o museu é seu privilégio exclusivo; portanto, ele é o que deve ser para pessoas como eles, ou seja, para pessoas feitas para ele. Mudar o museu para torná-lo mais acessível é, portanto, retirar-lhes algo, uma parcela do mérito dessas pessoas, uma parcela de sua raridade. Mas elas não podem deixar de ser sensíveis ao fato de serem entrevistadas prioritariamente, por serem exatamente seus freqüentadores habituais, sobre a política a ser adotada porque se trata de reconhecer-lhes o privilégio de atribuir aos outros uma parcela do próprio privilégio. Ao aceitarem as melhorias pedagógicas, elas aceitam entregar aos outros *seu* museu – ou seja, o museu austero, ascético e nobre – já que eram as únicas pessoas capazes de reivindicar sua posse.⁸

Pelo fato de que o poder distintivo das posses ou dos consumos culturais – obra de arte, diploma ou cultura cinematográfica – tende a diminuir com o aumento do número absoluto daqueles que estão em condições de sua apropriação, os ganhos de distinção seriam destinados ao definhamento se o campo da produção dos bens culturais – por sua vez, regido pela dialética da pretensão e da distinção – não oferecesse, incessantemente, novos bens ou novas maneiras de apropriação dos mesmos bens.

A correspondência entre a produção dos bens e a produção dos gostos

Em matéria de bens culturais – e, sem dúvida, alhures – o ajuste entre oferta e demanda não é o simples efeito da imposição que a produção exerce sobre o consumo, nem o efeito de uma busca consciente mediante a qual ela antecipa as necessidades dos consumidores, mas o resultado da orquestração objetiva de duas lógicas relativamente independentes, ou seja, a dos campos de produção e a do campo de consumo: a homologia, mais ou menos perfeita, entre os campos de produção especializados em que se elaboram os produtos e os campos (das classes sociais ou da classe dominante) em que se determinam os gostos, faz com que os produtos elaborados nas lutas de concorrência – travadas no espaço de cada um dos campos de produção e que estão na origem da incessante mudança desses produtos – encontrem, sem terem necessidade de procurá-la propositalmente, a demanda que se elabora nas relações, objetiva ou subjetivamente, antagonistas que as diferentes classes e frações de classe mantêm a propósito dos bens de consumo materiais ou culturais ou, mais exatamente, nas lutas de concorrência que os opõem a propósito

COLEÇÃO
PGEPIID
Suplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

desses bens e que estão na origem da mudança dos gostos. Mediante essa orquestração objetiva da oferta e da demanda é que os mais diferentes gostos encontram as condições de sua realização no *universo dos possíveis* que lhes oferece cada um dos campos de produção, enquanto estes encontram as condições de sua constituição e de seu funcionamento nos gostos diferentes que garantem um mercado – em prazo mais ou menos longo – a seus diferentes produtos.⁹

O campo da produção – que não poderia, evidentemente, funcionar se não pudesse contar com os gostos já existentes, propensões mais ou menos intensas a consumir bens mais ou menos estritamente definidos – é que permite ao gosto de *se realizar* ao oferecer-lhe, em cada instante, o universo dos bens culturais como sistema das possibilidades estilísticas entre as quais ele pode selecionar o sistema dos traços estilísticos constitutivos de um estilo de vida. Esqueçemo-nos, de fato, que o universo dos produtos oferecidos por cada um dos campos de produção tende a limitar, de fato, o universo das formas da experiência – estética, ética, política, etc. – que são objetivamente possíveis em determinado momento.¹⁰ Entre outras conseqüências, segue-se que a *distinção* reconhecida a todas as classes dominantes e a todas as suas propriedades assume formas diferentes segundo o estado dos sinais distintivos da “classe” que, efetivamente, estão disponíveis. De fato, no caso da produção dos bens culturais, pelo menos, a relação entre oferta e demanda reveste uma forma particular na medida em que a oferta exerce sempre um efeito de imposição simbólica: um produto cultural – quadro de vanguarda, programa político ou jornal de opinião – é um gosto constituído, um gosto que foi levado da imprecisa semi-existência da experiência vivida para o semiformulado ou informulado, assim como do desejo implícito, até mesmo, inconsciente, para a plena realidade do produto acabado, por um trabalho de objetivação que incumbe, quase sempre, no estado atual, a profissionais; por conseguinte, ele contém a força de licitação, legitimação e fortalecimento, reivindicada sempre pela objetivação, sobretudo, como é o caso, quando a lógica das homologias estruturais o atribui a um grupo prestigioso e que ele funciona, então, como autoridade que autoriza e fortalece as disposições, dando-lhes uma realização coletivamente reconhecida.¹¹ Por sua vez, o gosto – sistema de classificação constituído pelos condicionamentos associados a uma condição situada em determinada posição no espaço das condições diferentes – rege as relações com o capital objetivado, com este mundo de objetos hierarquizados e hierarquizantes que contribuem para defini-lo, permitindo-lhe sua realização ao especificar-se.¹²

Assim, os gostos efetivamente realizados dependem do estado do sistema dos bens oferecidos, de modo que toda mudança do sistema de bens acarreta uma mudança dos gostos; inversamente, qualquer mudança dos gostos resultante de uma transformação das condições de existência e das disposições correlatas é de natureza a determinar, quase diretamente, uma transformação do campo da produção, facilitando o sucesso, na luta constitutiva deste campo, dos produtores mais bem preparados para produzir as necessidades correspondentes às novas disposições. Portanto, não é necessário recorrer à hipótese do gosto soberano que impõe o ajuste da produção às necessidades ou, na hipótese oposta, que transforma o próprio gosto em um produto da produção, para justificar a correspondência quase milagrosa que se estabelece, em cada instante, entre os produtos oferecidos por um campo de produção e o campo dos gostos socialmente produzidos. Os

COLLID
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

produtores são levados pela lógica da concorrência com os outros produtores e pelos interesses específicos associados à sua posição no campo de produção – portanto, pelos *habitus* que os conduziram a essa posição – a produzir produtos distintos que *encontram* os interesses culturais diferentes que os consumidores devem à sua condição e à sua posição de classe, oferecendo-lhes, assim, a possibilidade real de satisfazê-los. Em resumo, a lógica – segundo a qual, como se diz, “há gostos para tudo”; cada uma das frações da classe dominante tem seus artistas e seus filósofos, seus jornais e seus críticos, do mesmo modo que tem seu cabeleireiro, decorador ou alfaiate; ou, como dizia um pintor, “todo o mundo vende”, no sentido em que as pinturas dos mais diferentes estilos acabam por encontrar comprador – não é o produto de uma busca intencional, mas do encontro entre dois sistemas de diferenças.

O princípio da homologia funcional e estrutural segundo o qual a lógica do campo de produção e a lógica do campo de consumo são objetivamente orquestradas reside no fato de que, por um lado, todos os campos especializados (campo da alta costura ou da pintura, do teatro ou da literatura, etc.) tendem a se organizar segundo a mesma lógica, ou seja, segundo o volume do capital específico possuído e segundo a antiguidade – que lhe está, muitas vezes, associada – da posse e, por outro, as oposições que tendem a se estabelecer, em cada caso, entre os mais ricos e os menos ricos em capital específico, entre os dominantes e os dominados, os titulares e os pretendentes, os antigos e os recém-chegados, a distinção e a pretensão, a ortodoxia e a heresia, a retaguarda e a vanguarda, a ordem e o movimento, etc., são *homólogas entre elas* – daí, toda a espécie de invariantes – e *homólogas das oposições que organizam o campo das classes sociais* (entre dominantes e dominados) *ou o campo da classe dominante* (entre fração dominante e fração dominada).¹³ O acordo que se estabelece, assim, objetivamente entre classes de produtos e classes de consumidores só se realiza no consumo por intermédio dessa espécie de *senso da homologia entre bens e grupos*, que define o gosto: ao proceder a uma escolha segundo seus gostos, o indivíduo opera a *identificação* de bens objetivamente adequados à sua posição e ajustados entre si por estarem situados em posições sumariamente equivalentes a seus respectivos espaços – filmes ou peças de teatro, histórias em quadrinhos ou romances, mobiliário ou vestuário – ajudado, neste aspecto, por instituições, butiques, teatros (de *rive droite* ou de *rive gauche*), críticos, jornais e semanários, escolhidos, aliás, segundo o mesmo princípio; além disso, por serem definidas por sua posição em um campo, elas próprias devem ser objeto de uma identificação distintiva. Com a classe dominante, a relação de oferta e de demanda assume a forma de uma harmonia pré-estabelecida: dimensão da luta, travada no âmago da classe dominante, pela imposição do princípio dominante de dominação, a concorrência para os emblemas da “classe”, ou seja, os bens de luxo, impõe estratégias que, tendo em comum o fato de serem objetivamente orientadas para a maximização do rendimento distintivo das posses exclusivas, devem necessariamente equipar-se com meios diferentes para desempenhar essa função comum; por seu lado, para produzir esses sinais distintos e distintivos da “classe”, o campo de produção terá simplesmente de abandonar-se, se é que se pode falar assim, à sua lógica própria, a da distinção, que o leva sempre a se organizar segundo uma estrutura análoga à dos sistemas simbólicos que, por seu funcionamento, ele produz e em que cada elemento desempenha uma função distintiva.

PLU
PGEPI
uplente
PGEPI/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

O efeito das homologias

É assim que o caso da moda – que, aparentemente, fornece as melhores justificações a um modelo que transforma a busca intencional da distinção, tal como o do *trickle down effect*, no motor da mudança de vestuário – é um exemplo quase perfeito do encontro entre dois espaços e duas histórias relativamente autônomos: as incessantes transformações da moda são o produto da orquestração objetiva entre a lógica das lutas internas ao campo de produção que se organizam segundo a oposição entre o antigo e o novo que, por sua vez, está vinculada, por intermédio da oposição entre o caro e o (relativamente) barato, e entre o clássico e o prático – ou entre a retaguarda e a vanguarda –, à oposição entre o velho e o jovem (com grande peso, aqui, como em matéria de esporte), por um lado, e, por outro, a lógica das lutas internas ao campo da classe dominante que, conforme já vimos, opõem as frações dominantes e as frações dominadas ou, mais exatamente, os titulares e os pretendentes, ou seja, considerando a equivalência entre o poder (e, mais precisamente, o poder econômico) e a idade que faz com que, com relação à idade biológica idêntica, o indivíduo será tanto mais velho socialmente quanto mais próximo, e há mais tempo, estiver do pólo do poder, em suma, aqueles que têm as propriedades sociais associadas à idade adulta do homem completo e aqueles que têm as propriedades associadas ao inacabamento da juventude. Do mesmo modo que os costureiros – que ocupam uma posição dominante no campo da moda – só têm de se deixar levar pelas estratégias negativas de discrição e de *understatement* que lhes impõe a concorrência um tanto agressiva dos pretendentes para se encontrarem diretamente ajustados às demandas da burguesia antiga que é impelida, por uma relação homóloga às audácias espalhafatosas da nova burguesia, para a mesma recusa da ênfase, assim também os recém-chegados, jovens costureiros ou estilistas que tentam impor suas concepções subversivas são os “aliados objetivos” dos jovens das frações dominantes e das novas frações da burguesia que encontram nas revoluções simbólicas – cujo paradigma se situa nas audácias no plano do vestuário e da cosmética – o terreno sonhado para afirmarem a ambivalência de sua relação de “primos pobres” às grandezas temporais.¹⁴

A lógica do funcionamento dos campos de produção de bens culturais e as estratégias de distinção que se encontram na origem de sua dinâmica fazem com que os produtos de seu funcionamento, tratando-se de criações de moda ou de romances, estão predispostos a funcionar *diferencialmente*, como instrumentos de distinção, em primeiro lugar, entre as frações e, em seguida, entre as classes. Comprometidos e confinados em lutas internas que os opõem, os produtores convencidos de que, na prática, seus investimentos se limitam a interesses específicos, podem assim considerar-se como totalmente desinteressados e totalmente estrangeiros às funções sociais que desempenham, em um prazo maior ou menor, para determinado público, sem por isso deixarem de responder – e, às vezes, de forma bastante estrita – às expectativas desta ou daquela classe ou fração de classe. Isso nunca é tão bem visível quanto no caso do teatro em que a coincidência entre vários espaços relativamente autônomos, o espaço dos produtores, escritores e atores, o espaço dos críticos – e através deles, o espaço dos jornais e semanários – e o espaço do público, ou seja, o espaço da classe dominante, é, ao mesmo tempo, tão perfeita, tão necessária e imprevisível que o encontro com o objeto da preferência de cada um dos atores pode ser

vivido como o milagre de uma escolha.¹⁵ O teatro de bulevar que oferece espetáculos já rodados – adaptações de peças estrangeiras, reprises de “clássicos” do bulevar –, concebidos segundo receitas garantidas, representados por atores consagrados e que se dirige a um público velho, “burguês” e disposto a pagar preços elevados, opõe-se, em todos os aspectos, ao teatro de pesquisa que, a preços relativamente reduzidos, propõe espetáculos em ruptura com as convenções éticas e estéticas, além de atrair um público jovem e “intelectual”. Esta estrutura do espaço de produção funciona não só na realidade, através dos mecanismos que produzem as oposições entre os autores ou os atores e seus teatros, os críticos e seus jornais, mas também nos cérebros, sob forma de sistema de categorias de percepção e de apreciação que permite classificar e julgar os autores, as obras, os estilos e os temas: é assim que os críticos – que ocupam posições opostas no campo da produção cultural – pensarão as obras em função das próprias oposições que se encontram na origem de suas diferenças objetivas, sem deixarem de estabelecer hierarquias inversas entre os termos de tais oposições. As reações suscitadas por uma peça de Françoise Dorin, *Le Tournant* [A virada], que encena a tentativa de um autor de bulevar para converter-se em autor de vanguarda, variam, no conteúdo e na forma, segundo a posição do órgão de imprensa em que se exprimem, ou seja, segundo a distância maior ou menor do crítico e de seu público ao pólo “burguês” e, por conseguinte, à essa peça; elas distribuem-se desde a mais incondicional adesão até o silêncio do menosprezo, passando por um ponto neutro – marcado pelo *Le Monde* – quando se percorre de direita para a esquerda, de *rive droite* para *rive gauche*, de *L'Aurore* [jornal de direita] para *Le Nouvel Observateur* [semanário de esquerda], o espaço dos jornais e, por conseguinte, o espaço dos públicos que, por sua vez, se organiza segundo oposições que correspondem, de forma bastante exata, àquelas que definem o espaço dos teatros. Colocados diante de um objeto tão claramente organizado segundo a oposição canônica, os críticos – por sua vez, distribuídos no espaço da imprensa segundo a estrutura que se encontra na origem do objeto classificado e do sistema de classificação que eles lhe aplicam – reproduzem no espaço dos julgamentos pelos quais eles o classificam e se classificam o espaço no qual eles próprios são classificados (círculo perfeito do qual só é possível sair por sua objetivação). Na própria peça, ao teatro “burguês” – o seu – que coloca sua habilidade técnica a serviço da alegria, da leveza e da desenvoltura, qualidades “bem francesas”, Françoise Dorin opõe a “pretensão” e o “blefe”, camuflados sob um “despojamento ostensivo”, o espírito de seriedade e a melancolia do cenário que caracterizam o outro teatro. A série das propriedades contrastantes adotadas pelos críticos de *rive droite* – habilidade técnica, alegria de viver, clareza, naturalidade, leveza, encarar a vida com otimismo contra o tédio, a tristeza, a obscuridade, a pretensão, a lentidão, o pessimismo – encontra-se praticamente entre os críticos do lado oposto, mas com uma *mudança de registro* resultante de uma inversão da hierarquia das propriedades designadas.

À semelhança do que se passa em um jogo de espelhos, cada um dos críticos, situados em posições extremas, pode dizer *exatamente o que diria* o crítico do lado oposto, mas em condições tais que suas palavras assumem um valor irônico e designam por *antífrase* o que, precisamente, é elogiado pelo crítico do lado contrário. Assim, quando o crítico de *rive gauche* atribui a Françoise Dorin as qualidades de que ela própria se gaba, mas que não pode enunciar sem que, *em sua boca e diante de seu público*, se tornem automaticamente ridículas (a técnica torna-se um “grande” artil, enquanto o

PLU ID
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

Um teste sociológico

Passando da “direita” para a “esquerda” ou da “rive droite” para a “rive gauche”, temos, em primeiro lugar, o jornal *L'Aurore*: “A impertinente Françoise Dorin corre o risco de ter contas a ajustar com nossa *intelligentsia marxizante e meio esnobe* – as duas correntes andam juntas. Com efeito, a autora de ‘Un sale egoïste’ não testemunha qualquer deferência pelo tédio solene, o profundo vazio, o nada vertiginoso, ou seja, as verdadeiras características das produções teatrais chamadas ‘de vanguarda’. Ela tem a ousadia de salpicar com um riso sacrílego a famosa ‘incomunicabilidade entre as pessoas’ que é o alfa e o ômega do teatro contemporâneo. E esta *reacionária* perversa, que lisonjeia os mais baixos apetites da sociedade de consumo, longe de reconhecer seus erros e, com humildade, carregar sua reputação de autora de bulevar, arroga-se o direito de preferir a imaginação de Sacha Guitry e as baixarias de Feydeau aos obscuros clarões de Marguerite Duras ou de Arrabal. Trata-se de um crime que dificilmente lhe será perdoado. Tanto mais que ele é cometido com jovialidade e júbilo, tomando partido de todos os procedimentos condenáveis que permitem a durabilidade dos sucessos” (Gilbert Guilleminaud, *L'Aurore*, 12 janv. 1973). Situado na fronteira do campo intelectual, em um ponto em que se faz sua menção como estrangeiro (“nossa *intelligentsia*”), o crítico de *L'Aurore* não tem papas na língua (utiliza, inclusive, o termo “reacionário”), nem dissimula suas estratégias. O efeito retórico – que consiste em citar o que seria dito pelo adversário, embora em condições tais que seu discurso, funcionando como antífrase irônica, signifique objetivamente o contrário do que ele pretende afirmar – supõe e serve-se da própria estrutura do campo da crítica, assim como da relação de convivência imediata, baseada na homologia de posição, que ele estabelece com seu público.

De *L'Aurore* passamos para *Le Figaro*: em perfeita harmonia, a dos *habitus* orquestrados, com a autora de *Le tournant*, o crítico limita-se a manifestar a experiência do deleite absoluto diante de uma peça tão perfeitamente adaptada às suas categorias de percepção e apreciação, à sua visão do teatro e do mundo. Todavia, por ser obrigado a utilizar um grau de eufemização mais elevado, ele exclui os julgamentos abertamente políticos para se confinar ao terreno da estética ou da ética: “Como devemos ser reconhecidos à senhora Françoise Dorin por ser uma autora *corajosamente leve*, o que significa *espiritualmente* dramática, e *séria em relação ao sorriso*, desenvolta sem fragilidade, levando a comédia até o mais genuíno vaudeville, *embora* adote a forma mais *sutil* possível; uma autora que maneja a sátira *com elegância*, uma autora que mostra, sempre, uma virtuosidade desconcertante (...). Françoise Dorin conhece *muito melhor do que nós todas as molas da arte dramática, os recursos do cômico, os expedientes de uma situação*, o poder drolático ou mordaz da palavra apropriada... Sim, como é notável sua arte da desmontagem, quanta ironia no uso consciente da pirueta, quanto controle na utilização de segundas intenções! Em *Le tournant*, existe tudo o que é necessário para agradar, sem uma onça de complacência ou vulgaridade. Também não existe qualquer espécie de transigência porque é bem certo que, na hora presente, o *conformismo encontra-se inteiramente na vanguarda*, o ridículo na seriedade e a

impostura no tédio. A senhora Françoise Dorin vai *aliviar um público equilibrado*, reconduzindo-o ao *equilíbrio* com um júbilo saudável (...). Apressem-se em assistir a esta peça; aliás, creio que vão *rir com tamanha vontade* que acabarão por esquecer de pensar no que pode haver de angustiante para um escritor o fato de se perguntar se ainda está adaptado ao tempo em que vive... Finalmente, trata-se mesmo de uma questão que todos os homens se formulam e da qual só conseguirão livrar-se através do humor e de um *incurável otimismo!*" (Jean-Jacques Gauthier, 12 janv. 1873).

De *Le Figaro*, passamos, naturalmente, para o *L'Express*, hesitante entre a adesão e o distanciamento, alcançando por isso mesmo um grau de eufemização nitidamente superior: "Eis uma peça que *deveria* obter logo o maior sucesso... astuciosa e divertida. Uma personagem. Um ator cujo papel lhe assenta como uma luva: Jean Piat (...). Com uma *virtuosidade sem falhas, se excetuarmos por momentos alguma lentidão*, com uma *inteligência libertina, um controle perfeito das manhas do ofício*, Françoise Dorin escreveu uma peça sobre a virada do Bulevar que é, ironicamente, a mais tradicional peça de Bulevar. *No fundo, somente os pedantes sorumbáticos discutirão a respeito da oposição entre os dois teatros, assim como da oposição subjacente entre as duas concepções relativas à vida política e à vida privada*. O diálogo *brilhante*, repleto de *palavras* e de *fórmulas*, possui freqüentes sarcasmos vingativos. No entanto, Romain não é uma caricatura, mas alguém muito menos tolo que a média dos profissionais da vanguarda. Por sua vez, Philippe desempenha *o melhor papel* por se encontrar em seu terreno. De forma gentil, o autor de 'Comme au théâtre' pretende insinuar que, no Bulevar, é que as pessoas falam e agem 'como na vida'; e isso é verdade, embora se trate de uma verdade parcial e não somente por ser uma verdade de classe" (Robert Kanters, *L'Express*, 15-21 janv. 1973). Aqui, observa-se que, apesar de ser totalmente favorável, o juízo é matizado pelo recurso sistemático a formulações ambíguas do ponto de vista, inclusive, das oposições em jogo: "Eis uma peça que *deveria* obter logo o maior sucesso", "uma inteligência libertina, um controle perfeito das manhas do ofício", "Philippe desempenha o melhor papel", outras tantas fórmulas que podem também ser entendidas como pejorativas. E acontece até mesmo que se lança a suspeita, através da *denegação*, em relação à outra verdade ("Somente os pedantes sorumbáticos discutirão o fundo...") ou, inclusive, a verdade propriamente dita, embora duplamente neutralizada pela ambigüidade e pela denegação ("e não somente por ser uma verdade de classe").

Por sua vez, *Le Monde* oferece um perfeito exemplo de discurso ostensivamente neutro, sem tomar partido, como dizem os comentaristas esportivos, por nenhuma das duas posições opostas, ou seja, o discurso abertamente político de *LAurore* e o silêncio desdenhoso de *Le Nouvel Observateur*: "O argumento simples ou simplista complica-se por uma formulação 'em patamares' bastante sutil, como se houvesse a sobreposição de duas peças: uma, escrita por Françoise Dorin, autora convencional, enquanto a outra teria sido inventada por Philippe Roussel que tenta pegar 'a virada' para o teatro moderno. Este jogo descreve, como um bumerangue, um movimento circular em que Françoise Dorin expõe intencionalmente os clichês do Bulevar questionados por Philippe e, pela voz do ator, arroga-se o direito de fazer uma crítica veemente da burguesia. Segundo

PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

patamar: ela confronta esse discurso com o de um jovem autor que é desancado com igual veemência. Por fim, a trajetória conduz a arma para o palco do bulevar, as futilidades do mecanismo são desmascaradas pelos procedimentos do teatro tradicional que, por conseguinte, nada perderam de seu valor. Philippe pode declarar-se um autor 'corajosamente leve' imaginando 'personagens que falam como todo o mundo'; ele pode reivindicar uma arte 'sem fronteiras', portanto, apolítica. No entanto, a demonstração é totalmente falseada pelo modelo do autor de vanguarda escolhido por Françoise Dorin. Vankovicz é um epígono de Marguerite Duras, existencialista retardado, vagamente militante. É demasiado caricatural, à semelhança do teatro denunciado aqui ("A cortina preta e o andaime, que boa idéia!" ou este título de uma peça: "O senhor Karsov, com certeza, aceitará um pouco de infinito no seu café"). O público jubila com esta pintura ridícula do teatro moderno; a crítica contra a burguesia suscita nele uma provocação gostosa na medida em que toma como alvo uma vítima execrada que acaba sendo destruída (...). Na medida em que ele reflete o estado do teatro burguês, mostrando abertamente seus sistemas de defesa, a peça *Le tournant* pode ser considerada uma obra importante. Raras são as peças que deixam filtrar tanto a inquietação de uma ameaça 'exterior' e a recuperam com tamanha obstinação *inconsciente*" (Louis Dandrel, 13 janv. 1973). Neste texto, a ambigüidade já cultivada por Robert Kanter atinge o auge; o argumento é, à escolha, "simples ou simplista"; a peça desdobra-se, oferecendo ainda duas obras à escolha do leitor, ou seja, "uma crítica veemente", mas "recuperadora" da burguesia, e uma defesa da arte apolítica. A quem tivesse a ingenuidade de perguntar se o crítico é "a favor ou contra", se ele julga a peça "boa ou má", duas respostas: em primeiro lugar, um esclarecimento de "informador objetivo" que, para ser fiel à verdade, deve lembrar que o autor de vanguarda representado é "demasiado caricatural" e que "o público jubila" (sem que seja possível saber como o crítico se situa em relação a esse público, portanto, qual seria o sentido da jubilação); em seguida, no termo de uma série de julgamentos ambíguos à força de circunspecções, de matizes e de atenuações universitárias ("na medida em que...", "pode ser considerado como..."), a afirmação de que *Le tournant* é uma "obra importante", mas – que fique bem claro – como documento sobre a crise da civilização contemporânea, como teria sido dito em *Sciences Po*.

Esta arte da conciliação e do compromisso atinge a virtuosidade da arte pela arte com o jornalista de *La Croix** que acompanha seu juízo favorável incondicional com considerações tão sutilmente articulados, transformando lótopes em duplas-negações, matizes em ressalvas e em correções a si mesmo, que sua conclusão baseada na *conciliatio oppositorum* – tão ingenuamente jesuítica, "fundo e forma", conforme sua própria expressão – parece ser quase evidente: "Como já afirmei, a peça *Le tournant* parece-me ser uma obra admirável, tanto por seu fundo quanto por sua forma. Independentemente deste comentário, ela provocará irritação em grande número de espectadores. Posicionado, por acaso, ao lado de um fanático incondicional da vanguarda, apercebi-me de sua raiva enrustida, durante todo o espetáculo. Nem por isso vou deduzir que Françoise Dorin

* Fundado em 1883, pelos assuncionistas, este jornal parisiense é o principal órgão da imprensa católica, na França. (N.T.)

PLID
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

tenha sido injusta em relação a algumas inovações respeitáveis – mesmo que sejam, na maior parte das vezes, enfadonhas – do teatro contemporâneo (...). E se sua conclusão – o apoio é leve – orienta-se no sentido do triunfo do ‘Bulevar’ – embora se trate de um bulevar de vanguarda – é porque, precisamente, um mestre tal como Anouilh posicionou-se, há muito tempo, como guia no cruzamento desses dois caminhos” (Jean Vigneron, *La Croix*, 21 janv. 1973).

Por si só, o silêncio de *Le Nouvel Observateur* já é significativo; no entanto, é possível fazer uma idéia aproximada do que poderia ter sido a posição deste semanário ao ler, por um lado, a crítica publicada nesta revista sobre a peça *La preuve par quatre* de Félicien Marceau e, por outro, a crítica sobre *Le tournant* que Philippe Tesson – na época, chefe de redação de *Combat** – escreveu para o *Le Canard Enchaîné***.

“Acho que não se deve aplicar o termo ‘teatro’ a essas reuniões mundanas de comerciantes e de mulheres de negócios no decorrer das quais um ator célebre, e bem acompanhado, recita o texto laboriosamente espirituoso de um autor igualmente célebre, no meio de um dispositivo cênico, ainda que seja envolvente [*tournant*] e produzido com o humor ponderado de Folon... Aqui, nada de ‘cerimônias’, nem de ‘catarse’ ou ‘denúncia’, ainda menos de improviso. Simplesmente, prato feito de cozinha burguesa para estômagos que já digeriram outras especialidades (...). À semelhança de todas as salas parisienses de bulevar, a sala desata a rir no momento apropriado, nas ocasiões mais conformistas, em que entra em ação o espírito de racionalista bonachão. Com a cumplicidade dos atores, a convivência é perfeita. Trata-se de uma peça que poderia ter sido escrita há dez, vinte ou trinta anos” (M. Pierret, *Le Nouvel Observateur*, 12 févr. 1964, a propósito da peça *La preuve par quatre* de Félicien Marceau).

“Françoise Dorin é uma pessoa *espertíssima*. Uma recuperadora de classe A duplicada de uma extraordinária afetação. Sua peça *Le tournant* é uma excelente comédia de bulevar, cujas molas essenciais são a má-fé e a demagogia. A senhora pretende provar que o teatro de vanguarda é um mingau para gatos. Neste sentido, serve-se das *manhas do ofício* e é inútil dizer-lhes que, ao servir-se de determinado expediente, o público desmancha-se em gargalhadas e grita: outra vez, outra vez. Por corresponder à sua expectativa, a autora acaba exagerando. Ela coloca no palco um jovem dramaturgo esquerdista, batizado Vankovicz – vejam só! – que passa por situações ridículas, desconfortáveis e um tanto indecorosas para provar que este sujeitinho não é assim tão desinteressado, nem menos burguês do que vocês e eu próprio. Quanto bom senso, Senhora Dorin, quanta lucidez e franqueza! A senhora, pelo menos, tem a coragem de manifestar suas opiniões, aliás, opiniões bem saudáveis e bem francesas” (Philippe Tesson, *Le Canard Enchaîné*, 17 mars 1973).

* Jornal parisiense clandestino, fundado em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, como espaço de expressão daqueles que persistiam em acreditar que seria possível criar, na França, um movimento popular de esquerda não comunista; contou com a colaboração, entre outros, de Albert Camus, Jean-Paul Sartre, André Malraux, Emmanuel Mounier e Raymond Aron. Deixou de ser publicado em 1974. (N.T.)

** Literalmente, “O jornaleco acorrentado”. Trata-se de um semanário satírico ilustrado, fundado em Paris, em 1916: com seus panfletos e caricaturas, fustiga tanto os grupos políticos e financeiros, quanto os literários e artísticos. (N.T.)

“bom senso” é compreendido, imediatamente, como sinônimo de tolice burguesa), ele aponta em direção da autora a arma que ela própria utiliza contra o teatro de vanguarda quando, ao explorar a lógica estrutural do campo, ela aponta contra o teatro de vanguarda a arma utilizada por este contra a tagarelagem “burguesa” e contra o teatro “burguês” que reproduz seus truísmos e clichês (estamos pensando, por exemplo, em Ionesco quando descreve *A cantora careca* ou *Jacques* como “uma espécie de paródia ou de caricatura do teatro de bulevar, um teatro de bulevar que se decompõe e se torna louco”). Em todos os casos, trata-se do mesmo procedimento, ou seja, aquele que consiste em servir-se da relação de convivência ética e estética que se estabelece com o próprio público para quebrar a relação de convivência que o discurso parodiado mantinha com seu público e transformar tal discurso em uma seqüência de afirmações “deslocadas” que chocam ou fazem rir por não serem pronunciadas em um local e diante de um público convenientes, além de só poderem instaurar com o público a cumplicidade imediata do riso por terem conseguido obter dele – se é que, de antemão, já não tinham tal certeza – a revogação dos pressupostos do discurso parodiado.

Como fica bem demonstrado por este caso exemplar, é a lógica das homologias – e não o calculismo cínico – que faz com que as obras estejam ajustadas às expectativas de seu público: as objetivações parciais, assumidas pelos intelectuais e artistas nos combates travados entre si, deixam escapar o essencial ao descrever como o produto de uma busca consciente do sucesso junto ao público o que, de fato, é o resultado da harmonia preestabelecida entre dois sistemas de interesses – que podem coincidir na pessoa do escritor “burguês” – ou, mais exatamente, da homologia estrutural e funcional entre a posição de determinado escritor ou artista no campo de produção e a posição de seu público no campo das classes e das frações de classe. Ao recusar o reconhecimento de qualquer outra relação possível entre o produtor e seu público além do calculismo cínico ou o puro desinteresse, os escritores e os artistas adotam um meio cômodo de se considerarem como desinteressados, ao mesmo tempo que, no princípio da atividade de seus adversários, descobrem a busca do sucesso a qualquer preço; neste caso, o argumento preferido pela *rive droite* é a utilização da provocação ou do escândalo, enquanto o de *rive gauche* é o servilismo mercenário. Os pretensos “escritores de encomenda” têm motivos para pensar e professar que, propriamente falando, não estão a serviço de quem quer que seja: objetivamente, o único serviço prestado é, com toda a sinceridade, a seus próprios interesses, interesses específicos, altamente sublimados e eufemizados, tais como o “interesse” por uma forma de teatro ou de filosofia, logicamente associada a determinada posição em determinado campo, e que – salvo nos períodos de crise – é bem feito para ocultar, a seus próprios defensores, as implicações políticas contidas nele. Entre o puro desinteresse e o servilismo cínico, há lugar para as relações estabelecidas, objetivamente, fora de qualquer intenção consciente, entre um produtor e um público, fazendo com que as práticas e as obras produzidas no âmago de um campo de produção especializado e relativamente autônomo sejam necessariamente *sobredeterminadas*; que as funções desempenhadas por elas nas lutas internas dupliquem-se, inevitavelmente, de funções externas, ou seja, as que recebem nas lutas simbólicas entre as frações da classe dominante e, pelo menos, no termo do processo, entre as classes. A “sinceridade” (que é uma das condições da eficácia simbólica) só é possível –

1 0 1 1 1 1 1 1
PGEPIID
duplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

e real – no caso de um acordo perfeito, imediato, entre as expectativas inscritas na posição ocupada (em um universo menos consagrado, seria utilizada a expressão “definição do cargo”) e as disposições do ocupante. Ela é o privilégio daqueles que, guiados por seu senso social – o que, em inglês, é designado por *sense of one's place* – encontraram seu *lugar natural* no campo da produção. Segundo a lei que pretende que a pregação faz-se apenas a convertidos, um crítico só pode exercer “influência” sobre seus leitores com a condição de que estes lhe atribuam tal poder por estarem ajustados estruturalmente a ele em relação à visão do mundo social, aos gostos e a todo o *habitus*. Jean-Jacques Gauthier, crítico literário durante muito tempo em *Le Figaro*, descreve bem esta afinidade eletiva que une o jornalista com seu jornal e, através dele, a seu público: um bom diretor de *Le Figaro*, que se escolheu a si mesmo e foi escolhido segundo os mesmos mecanismos, sabe reconhecer um crítico literário deste jornal pelo fato de que “possui o tom conveniente para se dirigir aos leitores do jornal”; *sem fazer propósito*, “ele fala naturalmente a linguagem de *Le Figaro*”; aliás, ele seria “o leitor-tipo” deste jornal. “Se amanhã, em *Le Figaro*, começo a utilizar a linguagem, por exemplo, da revista *Les Temps Modernes* ou de *Saintes Chapelles des Lettres*, deixarei de ser lido e compreendido, portanto, de ser escutado, porque irei basear-me em certo número de noções ou de argumentos que serão motivo de escárnio para o leitor”.¹⁶ Existem *pressupostos*, uma *doxa*, correspondentes a cada posição; neste caso, a homologia das posições ocupadas pelos produtores e por seus clientes é a condição desta cumplicidade que será tanto mais fortemente exigida quanto, à semelhança do que se passa com o teatro, aquilo que está em jogo for mais essencial e estiver mais próximo dos derradeiros investimentos.

As afinidades eletivas

Este caso limite obriga a questionar as aparências da ação direta exercida pela demanda sobre a oferta ou pela oferta sobre a demanda e leva a considerar, sob outra óptica, todos os encontros entre a lógica da produção dos bens e a lógica da produção dos gostos através dos quais se constitui o universo das coisas apropriadas, objetos, pessoas, saberes, lembranças, etc. O limite de todas essas coincidências de estruturas e de seqüências homólogas pelas quais se realiza a concordância entre uma pessoa socialmente classificada e as coisas ou as pessoas – elas próprias, também, socialmente classificadas – que lhe estão *vinculadas* é representado por todos os atos de cooptação da simpatia, amizade ou amor que conduzem a relações duradouras, socialmente sancionadas ou não. O senso social encontra suas referências no sistema de sinais indefinidamente redundantes entre si de que cada corpo é portador – vestuário, pronúncia, postura, forma de andar, maneiras – e que, registrados inconscientemente, encontram-se na origem das “antipatias” ou “simpatias”: as “afinidades eletivas”, aparentemente, mais imediatas baseiam-se sempre, por um lado, na decifração inconsciente de traços expressivos em que cada um só adquire sentido e valor no interior do sistema de suas variações segundo as classes (basta pensar nas formas do riso ou do sorriso repertoriadas pela linguagem comum). O gosto é o que emparelha e assemelha coisas e pessoas que se ligam bem e entre as quais existe um mútuo acordo.

PLURID
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

A confirmação mais indiscutível desta espécie de sentido imediato das compatibilidades e incompatibilidades sociais é, sem dúvida, a endogamia de classe ou, até mesmo, de fração de classe, que é quase tão rigorosamente garantida pelo livre jogo da escolha amorosa, quanto pelas intervenções expressas das famílias. Sabe-se que a estrutura dos circuitos de trocas matrimoniais tende a reproduzir a estrutura do espaço social tal como ela foi descrita aqui (cf. A. Desrosières, "Marché matrimonial et structure des classes sociales", in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 20/21, 1978, p. 97-107). É provável que ainda seja subestimada a homogeneidade dos casais e que um melhor conhecimento das propriedades "secundárias" dos cônjuges e das respectivas famílias reduziria ainda mais a parte aparente do acaso. Assim, por exemplo, a pesquisa empreendida em 1964 sobre as estratégias matrimoniais de seis turmas (1948-1953) de estudantes da seção de letras da *École Normale* mostra que, entre os casados nesta data (85% do total), 59% haviam casado com uma professora; em 58% dos casos, esta era uma *agregée* (cf. P. Bourdieu e M. de Saint-Martin, "Les catégories de l'entendement professoral", in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 3, 1975, p. 87 e 90). Do mesmo modo, entre os diretores da administração central que ocupam uma posição intermediária entre a função pública e os negócios – dos quais 22,6% têm um pai na função pública e 22% nos negócios –, o sogro é funcionário em 16,6% dos casos e encontra-se nos negócios em 25,2% (cf. Ezra N. Suleiman, *Politics, Power and Bureaucracy in France. The Administrative Elite*, Princeton, Princeton University Press, 1974, p. 69). Por último, entre os ex-estudantes do *Institut européen d'administration des affaires* (INSEAD) [Instituto Europeu de Administração dos Negócios], que acolhe os futuros quadros dirigentes do setor privado – dos quais 28% são filhos de empresários da indústria e do comércio, e 19,5% de quadros superiores ou de engenheiros –, o sogro é empresário em 23,5% dos casos e quadro ou engenheiro em 21%; além disso, raros são os casados, cujo pai (2%) ou sogro (5%) seja professor (cf. J. Marceau, *The Social Origins, Educational Experience and Career Paths of a Young Business Elite*, Final Report for Social Science Research Council - SSRC - Grant of 1973-1975, Paris, 1975, 117 p., mimeografado). E é conhecida a contribuição determinante fornecida à reprodução da grande burguesia pela lógica das trocas matrimoniais (cf. P. Bourdieu e M. de Saint Martin, "Le patronat", *loc. cit.*).

O gosto adapta-se; ele casa as cores e, também, as pessoas que formam os "casais bem ajustados", antes de mais nada, no que diz respeito aos gostos. Todos os atos de cooptação que se encontram na origem dos "grupos primários" são atos de conhecimento dos outros enquanto são sujeitos de atos de conhecimento ou, em uma linguagem menos intelectualista, das operações de identificação – particularmente, visíveis nos primeiros encontros – pelas quais um *habitus* adquire a certeza de sua afinidade com outros *habitus*. Compreende-se, assim, a surpreendente harmonia dos casais comuns que, ajustados freqüentemente desde a origem, ajustam-se progressivamente por uma espécie de aculturação mútua.¹⁷ Esta identificação do *habitus* pelo *habitus* encontra-se no princípio das afinidades imediatas que orientam os encontros sociais, desencorajando as relações socialmente discordantes, incentivando as relações ajustadas, sem que estas operações tenham de se formular, algum dia, de outra forma que não seja na linguagem socialmente inocente da simpatia ou da

PLANO
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,

...GEPID
...PGEPIID
...uplente
...PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ministradora emitirá um dos

samente,



antipatia.¹⁸ A extrema improbabilidade do encontro singular entre as pessoas singulares, que oculta a probabilidade dos acasos substituíveis, leva a viver a escolha mútua como um acaso feliz, coincidência que imita a finalidade – “porque era ele, porque era eu” – reduplicando assim o sentimento do milagre.

Aqueles que, segundo nos parece, estão de acordo com nosso gosto colocam, em suas práticas, um gosto que não é diferente daquele que utilizamos na percepção de suas práticas. A melhor prova de afinidade de gostos entre duas pessoas é a afeição que sentem uma pela outra. Do mesmo modo que o apreciador de arte sente-se como a razão de ser de seu achado que parece ter existido desde toda a eternidade na expectativa do olhar do “descobridor”, assim também os apaixonados sentem-se “justificados em sua existência” – para retomar a expressão de Sartre – ou seja, “feitos um *para* o outro”, constituídos como finalidade e razão de ser de uma outra existência inteiramente dependente de sua própria existência, portanto, aceitos, assumidos, reconhecidos no que têm de mais contingente, sua maneira de rir ou de falar, em suma, legitimados na arbitrariedade de determinada maneira de ser e de fazer, de um destino biológico e social. O amor é também a maneira de amar seu próprio destino em um outro e de sentir-se amado em seu próprio destino. Sem dúvida, essa é a oportunidade por excelência de uma espécie de experiência do *intuitus originarius*, cuja posse dos bens de luxo e das obras de arte – feitos *para* seu possuidor – é uma forma aproximada e que transforma o sujeito perceptor e nomeador – é conhecido o papel desempenhado pela imposição de nomes na relação amorosa – a causa e a finalidade, em suma, a razão de ser do ser percebido.

“O Mestre, com um olho agudo, em seus passos,
Apaziguou do éden a surpresa inquieta
Cujo tremor final, em sua só voz, desperta
Para a Rosa e o Lis o mistério de um nome.”*

O gosto é a forma por excelência do *amor fati*. O *habitus* engendra representações e práticas que, apesar das aparências, são sempre mais ajustadas às condições objetivas das quais elas são o produto. A frase de Marx segundo a qual “o pequeno-burguês é incapaz de superar os limites de seu cérebro” – outros teriam falado dos limites de seu entendimento – significa que seu pensamento tem os mesmos limites de sua condição, ou seja, por sua condição, é limitado, de alguma forma, duplamente: pelos limites materiais que ela impõe à sua prática e pelos limites que ela impõe ao seu pensamento, portanto, à sua prática, levando-o a aceitar – até mesmo, amar – esses limites.¹⁹ Deste modo, estamos em melhores condições para compreender o efeito próprio da *tomada de consciência*: a explicitação do dado pressupõe e produz a suspensão da adesão imediata a esse dado que pode conduzir à dissociação entre o *conhecimento* das relações prováveis e o *reconhecimento* dessas relações, de modo que o *amor fati* pode inverter-se em *odium fati*.

* Tradução de Júlio Castañon Guimarães do poema *Toast funèbre [Brinde Fúnebre]* de Stéphane Mallarmé (cf. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1995). (N.T.)

FOLIO
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

As lutas simbólicas

Se, para escapar à ilusão subjetivista que reduz o espaço social ao espaço conjuntural das interações, ou seja, a uma sucessão descontínua de *situações* abstratas,²⁰ convém construir, como fizemos, o espaço social enquanto *espaço objetivo* – estrutura de relações objetivas *que determina a forma assumida, eventualmente, pelas interações e pela representação concebidas pelos envolvidos em tais relações* –, ocorre que deve ser superado o objetivismo *provisório* que, ao tratar os fatos sociais como coisas, reifica o que ele descreve: as posições sociais que se apresentam ao observador como lugares justapostos, *partes extra partes*, em uma *ordem estática*, formulando a questão inteiramente teórica dos limites entre os grupos que os ocupam, são inseparavelmente localizações estratégicas, *lugares* a defender e conquistar em um campo de lutas.

Convém estar prevenido contra a propensão objetivista – que se realiza e se fortalece no esquema espacial – em recortar, neste espaço, regiões definidas de uma vez por todas, sob um só aspecto e delimitadas por *fronteiras* claramente delineadas: como foi mostrado, por exemplo, a propósito dos empresários da indústria e como veremos, mais adiante, a propósito do caso exemplar das novas frações das classes médias, zona particularmente indeterminada deste lugar de indeterminação relativa representado pela pequena burguesia, cada uma das classes de posições, construídas obrigatoriamente pelas classificações habituais da estatística, pode funcionar em si mesma como um campo relativamente autônomo e bastaria substituir as categorias relativamente abstratas que impõem as necessidades do acúmulo estatístico por cargos mais estritamente definidos para verificar o perfil da rede das relações de concorrência em que, por exemplo, se engendram os conflitos de competência – conflitos sobre os diplomas que dão direito ao exercício legítimo da profissão e sobre a mola legítima do exercício – que opõem agentes dotados de diferentes diplomas de legitimidade, tais como médicos, anestesistas, enfermeiras, fisioterapeutas e curandeiros (aliás, cada um desses universos funciona em si mesmo como um terreno de lutas) ou, ainda, entre as profissões, em grande parte, recém-criadas que, ao oferecerem um enquadramento “social” (assistentes sociais, atendentes domiciliares, membros dos conselhos tutelares, etc.) ou serviços educativos (educadores especializados, educadores sociais, etc.), culturais (animadores, formadores de adultos, etc.) ou médico-psicológicos (conselheiros conjugais, especialistas em puericultura, fisioterapeutas, etc.), têm em comum o fato de se definirem apenas na e pela concorrência que os opõe entre si e nas estratégias antagonistas pelas quais elas visam transformar a ordem estabelecida para garantirem aí o *reconhecimento de sua posição*.

Portanto, o modelo do espaço tal como ele foi proposto não deve somente seus limites à natureza dos dados utilizados – e utilizáveis – e, em particular, à impossibilidade prática de introduzir, na análise, fatos de estrutura, tais como o poder detido por alguns indivíduos ou grupos sobre a economia ou, até mesmo, sobre os inumeráveis ganhos indiretos e ocultos, correlatos a essa situação. Se, muitas vezes, numerosos empreendedores de pesquisas empíricas são impelidos a aceitar, implícita ou explicitamente, uma teoria que reduz as classes a simples estratos hierarquizados, sem serem antagonistas, é sobretudo porque a

própria lógica de sua prática leva-os a ignorar o que está objetivamente inscrito em qualquer distribuição: balanço em determinado momento do que havia sido adquirido nas lutas anteriores e poderá ser investido nas lutas ulteriores, a *distribuição* no sentido da estatística, assim como da economia política, exprime *um estado* da relação de forças entre as classes ou, mais precisamente, da luta pela apropriação dos bens raros e pelo *poder propriamente político sobre a distribuição ou a redistribuição* dos ganhos. O mesmo é dizer que a oposição entre as teorias que descrevem o mundo social na linguagem da estratificação e as que falam a linguagem da luta das classes corresponde a duas maneiras de apreender o mundo social que, apesar da dificuldade em conciliá-las *na prática*, não são, de modo algum, excludentes em seu princípio: se, aparentemente, os “empiristas” estão fixados na primeira, enquanto a segunda parece ser um assunto de “teóricos” é porque a pesquisa descritiva ou explicativa, que só pode manifestar as classes ou as frações de classe sob a forma de um conjunto *pontual* de distribuições de propriedades entre indivíduos, situa-se sempre, de alguma forma, *depois (ou antes) da batalha* e, necessariamente, coloca entre parênteses a luta que, afinal, produz esta distribuição. Ao esquecer que *todas* as propriedades que ele trata – além de classificá-las e avaliá-las, assim como aquelas utilizadas para essa classificação e avaliação – constituem armas e pretextos da luta entre as classes, o estatístico é levado a abstrair a classe de suas relações com as outras classes, não só relações de oposição que conferem valor distintivo às propriedades, mas também relações de poder e de luta pelo poder que se encontram no princípio das distribuições. Semelhante à fotografia de uma partida de bolinhas de gude ou de pôquer que, em determinado momento, fixasse o *balanço dos ativos* em número de bolinhas ou fichas, a pesquisa fixa um instante de uma luta na qual, em cada instante, os agentes colocam em jogo, enquanto arma e lance, o capital que haviam adquirido nas fases anteriores da luta e que pode implicar um poder sobre a própria luta e, por conseguinte, sobre o capital detido pelos outros. A estrutura das relações de classe é o que se obtém ao fixar, por um corte sincrônico, um estado, mais ou menos estável, do terreno das lutas entre as classes: a força relativa investida pelos indivíduos nesta luta – ou, em outras palavras, a distribuição no momento considerado das diferentes espécies de capital – define a estrutura desse campo; mas, por outro lado, a força à disposição dos indivíduos depende do estado da luta pela definição em relação ao pretexto da luta. A definição dos instrumentos e dos pretextos legítimos da luta faz parte, com efeito, dos pretextos da luta; além disso, a eficácia relativa dos instrumentos que permitem dominar o jogo – o capital sob suas diferentes espécies – está ela própria em jogo, portanto, submetida a variações segundo o decorrer do jogo. É assim que, conforme nossa insistência – nem que fosse por meio de aspas –, a noção de “volume global do capital”, cuja construção é incontornável para justificar certos aspectos das práticas, não deixa de ser um *artefato teórico* que, aliás, poderia produzir efeitos realmente perigosos se nos esquecêssemos de tudo aquilo de que se deve fazer abstração para construí-la, a começar pelo fato de que a taxa de conversão de uma espécie de capital em uma outra é, em cada momento, um pretexto de lutas, portanto, exposto a mudanças incessantes.

Ajustadas a uma condição de classe, como conjunto de possibilidades e de impossibilidades, as disposições estão também ajustadas a uma posição definida, do ponto de vista relacional, a uma *posição* na estrutura das classes, portanto, sempre referenciadas, pelo menos, objetivamente, às disposições associadas a outras posições. O mesmo é dizer que, estando “adaptadas” a uma classe particular de condições de existência caracterizadas

COLI 10
PGEPIID
suplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

por determinado grau de distância da necessidade, as “regras de moral” e as “estéticas” de classe estão inseparavelmente situadas umas em relação às outras segundo o critério do grau de banalidade ou de distinção; além disso, todas as “escolhas” produzidas encontram-se, assim, *automaticamente* associadas a uma posição distinta, portanto, afetadas por um valor distintivo. *Isso ocorre independentemente, até mesmo, de qualquer intenção de distinção*, de qualquer *busca* explícita da diferença; e, embora as estratégias propriamente intencionais que levam a se distinguir do grupo imediatamente inferior – ou supostamente considerado como tal –, tratado como contraste, e a identificar-se com o grupo da posição imediatamente superior – ou supostamente considerado como tal –, assim reconhecido como detentor do estilo de vida legítimo, limitem-se a garantir a plena eficácia, pela reduplicação intencional, aos efeitos automáticos e inconscientes da dialética do raro e do comum, do novo e do superado, inscrita na diferenciação objetiva das condições e das disposições. E, de fato, apesar de não se inspirar, de modo algum, na preocupação consciente de tomar suas distâncias em relação ao laxismo popular, toda profissão pequeno-burguesa de rigorismo, qualquer elogio do limpo, sóbrio e caprichado, contém uma referência tácita à falta de limpeza, nas palavras ou coisas, à intemperança ou à imprevidência; e a reivindicação burguesa da naturalidade ou discrição, do desprendimento e desinteresse, não tem necessidade de obedecer a uma busca intencional da distinção para conter uma denúncia implícita das “pretensões”, sempre marcadas pela demasia ou insuficiência, da pequena burguesia, “tacanha” ou “espalhafatosa”, “arrogante” ou “servil”, “inculta” ou “escolar”: não é por acaso que cada grupo tende a reconhecer seus próprios valores naquilo que faz seu valor, no sentido de Saussure, ou seja, na *última diferença* que é também, freqüentemente, a última conquista, na distância estrutural e genética que o define propriamente falando. Nos aspectos em que as classes populares, reduzidas aos bens e às virtudes “de primeira necessidade”, reivindicam a limpeza e a comodidade, as classes médias, já mais liberadas da urgência, desejam um interior caloroso, íntimo, confortável ou caprichado, ou um vestuário na moda e original.²¹ Por sua vez, as classes privilegiadas relegam esses valores para o segundo plano pelo fato de tê-los adquirido há muito tempo, parecendo-lhes, portanto, evidentes: por terem acesso a intenções socialmente reconhecidas como estéticas – tais como a busca da harmonia e da composição – elas não podem identificar sua distinção com propriedades, práticas ou “virtudes” que já não precisam de ser reivindicadas ou, tornadas comuns, não podem sê-lo porque, ao guardarem seu valor de uso, elas perdem seu valor distintivo.

Conforme é demonstrado pela série dos histogramas que representam as variações, segundo a fração de classe, dos adjetivos atribuídos ao interior ideal de uma casa (com exclusão de três – “clássico”, “caprichado” e “sóbrio” – cujo sentido revelou-se ambíguo), a proporção das escolhas que enfatizam propriedades propriamente estéticas – “recatado”, “repleto de fantasia”, “harmonioso” – cresce à medida que se sobe na hierarquia social, enquanto diminui a parcela das escolhas que podem ser designadas como “funcionalistas” (“claro e limpo”, “prático” e “fácil de arrumar”). Segundo o que se observa, a deformação contínua do histograma orienta-se, de fato, para três termos relativamente incomensuráveis: os pequenos comerciantes levam aos industriais e aos grandes comerciantes; os professores primários aos professores do ensino secundário; e os intermediários culturais aos produtores artísticos.²²

que os opõe entre si: a “distinção” ou, melhor ainda, a “classe” – manifestação legítima, ou seja, transfigurada e irreconhecível, da classe social – existe apenas através das lutas pela apropriação exclusiva dos sinais distintivos que fazem a “distinção natural”.

A cultura é um desafio que, à semelhança de todos os desafios sociais, supõe e impõe, a um só tempo, que o indivíduo entre no jogo e se deixe levar pelo jogo; além disso, o interesse pela cultura, sem o qual não existe corrida, nem concurso, nem concorrência, é produzido pela própria corrida e pela própria concorrência que ele produz. Fetiche entre os fetiches, o valor da cultura engendra-se no investimento originário implicado no próprio fato de entrar no jogo e na crença coletiva relacionada com o valor do jogo que faz o jogo e que refaz, sem cessar, a concorrência pelos desafios. A oposição entre o “autêntico” e o “símile”, a “verdadeira” cultura e a “vulgarização”, que alicerça o jogo ao servir de fundamento à crença no valor absoluto do que está em jogo, dissimula uma *colusão* não menos indispensável à produção e à reprodução da *illusio*, reconhecimento fundamental do jogo e do que, culturalmente, está em jogo: a distinção e a pretensão, a alta cultura e a cultura média – como, alhures, a alta costura e a costura, os salões mais prestigiados de cabeleireiro e os mais comuns, e assim por diante – só existem uma pela outra e é sua *relação* ou, melhor ainda, a *colaboração* objetiva entre seus aparelhos de produção e os respectivos clientes que produz o valor da cultura e a necessidade de apropriar-se dela. Nessas lutas entre adversários objetivamente cúmplices, engendra-se o valor da cultura ou, o que dá no mesmo, a crença no valor da cultura, o *interesse pela cultura*, o *interesse da cultura* – aspectos que não são evidentes, embora um dos efeitos do jogo consista em fazer acreditar no inatismo do desejo e do prazer de jogar. A barbárie consiste em se questionar sobre a utilidade da cultura; em admitir a hipótese de que a cultura possa ser desprovida de interesse intrínseco e de que o interesse pela cultura não seja uma propriedade de natureza – aliás, distribuída de forma desigual – como que para separar os bárbaros dos predestinados, mas um simples artefato social, uma forma particular, e particularmente confirmada, de *fetichismo*; em formular a questão em relação ao interesse das atividades que, segundo se diz, são desinteressadas por não oferecerem qualquer interesse intrínseco – por exemplo, qualquer prazer sensível – e, assim, introduzir a questão do *interesse do desinteresse*.

A própria luta produz, assim, os efeitos propícios a dissimular a própria existência da luta. O motivo pelo qual é possível exprimir, indiferentemente, a relação que as diferentes classes sociais mantêm com a cultura na linguagem, cara a Halbwachs, da “distância ao núcleo dos valores culturais”, ou na linguagem do conflito deve-se ao fato de que, sem possibilidade de se mostrarem e de se organizarem como tais, as lutas simbólicas entre as classes estão destinadas a assumir a forma de lutas de concorrência que contribuem para a reprodução das *distâncias* encontradas no próprio princípio da corrida. Não é por acaso que – se excetuarmos Proudhon que, em seu horror pequeno-burguês pelo estilo de vida dissoluto e desleixado dos artistas e no que Marx designa como suas “*irae hominis probi*”, extrai a audácia de revelar a face oculta, recalçada, da representação contraditória ou, melhor ainda, *ambivalente*, que a pequena burguesia se faz da arte – não há praticamente um questionamento da arte e da cultura que leve a uma verdadeira objetivação do jogo cultural, de tal modo o sentimento de indignidade cultural se impõe fortemente aos membros das classes dominadas e a seus porta-vozes.²⁵

PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

As classes dominadas não intervêm nas lutas simbólicas pela apropriação das propriedades distintivas que conferem sua fisionomia aos diferentes estilos de vida e, tampouco, nas lutas pela definição das propriedades que merecem ser apropriadas e do modo de apropriação legítimo a não ser a título de referência passiva, de *contraste*. A natureza contra a qual se constrói, neste caso, a cultura não é outra coisa além de tudo o que é “povo”, “popular”, “vulgar”, “comum”. Na seqüência, o pretendente a “novo-rico” deve pagar seu acesso a tudo o que define os homens propriamente humanos com uma verdadeira mudança de natureza (seria a única oportunidade de falar de *metabasis eis allo genos*), “promoção social” vivida como uma promoção ontológica ou, se preferirmos, como um processo de *civilização* – em determinada ocasião, Hugo fala de “poder civilizatório da arte” –, um salto da natureza na cultura, da animalidade na humanidade; mas, tendo importado em si mesmo a luta de classes, que se encontra no próprio âmago da cultura, ele está destinado à vergonha, ao horror, até mesmo, ao ódio do homem antigo, de sua linguagem, de seu corpo, de seus gostos e de tudo aquilo de que era solidário – o *genos*, a origem, o pai, os pares, às vezes, inclusive a língua materna – e do qual está separado, daí em diante, por uma fronteira mais absoluta que todas as proibições.

As lutas, cujo pretexto consiste em tudo o que, no mundo social, se refere à crença, ao crédito e ao descrédito, à percepção e à apreciação, ao conhecimento e ao reconhecimento – nome, reputação, prestígio, honra, glória e autoridade –, em tudo o que torna o poder simbólico em poder reconhecido, dizem respeito forçosamente aos detentores “distintos” e aos pretendentes “pretensiosos”. Reconhecimento da distinção que se afirma no esforço para se apropriar dela, nem que fosse sob a aparência ilusória do blefe ou do símile, e para se distanciar em relação aos que estão desprovidos dela, a pretensão inspira a aquisição, por si banalizante, das propriedades até então mais distintivas, além de contribuir, por conseguinte, para apoiar continuamente a tensão do mercado dos bens simbólicos, obrigando os detentores das propriedades distintivas, ameaçadas de divulgação e vulgarização, a procurar indefinidamente a afirmação de sua raridade nas novas propriedades.²⁶ A demanda engendrada continuamente nesta dialética é, por definição, inesgotável já que suas necessidades dominadas devem redefinir-se, indefinidamente, em relação a uma distinção que se define sempre negativamente em relação a elas.

As lutas simbólicas sobre o ser e o parecer, sobre as manifestações simbólicas que o sentido das conveniências e inconveniências, tão estrito quanto as antigas leis suntuárias, atribui às diferentes condições – “Quem ele pensa que é?” – ao estabelecer a separação, por exemplo, entre o verdadeiro “chique” (feito de facilidade, naturalidade e desenvoltura) e a simples “chiqué”, desvalorizada pela suspeita de premeditação e afetação, portanto, de usurpação, têm como fundamento e pretexto a parcela de liberdade em relação à condição fornecida pela lógica própria das manifestações simbólicas. Seria infundável proceder à enumeração de todas as disposições sociais que visam regulamentar as relações entre o parecer e o ser, desde as leis sobre o uso ilegal de uniforme ou de condecorações, assim como sobre todas as formas de usurpação de diplomas até as formas mais brandas de repressão com o intuito de chamar à realidade – no sentido das realidades, dos *limites* –, aqueles que, ao arborarem os sinais exteriores de riqueza associados a uma condição superior à deles, mostram que “se consideram” diferentes do que são, ou seja, os pretendentes pretensiosos que, por suas poses, aparências e “apresentação” – e pretendem

FOLIO
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

dar de si mesmos – denunciam uma representação demasiado discordante em relação à verdade da representação que os outros têm a respeito deles e em relação à qual deveriam ajustar sua própria representação (“renunciar a suas pretensões”).²⁷ Tal atitude não significa a perda antecipada das estratégias de pretensão. Como o signo mais seguro da legitimidade é a certeza com a qual ela se afirma e, conforme se diz, “se impõe”, o blefe, se for bem-sucedido – e, em primeiro lugar, junto ao próprio agente do blefe –, torna-se em uma das únicas maneiras de escapar aos limites da condição ao servir-se da autonomia relativa do simbólico (ou seja, da capacidade de dar e perceber representações) para impor uma representação de si normalmente associada a uma condição superior e garantir-lhe a adesão e o reconhecimento que a transformam em uma representação legítima e objetiva. Se convém abster-se de subscrever ao idealismo interacionista – e, tipicamente, pequeno-burguês – que concebe o mundo social como representação e vontade, seria absurdo que, da realidade social, fosse excluída a representação que os agentes se fazem dessa realidade: de fato, a realidade do mundo social está parcialmente em jogo nas lutas que opõem os agentes a propósito da representação de sua posição no mundo social e, por conseguinte, deste mundo.

Como é testemunhado pela inversão da relação entre as quotas atribuídas à alimentação e ao vestuário, assim como, de modo mais geral, à substância e à aparência, quando se passa da classe operária para a pequena burguesia, as classes médias estão estreitamente vinculadas ao simbólico. Sua preocupação com o parecer – que pode ser vivenciada sob o modo da consciência infeliz, às vezes, disfarçada em arrogância (por meio de expressões, tais como “isto é suficiente para mim”, “isso me agrada”, em relação às casas de campo pequeno-burguesas) – encontra-se na origem de sua *pretensão*, disposição permanente para esta espécie de blefe ou usurpação de identidade social que consiste em dar a primazia ao parecer em detrimento do ser, em apropriar-se das aparências para obter a realidade, do nominal para conseguir o real, e em tentar a modificação das posições nas classificações objetivas ao alterar a representação das posições na classificação ou dos princípios de classificação. O pequeno-burguês é aquele que, condenado a todas as contradições entre uma condição objetivamente dominada e uma participação em intenção e em vontade aos valores dominantes, é obcecado pela aparência a exhibir diante dos outros e pelo julgamento destes sobre sua aparência. Levado a exagerar por medo de não fazer o suficiente, denunciando sua incerteza e apreensão de estar submerso em sua preocupação de mostrar ou *dar a impressão* de que se encontra nesse estado, ele será forçosamente percebido, tanto pelas classes populares, sem essa preocupação de ser-para-o-outro, quanto pelos membros das classes privilegiadas que, seguros de seu ser, podem desinteressar-se do parecer, como o homem da aparência, obcecado pelo *olhar* dos outros e, incessantemente, ocupado em “valorizar-se” *diante dos outros* (“fazer farol?”, “dar nas vistas”). Estando estreitamente vinculado com a aparência, aquela que ele deve exhibir para executar sua função, ou seja, *desempenhar seu papel*, fazer acreditar e embair, inspirar confiança ou respeito, além de dar seu personagem social, sua “apresentação” e representação, como garantia dos produtos ou serviços que ele propõe – é o caso dos vendedores, representantes de comércio, recepcionistas, etc. –, assim como para afirmar suas pretensões e reivindicações, para fazer progredir seus interesses e projetos de ascensão, ele tende a desenvolver uma visão berkeleyana do mundo social que, assim, fica reduzido a um teatro

COLID
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

no qual o ser é apenas um ser percebido ou, melhor ainda, a representação (mental) de uma representação (teatral).²⁸ Sua posição ambígua na estrutura social – às vezes, reduplicada pela ambigüidade inerente a todas as funções de intermediário, manipulador manipulado, enganador enganado, entre as classes – e, muitas vezes, sua própria trajetória que o conduz a posições de adjunto, de segundo plano, de eminência parda, de comparsa, de auxiliar, de suplente, de procurador ou substituto, privado dos ganhos simbólicos associados ao estatuto reconhecido e à delegação oficial que dão legitimidade à impostura – além de bem posicionado para suspeitar de seu verdadeiro fundamento –, tudo o predispõe a perceber o mundo social segundo as categorias da aparência e da realidade; assim, em relação às manipulações e imposturas, está tanto mais propenso a prestar a atenção suspicaz do *ressentimento* para cuja neutralização ele próprio teve de empenhar-se de forma ainda mais intensa.²⁹

Mas, o lugar por excelência das lutas simbólicas é a própria classe dominante: as lutas pela definição da cultura legítima que opõem os intelectuais e os artistas não passam de um aspecto das incessantes lutas em que as diferentes frações da classe dominante enfrentam-se pela imposição da definição de pretextos e de armas legítimas das lutas sociais ou, se preferirmos, pela definição do princípio de dominação legítima – capital econômico, capital escolar ou capital social –, outros tantos poderes sociais, cuja eficácia específica pode ser reduplicada pela eficácia propriamente simbólica, ou seja, pela autoridade que dá o fato de ser reconhecido, mandatado, pela crença coletiva. A luta que estabelece a oposição entre frações dominantes e frações dominadas – elas próprias constituídas em campos divididos por lutas organizadas segundo uma estrutura homóloga à da classe dominante em seu conjunto – tende, em sua retradução ideológica, cuja iniciativa e controle são exercidos pelas frações dominadas, a organizar-se segundo oposições que podem ser, praticamente, sobrepostas àquelas que a visão dominante estabelece entre classe dominante e classes dominadas: por um lado, a liberdade, o desinteresse, a “pureza” dos gostos sublimados, a salvação no além, etc.; e, por outro, a necessidade, o interesse, a baixa das satisfações materiais, a salvação neste mundo. Segue-se que todas as estratégias produzidas pelos intelectuais e artistas contra os “burgueses” tendem, inevitavelmente – fora de qualquer intenção expressa e em virtude mesmo da estrutura do espaço em que elas se engendram – a ter um duplo efeito e ser dirigidas, *indistintamente*, contra todas as formas de submissão, tanto populares quanto burguesas, aos interesses materiais: “Considero burguês todo aquele que pense de forma degradante”. Esta sobredeterminação essencial é o que faz com que os “burgueses” possam encontrar com tamanha facilidade na arte produzida pelo artista contra eles uma oportunidade para confirmar sua distinção quando – ao pretenderem marcar, em relação às classes dominadas, que eles se situam do lado do “desinteresse”, da “liberdade”, da “pureza”, da “alma” – apontam contra as outras classes as armas que haviam sido forjadas contra eles.

Não é por acaso, como se vê, que a arte e a arte de viver dominantes estão de acordo em relação às mesmas distinções fundamentais: todas elas têm como princípio a oposição entre a necessidade bruta e brutal que se impõe ao comum, por um lado, e, por outro, o luxo como confirmação da distância da necessidade ou a ascese como obrigação deliberadamente assumida, ou seja, duas maneiras opostas de negar a natureza, a necessidade, o apetite e o desejo; entre o desperdício desenfreado que faz lembrar, em

PLUGID
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

negativo, as privações da existência comum e a liberdade ostensiva do gasto gratuito ou a ascese da restrição eletiva; entre o abandono às satisfações imediatas e fáceis, por um lado, e, por outro, a economia de meios, confirmação de uma posse dos meios à medida dos meios possuídos. A aprovação relativa à naturalidade é tão universal simplesmente por representar a mais visível afirmação da liberdade em relação às obrigações que dominam as pessoas comuns, a mais indiscutível confirmação do capital como capacidade para satisfazer as exigências inscritas na natureza biológica e social ou da autoridade que autoriza a ignorá-las. Deste modo, em matéria de linguagem, a naturalidade pode afirmar-se, seja nas façanhas que consistem em avançar para além do que é exigido pelas restrições propriamente gramaticais ou pragmáticas – em fazer, por exemplo, as ligações facultativas ou em substituir os modos de dizer ou palavras comuns por palavras e tropos raros; seja na liberdade em relação às exigências da linguagem ou da situação que se afirma nas liberdades ou permissões estatutárias. Essas estratégias opostas que permitem se situar além das regras e conveniências impostas aos locutores comuns, não são, de modo algum, excludentes: as duas formas de ostentação da liberdade, ou seja, a sobrevalorização das exigências e a transgressão deliberada, podem coexistir em momentos ou níveis diferentes do discurso; neste caso, o “relaxamento” na ordem do léxico pode ser contrabalançado, por exemplo, por um acréscimo de tensão na sintaxe ou dicção, ou o inverso (o que é bem visível nas *estratégias de condescendência* em que a própria distância – mantida, assim, entre os níveis de linguagem – traduz, simbolicamente, o duplo jogo da distância afirmada na própria aparência de sua negação). Semelhantes estratégias – que podem ser perfeitamente inconscientes e, por conseguinte, ainda mais eficazes – constituem a mais contundente réplica às estratégias de hipercorreção dos pretendentes pretensiosos que, por fazerem demais ou não suficientemente, ficam assim submetidos a uma interrogação ansiosa sobre a regra e a maneira legítima de adaptar-se à situação; e, paralisados por esse retorno reflexivo que é a própria antítese da naturalidade, já não sabem o que fazer. Aquele que, como se diz, “pode se arrogar o direito” de se situar além das regras, apenas apropriadas para os pedantes ou os gramáticos – aliás, compreende-se que eles evitem inscrever esses jogos com a regra em suas codificações do jogo lingüístico – apresenta-se como criador de regras, ou seja, como *taste maker*, árbitro das elegâncias cujas transgressões não são erros, mas o esboço ou o anúncio de uma nova moda, de um novo modo de expressão ou ação, destinado a impor-se como modelo, portanto, a tornar-se modal, normal e a converter-se em norma, induzindo assim a novas transgressões por parte daqueles que recusam se deixar enfileirar no modo, fundir-se e confundir-se na classe definida pela propriedade menos classificante, ou seja, a menos marcante, mais comum, menos distintiva e menos distinta. O mesmo é dizer, de passagem, contra todas as convicções ingenuamente darwinianas, que a ilusão – sociologicamente fundada – da “distinção natural” repousa fundamentalmente no poder detido pelos dominantes de impor, por sua própria existência, a definição da excelência que, limitando-se a ser sua maneira própria de existir, está destinada a aparecer, a um só tempo, como distintiva, diferente, portanto, arbitrária – por ser uma entre outras –, além de perfeitamente necessária, absoluta e natural.

A naturalidade no sentido de “facilidade natural” não passa de naturalidade no sentido de “situação de fortuna que garante uma vida fácil”: proposição autodestrutiva já que não haveria necessidade de lembrar que ela só consegue ser o que é por ser,

COLI 10
PGEPIID
suplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

verdadeiramente, outra coisa que faz parte, também, de sua verdade. Erro do objetivismo: omite incluir, na definição completa do objeto, a representação desse objeto que foi levado a destruir para conquistar a definição "objetiva"; e esquece a derradeira redução pela qual deve passar a redução indispensável para apreender a verdade objetiva dos fatos sociais, objetos cujo ser consiste *também* em seu ser-percebido.³⁰ Na definição completa da naturalidade, convém reintroduzir o que se destrói ao lembrar que a naturalidade, assim como a virtude de Aristóteles, exige certa naturalidade – ou, inversamente, que o constrangimento surge do constrangimento – ou seja, o efeito de imposição realizado, através de sua própria existência, por aqueles que apenas têm de ser o que são para serem o que devem ser. Esta coincidência perfeita é a própria definição de naturalidade que, por outro lado, confirma a coincidência do ser com o dever ser, assim como o poder de auto-afirmação contido em seu bojo.

O valor atribuído à desenvoltura e a todas as formas de distanciamento a si mesmo deve-se ao fato de que, por oposição à tensão ansiosa dos pretendentes, apegados a suas posses e, em sua própria arrogância, questionando-se permanentemente em relação a si mesmos e aos outros, elas confirmam a posse de um elevado capital – lingüístico ou outro – e, ao mesmo tempo, a liberdade referente a essa posse que é uma afirmação, de segunda ordem, do poder sobre a necessidade. As façanhas verbais ou os gastos gratuitos de tempo ou dinheiro, pressupostos pelo consumo material ou simbólico da obra de arte, ou até mesmo, elevado à segunda potência, as obrigações e restrições deliberadamente assumidas que fazem o "ascetismo dos abastados" – segundo a expressão de Marx a propósito de Sêneca – e a recusa do fácil que se encontra na origem de todas as estéticas "puras", são outras tantas repetições da variante da dialética do mestre e do escravo pela qual os possuidores afirmam a posse que detêm de suas posses, reduplicando assim seu distanciamento aos desapossados que, descontentes por estarem submetidos a todas as formas de necessidade, são ainda suspeitos de estarem possuídos pelo desejo de posse, portanto, potencialmente possuídos por posses que não – ou ainda não – se encontram em seu poder.³¹

COLTID
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes

minadora emitirá um dos

samente,

Gostos de classe e estilos de vida

O nosso amor-próprio tem menos paciência para suportar a condenação de nossos gostos que a de nossas opiniões.

La Rochefoucauld, *Maximes*

Para que a descrição dos estilos de vida adquira o valor de *verificação empírica* que ela deve ter, convém voltar à própria pesquisa e confrontar as unidades manifestadas pelo método que, segundo parece, é o mais bem preparado para apreender, *tota simul*, o conjunto das observações coletadas – além de identificar, fora de qualquer imposição de pressupostos, suas estruturas imanentes, ou seja, a análise das correspondências – com aquelas que se pode *construir* a partir dos princípios de divisão segundo os quais são definidas, objetivamente, as grandes classes de condições e de condicionamentos homogêneos, portanto, de *habitus*, e, por conseguinte, de práticas. Semelhante operação reproduz, em sentido inverso, a transformação operada pela percepção comum quando, ao aplicar esquemas de percepção e apreciação, socialmente constituídos, às práticas e às propriedades dos agentes, ela constitui tais esquemas como estilos de vida distintivos nos quais decifra condições sociais.³²

Do mesmo modo que, na esteira do ensinamento de Aristóteles, pelo fato de observarmos uma cor comum nos corpos é que alguns deles acabam tendo uma cor diferente dos outros, de modo que as coisas diferentes se diferenciam pelo aspecto em que se assemelham, assim também as diferentes frações da classe dominante distinguem-se precisamente no aspecto em que participam da classe considerada em seu conjunto, ou seja, pela espécie de capital que se encontra na origem de seu privilégio e por suas maneiras diferentes de diferir do comum e de afirmar sua distinção que lhe são correlatas.

E do mesmo modo que, segundo o exemplo tomado de empréstimo a Rapoport, fala-se de nuvem ou de floresta embora, nos dois casos, a densidade das árvores e das gotinhas seja uma função contínua, além de não existir um limite enquanto linha bem definida, assim também pode-se falar de fração de classe embora seja impossível traçar, seja qual for o lugar, uma linha de demarcação de modo que, de um lado ou do outro, se encontre alguém possuidor de todas as propriedades mais freqüentes de um lado dessa linha e desprovido das propriedades mais freqüentes do outro lado. Com efeito, nesse universo de continuidade, o trabalho de construção e de observação consegue isolar conjuntos (relativamente) homogêneos de indivíduos caracterizados por *conjuntos* de propriedades estatisticamente e socio logicamente associadas entre si em diferentes graus ou, se preferirmos, grupos separados por *sistemas de diferenças*.

O senso da distinção

Se é verdade que, conforme tentamos comprovar, a classe dominante constitui um espaço relativamente autônomo, cuja estrutura é definida pela distribuição, entre seus membros, das diferentes espécies de capital, de modo que cada fração é caracterizada propriamente falando por certa configuração dessa distribuição à qual corresponde, por intermédio dos *habitus*, certo estilo de vida; se é verdade que a distribuição do capital econômico e a distribuição do capital cultural, entre as frações, apresentam estruturas simétricas e inversas, e que as diferentes estruturas patrimoniais estão, com a trajetória social, no princípio do *habitus* e das escolhas sistemáticas que ele produz em todos os domínios da prática e cujas escolhas, comumente reconhecidas como estéticas, constituem uma dimensão, deve-se reencontrar essas estruturas no espaço dos estilos de vida, ou seja, nos diferentes sistemas de propriedades em que se exprimem os diferentes sistemas de disposições.¹ Nossa tentativa visou comprovar tudo isso ao submeter o conjunto dos dados coletados à análise de correspondências.²

Em um primeiro momento, após a leitura metódica dos quadros, as respostas dos membros da classe dominante ($n = 467$), para diferentes conjuntos de questões (cf. o questionário, Anexo 1), foram submetidas à análise a fim de determinar se as estruturas e os fatores explicativos identificados variavam segundo os domínios de prática considerados: o conjunto das questões relativas ao conhecimento ou à preferência em matéria de pintura e música, assim como à frequência dos museus, cujo objetivo comum consiste em avaliar a competência legítima; o conjunto das questões sobre as possibilidades de tirar uma foto bela, interessante, insignificante ou feia a partir de cada um dos vinte e um temas propostos, a fim de avaliar a disposição estética; o conjunto das questões sobre as preferências em matéria de canção, rádio, leituras, sobre o conhecimento dos atores e diretores de cinema, assim como sobre a prática da fotografia, ou seja, outros tantos indicadores da disposição em relação à cultura média; o conjunto das escolhas em matéria de decoração da casa, móveis, culinária, vestuário e qualidades dos amigos, através das quais as disposições éticas se exprimem de forma mais direta, etc. Em todas essas análises, o primeiro fator estabelece a oposição entre as frações mais ricas em capital cultural e as frações mais ricas em capital econômico, de modo que os empresários do comércio e os professores de ensino superior ou os artistas situam-se nas duas extremidades opostas do eixo, enquanto os membros das profissões liberais, os quadros e os engenheiros ocupam posições intermediárias. No caso da análise relativa aos indicadores de preferência em matéria de cultura média, os professores de ensino secundário – e não os professores de ensino superior, nem os produtores artísticos – é

FOLIO
 PGEPIID
 uplente
 PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
 encontra-se em anexo,
 Secretaria do PPG, antes
 minadora emitirá um dos

samente,

que, segundo uma lógica já observada nas preferências dos professores primários em matéria de canção, opõem-se de forma mais forte, aos empresários do comércio. No caso da análise referente aos indicadores de disposições éticas, os produtores artísticos – que, deste modo, afirmam sua desenvoltura e indiferença às conveniências – opõem-se aos professores, engenheiros e quadros do setor público, ocupando posições bastante próximas daquelas mantidas pelos empresários de comércio (aos quais eles se opõem fortemente sob outros aspectos, apreendidos, neste caso, pelo segundo fator).

Tendo identificado, assim, em cada caso, os indicadores mais pertinentes, e para evitar o efeito de sobrecarga resultante da abundância das informações coletadas (cf. o questionário, Anexo 1), tivemos de eliminar da análise final – cujos resultados são os únicos a serem apresentados, aqui – as questões mal formuladas (tais como a pergunta sobre o vestuário ou sobre as obras preferidas) ou pouco classificantes, em favor das questões (por exemplo, a pergunta sobre a culinária) que avaliam, praticamente, as mesmas disposições (deixamos de lado, também, o conjunto das questões sobre os temas suscetíveis de serem fotografados, analisadas à parte). Deste modo, adotamos os dados – que foram objeto de uma codificação distintiva – em relação às qualidades preferidas na decoração da casa (doze adjetivos), às qualidades do amigo (doze adjetivos), aos pratos oferecidos, de bom grado, aos amigos (seis possibilidades), às compras de móveis (seis possibilidades), aos cantores preferidos (em número de doze), às preferências relativas às obras de música clássica (em número de quinze), aos pintores preferidos (em número de quinze), à frequência do museu de arte moderna ou do Louvre, ao conhecimento dos compositores (classificados em quatro níveis) e aos julgamentos sobre pintura (em número de cinco). Para consolidar a demonstração, decidimos adotar as principais características – idade, profissão do pai, diplomas e renda – como variáveis ilustrativas; por sua vez, a fração de pertencimento, ou seja, o mais poderoso fator explicativo, não interveio enquanto tal.³

A análise das correspondências permite isolar, por divisões sucessivas, diferentes conjuntos coerentes de *preferências*, cuja origem se encontra nos sistemas de disposições, distintos e distintivos, definidos tanto pela relação estabelecida entre si quanto pela relação que os une às suas condições sociais de produção. Os indicadores que avaliam o capital cultural – cujo grau de variação, como se sabe, é praticamente em razão inversa dos indicadores do capital econômico – fornecem a contribuição mais forte para a constituição do primeiro fator (que resume 5,8% da inércia total contra 3,6% e 3,2% para o segundo e o terceiro, respectivamente):⁴ deste modo, de um lado, temos aqueles que, dotados de uma renda mais baixa, possuem a mais forte competência, conhecem o maior número de obras musicais (6%) e de compositores (7,7%), afirmam preferir as obras que exigem a disposição estética mais “pura” – tais como o *Cravo bem temperado* (1,8%) ou *A arte da fuga* (1,7%) – e mais geral, mais capaz de se aplicar a domínios menos consagrados (por exemplo, a canção e o cinema) ou, até mesmo, à culinária ou à decoração da casa, interessam-se pela pintura abstrata, freqüentam o *Musée d'art moderne* e, em relação aos amigos, alimentam a expectativa de que sejam artistas (2,4%); enquanto, ao contrário, temos aqueles que dispõem de remunerações mais elevadas e detêm a competência mais baixa, conhecem um número reduzido de obras musicais e de compositores, preferem

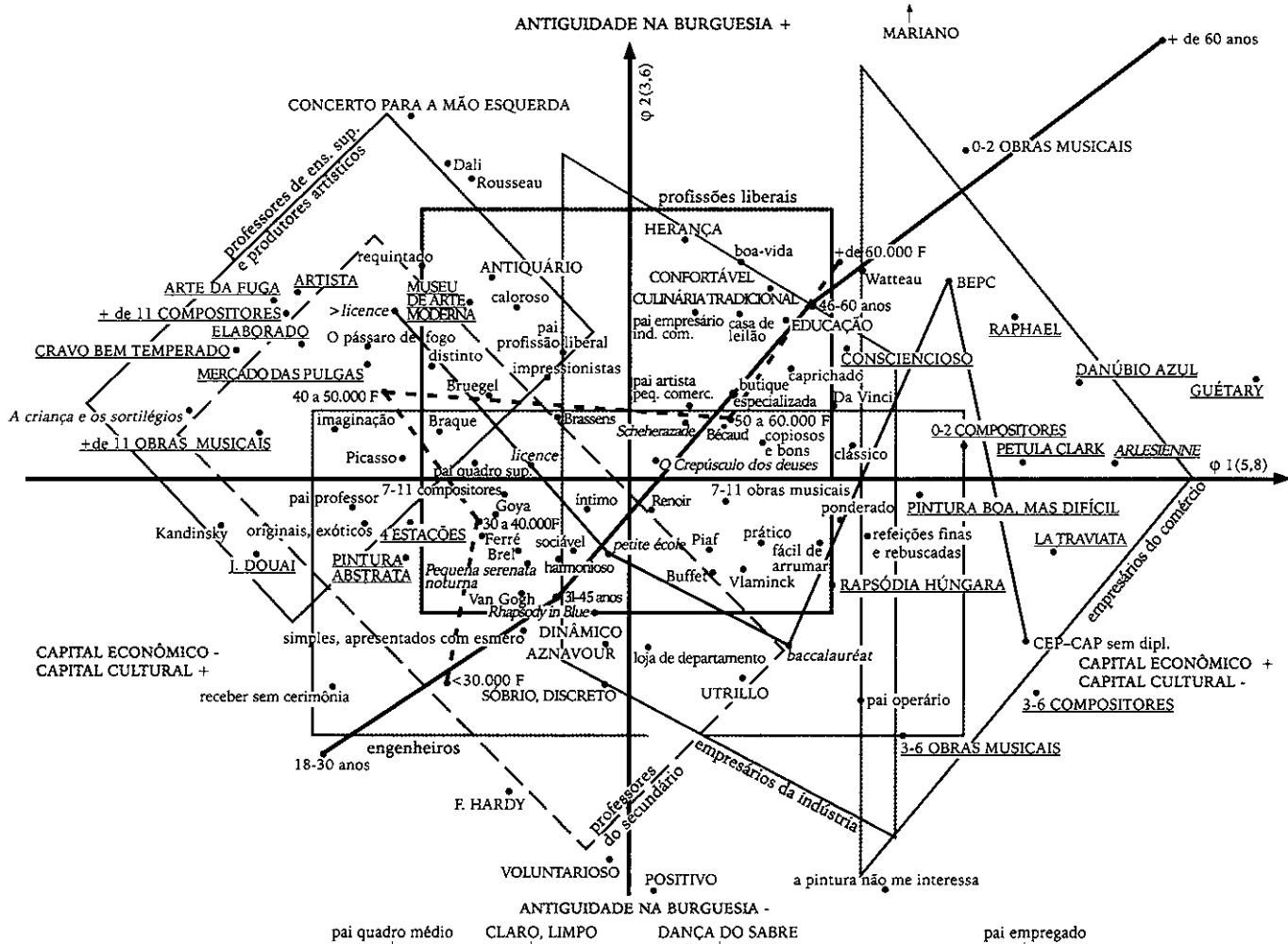
PPGEPID
 PPGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o encontra-se em anexo, Secretaria do PPG, antes

minadora emitirá um dos

samente,

A Distinção



Gráficos 11 e 12 - Variantes do gosto dominante. Análise das correspondências. Plano do 1º e 2º eixos de inércia: o espaço das propriedades (Gráf. 11) e o espaço dos indivíduos das diferentes faixas (Gráf. 12, em cinza). Os títulos correspondentes às contribuições absolutas mais fortes foram indicadas, relativamente ao 1º fator, em LETRAS MAIÚSCULAS SUBLINHADAS e, em relação ao 2º, em LETRAS MAIÚSCULAS.

amigos conscienciosos (1,5%) e orientam suas preferências para obras de cultura burguesa de segunda categoria, desclassificadas ou clássicas – *Arlésienne* (3%), *Danúbio Azul* (2,9%), *La Traviata* (2,1%), *Rapsódia Húngara*, Buffet, Vlaminck, Utrillo, Rafael (2,3%), Watteau, Da Vinci – e para a opereta (por exemplo, Guétary (1,8%), Mariano) ou para a canção mais divulgada, ou seja, Petula Clark (2,2%).⁵

Vê-se, intuitivamente, que a estrutura segundo a qual se organizam esses indicadores dos diferentes estilos de vida corresponde à estrutura do espaço dos estilos de vida, tal como ela foi estabelecida, portanto, à estrutura das posições. E de fato, em relação aos indivíduos, a oposição mais franca estabelece-se entre os empresários do comércio – e, em menor grau, da indústria –, por um lado, e, por outro, os professores do ensino superior e os produtores artísticos, praticamente indiscerníveis neste nível da análise. As nuvens correspondentes aos conjuntos de pontos que representam os membros da mesma fração distribuem-se segundo a estrutura prevista.⁶ A projeção como variáveis suplementares dos determinantes da posição – renda, diploma, origem social, idade – confirma que esta estrutura corresponde à estrutura das espécies do capital; neste caso, o capital escolar distribui-se sobre o primeiro eixo, desde a ausência de diploma até os diplomas superiores à *licence*, enquanto a renda apresenta uma distribuição inversa (apesar de ser menos dispersa e não linear). Os empresários da indústria e do comércio encontram-se tanto mais próximos da extremidade do primeiro eixo quanto menor é o peso do capital cultural na estrutura de seu capital: aqueles que se situam do lado dos membros das profissões liberais são industriais ou empresários de comércio de bens culturais – lojas de antiguidades, de discos, livrarias, etc. – todos dotados de um capital cultural superior à média da fração (*licence* ou *Grande école*). Os empresários do comércio – salvo os vendedores de bens culturais – estão muito próximos, sob outro aspecto (apreendido pelo terceiro fator), da cultura média em suas preferências culturais (*Danúbio Azul*, Guétary, Petula Clark) e, também, nas escolhas que envolvem mais fortemente disposições éticas (evocando, a propósito da decoração do interior e do amigo ideais, determinadas qualidades, muitas vezes, citadas nas classes populares e médias, tais como “fácil de arrumar” e “prático”, “consciencioso” e “ponderado”); sob este aspecto, eles opõem-se aos empresários da indústria que, em seu conjunto, estão mais próximos do gosto burguês.⁷ Por sua vez, os professores do ensino superior que têm uma elevadíssima competência, até mesmo, em domínios menos consagrados, tais como o cinema, ocupam a outra extremidade do primeiro eixo: suas preferências oscilam entre certa audácia e um classicismo prudente, além de recusarem as concessões do gosto “rive droite”, sem se aventurarem na vanguarda artística, orientando sua pesquisa, de preferência, para as “redescobertas” e não para as “descobertas”, para as obras do passado mais raras, em vez da vanguarda do presente (interior caloroso e recatado, repleto de imaginação, Braque, Picasso, Bruegel e, às vezes, Kandinsky, *O pássaro de fogo*, *A arte da fuga* e o *Cravo bem temperado*).

Os membros das profissões liberais ocupam uma posição intermediária e dividem-se em dois subgrupos separados, sobretudo, em relação ao capital cultural: o mais importante, situado perto do pólo ocupado pelos produtores artísticos, compreende, em particular, arquitetos, advogados ou médicos parisienses (e, somente, alguns cirurgiões-dentistas ou farmacêuticos); o segundo subconjunto, mais próximo do pólo dos empresários, é composto, em grande parte, por interioranos relativamente velhos, dentistas, farmacêuticos, tabeliães,

COL ID
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

etc. Os primeiros citam, por exemplo, as obras mais raras, Braque, Kandinsky, o *Concerto para a mão esquerda*, os filmes mais "intelectuais" (*O anjo exterminador*, *Salvatore Guiliano*) e, em sua maioria, conhecem os diretores dos filmes propostos, enquanto os outros declaram as preferências mais banais do gosto médio – Vlaminck, Renoir, o *Danúbio azul* – e assistem a filmes de grande público (*Les dimanches de Ville d'Avray*) ou às grandes produções cinematográficas sobre eventos históricos (*The Longest Day*).

Assim, considerando que as diferenças associadas ao volume global do capital são parcialmente neutralizadas – pelo fato de que a análise aplica-se aos membros da mesma classe que, neste aspecto, são praticamente iguais – a posição de cada indivíduo no espaço determinado pelos dois primeiros fatores depende, essencialmente, da estrutura de seu patrimônio, ou seja, do peso relativo de seu capital econômico e de seu capital cultural (eixo 1) e de sua trajetória social (eixo 2) que comanda, através do modo de aquisição correlato, a relação mantida por ele com este patrimônio.⁸ Os indicadores das disposições associadas à maior ou menor antiguidade na burguesia é que fornecem as maiores contribuições absolutas ao segundo fator: vestígios incorporados de uma trajetória social e de um modo de aquisição do capital cultural, as disposições éticas e estéticas – que se manifestam, principalmente, na relação com a cultura legítima e nos matizes da arte de viver cotidiana – separam indivíduos possuidores, praticamente, do mesmo volume de capital cultural. Compreende-se que, do lado dos indivíduos, este segundo fator estabeleça, no interior de cada fração, uma oposição não só entre aqueles que tiveram acesso, há muito tempo, à burguesia e os recém-chegados, ou seja, os novos-ricos, mas também entre aqueles que têm o privilégio dos privilégios, a antiguidade no privilégio, que adquiriram seu capital cultural pela frequência precoce e habitual de objetos, pessoas, lugares e espetáculos raros e "distintos", e aqueles que, tendo obtido seu capital mediante um esforço de aquisição estreitamente tributário do sistema escolar ou tendo promovido, por acaso, encontros de autodidata estabelecem com a cultura uma relação mais séria, mais severa, inclusive, mais tensa. Ele distribui, evidentemente, as frações segundo a parcela de seus membros que são originários da burguesia ou de uma outra classe: de um lado, os membros das profissões liberais e os professores do ensino superior (e, em menor grau, os quadros do setor privado); e, do outro, os engenheiros, os quadros do setor público e os professores do ensino secundário, categorias que representam vias de acesso privilegiadas – por intermédio do sucesso escolar – à classe dominante; por sua vez, os empresários distribuem-se pelos dois pólos em porcentagem praticamente igual. Os primeiros, agrupados a partir dos valores positivos do segundo fator, têm em comum a aquisição (inicial) de seu capital por familiarização no seio da família e apresentam sinais de um pertencimento antigo à burguesia, tais como a posse de móveis herdados (3,1%) e a frequência dos antiquários (2,4%), a predileção por um interior confortável e por uma culinária tradicional (1,5%), a frequência dos museus do Louvre e de Arte Moderna (1,8%), o gosto pelo *Concerto para a mão esquerda* que, conforme se sabe, está associado quase sempre à prática do piano. Os outros – que devem o essencial de seu capital à escola e às aprendizagens tardias, facilitadas e implicadas em uma elevada cultura escolar – opõem-se aos precedentes por sua propensão por amigos voluntariosos (2,6%) e com espírito positivo (3,6%) e não mais, à semelhança do que ocorre no outro pólo, cultos ou artistas, por seu gosto por interiores claros e limpos (3,2%), sóbrios e discretos (1,6%) e por obras de cultura burguesa média, tais como a *Dança do sabre* (5,1%), Utrillo e Van Gogh, ou, em outro registro, Jacques Brel

COLI ID
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

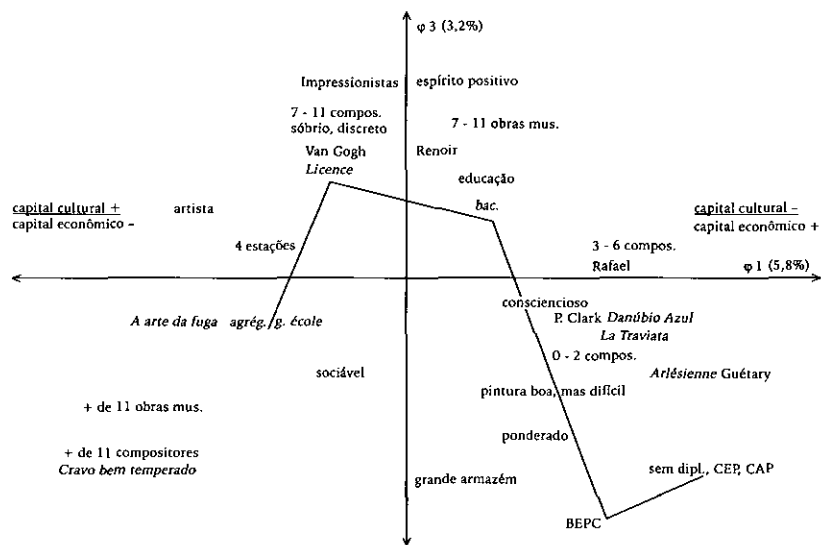
Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

ou Aznavour, Buffet e a *Rhapsody in Blue*, outros tantos indícios de uma ascensão em curso. Eles caracterizam-se por escolhas ponderadas, portanto, relativamente homogêneas: ao evitarem sempre a escolha de obras suspeitas de banalidade ou vulgaridade – tais como a *Arlésienne* ou o *Danúbio azul* –, eles só raramente tomam a ousadia de mostrar preferência por obras um pouco menos “canônicas” – por exemplo, *A criança e os sortilégios* –, escolhidas, com maior frequência, pelos intermediários culturais e pelos produtores artísticos.

A projeção da profissão do pai, da idade, do diploma, da renda, etc., como variáveis ilustrativas, manifesta que o princípio de divisão é precisamente a trajetória social: a oposição estabelece-se entre os membros da classe dominante que são, a um só tempo, mais velhos e oriundos das frações mais antigas e/ou mais ricas em capital econômico – membros das profissões liberais, empresários da indústria e do comércio – e aqueles cujo pai era empregado, quadro médio ou operário, são menos ricos, relativamente, em capital econômico e mais jovens. A relação complexa que se estabelece entre a posição no espaço das frações, a antiguidade na burguesia e a idade (vinculada, igualmente, aos dois primeiros fatores), além de ser muito importante para compreender um grande número das diferenças éticas ou estéticas entre os membros da classe dominante – por exemplo, as diferenças em matéria de práticas esportivas ou de vestuário – é compreensível se soubermos que a parcela dos “novos-ricos” aumenta quando se passa das frações dominantes para as frações dominadas (e, a *fortiori*, a parcela daqueles que devem seu acesso a uma iniciativa de acúmulo de capital escolar – por sua vez, a dispersão dos quadros resulta, sem dúvida, em parte, do fato de que, em razão de sua origem social mais baixa, as possibilidades de acesso a essas posições só ocorrem em uma idade relativamente avançada).⁹

Gráfico 13 – Variantes do gosto dominante. Análise das correspondências. Plano simplificado do 1º e 3º eixos de inércia



Neste esquema simplificado, estão representadas apenas as variáveis, cujas contribuições absolutas eram iguais ou superiores a 1,5. Entre as variáveis ilustrativas, foi representado apenas o diploma.

PGEPID
duplente
PGEPID/Orientadora

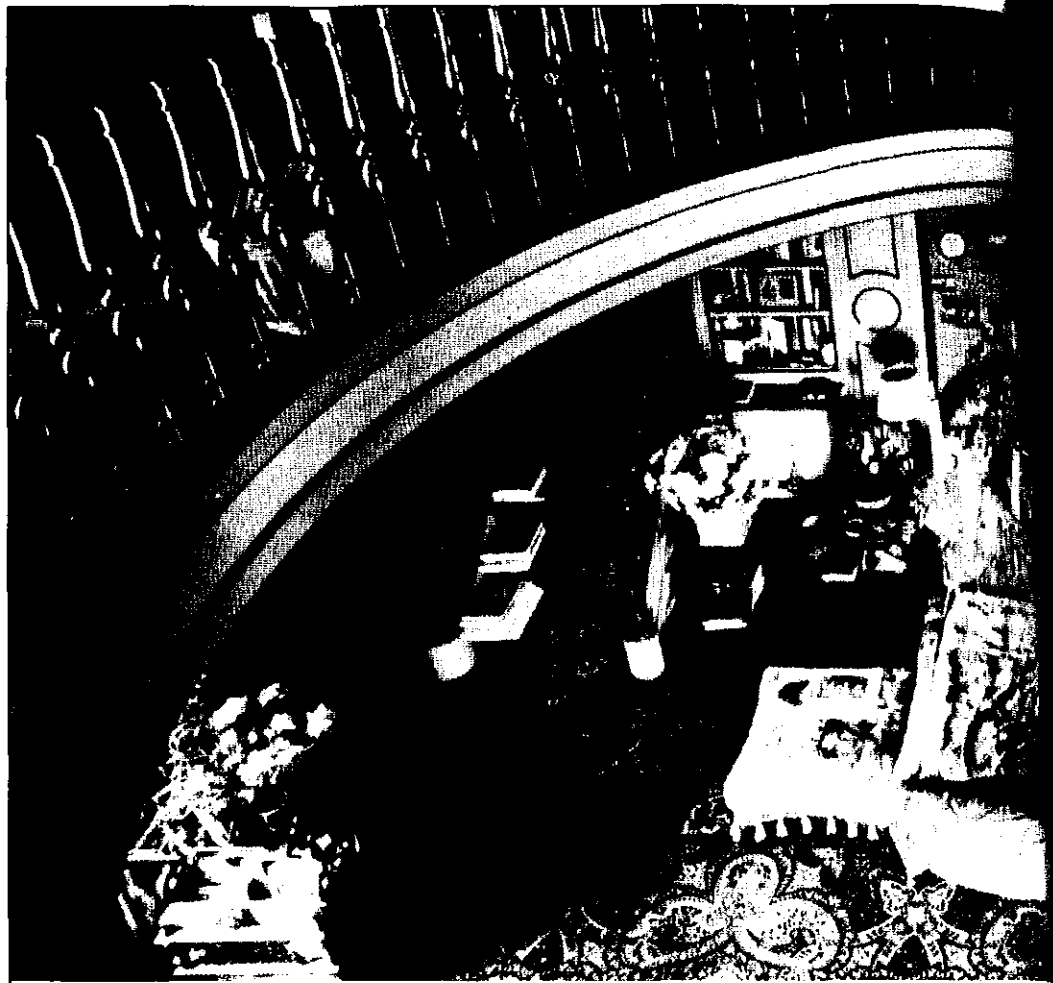
Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

O terceiro fator que, do lado dos indivíduos, estabelece a oposição entre a maioria dos professores e, sobretudo, dos artistas – ainda mais propensos do que os professores em marcar sua recusa em relação ao gosto burguês – e dos empresários do comércio, por um lado, e, por outro, a parcela mais tipicamente burguesa (por sua origem, residência e formação) dos membros das profissões liberais, dos industriais e dos quadros, tende, sobretudo, a caracterizar o “gosto burguês” dessas categorias opondo-o aos gostos de todas as outras frações e, principalmente, ao “gosto intelectual”, mais bem preparado e, ao mesmo tempo, mais audacioso, assim como, secundariamente, a um gosto definido do ponto de vista negativo e que acumula traços do gosto médio e do gosto popular (ou seja, o dos grandes comerciantes). Gosto modal ou na moda – conforme é testemunhado pela adesão ao julgamento em favor dos pintores impressionistas (4,2%), confirmada pela escolha de Van Gogh (2,1%) ou Renoir (2,1%) – e baseado em uma competência média (conhecimento de 7 a 11 obras é de 3,3% e o de 7 a 11 compositores é de 3,2%), o gosto burguês ou mundano é fundamentalmente um gosto tradicional – com a preferência pelas refeições segundo a tradição francesa (1,3%) ou pelas compras em antiquários (1,0%) ou pelos amigos instruídos (1,5%) – e uma espécie de hedonismo atenuado (por exemplo, com a escolha de um interior confortável, assim como sóbrio e discreto, igual a 1,8%, e íntimo na ordem de 1,2%) e avaliado, inclusive, em suas audácias (com a escolha de *O pássaro de fogo* ou de *Rhapsody in Blue* que é de 1,3% ou a preferência por amigos dotados de um espírito positivo que é de 1,7% – por oposição a artistas). Ele define-se, sobretudo, por oposição a um conjunto de indicadores que caracterizam uma cultura, ao mesmo tempo, mais “escolar” (conhecimento de 12 compositores e acima que se eleva a 3%; conhecimento de 12 ou mais obras é de 1,9%; preferência por Da Vinci é igual a 1,6%, etc.) e mais audaciosa (relativamente) – com a escolha de Kandinsky que se eleva a 1,4% e de Picasso que é de 1,3% –, assim como mais ascética (com a preferência por Goya ou o *Cravo bem temperado*, a compra no mercado de *Puces*, etc.).

Os modos de apropriação da obra de arte

No entanto, esta análise estatística não desempenharia sua verdadeira função de verificação se ela não ajudasse a *compreender* a lógica que se encontra no princípio das distribuições que ela estabelece; se, tendo comprovado que o volume e a estrutura do capital, definidos a um só tempo na sincronia e diacronia, constituem o princípio de divisão das práticas e das preferências, fosse impossível – além de trazer à tona a relação inteligível, *socio-lógica*, que cria o nexo, por exemplo, entre uma estrutura patrimonial dessimétrica com predominância de capital cultural e determinada relação com a obra de arte – explicar, ou seja, compreender completamente, a razão pela qual a forma mais ascética da disposição estética e as práticas mais legítimas do ponto de vista cultural e as menos dispendiosas economicamente, por exemplo, em matéria de práticas culturais, as visitas a museus ou, em matéria de esporte (alpinismo ou caminhada) têm todas as possibilidades de serem encontradas, com uma frequência particular, nas frações mais ricas (relativamente) em capital cultural e mais pobres (relativamente) em capital econômico.



“Um quarto em estilo *samovar e cosy*”

“Isabelle d’Ornano, cunhada do ministro, transformou seu cômodo no quarto principal de seu apartamento. Uma obra-prima de estilo barroco”

“*Sei como gosto de viver. A forma de exprimir isso é pela decoração.* Um princípio que, sem se preocupar com a moda, nem com suas convenções, ela aplicou a seu apartamento – extravagante de cores, de falso mármore verde e de cortinas venezianas – e, em particular, ao seu quarto. Um espaço um tanto fora do tempo, sem deixar de ser bastante atual, que serve também de escritório para Isabelle quando ela trabalha (no *marketing* dos produtos de beleza ‘Sisley’, lançados pelo marido, há três anos), funcionando como sala de televisão para os cinco filhos; além disso, por ter comunicação com a entrada do apartamento, transforma-se em copa de um segundo salão nas grandes recepções. Na origem, uma grande biblioteca cinzenta, suntuosa e enfadonha que, por sua iniciativa, se tornou em um local caloroso e, como ela diz, ‘cosy’.

Começou por mandar construir um balcão circular que dá a volta ao quarto, praticamente, a meia altura (...). Organizou a circulação do cômodo em torno de uma peça-mestra: a cama. E não um leito qualquer! (...) Isabelle d’Ornano gosta do mobiliário ‘imponente’ e desejava uma ‘*cama que evocasse uma gôndola*’. O que, durante um ano e meio, deu bastante trabalho ao estofador!

PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ninadora emitirá um dos

samente,



Com menosprezo pelas mais relevantes regras clássicas, combinou diferentes, para não dizer todos, estilos de móveis: uma secretária 'cilíndrica' Luís XVI marchetada; poltronas 'sapo' capitonê e cadeiras baixas do Segundo Império; um lustre gigantesco do século XVIII, totalmente em cristal, da Manufatura de *la Granja*, comprado em um antiquário madrileno; um ou dois pequenos móveis ingleses do final do século XIX com prateleiras para colocar plantas, livros e uma orquídea ('*a única flor que dura*'); duas luminárias de vidro compradas por três vinténs no leiloeiro Drouot e com abajures modernos; de um lado e do outro da cama, criados-mudos sobrepostos de fabricação recente por um marceneiro.

Com certa audácia, misturou cores e tecidos (...).

E, em vez de bibelôs ('*não servem para nada*'), é possível observar dezenas de fotos, por toda parte (...). Cestas de verga repletas com diversos bricabraques. Tambores para crianças, guarnecidos com lápis. Romances, catálogos de exposições, revistas de decoração (das quais ela recorta os endereços mais interessantes para colá-los em álbuns) dispersas por todos os lados. E outros detalhes bem particulares: por exemplo, os azulejos pintados que servem de moldura ao pano de chaminé. (...) Em resumo, adotou um estilo de decoração absolutamente original e pessoal. A tal ponto que, ao pedir ao decorador Henri Samuel, conselheiro técnico da reforma, para definir este quarto, ele respondeu-me: *Mas, trata-se do mais puro estilo d'Ornano e isto é um elogio!*"

Madame Figaro - D. de Saint-Sauveur, in *Le Figaro-Magazine*, 1, 07/10/1978.

É necessário acompanhar, para experimentá-la, a intuição imediata quando, no gosto dos professores pela austeridade das obras puras – Bach ou Braque, Brecht ou Mondrian –, ela reconhece a mesma disposição ascética que se exprime em todas as suas práticas, pressentindo nessas escolhas, aparentemente, inocentes, o sintoma de uma relação, apenas mais bem dissimulada, com a sexualidade ou com o dinheiro; ou quando ela descobre toda a visão do mundo e da existência que se exprime no gosto pelos encantos do teatro de bulevar ou pelos impressionistas, pelas mulheres alegres e jovens de Renoir, as praias ensolaradas de Boudin ou os cenários de teatro de Dufy.

Como é perfeitamente visível a propósito do teatro ou da pintura – embora se possa afirmar o mesmo em relação às outras artes – o que se revela através dos indícios descontínuos ou desconexos, utilizados para avaliar, trata-se de duas relações antagônicas com a obra de arte, ou melhor ainda, dois modos de apropriação da obra em que se exprimem duas estruturas patrimoniais de forma inversa. Assim, por exemplo, como será possível compreender que, no teatro, o valor médio despendido passa de 4,17 francos entre os professores – soma inferior àquela gasta pelos quadros médios do setor privado (4,61) e público (4,77) – para 6,09 entre os quadros superiores do setor público; 7,00 em relação aos membros das profissões liberais; 7,58 entre os quadros superiores do setor privado; 7,80 entre os comerciantes; e 9,19 entre os chefes de empresa, voltando-se a encontrar, por conseguinte, a hierarquia comum das frações distribuídas segundo o volume de seu capital econômico?¹⁰ Como será possível explicar, ao contrário, a inversão da hierarquia das frações, se considerarmos sua taxa de representação nos teatros mais baratos? A tentativa precipitada de verificar uma afinidade eletiva entre o teatro de vanguarda, relativamente barato, e as frações intelectuais, ou entre o teatro de bulevar, muito mais caro, e as frações dominantes – vendo aí apenas um efeito direto da relação entre o custo econômico e os meios econômicos – implica o risco de esquecer que, através do valor que alguém aceita pagar para ter acesso à obra de arte ou, mais precisamente, através da relação entre o custo material e o ganho “cultural” visado, exprime-se a verdadeira representação elaborada por cada fração a respeito do que constitui, propriamente falando, o valor da obra de arte e da maneira legítima de sua apropriação.¹¹

Para os intelectuais, experientes ou aprendizes, determinadas práticas – como a frequência do teatro, das exposições ou das salas de cinema de arte, cuja assiduidade e rotina quase profissional são suficientes para despojá-la de qualquer extracotidianidade – obedecem, de alguma forma, à busca do máximo “rendimento cultural” pelo menor custo econômico, o que implica a renúncia a toda despesa ostentatória e a quaisquer gratificações além daquelas proporcionadas pela apropriação simbólica da obra (“a gente vai ao teatro para assistir a um espetáculo e não para chamar a atenção”, conforme a expressão utilizada por um deles). Através da própria obra, de sua raridade e do comentário que hão de elaborar sobre o evento – desde a saída do espetáculo, em um bar “tomando uma bebida” ou em seus cursos, artigos ou livros – e por meio do qual esforçar-se-ão em se apropriarem de uma parcela de seu valor distintivo, é que esperam obter o rendimento simbólico de sua prática. No lado contrário, as frações dominantes transformam o “sarau” teatral em uma oportunidade de dispêndio e de exibição do dispêndio. “Vestimo-nos” – o que custa tempo e dinheiro –, reservamos os lugares mais caros dos teatros mais caros segundo a lógica que, em outros domínios, impele a comprar “o que há de melhor”, e vamos jantar fora

depois do espetáculo.¹² Escolhemos o teatro como fazemos a escolha de uma “butique”,¹³ marcada por todos os sinais da “qualidade” e apropriada para evitar as “más surpresas” e “faltas de gosto”: um autor que conhece seu ofício, que sabe tudo a respeito dos “recursos do cômico, de uma situação, o poder drolático ou mordaz de uma palavra ajustada”, em resumo, um ourives, ou melhor ainda, um joalheiro que se tornou mestre na “arte da desmontagem”, além de conhecer na ponta da língua “as manhas da arte dramática”;¹⁴ atores conhecidos por sua aptidão para adaptarem-se ao “papel em ouro puro” que lhes é oferecido e a “colocar a serviço”¹⁵ desse politécnico da arte dramática a docilidade entusiasta do técnico perfeito; uma peça, finalmente, que contém “tudo o que é necessário para agradar, sem a mínima concessão à complacência ou à vulgaridade”, que é bem feita para “consolar um público equilibrado, reconduzindo-o ao equilíbrio com uma alegria saudável” porque ela limita-se sempre a formular perguntas que “todos os homens se formulam” e das quais “só” conseguem “livrar-se pelo humor e por um incurável otimismo”.

Sem retomarmos, aqui, a análise de tudo o que está implicado na oposição entre o teatro burguês e o teatro de vanguarda, além de pretendermos permanecer nos limites dos dados diretamente fornecidos pela pesquisa, podemos evocar rapidamente as oposições observadas em matéria de cinema em que o gosto pelas obras “ambiciosas” e que exigem um elevado investimento cultural opõe-se ao gosto dos espetáculos mais espetaculares e mais abertamente feitos para divertir (diferenças que, muitas vezes, são acompanhadas por diferenças no preço dos ingressos e na localização das salas no espaço geográfico). Sem dúvida, existem filmes *omnibus*, cuja característica consiste em suscitar a unanimidade entre as diferentes frações da classe dominante (e de suas críticas): na lista proposta, *Le procès* [O processo] – “obra imponente e grave, intelectualmente corajosa, a não perder em hipótese alguma”, in *Le Monde*, 25/12/1962 – *Rocco e seus irmãos* de Visconti, estrelado por Alain Delon, e, sobretudo, *Divórcio à italiana*, estrelado por Mastroianni, “filme comercial bem feito”, segundo a expressão de *Combat* (02/06/1962), enquanto se trata de um filme cômico marcado “por um cinismo, crueldade e audácia surpreendentes” para o articulista de *Le Monde* (22/05/1962). Todavia, as divergências são bastante evidentes entre as duas extremidades do espaço e, como de costume, os membros das profissões liberais ocupam uma posição intermediária. Assim, os empresários da indústria e do comércio orientam sua escolha para os filmes históricos, tal como *O Mais Longo dos Dias*, “colossal reconstituição” que apresenta “a mais espetacular batalha” da última Grande Guerra (*Le Monde*, 12/10/1962); para as “superproduções”, tais como *55 dias em Pequim*, “excelente exemplo dos filmes que atraem multidões”, “espetáculos faustosos, cuidadosamente desprovidos de intelectualismo que lotam as salas por saberem estimular as faculdades de encantamento do público” (*Le Monde*, 17/05/1963); para filmes com “sucesso comercial”, como *Le vice et la vertu* de Vadim, um filme “solidamente construído, dirigido com uma inegável virtuosidade” que coloca “um sadismo moderado ao alcance de todos” (*in France-Soir*, 02/03/1963); e, por último, para filmes e atores cômicos, tais como Fernandel, Darry Cowl, etc. No lado oposto, quase sempre capazes de citar o nome dos diretores e dos atores de filmes vistos, os professores do ensino secundário excluem, sistematicamente, os filmes da grande comédia ou os grandes sucessos comerciais e orientam suas

PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes

minadora emitirá um dos

samente,

preferências para os filmes “clássicos” – aliás, quase todos citados pelas histórias do cinema – como *O anjo exterminador* de Buñuel, equiparado pelo crítico de *Le Monde* (04/05/1963) à peça *Huis clos* de Sartre; *Salvatore Giuliano*, “apaixonante e bellissimo filme de Francesco Rosi que esboçou, com o rigor de um historiador e com o lirismo de um artista, um momento da vida siciliana”, “estudo de costumes” que “evoca os problemas da Itália do Sul” (*Le Monde*, 06/03/1963); e, finalmente, *Le soupirant* [O namorado], filme cômico de Pierre Étaix que, segundo previsão do crítico, “terá seu lugar, um dia, na grande linhagem que vai de Mack Sennett a Tati, passando por Max Linder, Chaplin, Keaton entre outros” (*Le Monde*, 16/02/1963). É significativo que, para justificar as injunções que os leitores advertidos esperam dos jornais “sérios” (“a ver”, “a ver sem falta”, etc.), seja possível invocar aqui (“nada a ver com uma amável diversão” – *Le Monde*, 25/12/1962 – a propósito de *Le procès*) o que seria, na pluma de outro crítico, uma condenação irremediável.

Gráfico 14 – Filmes vistos*
(por ordem decrescente de preferência)

professores do secundário	membros das profissões liberais	empresários do comércio e da indústria
Divórcio à italiana	Divórcio à italiana	O mais longo dos dias
<u>O anjo exterminador</u>	O processo	Divórcio à italiana
Rocco e seus irmãos	Sempre aos domingos	55 dias em Pequim
<u>O bandido Giuliano</u>	Rocco e seus irmãos	O processo
Cantando na chuva	O anjo exterminador	<u>Le vice et la vertu</u>
<u>Le soupirant</u>	<u>Il gattopardo</u>	Rocco e seus irmãos
O processo	Sete homens e um destino	Dois são culpados
Sempre aos domingos	<u>O mais longo dos dias</u>	Cantando na chuva
Dois são culpados	Cantando na chuva	<u>Le soupirant</u>
<u>Il gattopardo</u>	<u>Le soupirant</u>	Sempre aos domingos
O mais longo dos dias	<u>Ballade pour un voyou</u>	<u>Il gattopardo</u>
Sete homens e um destino	Dois são culpados	<u>O anjo exterminador</u>
<u>Ballade pour un voyou</u>	<u>O bandido Giuliano</u>	<u>L'abom. h. des d.</u>
<u>L'abom. h. des d.**</u>	<u>Le vice et la vertu</u>	<u>Ballade pour un voyou</u>
55 dias em Pequim	Vênus imperial	Sete homens e um destino
<u>Le voyage à Biarritz</u>	55 dias em Pequim	<u>Le voyage à Biarritz</u>
<u>Il giustiziere dei mari</u>	<u>Le voyage à Biarritz</u>	<u>O bandido Giuliano</u>
<u>Le vice et la vertu</u>	<u>L'abom. h. des d.</u>	<u>Il giustiziere dei mari</u>
Vênus imperial	<u>Il giustiziere dei mari</u>	Vênus imperial

* Estas escolhas referem-se unicamente aos entrevistados parisienses. Apesar de ter sido proposta uma lista diferente (em função dos filmes em exibição), as escolhas dos entrevistados da região de Lille organizam-se segundo uma estrutura análoga.

** *L'abominable homme des douanes* [O abominável homem das alfândegas].

PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes

minadora emitirá um dos

samente,

Contrariamente ao teatro “burguês”, à ópera ou às exposições – sem falar das estréias ou sessões de gala – que dão a oportunidade ou o pretexto para cerimônias sociais permitindo que um público selecionado afirme e experimente seu pertencimento ao “mundo” na obediência aos ritmos, a um só tempo, integradores e distintivos do calendário mundano, o museu de arte atrai qualquer pessoa – nos limites do capital cultural disponível – em qualquer momento, sem impor qualquer restrição em matéria de vestuário, nem oferecer, por conseguinte, qualquer uma das gratificações sociais associadas às grandes manifestações mundanas. Além disso, diferentemente do teatro – e, *a fortiori*, do *music-hall* e dos espetáculos de variedades –, ele limita-se a propor sempre os prazeres altamente depurados e sublimados reivindicados pela estética pura e – neste aspecto, próximo da biblioteca – faz apelo, freqüentemente, a uma disposição austera e quase escolar, orientada tanto para o acúmulo de experiências e conhecimentos ou para o prazer do reconhecimento e da decifração quanto para o simples deleite.¹⁶

Sob a exaltação obrigatória da austeridade severa do museu, assim como do “recolhimento” facilitado por ela, revela-se, freqüentemente, a verdade da visita como iniciativa sempre um tanto laboriosa que o indivíduo se impõe de realizar – e, até, seu termo – com uma obstinação metódica; além disso, encontra sua recompensa tanto no sentimento do dever cumprido quanto no prazer imediato da contemplação. “O museu deixou-me a impressão de silêncio, também, de vazio – mas, talvez, por causa do silêncio. Isso presta-se, aliás, à contemplação das obras, sua compreensão mais profunda. Não fiquei muito animado; foi bastante enfadonho. A visita sistemática do museu é fatigante – tratava-se de uma disciplina que me impus a mim mesmo; isso cria um constrangimento e acaba por ser indigesto. Creio que minha visita foi muito rápida porque eu pretendia dizer a mim próprio que tinha visto esse museu. É demasiado monótono; apenas quadros. As próprias obras deveriam ser, de vez em quando, substituídas por outras coisas” (Engenheiro, Amiens, 39 anos, Museu de Lille). As afirmações deste visitante coincidem com as do conservador do Metropolitan de Nova York que considera seu museu como “um ginásio em que o visitante está em condições de desenvolver a musculatura dos olhos” (Afirmação citada por R. Lynes, in *The tastemakers*, Nova York, Universal Library, Grosset and Dunlap, 1954, p. 262).

Compreende-se que, ao passarmos dos concertos ou das peças de vanguarda, dos museus com elevado nível de difusão e reduzida atração turística ou das exposições de vanguarda para as exposições de grande público, para os concertos organizados pelas grandes associações artísticas ou para os teatros “clássicos” e, finalmente, para os teatros de bulevar e para os espetáculos de variedades, a taxa de representação das diferentes frações, distribuídas por ordem decrescente de capital cultural ou por ordem crescente de capital econômico – ou seja, professores, quadros da administração, engenheiros, membros das profissões liberais, empresários da indústria e do comércio –, tende a se modificar de maneira sistemática e contínua, de modo que a hierarquia das frações, distribuídas segundo seu peso no público, apresenta uma tendência a se inverter.¹⁷ Professores e industriais ou grandes comerciantes ocupam posições simétricas nos diagramas de correlação entre as taxas de freqüência de duas categorias de espetáculos

Um grande burguês “único no seu gênero”*

S., advogado, 45 anos, é filho de advogado e pertence a uma família da grande burguesia parisiense; a mulher, filha de engenheiro, formou-se em *Sciences Po* e não trabalha. Os quatro filhos freqüentam o secundário nos “melhores” estabelecimentos privados católicos, em Paris. Moram em um apartamento bastante grande com uma área superior a 300 m² no 16º bairro: entrada espaçosa, salão imenso, sala de jantar, um escritório e os cômodos (o escritório profissional não se encontra no apartamento).

No salão, elementos modernos – grandes almofadas, grande canapé, poltronas –, objetos antigos, “uma cabeça em pedra, um original da Grécia, lindíssima” (presente de casamento), um objeto que o proprietário designa como seu “altar particular” (“algo de religioso lindíssimo que consegui surrupiar de meus pais” – o pai coleciona obras de arte de todo tipo; entre outras coisas, ele havia comprado “um montão de objetos, esmaltes, cálices, cruces... de uma espécie de russo que era revendedor”), “uma espécie de terracota da época Tang”, comprada de um antiquário, em Formosa, acompanhado por dez especialistas, vários quadros, um Paul Sérusier (“tem certo encanto; apesar disso, eu o substituiria de bom grado por uma pintura moderna”); e, na sala de jantar, uma natureza-morta holandesa.

“Único em seu gênero”

Ao comprar determinados objetos, sua intenção “não é, de modo algum, fazer um investimento”. Para ele, o que conta é, “em primeiro lugar, a beleza da coisa, do objeto; e, em segundo lugar, não tem de ser único, mas feito de maneira artesanal”. “É possível refazê-lo, mas pode ficar mal feito; por isso, ele torna-se único em seu gênero porque é impossível obter uma cópia perfeita do mesmo objeto, do mesmo tema (...). O que faz a beleza de um rosto, de uma escultura, é o sorriso, o olhar... É impossível refazê-la uma outra vez. Pode-se refazê-la em gesso, mas é impossível refazê-la na mesma matéria; esta é mais importante, pelo menos, tanto quanto a massa (...). Eu gostaria muito de ter um belíssimo bronze. Existem peças de bronze que são absolutamente extraordinárias”.

* Todas estas entrevistas ocorreram, em 1974, a fim de repertoriar, tão sistematicamente quanto possível, os traços mais significativos de cada um dos estilos de vida que haviam sido identificados pela análise da pesquisa, nesse momento, já bastante avançada: guiados por um conhecimento prévio da fórmula geradora que se encontra na origem de suas propriedades e práticas, tomamos o partido de orientar metodicamente o entrevistado – muitas vezes, ligado por laços de parentesco ou de familiaridade com o pesquisador – para regiões mais centrais de sua arte de viver (daí, a heterogeneidade dos temas abordados que contrasta com a homogeneidade forçada dos dados pertinentes para a coleta da pesquisa estatística), procurando inspirar-lhe o máximo de confiança e, até mesmo, utilizando as insistências e repetições esperadas, nas situações habituais da vida, de alguém a quem outro “se desvela”. Por último, esforçamo-nos por tornar imediatamente perceptível – erguendo-a à sua mais alta intensidade pela contração do discurso que permite o uso alternado do estilo direto, indireto ou semidireto – a figura concreta desta totalidade sistemática, ou seja, o estilo de vida, quebrada pela análise estatística no decorrer das próprias operações através das quais ela a revela.

“É algo de novo-rico”

Ele passa raramente pelas galerias, não frequenta “sistematicamente” os antiquários ou o *Hôtel Drouot*. Compra – um objeto, um móvel... – porque, “nesse momento, isso lhe dá prazer”. Mostra certa condescendência por aqueles que “pretendem investir e não têm tempo”: “Não têm tempo para se interessarem por si mesmos. Essencialmente, interessam-se não pelo que lhes agrada, mas pelo que tem valor”. Assim, constituem grupos em que participam, “anualmente, com uma quota de X francos; delegam a outras pessoas para fazer essas compras. Além de um investimento, trata-se de uma total incompetência: é indiferente para eles que tenha sido colada uma bosta qualquer em cima de uma parede, desde que lhes disserem que ela vale dinheiro. É algo de novo-rico, a pretensão de mostrar que se é dono de alguma coisa... ou que se é capaz, também, de possuir algo. É o mesmo que contratar um decorador, delegar determinada tarefa a alguém”.

“Depois de muito tempo, você acaba encontrando o que procura”

“O objeto tem valor íntimo e de coração, na medida em que você já o deseja há muito tempo; você já leva muito tempo à sua procura. É isso que você desejava e, finalmente, por um acaso qualquer, você o encontra... trata-se de uma revelação (...). Na medida em que é para meu prazer, não conta o preço, é como em relação ao órgão (“uma engenhoca, é algo eletrônico”); eu tinha vontade de possuir um e consegui comprá-lo (...). Uma vez mais, cada um limita-se, normalmente, às suas possibilidades; nunca cheguei a comprar a catedral de Chartres” (seu maior desejo seria o de “adquirir uma igreja e transformá-la (...); o que acho lindo é a pedra, a forma das pedras, as abóbadas, a pedra é linda”. Oriundo de uma família católica, mas tendo deixado de ser praticante, ele faz freqüentes referências à religião, de forma um tanto irônica).

“Para minha fruição pessoal”

Para sua residência de campo, na Borgonha, bastante espaçosa (“nada menos que 1.000 m² para mobiliar”), uma “senhora”, ele comprou os móveis com “um comerciante de peles de coelho”: “Encontrei um sujeito, um comerciante de bricabraque que possuía móveis realmente rústicos, de madeira de lei; arranjei ainda outros trens, por exemplo, animais ampalhados”, em particular, javalis “comprados de uma forma desatinada por todo o mundo, menos por mim (...) porque isso é divertido. O prazer vem do fato de ser divertido.

“Fico irritado com as pessoas que compram coisas simplesmente para exibi-las, para afirmarem que possuem tais coisas ou para colocá-las em determinado lugar. O valor tem pouca importância; o que conta é o prazer que essas coisas nos dão (...). Ao comprar javalis, procurei minha fruição pessoal ou, simplesmente, por achar que isso

era divertido, era algo cafona ou seria provocante para os outros". Nessa casa que é "úmida demais para colocar um piano", vai "ter um piano de cauda (...), um desses que são jogados fora pelo cassino (...); talvez, esteja faltando uma ou duas teclas".

"Heranças!? Você está brincando comigo!"

Os objetos recebidos como herança e que se encontram entre os móveis dessa casa contam pouco para ele. Ao serem lembrados pela mulher, ele responde: "Heranças?! Você está brincando comigo! Apenas, três móveis". E ela insiste: "Quando me casei, a tia X morreu. Herdei algumas peças de prata; isso, foi só a primeira herança. Em seguida, foi a vez da Sra. C., segunda herança. E depois, a Srta L., terceira herança. De modo que tenho algumas louças, trens antigos e móveis. Em nossa casa, nunca tivemos falta de móveis porque herdamos alguns. E quarta herança: meus sogros desfizeram-se de seus bens e herdamos as poltronas..."

Os móveis que lhe desagradam são "jogados fora": "nada de entulho". "A gente tem necessidade de um apartamento suficientemente grande, cômodos que garantam certo silêncio interior, nada entulhados; e, ao contrário, são necessários outros quartos com todos os objetos pessoais que nada têm a ver com objetos de lembrança - nesse caso, são jogados na lixeira -, mas objetos que dão prazer em vê-los à nossa volta". Ele tem "horror das lembranças de viagem"; aliás, nunca carrega tais coisas ("salvo essa de que lhe falei, há pouco, em terracota da China (...). Comprei uns berloques para oferecer aos amigos, mas não os entulhamos em casa; (...) não se consegue saber que temos viajado. A lembrança local, comprada no próprio local, não tem nenhuma importância"). Aliás, durante as viagens, é preferível manter a cabeça livre, "andar com as mãos nos bolsos e olhar à nossa volta, mas sem ficar com o olho grudado em máquina fotográfica" (No Extremo Oriente, "tiram algumas fotos", lembra a mulher; mas, acrescenta ele, "ainda chegamos a vê-las, duas vezes, creio eu" e, agora, estão "no fundo de uma caixa do armário").

"Muitas horas nos museus, por prazer, na Holanda e na Itália"

Existe um ateliê de pintura no qual ele passa muito tempo ("ele gosta de pegar no pincel", sublinha a mulher); no entanto, por considerar "sem interesse" sua atividade, ele prefere não tocar no assunto. Pelo contrário, confessa de bom grado que passou "um grande número de horas nos museus, por prazer, na Holanda e na Itália". Ficou "muito impressionado e instruído pela pintura italiana (...), Leonardo da Vinci, as pinturas de Veneza e de Siena, além de todas as pinturas que se encontram no Museu Borghese, em Roma, as de Botticelli". É também "muito sensível às pinturas holandesas por seu caráter - Frans Hals e Rembrandt; trata-se de uma pintura totalmente diferente por ser muito mais pastosa, muito mais espessa (...); existe, também, certo número de desenhos de Matisse ou de Cocteau". Não é "necessário"

que a pintura seja figurativa para merecer sua atenção. Pelo contrário, “sente uma aversão total pela pintura mistificada”, por exemplo, uma tela branca “dilacerada em diferentes sentidos”. Ao ouvir a mulher afirmar que “não considera isso como pintura”, ele faz a seguinte observação: “Enfim, não é pintura, mas trata-se de uma espécie de arte, de uma forma de expressão”.

“Gostar de algo significa apropriar-se do objeto”

Para ele, “uma pintura é algo que permite sonhar, durante muito tempo, e pode ser observada sempre com o mesmo prazer. Prazer diferente, talvez, segundo a variação do que se é ou de seus estados de espírito”. “O critério consiste em saber se eu gostaria de possuí-la em minha casa”. E acrescenta: “As coisas agradáveis são aquelas que escapam à necessidade. Em vez de entesourar (...), quero viver a vida. E, na medida do possível, tento viver o momento presente, o que nem sempre é fácil”.

“Tão necessário quanto um fogão a gás”

Ele não conseguiria viver sem o aparelho de som de alta fidelidade, comprado há mais de dez anos, por cerca de oito mil francos (“em vez de um aparelho de marca, fiz uma montagem de diferentes componentes; fui à procura de informações, nada mais. Eu havia adotado um procedimento semelhante em relação ao órgão; procurei informar-me e nada mais”. “É algo tão necessário quanto um fogão a gás (...); até mesmo, uma pessoa sem salário precisa de música; é tão necessária quanto o pão para a boca”. Entre seus discos, “Vivaldi, Bach, um grande número de cantatas de Bach, missas, *Réquiem* de diferentes compositores, Monteverdi”. Sente “certa aversão pela música moderna (...), não propositalmente, mas porque se trata de uma questão de hábito de ouvido”: “As obras de Mahler, Jolivet, Messiaen são perfeitamente acessíveis ao meu entendimento”; no entanto, “em certo número de músicas de ordem puramente serial, eletrônica, existem coisas que são bastante lindas e outras que me parecem ser, também, uma mistificação, à semelhança do que ocorre com a pintura”.

“Quando aparece uma obra importante, se sabe”

Vai raramente aos concertos e não pertence ao número daquelas pessoas que “assistem a eventos porque é obrigatório estar presente em tais ocasiões”, não lê as críticas de espetáculos de *Le Monde* (seu jornal) e, de bom grado, fará referência à crítica ou ao julgamento de um amigo: “É possível ficar sabendo quando aparece uma obra importante, seja no teatro, cinema ou em outra área. Você fica sabendo porque está em contato permanente com um grande número de pessoas; por isso, não leio as críticas. Caso contrário, eu teria de ler o texto integral de cada uma”. Recentemente, foi assistir a *One man show*, “um italiano, um maoísta, sozinho no palco”: “saímos no meio disso

PLIN
PGEPI
uplente
PGEPI/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ninadora emitirá um dos

samente,

porque, na verdade, tratava-se de uma representação lamentável”. Depois do teatro, não vai jantar, necessariamente, em um bom restaurante: “é impossível fazer muitas coisas ao mesmo tempo... convém usufruir plenamente de cada coisa”.

“Tenho uma idéia elevada a meu respeito”

Ele recusa qualquer “extravagância” no plano do vestuário: “se alguém deseja encontrar-me, não é pelas minhas meias, nem pelo meu lenço, tampouco pelo cravo na botoeira ou pela minha gravata. Se alguém tem vontade de falar comigo ou me convidar, ela me aceita tal como sou. Ou, dito em outras palavras, tenho uma idéia elevada a meu respeito”, indica ele com toda a convicção, aproveitando outra oportunidade para marcar suas distâncias em relação ao gosto burguês e, ao mesmo tempo, às questões formuladas pelo sociólogo (parente da mulher). Ele acrescenta: “Acho que é possível comprar um terno por quinhentos francos; assim, de nada serve gastar mil francos quando não ligo a mínima para essa peça de vestuário”.

“A culinária é uma disposição de espírito”

Bastante ocupado, dispondo de pouco tempo ao meio-dia, ele “está à espera da pílula que permitiria evitar a refeição durante o dia (...). A culinária é uma disposição de espírito”; para ter a possibilidade de apreciá-la, é necessário estar “descontraído”: “As ovas de esturjão da culinária típica russa é um prato perfeitamente suculento. Para a culinária, além da gastronomia, existe o contexto. Se você pretende comer enguia defumada, é preferível procurá-la no mercado do peixe, em Amsterdã, e não em um restaurante brega (...). Uma culinária caprichada – mas, cuidado, estou falando de capricho – ou seja, em que são necessários dois dias para fazer um molho ao Madeira, cozinhar em fogo brando durante algum tempo, então, isso é culinária, é arte. Mas, quando se fala de culinária, hoje em dia, nada a ver com a gastronomia, já que existe a mistura de várias coisas e os próprios ingredientes são cozinhados em cinco minutos, aliás, ingredientes descongelados pré-preparados; finalmente, isso não é culinária. Já não há tempo de preparação, deixou de ser uma arte”.

“Uma certa liturgia”

Ele gosta de “pesquisar restaurantes” no *Guide Michelin* ou no *Gault et Millau* e lembra-se de “vinhos degustados, há três anos, de um aroma, de um Porto, um bordeaux Saint-Estèphe de determinado ano”: “conservo lembranças bastante nítidas de garrafas de 1923-1929... de bordeaux (...). Ainda tenho aqui uma dezena de garrafas de vinho de 1923. E, depois, tenho quatro garrafas de 1870”. Um vinho de qualidade “não se bebe em companhia de qualquer pessoa (...); torna-se necessário *uma certa liturgia* para conservar o vinho na temperatura adequada, assim como um ritual para bebê-lo. Trata-

PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

se de uma comunhão” (que só pode ser celebrada) “com determinadas pessoas que são capazes do mesmo tipo de fruição (...). Prefiro beber sozinho a oferecer o vinho a pessoas que não sabem tirar partido dessa oportunidade”. “Um jantar com champanha tem um aspecto um tanto folclórico (...), um vinho é variado, diferente; a comparação da champanha com o vinho é, em parte, comparar uma espécie de flautinha com uma orquestra”.

“Prefiro o prazer”

Entre os livros de sua biblioteca, “herdados de uma avó” ou comprados “em uma espécie de butique da *rue de Provence*”, há volumes do “tipo do século XVII” encadernados, “pela beleza da obra mais do que pelo interesse do texto...”, os *Sermões* de Bossuet, os *Pensamentos* de Pascal... um livro do século XVII do gênero de obra pornográfica para a época, bastante divertido”. Em Paris, restam-lhe apenas os livros “de caráter mais filosófico e religioso, assim como de poesia”; os livros “gênero romance” (cerca de dois mil volumes) encontram-se na casa de campo. Existem, também, livros sobre a história da Alemanha, a guerra da Argélia...; se pusermos de lado “os livros encadernados, que é algo um tanto brega”, “o livro para mim é, antes de tudo, o instrumento de leitura e não o livro pelo livro”. Está fora de qualquer clube (“há pessoas que adoram usar uniformes ou fazer parte de determinada equipe, tal coisa, tal clube; mantenho-me individual e individualista a qualquer preço”). Deixou de caçar “porque é obrigado a longos deslocamentos, é bastante fatigante e, aliás, torna-se bastante dispendioso”; durante as férias, ainda joga tênis e faz esqui “por prazer”. “Não vou subir com os esquis nas costas quando, ao lado, existe um remontador. Em vez da subida, prefiro a descida, o prazer”.

que apresentam propriedades opostas, ou seja, o concerto e as exposições artísticas, por um lado, e, por outro, as variedades e as feiras-exposição; nos dois casos, os membros das profissões liberais e os quadros superiores ocupam uma posição intermediária. A representação dos membros das profissões liberais, sobrepresentados na frequência da biblioteca ou do museu, é mais elevada entre o público das exposições do que entre os visitantes de museus; além disso, é relativamente intensa sua frequência dos teatros (e dos teatros “burgueses” ou de “variedades”, em vez dos teatros clássicos ou de vanguarda).

O *museu*, lugar de culto que apresenta objetos excluídos da apropriação privada e predispostos pela neutralização econômica a ser objeto da “neutralização” que, propriamente falando, define a apreensão “pura”, opõe-se à *galeria* – que, à semelhança de outras lojas de luxo (“boutiques”, lojas de antiguidades, etc.), oferece objetos suscetíveis de serem contemplados e, também, comprados –, do mesmo modo que as disposições estéticas “puras” dos membros das frações dominadas da classe dominante – e, em particular, dos professores, fortemente sobre-representados nos museus – opõem-se às disposições dos *happy few* das frações dominantes que dispõem de recursos materiais para a apropriação das obras de arte. Com efeito, toda a relação com a obra de arte modifica-se quando o quadro, a estátua, o vaso chinês ou o móvel antigo pertencem ao universo dos objetos suscetíveis de serem apropriados, inscrevendo-se assim na série dos bens de luxo possuídos por alguém que, ao usufruir deles, não tem necessidade de confirmar, de outro modo, o deleite que eles proporcionam e o gosto de que são o testemunho; além disso, mesmo não sendo seu pertencimento pessoal, fazem parte, de algum modo, dos atributos estatutários do grupo ao qual ele pertence, servindo para a decoração de seus escritórios ou dos salões dos familiares que frequenta.

Basta abrir uma revista, tal como *Connaissance des arts* [Conhecimento das artes], para descobrir a *série* em que as frações dominantes inscrevem a obra de arte, o universo dos *objetos de luxo*, distintos e distintivos, selecionados e seletivos: jóias, peles, perfumes, tapetes, tapeçarias, mobiliário antigo, relógios de parede, luminárias, bronzes, louça de barro vidrado, porcelanas, baixela de prata, edições de luxo, automóveis de luxo (Volvo, SM, Mercedes, Rolls, etc.), cigarros de luxo (Craven, Benson and Hedges, Kent, Rothmans), alta costura (Dior Boutique e Old England), castelos, quintas, solares, residências da nobreza, “propriedades com caráter”, “parques com tanque”, champanha, vinhos de Bordeaux e de Bourgogne, Cognac, cruzeiros marítimos, câmeras. A associação dos leiloeiros de Paris manda publicar o anúncio, ilustrado com todo o luxo, de suas vendas no *Hôtel Drouot* ou no *Palais Galliera* ao lado de dois destaques relativos aos antiquários do *quai Voltaire* e do *Faubourg Saint-Honoré* que oferecem “móveis e objetos de arte”, “louça vidrada e porcelanas antigas”, “quadros, estatuária, móveis e objetos de arte”. Uma matéria publicitária para a *Galerie Arditti* referente a hiper-realistas americanos encontra-se ao lado de um destaque “Curiosités” que, por sua vez, oferece “mobiliário francês e inglês do século XIX”, enquanto um anúncio relativo à *Galerie Martin-Caille* (*Faubourg Saint-Honoré*) – propondo obras de Max Agostini (pós-impressionista nascido, diz-se, em 1914) – é acompanhado, na página ao lado, pela publicidade para os isqueiros *Dupont*.¹⁸

A conjunção da apropriação material e simbólica confere à posse dos bens de luxo, além de legitimidade, uma raridade de segunda ordem que os transforma no símbolo, por excelência, da excelência: “Marca ‘Princes de Cognac’: é impossível falar a seu respeito sem utilizar as *antiquíssimas palavras* da linguagem do conhaque. *Carnudo*: Qualidade do corpo de um conhaque: os produtos ‘Princes de Cognac’ possuem essa qualidade, mas sem *gordura*; um *carnudo* esbelto que é apenas músculo. *À semelhança do que é um Botticelli em relação a um Rubens*. *Flor*: Odor da flor de vinha da bebida fina, o *aristocrata* do conhaque. Uma *velha* bebida fina da marca ‘Princes de Cognac’ possui *flor*, uma flor *elegante, depurada*, que tem *enlevo, raça*. *Tonéis antigos*: Tonéis *muito velhos*, bastante *civilizados*, que já perderam o viço das primeiras utilizações, tendo-se livrado do excesso de tanino. Os produtos ‘Princes de Cognac’ *envelheceram* em tonéis antigos. Daí, seu gosto seco, límpido, de madeira, *sob medida*. *Paraíso*: Eis a denominação atribuída à adega na qual são guardadas as mais velhas reservas deste conhaque. Os produtos ‘Princes de Cognac’ foram tratados no paraíso de *Maison Otard*, sediada no *château de Cognac*. A marca ‘Princes de Cognac’ é produzida em *quantidades limitadas* – somente alguns milhares de garrafas por ano; além disso, encontra-se apenas em estabelecimentos comerciais e restaurantes *selecionados*” (p. 16).

O mesmo efeito de esoterismo arcaizante a propósito do vinho da região de *Bourgogne*: “Na Borgonha, é o tempo da *poda*. Mesmo sem ter desaparecido completamente o eco das últimas vindimas, as pessoas já se empenham no tratamento dos vinhedos. Com um golpe rápido e preciso de tesoura de poda, os vinhateiros cortam os sarmentos inúteis e preparam a videira para as futuras podas da primavera; eis a poda, operação *delicada*, que exige muito *tato* e é controlada por Moillard *pensando em vocês*. *Selecionados para dar prazer a vocês* entre os *climas* mais reputados, os vinhos Moillard, na Borgonha, são confiados apenas aos distribuidores *qualificados*” (p. 200).

Pelo controle de uma *linguagem de acompanhamento* – de preferência, técnica, arcaica e esotérica – que estabelece uma separação entre *degustação de especialista* e simples consumo despreparado e passivo, confinada na instantaneidade silenciosa do prazer, o *entendido* afirma-se digno de apropriar-se simbolicamente dos bens raros para cuja aquisição dispõe de recursos materiais: “Para alguns *entendidos*, existe *uma única* cerveja na França. Isso, certamente, é pouco. No entanto, quanto mais *entendido* for o *entendido*, mais difícil ele se torna. *Exclusivo*. E se alguns preferem a marca *1664* é simplesmente porque essa cerveja proporciona um *prazer único*. Um *prazer tão raro* [...]. E depois, trata-se de um prazer *com trezentos anos* [...]. Às vezes, é bom reencontrar o gosto do *autêntico*” (p. 187). “Raras são as pessoas que têm a *possibilidade de explicar* o que é um conhaque de grande qualidade. O Barão do Château de Cognac tem esse direito. Em *1795*, o Barão Otard decidiu instalar-se no Château de Cognac [...]. Sob as abóbodas do castelo, ele havia encontrado, também, o *lugar privilegiado* para envelhecer seu conhaque. E *compreende-se* a importância desse detalhe *quando se sabe* que um conhaque de grande qualidade *deve envelhecer*, durante longos anos, para tornar-se um V.S.O.P. [*Very Superior Old Pale*]. Desde *1795*, *nada mudou* no Château de Cognac: nem as *abóbodas*, nem o *envelhecimento*, nem os *cuidados* prestados a este excelente conhaque” (p. 155).

Em última instância, a despesa ostentatória e gratuita, implicada na compra de um objeto “fora de preço”, constitui a maneira mais indiscutível de afirmar o valor que alguém atribui às coisas sem preço, testemunho absoluto da irredutibilidade do amor pelo dinheiro o qual só este pode proporcionar: “O que é o verdadeiro luxo? – Trata-se do *requinte*; uma necessidade experimentada pelas detentoras de recursos para usufruí-lo e uma chave para aquelas que, ao depararem com ele, têm a ambição de possuí-lo ou sentem gosto por isso e podem encontrá-lo no objeto mais simples – com a condição de ser lindo –, por exemplo, xale, saia, sapato ou peça de roupa. – Mas, caro? – A Alta Costura é o *rigor absoluto e o absoluto não tem preço*” (entrevista com Marc Bohan, Diretor Artístico da Empresa Christian Dior). “Apenas alguém como Perrier-Jouët e que possui o mais belo vinhedo das encostas de Cramant para usufruir e nos oferecer *esta loucura*: uma champanha preparada, quase exclusivamente, com *as uvas mais caras do mundo*. No entanto, os 78 centilitros desta garrafa do século XVIII não têm preço para quem ama a champanha pela champanha. Sobretudo, quando se trata de safra de um ano especial” (p. 14). “Para colocar em evidência sua *personalidade*, criamos relógios *luxuosos, delicados*, de tamanho reduzido [...], fabricados apenas em *séries limitadas*. Cada um de nossos relógios *valoriza o caráter* daquele ou daquela que *sabe escolhê-lo* [...]. Você será o proprietário de um relógio *exclusivo e precioso*” (p. 81).

Ficamos com a impressão de ler Marx que escreve: “O homem apresenta-se, de saída, como proprietário privado, ou seja, como possuidor exclusivo que afirma sua personalidade, distingue-se dos outros e relaciona-se com outrem através dessa posse exclusiva: a propriedade privada é seu modo de existência pessoal, distintivo, portanto, o essencial em sua vida”.¹⁹ A apropriação dos objetos simbólicos com suporte material, tal como o quadro, eleva à segunda potência a eficácia distintiva da propriedade, reduzindo o modo de apropriação puramente simbólico ao estatuto inferior de *substituto simbólico*: apropriar-se de uma obra de arte é afirmar-se como o detentor exclusivo do objeto e do gosto verdadeiro por este objeto, assim, convertido em negação reificada de todos aqueles que são indignos de possuí-lo, por estarem desprovidos dos recursos materiais ou simbólicos para se apropriarem dele ou, simplesmente, de um desejo suficientemente forte de possuí-lo a ponto de “sacrificar tudo por ele”.

O consumo da obra de arte, ilustração quase demasiado evidente de tais análises, não passa de uma entre outras dessas práticas distintivas. Que se pense no novo culto da natureza que volta à tona com a moda da casa de campo e a recusa do turismo pequenoburguês; além disso, estabelece uma afinidade profunda com o estilo de vida “velha França” da fração mais “antiga” das frações dominantes. Animais, flores, caça, gastronomia, meio ambiente, equitação, jardins, pesca, enologia, caminhadas, ou seja, as rubricas permanentes de *Connaissance de la campagne* [Conhecimento da vida rural] – que é para a degustação distinta da natureza o que *Connaissance des arts* é para a degustação distinta da cultura – apresentam um programa exaustivo dos objetos e modos de apropriação legítimos. Apropriar-se da “natureza” – pássaros, flores, paisagens – pressupõe uma cultura, privilégio das pessoas com raízes antigas. Possuir um castelo, uma mansão, até mesmo, uma moradia, não passa de uma questão de dinheiro. Ainda fica faltando apropriar-se desse bem: apropriar-se da adega e da operação de engarrafamento, descrita como “um ato de comunhão profunda com

o vinho” que deve ser realizado, “no mínimo, uma vez”, pelos “fiéis do vinho”; apropriar-se das lembranças da caça, dos segredos da pesca e dicas de jardinagem, assim como de outras competências, a um só tempo, *antigas e longas a adquirir*, tais como a culinária ou o conhecimento dos vinhos; em poucas palavras, apropriar-se da arte de viver do aristocrata ou do camponês, de sua indiferença em relação ao tempo que passa e de seu enraizamento nas coisas perduráveis. “Nada é mais simples que preparar pepinos em conserva, diz minha mãe: com a condição de apanhá-los na fase da lua nova, deixá-los dentro de um pote de argila com sal grosso, durante vinte e quatro horas, depois de terem sido esfregados com um pano de linho, o único que é suficientemente áspero. E com a condição de temperá-los com estragão ressequido, mas não seco, além de dobrá-los para sua conservação sob vácuo, etc.” (*Connaissance de la campagne*, sept. 1973). Servir-se de um pote de “pepinos em conserva feitos em casa”, de “pepinos em conserva da avó”, acompanhado por esse discurso de acompanhamento é – à semelhança do que ocorre com o “pequeno quadro de um mestre francês do século XVIII” que alguém soube descobrir em um antiquário ou com o “móvel encantador” encontrado em uma loja de bricabraque – exibir o tempo desperdiçado e uma competência que só pode ser adquirida por uma longa experiência das pessoas idosas e do cultivo de velhas coisas, ou seja, pelo pertencimento a um grupo antigo, única garantia da posse de todas as propriedades dotadas do mais elevado valor distintivo porque seu acúmulo só é possível com o decorrer do tempo.

O que está em jogo é precisamente a “personalidade”, ou seja, a *qualidade* da pessoa, que se afirma na capacidade de apropriar-se de um objeto de qualidade.²⁰ Os objetos dotados do mais elevado poder distintivo são aqueles que dão melhor testemunho da *qualidade da apropriação*, portanto, da qualidade do proprietário, porque sua apropriação exige tempo ou capacidades que, supondo um longo investimento de tempo, como a cultura pictórica ou musical, não podem ser adquiridas à pressa ou por procuração; portanto, aparecem como os testemunhos mais seguros da qualidade intrínseca da pessoa. Por isso, explica-se o espaço reservado pela procura da distinção a todas as práticas que, à semelhança do consumo artístico, exigem uma *despesa pura, sem qualquer retorno*, assim como à coisa, sem dúvida, mais preciosa e mais rara – sobretudo, entre aqueles que, tendo o mais elevado valor mercantil, menos o desperdiçam –, ou seja, o *tempo*, tempo consagrado ao consumo ou à aquisição da cultura pressuposta no caso de consumo adequado.²¹

Entre todas as técnicas de conversão que visam formar e acumular capital simbólico, a compra de obras de arte, testemunho objetivado do “gosto pessoal”, é a mais próxima da forma mais irrepreensível e mais inimitável do acúmulo, ou seja, a *incorporação* dos sinais distintivos e dos símbolos do poder sob a modalidade de “distinção” natural, de “autoridade” pessoal ou de “cultura”. A apropriação exclusiva de obras sem preço mantém certa analogia com a destruição ostentatória das riquezas: ao permitir a exibição irrepreensível da riqueza, ela torna-se, inseparavelmente, um desafio lançado aos incapazes de estabelecer a dissociação entre seu ser e seu haver, de ter acesso ao desinteresse, afirmação suprema da excelência da pessoa. E conforme o testemunho, por exemplo, do privilégio atribuído à cultura literária e artística sobre a cultura científica ou técnica, os detentores exclusivos do que é designado como “uma grande cultura” procedem do mesmo modo quando, ao *potlatch* dos encontros sociais, reservam o tempo gasto, sem preocupação com o ganho imediato, em exercícios tanto mais prestigiosos pelo próprio fato de serem inúteis.

COLEÇÃO
PPGEPID
suplente
PPGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

As frações dominantes não têm o monopólio dos usos da obra de arte objetivamente – e, às vezes, subjetivamente – orientados pela busca da apropriação exclusiva, confirmando a “personalidade” singular do proprietário. Mas, na falta de condições para a apropriação material, a busca da exclusividade limita-se à singularidade do modo de apropriação: afeiçoar-se de outro modo às mesmas coisas, ter o mesmo gosto por outras coisas, menos fortemente expostas à admiração, são outras tantas estratégias de acréscimo, superação e deslocamento que, princípios da transformação permanente dos gostos, permitem às frações dominadas – menos providas do ponto de vista econômico, portanto, destinadas quase exclusivamente à apropriação simbólica – garantir, em cada momento, as posses exclusivas. Os intelectuais e os artistas têm uma predileção particular pelas mais arriscadas, assim como pelas mais rentáveis, das estratégias de distinção, ou seja, aquelas que consistem em afirmar o poder que lhes incumbe, propriamente falando, de constituir objetos insignificantes como obras de arte ou, pior ainda, já tratados como obras de arte, embora de um outro modo, por outras classes ou frações de classe (como o *kitsch*): neste caso, a maneira de consumir cria, enquanto tal, o objeto do consumo e o deleite, em segundo plano, transforma os bens “vulgares” destinados ao consumo comum – *westerns*, histórias em quadrinhos, fotos de família, grafites – em obras de cultura distintas e distintivas.

As variantes do gosto dominante

A coloração ascética das práticas culturais dos professores e dos intelectuais aparece com toda a evidência ao serem reposicionadas no sistema de que fazem parte e, por conseguinte, ao serem obrigados a formular a questão do próprio sentido da cultura e da apropriação simbólica, substitutos sublimes e sublimados de todas as apropriações materiais e de todos os alimentos terrestres deixados pela divisão do trabalho de dominação aos primos pobres. O antagonismo entre os estilos de vida correspondentes aos pólos opostos do campo da classe dominante é, com efeito, categórico e total; além disso, a oposição entre professores e empresários – e, especialmente, sem dúvida, entre os pequenos e médios representantes das duas categorias – evoca aquela que, no sentido da etnologia, separa duas “culturas”. Por um lado, a leitura e a leitura de poesia, de ensaios filosóficos e obras políticas, de *Le Monde* e cadernos literários ou artísticos mensais (preferencialmente, de esquerda); por outro, a caça e o *tiércé* e, quando ela existe, a leitura de relatos históricos, do jornal *France-Soir* ou de *L'Aurore*, do *Auto-journal* e de *Lectures pour tous* [*Leituras para todos*]. Aqui, o teatro – de preferência, clássico ou de vanguarda (por exemplo, *Tartufo* ou *La Remise* encenada e interpretada pelo próprio autor Roger Planchon, *As núpcias de sangue* de Lorca ou *Um mês no campo* de Tourgueniev) –, o museu, a música clássica, a estação de rádio *France-Musique*, as “puces”, o *camping*, a montanha e as caminhadas; lá, as viagens e refeições de negócios, o teatro de bulevar – Robert Lamoureux, Marcel Achard, Françoise Dorin – e o *music-hall*, os espetáculos de variedades da TV, as feiras-exposições, a casa de leilões e as “boutiques”, o carro de luxo e o barco, o hotel (três estrelas) e as estâncias hidrominerais.²² E o próprio estilo das diferentes práticas culturais, a filosofia social e a visão do mundo que lhes é peculiar, tornam-se muito mais visíveis se tivermos em mente o universo das práticas de que são solidárias; se soubermos, por exemplo, que o teatro de vanguarda, ou a leitura de poetas ou filósofos, opõe-se ao teatro burguês ou ao

COLI 14
PPGEPID
suplente
PPGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

O gosto pelo luxo

Índice por atividades,

ANIMAIS

Compra
Oisellerie du Pont-Neuf
Oisellerie Vilmorin

Naturalista
Nérée, Boubée et Cie

ANTIQUÁRIOS

Aaron
Bensimon
Hagnauer
Jansen
Kugel
Lagrand
Laroussilhe
Lévy
Litybur
Mallie de Fonfais
Mancel
Perrin
Taillemas

BAIXELA DE PRATA

CERÂMICA
Andrieux
Helft
Kugel
Nicolier

BANHEIRAS

Au Bain de Diane
Juif-Delepine

FABRICANTE DE CALÇADO

SOB MEDIDA
Roger Vivier

CLÍNICAS

Clinique du Belvédère

Clínicas veterinárias
Clinique du Dr Neienat
Clinique vétérinaire de Maisons-
Alfort
Fondation Windsor
Hôpital Frégis

SALÕES DE CABELEIREIRO

Alexandre
Arden
Carita
Jean-Louis David

COSTUREIROS

Balmain
Cardin
Courrèges
Dior
Hermès
Lapidus

Rabanne
Saint-Laurent
Ungaro

DECORADORES

Carlhian
Demachy
Jansen

EMBALSAMADORES

Ets Marette
Roblot

CRIANÇAS

Brinquedos
Le Nain Dieu

Móveis

Bonnichou
Thireau

Vestuário

Baby Dior
Dominique
Enfantillage
Petit Faune
Petite Gaminerie
Minimômes

FOGOS DE ARTIFÍCIO

Ruggieri

FLORISTAS

Boullet
Lachaume
Lambert
Moreux
Veyrat

PELEIRO

Révillon

INSTITUTOS DE BELEZA

Arden
Carita
Guerlain
Harriet Hubbard Ayer
Lancome
Monteil
Helena Rubinstein

JOALHEIROS

Boucheron
Cartier
Chaumet
Van Cleef et Arpels
Mauboussin

LOCAÇÕES

Artistas
Marouani et Tavel
Barcos
International Sea Services

Castelos
Préfecture d'Indre-et-Loire

Pessoal de serviço
Bons Secours

Trem
S.N.C.F - D.C.P.

Carros
Murdoch

LOJAS DE ALIMENTOS

Côte de France
Dominique
Fauchon
Godiva
Hédiard
Petrossian
Maison de la Truffe

MAGOS

Belline
Criss
Delya
Martinez
Sabato

FABRICANTES DE OBJETOS

DE MARROQUIM

Hermès

Morabito

MÉDICOS

Boivin
Chartier
Dolto
Dubost
Hervé
Lacan
Lagache
Leibovici
Nacht
Vellay

TAPETES

Benadava
Catan

TINTUREIROS

Billard
Bobin
Pouyanne
Starisky

CULINÁRIA SOFISTICADA

Battendier
Casimir
Lenotre
Marquise de Presles
Pons
Potel et Chabot
Scott

S. Schroeder, J. Matignon, *Le goût du luxe*, Paris, Balland, 1972.

COLTID
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes

minadora emitirá um dos

samente,

(...) mulher e criado de quarto, cozinheira, jardineiro, e fixa seriamente seus ordenados.

Pessoal de serviço

Responsável pelo pessoal (Maître d'hôtel)	por mês	1.500 F
Mordomo	" "	1.500 F
Motorista	" "	1.200 F
Babá	" "	1.200 F
Arrumadeira	" "	1.100 F
Criado	" "	1.000 F
Cozinheira	" "	1.000 F
Jardineiro	" "	800 F
(segundo a região)		

Lamentou que não houvesse camarins vitalícios na *Comédie Française*, tendo desdenhado, provavelmente com alguma malícia, o preço das assinaturas para espetáculos noturnos, em traje de rigor.

Comédie Française

Assinatura para uma temporada:		
Espectáculos		
noturnos em traje a rigor	108	F
vespertinos clássicos	85	F

Falou dos médicos na moda, nos honorários misteriosos, sejam eles parceiros, tais como os doutores Hervé, Dubost, Velly ou Chartier, ou psicanalistas – por exemplo, os doutores Lacan, Daniel Lagache, Sacha Nacht, Leibovici, a doutora Dolto.

MÉDICOS

Psicanalista pouco conhecido	por sessão 60 F
Psicanalista famoso	por sessão, a partir de 200 F

Descreveu um apartamento voltado para o jardim na *Clinique du Belvédère*, em Boulogne-sur-Seine, onde era proibido somente ligar aparelhos de projeção cinematográfica para evitar eventuais perturbações na instalação elétrica – mesmo assim, com autorização especial da Diretoria, essa proibição poderia ficar sem efeito.

CLÍNICA

A mais cara: *Clinique du Belvédère*

Custas com o parto compreendendo: sala de parto, procedimentos médicos, berçário e medicamentos – 8 dias

Pequeno quarto dos fundos 800 F

Le goût du luxe, p. 188-189.

PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

music-hall, à leitura de relatos históricos ou de romances de aventuras ou de semanários ilustrados, tais como as caminhadas, o *camping*, as férias no campo ou na montanha dos professores opõem-se a todas as práticas e bens de luxo característicos da antiga burguesia – ou seja, Mercedes ou Volvo, iates, férias em hotel e em estâncias hidrominerais – ou, então, à constelação dos mais dispendiosos e mais prestigiosos consumos culturais e materiais, tais como livros de arte, câmeras, toca-fitas, barcos, esqui, golfe, equitação ou esqui aquático, que são o apanágio dos membros das profissões liberais.

A melhor confirmação do pertencimento das escolhas estéticas ao conjunto das escolhas éticas que são constitutivas do estilo de vida é a oposição estabelecida, no próprio terreno da estética, entre duas categorias tão próximas sob o aspecto do capital cultural quanto os membros das profissões liberais e os professores;²³ além disso, baseada na oposição entre disposições éticas correlatas de trajetórias diferentes, ela encontra fortalecimentos e condições de realização em condições econômicas, também, bastante diferentes. Com efeito, levar em consideração, além das diferenças relativas à estrutura do capital, aquelas que se referem à trajetória e, em particular, o fato de que a parcela dos indivíduos – que tiveram acesso à classe dominante através do acúmulo de capital escolar – aumenta quando se avança das frações dominantes para as frações dominadas, é suficiente para compreender que os professores e, secundariamente, os engenheiros e os quadros, sejam os mais propensos a orientar, no sentido do acúmulo de capital cultural, as disposições ascéticas desenvolvidas pelo e para o acúmulo anterior; tudo isso com uma boa vontade tanto mais exclusiva quanto seu baixo capital econômico não lhes deixa esperar grandes ganhos e prazeres concorrentes, enquanto os membros das profissões liberais possuem os recursos para concretizar as disposições ao laxismo de luxo que estão vinculadas a uma origem burguesa e encontram um incentivo nas próprias exigências de ofícios que supõem um elevado acúmulo de capital simbólico. O *aristocratismo ascético* dos professores (e dos quadros do setor público) que se orientam sistematicamente, conforme já vimos, para os lazeres menos dispendiosos e mais austeros, assim como para práticas culturais sérias e, até mesmo, um pouco vetustas, freqüentando, por exemplo, os museus, sobretudo, do interior (em vez das grandes exposições, das galerias e dos museus estrangeiros, como fazem os membros das profissões liberais) opõe-se aos *gostos de luxo* dos membros das profissões liberais que colecionam os consumos mais dispendiosos (do ponto de vista cultural e/ou econômico) e os mais prestigiosos: leitura de periódicos ilustrados, freqüência das salas de concerto, dos antiquários e das galerias, férias em estâncias hidrominerais, posse de pianos, livros de arte, móveis antigos, obras de arte, câmeras, toca-fitas, carros importados, além da prática de esqui, tênis, golfe, equitação, caça e esqui aquático.²⁴ Por não possuírem competência, nem disposições necessárias para reinvestir, eficazmente, na economia os ganhos que lhes proporciona um capital cultural com elevado rendimento econômico, além de estarem vinculados por sua formação e seu estilo de vida aos “valores intelectuais” (eles fornecem uma forte proporção de escritores apreciadores)²⁵, os membros das profissões liberais encontram – na prática de esportes e jogos chiques, nas recepções, coquetéis e em outros encontros mundanos, além das satisfações intrínsecas que eles proporcionam e da ação educativa que eles exercem – as freqüentações selecionadas que lhes permitem criar ou manter relações e acumular o capital de honorabilidade indispensável ao exercício de sua profissão.²⁶ Trata-se apenas de um caso em que o luxo – essa

COLIB
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

Um professor “bem clássico”

Jean L., *agrégé* de física, ex-estudante da *École normale supérieure* da *rue d’Ulm*, 36 anos, é professor assistente em uma universidade parisiense e reside no subúrbio noroeste; o pai, *agrégé* de gramática, era professor do ensino secundário, enquanto o avô era professor primário. A mulher, filha de farmacêutico, é dentista; além de professora na Escola Dentária, ela tem consultório.

“Uma mesa Luis XIII de convento, encontrada no mercado de objetos usados”

Tendo o gosto do “sóbrio” e do “discreto”, ele detesta “as grandes almofadas e as grandes cortinas”, os apartamentos “feitos pelos decoradores”, além de ser “bastante sensível à harmonia do conjunto de um interior”: “Se tivermos a sorte de encontrar um móvel lindíssimo, haverá um belíssimo móvel em um canto e é tudo; isso será suficiente para um cômodo”. “Na nossa casa, até recentemente, havia móveis baratos, adquiridos na época de nosso casamento – tal ambiente dava a impressão de algo moderno que, aliás, não era assim tão ruim – móveis revestidos de teca, baratos... simplesmente, as cadeiras estão caindo aos pedaços (...). Agora, temos um ou dois móveis antigos, verdadeiramente antigos (...), uma mesa Luis XIII de convento que é um bom exemplar, encontrada no mercado de objetos usados, por indicação de alguém, e um baú Luis XIII, também, em estado razoável”, encontrado em um antiquário de Amiens. “Naturalmente, deixou de ser possível adquirir cadeiras Luis XIII por serem horrivelmente caras e, além disso, por falta de solidez se forem realmente estilo Luis XIII; então, manda-se fabricar cadeiras semelhantes a esse estilo, sem que seja possível considerá-las como antigas”. O mobiliário e a decoração da casa constituem, sobretudo, a tarefa de sua mulher que lhe dá muita importância; “ela tem um bom conhecimento do assunto, o que não é o meu caso, sobretudo, em relação aos preços (...), limito-me a ter prazer; mas, finalmente, se eu estivesse sozinho, duvido que reservasse tempo para isso, não sinto qualquer gosto por isso; pelo contrário, minha mulher adora e, afinal de contas, aprecia isso”. A mulher gosta muito da louça vidrada antiga: “de bom grado, aceito acompanhá-la se ela me disser ‘venha comigo para vermos uma peça de louça vidrada’, terei prazer nisso, sinto que ela é muito mais sensível do que eu (...). Há uma coisa que me daria gosto realmente de comprar, mas ainda não o fiz, apesar de continuar observando: trata-se de instrumentos científicos antigos porque foram feitas coisas absolutamente notáveis no século passado [séc. XIX] ou há três ou quatro séculos”.

“Prefiro ler algo mais conciso”

Em casa, ele faz uns concertos “por obrigação”: “Minha mulher diz-me que é necessário fazer isto ou aquilo; dedico-me a essas tarefas com um cuidado inútil, reservo algum tempo para isso, eu poderia fazer as coisas com mais rapidez se deixasse de ter tanto cuidado, mas sinto prazer nisso, a conceber algo, a providenciar seu perfeito funcionamento e, afinal de contas, a fazer tal concerto”.

Não possui televisor, mas tem oportunidade de assistir a programas, de vez em quando. “Nesses programas, o interesse pelas próprias coisas é, muitas vezes, demasiado diluído; a respeito de determinado tema, prefiro ler algo mais conciso. Então, existe mesmo assim certas coisas; para mim, é insubstituível. Confesso que fui à casa de minha mãe para assistir aos primeiros passos na lua; como você está vendo, coisas deste gênero (...). Lembro-me de ter visto Ivan Illich durante cinco minutos, hei de lembrar-me disso para sempre; em vez de limitar-me a ler seus textos, fiquei contente por ter visto que tipo de homem ele era”.

“Todas as minhas leituras estavam baseadas em *Le Monde*”

É assinante de *Tribune socialiste* – “não é tão ruim” – lê, ocasionalmente, o *Le Nouvel Observateur*. A mulher é assinante do *L'Express*: “as coisas são vistas aí de forma superficial; algumas entrevistas valem a pena. Todas as minhas leituras estavam baseadas em *Le Monde* do qual sou assinante; atualmente, deixei de ler com a mesma regularidade”. As leituras, de preferência, são austeras, com exclusão de policiais e romances: “Mesmo assim, *O primeiro círculo* de Soljenitsyne porque minha mulher disse-me: ‘você tem de ler esse livro’”. Recentemente, leu, também, “*Uma sociedade sem escola* de Ivan Illich” (“deixou-me uma forte impressão”), *O acaso e a necessidade*, além de *O instinto de agressão* de Konrad Lorenz. Possui uma história das culturas, obra editada pela UNESCO, em sete ou oito volumes: “É formidável, não se trata de uma narrativa, nada disso; aliás, não me interessa quando existem personagens e uma trama. A arqueologia desperta realmente meu interesse (...). Há uma obra que leio muito que se chama *Dictionnaire archéologique*”.

“Coisas bem clássicas e bem sensatas”

“Permaneço duas horas diante de um quadro de Vermeer e sinto uma verdadeira satisfação; mas isto (um livro de gravuras ‘de um cara que se chama Escher’ que acaba de receber como presente), não”. Ele gosta muito de uma história da arte, publicada em uma série dirigida por Francastel: “está muito bem feita, sobretudo, pelo texto; não tem muitas reproduções, não são extraordinárias, relativamente originais, mas é boa porque a análise é bem fundamentada (não é simplesmente anedótico) a respeito das idéias dos pintores, como a obra está imbricada com a estrutura econômica e social da época”. Não se impõe a obrigação de “visitar todos os museus de forma exaustiva”, mas faz essas visitas de bom grado: “Aprecio quando um amigo me diz que existe tal coisa ou que viu ou leu (...), então, vou visitar de bom grado e permaneço na exposição durante algum tempo”. Esteve, várias vezes, na Toscana e “gosta muito de tudo o que se pode ver nessa região (...); por gostar muito de estabelecer uma relação dos pintores dessa época entre si, digo para mim mesmo, Fra Angélico ainda pintava isto quando um outro já fazia aquilo”. Aprecia muito “o *Quattrocento*, Botticelli, Piero della Francesca, assim como Vermeer, Watteau”: “não sei como direi isso, se é a matéria ou a feitura (...), gosto muito

das superfícies, em seguida, da espécie de graça, encanto e melancolia”. Consciente de que os pintores não podem se privar de determinados procedimentos, nem por isso aprecia os adotados por Rousseau: “em sua maneira de fazer, há algo não natural, intencional, rebuscado, sofisticado”. “Gosto muito, por exemplo, das coisas bem clássicas e bem sensatas de Matisse; também, muitas vezes, Picasso; e, igualmente, gosto do pouco que conheço de Villon. Para ser sincero, meu conhecimento da pintura moderna é bastante deficiente (...). Há uma coisa que, para mim, nada tem a ver com a pintura: refiro-me ao surrealismo. Em minha opinião, trata-se de um puro trabalho mental; tenho horror de Dali e companhia”.

“Prefiro a arte da fuga tocada no órgão”

Em vez de aparelho de som de alta fidelidade (“gostaria de ter um desses aparelhos, mas para mim não é indispensável”), “um toca-fitas que funciona bem” (um “mono que comprei por 60.000 paus, há quatro ou cinco anos”). “Em minha opinião, em relação à música, é preferível ir vê-la tocada pelas pessoas que a fabricam, essa é a melhor forma; caso contrário, em casa, basta ter algo conveniente e boas interpretações (...), sou pouco sensível à interpretação, mas mesmo assim gosto de escutar música”. Seu “senso de economia de recursos”, seu gosto pelo que é “sóbrio”, “assim como sua formação científica” fazem com que ele aprecie “a música pura”. “A arte da fuga é típica: prefiro que ela seja tocada no órgão, em vez da orquestra; trata-se realmente da música pura, não é uma questão de timbre.” Pelo contrário, detesta “as músicas românticas, demasiado enfáticas, demasiado grandiloqüentes”: “gosto muito de Berlioz, por exemplo, mas a *Sinfonia fantástica* é demasiado grandiloqüente”. Apesar de ter “um montão de pequenas atividades de toda a espécie”, ele está “ocupado, durante quatro noites, por semana, por pequenas reuniões, pequenos ensaios de canto” com um coral de que faz parte há dez anos: “além disso, recentemente, com um grupo de pessoas que são apreciadoras de ópera, canta-se uma ópera, toca-se piano, e isso acaba por levar muito tempo”. “Para mim, o topo da música é *Così fan tutte*, é Mozart (...); adoro Poulenc, em geral, gosto muito de Delalande (...), e apreciei bastante *Wozzeck*. Só vim a conhecer *Wozzeck*, na *Opéra*, sob a direção de Boulez”. Ele vai ao concerto, quatro ou cinco vezes, por ano: “Esta semana, fui escutar Fischer-Dieskau; para mim, é o deus do canto”. Não escuta nada de variedades, nem de canções; nunca comprou discos de cantores (“gosto muito de Brassens, mas não escuto suas canções”).

“Com a ajuda de poucas coisas, com parcimônia de recursos”

Ele “não é um especialista em cinema”; vai, muitas vezes, assistir “simplesmente, tolamente, ao cinema que passa em D., os grandes sucessos do momento, cuja qualidade não é assim tão ruim”. Gosta muito de Truffaut, mas é “impermeável às artes americanas” (“Em minha opinião, há algo de infantil em um grande número de filmes americanos,

salvo Woody Allen”). Nem tanto de filmes históricos, “evidentemente, *Napoleão de Abel Gance*, é algo que deve ser visto ou *O encouraçado Potemkin* ou *Alexandre Nevski*”. “Sou bastante alérgico a tudo o que é uma demonstração demasiado pesada; aprecio muito que alguém chame minha atenção para algo que me faça vibrar intensamente com a ajuda de poucas coisas, com parcimônia de recursos”.

Sem ser “gastrônomo”, nem “especialista”, ele é mesmo assim “bastante sensível” às iguarias que lhe são apresentadas. “Faço questão de sublinhar que me dá enorme prazer ser convidado pelos amigos”. Ele procura “ter vinhos convenientes” em casa (“encontrei um pequeno comerciante de Beaujolais que tem umas coisas que acho boas; é o meu fornecedor”).

“Apresso-me a fazer caminhada”

Ele “gostaria muito de jogar xadrez” e, algumas vezes, joga *scrabble*. De vez em quando, tira umas fotos: “chego a terminar dois rolos de trinta e seis fotos, por ano, principalmente, durante as férias (...). Uma coisa que faço tipicamente quando passo férias na montanha, fixo paisagens (...); passo várias horas com um mapa para identificar exatamente o que está à minha frente”. Durante as férias, “apresso-me a fazer caminhada, mas, então, como se fosse um imbecil, logo no primeiro dia, ando quarenta quilômetros a toda a velocidade e depois disso, sinto dor nos pés durante quinze dias. Ao fazer caminhada, ando de forma relativamente intensa, mas infelizmente passo bons momentos sem poder caminhar (...). Há um ano, tenho uma cadela; sou obrigado a levá-la a passear, faço isso a toda a velocidade; (...) no sábado, ao levá-la praticamente à rédea solta, acabo andando dez quilômetros a toda velocidade”.

PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

“prodigalidade completamente convencional” – é, de acordo com a observação de Marx, uma “necessidade de ofício e entra nas despesas de representação” enquanto “exibição de riqueza” que funciona como “meio de crédito”.²⁷ Ao contrário, todas as escolhas dos professores, sem exceção – por exemplo, a preferência por um interior harmonioso, sóbrio e discreto ou por refeições simples, mas apresentadas com esmero –, podem ser compreendidas como um modo de transformar a necessidade em virtude, maximizando o lucro que eles podem tirar de seu capital cultural e de seu tempo livre (e, ao mesmo tempo, minimizando suas despesas em dinheiro). Se os primeiros nem sempre têm gostos à altura de seus recursos, os segundos quase nunca têm recursos para satisfazer seus gostos; assim, por esta defasagem entre o capital econômico e o capital cultural, são condenados a um estetismo ascético – variante mais austera do estilo de vida de artista – que “tira partido” do que está em seu poder, substituindo o antigo pelo “rústico”, os tapetes persas pelos romanos, a mansão familiar pela granja restaurada, os quadros pelas litografias (ou reproduções), ou seja, outros tantos substitutos inconfessáveis que, à semelhança do espumante ou do símile adotados pelos verdadeiros pobres, são outras tantas homenagens prestadas pela privação à posse.²⁸ A defasagem entre o capital econômico e o capital cultural ou, mais exatamente, o capital escolar como sua forma autenticada é, sem sombra de dúvida, um dos fundamentos de sua propensão a contestar uma ordem social que não reconhece plenamente seus méritos; com efeito, esta utiliza princípios de classificação diferentes daqueles adotados pelo sistema escolar que os havia reconhecido. Esta revolta meritocrática – portanto, em certo sentido, aristocrática – redobra quando se duplica de fidelidades, recusas e impossibilidades, ou de recusas do impossível, correlatas de uma origem social pequeno-burguesa ou popular e que, conjugadas às limitações puramente econômicas, impedem o pleno acesso à burguesia.²⁹ Ao contrário, para aqueles que, à semelhança dos membros das profissões liberais, vivem da venda de serviços culturais a uma clientela, o acúmulo de capital econômico confunde-se com o acúmulo de capital simbólico, ou seja, com a aquisição de uma reputação de competência, além de uma imagem de respeitabilidade e honorabilidade facilmente convertíveis em posições políticas de *notável* no plano local ou nacional: assim, compreende-se que eles sejam e se sintam solidários da ordem (moral) estabelecida para a qual, aliás, eles contribuem muito fortemente por intervenções cotidianas, cuja forma mais visível manifesta-se através das declarações do Conselho da Ordem dos Médicos ou das tomadas de posição e das ações políticas.³⁰

Vê-se que a oposição instituída, habitualmente, entre o gosto “intelectual”, ou “de rive gauche”, e o gosto “burguês”, ou “de rive droite”, não se estabelece somente entre a preferência por obras contemporâneas (aqui, nos limites das listas propostas: Picasso, Kandinsky, Boulez) e o gosto por obras mais antigas e mais consagradas (a pintura impressionista e, particularmente: Renoir, Watteau, a *Rapsódia húngara*, as *Quatro estações*, a *Pequena serenata noturna*), entre o gosto dos valores seguros, em pintura e em música, assim como em matéria de cinema ou de teatro, e a opinião preconcebida em relação à novidade, mas também entre duas visões do mundo, duas filosofias da existência, simbolizadas, se quisermos, por Renoir e Goya (ou Maurois e Kafka), centros das duas constelações de escolha, o rosa e o negro, a vida rosa e a vida negra, o teatro de boulevard e o teatro de vanguarda, o otimismo social das pessoas sem

COLI ID
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

problemas e o desencantamento antiburguês das pessoas pessimistas, o conforto material e intelectual, com o interior íntimo e discreto, além da cozinha de tradição francesa, por um lado, e, por outro, a busca estética e intelectual, com o gosto dos pratos exóticos ou – inversamente – sem cerimônia, interiores compostos, ou – inversamente – fáceis de arrumar, móveis comprados nos mercados de objetos usados e espetáculos de vanguarda.³¹

Para reposicionar as oposições entre os sistemas de preferências puramente estéticas, simbolizados pela antítese entre Kandinsky e Renoir, no conjunto das escolhas constitutivas do estilo de vida, basta considerar as características de um público semelhante ao que lê *Connaissance des arts*: esta revista cultural de luxo, com custo relativamente elevado, além de ser um suporte publicitário para o comércio dos bens de luxo – e, especialmente, das obras de arte – fornece, sem dúvida, uma imagem bastante exata dos grupos formados pelo “gosto burguês” e que se encontram nas manifestações culturais, ao mesmo tempo, mais mundanas e mais dispendiosas, exposições chiques, espetáculos de gala da *Opéra*, “estréias” de teatro, grandes concertos organizados por associações, etc. Os quadros do setor privado e os membros das profissões liberais – assim como, já nitidamente menos representados, portanto, fortemente superselecionados, os professores e os empresários da indústria que compõem este público – têm em comum a dedicação a atividades de luxo e prestígio (golfe, equitação), além das práticas culturais voltadas, no mínimo, tanto para a apropriação material quanto para a apropriação unicamente simbólica, freqüência de teatros e galerias de arte – de preferência, de *rive droite* –, casas de leilões, lojas de antiguidades e butikues de luxo. O “gosto burguês” – sua característica – opõe-se não só ao “gosto intelectual”, mas também (essencialmente, pela posse de obras de arte, pela freqüência de galerias e teatro) ao “gosto médio” da maioria dos industriais e, sobretudo, dos grandes comerciantes, leitores de *Auto-journal*; entre os recursos raros, estes apropriam-se apenas daqueles acessíveis ao dinheiro, tais como os automóveis de luxo (F.C., VI).³²

Enquanto as frações “intelectuais” exigem, de preferência, que o artista proceda a uma *contestação simbólica* da realidade social e da representação ortodoxa exibida pela arte “burguesa” a respeito dessa realidade, o “burguês” espera que seus artistas, escritores e críticos – assim como seus costureiros, joalheiros ou decoradores – mostrem emblemas de distinção que, ao mesmo tempo, sejam instrumentos de *denegação da realidade social*.³³ Os objetos de luxo e as obras de arte não passam do aspecto mais visível do cenário que serve de moldura à existência burguesa ou, pelo menos, à parte privada, doméstica, dominical desta vida fundamentalmente dupla e falsamente unificada em e por uma falsa divisão contra si mesma: desinteresse contra interesse, arte contra dinheiro, espiritual contra temporal. Jornais políticos policiados, discretamente politizados ou ostensivamente despolitizados, revistas de decoração e livros de arte, *guides bleus* e relatos de viagem, romances regionalistas e biografias de personagens importantes, são outros tantos anteparos colocados diante da realidade social. Representação – que mal estabelece contato com a realidade – de uma das formas da

PLIN
PGEPI
uplente
PGEPI/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

a televisão por Jacques Siclier

“Os Homens da Arte”

Médico-chefe da clínica endocrinológica de Paris, o professor Gilbert Dreyfus dá uma consulta e, em seguida, relata como teve, na sua juventude, a revelação de Rembrandt. Ele fala de seu amor pela pintura. No programa *Champ visuel*, vemos igualmente um médico do subúrbio, colecionador de quadros “para o prazer do olhar”, o doutor Dolfuss, apaixonado por egiptologia e arqueologia; o doutor Apelbaum que pinta “para encontrar-se consigo mesmo” e o doutor Genon-Catalot que dependura as telas de pintores modernos na sala de espera e é animador de uma galeria de pintura.

Os produtores de *Champ visuel* pretenderam compreender e nos levar a compreender a razão pela qual os médicos são amantes de arte. A resposta é dada pelo professor Dreyfus: “À semelhança dos artistas, eles amam a vida e sentem horror pela morte.” Esse é o tema do programa. Para expor a idéia da luta contra a morte, são apresentadas obras de Mantegna, Leonardo da Vinci, Géricault, Cézanne ao lado de trabalhos de Vesale, ou seja, as pranchas anatômicas e os “esfolados” destinados aos estudos de medicina que, pela forma como são mostrados, se tornam obras de arte.

Três diretores compartilharam as reportagens deste programa que apresenta uma notável unidade de estilo pela flexibilidade de sua montagem e pela beleza de todas as imagens a cores. Convém acrescentar, ainda, a riqueza da iconografia.

O programa “Os homens da arte” constitui um dos temas mais interessantes exibidos por *Champ visuel*. Infelizmente, trata-se do penúltimo, para não dizer, o último, porque a série de Pierre Schneider e Robert Valley deixará de ser exibida. – (*Deuxième chaîne* [Segundo canal]).

Seria ingênuo acreditar que a relação entre artistas e médicos seja comparável à relação estabelecida entre produtor e cliente diplomado: médicos e artistas têm em comum “o amor pela vida e o horror pela morte”. Afinal, bastaria ter pensado nisso: a denegação impõe sua evidência aos produtores do programa televisivo que a tomam como tema; ao jornalista encarregado da resenha; e, sem dúvida, a todos os leitores, antecipadamente, convertidos.

PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

existência burguesa com seus belos cenários, suas mulheres lindas, suas aventuras fáceis, suas afirmações superficiais, sua filosofia inspiradora de confiança – qualquer outra combinação de substantivos com adjetivos é, igualmente, aceitável –, o teatro “burguês” é, sem dúvida, a forma por excelência da arte reconhecida pelo “burguês” porque ele se reconhece nela. A burguesia espera da arte – sem falar do que ela designa por literatura ou filosofia – um fortalecimento da segurança em si mesma e, tanto pela suficiência quanto pela insuficiência, ela nunca poderá reconhecer verdadeiramente as audácias da vanguarda, tampouco nos domínios neutralizados da forma mais forte, tais como a música: e os raros apreciadores esclarecidos que compreenderam que nada custava se afirmar “em arte, à esquerda”, como Mme. de Cambremer, não devem fazer esquecer os admiradores atuais de Flaubert ou de Mahler que experimentam uma impaciência diante da desordem – inclusive, simbólica – e um horror pelo “movimento”, até mesmo artisticamente sublimado, semelhantes a seus homólogos do passado.

Para compreender a desilusão, de forma desigual e sempre a curto prazo, das expectativas burguesas em relação à produção artística de vanguarda, conviria levar em consideração toda a lógica do campo dessa produção e da relação que ele estabelece com o campo da classe dominante.³⁴ Com efeito, não é por acaso que a análise encontre o gosto pela arte de vanguarda apenas no termo de uma série de oposições. De fato, tudo se passa como se, apesar de encarnar a legitimidade artística, o gosto de vanguarda manifestado pelos produtores se defina, de maneira quase negativa, como a soma das recusas de todos os gostos socialmente reconhecidos: recusa do *gosto médio* pelos grandes comerciantes e empresários novo-ricos, pelo “merceiro” caro a Flaubert que é uma das encarnações do “burguês” – tal como é pensado pelos artistas – e, sobretudo, talvez, atualmente, pela pequena burguesia impelida por sua pretensão cultural para os bens de cultura média ou para os bens mais acessíveis de cultura legítima – tais como a opereta e o teatro de bulevar que é mais fácil –, imediatamente, desclassificados por esta apropriação; recusa do *gosto burguês*, ou seja, do gosto pelo luxo tipicamente “rive droite” que encontra cúmplices em uma fração dos artistas; recusa, por último, do *gosto pedante*³⁵ pelos professores que, apesar de opor-se ao precedente, não é para os artistas senão uma variante do gosto burguês, desdenhada por seu didatismo enfadonho, argumentador, passivo e estéril, por sua seriedade e, sobretudo, talvez, por suas circunspeções e seus atrasos. É assim que a lógica da dupla negação pode conduzir os artistas a retomar, como por desafio, algumas das preferências características do gosto popular: por exemplo, é possível constatar seu acordo com as classes populares e as frações inferiores das classes médias – das quais, no entanto, estão separados por todos os outros aspectos – na escolha de um interior “fácil de arrumar” e “prático”, antítese do “conforto burguês”; do mesmo modo que eles podem reabilitar, embora no segundo plano, as formas mais desabonadas do gosto popular, *kitsch* ou cromo. O estilo de vida de artista, que se define por este distanciamento em relação a todos os outros estilos de vida e de seus apegos temporais, supõe uma espécie particular de patrimônio no qual o tempo livre desempenha o papel de um fator independente, parcialmente substituível ao capital econômico.³⁶ No entanto, o tempo livre e a disposição em defendê-lo pela renúncia ao que poderia ser obtido por seu intermédio supõem tanto o capital (herdado) que é necessário para tornar possível – ou seja, suportável – a renúncia quanto a disposição, altamente aristocrática, para essa renúncia.

COLUN
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

Não existe classe em que a oposição não só entre os jovens e os velhos, os pretendentes e os detentores, mas também entre os antigos na classe e os recém-chegados que nem sempre lhe é suscetível de ser sobreposta – já que, em determinados setores, pelo menos, os mais antigos são também os mais precoces – sejam tão determinantes quanto no âmago da classe dominante que só pode garantir sua própria perpetuação se for capaz de superar as crises, cuja virtualidade está inscrita na concorrência entre as frações para a imposição do princípio dominante de dominação e nas lutas de sucessão travadas no interior de cada fração. As diferenças entre as gerações – e a potencialidade dos conflitos de gerações – aumentam na medida em que são mais importantes as mudanças ocorridas na definição dos cargos ou nas maneiras institucionalizadas para ter acesso a eles, ou seja, os *modos de geração* dos indivíduos encarregados de ocupá-los.³⁷ Na seqüência, as diferenças relativas à diversidade dos modos de acesso ao cargo, em determinado momento – e que são, particularmente, visíveis nas populações bastante dispersas neste aspecto, tais como os quadros e os engenheiros –, duplicam-se da diversidade introduzida pelas variações, no decorrer do tempo, concernentes à definição do cargo e às condições de acesso ao cargo e, em particular, as variações do peso relativo dos diferentes modos de acesso vinculadas às transformações do sistema escolar e das relações entre este sistema e o parêntese produtivo.³⁸ Estas variações associadas à história que, apesar de serem particularmente importantes no caso das frações mais diretamente vinculadas à economia, tais como os engenheiros e os quadros, afetaram, de maneira mais insidiosa, a classe dominante no seu conjunto, têm todas as possibilidades de passar despercebidas por se revelarem apenas em ligação com a idade – e, assim, podem ser consideradas como um efeito da idade biológica ou, até mesmo, social, e não da geração –, além de se retraduzirem em trajetórias, ou seja, mediante histórias individuais que são outras tantas respostas, em determinado estado, das oportunidades objetivamente oferecidas pela história coletiva ao conjunto de uma geração. Diferentemente das profissões liberais (ou, pelo menos, dos médicos) que – tendo conseguido manter a definição tradicional do cargo e das competências que este exige, ao defender, entre outras coisas, as mais malthusianas condições de acesso ao cargo – escapam, de algum modo, à história e às divisões entre as gerações, determinadas categorias, por exemplo, as dos quadros e engenheiros, reúnem indivíduos separados sob o aspecto tanto da trajetória quanto da geração entendida como o conjunto dos produtos do mesmo modo de geração associado a um estado semelhante das oportunidades objetivas. Com efeito, pelo fato da dualidade dos modos de acesso, mediante diploma e promoção, além das divisões correlatas que impediam a defesa organizada dos modos de acesso e dos privilégios correlatos, essas categorias foram muito mais diretamente afetadas pelos efeitos da extensão da escolaridade que, ao aumentar o número de diplomas que dão direito ao cargo, transformou não só a relação de fato entre o diploma e o cargo, mas também a forma da concorrência para o cargo entre detentores e não detentores de diplomas.³⁹ Além disso, as transformações da economia retraduziram-se por uma transformação das relações numéricas e hierárquicas entre as diferentes funções de gerência e de direção, tendo determinado, assim, uma reviravolta do sistema das oportunidades oferecidas aos produtos de diferentes tipos de formação: autodidatas oriundos da promoção, engenheiros que

COLT ID
PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

freqüentaram as *petites écoles*, engenheiros das *grandes écoles* da área de ciências (*Polytechnique*, *École des Mines*, etc.), estudantes dos Institutos de Ciências Políticas ou da *École des hautes études commerciales*. Considerando que continua sendo nas diferenças de origem social e escolar – em todas as épocas, estas determinaram importantes diferenças entre indivíduos que, em determinado momento, ocupam posições formalmente idênticas – que reside o princípio das respostas diferentes que têm sido dadas por uns e por outros às mudanças resultantes das transformações da economia. Por exemplo, o fortalecimento das diretorias financeiras e comerciais em relação às diretorias tecnológicas que, além do fortalecimento da dominação dos bancos sobre a indústria, resulta da acentuada internacionalização dos grupos industriais, de seu capital, de seus dirigentes e *brevets*, implicou uma reavaliação dos diplomas e das instituições que levam a essas posições – por um lado, *Sciences Po* ou a ENA e HEC e, por outro, *Polytechnique* e as outras escolas de engenheiros –, tendo determinado, por conseguinte, uma *redistribuição das oportunidades* oferecidas às frações da burguesia que alimentam tais instituições: é assim que, graças à mudança das estruturas econômicas e, principalmente, por intermédio do *Institut des sciences politiques*, situado no escalão mais baixo da hierarquia propriamente escolar das escolas do poder, a grande burguesia parisiense reapropriou-se, sem dúvida, mais completamente do que nunca, das posições dirigentes na economia, assim como da alta administração do Estado (determinando réplicas coletivas e individuais dos estudantes da *Polytechnique* que, em número crescente, passam, por exemplo, por Harvard, Columbia ou M.I.T.). Além disso, a aparição de um grande número de *novas posições* – que, no mínimo, prometem ganhos equivalentes aos auferidos pelas posições estabelecidas, fins de carreira estritamente previsíveis, mas sem oferecer as mesmas garantias de segurança – tende a modificar o sistema das oportunidades diferenciais de ganho: pelo menos, na fase em que elas apresentam maiores riscos e oferecem os maiores lucros, estas posições situadas em pontos críticos da estrutura social atraem, prioritariamente, aqueles que, por sua origem social, têm a propensão pelas aplicações arriscadas, estabelecem as relações necessárias para efetuá-las e conseguem as informações indispensáveis para obtê-las.

Em uma categoria – por exemplo, a dos engenheiros – pode-se distinguir, assim, determinadas famílias de gosto correspondendo a subconjuntos de indivíduos separados tanto sob o aspecto do capital cultural e escolar quanto sob o aspecto da antiguidade na burguesia: em uma extremidade, o gosto pequeno-burguês dos engenheiros já velhos que, oriundos das classes médias ou populares, chegaram pela promoção ou passaram por escolas de segundo plano; e, na outra, o gosto burguês dos jovens engenheiros recém-formados das *grandes écoles* que fazem parte da burguesia, no mínimo, há uma geração.⁴⁰

As mesmas divisões existem, *a fortiori*, na categoria indiscriminada dos quadros, espécie de lugar de passagem em que é possível encontrar: antigos engenheiros, dotados de um capital cultural tradicional (quase sempre, científico) que exercem funções de autoridade (delegada); quadros da administração oriundos da promoção (no setor público, pelos concursos internos), mediante um grande trabalho de recuperação escolar raramente reconhecido por diplomas (se excetuarmos os diplomas “da casa”); jovens quadros oriundos das *grandes écoles* (*Polytechnique* e *École Nationale*

PLIN
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

Um jovem executivo que “sabe viver”

Michel R., executivo em uma agência de publicidade, em Paris, filho do presidente-diretor geral da filial francesa de uma empresa multinacional de vanguarda, estudou em um estabelecimento privado católico do 17º bairro e, depois, em *Sciences Po*; sua mulher, Isabelle, filha de um industrial do interior, havia estudado, também, em *Sciences Po* e trabalha em um semanário. Com 30 e 28 anos, respectivamente, eles têm dois filhos: moram em um apartamento moderno de 5 cômodos, em Paris, no 15º bairro. Apreciam “um pouco o conforto bem tranquilo”; não se interessam pelos pequenos consertos e nada fizeram para arrumar o apartamento. “A decoração foi feita pelo morador precedente; a cor verde da sala de jantar não me agradava, de modo algum, tornava o ambiente um pouco sombrio, mas acabamos por nos habituar; afinal de contas, acho um pouco chato cuidar da casa”. As portas são guarnecidas com molduras em madeira: “acho isso horrível, e eu teria vontade de retirá-las; neste apartamento moderno, esse falso embutido do séc. XVI ou XVIII, ou não sei de quê, é deplorável; ainda consigo suportá-lo, mas é algo que me deixa irritado”, diz Michel que chegou a retirar algumas molduras, mas não teve “coragem para terminar o serviço”.

“O universo dos avós”

O apartamento “continua sendo, em parte, o universo dos avós e bisavós que eram grandes burgueses”: quadros do avô de Michel “que, durante a vida, havia pintado, sem nunca ter trabalhado”; outros quadros foram recebidos como presente, um de Beaudin, um outro de Bissière, ainda, um outro de Folon. No entanto, não são apreciados por Michel que, “em geral, adora os impressionistas e, sobretudo, Bonnard e Monet ou Manet, aquele que pinta muitas paisagens, Pissarro”.

Detesta, também, as naturezas-mortas e os quadros que “suscitam problemas”: “Fernand Léger, coisas assim são horríveis, pesadas, espessas (...); ver dois ou três Braque é interessante; mas quando você vê 200 que têm o mesmo sistema, volta-se sempre à mesma coisa e acho que isso é um pouco tristonho, pode provocar pesadelos (...). Procuo um pouco situações de paisagem na pintura (...). Minha avó tem, em casa, um Bonnard; é o único quadro de valor bastante elevado que ela tem; nunca chegará às nossas mãos porque ela tem uma numerosa descendência; no entanto, é maravilhoso ter uma coisa dessas, é algo inaudito. No meu caso, prefiro coisas que não estejam na moda, algo intemporal”.

Isabelle não está totalmente de acordo com o marido: “gosto muito de algumas coisas modernas, mas é porque as cores me agradam (...), por exemplo, Vieira da Silva (hesita ao pronunciar o nome), Beaudin que se encontra atrás de você, agrada-me muito”. Ambos visitam, às vezes, as galerias de arte e exposições duas ou três vezes por ano: viram a exposição sobre Braque e, certamente, irão ver os impressionistas na galeria de Durand-Ruel.

“Havia um montão de coisas médias”

A mesa e as cadeiras da sala de jantar em acaju, estilo inglês do séc. XVIII, foram compradas em Londres, logo depois do casamento: “não sei se, atualmente, voltaríamos a fazer essa compra (...), compramos isso, nem sei porquê; do ponto de vista burguês, foi, certamente, uma boa aplicação”. Depois de terem visitado um grande número de antiquários, eles “acabaram comprando algo muito caro; isso teria custado o dobro, em Paris, encontramos um montão de coisas médias, e dissemos um para o outro ‘isso não ficará bem no apartamento’”. Enviar o mobiliário para Paris, “não foi complicado por estar isento de taxas de alfândega; bastou pagar a TVA [Taxa de Valor Agregado]”. No salão, mobiliário antigo e moderno, uma estante comprada na loja Roche-Bobois, um canapé adquirido em uma boutique de *Village suisse*...

O único carro de Michel é “um calhambeque Peugeot 404”, enquanto seus empregadores “têm Jaguares e o diretor de serviço tem um Alfa-Romeo, um Lancia”; “de vez em quando, chegam a falar para mim ‘então, você não vai trocar de carro?’; eles ficariam mais aliviados se eu trocasse de carro porque têm receio de que eu faça a visita dos clientes com o meu carro”.

“É o que fica bem para as pessoas que estão na publicidade”

Se, durante o fim de semana, em casa, ele usa “um par de calças já gastas”, na vida profissional, veste-se com muito esmero e elegância; compra os ternos na loja Barnes, ou seja, o alfaiate dos publicitários, na Avenue Victor Hugo, em Paris. “É o que fica bem para as pessoas bem-sucedidas na publicidade, tecidos ingleses, tipo Príncipe de Gales com um pouco de luxo (...), mas é um traje rejeitado pelos altos funcionários e pelos banqueiros (...); no banco, convém usar camisa de uma só cor; no banco, evita-se o que é ostensivo, enquanto, na publicidade, todo o mundo gasta tudo o que tem (...). Na nossa profissão, as pessoas são facilmente classificadas, existem classes, castas sociais e trata-se precisamente de atribuir um produto a uma casta. Quando chega um novo funcionário à agência, imediatamente, é observado à lupa (...). Aquele que tem um terno de veludo com grandes lapelas é esse mesmo que procura uma compensação, não tem suficiente auto-estima, pretende exhibir-se diante dos outros”. Durante um período, na agência, houve “um diretor financeiro oriundo de meio bastante modesto que, ao chegar, estava tão mal vestido que isso prejudicava a prospeção (...), estava vestido como um empregado de escalão inferior”. “Usar um terno com pequenas lapelas, apertado em baixo, um pouco curto, de cor chamativa com uma camisa que não combina e uma gravata estreita, por exemplo, segundo os cânones em vigor, é algo lastimável”.

“Não é o mesmo esnobismo exibido por algumas secretárias”

“Inversamente, estar exageradamente na moda, é também lastimável”, acrescenta Isabelle que veste os filhos “de maneira bastante clássica”, prestando muita atenção na escolha das cores: “aprecio muito, de vez em quando, o tipo macacão. Gosto muito da capa inglesa; de fato, é algo esnobe, mas não se trata do mesmo esnobismo exibido por algumas secretárias do *L'Express* que vestem os filhos nas pequenas butikues recém-abertas, do tipo *Minimachin*, *Minipêche*, *Minitout*, que cobram um dinheiro louco e não passam de uma cópia do parente menor”. Essas secretárias estão “todas bem vestidas, segundo meus cânones, sem nenhum equívoco em relação à escolha das cores (...); há moças que, ao chegarem, estavam vestidas com um gosto execrável, era algo vulgar, *cheap*, barato, mas lastimável (...) e, passados quatro anos, acabam por confundir-se com as outras”. Isabelle tem uma amiga que está sempre vestida “em grande estilo, enfim, está sempre encantadora, eu direi, é algo chique, com classe (...), em tudo, há uma busca na forma”. O pai de Michel veste, também, “muito bem, sem nenhum exagero, as cores combinam sempre, requintado sem qualquer ostentação; seu alfaiate é londrino”. A mãe de Michel não comete, igualmente, “excessos, veste sempre um manto de peles bem desenhado”; ela compra, freqüentemente, as roupas em Londres.

“Empregados de escalão inferior oriundos do interior que botam moinhos, gnomos e outras coisas horríveis nos jardins”

“Os pequeno-burgueses carecem de gosto’, é uma expressão que a gente utiliza freqüentemente, com plena consciência de que se é racista” (Michel e Isabelle sublinham, assim, constantemente que “procuram um distanciamento” em relação às práticas da velha geração da grande burguesia – sobretudo, sem dúvida, diante de uma socióloga, ainda por cima, irmã de um amigo). Os pais de Isabelle, industriais no interior, são mais severos ou menos tolerantes: “a propósito do fenômeno ‘pequena burguesia’, empregados de escalão inferior oriundos do interior que botam moinhos, gnomos e outras coisas horríveis nos jardins; Mamãe dizia ‘isso é escandaloso; as pessoas deveriam ser impedidas de fazer uma coisa dessas’; tratava-se de uma atitude autoritária, até mesmo, fascista – não é mesmo? –, o que nos levou a defender a idéia de que cada um tinha o direito de manifestar seus gostos”.

“Uma refeição bastante leve: legumes cozidos e queijo”

Em matéria de cozinha, assim como em matéria de vestuário ou de mobiliário, trata-se da mesma recusa da pretensão e do “exagero”, o mesmo senso da “distinção”. Sem ser “um enólogo capaz de distinguir o ano da safra”, Michel é “suficientemente especialista em vinhos”; o sogro que tem uma adega, aos poucos, deu-lhes esse gosto; quando o visitam, eles degustam garrafas de “Margot de 1926, algo fabuloso que já não é possível encontrar nos restaurantes (...). Entre meus colegas, por exemplo, sou

encarregado de escolher o vinho no restaurante; apesar de saber que uma garrafa de Cahors não terá o mesmo gosto de um bordeaux Saint-Estèphe ou Saint-Émilion, não faço má figura (...); em geral, ninguém sabe escolher o vinho; se, por acaso, você tem algum conhecimento, você dá a impressão de que sabe viver". No apartamento, eles possuem alguns *magnums* [grandes garrafas de 2 litros] de Veuve Clicquot do ano de 1962 comprados por eles: "produto de qualidade que bebemos uma ou duas vezes por mês; e, também, existem os presentes de Natal e Ano Novo (...). Tratando-se de whisky, preferimos Chiva's; como pode ver, mesmo assim, somos exigentes". Eles compram os vinhos, "na região de Bordeaux, a quinze ou dezoito francos por garrafa, cujo preço de mercado eleva-se a quarenta francos, ou seja, um vinho muito bom". À noite, quando estão a sós, eles preparam "uma refeição bastante leve: legumes cozidos e queijo". Gostam de servir aos amigos "escalopes com creme, vitela guisada, arroz ao curry e, às vezes, compramos salmão". Michel aprecia muito "o fígado de pato fresco com passas, cozinhado na cinza, o *confit* de ganso". Já esteve em trinta dos cem melhores restaurantes de Paris, citados no guia *Gault et Millau*, em refeições de negócios ("entre os trinta, apenas dez foram por minha conta"). Gosta também dos pratos à moda antiga, "ou melhor, a culinária da cozinheira caprichosa", mas não tanto dos pequenos restaurantes, nem "da culinária estrangeira, seja ela italiana ou chinesa".

"É saudável"

Michel e Isabelle são membros de um clube de golfe: "é formidável, não propriamente pelas outras pessoas; trata-se de velhos decrépitos que, na França, é algo muito característico do ponto de vista social, mas no Japão você tem 30% da população que faz parte de um clube". A inscrição custou um milhão; deixaram de freqüentá-lo por causa dos filhos, mas continuam pagando a mensalidade. Michel deixou de jogar tênis: "me exigem muito do ponto de vista muscular (...), é necessário correr, avançar até a rede, sinto dores nas costas (...); desse ponto de vista, o golfe é menos violento". "Vítimas da moda, de acordo com a expressão utilizada neste inverno", eles vão praticar esqui de fundo. Compraram, também, de segunda mão, bicicletas de competição e, no último verão, fizeram grandes passeios: "isso é saudável".

Durante o período dos estudos, Michel freqüentava o TNP, o teatro de Aubervilliers, para assistir às peças de Gombrowicz e de Brecht, mas deixou de fazer isso; recentemente, foram ao espaço de *Cartoucherie* de Vincennes, à *Opéra* e vão, muitas vezes, ao cinema. Têm um aparelho de som de alta fidelidade, um toca-fitas, escutam o programa *Tribune des Critiques de disques* na estação de rádio *France-Musique*. Michel escuta, com prazer, Mozart, *As núpcias de Figaro*, os *Quators* de Schubert, Bach e os *Quators* de Beethoven. "Nunca cheguei a entender a música puramente moderna, por exemplo, a de Webern". Apesar de poucas leituras de literatura e de romances, Michel vai ler Tony Duvert (ele gosta dos livros "um pouco estimulantes"; leu *Les gomme*s, mas "não ficou embalado com isso"). Lê, sobretudo, "tudo o que tem a ver com ciências humanas, obras de psicologia e de economia".

PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

d'Administration) e, em grande número, destinados a ocupar altas posições no privado; por último, quadros de um novo tipo, freqüentemente, afetados às funções comerciais ou de gestão, providos de um capital escolar (quando o detêm) adquirido nas escolas comerciais (*Business-schools*) ou nos institutos de ciências políticas, além de terem a propensão por um estilo de vida diferente do estilo da "velha burguesia" da qual, na maior parte das vezes, são oriundos.⁴¹

Tudo parece indicar que, aos diferentes modos de acesso definidos pelo capital escolar e pelo capital social possuído (mediante promoção ou diploma), correspondem carreiras bastante diferentes, muito mais rápidas para os detentores de capital escolar e de capital social, sobretudo, na segunda metade da carreira (os observadores estão de acordo para afirmar que os autodidatas têm suas melhores oportunidades no período que vai do início até metade da carreira, situado por volta de 35 a 40 anos). No entanto, os ciclos de vida profissionais dependem também das empresas, de modo que os detentores de diplomas encontram-se estreitamente associados às maiores empresas que são as únicas capazes de garantir carreiras do tipo burocrático. E de fato, como veremos mais adiante, entre os quadros das grandes empresas privadas, observam-se, no mais elevado grau, todos os traços do novo estilo de vida burguês.

Embora os quadros e os engenheiros detenham o monopólio dos instrumentos de apropriação simbólica do capital cultural objetivado sob a forma de instrumentos, máquinas, etc., indispensáveis ao exercício do poder do capital econômico sobre esse capital – aliás, através desse monopólio, eles exercem um poder real de comando e de privilégios relativos no âmago da empresa –, os lucros produzidos por seu capital cultural são, no mínimo, parcialmente apropriados pelos detentores do *poder sobre esse capital*, ou seja, pelos possuidores do capital econômico necessário para garantir a concentração e a implementação do capital cultural. Segue-se que, na classe dominante, eles ocupam uma posição instável que os leva a uma adesão bastante ambivalente à empresa e à "ordem social": na reivindicação ou revolta, eles obedecem tanto à preocupação de manter a distância legítima, ou seja, aquela estabelecida pelos veredictos escolares, em relação aos trabalhadores comuns, ou à indignação meritocrática de ser tratado como eles, quanto ao sentimento de uma verdadeira solidariedade de condição; e, inversamente, sua busca ansiosa pela integração à classe, por si mesmos ou por intermédio dos filhos, deixa sempre um espaço, variável segundo o estado conjuntural de seus interesses, a um ressentimento ambivalente contra os desafios, cuja apropriação completa nunca será conseguida por eles, mas que não podem ignorar nem recusar completamente. Todas estas disposições características da categoria em seu conjunto encontram-se, sem dúvida, impelidas à sua mais elevada intensidade entre aqueles que, por carecerem de capital escolar ou do mais precioso capital escolar no momento considerado – por exemplo, diploma de *grande école* em vez de *petite école* ou, então, cultura econômica jurídica em vez de cultura literária ou científica tradicional – ou de capital social necessário para fazê-lo frutificar nos mercados pela oferta das mais elevadas taxas de juros, são relegados à posição de *técnicos*, ou seja, executantes desprovidos, propriamente falando, de poder econômico, político ou cultural: ao introduzirem, nas posições inferiores da classe dominante, as disposições pequeno-burguesas que lhes deram a possibilidade de ter acesso a tais posições, eles opõem-se, sob

PLIN
PGEPI
uplente
PGEPI/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

Retratos de quadros

A análise sumária das ofertas de emprego publicadas em *Le Monde*, durante uma semana, é suficiente para identificar o sistema de traços característicos da nova espécie de quadros orientados, de preferência, para a comercialização, de acordo com a exigência do novo estado da estrutura das empresas.

"Product manager", engenheiro comercial, adjunto do diretor comercial, adjunto do diretor financeiro, "general sales manager", "sales engineer", ele deve ser, antes de mais nada, um "negociador", dotado de relações (03/07/1973) e:

- *apto para "contatos no nível mais elevado"*: sabendo agir com "diplomacia" (04/07); senso agudo dos "contatos em todos os níveis" (07/07); "habitado aos contatos com a administração no mais elevado nível, muito bom negociador" (07/07); "aptidão para os contatos em alto nível" (05/07); "contatos e negociação em nível elevado" (05/07); "negociação em nível elevado" (05/07); "negociação com os bancos" (03/07); "responsabilizar-se pelas relações com as administrações, representar a empresa nas organizações profissionais" (03/07); "gosto pelos contatos e pela animação"; "gosto pelos problemas e contatos humanos, facilidade de elocução" (04/07);

- *para as negociações internas*, ou seja, para um chefe de serviço de administração das vendas: "ação permanente de conciliação e de arbitragem entre a venda e a diretoria" (03/07); para um responsável pelas compras, "esta função exige o perfeito controle das relações entre um serviço de *marketing* e uma unidade de produção"; para um engenheiro comercial, "as negociações que ele terá de conduzir exigem uma atitude de compreensão e um espírito de criação, como resultado de sua competência" (03/07); finalmente, "coordenador entre os clientes, os vendedores, a administração, os técnicos da assistência e a fabricação";

- *tendo estudado em uma das novas escolas*, HEC, INSEAD, *École supérieure de commerce* (ESC) ou *Institut supérieur des affaires* (ISA), na maior parte das vezes, nomeadas juntas – eventualmente, com "passagem por uma universidade americana" (06/07);

- *dotado das aptidões e atitudes implicadas pelo pertencimento a empresas multinacionais ou dedicadas ao comércio internacional* ("inglês absolutamente indispensável"; léxico inglês: *marketing*, *merchandising*, etc., e anglicismos: "oportunidade", etc.);

- *tendo o "gosto pelo trabalho em equipe"* (07/07) e o *senso da "animação"* (substituto da *autoridade*); "dinâmico, com caráter flexível (...) deverá poder se integrar no âmbito de uma equipe" (06/07); "dirigir e *motivar* um *staff* de 20 pessoas" (03/07);

- *criador e dinâmico* (como a própria empresa, cuja "expansão a obriga a dedicar-se cada vez mais à exportação") (04/07); "dirigir, animar, formar uma equipe", "dinâmico e criativo" (04/07); "dinamismo, espírito de empresa, de síntese e de equipe" (03/07);

PLGEPID
uplente
PLGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

- *jovem* (quadro jovem);

- *móvel* – deve prever freqüentes deslocamentos e, em particular, estadas nos EUA.

A mesma fisionomia surge da descrição da evolução dos “empregos pouco solicitados, portanto, caros”, de acordo com a matéria da revista *L'Expansion* (jun 1973, nº 64, p. 139) intitulada “Os novos pássaros raros”: “O responsável pelo desenvolvimento recruta-se sempre por 70.000 a 80.000 F por ano; o controlador da gestão, entre 60.000 e 90.000. Grande demanda de auditorias internas que, de preferência, são solicitadas a Peat Marwick, Arthur Andersen ou Price Waterhouse. Um ‘júnior’ recebe entre 70.000 e 80.000 F; um ‘senior’ de 110.000 a 120.000. O analista de valor continua sendo pago em, no mínimo, 60.000 F por ano. O responsável pela formação deu um salto: no ano passado, 45.000 a 70.000 F; neste ano, 50.000 a 80.000. Nos grandes bancos, é possível encontrar uma remuneração que se eleva a 110.000-130.000. Mesma sobrevalorização no que diz respeito aos diretores de hipermercados. No ano atual, cinco *challengers* se tornaram mais evidentes: o responsável pela manutenção, o diretor de hotel, o responsável pelo merchandising (no âmbito do plano de *marketing*, ele tenta aprimorar a implantação da marca nos novos circuitos de distribuição). O *merchandiser* de base percorre as gôndolas dos hipermercados a fim de reservar o máximo de espaço ‘linear’ à marca que ele representa, o responsável pelos métodos administrativos (procede à análise dos circuitos e padrões administrativos; seu salário de contratação depende, em grande parte, assim como as auditorias, dos escritórios em que ele trabalhava), o controlador de fábrica (a origem anglo-saxã da função leva a procurar candidatos que tenham trabalhado em um escritório de ‘*charter accounting*’). E, amanhã? Dois novos pássaros raros surgem no horizonte: a ‘*auditoria-marketing*’ e a ‘*auditoria-relações públicas*’.

O retrato do quadro moderno tal como ele se desenhava em 1973 parece ter passado por uma transformação, sem dúvida, porque a crise oferece condições mais favoráveis ao antigo modo de comando (vê-se, assim, reaparecer o “dirigente de homens” – aquele que, segundo a observação de um informante, “sabe dizer ‘não’ sem explicar” – e aumentar a demanda de especialistas da produção e de diretores comerciais formados no exercício de suas funções) e, também, porque as escolas de engenheiros reagiram à progressão das escolas de gestão (por exemplo, com a criação do *Institut des sciences de l'action*, em X, em 1977). Segundo a sondagem do *Le Nouvel Économiste* (08/11/1976) com diretores do pessoal de 5.000 empresas, estas exigem sempre a “abertura de espírito”, o “dinamismo”, a “faculdade de adaptação e de contato”, o “espírito de síntese” e o “temperamento motivado”, sem deixarem de insistir sobre a “fidelidade” (na empresa Saint Gobain) e o “espírito de equipe” (nas empresas BSN e L'Oréal). Por último, 49% afirmam dar importância às opções políticas e sindicais contra 33% que dizem não se interessarem por esse aspecto (e 18% de não-respostas).

PL
PGEPI
suplente
PGEPI/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

quase todos os aspectos, aos jovens quadros oriundos das *grandes écoles* e, também, freqüentemente, das grandes famílias que ocupam uma parcela importante das novas posições oferecidas pelo setor privado.⁴² A dispersão da fração, simples categoria da estatística burocrática, mas também movimento de defesa corporativo que se afirma na *representação* que ele exhibe e dá a seu respeito, exprime a ambigüidade objetiva da posição dos “executivos e altos funcionários”, condenados a oscilar entre a colaboração e o distanciamento, portanto, a desafiar as *estratégias de anexação* que lhes permitem negociar sua solidariedade; ela deve-se, também, ao fato de que a palavra “executivo” é um desses *títulos* que, por ser uma retribuição associada à ocupação de uma posição, constituem um dos instrumentos privilegiados dos jogos do nominal e do real.

Embora a oposição entre as novas posições, acompanhadas pelo estilo de vida correspondente, e as posições estabelecidas não coincida exatamente com a oposição entre o setor privado e o setor público, o estilo de vida característico da “nova burguesia” encontra-se, sobretudo, entre os executivos do setor privado.⁴³ E, de fato, embora a pesquisa só apreenda, de forma bastante insatisfatória, os traços distintivos da nova burguesia,⁴⁴ ela registra um conjunto de oposições leves, apesar de sistemáticas, entre os quadros do setor público – quase sempre, oriundos das classes populares e médias, além de mais próximos dos engenheiros – e os quadros do setor privado, mais jovens, de origem social mais elevada em seu conjunto e que, muitas vezes, haviam estudado em HEC e *Sciences Po*, além de estarem próximos dos membros das profissões liberais. Os quadros do setor privado freqüentam um pouco mais assiduamente os antiquários, escolhem Dali e Kandinsky – em oposição a Vlaminck, Renoir e Van Gogh que, por sua vez, são preferidos pelos quadros do setor público –, *A Arte da Fuga* e o *Concerto para a mão esquerda* em vez de *Arlésienne*, *La Traviata*, *O Crepúsculo dos Deuses*, a *Pequena serenata noturna* e *Scheherazade*, ou ainda Aznavour, Françoise Hardy e Brassens em vez de Bécaud, Piaf e Jacques Brel, os ensaios filosóficos e a poesia em vez dos relatos de viagem, das narrativas históricas e das obras clássicas; eles descrevem o amigo ideal como artista e distinto em vez de consciencioso, boa-vida e ponderado, o interior é sonhado como austero, pleno de fantasia e caloroso em vez de sóbrio, harmonioso e discreto. Em suma, pouco diferentes sob o aspecto da estrita competência cultural – conhecimento dos compositores –, os quadros tanto do setor privado quanto do setor público, opõem-se nitidamente em todos os domínios relacionados com a ordem do *ethos*.

Estas diferenças seriam muito mais marcantes se cada uma das duas categorias não contivesse uma fração de indivíduos que apresentam as propriedades dominantes na categoria oposta: ex-estudantes das *grandes écoles* de origem burguesa que, de passagem nas funções superiores do setor público, estão muito próximos dos engenheiros da *Polytechnique* ou dos membros das profissões liberais, quadros do setor privado oriundos das classes médias ou populares e desprovidos de diplomas que se encontram bastante próximos dos quadros do setor público e dos engenheiros comuns.

No entanto, as características da nova burguesia são obtidas, principalmente, por oposição à velha burguesia de negócios. Tendo atingido posições de poder em idade mais

COLEÇÃO
PPGEPID
suplente
PPGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
ninizadora emitirá um dos

samente,

jovem, freqüentemente, providos de diplomas universitários, além de fazerem parte, com maior freqüência, de empresas mais importantes e mais modernas, os quadros do setor privado distinguem-se dos empresários da indústria e do comércio – ou seja, burguesia de tradição, com suas férias nas cidades hidrominerais, suas recepções e obrigações mundanas – por um estilo de vida mais “modernista” e mais “jovem”, mais concordantes, de qualquer modo, com a nova definição dominante do dirigente (embora a mesma oposição se encontre entre os empresários): assim, eles lêem, em maior número, o jornal dedicado às finanças, *Les Échos* (índice de penetração de 126 contra 91 entre os empresários da indústria) e os semanários voltados para a economia e finanças (ou seja, um índice de penetração de 224 contra 190 entre os empresários da indústria); segundo parece, são menos propensos em investir seu capital em bens imobiliários; dedicam-se, com maior freqüência, aos esportes – a um só tempo, chiques, ativos e, freqüentemente, “cibernéticos”, tais como vela, esqui, esqui aquático, tênis e, secundariamente, equitação e golfe –, assim como à prática de jogos de sociedade, ao mesmo tempo, “intelectuais” e chiques: *bridge* e, em particular, xadrez. E, sobretudo, identificam-se mais completamente com o papel do quadro moderno voltado para o exterior (em companhia dos quadros do setor público e dos engenheiros, apresentam a mais elevada taxa de viagens ao exterior) e aberto às idéias modernas (conforme é testemunhado por sua elevadíssima participação em colóquios ou seminários profissionais). Pode-se ver um último indício – aparentemente menos relevante, mas bastante significativo – desta oposição no fato de que, entre os possuidores de whisky em casa, os quadros do setor privado são nitidamente mais numerosos (proporcionalmente), enquanto os empresários da indústria e do comércio continuam sendo os mais apegados à champanha, bebida de tradição por excelência.⁴⁵ Esta combinação de propriedades, ao mesmo tempo, luxuosas e intelectuais, na aparência, incompatíveis por estarem associadas, habitualmente, a posições diametralmente opostas na classe dominante, opõe a nova burguesia de negócios aos professores e aos empresários tradicionais, cujos automóveis de luxo, férias em hotel, iates e golfe evocam disposições éticas que passam a ser consideradas, em parte, como “fora de moda”. No entanto, ela opõe-se, também, aos membros das profissões liberais – e à combinação um pouco diferente do luxo com a cultura que os caracteriza – por uma acentuada inserção à vida econômica comprovada pela leitura de jornais (*Les Échos*) e semanários especializados em economia (*L'Expansion*, *Entreprise*), assim como por uma atividade profissional que implica um estilo de vida modernista e cosmopolita com suas viagens de negócios – longínquas (por avião) e freqüentes –, suas refeições e coquetéis profissionais, seus colóquios e seminários.

Sabendo do peso determinante que cabe à leitura dos jornais e semanários especializados em economia para caracterizar a nova burguesia, é importante lembrar que, segundo uma pesquisa empreendida pela IFOP, em 1973: 20% dos leitores de *Entreprise* pertencem a empresas que contam com um número superior a 1.000 assalariados; 20% trabalham na indústria química, aeronáutica, automobilística, mecânica ou eletrônica, ao passo que as empresas correspondentes representam apenas 2,6% das empresas francesas e, somente, 6% fazem parte de empresas da construção civil e de obras públicas que, por sua vez, representam 13,5% do conjunto das empresas; os estabelecimentos financeiros, as empresas de serviços e de distribuição registram uma

COL ID
PGEPIID
upiente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
nadora emitirá um dos

samente,

O "turismo de negócios"

Os "seminários-prêmio" e os "seminários de prestígio", como diz a linguagem nativa, fazem parte do conjunto de ganhos dissimulados que as empresas modernas oferecem a seus quadros. Os "seminários residenciais" – ou seja, aqueles que duram mais de um dia, desenrolam-se fora da empresa e cujo número, em 1973, era avaliado em 25.000 – suscitam o interesse de uma indústria das mais florescentes que associa os hotéis especializados no "turismo de negócios" (Novotel, Frantel, Sofitel, P.L.M., Méridien, Mercure, Motellerie), as cadeias (por exemplo, Seminotel) que garantem a promoção de um conjunto de hotéis especializados em seminários e congressos mediante 4% do faturamento, as empresas de consultoria (Cegos ou Sema) e seus psicossociólogos que oferecem *à la carte* (cf. o "catálogo" da Cegos e seus 294 "estilos", tarifados de 200 a 600 francos, por dia) "seminários de criatividade" e "animadores" encarregados de organizá-los. *Séminarc* é a invenção de um ex-estudante do INSEAD que, para rentabilizar a estância "Les Arcs", em região montanhosa, durante os seis meses mortos do outono e da primavera, transformou-a em um centro de seminários. De acordo com o semanário econômico – *L'Expansion*, déc. 1973 – do qual foi tomado de empréstimo o conteúdo destas informações, "o outono e a primavera são propícios ao recolhimento dos quadros superiores". A baixa estação de inverno é reservada aos "seminários de reciclagem-prêmio para as redes de venda que tiverem obtido bons resultados", enquanto a alta estação acolhe os seminários de prestígio do *top-management*, assim como os clientes importantes. Pode-se dar crédito a Gilbert Trigano, bom conhecedor do assunto: "No *Club*, daqui a vinte anos, haverá, sem dúvida, 50% de falsos congressos e 50% de verdadeiras férias". Todo aquele que se interroga a respeito das causas da inflação deveria levar em consideração, entre outros fatores esquecidos, o fato de que os homens de negócios, com seu "turismo de negócios", seus "presentes de empresa", seus carros de função, constituem uma fonte de bons negócios para os homens de negócios.

"Organizar seu seminário é nossa vocação."

Club Méditerranée.

"Confissão de um participante de seminário"

"O sorriso angelical das recepcionistas do *Club*, as formalidades rapidamente despachadas, nosso avião na hora marcada (eu já lhes teria dito que estávamos viajando para a Tunísia?), devo confessá-lo, a viagem foi muito agradável, assim como o acolhimento na aldeia. E Djerba, a Amável, é um verdadeiro pequeno paraíso. Em breve, chegaram os grupos vindos de Lyon e de Bruxelas, por avião especial, aliás, à semelhança do que havia ocorrido conosco. Troca de roupa – o sol bate forte –, seguida de apresentação do programa e do *Club*. E dirigir-se para a mesa farta do *Club* que merece bem seu nome, palavra de gastrônomo. Em seguida, pudera! eu já estava com as bermudas: ou haveria outro jeito de fazer esqui aquático?

E o trabalho? Começou no dia seguinte e prosseguiu nos dias subseqüentes, sempre de manhã. Em excelentes condições: uma sala agradável e bem equipada, com aparelhos de projeção, microfones, etc. Ainda um bom ponto para o *Club*.

Eis um ambiente favorável para as palestras e para os debates que foram animados e sempre bem humorados. No tempo restante: excursões, concertos, esporte... nada obrigatório, *farniente* e espetáculos, saraus, sem esquecer, o *night-club*. Até o jantar de gala, no último dia.

Foi tudo. Que bom, este seminário! E frutífero: trabalha-se em boas condições e com eficácia quando é possível descontrair-se de verdade. Não pretendo dar a impressão de pregar para o meu santo, mas será possível encontrar algo melhor do que é proposto pelo *Club*?"

L'Expansion, n° 63, mai 1973.

“Seminários 3 estrelas”

“5 Hotéis:

Hôtel des Trois Arcs (excelente conforto)

Hôtel de la Cascade (luxuoso)

Hôtel Pierre Blanche (excelente conforto)

Hôtel de la Cachette (grande *standing*)

Hôtel du Golf (grande *standing*)

Todos os apartamentos compreendem: banheiro completo, telefone, interfone, rádio, etc.

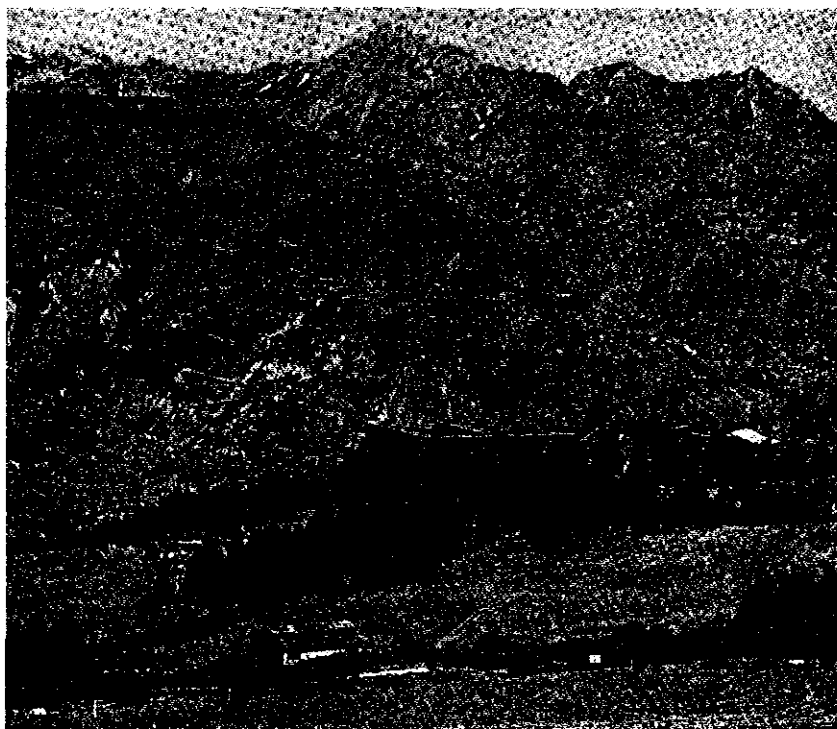
12 restaurantes em *Arc Pierre Blanche* e, na altitude, 2 restaurantes em *Arc Chantel*.”



“Seminários em que se respira”

“Em ‘Les Arcs’, a natureza é a grande mestra: a estância domina o vale do rio Isère que, neste local, ainda é um curso de água, bem vibrante, de montanha. A orientação privilegiada deste vale permite tirar o máximo proveito do sol.

“Nos nossos apartamentos do hotel, assim como nas salas de trabalho, você usufruirá de uma vista panorâmica para o maciço do Monte Branco.”



Informações cedidas por Séminarc

PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

Tarifas 1975 - 1976
 (1º de dezembro de 1975 - 30 de novembro de 1976)
 600 apartamentos de hotéis "3 estrelas". Diária por pessoa

número de participantes	estação	alta estação (férias escolares - 24.01.76 - 20.03.76)		
		2 dias. 1 noite 3 dias. 2 noites	4 dias. 3 noites	5 dias. 4 noites 6 dias. 5 noites 7 dias. 6 noites
de 10 a 25	170	250	235	205
de 26 a 50	165	245	230	200
de 51 a 75	160	240	225	195
de 76 a 100	155	235	220	190
de 101 a 200	145	230	195	185
de 201 a 300	135	225	190	180

"Encontrei participantes de seminário que estavam felizes"

"O local privilegiado para garantir o sucesso na organização de Congressos ou Seminários é exatamente o *Mont d'Arbois* em Megève (Haute-Savoie), região central do maciço do Monte Branco.

"Encontrei participantes de seminários e de congressos que haviam conseguido bronzear-se, descontraír-se, em resumo, estavam felizes com sua estada. Para trabalhar, é claro, mas em um ambiente propício à mudança de hábitos e à descontração.

"Em relação ao trabalho, o hotel de *Mont d'Arbois* está em condições de satisfazer as exigências particulares de cada empresa. O equipamento é completo: salas de conferência e salas para trabalho de grupos entre 20 e 200 pessoas, aparelhos audiovisuais, cabinas de tradução simultânea... cada serviço é organizado, assim, 'à sua medida'.

"É possível viajar por avião, com *Air Alpes* (Paris fica a 90 minutos de *Mont d'Arbois*), por trem (basta uma noite para fazer o trajeto a partir da capital) e por carro com a possibilidade de escolher o itinerário.

"Em relação às diversões, é realmente o paraíso. Segundo a estação do ano, você pode fazer esqui, em pleno centro do fantástico maciço do Mont Blanc, ou tirar proveito dos mais belos percursos de golfe da França. O hotel põe à disposição, igualmente, quadras de tênis, assim como piscina coberta com sauna e sala de ginástica.

"Para quem detesta o esporte, são oferecidas agradabilíssimas caminhadas em uma paisagem excepcional e na encantadora aldeia de Megève com múltiplas possibilidades. No próprio hotel, à noite e a pedido dos hóspedes, podem ser organizados divertidos espetáculos com decoração, orquestra e, inclusive, vedetes. Em relação à gastronomia, este hotel de grande classe oferece-lhe uma culinária invejável com um serviço particularmente caprichado. Falando de preços, você pode estar certo de que são bastante competitivos, sobretudo, nos meses de setembro e dezembro. A melhor forma de fazer tal comprovação consiste em consultar as tarifas do *Hôtel du Mont d'Arbois* (Fone: 50 212503 e falar com o sr. Thommen ou o sr. Ziegler).

"Ainda um último detalhe: está comprovado que a altitude estimula as faculdades intelectuais. Como este Hotel se encontra a 1.300 m... seus seminários serão mais eficazes."

(Publicidade) *Entreprise*, 977, 31-5-74

proporção relativamente importante de assinantes, inversamente às empresas comerciais, hotéis, bares e restaurantes (que constituem uma proporção muito importante das empresas); no interior das empresas, 4,6% dos leitores são chefes de empresa ou membros da diretoria; 15% dos destinatários ocupam uma função comercial, 12% uma função administrativa e 10%, somente, uma função de produção (*Entreprise, caractéristiques professionnelles des lecteurs, Résultats de l'enquête IFOP*, Paris, Régie presse, 1973, 20 p.). Por outras fontes (F.C., VI), sabe-se que os leitores de *Entreprise*, *L'Expansion* – cujas características seriam semelhantes, mas, sem dúvida, ainda mais acentuadas – e *Les Échos* distinguem-se particularmente do público dos outros órgãos de imprensa no sentido em que apreciam falar de economia e de negócios, fazem freqüentes viagens de negócios na França e no exterior, são titulares de um cartão de crédito, lêem revistas em língua estrangeira, possuem um mobiliário contemporâneo – indicador bastante equívoco, embora tenha sido possível observar, por outros indícios, uma ligação sistemática entre a nova burguesia, os novos bairros, os imóveis e o mobiliário modernos. Pode-se indicar com precisão a imagem desta nova burguesia ao considerar as características da população dos ex-estudantes do INSEAD que, oriundos em grande parte do patronato tradicional, adquiriram nesta instituição escolar original – o ensino é ministrado, em grande parte, em inglês, por um corpo docente internacional, freqüentemente, com formação norte-americana – as capacidades necessárias para operar uma reconversão bem-sucedida para as funções de quadros – sobretudo, comerciais e da administração – de empresas multinacionais, em particular, norte-americanas. Estes “jovens quadros dinâmicos”, leitores de *L'Expansion* (63,5%), *L'Express* (53%), *Entreprise* (33%) e, secundariamente, de *Le Nouvel Observateur* (22,5%), praticam esqui (71,5%), tênis (58%), vela (37%) e equitação (23,5%). Suas esposas, freqüentemente, desempenhando uma atividade nas novas profissões (daquelas que trabalham 10% são jornalistas, 6% intérpretes e 12% médicas ou psicólogas), participam das mesmas disposições modernistas (84% falam, no mínimo, um idioma estrangeiro) sem deixarem de estar mais apegadas às formas tradicionais de cultura (28% visitam, no mínimo, uma vez por mês, museus ou exposições) (cf. J. Marceau, *The Social Origins, Educational Experience and Career Paths of a Young Business Elite, Final Report for SSRCF Grant of 1973-1975*, Paris, 1975, 117 p. mimeo.).

A luta pelas classificações que se desenrola, em primeiro lugar, no âmbito das empresas e visa subordinar a produção à publicidade, o *engineering* ao *marketing* – luta pela qual cada categoria de dirigentes pretende promover seus interesses profissionais ao fazer aceitar uma escala de valores que, no topo da hierarquia, coloca as funções para o exercício das quais sente-se mais bem preparada –, assim como todas as lutas da mesma forma que se travam no âmbito da fração dirigente da classe dominante são inseparáveis dos conflitos de valores que comprometem toda a visão do mundo e toda a arte de viver¹⁶: além de interesses categoriais, eles estabelecem oposição entre carreiras escolares e profissionais e, através delas, entre diferentes recrutamentos sociais, portanto, entre diferenças mais recônditas de *habitus*. É assim, por exemplo, que os diretores financeiros das maiores empresas (cf. *L'Expansion*, abril 1975 et juil-août 1975) – tendo freqüentado, em sua maioria, *Sciences Po* ou HEC –, detentores de um considerável capital social (relações familiares, colegas de turma), freqüentemente, membros de clubes, figurando

PLID
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

quase todos no *Who's Who* e, em grande parte, no *Bottin mondain*, opõem-se, sem dúvida, por tudo o que faz o estilo de vida aos diretores de "recherche-développement" que, tendo estudado quase sempre nas escolas de engenheiros, com grande frequência, originários das classes populares ou médias, têm lazeres muito semelhantes aos dos professores (montanha, caminhada, etc.). O mesmo é dizer que as transformações dos cargos – e de seus ocupantes – são acompanhadas, inevitavelmente, por um verdadeiro trabalho simbólico, cujo objetivo consiste em fazer com que sejam *reconhecidos* nas representações, portanto, por uma luta permanente entre aqueles que entendem impor o novo sistema de classificação e os defensores do antigo. O gosto encontra-se na origem dessas lutas simbólicas que opõem, em cada instante, as frações da classe dominante e que seriam menos absolutas, menos totais, se não estivessem baseadas nessa espécie de adesão primitiva, de crença elementar que une cada agente a seu estilo de vida: a redução materialista das preferências a suas condições econômicas e sociais de produção, assim como às funções sociais desempenhadas pelas práticas, na aparência, mais desinteressadas, não deve fazer esquecer que, em matéria de cultura, os *investimentos* não são somente econômicos, mas também psicológicos. Os conflitos sobre a arte ou a arte de viver, cujo verdadeiro desafio é a imposição do princípio de dominação dominante no âmago da classe dominante, ou deste ou daquele campo mais específico – ou, em outras palavras, a obtenção da taxa de conversão mais favorável para a espécie de capital de que se está mais bem provido –, não revestiriam uma forma tão dramática (pensemos, por exemplo, nos debates sobre o currículo ou sobre os programas escolares) se não comprometessem os derradeiros valores da pessoa, ou seja, a forma altamente sublimada dos interesses.

A nova burguesia é a iniciadora da conversão ética exigida pela nova economia da qual extrai seu poder e seus ganhos; além disso, seu funcionamento depende tanto da produção das necessidades e dos consumidores quanto da produção dos próprios produtos. A nova lógica da economia substitui a moral ascética da produção e do acúmulo, baseada na abstinência, sobriedade, poupança e calculismo, por uma moral hedonista do consumo, baseada no crédito, despesa e fruição. Esta economia deseja um mundo social que julga os homens tanto por suas capacidades de consumo, seu *standing* e estilo de vida, quanto por suas capacidades de produção. Ela encontra seus porta-vozes convencidos na nova burguesia dos vendedores de bens e serviços simbólicos, empresários e quadros das empresas de turismo e jornalismo, de imprensa e cinema, de moda e publicidade, de decoração e promoção imobiliária: por seus conselhos dissimuladamente imperativos e pelo exemplo de uma arte de viver que eles vivem como exemplar, os novos *taste makers* propõem uma moral reduzida a uma arte de consumir, gastar e usufruir. Através de chamadas à ordem que assumem a aparência de conselhos ou advertências, eles fazem perdurar – sobretudo, entre as mulheres, indivíduos e objetos privilegiados dos atos de consumo – o receio de não estarem à altura dos inumeráveis deveres de consumidor implicados no estilo de vida "liberado" e no sentimento de carência relativo às disposições indispensáveis para cumprir tais deveres, forma inédita do sentimento da indignidade moral.

Composta por membros das frações dominantes que operaram a reconversão necessária para se adaptarem ao novo modo de apropriação do ganho implicado na transformação da estrutura do campo das empresas, a nova burguesia encontra-se na vanguarda da transformação das disposições éticas e da visão do mundo que se realiza no

PLURID
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

âmago da burguesia, por sua vez, na vanguarda – conforme está demonstrado pela Tabela 22 – de uma transformação geral do estilo de vida que é particularmente manifesta na ordem da divisão do trabalho entre os sexos e na maneira de impor a dominação. É ela quem inventa ou importa (dos Estados Unidos) o novo modo de dominação baseado na *maneira branda* – na escola, assim como na igreja ou na empresa – e no estilo de vida “descontraído”, cuja característica principal consiste na eufemização de todas as manifestações – em particular, o vestuário – da distância social e um abandono calculado da rigidez aristocrática apropriada para garanti-lo. Na seqüência de tão grande número de trabalhos históricos sobre a simbólica do poder, os ingênuos são os únicos a ignorar que as modas relacionadas com o vestuário e a cosmética constituem um elemento capital do modo de dominação. E toda a oposição entre o “fora de moda” e o “novo estilo”, entre o patronato integrista e o patronato modernista, informado das últimas técnicas do *management*, das relações públicas e da dinâmica de grupo, lê-se na oposição entre o empresário barrigudo e afetado, por um lado, e, por outro, o quadro bronzeado, magro e “descontraído”, em sua postura como em suas maneiras, nos coquetéis como nas relações com aqueles que são considerados por ele como “parceiros sociais”.

A distinção burguesa define-se sempre, tanto na maneira de falar, quanto na postura corporal, pela *distensão na tensão*, pela naturalidade na apresentação e na reserva, combinação rara, altamente improvável, de propriedades antagonistas. E tudo se passa como se a luta que opõe a velha à nova burguesia tivesse como pretexto o privilégio atribuído a um ou ao outro dos contrários, cuja conciliação deverá ser alcançada pela distinção: enquanto os juniores da classe dominante e a nova burguesia denunciam o rigor tenso da austera velha burguesia e pregam a “distensão” e o estilo de vida “descontraído”, a velha burguesia condena o estilo de vida “relaxado” da nova burguesia e, em matéria de linguagem ou de costumes, reivindica maior decência e moderação.

Seria possível desenhar uma espécie de retrato composto da *hexis* corporal da nova burguesia a partir de retratos dos “homens da turma do imobiliário”, apresentados pela revista *Entreprise* (nº 894, 27 oct. 1972). Em seguida, duas amostras exemplares: “Alto, magro, bronzeado, usando terno cinza e óculos de tartaruga, W. S., 32 anos, licencié em direito, diplomado pela *École supérieure de commerce* de Paris, filho de industrial, afirma estar apaixonado por seu ofício, mas sabe encontrar tempo para jogar golfe e tênis, assim como para ler alguns romances contemporâneos”. “Alto, magro, testa ampla, sorridente”, J. C. A., 55 anos, licencié em direito, filho do presidente do sindicato dos banqueiros na Bolsa de Valores de Paris, “sente-se à vontade e autoconfiante não só entre seus pares, mas também diante dos representantes do poder público (...). Apesar de seu desinteresse, há vários anos, pelo pôquer, ele aprecia, em seu tempo livre, ‘respirar’ nos descampados do golfe ou tocar órgão”. Assim, quase sempre oriundo da grande burguesia de negócios, ex-estudante de um grande liceu parisiense e, em seguida, de um estabelecimento de ensino superior, o promotor imobiliário ideal ou ideal-típico declara-se amante das artes ou da música clássica e é praticante, no mínimo, de um dos esportes chiques – quase sempre esqui, golfe ou tênis –, além de equitação, pesca submarina, vela, caça, aviação (o que se torna evidente através de seu “aspecto esportivo” e seu rosto “bronzeado”; e, negativamente, através de sua “magreza”). Em relação ao uso do vestuário que, conforme ficou demonstrado em outro estudo (cf. P. Bourdieu e Y.

FOLIO
PGEPID
uplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

Tabela 22 – Variações das disposições éticas

	agricultores	empresários da indústria e do comércio	operários	empregados, quadros médios	quadros superiores, prof. liberais
um rapaz pode sair sozinho antes dos 18 anos (1959)	39	29	42	40	62
uma moça pode sair sozinha antes dos 18 anos (1959)	12	5	14	14	26
deve-se permitir que os rapazes com 18 anos possam assistir aos filmes que desejarem (1971)	56	62	69	70	69
deve-se permitir que as moças com 18 anos possam assistir aos filmes que desejarem (1971)	55	58	63	66	66
as escolas mistas são algo de bom para a educação dos rapazes (1971)	59	64	75	81	87
as escolas mistas são algo de bom para a educação das moças (1971)	55	64	74	78	86
a venda de pílulas a adolescentes não casadas deveria ser permitida sem a autorização dos pais (1967)	8	18	13	20	32
abortar não é crime (1971)	24	*	44	56	47
parece preferível depositar confiança nas crianças deixando que tomem iniciativas (1972)	60	60	58	65	70
é impossível que os jovens possam viver de outro modo (sem gastar dinheiro) (1972)	34	41	42	48	41
um rapaz (só) pode sair sozinho a partir dos 18 anos (1959)	58	71	56	58	38
uma moça (só) pode sair sozinha a partir dos 18 anos (1959)	83	88	82	82	70
não se deve permitir que os rapazes com 18 anos possam assistir aos filmes que desejarem (1971)	38	33	25	26	26
não se deve permitir que as moças com 18 anos possam assistir aos filmes que desejarem (1971)	38	38	31	30	28
as escolas mistas são algo de ruim para a educação dos rapazes (1971)	21	22	18	13	8
as escolas mistas são algo de ruim para a educação das moças (1971)	24	24	20	15	9
a venda de pílulas a adolescentes não casadas (só) deveria ser permitida com a autorização dos pais (1967)	74	70	78	76	62
abortar é crime (1971)	59	*	43	36	43
parece preferível dizer às crianças o que devem fazer e evitar mostrar-se fraco diante delas (1972)	36	34	40	29	25
os jovens gastam dinheiro demais (1972)	50	47	45	37	37

* Nesta pesquisa, os empresários haviam sido incluídos no grupo dos quadros superiores e dos membros das profissões liberais.

Fonte: IFOP.

Aqui, à semelhança do que ocorre em qualquer entrevista sobre a moral doméstica, a propensão para o liberalismo ou para o laxismo tende a aumentar à medida em que se sobe na hierarquia social (relação que, conforme é demonstrado por um grande número de estatísticas, não reproduzidas aqui, inverte-se de forma bastante regular desde que a ordem social, e já não a ordem moral, está em questão). Não há necessidade de entrar em uma análise aprofundada de todas as variações para verificar que as classes superiores encontram-se sempre na vanguarda da inovação ética. Tudo parece indicar – e, em particular, o fato de que os empregados e os quadros médios mostram-se muito mais rigoristas na pesquisa de 1959 que nas pesquisas ulteriores – que a nova moral pedagógica, e a nova moral sexual de que ela é solidária, tendem a impor-se cada vez mais amplamente, sem dúvida, em parte, pelo efeito de imposição de legitimidade exercida continuamente pelas revistas ilustradas femininas e pelos órgãos especializados na educação das mulheres e das famílias, mas também e, sobretudo, por intermédio da generalização do acesso das moças da burguesia ao ensino superior que determinou, através da experiência prolongada da condição de estudante, assim como pelo efeito do conteúdo do ensino, a modificação de tudo o que, na moral burguesa, incumbia à mulher e, em particular, de todos os valores confiados à sua guarda.

A categoria dos empregados e dos quadros médios agrupa, aqui, a pequena burguesia estabelecida e a nova pequena burguesia – jovens empregados, serviços médico-sociais, etc. – que, de uma forma mais freqüente e durante um período mais longo, passou pelo ensino secundário ou superior; além disso, é possível supor que, particularmente sensível à legitimidade do novo estilo de vida a que aspira, ela representa a via de penetração privilegiada da nova moral.

A Distinção

PGEPID
suplente
PGEPID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

Delsaut, "O Costureiro e sua Grife: contribuição para uma teoria da magia", in *A Produção da Crença*. 3. ed. Porto Alegre, Zouk, 2006. p. 113-190), é solidário da relação com o corpo e das disposições éticas que se exprimem nessa relação, bastará citar um artigo de *Le Figaro* (1-12-1975). Depois de ter indicado que a predileção de Antoine Riboud, presidente de BSN, por roupas esportivas e informais, enquanto Gilbert Trigano usa raramente gravata, como testemunho de que o vestuário, à semelhança da linguagem ou de qualquer outra propriedade, entra nas estratégias quase conscientes de manipulação, o articulista prossegue: "Um jovem industrial francês fez-nos esta declaração: 'Tenho três ternos. Quando vou a reuniões de comitê de desenvolvimento regional, formado por banqueiros e funcionários, devo vestir-me de maneira bastante estrita. Nos negócios, meu traje é bastante fantasista porque trabalho na indústria do móvel, bem semelhante à decoração. Por sua vez, na visita das fábricas, *assino o ponto* com jaqueta e pulôver de gola alta'" (grifo nosso).

O estilo de vida da nova vanguarda ética exprime bastante diretamente a estrutura do patrimônio que se encontra no princípio de seu poder e de suas condições de existência. Quadros de grandes empresas nacionais, públicas ou privadas (neste aspecto, distinção bastante artificial), ou proprietários de grandes empresas modernas, freqüentemente, multinacionais, eles não estão vinculados a um lugar, à maneira dos pequenos proprietários das empresas locais, notáveis locais, cujo prestígio é inseparável de um universo de interações reais e de um verdadeiro trabalho de representação. Tomando um "centro" como referência constante, ou seja, as diretorias centrais das quais esperam as diretivas ou a promoção, seu prestígio e poder advêm, em grande parte, dos diplomas, por sua vez, também nacionais ou internacionais, além de se encontrarem mais desembaraçados dos privilégios e prestígios locais, cada vez mais desvalorizados à medida que progride a unificação dos mercados econômico e simbólico que os reposiciona na hierarquia nacional ou internacional. Convencidos de que devem sua posição unicamente aos diplomas e à competência técnica e "humana" – "dinamismo", "combatividade", etc. – de que, segundo se presume, eles são a garantia, impregnados da cultura econômica e política que é ensinada nos institutos de ciências políticas ou nas *Business-schools* e da visão modernista do mundo econômico e social que é solidária dessa situação, além de contribuírem para produzi-la em seus colóquios, comitês ou seminários, esses "quadros dinâmicos" abandonaram a champanha dos empresários do tipo "Velha França" – e toda a visão do mundo e da França, assim como da visão da França no mundo circundante – pelo whisky dos *managers* e o culto das "belas letras", delegado às esposas, pelo gosto da informação econômica que se cultiva em inglês. Negação e futuro dos empresários de outrora dos quais são os herdeiros e só estão separados, no fundo, pelo tempo, portanto, freqüentemente, pela idade – o que pode fazer acreditar em um efeito de geração no sentido comum do termo –, eles são aqueles que levam vantagem para conservar melhor sua condição.

Além da estrutura interna das frações dominantes, a estrutura das relações entre as frações dominantes e as frações dominadas tende a transformar-se profundamente quando uma parcela cada vez mais importante da fração dirigente mantém, não propriamente seu poder, mas, pelo menos, a legitimidade de seu poder que, em vez de vir diretamente do capital econômico, depende do capital escolar adquirido em uma competição escolar formalmente pura e perfeita. Os novos dirigentes da economia extraem da nova cultura de

Em vez de uma função técnica ou, inclusive, estética, os objetos desta sala significam simplesmente esta última função e, de algum modo, conferem-lhe maior solenidade por sua antiguidade que, por sua vez, é confirmada pela pátina. Assim, reduzidos ao estado de instrumentos de um ritual, eles nunca são questionados a respeito de sua função, nem de sua comodidade: fazem parte da necessidade aceita segundo a modalidade do "isso é assim mesmo" à qual seus utilizadores devem adaptar-se.



"Em um imóvel burguês (...), esse é um apartamento resolutamente moderno, sem ser revolucionário", tal é, segundo a jornalista da revista *Maison et Jardin*, o apartamento de J.-J. Servan-Schreiber. Nesse ambiente, tudo está subordinado à busca da eficácia e do conforto: "O quarto dos donos da casa. As paredes cobertas com papel prateado são iluminadas por um lampadário com três projetores (...). Dos dois lados da cama, aberturas com o formato de uma porta de cabine dão acesso ao banheiro. Supremo requinte: um interruptor permite acender, sem necessidade de levantar-se da cama, as lâmpadas do banheiro".

Maison et Jardin, nº 162, abril 1970

que são dotados – racionalização de sua visão do mundo que tende a impor-se cada vez mais amplamente com o desenvolvimento de um setor da ciência econômica aplicado à gestão das empresas – o sentimento de deter uma autoridade de direito intelectual sobre a conduta da sociedade.⁴⁷ É assim que a oposição entre a “cultura desinteressada” do intelectual e a “incultura” do “burguês”, confinado nos interesses comuns de sua prática, cede o lugar – e não somente entre os novos burgueses – à oposição entre a cultura gratuita, irreal e irrealista do intelectual e a cultura econômica ou politécnica dos “quadros modernos” que pretende estar voltada para a ação sem ser redutível à indignidade de uma simples “prática”.

Os intelectuais, no sentido antigo, só têm conservado, talvez, a aparência do monopólio das práticas culturais legítimas ou, pelo menos, da imposição da definição de tais práticas, devido à inércia das instituições de produção e de difusão cultural (e, em particular, do sistema escolar); à *histeresis* dos *habitus* que encontram um fortalecimento permanente no fato de que a cultura literária e artística continua sendo a forma por excelência da cultura “desinteressada” e, por conseguinte, a mais legítima das marcas de distinção em relação às outras classes; e também, sem dúvida, à divisão do trabalho entre os sexos que confina as mulheres no privilégio do julgamento referente ao gosto e nas funções de manutenção do capital cultural em sua forma tradicional, reservando a nova cultura – voltada para a ação, para a economia e para o poder – aos homens. Deste modo, encontra-se confirmada – se é que isso era necessário – a tendência das frações dirigentes para pensar a oposição entre “o homem de ação” e “o intelectual” como uma variante da oposição entre o masculino e o feminino.⁴⁸

Grandezas temporais e grandezas espirituais

As diferentes espécies de capital – cuja posse define o pertencimento à classe e cuja distribuição determina a posição nas relações de força constitutivas do *campo do poder* e, por conseguinte, das estratégias suscetíveis de serem adotadas nessas lutas (em outras épocas, “nascimento”, “fortuna” e “talentos”; atualmente, capital econômico e capital escolar) – são, ao mesmo tempo, instrumentos de poder e pretextos de luta pelo poder, desigualmente poderosos de fato e desigualmente reconhecidos como princípios de autoridade ou sinais de distinção legítimos segundo os momentos e, evidentemente, segundo as frações: a definição da hierarquia entre as frações ou, o que dá no mesmo, a definição dos princípios de hierarquização legítimos, ou seja, dos instrumentos e dos pretextos de luta legítimos, é, em si mesma, um pretexto de lutas entre as frações.⁴⁹

Pelo fato de que os participantes de um jogo chegam a um acordo sobre os lances, pelo menos, no que diz respeito à sua disputa, pode-se acentuar, à vontade, as cumplicidades que os unem na hostilidade ou as hostilidades que os separam na cumplicidade. Basta evocar, por exemplo, as relações altamente ambivalentes entre os artistas e os empresários das artes que, pelo menos no século XIX, são, na maior parte das vezes, empresários simplesmente. Estes respondem por uma espécie de patronagem paternalista às provocações simbólicas dos artistas, em nome de uma imagem, de fato, bastante realista do que são os produtores de bens culturais, ou seja, filhos de burgueses falidos ou primos pobres compelidos a empreender trajetórias de substituição; eles podem, inclusive, justificar a exploração que exercem a pretexto de estarem preocupados em protegê-los contra os efeitos de seu “idealismo” e de sua falta de senso “prático”.⁵⁰ Por sua vez, os intelectuais e,

sobretudo, os artistas, podem encontrar na homologia estrutural entre a relação dos dominados com os dominantes e a relação das frações dominadas com as frações dominantes, o princípio de uma solidariedade vivida e, às vezes, real, com as classes dominadas, sem deixar de representarem as franquias simbólicas que os “burgueses” são obrigados, de alguma forma, a lhes reconhecer, nem que fosse pelo fato de que são obrigados a reconhecer a afirmação por excelência de seu ponto de honra espiritual na negação do materialismo popular embutido na negação de artista do materialismo “burguês”. Aqueles que ocupam a posição temporalmente dominante no âmago da classe dominante são colocados, com efeito, em uma situação contraditória que os impele a manter uma relação *ambivalente* com os bens culturais e aqueles que os produzem: rechaçados pelos intelectuais e pelos artistas para o lado do materialismo filisteu e do antiintelectualismo viril, eles devem invocar, quando se pensam em relação às classes dominadas, tudo o que é invocado contra eles pelos intelectuais e pelos artistas. E isso sem poderem satisfazer-se completamente com a solução que lhes oferecem “seus” intelectuais e “seus” artistas (ou seja, os intelectuais e os artistas que, no campo de produção cultural, ocupam uma posição temporal e *temporariamente* dominante, homóloga de sua própria posição na classe dominante): a própria relação com o poder temporal e com os ganhos correlatos que define o intelectual ou o artista “burguês” não lançará a suspeita sobre o “desinteresse” que, aos próprios olhos dos dominantes, define propriamente falando os intelectuais e os artistas?

Os intelectuais e os artistas são posicionados, deste modo, no espaço social em que mantêm uma estreita relação com o desinteresse e com todos os valores universais e, universalmente, reconhecidos como os mais elevados (tanto mais que eles se encontram mais próximos do pólo dominado do campo de produção cultural). As estratégias ideológicas a que têm de recorrer para desacreditar as práticas da fração oposta no espaço da classe dominante – de que se pode fazer uma boa idéia a partir das afirmações críticas de “rive gauche” a respeito do teatro de “rive droite” – devem sua perfeição quase automática ao fato de que, considerando a estrutura quiasmática da distribuição das diferentes espécies do capital segundo a qual os primeiros em determinada ordem têm as maiores oportunidades de ser os últimos em outra ordem, basta-lhes transformar a necessidade em virtude para lançar no arbitrário as “virtudes” correspondentes a outras necessidades. A esperança de uma reviravolta no além das hierarquias temporais que se engendra na experiência, vivida como escandalosa, da discordância entre a hierarquia das grandezas “temporais” e a hierarquia das grandezas “espirituais”, impõe-se como uma evidência prática aos produtores culturais e, especialmente, àqueles que, no campo da produção cultural, ocupam uma posição homóloga à ocupada pelos produtores culturais, em seu conjunto, no campo da classe dominante: pelo fato de que eles se opõem àqueles produtores que, por oferecerem produtos diretamente ajustados ao gosto dominante, são os mais reconhecidos temporalmente, como existe oposição às frações dominantes por parte dos produtores culturais em seu conjunto, dos escritores e dos artistas que são temporal e *temporariamente* dominados porque seus produtos devem produzir seu próprio mercado, são os portadores predestinados das esperanças escatológicas que, como tais, amparam sua “ascese no século” e seu sentimento da “missão”, são o verdadeiro ópio dos intelectuais. A analogia com a religião não é artificial: com efeito, nos dois casos, a mais indiscutível transcendência em relação aos interesses estritamente temporais surge da imanência das lutas interesseiras.

COLID
PGEPIID
uplente
PGEPIID/Orientadora

Defesa Pública. Caso o
encontra-se em anexo,
Secretaria do PPG, antes
minadora emitirá um dos

samente,

A boa vontade cultural

Os membros das diferentes classes sociais distinguem-se não tanto pelo grau segundo o qual eles *reconhecem* a cultura, mas pelo grau segundo o qual a *conhecem*: as declarações de indiferença são excepcionais e, ainda mais raras, as rejeições hostis – pelo menos, na situação de imposição de legitimidade que cria a relação de pesquisa cultural como se fosse quase um exame. Um dos mais seguros testemunhos de reconhecimento da legitimidade reside na propensão dos mais desprovidos em dissimular sua ignorância ou indiferença e em prestar homenagem à legitimidade cultural – cujo depositário, em seu entender, é o pesquisador – ao escolher no patrimônio deles o que parece ser mais ajustado à definição legítima, por exemplo, obras de música chamada “ligeira”, valsas vienenses, o *Bolero* de Ravel ou determinado nome de grande reputação, pronunciado de forma mais ou menos tímida.¹

O reconhecimento das obras e práticas legítimas acaba sempre por exprimir-se, pelo menos, na relação com o pesquisador que, pelo fato da dessimetria da situação de pesquisa e de sua posição social, está investido de uma autoridade que facilita a imposição da legitimidade: tal reconhecimento pode assumir a forma de uma simples profissão de fé (“gosto muito”), de uma declaração de boa vontade (“gostaria de conhecer”) ou da confissão de indiferença (“isso não me interessa”) que imputa, de fato, uma maior falta de interesse pelo sujeito que pelo objeto. Picasso, ou melhor ainda, “o Picasso”, conceito genérico que engloba todas as formas de arte moderna – e, especialmente, o que se conhece a esse respeito, ou seja, certo estilo de decoração – torna-se objeto das únicas denúncias expressas: como se a recusa impossível da cultura dominante só pudesse confessar-se sob o disfarce de uma contestação circunscrita ao que parece ser seu ponto mais frágil de defesa. O efeito de imposição de legitimidade que se exerce na situação de pesquisa é tal que, se não houver cuidado, pode-se *produzir*, como ocorreu com um grande número de pesquisas sobre a cultura, profissões de fé sem correspondência com qualquer prática real. É assim que, em determinada pesquisa sobre o público de teatro, 74% dos entrevistados de nível primário aceitam julgamentos pré-formados, tais como “o teatro eleva o espírito”, e perdem-se em um discurso de complacência sobre as virtudes “positivas”, “instrutivas”, “intelectuais” do teatro por oposição ao cinema, considerado simples recreação para distrair, fácil, artificial, até mesmo, vulgar. Por mais fictícias que sejam, estas declarações contêm uma realidade e não é indiferente que sejam os mais desprovidos do ponto de vista cultural, os mais velhos, os mais afastados de Paris, em suma, aqueles que têm menos oportunidades de ir realmente ao teatro que, mais freqüentemente, reconhecem que o “teatro *eleva* o espírito”. Seria, igualmente, falso aceitar ingenuamente – à semelhança do que ocorre com um grande número de “populicultores” de boa vontade – essas profissões de fé extorquidas ou ignorá-las: elas dão

uma idéia do poder de imposição capaz de ser exercido, muito além da esfera propriamente cultural, pelo capital cultural e pelas instituições que o concentram. Assim, observa-se que o reconhecimento atribuído às instâncias de consagração literária será tanto mais incondicional quanto maior for a distância em relação a essas instituições e, por conseguinte, mais improvável for a conformidade real às normas impostas e garantidas por elas.

Se a propensão e a aptidão para formular julgamentos sobre os prêmios literários variam como a prática da leitura e a informação sobre esses prêmios, um grande número daqueles que não têm qualquer prática de leitura – e, *a fortiori*, de leitura de livros laureados –, nem conhecimento dos prêmios literários, exprimem, apesar de tudo, uma opinião a seu propósito e, em sua maioria, uma opinião favorável (ou seja, para a pergunta 5, 54% das pessoas entrevistadas e 67% das que responderam): este reconhecimento sem conhecimento torna-se cada vez mais freqüente quando se desce na hierarquia social (como fica demonstrado pelo fato de que a diferença aumenta entre a parcela daqueles que não compram livros, tampouco laureados, e a parcela daqueles que se abstêm de proferir um julgamento sobre os prêmios ou os júris); do mesmo modo, a parcela dos julgamentos que contêm uma afirmação explícita da legitimidade dos prêmios cresce à medida que se desce na hierarquia das profissões e dos níveis de instrução – colunas 4b e 5b –, sem que seja possível imputar tais variações a um efeito de imposição de legitimidade diretamente exercido pela pergunta formulada (uma vez que a pergunta 4 que propõe um julgamento negativo varia segundo o mesmo princípio e o número de respostas recebidas é somente menor em relação à pergunta 5, sem dúvida, por fazer apelo, aparentemente, de forma mais nítida, à competência, além de supor um conhecimento específico dos meios literários).

Tabela 23 – Opiniões sobre os prêmios literários (%)

	as práticas		os saberes	as opiniões sobre os prêmios			
	não compradores de		ignoram nomes	júris suspeitos ?	bons livros ?	júris suspeitos ?	bons livros ?
	prêm. liter. [1]	livros [2]	[3]	NR [4a]	NR [5a]	não [4b]	sim [5b]
agricultores	95	88	65	50	26	44	81
operários	90	75	59	43	20	46	71
empresários ind., comerc.	82	63	45	39	16	37	64
empregados, quadros méd.	74	53	36	28	10	35	56
prof. lib., quadros sup.	29	46	16	18	16	33	64
primário	94	85	68	51	27	48	78
secundário	66	67	30	23	8	40	53
superior	55	21	9	18	5	25	37

Estes dados só adquirem sentido se for construído o sistema completo de suas relações; por isso, esforçamo-nos por apresentar, nesta Tabela sinótica, o conjunto dos fatos pertinentes, obtidos a partir de uma série de perguntas sobre os prêmios literários:

- 1 – Você já chegou a comprar um livro depois de lhe ter sido atribuído um prêmio literário?
- 2 – Neste último ano, você comprou livros de literatura geral para adultos, ou seja, excetuando os livros escolares, de estudo ou infanto-juvenis?
- 3 – Anualmente, são atribuídos prêmios literários a livros. Você poderia citar os nomes dos grandes prêmios literários de seu conhecimento ou, pelo menos, os mais importantes?
- 4 – O que você pensa desta opinião: “A maneira de atribuir os grandes prêmios literários é, muitas vezes, suspeita”?
- 5 – O que você pensa desta opinião: “Os grandes prêmios literários recompensam, em geral, livros excelentes”?

Fonte: IFOF, *Attitudes des Français à l'égard des prix littéraires*, nov. 1969.

Conhecimento e reconhecimento

Qualquer relação com a cultura da pequena burguesia pode se deduzir, de algum modo, da diferença, bastante marcante, entre conhecimento e reconhecimento, princípio da *boa vontade cultural* que assume formas diferentes segundo o grau de familiaridade com a cultura legítima, ou seja, segundo a origem social e o modo de aquisição da cultura que é seu correlato: a pequena burguesia ascendente investe sua boa vontade desarmada nas formas menores das práticas e dos bens culturais legítimos, ou seja, visita a monumentos e castelos (por oposição aos museus e coleções de arte), leitura de revistas de vulgarização científica ou histórica, prática da fotografia, aquisição de uma cultura em matéria de cinema ou jazz, do mesmo modo que ela desenvolve prodígios de energia e engenhosidade para viver, como se diz, “acima de seus meios” – por exemplo, na ordem da habitação, o artifício dos “cantos” (o “canto-cozinha”, o “canto-das-refeições”, o “canto-quarto” citados nas publicações femininas) destinados a multiplicar os cômodos ou os “truques” apropriados para ampliá-los, “áreas de arrumação”, “tabiques amovíveis”, “sofás-camas”, sem falar de todas as formas de símile e de todas as coisas capazes de “fazer”, como se diz, algo diferente do que elas são, ou seja, outras tantas maneiras utilizadas pelo pequeno para “tornar grande”.

A boa vontade cultural exprime-se, entre outros aspectos, por uma escolha particularmente freqüente dos testemunhos mais incondicionais de docilidade cultural – escolha de amigos “instruídos”, gosto por espetáculos “educativos” ou “instrutivos” – muitas vezes, acompanhados por um sentimento de indignidade (“a pintura é boa, mas difícil”, etc.), proporcional ao respeito concedido. O pequeno-burguês é *reverência* diante da cultura: estamos pensando no personagem de Djuna Barnes,² Félix – de acordo com a observação de Joseph Frank, ele tem em comum com Léopold Bloom, ou seja, outro judeu errante da literatura moderna, o fato de ter tentado, “em vão, se integrar em uma cultura que lhe é essencialmente estranha”;³ além disso, judeu e pequeno-burguês, limite do pequeno-burguês, duplamente excluído e duplamente ansioso em relação à inclusão, faz a reverência, ao acaso, diante de tudo o que possa se parecer com cultura e dedica um culto irrefletido às tradições aristocráticas do passado. Esta boa vontade pura, embora vazia, que – desprovida dos referenciais ou princípios indispensáveis à sua aplicação – não sabe a que objeto se dedicar, transforma o pequeno-burguês na vítima proposital da *alodoxia cultural*, ou seja, de todos os equívocos de identificação e de todas as formas de falso-reconhecimento em que é denunciada a diferença entre conhecimento e reconhecimento. A alodoxia, heterodoxia vivida na ilusão da ortodoxia engendrada por essa reverência indiferenciada, misturando avidez com ansiedade, leva a considerar a opereta como “grande música”, a vulgarização como ciência, o símile como algo autêntico, além de encontrar nessa falsa-identificação, ao mesmo tempo, inquieta e confiante demais, o princípio de uma satisfação ainda tributária, de algum modo, do sentimento da distinção.⁴

A cultura média deve uma parte de seu encanto, para os membros das classes médias que são seus destinatários privilegiados, às referências à cultura legítima que ela contém e mediante as quais tende e sente-se autorizada a confundir-se com ela: apresentações acessíveis a todos das buscas de vanguarda ou obras acessíveis a todo aquele que esteja

“Para as mulheres que trabalham, receber em casa implica prever”

“De fato, receber é chegar em casa com tempo apenas para colocar flores, dar uma conferida à arrumação da mesa ou trocar rapidamente de roupa, antes do toque de campainha dos primeiros convidados. Trocar de roupa e deixar de lado todas as preocupações profissionais para metamorfosear-se em mulher de casa, prestativa e sorridente.”

“Para alcançarem esse objetivo – casa hospitaleira, repleta de flores, serviço adaptado ao estilo da recepção, iguarias apetitosas, sem que algo seja negligenciado desde o primeiro cigarro até o copo de despedida –, as mulheres que trabalham fora de casa devem substituir sua presença em casa pelo talento de uma organizadora-consultora.

Antes de mais nada, o apartamento, em vez de deixar a impressão de ser um simples lugar de passagem, deve ter o aspecto de um refúgio confortável, requintado, à imagem viva da personalidade de cada uma. Elas consideram-se como a primeira convidada da própria casa; e como não têm muito tempo para arrumá-la, empenham-se no sentido de que esteja sempre preparada para recebê-las, mesmo que a deixem abandonada durante dias inteiros ou no período de longas viagens. Resultado: apartamentos íntimos, calorosos, atraentes, que dão testemunho de sua presença e de suas preferências.

Se, porventura, tiverem uma cor favorita, a decoração irá mostrá-la bem depressa; se viajarem com freqüência, ele vai se beneficiar na ocasião do retorno! Se tiverem paixão por pintura ou leitura, imediatamente, as paredes e as prateleiras vão exibir seus gostos. Através de sua casa, aquelas que, por sua profissão, são obrigadas, muitas vezes, a levar em consideração a opinião dos outros, voltam a encontrar o prazer realmente feminino de afirmar ‘Meu gosto é...’.

De que modo elas organizam suas recepções? Isso depende, evidentemente, da disposição dos espaços, da existência ou não de uma sala de jantar, de um canto fixo ou removível para as refeições. Disto e de seu potencial doméstico depende a possibilidade de oferecer jantares segundo a tradição clássica ou de praticar, com humor e elegância, o ‘pronto-a-servir’ ou o ‘self-service’.

Por sua vez, na cozinha, este trabalho é teleguiado, muitas vezes, pelas anotações em um caderno e por previsões na cabeça. Elas conhecem todos os poupa-tempo oferecidos pela tecnologia moderna, possuem um repertório bem rodado de pratos pré-preparados na véspera e são hábeis para utilizar, parcialmente, os serviços de um especialista de iguarias pré-preparadas, sem que seu cardápio seja despersonalizado.

Assim, estas estratégias da hospitalidade – utilizadas não só com eficácia, mas também de forma charmosa – pelas mulheres ocupadas profissionalmente deixam a ilusão de que se trata de donas de casa em tempo integral.”

“Um acolhimento contemporâneo”

“Aqui, a mulher ocupada profissionalmente trabalhou para si mesma... uma vez que o autor desta decoração é simplesmente Françoise Sée, criadora e decoradora. Seu apartamento – três cômodos às margens do rio Sena – no qual ela organiza suas recepções em um grande *living-room* com dois ambientes: salão-salão e pequeno salão-refeições. Mobiliário despojado sem deixar de ser charmoso, além do talento feminino de atrair a atenção para um detalhe sem exageros (...). Uma grande porta de correr em laca faz a separação, no momento oportuno, entre o salão e o canto das refeições. Nos dois lados, paredes cobertas por tecido em tom claro de mostarda, carpete de cor verde azeitona, cortinas de seda branca natural, teto branco. Sala de jantar em tempo parcial: diante de um canapé branco, encontra-se uma mesa de madeira revestida com laca, apoiada em um pé de aço cromado fosco, além de poltronas desdobráveis em couro branco de McGuire.

Fechada, a mesa serve de console e compõe o salão com pequenos móveis apropriados de cor branca. No grande salão, um conforto mais acentuado, dominado pelo grande canapé de canto, em *box-calf* aveludado. Em frente, uma discreta mesa baixa em madeira revestida de laca esverdeada, cinturada de aço.”

“Hostess em Paris”

“Susan Train, jornalista da *Revista Vogue*, americana e grande viajante, instalou-se na *rive gauche*, em um apartamento tranquilo com três cômodos de um imóvel moderno. Sua experiência com a beleza e a moda lhe confere, em decoração, uma virtuosidade na combinação de cores e materiais, nos confrontos bem-sucedidos de estilo; tudo isso com sutileza e com o gosto de uma elegância clássica (...). Embora Susan Train organize recepções de estilo informal, ela previu uma sala de jantar em um espaço bem reduzido, a fim de evitar o desconforto dos bufês ou piqueniques em mesa baixa; assim, sem faxineira, ela fecha a porta depois da refeição e esquece a desordem. Durante a refeição, utiliza uma cesta de vime na qual são colocados pratos e talheres à medida que forem sendo usados. O primeiro prato é servido antecipadamente e uma mesa rolante com um rechô contém o restante do cardápio. Cardápios simplificados, sem deixarem de ser requintados; por ser americana e muito viajante, ela traz de toda parte saborosas receitas e idéias fora do comum.”

Maison et Jardin, nº 162, abril 1970.

empenhado em buscas de vanguarda; “adaptações” ao cinema de clássicos do teatro ou da literatura; “arranjos” “populares” de música erudita ou “orquestrações” com aspecto erudito de melodias populares; interpretações vocais de obras clássicas em um estilo que evoca os cantos de escoteiro e o coral dos anjos; em suma, tudo o que constitui os semanários ou os espetáculos de variedades chamados “de qualidade”, inteiramente organizados com o objetivo de oferecer a todos o sentimento de estar à altura do consumo legítimo, ao reunirem duas propriedades, habitualmente excludentes, ou seja, a acessibilidade imediata do produto oferecido e os sinais exteriores da legitimidade cultural.

Diferentemente da vulgarização legítima – ou seja, escolar – que, ao proclamar abertamente seus objetivos pedagógicos, pode deixar aparecer tudo o que o esforço impõe para abaixar o nível de produção, a vulgarização habitual não pode, por definição, apresentar-se tal qual ela é; além disso, sua impostura subjacente estaria necessariamente destinada ao fracasso se não pudesse contar com a cumplicidade dos consumidores. Cumplicidade obtida antecipadamente já que, em matéria de cultura, como em outros aspectos, o consumo do “símile” é uma espécie de blefe inconsciente que engana, sobretudo, o autor do blefe, primeiro interessado em considerar a cópia como original e a imitação como autêntico, à maneira dos compradores de “imitações”, saldos ou objetos de segunda mão que pretendem se convencer de que “isso é mais barato e faz o mesmo efeito”.⁵

Apesar de estarem situados em pontos bastante afastados do espaço das classes médias, produtores e consumidores de cultura média têm em comum a mesma relação fundamental com a cultura legítima e com seus depositários exclusivos de modo que seus interesses estão ajustados como que por uma harmonia pré-estabelecida. Confrontados com a dupla concorrência dos produtores, *auctores*, e dos reprodutores legítimos, *lectores*, contra os quais estariam sempre em desvantagem se não detivessem sobre eles o poder específico que confere o controle dos instrumentos de grande difusão, os novos intermediários culturais – os mais típicos são os responsáveis pelos programas culturais de rádio ou televisão ou os críticos dos jornais e semanários “de qualidade” e todos os jornalistas-escritores ou escritores-jornalistas – inventaram uma verdadeira série de gêneros intermediários entre a cultura legítima e as produções de grande difusão (“bilhetes”, “ensaios”, “testemunhos”, etc.): atribuindo-se o papel impossível e, por conseguinte, inalcançável, de divulgar a cultura legítima – o que os aproxima dos *lectores* –, sem possuir a autoridade estatutária, nem, muitas vezes, a competência específica dos vulgarizadores legítimos, eles devem transformar-se, como afirma Kant, em “macacos do gênio” e procurar o substituto da *auctoritas* carismática do *auctor* e da liberdade altaneira por onde ela se afirma em uma desenvoltura esteta – visível, por exemplo, na facilidade descontraída de seu estilo – e em uma recusa declarada do didatismo lento e do pedantismo triste, impessoal e enfadonho, que são o preço a pagar ou o sinal exterior da competência estatutária, sem deixarem de viver o mal-estar da contradição inerente ao papel de “adulador” desprovido de valor intrínseco. As revoluções parciais das hierarquias – tais como a canonização das artes em via de legitimação ou das formas menores e marginais da arte legítima –, cujo incentivo para sua operacionalização vem do fato de sua posição inferior no campo da produção cultural e de sua relação ambivalente com as autoridades intelectuais ou científicas, combinam-se com os efeitos da alodoxia aos quais estão expostas em virtude de sua distância ao núcleo dos valores culturais para produzir, pela mistura dos “gêneros”, “estilos” e “níveis”, ou seja, essas espécies de imagens objetivadas

Uma enfermeira “bem modesta”*

A sra. B., 48, cujos pais eram produtores agrícolas em uma pequena propriedade no departamento de Lot, trabalha, há quase 20 anos, no Hospital Saint-Louis, em Paris; ela “gostava muito da escola” e teria desejado ser professora primária, mas foi obrigada a interromper os estudos um ano depois da obtenção do certificado de estudos por “falta de recursos” dos pais. Divorciada aos 28 anos, com duas crianças, teve de arranjar um emprego no hospital; ao mesmo tempo que trabalhava, fez cursos e tornou-se enfermeira. O filho, 26, é casado, enquanto a filha, 20, é estudante de biologia e vive com ela. A sra. B. que “gosta muito de crianças” tem “horror a famílias numerosas” (“isso dá muitas preocupações”).

“Fico chocada quando encontro um erro”

Ela lamenta muito “não ter um nível (de instrução) superior”: “Contento-me com o que tenho, mas ficaria mais satisfeita com um nível mais elevado de conhecimento (...). É muito importante ter instrução”. A instrução é, em primeiro lugar, o conhecimento das regras de gramática e da ortografia: “As meninas que trabalham comigo não falam corretamente, colocam as coisas no feminino quando, afinal, são do gênero masculino e vice-versa, o que comprova que não conhecem a gramática; justamente, isso mostra seu estado primitivo”. “Fico chocada quando encontro um erro. Ontem, estava escrito ‘exames conduzir’ com *ir* (...). Eu me sentiria realmente infeliz se cometesse erros graves como esse (...). Repare, eu teria escrito trazer; mas, enfim, isso a rigor... eu diria conduzir uma criança, mas, para um exame, eu diria trazer”.

“Tenho horror a pessoas pretensivas”

Ela gosta de “pessoas bastante simples, sobretudo, que não sejam pretensivas”: “tenho horror a pessoas pretensivas, não suporto as pessoas mal-educadas (...), pessoas que não dizem bom-dia e chegam sem mais nem menos, dando a impressão de não ligar para você, que ignoram você. Por quê? Talvez, porque você não está no nível delas. Detesto ser subjugada pelos superiores” (por sua vez, ela “respeita as pessoas que estão no escalão inferior ao dela”). Detesta, também, “as pessoas que andam sujas”: “acho que não é necessário ser muito rico para estar sempre limpo, mesmo sendo modesto. Vejo doentes que chegam com os pés sujos e tudo o mais; no mínimo, eles poderiam lavar-se no banho municipal”.

“É bastante modesto”

O apartamento é “bastante modesto”, dois cômodos e uma cozinha; além de seu quarto, o outro é ocupado pela filha. Não há sala de jantar: “É bastante modesto, não há máquina de lavar porque não gosto desse tipo de máquina; lavo à mão, aliás, pode reparar que não tenho muita roupa e, em seguida, deixo-a ferver na barrela; acho que a roupa fica bem limpa desta forma... Penso que, de qualquer modo, as máquinas não conseguem atingir o calor da ebulição na barrela...”

* O cotejo desta entrevista com o testemunho de outra enfermeira, mais jovem e mais diplomada, que será apresentado mais adiante, será suficiente para verificar, de forma bastante concreta, que as oposições entre as classes de idade que dividem um grande número de profissões correspondem, de fato, a diferenças de geração escolar e de trajetória social e, por conseguinte, de estilo de vida.

Tenho uma geladeira, um fogão com forno, comprados à vista, evito o crediário. Para objetos muito caros, ainda vai, por exemplo, a mobília da sala de jantar ou de um quarto; neste caso, aceito fazer um empréstimo. No entanto, quando se trata de um pequeno fogão, de uma pequena máquina de lavar ou de uma geladeira, acho que, na realidade, isso deixa de ser útil”.

“Gosto realmente que tudo esteja bastante asseado”

No seu quarto, “um móvel comprado na loja de departamentos *La Samaritaine* por 70.000 francos, uma mesa comprada em uma pequena loja no bairro e uma pequena banquetta”: “sinto-me bem na minha casa, contento-me com o que tenho, é bastante modesto”. Nas paredes, algumas fotos de família; os bibelôs, as pequenas lembranças que lhe ofereceram, estão arrumados em uma caixa de papelão: “isso ocupa espaço, torna-se um estorvo (...), gosto realmente que tudo esteja bastante asseado (...). Caso contrário, evidentemente, se temos um pequeno armário, é possível colocar aí os bibelôs; deste modo, não causam incômodo, ficam fechados e não tomam pó”.

“Roupas clássicas, *tailleurs* simples e vestidos de algodão”

Em matéria de vestuário, a mesma “sobriedade”, a mesma preocupação com a “correção”: “não temos de gastar muito dinheiro... é necessário aprender a organizar seu orçamento, isso é o que conta”. Ela não seria capaz de “usar um *blue-jean*” (considerando que isso fica bem em sua filha), usa “roupas clássicas, *tailleurs* simples e vestidos de algodão”: “Neste momento, tenho uma saia plissada azul-claro que é de Gérard Pasquier, uma pequena loja nos *faubourgs*; eles confeccionam roupa de marca, por exemplo, *Cacharel*. Sinto-me muito bem, à vontade, com essas roupas, em vez dessas novas saias”. Vai ao salão de cabeleireiro uma vez por semana: “Isso me relaxa, tenho de confessar; adoro ir ao salão, fazer uma escova, é algo que se faz rapidamente. O ambiente é agradável, calmo, há outras senhoras, tudo isso, fico lendo tranqüilamente uma revista, matérias sobre moda”.

Ela não compra revistas porque elas “trazem muita publicidade, custam muito caro e não trazem grande coisa”. Assiste bem pouco à tv que se encontra no quarto da filha, salvo para “se distrair” ou “se descontraír” com os programas de variedades e um pouco de canções. Com efeito, ela “não dispõe de muito tempo”: “Prefiro, por exemplo, ter muito tempo para dormir a comer muito (na maior parte das vezes, come grelhados, saladas e frutas). Acho que, para o meu estado físico, isso é melhor. Tenho necessidade de minhas oito horas de sono”. Nos últimos dois ou três anos, ela não foi a uma sala de cinema: “já nem me lembro do nome do último filme que vi; tratava-se de uma história com médicos”.

Ela escuta “o rádio, sobretudo, a estação *France-Inter*, a música”. Gosta muito de Frédéric François: “Acho que suas canções, em suas letras, afinal, têm algum sentido, pelo menos, algumas... Enrico Macias, também, vale a pena, ele é moderno; acho que suas canções estão repletas de nostalgia. Aprecio Hugues Aufray porque acho que suas canções são formidáveis; trata-se de um cara que tem uma filosofia terrível (...). Gosto muito das canções, sobretudo, quando as letras têm sentido, presto muita atenção às letras”.

Nas férias, ela aluga um pequeno apartamento ou uma casa à beira-mar (nas cidades de Hendaye, Arcachon ou Les Sables d’Olonne). Descansa e fica “um tiquinho” na praia, joga “um pouco de minigolfe”, faz “um pouquinho” de tricô, “mas sem exagero quando está muito calor”; em suma, não faz “grande coisa”.

da cultura pequeno-burguesa, associando produtos legítimos “fáceis” ou “ultrapassados”, fora de moda, desclassificados, portanto, desvalorizados, com os produtos mais nobres do campo da grande produção, coletâneas de canções “poéticas”, semanários “intelectuais” de grande difusão que reúnem os vulgarizadores que fazem às vezes de autoridades e as autoridades que se divulgam, programas de televisão que juntam o jazz com a música sinfônica, o music-hall com a música de câmara, o *quatuor* de cordas com a orquestra de ciganos, o violonista com o tocador de rabeca, o *bel canto* com a cantata, a cantora com o intérprete de suas próprias letras, o “Pas de deux” do *Lago dos cisnes* com o “Duo dos gatos” de Rossini. Nada de menos subversivo que estas transgressões vencidas que se inspiram em uma preocupação de reabilitação e de enobrecimento quando não são simplesmente a expressão de um reconhecimento mal orientado, tanto anárquico quanto obstinado, das hierarquias. Eis o que é bem entendido pelos espectadores pequeno-burgueses que, além disso, sabem reconhecer as “garantias de qualidade” que lhes são oferecidas por seus *taste-makers*, contestatários sem nenhuma segurança para levar até o fim sua contestação, sob a forma de todas as garantias dotadas de todos os sinais institucionais da autoridade cultural que lhes fornece respaldo, acadêmicos das revistas de divulgação histórica, professores da Sorbonne que participam de debates televisivos, Menuhins dos espetáculos de variedade “de qualidade”.⁶ A cultura média, não nos deixemos induzir ao erro, pensa-se por oposição à vulgaridade.

Sem fundamento consistente para suas classificações e divididos entre seus gostos de tendência e seus gostos de vontade, os pequeno-burgueses estão condenados a proceder a escolhas desconexas (transformadas pela nova pequena burguesia, preocupada em reabilitar o folclore e as músicas exóticas, em um expediente existencial): tanto em suas preferências musicais ou em pintura, quanto em suas escolhas cotidianas.⁷ Em matéria de rádio, eles acumulam o gosto pelas variedades e o interesse pelos programas culturais, ou seja, duas classes de bens que, nos dois extremos do espaço social, são excludentes: com efeito, os operários orientam-se, quase exclusivamente, para consumos heterodoxos e as frações da classe dominante mais próximas do pólo intelectual – quadros superiores e membros das profissões liberais – exprimem preferências que se hierarquizam em conformidade com a hierarquia estabelecida das legitimidades (se levarmos em consideração o efeito desigualmente desvalorizante da retransmissão radiofônica). E eles se distinguem, nitidamente, das outras categorias pela posição atribuída às formas menores da cultura legítima, tais como a opereta, ou aos sucedâneos dos consumos legítimos que são o teatro radiofônico, os programas científicos ou a poesia. Sabe-se, também, que entre eles se recrutam a maior parte dos fotógrafos fervorosos, dos especialistas de jazz e cinema, além de conhecerem muito melhor (relativamente) os diretores de cinema que os compositores de música. Do mesmo modo, na ordem das artes mais legítimas, suas escolhas orientam-se, com uma frequência particular, para as obras “médias” ou “desclassificadas”: em pintura, Buffet ou Vlaminck; e, em música, *Sheherazade*, *Rhapsody in Blue*, *La Traviata*, a *Arlésienne* ou a *Dança do Sabre*. Apesar de ser fácil encontrar, nestes objetos, as propriedades que, pelo menos, em determinado momento, os predispõem para o tratamento a que são submetidos pelos novos intermediários culturais e pelo seu público pequeno-burguês, quando não são produzidos, propositalmente, para este uso, ocorre que convém abster-se de aplicar às coisas que, em determinado momento, entram na cultura média as propriedades que lhes são

conferidas por uma forma particular de consumo: conforme é testemunhado pelo fato de que o mesmo objeto, hoje em dia, tipicamente “médio” tivesse conseguido entrar, ontem, nas constelações de gostos mais “requintados” e, de novo, poderá vir a sê-lo, amanhã ou, até mesmo, a partir de hoje, por uma dessas façanhas de esteta, capazes de reabilitar os objetos mais desacreditados – não existe língua média, tampouco cultura média. Esta resulta da relação pequeno-burguesa com a cultura, erro de objeto, equívoco, crença deslocada, alodoxia. E, ainda, convém abster-se tratar, de maneira substancialista, esta relação, de um ponto de vista subjetivo e objetivo, *infeliz*, embora ela acabe por se denunciar sempre, para os dominantes, pelos indícios mais incontestáveis e mais objetivos, de determinada maneira e de um modo de aquisição (como, atualmente, o recorte tipicamente “discófilo” de certos sistemas de preferências musicais): a relação pequeno-burguesa com a cultura e sua capacidade de converter em cultura média tudo o que ela toca – à semelhança do olhar legítimo que “salva”, como se diz, tudo o que ele ilumina –, não é, se é que se pode falar assim, sua “natureza”, mas a própria posição do pequeno-burguês no espaço social, a natureza social do pequeno-burguês que se faz lembrar incessantemente e, em primeiro lugar, ao próprio pequeno-burguês, determinando sua relação com a cultura legítima e sua maneira – ao mesmo tempo, ávida e ansiosa, ingênua e séria – de seu apego a ela; é, simplesmente, o fato de que a cultura legítima *não é feita para ele*, quando não é feita contra ele, e que, portanto, ele não é feito para ela que, por sua vez, deixa de ser o que é, desde que é apropriada por ele, à semelhança do que ocorreria com as melodias de Fauré ou Duparc se, porventura, amanhã, o desenvolvimento dos Conservatórios de subúrbio e do interior fizesse com que tais peças viessem a ser cantadas, bem ou mal, nos *livings* pequeno-burgueses.

A escola e o autodidata

Seria inútil tentar compreender a relação com a cultura característica das frações da pequena burguesia, cuja posição apóia-se na posse de um pequeno capital cultural acumulado – pelo menos, em parte – por uma iniciativa de autodidaxia, sem relacioná-lo com os efeitos que exerce, simplesmente por sua existência, um sistema de ensino que, de maneira bastante desigual, oferece a possibilidade de uma aprendizagem às progressões institucionalmente organizadas segundo um *cursus* e determinados programados padronizados. A correspondência entre saberes hierarquizados (de maneira mais ou menos arbitrária, segundo as áreas e as disciplinas) e os diplomas, por sua vez, hierarquizados faz com que a posse, por exemplo, do diploma escolar mais elevado garanta, supostamente, por implicação, a posse de todos os conhecimentos garantidos pelos títulos de nível inferior ou, ainda, faz com que dois indivíduos no exercício da mesma função e dotados das mesmas competências úteis, ou seja, diretamente necessárias para o exercício de suas funções, apesar de providos de diplomas diferentes, tenham todas as oportunidades de estar separados por uma diferença de estatuto (e, é claro, de tratamento): tudo isso em nome da idéia segundo a qual a competência outorgada pelos diplomas mais elevados pode garantir, por si só, o acesso aos conhecimentos – as “bases” – que se encontram na origem de todos os saberes chamados práticos ou aplicados. Portanto, não será um paradoxo considerar a relação autodidata com a cultura e o próprio autodidata como *produtos do sistema escolar*, aliás, o único habilitado não só a transmitir este corpo hierarquizado de aptidões e saberes

que constitui a cultura legítima, mas também a consagrar, pelo exame e pelos diplomas, o acesso a determinado nível de iniciação.⁸ Por ter adquirido sua cultura fora da ordem legítima instaurada pela instituição escolar, o autodidata está destinado a denunciar incessantemente, em sua própria ansiedade relativa à boa classificação, a arbitrariedade de suas classificações e, por conseguinte, de seus saberes, espécie de pérolas sem fio, acumuladas no decorrer de uma aprendizagem singular, ignorando as etapas e os obstáculos institucionalizados e padronizados, os programas e as progressões que transformam a cultura escolar em um conjunto *hierarquizado e hierarquizante* de saberes imprescindíveis.⁹ As carências, as lacunas, as classificações arbitrárias de sua cultura existem apenas em relação a uma cultura escolar que está em condições de fazer com que seja desconhecida a arbitrariedade de suas classificações, além de se fazer reconhecer, inclusive, em suas lacunas. O aspecto desconexo das preferências, a confusão entre gêneros e níveis – opereta e ópera, vulgarização e ciência – a imprevisibilidade das ignorâncias e dos saberes, cujo único vínculo é a seqüência dos acasos biográficos, tudo isso remete às particularidades de um *modo de aquisição* herético. Por estar destituído dessa espécie de senso da aplicação que, armado de indícios, quase sempre, totalmente externos – tais como o nome do editor, do diretor ou da sala de teatro ou de concerto –, permite identificar os consumos culturais de “primeira escolha” do mesmo modo que a qualidade dos produtos é garantida pela confiança depositada nas “garantias de qualidade” que são certas “grifes” ou lojas, o pequeno-burguês, sempre exposto a conhecer o assunto de forma exagerada ou insuficientemente, à maneira dos heróis dos jogos televisivos que, por sua erudição deslocada, se tornam ridículos para as “mentes cultas”, é assim levado a entesourar sem fim determinados saberes desconexos e, muitas vezes, desclassificados que estão para os saberes legítimos o que a coleção de pequenos objetos de baixo preço (selos, miniaturas, etc.) que ocupa seu tempo e sua minúcia classificatória representa para a coleção de quadros e de objetos de luxo dos grandes burgueses, ou seja, uma cultura apequenada.

Mas, sobretudo, vítima por defeito dos efeitos do diploma escolar, o autodidata ignora o direito de ignorar atribuído pelos brevês de saber; além disso, seria inútil, sem dúvida, procurar fora da maneira como ele se afirma ou denuncia o que faz a diferença entre o ecletismo forçado dessa cultura adquirida ao acaso dos encontros e das leituras, por um lado, e, por outro, o ecletismo eletivo dos estetas que, na mistura dos gêneros e na subversão das hierarquias, gostam de procurar uma oportunidade de manifestar a onipotência de sua disposição estética. Basta pensar no Camus do livro *O Homem Revoltado*, esse breviário de filosofia edificante, cuja unidade se encontra unicamente em certa melancolia egotista que fica bem nas adolescências das faculdades de letras e garante sempre uma reputação de boa pessoa, ou no Malraux do livro *As Vozes do Silêncio* que, servindo-se de um bricabraque metafísico à maneira de Spengler, embala uma cultura de alhos com bugalhos, ao associar sem complexos as mais contraditórias “intuições” com referências superficiais a Schlosser ou Worringer, as platitudes retoricamente exaltadas, as litanias puramente encantatórias de nomes exóticos e os resumos que, diz-se, são brilhantes por não serem falsos.¹⁰ De fato – mas quem será capaz de dizê-lo uma vez que, por um lado, aqueles que teriam essa possibilidade, não o farão, se é que ainda sabem fazê-lo a tal ponto seu próprio ser está seriamente ameaçado, e, por outro, aqueles que teriam algum interesse nisso, não estão ao corrente – nada separa verdadeiramente essa outra imagem realizada da cultura pequeno-

burguesa – ou seja, o *Palais Idéal* do Facteur Cheval, edifício fantasmagórico inspirado nas gravuras de *La Veillée des chaumières*, com seus labirintos e suas galerias, suas grutas e cascatas, Inize e Vêleda, a druidesa, o jazigo à maneira dos sarracenos e o castelo da Idade Média, a gruta da Virgem Maria e o templo hindu, o chalé suíço, a Casa Branca e a mesquita de Argel – do *pathos* de pacotilha de Malraux que, na mesma frase, junta “o sorriso incomparável do mar” com os cavaleiros do Partenon, a *Kermesse* de Rubens e a escultura *khmer*, a pintura *songe* e a dança de Civa, o tímpano romano e a “imortal evidência de Antígona” – tudo isso sob o signo da comunhão com o cosmo.¹¹ Nada, a não ser a elevação das referências e, sobretudo, a arrogância, a auto-suficiência, a insolência, em resumo, a segurança, ou seja, certeza de ter que se enraíza na certeza de ter tido sempre, como que por um *dom* imemorial, e que é exatamente o oposto da ingenuidade, da inocência, da humildade, da seriedade, por onde é denunciada a ilegitimidade: “Que alguém mais obstinado que eu coloque as mãos à obra”, “Para alguém destemido, nada é impossível”, “No terreno do labor, continuo esperando quem me supere”. Evidentemente, essas confissões do amor puro do trabalho pelo trabalho não são de Malraux.

Tocamos aí, sem dúvida, o princípio da oposição que se estabelece entre todas as classes em ascensão – em outro momento, burguesia e, atualmente, pequena burguesia – e as classes estabelecidas, aristocracia ou burguesia: por um lado, a aquisição, o acúmulo, o entesouramento, em resumo, um apetite de posse inseparável de uma ansiedade permanente relativa às propriedades e, em particular, à mulher, objeto de uma ciumenta tirania de proprietário, que é o efeito da insegurança; por outro, não só a ostentação, as despesas e a generosidade que fazem parte das condições da reprodução do capital social, mas também a segurança que se manifesta, em particular, na galanteria aristocrática, e o liberalismo elegante, servindo de anteparo ao ciúme que trata o objeto amado à maneira de uma posse.¹² Como se o principal privilégio atribuído aos detentores de propriedades de nascença fosse o de ignorar a *insegurança* que obceca os homens do saber adquirido – tanto Harpagão quanto Arnolfo* – conhecedores, talvez, demais de que “a propriedade é o roubo” para não recearem o roubo de suas propriedades.

A avidez de acumular que se encontra na origem de qualquer grande acúmulo de cultura se exhibe de forma demasiado manifesta, seja na perversão do amante de jazz ou cinema que, avançando até o limite, ou seja, até o absurdo, o que está implicado na definição legítima da contemplação culta, substitui o consumo da obra pelo consumo dos saberes acessórios – créditos, composição da orquestra, data de gravação, etc. –, seja na obstinação de aquisição existente em todos os colecionadores de saberes inesgotáveis sobre assuntos, socialmente, insignificantes. Na luta das classes simbólica que o opõe aos detentores dos brevês de qualificação cultural, o pretendente “pretensioso” – enfermeira contra médico, técnico contra politécnico, quadro que entrou pela “petite porte” contra quadro oriundo da “grande porte” – tem todas as possibilidades de ver seus conhecimentos e suas técnicas desvalorizados, como que subordinados de forma demasiadamente restrita a finalidades práticas, demasiado “interesseiras” e marcadas demais, em sua modalidade, pela pressa e pela precipitação de sua aquisição, em benefício

* Personagens de Molière, das peças *O Avaro* e *A escola de mulheres*, respectivamente. (N.T.)

de conhecimentos mais “fundamentais” e, também, mais “gratuitos”; e seria impossível repertoriar todos os mercados, desde os grandes concursos até as redações de revistas, às entrevistas de recrutamento ou às reuniões mundanas, em que as produções culturais do *habitus* pequeno-burguês são sutilmente desacreditadas por evocarem o processo de aquisição em matérias em que – mais que por toda parte – trata-se de ter sem nunca ter adquirido, além de denunciarem, de maneira bastante evidente, pela própria seriedade com que são oferecidas, as disposições éticas que se encontram em seu princípio e são a antítese quase perfeita da relação legítima com a cultura.

Os pequeno-burgueses não sabem levar o jogo da cultura como brincadeira, mas consideram a cultura de forma demasiado séria para se permitirem o blefe ou a impostura ou, simplesmente, o distanciamento e a desenvoltura que dão testemunho de uma verdadeira familiaridade; de forma demasiado séria para escapar da ansiedade permanente da ignorância ou da mancada e para esquivar as provações, opondo-lhes a indiferença daqueles que não se encontram na corrida ou o desapego desenvolvido daqueles que se sentem autorizados a confessar ou, até mesmo, a reivindicar, suas lacunas. Ao identificar a cultura com o *saber*, eles pensam que o homem culto é quem possui um imenso tesouro de *saberes* e nutrem desconfiança a seu respeito quando ele professa – por uma dessas tiradas de cardeal que, em relação ao dogma, se permite liberdades proibidas ao simples pároco de aldeia – que, reduzida à sua mais simples e mais sublime expressão, ela limita-se a uma *relação com a cultura* (“A cultura é o que resta quando se esqueceu tudo”). Ao transformar a cultura em uma questão de vida ou de morte, de verdadeiro ou de falso, eles não conseguem suspeitar da segurança irresponsável, da desenvoltura insolente, nem inclusive da maldade oculta pressuposta na mais insignificante página de um ensaio inspirado na filosofia, arte ou literatura. Enquanto homens de saber adquirido, eles sentem dificuldade em manter com a cultura a relação de familiaridade que permite as liberdades e as audácias daqueles que estão vinculados a ela pelo nascimento, ou seja, por natureza e por essência.

O pendor e a propensão

As disposições que se manifestam na relação com a cultura, tais como a preocupação com a conformidade que determina uma busca ansiosa das autoridades e dos modelos de conduta, além da inclinação para a escolha dos produtos seguros e certificados (por exemplo, os clássicos e os prêmios literários), ou na relação com a língua, através da tendência para a hipercorreção, espécie de rigorismo que leva ao exagero com medo de não prestar suficiente atenção e a perseguir, em si e nos outros, as incorreções da linguagem – como, alhures, a incorreção e a falta moral –, não são diferentes daquelas que se manifestam na relação com a moral, através da sede quase insaciável relativa a técnicas ou regras de conduta que leva a submeter toda a existência a uma disciplina rigorosa e a se governar, em todas as coisas, por princípios e preceitos, ou na relação com a política, através do conformismo respeitoso ou do reformismo prudente que suscita o desespero do revolucionarismo na área da estética. A verdade das estratégias de acúmulo cultural dos pequeno-burgueses ascendentes, ou de suas estratégias escolares, nunca se vê tão bem a

não ser que sejam relacionadas com o conjunto das estratégias em que se exprime, com toda a clareza, a necessidade que se encontra na origem das disposições características do *habitus* pequeno-burguês, ou seja, ascetismo, rigorismo, juridismo, propensão ao acúmulo sob todas as suas formas. Assim, suas estratégias de fecundidade assemelham-se às das pessoas que, em seu acúmulo inicial de capital econômico e cultural, só são bem-sucedidas mediante uma *restrição* de seu consumo destinado a concentrar todos os recursos em um pequeno número de descendentes, encarregados de prolongar a trajetória ascendente do grupo.

Sabe-se que a fecundidade, elevada para as baixas rendas, passa por um mínimo, correspondente *grosso modo* à renda média para crescer, de novo, com as rendas mais elevadas. Se isso acontece desse modo é porque o custo relativo da criança – baixo para as famílias com as mais baixas rendas que, por sua incapacidade de vislumbrar para os filhos um futuro diferente de seu próprio presente, fazem investimentos na área da educação extremamente reduzidos; baixo, também, para as famílias dotadas de rendas mais elevadas, já que estas aumentam paralelamente aos investimentos – passa por um máximo correspondente à renda média, ou seja, às classes médias, cuja ambição de ascensão social obriga a fazer investimentos na área da educação relativamente desproporcionados com seus recursos. Esse custo relativo é definido pela relação entre os recursos à disposição da família e os investimentos monetários ou não que ela deve consentir para reproduzir, através da descendência, sua posição – dinamicamente definida – na estrutura social, ou seja, para realizar o futuro que lhe está destinado, proporcionando aos filhos os meios de realizar as ambições efetivas que forma para eles. Assim, explica-se a forma da relação que se observa entre as estratégias de fecundidade das diferentes classes ou frações de classe e as oportunidades de ascensão social objetivamente oferecidas a seus membros (Tabela 24). As classes populares, cujas oportunidades de acesso à classe dominante em duas gerações são praticamente nulas, apresentam taxas de fecundidade bastante elevadas que decrescem ligeiramente quando aumentam as oportunidades de ascensão intergerações. Desde que as probabilidades de acesso à classe dominante (ou, o que dá no mesmo, aos instrumentos capazes de garanti-lo, como o sistema das instituições de ensino superior) atinjam determinado patamar, com os contramestres e os empregados de escritório, as taxas de fecundidade marcam uma baixa sensível (a taxa de fecundidade dos empregados de escritório do setor público, entre os quais a parcela dos trabalhadores braçais é maior, sendo igual a 2,04 contra 1,83 somente para os empregados de escritório do setor privado que são praticamente todos assalariados não-manuais). Nas classes médias propriamente ditas, cujas oportunidades de ascensão são incomparavelmente mais elevadas – e muito mais dispersas que as rendas – as taxas de fecundidade mantêm-se em um mínimo (oscilando entre 1,67 e 1,71); com a classe dominante, a taxa de fecundidade sobe fortemente, testemunho de que a reprodução biológica não exerce a mesma função no sistemas das estratégias de reprodução dessas categorias que se limitam a *manter* sua posição.

Os pequeno-burgueses têm a propriedade paradoxal de se determinarem apenas em função de oportunidades objetivas das quais eles não se apropriariam se não tivessem a pretensão de obtê-las e se não acrescentassem, assim, um suplemento de recursos "morais" a seus recursos em capital econômico e cultural. Tendo conseguido desvencilhar-se do proletariado, seu passado, e pretendendo ter acesso à burguesia, seu futuro, eles devem encontrar em algum lugar, a fim de atingir o acúmulo necessário para esta ascensão, os recursos indispensáveis para suprir a falta de capital. Essa força adicional, propensão inscrita no pendor da trajetória passada que é a condição para a realização do futuro implicado nesta trajetória, só pode ser exercida *negativamente*, como poder de limitação e de restrição, de modo que só é possível avaliar os efeitos sob a forma de "grandezas negativas", como teria afirmado Kant, tratando-se de "economias", enquanto despesas rejeitadas, ou de controle de natalidade, como restrição da fecundidade natural. Se os pequeno-burgueses ascendentes podem agir como se tivessem oportunidades superiores ao que elas são – ou, pelo menos, ao que elas seriam, de fato, se eles não *acreditassem* que o fossem – e, assim, aumentá-las realmente, é porque suas disposições tendem a reproduzir não a posição de que elas são o produto, apreendida em determinado momento, mas o *pendor* no ponto considerado da trajetória individual e coletiva. O *habitus* pequeno-burguês é o *pendor* da trajetória social, individual e coletiva, tornado *propensão* pela qual essa trajetória ascendente tende a prolongar-se e realizar-se: espécie de *nisus perseverandi*, como dizia Leibnitz, em que o trajeto passado se conserva sob a forma de uma tensão para

Tabela 24 – Taxa de fecundidade e oportunidades de acesso das diferentes classes e frações de classe à classe dominante

	Oportunidades de acesso à classe dominante*	Taxa de fecundidade**
assalariados agrícolas	1,8	3,00
trabalhadores braçais	2,3	2,77
agricultores	2,9	2,83
operários sem qualificação	3,7	2,42
operários com qualificação	4,3	2,10
contramestres	9,6	1,94
artesãos	10,6	***
empregados de escritório	10,9	1,97
comerciários	12,0	1,68
pequenos comerciantes	15,6	***
quadros médios	19,2	1,71
técnicos	20,4	1,67
professores primários	32,5	1,68
industriais	35,0	2,09
grandes comerciantes	35,6	
engenheiros	38,7	
quadros superiores	42,0	2,00
professores sec. e univ.	52,7	
profissões liberais	54,5	2,06

* INSEE, *Enquête formation et qualification professionnelle* [Pesquisa sobre formação e qualificação profissional], 1970. Probabilidades de acesso à classe dominante para os homens, segundo a profissão do pai.

** Número médio de filhos por família completa, in G. Calot, J. C. Deville, "Nuptialité et fécondité selon le milieu socio-culturel", *Économie et statistique*, 27, oct. 1971, p. 28.

*** No estudo de G. Calot e J. C. Deville, a taxa de fecundidade dos artesãos e pequenos comerciantes é apresentada conjuntamente (ou seja, 1,92). No entanto, por outros dados, é possível estabelecer que a taxa de fecundidade dos artesãos é nitidamente superior à dos pequenos comerciantes: de fato, na distribuição por categorias socioprofissionais do número de filhos com idade inferior a 16 anos, por família – de acordo com o recenseamento de 1968 – cuja estrutura é, globalmente, semelhante à da distribuição das taxas de fecundidade apresentada aqui, os artesãos estão muito mais próximos dos operários que os pequenos comerciantes: assim, o número médio de filhos com idade inferior a 16 anos, por família, é de 1,35 para os operários; 1,01 para os artesãos; 0,88 para os empregados; e 0,78 para os pequenos comerciantes.

Um técnico que “tenta subir”

Jacques C., 29, é desenhista em um escritório de engenharia; fez o secundário na seção técnica, tendo interrompido seus estudos em *seconde*, depois de ter obtido o equivalente do brevê de ensino industrial (“não é um exame”); com a idade de 17 anos, entrou em uma empresa, como desenhista principiante (com um salário mensal de 45.000 F), na qual o pai era técnico superior. Tendo sido recusado pela empresa em que trabalhava, após ter cumprido o serviço militar, conseguiu empregar-se, sempre como desenhista, em outra empresa.

“Ainda cinco anos no CNAM [*Conservatoire national des arts et métiers*]”

Trocou, várias vezes, de empresa: “Ficava dois anos em uma empresa para aprender e, depois de ter aprendido tudo, ia-me embora. Foi dessa forma que fui promovido em diferentes níveis”. Nos últimos três anos, especializou-se na elaboração de planos. Em 1966, começou a fazer os cursos do CNAM (“dica” de um colega). Como seu desejo havia sido sempre fazer decoração (na juventude, o pai não estava de acordo), “tentou lançar-se na arquitetura” e começou “a fazer cursos de arte aplicada aos ofícios”: “Foi, assim, que me interessei aos poucos pela construção civil” (...). A irmã – estudante em uma escola de secretariado de arquitetura – falava-lhe bastante das “agências de arquitetura, da atmosfera que reinava aí”. Portanto, ele fez cursos de arquitetura, construção civil (“graças a isso, consegui trabalho num escritório de engenharia”) e tem “ainda cinco anos para estudar” no CNAM.

A mulher (cujo pai é policial e a mãe, vendedora em uma grande loja), 26, é secretária na empresa Renault, há cinco anos. Fez o *baccalauréat*, seção técnica e economia; em seguida, tirou o brevê de técnico superior de secretariado de direção e começou a trabalhar como “secretária” (“Digamos que estava longe das promessas que lhe haviam feito (...), os empregadores não sabem utilizar nossos diplomas e as capacidades de suas secretárias (...). Havia noções de direito. Não se fica no liceu até os 21 anos sem adquirir conhecimentos e, em seguida, temos um emprego de estenodatilógrafa”).

“Confortável, um pouco afogado, íntimo”

Eles moram em um apartamento de um prédio do subúrbio oeste de Paris, não têm o costume de convidar pessoas para visitá-los (“além da família (...), nossos amigos são raros”). Ele gosta que o interior seja “confortável, isso é o principal”, “um tanto afogado” (“aprecio muito ter uma intimidade bastante calorosa”). Ele gostaria de ter “mesmo assim, um espaço um pouco maior”, mas estão “limitados pelos recursos financeiros”. Os móveis (um grande divã “comprado nos saldos da loja *Roche-Bobois*, por 7.000 F”; um bufê encontrado em uma loja de decoração pelo preço de 3.000 F) foram adquiridos com um crédito de dois anos. Ele aprecia “o que é moderno” e teria desejado possuir “móveis brancos”, mas detesta o estilo inglês que agrada à mulher (ela gostaria de “ter um grande móvel repleto com pratos de coleção”).

Em matéria de pintura, ele não tem “um padrão particular... tem que me agradar”. Gosta “muito de Modigliani, de suas formas bastante puras”: “não cheguei a ver toda a sua pintura, mas os quadros que já vi agradaram-me bastante (...), eram de reproduções nos jornais e, talvez, também vi algumas em Paris (...). Me agradam exposições no Grand Palais;

lembro-me de uma (...), era sobre a pintura moderna, mas isso não me agradou (...). Entre os quadros que me fascinam muito, existem os de Van Gogh, são quadros que inspiram terror, sente-se certa efervescência". (A mulher gosta muito, também, dos impressionistas; foi ver a exposição sobre Picasso e "gostou muito da fase inicial, ou seja, toda a fase azul").

"Tentar subir, conseguir alguma coisa"

Os cursos que ele faz para "tentar subir, conseguir alguma coisa", impõem o ritmo do emprego de seu tempo que está muito sobrecarregado – de manhã, sai às 8 horas e volta, à noite, às 19 horas; duas ou três noites por semana, assim como no sábado de manhã, faz cursos (além dos cursos do CNAM, ele tem aulas de matemática em casa). Portanto, "não tem muito tempo para ler seja lá o que for, tampouco livros para distrair" e lê "sobretudo livros técnicos, científicos e tudo isso para se instruir". Gosta muito dos "livros de ação", chegou a ler "relatos de aventura" ("Cousteau, não sei se é possível atribuir a seus livros a designação de científicos"), "livros de guerra" ("os livros sobre a guerra de 40, as batalhas aéreas"). "Gostava muito das aulas de história", mas são "raros seus livros históricos". "Os romances de amor não me agradam absolutamente, mas não sei dizer a razão disso". Desde que faz os cursos do CNAM, "perdeu o gosto de ler": "lê-se outras coisas, é impossível distrair-se; falta o tempo para distrair seu pensamento com outras coisas". (Tendo muito gosto pelos livros em que "há um pouco de medicina" e "se levanta o problema moral", a mulher leu, recentemente, Boris Vian: achou "bem divertido *L'écume des jours*", tendo gostado menos de *L'arrache-cœur*; por sua vez, ele "detestou absolutamente esse livro").

"Por causa dos cursos e do exame", eles "quase não saíram durante este inverno"; depois, raramente. De tempos em tempos, vão ao cinema porque "é uma coisa fácil, pode-se ir ao cinema sem cerimônias e, além disso, não é demasiado caro, ou seja, dez francos (...), mesmo assim, a gente se interessa pelos bons filmes, em geral, não se vai assistir a qualquer filme, procuramos alguma informação antes de ir". Ele "gosta muito de filmes de faroeste, filmes de aventura e de ação", mas "não tem preferência, desde que se trate de um bom filme, bem rodado pelo diretor". Há pouco, ele assistiu a "um filme italiano sem qualquer sentido: uma religiosa em cima de um telhado que tentava voar, um industrial que vendia todos os seus bens; talvez, trata-se de uma imagem psicológica, mas só consegue ser entendido por determinada classe". Aliás, "os estudantes de ciências econômicas e de matemática, ou pessoas desse tipo" com quem foi assistir a esse filme, nada tinham compreendido (...) finalmente, nem sei quem consegue compreender esse gênero de filmes". Assistiram a *L'arnaque*: "agradou-nos sobretudo, tenho a impressão, foi o desempenho dos atores, as personagens", de acordo com a explicação da mulher que gostou muito, também, de *O poderoso chefe*, "sobretudo, pelo desempenho de Marlon Brando".

Bastante "conservador", apreciando "bastante as coisas clássicas", ele é "apesar de tudo, também anticonformista": "quando se é jovem, pouco nos interessa a reação das pessoas, a gente é anticonformista (...), continua-se sempre a sê-lo um pouco, não direi revolucionário, mas tem-se vontade que exista um nadinha que provoque uma mudança". Ele lê *Le Canard enchaîné* porque "gosta muito das críticas, por exemplo, a respeito do pessoal do governo, os boatos, além de todas essas transações tanto políticas, quanto imobiliárias e financeiras", e *Le Nouvel Observateur*, "sobretudo, pelas matérias sobre política externa"; no entanto, não tem costume de ler regularmente um jornal cotidiano.

“Lá, havia muito trabalho”

Até este ano, eles tinham uma assinatura no *Théâtre de la Ville*: “não é caro, é muito importante, se você quiser, na *Opéra* é algo fora de preço, até mesmo em todos os outros teatros, é algo impossível” (“eu desejava assistir ao espetáculo de Nouriev e o ingresso estava acima de 90 F para duas pessoas; ainda hesitamos e, finalmente, não fomos”, sublinha a mulher que, antes de passar o *baccalauréat* ia ao TNP, assistiu a *Hamlet*, *La folle de Chaillot* e *Chant public devant une chaise électrique*). Eles apreciam o balé (e, em particular, “a dança clássica”): “gostamos muito dos balés Moisseiev, havia lá muito trabalho”; eles assistiram também aos balés no *Théâtre de la musique*, sala que se encontra ao lado da escola de *Arts et métiers*: “não era dança clássica, mas era algo muito bem feito”. “Era *O pássaro de fogo*” intervém a mulher que acrescenta: “sentia-se que havia lá muito trabalho, digamos que era possível ver o trabalho” (ela gosta também do “folclore francês do interior (...), aliás, as danças folclóricas de todos os países”). No teatro, ele deseja que as peças sejam “bem desempenhadas”. Ele gostaria de ter ido assistir ao *Magic Circus* do qual viu alguns trechos na televisão.

Praticamente todos os anos, eles passam as férias na Espanha (“é mais barato”, seu pai, espanhol, tem um apartamento à beira-mar). Durante esse período, “ele lê muito” e, de acordo com a observação da mulher, “vai a boates, todas as noites”. Tentou praticar esqui aquático (a mulher é uma praticante assídua), “mas não consegue, ou seja, não tenho força suficiente nas pernas; mesmo assim, é necessário um treino esportivo que é impossível fazer durante o ano e, portanto, chega-se às férias completamente derrubado (...); se houvesse menos horas de trabalho, haveria mais tempo para o lazer, sobretudo que, no meu caso, aproveito meu tempo de lazer para aperfeiçoar-me no meu trabalho (...), é necessário ser verdadeiramente um louco como eu para levar uma vida assim”. “Neste momento, tenho vontade de levar uma vida de milionário, estou farto da rotina cotidiana, até mesmo, das férias como têm sido até agora. Quero ser milionário, veja só, com uma grande propriedade, um bosque, uma piscina, uma grande casa, além de todos os esportes e o tênis”. Por sua vez, a mulher “gostaria muito de fazer uma viagem de barco”: “poderíamos pescar, divertimo-nos com os amigos, tomar um bronze, dançar, ler”. Ela apreciou muito as férias que, certa vez, passaram na Romênia com o *Club Méditerranée*; eles haviam escolhido “a forma motel”: “garante-se o nosso conforto e, apesar de tudo, estamos integrados, arranjamos facilmente amigos, não é como em um hotel em que é impossível travar conhecimento com outras pessoas (...) temos tudo ao alcance da mão”. Durante essa estada, eles visitaram um pouco a Romênia porque “se a gente vai a um país estrangeiro, deve-se visitá-lo”: “sempre que se faz uma viagem, a gente visita os monumentos; é necessário para conhecer o país”, acrescenta ele. Não havia apreciado, de modo algum, “o espírito dos organizadores”. À noite, na maior parte do tempo, “havia um espetáculo feito pelos G. O. (gentis organizadores) que, em geral, são estudantes em período de férias. Então, nada é preparado, nem chega a ser uma improvisação, é zombar das pessoas, francamente!”.

o futuro que o prolonga, ele delimita as ambições “razoáveis” e, por conseguinte, o preço que se deve pagar para realizar essa pretensão realista. A pequena burguesia ascendente refaz, indefinidamente, a história das origens do capitalismo: para isso, ela só pode contar, a exemplo dos puritanos, com seu ascetismo. Nas trocas sociais em que outros podem contar com garantias reais – dinheiro, cultura ou relações –, ela só pode oferecer garantias morais; pobre (relativamente) em capital econômico, cultural e social, ela só pode “justificar suas pretensões”, como se diz, e, por conseguinte, dar-se as oportunidades de realizá-las, com a condição de pagá-las com sacrifícios, privações, renúncias, boa vontade e reconhecimento, em suma, com virtude.

Se as frações mais ricas em capital econômico, a saber, os pequenos e médios comerciantes, artesãos ou proprietários de terras, orientam-se de preferência – pelo menos, até uma data recente – para a poupança, ao passo que as frações mais ricas em capital cultural (os quadros médios e os empregados) recorrem, principalmente, à escola, uns e outros têm em comum o fato de investir disposições ascéticas em suas estratégias econômicas e escolares de modo que se transformam na clientela ideal do setor bancário e da escola: boa vontade cultural e espírito de economia, seriedade e obstinação no trabalho – outras tantas garantias que o pequeno-burguês oferece a essas instituições, ao mesmo tempo que se entrega inteiramente em suas mãos (por oposição ao detentor de um *verdadeiro* capital, econômico ou cultural) já que é somente por seu intermédio que ele pode obter os lucros de um patrimônio fundamentalmente negativo. A pretensão pode escrever-se, igualmente, pré-tensão: pendor ascensional convertido em propensão para perpetuar a ascensão passada de que ela é o produto, tal pretensão tem como contrapartida o espírito de economia e toda a pequenez associada às virtudes pequeno-burguesas. Se a pré-tensão obriga o pequeno-burguês a entrar na *concorrência* das pretensões antagonistas e o impele a viver sempre *acima de seus meios*, mediante uma *tensão* permanente, sempre pronta a explodir em agressividade, ela é também o que lhe fornece a força necessária para extrair de si mesmo, por todas as formas da auto-exploração – em particular, ascetismo e malthusianismo – os recursos econômicos e culturais indispensáveis para a ascensão.

Na ordem da sociabilidade e das satisfações correlatas é que o pequeno-burguês realiza os sacrifícios mais importantes, para não dizer, mais manifestos. Com a garantia de que deve sua posição apenas a seu mérito, ele está convencido de que se deve contar somente consigo para conseguir sua salvação: cada um por si, cada um consigo mesmo. A preocupação de concentrar esforços e reduzir os custos leva a romper os vínculos – até mesmo, familiares – que criam obstáculo à ascensão individual. A pobreza tem seus círculos viciosos e os deveres de solidariedade que contribuem para acorrentar os menos desprovidos (relativamente) aos mais desprovidos transformam a miséria em um eterno recomeço. A “decolagem” supõe sempre uma *ruptura*, cuja negação dos antigos companheiros de infortúnio representa apenas um aspecto. Exige-se que o trãnsfuga vire a mesa dos valores, proceda a uma conversão de toda a sua atitude. Assim, substituir a família numerosa – cujas causas negativas, tal como um controle insuficiente das técnicas anticoncepcionais, não são plenamente convincentes – pela família restrita ou pelo filho único é renunciar à concepção popular das relações familiares e das funções da unidade doméstica; é abandonar, além das satisfações da grande família e do modo de sociabilidade tradicional com suas trocas, festas, conflitos, as certezas proporcionadas por uma descendência numerosa, única

proteção mais ou menos segura – sobretudo, para as mães – contra as incertezas da velhice, em um universo obcecado pela instabilidade doméstica e pela insegurança econômica e social. As relações familiares ou de amizade deixaram de ser para o pequeno-burguês uma certeza contra a infelicidade e a calamidade, contra a solidão e a miséria, uma rede de apoios e de proteções de que é possível receber, em caso de necessidade, uma ajuda, um empréstimo ou um emprego; elas ainda não são o que, em outras circunstâncias, se designa por “relações”, ou seja, um capital social indispensável para obter o melhor rendimento do capital econômico e cultural, mas apenas entraves que devem ser derrubados, custe o que custar, porque a gratidão, a ajuda mútua, a solidariedade, assim como as satisfações materiais e simbólicas que elas proporcionam, a curto ou longo prazos, fazem parte dos luxos proibidos.

Ao limitar a família a um pequeno número de filhos, quando não é ao filho único, nos quais se concentram todas as expectativas e os esforços, o pequeno-burguês obedece apenas ao sistema de restrições implicado em sua ambição: por ser incapaz de aumentar a renda, é obrigado a restringir a despesa, ou seja, o número de consumidores. Mas, procedendo desse modo, ele se conforma, por acréscimo, com a representação dominante da fecundidade legítima, ou seja, subordinada aos imperativos da reprodução social: o controle da natalidade é uma forma – sem dúvida, a forma elementar – de *numerus clausus*. O pequeno-burguês é um proletário que se faz pequeno para tornar-se burguês.

Se é verdade que, em vez de ser na mente do sociólogo, é na realidade que o pequeno-burguês é um burguês em ponto pequeno, vê-se tudo o que seria perdido ao abandonar o conceito de *pequeno-burguês*, em nome de uma definição objetivista da objetividade. Aqui como alhures, os conceitos nativos concentram, sob uma forma especialmente evocadora, o máximo de propriedades sociologicamente pertinentes. Além disso, a redução objetivante, por mais brutal que seja, nada tem de comum com o menosprezo de classe – que brilha em tão grande número de escritos dedicados aos pequeno-burgueses, vítimas tradicionais da profecia estetizante e alvos preferidos do anátema político (que se pense em Marx falando de Proudhon...): ela relaciona as propriedades do *habitus*, quase sempre identificadas pelo racismo de classe, tais como a “pretensão” ou a “estreiteza”, com as condições objetivas de que são o produto. Aqueles que podem oferecer-se virtudes menos intratáveis e apresentar um rosto menos “ingrato”, esquecem que as propriedades condenadas por eles são a contrapartida inevitável dos mecanismos que garantem a ascensão individual, ou seja, o levantamento seletivo dos indivíduos conformistas, e procedem como se os “vícios” e as “virtudes” dos pequeno-burgueses (que – será necessário insistir neste ponto? – definem-se como tais apenas em relação à moral dominante) deviam ser imputados, unicamente em seu caso, aos agentes e não às estruturas, sob pretexto que estas deixaram-lhes a liberdade de “escolher” sua alienação.

Ao renunciar à prolicidade do proletário, que se reproduz tal qual e em grande número, o pequeno-burguês “escolhe” a reprodução restrita e seletiva, muitas vezes, limitada a um produto único, concebido e modelado em função das expectativas rigorosamente seletivas da classe importadora. Ele retrai-se em uma família estreitamente unida, mas restrita e um pouco opressora. Não é por acaso que o adjetivo “pequeno” ou

algum de seus sinônimos, sempre mais ou menos pejorativos, pode ser vinculado a tudo o que o pequeno-burguês diz, pensa, faz, tem ou é, à sua própria moral, aliás, seu ponto forte: estrita e rigorosa, ela tem algo de restrito e forçado, de crispado e suscetível, de acanhado e rígido à força de formalismo e escrúpulo. Obcecado por pequenas preocupações e pequenas necessidades, o pequeno-burguês é um burguês que vive de forma mesquinha. Seu próprio *hexis* corporal em que se exprime toda sua relação objetiva com o mundo social, é o de um homem que deve se fazer pequeno para passar pela porta estreita que dá acesso à burguesia: à força de ser estrito e sóbrio, discreto e severo, na maneira de se vestir e, também, de falar – uma linguagem hipercorreta por excesso de vigilância e prudência – em seus gestos e em toda a sua atitude, ele carece sempre de um pouco de estatura, amplitude, largueza e liberalidade.

As variantes do gosto pequeno-burguês

Assim, com a condição de nos situarmos em um nível bastante elevado de agregação estatística, podemos opor a um *ethos* burguês de naturalidade, relação garantida com o mundo e o ego, assim vivido como *necessários*, ou seja, como coincidência concretizada do ser com o dever-ser, que serve de fundamento e autoriza todas as formas íntimas ou manifestas da *certitudo sui* – desenvoltura, graça, facilidade, elegância, liberdade, em poucas palavras, *ser natural* –, um *ethos* pequeno-burguês da restrição por pretensão, voluntarismo rigorista de chamados ainda não escolhidos que, na invocação permanente do dever, fundem sua pretensão a ser, um dia, o dever-ser realizado. Todavia, basta afinar a análise para perceber que este sistema de disposições reveste tantas modalidades quantas são as maneiras de ter acesso a uma posição média na estrutura social, de se manter nela ou de atravessá-la; além disso, essa posição pode ser, em si mesma, estável, em ascensão ou em declínio.

A análise das correspondências, procedendo a operações sucessivas e adotando variáveis ativas e ilustrativas semelhantes em relação à classe dominante, foi aplicada aos dados coletados a propósito das classes médias ($n = 583$ indivíduos). O peso relativo do primeiro fator é mais importante que na análise da classe dominante (7% contra 3,4% para o segundo e 3% para o terceiro), sem dúvida, porque sua composição inclui não só a estrutura do capital, mas também o volume global do capital, cujo efeito não é neutralizado completamente em decorrência da dificuldade e da arbitrariedade relativa para definir os limites da classe, tanto do polo cultural – em que os intermediários culturais, muito próximos dos professores do secundário, poderiam ter sido excluídos – quanto do polo econômico em que nunca é fácil proceder ao corte, a partir dos elementos de informação disponíveis, entre os grandes e os pequenos comerciantes ou artesãos (Por este fato, o diagrama-plano apresenta-se como uma deformação sistemática do espaço social tal como ele é figurado no esquema teórico apresentado mais acima em que o volume e a estrutura do capital correspondem a *duas dimensões diferentes*, enquanto aqui o primeiro fator corresponde à segunda dimensão, mas também em parte à primeira, enquanto o segundo corresponde à terceira). Esse primeiro fator revela uma estrutura de oposições praticamente semelhante à que era manifestada, também, pelo primeiro fator na análise da classe dominante. Os indicadores da competência em matéria de cultura legítima e, sobretudo,

talvez, da ambição (ou pretensão) cultural é que contribuem mais fortemente para a constituição do primeiro fator: por um lado, a aptidão para identificar, no mínimo, doze compositores (2,0%), o conhecimento de doze, no mínimo, obras musicais (2,4%), a frequência do Louvre e do *Musée d'art moderne* (2,7%), a escolha de obras de música clássica típicas da disposição "discófila", tais como *As quatro estações* (2,4%), a *Arte da fuga* (1,6%), e o *Cravo bem temperado* (1,6%), de cantores "intelectuais", tais como Jacques Douai (1,8%) e Léo Ferré, de pintores que são o equivalente de Bach ou Vivaldi no espaço dos gostos picturais, por exemplo, Bruegel (1,8%), de opiniões ambiciosas sobre a pintura, tais como "interesse-me pela pintura tanto abstrata quanto das escolas clássicas" (2,4%) e, finalmente, de amigos "artistas" (2,0%) e de um interior recatado e cheio de fantasia; e, por outro, o reduzido (de 0 a 6) conhecimento dos compositores (2,9%) e das obras (2,7%), a escolha de obras suscetíveis de serem percebidas como legítimas por um efeito de alodoxia, tais como o *Danúbio azul* (2,8%) ou a *Arlésienne* (1,5%), de cantores associados à opereta, por exemplo, Guétary (1,6%) e, finalmente, as preferências mais "comuns" (tais como um interior asseado e limpo, fácil de arrumar). (Em relação às contribuições relativas, observa-se que os adjetivos escolhidos para qualificar o interior da casa são mais fortemente explicados pelo primeiro fator que pelos seguintes – e, principalmente, harmonioso, recatado e cheio de fantasia, associados, como se viu, ao pólo cultural, enquanto asseado e limpo, fácil de arrumar, estão associados ao pólo econômico – assim como a escolha de pintores, por exemplo, Renoir e Kandinsky).

A projeção das variáveis ilustrativas faz aparecer que, à semelhança do que se passa com a classe dominante, os diplomas distribuem-se de maneira linear no primeiro eixo (diferentemente do que ocorre com a renda). Em relação aos indivíduos, o primeiro fator opõe os artesãos e os pequenos comerciantes aos membros mais ricos em capital cultural – intermediários culturais, serviços médico-sociais – da nova pequena burguesia e, secundariamente, aos professores primários, técnicos e quadros médios que ocupam posições intermediárias.

O segundo fator caracteriza sistematicamente as disposições éticas ou estéticas mais tradicionais ou conservadoras: o apego aos valores antigos e consagrados, tanto em matéria de pintura com Rafael (2,6%), Da Vinci (2,3%) ou Watteau (1,6%) quanto em matéria de música clássica com *La Traviata* (2,4%) ou de canção com Mariano (1,9%), assim como em matéria de arte de viver com o gosto pela culinária de acordo com a tradição francesa (2,3%), o interior caprichado (2,3%) e harmonioso (1,6%). Em oposição a disposições que, na aparência, têm em comum apenas a ignorância ou a recusa dos valores estabelecidos – com a preferência por Hallyday (4,4%), Aznavour (3,3%), Buffet (2,3%), um interior caloroso (1,6%) e o amigo divertido (2,9%) (Entre os indicadores mais fortemente explicados pelo segundo fator, encontra-se a mesma oposição: por um lado, a escolha do amigo consciencioso ou dotado de mente positiva; e, do outro, a escolha do amigo voluntarioso, a compra de móveis em uma grande loja, a escolha da cantora Françoise Hardy ou da opinião "não me interessa por pintura").

A projeção em variáveis ilustrativas das características "objetivas" faz aparecer que, a exemplo do caso do gosto dominante, o segundo fator exprime uma oposição segundo a idade – os mais velhos encontram-se no topo do segundo eixo e do lado do pólo econômico, enquanto os mais jovens situam-se na parte inferior desse eixo e do

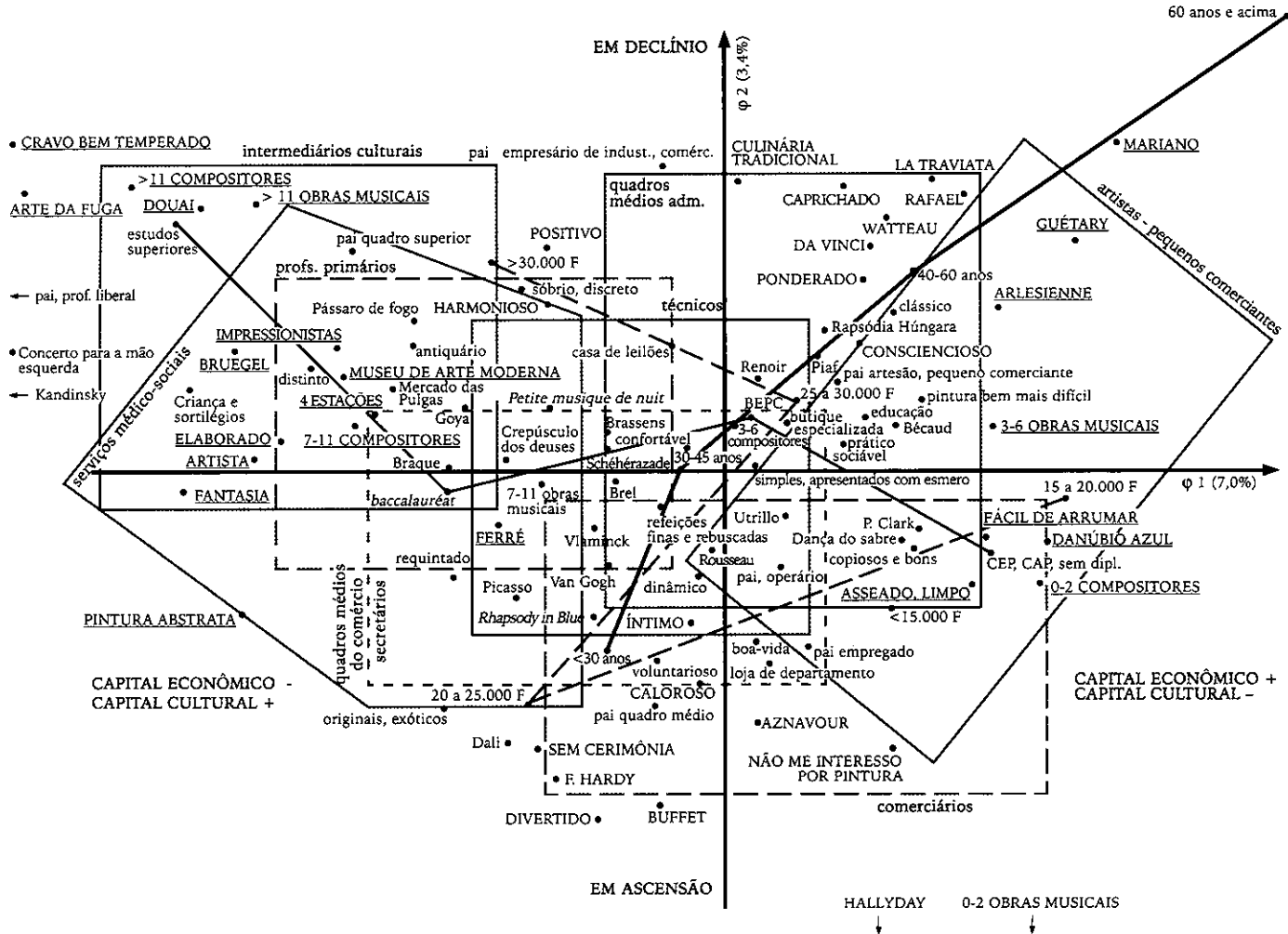
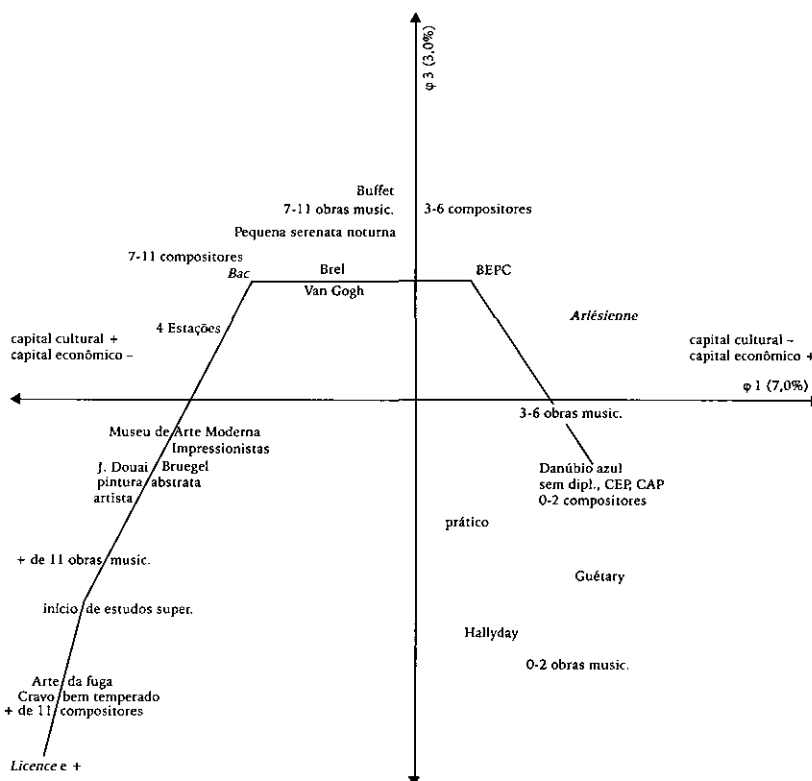


Gráfico 15 e 16 - Variantes do gosto pequeno-burguês. Análise das correspondências. Plano do 1º e 2º eixos de inércia: o espaço das propriedades (Gráf. 15) e o espaço dos indivíduos das diferentes frações - com exceção dos empregados de escritório, muito dispersos (Gráf. 16, em cinza). Os títulos correspondentes às contribuições absolutas mais fortes foram apresentadas em MAIÚSCULAS SUBLINHADAS para o primeiro fator e em MAIÚSCULAS para o segundo.

lado do pólo cultural – e, inseparavelmente, uma oposição segundo a origem social, os filhos de empresários, pequenos ou grandes, e de quadros superiores ou de membros das profissões liberais situam-se do lado dos valores positivos do eixo, ao passo que os filhos dos operários, empregados ou quadros médios estão posicionados do lado dos valores negativos. Dito em outras palavras, o segundo fator opõe, no interior de cada fração, aqueles que, de preferência, estão em declínio àqueles que, de preferência, se encontram em ascensão; neste caso, a distribuição global das diferentes frações corresponde, de modo geral, à parcela em cada uma delas das duas categorias com a oposição entre os intermediários culturais e os quadros médios de administração que tendem para os valores positivos, por um lado, e, por outro, os comerciantes ou os secretários do lado dos valores negativos.

Gráfico 17 – Variantes do gosto pequeno-burguês. Análise das correspondências. Plano simplificado do 1º e 3º eixos de inércia



Neste esquema simplificado foram representadas apenas as variáveis cujas contribuições absolutas eram iguais ou superiores a 1,5. Entre as variáveis ilustrativas, foi representado apenas o diploma.

Por último, à semelhança do que ocorre na classe dominante em que ele opunha as profissões liberais – que realizam o gosto burguês em sua plenitude – às duas frações que representam os extremos do espaço cultural dominante (de um lado, professores e intelectuais; e, do outro, grandes comerciantes e industriais), o terceiro fator estabelece a oposição entre os que possuem, em maior quantidade e de forma mais completa, as características modais da classe em seu conjunto, ou seja, as que a opõem melhor às outras classes, em suma, as mais tipicamente *médias*, e aqueles que têm menos capital cultural, isto é, os artesãos e os comerciantes, assim como os detentores em maior quantidade desse capital, ou seja, os intermediários culturais e os professores primários. Os indicadores de uma competência cultural média, tais como um conhecimento médio (de 7 a 11) das obras (4,0%) e um conhecimento médio (de 3 a 6) dos compositores (2,9%), ou o gosto por bens culturais mais tipicamente médios, tais como Brel (2,9%), Buffet (1,7%), Van Gogh (1,9%), Da Vinci (2,2%), a *Pequena serenata noturna* (1,9%), opõem-se, por um lado, aos indícios de um conhecimento bastante elevado (12 e acima) das obras (2,2%) e dos compositores (4,0%) e de um gosto por obras mais legítimas, tais como a *Arte da fuga* (2,2%) e, por outro, aos indícios de um conhecimento bastante reduzido (de 0 a 2) das obras (3,3%) e dos compositores (1,8%) e de um gosto pelas obras menos legítimas, por exemplo, Guétary (2,4%) ou Halliday (1,9%) – os indicadores fortemente explicados por este fator estão todos incluídos entre aqueles que, tendo fornecido contribuições absolutas elevadas, já foram citados.

A projeção das variáveis ilustrativas faz aparecer, como era previsível, uma oposição entre os detentores de diplomas médios (BEPC ou *baccalauréat*) e aqueles que são dotados de diplomas de nível inferior (CEP ou CAP) ou superior (início de estudos superiores ou diploma de ensino superior) que se duplica de uma oposição entre aqueles que são oriundos, sobretudo, das classes médias e aqueles que são oriundos, sobretudo, das classes populares ou superiores. Portanto, a “cultura média” é algo que tem a ver, sobretudo, com os professores primários, técnicos, membros dos serviços médico-sociais e quadros médios da administração.

Para justificar o conjunto dos fatos que a análise das correspondências tem a virtude de fazer surgir em sua sistematicidade, não basta observar que, apesar de ser bastante diferente do ponto de vista fenomenal – já que incidem em objetos globalmente menos legítimos –, as escolhas dos membros da pequena burguesia organizam-se segundo uma estrutura praticamente semelhante àquela que organiza os gostos dos membros da classe dominante, os artesãos e os pequenos comerciantes, cuja posição baseia-se na posse de certo capital econômico, opondo-se aos professores primários e aos intermediários culturais a partir de princípios totalmente análogos aos que estabelecem a distinção entre os empresários da indústria ou do comércio, por um lado, e, por outro, os professores e produtores artísticos. O verdadeiro enfrentamento do problema levantado pela relação evidenciada pelo segundo fator, a saber, o vínculo entre conjuntos de disposições estéticas e éticas que se pode definir, sumariamente, como “conservadoras” ou “inovadoras”, por um lado, e, por outro, a origem social e a idade, por sua vez, associadas por uma relação complexa à posição na dimensão horizontal do espaço, só poderá ser feito com a condição de ser questionada sistematicamente a relação estabelecida entre posições – ou cargos – situados no espaço-tempo social e agentes que, também, estão situados neste espaço.

Se, habitualmente, é tão mal compreendido o que se passa neste lugar *central* do espaço social, é porque, no melhor dos casos, deve-se, para tentar conhecer e avaliar – ao recorrer, por exemplo, a códigos, por definição, *definidos* –, interromper os movimentos de mesmo sentido ou de sentido contrário que arrastam tanto as posições quanto os agentes, transformando a região central e média do espaço social, lugar de incerteza e indeterminação relativas entre os dois pólos do campo das classes sociais, em um conjunto de lugares de passagem que se deslocam ou, melhor ainda, em um conjunto de lugares de passagem em movimento em que se encontram, durante um momento mais ou menos longo, agentes arrastados por trajetórias do mesmo sentido ou de sentido oposto, ascendentes ou descendentes. Para se aproximar ainda mais da realidade, seria possível caracterizar as posições médias ou centrais como lugares de passagem em movimento que se deslocam – em uma região relativamente indeterminada de um espaço-tempo social que não é senão a estrutura de ordem desses movimentos ordenados, embora parcialmente desordenantes – em parte, pelo menos, porque as pessoas que se encontram aí durante um momento mais ou menos longo e cujas práticas e trajetórias são parcialmente determinadas pelas determinações vinculadas a esses lugares, contribuem para levá-los a deslocar-se por seus movimentos ou, mais exatamente, pelas transformações a que submetem a realidade ou a *representação* das posições ocupadas por elas e, em certos casos, arrastadas em seu movimento. Isto é válido tanto no caso em que os agentes “sobem” no espaço social ao “enaltecer” sua posição quanto no caso em que descem no espaço social ao “arrastarem” sua posição em seu declínio (com os efeitos de debandada). Vê-se, de passagem, que as metáforas mecânicas que se é obrigado a utilizar para falar de uma realidade que não se deixa facilmente nomear correm o risco de fazer esquecer que não só a representação dos agentes em relação ao futuro de sua própria posição e que depende do futuro objetivo dessa posição, mas também a representação dos outros agentes a respeito dessa posição, contribui para determinar o futuro objetivo da posição considerada.¹³ De fato, a descrição adequada de tal universo pressuporia um questionamento, em todos os instantes, de todas as disposições, inclinações, propensões ao realismo substancialista que estão inscritas nos modos de pensamento correntes e na linguagem corrente, assim como nas expectativas correntes da ciência social, levada a reclamar das classificações estritas, dos grupos com *fronteiras* bem estabelecidas, bem definidos em seu nome – deve-se (poder) designar por pequeno-burguês um pequeno-burguês – e em seu número (são apreciadas as enumerações precisas, nos mínimos detalhes, que fazem a “ciência”).¹⁴ Dito isto, sobretudo, para atrair, de antemão, a indulgência relativa a todas as recaídas, talvez, provisoriamente inevitáveis, no modo de pensamento realista que não deixarão de aparecer na seqüência destas análises.

Assim, as posições médias do campo social podem ser definidas sincronicamente como situadas em uma região intermediária – caracterizada por sua indeterminação relativa (primeira dimensão, vertical, do espaço social), de um ou do outro dos subcampos (segunda dimensão, horizontal), campo econômico ou campo cultural – do campo das classes sociais, mas também diacronicamente como se tivesse uma história (que pode ser a história coletiva dos ocupantes sucessivos dessa posição) relativamente independente da história dos indivíduos que ocupam essa posição em determinado momento ou, se preferirmos, uma trajetória passada e futura, um passado e um futuro. Esse futuro, isto é, o futuro coletivo que ela promete a seus ocupantes, pode ser ora relativamente *predeterminado*, e como que *mais ou menos favorável*, ou seja, como se promettesse, com uma certeza relativa, uma ascensão ou um declínio mais ou menos marcantes ou a estagnação, ora quase *indeterminado*, aberto.

Entre as propriedades comuns a todos os ocupantes dessas posições médias ou neutras, as mais características são, sem dúvida, aquelas que se referem a essa indeterminação estrutural: situadas a igual distância dos dois pólos extremos do campo das classes sociais, em um ponto médio ou, melhor ainda, um lugar neutro em que as forças de atração e de repulsa se equilibram, os pequeno-burgueses têm de enfrentar, incessantemente, alternativas éticas, estéticas ou políticas, portanto, obrigados a levar as operações mais correntes da existência à ordem da consciência e das escolhas estratégicas. Condenados, para sobreviver em seu universo de aspiração, a “viver acima de seus meios”, portanto, a estar atentos e sensíveis, hipersensíveis, incessantemente, aos mais insignificantes sinais da recepção concedida à representação que fornecem, eles estão expostos, sem cessar, a chamadas à ordem, recusas ou reprimendas destinadas a rebaixar suas pretensões e “colocá-los em seu devido lugar”, portanto, sempre desconfiados e prontos a transformar a docilidade em agressividade.

No que concerne às posições relativamente predeterminadas, pode-se assim estabelecer a distinção entre posições *declinantes* – tais como as de artesão ou pequeno comerciante que conheceram uma importante diminuição numérica, correlata de um rápido declínio econômico e social – e posições *estáveis ou ascendentes*, por exemplo, as de empregado de escritório, quadro médio de administração ou comerciário, que sofreram apenas um crescimento moderado, acompanhado por poucas mudanças nas vantagens econômicas e sociais correlatas.¹⁵ Por outro lado, em vez de maior indeterminação de uma região de indeterminação, ou seja, principalmente do lado do pólo cultural¹⁶ da classe média, situam-se posições ainda mal determinadas, tanto pelo presente que elas propõem quanto pelo futuro bastante incerto e, por isso mesmo, bastante *aberto*, ou seja, arriscado e, ao mesmo tempo, disperso, que elas prometem (por oposição ao futuro *garantido*, embora *fechado*, das posições fortemente predeterminadas): essas posições novas ou renovadas surgiram das recentes transformações da economia (e, em particular, do aumento da parte que cabe, inclusive na produção dos bens, ao trabalho simbólico de produção da necessidade – acondicionamento, *design*, promoção, relações públicas, *marketing*, publicidade, etc.) ou foram, de alguma forma, “inventadas” e impostas por seus ocupantes que, para poder vender os serviços simbólicos que tinham para oferecer, deviam produzir a necessidade deles entre os potenciais consumidores por uma *ação simbólica* – habitualmente designada por eufemismos, tais como “trabalho social”, “animação cultural”, etc. – tendente a impor normas e necessidades, em particular, no domínio do estilo de vida e dos consumos materiais ou culturais.

Tudo se passa como se as propriedades sincrônicas e diacrônicas das posições estivessem ligadas por uma relação estatística bastante estreita às propriedades sincrônicas e diacrônicas vinculadas aos indivíduos, ou seja, ao volume e à estrutura do capital que, em determinado momento, comandam a posição deles, assim como à evolução no tempo dessas duas propriedades que definem as trajetórias passadas e potenciais no espaço social, para que seja possível caracterizar indiferentemente, como já tem sido feito freqüentemente até aqui, as posições pelas propriedades de seus ocupantes ou o inverso. Isso pode ser mostrado, como tem sido feito sem cessar, para as propriedades sincrônicas – o volume e a estrutura do capital estão ligados à posição de maneira tão evidente que, em certos

casos, poderíamos omitir de interrogar a relação entre os ocupantes e a posição, por um lado, e, por outro, os mecanismos através dos quais ela se realiza; no entanto, as classes médias oferecem uma ocasião particularmente favorável de estabelecê-la no caso das propriedades diacrônicas. Assim, somos reenviados ao ponto de partida desta análise, ou seja, à relação estabelecida pela observação entre as grandes classes, cujas posições são definidas por suas propriedades diacrônicas, e certas propriedades individuais, evidentemente, associadas ao tempo, tais como a idade – através da qual se exprime a relação com o passado (passado do sistema econômico, no pólo econômico; passado do sistema escolar, no pólo cultural) e com o futuro – ou como a origem social, indicador (imperfeito) da evolução do volume e da estrutura do patrimônio, assim como de uma verdadeira relação não só com o passado e com o futuro, mas também com as outras classes sociais, enquanto lugares de onde se vem e para onde se vai.¹⁷

A pequena burguesia em declínio

As posições, cujo declínio numérico exprime o declínio econômico, são ocupadas por indivíduos que, tanto em suas propriedades objetivas quanto em suas práticas e opiniões, aparecem como que associados a um passado ultrapassado. Situados na extremidade do primeiro eixo, os artesãos e os pequenos comerciantes, relativamente velhos em seu conjunto e pouco providos de capital escolar – possuem, no máximo, o CEP ou o CAP –, manifestam, em todas as suas preferências, *disposições regressivas* que se encontram, sem dúvida, na origem de suas inclinações *repressivas*, particularmente visíveis em suas reações a todos os sinais da ruptura com a ordem antiga, a começar, evidentemente, pela conduta dos jovens. É assim que, em reação contra todas as inclinações para o modernismo ou conforto – em seu entender, outros tantos abandonos laxistas –, suas escolhas, em tudo o que concerne à arte de viver cotidiana, podem ser chamadas regressivas por serem semelhantes às dos operários, apesar de ser diferente o grau de imposição pela necessidade (eles dizem, por exemplo, que preferem um interior asseado e limpo, fácil de arrumar ou prático). Do mesmo modo, em matéria de música e de canção, eles orientam-se sistematicamente para as obras desclassificadas da cultura burguesa (tais como a *Arlésienne* ou o *Danúbio azul*) e, sobretudo, para os cantores mais fora de moda e, ao mesmo tempo, mais tradicionais (por exemplo, Guétary e Mariano).

Segundo uma lógica – que é válida, também, para as outras posições –, na subcategoria mais ajustada em suas propriedades diacrônicas de idade e de trajetória às propriedades diacrônicas da posição, ou seja, a mais exatamente orientada no sentido da história coletiva, a mais disposta, portanto, a exprimir sua verdade objetiva e a anunciar seu futuro, é que se observam, no mais elevado grau de densidade e intensidade, as preferências características da fração em seu conjunto: assim, o conjunto (situado na parte superior do segundo eixo) dos pequenos artesãos ou pequenos comerciantes que, na sua maioria, são oriundos de pequenos artesãos e de pequenos comerciantes, condenados – por falta de capital econômico e, sobretudo, cultural, necessário para tentar uma reconversão – a manter-se, a qualquer preço, na direção de pequenas empresas, particularmente, ameaçadas (lojas de alimentação, pequeno artesanato tradicional, etc.) e destinadas a desaparecer com eles – são ainda mais velhos que os outros – distingue-se por escolhas sistematicamente retrógradas do resto da

Uma padeira “exatamente na média”

A Sra. D., proprietária de uma padaria em Grenoble, órfã aos 12 anos, foi confiada à Assistência Pública; permaneceu na escola até os 14 anos, sem ter obtido o CEP. O marido começou por trabalhar, à noite, em uma leiteria e, em seguida, durante 8 anos, em uma padaria; instalou-se por conta própria, há doze anos. A filha mais velha, 22, está casada e é manipuladora de farmácia. Eles são proprietários de uma pequena padaria (com apenas um empregado) que, em breve, vão abandonar com a intenção de comprar outro pequeno comércio que seja menos subjugante, “menos limitativo”. Há pouco, compraram no subúrbio de Grenoble uma casa com salão, sala de jantar, vários cômodos, cozinha e banheiro, além de um grande quintal, tratado com muito esmero.

“Gosto muito que tudo esteja limpo”

Dentro de casa, tudo brilha, não se encontra um grão de poeira: “Não estou me gabando, mas gosto muito que tudo esteja limpo; então, gosto muito de enfeitar minha casa, limpar toda a poeira, talvez, de forma exagerada, porque afinal de contas, quando se fica em casa, não se faria outra coisa”. A preocupação em manter-se no que lhe parece ser o meio termo, “exatamente na média”, sem chamar a atenção de forma exagerada, orienta todas as suas afirmações. Assim, a respeito da casa, ela dirá que, em parte, é “o fruto de nosso trabalho”, “uma recompensa”, que “é boa, mas, mesmo assim, existem outras que são melhores; digamos, que é, evidentemente, razoável (...); uma coisa realmente média, nem por isso deixo de sentir orgulho; mesmo que ela fosse menos ampla, eu teria feito essa compra. Convém dizer o seguinte: ela está exatamente na média, não é do luxo, luxo, mas também não é completamente mediana”. “Fomos criados de forma muito econômica”; “do jeito que trabalhávamos, não havia tempo para gastar (...), não havia tempo de sair; então, a gente economiza pela força das coisas. Muitas vezes, cheguei a dizer: ‘Há quem tenha grana e tempo; no meu caso, tenho grana, mas não tenho tempo’; não tem graça dizer isso, mas infelizmente essa é a verdade”.

“Algo entre o bastante moderno e o antigo”

A escolha da mobília, da marca popular *Lévitan*, levantou muitos “problemas”. “Percorri um grande número de lojas (...) para evitar qualquer equívoco (...); eu pretendia algo que, em parte, combinasse com a minha idade, uma vez que tenho dificuldade em ver uma pessoa de 50 anos com móveis ultramodernos (...); pensei em escolher algo entre o muito moderno e o antigo”. Ela preferiu “esperar o tempo necessário” para comprar a casa, em vez de fazer uma “compra às cegas”; “há quem consiga rapidamente uma casa; digamos que não podíamos tirar proveito dela, nessas circunstâncias, nada servia ter uma casa. Esperamos alguns anos de modo que pudemos comprar algo mais confortável”.

“Nem dos mais vulgares, nem dos mais lindos”

Os móveis do salão “não são dos mais vulgares, nem dos mais lindos: escolhi algo clássico”. Grande banco estofado em cor cinza: “com esse tom, a gente pode sentar-se à vontade”, “sem restrições” (sem medo de sujá-lo) “e não deixa de ficar bem”. Ela teve de fazer sozinha todas essas escolhas porque o marido não tinha tempo, nem vontade de

acompanhá-la: “Ele não estava nem aí e disse-me: ‘faça o que você quiser’”. Ela pôs-se à procura de algo “que combinasse com o estilo dos cômodos; não acho que seja muito qualificada no assunto, mas se deve respeitar, em parte, o estilo nos cômodos”.

“Agora, estas coisas têm valor porque tudo está limpo”

Nas paredes, um quadro oferecido pelo cunhado e outro que ela comprou de um “pintor de tela”. “Aprecio muito a pintura, mas não tenho recursos para isso.” Ela pensa que também gostaria, talvez, de escutar discos, mas nem pode imaginar que venha a fazer uma compra dessas. A preocupação em evitar qualquer desperdício e o senso da poupança levaram-na a “recuperar” bibelôs para sua casa. “Tenho um montão de bugigangas que recupero; trata-se de coisas que encontrei no sótão de tias, tios, de coisas que fui enfeitando. Essas coisas têm, agora, valor porque tudo está limpo (...); na época em que as recuperei ninguém se dignaria abaixar-se para apanhá-las porque estavam demasiado sujas.”

“Detesto usar muitas coisas, ao mesmo tempo”

Ela gosta da decoração de sua casa; se dispusesse de dinheiro, ela preferiria “comprar um móvel ou algo para a casa”, por exemplo, cortinas ou um tapete que poderiam ser “guardados por muito tempo”, em vez de um vestido que, no ano seguinte, estará “fora de moda” ou de uma jóia que não usará. “Há pessoas que são muito elegantes, que compram muitas coisas. No que me diz respeito, não tenho essa necessidade porque, afinal de contas, às vezes, a gente até compra coisas que nunca chega a usar. Nem se sabe a razão por que tais coisas nos agradaram; e, de um dia para o outro, deixam de nos agradar. Por exemplo, sapatos: basta que machuquem os pés; a gente usa durante a metade de um dia ou, até mesmo, por uma hora e, em seguida, diz ‘sinto dor nos pés, bolas!, vou tirá-los’ e depois ficam na caixa. Tenho a certeza de que não sou a única”. Ela “gosta de jóias verdadeiras”, de “jóias de ouro”, mas não tem costume de usar as suas. “Detesto usar muitas coisas, ao mesmo tempo, pegar todas as minhas jóias; alguém irá comentar: ‘Reparem, ela está usando todas as suas jóias’; detesto exhibir todos os meus objetos de valor, se é que se pode chamar isso assim.”

“Arrumar-se um pouco, sem mais”

Para as roupas, “nunca paga caro”: “não sou daquelas que gastam muito em peças de vestuário”. De qualquer maneira, “a moda muda toda a hora; (...) por mais que faça, ninguém estará na moda, se for por aí”. Assim, ela procura, de preferência, roupas “clássicas”. Hesita em aceitar convite para casamento: “isso nada significa para mim porque se deve comprar coisas caras que, afinal de contas, são usadas, praticamente, uma só vez”. De tempos em tempos, vai ao salão de cabeleireiro e isso é, para ela, uma “chatices”: é necessário “arrumar-se um pouco, sem mais”. Tendo passado a infância na zona rural, “não era costume ficar diante do espelho e se maquiar”. No cotidiano, a Sra. D. não passa muito tempo na cozinha porque eles são apenas dois; no entanto, quando há outras pessoas, ela “gosta muito de preparar coisas clássicas”, do tipo quiche Lorraine, batata gratinada, assados de todo o gênero, tomates recheados.

“Aqueles que jogam tudo pela janela”

Ela entende-se muito bem com aqueles que têm “gostos semelhantes” aos seus, preza “relacionar-se com pessoas honestas”. “Bastante parcimoniosa, sem ser, digamos, pão-dura” (“de qualquer modo, a gente detesta o desperdício”), ela pensa que não poderia se entender com pessoas que, ao contrário, “jogam tudo pela janela”. Compreende dificilmente aqueles que, “para falar de uma forma vulgar, ‘comem o pão que o diabo amassou; no entanto, quanto mais ganham, mais gastam (...). Nem sempre são os mais ricos que não se privam de certas coisas; muitas vezes, são as pessoas da classe média que, no fundo, querem tudo: têm vontade de bolos, bebem bom vinho quando lhes apetece e se não conseguem pagar, mandam anotar no rol das dívidas”. Ela inclui na mesma condenação aqueles que não sabem “controlar seu orçamento” e, no final do mês, pedem que as despesas sejam anotadas em sua conta a fim de pagá-las mais tarde; mesmo sem designá-los explicitamente, ela referia-se, sem dúvida, aos operários.

“Os programas divertidos em que não se tem de refletir demais”

Não foi a uma sala de cinema, “pelo menos, há dez anos”; não tem tempo para ler os jornais diários, nem os semanários, tais como *Match* ou *Jours de France* – revistas que, às vezes, os clientes esquecem na padaria: “um grande número de páginas para mostrar praticamente nada e muitos anúncios”. Ela assiste um pouco à televisão, mas “não demais”, sobretudo, no domingo, e nunca depois das dez horas da noite; não é uma “fanática da TV”, “aprecia os programas divertidos” em que “não se tem de refletir demais”, em particular, os programas de variedades com a condição de que o diretor não tente “fazer as coisas bem demais”: “com o decorrer do tempo, acho que, até mesmo, os programas de variedades se empenham demais para parecer bem; ora, o clássico era melhor. Rejeita qualquer busca formal, detestando os programas de Averty: “Detesto absolutamente essas coisas totalmente recortadas, vê-se uma cabeça, um nariz, uma perna. Acho isso uma estupidez; certamente, devo pertencer à escola antiga (...). Vê-se um cantor que é alto, com três metros de altura; em seguida, aparecem braços com dois metros de largura – você acha isso divertido? Ah, eu detesto, é algo estúpido, não vejo onde está o interesse em deformar as coisas”. Ao contrário, ela gosta de assistir a um cantor “clássico”, ou seja, “um cantor que canta, canta normalmente, com um tamanho normal e que não esteja deformado”.

“Meu marido detesta os hotéis”

Todos os anos, eles tiram quinze dias ou três semanas de férias em um reboque móvel; já estiveram duas ou três vezes em um *camping* na *Côte d’Azur* e, ultimamente, à beira de um lago na região de Grenoble. Antes de adquirirem o reboque, eles não tiravam férias: o marido “detesta absolutamente os hotéis e os restaurantes”. Durante as férias, o marido joga, quase todo o tempo, às esferas e cartas; aliás, tem “facilidade de travar amizade”. Quanto a ela, detesta ficar sem fazer nada de útil; assim, descansa e faz tricô ou tapeçaria: “é um passatempo agradável; o tempo passa mais depressa”. Vão um pouco à praia e tomam o aperitivo com amigos. Fora das férias, as obrigações do trabalho impedem que eles possam sair; o marido trabalha no domingo, à noite, a partir das 21 horas, o que o obriga a dormir na parte da tarde. No máximo, conseguem sair “uma vez por ano, na segunda-feira de Páscoa ou de Pentecostes; por ser feriado, a gente fechava a padaria no domingo e na segunda-feira”.

fração em que se conta uma boa parte de artesãos modernos (eletricistas, mecânicos, etc.), detentores do BEPC ou, até mesmo, do *bac* que – sobretudo, se forem jovens e parisienses – estão muito próximos dos técnicos em suas escolhas éticas e estéticas (e, sem dúvida, políticas).¹⁸ Convencidos de que ficam devendo sua posição, ameaçada por todos os vexames do tempo, a uma vida “simples”, “séria” e “honestas”, os pequeno-burgueses em declínio exprimem, em todos os domínios, as preferências mais austeras e, também, mais tradicionais (fazendo incidir sua escolha em um interior caprichado e clássico, no amigo consciencioso e ponderado, nas refeições segundo a tradição francesa, nos pintores mais canônicos, tais como Rafael, Da Vinci, Watteau e, como já vimos, nos cantores cuja consagração é mais antiga, por exemplo, Edith Piaf, Mariano e Guétary). Suas recusas que exprimem o ressentimento contra a nova moral, sua pretensão espalhafatosa, seu laxismo em matéria de economia – com o recurso ao crédito –, de educação ou de sexualidade, não são menos significativos: rejeitando os componentes mais característicos do estilo de vida caro aos operários (como a qualidade de boa vida), eles excluem sistematicamente todas as virtudes em que se reconhecem os membros das novas profissões (artista, divertido, distinto, requintado) e os gostos “modernistas” que estes se comprazem a exibir (*nunca* citam Picasso – ora, sabe-se que este pintor é um dos alvos do ressentimento pequeno-burguês contra os artistas –, tampouco os representantes exemplares do novo estilo de vida dos jovens, tais como Françoise Hardy ou Johnny Halliday). Dimensão de um *ethos* do “consciencioso” que, em todas as coisas, lhes faz reconhecer os valores do trabalho, da ordem, do rigor e da minúcia, sua estética do “caprichado” não se confunde com o gosto do “sóbrio”, freqüente entre os operários ou os membros da pequena burguesia de promoção que orienta a preocupação de passar despercebidos (e, também, apesar de assumir um sentido completamente diferente, na antiga burguesia que, por um luxo discreto, afirma sua rejeição das audácias “pretensiosas” ou “vulgares” da nova burguesia, pequena e grande); mas ela opõe-se, sobretudo, ao gosto “liberado” da nova pequena burguesia e a suas “fantasias” chamativas de butique de vanguarda e de cabeleireiro “unissex”.

A pequena burguesia de execução

Situados em posição central, do ponto de vista da estrutura do capital, os membros da pequena burguesia de execução apresentam, no mais elevado grau, os traços – evocados no começo – que os transformam na realização mais acabada da pequena burguesia, tais como o culto do esforço autodidata e o gosto por todas as atividades, cujo aspecto comum consiste em exigir, sobretudo, tempo e boa vontade cultural (por exemplo, as coleções).¹⁹ Tratando-se de tal população intermediária, é possível mostrar em que aspecto ela se distingue das frações vizinhas e, ao mesmo tempo, de que maneira seus membros se distribuem, no que concerne às propriedades diacrônicas, desde os mais velhos – e, especialmente, aqueles que, de origem burguesa ou pequeno-burguesa, estão muito próximos, em suas escolhas éticas e estéticas, da fração mais regressiva da pequena burguesia em declínio – até os mais jovens que, sobretudo, ao serem detentores de diplomas escolares elevados, aparentam-se aos membros em ascensão da nova pequena burguesia. Tudo se passa como se a disposição fundamental, característica da fração em seu conjunto, se transformasse sistematicamente em função da idade e da origem social, indo desde um

progressismo otimista entre os jovens em ascensão, até um conservadorismo pessimista e regressivo entre os mais velhos.

Entre as profissões mais recentes que propõem o futuro mais seguro, tais como quadros médios e empregados de escritório – e, de forma especial, aqueles que são oriundos das classes populares e possuem apenas diplomas escolares médios (BEPC ou *bac*) – é que se encontram, sob a forma mais acabada, as disposições ascéticas e a devoção à cultura, associadas à ambição de prolongar, por acúmulo cultural, uma ascensão que se tornou possível por um pequeno acúmulo inicial de capital cultural. Destinados a um progresso progressivo por um esforço de educação, eles são levados naturalmente, por um lado, a uma visão de mundo progressista, baseada na fé nas luzes da instrução e da inteligência, e, por outro, a um reformismo atenuado que visaria dar a cada um segundo seus méritos escolares. Além de serem tributários da educação em relação a tudo o que têm e esperarem dela tudo aquilo que aspiram obter, eles encontram-se, muitas vezes, em uma relação que é a da *execução* à *concepção* com os quadros superiores, redatores das instruções que eles aplicam, autores dos planos que eles põem em ação e dos compêndios que eles utilizam; por isso mesmo, tendem a identificar as hierarquias com diferenças de competência ou, mais simplesmente, de diplomas escolares. Tanto mais que, muitas vezes, aqueles que saíram da posição esbarram nos limites – por exemplo, a ignorância da álgebra – erguidos, arbitrariamente, à sua frente pelas barreiras escolares, fora de qualquer necessidade técnica que, realmente, estivesse inscrita no exercício da função. Compreende-se que eles se distingam da pequena burguesia em declínio no sentido em que associam a determinados traços do *ethos* popular – tais como o gosto pelas refeições sem cerimônia e por amigos boas-vidas ou divertidos – aliás, traços que os caracterizam propriamente falando, tratando-se de marcas de apego a valores ascéticos – tais como a escolha de um amigo consciencioso ou instruído, ou preferência por roupas sóbrias e corretas – sem falar de todos os indícios de uma boa vontade cultural tão intensa quanto desarmada: levados a tarefas que, antes de mais nada, exigem precisão, rigor, seriedade, em poucas palavras, boa vontade e dedicação, além de serem mais ricos em boa vontade cultural que em capital cultural, eles orientam suas “preferências”²⁰ para obras tipicamente “médias”, tais como a *Dança do sabre* ou *Utrillo*, compram os móveis nas grandes lojas e apreciam os interiores asseados e limpos, fáceis de arrumar, escolhem Aznavour, Petula Clark ou Johnny Halliday e interessam-se muito pela fotografia e pelo cinema.²¹

Esta boa vontade cultural pura e esvaziada, inteiramente definida pelos imperativos da ascensão, tem seu equivalente no plano da moral: por oposição ao rigorismo repressivo das frações em declínio que, tendo por princípio o ressentimento associado à regressão social, parece ter como única finalidade a de proporcionar àqueles que têm apenas um passado a satisfação de condenar aqueles que tem um futuro, ou seja, em primeiro lugar, os jovens, o rigorismo ascético das frações em ascensão que, muitas vezes, se associa a um progressismo prudente em política é, antes de mais nada, o princípio de uma *disciplina* que o indivíduo se impõe e aos seus, além de estar totalmente subordinada à ascensão social: pode-se ver a prova disso no fato de que os pequeno-burgueses em ascensão que, habitualmente, se mostram muito mais rigorosos que as outras classes – em particular, em tudo o que diz respeito à educação dos filhos, seu trabalho, suas saídas e leituras, sua sexualidade, etc. – podem mostrar-se, sem contradição, muito menos rigorosos que a

moral dominante e as frações da classe dominante mais vinculadas a esta moral que a transformam em uma “questão de princípios” sempre que as práticas consideradas, tais como o aborto ou o acesso dos adolescentes aos contraceptivos, podem ser colocadas a serviço da ascensão. E, segundo a mesma lógica, pode-se compreender que os pequeno-burgueses em ascensão tenham tendência a deslizar do ascetismo otimista para um pessimismo repressor à medida que avançam em idade e que se desencanta o futuro que justificaria seus esforços e sacrifícios.

Assim, entre as faixas etárias, é possível observar diferenças mais marcantes nos quadros médios e empregados que no seio das outras frações de classe, sempre que as questões formuladas oferecem uma oportunidade para que as disposições repressivas se expressem – por exemplo, a parcela dos membros desta fração que rechaçam a idéia de que os professores não são suficientemente severos passa de 36,2% para 29,0% e 26,4% quando se vai das pessoas com idade inferior a 35 anos para as pessoas com idade compreendida entre 35 e 50 anos e para aquelas cuja idade é superior a 50 anos; do mesmo modo, a parcela daqueles que julgam que os professores fazem política demais passa de 44,6% para 47,6% e 60,4% em relação às mesmas faixas etárias (cf. IFOP, *Attitude à l'égard des enseignants*, mars 1970, análise secundária).

Toda a existência do pequeno-burguês ascendente é antecipação de um futuro que, na maior parte das vezes, será vivido apenas por procuração, por intermédio dos filhos, para quem ele “transfere, como se diz, suas ambições”. Espécie de projeção imaginária de sua trajetória passada, o futuro “sonhado por ele para os filhos” e no qual se projeta desesperadamente, engole seu presente. Por estar destinado às estratégias em várias gerações, que se impõem sempre que o prazo de acesso ao bem cobiçado excede os limites de uma vida humana, ele é o homem do prazer e do presente adiados, a serem experimentados mais tarde: “quando houver tempo”, “com o pagamento da última quitação”, “na conclusão dos estudos”, “quando os filhos forem maiores” ou “ao atingir a aposentadoria”. Ou seja, quase sempre, quando for tarde demais, depois de feito crédito de sua vida e já sem tempo para recuperar suas reservas e com necessidade, como se diz, de “reduzir suas pretensões” ou, melhor ainda, de “renunciar”. Não há reparação para um presente perdido. Sobretudo, quando acaba por aparecer – por exemplo, com a ruptura da relação de identificação com os filhos – a desproporção entre as satisfações e os sacrifícios que desapossa de seu sentido, retrospectivamente, um passado inteiramente definido por sua tensão para o futuro. A tais parcimoniosos que deram tudo sem reservas, a tais avaros de si mesmos que, por um cúmulo de generosidade egoísta ou de egoísmo generoso, sacrificaram-se totalmente ao *alter ego* que haviam esperado ser, seja em primeira pessoa, elevando-se na hierarquia social, seja por intermédio de um substituto modelado à sua imagem – o filho para o qual “havam feito tudo” e que “lhes deve tudo” –, resta apenas o ressentimento que os havia obcecado sempre, em estado de virtualidade, sob a forma do medo de se tornarem otários de um mundo social que lhes exige tanto.

Tendo atingido o topo de sua corrida, mediante um longo e lento esforço, no momento do balanço, os mais antigos dos quadros médios e empregados, sentindo-se ameaçados em seus valores e em sua própria concepção do ofício pela chegada das gerações

mais escolarizadas e portadoras de um novo *ethos*, estão inclinados – como é demonstrado pela análise das correspondências que os situa muito perto dos pequenos artesãos e comerciantes tradicionais – a disposições conservadoras, tanto no plano da estética e da ética quanto no plano político. Para conseguir sua desforra, bastar-lhe-ia situar-se em seu terreno de predileção, o da moral, transformar *sua* necessidade em virtude, erigir sua moral particular em moral universal, tão perfeitamente conforme a idéia comum da moral. Além da moral de seu interesse, como todo o mundo, eles têm interesse pela moral: para esses denunciadores dos privilégios, a moralidade é o único diploma que dá direito a todos os privilégios. O ressentimento conduz, muitas vezes, a tomadas de posição políticas fundamentalmente ambíguas em que a fidelidade verbal às convicções passadas serve de máscara ao desencantamento presente quando, à indignação moral, ela nega simplesmente os meios de se exprimir na impecabilidade subjetiva e objetiva; e o anarquismo humanista e um pouco lamurioso que, em alguns velhos boêmios cabeludos, pode prolongar-se para além da adolescência torna-se, muito facilmente com a idade, no nihilismo fascizante, confinado no remoer e na ruminação dos escândalos e complôs.

Assim, ao descrevermos uma forma, entre outras, da evolução das disposições políticas, ou seja, aquela que conduz os empregados e os quadros médios a adotar, ao avançarem em idade, posições mais semelhantes às dos pequenos comerciantes e, sobretudo, dos pequenos artesãos em declínio do que às dos membros mais jovens de sua própria classe, pretendíamos indicar – contra a tendência tipicamente conservadora que estabelecia uma relação trans-histórica entre o envelhecimento biológico (implicitamente associado a um progresso em sabedoria e razão) e a evolução para o conservadorismo – que as mudanças de disposição e de posição políticas não mantêm uma relação aparente com a idade a não ser por intermédio das mudanças de posição social que se realizam no tempo; além disso, existem tantas formas de evolução das opiniões políticas quantas são as formas de envelhecimento social, ou seja, de trajetórias sociais. A ideologia conservadora que apresenta a relação entre a evolução para o conservadorismo e o envelhecimento como uma lei antropológica e, nesta relação, encontra a melhor justificativa de sua representação pessimista e desiludida das ideologias e dos ideólogos revolucionários, exhibe todas as aparências: considerando que, para simplificar, as inumeráveis formas de envelhecimento social que se oferecem a adolescentes pequeno-burgueses ou burgueses – os únicos a serem levados em consideração pela ideologia – podem ser distribuídas em duas grandes classes, correspondendo *grosso modo* ao sucesso social ou ao fracasso, por um lado, e, por outro, que essas duas classes de trajetórias conduzem, por vias diferentes, a disposições conservadoras – bastante diferentes, é claro, em sua *modalidade* –, vê-se que basta ignorar as variedades da ideologia e os princípios sociais de variação da relação entre o *envelhecimento ideológico* e o *envelhecimento social* para transformar uma relação estatística sociologicamente inteligível em lei natural.

Situados no lado oposto dos precedentes, do ponto de vista da idade e da trajetória, os mais instruídos da geração mais jovem dos quadros médios e dos técnicos²² – e, sobretudo, dos professores primários – aproximam-se da nova pequena burguesia, em

especial, por sua competência e por suas preferências em matéria de cultura legítima (citam, nas mesmas proporções, a *Arte da fuga*, as *Quatro Estações*, a *Pequena serenata noturna*, o *Cravo bem temperado*, mas, com maior frequência, a *Dança do sabre*, a *Rapsódia húngara*, a *Rhapsody in Blue* e, com menor frequência, *A criança e os sortilégios*). Todavia, permanecem afastados dela – e tanto mais quanto menor tiver sido o período de sua exposição ao novo modo de geração escolar, no que concerne mais diretamente à arte de viver cotidiana: assim, tratando-se do amigo ideal, descrito pela nova pequena burguesia, de preferência, como dinâmico, requintado, distinto e artista, eles estão mais inclinados a dizê-lo como boa vida, consciencioso, sociável, e evocam a qualidade de artista simplesmente porque esta constitui, sem dúvida, a única dimensão dos valores burgueses que os pequeno-burgueses ascéticos podem julgar aceitável em razão do valor atribuído por eles à cultura legítima.²³

A nova pequena burguesia

Como é bem visível neste caso, as diferenças de idade marcam – e, cada vez mais, à medida que nos aproximamos do pólo cultural – diferenças no modo de geração escolar, portanto, diferenças de geração definidas na e pela relação com o sistema escolar: os mais diplomados da jovem geração dos quadros médios ou empregados (na maioria, oriundos das classes populares ou médias) têm em comum com os membros das novas profissões – e sobretudo, veremos mais adiante, com aqueles que não são oriundos da burguesia – uma relação com a cultura e, pelo menos, parcialmente, com o mundo social que encontra seu fundamento em uma *trajetória interrompida* e no esforço para prolongá-la ou restabelecê-la. É assim que, conforme já vimos, as novas profissões são o espaço de predileção, por um lado, de todos aqueles que, do sistema escolar, não obtiveram os diplomas que lhes permitiriam reivindicar, com sucesso, as posições estabelecidas às quais eram destinados por sua posição social de origem e, por outro, daqueles que, a partir de seus diplomas, não obtiveram tudo aquilo que se sentiam no direito de esperar por referência a um estado anterior da relação entre os diplomas e as posições.

Aqui, ainda, a descrição completa das posições contém uma descrição – implicitamente, normativa – daqueles que estão predispostos a ocupá-las e serem bem-sucedidos, ou seja, mais precisamente, uma descrição das mediações através das quais se realiza o ajuste às posições das disposições associadas a trajetórias; em resumo, tudo o que, habitualmente, se oculta sob o termo “vocação”. Vê-se imediatamente que, em razão de sua indeterminação atual e potencial, certas posições – que não oferecem qualquer garantia, mas também não reivindicam, ao contrário, qualquer garantia; que não exigem qualquer direito de ingresso, ainda menos, estritamente escolar, mas permitem esperar os mais elevados lucros para o capital cultural não certificado; que não garantem um futuro seguro (do tipo daquele que é oferecido pelas profissões bem estabelecidas) sem excluírem nenhum, nem que se tratasse dos mais ambiciosos – estão antecipadamente ajustadas às disposições típicas tanto dos indivíduos em declínio, dotados de um elevado capital cultural imperfeitamente convertido em capital escolar, quanto dos indivíduos em ascensão que não haviam obtido todo o capital escolar que, na falta de capital social, é necessário para escapar às mais limitadas das posições médias. Em primeiro lugar, a propensão ou a

Uma enfermeira que “vive com paixão”

Elisabeth F., 25, passou o *bac* seção filosofia e, em seguida, concluiu o curso de enfermagem; nos últimos quatro anos, tem sido enfermeira nos hospital da *Cité* universitária de Paris. O pai era funcionário público e a mãe empregada nos PTT [Correios]. Vive sozinha em um quarto-sala com uma pequena entrada, sem móveis – nada de mesa, cadeiras ou prateleiras – tudo está no chão: colchão, toca-discos, livros. Nas paredes, um cartaz de Dario Fo sobre a guerra do Chile, comprado por ocasião de um sarau de poemas e de canções chilenas na *Cité internationale*; outro cartaz sobre uma peça de Yeats “muito linda”; a fotografia do filme *Aphrodite Child* “bastante comovente”; a fotografia do sobrinho; um espelho laranja “bastante funcional”; um grande painel de cor púrpura com toda uma série de colares feitos de conchas, pérolas, esmaltes, sementes, etc., confeccionados, em parte, por ela própria. Não tem intenção de comprar móveis: “não vou dizer que os detesto, mas é porque não os possuo, não me parece que seja algo realmente essencial; confesso que não é muito prático para as pessoas que convido para jantar, mas, no fim das contas, creio que isso não é importante”. Seu carro, um Renault 2 CV, foi comprado em segunda mão por “um preço camarada” à madrinha; o toca-discos comprado, quando estava em *première*, com o “primeiro salário do emprego, às quintas-feiras, em um Centro ao ar livre” não está “adaptado” para a música clássica e os discos estão “muitíssimo estragados”.

“Gosto muito de criar algo”

Preocupada em exprimir sua personalidade, ela aproveita todas as oportunidades para “criar” algo por si mesma: “aprecio muito desenhar (...); na família, houve sempre quem desenhasse – minha irmã desenha, meu pai desenhou, sempre houve quem desenhasse (...)”. Faz, sobretudo, retratos monocromos de pessoas conhecidas, de maneira episódica: “gosto muito da cor; mas, para mim, não é isso o que é importante no desenho”; o que conta mais “são as curvas e depois... finalmente, a expressão, captar a expressão de alguém (...); o prazer encontra-se no momento em que faço o desenho; depois, isso deixa de ter importância”. Aprendeu a fazer esmaltes, em primeiro lugar, nos livros; a tia oferecera-lhe um forno para esmaltes quando ela tinha 15 anos; em seguida, fez esmaltes com a irmã e amigos em uma Casa de jovens.

“As pessoas que vivem de forma mesquinha”

Sem maquiagem, tendo aplicado apenas uma base invisível, os cabelos curtos e claros, ela aprecia encontrar nos amigos, “em primeiro lugar, a alegria: gosto muito de pessoas saudáveis, felizes com a vida”; “gosto muito das pessoas que se sentem bem com elas mesmas, talvez, porque nem sempre estou bem comigo mesma. Creio que o motivo para viver, de fato, é poder esperar sempre algo, nada aceitar como definitivo

(...). Detesto absolutamente certas pessoas que não consigo aceitar, que me parecem... esvaziadas, ou seja, enfadonhas, destituídas de gosto, de paixão, propriamente falando, não de paixão já que se trata de uma palavra um pouco forte demais, mas de vontade; tenho a impressão de que nada sentem, vivem de forma mesquinha, nem chegam a viver, estão completamente prisioneiras de seu meio circundante, sem sair dele, sem ter consciência de que é possível sair; conheço um grande número dessas pessoas entre meus doentes, entre meus colegas de trabalho; pessoas que, talvez, sejam demasiado dependentes das satisfações materiais, do que a sociedade pode oferecer-lhes no aspecto material (...). Não posso dizer que as detesto, mas não me interessam por elas; elas não despertam meu interesse”.

“Fazer algo com o corpo”

Dedica uma espécie de culto à natureza, a “tudo o que é natural nas pessoas, na rua” e aprecia “a natureza em Paris, os bosques, as flores”. Fez expressão corporal durante todo o ano com o teatro de Montreuil: “gosto muito de fazer algo com o corpo (...), de fazer movimentos que não sejam forçosamente teatrais, que são a expressão do corpo”. Para as férias, evita os *campings* “agora, demasiado organizados, tornaram-se praticamente hotéis”. Não consegue ficar mais de uma semana à beira-mar “sem nada para fazer”: “ir na praia, tomar um bronze, nadar se for o caso, mas ao cabo de dois dias sinto-me enfarada”. Tem viajado de carona para a Grécia, Itália e ilhas Baleares: “Gosto muito de viajar desta forma para conhecer coisas diferentes do que faço durante o ano, um estilo de vida diferente (...); existe, também, o fato de viver um pouco na insegurança, é muito excitante e, depois, o fato de poder conhecer pessoas diferentes, de poder se comunicar”. No ano passado, fez um estágio de restauração de uma abadia no Rouergue e, durante o ano, participa de escavações com uma equipe arqueológica em Eure-et-Loir; ao mesmo tempo, tem cursos de quinze em quinze dias, às quartas-feiras, na *École pratique des hautes études* para “ter um pouco de teoria” (“mesmo assim, é interessante ter noções de história e arqueologia”).

“Escolhia-se um tema, discutia-se e, em seguida, criava-se algo”

Durante três anos, fez também teatro com amigos em Bois-d’Arcy (na região parisiense); juntos, “fizeram um grande número de espetáculos-poesia, em particular, um espetáculo-poesia sobre Boris Vian em uma tentativa para levar as pessoas a descobrir este autor”. Eles próprios elaboraram também espetáculos: “Escolhia-se um tema, discutia-se e, em seguida, criava-se algo”; “mas, os participantes desse grupo eram demasiado jovens e esse foi o motivo do fracasso do projeto; todo o mundo foi embora, cada um para seu lado, em seguida, o *bac* e depois nunca mais voltamos a nos encontrar”. De tempos em tempos, com uma amiga, faz ainda teatro, “pequenas coisas, a gente faz isso para nós mesmas” (“nunca me passou pela cabeça fazer carreira profissional nessa atividade; trata-se de um passatempo”).

“Não vou por ser mais barato”

Vai freqüentemente ao teatro, por períodos: assistiu à *Caverna de Ali Babá*, no teatro da *Cité* universitária, espetáculo apresentado por “uma companhia do *Théâtre oblique*, se não me engano, foi bom”; e Dario Fo na sala *Gémier*, “era muito crítico, mas elaborado sob a forma de histórias relatadas às pessoas, foi muito bom”. Vai assistir a espetáculos cujo ingresso não seja caro: “Não vou por ser mais barato; no entanto, digamos que, na *Cité*, existem excelentes espetáculos, cujo ingresso é acessível (...); evidentemente, não é muito confortável, mas, afinal de contas, passa-se um momento agradável e não é demasiado caro: cerca de 10 F (...). Depois, em geral, voltamos aqui ou vamos à casa de uma amiga, discute-se a peça quando se tem vontade de opinar a respeito”. Esteve na *Comédie française* quando era mais jovem e deixou de freqüentar essa sala: “isso nunca me desagradou, mas também não se trata do teatro que corresponda ao meu desejo. É, mesmo assim, um teatro muito clássico, mas, afinal de contas, não conheço muito bem”. Em relação ao teatro de bulevar, “não é teatro (...), o teatro é algo que permite mobilizar as pessoas: participação de quem representa e de quem assiste (...); o teatro de bulevar é completamente inútil; nem sei mesmo se as pessoas conseguem distrair-se porque, afinal de contas, elas revêem suas vidas, vêem o que se passa em suas vidas, isso não ajuda a se descontraír; ora, o teatro é feito para sonhar, para inventar”.

“Boris Vian e um grande número de coisas a seu respeito”

Tem muito apreço pela música clássica, em particular, Bach e Beethoven: ela escuta sem parar os discos de Félix Leclerc, Léo Ferré, Jacques Brel, o “grande amor” de seus quinze anos (“é o único cantor que continuo apreciando há vários anos”), Brassens: “detesto absolutamente Sheila, isso não é música, mas comércio, ópio; é o gênero de coisas que detesto”; apesar de detestá-lo, “talvez, por causa da educação” porque sua família o detestava absolutamente, ela julga que, “mesmo assim, existe algo em Johnny Halliday”, aprecia o Pink Floyd, de quem possui um disco, mas “superficialmente”.

Além de *Le Monde* – quando tem tempo, mas é difícil encontrar tempo disponível – lê, com regularidade, as críticas de *Le Nouvel Observateur* e *Le Canard enchaîné*. Fazia outras leituras quando estava no liceu, lê romances (recentemente, “um livro sobre o Nepal de Hans Suyin”), todos os romances de Françoise Sagan, “Boris Vian e um grande número de coisas a seu respeito”, aprecia “descobrir um autor” e, sobretudo, “mergulhar em um livro e dizer para si mesma que está lendo um livro apaixonante”. Ela gosta de Van Gogh (visitou a exposição do *Petit Palais*), Goya, Buffet, “tudo o que é em extensão”, o impressionismo: “trata-se de uma visão muito mais profunda que um objeto concreto (...); tem-se realmente a impressão de captar a impressão de alguém que viu algo e o reproduziu”. Recentemente, esteve no Museu Rodin que é “fantástico”: “aprecio muito o que ele fez, é maravilhoso”.

tolerância ao risco (médio) resultantes da indeterminação dos cargos varia, sem dúvida – com a condição de que as diferentes variáveis permaneçam inalteradas e tomando como exemplo o capital herdado –, em parte, por um efeito das próprias disposições, tanto mais garantidas quanto mais bem fundamentada for sua segurança; e, em parte, em razão da distância real à necessidade que fornece a posse dos meios econômicos de se manter em posições provisoriamente pouco rentáveis.²⁴ Enquanto o risco contido nas posições mais arriscadas decresce, ao mesmo tempo, de um ponto de vista objetivo e subjetivo, à medida que aumenta o capital herdado, as oportunidades de lucro crescem quando aumenta o capital sob todas as suas formas, não só o capital econômico que permite esperar do futuro o futuro das posições ou o capital cultural que permite *fazer* esse futuro pelas proezas simbólicas necessárias para produzir e impor novos produtos, mas sobretudo, talvez, o capital social que, nestes setores pouco institucionalizados em que o recrutamento se faz por cooptação, permite entrar na corrida e progredir. Além disso, essas posições que são tanto menos arriscadas, decididamente, e tanto mais rentáveis, pelo menos, no termo do processo, quanto maior for o volume de capital investido, apresentam – para as pessoas ameaçadas pela desclassificação que, sem pretenderem derrogar, andam à procura de um *refúgio honroso* – um outro atrativo, sem dúvida, mais importante a curto prazo e na determinação concreta da “vocação”: basta pensar na oposição entre o educador ou o animador cultural e o professor primário, entre o jornalista ou o diretor de programas televisivos e o professor de secundário, entre o técnico de instituto de sondagens de opinião ou de pesquisa de mercado e o bancário ou funcionário dos correios, para perceber que, diferentemente das posições estabelecidas que estão situadas claramente em uma hierarquia e, sem qualquer equívoco, impõem a imagem de uma profissão bem definida em seu presente e seu futuro, as profissões novas ou renovadas autorizam ou favorecem as estratégias de restabelecimento simbólico ilustradas pelo uso de duplicações bem-conceituadas, mais ou menos abertamente eufemísticas, tais como “colaboradora” em vez de secretária, ou enfermeiro “psicoterapeuta” no lugar de enfermeiro psiquiátrico. Mas, esse efeito torna-se mais visível, sobretudo, em todos os casos em que os agentes se esforçam por produzir não só cargos ajustados a suas ambições, de preferência, a ajustar suas ambições aos cargos já existentes, mas também produzir a necessidade de seu próprio produto por ações que, na origem, benévolas, a exemplo de inúmeras profissões “sociais”, visam impor-se como “serviços públicos”, oficialmente reconhecidos e financiados, em maior ou menor grau, pelo Estado, segundo um processo clássico de profissionalização (criação de uma formação específica sancionada por diplomas, de uma deontologia e de uma ideologia profissional, etc.).

A nova pequena burguesia realiza-se nas profissões de apresentação e de representação (representantes de comércio e publicitários, especialistas de relações públicas, da moda e da decoração, etc.) e em todas as instituições destinadas à venda de bens e serviços simbólicos, tratando-se de profissões de assistência médico-social (conselheiros conjugais, sexólogos, dietéticos, conselheiros de orientação, puericultoras, etc.) ou de produção e animação cultural (animadores culturais, educadores, diretores de programas e apresentadores de rádio e de televisão, jornalistas de revistas, etc.) que passaram por um forte crescimento no decorrer dos últimos anos, ou, até mesmo, em profissões já estabelecidas, por exemplo, as de artesão ou enfermagem: assim, ao lado dos artesãos no sentido antigo (estofadores, ferreiros,

marceneiros, carpinteiros de caixilhos, ourives, joalheiros, douradores ou gravadores, oriundos das escolas técnicas e muito próximos dos pequenos artesãos e de seus valores), apareceram, nos últimos quinze anos, fabricantes de jóias, de tecidos impressos, de cerâmicas e de roupas tecidas que, dotados de uma instrução geral mais elevada – com maior frequência, parisienses e de origem burguesa –, aparentam-se aos intermediários culturais por seu estilo de vida; do mesmo modo, ainda, entre as secretárias ou as enfermeiras, aquelas que são oriundas das classes populares ou médias estão muito próximas dos quadros de administração, ao passo que outras, mais jovens – na maior parte das vezes, parisienses e de origem burguesa –, apresentam todos os traços das novas profissões. De maneira geral, a indeterminação das profissões novas ou renovadas contribui para tornar particularmente visível a heterogeneidade das trajetórias dos agentes, de modo que é possível distinguir, praticamente sempre, dois grupos que, separados do ponto de vista de sua origem social e de todas as disposições correlatas, enfrentam-se de maneira mais ou menos aberta a propósito da definição do cargo, assim como das competências ou virtudes necessárias para conservá-lo.

As oposições surgidas desta dualidade das origens, no interior da nova pequena burguesia, exprimem-se muito claramente na relação entre as preferências e as recusas éticas: diferentemente da pequena burguesia em declínio que, conforme já vimos, rejeita em bloco os valores diretamente opostos aos seus, ou seja, as próprias virtudes cobiçadas pela nova pequena burguesia (divertido, requintado, distinto, artista, cheio de fantasia), os membros dos serviços médico-sociais fazem escolhas contraditórias que, segundo parece, exprimem os antagonismos (variáveis segundo as origens) entre os valores do ambiente de partida e os valores do ambiente de chegada, de modo que alguns rejeitam as qualidades que a maior parte dos outros colocam em primeiro lugar (requintado, distinto, divertido), ao passo que outros recusam as qualidades mais cobiçadas pela pequena burguesia estabelecida (ponderado, clássico). Essas incertezas, até mesmo, incoerências, encontram-se, sem dúvida, em cada um dos membros dessas novas profissões que devem inventar uma nova arte de viver, principalmente, em matéria de vida doméstica, e redefinir suas referências sociais. De fato, se ela favorece as estratégias de blefe ou de eufemização, a indeterminação da posição tem, igualmente, como preço a pagar a incerteza do ocupante em relação à sua identidade social, como pode ser constatado no depoimento dessa filha de industrial, 35, proprietária de uma “boutique” de *design*, de objetos contemporâneos e de presentes, em Paris. Tendo feito um curso em uma escola de decoração, não possui diplomas e exerce seu comércio de arte um pouco como um ofício de arte: “Quando me perguntam o que faço e respondo ‘sou comerciante’, tenho sempre a impressão de que a resposta é dada por outra pessoa em meu lugar porque não me considero comerciante. Mas, afinal de contas, por força das circunstâncias, devo sê-lo, tenho dificuldade em explicar isso (...). Sinto-me, mesmo assim, muito, mesmo muito, afastada das preocupações de meu açougueiro e muito mais próxima de alguém que faz publicidade em uma agência ou de um decorador de casas. É muito difícil exprimir isso. Por minha parte, tenho a impressão de ser desse jeito, um pouco à margem, um pouco entre duas coisas, não consigo explicar isso. No que me diz respeito, o comércio é quase uma brincadeira; é sempre uma espécie de aposta, a gente compra e a gente vende”.

Os membros da nova pequena burguesia oriundos das classes superiores que, por falta (na maior parte das vezes) de capital escolar, foram obrigados a operar uma reconversão para as novas profissões – tais como as de intermediário cultural ou artesão de arte – e que, tendo feito estudos menos longos que a média dos membros de sua classe de origem, apesar de serem mais longos que os estudos feitos pelos membros das classes médias, dispõem de um capital cultural de familiaridade e de um capital social de relações muito importantes, manifestam a competência mais elevada no interior das classes médias e orientam-se para um sistema de escolha muito semelhante ao da burguesia: *Arte da fuga*, *Concerto para a mão esquerda*, *Pássaro de fogo*, *Quatro estações*, Goya, Braque, Bruegel, Jacques Douai, *Musée d'art moderne*, antiquários e briques, interior harmonioso, discreto e recatado, amigos requintados, artistas e distintos, filmes “intelectuais”, *O bandido Giuliano*, *O anjo exterminador*, *O processo* ou, entre os filmes cômicos, *Le soupirant*. A relação ambivalente mantida por eles com o sistema escolar, fazendo com que se sintam cúmplices de toda espécie de contestação simbólica, inclina-os a acolher todas as formas de cultura que se encontram, pelo menos, provisoriamente, na margem (inferior) da cultura legítima, tais como jazz, cinema, histórias em quadrinhos, ficção científica, além de encontrar, por exemplo, nas modas e modelos norte-americanos – jazz, jeans, rock ou underground, dos quais eles reivindicam o monopólio – a oportunidade de uma desforra contra a cultura legítima; contudo, muitas vezes, nessas regiões abandonadas da instituição escolar, eles introduzem uma disposição culta, até mesmo, erudita, que não seria negada pela Escola e se inspira em uma intenção evidente de reabilitação, análoga em sua ordem às estratégias de restauração que são constitutivas de seu projeto profissional.

Gráfico 18 – Filmes assistidos¹
(por ordem de preferência decrescente)

serviços médico-sociais	quadros médios do comércio e secret.	empregados de escritório	artesãos e pequenos comerciantes
Divórcio à italiana	Divórcio à italiana	Rocco e seus irmãos	O mais longo dos dias
O processo	O mais longo dos dias	Divórcio à italiana	<i>Le vice et la vertu</i>
Sempre aos domingos	Sempre aos domingos	<i>Le vice et la vertu</i>	Divórcio à italiana
<i>Le soupirant</i>	Rocco e seus irmãos	Sete homens e um destino	Sempre aos domingos
O bandido Giuliano	<i>Le soupirant</i>	O mais longo dos dias	Rocco e seus irmãos
Cantando na chuva	Sete homens e um destino	Vênus imperial	Dois são culpados
Rocco e seus irmãos	O processo	<i>Le voyage à Biarritz</i>	<i>Le soupirant</i>
O anjo exterminador	O bandido Giuliano	O processo	Sete homens e um destino
O mais longo dos dias	<i>Le vice et la vertu</i>	<i>Le soupirant</i>	Vênus imperial
Dois são culpados	Cantando na chuva	Dois são culpados	Cantando na chuva
<i>Ballade pour un voyou</i>	<i>L'abom. h. des d.</i>	<i>Ballade pour un voyou</i>	<i>L'abom. h. des d.</i>
<i>Le voyage à Biarritz</i>	<i>Ballade pour un voyou</i>	Sempre aos domingos	O processo
<i>Il gattopardo</i>	Dois são culpados	<i>Le boucanier des îles</i>	<i>Ballade pour un voyou</i>
<i>Le vice et la vertu</i>	<i>Le voyage à Biarritz</i>	Cantando na chuva	O anjo exterminador
Vênus imperial	<i>Le boucanier des îles</i>	<i>L'abom. h. des d.</i>	55 dias de Pequim
<i>L'abom. h. des d.</i> ²	<i>Il gattopardo</i>	55 dias de Pequim	<i>Le voyage à Biarritz</i>
55 dias de Pequim	O anjo exterminador	Salvatore Giuliano	<i>Le boucanier des îles</i>
Sete homens e um destino	55 dias de Pequim	<i>Il gattopardo</i>	O bandido Giuliano
<i>Le boucanier des îles</i>	Vênus imperial	O anjo exterminador	<i>Il gattopardo</i>

¹ Trata-se, aqui, unicamente das escolhas dos parisienses. As escolhas dos entrevistados da região de Lille a quem foi proposta uma lista diferente – em função dos filmes programados – organizam-se segundo uma estrutura análoga.

² *L'abominable homme des douanes*.

Assim, os membros dos serviços médico-sociais citam mais diretores que atores, marcando dessa forma suas distâncias em relação aos empregados de escritório ou comerciários, ou às secretárias que se interessam, sobretudo, pelos atores.²⁵ A preferência manifestada por *O processo*, filme “prodigioso e pungente”, ou por *Sempre aos domingos* de Serge Bourguignon (que utiliza recursos, “às vezes, discutíveis”, mas “nunca vulgares”, para apresentar com uma “delicadeza” sem “qualquer equívoco”, “a história bem inocente e poética de um encontro e de uma amizade entre uma menina de doze anos e um homem de trinta” – *Le Monde*, 24/11/1962), é, sem dúvida, reveladora do interesse quase profissional manifestado por eles em relação a todas as “interrogações” psicológicas;²⁶ no entanto, ela constitui também um testemunho, entre tantos outros, das elevadas ambições culturais (refletidas, igualmente, pela frequência com a qual declaram leituras filosóficas) dessas categorias de transição e de mediação, identificadas em intenção e em aspiração com as classes dominantes a quem prestam serviço e das quais se encontram bastante próximas – por exemplo, a secretária do diretor, a enfermeira do médico – e, ao mesmo tempo, separadas por uma barreira invisível.

O fato de que as novas posições sejam ocupadas, em uma importante proporção, por mulheres contribui, sem dúvida, para realizar completamente as potencialidades de que elas são portadoras e, precisamente, se afirmam neste recrutamento. Vê-se que seria ingênuo procurar no *sex-ratio* da categoria – por sua vez, uma de suas propriedades – a explicação desta ou daquela das propriedades da categoria. As disposições socialmente inculcadas (e, em particular, a inclinação para as coisas do gosto) – ao orientarem, em particular, as mulheres dessas frações para os adjetivos que, em seu entender, são mais nobres (distinto, requintado, etc.) – encontram-se também na origem não só da “vocação” que as arrasta para as novas profissões, mas também das aptidões totalmente funcionais manifestadas por elas, a começar pelas disposições estéticas exigidas tanto na produção ou venda dos bens ou serviços, quanto na apresentação de si que é, em mais de um caso, uma das condições mais determinantes do sucesso das operações de imposição simbólica implicadas no exercício da profissão.

A verdade de todo o sistema das preferências desses pequeno-burgueses desclassificados, cuja pretensão é conseguir a reclassificação, encontra-se contida na frequência com a qual eles se orientam para os adjetivos que, sem rodeios, declaram o atrativo pelas qualidades mais ingenuamente aristocráticas (distinto, distinto, requintado, cobiçado):²⁷ a espécie de pretensão sistemática pela distinção e a preocupação quase metódica para marcar as distâncias em relação aos gostos e às virtudes mais claramente associados à pequena burguesia estabelecida e às classes populares que, a todas as suas práticas, fornecem um aspecto de tensão na própria distensão, de constrangimento na busca de um estilo de vida livre ou “liberado”, de afetação na “descontração” e na simplicidade, são, de fato, as manifestações mais significativas dessa nova variante do *ethos* pequeno-burguês.

Completamente diferente, em seus meios e em sua modalidade, da pretensão ansiosa da pequena burguesia de promoção, a *pretensão armada* conferida pela familiaridade com a cultura associada a uma elevada origem social funciona como uma espécie de “faro” social que permite orientar-se em situações difíceis em que fazem falta as referências

correntes: assim, embora os membros da nova pequena burguesia estejam tão pouco inclinados quanto os outros para admitir (sobretudo, na prática) que o tratamento fotográfico possa transfigurar objetos, tais como uma mulher grávida, um cemitério de ferro-velho, uma vitrine de açougue, um homem ferido ou um acidente de automóvel, eles são mais hábeis para identificar os objetos “brega” do gosto popular ou do esteticismo pequeno-burguês, por exemplo, pôr-do-sol, paisagem, menina brincando com um gato, dança folclórica (a respeito dos quais eles afirmam, de uma forma muito mais rara, que podem ser objeto de uma linda fotografia). De maneira geral, o “blefe” cultural que se arma com esse faro – avaliando perfeitamente a diferença entre a propensão para citar pintores, músicos ou obras mais raras (*A criança e os sortilégios*, *O pássaro de fogo*, Kandinsky, Dali, Braque) e a intensidade da frequência dos museus e, em particular, do *Musée d'art moderne* – varia como a parcela em cada categoria dos herdeiros e dos recém-chegados: freqüente, em particular, entre os intermediários culturais e os quadros do comércio, ele é bastante raro, pelo contrário, na pequena burguesia de promoção – assim como entre os quadros do setor público e os professores do secundário – e reduz-se a uma intenção esvaziada de distinção na fração em ascensão das novas profissões (situada do lado dos valores negativos do segundo eixo).²⁸

Tabela 25 – Pequena burguesia estabelecida e nova pequena burguesia em Paris e no interior

		0-2 composit.	3-6 composit.	não me interessa pela pintura	pintura, boa mas difícil	J. Brel	Aznavour	Gilbert Bécaud	<i>Rhapsodie in Blue</i>	Dança do sabre	amigo, mente positiva	interior, caloroso
peq. burguesia estabelecida ¹	Paris	37,3	34,9	9,3	66,7	53,6	37,7	31,3	21,1	24,5	13,4	27,0
	Interior	58,5	23,1	19,8	61,4	35,8	42,5	28,3	28,8	20,3	16,6	25,6
nova pequena burguesia ²	Paris	10,4	17,9	3,0	20,9	34,3	23,9	13,4	17,7	9,7	12,1	25,8
	Interior	32,7	26,9	5,7	42,3	50,0	36,5	32,7	35,6	15,6	30,8	43,1

		conhece 7-11 composit.	conhece 12 composit. e acima	aprecia muito os impressionistas	gosta da pintura abstrata	Léo Ferré	J. Douai	<i>Pássaro de fogo</i>	<i>Arte da fuga</i>	<i>Cravo bem temperado</i>	amigo, artista	interior, recatado
peq. burguesia estabelecida ¹	Paris	21,4	6,3	16,3	7,7	32,5	8,7	12,2	5,1	4,2	10,5	3,6
	Interior	14,2	4,2	8,2	10,6	28,8	4,7	4,0	2,8	2,8	8,1	3,8
nova pequena burguesia ²	Paris	43,3	28,4	37,3	38,8	47,8	23,9	21,0	22,6	17,7	39,4	20,9
	Interior	34,6	5,8	25,0	26,9	36,5	13,5	8,9	2,2	4,4	15,4	15,7

¹ Na pequena burguesia estabelecida, estão incluídos os artesãos e os pequenos comerciantes, além dos empregados, dos quadros médios da administração, dos professores primários e dos técnicos.

² Na nova pequena burguesia, estão incluídos os serviços médico-sociais, os intermediários culturais, além dos artesãos e comerciantes de arte, das secretárias e dos quadros médios do comércio.

As disposições de que é portadora a nova pequena burguesa encontram suas plenas condições de realização unicamente em Paris.²⁹ A pretensão cultural constitui, sem dúvida – com a instrução que fortalece sua eficácia –, um dos fatores que contribuem para facilitar a apropriação das vantagens associadas à proximidade com o núcleo dos valores culturais, como uma oferta cultural mais intensa, o sentimento de pertencimento e os incentivos recebidos da frequência de grupos, por sua vez, mais favorecidos do ponto de vista cultural.³⁰ Na seqüência, não existe categoria em que as diferenças, sistemáticas, sejam mais marcantes entre parisienses e interioranos: diferenças na intensidade das práticas legítimas (por exemplo, frequência dos museus) e na extensão da competência (por exemplo, em música); diferenças na relação com a cultura legítima – neste caso, o sentimento de ser estranho ao universo da pintura ou da música (“não é o meu forte”, “desconheço”) é sempre mais marcante, com a condição de que as diferentes variáveis permaneçam inalteradas, entre os interioranos; diferenças, sobretudo, na aptidão a reconhecer – muitas vezes, sem conhecê-las – as opiniões chiques, de modo que os parisienses estão sempre mais inclinados, em todos os níveis de competência, a orientar-se para os julgamentos mais legítimos (“aprecio toda a música de qualidade”), desde que eles sejam formulados, ao passo que os interioranos aprovam, de preferência, as opiniões que exprimem o reconhecimento da legitimidade acompanhada por uma confissão de ignorância (“desconheço”) ou de incompetência (“é complicado”); diferenças nos indícios de pretensão cultural com a escolha, por exemplo, de um interior cheio de fantasia ou recatado, de roupas chiques e raçudas, ou seja, dois termos típicos da nova arte de viver pequeno-burguesa, propagados pelas revistas femininas de grande circulação, por um lado, e, por outro, sobretudo, com a preferência declarada pelas obras musicais mais raras – *Pássaro de fogo*, *Arte da fuga*, *Cravo bem temperado* (em vez de *Rhapsody in Blue* dos interioranos) – que estabelecem a distinção, muito mais nitidamente em Paris que no interior, entre a nova pequena burguesia e a pequena burguesia de promoção; diferenças, por último, em todos os indícios do estilo de vida, na escolha das roupas, nos gostos em culinária ou nas preferências éticas, aspectos em que os interioranos se mostram sempre mais prudentes, menos corajosamente “liberados”.

Com a oposição entre os parisienses e os interioranos, a oposição – bastante marcante em matéria de competência cultural – entre os ocupantes das novas posições, originários da classe dominante, e aqueles que são oriundos das outras classes, faz lembrar as condições do sucesso do blefe social que, em parte, entra sempre na definição das novas profissões. Ao reter do novo estilo de vida apenas os aspectos mais visíveis e menos prestigiosos, os indivíduos em ascensão que, em posições marginais e menos estritamente definidas, procuram uma forma de escapar a destinos pouco compatíveis com as promessas contidas em sua carreira escolar – mas desprovidos das competências culturais, das disposições éticas e, sobretudo, do capital social e do senso da aplicação dos quais os indivíduos oriundos da classe dominante esperam o restabelecimento em sua posição antiga – correm o sério risco de ser expulsos das posições para as quais foram conduzidos por um efeito de alodoxia suscitado pelo sistema escolar, à medida que elas vierem a se revalorizar – entre outros fatores, pelo fato de sua eliminação – pelo efeito da ação de seus únicos ocupantes legítimos.

Vê-se como as disposições herdadas predispõem para ocupar as posições indicadas por elas. Com os negociantes de necessidades, vendedores de bens e serviços simbólicos que se vendem sempre a si mesmos, enquanto modelos e garantias do valor de seus produtos, que representam tão bem simplesmente porque apresentam bem e acreditam no valor do que apresentam e representam, a autoridade simbólica do vendedor íntegro e confiável assume a forma de uma imposição, ao mesmo tempo, mais violenta e mais dócil, uma vez que o vendedor só engana o cliente na medida em que ele se engana e acredita sinceramente no valor do que vende. Tendo-se tornado a clientela privilegiada da nova indústria do símile – hábil a fazer promessas mirabolantes e a nomear as coisas para aqueles que, por serem incapazes de comprá-las, aceitam contentar-se com conversa fiada –, a nova pequena burguesia está predisposta a colaborar com a última convicção na imposição do estilo de vida proposto pela nova burguesia, conclusão provável de sua trajetória e objetivo real de suas aspirações.³¹ Em resumo, a pequena burguesia de consumidores que entende se apropriar a crédito – ou seja, antes da hora, antes de *sua* hora – dos atributos constitutivos do estilo de vida legítimo, por exemplo, “residências” com nomes à maneira antiga e quarto-salas em *Merlin-Plage*, automóveis de falso luxo e falsas férias de luxo, possui todas as credenciais para desempenhar o papel de correia de transmissão e para introduzir, na corrida do consumo e da concorrência, aqueles de quem pretende distinguir-se, a qualquer preço, e dos quais se distingue, entre outras coisas, pelo fato de que se sente legitimada a ensinar-lhes o estilo de vida legítimo por uma ação simbólica, cujo efeito não consiste apenas em produzir a necessidade de seu próprio produto, portanto, no termo do processo, em se legitimar e legitimar aqueles que o exercem, mas também em legitimar a arte de viver proposta como modelo, ou seja, a da classe dominante ou, mais exatamente, das frações que constituem sua vanguarda ética.

A estas análises poderá ser oposta a imagem que se fazem de si mesmos e de sua ação todos aqueles que, no seio das empresas industriais ou nas grandes burocracias da produção cultural – rádio, televisão, institutos de sondagem de opinião, gabinetes de estudos, jornais cotidianos ou semanários de grande circulação – e, sobretudo, nas profissões de “trabalho social” e de “animação cultural”, são utilizados pelas ações de manipulação sutil de acordo com a nova divisão do trabalho. Ocupando na hierarquia das instituições de produção e de circulação cultural uma posição dominada e vivendo uma experiência de quase alienação que, às vezes, lhes fornece as bases de uma solidariedade em pensamento com as classes dominadas, os novos intermediários culturais, cuja posição na estrutura social é instável, como ocorria em outras épocas com o baixo clero, são levados, por um lado, a reconhecer-se nos discursos que visam questionar a *ordem cultural* e as hierarquias que a “hierarquia” cultural visa manter, e, por outro, a reencontrar os tópicos de todas as *heresias*: denúncia da pretensão (tecnocrática) ao monopólio da competência, hostilidade às hierarquias e à hierarquia, ideologia da criatividade universal. Mas, de fato, essas profissões levam seus ocupantes à ambigüidade essencial que resulta da defasagem, da discordância ou da antinomia

entre as disposições (simbolicamente) subversivas associadas à posição na divisão do trabalho e as funções de manipulação ou conservação vinculadas à posição, entre a representação subjetiva do projeto profissional e a função objetiva da profissão – a própria realização da função pode supor tal defasagem, princípio de dissimulação e desconhecimento, como ocorreu no caso dos revolucionários de Maio de 68 que se tornaram psicólogos de empresa e, para aceitar sua posição ambígua e aceitarem-se aceitando a ambigüidade dessa posição, foram obrigados a inventar os discursos e as práticas ambigüizadas, de maneira culta, que estavam como que inscritas, antecipadamente, na própria definição da posição (cf. M. Villette, "La carrière d'un 'cadre de gauche' après 1968", in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 29, 1979, p. 64-74). Obrigados a viver cotidianamente a defasagem entre suas aspirações messiânicas e a realidade de sua prática, constrangidos a cultivar a incerteza de sua identidade social para poderem aceitá-la e, por isso mesmo, levados a uma interrogação sobre o mundo que dissimula uma interrogação ansiosa a respeito deles mesmos, esses intelectuais de serviço estão predispostos a experimentar, com uma intensidade particular, o humor existencial de toda uma geração intelectual que, cansada de esperar desesperadamente uma esperança coletiva, procura o substituto da esperança de mudar o mundo social ou, inclusive, de compreendê-lo, no ensimesmamento proposto pelas místicas narcísicas.

É assim que, na luta travada por ela no seio das frações dominantes da classe dominante, para substituir o conservadorismo primário, baseado em uma representação abertamente autoritária das relações hierárquicas entre as classes, gerações ou sexos, por um conservadorismo reconvertido, em conformidade com os interesses bem compreendidos daqueles que, em uma utilização racional do sistema escolar, descobriram o meio de conseguir a reconversão imposta pela nova lógica da economia, a burguesia nova ou renovada encontra sua aliada natural, tanto no plano econômico quanto no plano político, na nova pequena burguesia que reconhece nela a realização de seu ideal humano (o do quadro "dinâmico") e que, tendo abandonado o ascetismo um tanto melancólico da pequena burguesia em ascensão, colabora com entusiasmo no empreendimento de imposição de novas normas éticas – particularmente, em matéria de consumo – e das necessidades correspondentes.

Esperando sua salvação profissional e pessoal da imposição das novas doutrinas de salvação ética, a nova pequena burguesia está predisposta a desempenhar o papel de vanguarda nas lutas, cujo desafio consiste em tudo o que tange a arte de viver e, mais precisamente, a vida doméstica e o consumo, as relações entre os sexos e entre as gerações, a reprodução da família e de seus valores. Ela opõe-se, praticamente em todos os aspectos, à moral repressiva da pequena burguesia em declínio, cujo conservadorismo religioso ou político tem, muitas vezes, como foco a indignação moral contra a desordem moral e, especialmente, contra a desordem dos costumes sexuais – como é testemunhado pelo tema da "Pornocracia" e pelo antifeminismo que obcecaram o conjunto do pensamento da direita, de preferência, pequeno-burguesa, desde Proudhon até Pareto. No entanto, ela não deixa de opor-se também, pela pretensão aristocrática de suas escolhas fundamentais e por sua representação subversiva das relações entre os sexos, ao ascetismo da pequena burguesia de promoção, cujo otimismo austero, rigorista, mas não sem algo de heróico, opõe-se ao pessimismo repressor da pequena burguesia em declínio.³²

Assim, à moral do dever que, baseada na oposição entre prazer e bem, leva à suspeita generalizada em relação ao lazer e ao agradável, ao medo do prazer e a uma relação com o corpo feita de “reserva”, “pudor” e “moderação”, além de vincular o sentimento de culpa a qualquer satisfação das pulsões proibidas, a nova vanguarda ética opõe uma moral do *dever de prazer*³³ que leva a experimentar como um fracasso, propício a ameaçar a autoestima, qualquer impotência em “divertir-se”, *to have fun*,³⁴ ou, como é costume dizer atualmente com um pequeno frêmito, a “fruir”, de modo que o prazer é não só autorizado, mas exigido em nome de razões que pretendem ser menos éticas que científicas:³⁵ o medo de não ter suficiente prazer, seqüência lógica da preocupação em superar o medo do prazer, combina-se com a busca da expressão de si e de seu corpo (a “expressão corporal”) e da comunicação com os outros (*to relate*, o “intercâmbio”), até mesmo, da imersão nos outros – considerados não como *grupo*, mas subjetividades à busca de si mesmas – para substituir uma ética pessoal por um culto à *saúde pessoal* e uma *terapêutica psicológica*. Antítese perfeita da “politização” que despersonaliza as experiências pessoais, levando-as a aparecer como casos particulares de experiências genéricas, comuns a uma classe, a “moralização” e a “psicologização” personalizam as experiências em perfeita harmonia com as formas mais ou menos secularizadas da busca da salvação religiosa.³⁶ Como é demonstrado pelo uso que ela faz do jargão psicanalítico, a moral modernista é uma vulgata psicológica que moraliza sob a aparência de análise; e, conforme é testemunhado pelo espaço que ela atribui à “utopia da plena reciprocidade orgástica” de que fala Erikson, ela transmuta, segundo o velho sonho positivista, uma definição falsamente positiva do normal em imperativo da normalidade e fundamenta o *dever de orgasmo* da moral teórica nas constatações de uma falsa ciência dos costumes à maneira de Kinsey, introduzindo, assim, a terrível contabilidade racional do “toma lá, dá cá” no terreno das trocas sexuais, transformado pela maior parte das sociedades em um dos derradeiros asilos do desconhecimento coletivo.³⁷ Ao apoiar-se em uma falsa ciência da sexualidade para *naturalizar* determinada maneira de ver e viver a sexualidade que, invenção histórica bastante recente,³⁸ baseia-se em condições sociais de possibilidade distribuídas de forma bastante desigual, ela destina à patologia da “*miséria sexual*”, ou seja, aos cuidados do psicanalista ou sexólogo – únicas pessoas habilitadas para definir a legítima competência sexual – todos aqueles que teriam sido levados pela antiga moral à barbárie da sexualidade “natural” e que, em atraso de uma “revolução sexual”, são, uma vez mais, vítimas da universalização de uma definição da competência não acompanhada pela universalização das condições da aquisição de tal competência.

Mais próxima, neste aspecto, da profecia religiosa que da ciência, que leva às verdades parciais e provisórias, essa moral, ao recorrer à ciência, fornece uma resposta sistemática aos problemas da existência cotidiana, propondo, por exemplo, uma concepção do exercício e da manutenção do corpo, assim como uma representação da infância e da primeira educação, que se encontram em perfeita harmonia com a sua visão da sexualidade. Ao ascetismo da ginástica tradicional que, em sua forma vivenciada, avalia o valor de um exercício pelo dispêndio de esforços, até mesmo, de sofrimento – segundo o ditado “é necessário sofrer para ser linda” – que, enaltecendo a disciplina, transforma o esforço físico em uma “escola da vontade” e, inclusive, pode encontrar uma forma de prazer na experiência da tensão, a nova ginástica – que, às vezes, se designa a si mesma como uma

“antiginástica” – opõe um sistema de preceitos, também, imperativos, que é seu oposto: entendendo substituir a tensão pelo relaxamento, o esforço pelo prazer, a disciplina pela “criatividade” e pela “liberdade”, a solidão pela comunicação, ela trata o corpo como o psicanalista trata a alma, colocando-se “à escuta” de um corpo (“escutar nossos músculos”) que deve ser “desatado”, liberado ou, mais simplesmente, reencontrado e assumido (“estar bem consigo mesmo”). Esta psicologização da relação com o corpo é inseparável de uma exaltação do eu, mas de um eu que se realiza realmente (“desabrochar”) apenas na comunicação com os outros (“compartilhar as experiências”), por intermédio do corpo tratado como um *signal* e não como um *instrumento* (por onde pode infiltrar-se uma verdadeira política da relação com o corpo “alienado”). Neste aspecto, é possível reconhecer as intenções que se encontram na origem da “expressão corporal”, essa espécie de parto sem dor do próprio corpo.³⁹

E as mesmas oposições encontram-se no domínio da puericultura e da pedagogia. A concepção puritana da natureza infantil como lugar de pulsões tão perigosas quanto poderosas – essencialmente, auto-eróticas – conduz a conceber a educação como um adestramento e a pedagogia como um conjunto de técnicas que permitem controlar a criança, além de domar os maus instintos que se encontram nela; atribui-se aos adultos o poder de definir *necessidades*, ou seja, desejos legítimos, discernir, por exemplo, entre gritos legítimos (de fome ou dor) e gritos ilegítimos ou, ainda, entre “bons” e “maus” hábitos. Ao contrário, a ética terapêutica, infestada completamente por lugares-comuns “liberacionistas” (“relação com o pai”, “medo de crescer”, etc.) credita a criança com uma natureza *boa* que deve ser aceita como tal, com suas *necessidades de prazer legítimas* (necessidade de atenção, de afeto e de cuidados maternos); a educação que é, também, fonte de *prazeres legítimos* – de modo que a procriação, ao proporcionar esse objeto de consumo portador de alegria, juventude e *união* para os *dois* pais, é também um dever psicoterapêutico – trata a criança como uma espécie de aprendiz que deve descobrir pela exploração não só o corpo, mas igualmente o mundo; além disso, ao embaralhar as fronteiras entre brincadeira e trabalho, entre dever e prazer, define a brincadeira como aprendizagem motora ou intelectual e, por conseguinte, como *prazer necessário* – do ponto de vista subjetivo, agradável; e, do ponto de vista objetivo, indispensável – criando para as crianças, assim como para os pais, um dever de prazer. Mística racionalizante da era da ciência, a psicanálise livremente interpretada oferece o discurso legitimador que dá as aparências de um fundamento racional aos pressupostos, ao mesmo tempo, arbitrários e necessários, de um *ethos*. E o deslize da ética para a terapêutica produz a necessidade do terapeuta da qual ele é o produto: de fato, não há dúvida de que a busca da saúde psicológica pelo recurso a *profissionais da cura racional das almas* – psicanalista, psicoterapeuta, conselheiro conjugal, etc. – mantém uma relação dialética com o desenvolvimento de uma corporação de profissionais capazes de produzir a necessidade de seu próprio produto, ou seja, a oferta de um novo *mercado* de bens e serviços; aliás, eles prepararam-se para satisfazer essa clientela.

Sem dúvida, convém abster-se de imputar todas as mudanças da ética doméstica a esse único fator: de fato, elas são o efeito da conjunção de um feixe de séries causais (relativamente) independentes, tais como a aparição de novas teorias psicológicas – psicanálise, psicologia genética, etc. –, o acesso maciço das moças da burguesia às

instituições de ensino superior e ao estilo de vida correlato; a transformação do modo de reprodução segundo o qual os erros escolares tendem a tomar o lugar das faltas morais, assim como a ansiedade escolar que se orienta prioritariamente para os rapazes substitui a ansiedade ética que dizia respeito, sobretudo, às moças; o aumento do acesso das mulheres ao mercado de trabalho; ou, ainda, as transformações da própria produção econômica que, obrigada a reservar um lugar cada vez mais importante à produção da necessidade de seu próprio produto e à criação artificial de raridades, contribui, por toda a espécie de mediações, para facilitar uma moral de consumidores. Ocorre que o rápido desenvolvimento da moral terapêutica está associado, incontestavelmente, à constituição de uma corporação de profissionais – psicanalistas, sexólogos, conselheiros conjugais, psicólogos, jornalistas especializados, etc. – com a pretensão de terem o monopólio da definição legítima da competência pedagógica ou sexual legítima; além disso, a constituição de um campo de produção dos bens e serviços suscitados pela diferença entre a competência, daí em diante, exigida nestas matérias e a competência real, não pode ser compreendida independentemente de todo o conjunto das estratégias de reconversão, graças às quais alguns agentes, cuja formação familiar e escolar predisponha a desempenhar o papel de vanguarda ética, puderam encontrar, nos interstícios do corpo docente e médico, o substituto das posições prestigiosas que lhes era recusado pelo mercado de trabalho. Assim, a história exemplar não só de todos aqueles que, professando o proselitismo, acabaram por transformá-lo em profissão, mas também, em particular, de todas as associações que, na área da assistência, da educação continuada, da animação cultural ou da consultoria em matéria de pedagogia ou de sexualidade, passaram, no período de uma geração, das incertezas entusiastas do voluntariado missionário para a segurança do semifuncionariado, desdobra no tempo a dupla verdade de todas as profissões que são formas burocratizadas da “profecia exemplar” e nas quais se trata de *dar – ou vender – como exemplo* sua própria arte de viver.

Se o proselitismo ético desses profetas éticos das sociedades burocráticas assume, naturalmente, o oposto da moral ascética da pequena burguesia estabelecida, é porque, a exemplo da escolha – pela qual são definidos – de fazer sua profissão em vez de desposar profissões já feitas, seu estilo de vida e suas tomadas de posição éticas e políticas têm como princípio a rejeição de tudo o que, neles mesmos, existe como finito, definido, definitivo, em resumo, pequeno-burguês, ou seja, a recusa de *serem arrumados* em determinado lugar do espaço social, *utopismo prático* que, até então, era o privilégio dos intelectuais e que os predispõe a acolher todas as formas de utopia. Classificados, desclassificados, em via de reclassificação, eles pretendem ser inclassificáveis, “excluídos”, “marginais”, tudo, salvo classificados, confinados em uma classe, em determinado lugar no espaço social; apesar de que todas as suas práticas – culturais, esportivas, educativas, sexuais – falem de classificação, mas sob o modo da *denegação*, como é testemunhado por essas rubricas tomadas de empréstimo ao índice de um repertório dos “recursos” da anti-cultura adolescente:⁴⁰ agricultura biológica, *aikido*, alucinógenos, anticientismo, antiginástica, antinuclear, antipsiquiatria, anti-radiações, antivacinação, antroposofia, astrologia, biodinâmica, bioenergia, caminhada, cestaria, *Charlie Hebdo*, cinema diferente, comunicação não-verbal, corpo, criatividade, dança, deficientes físicos, dietética, droga, ecologia, encontros, erva, esoterismo, expressão corporal, extraterrestres, fenômenos

le foot sympa

vol libre

roulottes

marche à pied

expression
corporelle



a pelada
vô livre
trailers
caminhada
expressão corporal
andar de bicicleta é uma festa
andar de bicicleta é a liberdade
andar de bicicleta é ganhar saúde
andar de bicicleta é conquistar a independência, portanto, a paz
andar de bicicleta é a expectativa de qualidade de vida
andar de bicicleta é cultivar a amizade

Catalogue des ressources [Catálogo dos recursos], *op. cit.*, p. 134-148.

psicológicos, ficção científica, fisioterapia, folclore, formação continuada, futurologia, *Gestalt-terapia*, *go*, hataioga, homeopatia, homossexualidade, imaginação, imigrados, infância, invenção, ioga, judô, *kendo*, *kyudo*, Larzac, liberdades, loucura, lutas, magnetismo, medicinas orientais, meditação transcendental, macrobiótica, não-violência, nômades, nova imprensa, olaria, paquera, paralelo, parapsicologia, plantas, prisões, trailer, regionalismo, repressão, tecelagem, telepatia, terapia, vegetarianismo, verde, viagem, vida comunitária, vô à vela, vô livre, vulgarização paracientífica, zen – outras tantas palavras e expressões mal disfarçadas por uma espécie de *sonho de vô social* e por um esforço desesperado para arrancar-se da força de atração do campo social de gravidade.

Guiados por seu humor antiinstitucional e pela preocupação em escapar a tudo o que pode lembrar as competições, hierarquias e classificações, e, acima de tudo, classificações escolares, saberes hierarquizados e hierarquizantes, abstrações teóricas ou competências técnicas, os novos intelectuais inventam uma arte de viver que lhes garante, pelo menor custo, as gratificações e o prestígio do intelectual, por um lado, ao adotarem – em nome do combate contra os “tabus” e da liquidação dos “complexos” – os aspectos mais externos, portanto, mais fáceis de tomar de empréstimo, do estilo de vida intelectual, ou seja, maneiras de ser livres e liberadas, audácias cosméticas ou na maneira de vestir, poses e posturas totalmente fora da norma, e, por outro, ao aplicarem sistematicamente a disposição culta ao domínio da cultura em via de legitimação (cinema, histórias em quadrinhos, cultura *underground*, etc.) ou ao terreno do cotidiano (“a arte na rua”), do pessoal (sexualidade, cosmética, pedagogia, lazer, etc.) e do existencial (relação com a natureza, com o amor, com a morte, etc.). Público sonhado para uma nova vulgarização intelectual que é uma vulgarização do estilo de vida intelectual, eles se reconhecem imediatamente na nova vulgata *espontaneísta* em que coabitam Freud e Freinet, Rogers e Reich, Fourier e Bakunine. Nem há necessidade de dizer o que pode ter de “culto”, inclusive, de escolar, essa fuga romântica para fora do mundo social que, pelo fato de enaltecer o corpo e a natureza, pensa-se, às vezes, como retorno ao “selvagem” e ao “natural”: tendo em comum com a cultura legítima o fato de deixar seus princípios no estado implícito – o que se compreende uma vez que se trata das disposições de um *ethos* –, a contra-cultura está habilitada, ainda, a executar funções de distinção por colocar, ao alcance de *quase todos*, os jogos distintivos, as poses distintas e outros sinais exteriores da riqueza interna que, até então, eram reservados aos intelectuais.

Os encontros entre a temática da vulgata publicitária – há muito tempo, acostumada a falar a linguagem do *desejo*⁴¹ – e os tópicos mais típicos da alta vulgarização filosófica, as correspondências entre a “política social” de uma classe dominante que, ao renunciar à alternativa antiga do “tudo ou nada”, abre mão de suas prerrogativas para conservá-las em melhores condições, e a nova pedagogia, aliás, propriamente burguesa em sua difusão, que aposta suas fichas no liberalismo e nas liberalidades, seriam suficientes para mostrar que a nova ética, cujo terreno privilegiado se encontra na vanguarda da burguesia e da pequena burguesia, se harmoniza perfeitamente com uma forma de conservadorismo iluminado.⁴²

A escolha do necessário

A proposição fundamental que define o *habitus* como necessidade que se torna virtude nunca é experimentada com tanta evidência quanto no caso das classes populares, uma vez que, para elas, a necessidade abrange perfeitamente tudo o que se entende, habitualmente, por esta palavra, ou seja, a privação inelutável dos bens necessários. A necessidade impõe um gosto de necessidade que implica uma forma de adaptação à necessidade e, por conseguinte, de aceitação do necessário, de resignação ao inevitável, disposição profunda que não é, de forma alguma, incompatível com uma intenção revolucionária, mesmo que ela lhe confira sempre uma modalidade que não é a das revoltas intelectuais ou de artistas. A classe social não é definida somente por uma posição nas relações de produção, mas pelo *habitus* de classe que, “normalmente” (ou seja, com uma forte probabilidade estatística), está associado a essa posição.¹ Ao projetar-se em seu objeto a ponto de considerar sua relação com a condição operária como a relação operária com esta condição, ao proceder como se bastasse ocupar, durante um momento, como observador ou, até mesmo, como ator, a posição do operário nas relações de produção para compreender o que é a experiência operária dessa posição, os *narodniks* de todas as épocas e de todos os países fazem da condição operária, uma representação *estatisticamente improvável*, uma vez que ela não é o produto do vínculo com essa condição que aí se encontra habitualmente associada, em decorrência precisamente dos condicionamentos exercidos por ela. Não há espaço para analisar a veracidade ou falsidade da imagem insustentável produzida, acerca do mundo operário, pelo intelectual quando, ao posicionar-se na situação de um operário sem ter um *habitus* de operário, ele apreende a condição operária segundo esquemas de percepção e apreciação diferentes dos esquemas utilizados pelos próprios membros da classe operária para apreender tal condição; ela é *verdadeiramente* a experiência que, acerca do mundo operário, pode ter um intelectual que, de maneira provisória e decisória, penetra na condição operária e ela pode tornar-se cada vez menos improvável estatisticamente se, a exemplo do que começa a ocorrer atualmente, vier a aumentar o número daqueles que se encontram lançados na condição operária sem terem o *habitus* que é o produto dos condicionamentos “normalmente” impostos àqueles que estão destinados a essa condição. O populismo é sempre a inversão de um etnocentrismo; e se as descrições da classe operária e da classe camponesa oscilam, na maior parte das vezes, entre o miserabilismo e a exaltação milenarista é porque elas fazem abstração da relação com a condição de classe que faz parte de uma definição completa dessa condição e porque a enunciação da relação *ajustada* com a condição descrita (o que não supõe necessariamente que se esteja habilitado a *experimentá-la*) é menos fácil que projetar, na descrição, sua própria relação com essa condição – nem que fosse porque essa falsa identificação e a subsequente indignação que inspira têm, para elas, todas as aparências de legitimidade.²

O gosto de necessidade e o princípio de conformidade

O efeito próprio do gosto de necessidade, que não cessa de agir, mas de maneira dissimulada – pois sua ação se confunde com a da necessidade – nunca é tão visível quanto no caso em que, agindo de alguma forma a contratempo, ele sobrevive ao desaparecimento das condições de que é o produto: testemunhas disso são os artistas ou pequenos empresários – que, de acordo com suas próprias afirmações, “não sabem gastar o dinheiro que ganharam” – ou os pequenos empregados que, tardiamente arrancados à condição de camponeses ou operários, encontram satisfação equivalente àquela que poderiam lhe ter oferecido um bem ou um serviço no fato de calcular e de saborear “o que ganharam” ao se dispensar de recorrer a tal expediente (deles se privando ou “fazendo por conta própria” o trabalho) mas que, por esse fato, se tiverem de servir-se de tal recurso, vão experimentar o sentimento doloroso de um desperdício. Não basta ter um milhão para ficar em condições de levar a vida de milionário: e os recém-chegados levam, em geral, muito tempo – às vezes, uma vida inteira – para aprender que, em sua nova condição, o que eles haviam considerado uma prodigalidade culpada, faz parte das despesas de primeira necessidade.³ Esquecemos que, por exemplo, para *apreciar* “no seu devido valor”, os serviços totalmente simbólicos que, em grande número de itens (hotéis, salões de cabeleireiro, etc.), fazem o essencial da diferença entre os estabelecimentos de luxo e os estabelecimentos comuns, convém sentir-se o destinatário legítimo desses cuidados e dessas atenções burocraticamente personalizadas e conservar, em relação àqueles que são pagos para oferecer tais serviços, um misto de distância (do qual faz parte a outorga de “generosas” gratificações) e de liberdade, semelhante àquele que os burgueses mantêm com seus servidores. Para quem duvidasse de que o fato de “saber se fazer servir”, de acordo com o discurso burguês, é uma das componentes da arte de viver burguesa, basta evocar os operários ou os pequenos empregados que, tendo entrado por ocasião de um grande evento em um restaurante chique, implicam com o chefe de sala ou com os garçons – que, “imediatamente, se dão conta do tipo de pessoas que têm de enfrentar” – como que para destruir simbolicamente a relação de serviço e conjurar o mal-estar em que ela os coloca. O operário que, na vitrine, vê um relógio de dois milhões, ou que ouve falar de um cirurgião que teria gasto três milhões com a festa de noivado do filho, tem inveja não desse relógio, nem dessa festa, mas dos dois milhões que ele teria aplicado de um modo completamente diferente, por ser incapaz de conceber o sistema de necessidades em que a melhor coisa a comprar com dois milhões seria um relógio desse valor.⁴ Quando “existem tantas coisas que são prioritárias”, como se costuma dizer, “é preciso que alguém seja maluco”, efetivamente, para pensar em um relógio que custa dois milhões; no entanto, nunca se sentirá verdadeiramente “no lugar” daqueles que estão situados no outro extremo do mundo social. A loucura de uns é a necessidade primordial dos outros. E não somente porque o valor marginal desses dois milhões varia segundo o número de milhões possuídos: um grande número de despesas que, segundo se diz, são ostensivas, nada têm a ver com um desperdício e, além de serem elementos indispensáveis de certo estilo de vida, são quase sempre – como a festa de noivado – uma excelente aplicação que permite acumular capital social.

Sob a forma de *sistemas de necessidades*, a estatística limita-se a registrar a coerência das escolhas de um *habitus*. E a incapacidade de “gastar mais” ou de um modo diferente, isto é, de ter acesso ao sistema de necessidades implicado em um nível superior de recursos, é a melhor confirmação da impossibilidade de reduzir a propensão para consumir às capacidades de apropriação ou o *habitus* às condições econômicas pontualmente definidas (por exemplo, tais como são apreendidas em determinado nível de renda). Se tudo leva a crer na existência de uma relação direta entre a renda e o consumo, é porque o gosto é quase sempre o produto de condições econômicas idênticas àquelas em que ele funciona, de modo que é possível imputar à renda uma eficácia causal que se exerce apenas em *associação com o habitus* que ela produziu. De fato, a *eficácia própria do habitus* é bem visível quando as mesmas rendas estão associadas a consumos muito diferentes, compreensíveis apenas no pressuposto da intervenção de princípios de seleção diferentes.

É assim que, para uma renda média por família muito mais elevada – 34.581 F contra 25.716 F – os contramestres reservam para a alimentação uma parcela de suas despesas muito próxima daquela que é utilizada pelos operários com qualificação (35,4% contra 38,3% entre estes últimos e 30% para os quadros médios), ainda que o montante global de suas despesas na matéria seja igual àquele dos quadros superiores (12.503 F contra 12.904 F). De fato, tudo mostra que eles permanecem vinculados aos valores populares do “comer bem” e, sobretudo, à maneira popular de realizar tais valores: em primeiro lugar, em vez de diminuir, aumenta o consumo dos itens mais característicos da alimentação popular, tais como alimentos à base de fécula, carne de porco, batatas, aves de criação; em segundo lugar, o consumo de itens onerosos que deve ser reduzido pelos operários, embora simbolizem para eles o “comer bem” – por exemplo, frios, vinhos, café e, sobretudo, açúcar (que, nas classes superiores, diminui fortemente) –, aumenta consideravelmente, assim como a manteiga (444 F contra 365 F, ao passo que diminui o consumo de óleo); em terceiro lugar, o consumo de produtos dispendiosos, apesar de ser característico do estilo de vida burguês, progride muito menos nitidamente ou permanece no mesmo nível: é o caso da vitela, cordeiro, carneiro, peixe, frutos do mar, frutas cítricas, etc.; do mesmo modo, os legumes frescos aumentam muito mais rapidamente que as frutas frescas, e ambos aumentam muito menos que os frios.⁵

Outro exemplo: quando se passa da faixa de rendas compreendida entre 30.001 e 50.000 F para a faixa superior, a lógica das compras de alimentos dos quadros superiores é completamente diferente da lógica adotada pelos operários. Se o consumo alimentar aumenta nos dois casos – ele é, relativamente, maior entre os quadros superiores –, os itens consumidos em maior quantidade são, na ordem, os seguintes: entre os quadros superiores (incluindo professores secundários e universitários e engenheiros), aperitivos, refeições em restaurante, bebidas não alcoólicas, carne de carneiro, confeitarias, carne de boi, frutas frescas, peixes e frutos do mar, queijo; e, entre os operários, carne de porco, aperitivos, carne de coelho, frutas frescas, legumes secos, pão e legumes frescos.⁶

O princípio das diferenças mais importantes na ordem do estilo de vida e, mais ainda, da “estilização da vida”, reside nas variações da distância objetiva e subjetiva ao mundo, a suas restrições materiais e urgências temporais. A exemplo da disposição estética

que é uma de suas dimensões, a disposição distante, desligada ou desenvolta em relação ao mundo ou aos outros, disposição que mal se pode designar por subjetiva já que ela é objetividade interiorizada, só pode se constituir em condições de existência relativamente desembaraçadas da urgência. A submissão à necessidade que, conforme já vimos, leva as classes populares a uma “estética” pragmática e funcionalista, recusando a gratuidade e a futilidade dos exercícios formais e de toda a espécie de arte pela arte, encontra-se, também, na origem de todas as escolhas da existência cotidiana e de uma arte de viver que impõe a exclusão, como se tratasse de “loucuras”, das intenções propriamente estéticas.⁷ É assim que os operários afirmam, com maior frequência em relação a todas as outras classes, sua preferência pelos interiores asseados e limpos,⁸ fáceis de arrumar, ou pelas roupas de qualidade rentável, atribuição que, de qualquer modo, é determinada pela necessidade econômica. A escolha, duplamente prudente, de uma peça de vestuário “simples” (diz-se “passe partout”, “fica bem com tudo”, etc.), ou seja, o menos chamativa e extravagante possível (diz-se, também, “sem cerimônia”, “prática”, etc.) e, ao mesmo tempo, “rentável”, isto é, barata e duradoura, capaz de “servir durante muito tempo” pelo menor preço, impõe-se, sem dúvida, como a estratégia mais *razoável*, considerando, por um lado, o capital econômico e o capital cultural (sem falar do tempo) que é possível investir na compra de uma roupa e, por outro, os lucros simbólicos visados em tal investimento (pelo menos, no trabalho – diferentemente, por exemplo, dos empregados).

Cada vez mais frequente entre as mulheres que não trabalham fora de casa (59% contra 47%) e nunca lêem publicações femininas, a parcela das mulheres que afirmam ter “maior tendência a não levar em consideração a moda” é nitidamente mais elevada entre os artesãos ou comerciantes, agricultores e operários (62, 61 e 55%) que entre os quadros médios e os quadros superiores, profissões liberais, grandes comerciantes ou industriais (43%). Do mesmo modo, a preocupação em “acompanhar a moda” é nitidamente mais elevada entre as mulheres de quadros médios ou empregados, enquanto a escolha “do que há de mais prático ou mais econômico” (escolha, cuja frequência aumenta nitidamente com a idade e é muito mais comum entre as mulheres que trabalham apenas na casa de outras pessoas) refere-se, sobretudo, às mulheres de agricultores, artesãos ou comerciantes e operários (estas últimas duas categorias têm maior tendência em afirmar que, antes de tudo, elas se deixam orientar pela preocupação de “agradar ao marido”). Por último, a escolha de uma roupa “clássica” (em vez de “requintada”, “não conformista” ou “esporte”) que, à semelhança da escolha da roupa “mais prática e mais econômica”, cresce nitidamente com a idade e varia, em razão inversa, da leitura da revista *Elle*, indício de um investimento na pesquisa de vestuário, encontra-se, sobretudo, nas mulheres de agricultores (67%) e operários (59%), ao passo que as mulheres da burguesia, menos inclinadas a fazer tal escolha (39%), são as que em maior número escolhem uma roupa “esporte” ou “requintada” (F.C., XLII). Outra confirmação do reduzido investimento no vestuário e da reduzida propensão para investir na pesquisa estética nessas matérias é o fato de que as mulheres das classes populares são relativamente numerosas a comprar suas roupas no mercado, por correspondência ou nas grandes lojas “populares”, ao passo que as mulheres da burguesia tendem a reservar suas compras às butiques e às grandes lojas chiques (F.C., XLV). A lógica é a mesma na



ordem da cosmética e as pesquisas de mercado, abundantes sobre o assunto, estão todas de acordo para mostrar que as mulheres das classes populares reduzem ao mínimo as despesas com produtos e cuidados de beleza (cuja importância aumenta, de forma considerável, quando se vai dos agricultores aos operários, artesãos e comerciantes, quadros médios e quadros superiores); é assim que elas representam o grau zero da maquiagem, cuja complexidade (somente batom; batom e base de maquiagem; batom, base de maquiagem e produto para os cílios; batom, base de maquiagem e produto para os cílios e sobrancelhas), o custo em dinheiro e, *sobretudo, em tempo*, aumenta à medida que se sobe na hierarquia social (segundo uma ordem semelhante à indicada mais acima), pelo menos, até o nível dos empregados e quadros médios.

Assim, apesar de darem a impressão de que possam ser deduzidas diretamente das condições objetivas, uma vez que elas garantem uma economia de dinheiro, tempo e esforços, em todos os casos, pouco rentáveis, as práticas populares têm como princípio a *escolha do necessário* (“isso não é para nós”), no sentido do que é tecnicamente necessário, “prático” (ou, em outras palavras, funcional), isto é, necessário para se apresentar “como deve ser, sem mais nada”, e, ao mesmo tempo, do que é imposto por uma necessidade econômica e social que condena as pessoas “simples” e “modestas” a gostos “simples” e “modestos”. O ajuste às oportunidades objetivas que está inscrito nas disposições constitutivas do *habitus* encontra-se na origem de todas as escolhas realistas que, baseadas na *renúncia a lucros simbólicos*, de qualquer modo, inacessíveis, reduzem as práticas ou os objetos à sua função técnica: corte de cabelo “limpo”; “vestidinho muito simples”; móveis “bem fortes”, etc. É assim que nada é mais estranho às mulheres das classes populares que a idéia, tipicamente burguesa, de transformar cada objeto de seu interior na ocasião de uma escolha estética, de levar até o banheiro ou cozinha, lugares estritamente definidos por sua função, a intenção de harmonia ou beleza ou, ainda, de fazer intervir critérios propriamente estéticos na escolha de uma panela ou de um armário. As refeições ou os trajes de festa opõem-se às roupas e refeições de todos os dias pela arbitrariedade de um corte ditado pelas convenções sociais – “é preciso fazer como deve ser”, “temos de fazer as coisas” – como os lugares socialmente designados para serem “decorados”, salão, sala de jantar ou “living”, opõem-se aos lugares cotidianos, ou seja, segundo uma antítese que é praticamente a do “decorativo” e a do “prático”, e são decorados, segundo convenções estabelecidas (bibelôs sobre a chaminé, peça de madeira acima do bufê, buquê de flores sobre a mesa) sem que alguma dessas escolhas obrigatórias suponha indagação ou pesquisa. Esse convencionalismo, que é o da fotografia popular, empenhada em fixar, segundo as convenções, poses de convenção,⁹ encontra-se no lado oposto do formalismo burguês e de todas as formas de arte pela arte, preconizadas pelos manuais de bem-viver e pelas publicações femininas: arte de receber, arte da mesa, arte de ser mamãe. Além disso ele garante uma forma de segurança mínima, em um universo em que a *segurança* é praticamente inexistente, a “escolha” de “fazer o que se deve” ou o que “se faz” (os vendedores de bens domésticos conhecem o poder que o “isso se faz” exerce sobre a insegurança popular) inscreve-se naturalmente em uma economia das práticas baseada na busca do “prático” e na recusa dos “maneirismos” e “modos afetados”.¹⁰ E as próprias escolhas que, do ponto de vista das normas dominantes, parecem ser as mais “irracionais”,

têm como princípio o gosto de necessidade – seguramente com o efeito bastante negativo da falta de informação e de competência específica que resulta da falta de capital cultural. Por exemplo, o gosto por enfeites de fantasia e por bugigangas berrantes que povoa “salões” e “entradas” com penduricalhos e bibelôs de feira inspira-se em uma intenção desconhecida dos economistas e estetas comuns, a saber: obter o máximo “efeito” (“isso fará muito efeito”) pelo menor custo, fórmula que, para o gosto burguês, é a própria definição da vulgaridade (uma das intenções da distinção é a de sugerir, com o menor número possível de efeitos, o maior dispêndio de tempo, dinheiro e engenhosidade). O que é a imitação do objeto de arte ou a fancaria senão o que faz muito efeito por pouco valor, ou seja, as “loucuras” que alguém pode se permitir contanto que possa dizer que “as conseguiu sem gastar um centavo”? Os camelôs e os especialistas da promoção de vendas sabem perfeitamente que devem conseguir suspender os freios e as censuras que impedem o desperdício por meio da exibição dos consumos proibidos como “negócios”: por exemplo, o canapé fora de moda (a pessoa esforça-se por esquecer sua cor para se convencer de que, se for levado em consideração apenas o preço, corresponde exatamente àquilo que havia sonhado, há muito tempo, “para colocar diante do televisor”) ou o vestido de nylon, demasiado apertado, que alguém acaba por comprar porque estava em liquidação, depois de ter “jurado que nunca mais usaria peças de nylon”.

E se ainda fosse necessário provar que a resignação à necessidade está na origem do gosto de necessidade, bastaria evocar o desperdício de tempo e energia implicado na recusa de submeter a gestão cotidiana das tarefas domésticas às restrições do cálculo racional e dos princípios de vida formais (“um lugar para cada coisa”, “cada coisa em seu tempo”, etc.) e que só, na aparência, se opõe à recusa de reservar tempo e cuidados à sua saúde (“escutar-se”) ou à sua beleza (“embonocar-se”): de fato, nesses dois traços de seu estilo de vida, as mulheres das classes populares, duplamente dominadas, dão testemunho de que não reconhecem suficientemente valor a seu sofrimento ou a seu tempo, as únicas coisas que podem gastar (e *dar*) sem reservas, para manifestar inquietação em administrá-las e economizá-las ou, se quisermos, elas *não têm suficiente auto-estima* (além do mais, têm pouco valor no mercado de trabalho, diferentemente da força de trabalho qualificada e do corpo cuidado das mulheres da burguesia) para se permitirem deferências e uma atenção, acompanhadas sempre por certa *complacência*, e para consentirem a seu corpo os cuidados, preocupações e atenções de todos os instantes que são necessários para garantir-lhes ou conservar sua saúde, elegância e beleza.¹¹

Um conjunto de indícios convergentes tendem a mostrar que as mulheres das classes populares atribuem menos *valor* e manifestam menos *interesse* ao próprio corpo que as mulheres das outras classes: por exemplo, 40,2% das mulheres de agricultores e 36,0% das mulheres de operários julgam estar abaixo da média no que concerne à beleza contra 24,2% das mulheres da classe dominante e 33,2% das mulheres das classes médias; 13,0% e 14,0% respectivamente, contra 10,1% e 7,6% dizem que aparentam ser mais velhas que sua idade real; e as mulheres das classes populares atribuem-se, quase sempre, notas inferiores (salvo para a pele, nariz e mãos) às notas atribuídas pelas mulheres das outras classes. Além disso, dão menos valor à beleza e, sistematicamente, dedicam menos tempo, dinheiro e interesse a todos os cuidados do corpo (F.C., XLIV).

As chamadas à ordem (“quem ela pensa que é?”, “isso não é para pessoas como nós”) em que se enuncia o *princípio de conformidade*, única norma explícita do gosto popular, além de terem o objetivo de incentivar as escolhas “razoáveis”, de qualquer modo, impostas pelas condições objetivas, contêm, igualmente, uma advertência contra a ambição de se distinguir pela identificação com outros grupos, ou seja, uma chamada à solidariedade de condição. E a diferença entre as práticas e as preferências culturais das diferentes classes deve-se, em uma parte importante, ao fato de que as oportunidades de encontrar, em sua vizinhança, o “mercado” em que as experiências culturais e os discursos a seu respeito podem encontrar valor, variam, praticamente, como as oportunidades de viver tais experiências e, sem dúvida, contribuem em parte para determiná-las: o reduzido interesse manifestado pelos membros das classes populares em relação às obras de cultura legítima a que eles poderiam ter acesso – sobretudo, pela televisão – não é o efeito somente de uma falta de competência e de familiaridade: do mesmo modo que os temas considerados vulgares, por exemplo, a televisão, são banidos da conversação burguesa (F.C., VI), os assuntos por excelência da conversação burguesa, exposições, teatro, concertos ou, até mesmo, cinema, são excluídos, de fato e de direito, da conservação popular na qual apenas poderiam exprimir a pretensão de se distinguir. A chamada à ordem mais implacável, sem dúvida suficiente para explicar o extraordinário *realismo* das classes populares, é constituída, sem dúvida, pelo efeito de clausura exercido pela homogeneidade do universo social diretamente experimentado: não existe outra linguagem possível, nem outro estilo de vida, nem outras relações de parentesco. O universo dos possíveis está fechado. As expectativas dos outros são outros tantos reforços das disposições impostas pelas condições objetivas.

A ritualização das práticas e depoimentos, que pode ir até a estereotipização, é, em parte, um efeito da aplicação rigorosa do princípio de conformidade: um homem de idade madura que está visitando alguém deve aceitar uma bebida, do mesmo modo que uma mulher da mesma idade que usasse um vestido curto demais seria severamente, até mesmo, cruelmente, censurada (por meio de piadas, de brincadeiras pelas costas, etc.). Enquanto as grandes diferenças entre classes são muitíssimo bem toleradas (“é um original”, “não é como nós”) por serem baseadas, aparentemente, na natureza (a respeito da mulher do médico, dir-se-á que “sua obrigação é andar bem vestida”), não será permitida a mais insignificante diferença, extravagância, aos membros da classe (ou a quem é oriunda dela) porque, neste caso, a diferença só pode ter origem na vontade de se distinguir, ou seja, a recusa ou a negação do grupo (assim, concede-se um prejuízo favorável ao filho do burguês que rompe com a família, ao passo que se condena o filho do operário que vier a assumir uma atitude semelhante).¹²

Se toda a espécie de “pretensão” em matéria de cultura, linguagem ou vestuário é especialmente proibida aos homens, não é somente porque a busca estética – sobretudo, em matéria de cosmética e vestuário – é reservada às mulheres por uma representação, mais estrita que em nenhuma outra classe, da divisão do trabalho entre os sexos e da moral sexual,¹³ ou por estar associada, mais ou menos confusamente, a disposições e maneiras consideradas características dos burgueses (“os modos afetados”, “os maneirismos”, etc.) ou daqueles que estão prontos a submeter-se a suas exigências para serem aceitos por eles e

cujo limite é representado pelos “lacaio” ou “pederastas” da injúria vulgar; mas também porque a submissão a exigências percebidas como femininas e, ao mesmo tempo, burguesas, aparece de alguma forma como o indício de uma dupla negação da virilidade, de uma dupla submissão que a linguagem corrente, que pensa naturalmente toda dominação na lógica e no léxico da dominação sexual, está predisposta a exprimir.

Não é somente nos pensamentos que a oposição entre as classes populares e a classe dominante – e, especialmente, as frações dominadas dessa classe – se organiza por analogia com a oposição entre masculino e feminino, ou seja, segundo as categorias do forte e do fraco, do gordo e grosso (referente aos alimentos, mas também às piadas) e do magro (ou fino), etc. Assim, em matéria de alimentação, as classes populares (e, sem dúvida, os homens mais que as mulheres) opõem-se às outras classes, do mesmo modo que os homens se opõem às mulheres: observa-se, por exemplo, que os quadros superiores são mais numerosos que todas as outras classes (salvo os agricultores) a beber leite, todos os dias, no café da manhã (59% contra 42% dos operários), assim como as mulheres são, no conjunto, mais numerosas que os homens no consumo desse alimento; o mesmo ocorre em relação ao chocolate (12% contra 5% dos operários e 5% dos agricultores; neste caso, suprime-se a diferença entre os sexos) e em relação ao chá, bebida tipicamente burguesa (27% contra 3% dos operários e 0% dos agricultores) e feminina. No entanto, as classes populares distinguem-se, sobretudo, pelo lugar que, no café da manhã, reservam aos alimentos *salgados e substanciais*, nitidamente masculinos, tais como a sopa, consumida quase exclusivamente pelos camponeses, ou a *carne* (46% dos agricultores e 17% dos operários contra 6% dos quadros superiores afirmam consumi-la, no mínimo, de tempos em tempos) e o *queijo*, ao passo que os quadros superiores e os membros das profissões liberais ocupam nitidamente o primeiro lugar (40% afirmam fazer tal consumo todos os dias contra 29% dos agricultores e 11% dos operários) em relação aos alimentos *doces e adoçados*, tais como compotas e mel, de resto, nitidamente femininos (somente 38% dos homens afirmam consumi-los, pelo menos, de tempos em tempos, contra 63% das mulheres – F.C., XLVIII).¹⁴ Sabe-se, por outros dados, que o conjunto das diferenças socialmente constituídas entre os sexos tende a enfraquecer-se à medida que se sobe na hierarquia social e, sobretudo, quando se vai em direção às frações dominadas da classe dominante em que as mulheres tendem a atribuir-se as prerrogativas mais tipicamente masculinas, como a leitura dos jornais chamados de opinião e o interesse pela política, ao passo que os homens não hesitam em afirmar interesses e disposições, por exemplo, em matéria de gosto, que, em outras circunstâncias, os levariam a ser tratados como “efeminados”.¹⁵

Antes de invocar um efeito de inércia cultural ou de “atraso cultural”, pela aplicação de um esquema evolucionista que permite aos dominantes a percepção de sua maneira de ser ou de proceder como se o dever-ser tivesse sido realizado, conviria se interrogar se a valorização popular da *força física* como dimensão fundamental da virilidade¹⁶ e de tudo o que a produz e a sustenta, tais como os alimentos e as bebidas “fortes”, tanto em sua substância quanto em seu sabor, ou os trabalhos e exercícios de força, mantém uma relação inteligível com o fato de que um fator em comum da classe camponesa e da classe operária é a dependência de uma



“O *bénéjacquois* [habitante de Bénéjacq] de adoção, François Bruat, vai defender, esta noite, em Nay, seu título de campeão da França como o maior comedor de feijões (2,7 kg em 15 minutos). Henri Boiramé, o *palois* [originário da cidade de Pau], conseguirá vencê-lo esse ano?

Anunciados como se tratasse de boxeadores, com o guardanapo em volta do pescoço, mal tiveram tempo para se lançarem sobre os pratos fumegantes com feijões brancos com toucinho, diante de um público de ringue de bairro...

E vamos lá que eu engulo você! Uma colherada para Verlaine, outra para Rimbaud, outra para Simin Palay...

Vejam só o que acontece quando se pretende vencer um desafio. Soluços para um lado, baforadas para outro, tudo isso para ingurgitar a maior quantidade de feijões...

E vê lá que já estou pegando outra pratada... O público não se cansa de incentivar, apoiando calorosamente seu favorito, François Bruat de Bénéjacq, atual campeão da França. Uma espécie de Raymond Poulidor do prato, o imbatível nas provas de contra-relógio, volta-se para seus perseguidores sempre que acaba de engolir 500 gramas. Um verdadeiro glutão, esse tratante.

Duas mandíbulas e um ventre grande assim!

E, entre duas pratadas, atitudes de lutador de *catch* para desestimular os adversários.

E uma terceira dose. Que vontade! Bom proveito!”

La République des Pyrénées, juil 1978.

força de trabalho que, por sua vez, é reduzida pelas leis da reprodução cultural e do mercado de trabalho, mais que em qualquer outra classe, à força muscular;¹⁷ sem esquecer o fato de que uma classe que, a exemplo da classe operária, rica tão somente de sua força de trabalho, nada pode opor às outras classes, fora a retirada desta força, além de sua força de combate que depende da força e coragem físicas de seus membros e, também, de seu número, ou seja, de sua consciência e solidariedade, ou, se preferirmos, da consciência de sua solidariedade.

O mesmo é dizer que seria um equívoco ignorar o efeito propriamente político da ação de moralização (ou des-moralização) que se exerce através de todos os veículos da nova moral terapêutica (revistas femininas, semanários, programas radiofônicos, etc.). Como é demonstrado pelo caso-limite dos camponeses que, pela imposição do estilo de vida dominante e da representação legítima do corpo, foram atingidos em suas condições específicas de reprodução (com o celibato dos dirigentes da produção agrícola) e em sua própria existência, enquanto classe, capaz de definir por si os princípios de sua identidade, é, sem dúvida, um dos últimos refúgios da autonomia das classes dominadas, de sua capacidade de produzir por si mesmas sua própria representação do homem realizado e do mundo social, ameaçada por todos os questionamentos da adesão dos membros da classe operária aos valores de virilidade que são uma das formas mais autônomas de auto-afirmação enquanto classe. E os princípios mais fundamentais da identidade e unidade da classe, aqueles que residem no *inconsciente*, encontrarse-iam, de fato, afetados se, neste ponto decisivo que é a relação com o corpo, ocorresse que a classe dominada se limitasse a se apreender como classe pelo olhar dos dominantes, ou seja, pela relação com a definição dominante do corpo e de seus usos. Dito isto, neste terreno, à semelhança do que ocorre em muitos outros, também importantes, que não são constituídos do ponto de vista político, exclui-se, de fato, qualquer resistência coletiva ao efeito de imposição que levaria ou a constituir como valor as propriedades negativamente avaliadas pela taxinomia dominante (segundo a estratégia *black is beautiful*) ou, então, a criar novas propriedades positivamente avaliadas. Aos dominados resta, portanto, a alternativa da fidelidade a si e ao grupo (sempre exposta à recaída na vergonha de si), assim como do esforço individual para assimilar o ideal dominante que se encontra no lado oposto à própria ambição de uma retomada coletiva da identidade social (do tipo daquela que persegue a revolta coletiva das feministas norte-americanas ao preconizar o *natural look*).

Os efeitos da dominação

A adaptação a uma posição dominada implica uma forma de aceitação da dominação. Os efeitos da própria mobilização política têm dificuldade em contrabalançar completamente os efeitos da dependência inevitável da auto-estima em relação aos sinais do valor social, tais como o estatuto profissional e o salário, antecipadamente legitimados pelas sanções do mercado escolar. Seria fácil enumerar os traços do estilo de vida das classes dominadas que, através do sentimento da incompetência, fracasso ou indignidade cultural, contêm uma forma de reconhecimento dos valores dominantes. Em um de seus livros, Gramsci já havia afirmado que o operário tende a aplicar, em todas as áreas, suas disposições de executante. Também pela falta de qualquer consumo de luxo, whisky ou quadros, champanha ou concertos, cruzeiros ou exposições de arte, caviar ou antiguidades, o estilo de vida das classes populares é caracterizado pela presença de *substitutos em*

saldo de um grande número desses bens raros, espumantes à guisa de champanha, corino em vez de couro, reproduções no lugar dos quadros, indícios de um desapossamento em segunda potência que se deixa impor a definição dos bens dignos de serem possuídos. Com produtos culturais de grande difusão, com músicas cujas estruturas simples e repetitivas fazem apelo a uma participação passiva e ausente, com diversões pré-fabricadas, concebidas pelos novos engenheiros da produção cultural, em grande série, propositalmente para os telespectadores e, sobretudo, com espetáculos esportivos que estabelecem um corte reconhecido entre os profanos e os profissionais, virtuosos de uma técnica esotérica ou “super-homens” com capacidades fora do comum, o desapossamento da própria intenção de exibir suas próprias finalidades duplica-se de uma forma mais insidiosa de reconhecimento de desapossamento. A partir da fórmula fornecida, há muito tempo, por Adorno que havia estabelecido uma *analogia direta e ingênua* entre a própria forma e os usos das músicas de grande difusão, por um lado, e, por outro, o mundo do trabalho alienado, além de ficar devendo, sem dúvida, o essencial de sua credibilidade, a exemplo de certa crítica do esporte, ao fato de que, na impecabilidade populista, ela permite exprimir uma nostalgia e uma repulsa de apreciador, a crítica da produção cultural de massa acabou dissimulando, de fato, o essencial:¹⁸ não é somente na área da música ou esporte que os homens comuns estão reduzidos ao papel do *fanático*, limite caricatural do *militante*, dedicado a uma participação passional – às vezes, até o chauvinismo –, mas passiva e fictícia que nada é além da compensação ilusória do desapossamento em benefício dos especialistas. Em vez da monotonia da cadeia de montagem ou do escritório, esta relação com os produtos culturais de “massa” (e, *a fortiori*, da “elite”) reproduz, reativa e fortalece a *relação social* que se encontra na origem da experiência operária do mundo e faz com que o trabalho e o produto do trabalho, *opus proprium*, se apresentem diante do trabalhador como *opus alienum*. E o desapossamento nunca é tão completamente desconhecido – portanto, tacitamente reconhecido – senão quando o desapossamento econômico, na seqüência dos progressos da automatização, duplica-se do desapossamento cultural que fornece a melhor justificativa aparente ao desapossamento econômico. Desprovidos de capital cultural incorporado que é a condição da apropriação conformista (segundo a definição legítima) do capital cultural objetivado nos objetos técnicos, os trabalhadores comuns são dominados pelas máquinas e pelos instrumentos, aos quais antes servem do que fazem uso, assim como pelos detentores dos meios legítimos, ou seja, *teóricos*, de dominá-los. Tanto na usina quanto na escola que ensina o respeito pelos saberes inúteis e desinteressados, além de estabelecer relações investidas da autoridade “natural” da razão científica e pedagógica entre indivíduos e atividades *solidariamente hierarquizadas*, eles encontram a cultura legítima como um *princípio de ordem* sem necessidade de demonstrar sua utilidade prática para ser justificado. A experiência que os mais desprovidos de capital cultural podem ter em relação às obras de cultura legítima (ou, até mesmo, de um grande número de espetáculos pré-fabricados que lhes oferece a indústria do *show business*) não passa de uma das formas de uma experiência mais fundamental e mais comum, a saber: a do corte entre as habilidades [savoir-faire] práticas, parciais e tácitas, por um lado, e, por outro, os conhecimentos teóricos, sistemáticos e explícitos (com tendência a se reproduzir, inclusive, no terreno da política), entre a ciência e a técnica, a teoria e a prática, a “concepção” e a “execução”, o “intelectual” ou o “criador”, que dá seu próprio nome a



uma obra “original” e “pessoal”, de que se atribui, assim, a propriedade, e o “braçal”, simples servidor de uma intenção que o supera, executante desapossado do pensamento de sua prática.¹⁹

O sistema de ensino, operador institucionalizado de classificações que, por sua vez, é um sistema de classificação objetivado ao reproduzir, sob uma forma transformada, as hierarquias do mundo social, com suas clivagens, segundo “níveis” que correspondem a estratos sociais, e suas divisões em especialidades e disciplinas que refletem divisões sociais sem fim, por exemplo, a oposição entre teoria e prática, concepção e execução, transforma, com toda a neutralidade aparente, classificações sociais em classificações escolares e estabelece hierarquias que não são vivenciadas como puramente técnicas, portanto, parciais e unilaterais, mas como hierarquias totais, baseadas na natureza, levando, assim, a identificar o valor social com o valor “pessoal” e as dignidades escolares com a dignidade humana. A “cultura”, supostamente, garantida pelo diploma escolar, é um dos componentes fundamentais do que faz o homem realizado em sua definição dominante, de modo que a privação é percebida como uma mutilação essencial que atinge a pessoa em sua identidade e dignidade de homem, condenando-a ao silêncio em todas as situações oficiais em que tem de “aparecer em público”, mostrar-se diante dos outros com seu corpo, sua maneira de ser e sua linguagem.²⁰

O desconhecimento dos determinantes sociais da carreira escolar – e, por conseguinte, da trajetória social para cuja determinação ela contribui – confere ao diploma escolar o valor de um direito de natureza, transformando a escola em uma das instâncias fundamentais da manutenção da ordem social. É, sem dúvida, no terreno da educação e da cultura que os membros das classes dominadas têm menos oportunidades, por um lado, de descobrir seu interesse objetivo e, por outro, de produzir e impor a problemática conforme a seus interesses: de fato, a consciência dos determinantes econômicos e sociais do desapossamento cultural varia quase em razão inversa ao desapossamento cultural (como é perfeitamente demonstrado nas Tabelas 26 e 27). A ideologia carismática que imputa à *pessoa*, a seus dons naturais ou a seus méritos, a inteira responsabilidade por seu destino social, exerce seus efeitos para muito além dos limites do sistema escolar: não há relação hierárquica que não tenha uma parte da legitimidade, que os próprios dominados me reconhecem, de sua participação, confusamente percebida, na oposição entre “instrução” e ignorância.

Os princípios mais visíveis das diferenças *oficiais* (ou seja, registradas oficialmente em estatutos e salários) observadas no âmago da classe operária são a antiguidade e a instrução (técnica ou geral), a respeito das quais podemos nos interrogar para saber se são valorizadas, sobretudo, entre os contramestres, enquanto garantias de competência ou como atestados de “moralidade”, isto é, de conformidade, até mesmo de docilidade. A parcela dos indivíduos desprovidos de qualquer diploma (ou nascidos de um pai sem diploma) decresce consideravelmente quando se vai dos trabalhadores braçais para os contramestres, passando pelos operários sem e com qualificação. Diferentes indicadores de uma disposição ascética, quase sempre associada à ambição de mobilidade, tais como a taxa de fecundidade ou a prática da ginástica e da natação, variam no mesmo sentido, assim como indícios de boa vontade cultural: por exemplo, visita a castelos e monumentos, frequência do teatro ou concerto, posse de discos ou inscrição em uma biblioteca. Conviria,

Tabela 26 – Variações da consciência dos fatores sociais relativos ao sucesso escolar e social

	A continuação dos estudos depende de			O sucesso na vida depende de				
	NR	inteligência	meio social	NR	cscia prof.	meio social	inteligência	instrução
agricultores	6	65	29	-	51	13	21	15
operários	3	55	42	2	48	11	19	20
artesãos, peq. comerc.	1	74	25	-	45	9	35	11
quadros médios	4	45	51	2	34	18	28	18
quadros superiores	4	52	44	5	34	18	35	8

Fonte: SOFRES, janv. 1971.

Tabela 27 – Variações da representação dos meios destinados a reduzir a desigualdade

O melhor meio de reduzir a desigualdade das oportunidades entre os jovens franceses:	agric.	oper.	empresários	empreg., q. médio	q. super. prof. lib.
reformular profundamente a herança	-	3	-	1	6
democratizar completamente o ensino	10,5	16,5	-	25	29,5
aumentar os benefícios sociais para os mais desfavorecidos	38	50,5	71	49	23,5
nacionalizar as empresas privadas	-	4	-	3,5	-
aumentar a prosperidade da economia nacional	24	20	8	18	38
sem opinião	27,5	6	21	3,5	3

Fonte: SOFRES, 1970.

A consciência dos efeitos do meio social é, particularmente, reduzida entre artesãos e comerciantes, agricultores e operários, ao passo que o reconhecimento desses efeitos, entre os quadros superiores, não exclui a adesão às virtudes da inteligência.²¹

no entanto, não tirar a conclusão de que os trabalhadores situados no topo da hierarquia operária se confundem com as camadas inferiores da pequena burguesia: eles distinguem-se delas de muitas formas e, em primeiro lugar, pelo fato de que se comportam como trabalhadores braçais, inclusive, no uso do tempo livre (53,9% dos contramestres e 50,8% dos operários com qualificação fazem biscates, no mínimo, uma vez por semana). E sua solidariedade com o estilo de vida popular manifesta-se em todas as áreas: em seus consumos, leituras, lazer e, em particular, em tudo o que diz respeito à simbolização da posição social, por exemplo, vestuário, aspecto em que, apesar de se mostrarem um pouco menos parcimoniosos que os operários sem qualificação e os trabalhadores braçais, eles não manifestam a preocupação com a apresentação que caracteriza as profissões não-braçais, a começar pelos empregados. Em suma, tudo parece indicar que, entre os operários com qualificação e os contramestres, que permanecem submetidos ao princípio de

conformidade, por um lado, e, por outro, os empregados, que, pelo menos, em pensamento, encontram-se já na corrida, passa uma verdadeira fronteira tanto na ordem do estilo de vida quanto no domínio das tomadas de posição políticas.²²

A preocupação dos primeiros é muito menor que a dos segundos no que diz respeito a tomar distâncias em relação às diversões e passatempos mais tipicamente populares, tais como o arraial ou os espetáculos esportivos: 60,4% (dos quais 58,2% são operários sem qualificação e trabalhadores braçais) afirmam ter ido, pelo menos, uma vez, a um arraial no decorrer do último ano, contra 49,5% dos empregados, 49,6% dos quadros médios; e, sabe-se que, em seu conjunto, os operários assistem, um pouco mais freqüentemente, aos programas esportivos ou aos espetáculos de circo, ao passo que os quadros médios e os empregados assistem com uma freqüência muito maior os programas de caráter científico, histórico ou literário (F.C., VII). Com uma renda praticamente equivalente, os operários, que gastam mais com a alimentação, reservam uma parcela menos importante de seu orçamento a tudo o que diz respeito aos cuidados prestados à pessoa (vestuário, higiene, penteado, farmácia – F.C., III); entre os empregados, os homens gastam com o vestuário o equivalente a 85,6%, contra 83,7% entre as mulheres. Eles compram roupas semelhantes por um preço mais barato (por exemplo, 83% da despesa correspondente dos empregados para capas, 68,7% para paletós e 83,5% para sapatos, diferença que é muito mais marcante entre as mulheres) e, sobretudo, roupas diferentes: por um lado, as jaquetas de couro ou de símile e os impermeáveis de forro duplo para os trajetos de motocicleta nas manhãs frias e, por outro, as capas que situam a pessoa do lado da respeitabilidade pequeno-burguesa; aqui, os macacões, as vestimentas de trabalho, enquanto lá, as batas e os aventais, as jaquetas, os paletós e os *blazers*. Os operários com qualificação – única categoria isolada nas estatísticas disponíveis – distinguem-se quase tanto dos empregados, embora disponham de rendas semelhantes, quanto do conjunto dos operários (salvo em um aspecto: as despesas em matéria de filmes e discos).

Não é no terreno da cultura, todavia, que se deve procurar um distanciamento ou uma tomada de distância, salvo completamente negativa, à revelia, em relação à classe dominante e seus valores: evidentemente, existe tudo o que é da ordem da arte de viver, uma sabedoria adquirida pela provação da necessidade, do sofrimento e da humilhação, e depositada em uma linguagem herdada, densa inclusive em seus estereótipos, no senso da fruição e da festa, da expressão de si e da solidariedade prática com os outros (evocado pelo adjetivo *boa-vida* em que as classes populares se reconhecem), em suma, tudo o que se engendra no hedonismo realista (e não resignado) e no materialismo cético (sem ser cínico) que constituem uma forma de adaptação às condições de existência e, ao mesmo tempo, uma defesa contra tais condições;²³ existe a eficácia e a vivacidade de um falar que, liberado das censuras e obrigações que pesam sobre os falares quase escritos, portanto, autônomos em relação ao contexto prático, encontra na referência comum a situações, experiências e tradições compartilhadas, o princípio de suas elipses, atalhos e metáforas; existe, também, tudo o que se refere à política, à tradição das lutas sindicais, aspectos em que poderia residir o único princípio verdadeiro de uma contra-cultura, mas em que continuam a se exercer, como veremos mais adiante, os efeitos da dominação cultural.

Um contramestre que “trabalhou muito pelos outros”

O Sr. L., 61, começou a trabalhar como aprendiz na SNFC [Sociedade Nacional das Estradas de Ferro], com 14 anos e meio, depois tornou-se operário e, agora, é contramestre: ele “está encarregado dos vagões para passageiros”. A mulher, 52, nunca trabalhou fora de casa, fez o secundário e teria desejado encontrar um emprego. Tiveram quatro filhos: o mais velho é programador; o segundo, dominicano; a terceira era secretária de direção e deixou de trabalhar após seu casamento; e o caçula está preparando o *baccalauréat*. Eles moram, em Grenoble, em um apartamento de um imóvel do tipo HLM [Habitações de aluguel moderado].

“Deve-se conhecer bem as coisas...”

O Sr. L. reformou quase todo o apartamento: “basta observar, havia um cômodo ali e outro aqui. Como éramos numerosos, tinha-se a impressão de ficar fechados aqui dentro, então, quebrei a parede; assim, o espaço é maior, pode-se receber um número maior de pessoas, sobretudo, com toda a família (...), é necessário ter espaço, sobretudo, quando os amigos de meu filho vêm visitar-nos, é necessário espaço, porque eles dançam e brincam”. A maioria dos móveis foram comprados na Tunísia, país no qual viveram vários anos. Os negociantes de objetos usados e os antiquários “são todos uns traficantes (...), uns espertalhões” e a mulher acrescenta: “Deve-se conhecer bem as coisas (...), mas como não se tem qualquer idéia a respeito do preço delas foi, por isso, que meu marido disse que eles são traficantes, deixamo-nos enganar; podem vender-nos algo falso como se fosse autêntico e, depois, considerando os preços...”.

“Eu sabia de sua utilidade”

A casa não é “um museu”; os bibelôs, os vasos “viram nichos de poeira”. Os diferentes objetos que ornamentam a casa são, na sua maioria, presentes dos filhos e amigos, ou foram “recuperados”, e todos têm “utilidade”. A Sra. L. só compra um objeto depois de “encontrar um espaço na casa”: “Este vaso, pois bem, eu precisava de um vaso, era necessário um vaso porque havia necessidade de flores; assim, quando me perguntaram o que eu desejava, eu disse ‘um vaso’ e fizeram-me esse presente, mas porque eu sabia de sua utilidade”. Os filhos “sabem muitíssimo bem que não se deve comprar coisas que não vão servir ou que coloco em um aparador. É necessário que, em primeiro lugar, haja lugar... caso contrário, detesto ter coisas para arrumar”. Fazem a maior parte das compras nas lojas do *Carrefour*, *Record* ou *Nouvelles Galeries*. “Detesto ficar embasbacada diante das vitrines, vou a um grande supermercado no qual se encontra praticamente tudo, pode-se escolher sem correrias”, sublinha o sr. L. que, no início das férias, começa sempre por “ir ver o mercado”: “interesse-me pelo preço do que compro, pela qualidade das coisas que escolho. Se você compra com os olhos fechados, dão a você qualquer coisa”.

“Agora, terei o maior empenho em trabalhar”

Há pouco, tornaram-se proprietários de uma pequena casa, na região serrana de Grenoble. A proposta para ocupar essa casa veio, há vários anos, de “um casal amigo; ele é engenheiro”. Durante três anos, fizeram reformas: “o assoalho estava apodrecido; fui o primeiro a entrar e acabei caindo... não tinha telhado, havia goteiras por todos os lados”; ele fez toda a

reforma sozinho: “Está vendo, comecei como aprendiz nas estradas de ferro e o aprendiz tinha de fazer tudo, fazia estágios, três meses na hidráulica, outros três na solda elétrica... então, consegue-se conservar, mais ou menos, a profissão”. Eles pretendiam transformar esta casa em sua residência principal: “Agora, terei o maior empenho em trabalhar, agora que a casa é minha; não trabalho para os outros, já fiz isso demais e já fui muito explorado”.

“Calçar esquis com 42 anos”

Gosta “muito do frio e da neve, mas não de esqui”: “tenho medo de me machucar. Utilizo o pequeno trenó em companhia de meus netos. Tenho de dizer que sofri um acidente de carro com meu cunhado, na Tunísia (...), machuquei-me no pulso, basta reparar em que estado se encontra meu pulso (...); por isso, prefiro utilizar o pequeno trenó; fico sentado, não há risco de cair” (Sua mulher começou a “calçar esquis com 42 anos” e “empenhou-se nisso por causa dos filhos”. “Íamos acompanhá-los e não tínhamos vontade de ficar o dia inteiro em um bar ou pegar um resfriado dentro do carro”). Quando era jovem, ele havia sido “bastante esportivo, jogava futebol”.

“É preciso, no entanto, que gostemos delas”

Às vezes, ele prepara as refeições: “Quando minha mulher está de férias ou na casa das irmãs e que fico sozinho, prefiro preparar as minhas refeições do que ir comer na casa da minha mãe ou das cunhadas”. Quando ela deseja “fazer um agrado a alguém”, sua mulher “vai procurar um cardápio nas suas receitas”: “não estou absolutamente de acordo com meus filhos porque me dizem que ‘é preciso fazer algo de que se goste’. Eu digo: ‘na vida fazemos, muitas vezes, coisas das quais, no início, não gostamos e, no entanto, é preciso gostar delas’”. “Para beber nas refeições diárias, compro vinho no *Carrefour* porque é mais barato que os outros: com porcentagem de álcool de 11 graus, custa 1,40 F e, se for engarrafado com a mesma graduação, 2,35 F, se não me engano”.

“Há sempre algo para fazer”

Durante as férias, eles fazem *camping*: “à beira-mar, tomamos banho (...), gosto muito de catar conchas (...). Nos bosques, pode-se colher cogumelos ou caracóis, para dizer a verdade, há sempre algo para fazer”. E sua mulher acrescenta que, nas últimas férias, “ele tinha ficado um pouco decepcionado porque, justamente, nada havia para colher (...). Ele não quer ficar inativo, tem necessidade de fazer alguma coisa; aliás, esse foi o motivo que nos levou a escolher a fórmula do *camping* porque ele não se sente bem em um hotel ou restaurante. Ao contrário, dessa forma, ele está sempre ocupado em fazer compras, tomar banho, certamente, providenciar o que for necessário. E depois, visitamos em geral primeiro o que está à volta (...). Quando fomos à Itália, passamos um pouco por tudo; justamente o que era mais antigo, a arqueologia, meu marido aprecia muito menos. Pessoalmente, faço parte de uma equipe cultural e, portanto, isso é uma coisa que me interessa também”.

“O circo, o programa ‘A pista das estrelas’, os jogos de Guy Lux”

Na televisão, ele “assiste às partidas de futebol, ao ciclismo, ao esporte: para a copa do mundo, há dois ou três anos, eu me levantava a uma ou duas horas da madrugada para assistir

às partidas de futebol". Quanto ao resto, assiste raramente a outros programas: "Aprecio um filme de faroeste, gosto disso; se é um filme de capa e espada, eu gosto. Mas se é uma peça de teatro ou algo parecido, durmo". Sua mulher, que aprecia bastante assistir às peças de teatro, acrescenta que gosta muito "do circo, do programa 'A pista das estrelas', dos jogos de Guy Lux..." Ele não vai assistir às partidas de futebol porque é "nervoso demais", mas lê nos jornais "os resultados esportivos". Não compra jornais, mas, às vezes, traz para casa aqueles que são abandonados pelos viajantes; na véspera, ele havia "chegado com *Le Figaro*, *L'Aurore*, *Le Canard enchaîné*, *Le Nouvel Observateur*": "entre todas essas publicações, comenta sua mulher, ele prefere ler *L'Aurore*, os acidentes de carro, as brigas, coisas desse gênero, enquanto no *Le Monde* são as coisas políticas". Ele lê "romances policiais, Maurice Leblanc, Michel Zevaco": "tudo o que aparecer de capa e espada; quando me chegam às mãos, leio tudo. Caso contrário, já adivinhou, não presto muita atenção. Deito-me e, imediatamente, pego o jornal para poder adormecer" (sua mulher, inscrita na biblioteca do bairro, leu recentemente *O pavilhão dos cancerosos* de Soljenitsine, e gosta de Michel de Saint-Pierre, Pierre-Henri Simon, *As cartas* de Françoise Parturier, além de comprar livros quando "julga que têm algum valor").

"Não me pergunte pelo nome dos autores clássicos"

Quando ele era jovem, aprendeu "a tocar clarineta e depois veio o futebol; ora, eu não podia fazer as duas coisas ao mesmo tempo (...) em seguida, incentivei sempre meus filhos para a música porque aprecio música". "Vivaldi é agradável; é lindo como melodia, inclusive, é instigante. Aprecio também Beethoven porque se trata de uma música suave (...). Não me pergunte o nome dos autores clássicos, com exceção de Beethoven, Chopin, Bach ou de fulanos como esses, mas depois, os outros..." Possuem alguns discos, principalmente, música para dançar. Entre os cantores, ele aprecia bastante Sheila: "Mas existem dois que não consigo suportar: trata-se de Sylvie Vartan e Guy Béart" (sua mulher aprecia, sobretudo, Marie Laforêt, *Les Compagnons de la chanson* e Moustaki).

"Isso representa algo"

É raro irem ao cinema: "Por que ir ao cinema quando temos a televisão?". Quando estiveram em Paris, assistiram na sala de teatro do Châtelet a "*L'auberge du cheval blanc*, *La Toison d'or*, e no teatro do Mogador, *As valsas de Viena*". Depois do casamento, não viram ópera; quando ele era jovem, tinha assistido e apreciado a *Tosca* e *La Traviata*. Por ocasião, da primeira viagem a Paris, eles visitaram "todos os museus": "inclusive, o museu de cera Grévin, o Louvre, o Palácio de Versalhes e o Panteão, nós os visitamos uma vez". "Aprecio a pintura, mas desconheço os pintores (...), ouço falar de Goya, Pirandello, Miguel Ângelo, de pessoas desse tipo". Sua mulher, um pouco incomodada por vê-lo confessar assim sua falta de interesse, chama sua atenção para o seguinte: "Ah! Mas, você apreciava Miguel Ângelo; mesmo assim, você gostou da Capela Sixtina". Então, ele acrescentou: "Gosto muito desses quadros porque isso representa algo. Mas quando você vê quatro traços de lápis e as pessoas compram isso por preços malucos, eu, pessoalmente, se os encontrasse, iria colocá-los no lixo... E, afinal de contas, ficamos com medo de sermos enganados".

Aqueles que acreditam na existência de uma “cultura popular”, verdadeira aliança de palavras através da qual se impõe, independentemente de nossa vontade, a definição dominante da cultura, devem perder a esperança de encontrar, se procederem a uma verificação mais sutil, algo além dos fragmentos dispersos de uma cultura erudita, mais ou menos antiga (à semelhança dos saberes “na área da medicina”), selecionados e reinterpretados, evidentemente, em função dos princípios fundamentais do *habitus* de classe e integrados na visão unitária do mundo que ele engendra e não a contra-cultura invocada por eles, cultura realmente erguida contra a cultura dominante, cientemente reivindicada como símbolo de estatuto ou profissão de existência separada.

Se não existe arte popular no sentido de arte da classe operária urbana é, talvez, porque esta classe, por um lado, conhece apenas as hierarquias, todas negativas, que se medem pela distância da miséria e da insegurança absolutas do subproletariado, por outro, permanece definida fundamentalmente pela relação de desapaosado com possuidor que a une à burguesia, tanto em matéria de cultura quanto em outros aspectos.²⁴ O que se entende comumente por arte popular, ou seja, a arte das classes camponesas das sociedades capitalistas e pré-capitalistas, é o produto de uma intenção de estilização que é correlata da existência de uma hierarquia: os grupos insulados relativamente autônomos com base local têm também sua hierarquia do luxo e da necessidade, cuja reduplicação ocorre através da expressão das marcas simbólicas, tais como vestuário, móveis e jóias. Neste ponto, também, a arte marca diferenças que ela pressupõe. Não é por acaso que o único domínio da prática das classes populares em que o estilo em si tem acesso à estilização é o da linguagem, com a *gíria*, idioma de chefes e “maiorais”, que contém a afirmação de uma contra-legitimidade, por exemplo, pela intenção de escárnio e dessacralização dos “valores” da moral e da estética dominantes.

Esquece-se que a lógica específica da dominação cultural faz com que o mais completo reconhecimento da legitimidade cultural possa coexistir e, muitas vezes, coexista com a contestação mais radical da legitimidade política. Mais ainda, a tomada de consciência política é, quase sempre, solidária com relação a um verdadeiro empreendimento de reabilitação e restauração da auto-estima que, passando por uma reafirmação, vivenciada como libertadora (o que ela é, também, sempre), da dignidade cultural, implica uma forma de submissão aos valores dominantes e a alguns dos princípios em que a classe dominante baseia sua dominação, por exemplo, o reconhecimento de hierarquias associadas aos diplomas escolares ou às capacidades que, supostamente, são garantidas pela Escola.

Somente uma pesquisa especial poderia estabelecer, de maneira indiscutível, o vínculo que une, no âmago da classe operária, a posição nas relações de produção, a consciência política e a relação com a cultura. Mas, sabe-se, por um lado, que a parcela dos sindicalizados passa de 23% entre os trabalhadores braçais para 29% entre os operários sem qualificação e 30% (dos quais 24% na *Confédération générale du travail*) entre os operários com qualificação, recaindo para 18% entre os chefes de equipe e os técnicos; neste caso, a relação entre o nível de instrução e a taxa de sindicalização é debilitada pelo fato de que os chefes de equipe, mais instruídos, são também menos

sindicalizados (cf. G. Adam, F. Bon, J. Capdevielle e R. Mouriaux, *L'ouvrier français em 1970*, Paris, Armand Collin, 1971). E, por outro, à semelhança do que ocorre com o nível de instrução, que o conhecimento da cultura dominante cresce também com a posição na hierarquia profissional. Os operários com qualificação e os contramestres, mais velhos e um pouco mais escolarizados que os operários sem qualificação e os trabalhadores braçais, manifestam uma competência cultural ligeiramente superior: entre eles, apenas 17,5% não chegam a conhecer o nome de duas obras de música contra 48,5% dos segundos que, em uma proporção bastante elevada, se abstêm de responder às questões sobre pintura e música; com maior frequência, eles citam os pintores canônicos, Da Vinci (38% contra 20%), Watteau, Rafael, ao passo que os operários sem qualificação identificam, praticamente ao acaso, nomes conhecidos, tais como Picasso, Braque, Rousseau, confundindo, sem dúvida, o fiscal de alfândega com o escritor.²⁵ E, sobretudo, enquanto os operários sem qualificação e os trabalhadores braçais admitem, facilmente, que não se interessam pela pintura ou acham que a “grande música” é “complicada”, os operários com qualificação, mais submissos à legitimidade cultural, reconhecem-se de maneira mais freqüente em uma profissão de reconhecimento, acompanhada por uma confissão de ignorância (“aprecio a grande música, mas não a conheço” ou “a pintura é bela, mas é difícil”).²⁶

Assim, tudo leva a pensar que a fração mais consciente da classe operária permanece profundamente submissa, em matéria de cultura e de linguagem, às normas e aos valores dominantes; portanto, profundamente sensível aos efeitos de imposição da autoridade que pode ser exercida, inclusive em política, por qualquer detentor de uma autoridade cultural sobre aqueles a quem o sistema escolar – esse é um dos efeitos sociais do ensino primário – inculcou um reconhecimento sem conhecimento.

Cultura e política

Sem dúvida, a maneira mais radical de apresentar o problema da política consiste em formular, neste terreno, a questão enunciada por Marx e Engels quando, a partir de uma análise da concentração da capacidade de produção artística entre as mãos de alguns indivíduos e do desapossamento correlato – ou, até mesmo, consecutivo – das massas, eles imaginam uma sociedade (comunista) em que “não há pintores, mas, no máximo, homens que, entre outras atividades, se dedicam também à pintura”¹ e em que, graças ao desenvolvimento das forças produtivas, a redução geral do tempo de trabalho – correlata de uma diminuição global e de uma distribuição igual – permite deixar “suficiente tempo livre a todos para participarem nas questões gerais da sociedade, *tanto teóricas quanto práticas*”.² “Não há políticos, mas, no máximo, homens que, entre outras atividades, se dedicam à política”: neste domínio como alhures, a utopia encontra sua justificativa científica – e, sem dúvida, política – na demolição das evidências operadas por ela e que obriga a revelar os pressupostos da ordem corrente. De fato, embora sua aparente generosidade a oponha diametralmente às denúncias elitistas do sufrágio universal às quais haviam se submetido, de bom grado, os intelectuais e os artistas de uma outra época, a complacência populista que atribui ao povo o conhecimento infuso da política não contribui menos para *consagrar*, dissimulando-a em vez de enunciá-la – ou denunciá-la – a “concentração em alguns indivíduos” da capacidade de produção do discurso sobre o mundo social e, por conseguinte, da capacidade de ação *consciente* sobre esse mundo. O paradoxo utópico quebra a doxa: ao imaginar um mundo social em que fosse possível a plena realização de “todo o homem no qual dormita um Rafael” da pintura ou da política, ele obriga a perceber que a concentração dos instrumentos – incorporados ou objetivados – de produção em matéria de política é apenas menor que em matéria de arte e impede de esquecer todos os Rafaéis que os mecanismos responsáveis por esse monopólio mantêm adormecidos, aliás, em melhores condições que todos os “aparelhos ideológicos do Estado”.

Se nos limitássemos a emprestar ao povo idealizado um conhecimento totalmente *prático*, não propriamente do mundo social enquanto tal, mas, pelo menos, de sua posição e de seus interesses nesse mundo, ainda ficaria por examinar se e como esse *senso político* pode exprimir-se em um discurso conforme à verdade que ele contém no estado prático e, assim, tornar-se o princípio de uma ação *consciente*³ e, pelo poder de mobilização contido na explicitação, realmente *coletiva*; ou, para permanecermos mais perto da realidade, se ele é verdadeiramente a espécie de faro infalível em que, às vezes, o transformamos e que, no mínimo, permitiria identificar os produtos mais apropriados no *mercado* dos discursos produzidos e oferecidos pelos detentores dos instrumentos de produção de problemas e de opiniões legítimas.⁴

A ciência política registrou, há muito tempo, o fato de que uma parcela importante das pessoas entrevistadas “se abstinham” de responder às questões sobre a política e que essas “não-respostas” variavam de maneira significativa em função do sexo, idade, nível de instrução, profissão, lugar de residência e tendência política, mas sem tirar qualquer conseqüência disso e contentando-se em deplorar tal “abstenção” culpada. Bastaria observar que esse “público amorfo” vem, em grande parte, do que os outros designam por “povo” ou “massas” para suspeitar da função que ele desempenha no funcionamento da “democracia liberal” e de sua contribuição para a manutenção da ordem estabelecida. O abstencionismo é, talvez, menos uma falha do sistema que uma das condições de seu funcionamento como *sistema censitário irreconhecido*, portanto, reconhecido.

É a própria noção de “opinião pessoal” que deve ser questionada: ao intimar todas as pessoas entrevistadas, sem distinção, a produzir uma “opinião pessoal” – intenção evocada pelas fórmulas utilizadas pelos questionários: “segundo você”, “em sua opinião”, “e você, o que pensa a esse respeito?” – ou escolher por seus próprios meios, sem qualquer assistência, entre várias opiniões preparadas antecipadamente, a sondagem de opinião aceita implicitamente uma filosofia política que, além de transformar a escolha política em um *juízo* propriamente político, implementando princípios políticos para responder a um problema apreendido como político, reconhece a todos não só o direito, mas o poder de produzir tal juízo. Uma história social da noção de “opinião pessoal” mostraria, sem dúvida, que essa invenção do século XVIII enraíza-se na fé racionalista segundo a qual a faculdade de “julgar corretamente”, como dizia Descartes, ou seja, discernir o bem do mal, o verdadeiro do falso por um sentimento interno, espontâneo e imediato, é uma aptidão universal de aplicação universal (como a faculdade de julgar esteticamente, segundo Kant) – mesmo que sejamos levados a aceitar, sobretudo, a partir do século XIX, que a instrução universal é indispensável para fornecer a essa aptidão seu pleno desenvolvimento e fundar realmente o juízo universal, o sufrágio universal. A idéia de “opinião pessoal” deve, talvez, em parte, sua evidência ao fato de que, construída contra a pretensão da Igreja ao *monopólio* da produção legítima dos julgamentos, dos instrumentos de produção dos julgamentos e dos produtores de julgamentos, e inseparável da idéia de *tolerância* – ou seja, da contestação de toda *autoridade* em nome da convicção de que, nessas matérias, todas as opiniões, seja qual for seu produtor, são equivalentes – ela exprime, desde a origem, os interesses dos intelectuais, pequenos produtores independentes de opiniões, cujo papel se desenvolve paralelamente à constituição de um campo de produção especializado e de um mercado para os produtos culturais e, em seguida, de um subcampo especializado na produção das opiniões políticas (com a imprensa, os partidos e todas as instâncias representativas).

O fato de produzir uma resposta a um questionário sobre a política, como o fato de votar ou, em outro nível de participação, de ler um jornal de opinião ou aderir a um partido, é um caso particular de encontro entre uma oferta e uma demanda: por um lado, *o campo de produção ideológica*, universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define *o campo do pensável politicamente* ou, se quisermos, *a problemática legítima*²; por outro, agentes sociais que ocupam posições diferentes no campo das relações de classes e definidos por uma *competência política específica* em maior ou menor grau, ou seja, por uma

capacidade maior ou menor para reconhecer a questão política como política e tratá-la como tal, fornecendo-lhe uma resposta do ponto de vista político, ou seja, a partir de princípios propriamente políticos – e não éticos, por exemplo –, capacidade que é inseparável de um sentimento mais ou menos vivo de ser *competente* no sentido pleno da palavra, ou seja, socialmente reconhecido como habilitado a ocupar-se das questões políticas, dar uma opinião a propósito dessas questões ou, até mesmo, modificar seu curso. De fato, pode-se supor que a competência no sentido de capacidade técnica – cultura política – varia como a competência no sentido de capacidade socialmente reconhecida, de atributo e de atribuição estatutários, cujo avesso é, ao mesmo tempo, incapacidade e exclusão objetiva (“isso não é comigo”) e subjetiva (“isso não me interessa”).⁶

Censo e censura

Levar a sério as não-respostas e suas variações, aliás, a informação mais importante fornecida pelas pesquisas de opinião, é perceber que a probabilidade vinculada a determinada categoria para manifestar esta ou aquela opinião – e que se revela através da *freqüência* com a qual os membros dessa categoria escolhem esta ou aquela das opções propostas – não passa de uma *probabilidade condicional*, probabilidade para que uma eventualidade se produza com a condição de que seja realizada outra eventualidade, no caso particular, a produção de uma opinião, em vez da ausência pura e simples de resposta. É impossível interpretar adequadamente as opiniões registradas, ou seja, tornadas explícitas, a não ser com a condição de ter em mente que, em sua existência e significação, elas dependem da probabilidade (*absoluta*) de produzir uma opinião que varia – de maneira, pelo menos, tão significativa quanto a probabilidade condicional de produzir esta ou aquela opinião particular – segundo as propriedades dos respondentes e, também, segundo as propriedades da questão ou, mais exatamente, segundo a relação entre as propriedades da questão e as propriedades dos respondentes: maior para um homem que para uma mulher, ela será tanto mais forte quanto mais jovem for o respondente, quanto mais populosa for sua cidade de residência (e, sobretudo, Paris) e quanto mais importante for seu capital escolar (avaliado pelo diploma) e seu capital econômico (avaliado pela renda), e quanto mais elevada for sua posição social; as variações associadas a tais variáveis serão tanto mais marcantes, quanto maior for a distância dos problemas em relação à experiência, quanto mais abstratos e cortados forem das realidades comuns, no conteúdo e na expressão – e, também, mas em segundo plano, quanto mais recente tiver ocorrido sua aparição no campo da produção ideológica – e quanto maior for a insistência com que invocarem uma resposta engendrada a partir de princípios propriamente políticos (o que se assinala através da sintaxe e do próprio léxico da questão).

Tudo se passa como se os agentes mais “legítimos”, ou seja, os mais competentes no duplo sentido, fossem e se sentissem tanto mais legitimados, ou seja, inclinados e, ao mesmo tempo, chamados a opinar, quanto mais “legítimo” fosse o problema suscitado. Assim, observa-se que os incapazes de responder à questão de seu pertencimento ou de sua preferência política – ao designarem o partido do qual se sentem mais próximos – são os mais propensos a deixar sem resposta, também, as outras questões. E isso ocorre com uma freqüência tanto maior quanto mais claramente a questão formulada estiver situada no registro

da política profissional: os entrevistados, classificados no “público amorfo” pela SOFRES, respondem com uma freqüência tão grande (81%) quanto a daqueles que afirmam estar próximos da extrema esquerda (91%), da esquerda (90%), do centro (86%), da direita (93%) ou da extrema direita (92%) quando lhes é perguntado se a França deveria ajudar os “países pobres”; ao contrário, quando lhes é perguntado se ela deveria interessar-se pelos países que têm um “regime democrático”, os primeiros respondem nitidamente com uma freqüência menor (51%) que a daqueles que afirmam estar próximos da extrema esquerda (76%), da esquerda (67%), do centro (75%), da direita (70%) ou da extrema direita (74%).⁷

Para validar completamente essas proposições baseadas na análise secundária das distribuições das não-respostas e respostas a questões formuladas por diferentes institutos de pesquisa, entre 1960 e 1976, seria necessário proceder a uma pesquisa que fizesse variar sistematicamente o *objeto* e a *forma* dessas questões, desde os problemas de política externa – por exemplo, que, além de serem estranhos à experiência concreta, são vivenciados como inacessíveis a qualquer ação política concebível – até os problemas mais cotidianos, invocando as respostas éticas da existência comum, ou os mais diretamente enraizados na experiência política ou sindical, como tudo o que concerne aos salários, relações de trabalho, sindicatos; e, desde as formulações mais abstratas da “politologia”, até as questões concretas que, às vezes, são o equivalente prático das precedentes. A reconstrução dessa espécie de questionário ideal só foi possível, com efeito, pela justaposição das questões extraídas de diferentes organismos. Ora, a taxa de não-respostas varia de acordo com o instituto de sondagem – segundo parece, a SOFRES obtém sempre, em igualdade de circunstâncias, taxas de não-respostas inferiores às do IFOP – e de acordo com a pesquisa (independentemente do assunto), ou seja, de acordo com as instruções fornecidas aos pesquisadores e de acordo com a propensão destes em aplicá-las. Em relação ao mesmo assunto, ela varia, também, de acordo com a conjuntura.⁸

Além disso, a ausência de resposta nem sempre é o produto de uma determinação negativa e, ao lado das não-respostas por falta de competência que são, sobretudo, analisadas aqui, convém contar também com as não-respostas eletivas, verdadeira *abstenção* em que se exprime o efeito da discordância com a resposta legítima que, por não ter a ousadia de se exprimir, é objeto de censura, de um conflito ético ou político que não oferece outra saída além do silêncio. Caso particularmente claro de censura, os agricultores e os pequenos empresários abstêm-se, em uma proporção importante – 17,1% e 15,8% contra 4,1% entre os empregados e quadros médios; 5,1% entre os quadros superiores e membros das profissões liberais; e 8% entre os operários –, de responder a uma questão sobre a fraude fiscal: “Em relação às declarações de imposto de renda, qual é a atitude, diante das três possíveis, que lhe parece ser a mais normal? Declarar escrupulosamente sua renda; declarar sua renda com omissões voluntárias; tentar subtrair o máximo possível de renda em sua declaração?” - IFOP, févr. 1969. Caso típico de conflito e de censura correlata, os quadros superiores abstêm-se, com uma freqüência relativamente elevada (22%, como entre os operários contra 19% entre os empregados e quadros médios, 27% entre os empresários e 41% entre os agricultores), de responder a uma questão sobre o papel dos sindicatos: “Aprova, ou não, o papel desempenhado, atualmente, na França, pelos sindicatos de assalariados?” - IFOP, abril 1969. E não teremos

o direito de ler a ambigüidade, até mesmo, a ambivalência, da relação mantida pelos camponeses com os operários e suas organizações na elevada taxa de abstenção que não pode ser imputada somente à incompetência já que, na mesma pesquisa, eles respondem com maior freqüência a uma questão sobre os movimentos estudantis, cujo desconhecimento se situa no mesmo plano (72% contra 59%)?

Do mesmo modo, um mal-estar traduz a distribuição típica dos membros de um grupo em três classes praticamente iguais, aqueles que escapam pela abstenção, aqueles que aprovam e aqueles que desaprovam: diante da questão sobre as relações entre os russos e os tchecos, colocada pelo IFOP em 1968 ("Pensa que os acordos de Moscou, assinados em 26 de agosto passado, entre russos e tchecos, são satisfatórios ou não para os tchecos?"), 37% dos entrevistados, que pensam votar no Partido Comunista, abstêm-se de responder, enquanto tais acordos são satisfatórios para 19% e insatisfatórios para 44%. Os entrevistados que pensam votar em outros partidos de direita ou de esquerda respondem com maior freqüência que os primeiros (somente 18% de não-respostas ao PSU; 22% entre os centristas; 26% entre os socialistas e radicais; 27% entre os simpatizantes da UDR [*Union des Democratres pour la République*]; e 32% entre os Republicanos Independentes) e, também, com uma maior freqüência que tais acordos são insatisfatórios (80% no PSU; 73% entre os centristas; 70% entre os socialistas e radicais; 69% na UDR; e 64% entre os Republicanos Independentes). Do mesmo modo, interrogados sobre a introdução da educação sexual na escola ("Aprova, ou não, a criação de cursos de educação sexual nas escolas?" - IFOP, 1966), 19% dos agricultores abstêm-se de responder (contra 11% dos empresários da indústria e do comércio; 9% dos operários, empregados e quadros médios; 7% dos quadros superiores e membros das profissões liberais); 33% declaram (apesar do efeito de imposição de legitimidade, sem dúvida, bastante forte no caso concreto) sua desaprovação em relação a tais cursos; e 48% afirmam sua aprovação (enquanto 74% dos quadros superiores e membros das profissões liberais declaram-se favoráveis a tais cursos, do mesmo modo que 72% dos operários, empregados e quadros médios, além de 60% dos empresários da indústria e do comércio).

Ocorre que é possível ter uma idéia bastante precisa do efeito próprio da relação entre a competência (no duplo sentido) do respondente, por um lado, e, por outro, o objeto e a forma da questão, ao examinar a maneira como as diferenças entre as taxas de não-respostas - por exemplo, para os homens e para as mulheres - variam em uma só e mesma pesquisa empreendida em fevereiro, de 1971, pela SOFRES sobre "a França, a Argélia e o Terceiro Mundo", ou seja, em um caso em que todas as circunstâncias podem ser consideradas como iguais. Constata-se, em primeiro lugar, que a resposta das mulheres é quase tão freqüente quanto a dos homens quando se pergunta se "a França faz um esforço suficiente ou insuficiente para permitir que os trabalhadores estrangeiros tenham uma moradia" (85% nos dois casos), "para fornecer-lhes uma formação" (70% contra 75%), "para acolhê-los com hospitalidade" (80% contra 83%), "para garantir-lhes um salário conveniente" (77% contra 83%), ou seja, outros tantos problemas que se prestam a uma leitura ética e para cuja solução, segundo a moral tradicional, a mulher tem competência. Em compensação, em relação aos homens, elas têm muito menos propensão em responder ao enfrentarem um problema mais propriamente político: é assim que 75% somente (contra 92% dos homens) respondem a uma questão sobre "a continuação da política de cooperação com a Argélia",

problema – de acordo com a própria questão – de política pura, tanto mais que as questões exteriores encontram-se mais afastadas da experiência concreta que a política interna, sobretudo, quando elas são abordadas, à semelhança do que se passa neste caso, fora de qualquer referência ética (“No que diz respeito às relações franco-argelinas, você julga desejável que a França prossiga uma *política* de cooperação com a Argélia?”). Basta, de fato, que o problema abstrato da cooperação seja deslocado para o terreno da ética – até mesmo, da caridade – atribuída às mulheres, especialistas do coração e da sensibilidade, pela divisão tradicional do trabalho entre os sexos (“Entre os diferentes grupos de países subdesenvolvidos, a França deveria manifestar, em sua opinião, um interesse particular pelos países *mais pobres?*”), para que as mulheres respondam em proporção igual à dos homens (ou seja, em 88% dos casos). Mas, se for reintroduzida uma indagação mais especificamente política ou politológica – e um vocabulário abstrato que evoca realidades diferentes para grupos diferentes – ao perguntar se a França deveria interessar-se “pelos países que têm um *regime democrático*”, a parcela das mulheres que respondem novamente diminui de forma considerável e cai para 59% contra 74% entre os homens.

Temos aí uma manifestação paradigmática dos efeitos da divisão do trabalho entre os sexos: os homens sentem-se tanto mais fortemente *intimados* – e não somente autorizados – a formular uma opinião, quanto mais intenso é o sentimento das mulheres de que estão dispensadas de expressá-la e mais *livres de delegar* essa tarefa e escolher por procuração. Ilustração do encargo – às vezes, insuportável, como é bem visível nas situações de pesquisa sobre a cultura – que implica, para os homens, dominados por sua dominação, a representação estabelecida da divisão do trabalho entre os sexos que é *tanto mais reconhecida e impositiva, quanto mais baixa a posição de alguém nas hierarquias do capital econômico e, sobretudo, cultural.*⁹

De maneira mais geral, quanto maior for a incidência da indagação sobre problemas que estejam relacionados com a existência cotidiana ou a vida privada, além de serem da alçada da moral doméstica, como tudo o que diz respeito à moradia, alimentação, educação das crianças, sexualidade, etc., tanto menor será a separação entre homens e mulheres, e entre os menos instruídos e os mais instruídos, chegando inclusive a anular-se: assim, por exemplo, a uma questão sobre a educação das moças,¹⁰ as mulheres respondem com uma pequena diferença em relação aos homens (93,9% contra 96%) e os menos instruídos um pouco mais que os mais instruídos (94,5% para o nível primário e 92,8% para o nível superior); questionados sobre a culinária, domínio socialmente atribuído à mulher, as mulheres respondem até mesmo de forma mais freqüente, muitas vezes, no conjunto, que os homens (98%, por exemplo, contra 94% a uma questão sobre os pratos preferidos) – se excetuarmos as questões sobre os vinhos, cujo conhecimento é um atributo masculino e tal questão em que os problemas culinários são levados para o terreno do universal (“Você diria que os franceses, *de maneira geral*, comem demais, normalmente ou não suficientemente?”: homens 98%, mulheres 96%).¹¹

Compreende-se, na mesma lógica, que os operários que, habitualmente, têm uma taxa de não-respostas particularmente elevada possam mostrar-se mais apressados em responder a questões sobre o papel do governo nos conflitos entre o patronato e os

trabalhadores (a parcela das não-respostas passam de 13% entre os operários para 18% entre os quadros e membros das profissões liberais; 19% entre os empregados e quadros médios; 25% entre os artesãos e comerciantes; e 31% entre os agricultores),¹² ou sobre os partidos e os sindicatos que defendem melhor os interesses dos assalariados (36,4% entre os operários; 37,6% entre os empresários; 38,9% entre os empregados e quadros médios; 40,1% entre os quadros superiores e membros das profissões liberais; 49% entre os agricultores).¹³ Pelo contrário, quanto maior for o grau em que a questão formulada é propriamente política ou politológica, ou seja, constituída como tal sem referência direta à experiência ou aos interesses próprios do grupo considerado, em seu objeto e em sua linguagem, tanto maior será a diferença entre homens e mulheres ou entre os mais instruídos e os menos instruídos: é assim que, em tal questão-limite do IFOP, sobre a relação entre “o conflito” do Oriente Médio e a “guerra” do Vietnã,¹⁴ a parcela das não-respostas atinge 40% entre as mulheres contra 21,8% entre os homens, e 40,6% para os entrevistados de nível primário contra 8,5% para os entrevistados de nível superior; ou que, em outra questão já

Tabela 28 – Variações da taxa de não-respostas segundo o sexo

“Existe, atualmente, na França, um grande número de trabalhadores estrangeiros; muitas vezes, eles são encarregados das tarefas mais penosas. Você pensa que a França faz um esforço suficiente ou insuficiente para...”

	suficiente	insuficiente	NR
permitir-lhes que encontrem uma moradia:			
- homens	30	54	16
- mulheres	27	57	16
fornece-lhes uma formação:			
- homens	34	41	25
- mulheres	31	39	30
acolhê-los com hospitalidade:			
- homens	47	36	17
- mulheres	40	40	20
garantir-lhes um salário conveniente:			
- homens	44	39	17
- mulheres	37	40	23

“No que diz respeito às relações franco-argelinas, você julga desejável que a França prossiga uma política de cooperação com a Argélia?”

	sim	não	NR
- homens	56	36	8
- mulheres	47	28	25

“Entre os diferentes grupos de países subdesenvolvidos, a França deveria, em sua opinião, interessar-se particularmente...”

	sim	não	NR
pelos países mais pobres:			
- homens	70	18	12
- mulheres	74	14	12
por suas antigas colônias:			
- homens	50	37	13
- mulheres	41	39	20
pelos países cuja política exterior é semelhante à da França:			
- homens	56	24	20
- mulheres	48	20	32
pelos países que têm um regime democrático:			
- homens	40	34	26
- mulheres	25	34	41

Fonte: SOFRES, *La France l'Algérie et le Tiers Monde*, févr. 1971. (As distribuições por nível de instrução não estão disponíveis).

citada, sobre o interesse dos acordos de Moscou para os tchecos, as parcelas correspondentes elevam-se a 44,6% e 21,1% e a 39,4% e 11%.¹⁵ Espécie de realização experimental da democracia eleitoral, a sondagem mostra que a antinomia entre o espontaneísmo democrático – que, sem distinção de sexo nem de classe, atribui a todos o direito e o dever de opinião – e o aristocratismo tecnocrático que os reserva unicamente aos “experts”, escolhidos por sua “inteligência” e “competência”, encontra sua solução prática nos mecanismos mediante os quais aqueles que, de qualquer modo, teriam sido excluídos pela seleção tecnocrática, são levados a se excluir “livremente” do jogo democrático.

Competência e incompetência estatutárias

As oportunidades de responder definem-se, portanto, em cada caso, na relação entre uma questão (ou, de forma mais geral, uma situação) e um agente (ou uma classe de agentes) definido por determinada competência – capacidade que, em si mesma, é proporcional às oportunidades de exercer essa capacidade. Seria mais compreensível “o interesse” ou “a indiferença pela política”, se fosse possível ver que a propensão para usar um “poder” político – o poder de votar, de “falar como político” ou de “fazer política” – é proporcional à realidade desse poder ou, se preferirmos, que a indiferença nada é além de uma manifestação da incapacidade.¹⁶

As taxas de não-respostas são, no conjunto, mais elevadas que na ordem da experiência corrente à qual ainda se refere a primeira questão, o que se compreende já que a pergunta incide sobre o sistema de ensino, instituição que parece ser tanto mais incontrolável, quanto menos diplomado é o respondente. Nessa região intermediária, entre o doméstico e o político, é possível ver as taxas de não-respostas aumentar à medida que a indagação se afasta da ordem da moral – evocada, nas questões, por palavras eticamente conotadas: “mérito”, “conscientiosamente”, “severos” – para avançar em direção à política. A comparação das distribuições das duas últimas questões (e, em particular, o fato de que a diferença entre a taxa de não-respostas dos homens e das mulheres é mais elevada para a penúltima – 18,5% contra 32% – que para a última questão, 32,5% contra 42%) mostra que, neste caso, a propensão para responder ou abster-se ou, se preferirmos, a competência social pode ter dois princípios que podem ou não ser cumuláveis, a saber: a competência estatutária para julgar o sistema de ensino, conferida pelo diploma escolar, e a competência estatutária para julgar a política que depende *também* do sexo.

Essa é a única hipótese que permite compreender o fato – comumente aceito como óbvio – de que, à semelhança da propensão para responder, o interesse declarado pela política seja mais elevado entre os homens que entre as mulheres, elevando-se com o nível de instrução, a posição na hierarquia social, a idade e o porte da aglomeração de residência: segundo uma pesquisa do IFOP (*Sondages*, 1-2, 1969), a parcela daqueles que afirmam interessar-se muito pela política passa de 2% entre as pessoas de nível primário para 13% entre as pessoas com nível secundário e 34% para o nível superior; segundo Emeric Deutsch, Denis Lindon e Pierre Weill (*Les familles politiques aujourd'hui en France*, Paris, Ed. De Minuit, 1966, p. 104-105), as taxas correspondentes são de 6, 14 e 32% (a proporção para os homens é de 11% e de 5% para as mulheres). Do mesmo

modo, o interesse declarado pelos debates políticos ("Face à face") e outros programas dedicados a problemas políticos, econômicos e sociais, é mais elevado entre os homens que entre as mulheres, mais forte em Paris que nas pequenas cidades e entre os mais instruídos que os menos instruídos: a parcela daqueles que assistiram "freqüentemente" ou "de tempos em tempos" aos debates "Face à face" passa de 43,3% entre os sem diploma para 51,8% entre os detentores do CEP; 55,5% entre os detentores do brevê ou do CAP; e, por último, 65,7% entre os detentores do *baccalauréat* ou de um diploma de ensino superior. Por sua vez, a parcela dos espectadores de programas dedicados a problemas econômicos e sociais é de 34,8%, 47,8%, 55,8% e 65,7%, respectivamente (Secrétariat d'État à la Culture, *Pratiques culturelles des Français*, Paris, 1974, t. II, p. 28 e 29). De acordo com a mesma lógica, os homens afirmam, com maior freqüência que as mulheres, interessar-se muito pelos resultados das sondagens de opinião (26% contra 22%), os jovens mais freqüentemente que os mais velhos (26% dos que têm idade inferior a 49 anos contra 23% dos que possuem uma idade compreendida entre 50 e 64 anos, e 19% dos que têm 65 anos e acima), os quadros superiores e membros das profissões liberais com maior freqüência (32%) que os quadros médios e empregados (28%), os artesãos e pequenos comerciantes (27%), os operários (23%), os agricultores e assalariados agrícolas (17%) (SOFRES, *Sondage sur les sondages d'opinion*, nov. 1975). É também entre os quadros superiores e membros das profissões liberais que, de acordo com outra pesquisa realizada pela SOFRES em setembro de 1976, encontra-se a parcela mais elevada de indivíduos que afirmam estar mais dispostos para falar à sua volta sobre o programa de um partido, participar de passeatas e aderir ou dar dinheiro a um partido "pelo triunfo de suas idéias".

Convém estabelecer o paralelo destas regularidades com aquelas observadas no recrutamento e promoção do pessoal na área da política. Tudo contribui para confirmar, de fato, que as oportunidades de participar ativamente na política e ocupar funções importantes em um partido são, incomparavelmente, maiores quando se é um homem e

Tabela 29 – Variações da taxa de não-respostas segundo o nível de instrução

	primário	secundário	superior
Ser professor é uma boa profissão	10,5	9,8	11,4
Os professores têm mérito a exercer sua profissão nas condições atuais	11,2	8,3	4,1
Muitos professores, atualmente, não exercem conscienciosamente sua profissão	35,5	36,7	17,7
Os professores não são suficientemente severos com os jovens	21,6	16,9	8,3
Os professores, na França, têm férias demais	12,0	7,2	3,1
O salário dos professores é insuficiente	46,5	25,9	19,2
Os professores fazem política demais	32,3	17,6	12,4
Os professores estão mal preparados para exercer sua profissão	47,9	24,5	12,5

Fonte: IFOP, mars 1970.

Se eu estivesse mais bem informada...

Ou seja, eu poderia compreender, certamente, melhor, enfim, determinadas coisas, se eu estivesse mais bem informada. É tudo. Se eu estivesse mais bem informada, certamente, as coisas seriam diferentes. De fato, evito participar de reuniões e... Existem muitos outros meios, por exemplo, os jornais, a TV e o programa "À armes égales"* , se bem me lembro. Bem, tem de se acompanhar, é tudo muito parecido, é necessário ter tempo. É sobretudo isso, é o tempo que me faz falta. Caso contrário, se eu tivesse tempo, eu gostaria de me informar a respeito de tudo isso e ficar ao corrente de determinadas coisas e de tudo. Mas a verdade é que não tenho tempo. Se eu tivesse mais tempo, então, sim, eu me dedicaria a isso, tentaria conhecer certas coisas, enfim, acompanhar o que se passa. Ou seja, com mais informação, já se torna possível discutir mais com determinadas pessoas. Quando não se conhece muita coisa, fica-se um pouco à margem.

(Faxineira)

Naturalmente, é verdade que qualquer um pode dedicar-se à política. Mas, finalmente, é necessário, mesmo assim, certa instrução para dedicar-se à política. Em primeiro lugar, deve-se ir à escola, entende, para aprender muitas coisas.

(Servidora municipal)

se dispõe de um capital escolar mais importante: a porcentagem de mulheres é apenas de 1,8% na Assembléia Nacional e de 2,5% no Senado. Em todos os partidos, a parcela de mulheres é sempre muito mais reduzida entre os estados maiores que entre os delegados locais.¹⁷ As mulheres que, de acordo com as intenções de voto, representavam 50% do eleitorado potencial do Partido Socialista não constituíam mais que 1,5% dos delegados do Congresso desse partido, realizado em Nantes, em junho de 1977, e 30% dos efetivos das seções locais, em Paris. Elas são 31% dos militantes comunistas presentes nas conferências de seção da Federação de Paris, 29% dos delegados que exercem responsabilidades no Partido e 26% dos secretários de célula dessa Federação.

Do mesmo modo, os operários que representam 31% dos eleitores e 16% dos aderentes da UDR (17,6% dos aderentes, no departamento de Gironda) constituem 2% somente dos responsáveis e 1% somente dos deputados eleitos em 1968. Enquanto representam, segundo as intenções de voto, 36% do eleitorado socialista para a França inteira (que conta com 40% de operários) e 21,9% dos aderentes das seções, em Gironda (departamento que conta 34,2% de operários), estão quase ausentes das seções locais, em Paris (1,7%) e representam apenas 5% dos delegados do Congresso de Nantes, já citado, e 0% dos deputados em 1968. Mais representados que na população economicamente ativa entre os aderentes do PC (ou seja, por exemplo, para a Gironda,

* Programa político, transmitido pelo canal TF1 na terceira terça-feira de cada mês: duas personalidades de orientação ideológica diferente eram convidadas a expor, mediante o uso de todos os recursos da televisão, seu ponto de vista sobre um tema de interesse nacional. (N.T.)

53,8% contra 34,2% na população economicamente ativa), os operários são um pouco menos representados entre os delegados que exercem responsabilidades ou entre os secretários de células (ou seja, 17% em Paris contra 26% na população economicamente ativa parisiense) ou na Assembléia Nacional (37% em 1968 contra 40% na população economicamente ativa da França inteira).

Observa-se uma forte sobre-representação dos diplomados do ensino superior entre os políticos – embora o militantismo ofereça uma outra via de acesso para os detentores de um nível de instrução reduzido): em 1968, 67,5% dos deputados haviam empreendido estudos universitários e 14% de ensino secundário; por sua vez, entre os delegados do Partido Socialista, no Congresso Nacional de Grenoble (junho de 1973), 54,6% haviam freqüentado estabelecimentos de ensino superior, enquanto 23,3% possuem um nível de instrução de ensino secundário. Neste caso, tudo parece indicar que a posse de um importante capital escolar tende cada vez mais a constituir uma condição necessária para receber o mandato como delegado do Partido Socialista: dois terços dos deputados que aderiram ao PS, entre 1971 e 1973, haviam empreendido estudos no ensino superior contra 36,4% somente dos aderentes antes de 1968. O acesso para os deputados às “funções dirigentes” (Diretório da Assembléia Nacional, das Comissões, etc.) depende do volume de capital escolar – entre os delegados socialistas, 64% dos “dirigentes” fizeram estudos superiores contra 31% dos “não-dirigentes” – ou, então, nos partidos em que a maioria dos deputados havia empreendido estudos no ensino superior, da espécie de capital escolar possuído (estudos de direito ou letras foram feitos com maior freqüência pelos deputados “dirigentes” do PDM [*Progrès et Démocratie Moderne*] ou da URD que pelos “não-dirigentes”).

Portanto, na relação bastante estreita que se estabelece entre o capital escolar e a propensão para responder aos problemas mais propriamente políticos, seria ingênuo ver um efeito simples e direto da distribuição desigual da competência especificamente política, definida, no sentido restrito, pela posse de conhecimentos eruditos e práticas necessárias para produzir ações e julgamentos propriamente políticos – e, sobretudo, talvez, pelo domínio da linguagem propriamente política –, capacidades a respeito das quais tudo permite supor que variem como o capital escolar.

Convidados a agrupar, de acordo com seu desejo, um conjunto de movimentos, agrupamentos ou partidos políticos, os entrevistados constituem, de maneira geral, um número tanto mais elevado de classes, quanto mais elevada é sua posição social ou mais importante é seu capital escolar: a maior parte daqueles que têm um nível de estudos inferior ao *bac* constituem, no máximo, quatro grupos, enquanto os mais diplomados chegam a cinco ou acima; 25% daqueles que têm um diploma superior à *licence* constituíram, no mínimo, nove grupos (desempenho observado apenas excepcionalmente entre os titulares do CEP ou CAP e nunca entre os não-diplomados). A aptidão para operar classificações mais sutis, a propensão para fazer comentários sobre as classificações operadas e, sobretudo, para atribuir nomes ou qualificativos às classes constituídas varia de forma ainda mais forte segundo a posição social, o capital escolar e a *origem social*.¹⁸

Uma tomada de consciência

Para começar, em primeiro lugar, quando me casei, eu não tinha opiniões bem definidas, eu vinha da Bretanha, certo, eu sentia muitíssimo bem que havia problemas e depois, hein, eu sentia isso, mas não conseguia defini-los. Casei-me com um comunista sem me dar conta do que estava fazendo. No início, você entende, quando eu via a edição de *L'Humanité-Dimanche*, eu chegava em casa e ficava furiosa. Você entende, eu não ligava para esse jornal, durante vários meses, deixei-o de lado. E depois, aos poucos, você entende, fui obrigada a reconhecê-lo, você entende, que ele tomava posições, talvez, um tanto rígidas, mas que na realidade eram válidas. Meu marido era sindicalista, portanto, eu tinha de me relacionar com um sindicalista; e depois, tive 1, 2, 3 filhos e, em seguida, você entende, passei por algumas dificuldades, como todo o mundo, aos poucos; algumas delas foram bem difíceis porque, ainda por cima, eu havia assumido o encargo de minha mãe. Meu marido é um operário, bom, é isso, você entende, fiquei conhecendo os problemas dos operários. E depois, tomei posição bem definida no momento da Guerra da Argélia, você entende, reconheci até mesmo que ocorreram coisas monstruosas, contra as quais a gente havia sempre lutado. A gente havia considerado sempre que essa guerra não tinha sentido e foi aí, realmente, que fiquei compreendendo a luta do partido. Foi sobretudo quando ocorreu o caso de Charonne*, você entende? Então, senti-me completamente enojada porque, você entende, consegui convencer meu marido a ficar em casa, nessa tarde; senão, ele poderia ter sido uma das vítimas.

(Costureira, mulher de torneiro, 42, comunista)

Semelhante leitura, favorecida por todas as aparências, limitar-se-ia a registrar duas representações contrastantes e complementares da divisão do trabalho político: a representação tecnocrática confinada à competência técnica tal como é definida pela condição de acesso às "responsabilidades políticas" ou às escolhas políticas "responsáveis"; e a representação complementar, baseada no sentimento da incompetência e da incapacidade, que leva os mais desprovidos, do ponto de vista econômico e cultural, a recorrer aos "experts" ou à crença na criptocracia, essa outra maneira de superestimar as outras classes. Como todo registro do dado tal como ele se dá, esta constatação da aparência teria o efeito de impedir a busca dos fundamentos objetivos de tais representações e, mais precisamente, na realidade da divisão do trabalho político, a procura da verdade das representações dessa divisão do trabalho. De fato, neste domínio assim como alhures, a relação entre a realidade e as representações estabelece-se por intermédio das disposições que são a forma incorporada das oportunidades associadas a determinada posição na divisão do trabalho. A competência "técnica" depende, fundamentalmente, da competência social

* Referência aos acontecimentos de 8 de fevereiro de 1962 que provocaram a morte de nove pessoas (todas filiadas à CGT e, exceto uma, ao PCF) em uma das bocas da estação de metrô "Charonne", em Paris, na seqüência de uma passeata organizada pelo Partido Comunista Francês e por outros grupos de esquerda em favor da independência da Argélia. (N.T.)

e do sentimento correlato de ser estatutariamente fundamentado e convocado a exercer essa capacidade específica, portanto, a detê-la, por intermédio da propensão para adquiri-la que é função da capacidade e da necessidade socialmente reconhecidas para proceder a tal aquisição. Ou dito em outras palavras, para compreender a relação entre o capital escolar e a propensão para responder às questões políticas, não basta levar em consideração a capacidade de compreender o discurso político, de reproduzi-lo, até mesmo, de produzi-lo, que é garantida pelo diploma escolar; convém fazer intervir, também, o sentimento – autorizado e incentivado do ponto de vista social – de ter bons motivos para dedicar-se à política, de ser autorizado a falar de política, de ter autoridade para falar politicamente das coisas políticas, implementando uma cultura política específica, ou seja, princípios de classificação e de análise explicitamente políticos, em vez de responder pontualmente a partir de princípios éticos.¹⁹ Em seu princípio, o efeito do diploma escolar não é assim tão diferente quanto possa parecer do efeito do estatuto sexual: nos dois casos, está em jogo tanto um direito estatutário sobre a política, quanto uma simples cultura política, condição de exercício desse direito do qual se dotam aqueles que se sentem com direito de exercê-lo. A competência técnica é para a competência social o que a capacidade de falar é para o direito à palavra, ou seja, uma condição de exercício e, ao mesmo tempo, um efeito. O efeito de marcação produzido pela imposição de propriedades, tais como o estatuto escolar ou a identidade sexual, impõe-se tanto ao indivíduo marcado, intimado deste modo a estar à altura de sua definição social, quanto aos outros, que esperam que ele realize sua essência (a tradução psicossociológica desta relação é, particularmente, visível nas relações no interior do casal). Eis porque a competência no sentido de cultura específica está com a competência no sentido de propriedade estatutária na relação da existência com a essência: somente aqueles aos quais cabe possuí-la podem realmente adquiri-la e somente aqueles que estão habilitados a possuí-la sentem o dever de adquiri-la.

Pretende-se ver um começo de prova dessas análises no fato de que as mulheres, em igualdade de circunstâncias – e, em particular, no capital escolar –, distinguem-se menos dos homens no terreno da estrita competência técnica que *em sua maneira de afirmá-la*. Assim, as mulheres dotadas de um capital escolar igual constituem, praticamente, o mesmo número de classes no interior do universo dos movimentos e partidos políticos, além de atribuírem com uma freqüência bastante semelhante designações a essas classes. Por sua vez, os homens – sem dúvida, em parte, porque a política é de sua alçada e porque seus investimentos são mais importantes neste terreno – conhecem um maior número de nomes de políticos que as mulheres, sabem com maior freqüência o grupo, partido ou movimento a que eles estão vinculados, podem afirmar com uma freqüência um pouco maior o nome e a tendência política do deputado de sua circunscrição. Mas, é sobretudo quando se trata de afirmar socialmente essa competência que a diferença salta aos olhos: em um nível de instrução igual, e em relação aos diferentes problemas propostos, as mulheres afirmam, em número superior aos homens, que não sabem se esses problemas são políticos ou não;²⁰ elas confessam com maior freqüência que não sabem quem é Philippon, ao passo que os homens estão mais inclinados a dissimular tal ignorância; elas contentam-se com maior freqüência em indicar uma zona na escala política, enquanto os homens tendem a situar-se em um ponto bem definido.

Sobretudo, elas estão prontas com maior freqüência a reconhecer que a política é um assunto de especialistas. Por último, elas são nitidamente mais numerosas a reconhecer sua confusão para escolher um candidato no momento do voto. Além de terem maior tendência para delegar a outros – e, sem dúvida, em primeiro lugar, ao marido – sua capacidade de escolha política, as mulheres parecem ter a respeito da política uma visão mais local e, também, mais moral e sentimental que os homens: assim, em todos os níveis, elas são um pouco mais numerosas que os homens a considerar que a ajuda aos deficientes físicos é um problema político; e, ao contrário, um pouco menos numerosas a julgar que o mesmo ocorra com o voto nas eleições legislativas ou municipais, ou com uma coleta em favor do Vietnã.

Assim, neste caso, as variações das não-respostas segundo o sexo, o capital escolar ou a classe social, ou seja, de um modo geral, segundo as oportunidades de deter algum poder, seja em que campo for, servem para testemunhar que a competência política no sentido de capacidade socialmente reconhecida é uma das aptidões que só se detém na medida em que se tem o direito ou o dever de detê-las; e as variações observadas, também, em igualdade de circunstâncias, segundo a saturação da questão em indícios de conformidade às normas do discurso político despolitizado – neutralidade estilística, eufemismos, etc. – servem para confirmar a contribuição dos doxósofos, eruditos aparentes e eruditos de aparência, para impor limites de competência quando, ao imporem à interrogação e à análise as aparências que contribuem para colocá-las fora de alcance, eles fortalecem o sentimento de indignidade entre os “incompetentes”.

O país legal

A propensão para tomar a palavra, até mesmo, da maneira mais rudimentar – ou seja, produzir um sim ou um não, ou inscrever uma cruz diante de uma resposta pré-fabricada – é estritamente proporcional ao sentimento de ter o direito à palavra. Nada o demonstra melhor que a composição da amostra, chamada espontânea, das pessoas que, ao responder a uma “consulta nacional” sobre o sistema de ensino – realizada, após 1968, com a colaboração da imprensa –,²¹ afirmaram-se como *partes integrantes*, com direito não só a exprimir uma *opinião autorizada e fazendo autoridade*, mas também a assumir a palavra performática de um grupo de pressão legítimo:²² a *opinião mobilizada* – na lógica da petição – a propósito da educação coincide, praticamente, com a população dos utilizadores do ensino superior. A probabilidade de que um agente isolado, sem qualquer delegação, tenha acesso a uma opinião explícita e coerente sobre o sistema de ensino, tem a ver com o grau em que depende dele para sua reprodução e em que, do ponto de vista objetivo e subjetivo, está *interessado* por seu funcionamento.

Como se a propensão para pesar no destino da instituição fosse tanto mais intensa quanto maior é o peso do indivíduo, este se presta tanto mais facilmente a responder a uma consulta sobre o ensino superior quanto mais arraigado é seu sentimento em relação à legitimidade para falar a esse respeito e quanto mais diretamente interessado está no funcionamento desse sistema.²³ É assim que a probabilidade de responder – nitidamente

mais forte para os homens que para as mulheres (as quais, além disso, tendem a exprimir-se como “mãe do aluno”, em vez de porta-voz autorizado dos interesses de um grupo ou do interesse geral) e para os parisienses que para os interioranos – está, para uma determinada classe social, muito próxima de suas possibilidades objetivas de levar os filhos a ter acesso às *Grandes écoles* (isto é, praticamente igual a zero para camponeses e operários, ou seja, da ordem de 0,09 e 0,05 em 10.000; da ordem de 0,7 em 10.000 entre os artesãos e comerciantes; 0,9 entre os empregados; 3 entre os quadros médios; 19 entre os professores primários; 5 entre os industriais e grandes comerciantes; 11 entre os quadros superiores; 22 entre os engenheiros; 26 entre os membros das profissões liberais; 110 entre os professores do ensino secundário e superior – todos esses números foram obtidos através da relação estabelecida entre a população masculina de cada classe de respondentes e a fração correspondente da população economicamente ativa). Para os alunos e estudantes – cujas respostas são tanto mais freqüentes, quanto mais elevado é seu nível de estudos e mais elevada é a posição da instituição (liceu em vez de CES ou CET, *grande école* de preferência a faculdade) em que se encontram matriculados, ou residem em Paris, em vez do interior –, a probabilidade de resposta está estreitamente associada à origem social (2 a 3 vezes mais forte para um filho de industrial, quadro superior ou membro das profissões liberais que para um filho de operário quando se trata de estudantes; e tal intensidade aumenta para 6 vezes ao tratar-se de alunos).

É possível observar exatamente as mesmas tendências nas respostas suscitadas por diferentes questões formuladas por institutos de sondagem a propósito do sistema de ensino: de maneira geral, a parcela das não-respostas é mais elevada entre as mulheres que entre os homens; ou seja, em uma pesquisa sobre a lei de orientação (IFOP, oct. 1968), 29,7% contra 25,7%; em uma pesquisa sobre a seleção no ingresso à faculdade (IFOP, sept. 1968), 16,9% contra 11,2%; mas, 26% nos dois casos em relação a uma questão sobre a transferência do latim para a classe de 4^{ème}* (IFOP, sept. 1968); mais elevada entre os menos instruídos que entre os mais instruídos (ou seja, 32% do nível primário contra 15% do nível superior, 19% contra 6% e 35% contra 10%, respectivamente); e mais elevada entre os interioranos que entre os parisienses. Por sua vez, a parcela dos respondentes aumenta, também, à medida que se sobe na hierarquia social. O mesmo é dizer que a amostra espontânea é o *limite* para o qual tende a população dos respondentes de uma pesquisa efetuada a partir de uma amostra representativa ou, se preferirmos, que as respostas obtidas por uma pesquisa empreendida com uma amostra representativa constituem uma amostra espontânea que, apesar de não ser percebida como tal, é o produto de leis de construção totalmente semelhantes, em seu princípio, àquelas que são descritas aqui.

Os representantes de cada categoria são tanto menos representativos do grupo em seu conjunto quanto menos representada é a categoria de que fazem parte; além disso, o princípio subjacente é praticamente sempre a relação ao sistema de ensino (assim, 90,7% dos industriais e grandes comerciantes têm um diploma igual ou superior ao *baccalauréat* contra 11,3% somente entre a população economicamente ativa, do mesmo

* A classe de 4^{ème} corresponde, aproximadamente, à 7^a série. (N.T.)

Quantidade e qualidade

Seria arriscado, neste domínio, fazer prevalecer a noção de *quantidade* em relação à noção de *qualidade*. Impõe-se, segundo me parece, certa *competência* para proferir um julgamento objetivo sobre a questão.

(Professora *agrégée**, observação escrita à margem do questionário da AEERS)

modo que 28,7% dos artesãos e pequenos comerciantes contra 2,8% somente na população economicamente ativa). Observa-se, igualmente, que pelo fato de uma fração estar mais afastada do sistema de ensino, a maior frequência dos respondentes encontra-se na parcela da fração mais interessada por esse sistema, ou seja, aquela que, no momento da pesquisa, está em idade de ter filhos no ensino secundário ou superior: assim, 49,7% dos professores da amostra espontânea têm uma idade compreendida entre 35 e 54 anos contra 38,9% na população economicamente ativa; 69,7% dos membros das profissões liberais, cuja idade é compreendida entre 35 e 54 anos, na amostra espontânea, contra 53,5% na população economicamente ativa; 77,1% dos industriais e grandes comerciantes contra 50,7% somente na população economicamente ativa.

Deste efeito de superseleção, segue-se que as diferenças entre as classes e as frações – que, no interior das classes médias e da classe dominante, têm uma representação tanto mais importante quanto mais importante é seu capital cultural – estão reduzidas ao mínimo e, por conseguinte, o grau de acordo sobre os diferentes problemas propostos é, sem dúvida, maior que na população-mãe.²⁴ Se os professores são tão fortemente super-representados, é porque eles estão interessados e legitimados em vários aspectos. De fato, a hierarquia das probabilidades de aparição mostra que o efeito da legitimidade prevalece em relação ao efeito do interesse associado unicamente ao pertencimento: com efeito, a probabilidade de aparição das diferentes categorias de professores aumenta à medida que se sobe na hierarquia das instituições – ou seja, da ordem de 19 em 10.000 para os professores primários; de 34 para os professores do CET [Colégio de Ensino Técnico]; de 60 para os professores do CEG [Colégio de Ensino Geral]; de 199 para os professores de liceu; de 224 para os professores do ensino superior – e cresce, também, segundo o grau, no interior de cada instituição (passando de 58 em relação aos reitores para 175 em relação aos certificados e para 382 em relação aos *agrégés* e de 164 em relação aos assistentes do superior para 204 em relação aos mestres assistentes e para 320 em relação aos professores e mestres de conferência). Se os professores *agrégés* do ensino secundário e, sobretudo, os professores das disciplinas “clássicas” (latim, grego, francês, história e geografia) têm a propensão mais forte, entre todas as categorias, para responder é porque – mais legitimados, por exemplo, que os professores primários que, por sua vez, se encontram tão ligados ao sistema quanto eles – estão mais vinculados ao

* Título obtido depois de passar o concurso de “agrégation”, conferindo-lhe, portanto, a titularidade para ocupar o posto de professor de liceu ou de faculdade. (N.T.)

sistema de ensino que os professores de ensino superior que (com exceção dos professores das disciplinas literárias mais tradicionais, francês latim, grego e história, muito mais inclinados a responder que os professores das outras disciplinas e das outras faculdades) podem aplicar seus investimentos fora da instituição e não somente na pesquisa. É, talvez, também porque eles se sentiram – mais que todas as outras categorias – *questionados pela crise*.

Se os professores das disciplinas, outrora, dominantes no ensino secundário (latim, grego, francês e história) manifestam uma propensão, particularmente elevada, para responder – eles escreveram um grande número de livros ou artigos, depois de Maio de 1968 – é também porque a redefinição dos conteúdos da cultura legítima e das maneiras legítimas de transmiti-las, particularmente, no secundário, ameaça sua própria existência enquanto produtores – ou reprodutores – de produtos, cujo único mercado e cuja única razão de ser é o ensino secundário e os concursos de contratação que lhe dão acesso.

Mas o ensinamento essencial desta análise é que, ao impor a todos, uniformemente, problemas restritos a alguns, através de um procedimento tão irrepreensível quanto a aplicação de um questionário composto por respostas pré-formadas a uma amostra representativa, temos todas as possibilidades de produzir, artificialmente, um simples artefato ao promover a existência de opiniões não preexistentes à indagação e que, de outro modo, não teriam sido expressas ou, expressas de outro modo, ou seja, por intermédio de porta-vozes titulares, teriam sido completamente diferentes; opiniões que, de qualquer forma, teriam poucas oportunidades de se formular *espontaneamente*, de se *manifestar*, na medida em que a manifestação é uma das maneiras de emprestar força às opiniões *manifestando o grupo mobilizado por elas*. A opinião política não é um julgamento puro, nem puramente informativo, capaz de se impor pela força intrínseca de sua verdade, mas uma *idéia-força*, contendo uma pretensão tanto maior a se realizar, pela passagem ao ato, quanto mais numeroso e potente é o grupo que ela mobiliza por sua eficácia propriamente simbólica: ou, dito em outras palavras, ao trazer em seu bojo necessariamente o poder de mobilização e a pretensão para a existência, a opinião política é definida, tanto por seu conteúdo informativo, quanto pela energia em que se apóia sua existência como força propriamente política, embora seja ela que, em parte, faça existir essa energia ao mobilizar o grupo que a detém no estado potencial.

À palavra autorizada da competência estatutária, palavra poderosa, que contribui para fazer o que ela diz, responde o silêncio da incompetência não menos estatutária que, vivenciada como incapacidade técnica, condena à delegação, o *desapossamento irreconhecido e reconhecido* dos menos competentes em favor dos mais competentes, das mulheres em favor dos homens, dos menos instruídos em favor dos mais instruídos, daqueles “que não sabem falar” em favor daqueles “que falam bem”. Se a propensão para delegar a outros, reconhecidos por sua competência técnica, a responsabilidade pelos assuntos políticos varia em razão inversa do capital escolar possuído, é porque o diploma escolar (e a cultura, supostamente, garantida por ele) é tacitamente considerado – tanto por seus detentores, quanto pelos outros – como um diploma legítimo para exercer a autoridade. Por um lado, aqueles que admitem que a política não lhes diz respeito e que,

por serem desprovidos dos meios reais de exercê-los, abdicam dos direitos formais que lhes são reconhecidos. Por outro, aqueles que se sentem no direito de pretender manifestar a “opinião pessoal” ou, até mesmo, a opinião autorizada, atuante, que é o monopólio dos competentes: duas representações opostas, mas complementares da divisão do trabalho político que reproduzem nas disposições, práticas e discursos, a divisão objetiva dos “poderes” políticos entre as classes e os sexos, contribuindo, por conseguinte, para reproduzir tal divisão.²⁵ É assim que, atualmente, por uma dessas reviravoltas paradoxais que são costumeiras nestas matérias, a instrução – que, de acordo com a expectativa dos reformadores do século XIX, garantiria, acima de tudo, as condições do bom funcionamento do sufrágio universal ao produzir cidadãos capazes de votar (“o juiz, dizia Jules Simon, deve saber o que faz, esclarecer-se a si mesmo”) – tende a funcionar como um princípio de seleção, tanto mais eficaz por não ser imposto oficialmente, tampouco, tacitamente, que serve de fundamento e legitima a desigual participação na democracia eleitoral e, tendencialmente, *toda a divisão do trabalho político*.

A opinião pessoal

Em um de seus escritos, Nietzsche escarnece do culto escolar ao “jeito pessoal” e não seria um pequeno empreendimento proceder à descrição completa do conjunto dos mecanismos institucionais – e, em particular, intelectuais e escolares – que contribuem para incentivar *o culto e a cultura da “pessoa”,* ou seja, o conjunto de *propriedades pessoais,* exclusivas, únicas, originais, por exemplo, as “idéias pessoais”, o “estilo pessoal” e, acima de tudo, a “opinião pessoal”. Seria possível mostrar que a oposição entre o raro, o distinto, o escolhido, o único, o exclusivo, o diferente, o insubstituível, o incomparável, o original, por um lado, e, por outro, o comum, o vulgar, o banal, o qualquer, o ordinário, o médio, o habitual e o trivial, com todas as oposições aparentadas entre brilhante e fosco, fino e grosseiro, requintado e rude, elevado (ou realçado) e baixo, é uma das dimensões fundamentais – a outra se organiza em torno da oposição entre afortunado e pobre – do léxico da moral e da estética burguesas. Aqueles que, ao pretenderem apreender a contribuição que o sistema de ensino pode trazer à inculcação de uma visão do mundo social, limitam sua busca, a exemplo de um grande número de estudos sobre o conteúdo dos compêndios de história, às intervenções ideológicas mais diretas e visíveis ou, até mesmo, de acordo com a pesquisa alemã sobre os elementos fundamentais da imagem da história (*Geschichtsbild*), à filosofia elitista da história que está em ação no ensino dessa disciplina, deixam escapar, sem dúvida, o essencial:²⁶ de fato, qualquer instituição escolar, desde a organização estritamente individualista do trabalho que ela impõe até os esquemas classificatórios utilizados em suas operações de classificação e que privilegiam sempre o original em detrimento do comum, passando pelos próprios conteúdos que ela ensina e a maneira de ensiná-los, tende a fortalecer a inclinação para o individualismo ou egotismo, introduzidos no sistema pelos filhos da pequena e grande burguesias. A literatura “em que, de acordo com a afirmação de Gide em seu *Journal*, nada vale além do que é pessoal” e a celebração de que ela é objeto no campo literário e no sistema de ensino encontram-se, evidentemente, no centro do culto do ego em que a filosofia, quase sempre reduzida a uma afirmação altaneira da distinção do pensador, canta também sua parte. E tudo permite

Uma opinião bastante pessoal

Não me interessa por partidos. Em vez de votar por um partido, prefiro votar por um candidato. Um candidato sem partido seria ainda melhor.

Não tenho uma definição exata para o socialismo; trata-se de uma palavra utilizada demais, atualmente, que pretende dizer tudo e nada significa, portanto, não posso explicar-lhe como ele deve, ou não, ser construído, considerando que deixei de saber o que é agora. É algo demasiado maltratado!

Pessoalmente, acho que não conseguiria filiar-me a um partido. Eu seria incapaz de ter, logo de saída, as mesmas preferências. Minhas origens jansenistas e meu avô livreiro fazem com que eu me mantenha aberto a tudo e não consigo motivar-me por uma idéia geral; ou seja, aceito o que de há de bom, para mim, nos vários partidos. Agora, considerando que é a opinião bastante pessoal que conta, desconfio que seja impossível encontrar um partido que possa agrupar certos elementos de várias doutrinas que, para mim, não têm qualquer incompatibilidade.

(Contabilista)

augurar que a psicanálise que, apesar de descrever mecanismos genéricos, autoriza e incentiva a imersão na unicidade das experiências originárias – ao contrário da sociologia que não teria suscitado tantas resistências se ela não tivesse procedido à redução ao genérico, ao comum –, entrará na variante modernista desse culto.

Para justificar completamente a pretensão pequeno-burguesa em relação à “opinião pessoal”, conviria levar em consideração não só o fortalecimento exercido pelo sistema escolar ou pelas instituições de difusão, mas também as características específicas das condições sociais de produção do *habitus* de que tal pretensão é uma dimensão. Vê-se, de fato, que a reivindicação do direito à “opinião pessoal” e a desconfiança em relação a todas as formas de delegação, sobretudo, na política, inscrevem-se logicamente no sistema das disposições próprias a indivíduos, cujo passado e projeto baseiam-se na aposta da salvação individual, escorada nos “dons” e “méritos” pessoais, na ruptura das solidariedades enfadonhas, inclusive, na negação das obrigações incômodas, na escolha de privilegiar sistematicamente – tanto no habitat quanto no trabalho, tanto no lazer quanto na atividade mental – o privado, o íntimo (“em sua casa”) contra o que é público, coletivo, comum, qualquer, emprestado.²⁷ No entanto, as disposições ingenuamente “egoístas” dos pequeno-burgueses nada têm em comum com o sutil egotismo dos detentores dos meios de afirmar a unicidade de sua pessoa em todas as suas práticas e, em primeiro lugar, em sua profissão, *atividade liberal*, escolhida e dirigida livremente, em que se afirma, como se tratasse de sua única virtude, uma “personalidade” irredutível ao papel anônimo, impessoal, permutável com o qual os pequeno-burgueses ainda devem se identificar (“o regulamento é o regulamento”) para existir ou, no mínimo, para fazer reconhecer sua existência social, em particular, em seus conflitos com os burgueses.²⁸ E a prudência desconfiada que freia a delegação ou o alistamento nada tem em comum com a certeza de ser o melhor portavo de pensamentos e opiniões incomparáveis.

Um professor inclassificável

- O sr. podia situar-se na escala política?

Veja só, de novo, sou incapaz de responder a essa pergunta. Eu poderia dizer-lhe em que grupo votei, em determinada época.

- O sr. pode definir-se de outro modo?

Por intermédio desses movimentos? Veja só, onde coloca o gaullismo? Compete-me formular a pergunta. Existem gaullistas que afirmam ser de esquerda e outros que dizem ser de direita; houve um que, certa vez, fez tal afirmação (risos). É uma prova de coragem. Se levo em consideração meu boletim de voto, desde que atingi a maioria, já ocorreu que votei pela direita, votei também por Mendès-France e, muitas vezes, por De Gaulle. Neste caso, você pode atribuir-me a posição que lhe aprouver. Se, sob a ameaça de uma faca na garganta, eu fosse obrigado a escolher um partido político, antes de mais nada, eu recusaria fazer tal escolha; encontraria um motivo qualquer para evitá-la. Não, realmente não sei; o princípio dos partidos políticos não me satisfaz, você entende. Penso que se trata de um mal necessário como ocorre com um grande número de outras coisas; mas, pessoalmente, isso não me diz respeito. Posso eliminar certo número de coisas, você entende. Por eliminação, não sou comunista. Há, certamente, aspirações do tipo esquerdista, mendesista ou gaullista de esquerda que, afinal de contas, acabam sendo convergentes e não me são estranhas. E, por um lado, contraditoriamente, sou partidário de certa ordem: considero que, na desordem, é impossível fazer seja lá o que for. Em período normal, é claro. Por outro lado, não sou um homem do Centro. Quando considero que se deve tomar partido, eu topo. É difícil responder à sua pergunta, veja bem. Portanto, se quiser, atualmente, serei um pouco gaullista do primeiro período, o gaullismo da guerra, como já foi outrora minha opção. Em vez de um partido político, trata-se de certa filosofia. Isso não prova que... no movimento gaullista, eu não possa estar contra um grande número de coisas. É por isso que nunca chegarei a filiar-me a um partido.

(Professor universitário, Paris)

No fato de que os quadros superiores são mais numerosos a afirmar que, em matéria de informação política, eles depositam confiança, sobretudo, nos jornais (em 27% dos casos e 24% entre os quadros médios e empregados contra 14% dos agricultores, 11% dos operários, 8% dos artesãos e pequenos comerciantes) ou nos semanários (19% contra 7% dos quadros médios e empregados, 6% dos operários, 5% dos artesãos e pequenos comerciantes, além de 4% dos agricultores), pode-se ver uma manifestação da preocupação – que aumenta com o nível de instrução – para *ter uma opinião*, como se diz, ao recorrer ao instrumento mais específico e mais legítimo, ou seja, o jornal chamado de opinião, que pode ser escolhido em função de sua opinião por oposição à televisão ou ao rádio, isto é, “meios de comunicação de massa” que oferecem produtos “para todos” (SOFRES, *Télévision et politique*, mai 1976). E somos tentados a reconhecer uma

Creio que a política é uma luta. E, por isso, temos de ser muitos. É necessário contar com a massa.

(Faxineira, comunista)

Quando eles fazem greve para valer é porque têm uma verdadeira necessidade disso. Se as pessoas fazem greve não é por passatempo.

(Faxineira)

oposição da mesma estrutura no fato de que, para serem bem-sucedidos em suas reivindicações, os quadros superiores fazem apelo, com uma freqüência particular, à *diligência* junto a um serviço público, ao passo que os operários e empregados contam com a *greve* com maior freqüência que todas as outras categorias, enquanto os artesãos, pequenos comerciantes e quadros médios evocam, sobretudo, a *passeata*, mobilização repentina que não preexiste, nem sobrevive, à sua realização.

Mas, basta lembrar, mesmo sumariamente, as condições sociais da constituição da reivindicação da "opinião pessoal" e da realização dessa ambição para fazer ver que, contra a fé ingênua na igualdade formal diante da política, a visão popular é realista ao descortinar como única escolha, para os mais desprovidos, a demissão pura e simples, reconhecimento resignado da incompetência estatutária, ou a delegação total, entrega de si sem reservas designada, magnificamente, pela noção teológica de *fides implicita*, confiança tácita, entrega de si silenciosa, que escolhe sua palavra ao escolher seus porta-vozes.

Os modos de produção da opinião

De fato, nem todas as respostas exprimem opiniões; além disso, a possibilidade de que as respostas de determinado grupo sejam apenas não-respostas dissimuladas, concessões de complacência à problemática imposta ou discursos éticos ingenuamente recebidos como "opiniões pessoais" varia, sem dúvida, como as possibilidades de não-resposta que as caracterizam. A propensão e a aptidão para incluir os interesses e as experiências na ordem do discurso político, para procurar a coerência das opiniões e integrar o conjunto das tomadas de posição em torno de princípios explícitos e explicitamente políticos, dependem, de fato, muito estreitamente do capital escolar e, secundariamente, da estrutura do capital global, que aumenta como o peso relativo do capital cultural em relação ao capital econômico.²⁹

Não basta reconhecer as desigualdades de competência estatutária que constroem a lembrar as condições sociais de possibilidade do julgamento político; dissimula-se completamente o problema político mais fundamental, ou seja, a questão dos *modos de produção* da resposta a uma questão política ao aceitar o postulado intelectualista que toda resposta a uma questão política é o produto de um ato de julgamento e de um ato de julgamento propriamente político.³⁰ De fato, a resposta a uma pergunta que a aplicação da definição dominante da política leva a classificar como

política – por exemplo, a questão sobre as passeatas estudantis ou sobre o aborto – pode ser produzida segundo três modos de produção bastante diferentes. O princípio de produção da resposta pode ser o *ethos de classe*, fórmula geradora não constituída como tal que permite engendrar, sobre todos os problemas da existência corrente, respostas objetivamente coerentes entre si e compatíveis com os postulados práticos de uma relação prática com o mundo; ele pode ser, também, um “partido” político sistemático – no sentido em que se fala de um expediente artístico – ou seja, um sistema de princípios explícitos e especificamente políticos, passíveis do controle lógico e da apreensão reflexiva, em suma, uma espécie de axiomática política – na linguagem corrente, uma “linha” ou um “programa” – que permite engendrar ou prever, de forma exclusiva, a infinidade dos julgamentos e atos políticos inscritos no algoritmo; por último, ele pode ser o produto de uma *escolha em dois graus*, ou seja, da identificação, operada segundo o modo do saber, das respostas em conformidade com a “linha” definida por um partido político, no sentido, desta vez, de organização que fornece uma “linha” política sobre um conjunto de problemas que ele contribui para constituir como políticos. Assim, como veremos, a adesão implicada nesta delegação tácita ou explícita pode ter, por sua vez, como princípio, o reconhecimento prático operado pelo *ethos* ou a escolha explícita em função de um “partido”.³¹

Tudo opõe a *coerência intencional* das práticas e discursos engendrados a partir de um princípio explícito e explicitamente “político” e a *sistematicidade objetiva* das práticas produzidas a partir de um princípio implícito, portanto, aquém do discurso “político”, ou seja, a partir de esquemas de pensamento e de ação objetivamente sistemáticos, adquiridos por simples familiarização, fora de qualquer inculcação explícita, e acionados segundo o modo pré-reflexivo. Sem estarem vinculadas mecanicamente à situação de classe, essas duas formas de *disposição política* estão estreitamente associadas a ela por intermédio, principalmente, das condições materiais de existência – cujas urgências vitais se impõem com um rigor desigual, portanto, abonado desigualmente para “neutralizar” do ponto de vista simbólico – e da formação escolar capaz de proporcionar os instrumentos do controle simbólico da prática, ou seja, da verbalização e conceitualização da *experiência política*. A inclinação populista a atribuir às classes populares uma “política” (como alhures uma “estética”) espontaneamente e como que naturalmente dotada das propriedades incluídas na definição dominante da política ignora que o controle prático que se exprime nas escolhas cotidianas – suscetíveis ou não de serem constituídas como políticas por referência à definição dominante da política – encontra seu fundamento não nos princípios explícitos de uma consciência continuamente vigilante e universalmente competente, mas nos esquemas de pensamento e de ação implícitos do *habitus* de classe. Ou seja, se tivéssemos de nos limitar às fórmulas simplificadoras ou simplistas da discussão política, antes no inconsciente do que na consciência de classe.

Dei-me conta da política por ter sofrido quando ainda era menina, você entende?
(Servidora municipal, comunista)

Assim, ao confrontá-los com uma questão sobre a moral doméstica, ou seja, a educação sexual, que tende a se constituir como questão política através da institucionalização escolar, todas as categorias, com exceção dos quadros superiores, produzem respostas que, sendo orientadas pelo *ethos* de classe, são praticamente independentes das opiniões políticas declaradas: os agricultores são, por exemplo, os mais numerosos a julgar que não se deve falar de sexualidade às crianças ou que a educação sexual só deve ser dada depois dos 15 anos, ao passo que os empregados e quadros médios – impelidos pela boa vontade cultural a reconhecer, neste domínio como alhures, a norma dominante (evocada através da própria pergunta) – são mais numerosos a afirmar que tal educação deve ser dada antes dos 11 anos; em compensação, para as duas categorias, as variações segundo o pertencimento político permanecem pouco marcantes. Ao contrário, tudo parece indicar que as respostas dos quadros superiores e membros das profissões liberais exprimem, inseparavelmente, um *ethos* de classe que leva a certo laxismo pedagógico e a princípios explicitamente políticos: 80% daqueles que afirmam ser preferencialmente de esquerda pensam que se deve dar uma educação sexual antes dos 11 anos contra 50% daqueles que se dizem próximos do centro e 33% daqueles que afirmam ser de direita. Assim, vê-se que, de acordo com o que ficou demonstrado para a disposição estética “pura”, que leva a transformar cada escolha estética na manifestação de um “partido” estético, a propensão para operar as escolhas cotidianas a partir de princípios propriamente políticos, ou seja, na lógica do “partido” político e não da intuição ética, é, em si mesma, a dimensão de um *ethos* que se exprime também na relação com a linguagem, com o corpo, com os outros e com o mundo em geral.

De fato, os últimos dois modos de produção das opiniões distinguem-se do primeiro no sentido em que os princípios propriamente políticos de produção do julgamento político são levados ao nível explícito e constituídos como tais, pela instituição que superintende a produção e a gestão de tais princípios ou pelo agente político isolado que, proprietário de seus próprios instrumentos de produção das questões e respostas políticas, pode fornecer respostas sistemáticas e sistematicamente políticas a problemas aparentemente tão diferentes quanto a luta dos trabalhadores de Lip, a educação sexual ou a poluição. Nestes dois casos, a relação deixa de ser estabelecida diretamente, por intermédio unicamente do inconsciente de classe, entre a classe social e a opinião política: para compreender adequadamente as opiniões políticas e para encontrar sua completa justificativa, convém fazer intervir uma instância propriamente política, ou a “linha” política ou o “programa” do partido político assim investido, *de facto*, do monopólio da produção dos princípios de produção das opiniões políticas, ou a axiomática política que permite produzir uma opinião propriamente política sobre todos os problemas, sejam eles constituídos ou não politicamente.³² Ocorre que, para os problemas que não são constituídos como “partido” ou constituídos pelo partido, os agentes são remetidos ao *ethos* (pelo qual se exprimem as condições sociais de produção particulares das quais este *ethos* é o produto). O mesmo ocorre com os agentes comuns, mas também com os produtores profissionais, intelectuais, sociólogos, jornalistas ou políticos: na produção do discurso (científico ou qualquer outro) sobre o mundo social, assim como na definição de uma linha de ação política sobre esse mundo, é o *ethos* de classe que fica encarregado de suprir as insuficiências da axiomática

e do método (ou o controle insuficiente desses instrumentos de pensamento e de ação). O “obreirismo” dos partidos revolucionários encontra, sem dúvida, sua raiz nessa intuição da dualidade dos princípios de produção de opiniões e ações políticas, e em certo ceticismo, bem fundamentado, concernente à possibilidade de responder a todas as questões e a todos os desafios *práticos* da existência comum a partir unicamente dos princípios da axiomática política. De qualquer modo, a maior oposição se estabelece entre a sistematicidade consciente e quase forçada do “partido” político e a sistematicidade “em si” das práticas e dos julgamentos engendrados a partir dos princípios inconscientes do *ethos*; ou, ainda, entre a consciência mínima e, ao mesmo tempo, fundamental que é necessária para delegar a um partido a produção dos princípios de produção das opiniões políticas e a consciência sistemática que permite constituir toda situação como política e fornecer-lhe uma solução política engendrada a partir de princípios propriamente políticos. Se a consciência política sem as disposições é irreal e incerta, as disposições sem a consciência são opacas a si mesmas e, por conseguinte, vulneráveis ao desvio operado em favor dos falsos reconhecimentos.³³

Com maior frequência que todos os outros, os membros das profissões intelectuais (professores, pesquisadores, artistas) afirmam ser “partidários de ações revolucionárias”, hostis ao “autoritarismo” e em favor da “solidariedade de classe internacional”; além disso, pensam que “a crise de Maio de 1968 foi proveitosa para o interesse geral da população” e declaram, em proporção semelhante à dos operários, que “os piquetes de greve são justificados”, que “o *Front populaire* foi uma boa experiência”, que preferem o “socialismo” ao “liberalismo”, que “as coisas iriam melhor se o Estado fosse proprietário de todas as indústrias importantes”. No entanto, suas respostas denunciam, às vezes, um *ethos* discordante em relação a seu discurso: com maior frequência que os operários, eles afirmam que sua “confiança nos sindicatos” diminuiu depois de Maio de 68 ou que a característica mais importante de um indivíduo é sua personalidade (os operários citam, mais frequentemente, a classe) ou, ainda, que “o progresso econômico beneficiou a maioria” (os operários pensam de preferência que ele beneficiou apenas uma minoria) (Esta análise apóia-se nos resultados – cuja apresentação se deve a Mattéi Dogan na mesa redonda organizada pela *Association française de sciences politiques* sobre “Os operários e a política na Europa Ocidental” – de uma pesquisa empreendida, após 1968, junto a uma amostra de 3.288 homens, dos quais 176 representantes das profissões intelectuais). Poderia ocorrer que a tendência para a super-coerência política, mediante a qual os intelectuais são levados a aplicar, a todos os problemas, a disposição propícia a constituí-los como políticos e a procurar a coerência perfeita de todas as tomadas de posição em todas as dimensões da vida, lhes seja imposta pela discordância fundamental que, sobretudo, para os originários das frações dominadas da classe dominante, se estabelece neles, diferentemente do que se observa entre os membros das frações dominantes, entre o *ethos* e o discurso.

As disposições que se encontram na origem da produção das opiniões se exibem ou se denunciam, principalmente, pela *maneira* de exprimir as opiniões, ou seja, precisamente, em todas as ninharias que se perdem, mais ou menos inevitavelmente, no registro habitual das respostas (quase sempre simplificado ao máximo para facilitar a

rapidez e a padronização das operações de pesquisa). Segue-se daí que se é levado a classificar, na mesma classe, determinadas respostas que, apesar de serem idênticas se forem consideradas em seu valor facial, podem exprimir disposições bastante diferentes, preditivas de ações, em si mesmas, bastante diferentes, até mesmo opostas. A intuição comum que, através de imponderáveis da postura e de certas maneiras, de determinados matizes da argumentação e da *hexis*, identifica as diferentes maneiras de ser “de direita” e “de esquerda”, “revolucionário” ou “conservador”, princípio de todos os duplos entendimentos e de todos os duplos jogos, lembra que o mesmo *habitus* pode conduzir a esposar opiniões fenomenalmente diferentes, ao passo que *habitus* diferentes podem se exprimir por meio de opiniões superficialmente (ou seja, eleitoralmente) semelhantes e, no entanto, separadas por sua modalidade. Assim, quando Lipset chegou à conclusão da ausência, em uma população de estudantes, de qualquer relação entre profissão dos pais e posição política dos filhos, imputando todas as diferenças constatadas a fatores tais como o tipo de universidade e de disciplina, não é somente porque ele esquece que, de acordo com o que foi demonstrado alhures, as diferenças de posição universitária em determinado momento são a retradução escolar de diferenças de origem social, inclusive no nível das aspirações, já que a orientação para uma disciplina exprime as ambições que são acessíveis aos indivíduos de certa origem social para determinado nível de sucesso escolar; mas, sem dúvida, também e sobretudo porque, não tendo à disposição, por falta de um questionário adequado, os indicadores da modalidade da prática e dos julgamentos políticos, ele foi obrigado a identificar tomadas de posição que – mesmo que fossem idênticas em seu conteúdo político – podem exprimir disposições opostas e, de acordo com o testemunho da evolução ulterior, com suas reviravoltas, são piores preditores das práticas, a curto prazo e, sobretudo, a longo prazo, que dos detalhes aparentemente insignificantes da atitude ou da dicção em que se exprime a modalidade dos “compromissos”; sem mesmo falar dos silêncios que, conforme se diz, são *eloqüentes* e podem exprimir aprovação, questionamento, consentimento, hostilidade, desdém, resignação, etc.³⁴

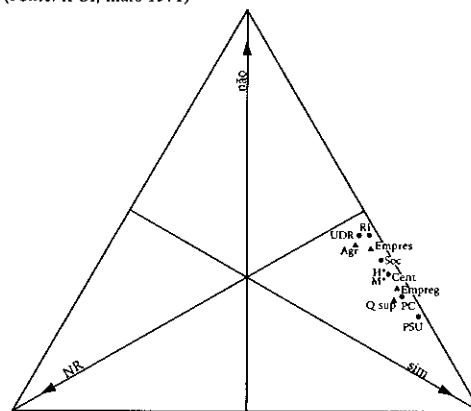
É a oposição entre o primeiro e o segundo princípio, ou seja, entre a produção na primeira pessoa e a produção por procuração, invocada sempre pelos defensores da ordem estabelecida quando – por exemplo, em caso de greve – eles opõem a lógica “democrática” do voto ou da sondagem à lógica “centralista” da expressão pelo sindicato, para tentar assim cortar a relação orgânica de delegação e reduzir o indivíduo a suas próprias forças, remetendo-o à cabina indevassável, ao isolamento. E a sondagem de opinião nada faz além de instaurar um modo de produção das opiniões propício a obrigar os mais desprovidos a produzir opiniões opostas às que lhes emprestam – no duplo sentido – seus porta-vozes titulares, questionando assim a validade do contrato de delegação.³⁵ A oposição entre esses dois modos de produção da opinião é, ainda, levada em consideração quando, por referência a clientelas políticas quase completamente vinculadas a um deles – por um lado, a clientela dos partidos de massa e, por outro, a dos pequenos partidos ou grupos de “vanguarda”, cujos militantes, praticamente em sua totalidade, estão em condições de viver a política segundo o modo do “partido” –, se estabelece a oposição de duas concepções a respeito das relações entre o partido e as massas: aquela que, na maior parte das vezes,

em nome do “realismo”, exige um elevado grau de delegação em benefício da direção central e aquela que convida à autogestão da opinião política por uma universalização inconsciente da relação com a política própria a pequenos proprietários de seus instrumentos de produção das opiniões políticas que não têm qualquer razão para delegar a outros o poder de produzir opiniões em seu lugar. A imagem que, habitualmente, se tem da relação entre o aparelho dos partidos e sua clientela – em particular, a ideologia da representação imperfeita segundo a qual “a elite política não responde à demanda de sua base social” ou “cria a demanda política que lhe permite permanecer no poder” – ignora *as formas completamente diferentes* que essa relação pode revestir, de fato, segundo os partidos e segundo as categorias de clientela no interior do mesmo partido.

Estas variações da relação entre os delegados e seus mandantes dependem, entre outros aspectos: dos modos de contratação, formação e promoção dos dirigentes políticos (assim, por exemplo, o partido comunista que, de qualquer modo, deve criar políticos *ex nihilo* por uma ação de formação total e quase totalmente assumida pelo partido³⁶ e, por outro lado, os partidos conservadores que podem contentar-se com a incorporação dos notáveis que, além de serem dotados de uma formação geral, ocupam uma posição estabelecida); das características sociais da base (e, em particular, de seu nível de educação geral e dos modos de pensamento político que ela tende a utilizar); dos modos de elaboração do discurso político ou, o que dá no mesmo, dos modos de organização dos grupos em que tal discurso se elabora ou se difunde, etc.³⁷

Gráfico 19

Você acha que se deve deixar as moças de 18 anos assistir aos filmes que desejarem?
(Fonte: IFOP, mars 1971)



Como no caso ilustrado pelo triângulo, os eleitores do PSU ocupam uma posição realmente notável sempre que se trata de afirmar princípios políticos em terrenos que se prestam a uma percepção ética. É assim que, por exemplo, 53% desaprovam o julgamento segundo o qual “os professores não são suficientemente severos com os jovens” contra 33% somente no PC, 28 entre os Socialistas (Soc), 22,5% dos simpatizantes de URD e 20% dos Republicanos Independentes (RI). Do mesmo modo, eles manifestam maior propensão para desaprovar julgamentos, tais como “os professores, na França, têm férias em demasia” ou “os professores fazem política demais”.

Fonte: IFOP, mars 1970.

A análise das sondagens de opinião permite trazer algumas indicações sobre o segundo ponto. É assim que, por exemplo, o princípio orientador da produção de opiniões pelos eleitores do Partido Comunista varia de acordo com o terreno, ou seja, segundo o fato de que eles sabem, prática ou teoricamente, por experiência ou por aprendizagem política – como é o caso em relação a tudo o que diz respeito às lutas no campo das relações de produção –, “o que se deve pensar” ou de que, ao contrário, estão submetidos às disposições de seu *ethos* e, deste modo, empenham-se em aparecer como os guardiões de um estado superado da moral burguesa. Assim, trata-se de uma brincadeira infantil fazer aparecer, entre os militantes ou, até mesmo, entre os líderes, as contradições ou as dissonâncias entre as respostas produzidas segundo os dois princípios e, em especial, entre as disposições revolucionárias manifestadas na ordem política e as disposições conservadoras que eles denunciam na ordem “ética”, que podem encontrar-se na origem, em determinadas situações, de práticas políticas realmente conservadoras. Pelo contrário, os eleitores do PSU – recrutados, em grande parte, nas profissões “intelectuais” – manifestam, pelo elevado grau de coerência de suas respostas, sua aptidão para constituir tudo do ponto de vista político (segundo uma disposição análoga à do esteta, capaz de constituir tudo do ponto de vista estético) e fornecer um sistema de respostas explicitamente coerentes, mais nitidamente integradas em torno de princípios políticos explicitamente formuláveis que as dos eleitores do Partido Comunista. Eles distinguem-se de todos os outros pelo grau em que se mostram capazes de afirmar os princípios de produção propriamente políticos, inclusive nos terrenos em que os outros têm maior tendência a “regredir” para os princípios do *ethos*.

Todos os julgamentos políticos, incluindo aqueles que pretendem ser os mais clarividentes, comportam uma parcela inevitável de *fides implicita* que se deve à própria lógica da escolha política enquanto escolha de *porta-voz* e de *procuradores*, além da escolha de idéias, opiniões, projetos, programas e planos, *encarnados em “personalidades”*, que dependem, em sua realidade e credibilidade, da realidade e credibilidade dessas “personalidades”. A incerteza em relação ao próprio objeto do

Moral e política

Votei sempre no PC porque acho que é o partido mais limpo. Nunca se viu que comunistas tivessem provocado escândalos financeiros ou de qualquer outro tipo. Apesar disso, é possível encontrar quem, ao fim de alguns anos, tenha trocado de lado, tendo deixado o Partido por iniciativa própria ou por alguém lhe ter feito compreender que era melhor ir embora; no entanto, acho que se trata do Partido mais limpo e o único que defende a classe operária.

(Marceneiro)

A intuição da pessoa

- Que aspectos você leva em consideração na escolha de um deputado?

- Em primeiro lugar, o partido. Em seguida, não tanto a honestidade, mas a maneira de se bater por suas idéias. Pessoalmente, prefiro o moço que será um tiquinho brutal, mesmo correndo o risco de obter resultados talvez não tão bons quanto os daquele que é mais dócil. Por mim, prefiro o moço que não tem papas na língua. Como atualmente, por exemplo, suponhamos na direção do Partido: neste caso, prefiro Jacques Duclos a Georges Marchais. Porque acho que Jacques Duclos quando tem vontade de dizer algo, pode crer, ele não se faz rogado. Aliás, o mesmo ocorre com Georges Marchais, mas é um pouco mais anuançado, um pouco mais luva de veludo.

(Operário, comunista)

Os Radicais são, finalmente, eles haviam sido sobretudo anteriormente, agora não estou sabendo como são, embora Servan-Schreiber esteja tentando rejuvenescê-los; mas, afinal de contas, foram sempre um partido de trastes velhos com muitos maçons, creio eu, e nem sempre com opiniões bem firmes. Está longe de ser, acho eu, um partido muito, muito franco.

(Secretária)

A entrega de si

Deposito confiança neles, tive sempre confiança; eles fizeram sempre o que haviam prometido, eis porque votei sempre neles.

(Funcionária municipal, comunista)

Em geral, faço tudo com a melhor boa vontade, sobretudo, pelo Partido. É isso. Sempre fiz o que me disseram. Veja só, há certas coisas que me desagradam e eu digo: tal coisa não me agrada. Afinal de contas, de um modo geral, acho que não problema, acho muito bom o que eles fazem.

(Faxineira, comunista)

Obedeço, antes de mais nada, às instruções do meu Partido. Presto atenção e consigo votar segundo as diretrizes indicadas.

(Marceneiro, comunista)

As pessoas, em grande número, vão votar porque se deve votar. Quanto a mim, não: para mim, pessoalmente, esse não é o meu caso. Vou votar porque tenho a certeza daquilo que estou fazendo. Faço parte de um Partido e voto por minhas idéias.

(Datilógrafa, comunista)

Acho que, pessoalmente, tenho confiança e que, no Comitê Central, ao discutirem a candidatura de fulano ou sicrano, pode crer, eles têm argumentos que desconheço. Fulano ou Sicrano para mim seria muito bom, até mesmo, talvez, melhor, em minha opinião, que o candidato oficial, mas existem determinados detalhes que ignoro e que são conhecidos nas altas esferas. Portanto, ao fazerem a escolha de um candidato em detrimento de outro é porque existe uma razão válida.

(Serralheiro, comunista)

juízo, um homem ou determinadas idéias, está inscrita na própria lógica da política que, seja qual for o regime, faz com que a preocupação em formular problemas ou soluções na área da política e impô-los seja necessariamente confiada a homens de modo que esses procuradores podem ser escolhidos sempre ou por seu *programa* (objetivado), no sentido de catálogo de julgamentos já formulados e de medidas a tomar já anunciadas e tornadas públicas (na lógica do *juramento*), ou por sua “personalidade”, ou seja, seu *habitus* como *programa* (no sentido da informática) *incorporado*, como princípio gerador de um conjunto de julgamentos e ações (as “medidas políticas”) que não são formuladas, explicitamente, no momento da “escolha”, nem pelo candidato, nem pelo eleitor e que, portanto, devem ser *pressentidos* através dos indícios sutis das disposições que não se revelam a não ser através da *hexis* corporal, da dicção, da atitude e das maneiras. Toda “escolha” política leva em consideração, inseparavelmente, a personalidade do fiador e o que ele garante. O delegado é, ao mesmo tempo, aquele que exprime as opiniões já expressas de seus mandantes (como se diz, ele deve “responder” por um programa, espécie de contrato explícito de delegação) e aquele que, agindo mais de acordo com o programa incorporado que de acordo com o programa objetivado – ou segundo os interesses específicos associados à sua posição no campo da produção ideológica –, exprime as opiniões ainda não formuladas, implícitas e potenciais, fazendo-as, por conseguinte, existir; ele pode, inclusive, servir-se do monopólio da palavra, que lhe confere seu estatuto de porta-voz reconhecido, para prestar a seus mandantes – por uma *usurpação inverificável* – expectativas, intenções e exigências em que estes não se reconhecem (e, segundo os casos, podem corresponder às de uma vanguarda ou retaguarda do grupo em seu conjunto). Em suma, o fato de que o delegado seja o fiador do programa não só como *opus operatum*, enquanto conjunto de proposições já formuladas, mas também como *modus operandi*, enquanto conjunto de princípios geradores de proposições ainda não constituídas (“a linha”), é, sem dúvida, o que faz com que, para retomar uma fórmula de Durkheim, nem tudo seja contratual no contrato de delegação política.

Obrigados a produzir às claras, sob a forma de um programa objetivado, suas intenções heréticas, em ruptura com a doxa, adesão comum à ordem comum que, por ser evidente, é escusado dizer, os partidários de uma mudança encontram-se, por conseguinte, mais expostos à contradição entre o programa enunciado pelo porta-voz e o programa implícito denunciado por seu *habitus*; e isso ocorre tanto mais que, em razão das condições ocultas do acesso à competência política – e, em particular, à instrução –, os detentores do monopólio da produção ou, até mesmo, da reprodução do programa explícito são o produto de condições sociais de produção (perceptíveis nos sinais visíveis de seu *habitus*) que têm todas as possibilidades de ser diferentes daquelas em que são produzidos seus mandantes. Ao contrário, aqueles que têm apenas a intenção de reconduzir a ordem estabelecida podem poupar-se desse trabalho de explicitação e contentar-se em apresentar – sob a forma de sua pessoa, distinção, elegância, cultura e, também, de suas *propriedades* (títulos de nobreza, diplomas escolares, etc.) – as garantias de um programa incorporado de conservação; eles têm, espontânea e naturalmente, a *hexis* corporal, a dicção, a pronúncia de suas afirmações e o acordo é imediato, perfeito, natural, entre a palavra e a personalidade de quem a pronuncia.

Essa ambigüidade essencial da escolha política é apenas uma das razões que faz com que todos os agentes, mesmo que sejam virtuosos da consciência política, recorram forçosamente, na prática – e tal ocorrência será tanto maior, quanto *menos constituída do ponto de vista político for a situação à qual eles devem responder* –, a modos de produção diferentes. Os dois modos de produção propriamente políticos, a procuração ou a produção autônoma, serão tanto mais freqüentes, em igualdade de circunstâncias, quanto mais claramente o problema formulado for reconhecido como político. Eles serão também tanto mais freqüentes, a propósito dos problemas politicamente constituídos, quanto mais elevada for a consciência política: ou dito em outras palavras, eles dependem do conjunto dos fatores – sexo, nível de instrução, classe social, etc. – que orientam a propensão para responder às questões mais especificamente políticas (por oposição à propensão para se abster).

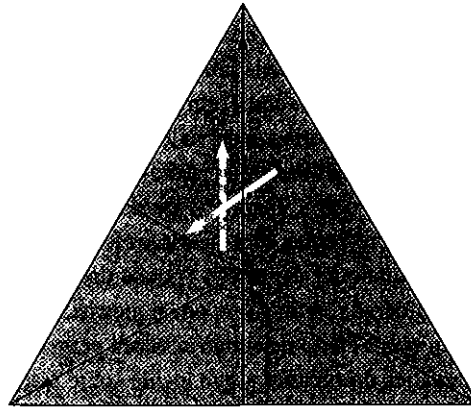
De acordo com nossa pesquisa, a parcela daqueles que *reconhecem* a totalidade ou quase todos os problemas propostos como políticos, bastante fraca entre os não-diplomados, cresce regularmente com o nível de instrução para atingir os dois terços entre os *bacheliers* e *licenciés*. (Sem dúvida, porque se tratava de “problemas”, as diferenças segundo o nível de instrução são, aqui, mais fortes que em relação à aptidão para identificar diferentes ações como políticas). Como era previsível, as distâncias que separam os diferentes agentes segundo o capital escolar serão tanto mais elevadas quanto *mais curto for relativamente o tempo* em que tais “problemas”, como a libertação da mulher, a proteção da natureza, a educação sexual, tiverem sido abordados nos debates políticos, ou quanto mais sua formulação estiver fora do campo de produção ideológica, tais como a supressão do latim no ensino secundário. Mas, é possível observar também variações não desprezíveis da capacidade de identificar determinados problemas – desemprego, participação na empresa, aumento dos salários nas empresas, o preço da carne – como políticos.

Isso significa que a relação entre a classe social e as opiniões políticas varia segundo a classe social, ou seja, segundo o modo de produção da opinião mais freqüente nessa classe: a probabilidade de produzir uma resposta propriamente política para uma pergunta constituída politicamente cresce à medida que se sobe na hierarquia social (e na hierarquia das rendas e dos diplomas escolares). Assim, a propósito de um problema tipicamente político – por exemplo, as relações internacionais – em que a opinião só poderá ser política, a correlação é bastante elevada com a classe social (e também, evidentemente, com o sexo e a instrução) no que diz respeito à capacidade de acesso à “opinião”, marcada pela taxa de não-respostas (ou seja, 37,7% dos agricultores; 38,6% dos operários; 30,9% dos pequenos comerciantes; 25,0% dos empregados e quadros médios; 16,1% dos quadros superiores e membros das profissões liberais); a correlação é bastante estreita com o pertencimento político declarado quando se trata da orientação propriamente política das opiniões afirmadas (ou seja, para as opiniões favoráveis à política externa do Governo: 48,7% do

Gráfico 20

Está satisfeito(a) ou descontente com a ação do Governo na política externa?

Fonte: IFOP, 1966



Partido Comunista; 47,7% dos Socialistas; 41,2% do Partido Radical; 52,3% dos Centristas; 56,8% dos Republicanos Independentes; e 76,3% da URD - IFOP, 1966). Eis o que aparece de forma bastante nítida no diagrama em que, como é o caso na maior parte das questões de política externa, as diferentes classes e frações de classes se distribuem segundo o eixo das não-respostas, ao passo que, em relação aos diferentes partidos, as preferências se distribuem segundo o eixo dos graus de satisfação. Vê-se que, de maneira geral, o fato, por um lado, de ignorar as não-respostas, de acordo com o que se faz comumente na análise das sondagens ou das eleições, e, por outro, de calcular as freqüências em relação à população exclusivamente de respondentes, segundo uma lógica propriamente eleitoral, tem o efeito de anular – ou enfraquecer – a relação com a classe social: os “sobreviventes” de cada categoria – e, em relação ao aspecto que está em questão, ou seja, o grau de politização – serão, de fato, tanto mais diferentes do conjunto da categoria, quanto mais importante for a parcela da categoria eliminada.

Além disso, a defasagem entre a capacidade de produzir uma resposta mínima, aprovação ou rejeição, e a capacidade de produzir a questão correspondente ou, no mínimo, de retomar, na questão formulada, a significação propriamente política para aqueles que a produzem e a formulam – ou seja, no campo da produção das problemáticas propriamente políticas – encontra-se na origem de um *efeito de imposição de problemática* que se traduz por um *desvio do sentido da resposta* proposta: de fato, os entrevistados são desapossados do sentido de sua resposta, sempre que eles escolhem uma das respostas propostas para determinada pergunta – aliás, eles não possuem realmente os meios para formulá-la – e, assim, autorizam a tratar, como se fosse sua opinião própria, uma opinião que, mesmo se por acaso viesse a exprimi-los, lhes é totalmente *estranha*; ou sempre que, em vez de responderem à pergunta formulada, dão resposta àquela que eles próprios tiveram de produzir para tentarem apropriar-se da questão inicial (de fato, o trabalho de reapropriação,

que se manifesta quase sempre por uma retradução em outra linguagem, “racionalização das escolhas orçamentárias” tornando-se “evitar o desperdício”, é ignorado, quase sempre, pelos cientistas políticos, tanto no nível da observação, quanto no momento de codificação).

Para fazer ver o efeito de imposição – e o efeito de alodoxia daí resultante –, bastará um exemplo: uma pergunta sobre a influência exercida pelos “negócios” na política em que é possível ver, de passagem, dois *procedimentos retóricos* bastante freqüentes, a saber, a imposição de pressupostos – aqui, “em todos os países”, ou seja, cláusula anódina pela qual se insinua toda a filosofia conservadora da história, a do sempre e por toda parte assim – e o efeito de falsa simetria que permite fazer existir uma resposta altamente improvável, quase absurda, sob a aparência de dar oportunidades iguais a todas as respostas, ao que conviria acrescentar, sem dúvida, o efeito de neutralização e eufemização, propício a desestimular qualquer expressão “pouco decente” de indignação ou revolta (afinal, a pergunta considerada limitava-se, em si mesma, a “fazer passar”, como se diz, ao eufemizá-la por um outro efeito de simetria, outra pergunta que faz parte realmente, desta vez, da problemática dominante e que incide sobre a ação dos sindicatos: “E, em sua opinião, a influência dos sindicatos é grande demais, razoável, não suficientemente grande?”).

Vê-se que a parcela daqueles que julgam grande demais a influência dos “negócios” cresce à medida que se sobe na hierarquia social – e, tudo permite supor, apesar de não dispormos de dados, na hierarquia dos níveis de instrução –, ou seja, em *razão inversa*, exatamente, da parcela daqueles que se absterem de responder. E vê-se assim 34% dos operários somente “julgar” importante demais a influência dos “negócios”, ao passo que 52% se refugiam na abstenção ou na posição neutra, uma parcela não desprezível (14%) indo ao ponto de “julgar” tal influência fraca demais. A retradução, muitas vezes, geradora de contra-senso ou de mal-entendidos, que os entrevistados mais desprovidos devem operar para se apropriarem, por pouco que seja, de uma pergunta longa e complexa, incidindo sobre um problema “politológico”, vê-se em tal outro caso em que, para os entrevistados mais desprovidos, sobra apenas a escolha da abstenção ou de uma resposta em função da imagem que têm de Mitterrand.³⁸

Segundo parece, fica comprovado que, *na situação de pesquisa*, os agentes menos competentes estão quase completamente à mercê dos efeitos de imposição que, em última instância, resultam em sua totalidade do fato de que eles devem escolher entre respostas que adquirem sentido apenas por referência a uma *problemática política*. Ora, essa problemática não é outra coisa senão o campo de produção ideológica enquanto tal, ou seja, o universo das relações objetivas, automaticamente retraduzidas em *tomadas de posição* definidas em seu conteúdo pelo lugar de onde provêm, entre as posições ocupadas e defendidas nesse campo pelos agentes e pelas instituições em concorrência para o monopólio da produção e da imposição da representação legítima do mundo social e da ação legítima sobre esse mundo. O único meio para se apropriar completamente dessa problemática é o de participar realmente *em sua produção*, ocupar uma posição que conte, ou seja, com a qual os outros devam contar ou, melhor ainda, uma posição que, pelo simples fato de sua existência, modifique as outras posições, obrigando seus ocupantes a

Tabela 30 – O efeito de imposição

“Em todos os países, os negócios exercem certa influência sobre a vida política. Em sua opinião, essa influência será, na França, grande demais, razoável, não suficientemente grande?”

	grande demais	razoável	não suficientemente grande	sem opinião
agricultores	28	13	3	56
operários, pessoal de serviço	34	19	14	33
pequenos comerciantes, artesãos	39	23	7	31
quadros médios, empregados	44	25	11	20
quadros superiores, membros de prof. liberais, industriais, grandes comerciantes	55	21	8	16

Fonte: SOFRES, *La politique et l'argent*, nov. 1971.

Tabela 31

“O Sr. Mitterrand* preconiza uma nova forma de socialismo, o ‘socialismo do possível’: isto é, reformas que dariam conta da situação da França no Mercado Comum e da concorrência internacional. Você pensa que essa nova forma de socialismo é aplicável?”

	sim	não	sem opinião
homem	37	35	28
mulher	24	24	52
agricultores	16	33	51
operários	32	30	38
artesãos, pequenos comerciantes	26	31	43
empregados, quadros médios	37	31	32
membros das prof. liberais, quadros superiores	40	32	28
Partido Comunista	45	34	21
Esquerda não-Comunista	48	22	30
UDR	19	37	44
Centro Democrata (Lecanuet)	29	35	36
Centro PDM (Duhamel)	31	28	41
Republicanos Independentes	20	42	38
Nulos e abstenções	18	19	63

Fonte: SOFRES, *Le socialisme du possible*, junho de 1971.

* Trata-se de François Mitterrand (1916-1996), Secretário Geral do Partido Socialista Francês (1971); após vários fracassos, foi eleito presidente da República, em 1981, e reeleito em 1988. (N.T.)

repensar suas tomadas de posição (basta pensar nos efeitos estruturais determinados pela aparição do esquerdismo como idéia-força no campo de produção ideológica). Os “problemas” políticos – à semelhança do que ocorre com todos os problemas filosóficos, religiosos, etc. – existem sempre na e pela relação entre dois ou vários grupos antagonistas. O mesmo é dizer que, por ser incapaz de participar ativamente no jogo propriamente político que é, *de facto*, reservado aos *profissionais em tempo integral* (políticos, militantes a serviço dos aparelhos – neste caso, palavra adequada – de partidos, jornalistas da área política, ideólogos profissionais), os *profanos* só teriam possibilidade de reconhecer, no universo das opiniões pré-fabricadas, as que lhes convêm, lhes “ficam bem”, se os produtos oferecidos trouxessem sempre a *marca de fábrica*, o rótulo que é uma referência e, ao mesmo tempo, uma garantia. Ao anunciar claramente a posição no campo de produção ideológica que, de fato, se exprime em toda tomada de posição autorizada, o rótulo que é a *referência política* a uma autoridade – encíclica do papa, decisão do comitê central de um partido, autor canônico, etc. – permite ao profano de “se reconhecer aí”, de reencontrar a *posição a tomar*, seja com base na delegação que, explícita ou tacitamente, ele atribui aos ocupantes de determinada posição no campo da produção ideológica, seja graças a seu controle prático das homologias entre o campo político – ou seja, o campo das lutas de classe comuns ou extraordinárias, disfarçadas ou abertas, individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, etc. – no qual ele sabe praticamente se situar e se orientar, e o campo da produção ideológica que reproduz tal estrutura segundo sua lógica própria.³⁹

O efeito de desvio se exerce de maneira praticamente inevitável sempre que a questão faz apelo a duas leituras diferentes e só pode suscitar a resposta dos profanos com a condição de ser reduzida do plano propriamente político – em que a situam os profissionais que a produzem, além de procederem à análise e comentarem os resultados – ao plano da experiência comum, à qual se aplicam diretamente os esquemas inconscientes do *ethos*. É o caso, evidentemente, quando esta ou aquela questão, já constituída politicamente por este ou aquele grupo político, portanto, para o conjunto do campo da produção ideológica, não o é para aqueles que, afastados da lógica da produção da problemática por sua incompetência estatutária, não podem apreendê-la a não ser como uma questão da experiência “prática” que faz apelo a uma resposta prática, ou seja, ética. É assim que os mais desprovidos de competência política específica têm todas as possibilidades de se situar no campo dos defensores da ordem moral e da ordem social e, até mesmo, de se mostrar mais conservadores, neste domínio, que os conservadores conscientes da ordem

O efeito de rótulo

É sobretudo no momento das eleições, aí, quando eles aparecem na televisão, aí, tudo bem, a gente pode informar-se, e depois, realmente, conhecer o partido e tudo. Caso contrário, entre duas... Ou seja, há alguns que, mesmo assim, sabem se exprimir, tudo isso, a gente consegue mesmo assim. Mas, mesmo assim, quando antes ele explica seu partido e tudo isso, então, a gente presta mais atenção.

(Faxineira)

social, sempre que são levados a apreender, segundo as categorias do *ethos* de classe, determinados problemas já constituídos politicamente no nível do campo da produção ideológica. De fato, sabe-se que, durante todo o tempo em que se permanece na ordem da moral doméstica, a propensão para o liberalismo ou para o laxismo tende a aumentar à medida que se sobe na hierarquia social (o que parece autorizar as teses bem conhecidas sobre o “autoritarismo” das classes populares); e isso ocorre, sem dúvida, por intermédio da elevação do nível de instrução. No entanto, esta relação tende a inverter-se a partir do momento em que a ordem social, e não unicamente a ordem moral, está em questão.

Lipset fundamenta sua sociodicéia da democracia norte-americana em uma constatação semelhante: “mais à esquerda” (*liberal and leftist*) em matéria de economia, os membros das classes populares mostram-se mais “autoritários” “quando o liberalismo é definido em termos não econômicos” – ou seja, quando estão em questão as liberdades cívicas, etc. – e, incapazes de ter acesso ao “desinteresse” (interesseiro) que define uma verdadeira cultura, tanto em política quanto alhures, ignoram o “liberalismo” que a nova burguesia, tão resolutamente não-repressiva, pelo menos, para si mesma e para seus filhos, coloca na origem de sua arte de viver.⁴⁰ Por terem o autoritarismo por natureza é que as classes populares podem aderir, com conhecimento de causa, a ideologias autoritárias; por serem levadas a uma visão simplista e maniqueísta da política por sua intolerância é que elas não esperam a mudança de sua condição a não ser por meio de transformações rápidas e brutais. O “milénarismo evolucionista” que é o coroamento natural dessa teologia política transforma a elevação do nível de vida e da educação das classes populares no motor de um movimento universal para a democracia norte-americana, ou seja, para a abolição do autoritarismo e das classes que são suas portadoras. Bastaria lembrar que, se os membros da classe dominante são, no conjunto, mais “inovadores” no domínio da moral doméstica, ao passo que são mais “conservadores” no domínio mais amplamente reconhecido como “político”, ou seja, para tudo o que tange a manutenção da ordem econômica e política, assim como as relações entre as classes – como é testemunhado por suas respostas às perguntas sobre a greve, o sindicalismo, etc. – é porque, com toda a evidência, sua propensão para assumir posições “inovadoras” ou “revolucionárias” varia em razão inversa ao grau em que as transformações consideradas atingem o princípio de seu privilégio. É assim que, para citarmos apenas um exemplo bastante particular, os quadros superiores podem parecer mais “liberais” em relação aos trabalhadores estrangeiros que os operários, mais diretamente atingidos pela concorrência: com maior freqüência que eles, afirmam que “a França faz um esforço insuficiente para permitir que os trabalhadores estrangeiros tenham uma moradia” (67% contra 48%), “para fornecer-lhes uma formação” (52% contra 36%) ou “para acolhê-los com hospitalidade” (45% contra 33%). No entanto, seu “liberalismo” é menos marcante quando se leva em consideração determinadas medidas capazes de ter conseqüências para eles próprios: 41% dos quadros superiores e membros das profissões liberais julgam que “a França faz um esforço insuficiente para dar salários convenientes” aos trabalhadores estrangeiros contra 43% dos operários e 51% dos empregados e quadros médios; 48% julgam que “a França deveria diminuir ou suprimir sua ajuda aos países subdesenvolvidos” contra 31% dos operários e 35% dos empregados e quadros médios (SOFRES, *La France, l'Algérie et le Tiers-Monde*, févr. 1971).

Portanto, para conseguir desenvolver o comunismo e chegar ao socialismo, é necessário tomar o poder. E, neste momento, temos sido democráticos demais, também; temos feito concessões sobre um grande número de coisas, deixou de haver a violência que existia há alguns anos. Violência não significa quebrar tudo, mas a gente tem sido indiferente nas greves, hesitante na tomada de uma decisão. E digo-lhe, creio que isso acontece porque a classe operária não é suficientemente infeliz.

(Marceneiro, 67, comunista)

Ordem moral e ordem política

A dualidade dos princípios de produção do discurso denuncia-se, incessantemente, no próprio discurso dos militantes ou dos operários mais politizados, através das mudanças de tonalidade e de estilo que podem ser observadas de um domínio para outro e, até mesmo, através da tensão permanente, no âmago do mesmo discurso, entre os dois modos de expressão: por um lado, as fórmulas preparadas de antemão, pequenos blocos inseparáveis de pensamento e de fala pré-fabricados, que fornecem às afirmações sua cor de universalidade conceitual, assim como seu ar de lição aprendida, além da espécie de irrealidade tão característica das dissertações (um ferroviário pode falar de “camadas desfavorecidas”, do mesmo modo que um adolescente pode dissertar sobre “a juventude de hoje”), as palavras e expressões do mais erudito léxico político (“mandantes”, “reajuste dos salários”, etc.) utilizadas para marcar, às vezes, de forma despropositada (“isso vai contra o interesse da massa salarial”), que se é capaz de enfrentar um teste quase escolar e, ao mesmo tempo, defender um atributo estatutário do homem e um ponto de honra de classe, em suma, que o indivíduo não se deixa embair, “tem como se defender” e, portanto, “está pronto a encarar a conversa fiada de todos esses políticos”; por outro, separadas por bruscas rupturas de tonalidade, as referências mais concretas à experiência imediata em sua singularidade insuperável, que confere sua realidade, plenitude e autenticidade ao discurso, ao mesmo tempo que ela tende a impedir-lhe a universalização, condição da mobilização.⁴¹

Visíveis na linguagem falada, esses efeitos são ainda mais marcantes na linguagem escrita. É assim que, entre os operários – que responderam à pesquisa da AEERS e, bastante fortemente super-selecionados, distinguem-se de sua classe por um conjunto de diferenças (mais diplomados, os filhos freqüentam em maior grau os liceus, as instituições privadas ou o ensino superior; mais freqüentemente parisienses e leitores mais freqüentes de jornais parisienses) –, encontra-se tal mecânico que, na primeira pessoa do plural, discorre sobre “a missão da França diante do mundo”; tal adolescente que desabafa “Pobre França, ninguém liga para nada!”; tal monotipista que, em um discurso particularmente exemplar do esforço para reproduzir sofrivelmente a arrogância, ênfase e empolgação do discurso político oficial, expõe sua visão de um sistema de ensino capaz de garantir “o advento de um bem-estar geral”. No entanto, salvo tais tentativas de generalização que dão testemunho de certa familiaridade com o discurso sindical e político sobre o sistema de ensino, reduzido quase sempre a palavras-chave ou de ordem –

Uma linguagem afetada

Senhores,

A inovação, tal como a presente forma de contato, é benéfica para todos; conviria tentar desenvolver estes últimos, deve-se cultivar cada vez mais o espírito de equipe.

Agora, a teoria deve ceder maior espaço à tecnologia, os métodos audiovisuais deveriam ser incentivados ao máximo, as visitas a empresas são desejáveis, a politização com a condição de que ela se oriente para um englobamento suficientemente amplo para que a estabilidade venha a prevalecer de forma nítida.

A formação dos adultos e, sobretudo, o aperfeiçoamento torna-se indispensável, as formações de base deixaram de ser suficientes, o controle dos conhecimentos e o saber prático deveriam permitir uma progressão social.

Com exclusão de todas as tendências, o progresso deve ser cobijado, uma importante reconversão da maneira de orientar para as profissões deve ser realizada, a instrução e a inteligência são duas coisas diferentes, o dirigente ou o chefe íntegro pode ser encontrado ainda bem jovem, um espírito organizador é rapidamente descoberto (...).

(Monotipista, texto extraído de uma carta dirigida à AEERS, como resposta ao questionário publicado na imprensa)

“reformazinha”, “engodo”, “reabsorção do desemprego” (ajustador); “integração das forças vivas do país”, “negociação”, “gestão incontrolada”, “camadas desfavorecidas” (ferroviário) –, as respostas são extremamente particularizadas: tudo se passa como se os respondentes tirassem proveito dessa oportunidade para formular alguma queixa pessoal e sem relação imediata com as questões formuladas. Ocorre também que a resposta seja apenas uma forma de “dar a conhecer, na alta esfera, o que se passa” e, em particular, a falta de consciência dos professores: tal agricultor responde a todas as perguntas *exatamente* com a mesma frase, ou seja, “os professores não cumprem seu dever, só pensam em férias”; um outro volta continuamente, em seus comentários, ao desperdício das horas de trabalho. Ainda outra entrevistada (estenodatilógrafa, cujo marido é mecânico de automóvel) responde apenas a metade das perguntas e, a cada uma das restantes: “já não há consciência profissional, só se fala de lazer”.

Em parte, sem dúvida, por esbarrar continuamente nesses *efeitos de interferência* e na tendência para a auto-exclusão imposta pelo desapossamento e pelo sentimento de incapacidade, é que a ação de formação – pela qual as organizações políticas ou sindicais se esforçam por inculcar aos mais desprovidos, do ponto de vista político, a vontade de ter uma opinião e fornecer-lhes os meios de produzi-la – deve por si mesma oscilar incessantemente entre a formação das fórmulas gerais sobre o mundo econômico e social, por um lado, e, por outro, as referências diretas à experiência imediata – sem nunca poder proceder à análise impossível, tanto para o produtor quanto para o receptor, que haveria de estabelecer a verdadeira relação entre o caso particular e seus derradeiros fundamentos na economia

política:⁴² se a atenção à situação concreta é indispensável para sua credibilidade, a superação do caso particular que confina na particularidade, portanto, *isola*, nem por isso deixa de impor-se já que é a condição da mobilização coletiva em torno de *problemas comuns*. Essa dialética do geral e do particular encontra-se no âmago da política e, principalmente, do empreendimento de *politização*, com a necessidade para uns – estreitamente comprometidos com a ordem estabelecida – de universalizar seus interesses particulares e, para os outros, de apreender nessa universalidade a particularidade de sua condição. Ora, na prática política, cuja diversidade é restituída pelas sondagens, em decorrência dos diversos domínios da existência abordados por elas, passa-se insensivelmente das questões particulares e privadas – principalmente, todas aquelas que dizem respeito à moral doméstica (por exemplo, educação dos filhos, sexualidade, autoridade na família, divisão do trabalho entre os sexos, etc.) e podem já constituir pretexto de lutas políticas para determinadas vanguardas – a questões que, apesar de se referirem ainda à educação e à sexualidade, se situam em um nível mais geral e mais abstrato, já que comprometem a instituição escolar, assim como mais afastado da experiência prática, tais como as questões sobre os métodos pedagógicos, o recrutamento, formação ou remuneração dos professores, a introdução da educação sexual ou da política nos liceus, as passeatas estudantis, etc.; ou, por último, a questões constituídas como políticas pela tradição da luta sindical ou política, por exemplo, todas aquelas que incidem sobre as greves, as relações entre empresários e trabalhadores, o papel dos sindicatos, etc. O efeito de desvio exerce-se no grau máximo quanto, em situações políticas ambíguas, tais como todas as situações de crise que colocam em questão as referências e os esquemas de pensamento estabelecidos (no caso particular, logo depois de Maio de 1968), os mais desprovidos do ponto de vista político – em boa parte, também, os mais desprovidos do ponto de vista econômico e cultural – aplicam a problemas políticos para eles ainda mal definidos, por exemplo, aqueles suscitados pelas passeatas estudantis, os esquemas de percepção e apreciação (no caso particular, sua aversão ética pelos “filhinhos do papai” e pelas estroinices da vida boêmia) que levam a concluir por seu “autoritarismo”, fortalecendo assim os defensores comuns da ordem estabelecida.

Se determinadas questões sobre a desordem nos liceus e as passeatas nas faculdades ou sobre a política nos estabelecimentos escolares estão predispostas a funcionar como armadilhas, é porque, de fato, seu sentido é adquirido apenas em seu verdadeiro contexto, ou seja, a *problemática dominante* como conjunto de problemas engendrados a partir da questão primordial da manutenção da ordem estabelecida. Como mostra o inventário das questões formuladas pelos institutos de sondagem, essa problemática reúne as questões suscitadas por aqueles, e somente por esses, que devem levar em consideração a distribuição das opiniões a propósito de sua política na determinação dessa política. Por desconhecer os problemas levantados pelos dominantes a propósito dos grupos que lhes “suscitam problemas”, ela ignora os problemas desses grupos (ou que eles se formulam a si mesmos).

Por desconhecerem, propriamente falando, a pergunta a que estão respondendo, destituídos dos interesses e das disposições que lhes permitiriam *reativar* verdadeiramente a questão formulada, reconhecendo nela uma forma particular da questão da conservação ou subversão da ordem estabelecida, os mais desprovidos não respondem à pergunta que,

Tabela 32 – Ordem política e ordem moral

	Ordem política	agricultores artesãos, pequenos comerciantes	operários	empregados, quadros médios	quadros superiores, membros das prof. liberais
Ordem política					
as greves provocam mais prejuízo que benefício para os trabalhadores (SOFRES, 1970)	58	57	35	33	42
durante uma greve em uma empresa, aqueles que pretendem continuar o trabalho devem ter a possibilidade de fazê-lo (SOFRES, 1970)	74	62	41	61	82
os empresários e os trabalhadores têm os mesmos interesses, eles devem trabalhar juntos e chegar a um entendimento para o interesse de todos (SOFRES, 1970)	72	87	53	60	80
são favoráveis a certa limitação do direito de greve no setor público (SOFRES, 1970)	60	54	51	50	57
julgam desejável que, na França, o papel dos sindicatos de assalariados se torne menos importante que aquele desempenhado atualmente (IFOP, 1971)	16	26	7	14	20
desaprovam o papel desempenhado, na França, pelos sindicatos de assalariados (IFOP, 1969)	24	30	19	26	33
Ordem moral					
uma moça só pode sair sozinha depois de completar 18 anos (IFOP, 1959)	83	88,5	81,5	82	69,5
não se deve deixar as moças de 18 anos assistir aos filmes que desejarem (IFOP, 1971)	38,5	38,5	31,5	29,5	28
as escolas mistas são uma coisa ruim para a educação das moças (IFOP, 1971)	24	24	20	14,5	8,5
desaprovariam a criação, nas escolas, de cursos de educação sexual (IFOP, 1966)	33	29	19	19	19
a venda de pílulas a adolescentes não casadas só deveria ser possível mediante a autorização dos pais (IFOP, 1967)	74	70	78	76	62
parece preferível dizer às crianças o que elas têm de fazer e evitar mostrar-se fraco à frente delas (IFOP, 1972)	36	34	40	29	25

A SOFRES agrupa os industriais e grandes comerciantes com os quadros superiores e membros das profissões liberais, enquanto o IFOP agrupa-os com os artesãos e pequenos comerciantes. Aqui, são apresentadas as porcentagens de membros de cada categoria (por exemplo, agricultores) que aprovaram cada um dos julgamentos propostos (no conjunto das classes, as taxas de não-respostas são, de maneira geral, mais reduzidas para todas as questões relativas à ordem moral – com exceção das questões sobre a venda de pílulas a adolescentes e a introdução de cursos de educação sexual nas escolas – que para aquelas atinentes à ordem política). Em negrito, as mais elevadas tendências em cada linha.

de fato, lhes é formulada, mas a uma questão que produzem com seus próprios recursos, ou seja, a partir dos princípios práticos de seu *ethos* de classe. Quando as questões formuladas se situam na região intermédia entre a moral e a política, consegue-se ver melhor a contaminação da política pela moral e o deslize da indignação moral para o integrismo político, em especial, entre aqueles que, por sua posição no espaço social, como a pequena burguesia e, particularmente, os indivíduos ou as frações em declínio dessa classe, estão predispostos a uma percepção moral do mundo social. O ressentimento encontra-se, evidentemente, na origem das tomadas de posição reacionárias ou revolucionárias-conservadoras dos pequeno-burgueses em declínio que, preocupados em manter a ordem por toda parte, tanto na moral doméstica quanto na sociedade, investem na indignação moral contra a degradação dos costumes toda a sua revolta contra a degradação de sua posição social, além de obsediar, freqüentemente, o rigorismo jacobino e a revolta meritocrática dos pequeno-burgueses em ascensão, convencidos de terem o direito de pedir contas a uma ordem social que não recompensou suficientemente seus méritos: simples avesso da pretensão, disposição característica dos grupos condenados a ocupar subjetivamente uma posição que não lhes é

reconhecida objetivamente, ele tem a ver com todos aqueles que condenam a ordem estabelecida na exata medida em que esta, por um lado, não lhes atribui o reconhecimento que, por sua própria revolta, eles lhe atribuem, e, por outro, não sabe reconhecer neles os valores reconhecidos oficialmente por ela. Daí, segue-se que o conservadorismo iluminado, sempre pronto a aceitar ou, até mesmo, a empreender mudanças em todos os domínios que não atinjam os fundamentos da ordem social,⁴³ é beneficiado, de direita e de esquerda, pelos contrastes de que tem necessidade para se dotar das aparências de uma vanguarda.

Habitus de classe e opiniões políticas

Seria inútil, neste domínio como alhures, procurar o princípio explicativo das respostas em um fator ou em uma pura adição de fatores: de fato, na unidade originariamente sintética de um princípio gerador, o *habitus* integra o conjunto dos efeitos das determinações impostas pelas condições materiais de existência (cuja eficácia se encontra cada vez mais subordinada ao efeito da ação de formação e de informação previamente suportada à medida que se avança no tempo). Ele é a *classe incorporada* – incluindo propriedades biológicas socialmente modeladas, tais como o sexo ou a idade – e, em todos os casos de deslocamento intergeracional ou intrageracional, distingue-se (em seus efeitos) da *classe objetivada* em determinado momento (sob a forma de propriedades, diplomas, etc.), no sentido em que ele perpetua um estado diferente das condições materiais de existência, aquelas de que ele é o produto e, neste caso, diferem mais ou menos das condições de sua atualização. As determinações que, ao longo de toda a existência, se exercem sobre os agentes constituem um sistema no interior do qual um peso predominante cabe, por um lado, a fatores, tais como o capital possuído, definido em seu volume global e, também, em sua estrutura, e, por outro, à posição correlata nas relações de produção (identificada através da profissão, com todas as determinações que lhe estão associadas, tais como a influência das condições de trabalho, do meio profissional, etc.).

Isso significa que, como já vimos, a eficácia própria de um fator apreciado em estado isolado nunca se avalia verdadeiramente pela correlação entre esse fator e a opinião ou a prática considerada, de modo que o mesmo fator pode ser associado a efeitos diferentes, às vezes, opostos, segundo o sistema de fatores no qual se encontra inserido: assim, o título de *bachelier* pode ser princípio de revolta quando é possuído pelo filho de um quadro médio ou de operário com qualificação rebaixado para a posição de operário sem qualificação – o crescimento regular do número dos *bacheliers* entre os operários sem qualificação não é, sem dúvida, estranho ao desenvolvimento do esquerdismo no âmago da classe operária – ou princípio de integração quando pertence a um quadro médio, filho de operário ou camponês. Do mesmo modo, seria possível mostrar que o valor de um diploma escolar e a relação com o mundo social que lhe é correlata variam consideravelmente segundo a idade de seu titular (na medida em que as oportunidades de possuir esse diploma são bastante desiguais para as diferentes gerações), segundo sua origem social (na medida em que o capital social herdado, nome, relações familiares, etc., comandam o *rendimento real* que ele pode ter) e, sem dúvida, também, segundo sua origem geográfica (por intermédio de propriedades incorporadas, tais como o sotaque e, igualmente, de características do mercado de trabalho) e segundo o sexo.

Compreende-se que, por intermédio do *habitus*, que define a relação com a posição sincronicamente ocupada e, por conseguinte, as tomadas de posição práticas ou explícitas sobre o mundo social, a distribuição das opiniões políticas entre a direita e a esquerda corresponde intimamente à distribuição das classes e das frações de classe no espaço definido, em sua primeira dimensão, pelo volume do capital global e, na segunda, pela estrutura desse capital: a propensão para votar à direita cresce à medida que aumenta o volume global do capital possuído e, também, à medida que aumenta o peso relativo do capital econômico na estrutura do capital, ao passo que a propensão para votar à esquerda aumenta, nos dois casos, em sentido inverso. A homologia entre as oposições que se estabelecem sob essas duas relações, a oposição fundamental entre os dominantes e os dominados, por um lado, e, por outro, a oposição secundária entre as frações dominantes e as frações dominadas da classe dominante, tende a facilitar os encontros e as alianças entre os ocupantes de posições homólogas em espaços diferentes: a mais visível dessas coincidências paradoxais estabelece-se entre as frações dominadas da classe dominante – intelectuais, artistas ou professores – e as classes dominadas que têm em comum o fato de exprimir sua relação (objetivamente bastante diferente) com os dominantes (comuns) em uma propensão particular para votar à esquerda.

Se, com base nas distribuições das intenções de voto segundo a categoria socioprofissional estabelecidas por Michelat e Simon,⁴⁴ caracteriza-se cada fração de classe pela diferença algébrica entre as porcentagens das intenções de voto para a esquerda e as intenções de voto para o centro ou os gaullistas – deixando de lado as não-respostas cuja variação é relativamente reduzida –, vê-se que tudo se passa como *se houvesse um acúmulo dos efeitos de volume com os efeitos de estrutura do capital*, de modo que o espaço político aparece como uma deformação sistemática do espaço social: assim, os professores primários (-43) se situam ao lado dos mineiros (-44), os professores (-21) à altura dos operários com qualificação (-19), os artistas (-15) à altura dos trabalhadores braçais (-15) e os empregados de escritório (-9) ao lado dos operários sem qualificação (-10), ao passo que os industriais (+61), seguidos pelos membros das profissões liberais (+47), os quadros superiores da administração (+34) e, bastante próximos, os comerciantes (+32), ocupam a outra extremidade do espaço político; por sua vez, os técnicos (+2) e os contramestres (+1) se situam na divisa entre a direita e a esquerda. Tudo parece indicar que uma oposição secundária se estabelece entre as facções que, em forte proporção, se orientam para as escolhas que determinam melhor a classe de suas respectivas regiões do espaço político: os industriais e membros das profissões liberais que contam com uma elevada proporção de votos para o Centro, por um lado, e, por outro, os trabalhadores braçais, operários com e sem qualificação que, em uma forte proporção, votam pelo PC, parecem, assim, opor-se às frações que acumulam uma elevada parcela de abstenções e escolhas que, relativamente, indicam menos a respectiva classe (Esquerda não comunista ou gaullista), ou seja, os artistas, os professores, incluindo os primários, e os contramestres que exprimem, talvez, deste modo, as ambigüidades e as contradições associadas à sua posição instável no espaço social.

É óbvio que não se pode proceder a uma apresentação completa das práticas ou opiniões públicas, tampouco das outras práticas, se for feita abstração de tudo o que se apreende através dos indicadores comuns da origem social e em que se deve distinguir,

pelo menos, o *efeito da trajetória* que conduz da posição original para a posição atual, o efeito dos condicionamentos sociais inscritos em uma condição particular e, especialmente importante tratando-se de compreender as tomadas de posição políticas como tomadas de posição expressas sobre o mundo social, o *efeito de inculcação* propriamente dito, a educação política, como a educação religiosa que é sua forma eufemizada, tendo sido sempre recebida por uma parcela da população desde a infância e na família.

Antes de mostrar espanto diante da intensidade da correlação constatada entre a prática religiosa e a opinião política, convém se interrogar se ela se deve, em grande parte, ao fato de que se trata apenas de duas manifestações diferentes da mesma disposição; não só porque, tanto em seu conteúdo quanto nas disciplinas de inculcação, a formação religiosa é uma forma eufemizada de socialização política, mas também porque a imposição de uma prática e de uma crença declarada implica a afetação a uma classe, portanto, a atribuição de uma *identidade social* que, seja qual for o conteúdo da inculcação correspondente, encontra-se definida relacionalmente por sua oposição à classe complementar dos “não-crentes” e, assim, encontra-se carregada com todas as propriedades excluídas, em determinado momento, dessa última classe (por exemplo, uma disposição política conservadora implicada na oposição aos “vermelhos”). A *fidelidade* a essa identidade e àqueles que participam dela (“sou cristão”) confere à fé *professada* uma grande autonomia em relação às condições de existência atuais. Quanto ao efeito próprio do conteúdo exato da mensagem religiosa, pode-se pensar que ele fortalece a propensão primeira para pensar o mundo social segundo a lógica “personalista” da “salvação pessoal”, para apreender a miséria ou a opressão como fatalidades e fatalidades pessoais, semelhantes à doença ou à morte. (Inversamente, o modo de pensamento político tende a lançar fora da política tudo o que o modo de pensamento personalista e a religião constituem como ética, a começar por tudo o que tange a economia doméstica; daí, segue-se que ele está pouco preparado para politizar o doméstico, por exemplo, o consumo ou a condição das mulheres. Dificuldade redobrada pelo fato de que a vanguarda da politização do doméstico é composta, muitas vezes, por indivíduos ou movimentos de origem cristã; ora, é difícil determinar se eles politizam o doméstico ou se domesticam e despolitizam o político).

A oferta e a demanda de opiniões

Em uma tentativa para definir melhor a relação entre classes e opiniões políticas socialmente constituídas em determinado momento, pode-se ser tentado a analisar, a partir das estatísticas disponíveis, como se distribuem as escolhas das diferentes classes e frações de classe entre os diferentes jornais ou semanários mais ou menos marcados do ponto de vista político. Tentativa que é perfeitamente legítima apenas se começarmos por questionar a significação conferida pelas diferentes categorias de leitores à leitura do jornal que pode ser totalmente diferente das funções que lhe são comumente atribuídas ou com aquelas que lhe atribuem os produtores ou seus mandantes. Somente a fé etnocêntrica no mito da “opinião pessoal” que o indivíduo “se forma” mediante um esforço permanente para se informar e estar ao corrente pode levar a ignorar que o jornal – quando a pessoa lê algum – é um *jornal de opinião* apenas para alguns.

Assim, os leitores dos jornais com difusão em escala nacional, tais como *France-Soir* e *Le Parisien Libéré* (510.000 e 360.000 exemplares vendidos por dia, em 1977) distribuem-se em partes praticamente iguais, entre a direita e a esquerda – 41% contra 36% para o primeiro título e 33% contra 33% em relação ao segundo (enquanto 27% dos leitores de *L'Aurore*, aspecto ainda mais surpreendente considerando o conteúdo mais nitidamente à direita deste jornal, declaram-se prontos a votar à esquerda); 60% e 64% dos leitores respectivos desses dois jornais afirmam que não abandonariam sua leitura se as matérias publicadas tomassem posições políticas contrárias às deles; por último, uma elevada proporção desses leitores abstém-se de tomar posição sobre sua objetividade ou tomadas de posição na campanha eleitoral. Mas sobretudo, somente uma parcela muito reduzida dos leitores (24% para *Le Parisien Libéré* e 29% para *France-Soir* contra 37% em relação a *Le Figaro* e 42% a *L'Aurore*) diz-se em acordo total com as opiniões expressas por esses jornais, ao passo que uma forte proporção (40 e 50%, respectivamente) consideram essas publicações mais à direita que eles próprios. Vê-se aí que o efeito propriamente político de um jornal não se avalia pela orientação política de seu discurso propriamente político tal como ela pode ser apreciada no campo da produção ideológica e menos ainda pelo número de centímetros quadrados dedicados diretamente à política, mas pela relação que os leitores mantêm com o jornal, cuja mensagem política pode ser *ignorada* por eles e cuja ação política mais importante pode ser o fato de não atribuir importância à política.

Tudo se passa, de fato, como se a opinião política dos leitores fosse tanto mais independente da opinião explicitamente professada pelo jornal quanto mais esses leitores se situam no baixo escalão da hierarquia social. Comprar um jornal, por exemplo, *Le Parisien Libéré* ou *France-Soir* (ou, até mesmo, *L'Aurore*) é, para os operários ou empregados que votam nos socialistas ou comunistas – e que constituem, sem dúvida, o número mais importante dos leitores desses jornais, cujos votos vão para esses partidos, ou seja, 10 e 20% do público (do primeiro título) e 9 e 29% (do segundo) respectivamente – é executar um ato que, apesar de ser objetivamente político, além de pressupor e produzir, sem dúvida, a “despolitalização”, não implica qualquer filiação ou *delegação* política. Ao reservar 16,3% de seu conteúdo aos esportes (contra 2,6% no *Le Monde*) e aos esportes mais populares, o jornal *Le Parisien Libéré* é considerado por um grande número de seus leitores como um jornal esportivo que oferece pelo mesmo preço, diferentemente de *L'Équipe*, informações gerais e fatos do dia.

A independência relativa das opiniões políticas dos leitores em relação às tomadas de posição políticas do jornal deve-se, assim, ao fato de que, diferentemente do partido político, o jornal propõe uma informação que não é exclusivamente política – no sentido restrito que, habitualmente, se atribui a esta palavra – e, como produto múltiplo que, em proporções bastante variáveis, oferece política (internacional e interna), fatos do dia e esporte, ele pode ser objeto de um interesse relativamente independente dos interesses especificamente políticos.⁴⁵ Além disso, obedecendo à busca consciente da maximização do número dos leitores, preciosos para o lucro que trazem pela compra do jornal, assim como pelo acréscimo de valor que eles proporcionam para os anunciantes,⁴⁶ os órgãos de imprensa aos quais pode ser atribuída a designação de “para todos” – aliás, essa é a situação da maior parte dos jornais locais – têm o dever de evitar metodicamente tudo o que pode

chocar e ser rejeitado por uma fração de seu público atual ou potencial, ou seja, em primeiro lugar, as tomadas de posição propriamente políticas (afastadas também, pelas mesmas razões, da conversação ocasional com desconhecidos – em benefício de tópicos menos arriscados, por exemplo, falar acerca do tempo), com exceção, todavia, daquelas que podem ser percebidas como menos políticas, ou seja, as declarações oficiais (o que confere aos jornais “para todos” seu aspecto de órgãos semi-oficiais ou “governamentais”).⁴⁷ Esse imperativo, cuja imposição se torna mais forte à medida do crescimento da clientela, reunindo necessariamente pessoas cada vez mais diferentes por seus gostos e por suas opiniões, é suficiente para explicar os traços invariantes de todos os bens culturais “para todos”: folhetins televisivos, filmes de grande espetáculo, *best-sellers*, mensagens políticas sabiamente despolitizadas dos partidos políticos a que se atribui a denominação de “pegatudo” (*catch-all*), belezas insignificantes das vedetes hollywoodianas ou das profissionais do charme burocrático, perfil perfeitamente cortês e civilizado dos gestores modelos que tiveram de pagar sua ascensão com uma limagem metódica de todas as asperezas sociais, ou seja, outros tantos produtos que podem ser, afinal de contas, perfeitamente *não-determinantes-de-classe* ou, como se diz, *insípidos*, mas, mediante este preço, aceitáveis por todos os gostos.⁴⁸

Tudo opõe, assim, os jornais de grande circulação ou semanários “para todos” que obtêm a extensão máxima da clientela pela neutralização do produto aos pequenos grupos ou às revistinhas de vanguarda que, por sua vez, dão testemunho de sua lealdade para com seu programa inicial, seja por um desaparecimento rápido, seja por uma sobrevida incessantemente suspensa (devido às assinaturas, ao trabalho em excesso dos responsáveis e à dedicação dos militantes, etc.). A menos que eles não cheguem a superar ou gerir os conflitos desencadeados, tanto na unidade de produção quanto no público, pela busca da extensão máxima da clientela, condição de acesso ao poder, impondo concessões, compromissos ou atenuações em contradição com o programa inicial e em ruptura com a fração mais antiga e “significativa” do público. É assim que alguns grandes partidos (como, atualmente, o Partido Socialista) e alguns órgãos de imprensa de grande circulação podem encontrar, em uma gestão racional da concorrência no interior da unidade de produção que funciona como *campo*, o meio de oferecer às diferentes categorias de leitores ou eleitores – por exemplo, no caso de *Le Monde*, às diferentes frações da classe dominante – e sem ter de adotar explicitamente tal finalidade, produtos diversificados e ajustados às suas expectativas diferentes ou, até mesmo, opostas.

Mas, além disso, se excetuarmos os mais politizados que lêem *L'Humanité* ou qualquer outro jornal de extrema esquerda, os operários e empregados nunca vêem, praticamente, o jornal como uma espécie de guia político ou de mentor moral e cultural, que, a rigor, ele é, talvez, apenas para uma fração dos leitores do *Le Figaro*, nem como o instrumento de informação, documentação e análise que ele é, sem dúvida, para os estudantes de *Sciences Po* ou ENA, para os altos funcionários e para uma fração dos professores, ou seja, para o público-alvo de *Le Monde*. Além dos resultados e dos comentários esportivos, espera-se de um jornal, nas manhãs de segunda-feira, o que se designa por “notícias”, ou seja, informações sobre o conjunto dos acontecimentos pelos quais o indivíduo se sente diretamente atingido porque eles se referem a pessoas conhecidas (óbitos, casamentos, acidentes ou sucessos escolares publicados pelos jornais locais) ou a

Tabela 33 – Leitura dos jornais segundo o nível de instrução (homens - 1975)

Nível de instrução da pessoa entrevistada	Probabilidade de ler um jornal	Se a pessoa lê um jornal, probabilidade de ler:								
		um jornal regional	um jornal de difusão em escala nacional	L'Équipe	L'Aurore	France-Soir	La Croix	Le Figaro	Le Monde	L'Humanité
fundamental	64,7	87,3	18,0	3,7	2,7	6,1	0,5	1,3	1,2	3,4
fundamental superior	74,2	80,3	25,2	1,2	4,7	7,3	1,6	5,5	3,4	3,1
técnico-comerc.	65,5	79,0	15,8	6,9	3,5	8,9	0,3	3,0	3,0	4,4
secundário	67,2	80,6	28,9	5,6	3,0	7,4	1,0	5,6	8,0	2,7
superior	73,1	60,0	54,8	7,3	4,3	8,2	4,0	16,0	28,2	6,6

Tabela 34 – Leitura dos jornais segundo a idade (homens - 1975)

Nível de instrução da pessoa entrevistada	Probabilidade de ler um jornal	Se a pessoa lê um jornal, probabilidade de ler:								
		um jornal regional	um jornal de difusão em escala nacional	L'Équipe	L'Aurore	France-Soir	La Croix	Le Figaro	Le Monde	L'Humanité
15-25 anos	58,9	84,2	21,3	4,6	1,7	5,1	0,1	1,8	5,3	3,2
25-34 anos	64,6	77,4	32,7	10,4	2,7	8,7	0,6	4,8	10,2	4,3
35-49 anos	66,7	80,0	28,0	6,1	2,7	9,0	0,9	4,9	6,0	5,5
50-64 anos	71,9	81,3	25,4	2,5	3,8	7,7	1,7	3,7	4,3	3,7
65 anos e acima	74,1	82,2	23,7	0,5	5,5	4,7	1,7	6,1	3,3	1,8

Tabela 35 – Leitura dos jornais segundo a classe social

nível de instrução da pessoa entrevistada	Probabilidades		
	de ler um jornal	se a pessoa lê um jornal	
		de ler um jornal de difusão em escala nacional	de ler um jornal regional
homens			
agricultores	60,2	3,8	98,9
operários sem qualificação, pessoal de serviço	59,3	17,3	92,5
operários com qualificação, contramestres	63,0	18,8	89,9
pequenos empresários	70,7	20,2	90,1
empregados	66,1	33,4	80,5
quadros médios	63,7	40,6	73,3
negócios, quadros superiores	74,0	49,8	67,6
mulheres			
agricultores	53,3	-	100
operários sem qualificação, pessoal de serviço	46,3	12,8	92,4
operários com qualificação, contramestres	40,6	14,6	91,4
pequenos empresários	72,2	13,0	93,4
empregados	50,2	21,6	83,5
quadros médios	50,3	35,3	70,8
negócios, quadros superiores	68,9	52,0	61,7

Fonte: F. C. XXXV (CESP, 76)

peças semelhantes a si, cuja desgraça, miséria ou infortúnio – por exemplo, a catástrofe ocorrida durante o verão de 1978 em um *camping* popular, na Espanha – são sentidos por procuração. O interesse por essas “notícias” – que os jornais chamados “sérios” relegam para o espaço mais insignificante porque é de bom tom desdenhá-las – não é diferente, certamente, em natureza daquele que os membros da classe dominante, mais próximos dos centros de decisão política, dedicam às notícias chamadas gerais, à nomeação dos membros dos gabinetes ministeriais ou do Comissário para o Plano, às eleições para a Academia Francesa ou às recepções do *Palais de l’Elysée*, às lutas de clãs no interior dos aparelhos políticos ou às guerras de sucessão no âmbito de determinado jornal de grande circulação ou de determinada grande empresa, sem falar das colunas sociais ou da lista dos vencedores dos concursos das *grandes écoles*. É somente nos jantares ou conversações da existência burguesa que os nomes próprios de interesse geral – o do ministro da Fazenda ou do diretor de seu gabinete, do diretor da empresa Schlumberger ou do diretor dos prêmios, etc. – remetem a pessoas familiares, concretamente conhecidas e freqüentadas que, a exemplo dos vizinhos e primos da aldeia, pertencem ao universo do interconhecimento (o que contribui consideravelmente para transformar a leitura de *Le Monde* em uma condição prévia obrigatória para entrar no “mundo”). Esquece-se que a classe dominante se define precisamente por seu interesse particular pelos negócios chamados de interesse geral porque os interesses particulares de seus membros estão particularmente associados a tais negócios.

Mas essa é apenas uma das razões para suspeitar da oposição semi-erudita entre *news* e *views*, entre “jornal sensacionalista”, como se diz, e jornal de “reflexão”. O que se designa, através da leitura dessas duas categorias de jornais, são, de fato, duas relações completamente diferentes com a política. O fato de ler um jornal de difusão em escala nacional e, sobretudo, um dos jornais legítimos de grande circulação, tais como *Le Figaro* ou *Le Monde*, é uma forma, entre outras – como o fato de escrever nos jornais ou para os jornais, de assinar petições publicadas nos jornais ou responder às pesquisas lançadas pelos jornais, etc. –, de manifestar que o indivíduo se sente membro do país legal, ou seja, com direito e *dever* de participar na política, de exercer verdadeiramente *seus direitos de cidadão*.

Não causará espanto o fato de observar que a leitura dos jornais de difusão em escala nacional – e, sobretudo, dos mais legítimos – está estreitamente associada ao nível de instrução, em virtude de um efeito de atribuição estatutária: o diploma escolar contribui consideravelmente para determinar o sentimento de pertencer de pleno direito ao universo da política e da cultura legítimas, do qual participa o sentimento de ter direito e dever de ler um jornal legítimo.

Se a probabilidade de ler um jornal cresce sempre fortemente com o capital escolar – a probabilidade de ler um jornal regional varia em sentido inverso –, as diferenças são particularmente marcantes em relação a *Le Monde* e *Le Figaro*, cujo público se encontra, por uma parte considerável, entre os detentores de um diploma de ensino superior. Por intermédio do vínculo com o capital escolar, a probabilidade de ler um jornal de difusão em escala nacional está associada à classe social (embora de maneira menos estreita): bastante baixa nas classes populares em que a leitura se reduz quase exclusivamente aos

jornais esportivos e aos jornais “para todos” (*France-Soir* e *Le Parisien Libéré*), ela aumenta regularmente à medida que se sobe na hierarquia social. Tudo permite supor que, em igualdade de circunstâncias, as mulheres estão, do ponto de vista social, mais inclinadas que os homens a se interessar pelo conteúdo “não-político” dos jornais (“notícias” locais, fatos do dia, coluna social, etc.). Diferentemente do que se passa na ordem das práticas culturais, o efeito de atribuição estatutária exercido pelo capital escolar só será pleno, em matéria de política, quando se verificar o enfraquecimento ou a eliminação dos efeitos da divisão tradicional do trabalho entre os sexos, como é o caso nas frações dominadas da classe dominante: observa-se assim que, salvo na classe dominante, a taxa de leitura de um jornal de difusão em escala nacional é mais elevada entre os homens que entre as mulheres (a relação inversa observa-se para a leitura de um jornal regional). Enquanto a probabilidade de ler, pelo menos, um jornal aumenta ligeiramente com a idade, a probabilidade de ler um jornal de difusão em escala nacional é praticamente independente da idade – apesar de ser ligeiramente mais elevada para a faixa etária de 25 a 49 anos que para as faixas etárias superiores –, como se o envelhecimento fosse acompanhado de um enfraquecimento do sentimento de ser obrigado a estar *ao corrente* em matéria de política (esta tendência não aparece no caso de *L'Aurore* e de *Le Figaro*: sabe-se que uma parcela importante de seus leitores se encontra entre os diretores de empresas industriais e comerciais que podem manter-se em atividade até uma idade bastante avançada).

No entanto, a diferença entre a “imprensa sensacionalista” e a “imprensa de informação” reproduz, afinal de contas, a oposição entre aqueles que *fazem* política em atos, palavras ou pensamentos, e aqueles que a ela estão *submetidos*, entre a opinião atuante e a opinião submissa. E não é por acaso que a oposição entre as duas imprensas evoca – sob a figura da antítese do *entendimento* e da *sensibilidade*, da *reflexão* e da *sensação*, que se encontra no âmago da representação dominante da relação entre dominantes e dominados – a oposição entre duas relações com o mundo social, ou seja, entre o ponto de vista soberano daqueles que, na prática ou em pensamento (“As idéias gerais, dizia mais ou menos Virginia Woolf, são idéias de general”), dominam o mundo social e a visão obscurecida, acanhada, parcial, a do simples soldado perdido na batalha, daqueles que são dominados por esse mundo.⁴⁹ A análise política supõe a distância, a verticalidade, a posição em *sobrevôo* do observador que se situa acima do combate ou o recuo do historiador que se reserva e reserva o tempo da reflexão, ao operar uma espécie de distanciamento político capaz, a exemplo do distanciamento estético, de neutralizar o objeto em sua presença imediata, sua urgência e suas funções, de substituir o enunciado direto das palavras ou das palavras de ordem, em sua brutalidade bruta, pela retradução eufemizante do *estilo indireto*,⁵⁰ de subsumir – sob os conceitos unificadores da análise política – a pura multiplicidade sensível do fato em sua facticidade pura, dos fatos do dia, da diversidade sensível, do acontecimento imediato e efêmero, de tudo o que se designa por sensacional e cuja leitura satisfaz o leitor comum de jornais comuns, basbaque curioso, levado à imersão no acontecimento e no tempo curto das sensações fugitivas e *faceis*. Como a arte “difícil” por oposição à arte “fácil” ou o erotismo por oposição à “pornografia”, os jornais chamados de qualidade invocam uma relação com o objeto que implica a

afirmação de uma distância em relação ao objeto que é afirmação de um poder sobre o objeto e, ao mesmo tempo, da dignidade do sujeito que se afirma por meio desse poder. Muito mais que as opiniões “pessoais” de que o leitor tem necessidade, eles lhe reconhecem a dignidade de *sujeito político*, capaz de ser o sujeito, não propriamente da história, mas, no mínimo, de um discurso sobre a história.

Tendo definido, assim, a significação da relação mantida pelas diferentes classes sociais com seus jornais e através da qual se apreende, sem dúvida, uma dimensão de sua relação objetiva e subjetiva com “a política” – que se manifesta, também, nas taxas de participação nas instâncias dirigentes dos diferentes partidos ou nos diferentes postos eletivos – pode-se tentar deduzir variações da leitura dos jornais de difusão em escala nacional mais claramente marcados do ponto de vista político das indicações sobre as tomadas de posição políticas (cf. Tabela 36). Em primeiro lugar, pode-se delinear com bastante precisão o limite, inseparavelmente cultural e político, entre as classes populares que, fora dos jornais locais, lêem quase exclusivamente jornais “para todos”, e as classes médias: os técnicos, cujo nível de leitura da imprensa cotidiana é bastante semelhante ao nível dos contramestres, opõem-se aos empregados, cujo nível de leitura é nitidamente mais elevado, e aos quadros médios que lêem muito mais, apesar de lerem, também, mais à direita (ou seja, lêem com maior frequência *La Croix*, *Le Figaro* e *Le Monde* e com menos frequência *L'Humanité* ou *L'Équipe*). Neste caso, é possível apreender, sem dúvida, os efeitos acumulados de meios profissionais profundamente diferentes, o mundo dos ateliês e o mundo dos escritórios, mas também de formações propícias a fortalecer as diferenças prévias: a formação técnica, mais propensa a práticas e interesses semelhantes aos dos outros trabalhadores braçais; e a formação secundária que, ao iniciar, por pouco que seja, à cultura legítima e a seus valores, introduz um rompimento com a visão popular do mundo.

Para verificá-lo, basta observar que, apesar de terem rendas nitidamente superiores e uma distribuição geográfica praticamente semelhante à dos empregados (apenas um pouco mais representados em Paris), os contramestres mostram taxas de leitura nitidamente mais baixas, tanto para os jornais de difusão em escala nacional, quanto para os semanários (ou seja, 18,5% para os jornais e 28,4% para os semanários contra 41,4% e 43,2% entre os empregados) e lêem com maior frequência os jornais “para todos” ou, em matéria de semanários, *L'Humanité-Dimanche*, ao passo que os empregados lêem ligeiramente mais *Le Figaro*, *Le Monde* e *La Croix*, e em relação aos semanários, *La Vie* e, sobretudo, *Le Nouvel Observateur*. Tudo permite supor que os leitores separados por esta fronteira estatística opõem-se, por outros aspectos e, principalmente, por suas atitudes em relação à religião, aos sindicatos e partidos políticos: do lado dos empregados, uma parcela maior de católicos praticantes, sindicalizados à FO e votantes socialistas (ou PSU e esquerdistas), mas também gaullistas; e, do lado dos operários, uma maior proporção de não-crentes e não-praticantes, sindicalizados à CGT e comunistas (cf. M. Dogan, *op. cit. passim*). Essas oposições são, por sua vez, parte integrante de estilos de vida associados a diferentes trajetórias sociais e condições de exercício da profissão (por exemplo, as diferenças segundo a antiguidade da urbanização e da proletarização da linhagem, ou segundo o tamanho da empresa, etc.).⁵¹

Os jornais e semanários – salvo *L'Humanité* – só desempenham verdadeiramente seu papel como marcadores políticos a partir do nível das classes médias. O espaço delineado pela quantidade e qualidade das leituras reproduz, com bastante exatidão, no nível das classes médias, assim como da classe dominante, as oposições comuns segundo o volume e a estrutura do capital: por um lado, as frações ricas (relativamente) em capital econômico – artesãos e pequenos comerciantes, ou industriais e grandes comerciantes – que lêem pouco e, sobretudo, jornais “para todos”; e, por outro, as frações ricas (relativamente) em capital cultural – empregados, quadros médios, professores primários, membros das profissões liberais, engenheiros, quadros superiores e professores secundários – que lêem muito, tanto jornais de difusão em escala nacional e, sobretudo, os mais “legítimos”, quanto semanários. Nas classes médias, assim como na classe dominante, decresce a parcela dos leitores de jornais de difusão em escala nacional e de jornais de esquerda, ao passo que cresce a parcela dos leitores de jornais regionais e de jornais de direita quando se vai dos professores primários ou dos professores secundários e universitários para os pequenos ou grandes comerciantes.

É somente para os membros da classe dominante que o jornal desempenha verdadeiramente o papel de princípio gerador de tomadas de posição que é definido por certa *posição* distintiva em um campo de princípios geradores institucionalizados de tomadas de posição e que, sem dúvida, exprime tanto mais completa e adequadamente seus leitores, quanto mais perfeita é a homologia entre sua posição no campo dos órgãos de imprensa e a posição ocupada por eles no campo das classes (ou frações de classe), fundamento do princípio gerador de suas opiniões. Assim, em um pólo, encontram-se os grandes comerciantes e industriais que, nível reduzido de leitura, lêem, sobretudo, jornais “para todos” e *Le Figaro*; e, no outro, os professores (e, ainda mais longe, os intelectuais) que, nível elevado de leitura, lêem, de preferência, *Le Monde* e *L'Humanité* ou *Le Nouvel Observateur*. O espaço dos semanários – sem dúvida, pelo fato de que eles devem manter um maior distanciamento em relação ao curso cotidiano da vida política, reservando um espaço mais amplo para a vida cultural e, também, pelo fato de que só conseguem atingir as grandes tiragens necessárias para atrair os anunciantes com a condição de evitar todos os princípios de divisão e exclusão, além de procurarem os terrenos, objetos e estilos mais característicos das publicações “para todos” – é menos nitidamente delineado, ainda que *Le Nouvel Observateur* se oponha, até agora bastante claramente, a *L'Express* e *Le Point*. Sem dúvida, convém abster-se de levar longe demais a interpretação das diferenças entre as frações que definem posições intermediárias – e, sobretudo, as mais heterogêneas, tais como os quadros ou engenheiros – pelo fato de que as pesquisas dos anos sucessivos apresentam divergências imputáveis à exigüidade das populações correspondentes nas amostras representativas. Todavia, sabendo pela pesquisa – que estabelece esta distinção – sobre “a leitura da imprensa unicamente na classe dominante” (F.C., V) que os quadros do setor privado lêem com uma freqüência maior *LAurore* e *Le Figaro* (assim como órgãos de informação econômica, ou seja, *Les Échos* e *Entreprise*) e com uma freqüência menor *Le Monde* e *Le Nouvel Observateur* que os quadros do setor público e, também,

que os membros das profissões literárias e científicas lêem com uma frequência maior *Le Nouvel Observateur* e com uma frequência menor *Le Figaro* que os professores, pode-se estimar que o modo das distribuições, segundo as frações, dos jornais e semanários classificados de acordo com seu conteúdo político – jornais “para todos” (com *L’Aurore*), *Le Figaro*, *Le Monde*, *Le Nouvel Observateur*, *L’Humanité* – tende a deslocar-se continuamente quando se avança na seguinte ordem: grandes comerciantes e industriais, quadros do setor privado, membros das profissões liberais, quadros do setor público, professores e intelectuais; neste caso, as categorias centrais, em particular, os membros das profissões liberais e engenheiros, caracterizam-se pela dispersão particularmente elevada de suas leituras.

A oposição entre as frações, segundo a estrutura do capital possuído, é embaralhada pelos efeitos da oposição que, no interior de cada uma das frações, opõe os “jovens” e os “velhos” ou, mais exatamente, os *predecessores* e os *sucessores*, a “moda antiga” e a “nova moda”. As frações dominadas que, pelo fato de sua posição no espaço da classe dominante, estão situadas globalmente do lado da subversão parcial e simbólica, têm também seus dominantes (temporalmente) que podem encontrar-se remetidos – entre outros fatores, pelas disposições subversivas dos pretendentes – para o lado da conservação; e, do mesmo modo, no âmago das frações dominantes, comprometidas estreitamente com todas as formas de conservação, os sucessores (e, em certa medida, as mulheres) afastados, provisoriamente, do poder, podem participar, até certo ponto e por um período mais ou menos longo, da visão do mundo social proposta pelas frações dominadas. É assim que, na oposição entre *Le Figaro* ou *L’Express* e *Le Nouvel Observateur* exprimem-se não só a oposição entre as frações dominantes e as frações dominadas, entre privado e público e, de forma mais precisa, entre os empresários mais próximos do pólo privado do campo econômico, os menos ricos em capital escolar e, sem dúvida, os mais ameaçados pelo declínio, os quadros do setor privado mais velhos e mais ligados ao patronato, por um lado, e, por outro, os quadros do setor público e os professores, mas também a oposição entre os predecessores e os sucessores, os jovens e os velhos.⁵² Servindo-se, sem o saber, da confusão entre as lutas de classe e as lutas de frações de classe ou, mais simplesmente, entre a direita e a “rive droite” ou a esquerda e a “rive gauche”, e também da imprecisão classificatória e conceitual resultante das sobreposições parciais das diferentes divisões internas da classe dominante, *Le Nouvel Observateur* permite que todos os dominantes dominados, sob uma ou outra das relações possíveis – intelectuais, jovens ou mulheres –, vivam a soma de suas contestações, *necessariamente parciais*, como o questionamento mais radical da ordem estabelecida. Ao remeter, assim, as “lutas antigas” ao tempo passado, ele oferece-lhes por acréscimo os instrumentos e os prazeres de um esnobismo inseparavelmente ético, estético e político, capaz de conciliar, em uma espécie de pessimismo antiburguês, as aparências do vanguardismo intelectual, que conduz ao elitismo, e as do vanguardismo político, que conduz ao populismo. Se, aparentemente, a maior parte dos julgamentos proferidos por ele sobre o mundo social não têm outro fundamento além da oposição entre a “moda antiga” e a nova moda, e se a contestação da ordem social se reduz à contestação das

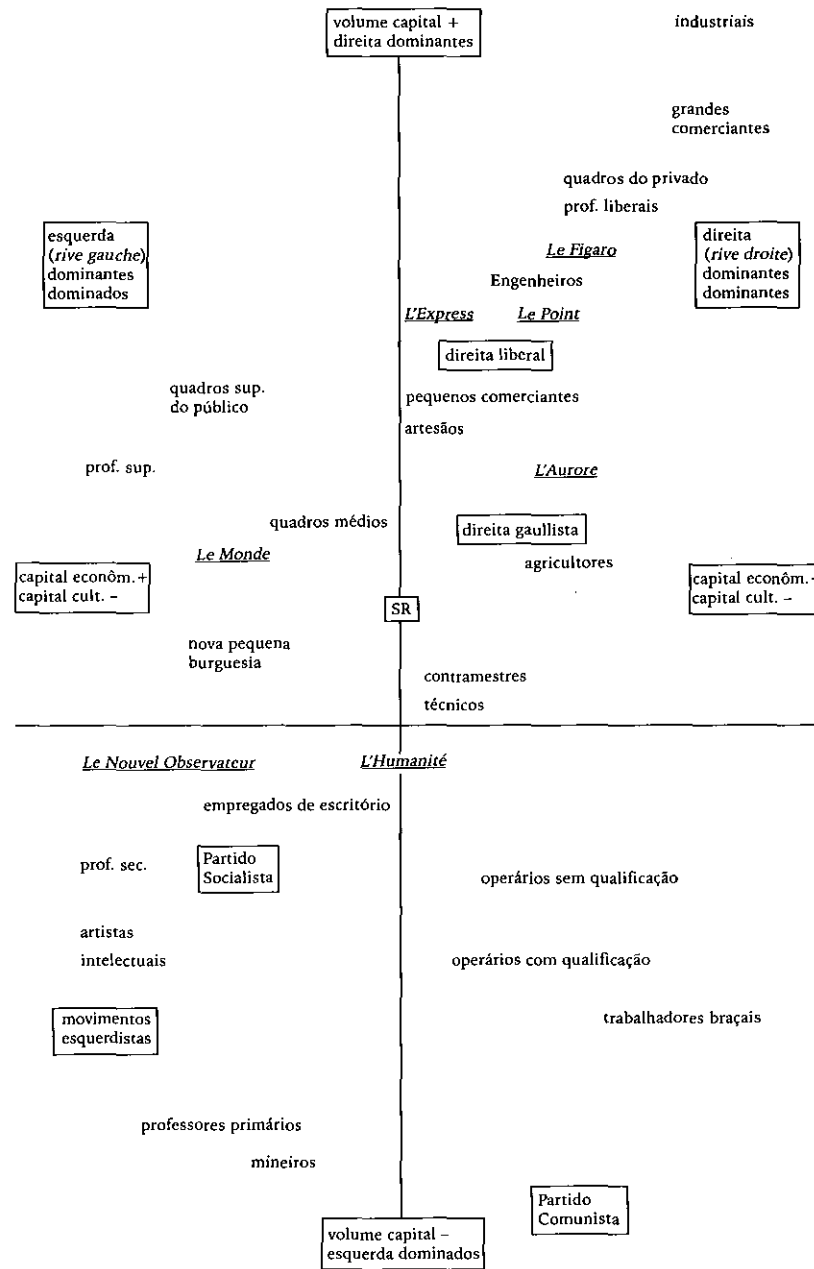
formas – as formas estabelecidas da cortesia, da política ou da arte – é porque as estratégias de subversão simbólica impostas a alguns pelas lutas de concorrência pela sucessão, encontram seus limites no reconhecimento da moda e dos desafios que elas supõem e produzem; e, mais exatamente, é porque a ordem interna da classe dominante depende diretamente de tudo o que regulamenta a estrutura do tempo social, isto é, a *ordem das sucessões*, no duplo sentido, seja tratando-se das representações – que atribuem paixões e poderes, liberdades e deveres, a cada idade – ou do respeito pelas formas e das formas de respeito que, melhor que todas as regras, garantem as distâncias sociais ao manter as distâncias temporais, as diferenças, as relações, os atrasos e as expectativas que a conveniência impõe à impaciência dos sucessores.

O espaço político

Tendo chegado a este ponto, pode-se materializar e sistematizar provisoriamente o conjunto das relações estabelecidas em um esquema do espaço político, visando representar a maneira como as diferentes frações de classe se distribuem umas em relação às outras – as positivas relativas são, evidentemente, mais fáceis de controlar, portanto, mais seguras que as *distâncias* – e, ao mesmo tempo, em relação ao conjunto dos “produtos” ou das “marcas” de ordem política que funcionam como balizas em referência às quais é possível se situar ou como emblemas graças aos quais são afirmadas as diferenças. Esse espaço aparece imediatamente como uma deformação sistemática do espaço das classes e frações de classe distribuídas segundo o volume e a estrutura de seu capital: o conjunto das frações situadas à esquerda no espaço político (e no esquema) são arrastadas para baixo, enquanto as que se encontram à direita são atraídas para o alto, o que se compreende, conforme já vimos, porque existe o acúmulo dos efeitos da oposição no que diz respeito ao volume global do capital com os da oposição do ponto de vista da estrutura do capital (e da trajetória que lhe está associada). A posição atribuída às frações de classe ou às “marcas” limita-se a indicar, é claro, o ponto central em torno do qual se distribuem, mais ou menos amplamente segundo os casos, a população ou a clientela considerada: a “superfície social” correspondente a cada um dos pontos marcados varia, de fato, consideravelmente segundo o volume da população designada que, na maior parte das vezes, está vinculada à sua dispersão social (embora o crescimento do volume de uma clientela possa resultar tanto da intensificação da penetração em um espaço restrito, quanto da extensão do espaço abrangido).

Gráfico 21

Este diagrama é um *esquema teórico* que foi construído com base em uma leitura aprofundada das estatísticas disponíveis (e de diferentes análises de correspondência). Foram levados em consideração apenas os órgãos da imprensa que funcionam como "marcas" e "marcadores" na área política.



O efeito próprio da trajetória

Assim, para fazer aparecer que, apesar da crença habitual em sua independência, as escolhas políticas são realmente dependentes da classe social, mesmo definida *sincronicamente* pela posse de um capital de determinado volume e de determinada estrutura, basta construir adequadamente as categorias – e seria possível avançar muito mais longe no sentido proposto por Michelat e Simon, ao levar em consideração as propriedades *diacrônicas* de cada posição social e, sobretudo, talvez, ao adotar os meios para descrever e compreender o significado, para cada classe ou fração de classe adequadamente caracterizadas, das diferentes *marcas* políticas e dos produtos políticos correspondentes. Pode-se lamentar que as pesquisas disponíveis (na França) não permitam apreender e isolar os efeitos de trajetória e de inculcação (através da profissão e das opiniões políticas dos pais); e, mais ainda, talvez, que elas estejam desprovidas de qualquer meio para apreender diretamente, *na maneira de enunciá-las ou justificá-las*, as diferenças mediante as quais as opiniões *nominalmente idênticas* são realmente incomparáveis, até mesmo, incompatíveis (a não ser no papel). Mesmo que a lógica eleitoral ignore as diferenças entre o voto comunista do artista ou do professor e o do professor primário ou, *a fortiori*, do empregado, do operário sem qualificação ou do mineiro, não é uma razão para que a ciência deva adotar o mesmo procedimento: sob pena de impedir qualquer oportunidade de produzir uma explicação científica, ela deve descobrir as maneiras realmente diferentes de ser ou de se dizer comunista e as diferentes significações do voto em favor do Partido Comunista que se ocultam sob a identidade nominal dos votos, não deixando de saber também contar com o fato politicamente importante segundo o qual a lógica eleitoral trata opiniões – que diferem tanto em suas intenções, quanto em seus considerandos – como se fossem idênticas.

Ocorre que só pode haver uma verdadeira compreensão das diferenças, às vezes, imensas, que separam categorias, apesar de sua proximidade no espaço objetivo – tais como os artesãos ou os agricultores e os contramestres ou os técnicos –, se for levada em consideração, além do volume e da estrutura do capital, a evolução no tempo dessas propriedades, ou seja, a *trajetória social* do grupo em seu conjunto e do indivíduo considerado e de sua linhagem, que se encontra na origem da *representação subjetiva* da posição objetivamente ocupada. Uma das características mais determinantes das escolhas políticas reside, efetivamente, no fato de que elas fazem intervir, mais que todas as outras escolhas – mais, sobretudo, que as escolhas obscuras e profundas do *habitus* –,⁵³ a representação mais ou menos explícita e sistemática que o indivíduo tem do mundo social, assim como da posição que ocupa e “*deveria*” ocupar nele; e o discurso político, quando existe enquanto tal, limita-se a ser, na maior parte das vezes, a expressão mais ou menos eufemizada e universalizada – e sempre irreconhecível para quem o pronuncia – dessa representação. O mesmo é dizer que, entre a posição realmente ocupada e as tomadas de posição se interpõe uma representação da posição que, apesar de ser determinada pela posição – com a condição de que seja definida completamente, ou seja, *também* diacronicamente – pode estar em desacordo com as tomadas de posição que a posição parece implicar para um observador externo (eis o que, às vezes, se designa por “falsa



consciência”). O pendor da trajetória individual e, sobretudo, coletiva, comanda, por intermédio das *disposições temporais*, a percepção da posição ocupada no mundo social e a relação encantada ou desencantada com essa posição que é, sem dúvida, uma das principais mediações através das quais se estabelece a relação entre a posição e as tomadas de posição políticas: o grau em que os indivíduos e os grupos estão voltados para o futuro, a novidade, o movimento, a inovação, o progresso – disposições que se manifestam, principalmente, no liberalismo em relação aos “jovens”, para e por quem tudo isso pode advir – e, de forma mais geral, sentem propensão pelo otimismo social e político ou, ao contrário, estão orientados para o passado, movidos pelo ressentimento social e pelo conservadorismo, depende, de fato, de sua *trajetória coletiva*, passada e potencial, ou seja, do grau em que, por um lado, eles tiverem conseguido reproduzir as propriedades de seus ascendentes e, por outro, estão (ou se sentem) em condições de reproduzir suas propriedades em seus descendentes.

Uma classe ou uma fração de classe está em declínio, portanto, voltada para o passado, quando deixou de ter a possibilidade de se reproduzir com todas as suas propriedades de condição e de posição, e quando, para reproduzir seu capital global e manter sua posição – atual ou a de sua família de origem – no espaço social, seus membros mais jovens devem, em uma proporção importante, operar, pelo menos, uma reconversão de seu capital que é acompanhada por uma mudança de condição, marcada por um deslocamento horizontal no espaço social: ou, em outras palavras, quando a reprodução da posição de classe torna-se impossível (desclassificação) ou se realiza apenas por uma mudança de fração de classe (reconversão). Neste caso, a transformação do modo de geração social dos agentes determina a aparição de *gerações* diferentes, cujos conflitos não se reduzem ao que se inscreve, em geral, nos conflitos de gerações já que têm como princípio a oposição entre os valores e os estilos de vida associados à predominância, no patrimônio, do capital econômico ou cultural.

A história estrutural de um campo – tratando-se do campo das classes sociais ou de qualquer outro campo – periodiza a biografia dos agentes comprometidos com ele (de modo que a história individual de cada agente contém a história do grupo a que ele pertence). Na seqüência, em uma população, só é possível recortar *gerações* – por oposição a simples faixas etárias arbitrárias – com base em um conhecimento da história específica do campo em questão: de fato, somente as mudanças estruturais que afetam tal campo possuem o poder de determinar a produção de gerações diferentes, transformando os *modos de geração* e determinando a organização das biografias individuais e a agregação de tais biografias em classes de biografias orquestradas e ritmadas segundo o mesmo tempo. Apesar de seu efeito consistir em *sincronizar*, durante um período mais ou menos longo, os diferentes campos e confundir, no espaço de um momento, a história relativamente autônoma de cada um desses campos em uma história comum, os grandes acontecimentos históricos – revoluções ou mudanças de regime – que são, quase sempre, utilizados como referências na periodização dos campos de produção cultural, introduzem freqüentemente cortes artificiais e desestimulam a busca das descontinuidades próprias de cada campo.

O conservadorismo liberal das frações da classe dominante, cuja reprodução é garantida a ponto de se tornar algo evidente, opõe-se, assim, às disposições reacionárias das frações que, ameaçadas em seu futuro coletivo, só podem manter seu valor ao se relacionarem e se reportarem ao passado, referindo-se a sistemas de valores, ou seja, a uma lógica da determinação do valor, correspondente a um estado superado da estrutura do campo das classes sociais.⁵⁴

Se é certo que certos indivíduos, ocupantes de posições semelhantes, podem ter opiniões diferentes, segundo sua origem social e sua trajetória, tudo parece indicar que os efeitos da *trajetória individual*, particularmente visíveis no caso dos grupos que ocupam posições mal determinadas no espaço social e, por este fato, levadas a uma grande dispersão sob todos os aspectos, se exercem no limite dos efeitos próprios da classe; de modo que as disposições ético-políticas dos membros da mesma classe aparecem como outras tantas formas transformadas da disposição que caracteriza, fundamentalmente, o conjunto da classe.⁵⁵ Assim, o *obsequium*, ou seja, o reconhecimento profundo da ordem estabelecida, que fixa os limites à revolta pequeno-burguesa, encontra-se também na origem das virtudes sociais da nova pequena burguesia: quando se trata de vender bens ou serviços que, à semelhança dos bens culturais ou materiais – por exemplo, “bens de conforto”, aparelhos eletrodomésticos, móveis ou imóveis, vestuário ou equipamentos de lazer – são a materialização mais ou menos bem-sucedida do estilo de vida dominante, e cuja aquisição implica uma forma de reconhecimento dos valores dominantes em matéria de ética ou estética, nada convém melhor que a disposição para vender suas próprias virtudes, suas próprias certezas, seus próprios valores, em resumo, a certeza de seu próprio valor, em uma espécie de *esnobismo ético*, afirmação de singularidade exemplar que traz em seu bojo a condenação de todas as outras maneiras de ser ou de fazer. Essa disposição impõe-se particularmente já que implica a combinação da boa vontade que é a condição de tal empreendimento com a boa consciência que é sua recompensa, quando se trata

de converter as classes populares e introduzi-las na corrida, impondo-lhes a mais recente inovação da conveniência burguesa, a última moda ou moral, além de empenhar – na repressão de suas disposições “repressivas” – uma convicção indignada semelhante àquela que, em outras épocas, outros indivíduos haviam investido na repressão de seu laxismo e de sua intemperança irreprimíveis.

No terreno político, a submissão ética à classe dominante e aos “valores” encarnados por ela denuncia-se pela contestação da ordem estabelecida que, ao encontrar seu princípio no sentimento de estar fora de seu lugar adequado nessa ordem, obedece às normas de conveniência impostas pela classe a que se pretende pertencer, exatamente pela contestação dessa classe: é assim que, ao recorrer à sua estratégia favorita que consiste em desviar contra a ordem dominante os próprios princípios que ela proclama, os pequeno-burgueses confirmam o reconhecimento atribuído a tais princípios, portanto, o reconhecimento a que teriam direito, em nome desses princípios, por sua luta incansável contra o escândalo e, acima de tudo, contra a *hipocrisia*, fonte de todos os escândalos, que impede a aplicação de tais princípios. O desejo de ser reconhecido socialmente e a identificação antecipada à classe dominante denunciam-se pela natureza das reivindicações que, prioritariamente, se orientam para os aspectos simbólicos da existência, não só porque os atentados à dignidade e ao respeito da “pessoa” fazem-se sentir tanto mais e de forma tanto mais dolorosa, quanto mais desembaraçado estiver o indivíduo das formas mais brutais da exploração e da opressão, mas também porque a própria preocupação com a dignidade conduz às reivindicações mais bem preparadas para certificar, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, a dignidade daquele que as formula. É assim que o temor de perder o que eles haviam adquirido ao procurar obter tudo o que lhes havia sido prometido – em particular, através da escola e do diploma escolar – não garante, certamente, a explicação completa para a forma assumida pelas estratégias reivindicativas dos pequeno-burgueses: aos meios comuns da luta operária, ou seja, a greve ou a passeata, vislumbrados apenas como últimos recursos – aliás, sua moderação será abandonada apenas por um excesso de injustiça (“se for necessário, vamos protestar na rua!”) –, os pequeno-burgueses preferem as armas simbólicas e, antes de mais nada, a pedagogia que instaura uma relação de dominação moral ou a “informação”, objeto de uma confiança fora de controle, assim como a forma particular de ação coletiva concretizada na *associação*, agrupamento estritamente serial de indivíduos reunidos somente pela mesma “causa” e pela mesma vontade de exercer uma espécie de intimação ética: o voluntariado – dispêndio ostensivo de *boa vontade*, ação ética pura e puramente desinteressada que não reconhece outra finalidade além de si mesma – confere, entre outros, o direito de se indignar, em nome da impecabilidade daqueles que se expuseram ao perigo, fizeram todo o seu dever e, sobretudo, criaram *um fato consumado que faz apelo ao reconhecimento*.⁵⁶ A ação – estritamente “desinteressada”, “limpa”, “digna”, isenta de todos os “comprometimentos” da “política” – é, de fato, a condição do sucesso da diligência que visa a *institucionalização*, a forma mais acabada de reconhecimento social, perseguida mais ou menos secretamente por todas as *associações*, movimentos pequeno-burgueses por excelência que, diferentemente dos partidos, proporcionam os benefícios de dignidade e respeitabilidade das iniciativas “de interesse geral”, sem deixar de prometer a satisfação, de maneira totalmente direta, dos interesses particulares.⁵⁷

No entanto, se a posição ocupada pontualmente no espaço social não está vinculada às tomadas de posição políticas por relações tão simples e diretas, quanto aquelas observadas em outros domínios, não é somente porque a trajetória individual e coletiva orienta a percepção do mundo social e, sobretudo, do futuro desse mundo por intermédio das experiências associadas à ascensão ou ao declínio;⁵⁸ mas é também e, sobretudo, porque as possibilidades de que a “escolha” política esteja limitada a uma resposta *politicamente cega* do *ethos* de classe aumentam à medida que se avança em direção às faixas etárias mais elevadas e a unidades de residência de menor porte, ou à medida que se desce na hierarquia dos níveis de instrução ou das posições sociais, além de serem nitidamente mais fortes entre as mulheres que entre os homens. Apesar de ser menos marcante entre os operários, mais “politizados”, que entre os agricultores e pequenos empresários, a contaminação da política pela moral não poupa os membros das classes populares: de fato, entre aqueles que, pelo sexo (as mulheres), idade (os velhos), residência (os rurais) e, correlatamente, meio de trabalho (os trabalhadores das pequenas empresas), estão mais expostos à ameaça do declínio social, da queda ou da recaída no subproletariado e, ao mesmo tempo, menos formados e enquadrados do ponto de vista político, portanto, menos propensos e preparados para apreender os problemas e as situações através das categorias de percepção e apreciação políticas, nada vem contrariar a inclinação para o pessimismo, até mesmo, para o ressentimento que leva à rejeição generalizada da “política” e dos “politiqueiros”, sejam eles quais forem, e, por conseguinte, do abstencionismo ou conservadorismo.⁵⁹

Pode-se supor que os indivíduos sejam tanto mais sensíveis aos *efeitos de ocultamento* (ou de falsa contextualização) exercidos pelos grupos baseados localmente (e também pelos campos), ou seja, mais propensos a tomar um subespaço social com base geográfica – aldeia, grupo de vizinhança, etc. – como referente de sua apreciação da posição que ocupam no espaço social, quanto maior é sua carência em relação às propriedades que determinam as oportunidades de acesso à opinião ou aos meios para constituí-la (por exemplo, a leitura de um jornal de difusão em escala nacional). Os dominantes de um espaço globalmente dominado (proprietários de 50ha em uma região de pequenas propriedades, notáveis locais, contramestres, etc.) podem, assim, proceder a escolhas políticas que, no pressuposto de que a árvore esconde a floresta, estão de acordo com as escolhas feitas pelos dominantes propriamente falando.⁶⁰ A mesma lógica ocorre, sem dúvida, em parte, no fato de que os empregados de escritório, situados no escalão mais baixo da hierarquia dos assalariados da administração e das classes médias, votam mais à esquerda que os contramestres que, por sua vez, ocupam o topo da classe operária. De forma mais geral, pode-se supor que, em igualdade de circunstâncias e seja qual for a posição desses campos no espaço social, os dominantes de um campo relativamente autônomo têm uma propensão maior para votar à direita que os dominados do campo correspondente, enquanto os dominados de todos os campos manifestam uma inclinação maior para votar à esquerda que os dominantes correspondentes.

A linguagem política

Assim, a parte da discordância – que permanece inexplicada durante o tempo em que o indivíduo se situa do lado dos determinantes das disposições éticas – reside na relação que se estabelece, por ocasião da pesquisa de opinião ou da escolha eleitoral, entre uma oferta de opiniões previamente preparadas e determinada capacidade de escolha: os consumidores de opiniões podem cometer erros de objeto (alodoxia) e, inclusive, estarão tanto mais expostos a se reconhecerem nas opiniões que não são as próprias, quanto maior confiança depositarem – por não disporem de princípios de percepção e apreciação propriamente políticos – nos esquemas politicamente incertos, até mesmo, indeterminados, de seu *ethos* de classe; no entanto, eles podem também escolher uma opinião constituída quando, afinal, *com ou sem conhecimento*, teriam escolhido uma outra, mais ou menos diferente, se fosse constituída como tal e, sobretudo, se, por ser professada por determinado grupo de profissionais, ela tivesse possibilidades de se impor. O campo político propõe um universo de possibilidades políticas que, como tal, exerce, portanto, um duplo efeito: em primeiro lugar, ele favorece o efeito de *falsa identificação*, resultante do fato de que o mesmo implícito pode ser reconhecido nas diferentes formas do “já-explicitado”; em segundo lugar, ele tende a produzir um *efeito de encerramento* ao considerar tacitamente o universo das possibilidades realizadas como o universo das possibilidades possíveis e, assim, delimitar o universo do *pensável politicamente*. Esses dois efeitos se exercem, aqui, com uma energia particular pelo fato de que a “demanda” não preexiste quase nunca (pelo menos, nas classes dominadas) à oferta de discurso político: informulada ou parcialmente formulada, ela só se conhece quando pode ser reconhecida, com ou sem razão, em uma opinião oferecida. Eis porque convém voltar à análise do logocentrismo da pesquisa politológica que, em sua inocência metodológica, constitui uma espécie de reconstituição *in vitro* do efeito mais fundamental da divisão do trabalho político: ao propor a escolha entre vários enunciados e ao solicitar uma tomada de posição a respeito de algo já enunciado, a pesquisa de opinião, a exemplo das consultas políticas, considera como resolvido o próprio problema da política, ou seja, a questão da transmutação da experiência em discurso; do *ethos* informulado em *logos* constituído e constituinte; do sentido de classe – que pode implicar uma forma de adaptação e de resignação às evidências da ordem social – em apreensão consciente, ou seja, explicitamente formulada, dessa ordem. Ao fazer desaparecer a exigência de um trabalho de enunciação, ela pressupõe tacitamente que a pessoa entrevistada seria capaz de produzir ou, até mesmo, reproduzir a proposição que constitui o enunciado da questão ou, inclusive, adotar espontaneamente a relação com a linguagem e com a política que supõe a produção de tal questão (apesar de ter a possibilidade de produzir sempre *sim* ou *não*, estas respostas não podem ser consideradas como indício dessa aptidão); desta forma, por uma petição de princípio inconsciente, ela se priva da possibilidade de coletar a informação que comanda a significação suscetível de ser harmonizada com todas as informações diretamente coletadas. Conhecendo apenas o imperativo eleitoral da igualdade formal diante do questionário, que se conjuga com o imperativo técnico da normalização dos instrumentos de coleta, condição da

comparabilidade formal do material coletado e, sobretudo, da automatização material e mental da análise, atribui-se à pessoa entrevistada a operação de *constituição* quando, afinal, esta resulta da questão: o efeito da questão há de exercer-se tanto mais fortemente, quanto mais completamente desprovidos estiverem os produtores de respostas em relação aos instrumentos necessários para apreender como “políticas” as questões formuladas e para fornecer-lhes uma resposta que seja “política”, e quanto mais afastados estiverem de satisfazer as condições de produção de um corpo de opiniões coerentes e homogêneas por serem engendradas a partir de um princípio explicitamente constituído.

Entre o *ethos* e o *logos*, o controle prático e o controle verbal, a descontinuidade é radical.⁶¹ Não há vínculo necessário entre o controle prático que pode orientar a prática cotidiana em tudo o que ela tem de político (objetivamente) sem nunca ter acesso à explicitação, menos ainda à conceitualização sistemática, e o controle simbólico da experiência que se exprime através do discurso socialmente reconhecido como político e que supõe a eliminação de qualquer referência direta e exclusiva à situação em sua singularidade concreta; por ser assim e porque a relação da experiência com a expressão, ou seja, com a consciência, é relativamente indeterminada, as mesmas experiências podem ser reconhecidas em discursos bastante diferentes.⁶² Essa disponibilidade, certamente, não é infinita e seria falso conferir à linguagem política o poder de fazer existir arbitrariamente o que ela designa: a ação da manipulação tende a se circunscrever em certos limites, não só porque é possível alguém estar em condições de resistir à argumentação sem ser capaz de argumentar a resistência e, menos ainda, formular explicitamente seus princípios; mas também, porque a linguagem popular dispõe de seus recursos próprios que, apesar de não serem os da análise, encontram, às vezes, seu equivalente em uma parábola ou imagem (por exemplo, esta frase dirigida contra a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa: “Você me empresta seu relógio e eu lhe digo a hora”). Acontece que, tratando-se mesmo de se reconhecer em uma fala ou em um porta-voz, o *habitus* de classe é falível: se os membros das classes dominadas fazem, freqüentemente, um discurso em contradição com ele mesmo, com o sentido da prática e da condição objetiva deles é porque devem falar da política sem deterem a propriedade dos instrumentos de produção de seu discurso, sem possuírem, como se diz, a linguagem política.

No ponto de passagem entre experiência e expressão é que se situa a intervenção dos produtores profissionais de discursos. Nesse ponto, se instauram as relações entre os profissionais e os profanos, os significantes e os significados: os dominados que estão comprometidos com a consciência, ou seja, com a linguagem, encontram-se à mercê dos discursos que lhes são propostos, correndo o risco de sair da doxa para cair forçosamente na alodoxia, em todos os falsos reconhecimentos, aliás, favorecidos pelo discurso dominante; e, no melhor dos casos, à mercê de seu porta-voz a quem compete fornecer-

Que nome é que os empresários deram a isso? O ano I da era operária ou algo parecido; enfim, a gente deveria estar feliz à beça...

(Operário da construção civil)

lhes os instrumentos de reapropriação de sua própria experiência. A indeterminação essencial da relação entre experiência e expressão é acompanhada pelo efeito de imposição de legitimidade e de censura, exercido pelo uso dominante da linguagem, tacitamente reconhecido, até mesmo, pelos porta-vozes dos dominados, como o modo de expressão legítimo da opinião política. A linguagem dominante destrói, desacreditando-o, o discurso político espontâneo dos dominados: deixa-lhes apenas o silêncio ou a *linguagem artificial*, cuja lógica já não é a do uso popular, sem ser a do uso erudito – linguagem deteriorada em que as “palavras difíceis” são utilizadas simplesmente para marcar a dignidade da intenção expressiva – e que, incapaz de transmitir algo de verdadeiro, real ou “sentido”, desapossa seu utilizador da própria experiência que, segundo se presume, tal linguagem deveria exprimir. Ela impõe o recurso a porta-vozes, por sua vez, condenados a utilizar a linguagem dominante – o que basta para introduzir um distanciamento em relação aos mandantes e, ainda mais grave, em relação a seus problemas e sua experiência desses problemas – ou, pelo menos, uma linguagem rotineira e rotinizante que, além de suas funções de lembrete e de parapeito, constitui o único sistema de defesa daqueles que não podem nem entrar no jogo, nem “quebrá-lo”, linguagem estéril, como se fosse uma espécie de máquina automática que produz seus rosários de fórmulas canônicas e de palavras de ordem, além de desapossar, pela segunda vez, os mandantes de sua experiência.

Através da linguagem e da relação com a linguagem, solidários com todo um estilo de vida, que se impõem a qualquer um que pretenda participar da “vida política”, trata-se de uma verdadeira relação com o mundo que se encontra imposta, relação de denegação que, à maneira da arte, coloca à distância, neutraliza, permitindo falar sem pensar no que se fala. Essa linguagem intrinsecamente eufemizada e eufemizante, que se impõe com as aparências da universalidade, desrealiza tudo o que ela nomeia – assim, tal ministro do trabalho pode falar, em plena crise de desemprego, de “certa erosão do pleno emprego” –, infligindo uma censura, ao mesmo tempo, total e totalmente invisível à expressão dos interesses próprios dos dominados, destinados à eufemização do discurso oficial ou à indignidade do “mau-humor e da impertinência”. Determinadas questões que, no melhor dos casos, nada exigem, aparentemente, além de um “sim” ou um “não” dirigem-se, de fato, por um privilégio tácito, a indivíduos e grupos definidos menos por uma categoria particular de opinião política que pela aptidão para manter com a linguagem, e o que ela exprime, a relação neutralizada e quase teórica que é a condição da produção e da recepção do discurso de “interesse geral” sobre as questões de “interesse geral”, ou seja, pela capacidade não só para decifrar e manipular os termos “especiais” da linguagem política, mas também de se situar no nível de quase abstração em que se situa comumente o discurso político, tanto pela sintaxe de seus enunciados, quanto pelas referências implícitas que ele contém; ou, mais precisamente, de *reconhecer*, no duplo sentido, a questão “política”, identificá-la como tal e sentir-se na obrigação de dar-lhe uma resposta e responder “politicamente”, ou seja, em conformidade com as normas da *cortesia política*. Em resumo, a questão politológica faz apelo à disposição dissertativa que permite manipular a linguagem sem referência a qualquer situação prática, um tanto à semelhança de alguém que, ao fazer um teste ou ao tratar um tema de dissertação, lhe atribuisse a seriedade lúdica que se concede aos exercícios escolares ou aos jogos de sociedade.

Basta reproduzir a definição que o “instigador do jogo” do programa “Face à face” empresta ao debate político de acordo com seus anseios: “Já não tem qualquer utilidade dizer que se trata de um debate político. Creio que se os senhores estão de acordo, vou começar por perguntar a *ambos* e, em primeiro lugar, ao sr. Habib Deloncle, já que lhe compete começar, para definir *sua posição de modo geral*, sua *interpretação geral* sobre o problema e, em seguida, apresentar *exemplos* que serão escolhidos em dois domínios, em primeiro lugar, a educação *no sentido amplo* e, em seguida, a informação igualmente *no sentido amplo* e depois, naturalmente, poderá expor sua conclusão”. À semelhança do debate televisivo, a situação de pesquisa é muito próxima da situação escolar pelas questões que ela propõe e que, muitas vezes, com pequenas diferenças de palavras, assemelham-se às questões dos assuntos de dissertação da ENA, aos temas dos cursos de “sciences po” ou aos títulos dos artigos de *Le Monde*; muito próxima, sobretudo, pela própria forma da relação social na qual se instaura a questão: somente a *neutralização* e a colocação à distância escolar pode permitir a resposta adequada a uma situação em que qualquer um vem formular questões políticas – excluídas, normalmente, desse gênero de relação – sem mesmo pensar em invocar a caução de um terceiro. Foi estabelecido empiricamente que as discussões políticas desencadeiam-se, quase sempre, entre pessoas de opiniões idênticas. Se é isso o que se passa, é porque uma verdadeira semiologia espontânea é utilizada para evitar, metodicamente, todos os “assuntos candentes”, ou seja, em primeiro lugar, os assuntos políticos, e para estabelecer o consenso provisório que, nos contatos fortuitos da vida cotidiana, só pode instaurar-se pelo recurso aos lugares-comuns e mediante uma vigilância contínua.

Pensa-se em uma observação de Pierre Gréco ao sublinhar que a questão “os amigos de seus amigos são seus amigos?” faz apelo a respostas que, até mesmo, idênticas, podem diferenciar-se radicalmente em seu princípio, sejam elas o produto de um simples cálculo lógico, baseado unicamente na reescrita sintática do próprio enunciado ou da referência mental ao universo concreto dos amigos. À semelhança dos discursos do doxósofo que nada ensina além da dificuldade de tomar partido, essa questão produz *distanciamento*: ela afasta o receptor ao lembrar-lhe a complexidade e a profundidade das questões pela própria complexidade da formulação; e afasta o real ao impor uma espécie de intencionalidade vazia, invocada pelos assuntos obrigatórios do discurso escolar.

A irrealidade das questões mais propriamente políticas deve-se também e, sobretudo, ao fato de que elas só adquirem todo o seu sentido em referência a um campo semântico que não é outro senão o campo das tomadas de posição correspondente às diferentes posições no campo da produção ideológica. Para controlar completamente o sentido objetivamente envolvido na resposta mais sumária – o “sim” ou o “não” de um plebiscito – a uma pergunta tal como: “você é favorável ou oposto a uma reforma regional visando a criação de regiões dotadas de amplos poderes”, conviria poder mobilizar essa competência completamente específica dos comentaristas e analistas na área política e que permite controlar o sistema dos possíveis, recensar o conjunto das tomadas de posição pertinentes sobre a pergunta, definir o sentido que elas revestem na estratégia interna e externa dos grupos políticos em questão e identificar o que está em jogo para cada um desses grupos. Em resumo, as questões mais propriamente políticas, as que exigem de forma mais

imperativa a competência política específica, são aquelas que se formulam aos profissionais que, a seu respeito, têm opiniões divergentes – tais como os problemas de direito constitucional ou, em uma ordem completamente diferente, a questão da ditadura do proletariado – ou aquelas que, apesar de se referirem diretamente às condições de existência mais concretas de seus destinatários, apresentam-se sob a forma que elas devem revestir para se tornarem desafios reconhecidos nas lutas cujo lugar é o campo de produção ideológica.

Nada é mais revelador da verdade dessa questão interessada que a obsessão pela “informação econômica dos cidadãos” que persegue os dirigentes e em que se exprime o sonho de dominados que teriam a competência econômica suficiente para *reconhecer* a competência econômica dos dominantes. A informação fornecida, de bom grado e em abundância, pelos dominantes é aquela que tende a desqualificar – a exemplo do procedimento do médico em relação aos saberes de seus doentes – a informação que os dominados possuem no estado prático, com base em sua experiência comum (por exemplo, seu conhecimento sobre o aumento de custo de vida, a desigualdade dos impostos, etc.). Daí, um discurso político que, em vez de prestar contas, faz apelo a *se dar conta*; que, longe de fornecer os meios de relacionar a informação particular e prática com a informação geral, contenta-se em ensinar a lição, ao impor os quadros gerais em que as experiências singulares devem encaixar-se. As pesquisas de opinião encontram, muitas vezes, a lógica das sondagens sobre “a informação econômica dos franceses” que visam avaliar o conhecimento e o reconhecimento dos entrevistados a respeito da economia oficial e da informação econômica, simples enunciado justificativo de uma política econômica e que, ao lado de um etnocentrismo soberano, reduzem a economia e a política práticas dos agentes a um enunciado desconexo da economia e da politologia oficial (em particular, por meio de operações de codificação *a priori* ou *a posteriori* bem elaboradas para fazer desaparecer o essencial, ou seja, o modo de expressão).

Tudo contribui para fortalecer a profunda desconfiança – não exclusiva de uma forma, igualmente, profunda de reconhecimento – que os dominados experimentam em relação à linguagem política, globalmente situada, como tudo o que é simbólico, do lado dos dominantes, senhores da arte de colocar formas e de pagar com palavras. Essa suspeição relativamente à ribalta e à encenação políticas, tudo esse “teatro” cujas regras não são bem conhecidas e diante do qual o gosto comum se sente desarmado, encontra-se, muitas vezes, na origem do apolitismo e da desconfiança generalizada em relação a toda espécie de fala e de porta-voz. E, muitas vezes, para escapar da ambivalência ou da indeterminação diante do discurso, resta apenas confiar-se ao que se sabe apreciar: o corpo de preferência às palavras, a substância e não tanto a forma, e, em vez de “conversa fiada”, um “rosto simpático”.

Classes e classificações

*Se tiver de escolher o menor de dois males,
não escolho nenhum*

K. Kraus

O gosto é uma disposição adquirida para “diferenciar” e “apreciar”, de acordo com a afirmação de Kant,¹ ou, se preferirmos, para estabelecer ou marcar diferenças por uma operação de *distinção* que não é – ou não necessariamente – um conhecimento *distinto*, no sentido de Leibniz, já que ela garante o reconhecimento (no sentido comum) do objeto sem implicar o conhecimento dos traços distintivos que propriamente o definem.² Os esquemas do *habitus*, formas de classificação originárias, devem sua eficácia própria ao fato de funcionarem aquém da consciência e do discurso, portanto, fora das tomadas do exame e do controle voluntário: orientando praticamente as práticas, eles dissimulam o que seria designado, erroneamente, como *valores* nos gestos mais automáticos ou nas técnicas do corpo, na aparência, mais insignificantes, por exemplo, habilidades manuais ou maneiras de andar, sentar-se, assoar-se e posicionar a boca para comer ou falar; além disso, envolvem os princípios mais fundamentais da construção e avaliação do mundo social, ou seja, aqueles que exprimem mais diretamente a divisão do trabalho (entre as classes, as faixas etárias e os sexos) ou a divisão do trabalho de dominação, em divisões dos corpos e das relações com o corpo que pedem de empréstimo mais de um traço, como que para lhe dar as aparências de natural, à divisão sexual do trabalho e à divisão do trabalho sexual. Controle prático das distribuições que permite sentir ou pressentir o que tem possibilidades de advir ou não e, indissolavelmente, de convir ou não a um indivíduo que ocupa determinada posição no espaço social, o gosto, ao funcionar como uma espécie de sentido de orientação social (*sense of one's place*), orienta os ocupantes de determinada posição no espaço social para posições sociais ajustadas a suas propriedades, para as práticas ou bens que convêm aos ocupantes dessa posição, que lhes “ficam bem”. Ele implica uma antecipação prática do que, provavelmente, será o sentido e o valor social da prática ou do bem escolhido, considerando sua distribuição no espaço social, assim como o conhecimento prático que os outros agentes têm da correspondência entre bens e grupos.

Assim, os agentes sociais que o sociólogo classifica são produtores não apenas de atos classificáveis, mas também de atos de classificação que são, eles mesmos, classificados. O conhecimento do mundo social deve levar em consideração um conhecimento prático desse mundo que lhe preexiste e que deve ser incluído em seu objeto, apesar de que, em um primeiro momento, ele deva se constituir contra as representações parciais e interesseiras que esse conhecimento prático oferece. Falar de *habitus* é incluir no objeto o conhecimento que os agentes – que fazem parte do objeto – têm do objeto e a contribuição

que tal conhecimento traz à realidade do objeto. No entanto, não é somente reenviar, se é que se pode falar assim, para o real a ser pensado um pensamento do real que contribui para sua realidade (e para a própria eficácia que ele exerce); mas conferir a esse conhecimento um poder propriamente constituinte, o que lhe é, precisamente, recusado quando, em nome de uma concepção objetivista da objetividade, transforma-se o conhecimento comum ou erudito em um simples reflexo do real.

Aqueles que crêem produzir uma teoria materialista do conhecimento quando transformam o conhecimento em um registro passivo e, assim, abandonam ao idealismo – como já deplorava Marx em sua obra *Teses sobre Feuerbach* – o “aspecto ativo” do conhecimento, esquecem que todo conhecimento e, em particular, o do mundo social, é um ato de construção que utiliza esquemas de pensamento e de expressão, além de que, entre as condições de existência e as práticas ou as representações, se interpõe a atividade estruturante dos agentes que, longe de reagir mecanicamente a estímulos mecânicos, respondem aos apelos ou às ameaças de um mundo, para cuja produção do sentido eles próprios haviam contribuído. Todavia, o princípio dessa atividade estruturante não é, de acordo com a pretensão do idealismo intelectualista e antigenético, um sistema de formas e categorias universais, mas um sistema de *esquemas incorporados* que, constituídos no decorrer da história coletiva, são *adquiridos* no decorrer da história individual e funcionam *no estado prático e para a prática* (e não para fins de puro conhecimento).

Estruturas sociais incorporadas

Isso significa, em primeiro lugar, que a ciência social considera, em sua construção do mundo social, o fato de que os agentes são eles próprios, em sua prática comum, os sujeitos de atos de construção desse mundo; mas que ela adota como objeto, entre outros aspectos, descrever a *gênese social* dos princípios de construção e que, no mundo social da maneira como ela consegue apreendê-lo, procura o fundamento de tais princípios.³ Rompendo com o preconceito antigenético que, na maior parte das vezes, acompanha o reconhecimento do aspecto ativo do conhecimento, ela procura, nas distribuições objetivas das propriedades – em particular, materiais (atualizadas por censos e registros que partem todos do pressuposto da seleção e classificação) –, o fundamento dos sistemas de classificação que os agentes aplicam a todas as coisas, a começar pelas próprias distribuições. Diferentemente da perspectiva que, às vezes, é designada por “cognitiva” e que, tanto em sua forma etnológica (antropologia estrutural, etnociência, etnosemântica, etnobotânica, etc.) quanto em sua forma sociológica (interacionismo, etnometodologia), ignora a questão da *gênese* das estruturas mentais e das classificações, ela se questiona sobre a relação entre os princípios de divisão e as divisões sociais (entre as gerações, os sexos, etc.) que são seu fundamento, assim como sobre as variações do uso desses princípios, segundo a posição ocupada nas distribuições (outras tantas questões que recorrem à estatística).

As estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes sociais para conhecer praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas. O conhecimento prático do mundo social que supõe a conduta “razoável” nesse mundo serve-se de esquemas classificatórios – ou, se preferirmos, “formas de classificação”, “estruturas mentais”, “formas simbólicas”, ou seja, outras tantas expressões que, se forem ignoradas as respectivas conotações, são

praticamente intermutáveis –, esquemas históricos de percepção e apreciação que são o produto da divisão objetiva em classes (faixas etárias, classes sexuais, classes sociais) e que funcionam aquém da consciência e do discurso. Por serem o produto da incorporação das estruturas fundamentais de uma sociedade, esses princípios de divisão são comuns ao conjunto dos agentes dessa sociedade e tornam possível a produção de um mundo comum e sensato, de um mundo de senso comum.

Todos os agentes de determinada formação social têm em comum, de fato, um conjunto de esquemas de percepção fundamentais que recebem um começo de objetivação nos pares de adjetivos antagonistas comumente utilizados para classificar e qualificar as pessoas ou os objetos nos diferentes domínios da prática. Matriz de todos os *lugares-comuns* que não se impõem tão facilmente a não ser porque têm a seu favor toda a ordem social, a rede das oposições entre alto (ou sublime, elevado, puro) e baixo (ou vulgar, insípido, modesto), espiritual e material, fino (ou requintado, elegante) e grosseiro (ou rude, obsceno, bruto, brutal, frustrado), leve (ou sutil, esperto, hábil) e pesado (ou lento, espesso, obtuso, laborioso, inábil), livre e forçado, amplo e estreito ou, em outra dimensão, entre único (ou raro, diferente, distinto, exclusivo, excepcional, singular, inaudito) e comum (ou ordinário, banal, corrente, trivial, insignificante), brilhante (ou inteligente) e embotado (ou obscuro, apagado, medíocre), tem como princípio a oposição entre a “elite” dos dominantes e a “massa” dos dominados, multiplicidade contingente e desordenada, intermutável e inumerável, fraca e desarmada, sem outra existência, além da estatística. Basta deixar que entrem em ação essas raízes míticas para engendrar, à vontade, este ou aquele dos temas, incansavelmente repetidos, sob formas superficialmente renovadas, da eterna sociodicéia, como as denúncias apocalípticas de todas as formas de “nivelamento”, “banalização” ou “massificação” que, ao identificar o declínio das sociedades com a decadência das casas burguesas, ou seja, com a queda no homogêneo e indiferenciado, denunciam uma obsessão obsidional do *número*, da massa sem diferença e sem preocupação com as diferenças ou da multidão sempre pronta a submergir os espaços reservados do exclusivismo burguês.⁴

As oposições aparentemente mais formais dessa mitologia social devem sempre sua eficácia ideológica ao fato de que elas remetem mais ou menos discretamente às oposições mais fundamentais da ordem social: a oposição que, inscrita na divisão do trabalho, se estabelece entre dominantes e dominados, por um lado, e, por outro, a oposição que, baseada na divisão do trabalho de dominação, opõe, no âmago da classe dominante, dois princípios de dominação, dois poderes, dominante e dominado, temporal e espiritual, material e intelectual, etc. O mesmo é dizer que o esquema do espaço social – proposto mais acima – pode ser lido, também, como uma tabela rigorosa das categorias historicamente constituídas e adquiridas que organizam o pensamento do mundo social do conjunto dos indivíduos pertencentes a esse mundo e modelados por ele. Pelo fato de que os mesmos esquemas classificatórios – e as oposições em que eles se exprimem – podem funcionar, especificando-se, em campos organizados em torno de posições polares, tratando-se ou do campo da classe dominante, organizado em torno de uma oposição homóloga da oposição constitutiva do campo das classes sociais, ou do campo da produção cultural, por sua vez, organizado em torno de oposições que, ao reproduzirem a estrutura da classe dominante, são homólogas da precedente – tais como a oposição entre teatro burguês e teatro de vanguarda –, a oposição fundamental não cessa de amparar as oposições de segunda, terceira ou enésima posição

(ou seja, aquelas que servem de fundamento aos julgamentos éticos ou estéticos mais “puros” com seus sentimentos baixos ou elevados, suas belezas fáceis ou difíceis, seus estilos leves ou pesados, etc.). Tudo se eufemiza ao ponto de se tornar irreconhecível: assim, a oposição entre o pesado e o leve que, em grande número de seus usos, em particular, escolares, servirá para estabelecer a distinção entre gostos populares ou pequeno-burgueses e gostos burgueses, pode ser utilizada pela crítica teatral destinada à fração dominante da classe dominante para pensar a relação entre o teatro “intelectual”, condenado em sua pretensão “laboriosa” e seu didatismo “pesado”, e o teatro “burguês”, elogiado por seu tato e sua arte de tratar os temas por alto, ao passo que a crítica “intelectual” pensará a mesma relação, mediante uma simples inversão de sinal, através de uma forma superficialmente modificada dessa oposição, ou seja, a leveza, identificada com a futilidade, opondo-se então à profundidade. Do mesmo modo, seria possível mostrar que a oposição entre a direita e a esquerda que, em sua forma fundamental, diz respeito à relação entre dominantes e dominados, pode também designar, mediante uma primeira transformação, as relações entre frações dominantes e frações dominadas da classe dominante, de modo que os termos “direita” [*droite*] ou “esquerda” [*gauche*] assumem um sentido próximo daquele que revestem em expressões, tais como teatro “de rive droite” ou “de rive gauche”; ele pode inclusive servir, em um grau suplementar de desrealização, para distinguir duas tendências rivais de um grupo artístico ou literário de vanguarda, e assim por diante. Segue-se que, considerados em cada um de seus usos, os pares de qualificativos, cujo sistema constitui o aparato conceitual do julgamento do gosto, são extremamente pobres, quase indefinidos, mas adequados por isso mesmo a proporcionar ou exprimir o sentimento do indefinível: cada uso singular de um desses pares só adquire seu sentido completo em relação a um *universo de discursos* sempre diferente, na maior parte das vezes, implícito – já que se trata do sistema das evidências e dos pressupostos admitidos como óbvios no campo em relação ao qual se definem as estratégias; mas, cada um dos pares, assim especificados pelo uso, tem como harmônicos todos os outros usos que ele poderia assumir – em decorrência das relações de homologia entre os campos que autorizam as transferências de um para outro campo – e, também, todos os outros pares suscetíveis de substituí-lo, mediante leves modificações (por exemplo, fino/grosseiro por leve/pesado), ou seja, em contextos ligeiramente diferentes.

O fato de que as oposições semicodificadas, veiculadas pela linguagem, encontram-se, com valores bastante semelhantes, na origem da visão dominante do mundo social, em todas as formações sociais divididas em classes – que se pense, por exemplo, na propensão para pensar o povo como lugar de apetites alimentares ou sexuais totalmente desenfreados –, compreende-se quando sabemos que, reduzidas à sua estrutura formal, as mesmas relações fundamentais, aquelas que exprimem precisamente as grandes relações de ordem (alto/baixo, forte/fraco, etc.), encontram-se em todas as sociedades divididas em classes. E a recorrência da estrutura triádica, cara a Georges Dumézil, a respeito da qual Georges Duby mostra, a propósito da sociedade feudal, que se enraíza nas estruturas sociais que legitima, poderia limitar-se a ser, a exemplo das oposições invariantes em que se exprime a relação de dominação, uma resultante necessária do cruzamento dos dois princípios de divisão atuantes em todas as sociedades divididas em classes: a divisão entre dominantes e dominados, assim como a divisão entre as diferentes frações que pretendem chegar à dominação em nome de princípios diferentes, *bellatores* e *oratores* na sociedade feudal, empresários e intelectuais nos dias de hoje.⁵

Um conhecimento sem conceito

Assim, por intermédio dos condicionamentos diferenciados e diferenciadores, associados às diferentes condições de existência; por intermédio das exclusões e das inclusões, das uniões (casamentos, laços de amizade, alianças, etc.) e das divisões (incompatibilidades, rupturas, lutas, etc.) que se encontram na origem da estrutura social e da eficácia estruturante que ela exerce; por intermédio, também, de todas as hierarquias e de todas as classificações inscritas nos objetos (em particular, nas obras culturais), nas instituições (por exemplo, o sistema escolar) ou, simplesmente, na linguagem; por intermédio, finalmente, de todos os julgamentos, veredictos, classificações, chamadas à ordem, impostos pelas instituições especialmente destinadas a tal finalidade – tais como a família ou o sistema escolar – ou que surgem continuamente dos encontros e interações da existência comum, a ordem social se inscreve, progressivamente, nos cérebros. Os limites objetivos tornam-se *sentido dos limites*, antecipação prática dos limites objetivos adquirida pela experiência dos limites objetivos, *sense of one's place* que leva a se excluir – bens, pessoas, lugares, etc. – daquilo de que se é excluído.

O caráter próprio do sentido dos limites implica o esquecimento dos limites. Um dos mais importantes efeitos da correspondência entre as divisões reais e os princípios de divisão práticos, entre as estruturas sociais e as estruturas mentais, é, sem qualquer dúvida, o fato de que a experiência primordial do mundo social é a da *doxa*, adesão às relações de ordem que – por serem o fundamento inseparável tanto do mundo real quanto do mundo pensado – são aceitas como evidentes. A percepção primeira do mundo social, longe de ser um simples reflexo mecânico, é sempre um ato de conhecimento que faz intervir princípios de construção exteriores ao objeto construído, apreendido em seu imediatismo, mas que, por ser destituído do controle de tais princípios e de sua relação com a ordem real que eles reproduzem, é um ato de *desconhecimento*, implicando a forma mais absoluta de reconhecimento da ordem social. Ao implementar, a fim de apreciar o valor de sua posição e de suas propriedades, um sistema de esquemas de percepção e apreciação que nada é além da incorporação das leis objetivas segundo as quais se constitui objetivamente seu valor, os dominados tendem a se atribuir, em primeiro lugar, o que a distribuição lhes atribui; recusando o que lhes é recusado (“isso não é para nós”), contentando-se com o que lhes é concedido, avaliando suas expectativas mediante suas oportunidades, definindo-se como a ordem estabelecida os define; no veredicto que proferem a seu próprio respeito, reproduzindo o veredicto da economia sobre eles; em suma, dedicando-se, de qualquer modo, ao que lhes é próprio, *ta heautou*, segundo a expressão de Platão, aceitando ser o que têm de ser, ou seja, “modestos”, “humildes” e “obscuros”. Vê-se a contribuição decisiva que traz à conservação da ordem social o que Durkheim designava por “conformismo lógico”,⁶ ou seja, a orquestração das categorias de percepção do mundo social que, por estarem ajustadas às divisões da ordem estabelecida – e, por conseguinte, aos interesses daqueles que a dominam – e por serem comuns a todos os espíritos estruturados em conformidade com tais estruturas, se impõem com toda a aparência da necessidade objetiva.⁷

O sistema dos esquemas classificatórios opõe-se a um sistema de classificação baseado em princípios explícitos e explicitamente ajustados, do mesmo modo que as disposições constitutivas do gosto ou do *ethos*, que são suas dimensões, se opõem à estética ou à ética. O senso das realidades sociais que se adquire no confronto com uma forma particular da

necessidade social é o que permite agir *como se fosse* conhecida a estrutura do mundo social e o lugar ocupado nesta estrutura, e, ao mesmo tempo, as distâncias a se ater e a manter.⁸ Controle prático da classificação que nada tem de comum com o controle erudito que exige a construção de um sistema de classificação, a um só tempo, coerente e adequado à realidade social, a “ciência” prática das posições ocupadas no espaço social, pressupostas pela arte de se comportar “como se deve” com pessoas ou coisas classificadas e classificantes (chiques ou não, freqüentáveis ou não, etc.), de encontrar o distanciamento adequado por uma espécie de cálculo prático de *maximum*, nem perto demais (“se familiarizar”), nem longe demais (“mostrar-se distante”), de jogar com a distância objetiva ao redobrá-la (“manter à distância”, “conservar suas distâncias”) ou ao negá-la simbolicamente (“colocar-se ao alcance”, “mostrar-se simples”), não implica de modo algum que estejamos em condições de nos situarmos explicitamente na classificação (como tantas pesquisas sobre as classes sociais pedem que se faça) e, menos ainda, de descrevermos, mais ou menos sistematicamente, essa classificação e enunciar seus princípios.⁹ O “juízo de atribuição” prático pelo qual atribuímos a alguém uma classe pela maneira como nos dirigimos a essa pessoa (e, ao mesmo tempo, nos atribuímos uma classe) nada tem a ver com uma operação intelectual que implique a referência consciente a indícios explícitos e a implementação de classes produzidas pelo e para o conceito. A mesma oposição classificatória (rico/pobre, velho/jovem, etc.) pode ser aplicada a qualquer ponto da distribuição e reproduzir todo o seu espaço em qualquer um de seus segmentos (o senso comum bem diz que somos sempre o rico ou o pobre de alguém, o superior ou o inferior de alguém, que estamos à direita ou à esquerda de alguém, etc. – o que não condena a um relativismo elementar).¹⁰ Compreende-se que seja tão fácil surpreender o sentido prático do espaço social que se encontra na origem dos julgamentos de atribuição a classes; ao servirem-se das contradições dos entrevistados, em suas identificações de classe, como argumento para negar a existência das classes, os sociólogos limitam-se a dar testemunho de sua total ignorância a respeito do funcionamento desse “sentido” e, além disso, da situação artificial em que o fazem funcionar. De fato, que se trate de se situar no espaço social ou de colocar aí os outros, o sentido do espaço social, à semelhança de todo o sentido prático, refere-se sempre à *situação particular* em que deve orientar as práticas: daí, por exemplo, as divergências entre as pesquisas que estudam a representação das classes em uma cidadezinha (os “estudos de comunidades”) e as que formulam questões sobre as classes no plano da nação.¹¹ Mas se, como tem sido observado freqüentemente, os entrevistados não estão de acordo nem com relação ao número de divisões que operam no âmago do grupo considerado, nem com relação aos limites dos “estratos” e aos critérios utilizados para defini-los, não é somente por um efeito da imprecisão inerente às lógicas práticas, mas também porque a visão da classificação depende da posição ocupada nas classificações.

Nada se encontra, portanto, mais afastado de um ato de conhecimento, tal como o concebe a tradição intelectualista, que este sentido do jogo social que – de acordo com o que é perfeitamente designado pela palavra “gosto”, a um só tempo, “faculdade de perceber os sabores” e “capacidade de julgar valores estéticos” – é a necessidade social tornada natureza, convertida em esquemas motores e em automatismos corporais. Tudo se passa como se os condicionamentos sociais vinculados a uma condição social tendessem a inscrever a relação com o mundo social em uma relação duradoura e generalizada com o próprio corpo, uma maneira de posicionar o corpo, de apresentá-lo aos outros, de movimentá-lo, de reservar-lhe um lugar, que lhe dá sua fisionomia social. Dimensão

fundamental do sentido da orientação social, a *hexis* corporal é uma maneira prática de experimentar e exprimir o sentido que se tem, como se diz, de seu próprio *valor social*: a relação que se mantém com o mundo social e o lugar que a pessoa se atribui nesse mundo nunca se declara tão bem quanto através do espaço e do tempo que ela se sente no direito de tomar aos outros, e, mais precisamente, o lugar que ocupa *com seu corpo no espaço físico*, por uma postura e por gestos firmes ou reservados, amplos ou acanhados (de alguém que pretenda parecer importante diz-se, de forma bem clara, que é “espaçoso”) e *com sua fala no tempo*, pela parte do tempo de interação de que se apropria e pela maneira, segura ou agressiva, desenvolva ou inconsciente, de se apropriar desse tempo.¹²

Não há melhor imagem da lógica da socialização, que trata o corpo como lembrete, do que esses complexos de gestos, de posturas corporais e de palavras – simples interjeições ou lugares-comuns particularmente gastos – em que basta entrar, como em um personagem de teatro, para ver ressurgir, pela virtude evocadora da *mimésis* corporal, um mundo de sentimentos e de experiências previamente preparados. Sobrecarregados de significações e valores sociais, os atos elementares da ginástica corporal e, particularmente, o aspecto propriamente sexual, portanto, biologicamente pré-construído dessa ginástica, funcionam como as *metáforas* mais fundamentais, capazes de evocar toda uma relação com o mundo, “altiva” ou “submissa”, “rígida” ou “flexível”, “ampla” ou “estreita”, e, por conseguinte, todo um mundo. As “escolhas” práticas do sentido de orientação social não supõem mais a *representação* dos possíveis do que as “escolhas” entre os fonemas, escolhas em ato que não pressupõem atos de escolha. O logocentrismo e o intelectualismo dos intelectuais, associados ao preconceito inerente à ciência que adota como objeto a *psuché*, a alma, o psiquismo, a consciência, as representações, sem falar da pretensão burguesa ao estatuto de “pessoa”, impediram de perceber que “somos autômatos em três quartos de nossas ações”, segundo a expressão de Leibniz, e que os valores derradeiros, como se diz, limitam-se a ser as disposições primordiais e primitivas do corpo, os gostos e as aversões chamados viscerais, e em que estão depositados os interesses mais vitais de um grupo, ou seja, aquilo pelo qual estamos prontos a arriscar nosso corpo e o dos outros. O senso da distinção, *discretio* que leva a separar e reunir o que deve ser separado e reunido, a excluir todas as alianças desiguais e todas as uniões *contra natureza*, ou seja, contrárias à classificação comum, à *diacrisis* que se encontra na origem da identidade coletiva e individual, suscita um horror visceral e assassino, uma aversão absoluta, um furor metafísico por tudo o que ocupa o *terreno bastardo* de Platão, tudo o que *vai além do entendimento*, ou seja, a classificação incorporada e que, ao questionar os princípios da *ordem social feita corpo* e, em particular, os princípios socialmente constituídos da divisão sexual do trabalho e da divisão do trabalho sexual, ameaça a ordem mental, a título de desafio ao senso comum, de escândalo.¹³

Atribuições interesseiras

O fundamento do princípio de pertinência utilizado pela percepção do mundo social e que define o conjunto das características, das coisas ou pessoas, suscetíveis de serem percebidas – como interessantes –, positiva ou negativamente, pelo conjunto daqueles que adotam tais esquemas (outra definição do senso comum), nada é além do interesse que os indivíduos ou grupos considerados têm em reconhecer esse traço e o pertencimento do indivíduo em questão ao conjunto definido por esse traço: *o interesse pelo aspecto*

percebido nunca é completamente independente *do interesse em percebê-lo*. Isso é bem visível em todas as classificações construídas em torno de um traço estigmatizado que, como a oposição comum entre os homossexuais e os heterossexuais, isolam o que é interessante de todo o resto – ou seja, todas as outras formas de sexualidade – remetido, assim, à monotonia do indiferente e do indiferenciado. Isso se vê ainda melhor em todos os “juízos de atribuição” que são, de fato, atos de acusação, *catagoremas* no sentido original, e que, à semelhança da *injúria*, *desejam conhecer* apenas uma só (“você não passa de um...”) das propriedades constitutivas da identidade social de um indivíduo ou grupo: assim, por exemplo, no homossexual casado ou no judeu convertido vêem um judeu ou um homossexual enrustido ou envergonhado, ou seja, de algum modo, duplamente judeu ou homossexual. A lógica do estigma lembra que a identidade social é o pretexto de uma luta em que a réplica do indivíduo ou grupo estigmatizado e, de forma mais geral, de qualquer sujeito social, enquanto é um objeto potencial de categorização, à percepção parcial que o confina em *uma de suas propriedades* é possível apenas ao enfatizar, para se definir, a melhor de suas propriedades e, de forma mais geral, ao lutar para impor o sistema de classificação mais favorável a suas propriedades ou, ainda, para fornecer ao sistema de classificação dominante o conteúdo mais adequado para valorizar o que ele tem e é.

Quem se espanta com os paradoxos surgidos da lógica e do discurso comuns quando eles aplicam suas divisões a grandezas contínuas, esquece o quanto pode ser paradoxal o fato de tratar a linguagem como puro instrumento lógico, assim como a situação social em que é possível estabelecer tal relação com a linguagem. As contradições e os paradoxos aos quais conduzem as classificações da prática comum não se devem, de acordo com a crença de todos os positivistas, a uma espécie de insuficiência essencial da linguagem comum, mas ao fato de que esses atos sócio-lógicos não são orientados para a busca da coerência lógica e, diferentemente dos usos filológicos, lógicos ou lingüísticos da linguagem – que, de fato, deveriam ser chamados *escolares* já que pressupõem sempre a *scholé*, ou seja, o lazer, o distanciamento com relação à urgência e à necessidade, a ausência de desafios vitais e a instituição escolar que, na maior parte dos universos sociais, é a única entidade que tem a possibilidade de garantir tudo isso –, obedecem à lógica do preconcebido que, à semelhança do tribunal, enfrenta acusações e defesas, em vez de juízos lógicos, submetidos ao critério exclusivo de coerência. Sem mesmo haver necessidade de lembrar tudo o que abrange a oposição, esquecida totalmente pelos lógicos e, até mesmo, pelos lingüistas, entre a arte de convencer e a arte de persuadir, como não ver que o uso escolar é para o uso que o orador, advogado ou militante fazem da linguagem, algo semelhante ao que os sistemas de classificação do lógico ou estatístico, preocupados com a coerência e a compatibilidade em relação aos fatos, são para as categorizações e para os *catagoremas* da existência cotidiana que, segundo a etimologia, se situam na lógica do *processo* (no sentido corrente, mas também no sentido de Kafka que oferece uma imagem exemplar da busca desesperada da reapropriação de uma identidade social, por definição, inacessível – enquanto limite infinito de todos os *catagoremas* e de todas as imputações). Qualquer questionamento real sobre a divisão do mundo social compromete, forçosamente, os interesses associados ao pertencimento ou não-pertencimento: conforme é testemunhado pela atenção prestada aos grupos-fronteira e, por conseguinte, estratégicos, a aristocracia operária que oscila entre a luta de classes e a colaboração de classe, ou os “quadros”,

categoria da estatística burocrática, cuja unidade nominal, e duplamente negativa, dissimula a dispersão real não só diante dos “interessados”, mas também perante seus adversários e a maior parte dos observadores, o estabelecimento de limites entre as classes se inspira da intenção estratégica de “proceder à contagem” ou de “se contar”, de “catalogar” ou “anexar”, quando não se trata do simples registro de um estado juridicamente garantido da relação de força entre os grupos classificados.

De fato, se deixamos de lado todos os casos em que a imposição de uma fronteira arbitrária do tipo jurídico (aquela que situa em 30 kg o peso máximo para as bagagens no transporte aéreo, ou decreta que um veículo com peso superior a 2.000 kg é uma caminhonete) é suficiente para suprimir as dificuldades que surgiriam do sofisma do montão de trigo,¹⁴ as fronteiras, mesmo, as mais formais em aparência, como aquelas que separam as faixas etárias, fixam um estado das lutas sociais, ou seja, um estado da distribuição das vantagens e obrigações, tais como o direito a tarifas especiais ou a aposentadoria, e a obrigação escolar ou militar. E se sorrimos da história, relatada por Alphonse Allais, do pai que faz retinir o alarme na hora exata em que o filho atinge os três anos (idade-limite do direito de viajar gratuitamente) é porque se vê imediatamente o absurdo sócio-lógico dessa variação imaginária tão impecavelmente lógica quanto todas aquelas que se encontram na origem dos paradoxos caros aos lógicos. Os limites são, aqui, fronteiras a serem atacadas ou defendidas com todo o ardor; além disso, são fixadas por sistemas de classificação que são menos instrumentos de conhecimento do que instrumentos de poder subordinados a funções sociais e orientados, mais ou menos abertamente, para a satisfação dos interesses de um grupo.¹⁵

Os lugares-comuns e os sistemas de classificação constituem, assim, o pretexto para desencadear lutas entre os grupos que, através de sua oposição, são definidos em suas características por esses sistemas, além de se oporem a tais caracterizações ao se esforçarem por fazê-las funcionar em seu próprio benefício. Georges Duby mostra perfeitamente como o modelo das três ordens que fixa, visando eternizar pela explicitação e pela codificação, um estado de estrutura social, pôde ser utilizado simultânea e sucessivamente por grupos antagonistas: em primeiro lugar, pelos bispos que o haviam elaborado contra os heréticos, os monges e os cavaleiros; em seguida, pela aristocracia contra os bispos e o rei; finalmente, pelo rei que, ao se constituir como sujeito absoluto da operação de classificação, como princípio externo e superior às classes que ele permite engendrar (diferentemente das três ordens, sujeitos, mas também objetos, juízes, mas também partes), atribui um lugar na ordem social ao conjunto dos grupos interessados e se constitui como ponto de vista a respeito do qual não existe ponto de vista.¹⁶ Do mesmo modo, seria possível mostrar que os esquemas e os lugares-comuns que servem para pensar as diferentes formas de dominação, a oposição entre os sexos e as faixas etárias, assim como a oposição entre as gerações, são também objeto de manipulações semelhantes. Os “jovens” podem aceitar a definição de si próprios que os anciãos lhes propõem e, ao tirar proveito da autorização provisória que lhes é concedida em grande número de sociedades (“a juventude deve seguir seu curso”), fazer o que lhes cabe e lhes convém por natureza, realizar as “virtudes próprias” da juventude, *virtú*, virilidade, arrebatamento, etc. e ocupar-se de seus próprios negócios: a errância belicosa para os herdeiros nobres na Idade Média;¹⁷ o amor e a violência para os jovens florentinos do

Renascimento; e todas as formas de arrebatamento regulado e lúdico (esporte, rock, etc.) para os adolescentes de nossos dias, em suma, deixar-se ficar em estado de “juventude”, ou seja, de irresponsabilidade, trocando a liberdade de assumir uma conduta irresponsável por uma renúncia às responsabilidades.¹⁸ Nas situações de crise específica em que a ordem das sucessões está ameaçada, os “jovens” que já não aceitam ser enviados de volta à “juventude” tendem a enviar os “velhos” de volta à “velhice”; ao desejar assumir as responsabilidades que definem os adultos – no sentido de pessoas socialmente realizadas –, eles devem reenviar os detentores das responsabilidades para esta outra forma de irresponsabilidade que define a velhice ou, melhor, a aposentadoria. A sabedoria e a prudência reivindicadas pelos “responsáveis” tornam-se, então, conservadorismo, arcaísmo ou, simplesmente, irresponsabilidade senil. Os últimos a chegar que, segundo todas as possibilidades, são também os mais jovens do ponto de vista biológico, mas que trazem em seu bojo muitas outras propriedades distintivas, correlatas das transformações das condições sociais de produção dos produtores – ou seja, principalmente, da família e do sistema escolar –, escapam tanto mais rapidamente à “juventude”, ou seja, à irresponsabilidade, quanto mais prontos estiverem para romper com as condutas irresponsáveis que lhes são atribuídas e, ao libertarem-se dos limites incorporados (de modo a sentirem-se, com cinquenta anos, ainda “jovens demais” para “pretender razoavelmente” brigar por determinada posição, posto ou honra), quanto menos hesitarem a “se ativar”, a “queimar etapas” e, assim, antes da hora, determinar a queda no passado, no ultrapassado, em suma, a morte social (“está acabado”) de seus predecessores. Mas, sua oportunidade de triunfar nos conflitos, a propósito dos limites entre as idades, desencadeados quando se perde o senso dos limites, existe apenas se conseguirem impor uma nova definição da pessoa socialmente realizada, incluindo aí propriedades habitualmente – ou seja, em função do princípio de classificação vigente – vinculadas à juventude (tais como entusiasmo, dinamismo, etc.) ou propriedades capazes de suplantarem as virtudes comumente associadas ao estatuto de adulto.

Em suma, o que os indivíduos e grupos investem no sentido particular que eles atribuem aos sistemas de classificação comuns pelo uso que fazem disso é infinitamente mais relevante que seu interesse no sentido corrente do termo, é todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que fazem de si próprios, o contrato primordial e tácito pelo qual eles se definem como “nós” em relação a “eles”, aos “outros” e que se encontra na origem das exclusões (“isso não é para nós”) e inclusões que eles operam entre as propriedades produzidas pelo sistema de classificação comum.¹⁹ O fato de que os dominados, em sua relação com os dominantes, se atribuam a força entendida como força de trabalho e força de combate, força física além de moral, coragem e virilidade, não impede os dominantes, por um lado, de pensar também essa relação através do esquema do forte e do fraco, mas reduzindo a força que se atribuem os dominados, como a dos jovens – semelhantes, neste aspecto, às mulheres –, ao estado de força bruta, de paixão e pulsão, força cega e imprevisível da natureza, violência sem razão do desejo, e, por outro, de se atribuírem a força espiritual e intelectual, autodomínio que predispõe ao controle dos outros, força anímica ou força do espírito que autoriza a pensar a relação com os dominados, povo, mulheres ou jovens, como se tratasse da relação da alma com o corpo, do entendimento com a sensibilidade, da cultura com a natureza.

Na luta e por exigências da luta é que funcionam princípios de divisão, indissolivelmente, lógicos e sociológicos que, ao produzirem conceitos, produzem grupos, os próprios grupos que os produzem e os grupos contra os quais eles são produzidos. O pretexto das lutas a propósito do sentido do mundo social é o poder sobre os esquemas classificatórios e os sistemas de classificação que se encontram na origem das representações e, por conseguinte, da mobilização e desmobilização dos grupos: poder evocador da enunciação que faz ver de forma diferente (é o caso, por exemplo, quando uma simples palavra, tal como *paternalismo*, transforma toda a experiência de uma relação social) ou que, ao modificar os esquemas de percepção e apreciação, faz ver outra coisa, outras propriedades, até então despercebidas ou relegadas para segundo plano (tais como os interesses comuns, até então, dissimulados pelas diferenças de etnia ou nação); *poder separador*, distinção, *diacrisis*, *discretio*, que faz surgir unidades discretas da continuidade indivisível, a diferença do indiferenciado.

É unicamente na e pela luta que os limites incorporados se tornam fronteiras com as quais esbarramos e que devem ser deslocadas. E de fato, o sistema dos esquemas classificatórios constitui-se em sistema de classificação objetivado e institucionalizado somente ao deixar de funcionar como senso dos limites e quando, para defendê-los contra a contestação herética, os guardiões da ordem estabelecida devem explicitar, sistematizar e codificar os princípios de produção dessa ordem, tanto real quanto representada, em resumo, constituir a doxa como ortodoxia. Os sistemas de classificação oficiais, por exemplo, a teoria das três ordens, fazem de maneira expressa e sistemática o que os esquemas classificatórios haviam executado de maneira tácita e prática: por conseguinte, os atributos, no sentido de predicados, tornam-se *atribuições*, poderes, competências, privilégios, prerrogativas, atribuídos ao titular de uma função; deste modo, a guerra deixa de ser o que faz o guerreiro, mas o *officium*, a função própria, a razão de ser do *bellator*, assim justificado de existir como ele existe. A *discretio* classificadora fixa, à maneira do direito, um estado da relação de forças que ela visa eternizar pelo fato da explicitação e da codificação. O princípio de divisão lógica e política que é o sistema de classificação só tem existência e eficácia por reproduzir – sob uma forma transfigurada, na lógica propriamente simbólica das *distâncias diferenciais*, ou seja, do descontínuo – as diferenças, quase sempre graduais e contínuas, que conferem a estrutura à ordem estabelecida; mas ele não acrescenta sua contribuição própria, ou seja, propriamente simbólica, para a manutenção dessa ordem a não ser porque tem o poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer acreditar que lhe é atribuído pela imposição de estruturas mentais.

Os sistemas de classificação não seriam um pretexto de luta tão decisivo se não contribuíssem para a existências das classes ao acrescentarem, à eficácia dos mecanismos objetivos, o fortalecimento que lhes trazem as representações estruturadas em conformidade com a classificação. Enquanto ato de reconhecimento da plena existência social, a imposição de um nome reconhecido opera uma verdadeira transmutação da coisa nomeada que, ao deixar de existir em estado de fato, ou seja, como exercício tolerado, ilegal ou ilegítimo, torna-se uma *função social*, isto é, um mandato, uma missão (*Beruf*), um encargo, um papel, outras tantas palavras que exprimem perfeitamente a diferença entre a atividade *autorizada*, ou seja, atribuída a um indivíduo ou grupo por uma *delegação* tácita ou explícita, e a simples *usurpação* que “cria um estado de fato” na expectativa da

institucionalização. No entanto, o efeito próprio das “representações coletivas” que, contrariamente ao que poderiam deixar acreditar as conotações durkheimianas do conceito, pode ser o produto da aplicação do mesmo esquema de percepção ou de um sistema de classificação comum, sem deixar de ser, entretanto, objeto de usos sociais antagonistas, nunca é tão evidente senão quando a palavra precede a coisa e a usurpação da *identidade nominal* precipita a constituição da identidade real, como no caso dessas associações de voluntários que se transformam em profissões reconhecidas ou desses grupos de defesa corporativos (tais como o dos “quadros”) que, aos poucos, impõem a *representação* de sua existência e de sua unidade, tanto a seus próprios membros quanto aos outros grupos.

A presença ou ausência de um grupo na classificação oficial depende de sua aptidão para se fazer *reconhecer*, para se fazer perceber e admitir, portanto, para obter, quase sempre depois de uma luta ardorosa, um lugar na ordem social e, assim, escapar à existência *bastarda* das “profissões sem nome”, de acordo com a expressão de Emile Benveniste, a saber: o comércio na antiguidade – e na Idade Média – ou as atividades ilegítimas, tais como curandeiro (outrora, chamado “empírico”) e, atualmente, endireita ou prostituta. Os grupos estão associados estreitamente às palavras que os designam: de fato, o poder de impor o reconhecimento depende da aptidão para se mobilizar em torno de uma palavra, “proletariado”, “classe operária”, “quadros”, portanto, para se apropriar de um nome comum e comungar em um nome próprio e, assim, mobilizar a força que faz a união, a que cria o poder unificador do nome, da *palavra de ordem*.

De fato, a ordem das palavras nunca reproduz estritamente a ordem das coisas. E, na independência relativa da estrutura do sistema das palavras classificantes e classificadas – no interior do qual se define o valor distinto de cada etiqueta particular –, em relação à estrutura da distribuição do capital e, mais precisamente, na defasagem (que resulta, em parte, da inércia própria aos sistemas de classificação como instituições quase jurídicas que sancionam um estado da relação de forças) entre a mudança dos cargos, associada à mudança do aparelho de produção, e a mudança dos diplomas, é que reside o princípio das estratégias simbólicas que visam explorar as discordâncias entre o nominal e o real, apropriar-se das palavras para ter as coisas designadas por elas, ou das coisas, na expectativa de obter as palavras que as sancionam; exercer as funções sem ter os diplomas para fazê-lo (trata-se dos “substitutos”) a fim de se dotar, assim, dos diplomas para reivindicar os diplomas legítimos ou, ao contrário, renunciar às retribuições materiais associadas a diplomas desvalorizados para evitar perder as vantagens simbólicas proporcionadas por etiquetas mais prestigiosas ou, no mínimo, mais imprecisas, menos brutalmente classificantes e, por conseguinte, mais manipuláveis; pedir de empréstimo a fim de ser designada a mais favorável das marcas disponíveis, avançando se necessário for até os limites da impostura – à semelhança dos oleiros que se dizem artesãos de arte ou os técnicos que pretendem ser engenheiros – ou inventar, para se *demarcar*, novas designações, tais como os cinesiterapeutas que, por essa nova marca, esperam distinguir-se dos simples massagistas e ficarem mais próximos dos médicos. Outras tantas estratégias que, a exemplo de todos os processos de concorrência, corrida de perseguição visando garantir a constância das distâncias distintivas, têm o efeito de facilitar uma constante inflação nominal, freada, todavia, pela inércia das taxinomias institucionalizadas – convenções coletivas, grade dos salários, etc. – às quais estão associadas garantias jurídicas. As negociações entre grupos

de interesses antagonistas, mediante as quais se estabelecem as convenções coletivas, e que, indissoluvelmente, incidem sobre as tarefas inscritas no cargo, sobre as propriedades exigidas de seus ocupantes – por exemplo, os diplomas – e sobre as remunerações materiais e simbólicas (o nome) correspondentes, têm a virtude de lembrar, pela encenação institucionalizada que elas elaboram a esse respeito, as lutas incessantes a propósito das classificações que contribuem para produzir as classes, apesar de serem o produto das lutas entre as classes e dependerem das relações de força estabelecidas entre elas.

Realidade da representação e representação da realidade

Os sujeitos classificantes que classificam as propriedades e as práticas dos outros, ou as deles próprios, são também objetos classificáveis que se classificam (perante os outros), apropriando-se das práticas e propriedades já classificadas (tais como vulgares ou distintas, elevadas ou baixas, pesadas ou leves, etc., ou seja, em última análise, populares ou burguesas) segundo sua repartição provável entre grupos, eles próprios classificados; as mais classificantes e as mais bem classificadas dessas propriedades são, evidentemente, aquelas que são expressamente designadas para funcionar como *sinais de distinção* ou *marcas de infâmia*, estigmas, e, sobretudo, os nomes e diplomas que exprimem o pertencimento às classes, cuja interseção define, em determinado momento, a *identidade social*, nome da nação, de região, de etnia ou de família, nome de profissão, diploma escolar, títulos honoríficos, etc. Aqueles que classificam ou se classificam, ao classificarem ou se apropriarem das práticas ou propriedades classificadas e classificantes, não podem ignorar que, através dos objetos ou práticas distintivos em que se exprimem seus “poderes” e que, por serem apropriados por classes e apropriados a classes, classificam aqueles que se apropriam desses objetos ou práticas, se classificam perante outros sujeitos classificantes (mas também classificáveis, assim como seus julgamentos), providos de esquemas classificatórios análogos àqueles que lhes permitem antecipar, mais ou menos adequadamente, sua própria classificação.

Os sujeitos sociais compreendem o mundo social que os compreende. Isso significa que, para caracterizá-los, é impossível se limitar às propriedades materiais que, a começar pelo corpo, se deixam enumerar e avaliar como qualquer outro objeto do mundo físico. De fato, nenhuma dessas propriedades, seja o tamanho ou o volume do corpo ou a superfície das propriedades fundiárias ou imobiliárias que, percebidas e apreciadas, por referência a outras propriedades da mesma classe, por agentes equipados com esquemas de percepção e apreciação socialmente constituídos, não funcionam como *propriedades simbólicas*. Isso implica que se deve superar a oposição entre uma “física social” que, equipada com um uso objetivista da estatística, estabelecesse *distribuições* (no sentido estatístico e, também, econômico), expressões quantificadas da repartição entre um grande número de indivíduos em concorrência para a apropriação de uma quantidade finita de energia social apreendida através de “indicadores objetivos”, e uma “semiologia social” que estivesse empenhada em decifrar significações e revelar operações cognitivas pelas quais os agentes as produzem e decifram; entre a ambição de ter acesso a uma “realidade” objetiva “independente das consciências e vontades individuais”, ao preço de uma ruptura com as representações comuns do mundo social (“as pré-noções” durkheimianas) e dar origem a “leis” ou seja, relações significativas, mas no sentido de não aleatórias, entre distribuições, e o esforço para apreender,

em vez da “realidade”, as representações que os agentes formam a seu respeito e que fazem a “realidade” inteira de um mundo social concebido “como representação e vontade”.

Em suma, a ciência social não tem de escolher entre essa forma própria da física social, representada por Durkheim – que está de acordo com a semiologia social para admitir que só se pode conhecer a “realidade” com a condição de utilizar instrumentos lógicos de classificação –,²⁰ e a semiologia idealista que, ao adotar o objeto de elaborar “um relatório dos relatórios”, como afirma Garfinkel, nada pode fazer além de registrar os registros de um mundo social que se limitaria a ser, no termo do processo, o produto das estruturas mentais, ou seja, lingüísticas. Trata-se de introduzir na ciência da raridade e da concorrência para os bens raros, o conhecimento prático de que se dotam os agentes ao produzirem, com base em sua experiência das distribuições, por sua vez, dependente de sua posição nas distribuições, divisões e classificações que não são menos objetivas que as dos balanços contábeis da física social. Em outras palavras, trata-se de superar a oposição entre as teorias objetivistas que identificam as classes sociais – mas também, as classes sexuais ou as faixas etárias – com grupos discretos, simples populações suscetíveis de enumeração e separadas por fronteiras objetivamente inscritas na realidade, e as teorias subjetivistas (ou, se quisermos, *marginalistas*) que reduzem a “ordem social” a uma espécie de classificação coletiva obtida pela agregação das classificações individuais ou, mais precisamente, das estratégias individuais, classificadas e classificantes, pelas quais os agentes se classificam e classificam os outros.²¹

Basta ter em mente que os bens se convertem em sinais distintivos, que podem ser sinais de distinção, mas também de vulgaridade, ao serem percebidos relacionalmente, para verificar que a *representação* que os indivíduos e os grupos exibem *inevitavelmente* através de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu *ser-percebido*, quanto por seu *ser*, por seu consumo – que não tem necessidade de ser *ostensivo* para ser simbólico – quanto por sua posição nas relações de produção (mesmo que seja verdade que esta posição comanda aquele consumo). A visão berkelianista – ou seja, pequeno-burguesa – que reduz o ser social ao ser percebido, ao parecer, e que, por esquecer que não tem necessidade de dar representações (teatrais) para ser objeto de representações (mentais), reduz o mundo social à agregação das representações (mentais) que os diferentes grupos se fazem das representações (teatrais) oferecidas pelos outros grupos, tem o mérito de lembrar a autonomia relativa da lógica das representações simbólicas em relação aos determinantes materiais da condição: as lutas das classificações, individuais ou coletivas, que visam transformar as categorias de apercepção e apreciação do mundo social e, por conseguinte, o mundo social, constituem uma dimensão esquecida da luta de classes. No entanto, basta ter em mente que os esquemas classificatórios que se encontram na origem da relação prática estabelecida pelos agentes com sua condição, assim como da representação que eles podem ter a seu respeito são, por sua vez, o produto dessa condição para verificar os limites dessa autonomia: a posição na luta pelas classificações depende da posição na estrutura das classes; e os sujeitos sociais – a começar pelos intelectuais que não são os mais bem posicionados para pensar o que define os limites de seu pensamento a respeito do mundo social, ou seja, a ilusão da ausência de limites – nunca têm menos chances de superar “os limites de seu cérebro” do que na representação que fazem e se fazem de sua posição, que define esses limites.

Elementos para uma crítica “vulgar” das críticas “puras”

Alguém, talvez, já tenha questionado o motivo pelo qual, em um texto dedicado ao gosto e à arte, nunca tenha sido feito apelo à tradição da estética filosófica ou literária. E, certamente, terá chegado à conclusão de que se trata de uma recusa deliberada.

Não há dúvida, com efeito, de que a estética erudita – não só a que está envolvida em estado prático nas obras legítimas, mas também a que se exprime nos escritos que visam explicitá-la e colocá-la em forma – constitui-se fundamentalmente, para além das variantes, contra tudo o que pôde ser adquirido por esta pesquisa, ou seja, a *indivisibilidade do gosto*, a unidade dos gostos mais “puros” e mais depurados, mais sublimes e mais sublimados, além dos gostos mais “impuros” e mais “grosseiros”, mais comuns e mais primitivos. Inversamente, tal postura significa que, antes de mais nada, esta pesquisa exigia a renúncia, por uma espécie de amnésia deliberada, a todo o *corpus* de discursos cultos sobre a cultura e, por conseguinte, não só aos lucros que proporciona a exibição dos *sinais de reconhecimento* (e que se fazem lembrar, pelo menos, através dos custos implicados unicamente pela omissão), mas também aos lucros mais íntimos do deleite letrado, aqueles invocados por Proust ao indicar o que lhe custou a visão lúcida dos prazeres da leitura: “Foi com minhas mais caras impressões estéticas que desejei lutar aqui, procurando levar a sinceridade intelectual até seus últimos e mais cruéis limites”.¹ (Sem a possibilidade de dissimular a si mesmo que os prazeres da “visão lúcida” podem representar a forma mais “pura” e mais requintada, ainda que, muitas vezes, monótona, do deleite).

E se convém autorizar o retorno do recalcado, uma vez produzida a verdade do gosto contra a qual se construiu, por um imenso recalçamento, toda a estética legítima, não é somente para submeter as verdades adquiridas a um derradeiro teste (que não corresponde, de modo algum, a um enfrentamento contra as teorias rivais), mas também e, sobretudo, para evitar que, por um efeito bastante comum de desdobramento, a ausência de confronto direto permita a coexistência pacífica de dois discursos, em dois universos de pensamento e discurso cuidadosamente separados.

A aversão pelo fácil

O gosto “puro” e a estética que lhe serve de teoria encontram sua origem na rejeição do gosto “impuro” e da *aisthesis*, forma simples e primitiva do prazer sensível reduzido a um *prazer dos sentidos*, à semelhança do que Kant designa por “gosto da língua, do palato e da boca”, abandono à sensação imediata que, em outra ordem, assume a figura da

negligência. Correndo o risco de parecer adaptar-se aos “efeitos fáceis” estigmatizados pelo “gosto puro”, seria possível mostrar que toda a linguagem da estética está confinada em uma rejeição de princípio do *fácil*, entendido em todos os sentidos atribuídos a esta palavra pela ética e estética burguesas;² que o “gosto puro”, puramente negativo em sua essência, tem por princípio a *aversão*, freqüentemente designada como *visceral* (“faz adoecer” e “provoca vômitos”), por tudo o que é “fácil”, como se diz de uma música ou de um efeito estilístico, assim como de uma mulher ou de seus costumes. A rejeição do que é fácil no sentido de simples, portanto, sem profundidade, e “barato”, já que sua decifração é cômoda e pouco “dispendiosa” do ponto de vista cultural, conduz naturalmente à rejeição do que é fácil no sentido ético e estético, de tudo o que oferece prazeres *imediatamente acessíveis* e, por conseguinte, desacreditados como “infantis” ou “primitivos” (por oposição aos prazeres adiados da arte legítima). Fala-se, assim, de “efeitos fáceis” para caracterizar, por exemplo, a elegância um tanto espalhafatosa de certo estilo jornalístico ou o encanto um pouco demasiadamente insistente e previsível da música chamada “ligeira” (palavra cujas conotações abrangem, praticamente, as de “fácil”) ou de certas execuções da música clássica, de modo que determinado crítico possa denunciar, por exemplo, a “sensualidade vulgar” ou “o orientalismo de bazar” que transforma a interpretação da dança dos sete véus da *Salomé* de Richard Strauss em “uma música de café-concerto”. De acordo com as palavras utilizadas para denunciá-las, “fácil” ou “ligeiro”, é claro, mas também “frívolo”, “fútil”, “espalhafatoso”, “superficial”, “sedutor” (traduzido, em inglês, pelo termo mais distinto, *meretricious*) ou, no registro das satisfações orais, “xaroposo”, “adocicado”, “insosso”, “enjoativo”, as obras “vulgares” não são somente uma espécie de insulto ao requinte dos requintados, uma maneira de ofensa ao público “difícil” que não entende que lhe ofereçam coisas “fáceis” (a respeito dos artistas e, em particular, dos chefes de orquestra, costuma-se dizer que eles se respeitam e respeitam seu público); tais obras suscitam o mal-estar e a aversão ao adotarem métodos de sedução, habitualmente, denunciados como “baixos”, “degradantes”, “aviltantes”, que incutem no espectador o sentimento de ser tratado como qualquer um, que se pode seduzir com atrativos de pacotilha, convidando-o a *regredir* para as formas mais primitivas e elementares do prazer, quer se trate das satisfações passivas do gosto infantil pelos líquidos doces e adoçados (evocados pelo termo “xaroposo”) ou das gratificações quase animais do desejo sexual.³ Seria possível evocar o preconceito platônico incansavelmente reafirmado, em favor dos sentidos “nobres”, a visão e a audição, ou o privilégio atribuído por Kant à *forma*, mais pura, em detrimento da cor e de sua sedução quase carnal. Mas nos contentaremos com um texto realmente exemplar em que, ao estabelecer entre “belo” e “lindo” uma oposição perfeitamente idêntica àquela proposta por Kant, em *Critique du jugement*, entre “prazer” e “fruição”, “belo” e “agradável”, “o que agrada” e “o que dá prazer”, Schopenhauer, por um lado, define o “lindo” como “o que estimula a vontade, oferecendo-lhe *diretamente* o que a *lisonjeia*”, como o que “faz o contemplador perder o estado de *intuição pura*, necessária à intuição do belo”, o que “*seduz infalivelmente* a vontade pela visão dos objetos que a *lisonjeiam imediatamente*” e, por outro, coisa significativa, reúne na mesma condenação as duas formas de satisfação, oral e sexual, contra as quais entende constituir a satisfação reconhecida como propriamente estética: “A forma inferior do ‘lindo’ encontra-se, diz ele, nos quadros de interior dos pintores holandeses quando eles têm a extravagância de nos

representar comestíveis, verdadeiros *trompe-l'oil* que não podem deixar de nos excitar o apetite; a vontade encontra-se, por isso mesmo, estimulada e, deste modo, põe um fim a toda contemplação estética do objeto. Que se pinte frutas é suportável, desde que a fruta apareça como a consequência da flor, como um produto da natureza, belo por sua cor, belo por sua forma, e que não sejamos de modo algum forçados a sonhar efetivamente com suas propriedades comestíveis; mas, infelizmente, leva-se muitas vezes a busca da semelhança e da ilusão até representar iguarias servidas e arranjadas, tais como ostras, arenques, lagostas, torradas com manteiga, cerveja, vinhos e assim por diante: isso é absolutamente inadmissível. Na pintura histórica e na escultura, o lindo se traduz pelos nus cuja atitude e desnudamento, acrescidos à maneira geral pela qual são representados, tendem a excitar a lubricidade dos espectadores: a contemplação estética cessa imediatamente; o trabalho do autor foi contrário à finalidade da arte".⁴

Como afirma muitíssimo bem Schopenhauer, neste aspecto, muito próximo de Kant⁵ e de todas as estéticas em que se exprime, sob uma forma racionalizada, o *ethos* da fração dominada da classe dominante, o lindo que reduz "o puro sujeito cognoscente", "liberado da subjetividade e de seus desejos impuros", a um "sujeito voluntário, submetido a todas as necessidades e servidões", exerce uma verdadeira violência sobre o espectador: indecente, exibicionista, ele se introduz e se impõe, arrastando o corpo por seu ritmo, que está em afinidade com os ritmos corporais, cativando o espírito pela aparência enganosa de suas intrigas, suspenses e surpresas, impondo-lhe uma participação real completamente oposta ao "distanciamento" e ao "desinteresse" do gosto puro.⁶

Nada opõe mais radicalmente os espetáculos populares – desde o Guignol até a partida de futebol, passando pelo *catch* ou circo, ou, até mesmo, o cinema de bairro de outrora – aos espetáculos burgueses que a forma da participação do público: em determinado caso, constante, manifesta (berros, assovios), às vezes, direta (o indivíduo invade o terreno de jogo), ela é, em outros casos, descontínua, distante, altamente ritualizada, com aplausos, inclusive, gritos de entusiasmo obrigatórios, no final ou, até mesmo, perfeitamente silenciosa (por ocasião dos concertos nas igrejas). O *jazz* embaralha essa oposição apenas em aparência: espetáculo burguês que imita o espetáculo popular, ele reduz os sinais de participação (estalido dos dedos ou marcação de ritmo com os pés) ao esboço silencioso do gesto (pelo menos, no *free jazz*).

O "gosto pela reflexão" e o "gosto pelos sentidos"

O gosto puro rejeita exatamente a violência a que se submete o espectador popular (pensa-se na descrição que Adorno faz das músicas populares e de seus efeitos); ele reivindica o respeito, o distanciamento que permite manter à distância. Sua expectativa é a de que a obra de arte, finalidade sem outro fim além de si mesma, trate o espectador em conformidade com o imperativo kantiano, ou seja, como um fim e não como um meio. Assim, o princípio do gosto puro nada é além de uma rejeição⁷ ou, melhor ainda, de uma aversão: aversão pelos objetos que impõem à fruição, assim como aversão pelo gosto grosseiro e vulgar que se compraz com essa fruição imposta. "A única espécie de feiúra que, representada segundo a natureza, elimina qualquer satisfação estética e, por

consequente, a beleza artística, é a que provoca aversão. De fato, como nessa sensação singular que se baseia apenas na imaginação, o objeto é representado, de algum modo, como se ele se impusesse à fruição quando, afinal, oferecemos-lhe uma forte resistência, a representação artística já não se distingue, na nossa sensação, da natureza desse objeto, de modo que ela não pode ser considerada bela”.⁸ A aversão é a experiência paradoxal da fruição extorquida pela violência, ou seja, da fruição que provoca horror. Este horror, ignorado por aqueles que se abandonam à sensação, resulta, fundamentalmente, da abolição da distância, em que se afirma a liberdade, entre a representação e a coisa representada, em suma, da *alienação*, da perda do sujeito no objeto, da submissão imediata ao presente imediato, determinada pela violência subjugadora do “agradável”. Assim, por oposição à inclinação suscitada pelo “agradável” que, comum aos animais e aos homens, diferentemente da beleza (p. 47), é propício a seduzir “aqueles que se preocupam apenas com a fruição” (p. 44, 46, 97) e “convém imediatamente aos sentidos” – enquanto “desagrada mediatamente” à razão (p. 45) –,⁹ o “gosto puro” (p. 64, 66), “gosto pela reflexão” (p. 51) que se opõe ao “gosto dos sentidos”, assim como “os atrativos” à “forma” (p. 59, 60), deve excluir o interesse e não “dar nenhuma importância à existência da coisa” (p. 43).¹⁰

O objeto que “se impõe à fruição”, tanto pela imagem quanto na realidade, *em carne e osso*, neutraliza a resistência ética, assim como a neutralização estética: em suma, ele elimina o poder de distância da representação, a liberdade propriamente humana de colocar em suspense a adesão imediata, animalesca, ao sensível e de rejeitar a submissão ao puro afeto, à simples *aisthesis*. Duplo desafio à liberdade, à humanidade, à cultura, enquanto antinatureza, a aversão é, portanto, a experiência *ambivalente* da horrível sedução do repugnante e da fruição, que opera uma espécie de redução universal à animalidade, à corporeidade, ao ventre e ao sexo, ou seja, ao que é *comum*, portanto, *vulgar*, abolindo toda diferença entre aqueles que resistem com todas as suas forças e aqueles que se comprazem no prazer, que usufruem da fruição: “Sob o termo ‘comum’ – não só no nosso idioma que, neste aspecto, oferece uma verdadeira ambigüidade, mas também em outros idiomas –, entendemos o que é vulgar (*das Vulgare*), o que se encontra por toda parte; além disso, possuí-lo não é um mérito, nem um privilégio” (p. 121-122). A natureza entendida como sensibilidade torna igual, mas pelo nível mais baixo (esse é já o “nivelamento” detestado pelos heideggerianos). Aristóteles havia ensinado que as coisas diferentes se diferenciam naquele aspecto em que elas se assemelham, ou seja, em um caractere comum: com horror, a aversão descobre a animalidade comum sobre e contra a qual se constrói a distinção moral.

“Consideramos grosseiro e sem nobreza o modo de pensamento daqueles que não têm o sentimento da natureza bela (...) e se contentam, à mesa ou perto da garrafa, em usufruir das simples sensações dos sentidos” (p. 130). E Kant enuncia, alhures, da maneira mais direta possível, o fundamento social da oposição entre o “gosto pela reflexão” e o “gosto dos sentidos”: “O instinto, enquanto *voz de Deus*, à qual obedecem todos os animais, deveria ser, antes de mais nada, o único guia a conduzir nossa nova criatura. Permitir-lhe-ia certas coisas para sua alimentação, proibindo-lhe algumas outras. Mas não é necessário admitir um instinto particular, desaparecido atualmente, para esse uso; o sentido do odor poderia ser suficiente por seu parentesco com o órgão do *gosto*, assim como a *afinidade bem conhecida deste último com o aparelho digestivo*; assim, o homem tinha, de algum

modo, o poder de pressentir a inocuidade ou nocividade dos alimentos para consumo, ainda hoje, é possível ver exemplos disso. E, inclusive, pode-se admitir que esse sentido tivesse sido tão apurado no primeiro casal do que na atualidade. Com efeito, trata-se de um fato bem conhecido que *existe uma diferença considerável na força das percepções, entre os homens preocupados apenas com seus sentidos e aqueles que, ocupados também com seus pensamentos, conseguem por isso mesmo desviar-se de suas sensações*" (E. Kant, "Conjectures", *op. cit.*, p. 113). Reconhece-se, aqui, o mecanismo ideológico que consiste em descrever, como momentos de uma evolução (neste caso, o progresso da natureza em direção à cultura), os termos da oposição estabelecida entre as classes sociais.

Assim, embora continue a recusar ao gosto tudo o que poderia assemelhar-se a uma gênese empírica, psicológica e, sobretudo, social (ver, por exemplo, p. 37, 96), servindo-se sempre do corte mágico entre o transcendental e o empírico,¹¹ a teoria do gosto puro encontra seu fundamento, como é testemunhado pela oposição estabelecida por ela entre o agradável (que "não torna culto" e limita-se a ser uma fruição, cf. p. 97) e a cultura¹² ou, ainda, as alusões à aprendizagem e à educabilidade do gosto,¹³ na empiria de uma relação social: a antítese entre a cultura e o prazer corporal (ou, se quisermos, a natureza) enraíza-se na oposição entre a burguesia culta¹⁴ e o povo, lugar fantasmático da natureza inculta, da barbárie entregue à pura fruição: "Ao misturar os atrativos e as emoções à satisfação, o gosto é sempre bárbaro; ainda mais, se faz disso a medida de seu assentimento" (p. 59).

Se avançarmos até as últimas conseqüências de uma estética que, segundo a lógica de *Essai sur les grandeurs négatives*, deve avaliar a virtude pela amplitude dos vícios superados e o gosto puro pela intensidade da pulsão denegada e da vulgaridade vencida, devemos reconhecer a arte mais realizada nas obras que levam, ao mais elevado grau de tensão, a antítese da barbárie civilizada, do impulso reprimido, da grosseria sublimada: esse é o caso, atualmente, de Mahler que impeliu, mais longe que qualquer outro, o jogo perigoso com a condescendência e com todas as formas de recuperação erudita das "artes populares" ou, até mesmo, do estilo empolado; ou, em outras épocas, Beethoven, cuja grandeza reconhecida se avalia pela grandeza negativa das violências, exorbitâncias e excessos, muitas vezes celebrados pela hagiografia, que tiveram de ser superados pela ascese artística, espécie de trabalho do luto. Enquanto condição da experiência do prazer "puro", a inibição do prazer imediatamente acessível pode tornar-se, por sua vez, fonte de prazer; assim, o *requinte* leva a cultivar, por si mesmo, o "prazer preliminar", mencionado por Freud, a adiar cada vez mais a resolução da tensão, a aumentar, por exemplo, a distância entre o acorde dissonante e sua resolução completa ou conforme as normas. De modo que a forma mais "pura" do prazer do esteta, a *aisthesis* depurada, sublimada, denegada, poderia assim consistir, paradoxalmente, em uma ascese, *askesis*, uma tensão provocada e alimentada, isto é, exatamente o contrário da *aisthesis* primária e primitiva.

Prazer ascético, prazer fútil que traz em seu bojo a renúncia ao prazer, prazer depurado do prazer, o prazer puro está predisposto a tornar-se um símbolo de excelência moral, enquanto a obra de arte torna-se um teste de superioridade ética, uma medida indiscutível da capacidade de sublimação que define o homem *verdadeiramente humano*:¹⁵ o desafio do

discurso estético, assim como da imposição de *uma definição do propriamente humano* que ele visa realizar, nada é, afinal de contas, além do *monopólio da humanidade*.¹⁶ Compete à arte exatamente certificar a diferença entre homens e não-homens: imitação livre da criação natural, da *natura naturans* – e não da *natura naturata* – pela qual o artista (e, por seu intermédio, o espectador) afirma sua transcendência em relação à natureza naturada ao produzir “outra natureza” (p. 140), submetida unicamente às leis de construção do gênio criador (p. 136), a experiência artística é o que mais se aproxima da experiência divina do *intuitus originarius*, percepção criadora que, sem reconhecer outras regras ou obrigações além das próprias (p. 133), engendra livremente seu próprio objeto. O mundo produzido pela “criação” artística não é somente “outra natureza”, mas uma “contra-natureza”, um mundo produzido à maneira da natureza, mas contra as leis comuns da natureza – as da gravidade na dança, as do desejo e do prazer na pintura ou escultura, etc. – por um ato de sublimação artística que está predisposto a desempenhar uma função de legitimação social: a negação da fruição inferior, grosseira, vulgar, mercenária, venal, servil, em suma, natural, contém a afirmação da sublimidade daqueles que sabem se satisfazer com prazeres sublimados, requintados, distintos, desinteressados, gratuitos, livres. A oposição entre os gostos naturais e os gostos opcionais introduz uma relação que é a do corpo com a alma, entre aqueles que são apenas natureza e aqueles que, em sua capacidade para dominar sua própria natureza biológica, afirmam sua pretensão legítima para dominar a natureza social. E compreende-se melhor que, de acordo com a observação de Bakhtine a propósito de Rabelais, resta à imaginação popular derrubar a relação que serve de fundamento à sociodicéia estética: ao responder ao expediente da *sublimação* por uma opinião preconcebida de *redução* ou, se quisermos, de *degradação*, como ocorre com a gíria, a paródia, o burlesco ou a caricatura, que coloca de ponta-cabeça todos os “valores” em que se reconhece e se afirma a sublimidade dos dominantes, com o recurso à obscenidade ou à escatologia, ela nega sistematicamente a diferença, menospreza a distinção e, como as brincadeiras de Carnaval, reduz os prazeres distintivos da alma às satisfações comuns do ventre e do sexo.¹⁷

Uma relação social denegada

A teoria da beleza como criação absoluta do *artifex deus* que permite a qualquer homem (digno desse nome) imitar o ato divino da criação, é, sem dúvida, a expressão “natural” da ideologia profissional daqueles que apreciam se atribuir a denominação de “criadores”; isso explica que, até mesmo, fora de qualquer influência direta, ela tenha continuado a ser reinventada pelos artistas, desde Leonardo Da Vinci – que havia transformado o artista no “senhor de todas as coisas” – até Paul Klee com sua pretensão de criar à maneira da natureza.¹⁸ E sem falar da relação evidente que ela mantém com a antítese entre as duas formas de prazer estético e, por seu intermédio, com a oposição entre a “elite” da cultura e as massas bárbaras, a oposição estabelecida por Kant entre a “arte livre”, “que agrada por si mesma” e cujo produto é liberdade – já que agrada por si mesma, sem inibir, de modo algum, o espectador –,¹⁹ e a “arte mercenária”, atividade submissa e servil que, “atraente unicamente por seu efeito (o salário), pode ser imposta pela força” (p. 131) e cujo produto, ao se impor ao espectador com toda a violência subjugante de seu atrativo sensível, exprime muito diretamente a representação que Kant tem a respeito da posição – na divisão do trabalho e,

mais precisamente, na divisão do trabalho intelectual – desses intelectuais “puros” ou “autônomos” que são, se dermos crédito ao livro *Le conflit des facultés*, os professores da Faculdade de Filosofia, e, em seu limite mais depurado, os escritores e artistas.²⁰ A obra *Critique du jugement* está menos afastada do que possa parecer da “Idéia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita” na qual se viu, acertadamente, a expressão dos interesses sublimados da *intelligentsia* burguesa; essa burguesia intelectual que, de acordo com a afirmação de Norbert Elias, “retira sua auto-justificativa, em primeiro lugar, de suas realizações intelectuais, científicas ou artísticas”,²¹ ocupa uma posição instável, totalmente homóloga à da atual *intelligentsia*, no espaço social: “elite aos olhos do povo”, ela se encontra em uma “condição inferior aos olhos da aristocracia da corte”.²²

Um grande número de extravagâncias do texto de Kant ficam esclarecidas a partir do momento em que se percebe o desdobramento do segundo termo da oposição fundamental entre o prazer e a fruição. Neste caso, a pureza ética do prazer de cultura encontra-se definida não só contra a *barbárie* da fruição subserviente, mas também contra a fruição *heteronômica* da Civilização: “No domínio da arte e da ciência, somos *cultos* no grau mais elevado; e somos de tal modo *civilizados* que nos sentimos esmagados por tudo o que se refere à urbanidade e às conveniências sociais de toda a espécie. No entanto, ainda falta muito para que sejamos considerados já *moralizados*. De fato, a idéia da moralidade pertence ainda à *cultura*; ao contrário, a aplicação da idéia que *leva apenas a uma aparência de moralidade na honra e honorabilidade exterior*, constitui simplesmente a *civilização*”.²³ Kant lança nas trevas do “empírico”, como vimos, “o interesse acrescentado indiretamente ao belo pela inclinação social” que o processo da Civilização produz, mesmo que essa “inclinação requintada” por objetos que não prodigalizam qualquer satisfação de fruição se encontre o mais próxima possível do puro prazer. A negação da natureza conduz tanto à perversão das “propensões supérfluas”, quanto à moralidade pura do prazer estético: “Uma propriedade da razão consiste em poder, com o apoio da imaginação, criar artificialmente desejos, não só *sem* fundamentos estabelecidos sobre um instinto natural, mas inclusive *em oposição* a ele; no início, esses desejos facilitam, aos poucos, a eclosão de um verdadeiro enxame de propensões supérfluas, e o que é pior, contrárias à natureza, sob a denominação de ‘sensualidade’”.²⁴ Ambigüidade do “contra-natureza”: a civilização é censurada, enquanto a cultura é aprovada. A diferença entre o prazer *civilizado*, heteronômico e *exterior*, e o prazer *culto* que supõe um “longo esforço de formação interior do pensamento”,²⁵ é estabelecida por Kant apenas no terreno da ética, ou seja, dos determinantes – externos e “patológicos”, por um lado, e, por outro, puramente internos – do prazer estético. Essa estética pura é efetivamente a racionalização de um *ethos*: tão afastado da concupiscência quanto da *conspicuous consumption*, o puro prazer, ou seja, totalmente depurado de qualquer interesse sensível ou sensual e, ao mesmo tempo, perfeitamente liberado de qualquer interesse social e mundano, opõe-se tanto à fruição requintada e altruísta do cortesão,²⁶ quanto à fruição bruta e grosseira do povo. Nada no conteúdo dessa estética tipicamente professoral²⁷ poderia opor-se ao fato de que a universalidade lhe seja reconhecida unicamente por seus leitores comuns, ou seja, os professores de filosofia, ocupados demais em rechaçar o historicismo e o sociologismo para se aperceberem da *coincidência* histórica e social que, neste caso entre tantos outros, encontra-se na origem de sua ilusão em relação à universalidade.²⁸ E o trabalho de dar forma, necessário para permitir a expressão das pulsões e dos interesses sociais nos limites das censuras de

uma forma particular de conveniência social, só pode contribuir para facilitar tal ilusão, ao fazer, assim, que um discurso – que constitui a arte enquanto certificação da distinção ética e estética como diferença social irreconhecida e reconhecida – possa ser lido como uma expressão universal da universalidade da arte e da experiência estética.

Totalmente anistórica, como qualquer pensamento filosófico digno desse nome – toda *philosophia é perennis* –, perfeitamente etnocêntrica porque não adota outro *datum* além da experiência vivida de um *homo aestheticus* que é apenas o sujeito do discurso estético constituído como sujeito universal da experiência artística, a análise kantiana do julgamento do gosto encontra seu princípio real em um conjunto de princípios éticos que são a universalização das disposições associadas a uma condição particular. No entanto, convém abster-se de tratar como simples máscara formal tudo o que o discurso em forma deve ao esforço para resolver os problemas suscitados pelas divisões teóricas e pelas distinções conceituais elaboradas nas outras *Críticas* e para exprimir o “pensamento de Kant” de acordo com os esquemas de pensamento constitutivos do que se designa por “pensamento kantiano”.²⁹ Sabendo que o próprio princípio da eficácia simbólica do discurso filosófico reside no jogo de duas estruturas de discurso, cuja integração é visada pelo trabalho de dar forma, sem que esse esforço seja totalmente bem-sucedido, seria ingênuo reduzir a verdade desse duplo discurso ao discurso subjacente em que se exprime a ideologia kantiana do belo, aliás, reconstituído pela análise ao reatar a trama das anotações embaralhadas pelas interferências das estruturas. No próprio Kant e em seus leitores, as *categorias sociais do julgamento estético* funcionam apenas sob a forma de categorias altamente *sublimadas*, tais como as oposições entre beleza e atrativo, prazer e fruição ou cultura e civilização – espécie de eufemismos que, fora de qualquer intenção consciente de dissimulação, permitem exprimir e experimentar oposições sociais sob uma forma que esteja em conformidade com as normas de expressão de um campo específico. O oculto, ou seja, a dupla relação social – com a corte (espaço da *civilização* oposta à *cultura*) e com o povo (espaço da natureza e da sensibilidade) – está, ao mesmo tempo, presente e ausente. Ele apresenta-se, no texto, sob espécies tais que é possível, com toda a boa fé, deixar de vê-lo ali; além disso, a leitura ingenuamente redutora, que limitasse o texto de Kant à relação social que nele se dissimula e transfigura, seria tão falsa quanto a leitura comum que viesse a reduzi-lo à verdade fenomenal em que ele só se desvela ao ocultar-se.

Parerga e paralipomena

A maneira mais decisiva de manifestar os mecanismos sociais que conduzem à denegação dos verdadeiros princípios do julgamento do gosto – e à sua re-denegação em todas as leituras em conformidade com as normas – é, certamente, aquela que permite vê-los em ação em um comentário destinado (pelo menos, na aparência) a manifestá-los, ou seja, na leitura de *Critique du jugement* proposta por Jacques Derrida³⁰; além disso, apesar de revelar – mediante uma transgressão das regras mais formais do comentário ortodoxo – alguns dos pressupostos ocultos da filosofia kantiana do julgamento do gosto, ela permanece submissa às censuras da leitura pura. Derrida vê perfeitamente o seguinte: o que está em jogo é a oposição entre o “prazer”, legítimo, e a “fruição” ou, *a parte objecti*, entre as artes agradáveis, que seduzem pelo “atrativo” do

conteúdo sensível, e as Belas-Artes, que oferecem o prazer sem fruição; sem estabelecer explicitamente o vínculo com a oposição precedente, ele percebe, também, a antítese entre os gostos grosseiros de quem “se contenta, à mesa ou segurando uma garrafa, em usufruir simples sensações dos sentidos”, entre “a oralidade consumidora” como “gosto interesseiro” e o gosto puro; ele indica que a aversão é, talvez, a verdadeira origem do gosto puro pelo fato de “abolir a distância representativa” e, ao impelir irresistivelmente ao consumo, elimina a liberdade que se afirma na suspensão da adesão imediata ao sensível e na neutralização do afeto, ou seja, no “desinteresse” como falta de interesse pela existência ou pela não-existência da coisa representada. E, sem dúvida, apesar de evitar fazê-lo explicitamente, é possível relacionar todas as oposições precedentes – que dizem respeito à relação do consumidor com a obra de arte – com a última das oposições apresentadas, ou seja, aquela estabelecida por Kant, na ordem da produção, entre a “arte livre” que implementa o livre arbítrio, e a “arte mercenária” que troca o valor de seu trabalho por um salário. É óbvio que semelhante transcrição, que acaba por condensar e comprimir, estabelecendo assim paralelismos excluídos do original, além de que, ao instituir uma “ordem das razões”, produz encadeamentos somente sugeridos e, sobretudo, confere a todo o propósito o aspecto de uma demonstração orientada por um desafio que coloca em jogo a verdade, constitui uma transformação ou uma deformação, no sentido forte: a tentativa de resumir um discurso que, como o testemunho a atenção prestada à escrita e à paginação, é o produto da intenção de dar forma e, de antemão, rejeita como “sumário” e “reductor” qualquer sumário visando separar o conteúdo da forma, a reduzir o texto à sua mais simples expressão, a apresentá-lo da forma mais resumida possível, consiste, com efeito, em negar a intenção mais fundamental da obra e, por uma espécie de redução transcendental que crítica alguma jamais sonhou em operar, fazer a *epoché* de tudo isso por meio de que o texto filosófico afirma sua existência enquanto texto filosófico, ou seja, seu “desinteresse”, sua liberdade e, por conseguinte, sua verticalidade, sua distinção, sua distância em relação a todos os discursos “vulgares”. No entanto, o jogo supremamente erudito jogado por Jacques Derrida supõe a lucidez na adesão ao jogo: “Trata-se do prazer. De pensar o prazer puro, o ser-prazer do prazer. Partida do prazer, a terceira *Crítica* foi escrita para ele e para ele deve ser lida. Prazer um tanto árido – sem conceito, nem fruição – prazer um tanto estrito, mas aprende-se aí uma vez mais que não existe prazer sem estritura. Se me deixo conduzir pelo prazer, reconheço e, ao mesmo tempo, afasto uma injunção. Eu a sigo: o enigma do prazer coloca o livro inteiro em movimento. Eu a seduzo: ao tratar a terceira *Crítica* como uma obra de arte ou um lindo objeto – esse não era, afinal, seu destino – procedo como se a *existência* do livro fosse indiferente para mim (o que, explica-nos Kant, é exigido por qualquer experiência estética) e pudesse ser considerada com um imperdoável desapareço”.³¹ Assim, Derrida diz-nos a verdade de seu texto e de sua leitura (caso particular da experiência do prazer puro) como se implicasse a *epoché* de qualquer tese de existência ou, mais simplesmente, a indiferença à existência do objeto considerado, mas em um texto que implica essa *epoché* e essa indiferença: forma exemplar de *denegação* – nós (nos) dizemos a verdade, mas de tal modo que (para nós) não a dizemos – que define a verdade objetiva do texto filosófico em seu uso social, conferindo a esse texto uma aceitabilidade social que corresponde a sua irrealidade, sua gratuidade e de indiferença

soberana.³² Por nunca se retirar do jogo filosófico, do qual ele respeita as convenções, inclusive nas transgressões rituais que não podem chocar a não ser os integristas, resta-lhe dizer filosoficamente a verdade do texto filosófico e da leitura filosófica dos textos filosóficos, o que – deixado de lado o silêncio da ortodoxia – é a melhor maneira de não dizê-la e ele não pode mostrar verdadeiramente a verdade da filosofia kantiana da arte e, de forma mais geral, da própria filosofia, que seu próprio discurso contribuiu para produzir. Do mesmo modo que a retórica pictural, que continua a se impor a todos os artistas, produz um efeito inevitável de estetização, assim também a maneira filosófica de falar da filosofia desrealiza tudo o que pode ser dito a respeito da filosofia.

Os questionamentos radicais anunciados pela filosofia encontram, com efeito, seu limite nos interesses associados ao pertencimento ao campo da produção filosófica, ou seja, à própria existência desse campo e às censuras correlatas. Apesar de ser o produto histórico do trabalho dos filósofos sucessivos que os constituíram como filósofos ao impô-los ao comentário, à discussão, à crítica e à polêmica, os problemas, as teorias, os temas ou os conceitos formulados em escritos considerados em determinado momento como filosóficos (livros, artigos, temas de dissertação, etc.), que constituem a *filosofia objetivada*, se impõem como uma espécie de mundo autônomo àqueles que pretendem entrar em filosofia e devem não só conhecê-los, enquanto elementos de cultura, mas reconhecê-los, enquanto objetos de crença (pré-reflexiva), sob pena de se excluírem do campo filosófico. Todos aqueles que fazem profissão de filosofar têm um interesse *de vida ou de morte, enquanto filósofos*, pela existência desse depósito de textos consagrados, cujo controle mais ou menos completo constitui o essencial de seu capital específico. Assim, sob pena de questionarem sua própria existência, enquanto filósofos, e os poderes simbólicos que lhes são garantidos por esse título, nunca podem levar até o fim as rupturas que implicam uma *epoché* prática da tese da existência da filosofia, ou seja, uma denúncia do contrato tácito que define as condições do pertencimento ao campo, um repúdio da crença fundamental nas convenções do jogo e no valor dos desafios, uma rejeição em atribuir os sinais indiscutíveis do reconhecimento – referências e reverência, *obsequium*, respeito pelas convenções inclusive na inconveniência – em suma, tudo isso por meio de que se adquire o reconhecimento do pertencimento.³³ Por não serem, também, rupturas sociais que evitam assumir verdadeiramente a perda das gratificações associadas ao pertencimento, as rupturas intelectuais mais audaciosas da leitura pura contribuem ainda para arrancar o depósito de textos consagrados ao estado de letra morta, de documento de arquivos, bom apenas para a história das idéias ou para a sociologia do conhecimento, e para perpetuar sua existência e seus poderes propriamente filosóficos, levando-o a funcionar como emblema ou matriz de discursos que, seja qual for sua intenção declarada, são sempre também estratégias simbólicas que, aos textos consagrados, tomam de empréstimo o essencial do poder que eles exercem. A exemplo do niilismo religioso de algumas heresias místicas,³⁴ o *niilismo filosófico* pode encontrar, assim, nos rituais de transgressão libertadora uma derradeira via de salvação: do mesmo modo que, por uma maravilhosa reviravolta dialética, os atos de escárnio e dessacralização multiplicados pela arte moderna contra a arte transformaram-se sempre, enquanto atos artísticos, na glorificação da arte e do artista, assim também a “desconstrução” filosófica da filosofia é efetivamente, ao esvair-se a própria esperança de uma reconstrução radical, a única resposta filosófica à destruição da filosofia.

A estratégia, bastante comum entre os artistas depois de Duchamp, que consiste em tomar como objeto a própria tradição da qual se participa, assim como a atividade praticada, para submetê-las a uma *quase-objetivação*, tem o efeito de transformar o *comentário*, gênero tipicamente *escolar*, tanto em suas condições de produção (cursos e, em especial, os de *agrégation*), quanto em sua própria natureza de obra essencialmente *impessoal* e nas disposições ao mesmo tempo dóceis e rigorosas que ele exige, em uma obra *pessoal* suscetível de ser publicada em revistas de vanguarda – por outra transgressão, que escandaliza os ortodoxos, da fronteira sagrada entre o campo universitário e o campo literário, ou seja, entre o “sério” e o “frívolo”. Isso ocorre mediante uma *encenação* (particularmente visível na “dupla sessão”) que visa atrair o olhar para o “gesto” filosófico, transformando a própria profissão do discurso em um “ato”, no sentido atribuído a essa palavra pelos pintores de vanguarda e, ao mesmo tempo, colocando a pessoa do filósofo no centro da *ribalta* filosófica.

A objetivação filosófica da verdade do discurso filosófico encontra seus limites nas condições objetivas de sua própria existência enquanto atividade que pretende alcançar a legitimidade filosófica, ou seja, na existência de um campo filosófico que exige o reconhecimento dos princípios que se encontram no próprio fundamento de sua existência: essa semi-objetivação permite situar-se, ao mesmo tempo, no interior e no exterior, no jogo e fora do jogo, ou seja, às margens, à fronteira, em lugares que, a exemplo do “quadro”, *parergon*, são outros tantos limites, começo do fim, fim do começo. Trata-se de pontos em que, por um lado, se atinge a distância máxima do interior sem cair no exterior, nas *trevas externas*, ou seja, na vulgaridade do não-filosófico, na grosseria do discurso “empírico”, “ôntico”, “positivista”, etc., e, por outro, é possível acumular os benefícios da transgressão e os lucros do pertencimento, ao produzir o discurso mais próximo, ao mesmo tempo, de uma realização exemplar do discurso filosófico e de uma explicitação da verdade objetiva desse discurso.³⁵

Por oposição à leitura ortodoxa que toma ao pé da letra a lógica patente do texto sagrado, à “ordem das razões” enfatizada por ele, ao plano que ele anuncia e pelo qual impõe ainda sua ordem à sua própria decifração, a leitura herética assume liberdades com as normas e as formas que os guardiões do texto sagrado impõem a qualquer leitura e que toda leitura com pretensão a se conformar às regras tem de se impor. Por um lado, o ponto de vista correto, aquele designado, de antemão, por Kant ao manifestar a arquetônica e a lógica *aparentes* de seu discurso, por um verdadeiro *aparelho* de títulos e subtítulos articulados de forma erudita e por uma exibição permanente dos sinais exteriores do rigor dedutivo; ao servir-se de seus escritos anteriores, por um belo efeito de autolegitimação circular, para fundamentar uma problemática que é, em grande parte, o produto artificial das divisões e oposições – entre o entendimento e a razão, o teórico e o prático, etc. – produzidas, precisamente, por esses escritos e que, daí em diante, depois de Hegel e de tantos outros pensadores, devem ser conhecidas e reconhecidas por todo aquele que pretenda se fazer reconhecer e conhecer como filósofo. Por outro lado, um olhar deliberadamente enviesado, descentrado, isento, para não dizer subversivo, que ignora os procedimentos habituais e rejeita a ordem imposta, apega-se aos detalhes

ignorados dos comentaristas comuns, anotações, exemplos, parênteses, e, assim, é obrigado – nem que fosse para justificar a liberdade que assume – a denunciar a arbitrariedade da leitura ortodoxa e, até mesmo, da lógica patente do discurso analisado, a suscitar dificuldades³⁶ e, inclusive, revelar alguns dos lapsos sociais pelos quais se atraíam, apesar do verdadeiro trabalho de eufemização e racionalização, as *intenções denegadas* que, por definição, escapam ao comentário ortodoxo.

O prazer da leitura

Apesar de marcar uma ruptura nítida com o ritual comum da leitura idólatra, a leitura pura ainda atribui o essencial à obra filosófica:³⁷ ao solicitar um tratamento semelhante ao que ela reserva a seu objeto, ou seja, ser tratada como obra de arte, ao adotar como objetivo o próprio objeto da obra lida, isto é, o prazer culto, ao cultivar o prazer culto, ao exaltar artificialmente esse prazer artificial por um último requinte de libertino que, enquanto tal, implica uma lucidez sobre esse prazer, ela oferece, antes de mais nada, uma exemplificação exemplar do prazer diante da arte, do prazer do amor pela arte a respeito do qual, à semelhança de qualquer prazer, não é assim tão fácil falar. Prazer puro, se quisermos, no sentido em que ele é irreduzível à busca dos benefícios de distinção e se vive como simples prazer de brincar, de jogar bem o jogo cultural, de servir-se de sua arte de brincar, de cultivar o prazer que “cultiva” e, assim, produzir, qual espécie de fogo inextinguível, o alimento sempre renovado do qual ele se alimenta: alusões sutis, referências deferentes ou irreverentes, paralelismos esperados ou insólitos, etc. É possível depositar confiança em Proust que não deixou de cultivar e, ao mesmo tempo, analisar o prazer culto, quando, para tentar compreender e fazer compreender a espécie de prazer idólatra que se tem ao ler tal página célebre (um trecho de *Stones of Venice* de Ruskin), ele deve evocar, além das próprias propriedades da obra, toda a rede das referências cruzadas que se tece à sua volta, referência da obra às experiências pessoais que ela acompanhou, favoreceu ou, até mesmo, produziu no leitor, referência da experiência pessoal às obras que ela contaminou subterraneamente com suas conotações, por último, referências da experiência da obra a uma experiência anterior da mesma obra ou à experiência de outras obras, cada uma delas enriquecida com todas as associações e ressonâncias que lhe estão associadas: “Em si mesma, ela é misteriosa, repleta de imagens, ao mesmo tempo, de beleza e de religião, como essa igreja de São Marcos em que todas as figuras do Antigo e do Novo Testamento têm como fundo uma espécie de obscuridade esplêndida e de brilho furta-cor. Lembro-me de ter lido essa obra, pela primeira vez, na própria igreja de São Marcos, no decorrer de uma hora de tempestade e de obscuridade em que o brilho dos mosaicos surgia apenas de sua própria e material luminosidade e de um dourado interno, terrestre e antigo, ao qual o sol veneziano, que chega a inflamar os anjos dos campanários, nada acrescentava; a emoção que eu experimentava ao ler essa página, entre todos esses anjos que se iluminavam com as trevas circundantes, era bastante grande e, no entanto, talvez, não muito pura. Como aumentava a alegria de ver as lindas figuras misteriosas, mas alterava-se com o *prazer em alguma forma de erudição* que eu experimentava em compreender os textos publicados em letras bizantinas ao lado de suas fronteiras aureoladas, assim também a beleza das imagens de Ruskin era reavivada e corrompida pelo orgulho de

se referir ao texto sagrado. Uma espécie de retorno egoísta para si mesmo é inevitável nestas *alegrias surgidas da mescla de erudição com arte* em que o prazer estético pode tornar-se mais sutil, sem permanecer, contudo, tão puro”.³⁸ O prazer culto alimenta-se dessas referências cruzadas que se fortalecem e se legitimam mutuamente, ao produzir indissolivelmente a crença no valor das obras, a “idolatria” que se encontra na própria origem do prazer culto, e o encanto inimitável que elas exercem objetivamente sobre todos aqueles que, possuidores possuídos, podem entrar no jogo. Até mesmo, em sua forma mais pura, mais isenta, na aparência, de qualquer interesse “mundano”, esse jogo é sempre um jogo de sociedade, baseado como afirma ainda Proust, em “uma franco-maçonaria de usos” e em uma herança de tradições: “Afinal de contas, a verdadeira distinção finge sempre dirigir-se apenas a pessoas distintas que conhecem os mesmos usos, *sem dar qualquer explicação*. Um livro de Anatole France subentende uma multidão de conhecimentos eruditos, traz em seu bojo *perpétuas alusões*, não percebidas pelo vulgo, e que fazem, fora de suas outras belezas, sua incomparável nobreza”.³⁹ As “pessoas de qualidade de inteligência”, de acordo com a expressão utilizada por Proust, sabem marcar sua distinção da maneira mais peremptória, ao destinarem à “elite” daqueles que sabem decifrá-los os sinais tão discretos quanto irrefutáveis de seu pertencimento à “elite” (como a *verticalidade* das referências emblemáticas que, em vez de fontes ou autoridades, designam o círculo bastante exclusivo, seletivo, dos interlocutores reconhecidos), além de serem discretos na afirmação desse pertencimento.

O interesse “empírico” entra na composição dos prazeres mais desinteressados do gosto puro, porque o princípio do prazer proporcionado por esses jogos de elevado requinte que se jogam entre requintados, reside, em última análise, na experiência denegada de uma relação social de pertencimento e de exclusão. O senso da distinção, disposição adquirida, movida pela necessidade obscura do instinto, afirma-se não tanto nos manifestos e nas manifestações positivas da certeza de si, mas nas inumeráveis escolhas estilísticas ou temáticas que, tendo como princípio a preocupação de *marcar a diferença*, excluem todas as formas (consideradas em determinado momento como) inferiores da atividade intelectual (ou artística), objetos vulgares, referências indignas, modos de exposição marcados por uma didática simplesmente monótona, problemas “ingênuos” (essencialmente porque não possuem títulos nobiliárquicos, ou seja, uma genealogia filosófica) ou “triviais” (Será que Kant diz a verdade em *Critique du jugement*? O objetivo da leitura deste livro consistirá em dizer a verdade em relação ao que diz Kant? etc.), posições estigmatizadas como empirismo ou historicismo (sem dúvida, porque elas ameaçam a própria existência da atividade filosófica), etc. Vê-se que o senso da distinção filosófica não passa de uma forma da aversão visceral diante da vulgaridade que define o gosto puro como *relação social incorporada*, tornada natureza; e que seria impossível esperar que uma leitura filosoficamente distinta da *Critique du jugement* revele a relação social de distinção que se encontra na origem dessa obra, considerada acertadamente como o próprio símbolo da distinção filosófica.

Algumas reflexões sobre o método

Em uma versão anterior desse texto, tomamos o partido de adotar, excepcionalmente, uma ordem de exposição tão próxima quanto possível do próprio andamento da pesquisa e de apresentar progressivamente, na própria ordem em que foram efetuadas, as operações que permitiram extrair sentido sistematicamente dos dados diretamente recolhidos ao longo das diferentes pesquisas estatísticas e etnográficas. Esperávamos impor assim, mais naturalmente, um corpo de hipóteses teóricas que, apresentado abruptamente, poderia ter parecido arbitrário ou forçado; mas a respeito do qual não poderíamos ignorar (nem deixar ignorar) que não teria jamais podido ser deduzido do material analisado se não tivesse estado presente, sob a forma de esquemas heurísticos, desde o começo da pesquisa. Ainda que a ordem de exposição que toma como ponto de partida o ponto de chegada da pesquisa seja menos favorável à exposição complacente de dados e de protocolos de procedimentos que são ordinariamente tidos como a melhor garantia de cientificidade, e ainda que o aumento de rigor que implica tenha como contrapartida toda uma série de elipses e de atalhos próprios a uma representação ingenuamente empirista do trabalho científico, ela terminou por se impor como a única que permite recolocar cada fato no sistema de relações em que ele tem seu valor de verdade.

É por isso que é preciso evocar, em linhas gerais, as principais operações da pesquisa, sem tentar dissimular o que pode haver de pouco real nessa reconstrução retrospectiva. A pesquisa que serviu de base a esse trabalho foi conduzida em 1963, após uma pré-pesquisa por meio de entrevistas aprofundadas e observação etnográfica junto a uma amostra de 692 indivíduos (homens e mulheres) de Paris, de Lille e de uma pequena cidade do interior. A fim de dispor de uma população suficientemente importante para permitir a análise das variações das práticas e das opiniões segundo unidades sociais suficientemente homogêneas, procedemos em 1967-1968 a uma pesquisa complementar, elevando assim a 1217 o número de pessoas entrevistadas. Tendo em vista que a pesquisa media disposições relativamente estáveis, essa defasagem temporal não parece ter afetado as respostas (com exceção, talvez, da questão sobre a canção, domínio da cultura que é submetido a uma renovação mais rápida).¹

Um exame aprofundado das categorias que, ao final de uma primeira análise, revelaram-se as mais heterogêneas, tanto ao nível das características objetivas quanto ao nível das escolhas, em particular os artesãos e os pequenos comerciantes, os quadros médios, os quadros superiores e os professores secundários e universitários, levou a isolar, apesar de seu pequeno número, os produtores artísticos (classificados pelo INSEE entre as profissões intelectuais e reagrupados com os professores secundários e universitários), os intermediários culturais (reagrupados pelo INSEE com os professores primários) e os artesãos e pequenos comerciantes de arte e a

distinguir, entre os quadros médios, os quadros administrativos médios, os quadros médios do comércio e os secretários, entre os quadros superiores, os quadros superiores do setor privado e os quadros superiores do setor público, e entre os docentes, os professores secundários e universitários (ainda que fossem muito pouco numerosos).

A amostra que compreendia um número quase igual de parisienses e de interioranos² foi construída de modo a permitir a análise das práticas e das escolhas segundo as frações: as classes superior e média foram então sub-representadas a fim de poder dar a todas as frações que as compõem uma dimensão suficiente, de modo a respeitar sua distribuição real no interior da classe. Isso permitiu, em particular, estudar os gostos de categorias socioprofissionais muito pouco numerosas no momento da pesquisa, mas que, como a nova pequena burguesia, apareciam ocupando posições estratégicas, e cujo número e importância, efetivamente, não cessaram de crescer.

No caso das classes populares, não demos à categoria mais desfavorecida, a dos operários especializados e dos trabalhadores braçais, muito uniformes sob a relação considerada, isto é, muito uniformemente excluídos da cultura legítima, o peso que recebem normalmente. E a classe operária, em seu conjunto, não tem tampouco o peso que é o seu em uma amostra representativa. Isso fez com que, evidentemente, tenhamos nos absterido de publicar todos os dados concernentes ao conjunto da população entrevistada, informações que, a rigor, são sempre desprovidas de sentido. Por outro lado, excluímos da análise os agricultores e os assalariados agrícolas ao final de uma pré-pesquisa que levou à constatação da inadequação total do questionário e da necessidade de recorrer a métodos completamente diversos para captar as disposições de uma população totalmente estrangeira à cultura legítima e mesmo, quanto ao essencial, à cultura média.³ Essa experiência permitiu, entretanto, coletar a única e a mais fundamental das informações que pode fornecer o questionamento sobre a cultura legítima quando ele se dirige a indivíduos que dela são excluídos, isto é, o reconhecimento quase universal da cultura dominante e, ao mesmo tempo, observar, em seu grau de intensidade máximo, o efeito de imposição de problemática que exerce todo questionamento desse tipo uma vez que, deixando de interrogar-se a si mesma, ela se impõe, em situação de autoridade, a agentes para os quais não existiria fora desse contexto (efeito que, como pudemos estabelecer depois pela análise secundária de muito numerosas pesquisas de opinião, está na origem da produção de puros artefatos).

Verificamos que, para cada categoria socioprofissional, a repartição segundo o sexo, a idade e o diploma obtido era tão próxima quanto possível daquela dada pelo recenseamento de 1968 para a França inteira. Essa verificação não foi possível para as categorias que compõem a nova pequena burguesia, para a qual não dispomos de distribuição segundo a idade e o diploma nos recenseamentos.⁴

Construído em torno da hipótese da unidade dos gostos, o questionário comportava, além de um conjunto de questões sobre a prática fotográfica e as atitudes a respeito da fotografia que foram analisadas em outro momento,⁵ vinte e cinco questões sobre os gostos em matéria de decoração interior da casa, de vestuário, de música, de cozinha, de leitura, de cinema, de pintura e de música, de fotografia, de rádio, de artes amadoras (cf. adiante o questionário). Tratando-se de captar sistemas de gosto, a pesquisa por meio de questionário nunca deixa de ser uma *solução insatisfatória*, imposta pela necessidade de obter um número importante de informações comparáveis sobre uma população

Tabela 37 – Principais características da amostra

	N	SEXO		IDADE		DIPLOMA						C. S. PAI			
		H	M	< 31	31-35	46 ou mais	CEP, CAP	BEPc	Bac	Est. sup. não concl.	Licence	> Licence	Classes populares	Classes médias	Classes superiores
trabalhadores braçais, operários sem qualificação	66	69,7	30,3	45,5	36,4	18,2	100	-	-	-	-	-	70,0	30,0	-
operários com qualificação, contra mestres	69	73,9	26,1	27,5	36,2	36,2	73,5	26,5	-	-	-	-	59,3	41,7	-
peçoal de serviço	31	19,4	80,6	38,7	29,0	32,3	96,6	3,4	-	-	-	-	41,2	53,0	5,9
pequenos comerciantes	44	48,8	51,2	16,3	30,2	53,5	65,1	18,6	14,0	2,3	-	-	11,8	82,3	5,9
artesãos	56	71,9	28,1	12,3	42,1	45,7	87,7	7,0	5,3	-	-	-	44,2	53,5	2,3
empregados comércio	40	47,5	52,5	47,5	32,5	20,0	57,5	32,5	10,0	-	-	-	30,3	57,5	12,1
empregados escritório	200	34,0	66,0	50,0	24,0	26,0	50,0	32,0	16,0	2,0	-	-	12,2	68,3	19,6
quadros adm. médios	47	70,2	29,8	10,6	44,7	44,7	30,5	39,1	30,4	-	-	-	23,8	66,7	9,5
técnicos	38	81,6	18,4	36,8	39,5	21,1	27,8	47,2	22,2	2,8	-	-	19,4	58,1	22,6
professores primários	40	37,5	62,5	42,5	37,5	20,0	-	5,0	75,0	20,0	-	-	17,6	70,6	11,8
quadros médios comércio	20	65,0	35,0	30,0	60,0	10,0	20,0	15,0	40,0	20,0	5,0	-	5,0	60,0	35,0
secretários	14	-	100,0	50,0	42,9	7,1	7,1	28,6	57,1	7,1	-	-	14,3	50,0	35,7
serviços médico-sociais	45	22,2	77,8	40,0	40,0	20,0	4,7	25,6	46,5	16,3	7,0	-	10,5	47,9	42,1
artesãos de arte	23	60,9	39,1	47,8	30,4	21,7	40,9	13,6	18,2	22,7	4,5	-	10,5	47,9	42,1
intermediários culturais	17	76,5	23,5	23,5	52,9	23,5	11,8	11,8	23,5	35,3	17,6	-	18,8	18,8	62,6
grandes comerciantes	72	66,7	33,3	13,9	30,6	55,6	16,7	25,0	36,1	11,1	2,8	8,3	5,9	47,0	47,0
industriais	30	73,3	26,7	3,3	40,0	56,6	13,8	13,8	37,9	24,1	3,4	6,9	3,6	17,9	78,6
quadros público	80	85,0	15,0	5,3	47,4	47,3	-	-	25,0	10,0	60,0	5,0	11,8	35,3	52,9
engenheiros	72	91,7	8,3	27,8	38,9	33,3	8,4	-	2,8	38,9	38,9	1,1	12,5	25,1	62,5
quadros privado	80	70,0	30,0	20,0	35,0	45,0	-	11,1	16,7	27,8	44,4	-	5,6	11,1	83,3
profissões liberais	52	69,2	30,8	19,2	36,5	44,2	1,9	-	-	5,8	71,2	21,2	2,2	26,1	71,8
professores secundários	48	52,1	47,9	37,5	45,8	16,7	-	-	4,3	4,3	47,8	43,5	12,5	48,0	39,7
professores universitários	19	84,2	15,8	-	47,4	52,6	-	-	-	-	-	100	-	26,3	78,7
produtores artísticos	14	78,6	21,4	28,6	42,9	28,6	14,2	7,1	21,4	28,6	21,4	7,1	16,7	-	83,3
conjunto classes populares	62,0	38,0	36,7	34,92	7,18	8,2	11,2	0,6	-	-	-	-	61,8	37,4	0,8
pequena burguesia estabelecida	49,0	51,0	36,3	32,0	31,6	48,7	27,3	21,0	3,0	-	-	-	19,7	72,7	7,6
nova pequena burguesia	42,0	58,0	38,7	43,7	17,6	15,5	19,8	37,9	19,8	6,9	-	-	11,4	43,8	44,8
classe dominante	74,5	25,5	17,9	39,3	42,8	5,5	6,8	16,7	17,5	37,9	15,6	-	8,0	29,4	62,6

suficientemente numerosa para autorizar o tratamento estatístico: em primeiro lugar, ela deixa escapar quase completamente o que diz respeito à modalidade das práticas; ou, em um domínio que é aquele da arte, entendido no sentido de maneira de ser e de fazer particular, como na “arte de viver”, a maneira de efetuar as práticas e a maneira de falar sobre elas, desabusada ou desenvolta, séria ou apaixonada, fazem muitas vezes toda a diferença (pelo menos todas as vezes em que estivermos diante de práticas *comuns*, como a televisão ou o cinema). Eis aí uma primeira razão que faz com que tudo o que é dito aqui sobre as diferenças entre as classes ou as frações de classe valha *a fortiori*.

Além disso, o cuidado em oferecer ao sistema das disposições constitutivas de gosto um campo de aplicação o mais extenso e o mais diversificado possível dentro dos limites, necessariamente restritos, de um questionário obrigou a uma série de *apostas* que consistiam em entregar a exploração de todo um domínio (por exemplo a música, o cinema, a cozinha, o vestuário) a duas ou três questões (às vezes a uma só) que deveriam elas próprias substituir, muito freqüentemente, toda uma bateria de testes e de observações: é assim, por exemplo, que ao pedir às pessoas questionadas que escolhessem em uma lista de adjetivos estabelecida *a posteriori*, a partir de uma série de entrevistas não-diretivas e de testes (apresentação de fotografias socialmente marcadas, teste consistindo em reconstituir um rosto masculino ou feminino “ideal” pelo acréscimo de atributos socialmente classificantes, penteado, bigodes, suíças, barba, etc.), aqueles que lhes pareciam melhor convir a seus amigos, não poderíamos esperar obter outra coisa além de uma manifestação atenuada e confusa das disposições profundas que orientam a escolha dos parceiros amorosos, de amizade ou profissionais (entre outras razões porque a lista de qualificativos proposta, ainda que tão trabalhada, apresentava imperfeições e constringia muitos entrevistados à escolha negativa do item menos distante de seu sentimento).⁶ Que um instrumento de medida tão imperfeito tenha podido registrar diferenças tão marcadas, e, sobretudo, tão sistemáticas, constitui por si só um testemunho da força das disposições medidas.

De fato, o que perdemos em precisão e em sutileza na análise de cada domínio particular, que pode ser julgado por todo um conjunto de pesquisas, de observações e de testes, foi recompensado em sistematicidade: do mesmo modo como, na escala de um único campo, o da pintura, por exemplo, podemos encontrar na configuração singular das preferências (Renoir não tendo o mesmo sentido quando se associa a Da Vinci ou Picasso do que quando está com Utrillo e Buffet), um substituto das indicações de maneira que forneceriam a observação e o questionamento diretos, o sentido de cada uma das aplicações particulares do sistema único das disposições se revela em sua relação com todas as outras. Nada manifesta melhor a sistematicidade do *habitus* do que essa espécie de redundância sistemática na definição indefinida que define todos os seus produtos, julgamentos ou práticas.

Mas é, sem dúvida, ao mobilizar em torno de uma pesquisa sistemática todos os dados estatísticos disponíveis a propósito de cada um dos domínios diretamente explorados, bem como a propósito de domínios que foram excluídos da definição inicial do objeto da investigação, como a cultura econômica, a freqüência ao teatro, as disposições em matéria de educação das crianças e da sexualidade, etc., que chegamos a melhor compreender e controlar os dados fornecidos pela pesquisa principal e a compensar, assim, o que a informação diretamente recolhida em um conjunto tão extenso de domínios tão diferentes possa ter de parcial e, às vezes, de superficial (segundo a força dos indicadores utilizados);

e isso sem cair, igualmente, na irrealidade abstrata da “análise secundária” dos dados disparatados que tesaurizam mecanicamente os “bancos de dados” sem capital teórico, instituições positivistas pelas quais são loucas as burocracias da pesquisa.⁷ Resta que alguns dos limites próprios à análise secundária não podem ser superados. É assim que, como as diferentes pesquisas realizadas pelo INSEE, a pesquisa conduzida em 1966 pela SOFRES, encomendada por um conjunto de empresas e com a finalidade, estritamente prática, de determinar intenções de consumo (F.C., V), dá poucas informações sobre a *freqüência e a ocasião* dos consumos ou sobre a qualidade dos objetos consumidos que, em mais de um caso, fazem toda a diferença (por exemplo, no caso da freqüência ao teatro, que cobre tanto o teatro de vanguarda quanto o teatro de *boulevard*); ela reagrupa, além disso, em uma mesma questão, a freqüência a museus e a freqüência a exposições sobre as quais sabemos (pela pesquisa do INSEE sobre os lazeres, F.C., IV) que não variam sempre no mesmo sentido – a freqüência ao museu, mais ascética, sendo antes característica dos professores secundários e universitários, a freqüência às exposições, mais “mundana”, das profissões liberais e de uma fração da velha burguesia patronal – e ela não fornece, por outro lado, nenhuma indicação sobre o ritmo da freqüência aos museus, às exposições ou galerias; do mesmo modo, ela confunde concerto ópera e espetáculos de dança em uma mesma questão, quando encontraríamos, sem dúvida, entre o concerto e a ópera, uma oposição análoga àquela que se estabelece entre o museu e as exposições. Outro exemplo, a leitura de obras filosóficas, não significa grande coisa enquanto ignoramos a qualidade dos autores lidos: tudo inclina, com efeito, a supor que cada fração tem “seus” filósofos ou mesmo sua idéia do filósofo ou da filosofia e que uns evocarão Teilhard de Chardin, quem sabe Saint-Éxupéry ou Leprince-Ringuet, ali onde outros pensarão em Sartre ou em Foucault. Assim, interrogados em 1967 sobre os conferencistas que desejariam ver convidados em sua escola, os alunos literários da *École normale supérieure*, saídos em grandes proporções das frações dominadas da classe dominante, pensavam, em primeiro lugar, em Sartre, Lévi-Strauss, Ricoeur e Foucault, enquanto os alunos da *École nationale d'administration*, saídos em sua maior parte de membros da alta função pública ou de profissões liberais nomeavam, sobretudo, Aron, Bloch-Lainé, Massé ou Delouvrier, Sartre, citado em primeiro lugar na ENS, aparecia apenas em quinto lugar na ENA – que coloca no topo três homens políticos, Mendès-France, segundo na ENS, Giscard d'Estaing e de Gaulle. Outro limite, a pesquisa da SOFRES (F.C., V) não fornece todas as informações necessárias à construção do sistema de princípios explicativos dos consumos e das práticas, volume e estrutura do patrimônio, trajetória social: não possuímos quase nenhuma indicação sobre o patrimônio econômico (propriedades rurais ou urbanas, benefícios industriais e comerciais, etc.) ou cultural, objetivada (obras de arte, móveis antigos, piano, etc.) ou incorporada (nível de instrução) nem muito sobre a origem social e a carreira anterior dos pesquisados. A pesquisa conduzida pelo CESP em 1970 (F.C., VI) permite preencher algumas dessas lacunas, mas muito imperfeitamente, de modo que dispomos, somente nesse caso, da distribuição por jornal ou semanário lido (e não por classe ou fração de classe). Quanto à pesquisa conduzida sob encomenda da Secretaria de Estado da Cultura (F.C., VII), ela contém informações muito interessantes (por exemplo, sobre a posse de obras de arte), mas não permite a análise por frações (a informação precisa sobre as profissões não foi coletada).

Enfim, a pesquisa do INSEE sobre os lazeres (F.C., IV), ainda que forneça o conjunto mais notável de informações jamais coletadas em matéria de consumos culturais, encontra seus limites na natureza da classificação empregada (a posição bizarra das indústrias tomando, por exemplo, o fato de que a categoria fixada agrupa todos os empresários que empregam mais de cinco pessoas); no fato de que estamos diante de *práticas declaradas* que, sabemos, não mantêm uma relação perfeitamente constante segundo as classes com as práticas efetivas; no fato, enfim, de que a pesquisa não fornece informações sobre a *qualidade* dos consumos culturais e subestima, assim, a dispersão das práticas. Reduzindo as diferentes classes de práticas e consumos à sua *freqüência*, isto é, à *quantidade*, em matérias nas quais quase tudo é questão de *qualidade*, minimizamos sistematicamente (sem modificar, no entanto, as *relações de ordem*) as diferenças entre as classes. Assim, como sabemos, as diferenças entre a quantidade das visitas ao museu se encontram duplicadas como que ao infinito pelas diferenças na qualidade dessas visitas. As classes privilegiadas, menos submetidas aos ritmos coletivos, encontram em uma freqüência mais uniformemente repartida no ano e na semana o meio de escapar à multidão dos períodos de pico e à experiência desencantada que ela suscita. Essas diferenças de ritmo associam-se elas mesmas a diferenças não menos marcadas na qualidade dos lugares de exposição – museus de diferentes “níveis”, exposições mais ou menos “distintas” e distintas – e, inseparavelmente, na qualidade dos gêneros, dos estilos, dos autores. Mas é, sobretudo, na maneira de conduzir a visita – em particular, com o tempo que a ela é consagrado – e, sobretudo, talvez, na maneira de se conduzir durante a visita que a busca mais ou menos inconsciente da distinção pode encontrar matéria para duplicações quase infinitas.

Tendo incessantemente ao espírito os limites dos dados coletados e de toda a informação obtida em uma relação tão artificial, de qualquer maneira, quanto a entrevista por questionário, conduzimos, ao longo da análise, isto é, cada vez que uma dificuldade surgia ou que uma nova hipótese o exigia, observações e entrevistas em situação real (cf., por exemplo, as entrevistas inseridas na terceira parte). Mas devemos, sobretudo, aprender pouco a pouco a transgredir a regra não escrita que deseja que apenas possam intervir na construção científica os dados coletados em condições socialmente definidas como científicas, isto é, pela entrevista ou observação armada (e que não se importaria tão fortemente ao inconsciente científico se não tivesse como virtude colocar o sociólogo fora do jogo, ao abrigo, então, da sócio-análise que implica em bom método toda análise), para fazer ressurgir todas as informações que o sociólogo, enquanto sujeito social, possui inevitavelmente e que, controladas pela confrontação com os dados mesuráveis da observação, podem entrar no discurso científico.

Apenas um diário de pesquisa poderia dar uma idéia justa das inumeráveis escolhas, todas tão humildes e derrisórias, todas tão difíceis e decisivas, logo, das inumeráveis reflexões teóricas, muitas vezes ínfimas e indignas do nome de teoria tomado no sentido comum, que é preciso operar, durante anos, a propósito de um questionário difícil de classificar, de uma curva inesperada, de uma questão mal colocada, de uma distribuição à primeira vista incompreensível, para chegar a um discurso que será tanto mais bem-sucedido quanto melhor esquecer os milhares de retornos, de retoques, de controles, de correções que o tornaram possível ao afirmar, em cada uma de suas palavras, o alto teor de realidade que o distingue do, igualmente não falso, ensaísmo. Contentamo-nos, então, em apresentar, a seu tempo, no próprio transcorrer da exposição dos resultados, as informações indispensáveis para

compreender e controlar os desdobramentos da análise estatística, com o cuidado de evitar tanto a ênfase metodológica que mascara muitas vezes a ausência de toda reflexão real sobre as operações quanto a arrogância teórica que priva o leitor de todo instrumento de verificação (assim, por exemplo, ainda que tenhamos nos absterido de dar-lhe o aspecto de um protocolo formal, apresentado como tal, tentamos dar ao leitor informado, sem desviar o leitor pouco ciente da técnica, toda a informação útil para controlar os resultados daquelas análises das correspondências que apresentamos em detalhe – dimensões do quadro, número de questões e número total de modalidades correspondentes, número de indivíduos, natureza e codificação do quadro, lista de variáveis, descrição das hipóteses subjacentes à distinção entre variáveis ativas e variáveis ilustrativas, lista dos valores próprios e das taxas de inércia, principais contribuições absolutas e contribuições relativas).⁸

Resta um último problema que mereceria, sem dúvida, um longo desenvolvimento, aquele da escrita: a dificuldade principal, sobretudo a respeito de tal assunto, reside no fato de que a linguagem empregada deve, ao mesmo tempo, marcar uma *ruptura* com a experiência comum que não é menos necessária para se apropriar adequadamente do conhecimento produzido do que para produzi-lo, e fazer *sentir* àqueles que não a conhecem, ou não querem conhecê-la, a experiência social correspondente. As análises que dizemos concretas, ainda que não tenham nada de concreto no sentido comum do termo, uma vez que elas supõem a construção, estão ali para favorecer o retorno do produto da descrição científica à experiência e tornar mais difícil o distanciamento e a neutralização que favorece comumente a linguagem semi-erudita da falsa ciência. O mesmo vale para todos os documentos (fac-símiles de livros ou de artigos, fotografias, extratos de entrevistas, etc.) que foram inseridos no próprio texto, a fim de desencorajar as leituras distraídas que chamamos de abstratas porque não têm nenhum referente na realidade.

A arte é um dos lugares por excelência da contestação do mundo social. Mas a mesma intenção inconsciente de contestação está no cerne de numerosos discursos que se atribuem como projeto declarado falar sobre o mundo social e que, em conseqüência, podem ser escritos, e lidos, de modo inverso. (Quantos filósofos, sociólogos, filólogos chegaram à filosofia, à sociologia ou à filologia como nesses lugares que, mal situados no espaço social, permitem escapar à definição? Todos esses utopistas de fato, que não querem saber onde estão, não são os melhor situados para saber o que é o espaço social onde estão colocados. Teríamos, de outro modo, tantas leituras e *lectores*, materialistas sem material, pensamentos sem instrumentos de pensamento, logo, sem objeto, e tão poucas observações e, por conseguinte, *auctores*?). Não podemos fazer progredir a ciência do mundo social e a expandir a não ser sob a condição de *forçar o retorno do reprimido*, neutralizando a neutralização, negando a contestação sob todas as suas formas, das quais a maior é a desrealização pela radicalização hiperbólica de certo discurso revolucionário. Contra o discurso nem verdadeiro, nem falso, nem verificável, nem falseável, nem teórico, nem empírico que, como Racine não falava de vacas mas de bezerras, não pode falar do Smig ou das camisetas da classe operária, mas somente do modo de produção e do proletariado ou dos papéis e das atitudes da *lower middle class*, não é suficiente demonstrar, é preciso mostrar, objetos e mesmo pessoas, fazer com que o dedo toque – o que não quer dizer mostrar com o dedo, colocar no index toque –, fazer entrar em um bistrô popular ou em um campo de rúgbi, em um campo de golfe ou em um clube privado, pessoas que, acostumadas a falar o que pensam pensar, não sabem mais pensar o que falam.

A dificuldade subjetiva e objetiva da escrita não se deve somente ao fato de que pedimos à língua que diga o que ela tem por vocação negar ou contestar. Não é fácil encontrar o tom justo, escapar à alternativa da celebração e da provocação, que dela nada mais é do que a inversão, quando as próprias questões que devemos colocar para construir o objeto são antecipadamente definidas, no próprio objeto, como barbarismos. O discurso científico sobre a arte e sobre os usos sociais da obra de arte destina-se a parecer, ao mesmo tempo, vulgar e terrorista: vulgar, porque transgride o limite sagrado que distingue o reino puro da arte e da cultura do domínio inferior do social e da política, destinação que está no próprio princípio dos efeitos de dominação simbólica exercidos pela cultura ou em seu nome; terrorista, porque pretende reduzir a classes “uniformes” tudo o que é “explosivo” e “liberado”, “múltiplo” e “diferente”, como se diz hoje em dia, e encerrar a experiência por excelência do “jogo” e do “prazer” nas proposições terra a terra de um “saber” “positivo”, logo “positivista”, “totalizante”, logo “totalitário”. Se há terrorismo, é nos vereditos peremptórios que, em nome do gosto, remetem ao ridículo, à indignidade, à vergonha, ao silêncio (é aí que seria preciso citar exemplos, tomados de empréstimo ao universo particular de cada um) dos homens e das mulheres aos quais falta simplesmente, aos olhos de seus juízes, o que faz a boa maneira de ser e de fazer; é nos golpes de força simbólicos pelos quais os dominantes tentam impor sua própria arte de viver e dos quais estão repletos os semanários masculinos assim como os femininos. “Conforama é o Guy Lux dos móveis”, como diz o *Nouvel Observateur*, no qual não se lerá jamais que o *Nouvel Obs* é o *Club Méditerranée* da cultura. O terrorismo está em todas as propostas da mesma farinha, lampejos de lucidez interessada, que engendra o ódio ou o menosprezo de classe. Apenas o trabalho necessário para construir enquanto tal o campo de lutas no interior do qual se definem os pontos de vista parciais e as estratégias antagonistas, permite o acesso a um conhecimento que se distingue da clarividência cega dos participantes, sem se identificar com o olhar soberano do observador imparcial. A objetivação apenas é completa se objetiva o lugar da objetivação, esse ponto de vista não visto, esse ponto cego de todas as teorias, o campo intelectual e seus conflitos de interesses, no qual se engendra, às vezes, por um acidente necessário, o interesse pela verdade; e também as contribuições sutis que traz à manutenção da ordem simbólica, até pela intenção de subversão, toda simbólica, que lhe designa muitas vezes a divisão do trabalho de dominação.

Tratando-se de tal objeto, o trabalho científico sobre o objeto é indissociável de um trabalho sobre o sujeito do trabalho. Ele depende, antes de tudo, da capacidade que possui de dominar, na prática, em sua prática, os mecanismos que se esforça por objetivar, e que podem comandar ainda sua relação com o objeto. Deveríamos destinar à meditação, como antigamente as *Vidas paralelas*, a história do *Princeton Project*, vasto estudo empírico sobre o consumo da música que reuniu Adorno e Lazarsfeld, casal epistemológico feito de homens. Arrogância do teórico, que se recusa a sujar as mãos na cozinha da empiria e que permanece muito visceralmente ligado aos valores e aos lucros da Cultura para estar apto a dela fazer um objeto de ciência; submissão do empirista, pronto para todas as abdições e abjurações que exige uma ordem científica estreitamente subordinada à ordem social. Arrogância do positivista, que tenta instaurar como norma de toda a prática científica uma metodologia do ressentimento que tem por princípio uma espécie de furor vingativo contra qualquer questionamento global; submissão do marxista distinto, que faz marxismo

vulgar lá onde seria preciso refiná-lo e marxismo distinto lá onde seria preciso a coragem de ser vulgar. Cada um vê bem a verdade do outro.

Os obstáculos epistemológicos que deve superar a ciência social são, a princípio, obstáculos sociais; tal é a representação comum da hierarquia das tarefas constitutivas do ofício de sociólogo que leva tantos pesquisadores a se desviar das atividades humildes, fáceis e fecundas para se dirigir a exercícios, ao mesmo tempo, difíceis e estéreis, ou um sistema de recompensas anômico que coloca a pesquisa diante da alternativa do doméstico ou do caótico, da doutrina ou da ninharia, desencorajando a combinação de uma grande ambição e de uma longa paciência que é necessária para produzir um trabalho científico. Com efeito, diferentemente das *intuições*, às vezes sugestivas, do ensaísmo, das teses, às vezes coerentes, do teorismo ou das *constatações*, às vezes válidas, do empirismo, os sistemas provisórios de proposições científicas, que se esforçam em associar a coerência interna e a compatibilidade com os fatos, não podem ser produzidos a não ser ao preço de um trabalho lento, difícil e destinado a permanecer ignorado por todas as leituras apressadas que não podem ver nada além de reafirmações repetitivas de teses, de intuições ou de fatos já conhecidos no resultado provisório de uma longa série de totalizações porque elas ignoram o essencial, isto é, a estrutura das relações entre as proposições.

O questionário

- Sexo:

- Ano de nascimento:

- Estado civil:

solteiro

casado

viúvo

divorciado

- Número e idade das crianças:

- Local de residência:

- Data de chegada ao local de residência:

Menos de 5 anos

10 anos ou mais

De 5 a 10 anos

- Local de residência anterior:

- Maior diploma obtido:

- Profissão exercida (tão precisa quanto possível):

- Maior diploma e profissão de seu pai e de seu avô paterno (caso haja necessidade, indicar a última profissão exercida)

titulação

profissão

seu pai

seu avô

- Você pode indicar aproximadamente em que faixa se situa a renda anual de sua família:

menos de 10.000 F	20 a 25.000 F	40 a 50.000 F
10 a 15.000 F	25 a 30.000 F	50 a 60.000 F
15 a 20.000 F	30 a 40.000 F	mais de 60.000 F

-Você possui:

um eletrofone	um automóvel (em caso de resposta afirmativa, especificar a marca)
um magnetofone	uma televisão
uma máquina fotográfica	uma câmera
telefone	

Não reproduzimos a parte do questionário (24 questões) relativa à fotografia (cf. P. Bourdieu et al., *Un art moyen, op. cit.*, p. 352-356), com exceção da questão sobre os diferentes assuntos que podem fazer parte de uma foto (questão 26).

1 – Qual é a origem de seus móveis?

- compra em um supermercado (especificar o nome)
- compra em um antiquário
- compra em uma loja especializada (especificar o nome)
- compra no mercado de objetos usados
- compra em uma casa de leilões
- herança
- aluguel
- compra de um artesão

2 – Seus móveis são de estilo:

moderno	antigo
rústico	

3 – Se você tivesse escolha, preferiria comprar móveis de estilo:

moderno	antigo
rústico	

4 – Quais são os três adjetivos que qualificam melhor o interior que você gostaria de habitar?

asseado, limpo	caloroso	caprichado
confortável	fácil de arrumar	repleto de fantasia
recatado	clássico	prático, funcional
sóbrio, discreto	harmonioso	íntimo

5 – Quais são, entre as qualidades acima, as três às quais você confere menor importância?

6 – Entre as atividades numeradas abaixo, você pode dizer quais são aquelas que você pratica frequentemente, raramente e aquelas que você nunca pratica?

freqüentemente raramente nunca

- bricolagem
- esporte (especificar)
- camping
- caminhada
- artes plásticas, pintura, escultura
- prática de um instrumento musical (qual)
- jogos de sociedade (quais)
- assistir televisão

7 – Quais são, entre os cantores a seguir, os três que você prefere?

Charles Aznavour	Edith Piaf	Luis Mariano
Léo Ferré	Jacques Brel	Pétula Clark
Johnny Hallyday	Georges Guétary	Jacques Douai
Georges Brassens	François Hardy	Gilbert Bécaud

8 – Você prefere uma roupa:

de corte clássico e de qualidade vantajosa
que se inspira na moda e corresponde a sua personalidade
sóbria e adequada
audaciosa e rebuscada
na qual você se sinta à vontade
chique e distinta
outra (especificar)

9 – Suas roupas são:

roupas usuais trajes sociais

- feitas em sua casa, por você mesmo ou alguém de sua família
- feitas sob encomenda, em um pequeno alfaiate ou uma pequena costureira
- feitas sob medida em um grande ateliê de costura ou em um grande alfaiate
- compradas em confecção
- compradas em *prêt-à-porter*

10 – Quando você tem convidados, você serve, de preferência, refeições:

- simples, mas graciosamente apresentadas
- apetitosas e econômicas

- finas e rebuscadas
- fartas e boas
- sem cerimônia
- originais e exóticas
- caprichadas e preparadas na tradição francesa
- outro (especificar)

11 – Entre os adjetivos enumerados abaixo, sublinhe aqueles que designam as qualidades pessoais que você mais aprecia:

boa-vida	refinado	conscienzoso
ponderado	sociável	engraçado
artista	positivo	decidido
dinâmico	educado	distinto

12 – Quais são, entre as qualidades acima, as três às quais você atribui menos importância?

13 – Entre os gêneros de livros a seguir, quais são os três que você prefere?

romances policiais, romances de aventura	poesia
histórias sentimentais	obras políticas
relatos de viagem ou de exploração	obras filosóficas
relatos históricos	obras de autores clássicos
obras científicas	obras de autores modernos

14 – Quais são os três gêneros de filmes que você prefere?

filmes de aventura	filmes de grande espetáculo
filmes de guerra	comédias musicais
westerns	filmes cômicos
filmes policiais	filmes de tese
filmes históricos	filmes dramáticos
filmes <i>nouvelle vague</i>	

15 – Quais são os filmes que você viu desta lista? Você pode indicar também o nome do diretor e dos principais atores de cada um desses filmes?*

	Filme visto	Diretor	Atores
Divórcio à italiana			
Rocco e seus irmãos			
Cantando na chuva			
<i>Il Gattopardo</i>			

* Essa lista foi proposta aos parisienses. Propusemos aos entrevistados da região do Norte uma outra lista, não reproduzida aqui, que foi estabelecida em função dos filmes em cartaz no momento da pesquisa.

Le soupirant
L'abominable homme des douanes
Ballade pour un voyou
55 dias em Pequim
Sempre aos Domingos
Dois são culpados
O processo
Sete homens e um destino
Le voyage à Biarritz
Il Giustiziere dei mari
O bandido Giuliano
O mais longo dos dias
Le vice et la vertu
Vênus imperial

16 – Em um filme, o que interessa a você acima de tudo?

os atores o diretor
a história

17 – Se você escuta rádio, quais programas você escuta principalmente?

os programas de variedades os programas culturais
as informações os programas de música clássica
os programas de atualidade outro (especificar)

18 – Se você assiste televisão, quais programas você olha principalmente?

as peças de teatro o jornal televisivo
os programas científicos os programas históricos
os filmes os programas literários
os programas de variedades os programas sobre a atualidade
outro (especificar)

19 – Entre os julgamentos expressos abaixo, qual é aquele que é mais próximo de sua opinião?

a grande música é complicada
a grande música não é para nós
aprecio a grande música, mas não a conheço
gosto bastante da grande música, por exemplo, as valsas de Strauss
toda música de qualidade me interessa

20 – Quais são, nesta lista, as obras musicais que você conhece? Você pode indicar, em cada caso, o nome do compositor?

obra conhecida compositor

A *Rhapsody in blue*
La *Traviata*
O Concerto para a mão esquerda
A Pequena serenata noturna
A Arlesiana
A dança do sabre
O Pássaro de fogo
Sherazade
A Arte da fuga
A Rapsódia húngara
A criança e os sortilégios
O Belo Danúbio azul
O Crepúsculo dos deuses
As Quatro estações
O Cravo bem temperado
O Martelo sem mestre

21 – Quais são, entre as obras acima, as três que você prefere?

22 – Entre os julgamentos abaixo, qual é o mais próximo de sua opinião?

- a pintura, isso não me interessa
- o museu não é meu forte, não posso apreciar
- a pintura é bela, mas difícil, para falar dela é preciso conhecer
- gosto muito dos impressionistas
- interesse-me tanto pela pintura abstrata quanto pela pintura das escolas clássicas

23 – Quais são, entre os pintores da lista abaixo, seus três pintores preferidos?

Vinci	Dali	Kandinsky	Vlaminck
Renoir	Goya	Rafael	Watteau
Buffet	Van Gogh	Braque	Picasso
Utrillo	Bruegel	Rousseau	

24 – Você visitou os seguintes museus (especificar, se possível, em qual ocasião: com sua escola, com parentes, com amigos, sozinho e em que ano)?

o museu do Louvre	o museu <i>Jacquemart-André</i>
o museu <i>du Jeu de Paume</i>	o museu de sua cidade (interior)
o museu de Arte Moderna	

Plano de observação (preenchido pelo pesquisador)

a habitação

apartamento
bangalô
casa

antigüidade da construção:

imóvel: HLM deteriorado *standing* médio
burguês pobre grande *standing*

número de peças:

decoreação:

mobiliário:

estilo dominante:

terreno:

outras observações:

o vestuário

para os homens: vestimenta de trabalho traje esporte (pólo, jeans...)
paletó completo traje passeio
pulôver gravata

forma e cor da camisa:

mangas abotoadas com punho dobrado
arregaçadas

para as mulheres: roupa doméstica camisa e saia vestido
tailleur calça muito vestida

sapatos: sapatos de salto alto sapatos baixos, etc.
chinelos

maquiagem e perfume:

aparência cuidada ou não:

o penteado

para os homens:

cabelos curtos cabelos semi-longos "escovinha"
cabelos muito curtos cabelos longos repartido (lado-meio)
suíças bigode (especificar) barba
cabelos com brilhantina

para as mulheres:

cabelos curtos cabelos semi-longos cabelos muito crespos
cabelos muito curtos cabelos longos cabelos volumosos
coque cabelos descoloridos cabelos lisos
permanente aparente cabelos tingidos (frisada)

a linguagem

impecável correta
gíria erros de francês (especificar)

sotaque

marcado
leve
nulo

Fontes complementares

I – A pesquisa sobre a renda, conduzida pelo INSEE (*Institut national de la statistique et des études économiques*) em 1970 junto a uma amostra de aproximadamente 45.000 habitações, foi realizada a partir de declarações retidas pela Direção geral de impostos. Essa pesquisa apreende, então, apenas as rendas tributáveis, o que exclui numerosos rendimentos de redistribuição, tais como prestações sociais, prestações de assistência, etc., mas também certos rendimentos de capitais mobiliários. Para certos tipos de recursos e, em particular, para os rendimentos de empresas individuais, trata-se de avaliações fiscais largamente abaixo da realidade. Apesar desses limites, a pesquisa sobre os rendimentos fiscais fornece dados originais sobre a estrutura do rendimento recebido por categoria socioprofissional, as disparidades da renda média entre categorias e as dispersões no interior de uma mesma categoria (cf. G. Banderier, P. Ghigliazza, “Les revenus des ménages en 1970”, *Les collections de l'INSEE*, M 40, déc. 1974). Os dados apresentados aqui (que dizem respeito às famílias e não aos indivíduos – com exceção dos valores mobiliários, dados por domicílio²) provêm de tabelas não publicadas pelo INSEE (com exceção da indicação do rendimento fiscal global médio, cf. G. Banderier, P. Ghigliazza, *art. cit.*, p. 29) que nos foram comunicados por P. Ghigliazza.

II – A pesquisa “Formação-qualificação profissional”, realizada pelo INSEE em 1970 abrangeu 38.000 pessoas. Ela descreve precisamente as relações entre a formação geral e profissional e a situação profissional (profissão, qualificação, nível de salário, mobilidade, etc.) e fornece dados sobre a mobilidade profissional e geográfica dos indivíduos (mudanças ocorridas entre 1965 e 1970) e sobre a mobilidade entre gerações (profissão, diploma do pai e do indivíduo). Os primeiros resultados foram publicados (cf. R. Pohl, C. Thélot e M. F. Jousset, “L'enquête formation-qualification professionnelle en 1970”, *Les collections de l'INSEE*, D 32, mai 1974). Os dados apresentados aqui dizem respeito aos homens ativos nascidos em 1918 ou depois. Eles provêm da exploração secundária de tabelas produzidas a pedido nosso.

III – A pesquisa permanente do INSEE sobre as condições de vida e os consumos das famílias foi realizada em 1972 junto a uma amostra representativa do conjunto das famílias comuns e abrange aproximadamente 13.000 famílias.³ Ela se apóia, por um lado, em uma pesquisa por meio de questionário que tem por objeto as características da família (composição, idade, profissão do chefe, etc.), o equipamento da habitação, as despesas importantes (vestuário, combustível, etc.), as despesas periódicas (aluguéis, encargos, etc.), por outro lado sobre a exploração de cadernetas de contas para as despesas correntes, deixadas em cada família durante uma semana, recolhidas e verificadas pelo pesquisador.

Ela permite estimar o conjunto das despesas (com exceção de certas despesas importantes e pouco freqüentes como viagens de avião ou de navio, taxas de mudança, etc.), bem como o autoconsumo ou o autofornecimento, isto é, os consumos que não dão lugar a uma compra (produtos alimentícios para os agricultores, retirada antecipada nos estoques para os artesãos e comerciantes) e que são avaliados em detrimento dos detalhes para permitir a comparação com as outras categorias de famílias. Compreendemos, então, que o montante do consumo seja nitidamente superior ao montante da renda para os agricultores e os pequenos empresários (categoria na qual, por outro lado, a subdeclaração de renda é freqüente). (Para os resultados globais, ver G. Bigata e B. Bouvier, "Les conditions de vie des ménages en 1972", *Les collections de l'INSEE*, M 32, février 1974). As informações apresentadas aqui provêm da análise secundária das tabelas por categorias finas produzidas a nosso pedido.

IV - A pesquisa sobre os "lazers", que foi realizada pelo INSEE ao longo do último trimestre de 1967, junto a uma amostra aleatória de 6.637 pessoas, representativa do conjunto da população francesa adulta, utilizava um questionário que comportava questões sobre as condições de vida (auxílio doméstico, guarda das crianças, distância de certos equipamentos: teatro, piscina, etc., posse de uma segunda residência, etc.), sobre o tempo e o ritmo de trabalho e, sobretudo, sobre as diferentes práticas culturais, visitas a museus, exposições, monumentos, leitura, freqüência a diferentes tipos de espetáculos, cafés e restaurantes, passeios, recepções, rádio, televisão, as diferentes ocupações: rádio, bricolagem, caça, pesca, aposta em cavalos, atividades literárias ou artísticas, coleção, etc. (Para os resultados da pesquisa, ver principalmente P. Debreu, "Les comportements de loisir des Français", *Les collections de l'INSEE*, M 25, août 1973). Os dados apresentados aqui (relativos à população masculina, unicamente) provêm da análise secundária de tabelas produzidas a nosso pedido.

V - A pesquisa de 1966 sobre o meio "Affaires et cadres supérieurs" foi realizada pela SOFRES (*Société française d'enquête par sondages*) a pedido do CESP (*Centre d'études des supports de publicité*) junto a 2.257 pessoas com idades a partir de 15 anos, vivendo em um domicílio cujo chefe de família é industrial, grande comerciante, membro de profissões liberais, quadro superior, engenheiro ou professor secundário ou universitário. O questionário compreendia um conjunto de questões sobre os hábitos de leitura e a leitura dos últimos dias de jornais, semanários e periódicos, a audiência do rádio e da televisão, o nível de vida, o equipamento do domicílio, o estilo de vida (férias, esportes, consumo), a vida profissional (congressos, viagens, almoços de negócios), as práticas culturais, bem como as principais informações de base (nível de estudos, renda, porte da residência, etc.). Pudemos dispor para essa pesquisa do conjunto das distribuições segundo a categoria socioprofissional do chefe de família ou do indivíduo.

VI - A pesquisa de 1970 do CESP sobre a leitura da imprensa, executada pela SOFRES, abrangeu uma amostra de 2.682 pessoas ativas ou não que vivem em um domicílio cujo chefe de família é industrial, grande comerciante, membro das profissões liberais, professor secundário ou universitário, engenheiro ou quadro. Ao final da entrevista, um questionário

postal realizado pela SEMA e pela SOFRES foi entregue pelo pesquisador: 66 % das pessoas assim interrogadas reenviaram esse questionário, que tinha por objeto principalmente os centros de interesse ("assuntos sobre os quais gosta de falar"), os equipamentos domésticos e de lazer, as residências principal e secundária, as férias, as viagens de negócios, as práticas culturais, leitura, discos, museu, cinema, etc., as coleções de obras de arte, os esportes, o automóvel, os comportamentos econômicos. Para esse estudo, pudemos dispor das distribuições de acordo com o jornal ou o semanário lido (mas não segundo a categoria socioprofissional).

VII - A pesquisa sobre as práticas culturais dos franceses, concebida pelo *Service des études et de la recherche du Secrétariat d'état à la culture*, e preparada por um grupo de trabalho que reunia representantes do *Commissariat général du Plan*, do INSEE, do INED, do CNRS e da ORTF, foi realizada em 1973 pela ARMCM (*Analyse, recherche et conseil en marketing et communication*). Ela abrangeu uma amostra de 1.987 pessoas com idades a partir de 15 anos. O questionário comporta um conjunto de questões já colocadas na pesquisa sobre os comportamentos de lazer conduzida pela INSEE em 1967 e questões mais detalhadas e mais precisas sobre certas práticas culturais (e em particular sobre o conteúdo dessas práticas - por exemplo, o tipo de programas olhados na televisão, o tipo de discos possuídos e escutados, as obras de arte possuídas, etc.). Não foi possível, dada a maneira como a informação foi coletada (as categorias socioprofissionais foram pré-codificadas em 10 categorias), proceder, a partir dessa pesquisa, a uma análise precisa das variações das práticas culturais segundo as frações de classe. Os principais resultados foram publicados pelo *Secrétariat d'état à la culture, Service des études et de la recherche, Pratiques culturelles des Français*, 2 tomes, déc. 1974.

Iremos nos contentar em enumerar as outras pesquisas consultadas.⁴ Quase sempre consagrados a um domínio particular, esses estudos que se apóiam na maior parte do tempo em amostras relativamente limitadas, utilizam na maior parte das vezes um sistema de classificação que reagrupa as profissões em cinco categorias: 1) agricultores, 2) operários, 3) empresários da indústria e do comércio, 4) empregados e quadros médios, 5) quadros superiores e profissões liberais.

Sobre o cinema

VIII - "Cinéma français. Perspectives 1970", *Bulletin d'information du Centre national de la cinématographie*, n.º spécial, 91, fév. 1965.

IX - IFOP, *Les acteurs et actrices préférés des Français*, oct. 1968.

X - IFOP, *Les acteurs et actrices préférés des Français*, sept. 1970.

XI - IFOP, « La fréquentation et l'image du cinéma en 1970 », *Bulletin d'information du Centre national de la cinématographie*, 126, 1970, 46 p. e suplementos.

XII - «Le public cinématographique », *Bulletin d'information du Centre national de la cinématographie*, 153-154, juin-août 1975.

XIII - SOFRES, *Les Français et le cinéma en 1975*, mars 1975.

XIII bis - CESP, *Étude sur l'audience du cinéma*, Paris, 1975, XVI, 100 p.

Sobre o teatro

XIV – SEMA, *Le théâtre et son public*, Enquêtes réalisées pour le Ministère des affaires culturelles, Paris, 1966, 2 vol. (Trata-se dos resultados de uma pesquisa importante realizada em 1964 sobre o público dos teatros parisienses).

XV – IFOP, *Étude auprès des spectateurs des "parathéâtrales" au Théâtre de la Ville*, Paris, IFOP, 1969, 20 p.

Sobre o rádio e a televisão

XVI – “Une enquête par sondage sur l'écoute radiophonique en France”, *Études et conjoncture*, 10, oct. 1963, p. 923-1002 (Trata-se de uma importante pesquisa realizada em 1961 que abrangeu uma amostra de 12.000 pessoas).

Entre os numerosos estudos efetuados pelo *Service des études d'opinion de l'ORTOF* entre 1966 e 1974, destacamos:

XVII – *Les téléspectateurs et les émissions musicales*, Pesquisa realizada em 1969 e 1970.

XVIII – *Les dossiers de l'écran*, Pesquisa realizada em 1971.

XIX – *Une enquête sur les variétés. Traitement des données par l'analyse factorielle des correspondances*, juillet 1972.

XX – *Les auditeurs de France-musique; attitudes, opinions, habitudes d'écoute des émissions*, juillet 1972.

XXI – *Les festivals et la radio*, Fase exploratória, juillet 1974.

Sobre a leitura

XXII – IFOP, *Les lecteurs et acheteurs de livres*, Paris, IFOP, 1967, 59 p.

XXIII – IFOP, *La clientèle du livre*, Paris, Syndicat national des éditeurs, 1969, 37 p.

XXIV – IFOP, *Les achats de livres pour la jeunesse*, Paris, IFOP, 1970, 61 p.

XXV – SOFRES, *Les Français et la lecture*, Paris, SOFRES, 1972, 13 p.

XXVI – SERVO, *Analyse sectorielle de l'édition, I. Étude des marchés. Résultats qualitatifs, II. Étude des marchés. Synthèse des résultats du sondage*, Paris, Cercle de la librairie, 1975, 175 p., 51 p.

XXVII – SOFRES, *L'image des écrivains dans l'opinion publique*, avril 1976.

Sobre a leitura dos jornais, semanários e revistas, os estudos anuais do *Centre d'étude des supports de publicité* em *Les lecteurs de la presse*, XXVIII.

Sobre os festivais de teatro ou de música

XXIX – J. Henrard, C. Martin, J. Mathelin, *Étude de 3 festivals de musique, La Rochelle 1974, Saintes 1974, Royan 1975*, Paris, Centre d'études des techniques économiques modernes, nov. 1975, 130 p.

XXX – F.X. Roussel, *Le public du festival mondial de théâtre de Nancy*, Nancy, Centre d'Informations et d'études d'économie, 1975.

XXXI – SEMA, *Données statistiques sur le système musical français*, Paris, SEMA, 1967, 267 p.

Sobre a decoração e o mobiliário

XXXII – ETMAR, *Le marché de l'ameublement dans les foyers domestiques. Importance des dépenses et caractéristique de la clientèle*, Paris, ETMAR, sept. 1967.

Sobre os consumos alimentares e de vestuário

Além das pesquisas permanentes do INSEE sobre “la consommation alimentaire des Français” (XXXIII), cujos resultados estão publicados nas coleções do INSEE, e de nossa exploração secundária por categorias finas da pesquisa sobre “les conditions de vie des ménages” (F.C., III), utilizamos:

XXXIV – SOFRES, *Les habitudes de table des Français*, Paris, janvier 1972, 63 p.

XXXIV bis – SOFRES, *Les Français et la gastronomie*, (n=1000), juillet 1977.

XXXV – Thi Nguyen Hun, *Les dépenses d’habillement des Français en 1971-1972*, *Les collections de l’INSEE*, M 38, nov. 1974.

Sobre o esporte

Além dos dados fornecidos pela análise secundária por categorias finas da pesquisa do INSEE sobre os lazeres (F.C. IV) e pela pesquisa sobre as práticas culturais (F.C., VII), consultamos:

XXXVI – SOFRES, *Les Français et le sport*, février 1968.

XXXVII – IFOP, *Les attitudes des Français à l’égard du sport*, décembre 1972.

XXXVIII – SOFRES, *Les Français et le sport*, juin 1975 (n=2000, 15 anos ou mais).

Sobre a imprensa

Além da pesquisa já citada do CESP sobre “la lecture de la presse dans le milieu d’affaires et cadres supérieurs” (cf. acima F.C., VI), utilizamos:

XXXIX – CESP, *Douzième étude sur les lecteurs de la presse*, 1976.

Os dados apresentados aqui provêm de nossa exploração de tabelas por categorias finas produzidas a pedido nosso (n=5562).

XL – IFOP, *Les lecteurs de quotidiens dans la campagne électorale*, février 1978.

Sobre as despesas com a aparência

XLI – SOFRES, *Pourquoi les Françaises veulent-elles maigrir?*, mars 1974 (n=450, mulheres de 18 a 65 anos).

XLII – SOFRES, *Les femmes et la mode*, octobre 1974 (n=1100, mulheres de 18 a 50 anos).

XLIII – IFOP-Groupe d’études de Marie-Claire, *L’art de recevoir*, décembre-janvier 1978.

XLIV – IFOP-Groupe d’études de Marie-Claire, *Les Françaises et la beauté*, décembre 1976 (n=1016, mulheres de 18 a 45 anos).

XLV – ETMAR, *Achats de vêtements*, 1971 (n=552, mulheres da região parisiense).

Sobre a moral

XLVI – IFOP, *Les Français et l’amour*, novembre 1975.

XLVII – SOFRES-Express, *Attitudes envers l’homosexualité*, 7-11 décembre 1973.

XLVIII – IFOP-France-Soir, *Les Français sont comme ça*, août-septembre 1974 (n=1217).

XLIX – SOFRES, *L’image de la justice dans l’opinion publique*, février 1977.

L – SOFRES, *Les Français et la censure au cinéma*, sept. 1974.

LI – SOFRES, *Les Français et l’art moderne*, avril 1972 (n=1000).

Os dados estatísticos

A pesquisa

Gostos e práticas culturais 1

	A DISPOSIÇÃO ESTÉTICA Porcentagem de membros de uma categoria social que julgam que com os temas a seguir é possível fazer uma bela foto										OS PINTORES PREFERIDOS											
	pôr-do-sol	primeira comunhão	dança folclórica	menina brincando com um gato	mulher arrumando	casca	armação metálica	mulher grávida	couves	acidente de trânsito	Rafael	Buffet	Utrillo	Vlaminck	Watteau	Renoir	Van Gogh	Dali	Braque	Goya	Bruegel	Kandinsky
CLASSES POPULARES¹ n 166	90	50	63	56	44	17	6	11	7	-	32	8	20	6	16	49	48	3	5	16	1	-
artesãos, pequenos comerciantes n 100	91	43	59	58	57	23	9	14	2	1	23	23	26	6	24	53	47	-	8	14	8	-
empregados, quadros médios n 287	86	35	57	60	46	25	6	9	8	2	34	19	18	14	23	56	42	3	5	12	6	-
técnicos, professores primários n 78	88	19	51	74	75	49	25	30	13	4	15	15	18	12	12	49	57	7	1	29	15	3
nova pequena burguesia ² n 119	72	20	36	54	61	45	22	24	24	2	22	11	16	10	13	42	50	8	12	28	25	6
CLASSES MÉDIAS n 584	84	31	52	60	55	32	12	16	11	1	27	17	18	12	19	51	47	4	7	19	12	2
empresários da indústria e do comércio n 102	80	27	38	47	40	30	10	15	4	2	19	14	21	17	23	59	31	3	12	18	19	6
quadros, engenheiros n 232	59	12	41	50	57	53	20	10	17	1	23	10	24	8	14	47	56	5	6	34	27	2
profissões liberais n 52	73	17	36	61	58	54	23	33	19	6	12	6	16	22	16	61	57	6	8	22	31	10
professores secundários e universitários, produtores artísticos n 81	53	22	23	48	53	54	49	41	37	17	8	1	10	5	10	30	47	9	13	44	36	6
CLASSES SUPERIORES n 467	64	18	37	50	53	48	23	19	18	4	18	9	20	11	16	48	49	5	9	31	27	4

¹ Com exceção dos agricultores e assalariados agrícolas.² Na nova pequena burguesia reunimos os serviços médico-sociais, os intermediários culturais, os artesãos e os comerciantes de arte, os secretários e os quadros médios do comércio.

Gostos e práticas culturais 2

	OS JULGAMENTOS SOBRE A PINTURA ¹						AS OBRAS DE MÚSICA PREFERIDAS ²															
	não me interessa	boa, mas difícil	gosto muito dos impressionistas	gosto muito da pintura abstrata	pintura moderna não, não importa como	o nome do pintor não é indiferente	Atlesiana	Belo Danúbio azul	<i>Traviata</i>	Dança do sabre	<i>Rhapsody in blue</i>	Rapsódia húngara	Crepúsculo dos deuses	Pequena serenata noturna	4 estações	Pássaro de fogo	Chança e sortilégios	Arte da fuga	Cravo bem temperado	Concerto para a mão esquerda		
CLASSES POPULARES	26	62	7	4	32	7	42	66	28	25	24	33	4	11	7	5	-	2	1	-		
artesãos, pequenos comerciantes	16	73	5	5	44	2	41	60	30	27	24	34	11	15	15	10	1	1	2	-		
empregados, quadros médios	17	65	12	7	35	8	36	53	23	22	21	40	11	27	22	7	0	3	2	0		
técnicos, professores primários	3	50	26	22	53	14	18	18	18	21	31	38	19	31	46	12	1	10	10	7		
nova pequena burguesia	4	30	32	34	64	13	14	22	10	12	25	25	17	34	47	16	10	14	12	8		
CLASSES MÉDIAS	14	56	16	14	45	9	30	43	21	20	25	36	13	27	29	10	3	6	5	3		
empresários da indústria e do comércio	4	51	27	17	42	6	23	24	28	6	28	50	9	21	30	10	3	15	4	5		
quadros, engenheiros	8	27	39	26	55	11	20	20	11	13	25	42	18	30	39	15	2	13	12	13		
profissões liberais	-	31	40	29	58	13	4	17	6	2	21	32	11	53	55	6	2	13	17	23		
professores secundários e universitários, produtores artísticos	4	14	39	43	75	21	1	3	9	4	13	21	22	51	51	23	4	31	32	13		
CLASSES SUPERIORES	5	31	37	27	55	12	15	17	14	9	23	39	16	34	41	15	2	17	14	12		

As percentagens foram calculadas não-respostas excluídas.

¹ Cada indivíduo era convidado a seleccionar três nomes em uma lista de 16 obras.

² Cada indivíduo era convidado a escolher entre diferentes julgamentos aquele que lhe parecia o mais próximo de sua opinião.

Gostos e práticas culturais 3

	OS COMPOSITORES ¹				OS DIRETORES ²			AS LEITURAS ³						A LINGUAGEM ⁴								
	0 a 2	3 a 6	7 a 11	12 ou mais	nenhum	1 a 3	4 ou mais	histórias sentimentais	relatos de viagem	aventuras, policiais	relatos históricos	obras modernas	obras clássicas	poesia	ensaios filosóficos	A linguagem				O sotaque		
																gíria	erros de francês	corret a	impecável	marcado	leve	nulo
CLASSES POPULARES	77	19	4	-	89	10	2	36	61	57	40	19	10	8	2	8	50	42	-	33	54	12
artesãos, pequenos comerciantes	65	27	7	1	80	18	2	3	60	3	51	22	11	10	8	4	28	68		12	37	50
empregados, quadros médios	49	31	17	3	59	37	4	28	49	54	47	40	28	21	5	4	15	77	4	16	56	28
técnicos, professores primários	17	28	36	19	56	32	11	9	38	38	49	38	32	17	14	-	-	94	6	-	35	65
nova pequena burguesia	20	22	39	18	39	44	17	10	25	25	34	56	41	35	30	5	-	74	21	5	26	68
CLASSES MÉDIAS	41	28	22	8	58	35	7	23	45	43	45	40	28	21	12	3	14	78	5	10	44	46
empresários da indústria e do comércio	30	28	26	15	61	29	10	10	41	43	68	36	30	6	8	-	-	80	20	-	33	67
quadros, engenheiros	16	22	41	21	52	39	9	3	38	38	40	41	36	29	27	-	-	94	6	-	13	87
profissões liberais	11	13	40	35	42	38	19	8	25	44	48	36	21	25	38	6	-	81	12	-	12	87
professores secundários e universitários, produtores artísticos	4	11	33	52	22	46	32	7	15	29	24	55	47	35	34	10	-	85	3	-	7	93
CLASSES SUPERIORES	15	22	37	26	47	38	15	6	33	38	41	42	35	25	25	5	-	84	11	-	16	84

As percentagens foram calculadas não-respostas excluídas.

¹ Número de compositores conhecidos na lista de 16 obras musicais.

² Número de diretores conhecidos na lista de 19 filmes.

³ Cada indivíduo era convidado a escolher três gêneros de livros em uma lista de dez gêneros.

⁴ Trata-se de observações anotadas pelo pesquisador que dispunha de uma grade de observação.

Gostos e práticas culturais 4

	AS ATIVIDADES ¹						O RÁDIO ²				OS CANTORES PREFERIDOS ³								
	bricolagem frequentemente	foto e/ou cinema	discos frequentemente	artes plásticas frequentemente	inst. mus. frequentemente	museu Louvre e Arte Moderna	variedades	informação	cultura música	variedades e cult. ou mus.	Guétary	Mariano	P. Clark	Aznavour	Hallyday	Brel	Brassens	Ferré	Douai
CLASSES POPULARES	63	50	46	4	6	6	52	26	10	13	31	18	30	52	17	24	41	20	7
artesãos, pequenos comerciantes	79	59	39	6	5	13	46	22	17	15	22	20	30	36	2	31	32	20	4
empregados, quadros médios	51	56	47	7	1	23	50	15	18	16	21	12	25	47	11	48	40	30	6
técnicos, professores primários	61	69	68	10	6	40	13	22	54	11	4	5	19	19	3	55	72	35	14
nova pequena burguesia	52	60	65	24	15	51	14	21	56	8	9	11	16	29	5	41	50	13	19
CLASSES MÉDIAS	57	59	52	11	5	29	37	18	31	13	17	12	23	38	7	45	45	31	9
empresários da indústria e do comércio	47	59	52	3	8	44	17	40	36	7	13	10	26	33	6	23	61	10	5
quadros, engenheiros	38	66	55	8	9	46	8	29	54	9	3	7	23	28	5	42	70	37	9
profissões liberais	44	85	63	14	12	61	14	18	53	15	6	4	15	36	-	50	71	38	21
professores secundários e universitários, produtores artísticos	38	54	71	16	16	64	9	15	68	7	1	1	2	12	4	54	85	48	25
CLASSES SUPERIORES	40	65	58	9	10	51	11	28	53	9	5	6	19	27	5	41	71	33	12

As porcentagens foram calculadas não-respostas excluídas.

¹ Cada indivíduo era convidado a especificar se praticava nunca, raramente ou frequentemente diferentes atividades (para os museus, trata-se da porcentagem daqueles que foram pelo menos uma vez ao Louvre e ao Museu de Arte Moderna).

² Trata-se dos tipos de programa mais escutados no rádio.

³ Cada indivíduo era convidado a escolher três cantores em uma lista de doze.

Gostos e práticas culturais 5

	OS MÓVEIS ¹					O INTERIOR ²								O VESTUÁRIO ²				O AMIGO ²		A COZINHA ²							
	supermercados	lojas especializadas	casa de leilões	mercado de objetos usados	antiquário	claro, limpo	fácil de arrumar	íntimo	caloroso	recatado	fantasista	sóbrio, discreto	harmonioso	qualidade vantajosa	correspondente à personalidade	chique e distinto	boa-vida	conscioso	educação	espírito positivo	distinto	refinado	artista	sem cerimônia	simples, graciosamente apresentados	originais, exóticos	finos, rebuscados
CLASSES POPULARES	38	24	4	1	4	41	45	22	25	4	3	8	23	44	28	3	40	63	25	10	5	-	8	23	35	1	9
artesãos, pequenos comerciantes	29	27	3	4	8	41	39	45	26	4	5	15	23	29	24	12	22	68	47	5	6	5	9	14	31	6	11
empregados, quadros médios	15	35	10	4	4	35	30	45	24	3	2	6	37	25	48	6	15	46	55	17	5	7	5	15	34	4	8
técnicos, professores primários	23	42	5	4	10	22	13	41	32	6	10	10	49	31	42	14	19	45	32	18	10	6	27	16	45	11	6
nova pequena burguesia	15	25	11	14	22	11	12	47	33	19	15	19	47	17	39	26	9	29	30	20	18	18	29	21	26	14	8
CLASSES MÉDIAS	19	33	9	6	9	30	26	45	27	7	7	11	38	25	39	12	16	46	44	16	8	9	13	17	35	8	9
empresários da indústria e do comércio	10	39	30	18	50	11	17	48	24	5	12	12	47	25	43	23	23	45	53	9	18	17	16	17	22	15	29
quadros, engenheiros	6	28	17	16	42	15	17	48	19	10	11	36	53	15	34	14	12	31	39	18	16	9	27	16	26	9	5
profissões liberais	8	31	11	19	61	10	16	43	25	17	16	10	47	13	33	21	15	52	38	13	6	17	28	17	27	8	8
professores secundários e universitários, produtores artísticos	30	27	10	21	32	7	14	36	28	15	12	22	47	15	35	14	19	27	24	14	12	9	31	20	29	12	10
CLASSES SUPERIORES	11	31	18	18	44	11	16	45	23	11	13	25	50	17	36	17	16	36	38	16	15	12	25	17	26	11	12

As porcentagens foram calculadas não-respostas excluídas.

¹ Trata-se do lugar (ou dos lugares) em que foram comprados os móveis.

² Cada indivíduo foi convidado a designar, em uma lista de doze adjetivos, os três adjetivos que melhor qualificavam o interior que eles gostariam de habitar; a escolher entre seis proposições relativas ao vestuário, as três que exprimem melhor seus gostos; entre doze qualidades as três que ele mais aprecia em seus amigos, e, enfim, aquele dos sete tipos de refeições propostos que ele gostaria de servir a seus amigos.

A disposição estética segundo o capital escolar

Capital escolar	paisagem	pôr-do-sol	monumento célebre	quadro mestre	1ª comunhão	dança folclórica	menina e gato	mulher amamentando	teceão	natureza-morta	casca	corda	briga de mendigos	mulher grávida	serpente	armação metálica	couves	balcão açougue	cemitério sucata	homem ferido	acidente de trânsito
sem diploma, CEP	82,0	88,5	35,5	50,5	51,0	54,5	61,5	46,0	36,0	26,5	15,5	6,0	4,0	8,5	13,0	6,5	4,0	5,0	5,5	2,0	0,5
CAP	88,0	92,5	35,5	47,5	31,0	60,0	57,0	43,0	37,5	37,5	37,0	8,5	4,5	12,0	18,5	7,5	8,5	6,0	3,0	5,5	-
BEPC	72,5	85,5	32,5	39,5	32,5	56,0	57,0	55,5	25,5	40,5	27,5	6,5	8,5	13,5	17,5	8,0	13,0	5,0	6,0	5,5	1,0
Baccalauréat	74,5	76,5	20,0	36,5	19,0	37,0	56,5	58,0	44,0	40,5	42,0	22,0	16,0	21,0	23,5	18,0	13,0	10,5	13,0	12,5	5,0
Início de estudos sup.	68,5	57,5	30,0	23,5	15,0	41,5	46,0	56,0	35,5	41,5	45,0	31,0	14,5	19,5	32,0	29,0	18,0	18,0	22,5	9,5	2,5
Licence	72,0	57,0	19,0	31,5	7,0	36,5	57,0	59,0	44,0	44,0	56,0	32,5	16,5	22,5	28,5	24,5	22,5	19,5	16,0	17,5	1,5
Agrégation, grande école	69,0	65,0	39,5	41,0	25,5	39,5	34,0	49,5	52,0	45,0	60,5	31,0	22,5	29,5	38,0	36,5	27,0	25,5	31,0	22,5	15,5*

Calculamos as porcentagens, não-respostas excluídas. Na impossibilidade de reproduzir o quadro completo das distribuições entre as diferentes respostas (feia, insignificante, interessante, bela) para cada objeto, retivemos aqui a porcentagem dos pesquisados que julgaram que se pode fazer uma bela fotografia com esses objetos ao ordená-los dos mais "fáceis" (isto é, já fortemente constituídos) aos mais "difíceis" (isto é, pouco ou nada constituídos ao nível da estética comum no momento da pesquisa).

Para ler esse quadro, é preciso saber que a distribuição entre as diferentes respostas varia ela própria de acordo com os objetos e de acordo com os níveis de instrução, de modo que a estrutura que tentamos colocar em evidência sublinhando a tendência mais forte em cada coluna teria sido muito mais legível se tivéssemos proposto aos pesquisados uma escolha dicotômica (entre bela e feia).

Outras fontes

1 - Alguns indicadores do capital econômico (%)

CSP	RENDIMENTO GLOBAL MÉDIA (em F)	(F. C., I) repartição do rendimento (1970)						(F. C., I) taxa de detentores de						estatuto de ocupação da habitação (F. C., III)			
		< 10 000 F.	10 a 20 000 F.	20 a 30 000 F.	30 a 60 000 F.	60 a 100 000 F.	100 000 F ou mais.	salários e emolumentos	benefícios ind. e comerciais	benefícios não-comerciais	benefícios agrícolas	propriedades urbanas	valores imobiliários	proprietários	em vias de se tornarem proprietários	locatários	alojamentos gratuitos
1	12706	43,5	41,3	10,9	4,2	-	-	86,0	1,5	0,4	5,5	0,8	6,3	16,9	12,8	37,6	32,7
2	11339	63,2	22,6	7,1	5,6	1,0	0,4	19,3	5,3	0,5	91,9	6,4	16,5	57,3	18,1	17,8	6,8
3	14903	34,7	42,4	14,7	7,9	0,3	-	93,4	1,3	0,1	1,1	2,3	3,3	17,7	10,2	63,2	8,9
4	18495	13,7	51,8	23,8	10,4	0,2	-	97,7	2,2	0,3	1,6	2,4	3,6	15,0	24,6	55,2	5,3
5	21280	8,2	44,3	30,4	16,7	0,3	-	98,2	2,2	0,7	0,5	2,7	3,6	11,4	23,3	57,7	7,5
6		0,9	17,5	38,0	42,0	1,5	0,1	99,5	1,4	0,8	0,4	4,1	6,7	15,0	35,5	42,2	7,3
7	25729	12,3	32,5	25,3	25,8	3,4	0,7	34,1	96,9	1,1	3,5	12,9	14,2	32,7	30,9	33,2	3,2
8	26864	15,3	27,2	23,2	28,8	3,9	1,5	24,3	93,2	4,8	3,8	20,2	19,2	32,2	15,9	46,8	5,1
9		1,5	33,8	27,6	22,2	4,0	0,8	97,5	3,4	2,6	0,7	8,9	9,5	9,9	13,4	63,2	13,5
10	22546	5,9	41,7	29,4	21,6	1,1	0,2	98,8	2,1	1,9	1,0	5,1	8,6	14,0	24,1	55,3	6,7
11		2,1	12,2	26,4	47,9	8,9	2,5	99,3	4,0	5,7	0,5	11,1	17,5	12,8	36,9	43,4	6,9
12		1,3	15,1	30,1	48,1	4,8	0,5	98,5	2,4	3,9	0,1	5,8	8,7	9,7	35,5	50,1	4,7
13	32770	5,7	32,6	29,6	27,8	3,7	0,6	84,2	-	24,9	-	10,0	12,4	18,1	20,8	56,9	4,1
14		3,0	19,1	25,4	46,4	5,5	0,5	96,7	0,9	6,0	0,1	7,6	10,4	10,0	26,0	36,1	27,9
15	61616	2,2	12,1	11,1	36,9	23,1	14,6	64,0	47,5	9,4	4,9	29,7	30,2	49,8	23,2	27,0	-
16	102222	1,3	2,6	4,1	26,4	31,9	33,6	83,0	26,0	4,4	3,7	34,7	40,0	32,8	55,6	11,6	-
17		0,5	2,9	11,5	53,3	24,2	7,6	99,6	3,6	5,3	0,9	15,2	27,7	20,5	33,8	39,1	6,6
18	57229	0,4	0,8	4,4	51,8	32,8	9,7	98,7	3,1	4,3	0,8	15,5	30,4	12,6	42,6	37,3	7,5
19		1,4	8,6	18,5	43,5	22,3	5,6	97,6	2,1	14,1	1,8	10,4	21,0	12,2	28,5	49,2	10,1
20	83309	3,1	4,8	6,5	27,6	33,0	24,9	41,0	17,5	87,2	3,4	30,3	40,6	35,6	22,6	40,0	1,8

1 - assalariados agrícolas, 2 - exploradores agrícolas, 3 - trabalhadores braçais, 4 - operários sem qualificação, 5 - operários com qualificação, 6 - contramestres, 7 - artesãos, 8 - pequenos comerciantes, 9 - empregados do comércio, 10 - empregados de escritório, 11 - quadros administrativos médios, 12 - técnicos, 13 - serviços médico-sociais, 14 - professores primários, 15 - empresários do comércio, 16 - industriais, 17 - quadros administrativos superiores, 18 - engenheiros, 19 - professores secundários e universitários, 20 - profissões liberais.

2 – Alguns indicadores da trajetória social e do capital cultural herdado (%)

CSP	(F. C., II)		profissão do pai ¹										diploma do pai ²				
	assalariados agrícolas	exploradores agrícolas	trabalhadores braçais, operários sem qualificação, mineiros	operários com qualificação, contramestres	peçoal de serviço	artesãos, pequenos comerciantes	empregados ³	quadros médios	industriais, empresários do comércio	quadros superiores	profissões liberais	sem diploma, não-resposta	C.E.P.	B.E.P.C.	baccalaureat	estudos superiores	
1	29,7	46,9	8,0	5,1	0,8	5,0	3,3	0,4	0,3	0,5	-	81,4	17,2	0,6	0,6	0,2	
2	3,8	88,6	1,9	1,2	0,2	2,3	0,8	0,2	0,2	0,6	0,2	69,8	27,9	1,1	0,7	0,5	
3	13,6	30,3	23,9	15,0	1,7	5,9	7,6	1,1	0,4	0,5	-	84,0	15,1	0,6	0,3	-	
4	8,8	25,3	25,8	17,7	1,9	9,0	7,2	2,1	1,2	0,9	0,1	75,4	22,5	1,3	0,5	0,3	
5	6,1	14,0	25,3	25,8	1,8	10,9	10,0	2,9	1,4	1,7	0,1	67,3	29,8	1,5	1,0	0,4	
6	5,5	12,6	23,6	25,6	2,2	10,1	11,3	3,7	2,1	3,2	0,1	65,3	30,7	2,0	0,9	1,1	
7	6,3	16,7	11,8	13,6	1,9	34,3	8,1	2,4	2,9	1,6	0,4	64,5	32,0	1,9	1,1	0,6	
8	4,9	18,1	7,0	10,7	0,8	39,4	8,1	2,1	6,0	2,3	0,6	61,2	31,9	1,2	3,4	2,2	
9	4,8	10,3	16,8	18,0	0,9	18,3	15,4	3,7	7,7	3,4	0,7	54,6	37,1	3,3	2,1	2,9	
10	5,1	16,8	20,4	17,3	2,7	10,1	15,7	6,4	1,8	3,4	0,3	57,8	34,5	4,1	2,1	1,4	
11	2,8	10,3	9,9	15,6	3,3	13,7	15,0	11,9	5,2	9,8	2,4	40,6	41,6	6,7	5,1	6,0	
12	2,0	7,2	15,6	20,5	2,1	11,4	16,4	11,5	4,1	8,2	1,0	42,9	42,9	5,6	5,0	3,6	
13	3,4	22,2	14,8	16,8	4,8	6,4	13,0	8,8	2,0	6,1	1,7	46,8	40,5	5,9	3,1	3,7	
M	1,5	12,7	9,5	12,4	1,3	12,4	12,9	12,3	9,1	10,8	5,1	37,2	36,9	6,1	8,6	11,3	
14	0,6	6,9	14,8	19,8	1,5	13,1	16,1	15,3	3,2	6,9	1,8	36,1	43,2	5,4	9,4	5,9	
15	3,4	13,5	5,4	5,2	0,8	27,4	9,1	2,6	23,7	5,4	3,4	48,1	38,6	5,3	3,8	4,2	
16	0,6	19,2	7,7	14,7	1,0	29,2	3,8	1,5	18,0	2,4	1,9	52,9	38,1	2,6	2,2	4,3	
17	1,3	7,7	7,4	10,3	1,1	14,3	15,2	11,2	9,7	19,1	2,7	35,1	36,5	7,2	10,0	11,3	
18	0,6	5,2	6,6	11,7	1,0	11,4	12,6	14,8	6,7	25,5	3,9	32,0	29,4	8,7	11,4	18,5	
19	2,1	7,1	4,6	8,7	0,9	15,4	11,7	15,7	3,8	23,2	6,8	31,6	33,6	7,9	11,6	15,4	
M	1,6	4,5	2,9	5,2	-	12,0	15,2	20,3	5,9	26,2	6,2	23,3	27,1	12,3	14,5	22,8	
20	0,4	5,5	2,8	1,7	0,5	14,7	9,4	12,1	11,4	20,7	20,8	30,4	23,4	7,4	12,5	26,2	

¹ Para a profissão do pai, o cálculo foi efetuado excluindo-se as não-respostas e as "outras" profissões.

² Exército e polícia foram reagrupados entre os empregados.

³ Trata-se do diploma de ensino geral ou superior do pai (os diplomas técnicos, CAP, BP, BEC, BEI, etc., não foram incluídos no cálculo).

3 - Capital escolar, tempo livre, fecundidade, residência (%)

	CAPITAL ESCOLAR ¹ (F. C., II)									NÚMERO MÉDIO DE FILHOS ²	LOCAL DE RESIDÊNCIA Recenseamento de 1968: homens e mulheres ativos de 16 anos ou mais.						
	nenhum diploma	C.E.P.	C.A.P. B.F.	B.E.C. B.E.H.	B.E.P.C.	B.S. Baccalauréat	início estudos superiores	licence e +	TRABALHA 50 h. OU + POR SEM. (F. C., IV)		comunas rurais	10 000 h.	10 a 50 000 h.	50 a 100 000 h.	100 a 200 000 h.	200 a 2 000 000 h.	aglomeração parisiense
1	67,4	19,6	10,3	1,8	0,6	0,7	-	-	62,9	3,00	77,8	9,3	4,9	1,3	1,9	3,0	1,7
2	45,1	37,3	13,7	1,0	1,8	0,8	0,2	0,1	68,0	2,83	87,5	6,2	3,0	0,8	0,8	1,5	0,3
3	70,0	22,0	7,0	0,1	0,8	-	-	-	21,9	2,77	28,3	11,6	13,0	6,0	7,7	18,1	15,3
4	51,3	28,4	18,2	0,4	1,3	0,3	0,1	-	23,2	2,42	27,0	12,3	14,3	6,7	8,5	15,7	15,5
5	29,2	25,1	41,2	1,9	1,7	0,4	0,3	0,1	22,4	2,10	18,2	10,0	13,5	7,4	9,2	19,3	22,3
6	19,0	31,9	38,8	5,7	2,7	1,0	0,7	0,2	26,4	1,94	12,8	10,1	14,3	7,7	9,7	21,7	23,6
7	23,5	34,5	36,1	2,4	2,1	1,1	0,1	0,2	47,6		37,0	12,8	11,8	5,2	5,5	13,9	13,9
8	19,6	43,1	23,9	1,4	6,0	3,8	1,7	0,5	81,1	1,92	28,1	13,2	13,3	6,1	7,0	17,1	15,1
9	19,1	39,0	25,6	3,8	5,4	6,5	0,6	-	49,7	1,68	13,6	8,1	14,0	8,5	11,1	21,2	23,4
10	15,9	40,1	19,9	1,8	17,4	3,8	0,8	0,3	10,9	1,97	11,7	7,2	12,3	7,4	9,3	20,5	31,5
11	8,9	26,0	18,4	9,0	16,0	11,9	5,4	4,4	16,7	1,71	10,6	6,6	11,7	7,1	9,5	20,9	33,7
12	6,0	21,3	28,4	19,6	11,4	5,8	5,6	1,9		1,67	8,6	7,1	12,0	7,4	9,6	20,1	35,2
13	2,2	10,0	6,4	0,7	0,6	3,2	73,9	3,0		14,4	10,3	7,8	14,3	8,1	11,1	22,0	26,5
14	1,5	5,7	5,1	5,9	6,0	39,3	27,7	8,7	10,3	1,69	22,4	11,1	14,4	7,8	9,3	17,0	18,0
15	17,5	39,2	15,5	5,4	9,7	7,6	3,3	1,8	45,1	2,09	15,5	11,8	16,4	7,7	8,6	18,2	21,8
16	15,7	36,9	24,1	9,9	4,5	4,0	1,5	3,4			22,3	14,1	16,0	6,8	7,2	16,5	17,2
17	6,2	16,7	10,9	8,3	11,8	13,7	8,2	24,0	31,5		6,3	5,9	11,4	7,0	9,5	20,5	39,3
18	3,1	4,7	5,5	6,6	5,0	9,2	10,6	55,3	26,8	2,00	5,7	5,7	9,3	6,3	7,9	19,7	45,3
19	0,7	2,8	2,6	0,7	0,7	4,6	13,7	74,2	8,3		5,8	5,8	11,6	7,7	11,2	25,4	32,5
20	2,6	4,2	1,8	1,2	1,7	2,8	11,5	74,2	67,1	2,06	14,4	11,3	13,4	7,3	8,9	20,0	24,8

¹ As porcentagens foram calculadas, outros diplomas excluídos.

² "Economie et statistique", 27 oct. 1971, p. 28 (os resultados dizem respeito às mulheres pertencentes à geração 1892 à 1923, casadas antes dos 35 anos).

4 - Consumo e práticas culturais (%)

CSP	(FC., III) consumo global (1972)			proprietários de			(FC., IV)														
	por família (em F)	por pessoa (em F)	por unidade de cons. (em F)	residência secundária	telefone	lava-louças	eventos esportivos 5 vezes/ano ou +	manutenção automóvel 1 h/4 ou +/sem.	bricolagem 1 vez/sem. ou +	colecção de selos	inscrição em uma biblioteca	freqüência a cursos	castelo-mont. no ano	feira-expo. no ano	recebe ao menos 1 vez/sem.	variedades ao menos 1 vez/ano	teatro ao menos 5 vezes/ano	concerto ao menos 1 vez/ano	piano		
1	22771	5650	7928	1,0	5,8	1,7															
2	26667	6365	8824	2,2	15,8	2,3	12,8	1,3	36,5	0,5	0,2	0,9	23,7	31,6	6,3	16,5	1,3	2,7	1,3		
3	21840	6170	8578	2,2	0,3	-	41,9	9,5	34,8	1,3	1,7	1,0	12,5	21,5	13,8	15,4	1,5	2,7	-		
4	26471	6552	9350	3,4	3,0	0,7	35,3	10,6	44,4	6,1	4,3	9,3	21,6	26,0	6,5	22,5	0,3	4,7	0,2		
5	26988	7476	10392	3,3	4,6	0,6	29,0	<u>14,0</u>	50,8	8,6	4,7	6,0	29,2	38,2	8,4	29,0	4,8	4,1	0,4		
6	35320	9174	12751	10,9	24,2	2,4	39,9	12,6	<u>53,9</u>	9,3	13,6	1,9	40,3	43,9	8,2	26,4	4,7	13,3	3,5		
7	28540	8444	11489	14,1	48,0	5,8	37,3	12,6	36,8	4,3	-	2,0	30,9	38,8	6,5	16,3	6,6	4,5	2,8		
8	30861	10118	13360	14,5	57,2	7,1	28,5	4,8	43,7	1,4	4,5	1,9	25,5	43,6	10,6	16,5	5,9	9,0	8,7		
9	30455	10324	13818	7,2	28,6	5,2	<u>42,2</u>	8,0	29,2	3,7	3,7	5,6	20,5	37,9	12,4	18,0	1,2	9,3	-		
10	27774	9227	12192	9,6	13,2	1,0	32,7	<u>17,8</u>	37,7	<u>12,9</u>	20,3	10,3	38,8	43,0	12,7	28,2	7,3	13,1	3,8		
11	36272	11478	15461	11,9	29,4	5,4	23,7	13,1	39,5	<u>14,4</u>	9,8	15,3	58,4	52,9	14,7	38,7	18,3	20,2	12,8		
12	37438	10979	15090	6,5	25,1	5,3	29,9	6,6	38,7	29,4	15,8	16,5	52,2	58,4	12,9	38,7	6,5	10,8	6,5		
13	34175	11316	15277	7,8	41,7	3,6															
14	32787	11627	15364	18,6	29,9	5,5	29,3	2,8	<u>54,3</u>	6,9	<u>59,5</u>	<u>19,0</u>	<u>67,2</u>	53,5	10,3	19,8	21,6	21,6	20,7		
15	41886	10419	14463	<u>29,7</u>	<u>72,3</u>	<u>22,3</u>	<u>64,8</u>	-	14,1	2,8	-	-	38,1	52,1	<u>47,9</u>	<u>43,7</u>	11,3	18,3	7,0		
16	47680	15480	19751	<u>25,2</u>	<u>75,1</u>	<u>21,7</u>															
17	52166	14694	19835	23,9	67,7	24,5	31,4	3,2	28,9	11,6	13,3	4,8	<u>68,5</u>	<u>62,1</u>	12,1	24,3	21,7	25,9	27,8		
18	49883	13920	19308	22,3	<u>77,6</u>	<u>27,9</u>	29,8	3,1	34,4	4,5	20,9	17,9	<u>77,6</u>	<u>70,1</u>	26,9	<u>50,8</u>	<u>28,3</u>	<u>49,3</u>	23,9		
19	40853	13136	17708	14,2	39,7	15,4	9,8	-	26,4	2,8	<u>27,8</u>	<u>27,8</u>	38,8	20,9	30,6	13,9	<u>26,4</u>	<u>52,8</u>	<u>50,0</u>		
20	57133	16370	22467	25,0	<u>84,5</u>	<u>31,5</u>	20,0	-	14,1	9,4	4,7	<u>25,8</u>	57,6	33,0	<u>38,9</u>	42,4	25,9	34,1	<u>57,6</u>		

¹ As porcentagens foram calculadas para 100 proprietários de automóveis ou de veículos de duas rodas. Não reproduzimos os resultados, não significativos, para os assalariados agrícolas e os servidores médico-sociais (homens).

Um jogo de sociedade

Ainda que aqueles que tiveram a idéia de pedir a uma amostra de pesquisados que atribuíssem a diferentes políticos diferentes objetos nisso não tenham sem dúvida visto (como o testemunham os comentários que acompanham a apresentação dos resultados) mais do que uma variante “divertida” das pesquisas periódicas sobre a “popularidade” dos políticos, o verdadeiro objeto do teste que produziram de maneira totalmente inconsciente (o que ajuda a torná-lo valioso) não é saber se tal ou qual dos políticos propostos é uma raposa ou corvo, carvalho ou pinho, branco ou negro, ou mesmo se os “vermelhos” atribuem mais seguidamente o negro ao porta-voz dos “brancos” do que o inverso.¹

O entrevistador apresentava listas de seis objetos ou personagens (cores, árvores, heróis clássicos, heróis de quadrinhos, etc.) e pedia que se atribuísse um e apenas um desses objetos a um dos seis políticos seguintes: Jacques Chirac, Valéry Giscard d'Estaing, George Marchais, François Mitterrand, Michel Poniatowski, Jean-Jacques Servan-Schreiber. Os resultados dessa pesquisa, conduzida em junho de 1975, a pedido do semanário *Le Point*, foram publicados em *Sondages* (nº 3-4, 1975, p. 31-47), tendo como comentário apenas: “A leitura dos resultados desse jogo é ‘divertida’, mas seu interesse ultrapassa esse caráter de distração. O conjunto das atribuições realizadas por cada um dos *leaders* políticos revela, com efeito, muitas facetas de sua imagem pública. Sem dúvida é difícil discernir com certeza as múltiplas razões que puderam levar os pesquisados a imaginar um político com essa cor ao invés daquela, como formiga ao invés de raposa, ou mesmo como cabeleireiro ao invés de advogado. No entanto, quando um político é representado por mais de um terço dos pesquisados como tal ou qual objeto, a explicação, com freqüência, aparece imediatamente, e as motivações das escolhas são esclarecidas pelos diferentes resultados dos outros políticos com relação ao mesmo objeto. As aproximações são feitas pelos pesquisados, na maior parte das vezes, com referência seja ao aspecto físico do homem, seja aos traços mais conhecidos de sua personalidade, seja, enfim, a sua função, a sua posição e a sua carreira política. Não comentaremos esses resultados, deixando ao leitor o cuidado de, por sua vez, dar asas à própria imaginação”. Desistência aparente, pela qual nos damos ares de objetividade ao delegar poderes ao jornalista. Esse (*Le Point*, 14.7.75) não deve mais do que observar, *de modo totalmente neutro*, que uma “maioria” atribui aos representantes da esquerda, e muito especialmente a Marchais, os atributos mais pejorativos e está terminado. Permeados pelas hierarquias que eles impõem, porque elas se impõem a eles, os autores do questionário produzem, a favor do jogo, que suspende as censuras, um “dado” que basta apreender *tal como se mostra*, para produzir, *objetivamente*, um efeito político.

	Cores						Árvores						Flores					
	Branco	Negro	Azul	Laranja	Amarelo	Verde	Carvalho	Plátano	Palmeira	Caníço	Choupo	Pinho	Crisântemo	Lírio	Papoula	Narciso	Lilás	Cravo
Giscard d'Estaing	35	10	29	6	9	12	31	8	14	18	19	10	14	23	12	14	18	18
Poniatowski	16	22	14	16	18	13	21	22	18	7	12	18	24	16	8	16	16	20
Chirac	16	9	25	12	18	18	11	20	18	12	22	17	10	21	9	15	25	20
Servan-Schreiber	14	9	12	23	23	19	6	6	21	26	18	14	9	14	13	27	21	17
Mitterrand	13	10	13	23	18	24	16	16	17	21	15	17	16	16	21	17	13	16
Marchais	6	40	7	20	14	14	15	18	12	16	14	24	27	10	37	11	7	9

	Animais						Jogos						Chapéus					
	Boi	Formiga	Cigarra	Raposa	Corvo	Tartaruga	Bridge	Monopólio	Dominó	Póquer	Xadrez	Roleta	Boina basca	Boné	Chapéu de palha	Chapéu de feltro	Capacete	Cartola
Giscard d'Estaing	12	29	18	24	9	9	39	14	6	12	23	6	11	10	14	10	8	46
Poniatowski	38	11	8	13	17	12	16	17	21	16	14	17	9	5	14	14	41	18
Chirac	16	22	15	15	16	15	15	24	18	18	12	13	12	10	21	26	17	13
Servan-Schreiber	6	12	28	11	10	33	9	14	17	20	13	26	13	12	30	22	11	13
Mitterrand	9	14	21	22	16	18	14	17	15	18	18	18	40	16	15	16	7	6
Marchais	19	12	10	15	32	13	7	14	23	16	20	20	15	47	6	12	16	4

	Automóveis						Móveis						Mulheres célebres					
	2 CV	R 5	Peugeot 504	Rolls-Royce	Porsche	Simca 1100	Armário normando	Poltrona Luis XVI	Escrivantina Império	Cama com dossel	Canapé Knoll	Mesa de fazenda	Brigitte Bardot	Mireille Mathieu	Jane Birkin	Michèle Morgan	Jackie Kennedy	A Rainha da Inglaterra
Giscard d'Estaing	10	9	19	39	18	6	7	36	33	12	6	6	14	7	10	26	15	27
Poniatowski	10	12	28	20	10	20	25	15	20	17	10	12	12	15	11	15	14	32
Chirac	8	14	23	9	28	17	13	19	19	18	22	9	21	14	15	15	21	15
Servan-Schreiber	10	15	12	16	27	21	12	11	10	28	32	7	24	10	19	8	29	11
Mitterrand	12	30	15	7	10	25	24	12	11	11	17	24	16	18	21	25	13	7
Marchais	50	20	3	9	7	11	19	7	7	14	13	42	13	36	24	11	8	8

	Família						Profissões						Personagens de quadrinhos					
	Filho	Sogro	Irmão	Genro	Pai	Primo	Advogado	Zelador	Chefe de repartição	Cabeleireiro	Médico	Motorista	Asterix	Mickey	Pato Donald	Popeye	Lucky Luke	Tintin
Giscard d'Estaing	25	12	15	12	24	11	28	7	20	9	24	13	26	14	10	7	22	20
Poniatowski	6	26	12	12	27	16	11	19	14	15	22	19	19	14	14	22	13	18
Chirac	28	11	25	19	11	8	12	11	31	17	17	10	15	19	19	14	20	13
Servan-Schreiber	19	13	19	24	10	15	12	13	13	29	14	20	9	18	22	14	16	22
Mitterrand	15	18	17	20	20	10	32	14	10	16	15	14	17	18	15	20	14	16
Marchais	7	20	12	13	8	40	5	36	12	14	8	24	14	17	20	23	15	11

*As cifras em negrito indicam a tendência mais forte por coluna.

Esse jogo, que coloca em jogo políticos, é um jogo político; mas que não nos enganemos a respeito, em um sentido que é profundo de maneira diversa daquele que damos a essa palavra nos institutos de ciências políticas e nos institutos de pesquisas estatísticas. Os políticos são aqui apenas o pretexto de um jogo de atribuição, de *categorização*, e os objetos propostos, atributos, predicados, *catagoremas* (como dizia Aristóteles, fazendo esquecer o sentido original, aqui pertinente, de *acusação*). A questão das regras (será essa a palavra?), dos princípios ou dos esquemas que regem essas atribuições se encontra objetivamente colocada pelo fato de que ali onde teríamos podido nos ater a registrar apenas as associações aleatórias da imaginação, observamos *regularidades estatísticas* que apenas fazem sentido quando supomos que, longe de formularem ao acaso associações individuais, as pessoas entrevistadas são guiadas, nos estabelecimentos de relações que operam, por princípios de visão e de divisão comuns.

Já que esses princípios funcionam no estado prático e que, permanecendo aquém da explicitação, não são controlados nem em sua forma interna, nem em suas condições de aplicação, os agentes não utilizam, todos eles, o mesmo esquema para pensar o mesmo objeto; entretanto, como testemunha o fato de que as significações de cada um dos objetos propostos que são assim trazidas à tona são ao mesmo tempo *finitas* em número (e não tão numerosas quanto os indivíduos pesquisados, o que seria o caso se o princípio de atribuição precisasse ser procurado na história individual dos pesquisados) e imediatamente inteligíveis (mesmo na ausência de qualquer codificação expressa), temos o direito de supor que os esquemas que as pessoas entrevistadas podem aplicar em cada caso, selecionando assim aspectos diferentes do mesmo objeto ou da mesma pessoa, são, ao mesmo tempo, finitos em número e *comuns* ao conjunto dos indivíduos, de modo que as diferentes *leituras* do mesmo objeto são inteligíveis para o conjunto dos agentes.

Se a significação "escolhida" se apresenta em cada caso sem equívoco, apesar da plurivocidade dos objetos considerados em estado isolado, é porque aquele entre os esquemas de percepção objetivamente aplicáveis que é utilizado em cada caso se designa claramente ao ser o único que permite estabelecer uma relação inteligível e constante de equivalência ou de exclusão entre os objetos considerados, logo, uma relação inteligível entre os aspectos, assim constituídos, pelos quais esses objetos, coisas ou pessoas, podem entrar nessa relação. Assim, o esquema forte/fraco ou rígido/flexível (que é, sem dúvida, quase coextensivo à oposição, inscrita no nível mais profundo do esquema corporal, entre o masculino e o feminino) é totalmente evidente no princípio de oposição entre o carvalho, majestoso, poderoso e rígido, e o caniço, fraco, flexível, frágil e inconstante, bem como a oposição entre Giscard (ou Poniatowski) e Servan-Schreiber, duas relações que, mesmo que sejam produzidas sucessivamente, determinam-se mutuamente e podem se exprimir sob a forma de uma analogia – o carvalho é para o caniço o que Giscard (ou Poniatowski) é para Servan-Schreiber; mesmo se, na oposição entre Giscard e Servan-Schreiber, esse esquema se aplica, sobretudo, à força social, ao poder, designando o carvalho como rei das florestas e Giscard como o chefe de Estado, enquanto que na oposição entre Poniatowski e Servan-Schreiber ele se aplica, sobretudo, à aparência física e às "virtudes" associadas, designando assim o carvalho como grande e forte, como a árvore da fábula, e como Poniatowski, considerado em sua hexis corporal, possante e massivo. Em um outro caso, é o esquema nobre/ignóbil que, aplicado à *madeira*, mais do que à árvore considerada em

	Cores						Animais						Árvores					
	Branco	Azul	Amarelo	Negro	Laranja	Verde	Boi	Cigarras	Corvo	Formiga	Raposa	Tartaruga	Carvalho	Palmeira	Choupo	Plátano	Caníço	Pinho
Eleitores de Mitterrand	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Giscard d'Estaing	36,4	20,6	9,3	15,0	8,4	10,3	8,4	19,6	10,3	16,8	29,9	14,0	19,6	18,7	20,6	11,2	19,6	9,3
Poniatowski	15,0	9,3	15,9	39,3	12,1	7,5	42,0	6,5	25,2	8,4	7,5	11,2	15,0	20,6	9,3	28,0	8,4	17,8
Chirac	12,1	22,4	18,7	14,0	16,8	12,1	11,2	16,8	28,0	14,0	12,1	16,8	5,6	18,7	23,4	18,7	15,0	17,8
Servan-Schreiber	15,9	10,3	30,8	7,5	17,8	17,8	7,5	24,3	7,5	15,0	14,0	31,8	5,6	23,4	19,6	7,5	35,5	7,5
Mitterrand	11,2	21,5	13,1	1,9	17,8	33,6	10,3	21,5	9,3	24,3	22,4	12,1	32,7	11,2	12,1	9,3	14,0	19,6
Marchais	8,4	15,0	11,2	21,5	26,2	16,8	21,5	10,3	18,7	20,6	14,0	14,0	20,6	6,5	14,0	24,3	6,5	27,1
Eleitores de Giscard																		
Giscard d'Estaing	35,3	36,7	7,2	3,6	4,3	12,9	12,9	14,4	6,5	38,8	18,7	9,4	43,2	10,8	15,1	5,0	18,0	8,6
Poniatowski	18,0	18,0	23,0	8,6	18,0	14,4	42,4	9,4	9,4	12,2	15,8	10,8	28,1	18,7	15,8	18,7	4,3	14,4
Chirac	24,5	28,1	12,2	2,9	8,6	23,7	20,1	15,8	7,9	26,6	18,0	11,5	15,8	15,8	20,1	23,0	7,2	17,3
Servan-Schreiber	7,2	7,9	22,3	10,8	31,7	20,1	4,3	30,2	10,8	7,9	11,5	34,5	2,9	17,3	21,6	20,1	21,6	17,3
Mitterrand	10,8	7,9	22,3	13,7	27,3	18,0	7,2	22,3	20,1	9,4	18,0	23,0	4,3	21,6	14,4	19,4	23,7	16,5
Marchais	4,3	1,4	12,9	60,4	10,1	10,8	12,9	7,9	45,3	5,0	18,0	10,8	5,8	15,8	12,9	13,7	25,2	25,9

	Mulheres célebres						Familia						Jogos					
	Brigitte Bardot	Jane Birkin	Jackie Kennedy	Mireille Mathieu	Michèle Morgan	A Rainha da Inglaterra	Filho	Irmão	Pai	Sogro	Genro	Primo	Bridge	Dominó	Xadrez	Monopólio	Pôquer	Rolêta
Eleitores de Mitterrand	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Giscard d'Estaing	12,1	15,0	18,7	12,1	14,0	27,1	17,8	10,3	20,6	14,0	18,7	16,8	32,7	6,5	18,7	15,9	16,8	8,4
Poniatowski	11,2	13,1	15,0	11,2	6,5	42,1	4,7	5,6	15,0	30,8	16,8	25,2	15,9	17,8	13,1	17,8	18,7	15,9
Chirac	19,6	11,2	19,6	16,8	16,8	15,0	17,8	20,6	9,3	13,1	26,2	11,2	9,3	15,0	13,1	19,6	24,3	17,8
Servan-Schreiber	28,0	22,4	28,0	6,5	8,4	5,6	24,3	25,2	6,5	8,4	15,9	16,8	9,3	15,9	16,8	14,0	15,0	28,0
Mitterrand	15,0	16,8	10,3	13,1	40,2	3,7	24,3	20,6	29,0	12,1	12,1	1,9	25,2	17,8	15,9	16,8	12,1	12,1
Marchais	13,1	20,6	7,5	39,3	13,1	5,6	9,3	16,8	18,7	19,6	9,3	26,2	7,5	26,2	22,4	15,0	12,1	16,8
Eleitores de Giscard																		
Giscard d'Estaing	14,4	5,8	10,8	4,3	37,4	26,6	33,8	18,0	29,5	7,9	6,5	4,3	41,7	5,8	28,1	15,8	5,0	2,9
Poniatowski	13,7	7,9	15,8	15,1	18,7	28,1	6,5	16,5	37,4	25,9	8,6	5,0	17,3	26,6	15,1	16,5	11,5	13,7
Chirac	21,6	19,4	18,0	10,8	15,1	15,1	33,1	30,2	10,8	6,5	15,1	4,3	20,1	17,3	9,4	26,6	16,5	10,1
Servan-Schreiber	23,0	16,5	33,8	7,9	4,3	14,4	17,3	15,8	7,9	16,5	29,5	12,9	8,6	17,3	12,2	13,7	23,7	24,5
Mitterrand	15,8	22,3	14,4	20,9	18,0	7,9	5,8	13,7	13,7	23,7	27,3	15,1	7,2	12,9	15,8	12,9	24,5	26,6
Marchais	11,5	28,1	7,2	40,3	5,8	7,2	3,6	5,8	0,7	19,4	12,9	58,3	5,0	20,1	19,4	14,4	18,7	22,3

seu valor simbólico ou em sua configuração visível, fornece a razão da oposição entre o carvalho, material nobre com o qual são feitos os belos móveis e que é o apanágio das velhas residências, e o pinho, madeira de má qualidade, com a qual fazemos os caixões (“cheirar a pinho”), e que é fortemente ligada a Marchais, como o negro² e o corvo, pássaro de mau agouro. Isso significa que a aplicação de esquemas secundários, que o fazem entrar em outras oposições, outras analogias, levará a atribuir ao carvalho (como aos outros objetos) toda uma série de propriedades que estão mais ou menos de acordo com as propriedades fundamentais: raízes gaulesas dos carvalhos druídicos (pensamos em Asterix, associado também a Giscard), em contraposição à palmeira, árvore exótica; solidez imponente e nobre em contraposição ao choupo; simples presença, enfim, em contraposição ao plátano, árvore elevada, de porte majestoso, mas que, sem dúvida porque é associada aos locais públicos, como praças e estradas, é mais comum.

Já que a própria lógica do jogo e dos objetos propostos orientava a busca de associações junto à política, os pesquisados apenas invocaram analogias de aparência física (identificando, por exemplo, Chirac a um choupo, árvore grande, delgada e esguia) quando não tinham nenhum outro meio de escapar a uma escolha aleatória; o mesmo acontecia para as associações puramente verbais, como quando a roleta evoca Marchais por intermédio, sem dúvida, da roleta russa; ou da busca de coerência, tão cara aos psicólogos sociais: é quando nenhuma outra relação direta se impõe que é feita referência às escolhas já efetuadas em uma outra série (por exemplo, branco = Giscard, logo Giscard = lírio) ou no interior da mesma série, certas “escolhas” sendo assim definidas de maneira completamente negativa, por eliminação. Em cada série, as primeiras escolhas, as únicas a serem realmente determinadas (assim, para as cores, a oposição entre o branco e o negro), limitam todas as outras; a escolha, por exemplo, de associar Giscard ao Rolls ou ao carvalho determina a segunda escolha que é muitas vezes uma escolha do segundo (isto é, segundo o caso, Poniatowski ou Chirac, fadados pela posição ao 504 ou ao plátano). Tudo parece indicar que a capacidade de utilizar o conjunto das possibilidades oferecidas cresce com a competência estatutária que permite produzir um grande número de diferenças, isto é, com o nível de instrução e o sexo. Assim, por exemplo, a associação de Giscard com a formiga é mais freqüente entre os homens porque a idéia de tesauroização e de poupança que a formiga evoca – através da oposição à cigarra na fábula de La Fontaine – não se aplica a Giscard, assim como *O ávaro*, que varia segundo a mesma lógica, a não ser que se conheça sua passagem pelo ministério das finanças; do mesmo modo, os homens associam mais freqüentemente que as mulheres o xadrez a Marchais, sem dúvida pela mediação do espaço que ocupa na URSS esse jogo, enquanto as mulheres, que nele vêem, sem dúvida, apenas um “jogo intelectual”, associam-no muito mais fortemente a Giscard; do mesmo modo, é, sem dúvida, porque conhecem melhor a profissão de Mitterrand que os homens o associam muito mais seguidamente à profissão de advogado (é óbvio que essas diferenças se devem também ao fato, que não é independente do precedente, de que os homens, mais politizados, estão mais à esquerda). As mulheres são, assim, mais levadas a se deixar conduzir por analogias com propriedades não políticas da personalidade, como a hexis corporal, notadamente aquelas que a imprensa feminina complacientemente apresenta (por exemplo em Poniatowski, o príncipe vencerá o ministro do interior).

O princípio da coerência das escolhas não está na intenção de coerência, mas na constância com relação a si mesmo de um sistema de esquemas classificatórios que, ainda que funcione de maneira estritamente descontínua, apreende seus objetos de modo objetivamente concreto. É assim, por exemplo, que vemos se desenhar, pouco a pouco, através da série de metáforas, um retrato social sociologicamente coerente de cada uma das "personalidades". Todas as imagens associadas a Servan-Schreiber têm por princípio algo como a idéia de ostentação e de engodo, evocada pelo narciso, flor amarela, próxima do junquilha ou da prímula, e o *canotier*, chapéu de palha (ainda a cor amarela) dos velhos vavelhos de *music-hall*, o laranja e o amarelo – particularmente nomeado pela esquerda, sem dúvida mais sensível, sobretudo na data da pesquisa, às conotações do substantivo ("o amarelo" é aquele que trai seu campo) –, pela cigarra, gastadora e estridente, pelo pôquer e a roleta, jogos de blefe e de impaciência arrivista (eles também são atribuídos a Chirac), por Don Juan e Jackie Kennedy, o desafio americano, ou Brigitte Bardot, beleza espalhafatosa, pelo Porsche, a cama com dossel, o canapé de Knoll, elementos obrigatórios do aparato modernista.³ Estaríamos errados em acreditar que escolhas tão sistemáticas possam se inspirar somente em uma intuição da "personalidade" singular de Jean-Jacques Servan-Schreiber: o que elas visam de fato, muito metodicamente, é o estilo de vida da "nova burguesia", que percebem tão bem tanto as classes dominadas quanto as frações antigas da classe dominante, não isentas dessa leve suspeita de racismo que trai a evocação da palmeira, israelo-árabe, e da cor amarela, ligada também ao estigma racista, a estrela amarela.⁴ O jogo chinês dá uma idéia bastante justa da luta de classes cotidiana que se arma dos quase-conceitos da sociologia espontânea ("ele é pretensioso", "vavelho", etc.), muitas vezes mais próximos da injúria do que do julgamento, para "catalogar", "alfinetar" os adversários, em suma, para encerrá-los em uma essência.⁵

Como a lógica prática à qual obedecem os atos de atribuição procede, sucessivamente, por meio de uma série de ações separadas, e não pode, então, reencontrar suas próprias incoerências, e também como, sem sair dos limites de um sistema determinado de esquemas classificatórios, podemos apreender o mesmo objeto através de esquemas diferentes, logo, fazê-lo entrar em relação com objetos diferentes ou mesmo com o mesmo objeto apreendido sob relações diferentes, todas as significações que os atos individuais de atribuição conferem a um mesmo objeto ou a uma mesma pessoa estão longe de ser sempre perfeitamente coerentes. Assim, não é fácil conciliar o motivo pelo qual Poniatowski, possante, massivo e dedicado, é associado ao boi ou Spanghero (modelo do que os chantres do rúgbi chamam de "atacante por obrigação") e à força submissa que simbolizam ou o motivo pelo qual, ministro do interior, ele evoca o capacete, símbolo da violência repressiva, com todas as propriedades que levariam a pensar em Rolls ou na rainha da Inglaterra.⁶ Dado que as relações observadas são o produto da aplicação de esquemas que, funcionando em estado prático, deixam na indeterminação os traços distintivos que eles localizam e os termos mediadores, jamais levados ao nível do conceito, sobre os quais repousam as atribuições analógicas, cada uma das coisas ou das pessoas postas em jogo se encontra afetada por um conjunto mais ou menos reduzido (mas sempre muito restrito) e mais ou menos coerente de significações desigualmente prováveis. Se deixarmos de lado algumas relações codificadas (ou quase codificadas), como a que se estabelece entre a papoula e Marchais por intermédio do vermelho, símbolo

reconhecido dos partidos revolucionários e que, mesmo nesse caso, impõe-se apenas condicionalmente (visto que alguns dos pesquisados e, sem dúvida, os mais desfavoráveis ao partido comunista, podem escolher o crisântemo, flor mortuária), a concentração em torno de uma significação dominante é tanto mais forte à medida que os diferentes agentes estão mais completamente de acordo a respeito do esquema que utilizam para construir os objetos e as relações que os unem. Assim, a pesquisa que registra atos de doação de sentido produzidos pela utilização de esquemas quase completamente superponíveis e a análise estatística que os agrega reproduzem, por uma espécie de simulação experimental, o processo de produção de *representações coletivas* tais como a reputação de uma pessoa ou a imagem social de uma coisa. Essas representações podem ser o produto da aplicação de um mesmo esquema de percepção ou de um sistema de classificação comum sem cessar, contudo, de ser objeto de usos sociais antagônicos. Se toda apercepção implica uma apreciação, a coincidência dos esquemas de apercepção não implica a coincidência dos esquemas de apreciação; quando agentes que ocupam posições diferentes, até mesmo opostas, no espaço social (ou no espaço político), utilizam os mesmos esquemas classificatórios, eles se opõem quase sempre com relação ao valor que atribuem aos signos assim produzidos. Assim, por exemplo, direita e esquerda, ricos e pobres recorrem igualmente à oposição entre o branco (ou o azul: sangue azul?) e o negro (sem dúvida na falta do vermelho, ausente da lista) para exprimir a oposição entre Giscard ou Poniatowski e Marchais; mas essa oposição recebe valores diametralmente opostos caso seja utilizada pelos partidários de Mitterrand ou pelos partidários de Giscard, os primeiros associando o negro a Poniatowski (e seu capacete) e, secundariamente, a Marchais, os segundos, a Marchais. É a mesma lógica que leva a esquerda a associar o corvo ou o crisântemo a Poniatowski (e, secundariamente, a Chirac e Giscard), enquanto a direita os relaciona a Marchais e, secundariamente, a Mitterrand; ou que inclina os partidários de Giscard a evocar a seu respeito o carvalho, “rei das florestas”, Asterix, “herói bem francês”, o Cid, símbolo de audácia e de honra, ou Michèle Morgan, “ideal feminino”, enquanto que os eleitores de esquerda aproximam Mitterrand dos mesmos objetos; ou que faz com que a direita associe a raposa, símbolo da inteligência pérfida, a Marchais e Mitterrand (aproximados também do *Tartufo*), enquanto que a esquerda a nomeia a respeito de Giscard; ou faz ainda com que, de acordo para encontrar na oposição entre filiação e aliança uma maneira de exprimir a proximidade e a distância sociais ou políticas, os partidários de Giscard classifiquem Giscard ou Chirac entre os filho, irmão ou pai, enviando Marchais ou Mitterrand para o lado dos primo, genro ou sogro, enquanto, inversamente, os partidários de Mitterrand colocam Poniatowski, Chirac (e, secundariamente, Marchais) entre os parentes que preferimos manter à distância e Mitterrand ao lado dos parentes próximos. Isso significa que basta estudar os símbolos ou as palavras comuns em seus usos práticos para descobrir a necessidade de inscrever em sua definição completa a plurivocidade essencial que devem a esses empregos antagônicos. As situações de luta política, das quais esse “jogo de sociedade” representa uma imagem aproximada, lembram – contra aqueles que crêem nas línguas de classe – que as palavras ou os signos podem ser comuns, sem jamais – contra a ilusão do consenso – ser perfeitamente neutros, porque carregam em si a potencialidade dos usos antagônicos aos quais se prestam.

Quando se trata de classificar objetos *socialmente classificados e classificantes*, isto é, desigualmente *distribuídos* entre as classes sociais e, conseqüentemente, desigualmente *atribuídos* às classes sociais nas colocações em relação implícitas ou explícitas, observamos o mesmo acordo sobre a significação associado ao mesmo desacordo sobre o valor das coisas classificadas. É assim que, qualquer que seja sua posição na estrutura das relações de classe (apreendida através da renda)⁷ e sua relação com essa posição (indicada por sua preferência por Giscard ou Mitterrand), os pesquisados estão de acordo ao ver o bridge como um jogo burguês (associando-o a Giscard e, secundariamente, a Poniatowski e a Chirac), deixando o dominó (na falta da *belote*, não prevista nas listas propostas) a Marchais, isto é, ao povo, que ele representa. E eles manifestam o mesmo conhecimento prático da relação que une os bens e as práticas às classes sociais quanto atribuem o esqui (através de Killy) a Giscard e o boxe ou o rúgbi a Marchais; a cartola a Giscard (e, secundariamente, a Poniatowski), o boné, emblema do populacho urbano, a Marchais e a boina, símbolo do popular temperado, camponês e provinciano, a Mitterrand; o Rolls-Royce a Giscard (e, secundariamente, Poniatowski), o 504 aos "tenentes", Poniatowski e Chirac, o Simca 1000 ou o Renault 5 a Mitterrand, o 2 CV a Marchais e, de passagem, o Porsche a Servan-Schreiber, sempre creditado com os símbolos do modernismo um pouco ostentatório;⁸ a poltrona Luís XVI e a escrivaninha Império a Giscard e Poniatowski, a mesa de fazenda a Marchais e Mitterrand e o armário normando a Mitterrand e Marchais (e também Poniatowski, de raízes nobres), e, enfim, a Servan-Schreiber os atributos obrigatórios da nova burguesia, o canapé de Knoll e a cama com dossel; a rainha da Inglaterra, Rolls-Royce da feminilidade, a Poniatowski e a Giscard, o príncipe ocupando pelo menos uma vez o primeiro lugar, Mireille Mathieu, duplamente "povo", por sua hexis e seu repertório, a Marchais e, secundariamente, a Mitterrand, Jackie Kennedy, e, secundariamente, Brigitte Bardot, a Servan-Schreiber. Guiados pelo sentido das realidades sociais que permite apreciar as conveniências e os inconvenientes, compatibilidades e incompatibilidades da lógica social, os pesquisados associam pessoas a objetos, ou pessoas entre si, em conformidade com sua posição nas distribuições, realizando assim casamentos imediatamente percebidos como bastante compatíveis por todos aqueles que possuem o mesmo conhecimento prático das distribuições.

De fato, as divergências políticas dizem respeito ao *reconhecimento*, não ao conhecimento (prático) das estruturas objetivas. Os melhores colocados nas distribuições (isto é, os detentores das rendas mais elevadas) são também os mais inclinados a *reconhecê-las* como bem fundadas quando concordam em atribuir aos dominantes, na pessoa de Giscard, os atributos que eles têm todas as chances de possuir, isto é, os mais raros e os mais valorizados, bridge e cartola, Rolls e 504, esqui (Killy) e poltrona Luís XVI, e quando destinam aos dominados, através de Marchais, os mais comuns e os menos rebuscados, como o boné ou o 2 CV, a mesa de fazenda ou Mireille Mathieu. Ao contrário, a parte daqueles que, invertendo a hierarquia das atribuições, acumulam Giscard, Chirac ou Poniatowski com os atributos mais tipicamente populares, logo, os mais dessacralizantes, como o boné, o 2 CV ou o dominó, ou que, inversamente, emprestam a Marchais as práticas mais tipicamente burguesas, como o bridge ou o Rolls, cresce muito fortemente quando descemos nas hierarquias reais. Tal é o dilema diante do qual são colocados os dominados, e que será reencontrado, talvez em um grau de intensidade superior, na presença de duplas

	Árvores						Jogos					
	Carvalho	Palmeira	Choupo	Plátano	Caníço	Pinho	Bridge	Dominó	Xadrez	Monopólio	Póquer	Roleta
Renda < 2 499 F												
Giscard d'Estaing	33,3	18,2	10,6	9,1	22,7	6,7	33,3	7,6	19,7	21,2	13,6	4,5
Poniatowski	21,2	22,7	10,6	19,7	7,6	18,2	19,7	25,8	10,6	7,6	16,7	19,7
Chirac	10,6	21,2	21,2	18,2	15,2	13,6	12,1	21,2	13,6	27,3	10,6	15,2
Servan-Schreiber	4,5	9,1	21,2	22,7	27,3	15,2	9,1	10,6	19,7	9,1	19,7	31,8
Mitterrand	18,2	9,1	25,8	13,6	10,6	22,7	13,6	9,1	13,6	24,2	24,2	15,2
Marchais	12,1	19,7	10,6	16,7	16,7	24,2	12,1	25,8	22,7	10,6	15,2	13,6
2 500 a 6 499 F												
Giscard d'Estaing	30,6	12,4	20,2	6,7	18,1	11,9	38,3	6,7	20,7	13,0	13,0	7,3
Poniatowski	19,2	16,6	13,5	23,8	8,3	18,1	14,5	22,3	13,5	18,7	14,0	17,1
Chirac	10,9	18,7	20,7	20,7	12,4	15,5	14,5	19,7	11,9	20,2	22,3	10,4
Servan-Schreiber	5,7	24,9	18,7	13,0	23,8	14,0	11,4	15,5	13,0	15,5	20,7	23,3
Mitterrand	17,6	18,7	11,4	16,1	20,2	15,5	14,5	14,5	19,7	16,6	16,1	19,2
Marchais	15,5	8,3	15,0	19,2	16,6	24,4	6,7	20,7	21,2	15,5	13,5	22,3
6 500 F ou mais												
Giscard d'Estaing	27,8	14,8	27,8	13,0	11,1	5,6	44,4	1,9	35,2	14,8	3,7	
Poniatowski	35,2	18,5	11,1	18,5	1,9	14,8	13,0	18,5	18,5	18,5	14,8	16,7
Chirac	9,3	13,0	22,2	24,1	9,3	22,2	18,5	7,4	7,4	29,6	16,7	20,4
Servan-Schreiber	3,7	24,1	13,0	13,0	33,3	13,0	5,6	25,9	9,3	18,5	14,8	25,9
Mitterrand	9,3	14,8	11,1	16,7	31,5	16,7	16,7	22,2	11,1	11,1	20,4	18,5
Marchais	14,8	14,8	14,8	14,8	13,0	27,8	1,9	24,1	28,5	7,4	29,6	18,5

	Chapéus						Móveis					
	Boina basca	Chapéu de palha	Capacete	Boné	Chapéu de feltro	Cartola	Armário normando	Escrivaninha Império	Canapé Knoll	Poitrna Luis XVI	Cama com dossel	Mesa de fazenda
Renda < 2 499 F												
Giscard d'Estaing	10,6	9,1	12,1	15,2	15,2	37,9	10,6	31,8	4,5	33,3	6,1	13,6
Poniatowski	6,1	13,6	33,3	7,6	13,6	25,8	16,7	16,7	10,6	15,2	24,2	16,7
Chirac	15,2	27,3	15,2	12,4	16,7	13,6	15,2	15,2	21,2	21,2	15,2	12,1
Servan-Schreiber	13,6	22,7	16,7	15,2	16,7	15,2	15,2	9,1	33,3	10,6	24,2	7,6
Mitterrand	34,8	19,7	4,5	15,2	22,7	3,0	28,8	16,7	19,7	10,6	6,1	18,2
Marchais	19,7	7,6	18,2	34,8	15,2	4,5	13,6	10,6	10,6	9,1	24,2	31,8
2 500 a 6 499 F												
Giscard d'Estaing	10,4	15,5	7,8	10,9	7,8	47,2	5,7	32,6	6,7	34,7	15,0	4,7
Poniatowski	8,8	16,1	42,5	4,7	13,5	15,0	27,5	19,7	11,9	17,1	12,4	10,9
Chirac	12,4	18,7	14,5	8,8	30,1	14,0	12,4	17,6	21,8	16,1	22,8	8,3
Servan-Schreiber	11,9	29,0	10,4	11,4	22,3	14,5	11,4	11,4	30,6	11,9	28,0	6,2
Mitterrand	39,9	16,1	7,8	17,1	13,5	5,7	22,3	11,9	15,5	13,0	12,4	24,4
Marchais	16,1	4,7	16,6	47,2	12,4	3,1	20,7	6,2	13,0	6,7	8,8	45,1
6 500 F ou mais												
Giscard d'Estaing	11,1	16,7	3,7	3,7	13,0	51,9	9,3	38,9	3,7	35,2	13,0	
Poniatowski	9,3	11,1	42,6	3,7	14,8	18,5	29,6	21,2	3,7	14,8	22,2	7,4
Chirac	13,0	24,1	27,8	9,3	14,8	11,1	13,0	24,1	24,1	22,2	9,3	7,4
Servan-Schreiber	13,0	38,9	5,6	5,6	31,5	5,6	7,4	9,3	37,0	9,3	29,6	7,4
Mitterrand	46,3	5,6	7,4	13,0	18,5	9,3	22,2	3,7	16,7	14,8	14,8	27,8
Marchais	7,4	3,7	13,0	64,8	7,4	3,7	18,5	1,9	14,8	3,7	11,1	50,0

de adjetivos como baixo e elevado, desajeitado e hábil, trabalhoso e fácil, pesado e leve, grosso e fino, grosseiro e polido, comum e distinto, instrumentos ordinários do julgamento de classe: ou admitir seu reconhecimento da hierarquia estabelecida, concedendo os atributos dos dominantes e, em particular, as posições dominantes, aos porta-vozes dos dominantes (e os atribuem a eles muito mais freqüentemente, mesmo quando se declaram partidários da mudança, do que os partidários declarados da conservação da ordem estabelecida os atribuem aos porta-vozes da mudança) e manifestar o quão difícil é dissociar o reconhecimento da ordem estabelecida do reconhecimento das hierarquias que ela implica (ao colocar Giscard entre os “bons” parentes, pai, irmão, filho, ou ao identificá-lo a um carvalho – associação cuja freqüência cresce quando descemos na hierarquia social); ou, então, admitir seu reconhecimento dos princípios de hierarquização em vigor ao inverter simplesmente a distribuição dos porta-vozes da mudança e dos porta-vozes da conservação em função de seus princípios. Não é necessário reconhecer ainda a imagem desvalorizada das profissões dominadas (como aquelas de cabeleireiro ou de zelador) para sonhar *rebaixar* os dominantes ao impô-las a eles com uma intenção de revanche simbólica?⁹ A simetria, em todo caso, é apenas aparente entre a intenção de transformar em um cabeleireiro ou em um zelador Poniatoski, Chirac ou, não sem hesitação, Giscard, e essa espécie de restabelecimento da ordem que propõem os partidários da ordem estabelecida ao destinar a Mitterrand ou a Marchais – e muito particularmente a esse último, com seu ar “pretensioso” de porta-voz imodesto da “gente modesta” –, os lugares que lhes convêm por natureza.

Introdução

¹ P. Bourdieu et al., *Un art moyen, essai sur les usages sociaux de la photographie*, Paris, 1965; P. Bourdieu e A. Darbel, *L'Amour de l'art, les musées et leur public*, Paris, 1966. [cf. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. 2. ed. Porto Alegre, Zouk; São Paulo, Edusp, 2007].

² E. Panofsky, "Iconography and Iconology: An Introduction to the Study of Renaissance Art", in *Meaning in the Visual Arts*, Nova York, Doubleday and Co, 1955, p. 28

³ cf. M. Baxandall, *Painting and Experience in Fifteenth Century Italy, A Primer in the Social History of Pictorial Style*, Oxford, Oxford University Press, 1972.

⁴ cf. P. Bourdieu, "Le marché des biens symboliques", in *L'Année sociologique*, vol. 22, 1971, p. 49-126; "Éléments d'une théorie sociologique de la perception artistique", in *Revue internationale des sciences sociales*, XX, 4, 1968, p. 640-664.

⁵ O. Merlin, "Mlle Thibon dans sa vision de Marguerite", in *Le Monde*, 09/02/1965.

⁶ F. Chenique, "Hair est-il immoral?", in *Le Monde*, 28/01/1970.

Capítulo 1.

¹ As análises apresentadas aqui baseiam-se em uma pesquisa, por questionário, empreendida em 1963 e em 1967-1968, a partir de uma amostra de 1.217 pessoas. No Anexo I (*Algumas reflexões sobre o método*), encontram-se todas as informações relativas à estrutura da amostra, ao questionário e às principais operações da análise.

² Ao enumerar uma lista de dezesseis obras musicais, o entrevistador solicitava a indicação do nome do compositor de cada uma dessas obras (cf. questionário, in Anexo I, *Algumas reflexões sobre o método*).

³ A mais perfeita manifestação deste efeito na ordem da música legítima é o destino do "famoso *Adagio*" (conforme expressão utilizada nas capas de disco) de Albinoni ou de um grande número de obras de Vivaldi que, em menos de vinte anos, passaram do estatuto prestigioso de descobertas de musicólogo para o estado de trechos repetidos, a toda a hora, pelas estações de rádio populares e pelos toca-discos dos pequeno-burgueses.

⁴ De fato, o peso dos fatores secundários, ou seja, estrutura do capital, volume do capital cultural herdado (ou trajetória social), idade ou moradia, varia segundo as obras. Assim, quando se avança em direção a obras menos legítimas (no momento considerado), observa-se o aumento do peso de fatores, tais como, a idade; no caso da *Rhapsody in Blue* ou da *Rapsódia húngara*, a relação é mais estreita com a idade, e não tanto com o diploma, a categoria socioprofissional do pai, o sexo ou a moradia.

⁵ Os três perfis adotados aqui são perfeitamente típicos daqueles que podem ser obtidos na representação gráfica da distribuição de um conjunto de escolhas características das diferentes frações (hierarquizadas, no interior de cada classe, segundo o capital escolar): o primeiro (*Cravo bem temperado*) encontra-se no caso de todos os autores ou obras nomeados mais acima, assim como para a leitura de ensaios filosóficos e a frequência dos museus, etc.; o segundo (*Rhapsody in blue*) caracteriza, além das obras ou autores citados no texto (e o *Crepúsculo dos deuses*), a prática da fotografia, um lar confortável e íntimo, etc.; finalmente, o terceiro vale também para as histórias sentimentais e para um lar limpo e asseado, etc.

⁶ A oposição constatada no nível das propriedades de distribuição é, quase sempre, homóloga à oposição registrada no nível das características propriamente estilísticas. Se é isso o que se passa é porque a homologia entre a posição dos produtores (e das obras) no campo da produção e a posição dos consumidores no espaço social (ou seja, na estrutura das classes em seu conjunto ou na estrutura da classe dominante) parece ser o caso mais frequente e, para resumir, o apreciador de Mallarmé está

fadado a ter, relativamente ao apreciador de Zola, uma relação semelhante à que Mallarmé teria com Zola: se as diferenças entre as obras estão predispostas a exprimir as diferenças entre os autores é porque, por um lado, elas trazem a marca, tanto em seu estilo, quanto em seu conteúdo, das disposições socialmente constituídas de seus autores (ou seja, de suas origens sociais retraduzidas em função das posições no campo de produção, cuja determinação contou com a importante contribuição de tais disposições); é também porque elas permanecem marcadas pela significação social recebida de sua oposição e da oposição de seus autores no campo da produção (por exemplo, esquerda/direita, claro/escuro, etc.) e que havia sido veiculada pela tradição universitária.

⁷ Será necessário dizer, uma vez mais, que as aparências referem-se sempre à aparência e que a ciência – esta só pode encontrar as diferenças entre as classes sociais com a condição de introduzi-los na hora – está levada a parecer suspeita de preconceito para quem os faz desaparecer, com toda a inocência e impecabilidade, pelo simples fato de abandonar-se à *displícência positivista*?

⁸ G. Bachelard, *Le rationalisme appliqué*, Paris, PUF, 1949, p. 106.

⁹ O sistema escolar define a cultura “livre”, pelo menos, negativamente ao circunscrever no interior da cultura dominante o campo do que inscreve em seus programas e controla por seus exames. Sabe-se, por um lado, que um objeto cultural será tanto mais “escolar” quanto mais baixo (o limite do “escolar” é o “primário”) for o nível do *cursus** em que tal objeto é ensinado e exigido; e, por outro, que a instituição escolar atribui um apreço cada vez mais elevado à cultura “livre” e recusa de modo cada vez mais forte as medidas mais “escolares” da cultura (como a interrogação direta e fechada sobre autores, datas e acontecimentos) à medida que se avança em direção a ordens de ensino mais elevadas.

¹⁰ As mais fortes resistências à pesquisa foram manifestadas pelos detentores de diplomas de mais elevada qualificação; deste modo, eles fazem lembrar que, sendo cultos *por definição*, não têm de ser interrogados sobre seus conhecimentos, mas sobre suas *preferências* (já é conhecida a complacência demonstrada pelos escritores e artistas ao responderem a “pesquisas literárias”, homenagens à universalidade de seu “gênio” de “criadores” e “descobridores”).

¹¹ Este essencialismo – que pode permanecer tácito enquanto se mantiver inalterada a crença que serve de fundamento ao valor social do título – tem acesso necessariamente à expressão, pelo menos, sob a forma invertida do racismo, quando o capital é ameaçado (por exemplo, nas aristocracias do título nobiliárquico ou escolar em declínio).

¹² Este efeito é um dos mecanismos pelos quais, nas conjunturas de crise, os mais privilegiados, que permanecem os mais ligados ao estado antigo do sistema, são os mais lentos a compreender a necessidade de mudar de estratégia e se tornam as vítimas de seu próprio privilégio (é o caso, por exemplo, dos nobres arruinados que não abrem mão de seus títulos, ou dos herdeiros de grandes famílias rurais que preferem o celibato ao casamento com alguém de condição inferior). Do mesmo modo, poderíamos mostrar que a moral contida em “noblesse oblige”, encontrada em determinadas frações da classe dos camponeses e do artesanato tradicional, contribui de modo não desprezível para a auto-exploração característica destas classes.

¹³ O questionário visava avaliar, precisamente, esta cultura legítima ou em vias de legitimação como controle prático e erudito dos instrumentos de apropriação simbólica das obras legítimas ou em vias de legitimação que caracteriza, propriamente falando, o “homem culto” em sua definição dominante, em determinado momento.

¹⁴ É, também, ao efeito de atribuição estatutária que são imputáveis, em grande parte, as diferenças entre os sexos que se observam (sobretudo, nas classes populares e médias) em todos os campos que, estatutariamente, são atribuídos aos homens, tais como a cultura legítima (e, de modo muito especial, às regiões mais tipicamente masculinas desta cultura, tais como a história ou a ciência) e, sobretudo, a política.

¹⁵ Entre as “vantagens” proporcionadas por um forte capital escolar na competição intelectual ou científica, uma das mais evidentes é a elevada auto-estima e a alta ambição que podem manifestar-se na amplitude dos problemas abordados (por exemplo, mais “teóricos”), na elevação do estilo utilizado, etc. (cf. P. Bourdieu, “Le champ scientifique”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2-3, 1976, p. 88-104).

* Palavra latina que, segundo o autor, designa o percurso – mais ou menos longo, neste ou naquele ramo de ensino, neste ou naquele estabelecimento – efetuado pelo aluno no decorrer de sua carreira escolar. (N.T.)

¹⁶ cf. Centre d'études des supports de publicité, *Étude sur l'audience du cinéma*, Paris, 1975, XVI, 100 p.; F.C. XIII bis (as iniciais F.C. [Fontes complementares], seguidas por um número romano, remetem à lista das fontes estatísticas complementares – cf. mais abaixo, Anexo 2).

¹⁷ Para explicar que, em nível igual, o conhecimento do nome dos diretores de filmes é nitidamente mais forte em Paris que em Lille, além de que a diferença entre parisienses e interioranos é tanto maior quanto maior é o distanciamento em relação aos campos mais escolares e mais legítimos, convém, sem dúvida, invocar os incessantes fortalecimentos que a disposição culta pode encontrar em tudo o que é designado como “atmosfera cultural”, ou seja, nos incentivos exercidos por um grupo de pares; de fato, sua composição social e seu nível cultural, portanto, suas disposições culturais, assim como, inseparavelmente, a oferta cultural mais ou menos intensa e diversificada definem-se, em grande parte, pela localização da residência.

¹⁸ Entre aqueles que assistiram, pelo menos, a quatro dos filmes propostos, 45% dos que tinham apenas o ensino primário conseguem citar o nome de quatro atores contra 35% dos que tinham seguido os estudos secundários e 47% dos que haviam cursado o ensino superior. Entre os empregados de escritório é que culmina o interesse pelos atores: em média, citam 2,8 atores contra um só diretor de filmes, ao passo que os artesãos e os pequenos comerciantes, os operários qualificados e contramestres limitam-se a citar, em média, 0,8 ator e 0,3 diretor de filmes (as secretárias e os quadros médios do comércio que conhecem também um grande número de atores – em média, 2,4 – interessam-se, sobretudo, pelos diretores de filmes – em média, 1,4 –, os membros dos serviços médico-sociais citam, até mesmo, um pouco mais de diretores de filmes – 1,7 – que atores – 1,4). Produto de uma disposição semelhante ao interesse pelos atores, a leitura dos semanários sensacionalistas que fornecem informações sobre a vida das vedetes é mais freqüente entre as mulheres que entre os homens (nos oito dias anteriores à pesquisa, 10,8% haviam lido *Ici Paris* contra 9,3% de homens), entre os operários qualificados e contramestres (14,5%), os operários sem qualificação (13,6%) ou os empregados (10,3%) que entre os quadros médios (8,6%) e, sobretudo, os quadros superiores ou os membros das profissões liberais (3,8%). cf. Centre d'études des supports de publicité, *Onzième étude sur les lecteurs de la presse*, 1975, 1ª parte, p. 242.

¹⁹ No interior da pequena burguesia possuidora de capital cultural é que podem ser encontrados “cinéfilos” apaixonados, cujo conhecimento do nome dos diretores de filmes e dos atores estende-se para além da experiência direta dos filmes correspondentes: 31% dos empregados de escritório citam o nome de atores de filmes não assistidos por eles, 32% dos membros dos serviços médico-sociais indicam os nomes dos diretores de filmes a que não tinham tido a oportunidade de assistir (o nome de atores de filmes não assistidos não é citado por artesãos ou pequenos comerciantes; e tal menção é feita somente por 7% dos operários qualificados ou contramestres).

²⁰ E. Panofsky, *Meaning in the Visual Arts*, Nova York, Doubleday Anchor Books, 1955, p. 12.

²¹ *Id.*, *ibid.*, p. 13.

²² Para uma análise mais aprofundada do que opõe a disposição propriamente estética a uma disposição “prática”, assim como da gênese coletiva e individual desta disposição “pura” que a amnésia da gênese leva a constituir como “natureza”, ver P. Bourdieu, “Disposition esthétique et compétence artistique”, in *Les temps modernes*, 1971, 295, p. 1345-1378 e P. Bourdieu, “L'invention de la vie d'artiste”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1975, 2, p. 67-93. Para uma análise da *illusio* e da *collusio* que a produz, ver P. Bourdieu, “La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1977, 13, p. 3-43. [cf. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3. ed. Porto Alegre, Zouk, 2006. p. 17-111].

²³ J. Ortega y Gasset, *La deshumanización del arte y otros ensayos de estética*, 11ª ed., Madri, Revista de occidente, 1976 (1ª ed., 1925), p. 15-17.

²⁴ Suzanne K. Langer, “On Significance in Music”, in *Aesthetic and the Arts*, ed. por Lee A. Jacobus, Mc Graw-Hill Book Cy, Nova York, 1968, p. 182-212 (p. cit. 183). Reconhece-se o tema kantiano – eternamente reinventado sem qualquer referência consciente a Kant – da antinomia entre o prazer puro e o prazer dos sentidos que será analisada mais adiante.

²⁵ J. Ortega y Gasset, *op. cit.*, p. 18-19.

²⁶ A preocupação de distinção manifestada pelo espectador “culto” encontra-se com a preocupação que anima o artista (e, cada vez mais fortemente, à medida que o campo de produção se torna mais autônomo) de afirmar sua autonomia em relação às demandas externas (cujas formas mais visíveis são a encomenda) e de privilegiar a *forma*, sob seu total controle, relativamente à função, o que o leva, com a arte pela arte como arte para os artistas, a uma arte de forma pura.

²⁷ Diferentes pesquisas confirmam esta hostilidade a qualquer espécie de experimentação pura. Um estudo registra a confusão dos telespectadores diante de *Les Perses*, espetáculo estilizado e difícil de acompanhar por ser desprovido de diálogos e de uma trama visível (*Les Téléspectateurs en 1967*, Rapport des études de marché de l'Office de radiodiffusion-télévision française, 1, p. 69 ss.). Um outro – ao comparar as reações diante de dois espetáculos: “Gala do UNICEF” de estilo clássico e “Allegro” menos tradicional – estabelece que o público popular considera a experimentação no registro de imagens e na estilização do cenário como um empobrecimento da realidade e, muitas vezes, percebe as filmagens em superexposição como se tratasse de defeitos técnicos; pelo contrário, ele aplaude o que designa como “ambiência”, ou seja, certa qualidade das relações entabuladas entre o público e os artistas, deplorando a ausência de animador como se tratasse de uma falta de “calor” (*id., ibid.*, p. 78).

²⁸ Se o grande estabelecimento comercial é a galeria do pobre não é somente pelo fato de oferecer objetos pertencentes ao mundo familiar, cujo uso é conhecido, e que poderiam inserir-se no cenário cotidiano, sendo nomeados e julgados com termos utilizados no dia-a-dia (quente ou frio, simples ou afetado, vistoso ou sóbrio, abastado ou pobre, etc.), mas também e, sobretudo, porque as pessoas não se sentem aí enquadradas por normas transcendentais, ou seja, pelas regras do saber-viver de uma classe reputada superior, e porque se consideram autorizadas a julgar com toda a liberdade, em nome da arbitrariedade legítima dos gostos e das cores.

²⁹ Garat, in *Mémoire sur M. Suard*, diz-nos que o *Discours sur le rétablissement des lettres et des arts* de Jean-Jacques Rousseau suscitou “uma espécie de terror” em um público que, habitualmente, não leva nada a sério.

³⁰ V. Woolf, “Mr Bennet and Mrs Brown”, in M. Schorer, J. Miles and G. McKenzie (eds.), *Criticism: The Foundations of Modern Literary Judgement*, ed. rev., Nova York, Harcourt, Brace and Co, 1948, p. 70.

³¹ A capacidade para designar objetos quaisquer como suscetíveis de serem transfigurados pelo ato da promoção artística, operada pela fotografia que é o mais acessível dos instrumentos da produção artística, varia completamente à semelhança do que se passa com o conhecimento do nome dos diretores de filmes. Eis o que é compreensível já que, nos dois casos, trata-se de uma medida relativamente escolar aplicada a uma competência mais afastada da instituição escolar do que aquela utilizada para exprimir preferências em matéria de música ou pintura.

³² Aplicada unicamente aos julgamentos sobre os objetos fotografáveis, a análise fatorial opõe, no interior de cada classe, as frações mais ricas em capital cultural e as menos ricas em capital econômico às frações mais ricas em capital econômico e as menos ricas em capital cultural. Ou seja, na classe dominante, os professores do ensino superior e os produtores artísticos (e, secundariamente, os professores de ensino secundário e as profissões liberais) aos empresários de comércio e aos industriais, os quadros do privado e os engenheiros que ocupam uma posição intermediária; e, na pequena burguesia, os intermediários culturais, nitidamente separados das frações mais próximas, ou seja, professores primários, serviços médicos, artesãos de arte, aos pequenos comerciantes ou artesãos e aos empregados de escritório.

³³ Se a parcela dos indivíduos que afirmam ser possível tirar uma bela fotografia com uma primeira comunhão, decrescente até o nível de *licence*, volta a subir ao nível mais elevado é porque uma fração relativamente importante dos detentores dos diplomas mais raros afirma sua disposição estética ao declarar que todas as coisas podem tornar-se objeto de uma percepção artística: assim, na classe dominante, a parcela daqueles que julgam ser possível tirar uma bela foto com um pôr-do-sol, atinge seu ponto mais elevado no nível escolar inferior, decresce quando se avança em direção aos níveis intermediários (início de estudos superiores ou *petite école*) para crescer fortemente, de novo, quando se avança em direção àqueles que haviam cursado um ensino superior longo e que tendem a julgar que todos os objetos podem ser matéria para uma bela fotografia.

³⁴ A repulsa das mulheres exprime-se tanto mais abertamente, em detrimento da neutralização estética, quanto mais ampliada é sua submissão ao modelo tradicional da divisão do trabalho entre os sexos, e quanto, dito em outras palavras, mais reduzido é seu capital cultural e mais baixa é sua posição na hierarquia social. As mulheres da nova pequena burguesia que, no conjunto, conformam-se muito mais que os homens de sua categoria às considerações afetivas (ao passo que, em proporção semelhante à dos homens, elas afirmam que as couves podem tornar-se objeto de uma bela foto), são menos numerosas, para admitir que a fotografia de uma mulher grávida só possa ser feia, do que as mulheres de qualquer outra categoria (em 31,5% dos casos contra 70% das mulheres de industriais e de grandes comerciantes, 69,5% das mulheres de artesãos e comerciantes, 47,5% das mulheres de operários, empregados ou quadros médios). Com este procedimento, elas manifestam inseparavelmente sua pretensão estética e sua vontade de mostrar-se “liberadas” dos tabus éticos impostos à sua condição feminina.

³⁵ Sobre a “estética” popular, convém não esquecer que se trata de uma “estética” *dominada* que, incessantemente, é obrigada a definir-se em relação às estéticas dominantes. Como não podem ignorar a estética erudita que recusa sua “estética”, nem renunciar a suas inclinações socialmente condicionadas e, tampouco, defendê-las em público e legitimá-las, os membros das classes populares (e, sobretudo, as mulheres) mantêm, muitas vezes, uma relação ambivalente com as normas estéticas. Eis o que se verifica quando alguns operários atribuem às fotografias “puras” um reconhecimento puramente verbal (esse é, também, o caso de muitos pequeno-burgueses e, até mesmo, de numerosos burgueses que, por exemplo, em matéria de pintura, distinguem-se, sobretudo, das classes populares no sentido em que sabem o que convém fazer ou dizer ou, ainda melhor, *não dizer*): “Isso é lindo, mas não me passaria pela cabeça pegar uma coisa dessas”, “Com certeza, isso é muito lindo para quem possa apreciar, mas não é o meu caso”.

³⁶ Os documentos que servem de base a estas análises encontram-se in P. Bourdieu *et al.*, *Un art moyen*, p. 113-134.

³⁷ E. Kant, *Critique du jugement*, Paris, Vrin, 1946, p. 56

³⁸ Às confissões pelas quais os operários diante dos quadros modernos denunciam sua exclusão (“Não compreendo o que isso quer dizer” ou “isso me agrada, mas não compreendo nada”), opõe-se o silêncio entendido dos burgueses que, passando pela mesma confusão, sabem, no mínimo, que convém recusar – e, de qualquer modo, calar – a expectativa ingênua de expressão que denuncia a preocupação de “compreender” (a “música de programa” e os títulos atribuídos a tão grande número de sonatas, concertos ou sinfonias são suficientes para manifestar que esta expectativa não é exclusivamente popular).

³⁹ E. H. Gombrich, *Meditations on a Hobby Horse*, London, Phaidon Press, 1963, p. 104.

⁴⁰ Este aspecto serve, em parte, de fundamento para a representação populista do proletário como “em si” opaco, denso e rígido, antítese perfeita do intelectual ou do esteta, “para si” transparente a si mesmo, e inconsistente.

⁴¹ Ao exprimir-se, o interesse pela forma encontra ainda seu fundamento nos esquemas do *ethos*: ele só adquirirá seu verdadeiro sentido se for relacionado com seu verdadeiro princípio; assim, a inspiração que o leva a tomar gosto pelo trabalho caprichado remete a disposições semelhantes às que são utilizadas na hipercorreção da linguagem, na correção estrita do vestuário ou na sobriedade do lar.

⁴² A postura que, a um só tempo, inclui boa vontade e insegurança, características da pequena burguesia ascendente, exprime-se na escolha refúgio que consiste em dizer que é possível tirar uma fotografia “interessante” – por oposição à fotografia considerada bela, feia ou insignificante – com os objetos propostos: assim, 40% dos empregados e quadros médios estimam que se pode tirar, com uma serpente, uma foto interessante (contra 25,5% dos membros da nova pequena burguesia levados a julgar que, de preferência, essa foto é bela).

⁴³ As variações da atitude em relação a um objeto bastante semelhante, ou seja, armação metálica, fornecem uma prova em números: a parcela dos indivíduos que estimam possível tirar uma bela foto de uma armação metálica é de 6% entre os operários e o pessoal de serviço; 9% entre os artesãos e pequenos comerciantes; 9,5% entre os empregados e quadros médios administrativos; 22% dos membros da nova pequena burguesia; 24% entre os professores primários e técnicos; 24,5% na classe dominante; e 50% unicamente entre os professores. (Tudo permite supor que as reações suscitadas pela arquitetura de Beaubourg obedeceriam ao mesmo princípio).

⁴⁴ Eis o que se observa, com toda a evidência, na literatura ou no teatro (por exemplo, com a “nouvelle vague” norte-americana da década de 60).

⁴⁵ Teria sido possível, também, invocar Dickens.

⁴⁶ P. J. Proudhon, *Contradictions économiques*, Paris, Rivière, 1939, p. 226 (grifo meu).

⁴⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 71 (grifo meu).

⁴⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 166.

⁴⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 271.

⁵⁰ P. J. Proudhon, *Du principe de l'art et de sa destination sociale*, Paris, Rivière, 1939, p. 49.

⁵¹ P. J. Proudhon, *Contradictions économiques*, *op. cit.*, p. 256. Seria impossível compreender completamente a adesão às teses de Jdanov, muito próximo de Proudhon em vários aspectos, sem levar em consideração as concordâncias entre sua estética e o *ethos* popular ou pequeno-burguês de uma fração dos dirigentes do Partido Comunista.

⁵² E. H. Gombrich, *L'Art et l'illusion*, trad. de G. Durand, Paris, Gallimard, 1971, p. 456.

⁵³ P. Bénichou, *Le Sacre de l'écrivain, 1750-1830*, Paris, José Corti, 1973, p. 212.

⁵⁴ Para uma crítica semelhante da aplicação aos pintores românticos alemães de uma oposição vazia (entre *soft focus* e *hard focus*), ver E. H. Gombrich, *In search of Cultural History*, Oxford, Clarendon Press, 1969, p. 33.

⁵⁵ M. Proust, *Pastiches et mélanges*, Paris, Gallimard, 1947, p. 173. Modo de pensamento circular, a analogia permite dar a volta do campo da arte e do luxo *sem nunca sair do assunto*. É possível falar do vinho de *Château Margaux* com as palavras utilizadas para descrever o *château* que lhe dá o nome, assim como, alhures, é possível evocar Proust a propósito de Monet ou de Franck, o que é uma boa maneira de evitar a abordagem de qualquer um desses temas: “A mansão assemelha-se ao vinho produzido em seu vinhedo. Nobre, austera e, até mesmo, um tanto solene... *Château Margaux* tem o aspecto de um templo antigo dedicado ao culto do vinho (...). Em Margaux, vinhedo ou mansão, as florituras são despropositadas. Mas, do mesmo modo que o vinho espera ser servido para desenvolver seus encantos, a mansão espera ser visitada para revelar os seus. As mesmas palavras são utilizadas nos dois casos: elegância, distinção, serenidade, além da satisfação sutil proporcionada por algo que, há várias gerações, tem sido objeto dos cuidados mais atenciosos, digamos a palavra: mais afetuosos. Durante séculos, o vinho amadureceu e a mansão tem sido habitada: Margaux, seja pelo vinho ou pelo *château*, é o produto de dois itens que, também, se tornaram raros: a *austeridade* e o *tempo*”, Eveline Schlumberger, “Le charme enivrant de Château-Margaux” [O encanto inebriante de Château-Margaux], in *Connaissance des arts*, nov. 1973, p. 101-105.

⁵⁶ Basta lembrar aqui a análise das relações entre a condição escolar (universo separado, trabalhos que têm em si mesmos sua finalidade – por exemplo, exercícios –, etc.) e a relação com a linguagem exigida em todas as situações “oficiais” (cf. P. Bourdieu, “Les doxosophes” in *Minuit*, 1973, p. 26-45; e P. Bourdieu, com L. Boltanski, “Le fétichisme de la langue”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 4, juil 1975, p. 2-32).

⁵⁷ Todos os tratados da idade clássica estabelecem, explicitamente, o vínculo entre a abundância e a elegância do estilo, por um lado, e, por outro, a abundância e a elegância do estilo de vida. Basta pensar, por exemplo, na doutrina da *sprezzatura* – a displicência – que, segundo Baldassare Castiglione, é o traço distintivo do homem perfeito da corte e do artista perfeito.

⁵⁸ Entre inúmeros exemplos, estas duas citações paradigmáticas que utilizam, explicitamente, o esquema “eis algo diferente de...”: “*La fiancée du pirate* é um dos raríssimos filmes franceses *verdadeiramente* satíricos, *verdadeiramente* divertidos, porque não recorre à comicidade cuidadosamente neutralizada e prudentemente inofensiva, presente em *La Grande Vadrouille* e *Petit Baigneur* (...). Trata-se, finalmente, de algo diferente da sinistra brincadeira fabricada pelos tarefeiros da diversão de bulevar” (J.-L. Bory, in *Le Nouvel Observateur*, nº 265, 8-14 déc. 1969, grifos meus). “Nem que seja por distanciamento, por diferenciação, no mínimo, eis uma tentativa de apresentar a modernidade pictórica com um *texto diferente* das lengalengas produzidas por *certa crítica* de arte. *Entre* a afasia tagarela, a cópia textual dos quadros, os arrobos agradecidos e as obras especializadas de estética, talvez, *marcar* algumas escaramuças ou ancoragens do trabalho conceitual, teórico, com produções plásticas contemporâneas” (G. Gassiot-Talabot et al., *Figurations 1960/1973*, Paris, Union générale des éditions, col. 10-18, 1973, p. 7).

⁵⁹ Inscrita na própria lógica da constituição do gosto e de sua mudança, esta negatividade essencial explica que, segundo a observação de Gombrich, “a terminologia da história da arte comporta um tão grande número de palavras que exprimem o princípio de exclusão”: “Numerosos movimentos artísticos erigem um novo tabu, um novo princípio negativo, como o banimento de todos os elementos ‘anedóticos’ nos impressionistas. Os *slogans* e as senhas de cunho positivo que lemos nos manifestos, passados ou presentes, dos artistas ou dos críticos são, habitualmente, muito menos bem definidos” (E. H. Gombrich, *Norm and Form, Studies in the Art of the Renaissance*, London, New York, Phaidon, 1966, p. 89).

⁶⁰ Eis o que se observa perfeitamente no caso do teatro que, de maneira mais direta e aberta, tem a ver com os princípios implícitos ou explícitos da arte de viver e que, sobretudo no caso da comédia, pressupõe uma comunidade de valores ou interesses ou, ainda melhor, uma cumplicidade e convivência baseadas na adesão imediata às mesmas evidências, as da *doxa*, ou seja, conjunto das opiniões assumidas sobre o modo da crença pré-reflexiva (assim, explica-se que a diferenciação das instituições de difusão – e dos produtos que elas oferecem – seja mais marcante em matéria de teatro do que em qualquer outra arte).

⁶¹ Para a análise da arte pela arte como expressão do estilo de vida de artista, cf. P. Bourdieu, “L’invention de la vie d’artiste”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1975, 2, p. 67-93.

⁶² Mesmo que, por uma aparente exceção, alguns artistas se deparem com determinadas preferências populares que tinham um sentido diferente em uma configuração dominada por escolhas, em seu entender, totalmente improváveis, para não dizer impossíveis. O princípio de tais retornos ao “popular” que, habitualmente, se dissimulam em retorno ao povo reside não em uma relação verdadeira com as classes populares, quase sempre, ignoradas – na própria *idealização* que é uma forma de recusa –, mas nas relações internas ao campo da produção artística ou ao campo da classe dominante (eis o que é válido de maneira geral e seria necessário examinar o que os escritos dos intelectuais sobre as classes populares devem aos interesses específicos dos intelectuais em lutas, cujo pretexto – se não é o povo – é, pelo menos, a legitimidade que confere, *em certos estados do campo*, o fato de aparecer como o porta-voz dos interesses populares).

⁶³ É, sem dúvida, entre os técnicos que se encontra a forma mais pura do “gosto médio”. Por suas escolhas em matéria de fotografia, eles ocupam uma posição intermediária (cf. Gráfico 2) no espaço das classes médias: do lado das classes populares, em companhia dos artesãos, pequenos comerciantes, empregados e quadros médios administrativos; e, do lado das classes superiores, com os professores primários e a nova pequena burguesia. Com uma frequência particularmente forte, eles tendem a escolher os objetos mais típicos da fotografia, como arte média (tecelão, natureza-morta), enquanto os membros da nova pequena burguesia orientam, quase sempre, suas preferências não só para os objetos que – ao dar-lhes a impressão de que não foram constituídos pela estética tradicional – parecem ser, em sua opinião, mais “originais” (corda, couves), mas também para aqueles que participam do pitoresco social (briga de mendigos).

⁶⁴ F.C. VII, II, p. 82-83

⁶⁵ Nestas duas categorias é que se encontra a recusa mais marcante da foto-lembrança (“A foto-lembrança é algo tolo e banal”; “A foto serve, antes de tudo, para guardar as imagens das pessoas por quem sentimos afeição”), do realismo em pintura (“Um quadro lindo deve reproduzir o que é belo na natureza”) ou em fotografia (“A foto é boa se for possível reconhecer seu conteúdo”) e a afirmação mais categórica da adesão à pintura moderna (pela recusa do julgamento: “A pintura moderna é feita de qualquer maneira: uma criança seria capaz de fazer o mesmo”).

⁶⁶ As limitações impostas pela lista de escolhas previamente formadas pesam, aqui, bastante fortemente, impedindo de apreender completamente estes “conflitos” e as estratégias destinadas a contorná-los: aquele que tivesse escolhido, “com profunda tristeza”, Georges Brassens e Jacques Douai teria tido a possibilidade de marcar sua recusa da canção, sem deixar de manifestar sua “abertura” pela citação, mediante uma redefinição implícita, de determinada melodia de Kurt Weill ou de uma velha canção napolitana (neste aspecto, um programa de *France-Musique*, tal como “Le concert égoïste”, é bastante revelador).

⁶⁷ Além dos dados fornecidos pela pergunta formulada na entrevista, foram utilizados os resultados de uma pesquisa empreendida pela ORTF (Service des études d’opinion, *Une enquête sur les variétés*, juil 1972, 7 p.; F.C., XIX) e uma trintena de entrevistas aprofundadas que visavam apreender a constelação das *preferências* e das *recusas* em condições tão próximas quanto possível da conversação habitual. Estas entrevistas permitiram verificar que, segundo havia sido estabelecido pela pesquisa da ORTF, os cantores são tanto mais fortemente rejeitados pelos mais cultos – cujos gostos na matéria exprimem-se, quase exclusivamente, sob a forma de recusa – quanto mais fortemente são preferidos pelos menos cultos; estas recusas, explicitadas sempre sob o modo de *aversão*, são freqüentemente acompanhadas por considerações compadecidas ou indignadas sobre os gostos correspondentes (“Não consigo compreender que alguém possa gostar de uma coisa dessas”).

⁶⁸ Dogma que permanece reconhecido e professado em setores menos avançados do campo da produção artística, conforme é testemunhado por esta declaração típica: “No entanto, direi que estas pinturas de Gaston Planet são totalmente incompreensíveis. Direi que aprecio que elas sejam assim. E não enigmáticas. Mas, inteiramente, mudas. Sem pontos de referência. Sem nada para desviar a atenção” (Paul Louis Rossi, *Catálogo de Gaston Planet*).

⁶⁹ De fato, a “pretensão” deixa os pequeno-burgueses particularmente desarmados nos domínios pouco legítimos ou em vias de legitimação – que, no entanto, lhes são entregues pelos privilegiados da cultura –, seja a fotografia ou o cinema, nos quais exprimem-se, muitas vezes, suas ambições (testemunho disso, por exemplo, é o fato de que a distância entre a pequena burguesia e a burguesia é nitidamente menor em relação ao conhecimento do nome dos diretores de filmes que relativamente ao conhecimento dos compositores de música): os pequeno-burgueses, nova versão – que, colocados diante de julgamentos objetivamente hierarquizados, acertam a resposta – mostram-se quase tão

desarmados quanto as classes populares perante o ato de constituição estética (nenhum comerciante de arte admite que um acidente de trânsito, assim como um cemitério de sucata, possa ser objeto de uma bela foto).

⁷⁰ Em uma pesquisa anterior, havia sido estabelecido que os estudantes oriundos das classes populares ou médias, com desempenhos praticamente semelhantes aos dos estudantes de origem burguesa em matéria de cultura clássica, obtinham resultados inferiores desde que se verificava um afastamento em direção à “cultura livre”, ou seja, ao teatro tanto de vanguarda quanto de boulevard. Observa-se, aqui, uma oposição totalmente análoga entre os produtores artísticos e os professores de ensino secundário – ou, até mesmo, os professores de desenho. De fato, através de outra pesquisa ainda em fase de análise, sabe-se que – sobretudo, quando são oriundos das classes médias ou populares – estes têm, na sua maioria, gostos bastante “clássicos” e estão muito mais próximos dos professores que dos artistas.

⁷¹ Portanto, deixamos escapar o *essencial* quando – como é, quase sempre, o caso – ignoramos, na própria pesquisa ou no decorrer de sua análise, a *modalidade* das práticas, gostos ou opiniões (por exemplo, políticas) a qual se encontra entre os melhores indicadores das disposições profundas e, por conseguinte, entre os melhores prenunciadores das condutas, sendo, por isso mesmo, objeto de uma particularíssima atenção em todas as sociedades: seria impossível enumerar todos os casos em que, *na maneira e unicamente por ela, se revela a verdade social das disposições*, ou seja, o verdadeiro princípio da compreensão e previsão das práticas.

⁷² Eis o que faz com que a modalidade legítima, especialmente, na relação com as obras de arte, que é um dos melhores indícios práticos da antiguidade na burguesia, conserva – pelo menos, no mercado mundano – um rendimento incomparavelmente superior à modalidade escolar (e aos saberes adquiridos apenas na escola, ou seja, ortografia, gramática ou matemática).

⁷³ Pensando que haveria alguma crueldade em citar este ou aquele dos textos em que se exprime a representação que os “homens cultos” têm a respeito da relação “pequeno-burguesa” com a cultura e das “perversões” do autodidata, pareceu-nos preferível remeter o leitor a suas próprias referências (ou à sua própria experiência).

⁷⁴ Para evitar qualquer absolutização da cultura em relação à qual a cultura média do autodidata encontra-se objetivamente definida, convém lembrar o seguinte: quanto mais se sobe na hierarquia social, mais a verdade dos gostos reside na organização e no funcionamento do sistema escolar, encarregado de inculcar o programa (no sentido da Escola e da Informática) que orienta os espíritos “cultivados”, inclusive, na busca do “marca pessoal” e na ambição da “originalidade”. Associadas na trajetória social e imputáveis, no essencial, a uma transmissão de capital cultural não sancionada pelo sistema escolar, as defasagens entre os diplomas e a competência cultural são, todavia, bastante frequentes para que seja salvaguardada a irredutibilidade, reconhecida pela própria Escola, da cultura “autêntica” ao saber “escolar”, como tal desvalorizado.

⁷⁵ “É impossível ver um quadro num piscar de olhos. Esta ilusão pertence unicamente àqueles que, incapazes de ‘ver’, contentam-se em ‘reconhecer’ uma imagem, confrontando-a não com uma experiência visual, mas com um saber intelectualizado”, P. Francastel, “Problèmes de la sociologie de l’art”, in G. Gurvitch, *Traité de sociologie*, Paris, PUF, 1963, t. II, p. 278-298.

⁷⁶ P. de Pressac, *Considérations sur la cuisine*, Paris, NRF, 1931, p. 23-24 (Os grifos visam mostrar, com maior nitidez, a série das oposições que, em sua totalidade, foram extraídas da tradição do consumo cultural: dom natural e instinto / regras e educação, entendido [*connaisseur*] / pedante [*cuisinier*], senso literário / gramática). Teria sido possível citar, também, Proust (que nunca deixa de relacionar as maneiras com a maneira de adquirir): “Ela irritava-me, o que era tanto mais injusto pelo fato de que não falava assim para dar a entender que era íntima de ‘Mémé’, mas por causa de uma instrução rápida demais que a levava a nomear esses nobres senhores, segundo o que ela acreditava ser o costume da região. Sua instrução havia sido concluída no período de alguns meses, sem ter seguido o currículo normal”, M. Proust, *A la recherche du temps perdu*, Paris, Gallimard, La Pléiade, 1973, vol. II, p. 660.

⁷⁷ O discurso místico sobre a obra de arte é, propriamente falando, inesgotável, sendo impossível escapar ao sentimento de arbitrariedade quando, para fornecer uma ilustração concreta da análise, é mencionada uma amostra tal como esta que, apesar de não dizer menos do que as profundas meditações dos Gilson ou Heidegger, deve, talvez, sua exemplaridade à sua própria banalidade, confirmada pelo lugar de publicação: “Ignorante ou iniciado, quem não estaria desarmado diante deste mistério: a obra-prima? Todos, hesitantes e inseguros, perscrutando a tela, ficamos à espreita do momento de graça em que a mensagem do pintor chegará até nós. Nenhuma cultura poderá levar-nos a compreender o clamor silencioso de Rembrandt ou a serenidade infinita de Vermeer se não tivermos conseguido

restaurar a calma, controlar a expectativa e encontrar em nós o vazio propício à emoção”, in *Réalités* [Revista mensal de atualidades], mars 1960.

⁷⁸ No âmago da classe dominante, as diferenças segundo a trajetória social estão fortemente associadas a diferenças na estrutura do capital possuído: a proporção dos recém-chegados, tardiamente, cresce à medida que é maior a proximidade com as frações dominadas (salvo os escritores e artistas). Ocorre que, no interior de cada fração (e, sobretudo, sem dúvida, no interior da fração dominante), as diferenças segundo a trajetória são fortemente vivenciadas de modo mais profundo.

⁷⁹ cf. R. Bray, *La Formation de la doctrine classique en France*, Paris, Nizet, 1951.

⁸⁰ G. Doncieux, *Un jésuite homme de lettres au XVII^e siècle. Le Père Bouhours*, Paris, Hachette, 1886.

⁸¹ Do mesmo modo, hoje em dia, o fato de que uma parcela cada vez mais importante da grande burguesia de negócios manifeste tendência para recorrer ao sistema de ensino (e, em particular, no caso da França, às *Grandes écoles*) é de natureza a modificar tanto a forma das relações entre o mundano e o escolar – a excelência cultural pertence, em grau cada vez mais elevado, àqueles que se servem dos dois modos de aquisição – quanto o conteúdo das oposições rituais em que se exprime a oposição entre “mundanos” e “doutos” (cf. P. Bourdieu e M. de Saint-Martin, “Le Patronat”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1978, 20-21, p. 3-82).

⁸² N. Élias, *La Civilisation des mœurs*, Paris, Calmann-Lévy, 1973.

⁸³ As diferenças associadas à origem social nunca são, certamente, tão nítidas quanto para a prática de uma arte plástica ou de um instrumento musical: estas aptidões que, tanto para sua aquisição quanto para sua implementação, pressupõem não só disposições associadas a um estabelecimento antigo no mundo da arte e da cultura, mas também recursos financeiros (em particular, no caso do piano) e tempo livre, variam fortemente, em situação de nível escolar idêntico, segundo a origem social: assim, entre os titulares do *baccalauréat*, 11,5% dos indivíduos oriundos da classe dominante dizem praticar, com frequência, um instrumento musical contra 5% dos originários das classes populares e médias; entre aqueles que cursaram o ensino superior, as proporções correspondentes são de 22,5% e de 5%. Por sua vez, a prática das artes plásticas, relativamente abandonada pelos titulares dos diplomas mais raros, é também muito mais freqüente, no caso de diploma equivalente, entre os indivíduos oriundos da classe dominante.

⁸⁴ R. Barthes, “Le grain de la voix”, in *Musique en jeu*, nº 9, nov. 1972, p. 57-63.

⁸⁵ Existe um protocolo dos objetos que faz corresponder a hierarquia dos objetos com a hierarquia das pessoas. Assim, em um artigo sobre a residência Marigny, destinada a receber os hóspedes estrangeiros da presidência da República Francesa, lê-se o seguinte: “O protocolo é estrito: a hierarquia avalia-se pelo espaço, estilo do mobiliário e qualidade das tapeçarias. Móveis raros e sedas fabricadas em Lyon nos aposentos reservados aos chefes de Estado; mogno napoleônico e veludo em fibra sintética, no primeiro andar, para os aposentos do primeiro-ministro; cetim e tapeçarias estampadas de algodão, no segundo andar, aquele que é destinado aos conselheiros técnicos”, in J. Michel, *Le Monde*, 27 janv. 1975.

⁸⁶ Basta lembrar que os objetos apropriados, sejam eles quais forem, são relações sociais (de classe) objetivadas para indicar em que direção poderia desenvolver-se uma sociologia do mundo dos objetos que seja diferente do protocolo de um teste projetivo dissimulado em análise fenomenológico-semiológica – estou pensando em J. Baudrillard, *Le système des objets*, Paris, Gallimard, 1968.

⁸⁷ Isso significa que, por mais imperfeita que seja no estado atual do funcionamento do sistema escolar, a racionalização mínima implicada em qualquer ação pedagógica institucionalizada e, em particular, a transformação do “sentido” de classe que funciona no estado prático em saberes parcialmente codificados – que se pense, por exemplo, na história literária com suas classificações por épocas, gêneros e estilos – têm por efeito reduzir, pelo menos, entre os sobreviventes mais superseleccionados, a parte daquilo que é abandonado aos “sentidos” herdados e, por conseguinte, as diferenças associadas à herança econômica e cultural. É verdade, também, que as diferenças continuam funcionando em outros lugares e voltam a encontrar sua plena amplitude quando a lógica da luta pela distinção situa seus verdadeiros desafios nestes lugares. Eis o que ela tende sempre a fazer, evidentemente.

⁸⁸ Enquanto nosso objetivo consistia em apreender as preferências alimentares, a busca da questão mais econômica, portanto, mais “sintética”, levou-nos a indagar sobre o cardápio preparado para as ocasiões extraordinárias, indicador interessante do modo de apresentação de si em situação de representação, ou seja, do estilo de vida “exibido” (do qual faz parte, também, o mobiliário, no mínimo, por uma de suas funções). Para compreender completamente as escolhas nestas matérias, conviria levar em consideração um sistema de fatores, particularmente, complexo: o estilo das refeições que determinada pessoa prefere oferecer constitui, sem dúvida, um excelente indicador da imagem que

ela pretende dar ou evitar de dar aos outros; além disso, neste aspecto, ele é a expressão sistemática de um sistema de fatores que, além dos indicadores da posição ocupada na hierarquia econômica e cultural, compreende a trajetória econômica, social e cultural. Nestas condições, nada de surpreendente se seus efeitos podem ser mais bem apreendidos na pequena burguesia: os membros da pequena burguesia estabelecida servem a seus amigos, com maior frequência, refeições copiosas e agradáveis, simples e bem apresentadas que os membros da nova pequena burguesia, os quais preferem servir refeições originais e exóticas ou sem qualquer cerimônia. No entanto, é possível registrar, além disso, fortes diferenças associadas à trajetória: assim, ocorre que os membros da nova pequena burguesia, originários das classes médias ou populares, afirmam gostar de oferecer refeições copiosas e agradáveis; ora, isso *nunca* se verifica entre os originários das classes superiores que, pelo contrário, oferecem habitualmente refeições originais e exóticas. Na pequena burguesia estabelecida, a propensão para servir refeições copiosas e agradáveis é tão forte entre aqueles que estão em declínio quanto entre aqueles que, oriundos das classes populares, encontram-se em processo ascendente; no entanto, os primeiros nunca dizem oferecer refeições sem qualquer cerimônia ou originais e exóticas, ao passo que os segundos propõem, às vezes, tal tipo de refeição a seus amigos (mas, é claro, com menor frequência que os membros da nova pequena burguesia).

⁸⁹ Seria possível evocar, aqui, em vez da teoria erótica do ritmo (invocada, por exemplo, para justificar a aceleração do ritmo que conduz até um ápice seguido por um repouso), a teoria segundo a qual existe uma concordância ou correspondência mais ampla, marcada, por exemplo, pela tendência para produzir movimentos ajustados ao ritmo, entre o tempo da música e os ritmos internos – cf., por exemplo, P. Fraisse, *Les Structures rythmiques*, Paris, Erasme, 1956; *Psychologie du temps*, 2ª ed., Paris, PUF, 1967.

⁹⁰ Sem evocar completamente o sistema dos fatores que determinam a reconversão diferencial, em capital escolar, do capital cultural herdado (que deveria ser avaliado, com todo o rigor, na escala do grupo doméstico em sua totalidade), contentar-nos-emos em lembrar o peso do *ethos* de classe e da relação com a escola e suas sanções (por sua vez, função, no essencial, do grau em que a posição ocupada e sua reprodução dependem da escola) que determina a importância do investimento no jogo, assim como as implicações escolares e as estratégias de aplicação cultural (através da escolha dos estabelecimentos e ramos de ensino, do tempo dedicado à transmissão difusa ou explícita, etc.), e contribui, por conseguinte, para determinar o rendimento diferencial do capital cultural herdado; ou, ainda, do *ethos* de gênero, produto da interiorização da divisão do trabalho entre os sexos, tal como ela se realiza em determinada classe social que contribui, também, para orientar os investimentos, predispondo, por exemplo, as moças para os estudos literários e artísticos, enquanto os rapazes seriam orientados para o estudo das ciências ou da economia e direito. Conviria, igualmente, lembrar a eficácia própria da instituição escolar que age pela sanção do capital cultural herdado (por suas sanções expressas, tais como notas, diplomas e, também, pela orientação para disciplinas, seções ou estabelecimentos mais ou menos prestigiosos) e, ao mesmo tempo, pela inculcação de um saber escolar mais ou menos redundante com o saber herdado, tendo, em uma extremidade, os mais avançados estudos na área das ciências e, na outra, as escolas, cujo efeito essencial consiste, sem dúvida, em controlar e sancionar uma competência de classe, tais como *Sciences Po* [Instituto de Estudos Políticos] ou a ENA [Escola Nacional de Administração], e cujo ápice é, certamente, a *École du Louvre*, forma acabada da escola dos apreciadores, se é que nos é permitido fazer esta aliança de palavras.

⁹¹ Pretendeu-se simbolizar tal desvalorização situando o lugar da equivalência real dos diplomas abaixo da bissetriz que marca a equivalência dos valores *nominais* dos títulos.

⁹² Seria possível, também, considerar a relação entre a idade de conclusão dos estudos e a idade legítima para a obtenção de determinado diploma – por exemplo, o *bac* aos 17 anos ou as idades-limite para passar os concursos. Sabe-se que, entre outras mediações, a transformação do capital cultural em capital escolar ocorre pelo avanço ou atraso escolar.

⁹³ O reconhecimento da incompetência e da indignidade cultural que caracteriza a autodidaxia antiga observa-se, sobretudo, entre os membros da pequena burguesia estabelecida, oriundos das classes populares ou médias que afirmam, por exemplo, com uma elevadíssima frequência (70% contra 31% na nova pequena burguesia, oriunda das mesmas classes) que “a pintura é bela, mas é difícil”. A alienação cultural dos autodidatas à moda antiga nunca se manifesta tão claramente quanto em sua propensão para fornecer as provas de sua cultura, até mesmo, sem que tal comprovação lhes seja solicitada, denunciando sua exclusão ao ficarem preocupados em provar sua filiação – ao contrário dos bem-nascidos que dissimulam sua ignorância, ignorando as indagações ou as situações capazes de revelá-la.

⁹⁴ O fato de que a matemática e a física tenham sido adotadas como critério principal para a eliminação ou rejeição contribui, sem dúvida, para fortalecer a propensão ao irracionalismo e ao antiintelectualismo, favorecidos por uma relação ambivalente com o sistema escolar e por uma trajetória social declinante ou falsamente ascendente; aliás, este *efeito de falsa trajetória* impõe-se a todos aqueles que visam o futuro que, em um estado anterior do sistema, estava implicado em seu diploma ou posição escolar.

⁹⁵ G. Scholem, *La Kabbale et sa symbolique*, Paris, Payot, 1975, p. 35.

⁹⁶ Testemunho disso é, por exemplo, o valor atribuído pela diretoria das revistas de vulgarização, assim como pelos leitores, a esta espécie de *garantias* institucionais que são os detentores de elevados títulos universitários ou acadêmicos.

⁹⁷ cf. G. Razzan, "Ethnic Dislikes and Stereotypes", in *Journal of Abnormal Social Psychology*, 45, 1950, p. 7-27.

⁹⁸ Seria ingênuo utilizar como prova o fato de que a definição legítima da cultura ou da relação com a cultura ou, ainda, a hierarquia dos diferentes domínios, gêneros, obras ou autores, é o pretexto de uma luta permanente para contestar a existência, em cada momento, de uma hierarquia legítima: as lutas que, por exemplo, visam transformar ou derrubar as hierarquias estabelecidas pela legitimação de um domínio ou gênero ainda ilegítimo – fotografia ou histórias em quadrinhos –, pela reabilitação de autores menos considerados ou desconsiderados, etc., ou, ainda, impor um novo modo de apropriação, associado a outro modo de aquisição, eis precisamente o que faz a legitimidade ao promover a crença no valor não deste ou daquele lance, mas do jogo em que ela se produz e é reproduzido o valor de todos os lances. Não seria menos ingênuo tratar as hierarquias que reproduzem em sua lógica própria, ou seja, sob uma forma transfigurada, as relações de ordem entre os grupos, como uma ordem absoluta e baseada na natureza, embora o essencial de sua eficácia simbólica, ou seja, de sua legitimidade, se deva ao fato de que são vividas como tais.

⁹⁹ As maneiras dominantes – pronúncia, "abastança" e "distinção" – tendem a impor-se às próprias classes dominadas e só podem ser desvalorizadas em nome de princípios totalmente "extra-culturais", por exemplo, os valores da virilidade que levam a constituir a modalidade dominante como um indício de disposições efeminadas.

¹⁰⁰ A respeito de todos estes pontos e, em particular, sobre a oposição entre a ENA e *Polytechnique*, ver P. Bourdieu e M. de Saint-Martin, "Le Patronat", *loc. cit.*

¹⁰¹ Sabe-se como os membros da classe dominante e, especialmente, as frações mais ricas em capital cultural, desprezam os jogos de erudição difundidos por rádio ou televisão que, em seu entender, por sua semelhança com os questionários sociológicos, são considerados como negações caricaturais da relação legítima com a cultura legítima.

¹⁰² Não foi possível coletar os julgamentos sobre a música porque – diferentemente da série de respostas sobre a pintura que previa um julgamento intermediário ("Aprecio muito os impressionistas") – a série dos julgamentos propostos apresentava uma descontinuidade marcada demais entre a opinião tipicamente "média" ("Gosto das valsas de Strauss") e a opinião chique ("Interesso-me por qualquer música de qualidade"), de modo que a escolha do julgamento mais legítimo se impôs de modo mais forte a todos aqueles que entendiam não mostrar sua satisfação por um julgamento que, visivelmente, parecesse demasiado "ingênuo".

¹⁰³ Indivíduos equivalentes no nível de instrução escolar (por exemplo, os alunos das *Grandes écoles*) podem estar profundamente separados uns dos outros do ponto de vista da *hexis* corporal, pronúncia, maneira de se vestir, relação de familiaridade com a cultura legítima, sem falar do conjunto das competências e capacidades específicas que funcionam como direitos de entrada no universo burguês – tais como a prática da dança, de esportes raros ou jogos de salão (em particular, o *bridge*) – e que, através dos encontros proporcionados por elas e do capital social acumulado por seu intermédio, encontram-se, sem dúvida, na origem das diferenças ulteriores de carreira.

¹⁰⁴ cf., em particular, E. Demolins, *A quoi tient la supériorité des anglo-saxons?*, Paris, Firmin-Didot, 1897; *L'Éducation nouvelle, l'École des Roches*, Paris, Firmin-Didot, 1898; *L'Avenir de l'éducation nouvelle*, Paris, Firmin-Didot, 1899. P. de Coubertin, *L'Éducation en Angleterre*, Paris, Hachette, 1888; *L'Éducation anglaise en France*, Paris, Hachette, 1889.

¹⁰⁵ cf. P. Bourdieu e M. de Saint-Martin, "Le Patronat", *loc. cit.*

¹⁰⁶ G. Bachelard, *L'Activité rationaliste de la physique contemporaine*, Paris, PUF, 2^a ed., 1965, p. 60.

¹⁰⁷ Tudo leva a crer que a violência exercida será tanto maior quanto maior for a distância das pessoas entrevistadas à cultura legítima – simbolizada, com ou sem razão, pelo entrevistador e por seu questionário.

¹⁰⁸ Sabe-se que a divisão instaurada no interior da burguesia dos negócios, segundo a espécie do capital dominante (econômico ou escolar), é confirmada pela divisão segundo a antiguidade na classe.

¹⁰⁹ Trata-se de uma das mais típicas fantasias de todos os *racismos*, evocadas por Hoffman na parábola do “homem jovem culto”, ou seja, um macaco: tendo sido criado na casa de um conselheiro, havia aprendido a falar, ler, escrever e tocar música; no entanto, não conseguia evitar a denúncia de “sua origem exótica” por “alguns pequenos detalhes”, tais como os “movimentos interiores” que o agitavam ao ouvir quebrar nozes (Hoffmann, *Kreisleiriana*, Paris, Gallimard, 1949, p. 150).

Capítulo 2.

¹ Ao optarmos por fazer incidir a pergunta sobre a totalidade dos consumos materiais ou culturais, legítimos ou não, que podem ser objeto de juízos de gosto – cardápio e pintura, vestuário e música, cinema e decoração da casa –, pretendíamos precisamente adotar os instrumentos para analisar a relação entre as disposições tratadas, comumente, como estéticas e o sistema das disposições que constituem o *habitus*.

² Será necessário dizer que a consciência desta questão prévia não é apanágio de grande número de sociólogos, sobretudo, entre aqueles cuja ocupação habitual é a metodologia?

³ A propósito de um grande número de objetos técnicos – à semelhança do que havíamos feito a propósito da fotografia (cf. P. Bourdieu *et al.*, *op. cit.*) –, seria possível mostrar, com certeza, o seguinte: salvo o que está implicado nos determinismos negativos, ou seja, os limites, nada pode ser concluído, praticamente, sobre os usos sociais a partir das propriedades técnicas dos objetos.

⁴ Os economistas – que, entre seus êmulos, têm atualmente os sociólogos menos preocupados com o sentido da interrogação teórica e com a atenção à complexidade do real – tornaram-se mestres da arte de formalizar uma “experiência de vida” ou um inconsciente de classe. E mal podemos resistir ao prazer perverso de evocar um estudo recente em que Gary S. Becker – que, aliás, já teve a oportunidade de situar melhor sua imaginação modelizante – procura analisar o paradoxo segundo o qual a demanda de determinados bens aumenta constantemente com a experiência (G. J. Stigler and G. S. Becker, “De Gustibus non est disputandum”, in *American Economic Review*, 67, March 1977, p. 76-90). Para analisar disposições – tais como a “melomania”, típica das “manias benéficas”, e a “toxicomania”, característica das “manias nocivas” –, ele invoca, no primeiro caso, a queda do custo de produção do “prazer musical” que resulta do acúmulo de capital humano específico e, no segundo, pelo contrário, o aumento do custo de produção da “euforia” que resulta do enfraquecimento da aptidão para a euforia. *Quod erat demonstrandum*.

⁵ Em relação a um outro exemplo a propósito deste esquecimento paradoxal, ver P. Bourdieu, *Travail et travailleurs en Algérie*, Paris, Mouton, 1963; e *Algérie 60*, Paris, Ed. de Minuit, 1978.

⁶ A classe objetiva não deve ser confundida com a *classe mobilizada*, conjunto de agentes reunidos, com base na homogeneidade das propriedades objetivadas ou incorporadas que definem a classe objetiva, tendo em vista a luta destinada a salvaguardar ou modificar a estrutura da distribuição das propriedades objetivadas.

⁷ O que é bem formulado por Jean Benzécri: “Suponhamos os indivíduos $\alpha, \beta, \gamma, \alpha_2, \gamma_2, \dots, \alpha_n, \gamma_n$, cuja descrição individual indica que possuem três traços (ou caracteres). Ao fazer abstração dos últimos dois elementos de cada descrição, dir-se-á que todos estes indivíduos fazem parte de uma só espécie definida pelo traço α e que, em breve, poderá ser designada como a espécie α ; no entanto, mesmo que este traço permita definir esta espécie e reconhecer seus integrantes, é impossível estudá-la sem levar em consideração os traços β e γ presentes nesses indivíduos. Deste ponto de vista, se atribuirmos a nota B ao conjunto das modalidades β que, eventualmente, constitui o segundo caractere, e C ao conjunto das modalidades γ do caractere três, o estudo da espécie α implicará estudar αBC , ou seja, além do primeiro traço que é determinado, tudo o que possa ser o segundo (B) ou o terceiro (C); e, ainda, as associações possíveis entre estes últimos (de tal β com γ e não com γ' ou γ'')”, J. Benzécri, “Définition logique et définition statistique: Notes de lecture sur un chapitre de Ernst Cassirer”, in *Cahiers de l'analyse des données*, vol. III, 1978, n° 2, p. 239-242.

⁸ Conviria examinar em que aspecto a lista dos critérios utilizados pelo analista é tributária do estado da luta entre os grupos separados por esses critérios ou, mais exatamente, da capacidade mediante a qual os grupos definidos por esses critérios conseguem fazer-se *reconhecer* como tais: é provável que

haveria menos possibilidades de esquecer que os operários sem qualificação são, em grande parte, mulheres e imigrantes se, no interior da classe operária, grupos baseados no gênero ou na nacionalidade de origem tivessem sido constituídos como tais. Por outro lado, o paralogismo do fator aparente não seria tão freqüente se, no terreno científico, ele não fosse a mera retradução dos jogos de legitimação pelos quais os grupos tendem a enfatizar determinada propriedade legítima, princípio declarado de sua constituição, para esconder os fundamentos reais de sua existência. É assim que os grupos mais seletivos – por exemplo, o público de um concerto ou os alunos de uma *Grande école* – podem mascarar(-se), de algum modo, duplamente o verdadeiro princípio de sua seleção: ao renunciar a exibir os princípios reais de sua existência e de sua reprodução, eles se condenam a depositar confiança na eficácia de mecanismos que, destituídos do rigor específico e sistemático de um direito explícito de entrada, são passíveis de exceções – diferentemente dos *clubes* e de todas as “elites” baseadas na cooptação, eles são incapazes de controlar o conjunto das propriedades dos “escolhidos”, ou seja, a totalidade da pessoa.

⁹ Os empregados de comércio e de escritório, cuja distribuição segundo o sexo, idade e remuneração é praticamente a mesma, estão separados por importantes diferenças no nível das disposições e práticas. Assim, os segundos, mais ascéticos, que alimentam mais freqüentemente, em relação aos amigos, a expectativa de que estes sejam conscienciosos ou educados, manifestam com maior freqüência o desejo de uma casa iluminada, limpa e asseada, além de gostarem de Brel, Guétary, Mariano, da *Rapsódia húngara* e da *Arlésienne*, de Rafael, Watteau e Da Vinci. Pelo contrário, mais freqüentemente que os outros, os primeiros procuram amigos sociáveis, boas-vidas, engraçados e distintos, uma casa confortável e íntima, além de afirmarem com maior freqüência que gostam de Brassens, Ferré, François Hardy, do *Crepúsculo dos deuses*, *Quatro estações*, *Rhapsody in Blue*, e de Utrillo ou Van Gogh.

¹⁰ De fato, a transformação das possibilidades de acesso é apenas um aspecto da mudança mais sistemática que diz respeito, também, à própria definição da competência que, afinal de contas, impede qualquer comparação entre as gerações (os conflitos desencadeados entre detentores de competências com idades e níveis escolares diferentes – o antigo brevê elementar contra o novo *bachelier* – concentram-se, precisamente, na definição da competência, de modo que a antiga geração critica a nova por ser carente em relação às competências julgadas elementares e fundamentais na antiga definição: “eles desconhecem a ortografia”, “já nem sabem sequer contar”).

¹¹ A oposição entre Paris e o interior deveria ser submetida a uma análise semelhante àquela que foi aplicada à noção de “nível de instrução”: nas relações em que aparece a variável “residência”, exprime-se, além do efeito de oferta cultural, associado à densidade do capital cultural objetivado, portanto, às possibilidades objetivas, assim, oferecidas ao consumo cultural e ao fortalecimento correlato das aspirações para consumir, todos os efeitos resultantes da distribuição desigual, no espaço, das propriedades e dos proprietários – por exemplo, detentores de um elevado capital escolar; e, em particular, o efeito de fortalecimento circular exercido por qualquer grupo sobre si mesmo – por exemplo, se ele for culto, no sentido da intensificação da prática cultural e, caso contrário, no sentido da indiferença, até mesmo, da hostilidade, a esta prática.

¹² Para construir as classes e as frações de classe que serviram de base às análises desenvolvidas mais abaixo, foram levados em consideração, sistematicamente, não só a profissão e/ou o nível de instrução – os dois itens que se encontram na origem das CSP [Categorias Socioprofissionais] do INSEE [*Institut national de la statistique et des études économiques*] –, mas também, em cada caso, os índices disponíveis do volume das diferentes espécies de capital, assim como o sexo, a idade e a residência.

¹³ Os princípios de divisão lógica utilizados para produzir as classes são, evidentemente, constituídos de modo bastante desigual, socialmente, em classificações sociais preexistentes: em um extremo, a simples existência do nome de profissão ou de “categoria social”, produto da ação classificadora de uma instância administrativa – tal como o INSEE – ou das transações sociais que, por exemplo, culminam nas convenções coletivas; e, no outro, os grupos dotados de uma verdadeira identidade social, além de instâncias permanentes encarregadas de exprimir e defender seus interesses, etc. Os princípios secundários de divisão – (tais como a nacionalidade de origem ou o sexo) que, possivelmente, permanecerão ignorados pela análise habitual, *enquanto não servirem de base para uma forma qualquer de mobilização* – indicam linhas potenciais de divisão segundo as quais um grupo percebido, do ponto de vista social, como unitário pode vir a cindir-se, de maneira mais ou menos profunda e duradoura. Pelo fato de que os diferentes fatores que integram o sistema das determinações constitutivas da condição de classe e que podem funcionar como princípios de divisões reais entre grupos objetivamente separados ou atualmente mobilizados possuem pesos funcionais diferentes e, por isso, detêm uma eficácia estruturante desigual, tais princípios de divisão são, por sua vez, hierarquizados e os grupos

mobilizados com base em um critério secundário – tal como o sexo ou a idade – correm o risco de serem unidos por afinidades e solidariedades menos duradouras e menos profundas que os grupos mobilizados com base em determinantes fundamentais da condição.

¹⁴ Nada é feito – e, ainda menos, a lógica prática da coleta ou da análise dos dados, tampouco a representação da cientificidade com cotação nas ciências sociais – para tornar acessível e aceitável tal modo de pensamento. Pelo contrário, tudo se orienta para exigir da tecnologia a solução de um problema que ela se limita a deslocar: por exemplo, este é o caso quando Goldberg, em um artigo escrito com real rigor pouco comum neste gênero de exercício, recorre à técnica da “inferência causal” para testar diferentes modelos explicativos, graças às correlações parciais que exprimem as “relações causais” mais determinantes para um campo particular, tal como o voto – cf. A. S. Goldberg, “Discerning Causal Pattern among Data on Voting Behavior”, in *American Political Science Review*, 1966, 60, p. 913-922. E, no entanto, talvez, não seja uma forma de acomodar-se a alguma nostalgia metafísica quando há recusa em satisfazer-se com os inumeráveis modelos parciais que foram produzidos, aqui e lá, domínio por domínio, lance por lance, para dar conta das práticas religiosas, escolhas políticas ou consumos alimentares, etc. e quando se formula a questão de saber se a atomização das teorias explicativas deve-se à lógica do que tem de ser explicado ou à lógica do modo de explicação.

¹⁵ Entre 1968 e 1975, as categorias operárias mais qualificadas masculinizaram-se ainda mais depressa que no passado, enquanto as menos qualificadas, pelo contrário, feminilizaram-se bastante rapidamente: depois de ter diminuído entre 1962 e 1968, a parcela das mulheres entre os operários sem qualificação e os trabalhadores braçais progrediu, de novo, passando de 24% em 1968 para 28% em 1975. cf. L. Thévenot, “Les catégories sociales en 1975. L’extension du salariat”, in *Économie et statistique*, 91, juil.-août 1977, p. 6.

¹⁶ O fato de que o modo de aquisição seja visível, particularmente, em alguns terrenos e situações é uma manifestação particular deste efeito – por exemplo, discordância entre o modo de aquisição escolar e as situações “mundanas”.

¹⁷ A orientação destas trajetórias “desviantes” não é deixada, de modo algum, ao acaso: por exemplo, tudo parece indicar que, em caso de declínio, os indivíduos oriundos das profissões liberais deslocam-se no sentido descendente, de preferência, para as novas frações das classes médias, enquanto os filhos de professores empreendem a marcha descendente, com maior frequência, para a pequena burguesia estabelecida.

¹⁸ Este efeito é, em si mesmo, uma dimensão essencial do efeito de inculcação pelo fato de que o sentido da trajetória paterna contribui para modelar a experiência originária da inserção dinâmica no universo social.

¹⁹ Convém abster-se de pensar os grupos em ascensão por simples simetria: além de ser, para estes grupos, uma proteção e um instrumento de defesa contra a exploração – e tanto mais importantes quanto maior for a dominação suportada –, o diploma tem sempre a tendência para funcionar, até mesmo, neste caso, como um instrumento de distinção e de legitimação.

²⁰ Conviria formular-se a questão de saber se os efeitos sociais exercidos pelo declínio individual são semelhantes aos que decorrem do declínio coletivo. Pode-se supor que a permissão ou a facilitação às reações coletivas – tais como o movimento de Pujade* – são bem mais garantidas pelo segundo do que pelo primeiro.

²¹ É evidente que não se trata de excluir o uso de indicadores que permitam acumular o essencial da informação circunscrita por um conjunto de fatores, tais como o indicador de estatuto sociocultural, construído por Ludovic Lebart e Nicole Tabard para “resumir” a informação fornecida sobre cada família pela profissão dos ascendentes paternos e maternos, a profissão, a idade do término dos estudos e o nível de instrução dos dois cônjuges. Ocorre que, segundo observação apropriada destes autores, só é possível reconhecer um “poder explicativo” a esta variável sintética com a condição de entender o termo “explicativo” no sentido estritamente estatístico – cf. L. Lebart, A. Morineau e N. Tabard, *Techniques de la description statistique*, Paris, Dunod, 1977, p. 221: longe de fazer avançar a pesquisa, a utilização ingênua de tais índices teria o efeito de excluir a questão da configuração particular das variáveis, operante em cada caso.

* Movimento de desobediência civil instigado por Pierre Pujade, livreiro no interior da França; em 1953, ele havia fundado a UDCA [União de Defesa dos Comerciantes e Artesãos] para combater a fiscalização corrupta e a voracidade tributária. O sucesso do projeto fez eleger, em janeiro de 1956, 11% da Assembléia Nacional Francesa (52 deputados) com o slogan “Sortez les sortants”, cuja tradução livre seria “não reelejam a corja que apoiou o governo”. (N.T.)

²² Por não operar esta dupla relação de cada fator explicativo, o pesquisador expõe-se a toda espécie de erros, cujo princípio consiste no fato de ignorar que o “agente”, no fator considerado, depende do sistema em que está inserido e das condições em que “age”; ou, mais simplesmente, de omitir de formular a própria questão do verdadeiro princípio da eficácia da “variável independente”, procedendo como se não tivesse de ser *explicada* a relação constatada entre o fator designado por aquilo que, freqüentemente, é apenas um *indicador* (por exemplo, o nível de instrução) e determinada prática – por exemplo, a taxa de respostas às questões de política ou, em uma ordem completamente diferente, a aptidão para adotar a disposição estética, a freqüência dos museus ou o conhecimento do nome dos músicos, etc.

²³ Para não complicar exageradamente a análise do que constitui o objeto central deste trabalho, deixamos para outro livro, dedicado às classes sociais, a apresentação dos princípios fundamentais desta construção, ou seja, a teoria das espécies do capital, de suas propriedades específicas e das leis que orientam as conversões entre esses diferentes estados da energia social, que é, inseparavelmente, uma teoria das classes e das frações de classe definidas pela posse de um capital com determinado volume e estrutura.

²⁴ As diferenças são mais nítidas e, de qualquer modo, mais visíveis em matéria de instrução que em matéria de remunerações porque a informação sobre a renda (baseada na declaração de impostos) é muito menos segura que a informação sobre os diplomas, sobretudo, em relação aos empresários da indústria e do comércio (que, na pesquisa CESP [*Centre d'étude des supports de publicité*] – cf. F.C., V – tinham, em companhia dos médicos, as mais elevadas taxas de não-resposta às questões sobre a renda), aos artesãos, pequenos comerciantes e produtores rurais.

²⁵ Entre as dificuldades a serem identificadas, de maneira unitária e sistemática, por este modelo, a mais visível é a observação, feita muitas vezes também por outros (por exemplo, F.C., VII), segundo a qual as hierarquias constatadas, tanto no âmbito da classe dominante, entre os quadros superiores, por um lado, e, por outro, os empresários da indústria e do comércio, quanto no seio das classes médias, entre os quadros médios e os artesãos ou os comerciantes, variavam segundo as práticas ou os bens considerados – o que parecia fornecer um argumento à crítica relativista das classes sociais enquanto não fosse percebida a relação entre a natureza de tais práticas ou bens – por exemplo, por um lado, a freqüência do teatro e, por outro, a posse de um televisor em cores – e as características do capital dos grupos correspondentes.

²⁶ Os industriais que – raros nas pesquisas com base em amostra representativa – estão agrupados com os comerciantes, declaram remunerações nitidamente superiores a estes últimos (33,6% declaram receber uma remuneração superior a 100.000 F contra 14,5% apenas dos comerciantes). Aqueles que são incluídos nesta categoria pela pesquisa do INSEE (F.C., I) encontram-se muito mais próximos da nova burguesia que os comerciantes: com muito mais freqüência, declaram salários, vencimentos, além de ações da Bolsa de Valores, e, menos freqüentemente, lucros industriais, comerciais ou não comerciais.

²⁷ Para as classes populares, fortemente hierarquizadas segundo o volume global do capital, os dados disponíveis não permitem apreender as diferenças na segunda dimensão: apesar disso, a origem de diferenças tanto no estilo de vida quanto nas opiniões religiosas ou políticas encontra-se, sem dúvida, nas diferenças que separam, por exemplo, os operários sem qualificação de origem rural de uma fábrica do interior, não diplomados, vivendo no campo em uma propriedade rural herdada, e os operários com qualificação de uma empresa da região parisiense, pertencentes à classe operária desde várias gerações e dotados de uma especialidade ou de certificados técnicos.

²⁸ A categoria dos serviços médico-sociais caracteriza-se pelo fato de acolher homens oriundos, majoritariamente, das classes populares, além de mulheres que, em grande parte (25%), são originárias das classes superiores – cf. os dois histogramas.

²⁹ Para restituir, tão completamente quanto possível, as condições sociais de produção do *habitus*, convém considerar, igualmente, a trajetória social da classe e da fração de classe de filiação que, através do sentido provável do futuro coletivo, comanda as disposições progressivas ou regressivas em relação ao futuro, assim como a evolução, em várias gerações, do patrimônio das duas linhagens que, perpetuando-se no *habitus*, introduz divisões no interior de grupos tão homogêneos quanto as frações. Para dar uma idéia da diversidade dos casos, bastará indicar que uma *trajetória social* representa a *combinação* da evolução, no decorrer da vida do *ego*, do volume de seu capital que pode ser descrito, *de modo bastante grosseiro*, como crescente, decrescente ou estacionário, do volume de cada uma das espécies – tributárias das mesmas distinções – portanto, da estrutura do capital (um volume global constante pode dissimular uma transformação da estrutura) e, do mesmo modo, do volume e da estrutura dos patrimônios paternos e maternos, além de seus respectivos pesos sob suas diferentes

espécies – por exemplo, dessimetria em favor do pai no tocante ao capital econômico e em favor da mãe relativamente ao capital cultural, ou o inverso, ou equivalência –, portanto, do volume e da estrutura do capital dos avós paterno e materno.

³⁰ Seria necessário repertoriar todas as propriedades culturais que advêm dos indivíduos pelo fato de sua posição no espaço geográfico e, entre outros aspectos, por intermédio da qualidade dos contatos sociais – as “freqüentações” –, facilitados pela proximidade espacial; uma das mais marcantes é, sem qualquer dúvida, a pronúncia que, da maneira mais infalível, designa uma origem mais ou menos estigmatizada ou valorizada.

³¹ Além de constituir uma das manifestações de sua posição no espaço social, a distribuição de uma classe ou de uma fração de classe no espaço geográfico socialmente hierarquizado – e, em particular, sua distância em relação aos “centros” econômicos e sociais – é sempre, praticamente, uma manifestação de suas hierarquias internas. Assim, por exemplo, a possibilidade de estabelecer – pela análise secundária da pesquisa sobre os lazeres empreendida pelo INSEE, em 1967 – que, em todas as categorias socioprofissionais, a prática cultural cresce quando aumenta o porte da aglomeração (bom indicador da oferta cultural), deve-se, sem dúvida, em parte, ao fato de que a homogeneidade aparente das categorias utilizadas dissimula diferenças, no próprio âmago das categorias, segundo o porte da aglomeração, em particular, no tocante ao capital cultural possuído.

³² Tendo tido o mérito de perceber o problema das discordâncias entre as diferentes espécies de capital, além de ter designado alguns dos mais bem dissimulados efeitos que elas podem exercer – em particular, a propensão para o “liberalismo” associada a uma elevada “descristalização” do estatuto –, Gerhard Lenski privou-se, sem dúvida, a tirar todas as conseqüências de sua intuição ao submeter-se ao ritual positivista da construção de um índice. cf. G. Lenski, “Status Crystallisation: A Non-vertical Dimension of Social Status”, in *American Sociological Review*, 19, 1954, p. 405-413.

³³ Aos efeitos da concorrência entre os grupos que lutam pela reclassificação e contra a desclassificação que se organiza em torno do diploma – e, de modo mais geral, em torno de qualquer espécie de diplomas pelos quais os grupos constituem e afirmam sua raridade em relação aos outros grupos –, convém acrescentar um fator de inflação que pode ser chamado *estrutural*. O aumento generalizado da escolarização exerceu o efeito de aumentar a massa do capital cultural que, em cada momento, existe em estado incorporado de modo que, sabendo que o sucesso da ação escolar e a durabilidade de seus efeitos dependem da importância do capital cultural diretamente transmitido pelas famílias, pode-se supor que – no caso em que todas as outras variáveis sejam semelhantes – o rendimento da ação escolar tende a aumentar continuamente. Em poucas palavras, aumenta o rendimento do mesmo investimento escolar, o que contribui, sem dúvida, para produzir um efeito inflacionista: os diplomas tornam-se acessíveis a um número maior de pessoas.

³⁴ cf. C. Delcourt, “Les jeunes dans la vie active”, in *Économie et statistique*, nº 18, déc. 1970, p. 3-15.

³⁵ O estudo da evolução das demandas e ofertas de emprego permite ter uma idéia, sem dúvida, totalmente parcial e imperfeita, da defasagem entre as aspirações dos agentes e os empregos que lhes são, efetivamente, propostos: assim, observa-se que, de setembro de 1958 a setembro de 1967, o número dos que procuravam emprego com idade inferior a 18 anos tinha praticamente triplicado, enquanto o número de ofertas de emprego havia permanecido estacionário. A defasagem é particularmente importante no que diz respeito aos empregos de escritório e similares, ou seja, os mais procurados: as demandas relativas aos empregos de escritório representam 30,2% do conjunto das demandas, enquanto as ofertas correspondentes representam apenas 3,3% do total das ofertas. Segundo parece, a preocupação da maior parte dos jovens que procuram emprego é não só obter um emprego correspondente à sua qualificação, mas também conseguir um salário conforme a suas aspirações: 44% recusariam um emprego não correspondente à sua qualificação, enquanto 35% rejeitariam receber um salário inferior ao que julgavam ter direito (cf. M. Mangenot, N. Alisé, F. Remoussin, *Les Jeunes face à l'emploi*, Paris, Ed. Universitaires, 1972, p. 230).

³⁶ Contra a representação realista e fixista que está implicada em algumas tradições da sociologia do trabalho, convém lembrar que o *cargo* é irreduzível tanto ao cargo teórico, ou seja, à atividade tal como ela pode ser descrita nos regulamentos, circulares e organogramas, quanto ao cargo real, isto é, segundo sua descrição pela observação da atividade real daquele que o ocupa, assim como à relação entre os dois. De fato, tanto em sua definição teórica quanto em sua realidade prática, os cargos constituem o pretexto de lutas permanentes que podem opor seus ocupantes aos superiores ou subordinados, ou aos ocupantes de cargos vizinhos e concorrentes ou, ainda, entre eles (por exemplo, os antigos e os recém-chegados, os diplomados e os não-diplomados, etc.). Os pretendentes ou os ocupantes de um cargo podem ter interesse em redefinir, de fato e/ou de direito, o cargo de tal modo

que este só possa ser ocupado por detentores de propriedades idênticas às deles – cf. as lutas no âmbito da classe dominante entre ex-estudantes da ENA e da X [*École polytechnique*] ou, nas classes médias, entre enfermeiras de diferentes gerações.

³⁷ Essas novas estratégias vêm ao encontro ou substituem *estratégias* já testadas, tais como a outorga de uma ajuda financeira direta, espécie de herança antecipada, ou a reconversão do capital social da família em um rico casamento ou, ainda, a orientação para mercados menos tensos em que a rentabilidade do capital econômico, cultural ou social é mais elevada – por exemplo, outrora, as colônias ou determinadas instituições prestigiosas ou, pelo menos, honrosas, tais como as forças armadas ou a igreja, cujo acesso não estava subordinado nem à posse de capital econômico, tampouco à posse de capital cultural.

³⁸ É notável que, no próprio momento em que a divisão em dois ramos de ensino – com todo o rigor, sempre houve três com o primário superior e, sobretudo, o conjunto das formações e dos concursos internos oferecidos por todas as grandes administrações – tendia a desaparecer para reconstituir-se em outro nível, Baudelot e Establet, como observadores experientes, descobriram essa oposição, cuja existência nunca chegou a ser contestada pelo fato de constituir a manifestação mais evidente dos mecanismos escolares de reprodução.

³⁹ M. Griff, “Les conflits intérieurs de l’artiste dans une société de masse”, in *Diogenes*, nº 46, 1964, p. 61-94. No mesmo artigo de Mason Griff, será possível encontrar uma descrição bastante precisa dos procedimentos que os publicitários, “artistas comerciais”, impõem a seus aprendizes, muitas vezes, artistas em pensamento, para determinar o desinvestimento – “fazer as compras”, etc. – e o reinvestimento em um campo inferior.

⁴⁰ É assim que uma parte dos excedentes do sistema de ensino acaba sendo utilizada na gestão dos problemas e conflitos sociais engendrados pela “superprodução” escolar e pelas novas “demandas” que ela engendrou – por exemplo, a “necessidade” de educação permanente, etc.

⁴¹ L. Stone, “The Inflation of Honours, 1558-1641”, in *Past and Present*, 14, 1958, p. 45-70.

⁴² Seria necessário analisar todas as conseqüências sociais do atraso coletivo e individual: o efeito do acesso tardio (por oposição a precoce) não se limita a reduzir o *tempo de utilização*, mas implica uma relação menos familiar e menos “natural” com a prática ou o bem considerado (o que pode acarretar conseqüências técnicas – no caso de um automóvel – ou simbólicas, ao tratar-se de um bem cultural); além disso, esse atraso pode representar o equivalente dissimulado da pura e simples privação quando o valor do bem ou da prática refere-se mais a seu poder *distintivo* (associado, evidentemente, à apropriação privilegiada ou exclusiva – “exclusividade” – ou prioritária, no caso de “estréias” do que às satisfações intrínsecas que ele proporciona. (Os vendedores de serviços ou bens, interessados pelos efeitos de *alodoxia*, tiram o maior partido possível dessas defasagens; assim, oferecem, por exemplo, a contratempo – viagens organizadas fora da estação – ou retardatariamente – roupas ou práticas fora de moda –, determinados bens que só adquirem seu pleno valor em seu tempo ou sua hora).

⁴³ O limite desses processos de ação artística é constituído pelos processos de pânico ou *debandada* em que cada agente contribui para a ocorrência do que ele teme ao executar ações determinadas pelo efeito receado (eis o que se passa no pânico financeiro): em todos esses casos, a ação coletiva, simples soma estatística de ações individuais não coordenadas, culmina em um resultado coletivo irredutível ou antinômico aos interesses coletivos e, até mesmo, aos interesses particulares perseguidos pelas ações individuais – eis o que é bastante visível quando o efeito de desmoralização exercido por uma representação pessimista do futuro relativamente à classe contribui para o declínio da classe que o determina, de tal modo que os membros da classe em declínio contribuem com um grande número de suas condutas para o declínio coletivo, à semelhança dos artesãos que impelem os filhos a continuar os estudos e, ao mesmo tempo, criticam o sistema escolar por desviar os jovens do ofício.

⁴⁴ cf. L. Stone, “Theories of Revolution”, in *World Politics*, 18 (2), jan. 1966.

Capítulo 3.

¹ O mesmo é dizer que a relação entre as condições de existência e as práticas ou o sentido das práticas não deve ser compreendida pela lógica nem do mecanismo, nem da consciência.

² O observador que divide uma população em classes realiza uma operação que tem seu equivalente na prática social. Se ele o ignora, além de ficar exposto a fornecer, para uma classificação científica, uma forma mais ou menos modificada de uma classificação indígena – aliás, essa é a característica de

numerosas “tipologias” –, é incapaz de elevar ao nível da consciência a verdade de suas operações de classificação que, sendo semelhantes, neste aspecto, às do conhecimento indígena, supõem o estabelecimento de relações e comparações e que, embora dêem a impressão de se situarem no terreno da física social, produzem e interpretam, de fato, distinções significantes, em poucas palavras, situam-se na ordem do simbólico.

³ O verdadeiro pastiche, cujo exemplo é o próprio Proust, reproduz não os traços mais marcantes de um estilo – à maneira da paródia ou da caricatura –, mas o *habitus*, ou seja, o que Jacques Rivière designa por “foco da atividade mental”, em que se engendra o discurso original: “Divertimo-nos ao ver cada escritor ‘voltar’ por inteiro e refazer, em contato com um acontecimento que não chegou a conhecer, os mesmos gestos pelos quais ele reagia, exatamente, sobre aqueles que lhe trazem a vida. O foco de sua atividade mental é reencontrado, a lâmpada volta a acender-se em seu cérebro”, J. Rivière, in M. Proust e J. Rivière, *Correspondance, 1914-1922*, Paris, Gallimard, 1976, Appêndice B, p. 326.

⁴ Contra o atomismo de uma psicologia social que, ao destruir a unidade da prática, estabelece “leis” parciais que pretendem justificar produtos, ou seja, o *opus operatum*, visa-se estabelecer, assim, as leis gerais que reproduzem as leis de produção, o *modus operandi*.

⁵ De tal modo que as lacunas podem transformar-se em recusa desdenhosa e as confusões em distrações. Os burgueses distinguem-se, especialmente, por sua aptidão em *controlar a situação de pesquisa* – que deveria ser levada em consideração por qualquer análise de resultados. O controle da relação social em que funciona a cultura lhes é fornecido, sobretudo, pela aptidão, distribuída de uma forma bastante desigual, em adotar a relação com a linguagem que, em todas as situações – por exemplo, tagarelagem sobre o cinema ou as viagens – é designada por “conversação mundana” e que supõe uma arte de tratar por alto, escapular-se, dissimular, servindo-se profusamente de todas as redundâncias, de todos os termos de encher e de todas as precauções sintáticas identificadas pelos lingüistas como características da linguagem burguesa.

⁶ A teoria econômica – que trata os agentes econômicos como atores intermutáveis – omite, paradoxalmente, levar em consideração as condições econômicas de possibilidade das disposições econômicas e, por conseguinte, abstém-se de justificar realmente os sistemas de preferências que definem utilidades subjetivas incomparáveis e independentes.

⁷ A ética que pretende impor os princípios de um *ethos* – ou seja, as escolhas forçadas de uma condição – como norma universal é ainda uma forma, mais sutil, de sucumbir ao *amor fati*, de contentar-se com o que se é e se tem. Tal é o fundamento da antinomia sentida entre a ética e a intenção revolucionária.

⁸ O termo “burguês” é utilizado, aqui, como a abreviatura da expressão “frações dominantes da classe dominante”, enquanto o termo “intelectual” funciona, do mesmo modo, para designar “frações dominadas da classe dominante”.

⁹ F. Nietzsche, *Der Wille zur Macht*, Stuttgart, Alfred Kröner Verlag, 1964, Afor. 943, p. 630.

¹⁰ A *banana* é a única fruta cujo consumo pelos operários e assalariados agrícolas – anualmente, por pessoa, 23,36 F e 25,20 F respectivamente – é superior ao de todas as outras classes e, em particular, ao dos quadros superiores (19,15 F) que, por sua vez, ocupam o primeiro lugar no consumo de *maçãs* (31,60 F contra 21,00 F em relação aos operários), enquanto as frutas mais caras e ricas (isto é, dispendiosas e, ao mesmo tempo, ricas em calorias) – tais como *uvas*, *pêssegos*, *nozes* e *avelãs* – são consumidas, principalmente, pelos membros das profissões liberais, pelos industriais e pelos grandes comerciantes (29,04 F; 19,09 F e 17,33 F contra 6, 74 F; 11,78 F e 4,90 F entre os operários).

¹¹ Todo este parágrafo tem por base uma análise secundária das tabelas da pesquisa do INSEE sobre o consumo dos domicílios em 1972, referente a 39 itens, segundo a categoria socioprofissional.

¹² Em vez de gostos de liberdade, falar-se-á, de preferência, em gostos de luxo para evitar que se possa esquecer que os gostos de liberdade são também o produto de uma necessidade social que se define pelas “facilidades”, ou seja, pela distância da necessidade, que ela oferece.

¹³ N. Tabard, *Besoins et aspirations des familles et des jeunes*, CREDOC [Centre de Recherche pour l'Étude et l'Observation des Conditions de Vie] e CNAF [Caisse Nationale d'Allocations Familiales], s.d., p. 153.

¹⁴ J. W. Thibaut and A. W. Riecken, “Some Determinants and Consequences of the Perception of Social Psychology”, in *Journal of Personality*, 1956, vol. 24, p. 113-133.

¹⁵ Bastará apresentar um belo exemplo, pedido de empréstimo a Böhm-Bawerk, dessas falsas análises de essência: “Precisamos considerar agora um *segundo* fenômeno da experiência humana – um que é pesadamente carregado de consequência. Trata-se do fato de que nos sentimos menos preocupados

com relação a sensações futuras de alegria e tristeza porque elas residem no futuro, e a diminuição de nossa preocupação é proporcional à distância daquele futuro. Conseqüentemente, atribuímos a bens que se destinam a servir a fins futuros um valor que não alcança a verdadeira intensidade de sua futura utilidade marginal. *Nós sistematicamente subestimamos nossos desejos futuros e também os meios que servem para satisfazê-los*, E. Böhm-Bawerk, *Capital and Interest*, vol. 2, South Holland, IL 1959, p. 268 (citado por G. J. Stigler e G. S. Becker, *loc. cit.*).

¹⁶ Pode-se supor que a relação profunda com o futuro (e, também, com sua própria pessoa – à qual é atribuída tanto mais valor, quanto mais elevada é sua posição na hierarquia social) exprime-se pelo fato de que a parcela daqueles que afirmam que, “após a morte, existe uma nova vida” é mais baixa entre os operários (15% contra 18% entre os artesãos e comerciantes ou os empregados e quadros médios, enquanto atinge 32% entre os quadros superiores). cf. SOFRES e *Antenne 2* (canal de TV), *Les Français et la mort*, oct. 1977.

¹⁷ É útil indicar que esta arte que possui seus virtuosos, os animadores reconhecidos, pode soçobrar na caricatura das brincadeiras e das afirmações que terão a aparência de estereótipos, estúpidos ou grosseiros, *segundo os próprios critérios do gosto popular*.

¹⁸ No seio das classes médias, as oposições são muito menos nítidas, embora seja possível encontrar diferenças homólogas entre os professores primários e os empregados de escritório, por um lado, e, por outro, os pequenos comerciantes.

¹⁹ A preferência pelos restaurantes que apresentam uma culinária estrangeira – italiana, chinesa, japonesa e, em menor grau, russa – cresce à medida que se sobe na hierarquia social; a exceção fica por conta dos restaurantes espanhóis – sem dúvida, associados a uma forma de turismo mais popular e cuja escolha é cada vez mais freqüente à medida que se desce na hierarquia social – e norte-africanos que são preferidos pelos quadros médios (F.C., XXXIV).

²⁰ Os pequenos empresários da indústria e do comércio – encarnação do “merceeiro”, tradicionalmente, abominado pelos artistas – afirmam, com maior freqüência (60%), calçar pantufas, todos os dias, antes do jantar, enquanto os membros das profissões liberais e os quadros superiores são os mais propensos a rejeitar este símbolo pequeno-burguês (35% negam absolutamente tal prática). Por sua vez, o consumo particularmente elevado de pantufas por parte de operárias e camponesas dá testemunho, sem dúvida, de sua relação com o corpo, a higiene pessoal e a cosmética, decorrente do retraimento na casa e na vida doméstica – sabe-se, por exemplo, que as mulheres de artesãos ou de comerciantes e de operários são mais impelidas a dizer que, na escolha do vestuário, elas se orientam, sobretudo, pela preocupação de agradar ao marido.

²¹ Eis porque, além da posição atual, o corpo designa a *trajetória*.

²² O mesmo é dizer que as taxinomias aplicadas ao corpo percebido (gordo/magro, forte/fraco, alto/baixo, etc.) são, como sempre, arbitrarias – a idéia de beleza feminina pode ser associada, em contextos econômicos e sociais diferentes, à gordura ou à magreza – e, ao mesmo tempo, necessárias, ou seja, baseadas na razão específica de determinada ordem social.

²³ Do mesmo modo, seria possível opor a *tigela* – que, por comportar um maior volume de líquido de uma só vez, deve ser segurada com duas mãos e pela qual se bebe sem qualquer cerimônia – à *xicara*, cujo conteúdo é reduzido para dar a ocasião de voltar a servir-se – “aceita mais um pouco de café?” –, é segurada com dois dedos e bebe-se com a ponta dos lábios (Os jogos da distinção e dos “retornos” fazem com que a “tigela-em-madeira” se tenha tornado um dos símbolos da anticultura).

²⁴ Introduzir formas é também a maneira de denegar a verdade do mundo social e das relações sociais. Do mesmo modo que recusamos o “funcionalismo” popular em matéria de alimentação, assim também recusamos a visão realista que leva as classes populares a aceitar os intercâmbios sociais como tais – e a dizer, por exemplo, a propósito de alguém que fez uma gentileza ou prestou um serviço: “ela sabe perfeitamente que hei de retribuir-lhe” –, sem que tal afirmação tenha algo de descortês ou decepcionante. Excluindo a confissão de calculismo que plana sobre as relações sociais, pretende-se considerar os presentes recebidos ou ofertados apenas como testemunhos “puros” de amizade, respeito e afeição, assim como manifestações não menos “puras” de generosidade e de valor moral.

²⁵ Ao longo desta análise, convém considerar o conjunto das tendências convergentes mais que a importância das distâncias que, em todo caso, são minimizadas pelo fato de que a classe dominante está dividida em frações, cujos gostos, sobretudo, em matéria alimentar, variam em sentido oposto.

²⁶ Fazem exceção para o peixe, cuja preferência é cada vez maior à medida que se sobe na hierarquia social; neste caso, a diferença é particularmente marcante em relação ao linguado e ao salmão, peixes associados à idéia de luxo, enquanto é relativamente reduzida para a pescada e os peixes de água doce.

²⁷ Eis o que é verdadeiro para os homens. No entanto, para as mulheres, a oposição assume uma forma completamente diferente pelo fato de que a divisão do trabalho entre os sexos reveste formas bastante diferentes nas frações dominadas (em que ela está reduzida ao mínimo) e nas frações dominantes (em que a mulher pode ser reenviada, por sua exclusão das responsabilidades econômicas, ao papel atribuído a jovens e "artistas": é conhecido o papel de intermediário que, entre o mundo da arte e o mundo dos negócios, continua sendo desempenhado pelas mulheres da burguesia ou da aristocracia – e seus salões).

²⁸ W. D. Dannenmaier and F. J. Thumin, "Authority Status as Factor in Perceptual Distorsion of Size", in *Journal of Social Psychology*, 63, 1964, p. 361-365.

²⁹ cf. J. Defrance, "Esquisse d' une histoire sociale de la gymnastique (1760-1870)", in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 6 déc. 1976, p. 22-47.

³⁰ A relação entre os diferentes esportes e a idade é mais complexa já que, por intermédio da intensidade do esforço físico exigido e da disposição em relação a esse dispêndio que é uma dimensão do *ethos* de classe, ela se define apenas na relação entre um esporte e uma classe: entre as propriedades dos esportes "populares", a mais importante é o fato de que eles sejam tacitamente associados à juventude – espontânea e implicitamente creditada de uma espécie de *permissão provisória* que se exprime, entre outras coisas, pelo desperdício de um excesso de energia física (e sexual) – e abandonados bem cedo (quase sempre, no momento da entrada na vida adulta, marcada pelo casamento); pelo contrário, os esportes "burgueses", praticados principalmente por suas funções de manutenção física e pelo ganho social que eles proporcionam, têm em comum o fato de recuarem a idade limite de prática para muito além da juventude e, talvez, tanto mais longe quanto maior for seu prestígio (como o golfe).

³¹ As disposições que os praticantes oriundos das classes populares ou das camadas inferiores das classes médias introduzem no exercício dos esportes coletivos – e, em particular, a esperança de saírem, por milagre, da classe – estão em harmonia com as exigências da racionalização do treino e da prática.

³² Nestas matérias, também, existe uma hierarquia das legitimidades que define o valor suscetível de ser reconhecido aos diferentes esportes na conversação burguesa; tal aspecto é ilustrado muitíssimo bem pelo cotidiano parisiense *Le Monde* que dedica ao tênis e ao rúgbi – e, secundariamente, ao atletismo – verdadeiros artigos "críticos", muitas vezes, assinados por nomes conhecidos, ao passo que reserva um tratamento muito mais distante e impessoal ao futebol e ao ciclismo.

³³ Sabe-se que, inversamente à prática do truco (e, ainda mais, da manilha), a prática do bridge cresce à medida que se sobe na hierarquia social, culminando nas profissões liberais (IFOP, 1948). Do mesmo modo, entre os estudantes das *grandes écoles*, a prática do bridge e, sobretudo, a prática intensiva (com torneio), varia muito fortemente segundo a origem social. A prática (declarada) do xadrez está, segundo parece, menos associada – do que a prática do bridge – a tradições sociais e à busca do acúmulo do capital social; pelo contrário, está mais estreitamente dependente do capital cultural. Eis o que explicaria seu crescimento quando se sobe na hierarquia social, mas sobretudo para o setor do espaço definido por um elevado capital cultural (F.C. VII).

³⁴ M. Proust, *A la recherche du temps perdu*, Paris, Gallimard, col. La Pléiade, 1954, t. III, p. 377.

³⁵ Outro traço distintivo que condensa a oposição entre duas relações com o corpo e com a vida de relações: dois terços (59,8%) dos professores afirmam que nunca dançaram, ao passo que os membros das profissões liberais praticam freqüentemente a dança – somente 18%, ou seja, a taxa mais baixa de toda a população, afirmam que nunca dançaram (F.C., IV).

³⁶ Mais da metade dos sócios do clube de golfe de Saint-Nom-la-Bretèche são banqueiros, industriais, homens de negócios, administradores de empresas; 26% são diretores de empresas, quadros e engenheiros; e 16% são membros das profissões liberais.

³⁷ A melhor confirmação da existência, em todas as coisas, de uma legitimidade e de uma definição da prática legítima é, sem dúvida, a certeza inconsciente, embora socialmente corroborada, com a qual os novos *taste-makers* avaliam todas as práticas pela bitola de seu bom gosto, constituído como *norma do futuro* (por oposição a tudo o que é arcaico, velho, rígido, superado). A ingenuidade de alguns comentários, acompanhados pelas estatísticas de consumo que eles produzem por necessidade do *marketing*, denuncia, por exemplo, o seguinte: eles classificam todos os consumos alimentares em função de sua distância ao ideal anglo-saxão do *breakfast* com ovos e toucinho ou do *lunch* leve regado com água mineral, assim como outros determinam o que é *in* em matéria de política ou o último *must* da moda filosófica em função do que se faz (ou não se faz) em Harvard, Princeton ou Palo Alto.

³⁸ Teria sido possível evocar, também, a análise das relações entre o campo literário, como campo de produção de um universo de possibilidades lingüísticas, e os *habitus* de classe (cf. P. Bourdieu, com L.

Boltanski, "Le fétichisme de la langue", in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 4, 1975, p. 2-33 e P. Bourdieu, "L'économie des échanges linguistiques", in *Langue française*, 34, mai 1977, p. 17-34); ou, ainda, as relações, evocadas mais adiante, entre o espaço dos jornais e dos semanários ou o espaço dos partidos políticos, por um lado, e, por outro, as expectativas das diferentes classes sociais.

³⁹ Conviria que a noção abstrata de *mercado de trabalho* fosse submetida a uma crítica análoga, descrevendo os invariantes e, ao mesmo tempo, as variações da relação entre o detentor dos meios de produção – portanto, dos postos de trabalho – e o vendedor da força de trabalho, segundo as relações de força entre as duas partes que, entre outras coisas, dependem da raridade do cargo e das vantagens materiais e simbólicas que ele proporciona, da raridade da força de trabalho oferecida ou dos diplomas que a garantem; ou, em outras palavras, do grau em que o detentor do cargo pode suportar a retirada individual ou coletiva da força de trabalho (recusa do cargo, greve, etc.) e do grau em que o detentor da força de trabalho pode suportar a recusa do cargo (por exemplo, segundo seus diplomas, idade, despesas familiares, considerando que os jovens celibatários são menos vulneráveis), etc.

Capítulo 4.

¹ Apesar de tudo, eis alguns exemplos, extraídos das cartas enviadas a Louise Colet por G. Flaubert: "O que é, então, a Igualdade além da negação de qualquer liberdade, de qualquer superioridade e da própria natureza? A Igualdade é a escravidão. Eis porque amo a Arte" (15-16 mai 1852). "No reino da igualdade – e sua chegada está próxima –, quem não estiver coberto de verrugas será esfolado vivo. O que é que a massa tem a ver com a Arte, a poesia e o estilo? Ela não tem necessidade de tudo isso. Ainda seria possível propor-lhe comédias ligeiras e divertidas, tratados sobre o trabalho nas prisões, sobre os grandes conjuntos habitacionais destinados aos operários e os interesses materiais do momento. Há conjuração permanente contra o original" (20 juin 1853). "No entanto, parece-me que é possível extrair uma verdade de tudo isso; é que não se tem necessidade do vulgar, nem do elemento numeroso das maiorias, da aprovação e da consagração, 89 derrubou a realeza e a nobreza, 48 a burguesia e 51 o povo. Não resta mais nada, além de uma horda acanalhada e imbecil. Estamos todos soterrados, no mesmo nível, em uma mediocridade comum. A igualdade social transferiu-se para a mente. Do mesmo modo que são construídas estradas de ferro e salas esquentadas para receber mendigos durante os invernos rigorosos, assim também são editados livros para todo o mundo, faz-se Arte e ciência para todo o mundo. A humanidade tem a paixão violenta do rebaixamento moral; daí, meu ódio por fazer parte dela" (28-29 sept. 1853). Conviria citar, também, Mallarmé: "L'Art pour tous" ou "Le mystère dans les lettres", in *Œuvres complètes*, Paris, Gallimard, col. La Pléiade, p. 257-260 e 382-387.

² E. H. Gombrich, *Méditations...*, *op. cit.*, p. 17-18.

³ N. Elias, *La Société...*, *op. cit.*, p. 38.

⁴ Durkheim que – diferentemente de Popper, por exemplo, cujas teses são antecipadas por ele (cf. K. Popper, *Objective Knowledge: An Evolutionary Approach*, Oxford, Oxford University Press, 1972, em especial, o cap. 3) –, tendo formulado o problema da relação entre o mundo da ciência, "resultado da existência humana concentrada e acumulada", e a razão individual, encontra logo uma resposta na linguagem da *participação*, fundamento da *ilusão do comunismo cultural*: "Acima dos entendimentos humanos, os filósofos imaginaram, freqüentemente, uma espécie de entendimento universal e impessoal em que gostariam de participar por vias místicas; pois bem! esse entendimento existe, não em um mundo transcendente, mas neste mundo; ele existe na ciência ou, pelo menos, realiza-se progressivamente nela, sendo a fonte da mais elevada vida lógica à qual a razão dos indivíduos pode vir beber", in E. Durkheim, *L'Évolution pédagogique en France*, vol. I, Paris, Alcan, 1938, p. 215-216.

⁵ No pressuposto de que, além da riqueza de seu proprietário, ela é a prova de seu bom gosto, a posse de obras de arte aparece, de algum modo, como *merecida* e tende a constituir por si uma garantia de legitimidade.

⁶ A raridade da competência exigida por uma obra erudita será tanto maior quanto mais "moderna" ela for, ou seja, quanto mais avançado for seu estágio na história relativamente autônoma dos campos de produção que deve sua quase cumulatividade ao fato de que o pertencimento ao campo e à história do campo ("fazer data") implica que a definição se faça em referência e, quase sempre, em oposição à arte imediatamente anterior (o que, conforme é particularmente bem visível no caso da música, conduz, por exemplo, a uma extensão contínua do campo dos acordes aceitos ou da amplitude das modulações

toleradas). Assim, explica-se que a história dos gostos individuais tende a reproduzir, salvo algumas diferenças, a história da arte correspondente.

⁷ Fico devendo esta referência a Jean-Daniel Reynaud.

⁸ Uma análise dos debates que acompanharam o lançamento do livro de bolso – promessa de divulgação para o autor e ameaça de vulgarização para o leitor – contribuiria, também, para esclarecer essa ambivalência.

⁹ Deste modo, foi possível mostrar que, para a constituição de um campo de produção artística relativamente autônomo que propõe produtos *estilisticamente diversificados*, a condição é a existência de dois ou vários grupos de empresários das artes com diferentes necessidades artísticas e um poder igual de escolher as obras adaptadas a seus gostos; cf. E. B. Henning, “Patronage and Style in the Arts: a Suggestion concerning their Relations”, in *The Journal of Esthetics and Art Criticism*, vol. 18, n° 4, June 1960, p. 464-471.

¹⁰ Este sistema dos possíveis de ordem ética, estética e política – oferecidos, efetivamente, em determinado momento – é, sem dúvida, uma dimensão essencial do que faz a historicidade das maneiras de pensar e das visões do mundo, assim como a contemporaneidade dos indivíduos e dos grupos associados à mesma época e ao mesmo lugar.

¹¹ É conhecida a idéia preconcebida sistemática que a publicidade para os produtos de luxo tira da associação de um produto com um grupo. Não existe campo em que as instituições se definam, de forma mais aberta, por sua *clientela* do que o comércio de luxo, sem dúvida, porque neste caso os produtos oferecidos têm a função, quase exclusiva, de *classificar* seus possuidores. O vínculo entre o *valor* dos emblemas e o valor do grupo possuidor marca-se, assim, de forma muito concreta no mercado das antiguidades, em que o valor de um objeto pode depender da qualidade social de seus antigos proprietários.

¹² As classificações incorporadas do gosto devem contar, em cada instante, não só com as classificações objetivadas em instituições, tais como as instâncias de consagração e de conservação culturais, mas também com todas as hierarquias tornadas coisas das quais eles são sempre parcialmente o produto; mas, por outro lado, os sistemas de classificação dominantes são, incessantemente, questionados e submetidos à revisão nas lutas de classificação através das quais as diferentes classes ou frações de classe esforçam-se por impor seu próprio sistema de classificação como legítimo, diretamente ou por intermédio dos profissionais que se enfrentam nos campos de produção especializados.

¹³ Na impossibilidade de lembrar, aqui, todos os pressupostos da análise em termos de campo – e, em particular, a relação de interdependência que une um *capital específico* ao campo em que tem cotação e produz efeitos – contentar-nos-emos em citar os trabalhos anteriores em que foram implementadas essas noções – cf., em particular, P. Bourdieu, “Le marché des biens symboliques”, in *L'année sociologique*, 22, 1971; “Genèse et structure du champ religieux”, in *Revue française de sociologie*, 12 (3), 1971; “Champ du pouvoir, champ intellectuel et habitus de classe”, in *Scolies*, 1, 1971; “Le couturier et sa griffe”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1, janv. 1975 [cf. “O Costureiro e sua Grife: contribuição para uma teoria da magia”, in *A Produção da Crença*. 3. ed. Porto Alegre, Zouk, 2006. p. 113-190]; “L'invention de la vie d'artiste”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2, mars 1975; “L'ontologie politique de Martin Heidegger”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 5/6, nov. 1975; “Le champ scientifique”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 8/9 (antiga enumeração: 2/3), juin 1976; e, por fim, especialmente, *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3. ed. Porto Alegre, Zouk, 2006. p. 17-111.

¹⁴ cf. P. Bourdieu e Y. Delsaut, “O Costureiro e sua Grife: contribuição para uma teoria da magia”, in *A Produção da Crença*. 3. ed. Porto Alegre, Zouk, 2006. p. 113-190. Do mesmo modo que a “revolução” do *prêt-à-porter* surgiu do encontro entre as disposições de um costureiro (Courrèges) que ocupava uma posição particular no campo da moda, e o estilo de vida “moderno”, “dinâmico” e “informal” da nova burguesia que introduz as funções tradicionais de representação na vida profissional, assim também a nova moda do “verdadeiro” (verdadeiras roupas chinesas, verdadeiros uniformes das forças armadas fora de uso – parkas, calças de brim, impermeáveis leves – jalecos dos caçadores canadenses, quimonos japoneses de artes marciais, *rangers* de safári) que as butiques mais “in” vendem a preço de ouro a uma clientela de pessoas da moda – manequins, publicitários, jornalistas, etc. – deve seu sucesso ao fato de que ela encontra as demandas vinculadas à nova contracultura jovem.

¹⁵ cf. P. Bourdieu, *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3. ed. Porto Alegre, Zouk, 2006. p. 17-111. Do mesmo modo, não seria difícil mostrar tudo o que, inclusive na era da pesquisa de mercado, estes produtos culturais de uma espécie particular como são os jornais

devem à lógica da concorrência *em relação aos anunciadores e aos leitores*; isso faz com que os órgãos de imprensa, como os partidos políticos, devam trabalhar, incessantemente, para estender tão longe quanto possível sua clientela, em detrimento de seus concorrentes mais próximos no campo da produção e mediante empréstimos mais ou menos dissimulados de temas e fórmulas, até mesmo de jornalistas, sem por isso perderem o público que os define e aos quais está vinculado seu valor distribucional.

¹⁶ J.-J. Gauthier, *Théâtre d'aujourd'hui*, Paris, Julliard, 1972, p. 25-26. Ele deve merecer nosso crédito ao afirmar que, em vez de residir no ajuste calculado às expectativas do público, o princípio da eficácia de suas críticas encontra-se em um *acordo objetivo* que permite, entre o crítico e o público, uma perfeita sinceridade, indispensável também para ser *acreditado*, portanto, eficaz.

¹⁷ Antes de opor os casos de discordância e de divórcio, deveríamos pensar no que representam as forças de coesão, constituídas pela harmonia dos *habitus*, para contrabalançar as contradições inerentes ao empreendimento matrimonial, tal como é definido pelos costumes e pela lei social.

¹⁸ A intuição do *habitus* fornece uma compreensão imediata – que, por sua vez, só poderia se basear em um longo trabalho de explicitação – pelo fato de que, convidados a designar as personalidades, constantes de uma lista, que gostariam de receber, os quadros superiores e os membros das profissões liberais escolhem (mais do que todas as outras classes) Simone Veil, Giscard d'Estaing, Barre, François Giroud, Chirac, assim como Gicquel e Mourousi, ao passo que os operários preferem (mais do que todos os outros) Coluche, Poulidor, Thévenet e Marchais; por sua vez, as classes médias ocupam o primeiro lugar na escolha de Le Luron, Mitterrand, Caroline de Mônaco, Platini e Jauffret (F.C. XLIII).

¹⁹ Conviria coletar o inesgotável discurso do ressentimento pelo qual o indivíduo visa *contentar-se* com o que tem (de acordo com esta frase que ouvimos: “Imagina só o que ele teve de pagar pelo aluguel de uma casa à beira-mar!”).

²⁰ A noção de *situação* que se encontra no âmago do erro interacionista permite reduzir – à ordem pontual, local, lábil (como nos encontros ocasionais entre desconhecidos) e, muitas vezes, *artificial* (como nas experiências da psicologia social) que se realiza nas interações – a estrutura objetiva e duradoura das relações entre as posições oficialmente constituídas e garantidas que organiza qualquer interação *real*: os indivíduos em interação introduzem *todas as suas propriedades* nas interações mais circunstanciais; além disso, a posição relativa na estrutura social (ou em um campo especializado) comanda a posição na interação. Sobre a oposição entre a “situação” e o campo ou o mercado, ver P. Bourdieu, “L'économie des échanges linguistiques”, in *Langue française*, 34, mai 1977, p. 17-34.

²¹ A nova pequena burguesia distingue-se, aqui, ainda pela escolha particularmente freqüente dos adjetivos que declaram, da forma mais clara, a intenção de distinção como “recatado” no que diz respeito ao interior da casa ou “chique e distinto” para o vestuário. Do mesmo modo, o comércio de semiluxo (rua de Faubourg Saint-Antoine, em Paris) declara abertamente, em suas publicidades, os “valores” que o comércio de luxo (rua de Faubourg Saint-Honoré, em Paris) contenta-se em sugerir – por exemplo, pela referência à arte – dando assim razão à acusação de “vulgaridade” como busca do “efeito”: “os móveis de Claude Deco (butique da rua de Faubourg Saint-Antoine) têm um ‘não sei o quê’ que é a alma da elegância e da distinção”.

²² Em relação aos adjetivos recusados, a lógica é a mesma; as classes populares nunca rejeitam “claro e limpo”, “fácil de arrumar” ou “prático”. No nível das classes médias, as frações estabelecidas – empregados de escritório, quadros médios da administração, artesãos e pequenos comerciantes – rejeitam com maior nitidez “repleto de fantasia” que “clássico”, inversamente à nova pequena burguesia (com exceção dos artesãos de arte) que, a exemplo da maior parte das frações da classe dominante – e, em particular, os professores e os membros das profissões liberais – rejeita com maior freqüência “clássico” do que “repleto de fantasia”.

²³ O erro inerente ao modelo do “trickle-down effect” reside no fato de reduzir a uma *busca intencional* da diferença o que, de fato, é um efeito objetivo e automático, podendo ou não ser reduplicado intencionalmente, da diferenciação das condições e das disposições dos consumidores, assim como da diferenciação do campo de produção. cf. B. Barber and L. S. Lobel, “Fashion in Women's Clothes and the American Social System”, in *Social Forces*, XXXI, 1952, p. 124-131; L. A. Fallers, “A Note on the ‘Trickle Effect’”, in *Public Opinion Quarterly*, vol. 18, 1954, p. 314-321.

²⁴ Interrogados a respeito da maneira como elas se vestiriam para um jantar “em casa do empregador do marido”, 33% das mulheres de quadros médios ou de empregados (assim como 32% das mulheres de operários e 29% das mulheres de agricultores) afirmam que utilizariam “o que têm de melhor” contra 19% somente das mulheres de industriais ou de grandes comerciantes ou de quadros superiores e dos membros das profissões liberais que dizem que trocariam de roupa “sem se endominguarem” à

razão de 81% contra 67% das mulheres de quadros médios ou de empregados e 68% das mulheres de operários ou de agricultores (F.C., XLII).

²⁵ Nada é mais afastado de tal objetivação que a contestação artística da arte promovida por alguns artistas (cf. P. Bourdieu, "A produção da crença", *loc. cit.*) ou as manifestações reunidas sob o nome de contracultura que se limitam a opor uma cultura a uma outra, uma cultura dominada no campo relativamente autônomo da produção e da difusão culturais – que nem por isso é a cultura dos dominados – a uma cultura dominante, desempenhando assim o papel, previsto desde toda a eternidade, de uma vanguarda cultural que, por sua própria existência, contribui para o funcionamento do jogo cultural.

²⁶ O *elitismo bem compreendido* de Nietzsche não está longe da verdade científica relativa aos mecanismos de produção da crença no valor da cultura: "Vocês estão acostumados a dizer que ninguém aspiraria à cultura se soubesse até que ponto o número dos homens verdadeiramente cultos é – finalmente, e não pode deixar de ser incrivelmente – reduzido; e que, no entanto, a existência desse número reduzido de homens verdadeiramente cultos só seria possível se uma grande massa, determinada no fundo contra sua natureza e unicamente por ilusões sedutoras, se dedicasse à cultura; que não deveria ser denunciada, portanto, publicamente essa ridícula desproporção entre o número dos homens verdadeiramente cultos e o enorme aparelho da cultura; e que este seria o verdadeiro segredo da cultura: grande número de homens lutam para adquirir a cultura, trabalham para a cultura, aparentemente, em seu próprio interesse, mas no fundo somente para permitir a existência desse número reduzido", in E. Nietzsche, *Sur l'avenir de nos établissements d'enseignement*, Paris, Gallimard, 1973, p. 41-42.

²⁷ Um dos traços mais visíveis dos efeitos da exposição precoce e recorrente a situações arquetípicas – aliás, prováveis, de uma forma bastante desigual, para as diferentes classes – é a relação com o próprio corpo que se exprime em certa maneira de portar o seu próprio corpo – autoconfiança, desembaraço e autoridade "naturais" daquele que se sente autorizado ("ele tem esse direito"); constrangimento ou arrogância daquele que insinua a suspeita sobre sua legitimidade ao denunciar, por sua precipitação em afirmá-la, que não tem a certeza de segurá-la – é, sem dúvida, um dos marcadores sociais mais poderosos e, por conseguinte, um objeto privilegiado de manipulações estratégicas, a naturalidade forçada ou afetada daquele que pretende embair encontrando-se sempre exposta à ironia desmistificadora daquele que não se deixa enganar.

²⁸ Tentaremos mostrar, alhures, que é a partir de tal postulado que se constrói a visão goffmaniana do mundo social, espécie de marginalismo social que reduz a realidade da ordem social à soma de representações (subjetivas) que os agentes se fazem das representações (teatrais) que lhes são fornecidas pelos outros agentes.

²⁹ Pelo próprio fato não só de sua ambivalência essencial que incita à alternância entre submissão e agressão, mas também dos riscos de humilhação a que, permanentemente, ela o deixa exposto, a relação do pretendente pretensioso com o detentor autoconfiante está sobrecarregada de tensão afetiva e geradora de ressentimento.

³⁰ O famoso preceito de Durkheim, ou seja, "convém tratar os fatos sociais como coisas" contém sua própria negação: vê-se, imediatamente, que seria inútil enunciar, de forma espalhafatosa, semelhante manifesto metodológico se a percepção comum – que é um fato social e, também, contribui para produzir o fato social – tratasse os fatos sociais como a ciência exige que sejam tratados.

³¹ O aristocratismo do desinteresse está, sem dúvida, na origem de grande número de condenações da "sociedade de consumo" que esquecem o seguinte: a condenação do consumo é uma idéia de consumidor.

³² Limitando-nos aos dados coletados pela pesquisa, à maneira do lingüista que se contentasse com o *corpus* finito das frases suscitadas por um conjunto finito de desencadeadores, em vez de assumir a liberdade de servir-se, sem descanso, do universo indefinido das frases efetivamente realizadas ou gramaticalmente possíveis, privamo-nos da possibilidade de evocar a riqueza infinita de cada um dos estilos de vida. Possibilidade, aliás, completamente teórica já que, sob pena de cair na tentação positivista evocada por Borges, do mapa tão grande quanto o país, deveríamos procurar, por um trabalho de escrita em si mesmo demasiado longo, para não dizer, interminável, a linguagem mais capaz de evocar os traços que, à semelhança da diferencial que contém a curva, condensam um universo de práticas. Para evitar a monotonia das referências unicamente aos indicadores utilizados na pesquisa, poderíamos ter substituído, por exemplo, as obras e os autores efetivamente propostos por equivalentes, em cada caso, diferentes (por exemplo, as *Variações* de Goldberg ou o Caderninho de Anna Magdalena Bach pelo *Cravo bem temperado*; ou, em matéria de canções, Reggiani, Ferrat, Barbara ou Greco por Brel e Douai, ou ainda Marcel Amont, Adamo ou Mireille Mathieu por Aznavour). Se renunciamos a

esse procedimento – no entanto, perfeitamente conforme à lógica do gosto que, incessantemente, opera tais substituições no interior de classes de equivalência confusamente apreendidas a partir de referências sociais – é porque, por um lado, a própria natureza das classes de equivalência depende do sistema de classificação adotado e, por outro, no aspecto em que determinada pessoa verá apenas elementos intercambiáveis da classe “grande música”, uma outra recusará as substituições, aparentemente, mais justificadas (pela identidade do compositor, data de composição, forma e estilo).

Capítulo 5.

¹ As análises das diferentes frações da classe dominante apresentadas aqui se limitam a focalizar, no interior de um conjunto de pesquisas em curso – algumas das quais já foram objeto de publicações separadas –, o que é indispensável para justificar diferenças fundamentais em matéria de estilo de vida.

² Sobre o método de análise, ver L. Lebart, A. Morineau e N. Tabard, *Techniques de la description statistique. Méthodes et logiciels pour l'analyse des grands tableaux*, Paris, Dunod, 1977 e, em relação aos fundamentos teóricos e às condições lógicas de utilização, J. Benzécri, *L'Analyse des données. Leçons sur l'analyse factorielle et la reconnaissance des formes et travaux du Laboratoire de statistiques de l'Université de Paris VI*, Paris, Dunod, 1973, 2 vols.

³ O mesmo tipo de operações foi utilizado para a análise das respostas das classes médias e das classes populares.

⁴ Em todo este parágrafo, assim como na seqüência do texto, os algarismos entre parênteses representam as contribuições absolutas das variáveis consideradas para o fator correspondente.

⁵ Na mesma lógica, compreende-se que as opiniões formuladas a propósito de julgamentos pré-formados – tais como, por um lado, “interesse-me tanto pela pintura abstrata quanto pela pintura das escolas clássicas” ou, ao contrário, “a pintura é importante, mas difícil” – ou a escolha de cantores (por exemplo, Léo Ferré, Georges Brassens, Jacques Douai) são fortemente explicadas pelo primeiro fator.

⁶ Renunciamos a representar, por uma nuvem, os quadros do setor público, assim como os do setor privado, muito dispersos no diagrama-plano.

⁷ É certo que, sob o aspecto da cultura, linguagem e estilo de vida, a fronteira com as classes populares é, sem dúvida, muito menos delimitada e, de qualquer modo, situada em posição muito mais elevada, no setor das profissões independentes – e, sobretudo, das profissões comerciais – que do lado dos assalariados em que ela se destaca desde o nível dos empregados. À semelhança do que ocorre em matéria de alimentação, os pequenos empresários estão mais próximos da classe operária por suas maneiras de falar, seus gostos (pelo esporte, *music-hall*, etc.), seus valores (por exemplo, virilidade), do que dos empregados que, apesar de se oporem muito mais fortemente a ela em todos esses aspectos, aproximam-se muito mais dela em suas tomadas de posição políticas.

⁸ Isso significa que o primeiro fator da análise fatorial corresponde à segunda dimensão do espaço social, enquanto o segundo fator refere-se à terceira dimensão.

⁹ Nas análises realizadas, sucessivamente, em relação ao mesmo conjunto de indicadores – e, em particular, aquele que foi adotado para a síntese final – ou em relação aos diferentes conjuntos, o primeiro fator revelou-se mais estável (sua significação manteve-se diante de todas as permutas na posição relativa das frações) que o segundo; assim, em determinado domínio, a antiguidade na burguesia poderia ser relegada para a terceira posição.

¹⁰ De maneira geral, observa-se que as práticas culturais variam tanto mais fortemente em função da renda, nos limites, é claro, do capital cultural, quanto mais elevado for seu custo direto – tais como o teatro ou as exposições – ou quanto mais subordinadas estiverem à posse de equipamentos dispendiosos (por exemplo, a escuta de discos, a prática de um instrumento de música, tal como o piano, ou a prática intensiva do cinema amador). A frequência dos museus de arte (cuja distribuição no espaço é – relativamente – mais homoganeamente distribuída do que os teatros ou as salas de concerto) dependeria exclusivamente do capital cultural (tanto maior, evidentemente, quanto mais baixo for mantido o preço do ingresso) se o turismo, em si mesmo estreitamente vinculado ao capital econômico, não tivesse intensificado tal prática (isso explica que, em relação à classe dominante, a taxa de representação das frações mais ricas em capital econômico seja mais elevada nos museus com forte atração turística que nos museus “comuns”).

¹¹ Segundo esta lógica, compreende-se que o preço desejado forneça a mais forte contribuição absoluta para o primeiro fator colocado em evidência pela análise das correspondências de um conjunto de características relativas a uma amostra de teatros parisienses e do respectivo público (SEMA, *La situation du théâtre en France*, Annexe, tableau 231 b). Ou, ainda, que a propensão para julgar que o preço do ingresso no museu é barato ou muito barato venha a aumentar muito fortemente, segundo a hierarquia habitual, quando se passa das frações ricas (relativamente) em capital cultural para as frações ricas em capital econômico; neste caso, os membros das profissões liberais distinguem-se somente por uma distribuição em duas modalidades (correto - muito barato).

¹² Demonstramos que, por um lado, o preço dos ingressos representa apenas uma reduzida parte do custo da frequência do teatro – ao qual deve ser acrescentado o preço do transporte, o tempo gasto, o preço do jantar e a despesa com o “babysitting” – e, por outro, o total das despesas aumenta com a renda (cf. Thomas Moore, “The demand for Broadway theater tickets”, in *The Review of Economics and Statistics*, 48 / 1, feb. 1966, p. 79-87). Isso significa que o custo global da “saída” ao teatro aumenta, sem dúvida, bastante fortemente, a um só tempo, pelo preço do próprio ingresso e pelas despesas acessórias, quando se passa dos intelectuais para os membros das profissões liberais e para os empresários da indústria e do comércio.

¹³ cf. P. Martineau, “Social classes and spending behavior”, in *Journal of Marketing*, 23, oct. 1958, p. 121-130.

¹⁴ As expressões entre aspas são tomadas de empréstimo ao artigo ideal-típico escrito por Jean-Jacques Gautier sobre a peça, em si mesma ideal-típica, de Françoise Dorin, *Le tournant*, in *Le Figaro*, 12 janv. 1973.

¹⁵ Costuma-se dizer que um autor – ou sua peça – “é bem interpretado” pelos atores.

¹⁶ Os visitantes das classes médias e os professores – e, secundariamente, os engenheiros – são os mais propensos a associar o museu a uma biblioteca (“O que me dá mais gosto? Uma biblioteca: ela contém obras de valor e é necessário ter vontade de entrar nela” – Engenheiro, Cambrai, 44 anos, Museu de Lille). São os mesmos que sentem maior tendência a associar a contemplação a práticas de registro (tais como, tomar notas) e de entesouramento (por exemplo, a compra de reproduções). Além disso, observa-se que os professores são os mais propensos a recusar a dissociação entre a experiência direta da obra de arte e o conhecimento erudito (e, também, os mais tentados a recusar este julgamento: “não me importa saber quem pintou e como o fez; o que conta é que, ao olhar o quadro, eu tenha uma sensação agradável”).

¹⁷ Entre os membros da classe dominante, os professores (16,3% dessa classe, em 1968) utilizam as bibliotecas (cf. “La lecture publique en France”, in *Notes et études documentaires* 3948, 15 déc. 1972), os teatros de vanguarda consagrada (Odéon, TEP, TNP, Montparnasse) (cf. SEMA, *Le public des théâtres*, Paris, 1964 – reagrupando os sem profissão com os quadros e os membros das profissões liberais), os museus (cf. nossa pesquisa complementar de 1965), os teatros “clássicos” (Atelier, Comédie Française) e, por último, os teatros de bulevar (cf. SEMA, *Id., ibid.*) em uma porcentagem que se eleva, respectivamente, a 54,4%; 39,5%; 34,1%; 27,7% e 13,5%. A análise secundária da pesquisa do INSEE sobre os lazeres (F.C., IV) mostra que, entre os membros da classe dominante, os professores (13,7% dessa classe na amostra) – que dizem: 1) ter ido à biblioteca, no mínimo, uma vez por mês; 2) ter ido ao concerto, pelo menos, cinco ou seis vezes por ano; 3) ter visitado, nos últimos seis meses, uma exposição de arte; 4) ter frequentado um museu; 5) ter ido ao teatro, pelo menos, cinco ou seis vezes por ano; e, finalmente, 6) ter assistido a um espetáculo de variedades, no mínimo, uma vez no ano – representam: 1) 40,9%; 2) 38%; 3) 27,1%; 4) 19,4%; 5) 16,1% e 6) 6%, respectivamente. A parcela dos industriais e dos grandes comerciantes varia rigorosamente em razão inversa, além de representarem, por exemplo, 18,6% dos membros da classe dominante que assistiram a um espetáculo de variedades.

¹⁸ No pressuposto de que a *densidade* da informação pertinente não é menos importante que sua qualidade, decidimos extrair as referências e expressões – citadas, com a indicação da respectiva página, nos quatro parágrafos seguintes – de um único número (o de novembro de 1973), cuja representatividade é garantida pelo exame atento do conteúdo publicado, durante dois anos (1972-1973), por essa revista.

¹⁹ K. Marx, “Manuscrits parisiens, 1844”, in *Œuvres*, t. II, *Économie*, Paris, NRF, 1965, p. 24.

²⁰ Vê-se que a tendência para o *personalismo* e para todas as formas de exaltação da unicidade da pessoa está inscrita no mais profundo das disposições. A variação, segundo as frações – ou seja, segundo as espécies do capital que são o fundamento principal do pertencimento à classe –, encontra-

se nas *propriedades* constitutivas (de fato e de direito) da pessoa – valor intelectual, valor moral e espiritual, etc. – que são especialmente exaltadas.

²¹ Com efeito, para compreender o valor dos *potlatch de tempo* incluindo todas as condutas que consistem em “atribuir” ou “dar” tempo aos outros – dimensão importante do que é oferecido nas recepções – e, é claro, todos os lazeres cujo valor simbólico está baseado sempre, em parte, na capacidade de dominar o tempo e o dinheiro afirmada no fato de “tomar seu tempo”, ou seja, gastar por nada um tempo de tal valor, convém ter em mente, por um lado, o fato de que o tempo, apesar de ser possível apropriar-se, por procuração, do tempo dos outros ou de fazer sua economia por todas as estratégias de racionalização e, sobretudo, servindo-se da liberdade de avançar a contratempo e a contralugar que permite escapar aos efeitos de obstrução, é, sem dúvida, um dos limites antropológicos mais difíceis de contornar; e, por outro, o fato de que o valor mercantil do tempo – mais ou menos diretamente experimentado segundo o modo de remuneração, honorários no ato, como ocorre com os médicos, salário mensal ou lucros – cresce à medida que se sobe na hierarquia social.

²² Baseamo-nos, aqui, nos resultados da análise das correspondências obtidos pela pesquisa da SOFRES (FC., V) estudada mais acima, cujos detalhes não serão reproduzidos. À semelhança do que havia ocorrido na nossa pesquisa, o primeiro eixo fatorial opõe as frações detentoras (relativamente) de mais tempo livre e capital cultural, mas que não são as mais desprovidas (relativamente) de capital econômico – professores e, em medida mais reduzida, quadros do setor público – às frações mais ricas do ponto de vista econômico e as mais inseridas na vida econômica pela propriedade, pela participação financeira e, também, pelos interesses, além de possuírem uma competência específica, adquirida no próprio local, no exercício da profissão, e não através da escola, nem da leitura da imprensa especializada na economia e finanças, mas as mais desprovidas, relativamente, de capital cultural e de tempo livre, ou seja, os empresários da indústria e do comércio. Os quadros do setor privado e os membros das profissões liberais ocupam, neste duplo aspecto, uma posição intermediária.

²³ Oriundos das classes populares ou médias em uma proporção relativamente importante, os quadros da administração – segundo a definição ampla fornecida pelo INSEE –, pelo ascetismo de seus gostos, estão muito próximos dos professores de ensino secundário; no entanto, por serem menos diplomados, orientam-se sobretudo para práticas culturais menos prestigiosas, tais como a visita a monumentos e castelos.

²⁴ À semelhança da análise de nossa pesquisa, o terceiro fator identificado pela análise das correspondências da pesquisa da SOFRES opõe, a todas as outras frações, os membros das profissões liberais, particularmente, propensos ao consumo e lazeres de luxo, como é testemunhado pela simples enumeração das características – classificadas por ordem decrescente – que fornecem a este fator a mais importante contribuição absoluta: assinatura de periódicos ilustrados, posse de uma câmera, prática do esqui aquático, posse de um toca-fitas, de livros de arte, prática do tênis, frequência das estâncias hidrominerais, prática do *bridge*, caça, esqui e equitação, coquetéis de negócio, etc. Sabendo que, entre os leitores de revistas, tais como *Connaissance des arts* ou *La maison française* [A casa francesa], existe uma parcela importante de membros das profissões liberais (15,5% e 18,5%, respectivamente), pode-se imputar a essa fração, a partir da pesquisa empreendida pelo CESP, em 1970, propriedades particularmente frequentes entre os leitores desses jornais, como a posse de móveis antigos e de obras de arte, além da frequência das casas de leilões e das galerias. Finalmente, pela pesquisa do INSEE sobre os lazeres, sabe-se que os membros das profissões liberais distinguem-se pela frequência, particularmente elevada, das recepções organizadas por eles.

²⁵ 14,5% dos magistrados e 13,5% dos médicos inscritos no *Who's who* – contra 9,7% somente dos funcionários de alto escalão ou 4,2% dos empresários e dirigentes de empresas – escreveram, no mínimo, um livro não especializado (político ou literário).

²⁶ Essas tendências genéricas assumem diferentes formas segundo as profissões, as especialidades e os locais de residência. Assim, os médicos que têm uma taxa de poupança muito superior à média nacional (30% contra 15% da renda disponível), mas para uma renda incomparavelmente mais elevada, dependem no total uma porcentagem bastante forte de uma renda muito elevada, em particular, para as férias (10% da renda disponível), para o carro e para os bens duráveis: na sua maioria (acima de dois terços), proprietários de sua moradia, eles possuem frequentemente residências de campo, imóveis para investimento, empresas de produção agrícola, madeiras e terrenos (praticamente, nunca empresas industriais), além de ações. No entanto, as compras imobiliárias são mais frequentes entre os clínicos gerais rurais, enquanto a frequência das aplicações financeiras que, de modo geral, aumentam com a idade, é maior entre os cirurgiões e os especialistas (cf. *Enquête sur les comportements patrimoniaux des médecins exerçant en pratique libérale*, Paris, CREP [Centre de recherche économique sur

l'épargne], 1971, 3 vols.). Pode-se supor que os cirurgiões e outros especialistas – e, sobretudo, de Paris – consagram uma parte particularmente importante de sua renda às despesas com o luxo e, em especial, à aquisição de objetos de arte.

²⁷ K. Marx, *Le Capital*, livro I, capítulo XII, in *Œuvres*, t. I, *Économie*, Paris, NRF, 1965, p. 1097-1098.

²⁸ Produto de uma defasagem análoga entre o capital cultural e o capital econômico, a mesma forma de disposição volta a se encontrar entre os membros das novas frações das classes médias (cf. a entrevista de uma enfermeira “que vive com paixão”).

²⁹ Um dos modos subjetivamente aceitáveis de escapar às contradições resultantes do fato de que o capital cultural é um *princípio dominado de dominação* reside na participação como quadro das organizações encarregadas de exprimir e defender os interesses das classes dominadas. É assim que a distribuição dos membros das diferentes frações da classe dominante no campo daqueles que pretendem (com oportunidades desiguais de sucesso) ter acesso a posições de mandatários políticos (dos quais é possível ter uma idéia pela análise das características sociais dos candidatos às eleições legislativas) corresponde de forma bastante estrita à distribuição de suas frações respectivas no campo relativamente autônomo da classe dominante que, por sua vez, é organizado, como vimos, segundo uma estrutura homóloga à do campo das classes sociais. Segue-se que as lutas políticas constituem um dos terrenos onde se trava o combate para a imposição do princípio legítimo (ou seja, dominante e desconhecido como tal) de dominação.

³⁰ Segundo uma sondagem realizada pela SOFRES, antes do primeiro turno das eleições presidenciais, a partir de uma amostragem nacional de 200 médicos, 59% declararam a intenção de votar em Giscard, 16% em Mitterrand, 9% em Chaban-Delmas, 11% em outro candidato, enquanto os 5% restantes permaneciam indecisos; questionados sobre o candidato que, em seu entender, teria mais possibilidades de ser eleito presidente da república 71% designaram Giscard, 12% Mitterrand, 3% Chaban-Delmas, 1% outro candidato e 13% não sabiam em quem votar (*Le Quotidien du médecin*, nº 710, 3-4 mai 1971). Sem dúvida, é possível ter uma idéia bastante ajustada desta preferência em relação a Giscard ao ler a entrevista – especialmente apropriada às expectativas do corpo médico – publicada nesse mesmo número em que o escolhido pelos médicos declara ser favorável à seleção dos estudantes, torna-se o defensor do exercício liberal da medicina, do médico de família e da coexistência entre hospitalização pública e privada, declara estar pronto a lutar contra “certas fontes de desperdício” da seguridade social, além de aprovar a existência de uma Ordem dos Médicos que, em sua opinião, não tem necessidade de qualquer reforma.

³¹ O adjetivo “feia”, em relação à fotografia de um homem ferido, é utilizado em porcentagem mais elevada pelos empresários e pelos membros das profissões liberais do que por qualquer outra fração.

³² Para avaliar a distância entre o público “burguês” e o público “intelectual”, basta observar que a parcela dos estudantes, professores e artistas eleva-se a 53% no Festival de Música Antiga da cidade de Saintes; 60% nos Encontros Internacionais de Arte Contemporânea de La Rochelle; 66% no Festival Internacional de Teatro de Nancy – consagrado à vanguarda da criação teatral; e 83% no Festival de Música Contemporânea de Royan. Além disso, a intensidade da prática varia no mesmo sentido, passando de 3,5 espetáculos por pessoa, em média, em Saintes, para 5 em La Rochelle e 7 em Nancy e Royan. cf. J. Henrard, C. Martin, J. Mathelin, *Étude de trois festivals de musique*, Paris, CETEM, 1975; e F. X. Roussel, *Le public du festival mondial de théâtre de Nancy*, Nancy, CIEDEHL, 1975.

³³ De fato, uma classe ou uma fração de classe define-se não tanto por seu julgamento global em relação aos intelectuais ou artistas em geral – embora o antiintelectualismo seja uma característica determinante de certas frações da pequena burguesia e da burguesia –, mas pelos artistas e escritores que ela escolhe no leque que lhe oferece o campo de produção. É assim que o antiintelectualismo da fração dominante da classe dominante pode exprimir-se na escolha de intelectuais que, pela posição no campo intelectual, são votados ao antiintelectualismo: de fato, quanto maior for o afastamento dos gêneros mais “puros”, ou seja, mais completamente purificados de qualquer referência ao mundo social e à política – na ordem: música, poesia, filosofia e pintura –, tanto maior será o afastamento dos produtores reconhecidos pelas frações dominantes, ou seja, dramaturgos e críticos de teatro ou filósofos e ensaístas da política, em relação aos que são reconhecidos pelos próprios produtores. Além disso, o estilo de vida de artista – conforme evoca a reação que ele suscita entre os pequeno-burgueses em declínio – e, em particular, tudo o que nele contesta a relação habitual entre a idade (ou o estatuto social) e os atributos simbólicos, como o vestuário ou os comportamentos tais como as condutas sexuais ou políticas, contém uma denúncia dos postulados práticos que se encontram na origem da arte de viver burguesa. À semelhança das mulheres idosas que, nos mitos australianos, modificam a estrutura das relações estabelecidas entre as gerações, ao conservarem, por recursos mágicos, a pele macia e lisa de seus vinte anos, os artistas e intelectuais – à maneira de Sartre que recusou o Prêmio

Nobel ou freqüentava os jovens esquerdistas em uma idade em que outros perseguem honras e se relacionam com os poderosos – podem questionar, às vezes, um dos fundamentos mais profundamente arraigados da ordem social, ou seja, o *obsequium* mencionado por Spinoza, disposição daqueles que “se respeitam” e se sentem no direito de exigir respeito.

³⁴ Em relação à defasagem essencial entre a produção e o consumo que condena os produtores mais avançados a mercados e ganhos póstumos, ver P. Bourdieu, “Le marché des biens symboliques”, in *L'année sociologique*, vol. 22, 1973, p. 49-126; “A produção da crença”, *loc. cit.*

³⁵ Para designar os estilos de vida, é possível sempre escolher entre uma terminologia neutra – gosto ascético –, mas pouco evocadora, e os “rótulos” nativos – gosto pedante, gosto burguês – que correm o risco de voltar ao terreno da luta simbólica em que haviam sido forçados.

³⁶ É freqüente que os artistas, por uma inversão quase completa em relação à visão do mundo comum, considerem o dinheiro – obtido, muitas vezes, mediante trabalhos estranhos a seu ofício – como um meio de comprar tempo para trabalhar e levar “vida de artista” que é parte integrante de sua atividade específica (indicações interessantes sobre o emprego do tempo por parte dos artistas podem ser encontradas in B. Rosenberg and N. Fliegel, *The Vanguard Artist*, Chicago, The Quadrangle Books, 1965, especialmente, p. 312). É assim que os artistas (e os intelectuais) trocam dinheiro, aquele que eles poderiam ganhar, por tempo, aquele que deve ser gasto sem contar para produzirem objetos, muitas vezes, desprovidos de mercado (a curto prazo), além de “descobrirem” objetos e lugares – antiguidades, pequenos restaurantes, novos espetáculos, etc. –, cuja raridade e valor são criados com sua contribuição; além disso, apropriam-se, de maneira quase exclusiva, dos bens ou serviços coletivos, ou seja, museus, galerias de pintura ou estação de rádio cultural. As variações do tempo livre e da relação com o tempo encontram-se, com a propensão desigual para o consumo, entre os fatores que fazem com que as despesas de consumo exprimam, de forma bastante desigual, os recursos das diferentes classes.

³⁷ Os sistemas de classificação utilizados pela estatística oficial e, necessariamente, correspondentes a um estado ultrapassado da luta das classificações limitam-se a deixar escapar as diferenças resultantes, por um lado, da aparição de novas profissões e, por outro, do afinamento gradual ou da redefinição das antigas profissões.

³⁸ A oposição entre os mais velhos que valorizam as disposições éticas mais ascéticas e os mais jovens que se reconhecem nos valores mais típicos do executivo moderno é particularmente marcante entre os quadros e os engenheiros (e, secundariamente, entre os professores e os membros das profissões liberais): por exemplo, no conjunto da classe, os indivíduos com idade superior a 45 anos escolhem um amigo “conscioso” na razão de 51,5% contra 24,5% entre os mais jovens que citam “dinâmico” na razão de 39% contra 19,5% entre os mais velhos; em relação aos quadros e engenheiros, 42,5% dos jovens citam “dinâmico” contra 8% dos mais velhos e 15% citam “conscioso” contra 54% entre os mais velhos (é possível registrar variações da mesma forma, sempre mais marcantes entre os quadros e engenheiros, relativamente aos qualificativos “voluntarioso” – que varia de modo semelhante ao de “dinâmico” – ou “instruído” que, por sua vez, varia como “conscioso”). Observa-se uma evolução no mesmo sentido – que é, sem dúvida, correlata de um aumento generalizado do capital cultural – no gosto em matéria de cultura legítima: assim, os quadros e os engenheiros com idade inferior a 45 anos citam, com maior freqüência, a *Rhapsody in Blue* (32% contra 17,5%) ou as *Quatro estações* (47% contra 24%) e, menos freqüentemente, a *Arlésienne* (14,5% contra 28%), a *Rapsódia húngara* (32% contra 58,5%) e o *Danúbio azul* (13% contra 30,5%).

³⁹ Sob este aspecto, os professores ocupam uma posição intermediária entre as profissões liberais e os engenheiros ou os quadros. Incapazes de exercer controle sobre as condições de acesso, eles tentaram controlar, pelo menos no nível do ensino superior, as condições de promoção. cf. P. Bourdieu, L. Boltanski e P. Maledier, “La défense du corps”, in *Information sur les sciences sociales*, X, 4, 1971.

⁴⁰ Entre os engenheiros, 48,8% passaram por uma escola de engenheiros; 6,5% obtiveram outro diploma de ensino superior; 10,6% possuem um diploma que exige um ou dois anos de estudos após o *baccalauréat*; 9,2% têm, no mínimo, um *baccalauréat*; 8,3% um *brevet* de ensino técnico; 5% o *brevet*; 3,8% o CAP; 4,7% o CEP; 3,1% sem diploma (F.C., II). Na mesma corporação, podem avançar, lado a lado, duas categorias separadas, desde a origem, por uma diferença de carreira de 6 ou 8 anos que, em seguida, não cessa de aumentar: por um lado, os ex-estudantes de X e, por outro, aqueles que alcançaram seus cargos pelos concursos internos e, tendo perdido o benefício da antiguidade em sua nova corporação, podem levar vários anos a recuperar um nível de remuneração equivalente àquele que teriam conseguido em sua corporação de origem. O cargo de engenheiro-chefe será conseguido pelos promovidos apenas a alguns anos da aposentadoria, enquanto é alcançado, entre 35 e 45 anos, pelos estudantes da *Polytechnique* na expectativa de migrarem [*pantoufler*] para uma empresa privada.

⁴¹ Como é testemunhado pelo que se designa como “pantouflage”, ou seja, o êxodo da “elite” do setor público para o setor privado, as posições administrativas que, comumente, são classificadas na categoria dos quadros superiores – com exceção, talvez, das grandes diretorias da administração central – limitam-se a representar, para os detentores dos diplomas mais prestigiosos, uma posição provisória tanto mais desdenhada quanto mais elevada for sua origem social (assim, os estudantes da ENA, oriundos da classe dominante – e, em particular, os filhos dos altos funcionários – julgam que, em uma propensão maior que os estudantes oriundos das classes populares e médias, é normal passar para o setor privado, desde a saída da ENA, ou ao fim de algum tempo de serviço); pelo contrário, elas constituem o “coroamento de uma carreira meritória” para quem é “oriundo da promoção”: de fato, entre os indivíduos classificados pelo INSEE nos “quadros superiores”, 6,2% declaram não ter diploma; 16,7% declaram somente o CEP; 10,9% o CAP ou um diploma equivalente; e 11,8% o *brevet* (F.C., II).

⁴² E o mesmo acontece no outro setor do campo: numerosos empresários, médios ou grandes, “atingiram sua posição à força de trabalho”, cujo *habitus* – “à semelhança da barca que continua a avançar aproveitando-se do seu embalo”, segundo a expressão de Hume – tende a prolongar as virtudes do ascetismo e da poupança, assim como os gostos e interesses iniciais. O mesmo é dizer que os empresários distinguem-se não só segundo o tamanho e o estatuto de suas empresas e, inseparavelmente, segundo seus títulos de propriedade ou diplomas de *grand école*, mas também, embora em menor grau, segundo a trajetória que os conduziu à sua posição. (Estas observações foram verificadas e, em seguida, mais bem definidas, pela análise das propriedades dos empresários das duzentas maiores empresas francesas – cf. P. Bourdieu e M. de Saint Martin, “Le patronat”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 20-21, mars-avril 1978, p. 3-82).

⁴³ Esta distinção estabelecida pela pesquisa SOFRES mostra que 22% dos quadros do setor privado têm menos de 35 anos e 49% menos de 49 anos contra 14% e 40% dos quadros da administração do setor público, respectivamente (F.C., V). Os quadros superiores da função pública (categoria A) dispõem de uma renda média, por família, de 47.323 F contra 62.803 F para os outros quadros superiores (F.C., I).

⁴⁴ Em parte, por inspirar-se da intenção de apreender disposições profundas, relativamente independentes do tempo, a pesquisa realizada em 1963 não era o melhor instrumento para captar as variações das práticas e dos sistemas de preferência associados às condições históricas: eis a razão pela qual tivemos de recorrer à análise secundária de uma pesquisa de mercado sobre “o consumo dos quadros” (F.C., V) que, orientada pela preocupação de antecipar a demanda de bens de luxo, estava bem adequada para apreender os consumos mais distintivos dos novos estilos de vida.

⁴⁵ A posse permanente de whisky, em casa, é declarada por 81% dos quadros do setor privado, 80% dos engenheiros, 74% dos membros das profissões liberais, 69% dos quadros do setor público, 62% dos empresários da indústria, 60% dos empresários do comércio e 58% dos professores, enquanto a posse de champanha é citada por 80% dos empresários da indústria, 75% dos empresários do comércio e dos membros das profissões liberais, 73% dos quadros do setor privado, 72% dos quadros do setor público e dos engenheiros e 49% dos professores.

⁴⁶ Nessas lutas em que os discursos sobre o mundo social – mesmo que sejam rotulados como científicos – são quase sempre estratégias de imposição simbólica (que se ignoram como tais), o recurso às “autoridades” desempenha um papel considerável. Daí, o elevado rendimento simbólico dos “estudos norte-americanos”, espontaneamente credenciados com a objetividade de uma “ciência”, de alguma forma, duplamente neutra por ser estrangeira. Sabe-se, por exemplo, o uso reservado às análises críticas de John Mac Arthur e Bruce Scott, segundo os quais a empresa francesa atribui a prioridade aos problemas técnicos sobre os problemas de gestão financeira e de *marketing*, ao futuro da empresa concebido em termos de progresso tecnológico e de busca de novos procedimentos em vez de considerá-lo em termos de produção de produtos de massa realmente rentáveis, etc.

⁴⁷ Sobre esta visão do mundo, ver P. Bourdieu e L. Boltansky, “La production de l’idéologie dominante”, in *Actes de la recherche*, II (2-3), juin 1976, p. 3-8.

⁴⁸ A distribuição dos leitores de revistas, segundo o sexo, mostra muito claramente essa divisão dos interesses (embora ela seja, como se sabe por outros estudos, menos marcante na classe dominante que em qualquer outra classe): a parcela das mulheres, bastante reduzida entre o público leitor de revistas especializadas em tecnologia, automóvel, economia ou ciência, assim como reduzida também quando se trata de política – ou seja, de jornais e semanários de opinião –, equipara-se somente à dos homens em relação aos órgãos especializados em literatura, casa, televisão e artes. Considerando, por outro lado, que a taxa de feminilização – que, tratando-se de órgãos orientados, em primeiro lugar, para a política, permanece sempre bastante reduzida – aumenta quando se avança de *LAurore* para *France-Soir*, *Le Monde*, *Le Figaro*, *L’Express* e *Le Nouvel Observateur*, ou seja, à medida que diminui

a proporção das frações dominantes da classe dominante, enquanto aumenta a proporção das frações dominadas, temos motivos para supor que a frequência da adesão à representação tradicional da divisão do trabalho entre os sexos varia segundo a mesma lógica entre as diferentes frações, de modo que as frações mais “femininas” são as menos propensas em aceitar a definição das tarefas segundo a qual as mulheres são excluídas ou se excluem da política.

⁴⁹ As frações dominantes só conseguem ser o que elas são se, sem qualquer exceção, o princípio de hierarquização econômica se impuser realmente como dominante, o que é o caso – pelo menos, no final do processo – até mesmo no campo relativamente autônomo da produção cultural em que a divergência entre o valor específico e o valor mercantil tende a abolir-se com o tempo.

⁵⁰ cf. A. Boime, “Entrepreneurial Patronage in Nineteenth Century France”, in E. Carter II, R. Foster and J. Moody (eds.), *Enterprises and Entrepreneurs, Nineteenth and Twentieth Century France*, Baltimore and London, Johns Hopkins University Press, 1976, p. 137-208.

Capítulo 6.

¹ Basta relacionar as opiniões sobre a música com o conhecimento das obras para verificar que uma boa parte – ou seja, dois terços – daqueles que escolhem a resposta mais “nobre” (“gosto de qualquer música de qualidade”) possuem um conhecimento limitado das obras musicais.

² D. Barnes, *L'arbre de la nuit (Nightwood)*, Paris, Ed. du Seuil, 1957, p. 27-29.

³ J. Frank, *The Widening Gyre*, Bloomington-London, Indiana University Press, 1963, p. 36.

⁴ À semelhança do próprio conteúdo desses bens – por exemplo, as referências chamativas às obras legítimas –, a publicidade em favor dos bens de cultura média é um incentivo permanente à aloodoxia cultural: ela valoriza a acessibilidade econômica e cultural dos produtos propostos e, ao mesmo tempo, sua alta legitimidade pela invocação, neste sentido, de autoridades culturais – tais como acadêmicos ou júris de concursos – cuja autoridade é, por si mesma, um efeito de aloodoxia já que, como já vimos, o reconhecimento de que ela é objeto tende a variar em razão inversa da competência.

⁵ Tais mecanismos de defesa – pelos quais os consumidores se tornam cúmplices dos vendedores – podem ser observados em outros domínios: assim, um especialista de estudos de mercado sugere que uma das funções mais importantes da publicidade poderia ser a de fornecer argumentos aos compradores de modo que estes fiquem sossegados após a compra (J. F. Engel, “The Influence of Needs and Attitudes on the Perception of Persuasion”, in S. A. Greyser (ed.), *Toward Scientific Marketing*, Chicago, American Marketing Association, 1964, p. 18-29). Estes mecanismos ideológicos que inspiram confiança explicam a defasagem entre a avaliação feita pelos agentes a respeito de suas práticas culturais e a verdade objetiva de tais práticas: tudo se passa como se, em todos os níveis da hierarquia dos graus de consagração, houvesse sempre a tendência a atribuir a tais práticas um valor superior ao que lhe é reconhecido, objetivamente, pela estrutura do campo.

⁶ O mesmo é dizer que não há necessidade de invocar a censura ou “as cumplicidades políticas” (apesar do papel desempenhado por elas em vários casos) para explicar que os produtos mais acadêmicos, além dos produtos mais tipicamente “médios”, têm encontrado na televisão um considerável fortalecimento, propício a modificar indiretamente – entre outros aspectos, por intermédio do efeito econômico da publicidade, oferecida deste modo, e das transformações correlatas das estratégias de edição e difusão – as relações entre o campo de produção restrita e o campo da grande produção.

⁷ O Félix de *Nightwood* manifesta, também, o gosto pelo heteróclito: “Especialista em decretos e leis, em contos populares e heresias, degustador de vinhos raros, manuseador de livros ainda mais raros e de contos domésticos – contos de homens que chegaram à santidade e de animais que se condenaram –, erudito em matéria de projetos de fortificações e pontes, reservando-se uma parada diante de todos os cemitérios e de todas as estradas, conhecedor de um grande número de igrejas e castelos, sua mente retornava, de maneira confusa e respeitosa, a Madame de Sévigné, Goethe, Loyola e Brantôme” (*ibid.*).

⁸ Não é por acaso que as pesquisas sobre as práticas e as opiniões em matéria de cultura tendem a assumir a forma de um exame em que os pesquisados – que são e se sentem sempre avaliados a partir de uma *norma* – obtêm resultados hierarquizados em conformidade com seu grau de consagração escolar e exprimem preferências que correspondem sempre muito estreitamente a seus diplomas, tanto em seu conteúdo quanto em sua modalidade.

⁹ A representação que os produtos da Escola têm a respeito do autodidata é um belo exemplo, por um lado, das verdades parciais e interessadas que produz a lucidez parcial da percepção comum e, por outro, das estratégias (inconscientes) pelas quais cada arte de viver é fortalecida, incessantemente, pela convicção de sua excelência ao confrontar-se, para desvalorizá-las, com outras artes de viver.

¹⁰ Será necessário dizer que a escolha desses dois exemplos, altamente comemorados, fez-se com a intenção de convidar ao raciocínio *a fortiori*?

¹¹ “Os bodhisattvas dos Wei e os de Nara, as esculturas khmer e javanesa, a pintura song, não exprimem uma comunhão cósmica semelhante à que é manifestada por um tímpano romano, por uma dança de Civa, pelos cavaleiros do Partenon? Todas essas obras, certamente, exprimem tal comunhão; e, inclusive a *Kermesse* de Rubens. Basta observar qualquer obra-prima grega para ver que, por mais triunfante que seja a sagração oriental, seu fundamento, em vez de se encontrar na razão, está no ‘sorriso incomparável das ondas’. O ribombar já longínquo do raio antigo orquestra, sem encobri-la, a imortal evidência de Antígona” (A. Malraux, *Les voix du silence*, Paris, NRF, 1952, p. 633).

¹² cf. P. Bénichou, *op. cit.*, p. 177-178.

¹³ É evidente que tudo o que é dito, aqui, a respeito das posições médias – pelo fato de que a evidência se impõe melhor a seu propósito – é válido em relação a todas as posições do espaço-tempo social.

¹⁴ É assim que se pode anunciar, atualmente, que os pequeno-burgueses “são, no máximo, 4.311.000” (C. Baudelot, R. Establet e J. Malemort, *La petite bourgeoisie en France*, Paris, Maspero, 1974, p. 153).

¹⁵ Entre as propriedades das posições fortemente predeterminadas da função pública – por exemplo, os quadros médios de administração –, a mais significativa do ponto de vista considerado aqui é, sem qualquer dúvida, o fato de que elas oferecem, com a *carreira* garantida estatutariamente, a segurança de uma trajetória individual relativamente previsível.

¹⁶ Isso é compreensível já que sua aparição é, em grande parte, o efeito das transformações do sistema escolar.

¹⁷ Esse vínculo entre o futuro e a ascensão social ou entre o passado e o declínio é marcante, de forma bastante profunda, na visão dominante do mundo (em que, a respeito de um indivíduo, diz-se que “ele tem futuro” ou, relativamente a uma posição, que ela é “de futuro” para indicar que eles recebem a promessa de uma ascensão social, ou seja, do aburguesamento). Ele encontra um fundamento e um fortalecimento incessante em todos os mecanismos sociais de concorrência – dos quais o mais exemplar é, evidentemente, a moda – em que as diferenças entre as classes retraduzem-se em *distâncias temporais* em uma corrida orientada para o mesmo objetivo. Ele funciona no inconsciente político ou, até mesmo, científico, através de todos os usos normativos do esquema evolucionista que identifica o povo com o passado superado ou que, de forma mais sutil, transforma a visão revolucionária em uma reviravolta da visão dominante que conduz a identificar o povo com o futuro, ou seja, a forma por excelência do arcaísmo (esse esquema de pensamento é, particularmente, eficiente em universos que, a exemplo do campo intelectual, se baseiam na oposição entre o novo e o antigo).

¹⁸ O exemplo dos artesãos é uma boa oportunidade para lembrar que, ao tratarmos como se fosse um ponto o que, na realidade, é um *espaço* – e, às vezes, um verdadeiro *campo* –, operamos uma simplificação inevitável, imposta pela própria escala em que devemos nos situar para tentarmos apreender o espaço social em seu conjunto (e, assim, evitarmos os erros em que incorrem, quase inevitavelmente, por efeito mesmo da autonomização, as monografias especialmente consagradas a esta ou aquela “profissão”).

¹⁹ 19,5% do conjunto dos quadros médios (quadros de administração, técnicos, professores primários) e 20,3% dos empregados de escritório estão inscritos em uma biblioteca (contra 3,7% dos comerciários e 2,2% dos pequenos empresários); 18,5% e 12,9% têm uma coleção de selos (contra 3,7% e 2,8%); 14,2% e 10,3% seguem cursos por correspondência ou estão inscritos em cursos (contra 0 e 2%). (cf. F.C., IV).

²⁰ Temos motivos para falar de “preferência” em matéria de cultura legítima apenas a partir de determinado nível de competência (correspondente praticamente a um diploma de conclusão de secundário). Isso vê-se claramente pelo fato de que, alguém desse nível, os indivíduos tratam as questões de preferência como se fossem questões de saber, dizendo preferir os pintores que eles *conhecem*; além disso, a proporção dos indivíduos que conhecem um número de compositores superior ou igual ao número de obras que afirmam conhecer aumenta à medida que se eleva o nível de instrução, de modo que os indivíduos mais cultos se recusam a reconhecer valor a determinadas obras que eles conhecem.

²¹ Os empregados de escritório – principalmente os mais jovens – que assistiram a uma elevada proporção dos filmes propostos (3,5 em média contra 2,4 para os operários com qualificação e

contramestres; 2,3 para os artesãos e pequenos comerciantes) interessam-se mais pelos atores que pelos diretores (em média, citam 2,8 atores contra 1 só diretor e, muitas vezes, nomeiam os atores de filmes que não tinham visto). Assim, se assistiram com maior frequência – em relação a todas as outras categorias – a *Rocco e seus irmãos* de Visconti foi, sem dúvida, por causa de Annie Girardot e Alain Delon.

²² O traço distintivo da constelação das escolhas dos técnicos – que, considerados em seu conjunto, ocupam as posições mais próximas do centro de gravidade – reside no fato de que eles lêem nitidamente mais obras científicas ou técnicas e tiram maior número de fotografias, além de irem mais vezes ao cinema.

²³ A profissão de professor primário participa, em certa medida, das características das novas profissões em razão das mudanças – a mais visível é a feminilização, sem dúvida, correlata de uma elevação da origem social – por que tem passado o recrutamento escolar e social, além da formação da corporação, conduzindo à coexistência, na mesma posição, de agentes que diferem por sua trajetória social e por todas as propriedades correlatas (por exemplo, homens em ascensão social e mulheres que pertencem às classes superiores por sua origem ou pelo casamento).

²⁴ Esta lei contribui, de forma considerável, para determinar a escolha de uma carreira artística em detrimento de carreiras menos arriscadas (ou o inverso) e, entre as carreiras artísticas, a escolha daquelas que são, em determinado momento, as mais arriscadas (gênero, maneira, etc.).

²⁵ Pode-se ver outro indício da posição instável dos serviços médico-sociais no fato de que eles têm uma taxa de prática de esportes chiques incomparavelmente superior à dos outros membros das classes médias (por exemplo, somente 41,6% afirmam que nunca jogaram tênis contra 70,4% dos professores primários; em relação ao esquí, as taxas correspondentes elevam-se a 41,6% e 78,5%).

²⁶ Os quadros médios do comércio e as secretárias, cujo capital cultural é menor que o dos membros dos serviços médico-sociais, fazem escolhas mais desconexas: a frequência com que se interessam pelos filmes preferidos dos membros das classes populares ou dos pequenos empresários (*O mais longo dos dias*, *Sete homens e um destino*, *Le vice et la vertu*) é maior que a dos professores e membros dos serviços médico-sociais, interessando-se também – mas, evidentemente, em menor porcentagem – pelos filmes preferidos por estes últimos (*O bandido Giuliano*, *O processo*, *Sempre aos domingos*).

²⁷ Esta busca da conformidade com o ideal de distinção revela-se na escolha combinada das refeições sem cerimônia com refeições originais e exóticas – “os pequenos restaurantes chineses” – ou, ainda, em séries, tais como Françoise Hardy, Buffet, Van Gogh, que podem se encontrar com o Kandinsky dos professores ou o *Concerto para a mão esquerda* das profissões liberais.

²⁸ 39,5% dos membros da nova pequena burguesia oriundos das classes superiores afirmam conhecer, pelo menos, 12 das obras de música que lhes são propostas, ao passo que 25% somente podem citar, pelo menos, 12 dos compositores dessas mesmas obras. Esta diferença já não se observa na nova pequena burguesia oriunda das classes populares e médias: 15% afirmam conhecer, pelo menos, 12 obras; 15%, igualmente, citam o nome de 12 compositores, no mínimo. A mesma lógica faz com que os primeiros declarem – com uma frequência (85%) muito maior que os segundos (58%) – seu interesse por toda música de qualidade.

²⁹ E isso ocorre, embora os interioranos possam exigir aos magazines – essa é, sem dúvida, a função principal de *Le Nouvel Observateur* – que lhes forneçam o substituto do que proporciona o fato de residir em Paris, ou seja, essa espécie de sentimento de “estar por dentro” que é o verdadeiro princípio do faro ou do topete cultural.

³⁰ Pelo fato de que, por um lado, se tira um lucro tanto maior das oportunidades oferecidas pelo meio circundante cultural quanto mais importante for o capital possuído e, por outro, os incentivos conformizantes exercidos pelo grupo sobre seus membros são tanto mais intensos quanto maior for seu capital cultural, as diferenças entre os parisienses e os interioranos são tanto mais marcantes quanto mais elevado for o nível de instrução.

³¹ O romance de Georges Perec, *Les choses* (Paris, Julliard, 1965) evoca muitíssimo bem, com seus próprios meios, a relação de mistificadores mistificados que os profissionais do discurso sobre as coisas, fascinados pelas coisas – os heróis são psicossociólogos em um gabinete de estudos de publicidade –, mantêm com coisas, cujo valor é garantido pelo discurso de que elas são objeto.

³² Entre os determinantes que levam os membros das novas profissões a uma representação subversiva das relações entre os sexos, convém contar, entre muitos outros, com o fato de que, no seio da classe média – e, sem dúvida, das novas frações –, verifica-se maior frequência de discordâncias, em favor da mulher, entre os diplomas escolares ou os estatutos profissionais dos dois cônjuges; por sua vez, as

discordâncias, em favor do marido, relativamente a estatutos profissionais com diploma escolar equivalente, têm sido objeto das mais severas críticas.

³³ Ao enunciar, antecipadamente, o ponto de vista da antiga moral sobre o que, para ela, é algo impensável, Kant escreve o seguinte: "Uma obrigação relativa à fruição é, evidentemente, um absurdo. O mesmo deve ocorrer, também, com toda pretensa obrigação relativa a ações, cuja única finalidade é a fruição mesmo que esta seja o mais espiritualizada (ou embelezada) possível: mesmo que seja uma fruição mística que, por convenção, é chamada celeste" (E. Kant, *Critique du jugement*, trad. fr. de Gibelin, Paris, Vrin, 1928, p. 46, nº 1).

³⁴ M. Wolfenstein "The Emergence of Fun Morality", in E. Larrabee and R. Meyersohn (eds.), *Mass Leisure*, Glencoe, I 11, The Free Press, 1958, p. 86-97.

³⁵ Será necessário referir todos os perigos de erro em que incorremos quando empreendemos, a exemplo do que ocorreu neste estudo, objetivar uma moral social – e, sobretudo, no exato momento em que ela se impõe com a agressividade dos primórdios, de modo que a lucidez pode ser apenas o efeito da adesão a um *ethos* adverso? É óbvio que cada uma das palavras utilizadas para caracterizar as duas morais antagonistas pode funcionar, para os defensores da moral oposta, como uma injúria; portanto, é inútil procurar uma perfeita "neutralidade" de tom (a vulgata psicológica identificará, por exemplo, "ascético" com "masoquista"). Em suma, conviria, em cada caso, restituir o avesso do vivenciado da objetivação sociológica – por exemplo, a dimensão heróica do modo despojado, severo, de vida do ascético que encontra seu prazer no esforço e na exaltação da auto-superação, ou a inocência generosa do culto liberacionista que se baseia em um senso agudo do absurdo das obrigações e dos desafios sociais – e, como foi prática permanente durante nosso estudo, relacionar as disposições descritas com suas condições sociais de produção, considerando sempre, por exemplo, as disposições repressivas como o produto da repressão (ou da regressão social).

³⁶ Ao levarmos longe demais a oposição entre a politização e a psicologização, correríamos o risco de esquecer que a participação, na comunidade militante, pode oferecer, também, uma solução para dificuldades existenciais – mesmo que estas não sejam o princípio exclusivo da adesão – ao proporcionar todas as seguranças e a confirmação de todas essas seguranças fornecidas pela imersão em um grupo integrado, separado, fechado em si mesmo, dotado de leis, linguagem e ritual distintivos, fazendo apelo e reconhecendo a dedicação e o sacrifício (cf. D. Mothé, *Le métier de militant*, Paris, Le Seuil, 1973). No entanto, ao reduzirmos a lógica da participação no partido à lógica de uma terapêutica de grupo, correríamos o risco de esquecer que as *transações psicológicas* e, em particular, o intercâmbio de dedicação e reconhecimento ("a confiança dos camaradas") limita-se a ser a forma *vivenciada* (o que não significa que sejam desprezíveis) de transações, muito mais profundas, *entre a "instituição total"* – que, ao exigir uma dependência total, dá tanto mais quanto mais totalmente lhe é dado o que se tem e é fora dela – e *seus membros* que (se) dão tanto mais à instituição (e, em retorno, receberão outro tanto) quanto maior sua expectativa a respeito dela porque têm e são menos fora da instituição.

³⁷ cf. P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Paris-Genebra, Droz, 1972, p. 194-195.

³⁸ cf. N. Elias, *La civilisation des mœurs*, Paris, Calmann-Lévy, 1973 e *La dynamique de l'Occident*, Paris, Calmann-Lévy, 1975.

³⁹ Na impossibilidade de nos apoiarmos em outra coisa, além das observações da existência cotidiana e das indicações indiretas fornecidas pela pesquisa, acreditamos poder mostrar que, por um lado, os adeptos dessa espécie de seitas organizadas em torno das novas formas de exercício corporal são aliciados, sobretudo, entre as mulheres da nova pequena burguesia e, por outro, o tema do corpo liberado inscreve-se em uma problemática com forte coloração religiosa – pelo menos, no léxico utilizado – em que estão incluídos os "problemas do casal", a "liberação da mulher", etc.

⁴⁰ Compreende-se o horror que lhes inspira qualquer forma de objetivação sociológica – e, a *contrario*, a sedução exercida sobre eles pelo encantamento psicológico ou psicanalítico. E que eles estejam prontos a aplaudir todas as variantes efêmeras da velha denúncia personalista do "reducionismo" científico que é a forma elementar do aristocratismo intelectual e que encontrou um reforço inesperado na identificação de todo esforço para objetivar cientificamente as práticas com uma condenação ética, até mesmo, política (com o tema "ciência = Gulag", permitindo que fósseis pós-hegelianos mais usados façam um *come-back* inesperado nos semanários de qualidade para intelectuais). E que a existência de uma sociologia científica não seja menos improvável que habitualmente em tempos em que as posições de sociólogo fazem parte dos "lugares" de refúgio para quem pretenda escapar da classificação.

⁴¹ cf., por exemplo, E. Dichter, *La stratégie du désir, Une philosophie de la vente*, Paris, Fayard, 1961.

⁴² Podemos, inclusive, nos questionar para saber se a moral da liberação não está em via de oferecer à economia o consumidor perfeito tal como foi *sonhado*, desde a origem, pela teoria econômica: e não somente impelindo-o a consumir, mas também propondo-lhe produtos sempre novos. A contribuição mais importante da nova moral poderia consistir em produzir os consumidores *isolados* – a despeito de todas as associações, ajuntamentos estatísticos de ações puramente aditivas – e, por conseguinte, livres de (ou obrigados a) enfrentar, desordenadamente, os mercados separados (para crianças, *teen-agers*, “terceira idade”, etc.) da nova ordem econômica e desembaraçados das obrigações e dos freios impostos pelas memórias e antecipações coletivas, em poucas palavras, liberados das estruturas temporais próprias das unidades domésticas, com seu ciclo de vida próprio, seu “planejamento” a longo prazo, às vezes, durante várias gerações, e suas defesas coletivas contra as restrições brutais e imediatas do mercado.

Capítulo 7.

¹ Não é por acaso que o esquecimento do *habitus* e de seus efeitos é comum a todas as visões burguesas do povo, ao pessimismo conservador que *naturaliza* as propriedades produzidas pelas condições sociais e ao otimismo do revolucionarismo idealista que ignora que a classe operária é modelada pela necessidade, inclusive, na forma de sua revolta contra a necessidade.

² Será necessário dizer que não basta ser oriundo dessas classes para estar em condições de produzir uma representação exata de sua visão do mundo social? Nem que seja pelo fato de que o distanciamento pode supor ou determinar relações com essas classes (tais como o proselitismo populista) tão radicalmente fechadas quanto a pura e simples distância dos estranhos à classe.

³ Norbert Elias relata (depois de Taine) um gesto do duque de Richelieu que mostra o seguinte: a *arte de gastar sem limites*, pela qual, no século XVII se marcava a distância entre o aristocrata e o burguês da poupança e do lucro, do mesmo modo como, atualmente, marca a distância entre o burguês e o pequeno-burguês, pode ser objeto de um ensino explícito, no caso-limite de uma classe cuja existência depende da *reprodução de seu capital social*: “O duque entrega ao filho uma bolsa para que o jovem aprenda a gastar o dinheiro como um grande senhor; como ele devolve a bolsa cheia, o pai apodera-se dela e, à frente do filho, lança-a pela janela” (N. Elias, *La société de Cour*, Paris, Calmann-Lévy, 1974, p. 48).

⁴ Inúmeras razões – e, em particular, a separação física e social entre os universos de vida – fazem com que essas duas experiências sejam bastante *improváveis* (apesar de terem sido tiradas da vida concreta). De fato, de acordo com a observação de Marx, marcada por certa brutalidade, “o que se oferece a nossos olhos, em qualidade e em quantidade, não depende somente do estado atual do mundo, apesar de sua real interferência, mas ainda do próprio porta-niqueis e da posição social resultantes da divisão do trabalho e, talvez, o prive de um grande número de coisas, por mais açambarcadores que sejam seus olhos e ouvidos” (K. Marx, *L'idéologie allemande*, Paris, Ed. Sociales, 1968, p. 326). Salvo exceção, os membros das classes populares “não têm idéia” do que possa ser o sistema das necessidades das classes privilegiadas, tampouco de seus recursos dos quais têm, igualmente, um conhecimento bastante abstrato e sem qualquer correspondência com o real (é assim que, por exemplo, interrogados a respeito do “preço médio de uma boa refeição no bairro dos Champs-Élysées”, 13% dos operários afirmam sua ignorância; 35% situam esse preço entre 15 e 24 F; 22%, entre 25 e 29 F; 13%, entre 30 e 39 F; e 13% acima de 50 F – contra 2, 11, 20, 33 e 14% para os quadros, industriais e membros das profissões liberais, respectivamente, ao passo que os quadros médios propõem avaliações intermediárias).

⁵ Considerando que a parcela da renda reservada para a alimentação eleva-se fortemente em valor absoluto, a parcela das outras despesas aumenta relativamente menos e a estrutura das despesas permanece praticamente o que ela é entre os operários com qualificação. Alguns itens aumentam, todavia, de forma significativa (pequenos aparelhos eletrodomésticos, despesas de manutenção-reparações, salão de cabeleireiro-cuidados de beleza, telefone, livros-jornais-espetáculos, despesas com instrução escolar e com férias) (F.C., III).

⁶ C. Roy, “Les conditions de vie des ménages, exploitation triennale 1965-66-67”, *Les collections de l'INSEE*, déc. 1973, M 30.

⁷ Trata-se, sem dúvida, do mesmo “realismo” que, da ação política ou sindical, leva a excluir tudo o que poderia dar-lhe um aspecto puramente simbólico nos meios utilizados (com tudo o que dá sua marca às passeatas tipicamente estudantis) e, sobretudo, nos objetivos visados.

⁸ Os membros das classes populares, assim como os membros das etnias dominadas, podem colocar seu ponto de honra em desmentir a imagem que os dominantes têm da classe de que fazem parte. É assim que o culto popular à *limpeza* ou à honestidade – “pobres, diz-se, mas honestos” – deve, sem dúvida, algo – a exemplo de certas formas de ostentação da sobriedade – à preocupação em refutar o preconceito burguês. E a mesma intenção de *reabilitação* encontra-se na origem do discurso pelo qual o indivíduo se esforça por se convencer de que “o que falta é o dinheiro” (e não o gosto) e de que “se tivéssemos recursos, saberíamos comprar” (ou “nos vestir como deve ser”).

⁹ cf. P. Bourdieu, *Un art moyen*, Paris, Ed. de Minuit, 1965, p. 54-64.

¹⁰ cf. Y. Delsaut, “L'économie du langage populaire”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1975, 4, p. 33-40.

¹¹ Encontraríamos aí o princípio da imagem que as mulheres das classes populares têm a respeito das reivindicações feministas.

¹² Pelo fato de que a reprovação cai não sobre a diferença, mas sobre a intenção declarada de se distinguir, aceita-se tanto mais facilmente a diferença “natural” que define o burguês, quanto melhor sua “simplicidade” confirma que ela não é o produto de uma intenção negativa de distinção. A diferença só é percebida e denunciada como tal pelas pessoas formadas do ponto de vista político e sindical, aquelas de quem os outros dizem: “ele faz política”, subentendendo alguém “difícil”, “incômodo”, “que não deixa passar nada”. Vê-se o partido que pode ser tirado dessas disposições pelas estratégias de condescendência de todas as formas de paternalismo.

¹³ Um conjunto de indícios tendem a mostrar que as classes populares permanecem vinculadas a uma moral mais rigorosa para tudo o que tange a sexualidade e a divisão do trabalho entre os sexos. Assim, em matéria de vestuário, as classes populares que, sem dúvida, por razões funcionais, admitem de bom grado o uso de calças para o trabalho, rejeitam tal roupa, com muito maior freqüência que as outras classes, quando se trata de usá-las em casa ou para sair; do mesmo modo, continuam desaprovando, em porcentagem bastante elevada, as mini-saias – e, sobretudo, para o trabalho e saídas (*Sondages*, nº 1, 1968, p. 79). Os operários e, sobretudo, os agricultores, estão menos inclinados (34 e 53,2% contra 57% dos quadros médios e 59% dos quadros superiores) a afirmar que não atribuem qualquer importância à virgindade; a parcela daqueles que julgam bastante ou muito importante o lugar do amor físico na vida cresce ligeiramente quando se sobe na hierarquia social; inversamente, quando se sobe nessa hierarquia, decresce a parcela daqueles que afirmam ter amado apenas uma pessoa na vida, assim como a parcela daqueles que afirmam que não se pode amar duas pessoas ao mesmo tempo ou que o amor proporciona, antes de tudo, ternura (mais do que, por exemplo, amor físico), ou que o erotismo e a infidelidade matam o amor (F.C., XLVI).

¹⁴ A mesma oposição em uma pesquisa mais antiga em que a parcela acumulada dos consumidores de alimentos salgados (ovos, presunto, salsichão, patê ou queijo), no café da manhã, decresce quando se vai dos agricultores para os operários, empregados e quadros superiores, ao passo que a parcela dos consumidores de alimentos adoçados (compotas, mel ou frutas) varia em razão inversa. cf. H. Gournelle e A. Szakvary, “Enquête sur le petit déjeuner en France”, in *Annales d'hygiène de langue française*, t. 3, nº 2, mai-juin 1967, p. 28.

¹⁵ Sem dúvida, pode-se imputar, em parte, à maior tolerância com relação às infrações da norma da divisão do trabalho entre os sexos, o fato de que a parcela dos homossexuais conhecidos e reconhecidos como tais cresce consideravelmente à medida que se sobe na hierarquia social (e, também, à medida que cresce o tamanho das aglomerações de residência): a parcela das pessoas interrogadas que dizem “conhecer homossexuais em sua vizinhança” passa de 10% entre os agricultores para 16% entre os operários, 22% entre os pequenos comerciantes e artesãos, 25% entre os quadros médios e empregados, além de 37% entre os industriais, quadros superiores, membros das profissões liberais e grandes comerciantes; e, igualmente, passa de 10% nas cidades com uma população inferior a 2.000 habitantes para 38% na aglomeração parisiense (F.C., XLVII).

¹⁶ A referência à divisão do trabalho entre os sexos que conota a representação da identidade pessoal ou coletiva (em determinado caso, um operário, ao ter de classificar profissões, coloca, por exemplo, todas as profissões não braçais na mesma classe, dizendo: “São todos pederastas!”) evoca não tanto a dimensão propriamente sexual da prática quanto as virtudes e capacidades estatutariamente associadas aos dois sexos, ou seja, a força ou a fraqueza, a coragem ou a covardia, em vez da potência ou impotência, atividade ou passividade.

¹⁷ Este fato é evocado, concretamente, através da rápida desvalorização da força de trabalho que acompanha o envelhecimento.

¹⁸ cf. T. W. Adorno, "On Popular Music", in *Studies in Philosophy and Social Sciences*, 9, 1941. Seria fácil mostrar, por exemplo, que a música mais legítima, em companhia do disco e rádio, é objeto de usos não menos passivos e intermitentes do que as músicas "populares", sem cair em descrédito, nem que lhe sejam imputados os efeitos alienantes atribuídos à música popular. Quanto ao caráter repetitivo da forma, ele atinge seu apogeu no canto gregoriano (no entanto, altamente valorizado) ou no grande número de músicas medievais, estudadas atualmente, assim como na quantidade de músicas de diversão dos séculos XVII e XVIII, aliás, concebidas na origem para serem consumidas "como fundo musical".

¹⁹ "No jornal *Sud-Ouest Dimanche*, de 8 de agosto, foi publicada a fotografia de um Renault R5 transformado em cabriolé de quatro lugares. Um artigo intitulado 'Quando um fabricante de veículos e um costureiro se unem para vestir um veículo' apresenta o fabricante Lohr como autor do carro. O que não é absolutamente o caso. Fui eu que *concebi* essa versão do veículo, que o desenhei para Cacharel e que detenho sua *propriedade artística*. *Acompanhei*, pessoalmente, sua *realização* no ateliê do fabricante, *cujo papel ficou limitado ao aspecto técnico*. Portanto, o título mais adequado à verdade seria o seguinte: 'Quando um artista e um costureiro se unem para transformar um veículo'" (Correio dos leitores, in *Sud-Ouest Dimanche*, 22 août 1976).

²⁰ Por exemplo, o camponês da região de Béarn que, ao explicar que não havia pensado em ser prefeito, apesar de ter obtido o maior número de votos na eleição municipal, respondeu: "Mas eu não sei falar!".

²¹ Tudo parece indicar que as classes populares só viriam a reconhecer seu interesse de classe em matéria de educação se, no mínimo, estivessem comprometidas com o processo educativo: a descoberta da escola conservadora supõe a experiência prévia da "escola libertadora". Assim, observa-se que os estudantes oriundos das classes médias e populares são os mais sensíveis à problemática da "democratização", apesar de aderirem, freqüentemente, aos valores carismáticos que dominam a instituição escolar. No entanto, a experiência da rejeição nas áreas e seções mais desvalorizadas, assim como a descoberta da desvalorização dos títulos adquiridos é que facilitam, sobremaneira, o início de uma tomada de consciência coletiva.

²² Seria interessante determinar, por uma análise propriamente lingüística, *como* se define essa fronteira no domínio da linguagem. Se for aceito o veredicto do "senso social" dos pesquisadores, boa medida não do estatuto lingüístico da língua utilizada pelos entrevistados, mas da imagem social que podem ter os interlocutores cultos a seu respeito (as taxinomias empregadas para classificar as linguagens e as pronúncias são as do uso escolar) aparece que tal diferença é, de fato, bastante marcante entre os operários (e, também, entre os artesãos e pequenos comerciantes) e os empregados: entre os primeiros, 42% somente falam uma linguagem julgada "correta" contra 77% entre os empregados (aos quais se deve acrescentar 4% de linguagem "impecável", totalmente ausente entre os operários); do mesmo modo, os "sotaques sem valor" passam de 12,5% para 28%.

²³ Os operários, os mais numerosos a escolher o adjetivo "boa-vida" para qualificar o amigo ideal, são, também, os mais numerosos - e de longe - a afirmar que têm propensão para julgar favoravelmente uma pessoa que gosta de comer e beber bem (ou seja, 63% contra 56% dos agricultores, 54% dos quadros médios e empregados, 50% dos comerciantes e artesãos, além de 48% dos empresários, quadros e membros das profissões liberais) (F.C., XXXIV). Podemos comparar esses traços com o gosto, já evocado, por tudo o que cria "a ambiência" de um espetáculo, assim como de uma festa e de uma refeição, e por quem sabe contribuir para isso; e, igualmente, a propensão, bastante marcante, para solicitar às imagens que perpetuem os "bons momentos" da existência e os símbolos da festa.

²⁴ A "carreira" que se oferece aos operários é, sem dúvida, vivenciada, em primeiro lugar, como o *avesso da carreira negativa* que conduz ao subproletariado; o que conta, nas "promoções", são, ao lado das vantagens financeiras, as garantias suplementares contra a ameaça, sempre presente, da recaída na insegurança e miséria. A *potencialidade da carreira negativa* é tão importante para apresentar as disposições dos operários com qualificação quanto a potencialidade da promoção para compreender as disposições dos empregados e quadros médios.

²⁵ 10,5% dos operários sem qualificação e trabalhadores braçais, além de 17% dos pequenos comerciantes, citam Rousseau entre os pintores contra, por exemplo, 6% dos operários com qualificação, 3% dos professores primários e técnicos, além de 0% dos quadros médios de administração (parece que o nome

de Braque, citado por 10,5% dos operários sem qualificação e trabalhadores braçais, contra 4% dos operários com qualificação, é objeto de um conhecimento *ex auditu*; de fato, a pesquisa coincidiu com a morte de Braque que havia sido objeto de numerosos comentários na televisão e no rádio).

²⁶ Os efeitos da diferença de idade e de instrução combinam-se para produzir diferenças bastante marcantes nos gostos em matéria de canção: os contramestres e os operários com qualificação tendem, preferencialmente, para os cantores mais antigos e mais bem estabelecidos, assim como mais bem posicionados na hierarquia dos valores culturais – ou seja, Piaf, Bécuaud, Brel, Brassens –, enquanto os operários sem qualificação e os trabalhadores braçais citam, de preferência, Johnny Hallyday e Françoise Hardy.

Capítulo 8.

¹ K. Marx e F. Engels, *L'idéologie allemande*, Paris, Éditions sociales, 1968, p. 433-434.

² F. Engels, *Anti-Dühring*, Paris, Editions sociales, 1950, p. 214.

³ Se aceitarmos a equação exposta por Marx em *L'idéologie allemande* (*op. cit.*, p. 59): "a linguagem é a consciência real, prática".

⁴ Sobre a gênese histórica da filosofia da *invisible hand* e sobre sua função no pensamento econômico e político, poderemos ler Albert Hirschman, *The Passions and the Interests, Political Arguments for Capitalism before its Triumph*, Princeton N. J., Princeton University Press, 1977.

⁵ Como alhures, o campo de produção artística delimita, em cada momento, o campo das posições artísticas possíveis.

⁶ Essa relação muito geral observa-se, como se sabe, no domínio da competência artística em que a exclusão subjetiva – "isso não me interessa" ou "isso não é para nós") é apenas o efeito de uma exclusão objetiva.

⁷ SOFRES, *La France, l'Algérie et le Tiers Monde*, févr. 1971.

⁸ No estado atual da pesquisa, é impossível apreender a lógica das variações observadas nas taxas de não-respostas a questões idênticas, formuladas pelo mesmo organismo em momentos diferentes (uma série de pesquisas realizadas pelo IFOP sobre a energia nuclear em 1974, 1975, 1976 e 1977). Tudo parece indicar, de qualquer modo, que tais variações permanecem inferiores às variações das diferentes opiniões manifestadas.

⁹ O efeito do estatuto sexual pode encontrar-se fortalecido ou contrariado pelo efeito do outro título de competência política que é o diploma. É assim que se, ao serem questionadas sobre suas intenções de voto em caso de eleições legislativas, as mulheres em seu conjunto respondem com menor frequência que os homens, a diferença entre os sexos tende a aumentar quando se desce na hierarquia social: a parcela das não-respostas é de 21% para as mulheres e de 18% para os homens entre os quadros superiores; de 22% e 17% entre os quadros médios; 27% e 17% entre os empregados; 32% e 24% entre os artesãos e comerciantes; 28% e 18% entre os operários; e 38% e 26% entre os agricultores (G. Michelat e M. Simon, "Catégories socio-professionnelles en milieu ouvrier et comportement politique", in *Revue française de science politique*, XXV, 2 avril 1975, p. 291-316). De fato, uma análise por frações faria aparecer, sem dúvida, que em matéria de política, como em matéria de estética, as diferenças entre os sexos tendem a diminuir quando se vai das classes dominadas para as classes dominantes e, ao mesmo tempo, quando, na classe dominante e, sem dúvida, também, na pequena burguesia, se vai das frações dominantes, do ponto de vista econômico, para as frações dominadas. Tudo parece indicar que a recusa do estatuto sexual, em matéria de política ou alhures, tende a se fortalecer à medida que se eleva o nível de instrução. É assim que as mulheres que cursaram o ensino secundário ou superior são mais numerosas que os homens com o mesmo nível de estudos a julgar que a participação em um movimento de planejamento familiar constitui uma ação política, ou a afirmar que a educação sexual é um problema político (a relação inversa observa-se entre os homens e as mulheres nos níveis de instrução inferiores relativamente aos dois problemas mencionados).

¹⁰ Ainda que a diferença constatada em favor dos homens se deva ao fato de que se trata de uma questão que, explicitamente, faz apelo à aplicação de um *princípio*: "Você pensa que se deve deixar as moças de 18 anos assistir aos filmes que desejarem?" (IFOP, mars 1971).

¹¹ SOFRES, *Les habitudes de table des Français*, déc. 1971 (F.C., XXXIV).

¹² “Em sua opinião, nos conflitos entre o patronato e os trabalhadores, o apoio do governo às reivindicações dos trabalhadores, aos interesses do patronato, é neutro?” (SOFRES, oct. 1970).

¹³ “Na hora atual, entre as seguintes organizações sindicais e partidos políticos, quem defende melhor, em sua opinião, os interesses dos assalariados: UDR, Centristas, PC, CFDT [*Confédération française des travailleurs chrétiens*], CGT, PS, CGT-FO [*Confédération générale du travail - Force ouvrière*]?” (IFOP, 2 févr. 1970).

¹⁴ “Em sua opinião, existe ou não um elo entre o conflito do Oriente Médio e a guerra do Vietnã?” (IFOP, 9 oct. 1967).

¹⁵ É possível observar distribuições da mesma forma (ou seja, 43,4% de não-respostas entre as mulheres e 19,6% entre os homens, além de 38,9% entre os menos instruídos e 9,4% entre os mais instruídos, respectivamente) para uma questão sobre a política externa: “Está satisfeito(a) ou descontente com a ação do Governo nos seguintes setores: política externa da França?” (IFOP, 1966).

¹⁶ O elo entre a indiferença e a incapacidade foi percebido por diferentes observadores, por exemplo: D. Riesman and N. Glazer, “Criteria for Political Apathy”, in A. W. Gouldner (ed.), *Studies in Leadership*, New York, Russel and Russel, 1965, p. 505-559; E. Kris and N. Leites, “Trends in Twentieth Century Propaganda”, in G. Roheim (ed.), *Psychoanalysis and the Social Sciences*, New York, IUP, 1947 (em especial, p. 400).

¹⁷ Foram utilizadas, sobretudo, as seguintes fontes: no que diz respeito aos militantes, em geral, J. Lagroye, G. Lord, L. Monnier-Chazel e J. Palard, *Les militants politiques dans trois partis français, PC, PS, UDR*, Paris, Pedone, 1976; M. Kesselman, “Système de pouvoir et cultures politiques au sein des partis politiques français”, in *Revue française de sociologie*, XIII, oct.-déc. 1972. Sobre os militantes socialistas: R. Cayrol, “Les militants du Parti socialiste, contribution à une sociologie”, in *Projet*, 88, sept.-oct. 1974; H. Portelle e T. Dumias, “Militants socialistes à Paris”, in *Projet*, 101, janv. 1976; *L'Unité*, 257, 1^o-6 juil 1977 e “Qui sont les cadres du PS?”, in *Le Point*, 249, 27 juin 1977. Sobre os militantes comunistas: F. Platone e F. Subileau, *Les militants communistes de la Fédération de Paris*, Paris, Fondation nationale des sciences politiques, 1975. Por último, sobre os deputados: R. Cayrol, J. C. Parodi e C. Ysmal, *Le député français*, Paris, A. Colin, 1973; e M. Dogan, “Les filières de la carrière politique”, in *Revue française de sociologie*, VIII, 4, 1967, p. 468-492.

¹⁸ Neste aspecto, baseamo-nos em uma análise estatística sumária dos resultados de uma pré-pesquisa por meio de entrevistas aprofundadas (n = 130) empreendida no decorrer do ano de 1970, na região parisiense, com homens e mulheres cuja idade era superior a 18 anos (o número reduzido e a imperfeição da amostra impedem de ver nas regularidades, assim constatadas, outra coisa além de indicações de tendência que serão utilizadas, aqui, a título ilustrativo e não demonstrativo, além de serem submetidas, evidentemente, a uma verificação). Em um primeiro momento, apresentava-se aos entrevistados um conjunto de 15 cartões: cada um exibia o nome de um movimento, agrupamento ou partido (*Action française, Centre démocrate, Convention des institutions républicaines, Gauche prolétarienne, Gaullistes de gauche, Ligue communiste, Mouvement de la Tour du Pin, Occident, Parti communiste, Progrès et démocratie moderne, Parti socialiste unifié, Radicaux, Républicains indépendants, Socialistes, Union pour la défense de la République*); e era-lhes solicitado que agrupassem os cartões de acordo com seu desejo (sem convidá-los expressamente a fazer comentários sobre os agrupamentos operados ou a atribuir um qualificativo ou nome aos grupos constituídos). Em um segundo momento, era-lhes apresentado um conjunto de 24 cartões: cada um exibia o nome de um político ou de um sindicalista (Bergeron, Chaban-Delmas, Descamps, Duclos, Duhamel, Edgar Faure, Maurice Faure, Geismar, Giscard d'Estaing, Krivine, Lecanuet, Marchais, Mendès-France, Mitterand, Mollet, Nicoud, Philippon – este nome havia sido introduzido a fim de avaliar a reação diante de um nome desconhecido –, Poujade, Rocard, Savary, Seguy, Servan-Schreiber, Tixier-Vignancour, Wallon); e era-lhes solicitado, em primeiro lugar, o grupo a que estava associado cada um desses indivíduos e, em seguida, a constituição de grupos com os cartões.

¹⁹ Correndo o risco de parecer sacrílego, convém observar o seguinte: em nome da mesma fé na legitimidade conferida pela competência cultural – ou, como se dizia frequentemente no tempo do *Front populaire*, pela “inteligência” – é que, no século XIX, os intelectuais podiam denunciar os perigos do sufrágio universal ou desejar ardentemente, em companhia de Flaubert, o reino dos mandarins; e, nos dias de hoje, podem se sentir legitimados e, ao mesmo tempo, obrigados *em virtude de sua essência* a produzir e professar sua opinião sobre os grandes problemas do momento.

²⁰ Em uma lista de 17 problemas, os entrevistados eram convidados a escolher aqueles que, em sua opinião, eram políticos.

²¹ Essa pesquisa foi realizada pela publicação de um questionário a pedido da AEERS [Associação de Estudos para a Expansão da Pesquisa Científica], em um grande número de jornais e semanários, entre o dia 1º e 15 de agosto de 1969 (A não-publicação do questionário por *l'Humanité* e *Le Parisien libéré* contribuiu, sem dúvida, para acentuar a subrepresentação das classes populares). O questionário composto por 20 questões – sobre o desenrolar do ano letivo, a situação do ensino, as transformações do conteúdo, dos métodos do ensino e da organização universitária; sobre a formação, seleção e remuneração dos professores, as relações entre os professores, pais de alunos e alunos ou estudantes, os poderes das diferentes categorias de agentes, as funções atribuídas à escola (preparação da profissão, inculcação de uma formação moral, etc.), a política nos estabelecimentos escolares, a prolongação da escolaridade obrigatória, a ajuda ao ensino privado, etc. – era precedido por um texto mais ou menos longo, segundo os diferentes órgãos de imprensa, que apresentava a pesquisa como uma “verdadeira consulta nacional” sobre um “assunto capital”, organizada “graças à ajuda benévola da imprensa” pela AEERS, “movimento independente e sem fins lucrativos”.

²² Essa população em que os diferentes grupos são representados à proporção de sua pretensão para agir sobre o sistema de ensino é perfeitamente representativa do grupo de pressão autolegitimado que não cessou de pensar, em todos os níveis do sistema, sobre as orientações do sistema; de modo que as idéias-força expressas por ela permitiam prever todo o devir: por exemplo, a “grande maioria” – neste caso, linguagem adequada – dos respondentes desejava a sobrevida dos concursos de contratação, a introdução da seleção, a manutenção das *grandes écoles*, o fortalecimento do ensino voltado para a cultura geral (por si mesma) e para a preparação atinente à profissão (para os outros), etc. Em todos os pontos em que foi possível proceder à comparação – ou seja, para todas as questões mencionadas, salvo aquelas que, por um lado, incidiam sobre as *grandes écoles* e os concursos de contratação e, por outro, ainda não haviam sido formuladas por um instituto de sondagens –, as tendências são mais fortes na amostra espontânea que na amostra representativa.

²³ É evidente que essas capacidades e disposições estão associadas àquelas que são necessárias para empreender a resposta por escrito a um questionário e se encontram fortemente vinculadas ao capital escolar, com um efeito próprio das disposições éticas que se manifesta claramente quando o entrevistado é convidado a executar um verdadeiro trabalho, regular e prolongado, como ocorre com as pesquisas empreendidas a partir de um painel (é, assim, que a taxa de respostas às pesquisas do *Centre d'études des supports de publicité* em que o entrevistado deve inscrever, todos os dias, durante um mês, de 15 em 15 minutos, as estações de rádio escutadas, varia, em parte, como a boa vontade cultural que se manifesta no zelo escolar: de fato, ela atinge seu ponto mais elevado entre os quadros médios e contramestres – e, secundariamente, entre os operários com qualificação – a respeito de quem se sabe que eles se caracterizam por taxas relativamente fortes de frequência das bibliotecas, coleções, etc.). Para sermos completos, conviria interrogarmo-nos também sobre os efeitos próprios da seleção pelo jornal, e tentar determinar em que aspecto o fato de que o questionário tenha sido dirigido por intermédio do jornal habitual e não, por exemplo, por intermédio do estabelecimento em que se encontram matriculadas as crianças, de uma associação, de um sindicato ou de um partido, poderia ter afetado a estrutura da população dos respondentes (basta indicar que os assinantes manifestaram, por exemplo, uma tendência para responder mais elevada que os leitores ocasionais).

²⁴ Os pais de alunos que devolviam os questionários à *Fédération Cornec* (e não à AEERS) distinguem-se, globalmente, dos outros pais por um nível social e escolar mais baixo e por uma taxa de feminilização mais elevada: o que leva a pensar que a mobilização prévia no âmago de um organismo e o acréscimo de “autoridade” conferido por esse pertencimento tendem a aumentar a propensão para, em igualdade de circunstâncias, intervir politicamente (Assim, seria possível explicar, talvez, que os respondentes espontâneos e desorganizados, no corpo docente, apresentem características bastante diferentes dos militantes “pedagógicos” que são contratados, de preferência, entre as mulheres *agrégées* e os homens titulares de um certificado. cf. J. M. Chapoulié e D. Merlié, *Les déterminants sociaux et scolaires des pratiques professionnelles des enseignants du second degré et leurs transformations*, Paris, CSE, 1974, em especial, p. 120-124). É notável que os pais de alunos da *Fédération Cornec*, sub-selecionados no que tange o capital social e cultural, tenham uma propensão, em geral, um pouco mais reduzida, apesar de serem mais mobilizados, para responder às diferentes questões, salvo (em particular) a questão sobre a ajuda ao ensino privado em que sua taxa de respostas é mais elevada.

²⁵ Qualquer tentativa para incentivar os membros das classes populares a exprimir sua representação do mundo social – por exemplo, sua imagem da divisão em classes – esbarra na dificuldade suscitada por esse sentimento de incapacidade misturado com indignidade (“Não vejo a razão pela qual certas

peessoas, como o sr., vêm pedir a opinião de sujeitos como eu. Tudo isso, o sr. já sabe melhor que eu”). Por outro lado, no horror que a sociologia suscita entre alguns está incluído, para muitos, o fato de que ela interroga qualquer indivíduo, em vez de dar a palavra somente aos porta-vozes autorizados.

²⁶ A análise em questão tem o mérito de mostrar que, ao enfatizar os indivíduos dominantes (“homens importantes”) ou entidades coletivas personalizadas, a história escolar veicula uma filosofia carismática da história que desdenha completamente os interesses sociais e os conflitos entre grupos antagonistas, além de fazer apelo ao julgamento moral, de preferência à reflexão crítica, sobre os processos históricos e suas condições sociais.

²⁷ Não é raro que as exigências da salvação individual – curso noturno ou docilidade em relação aos superiores – entrem em conflito com as exigências da salvação coletiva (participação nas atividades sindicais, etc.) por razões práticas e, também, porque elas se inspiram em duas visões, totalmente opostas, do mundo social. As iniciativas de reciclagem ou de promoção (concursos internos, etc.) não seriam tão positivamente sancionadas se, tanto quanto o aperfeiçoamento técnico, não garantissem a adesão à instituição e à ordem social.

²⁸ Conviria evocar, aqui, toda a literatura produzida pelos defensores da “ordem médica” para defender a unicidade do ato médico, realizado livremente por um homem livre (e solitário), ou os protestos indignados que suscitou, entre os defensores da ordem universitária, a reivindicação do reconhecimento dos trabalhos coletivos.

²⁹ Esta proposição, cujo equivalente na ordem da estética é, como já vimos, um caso particular da proposição mais geral, segundo a qual a propensão e a aptidão para fazer depender as tomadas de posição, verbais ou práticas, de *princípios explícitos* – os de uma ética, de uma estética ou de um pensamento político, de preferência aos de um *ethos* –, submetidos enquanto tais a uma *sistematização intencional*, aumentam como o capital escolar; esta relação estabelece-se, no mínimo, tanto por intermédio das condições de existência necessárias para a aquisição desse capital, quanto pelo efeito das capacidades específicas que ele garante.

³⁰ Para demonstrar a analogia entre a sondagem e o voto, conviria analisar, além da filosofia política que está inscrita na própria questão, aquela que está implicada nos métodos de análise (e, em particular, a lógica puramente *agregativa* da estatística). Seria possível ver, assim, que a sondagem nunca se aproxima tanto de sua verdade a não ser quando, visando prever os resultados de uma consulta eleitoral, ela procede a um simulacro de voto.

³¹ Limitemo-nos a indicar que a escolha em dois graus observa-se, de maneira bastante corrente, no domínio do gosto em que, de acordo com o que tem sido demonstrado freqüentemente, os consumidores escolhem uma unidade de produção ou difusão – loja, teatro, estação de rádio, etc. – e, através dessa escolha, os produtos selecionados que ela oferece, quando eles não delegam, pura e simplesmente, a escolha a mandatários na área da estética – tais como decoradores, arquitetos e outros vendedores de serviços estéticos – que desempenham, nestas matérias, um papel bastante semelhante ao do partido.

³² O mesmo é dizer que o pertencimento ou a submissão política declarada não é um fator semelhante aos outros, havendo a possibilidade de estudar seus efeitos como são estudados os efeitos do sexo, idade ou profissão: os princípios propriamente políticos funcionam como fatores relativamente autônomos em relação aos determinantes econômicos e sociais que – embora a adesão a tais princípios não seja independente desses determinantes – permitem produzir opiniões ou práticas contrárias ao interesse pessoal imediato.

³³ Entre todos os intelectuais, Sartre é, sem dúvida, aquele que, da maneira mais “autêntica”, sentiu a oposição entre a irrealidade abstrata do “engajamento”, vivenciado sempre como arbitrário enquanto produto de uma escolha deliberada, e a opacidade de uma escolha imposta pelas condições da existência.

³⁴ cf. S. M. Lipset, “Students and Politics in Comparative Perspective”, in *Dædalus*, Winter 1968, p. 1-20; para uma crítica fundamentada sobre a análise de uma pesquisa junto a estudantes franceses, ver também Y. Delsaut, “Les opinions politiques dans le système des attitudes: les étudiants en lettres et la politique”, in *Revue française de sociologie*, XI, 1, janv.-mars 1970, p. 3-33.

³⁵ Portanto, não é por acaso que a *procuração* (ou a assistência) que é a condição de acesso à opinião política para os desapossados dos instrumentos de produção da “opinião pessoal” é um dos alvos mais ou menos eruditamente dissimulados do pensamento conservador ou “revolucionário conservador” (cf. P. Bourdieu, “L’ontologie politique de Martin Heidegger”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 5-6, nov. 1975, p. 109-156).

³⁶ cf. G. Ansart, *De l’usine à l’Assemblée nationale*, Paris, Éditions sociales, 1977.

³⁷ Enquanto produtores, por conta próprio, de discursos, os intelectuais tendem sempre a exigir às instâncias que têm a pretensão de monopolizar a produção legítima de bens simbólicos, tais como as igrejas ou os partidos, o direito à autogestão da opinião (neste aspecto, o movimento ecológico, que rejeita comportar-se “como proprietário” dos votos de seus eleitores, recusando um dos privilégios dos aparelhos, representa a utopia realizada do partido intelectual).

³⁸ Será ainda possível observar, aqui, o efeito de neutralização que se exerce através dos traços estilísticos tão imperceptíveis, quanto o “sr.” que antecede o nome de Mitterrand ou o uso de um verbo tão escolar quanto “preconizar” (a expressão “socialismo do possível” pertence, por sua vez, ao registro da alta política).

³⁹ Ainda aqui, impõe-se a analogia com o mercado das obras de arte: o que seria o “gosto” como sistema de classificação incorporado se, de repente, ele fosse privado de todas as referências, de todas as classificações objetivadas e, em particular, de todos os indícios da posição no campo da produção que são os lugares de exposição ou de publicação, etc., que permitem identificar o que Flaubert designava por “opinião chique”?

⁴⁰ Para uma apresentação clássica dessas teses, ver S. M. Lipset, “Democracy and Working Class Authoritarianism”, in *American Sociological Review*, XXIV, 4, août 1959, p. 482-501.

⁴¹ Para uma apresentação completa das formas particulares que pode assumir esse discurso totalmente oposto à homogeneidade dos produtos “puros” do *ethos* ou da axiomática política, conviria descrever – à maneira de Bachelard que descreve “perfis epistemológicos” – os “perfis políticos” delineados por discursos ou práticas engendrados segundo princípios diferentes, em situações diferentes, ou seja, em terrenos em que os efeitos da inculcação política ou do controle propriamente político se exercem de forma bastante desigual.

⁴² Essas organizações distinguem-se, sem dúvida, no universo das instituições de educação pelo fato de que realizam sua ação pedagógica no próprio âmago dos grupos primários, por intermédio de agentes, ou seja, os militantes, pertencentes ao próprio grupo.

⁴³ Esse liberalismo ético encontra seu fundamento nas transformações do modo de reprodução da classe dominante, cujo registro consta das transformações recentes do direito da família e que têm o efeito de tornar inúteis ou, até mesmo, disfuncionais, as “virtudes” da antiga burguesia (exatamente aquelas que os integristas, fadados ao declínio social por sua incapacidade de reconversão, esforçam-se em perpetuar como se considerassem a reviravolta dos valores burgueses como a causa do declínio do qual participa sua decadência e esperassem sua salvação social de uma restauração ética).

⁴⁴ cf. G. Michelat e M. Simon, “Catégories sócio-professionnelles en milieu ouvrier et comportement politique”, in *Revue française de science politique*, XXV, 2, avril 1975, p. 291-316 (especialmente, p. 296-297). A classificação adotada pelos autores, tanto para as categorias socioprofissionais quanto para as opiniões políticas – reduzidas a categorias bastante sumárias e sem qualquer indicação de modalidade –, não permite opor claramente a pequena burguesia estabelecida, mais apegada às organizações políticas clássicas (embora os efeitos da desclassificação tenham feito surgir, também, novas formas de reivindicação e de luta) e a nova pequena burguesia que deve se reconhecer em todas as novas formas políticas – do esquerdismo à ecologia, passando pelo PSU e pelas novas tendências do PS – e em todas as palavras de ordem do estilo participacionista ou autogestionário propícias a satisfazer as aspirações à autonomia e à soberania pessoal dos pequeno-burgueses com pretensões intelectuais. Pode-se, todavia, observar que, entre todas as categorias situadas no centro do espaço, os serviços médico-sociais (+28) situam-se ao lado do pólo ocupado pelos industriais, ao passo que os técnicos tendem de preferência para o pólo dos mineiros (+2); por sua vez, os quadros médios da administração (+14) e os comerciários (+16) ocupam uma posição intermediária na companhia dos artesãos (+13), engenheiros (+19) e agricultores (+20).

⁴⁵ Enquanto os jornais parisienses reservam um lugar que diminui quando se passa dos assuntos internacionais para os fatos do dia e esportes (ou seja, 14,8%, 8,8% e 8,9%), as proporções invertem-se nos jornais do interior – ou seja, 7,9, 8,4 e 16,5% (cf. J. Kaiser, *Les quotidiens français*, Paris, Armand Colin, 1963, p. 125-127). Pode-se supor que as diferenças seriam ainda mais marcantes se os jornais de difusão em escala nacional – cujo público é oriundo, sobretudo, da classe dominante, tais como *Le Figaro* e *Le Monde* – fossem separados dos outros, ou seja, daqueles que reservam um lugar comparável aos jornais do interior para os fatos do dia e esportes (como é o caso, pelo menos, de *Le Parisien libéré*).

⁴⁶ A sondagem de mercado é uma arma nesta luta – no sentido em que ela permite manifestar a “penetração” do jornal para os anunciantes, dos quais vem uma parcela mais ou menos importante de

financiamento – e não tanto um instrumento de conhecimento destinado a identificar e satisfazer, em melhores condições, as expectativas do público.

⁴⁷ Por oposição aos jornais e semanários que são excluídos como “marcados” demais pelos lugares em que, tradicionalmente, é oferecida a possibilidade de ler – salas de espera em consultórios médicos ou de alguns estabelecimentos públicos, bares, salões de cabeleireiro –, os semanários *para todos*, preparados, especialmente, para evitar a exclusão de qualquer fração potencial da clientela (*Paris-Match*, *Jours de France*, *L'Express*), convêm perfeitamente a situações em que lhes é exigida precisamente o desempenho de tal função (os cotidianos *Le Parisien Libéré* e *France-Soir* exercem esse papel, muitas vezes, nos salões de cabeleireiro).

⁴⁸ A lei aplica-se, também, aos bens de consumo material: basta pensar nas novas marcas de queijo (do estilo *Bonbel*) ou nos alimentos para bebês.

⁴⁹ Será necessário dizer que essa oposição se encontra na origem de toda a representação tecnocrática que atribui exclusivamente aos dirigentes iluminados a visão global e total, remetendo assim as visões particulares dos simples particulares ao erro que, nessa lógica, é privação?

⁵⁰ Um dos mais importantes diretores de um cotidiano “de qualidade” de grande circulação a quem foi perguntado se teria publicado uma entrevista com o “inimigo público nº 1”, à maneira de um semanário que acabava de ser processado por essa matéria, respondeu: “É claro, mas no estilo indireto”.

⁵¹ A fronteira entre a classe operária e o campesinato define-se também pela probabilidade, nitidamente mais forte entre os operários, de ler um cotidiano de difusão em escala nacional – e, sobretudo, *L'Humanité* – e pelo fato de que os agricultores limitam sua leitura, praticamente, a *semanários católicos* (*Le Pèlerin*, *La Vie*), ao passo que os operários fazem leituras mais diversificadas e, segundo parece, orientam-se tanto mais para a imprensa comunista e tanto menos para a imprensa católica, quanto mais se sobe na hierarquia profissional (a respeito da qual pode-se pensar que está associada à antiguidade na classe operária) – o que não é surpreendente quando se sabe que a tendência para votar à esquerda varia no mesmo sentido.

⁵² Insignificante para *Le Figaro*, a parcela dos leitores cuja idade é inferior a 25 anos representa 20% do público de *Le Nouvel Observateur*; e é notável observar que os jornais marcados pelo mais forte declínio no decorrer dos últimos dez anos sejam, ao lado dos jornais “para todos” (*Le Parisien libéré* e *France-Soir*), *L'Aurore** e *Le Figaro* que contam com uma reduzida proporção de jovens (o declínio desses dois cotidianos e a ascensão de *Le Monde* e *Le Nouvel Observateur* refletem, diretamente, as transformações morfológicas da classe dominante em benefício das frações mais ricas em capital escolar).

⁵³ Do mesmo modo que aquilo que é transmitido por intermédio da hereditariedade biológica é, sem dúvida, mais estável que o conteúdo do que é transmitido por intermédio da hereditariedade cultural, assim também o inconsciente de classe inculcado pelas condições de existência é um princípio de produção de julgamentos e de opiniões mais estável que os princípios políticos explicitamente constituídos porque, precisamente, é relativamente independente da consciência.

⁵⁴ As disposições repressivas dos pequenos empresários do artesanato e do comércio, e, mais particularmente, das frações mais idosas desses grupos globalmente velhos, delimitam-se por todo um conjunto de indícios convergentes. Assim, eles manifestam uma suspeição vizinha da hostilidade em relação à arte moderna e aos artistas que, sem dúvida, a seus olhos simbolizam por todas as suas práticas e, em particular, pelas liberdades que assumem diante das normas lingüísticas, vestuários, cosméticas ou éticas, tudo o que deploram ou detestam nos “jovens”: 20% declaram que “o artista moderno é alguém que escarnece do público” contra 13% dos quadros superiores e operários, 9% dos quadros médios e 6% dos agricultores; 28% aprovam a idéia de que “a pintura não passa de um negócio comercial” contra 20% dos quadros médios, operários e agricultores, além de 15% dos quadros superiores (F.C., LI). Eles têm maior propensão para afirmar que os professores não sabem fazer-se respeitar (ou seja, 62% contra 55% entre os quadros médios e empregados, 54% entre os operários, 48% entre os agricultores, além de 45% entre os quadros superiores), os mais inclinados a imputar o fracasso das crianças nos estudos ao fato de que “elas não trabalham suficientemente” (ou seja, 57% contra 47% entre os quadros médios e empregados, 46% entre os operários e agricultores, 40% entre

* Fundado em 1944 e tendo-se tornado o cotidiano tradicional da burguesia francesa, foi comprado em 1978 pelo proprietário de seu principal concorrente, *Le Figaro*, com o qual acabou por se fundir; atualmente, sobrevive no título da edição do caderno de sábado, *Le Figaro-L'Aurore*. (N.T.)

os quadros superiores) ou a julgar que a disciplina não é suficientemente severa nos estabelecimentos escolares (ou seja, 45% contra 38% entre os operários, 36% entre os quadros médios e empregados, 31% entre os agricultores e 30% entre os quadros superiores). cf. SOFRES, *Les Français et les problèmes de l'éducation nationale*, Estudo feito com os pais, t. II, juin-août 1973. Em maior número que todos os outros, eles são favoráveis a um fortalecimento da censura na classificação de filmes – ao contrário dos operários e quadros médios (F.C., L). Compreende-se que, a exemplo dos grandes comerciantes e contramestres, eles reservem uma *parcela significativa* de suas leituras (globalmente, reduzidas) de semanários a *Minute*, órgão que destina o maior espaço a todos os temas e fantasmas sociais – por exemplo, a xenofobia – do ressentimento pequeno-burguês. Tudo permite supor que a extrema direita encontra grande parte de seus aderentes nessas categorias.

⁵⁵ Seria impossível excluir todas as tomadas de posição essencialmente embaralhadas, cujo paradigma é o movimento dos “revolucionários conservadores” da Alemanha pré-nazista, e que, em sua indeterminação, reproduzem, sem dúvida as contradições inerentes à revolta contra a desclassificação – espécie de contradição em termos – ou à discordância entre a trajetória individual e a trajetória coletiva.

⁵⁶ Essa estratégia é bastante comum nas relações interpessoais e, em particular, na economia das trocas domésticas em que a impecabilidade adquirida pelos serviços prestados permite instaurar-se como repreensão viva.

⁵⁷ Tudo permite supor que os pequeno-burgueses sentirão uma repugnância tanto maior em filiar-se ao Partido Comunista – indecoroso, pouco sensível a seus interesses específicos e, acima de tudo, pouco acolhedor da fraseologia moralizante, edificante e vagamente humanista na qual, naturalmente, eles se reconhecem (“valores”, “desabrochamento”, “assumir”, “promover”, “responsável”, “parceiro”, “implicado”, etc.) –, quanto mais fortemente tiver sido incentivada, desde a infância, sua preocupação com a dignidade pessoal e suas precauções individualistas através de condições de existência mais favoráveis e de uma primeira educação mais impregnada de valores religiosos que levem ao personalismo; ora, esses efeitos do condicionamento ou da inculcação serão tanto mais prováveis, quanto mais elevada for sua origem social (e, portanto, com todas as possibilidades de serem reduplicados pelos efeitos de uma trajetória declinante). Pode-se, assim, supor que eles iriam em direção ao PSU e tudo o que nele é, ao mesmo tempo, rebelde e bem-comportado, contestatário e moral, se ele fosse menos abertamente revolucionário ou se, ponderado, viesse a converter-se em partido governamental, o que é praticamente o caso, hoje em dia, da tendência tecnocrático-modernista do Partido Socialista. No entanto, eles se reconhecem, também, em um conservadorismo reformador e “inteligente”. Em poucas palavras, eles hesitam; assim, em período de crise, podem passar bruscamente para o outro lado.

⁵⁸ Para compreender as práticas e as opiniões políticas das pessoas idosas, convém levar em consideração não só o *efeito de retração* que, ao lado do afastamento do meio profissional e do enfraquecimento das relações sociais, tende a reduzir a pressão e o apoio coletivos, mas também e, sobretudo, o *efeito de declínio social* que se exerce tanto mais fortemente e, sobretudo, mais brutalmente, quanto mais desfavorecida é a classe a que se pertence e que, sem dúvida, pode compreender-se por analogia com o efeito que as trajetórias sociais declinantes exercem sobre os indivíduos ou grupos.

⁵⁹ Para compreender as disposições que, segundo o grau de politização, podem exprimir-se através de tomadas de posição políticas “progressistas” ou “conservadoras”, conviria analisar a profunda *insegurança* engendrada pela experiência de uma vida vivenciada totalmente sob a ameaça do acidente, doença, desemprego e carreira negativa que conduz ao subproletariado, assim como o apego correlato às vantagens adquiridas e às estratégias individuais ou coletivas responsáveis por sua aquisição que nada tem de comum com um apego à ordem estabelecida. Conviria examinar a maneira como as condições de trabalho e, mais precisamente, as *disciplinas* – em particular, temporais – impostas pela empresa tendem a fortalecer continuamente, por si só e fora de qualquer tipo de inculcação ideológica, as disposições inculcadas por uma primeira educação que reproduz, ao mesmo tempo, por necessidade e por vontade, as necessidades, as asperezas e a rigidez da existência para a qual ela prepara. (É óbvio, de fato, que a “educação política” não se reduz, de acordo com o que pretendem, quase sempre, aqueles que se interessam por esse objeto, à transmissão consciente das representações mais diretamente vinculadas à esfera da “política” no sentido corrente do termo: no mínimo, seria tão absurdo reduzir as condições de produção das disposições que se encontram na origem dos julgamentos e das práticas políticas à socialização propriamente política – ou, pior ainda, a seu aspecto institucionalizado, ou seja, a instrução cívica –, quanto reduzir as condições sociais da produção do gosto – que é também uma disposição política – à formação propriamente artística). Conviria analisar, com maior precisão, o universo das mediações práticas através das quais o apego a um *mundo ordenado*

e, em primeiro lugar, a um mundo doméstico ordenado, ou seja, *subordinado à ordem imposta pelo universo do trabalho*, se impõe aos operários da indústria; a maneira como a ordem da fábrica – ordem temporal, ordem moral, ordem social – se estende até a esfera da vida chamada “privada”, nos esquemas do pensamento e da expressão que permitem pensá-la e exprimi-la, além de se aplicarem, muitas vezes, como já vimos, fora dessa esfera. Conviria se questionar para saber se essa ilhota de segurança, autonomia e estabilidade, representada pela família, não é, ao mesmo tempo, o lugar das derradeiras defesas – por exemplo, conservando a memória das lutas passadas e tudo o que constitui o *ponto de honra de classe* (e do qual faz parte, por exemplo, certo culto da virilidade, princípio de uma verdadeira visão “conservadora” da divisão do trabalho entre os sexos) e o ponto de menor resistência (a um só tempo, simbolizado e encarnado pela mulher, estatutariamente “despolitizada” e responsável pelo consumo) – por onde se introduzem, até a mais íntima das práticas e o mais profundo dos inconscientes, as forças de dominação.

⁶⁰ A unificação do mercado econômico e simbólico, assim como o enfraquecimento correlato da autonomia dos espaços sociais com base local tende a favorecer a “politização” dos agricultores que, dependendo cada vez mais dos mecanismos da economia e das decisões políticas, manifestam um interesse crescente em interessar-se pela política: se a “politização” não equivale necessariamente, a exemplo do que ocorre entre os operários, a uma orientação para a esquerda, permanece o fato de que a possibilidade real dessa escolha aparece e de que o próprio conservadorismo assume um sentido completamente diferente.

⁶¹ cf. sobre este ponto, P. Bourdieu, *Le sens pratique*, Paris, Ed. de Minuit, 1979.

⁶² Essa indeterminação relativa do *ethos* em relação às tomadas de posição expressas é, sem dúvida, a origem das flutuações e reviravoltas políticas – por exemplo, entre gaullismo e comunismo – da fração mais desprovida da classe operária.

Conclusão

¹ E. Kant, *Anthropologie du point de vue pragmatique*, trad. fr. de M. Foucault, Paris, Vrin, 1964, p. 100.

² G. W. Leibniz, *Meditationes de cognitione, veritate et ideis*, in *Opuscula philosophica selecta*, Paris, Boivin, 1939, p. 1-2 (cf. também, *Discours de métaphysique*, § 24). É notável que, para ilustrar a idéia de conhecimento *claro*, mas *confuso*, Leibniz tenha evocado, além do exemplo das cores, sabores e odores, cuja distinção se faz “pelo simples testemunho dos sentidos e não por marcas enunciáveis”, o exemplo dos pintores e artistas que, capazes de reconhecer uma obra bem ou mal feita, não conseguem justificar seu julgamento a não ser pela invocação da presença ou ausência de “um não sei o quê”.

³ Caberia a uma *sociologia genética* estabelecer a maneira como se constitui o sentido das possibilidades e das impossibilidades, das proximidades e das distâncias.

⁴ Do mesmo modo que a oposição entre o único e o múltiplo se encontra no centro da filosofia dominante da história, assim também a oposição – uma de suas formas transformadas – entre o brilhante, o visível (“em vista”), o distinto, o distinguido, o “conhecido” (ou seja, reputado, ilustre), por um lado, e, por outro, o obscuro (“os pequenos, os obscuros, os sem-patente”), as tarefas “obscuras”, o embotado, a monotonia da massa indiferenciada, indistinta, sem nome nem reputação (o “ilustre desconhecido”), é uma das categorias fundamentais da percepção dominante do mundo social.

⁵ cf. G. Duby, *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*, Paris, Gallimard, 1978.

⁶ E. Durkheim, *Formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, Alcan, 1912, p. 24.

⁷ Encontraremos uma evocação mais circunstanciada do contexto teórico no qual se situam estas análises, in P. Bourdieu, “Sur le pouvoir symbolique”, *Annales*, 3, mai-juin 1977, p. 405-411.

⁸ A ideologia do pensador utópico, sem amarras nem raízes, sem eira nem beira, sem juro nem lucros, e a recusa, correlata, da forma suprema da grosseria materialista, ou seja, a *redução* do único à classe, a explicação do superior pelo inferior, a aplicação ao *inclassificável* de modelos explicativos adequados para os distribuídos por classes, os arrumados, os limitados, os burgueses, os pequeno-burgueses e o comum, não predis põe de modo algum os intelectuais, esses *classificadores inclassificáveis*, a pensar como tal o sentido da posição social e, menos ainda, sua própria posição e a relação perversa com o mundo social que ela lhes impõe. (Aqui, seria necessário reler Sartre, cuja obra e vida têm por princípio a afirmação do ponto de honra subversivo do intelectual e, por exemplo, as

páginas de *L'Être et le néant* sobre a psicologia de Flaubert, esforço patético para arrancar a pessoa – na pessoa do intelectual, criador inciado, filho de suas obras obcecado pelo “projeto de ser Deus” – a toda a espécie de redução ao geral, ao gênero e à classe, para afirmar a transcendência do ego contra “o que Comte designava por *materialismo*, ou seja, a explicação do superior pelo inferior”. cf. J.-P. Sartre, *L'Être et le néant*, Paris, Gallimard, 1943, p. 643-652, e, em especial, p. 648).

⁹ A melhor ocasião para verificar o funcionamento deste sentido do lugar ocupado são as *estratégias de condescendência* que supõem tanto no autor da estratégia quanto nas vítimas, o conhecimento prático da defasagem entre o lugar realmente ocupado e o lugar indicado ficticiamente pela prática adotada (por exemplo, o tratamento por “tu”): quando aquele a quem é atribuído o Rolls-Royce, a cartola ou o golfe toma o metrô, usa um bonê (ou uma blusa de gola alta) ou joga futebol, suas práticas adquirem seu sentido em relação a essa atribuição estatutária que continua a afetar, como se fosse uma superimpressão, as práticas reais. No entanto, seria possível evocar, da mesma forma, as variações – observadas por Bally – da estilística do discurso, de acordo com o distanciamento social entre os interlocutores ou, ainda, as variações da pronúncia em função do interlocutor; segundo o caso, o locutor pode se aproximar do “sotaque” da pessoa de estatuto (presumido) superior à qual ele se dirige ou, pelo contrário, afastar-se dela, ao acentuar seu sotaque comum (cf. H. Giles, “Accent Mobility, A Model and Some Data”, in *Anthropological Linguistics*, 1973, 15, p. 87-105).

¹⁰ Assim, compreende-se que, em uma série de entrevistas (n = 30) a propósito das classes sociais, empreendidas em torno de um teste que consistia em classificar trinta profissões comuns (inscritas em cartões), os entrevistados – quase sempre, eles começam por perguntar o número de classes em que deve ser dividida a população – possam modificar, em várias oportunidades, o número de classes e os critérios de classificação para levar em consideração as diferentes dimensões de cada profissão, portanto, as diferentes relações sob as quais ela poderia ser avaliada, ou sugerir, espontaneamente, que eles poderiam multiplicar indefinidamente as subdivisões (confirmando, deste modo, o caráter artificial da situação criada pelo questionamento erudito que pede a adoção de uma atitude erudita, *completamente inabitual*, como é testemunhado pela confusão inicial); ao mesmo tempo, verifica-se, praticamente sempre, uma adaptação às posições atribuídas às diferentes profissões consideradas aos pares (Lanski faz observações semelhantes em relação a uma experiência que consistia em pedir aos entrevistados para classificar as famílias de uma cidadezinha da Nova Inglaterra: cf. G. E. Lenski, “American Social Classes: Statistical Strata or Social Groups?” in *The American Journal of Sociology*, LVIII, September 1952, p. 139-144).

¹¹ Divergências que se observam também, na mesma pesquisa, quando se pede, sucessivamente, aos entrevistados, que definam as classes sociais no nível de sua cidade ou do país inteiro: neste último caso, aumenta consideravelmente a taxa de não-respostas, assim como o número das classes percebidas (cf. J. G. Manis and B. N. Meltzer, *loc. cit.*)

¹² A percepção comum que, às práticas, aplica o esquema do largo e do estreito ou do amplo e do acanhado, antecipa as descobertas da psicologia social mais requintada que estabelece a existência de uma correlação entre o lugar que a pessoa se atribui no espaço físico e o lugar ocupado no espaço social (cf. sobre este ponto, S. Fisher and C. E. Cleveland, *Body Image and Personality*, Princeton, New York, Van Nostrand, 1958).

¹³ Seria possível mostrar que a socialização tende a constituir o corpo como operador analógico que instaura todas as espécies de equivalências práticas entre as diferentes divisões do mundo social, divisões entre os sexos, entre as faixas etárias e entre as classes sociais ou, mais exatamente, entre as significações e os valores associados aos indivíduos que ocupam posições praticamente equivalentes nos espaços determinados por essas divisões; e isso ocorre ao integrar na mesma linguagem corporal a simbólica da dominação e da submissão social com a simbólica da dominação e da submissão sexuais – como se vê, por exemplo, na cortesia que, na oposição entre o reto e o curvo ou, o que dá no mesmo, entre (se) levantar e (se) abaixar, encontra um dos princípios geradores das *marcas* (de respeito, desprezo, etc.) utilizadas para simbolizar as relações hierárquicas.

¹⁴ Este sofisma e todos os paradoxos do contínuo físico fazem, de acordo com a observação de Poincaré, que se tenha, a um só tempo, $A = B$, $B = C$ e $A < C$ ou, ainda, $A_1 = A_2$, $A_2 = A_3$, ... $A_{99} = A_{100}$ e $A_1 < A_{100}$. Ou dito em outras palavras, se é claro que um grão não faz um montão, nem dois, nem três grãos, é difícil dizer se o montão começa com 264 ou 265 grãos e se, em outras palavras, 265 grãos, e não 264, formam um montão.

¹⁵ Um grande número de classificações éticas ou estéticas, psiquiátricas ou jurídicas, produzidas pelas ciências de instituição, sem falar daquelas produzidas e inculcadas pelo sistema escolar, encontram-se também subordinadas a funções sociais, embora fiquem devendo sua eficácia específica à sua aparente

neutralidade: produzidas segundo a lógica e na linguagem próprias a campos relativamente autônomos, elas acumulam a dependência real em relação aos esquemas classificatórios do *habitus* dominante e, através deles, às estruturas sociais de que são o produto, com a aparência da independência que lhes permite contribuir para a legitimação de um estado da luta pelas classificações e da luta de classes. O exemplo mais típico desses sistemas de classificação semi-autônomos é, sem dúvida, o sistema dos adjetivos que se encontra na origem das “apreciações” escolares. cf. P. Bourdieu e M. de Saint-Martin, “Les categories de l’entendement professoral”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 3, 1975, p. 68-93.

¹⁶ cf. G. Duby, *op. cit.*, em especial, p. 422-423.

¹⁷ cf. G. Duby, *op. cit.*, p. 63-64; e “Les ‘jeunes’ dans la société aristocratique dans la France du Nord-Ouest au XIIème siècle”, in *Annales*, 19 (5), sept.-oct. 1964, p. 835-846.

¹⁸ Seria possível afirmar, praticamente, a mesma coisa a respeito das mulheres se a maior parte das contrapartidas da renúncia às responsabilidades não lhes fossem, de fato, recusadas, pelo menos, fora da burguesia.

¹⁹ A psicologia social observa que toda divisão de uma população em dois grupos, por mais arbitrária que seja, determina comportamentos discriminatórios, favoráveis aos membros de seu próprio grupo e hostis aos membros do outro grupo, mesmo que os interesses de seu grupo sejam prejudicados por essa situação (M. Billing and H. Tajfel, “Social categorization and similarity in intergroup behavior”, in *European Journal of Social Psychology*, 1973, 3, p. 27-52). De forma mais geral, sob o nome de “diferenciação categorial”, ela descreve as operações pelas quais os agentes constroem sua percepção do real e, em particular, os processos de acentuação das diferenças com o exterior, além de fortalecerem as semelhanças no interior, ou seja, processos de dissimilação e assimilação (cf., por exemplo, H. Tajfel, “Quantitative judgement in social perception”, *British Journal of Psychology*, 1959, 50, p. 16-21 e H. Tajfel e A. L. Wilkes, “Classification and quantitative judgement”, *British Journal of Psychology*, 1963, 54, p. 101-104; e, para um quadro panorâmico das pesquisas neste domínio, W. Doise, *L’articulation psychosociologique et les relations entre groupes*, Bruxelas, A. de Boeck, 1976, p. 178-200). No mesmo sentido, as análises sobre o racismo mostraram que a justaposição de grupos diferentes conduz a *representações contrastantes*: cada grupo tende a opor uma definição da conduta conveniente, valorizada, a uma conduta menosprezada, a do outro grupo (“Sempre que grupos e classes são postos em aguda justaposição, os valores e costumes de cada um deles são justapostos. Fora da oposição de grupo surge uma intensa oposição de valores, que é projetada através da ordem social e serve para solidificar a estratificação social.” – L. Copeland, “The Negro as a Contrast Conception”, in E. Thompson (ed.), *Race Relations and the Race Problem*, Durham, Duke University Press, 1959, p. 152-179). Como a identidade social reside na diferença é em relação ao mais próximo – este, aliás, representa sua maior ameaça – que se afirma a diferença. A análise da estereotipia, ou seja, a propensão para admitir uma correspondência entre o pertencimento a uma categoria (por exemplo, a dos nórdicos ou meridionais, dos ocidentais e dos orientais) e a posse de determinada propriedade que leva a informação sobre o pertencimento categorial de uma pessoa a exercer forte influência sobre os julgamentos formulados a seu respeito, harmoniza-se com a análise dessa espécie de estereotipia social que leva o conjunto dos agentes de uma formação social a chegar a um acordo para atribuir certas propriedades aos membros das diferentes classes sociais (cf. Anexo 4, *Um jogo de sociedade*).

²⁰ Basta apenas afirmar a afinidade que une a física social e a propensão positivista para ver as classificações, seja como cortes arbitrários e “operatórios” (tais como as faixas etárias ou de renda) ou como cortes “objetivos” (descontinuidades das distribuições ou inflexões das curvas), cujo registro seria suficiente.

²¹ Vejamos uma expressão particularmente característica, inclusive, na metáfora, desse marginalismo social: “Cada indivíduo é responsável pela própria imagem de conduta e pela imagem de deferência dos outros, logo, para que um homem completo seja expresso, os indivíduos precisam dar as mãos em uma corrente de cerimônia, cada um dando deferencialmente, com conduta apropriada, a quem está à direita o que será recebido deferencialmente de quem está à esquerda.” (E. Goffmann, “The Nature of Deference and Demeanour”, in *American Anthropologist*, 58, June 1956, p. 473-502). “... rotineiramente a questão é saber qual opinião é expressa mais freqüentemente e mais insistentemente, quem toma as pequenas decisões em andamento aparentemente necessárias para a coordenação de qualquer atividade conjunta, e quais preocupações passadas tiveram maior peso. E por mais triviais que algumas dessas *pequenas perdas e ganhos* possam parecer, *somando-as todas* ao longo de todas as situações sociais em que ocorrem, podemos ver que seu efeito total é enorme. A expressar de subordinação e dominação através dessa multidão de significados situacionais é mais do que uma mera afirmação rastreadora, ou simbólica, ou ritualística, da hierarquia social. Essas expressões *consideravelmente constituem* a hierarquia.” (E. Goffmann, “Gender Display”, Paper presented at the Third International Symposium “Female Hierarchies”, Harry Frank Guggenheim Foundation, April 3-5, 1974, grifo meu).

¹ M. Proust, "En mémoire des églises assassinées", in *Pastiches et mélanges*, Paris, Gallimard, col. "Idées", 1970, p. 171.

² Para uma estética explicitamente baseada na antítese da beleza e do fácil, ver S. Alexander, *Beauty and Other Forms of Value*, London, Macmillan and C^o, 1933, em especial, p. 40 e 164.

³ E. H. Gombrich evoca – em várias ocasiões e, particularmente, em um artigo dedicado às relações entre a psicanálise e a arte (*Meditations on a Hobby Horse and Other Essays on the Theory of Art*, London, Phaidon Press, 1963, em especial, p. 37-40) – a rejeição das gratificações elementares, portanto, vulgares, que se encontra na origem do gosto legítimo ou, se preferirmos, dos *fashionable don'ts*, tão "fáceis de apanhar" que fazem toda a sua substância (*op. cit.*, p. 146).

⁴ A. Schopenhauer, *Le monde comme volonté et comme représentation*, trad. fr. de Burdeau, Paris, Alcan, 1888, t. I, LIII, § 40, p. 215.

⁵ A estética de Schopenhauer aparece, no essencial, como um comentário um tanto exagerado da estética kantiana. Assim, Fauconnet tem motivos para observar: "O julgamento estético, essencialmente desinteressado, opõe-se, em Kant, aos outros julgamentos interesseiros, absolutamente como a atividade voluntária do indivíduo, cujo conhecimento está orientado unicamente para a ação e para a luta, se opõe, em Schopenhauer, à contemplação do indivíduo puro" (A. Fauconnet, *L'esthétique de Schopenhauer*, Paris, Alcan, 1913, p. 108).

⁶ Nesta lógica, o "distanciamento" brechtiano poderia ser a diferença mediante a qual o intelectual afirma, no próprio âmago da arte popular, sua distância a dessa arte, tornando-a intelectualmente aceitável, ou seja, aceitável para intelectuais e, mais profundamente, sua distância do povo, aquela que supõe o enquadramento do povo pelos intelectuais.

⁷ "A rejeição", afirma Kant, conduziu o homem das excitações puramente sensuais para as sensações ideais" (E. Kant, "Conjectures sur les débuts de l'histoire", in *La philosophie de l'histoire*, trad. fr. de S. Piobetta, Paris, Gonthier, 1947, p. 115). Tendo indicado que a excitação sexual tende a "se prolongar e, inclusive, aumentar sob o efeito da imaginação" quando o objeto é "subtraído aos sentidos", Kant, ao associar a descoberta da beleza à sublimação do instinto sexual, conclui: "A rejeição foi o artifício hábil que conduziu o homem das excitações puramente sensuais para as excitações ideais e, aos poucos, do desejo puramente animal para o amor. E, com o amor, o sentimento do que é puramente agradável tornou-se o gosto do belo" (*Id., ibid.*).

⁸ Aqui, como no decorrer do texto, os algarismos entre parênteses remetem a E. Kant, *Critique du jugement*, trad. fr. de J. Gibelin, Paris, Vrin, 1928, p. 138.

⁹ A eficácia própria do agradável manifesta-se no fato de que ele impõe uma satisfação imediata do desejo, excluindo "a expectativa refletida do futuro": "Esse poder de não fruir apenas o instante de vida presente, mas de se representar, de um modo atual, um futuro, quase sempre, bastante longínquo, é o sinal distintivo mais característico da superioridade do homem" (E. Kant, "Conjectures...", *op. cit.*, p. 117).

¹⁰ A simples análise gramatical dá razão a Hegel quando criticava a terceira *Crítica* por permanecer no registro do *Sollen*, ou seja, do dever: os enunciados sobre o julgamento do gosto estão escritos no imperativo ou, melhor ainda, nessa espécie de falso demonstrativo que permite ignorar as condições da realização de um enunciado, na realidade, performático. Alguns exemplos típicos: "Dizemos que carece de sentimento quem permanece insensível diante do que julgamos ser sublime; de cada um exigimos essas duas coisas e presumimos que elas se encontrem, também, nos detentores de alguma cultura" (p. 97); "Aliás, pede-se que, em todos os julgamentos que devem comprovar o gosto do indivíduo, este julgue por si mesmo" (p. 111); "uma vez que isso *deve* ser um julgamento do gosto e não do entendimento, nem da razão" (p. 114); "a arte *deve ser* livre em dois sentidos diferentes..." (p. 146).

¹¹ O parágrafo 41, intitulado "O interesse empírico pelo belo", evoca o que N. Élias designa por "processo de civilização" ("A sociedade é o único espaço em que ele tem a idéia de ser não só um homem, mas também um *homem distinto* à sua maneira – esse é o começo da civilização –"), mas para lançá-lo no empírico com uma frase: "Esse interesse acrescentado indiretamente ao belo pela inclinação social – e que, na seqüência, é empírico – não tem, aqui, para nós, qualquer importância" (p. 125 e, também, p. 107-108). Outro exemplo de reconhecimento da dimensão social do gosto: "Um julgamento sobre um objeto de satisfação pode ser totalmente desinteressado e, todavia,

bastante interessante, ou seja, sem se basear em qualquer interesse, acaba produzindo um interesse; ora, todos os julgamentos puramente morais são dessa espécie. No entanto, por si mesmos, os julgamentos do gosto não têm qualquer interesse. É unicamente na sociedade que se torna interessante ter gosto” (p. 43, n. 1).

¹² Em relação à música, Kant diz que “ela é mais fruição que cultura” (p. 152). E mais adiante, ele identifica implicitamente o grau em que as artes “cultivam” o espírito com o “desenvolvimento das faculdades” de que se servem: “Se, pelo contrário, apreciamos o valor das belas-artes de acordo com a cultura que elas proporcionam ao espírito e se tomarmos como medida o desenvolvimento das faculdades que, no julgamento, devem unir-se para o conhecimento, a música ocupará a posição mais baixa” (p. 153).

¹³ “Pensar que é possível aumentar, por meio de algum atrativo, a beleza atribuída ao objeto por sua forma, eis um erro bastante vulgar e nocivo para o gosto autêntico, íntegro e sério; é bem verdade que ainda se pode acrescentar atrativos à beleza para interessar o espírito pela representação do objeto, fora da satisfação pura e simples e, assim, valorizar o gosto e a cultura, sobretudo, quando ele é ainda grosseiro e carece de exercício” (p. 60, grifo meu); “ele pode inclusive começar a duvidar se teria conseguido formar suficientemente seu gosto pelo conhecimento de uma quantidade suficientemente grande de coisas de certa espécie...” (p. 113); “para corrigir e ampliar nossos julgamentos do gosto” (p. 115).

¹⁴ Alguns indícios da propensão de Kant para identificar o universal com o universo dos homens cultos: “Ninguém admitirá facilmente que seja necessário um homem de gosto para encontrar uma satisfação maior em um círculo do que em um contorno rabiscado ou em um quadrilátero dotado de lados e ângulos iguais do que em um quadrilátero oblíquo, com ângulos desiguais e, de alguma forma, mutilado. Basta ter uma inteligência comum e, neste caso, o gosto não é necessário” (p. 75). “De cada um exigimos essas duas coisas (o sentido do belo e do sublime) e presumimos que elas se encontrem, também, nos detentores de alguma cultura” (p. 57). (cf. também p. 119, n. 1).

¹⁵ Ao lembrar o vínculo que, bem cedo, une a natureza-morta ao motivo da *vanitas* – por exemplo, com o tema do relógio, enquanto símbolo da temperança –, E. H. Gombrich admite que, nesta evocação, o espírito puritano possa encontrar um alibi ou um antídoto para o simples prazer dos sentidos que propõem os alimentos apetitosos e os faustosos ramalhetes, eternização da fruição sensual, “festa para o olhar”, enquanto lembrança das festas passadas ou futuras; no entanto, ele sublinha que a pintura é, por si, uma *vanitas* pelo fato de que os prazeres oferecidos pela representação são, essencialmente, ilusórios (E. H. Gombrich, *op. cit.*, p. 104)

¹⁶ Vê-se o que dissimula o *Sollen* confinado nos enunciados aparentemente demonstrativos em que Kant encerra a definição do gosto puro.

¹⁷ Segue-se que a intenção exclusiva de falar cientificamente da obra de arte ou da experiência estética ou, mais simplesmente, de abandonar o estilo do ensaísmo que, menos preocupado com a verdade do que com a originalidade, prefere sempre a diversão da idéia falsa à monotonia da idéia verdadeira, está destinada a aparecer como uma dessas degradações sacrílegas a que se compraz o materialismo redutor e, por conseguinte, como a expressão de um filistinismo que denuncia o que ele é incapaz de compreender ou, ainda pior, de sentir.

¹⁸ Recentemente, é, sem dúvida, em Malraux que se encontra a tentativa mais sistemática para formular esta ideologia: a arte é o reino da liberdade e, neste sentido, é o símbolo do poder que pertence ao homem de criar um mundo significante e plenamente humano ou, pelo menos, da eterna luta do homem para transcender a servidão e “humanizar o mundo”.

¹⁹ Ao tratar a obra segundo sua intenção, ou seja, como finalidade sem fim, o espectador re-produz o ato de criação, em uma *mimésis* da *mimésis* do Gênesis (a teoria da “leitura criadora” é, também, um desses temas ideológicos que, por serem indispensáveis à reafirmação do “ponto de honra espiritual” da burguesia letrada, são objeto de reinvenções permanentes).

²⁰ Nesse texto desdenhado pelos comentaristas – que chegaram a se questionar se ele não seria um efeito da senilidade por parecer entulhado de coisas triviais –, Kant distingue, em primeiro lugar, entre os “cientistas corporativos” (pertencentes à Universidade) ou “independentes” e os simples “letrados”, “homens de negócios e técnicos da ciência”, padres, magistrados, médicos, que vendem um saber adquirido na Universidade e, por último, a clientela destes últimos, “o povo, composto por ignorantes”. Em seguida, ele opõe as faculdades temporalmente dominantes, direito, medicina e teologia, à faculdade temporalmente dominada, mas espiritualmente dominante, ou seja, a faculdade de filosofia, que não tem poder temporal, mas é “independente das ordens do governo” e, perfeitamente

autônoma, conhece apenas suas próprias leis, as da razão, encontrando-se fundamentada, assim, para exercer com toda a liberdade seu poder de crítica (E. Kant, *Le conflit des facultés*, trad. fr. de Gibelin, Paris, Vrin, 1955).

²¹ N. Elias, *La civilisation des mœurs*, Paris, Calmann-Lévy, 1973, p. 19.

²² N. Elias, *op. cit.*, p. 35.

²³ E. Kant, "Idée d'une histoire...", in *La philosophie de l'histoire*, *op. cit.*, p. 39 (Grifo meu).

²⁴ E. Kant, "Conjectures...", *op. cit.*, p. 113.

²⁵ E. Kant, "Idée d'une histoire...", *op. cit.*, p. 39. Por sua vez, N. Élias mostra como a oposição entre a nobreza de corte e a burguesia de cultura se constituiu em torno da oposição entre leviandade, cerimonial e conversação, por um lado, e, por outro, sentimento, sinceridade, formação pessoal e integridade moral, em suma, entre o *superficial* e o *profundo* (N. Elias, *op. cit.*, em especial, p. 36 e 47). O segundo termo da oposição, em sua totalidade, está contido no "longo esforço de formação interior", mencionado por Kant.

²⁶ "A razão nunca poderia admitir que a existência de um homem, cuja vida se limite a usufruir (seja qual for sua atividade com tal objetivo), tenha em si um valor, mesmo que, como instrumento, ele ajudasse da melhor maneira possível os outros em suas tentativas exclusivas de fruição por este motivo: por simpatia, ele usufruiria, também, de todos esses prazeres" (p. 46). E, em nota de rodapé, Kant denuncia "a pretensa obrigação de executar ações, cuja única finalidade seja a fruição, por mais espiritualizada (ou embelezada) que esta possa ser".

²⁷ É possível ver outro indício no fato de que Kant torna-se o defensor da aprendizagem da arte na escola e da submissão necessária a regras: o que está em perfeita conformidade com a lógica de seu discurso subjacente de defensor dos valores acadêmicos da *Kultur*, mas em contradição com sua recusa de qualquer gênese empírica do gosto, que deveria levá-lo a aderir à teoria do gênio sem coação (precisamente, combatida por ele, p. 136).

²⁸ Os *invariantes* da condição professoral e, sobretudo, da posição do corpo docente na classe dominante (fração dominada) e no campo das classes, em seu conjunto, são suficientemente importantes, apesar das diferenças associadas ao momento e à sociedade, para fundamentar as afinidades do *ethos* que se encontram na origem da ilusão de universalidade.

²⁹ O caráter próprio de um pensamento de ambição sistemático consiste em aplicar, a todos os objetos, os esquemas de aplicação universal que o definem. O que pode levar a efeitos divertidos, típicos do que Schopenhauer designa por "cômico pedante", quando tais esquemas (os mesmos que operam em *Critique du jugement* e, nesse caso, com toda a aparência da necessidade) funcionam, de uma forma demasiado manifesta, em falso: "Sobrevivi a um grande número de amigos meus e relações que se vangloriavam, por viverem uma vida bem arrumada, adotada de uma vez por todas, de ter uma saúde perfeita. No entanto, o gérmen da morte (a doença), pronto a desenvolver-se, estava neles sem que tivessem consciência disso; assim, aquele que se sentia com boa saúde, não sabia que estava doente. De fato, é impossível nomear de outra forma a causa de uma morte natural. Mas seria impossível sentir a causalidade; para isso, torna-se necessário o entendimento, cujo julgamento pode ser errôneo; ao passo que o sentimento é infalível, mas só utiliza esse nome se a pessoa se sente doente. Ora, se ela não se sente dessa forma, etc..." (E. Kant, *Le conflit des facultés*, trad. fr. de Gibelin, Paris, Vrin, 1955, p. 117, grifo do autor).

³⁰ J. Derrida, "Le parergon I", in *Diagraphe*, 3, 1974, p. 21-57; "Le sens de la coupure pure (Le parergon II)", in *Diagraphe*, 4, 1974, p. 5-31; "Economimesis", in *Mimesis des articulations*, Paris, Flammarion, 1975, p. 57-93 (textos retomados in *La Vérité en peinture*, Paris, Flammarion, 1978).

³¹ J. Derrida, "Le parergon", *loc. cit.*, p. 30 (*La Vérité en peinture*, p. 51).

³² A denegação filosófica não passa, aqui, de uma forma particular da denegação artística que, visível perfeitamente no caso da música, é solidária de uma neutralização ou denegação do político e do social: "Se Fausto deve representar a alma alemã, escreve Thomas Mann, então, ele deve ser músico porque a relação do alemão com o mundo é abstrata e mística, ou seja, musical" (Th. Mann, "Deutschland und die Deutschen", in *Die Neue Rundschau*, 1, 1945-1946, 8, citado por J. Frank, *The Widening Gyre, Crisis and Modernity in Modern Literature*, Bloomington and London, Indiana University Press, 1963, p. 138).

³³ Cada campo de produção erudita tem suas "regras" próprias de *conveniência* que podem permanecer em estado implícito e ser conhecidas apenas pelos iniciados; além disso, os doutos esforçam-se, às vezes, em codificar (a exemplo dos Boileau, Rapin, d'Aubignac ou Subligny que intimidavam os autores

de tragédias a afastar os temas propícios a afrontar as idéias políticas ou morais do público, ou a excluir os espetáculos sangrentos, suscetíveis de ofender sua sensibilidade, a dobrar seus personagens às regras da etiqueta mundana ou a evitar os termos chocantes ou grosseiros).

³⁴ cf. G. Scholem, *Der Nihilismus als religiöses Phänomen*, Eranos, 1974; e J. Habermas, "Le voile de la Thora", in *Les Nouveaux Cahiers*, nº 53, été 1978, p. 16-22.

³⁵ Seria necessário explicitar as propriedades gerais dessas posições *limitrofes*, tais como os duplos jogos que elas autorizam e os duplos lucros garantidos por elas, assim como a dupla vulnerabilidade, o desdobramento ou a incerteza objetiva e subjetiva sobre a identidade pessoal que elas impõem a seus ocupantes, etc.

³⁶ Assim, Jacques Derrida denuncia o caráter artificial e forçado da aplicação da tabela das categorias, estabelecida a propósito de julgamentos do conhecimento, ao julgamento estético a respeito do qual Kant não cessa de lembrar que não se trata de um julgamento do conhecimento (J. Derrida, "Le Parergon", *loc. cit.*, p. 47-52; *La Vérité en peinture*, p. 79-83). Pelo contrário, Louis Guillermit esforça-se por mostrar, através de um confronto das três *Críticas*, que Kant reconsiderou o conjunto de sua teoria da sensibilidade – ao propor uma nova definição transcendental do sentimento que rompe o vínculo entre o sentimento e a faculdade de desejar – para ser substituído por uma espécie desinteressada do prazer, descoberta por ele no julgamento estético, o prazer contemplativo, que não está associado ao desejo do objeto e que, indiferente à sua existência, se apegava unicamente à representação (L. Guillermit, "Esthétique et Critique", in H. Wagner (ed.), *Sinnlichkeit und Verstand in der deutschen und französischen Philosophie von Descartes bis Hegel*, Bonn, Bouvier Verlag Herbert Grundmann, 1976, p. 122-150).

³⁷ Ao tratar a *Crítica* como um lindo objeto, Derrida contradiz, sem dúvida, a intenção mais profunda de Kant que, servindo-se da oposição entre o frívolo e o sério – testemunhada por um estilo ostensivamente inestético –, pretende colocar a filosofia e o filósofo acima da arte e do artista. No entanto, procedendo dessa forma, ele ainda lhe atribui o estatuto de objeto *incondicionado*, isento dos determinantes sociais reconhecidos à obra por qualquer leitura pura e puramente interna; e que, ao mesmo tempo, ela se atribui a si mesma.

³⁸ M. Proust, "En mémoire des églises assassinées", in *Pastiches et mélanges*, Paris, Gallimard, 1970, p. 170 (Grifo meu). Proust retoma, em "Journées de lecture", a análise das diferentes perversões da leitura: perversão erudita, que identifica a busca da verdade com a descoberta de um documento, exigindo um desconforto material; e perversão letrada que leva a "ler por ler", para "reter" o que foi lido (M. Proust, *op. cit.*, p. 234-240).

³⁹ M. Proust, *op. cit.*, p. 244.

Anexo 1.

¹ Tais efeitos de moda observam-se também em matéria de cultura legítima. É assim que o valor social de algumas das obras propostas poderia ter mudado entre 1963 e 1967, as *Quatro estações* ou a *Pequena serenata noturna* conquistando a cultura média por sua divulgação.

² No interior de cada classe e fração de classe, procedemos a um número sensivelmente igual de pesquisas em Paris e na região parisiense, por um lado, e na região do Norte, por outro lado. A região do Norte caracteriza-se por uma estrutura de emprego nitidamente diferente da região parisiense e, sobretudo, por uma taxa de diplomas muito menos elevada. No recenseamento de 1968, contavam-se na região do Norte muito mais empresários de indústria ou de comércio (grandes ou pequenos) do que na região parisiense e, ao contrário, menos engenheiros, quadros superiores, técnicos, quadros médios, empregados de escritório. Com exceção dos professores primários, relativamente mais numerosos na região do Norte, as frações mais ricas em capital cultural parecem sub-representadas no Norte.

³ cf. P. Bourdieu et al., *Un art moyen, les usages sociaux de la photographie*, Paris, Éd. de Minuit, 1965, p. 73-84 e P. e M.C. Bourdieu, "Le Paysan et la photographie", *Revue française de sociologie*, nº 2, avril-juin 1965, p. 164-174. De fato, essa exclusão se justificaria, sem dúvida, muito menos hoje em dia em razão das transformações profundas que ocorreram, entre outras coisas, na relação entre a classe dos camponeses e o sistema de ensino e que tendem todas a garantir a unificação do mercado dos bens simbólicos.

⁴ Devemos notar também que, na amostra, a quase totalidade das categorias socioprofissionais têm uma taxa de diplomas e uma origem social mais elevadas do que nas pesquisas do INSEE; isso sem

que possamos determinar completamente o que se deve ao fato de que os habitantes da região parisiense, que representam 50% da amostra, são mais diplomados e de origem social mais elevada e o que se deve ao fato de que a definição das diferentes categorias era mais estrita.

⁵ cf. P. Bourdieu *et al.*, *op. cit.*

⁶ A mesma coisa valeria, certamente, para os julgamentos em matéria de decoração interior da casa, de vestuário ou de cozinha. É verdade que a análise (à qual nos dedicamos em outra parte) de alguns interiores particularmente representativos teria, sem dúvida, melhor feito aparecer a sistematicidade concreta desses conjuntos de objetos e de relações (muito claramente visíveis nas entrevistas não-diretivas) que os unem a outros conjuntos, como o vestuário ou as preferências em matéria de música. Mas o estabelecimento de regularidades estatísticas supõe que saibamos nos oferecer os meios de captar sistematicamente os traços mais significativos de cada universo, com o risco de nos privarmos, ao mesmo tempo, do poder de evocar toda a riqueza de cada realização singular da estrutura.

⁷ Para evitar se expor a tratar como diferenças objetivas o efeito de variações nas condições de medida, sistematicamente recenseamos e levamos em conta todas as diferenças entre a natureza dos indicadores fixados, a formulação das questões colocadas ou a codificação dos resultados e também nas condições da pesquisa e na estrutura da amostra – caça e pesca estando assim agrupados em uma única questão, em outra parte separada em duas questões, o nível de instrução codificado em cinco categorias em um caso, sendo analisado em sete níveis em outro caso, etc.

⁸ Tivemos de renunciar a apresentar muitas das tabelas estatísticas (ou, ao menos, a publicá-las integralmente, recorrendo, por exemplo, a apresentações sinópticas), muitos dos diagramas, dos gráficos ou dos documentos (entrevistas, fotografias, etc.) que realmente serviram de base para as análises, para evitar aumentar excessivamente o custo da publicação. Renunciamos, pelas mesmas razões, a uma bibliografia que, mesmo reduzida aos textos úteis e utilizados, teria sido imensa. A lista de fontes complementares de informações estatísticas (cf. Anexo 2) pareceu, pelo contrário, indispensável para fornecer os instrumentos indispensáveis de verificação, em todos os casos, frequentes, onde poderíamos reproduzir apenas parcialmente os dados utilizados na análise.

Anexo 2.

¹ Agradecemos aqui, muito particularmente, as senhoras M.C. de la Godelinai e M.C. Thélot por haverem gentilmente nos repassado as tabelas – em sua maior parte inéditas – que eram necessárias para a realização das análises secundárias das pesquisas do INSEE cujos resultados são utilizados aqui. Nossos agradecimentos vão também para os senhores P. Debreu, P. Leroux e P. Ghigliazza que nos ofereceram muito generosamente os dados de que dispunham. Utilizamos também, certamente, pesquisas anteriores do Centro de sociologia européia (submetendo-as por vezes a análises secundárias), como a pesquisa sobre o público dos museus (cf. P. Bourdieu e A. Darbel, com D. Schnapper, *L'amour de l'art*, Paris, Éd. de Minuit, 1969), a pesquisa sobre os estudantes e a cultura (cf. P. Bourdieu e J. C. Passeron, *Les étudiants et leurs études*, Paris, La Haye, Mouton, 1964) ou a pesquisa sobre os alunos das *grandes écoles*.

² Segundo a definição do INSEE, uma família é constituída pelo conjunto das pessoas que vivem no interior de uma mesma habitação ocupada como residência principal (domicílio habitual), qualquer que seja o número dessas pessoas e seu vínculo com o titular da habitação. O “domicílio fiscal”, de definição mais restrita, compreende o chefe do domicílio, eventualmente sua esposa e as pessoas reconhecidas como estando fiscalmente a seu encargo, isto é, o conjunto de pessoas para as quais foi estabelecida uma taxa única.

³ Os dados apresentados aqui dizem respeito às famílias. Indicamos também, para cada categoria socioprofissional, o consumo por pessoa e por unidade de consumo. Segundo a definição do INSEE, o número de unidades de consumo que compreende uma família é obtido pela ponderação seguinte: primeiro adulto da família = 1 unidade de consumo; outros adultos da família = 0,7 unidade de consumo; crianças (pessoas de menos de 14 anos) = 0,5 unidade de consumo.

⁴ Fomos particularmente ajudados no recenseamento das fontes estatísticas por três instrumentos bibliográficos preciosos: C. Guinchat, *Bibliographie analytique du loisir, France (1966-1973)*, Prague, Centre européen pour les loisirs et l'éducation, 1975; A. Willener et P. Beadu, *Nouvelles tendances de la consommation culturelle. Vers une troisième culture*, Paris, Cordes, Ceemas, 1972, 2 vol., 250 p. e

260 p., que reúne dados quantitativos e resultados de pesquisas sobre os museus, a fotografia, o cinema, a televisão, a música, etc.; os repertórios bibliográficos dos artigos e livros editados em 1960, 1970, 1971, 1972, 1973 relativos “ao desenvolvimento e à ação cultural”, publicados pelo *Service des études et de la recherche du Ministère des affaires culturelles*.

Anexo 4.

¹ Um dos interesses desse teste sociológico que reencontra, no terreno da política e do pensamento do mundo social, uma lógica muito semelhante àquela que opera nas práticas mítico-rituais das sociedades pré-capitalistas é o de fazer ver que apenas a ignorância da lógica específica da prática é responsável pela distinção categórica que a ciência social não cessou de estabelecer entre o pensamento dito “primitivo” ou “selvagem” e o pensamento “civilizado”.

² Os símbolos mais fundamentais, como as cores, são evidentemente muito fortemente sobredeterminados. É assim que o negro, quando associado a Marchais, é, a princípio, a cor funesta, sinistra e sem dúvida mais precisamente, na representação dominante, o símbolo da visão pessimista do mundo (as idéias negras daquele que vê a vida em negro), isso ainda que, por intermédio da bandeira negra – que teria podido, para alguns pesquisados, ser substituída pela bandeira vermelha, ausente da lista –, ela possa receber um valor positivo, como símbolo da subversão radical. Mas o negro é também a pobreza (o pão preto, comer seu pão preto), a sujeira (associada em particular a certas profissões, como a de minerador – as faces negras), a ignorância (estar no escuro), a bebida (“estar negro” [estar bêbado]), etc.

³ Para medir o realismo dessa “representação coletiva”, basta se reportar à fotografia do interior da residência de Servan-Schreiber, apresentada no capítulo 5.

⁴ Servan-Schreiber é muitas vezes escolhido como gênero pelos detentores da renda mais alta: talvez pela aplicação do velho esquema – pensamos no *Gendre de Monsieur Poirier* – do burguês ambicioso e do nobre arruinado.

⁵ É, sem dúvida, o que explica que, como notam os pesquisadores, ele tenha sido tão bem acolhido e tão bem compreendido (a taxa de não-respostas excepcionalmente baixa o testemunha), e que a visão do mundo social e da política que trouxe à tona seja definitivamente muito mais real do que aquela que forjam os questionários falsamente eruditos da “politologia”.

⁶ Talvez compreendamos melhor, a propósito de um sistema de esquemas pelo qual se domina a maestria indígena, o que faz a especificidade da lógica prática, analisada em outro momento no caso do ritual (cf. P. Bourdieu, *Le sens pratique*, Paris, Editions de Minuit, 1979): porque tudo o que inclina a se contentar com a compreensão imediata e preguiçosa que lhe assegura o domínio prático dos esquemas de produção e de interpretação do simbolismo considerado, o indígena é levado a perceber a análise que desdobra completamente tudo o que está implicado nas atribuições práticas e tácitas como *superinterpretação* (“o que eles vão procurar!”).

⁷ Além das tabelas publicadas em *Sondages*, pudemos analisar as distribuições por sexo, por faixa etária e por faixa de renda, mas não pudemos dispor das distribuições por categoria socioprofissional.

⁸ Vemos que, quando a série proposta o permite, como aqui, ao oferecer uma série graduada de símbolos pertinentes, os pesquisados estabelecem relações significativas entre todos os elementos das duas séries, em vez de considerar apenas dois ou três, como na maior parte das outras séries, nas quais uma parte mais ou menos importante dos elementos é definida apenas negativamente, por eliminação (é o caso, por exemplo, do lilás e do cravo na série das flores e de Chirac ou, em menor grau, de Poniatowski, na maior parte das séries). Temos aí um exemplo do efeito que produz inevitavelmente a oferta de uma *série finita de produtos*, dela excluindo possibilidades conscientemente ou inconscientemente previstas ou esperadas (por exemplo, a *belote* na série de jogos ou o vermelho na série das cores) e nela propondo possibilidades abstratas ou irrealis, capazes de atrair uma parte das escolhas. Outro exemplo do mesmo efeito, a atribuição a Giscard, *na falta de algo melhor*, da formiga que, trabalhadora, modesta, econômica, obstinada e, sobretudo, pequena e numerosa, evocaria, sem dúvida, melhor, em um outro espaço de possíveis, as virtudes ascéticas dos pequeno-burgueses por oposição à imprevidência ostentatória dos aristocratas ou dos burgueses (e é, ainda, ao efeito da oferta finita que é preciso imputar o fato de que, das oposições semi-eruditas, cigarra e formiga, corvo e raposa, apenas a primeira funcionou de acordo com a lógica original da fábula de La Fontaine,

enquanto na segunda, devido também à carga simbólica do corvo, os dois elementos funcionaram separadamente).

⁹ Todo um aspecto da revolta popular, visível na injúria, na blasfêmia e, sobretudo, a festa autenticamente popular, hoje abolida em favor dos divertimentos domesticados (pensamos aqui nas análises de Mikhail Bakhtin, *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen-Age et sous la Renaissance*, Paris, Gallimard, 1970), obedece a essa lógica, essa da saturnal, inversão simbólica e provisória ("Non semper Saturnalia erunt", dizia Sêneca) da ordem comum.